

Véra Lucia Maciel Barroso

**MOENDAS CALADAS:
Açúcar Gaúcho S. A. – AGASA:
um projeto popular silenciado:
Santo Antônio da Patrulha e Litoral Norte
do Rio Grande do Sul
(1957-1990)**

Orientadora: Prof^a. Dra. Núncia Santoro de Constantino

VOLUME 1

VÉRA LUCIA MACIEL BARROSO

**MOENDAS CALADAS:
Açúcar Gaúcho S. A. – AGASA:
um projeto popular silenciado:
Santo Antônio da Patrulha e Litoral Norte do Rio Grande do Sul
(1957-1990)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História

Orientadora: Prof^ª. Dra. Núncia Santoro de Constantino

Porto Alegre

2006

B277m Barroso, Véra Lucia Maciel

Moendas caladas: Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA: um projeto popular silenciado: Santo Antônio da Patrulha e Litoral Norte do Rio Grande do Sul (1957-1990) / Véra Lucia Maciel Barroso; orient. Núncia Santoro de Constantino. – Porto Alegre: PUCRS, 2006.

3v.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

1. Rio Grande do Sul - História - Santo Antônio da Patrulha
 2. Rio Grande do Sul - História - Litoral
 4. Rio Grande do Sul - História - Municípios
 5. Economia regional - Rio Grande do Sul
 6. Rio Grande do Sul - Economia - Santo Antônio da Patrulha
 7. Rio Grande do Sul - Economia - Litoral Norte
 8. Produção agrícola - Rio Grande do Sul
 9. Cana-de-açúcar - Rio Grande do Sul
- I. Barroso, Véra Lucia Maciel II. título

CDU – 981.651:338.432 (Santo Antônio da Patrulha)
981.651:338.432 (Litoral Norte)

VÉRA LUCIA MACIEL BARROSO

**MOENDAS CALADAS:
Açúcar Gaúcho S. A. – AGASA:
um projeto popular silenciado:
Santo Antônio da Patrulha e
Litoral Norte do Rio Grande do Sul
(1957-1990)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada em outubro de 2006.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª. Núncia Santoro de Constantino
PUCRS – Porto Alegre

Prof. Dr. Marcelo Magalhães Godoy
UFMG – Porto Alegre

Prof. Dr. Earle Diniz Macharty Moreira
IHGRGS – Porto Alegre

Profª. Drª. Ieda Gufreind
ICJMC – Porto Alegre

Profª. Drª. Heliane Müller de Souza Nunes
PUCRS – Porto Alegre





[...] queira-se ou não, estando ou não consciente disso,
o historiador trabalha sempre no presente e para o presente. [...]
Não podemos nos despreocupar da função social da história,
porque o que está em jogo é demasiado transcendental.
Josep Fontana

[...] há que definir uma concepção de presente,
que nos permita atribuir significado ao passado,
e mais, que nos oriente em direção ao futuro que queremos construir,
ou estaríamos traduzindo em conservantismo social o culto pelo passado
e transformando a memória em instrumento de prisão e não de libertação,
como deve ser.
Déa Ribeiro Fenelon

A história serve à ação.
Marc Bloch

*Juca Maciel é, dentre os patrulhenses,
aquele que vasculhou o tempo,
e trouxe à luz a ação de muitos que construíram a história da terra que muito amou,
a nossa Santo Antônio da Patrulha.*

*Para Lucia e Juca Maciel, meus pais, fontes de luz e sabedoria (In Memoriam)
Desta história eles também fazem parte.
Como oficial e suboficial do Cartório de Registro de Imóveis
de Santo Antônio da Patrulha,
eles registraram centenas de empréstimos bancários
para os fornecedores de cana investirem em seus canaviais.
Era o tempo das longas jornadas de trabalho de meus pais, com serões no Cartório,
de onde seus filhos espreitavam a luz em meio à noite silenciosa,
enquanto a cidade dormia.*

*Para Miriam e Cecília, minhas filhas, meus amores –
presentes em todas as linhas desse trabalho.*

Para João Baptista, meu esposo, silencioso torcedor “na torre da vigia”.

*Para Fernando José e Antônio Carlos, meus irmãos,
amigos solidários.*

*Para Ana Clara, minha irmã “de alma”,
que muito me ajudou para que este trabalho se tornasse realidade.*

Para Alice e Jeny, minhas tias de fé e devotamento.

*Aos canavieiros de Santo Antônio da Patrulha e municípios do
Litoral Norte do Rio Grande do Sul
que muito trabalharam para produzir o açúcar gaúcho.*

*A Jorge Pedro Nehme, o reconhecimento por sua atuação, contribuição e papel
exercido junto à sociedade patrulhense e também norte-litorânea.*

*Aos historiadores e memorialistas, meus amigos, (In Memoriam),
Astrogildo Fernandes, Carlos Reverbel, Guilhermino César, Hélio Moro Mariante,
João José Planella, Júlio H. Petersen, Moacyr Domingues,
Pedro Leite Villas-Boas, Ruben Reis e Ruy Ruben Ruschel.*

AGRADECIMENTOS

Os últimos seis anos, em especial, foram um tempo de “fazer a tese”. Nos múltiplos espaços de atuação, muitos me acompanharam – de longe, bem perto ou muito próximo – o desafio de identificar, recolher, produzir, analisar e trançar as fontes documentais que passaram a conviver com o ambiente de minha família e até privá-la de espaço, face à dimensão do acervo recolhido. Por todos os lados do apartamento havia caixas de papéis. Compulsá-las para a tessitura do texto, mais que um desafio, tinha o significado de perda de convívio, ausência familiar, silêncio forçado em meio aos apelos que vinham de todos os lados. Assim, os de casa foram cúmplices desse peregrino construto.

Então o que me confortava, dia a dia, era a certeza de que nesta travessia não estava só. Instituições nas quais trabalho, incontáveis amigos, de várias frentes e diferentes espaços, somados aos familiares, estiveram ao meu lado, forjando a alegria, a energia e a resistência de que necessitava para laborar com qualidade e realizar o doutoramento com determinação. Agradecer, pois, é o verbo a conjugar em todos os tempos, e o faço com muito carinho e reconhecimento. Registro minha gratidão e inúmeros amigos, colegas, alunos e ex-alunos que tiveram a paciência de me aguardar para o retorno ao convívio mais doce e fraterno.

Agradeço em especial:

Aos professores Solon Flores Sant’Anna e Darci Sanfelici, diretores das Faculdades Porto-Alegrenses (FAPA) que articularam, junto aos seus pares, as condições para que eu pudesse efetivamente alavancar a tessitura da tese, ao viabilizarem o meu afastamento das aulas por um semestre.

À Rosani Porto Silveira, Coordenadora do Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre, pelo bom tempo que me concedeu para dar conta da investigação, de sua escrita e de sua finalização.

Aos colegas de trabalho da FAPA e da Santa Casa, que me ofereceram força, ânimo e entusiasmo para prosseguir até o final, sem esmorecer, especialmente nos momentos difíceis, quando a saúde pedia ombros amigos. Em especial à Marise Hoff Failace, que muito me ajudou e me socorreu na tarefa parceira de coordenação do Departamento de História da FAPA. À Maria Costela e à Ana Inez Klein, que me socorreram, com muito carinho, especialmente no tempo final deste trabalho. E a todos os colegas professores do Curso, pela

compreensão, ajuda e paciência oferecidas para que pudesse atender ao que me era devido realizar.

À Núncia Santoro de Constantino, não só pela orientação segura, como também por sua generosidade, estímulo, compreensão e amizade que manifestou nesses anos todos, acreditando no meu trabalho e passando-me a tranquilidade de que necessitava para enfrentar o árduo caminho até o seu final. Obviamente, as falhas e limites que este trabalho possa apresentar são de total responsabilidade minha.

Aos professores do PPG de História da PUCRS, em especial aos da COMCOR, nas seguidas gestões durante o tempo em que estive ligada ao Programa, pela compreensão e estímulo, proporcionando condições para resistir às dificuldades e prosseguir até o término do curso.

À colega Maria Luci de Mesquita Prestes, que, com muita competência, dedicação e redobrada alegria, fez a correção lingüística, gramatical e das normas técnicas, em especial das centenas de referências em pé de página, e que mesmo assim não diminuiu a sua gigantesca paciência e, nem tampouco, ofuscou seu contagiante bom humor. Possíveis falhas ainda encontradas no corpo do trabalho, elas devem ser tributadas a mim.

A todos os depoentes, cujos nomes estão indicados nas fontes, por terem oferecido suas lembranças para documentar e subsidiar a história da expansão canavieira no extremo-sul do Brasil. Sem suas adesões, as perdas seriam de dupla via: muitas seriam as lacunas para a escrita desta história, e as memórias, especialmente dos canavieiros/fornecedores de cana, operários e dirigentes da AGASA e outros atores, ao não serem registradas, silenciariam para sempre. Registre-se que alguns dos entrevistados para esta tese já não mais se encontram entre nós.

Ao confrade Raphael Copstein, que me colocou à inteira disposição sua rica biblioteca, com muitos títulos sobre a cana-de-açúcar no Brasil e no mundo, as quais muito me ajudaram nesta pesquisa.

Ao ex-prefeito de Santo Antônio da Patrulha Jorge Pedro Nehme, pela disposição em me auxiliar com ricas informações e com a abertura de seu rico acervo iconográfico e escrito à consulta e reprodução, o que permitiu, sobretudo, cobrir questões lacunares acerca da atuação da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. e a discernir com clareza o papel e a atuação dos grupos envolvidos com o nascimento da AGASA.

Ao Engenheiro Agrônomo Wilson de Oliveira Castro, pelas informações pontuais que me apresentou, pelas obras de seu acervo particular que demoradamente me permitiu compulsar, pelas prontas respostas que sempre deu às minhas indagações e pelo

acompanhamento, ponta a ponta, da gestação deste trabalho, oferecendo-me muito estímulo e a alegria de sua amizade.

Ao Miguel Duarte, pesquisador nato, um amigo que reparte “os achados”, e que muito me auxiliou no exaustivo levantamento bibliográfico.

À Maria Teresa Custódio, que me deu o tempo necessário para o livre acesso ao acervo do pai, Hamilton Chaves. Como secretário do governador Brizola no Rio Grande do Sul, ele confeccionou vários volumes com as taxações do seu período, colhidas da imprensa gaúcha. Compulsá-las na companhia de Maria Teresa fortaleceu nossa amizade, enriqueceu a busca e o conhecimento do período em estudo, além de passar a admirar mais ainda o seu pai.

Aos amigos de Santo Antônio da Patrulha, Maria de Lourdes Werner, Ivone Selistre, Regina Barcelos, Eloísa Costa, Denise e Mauro Meregalli. Em particular, o meu reconhecimento ao parceiro de pesquisas e de produção das fontes orais, Luiz Paulo da Luz, que enfrentou comigo as viagens aos morros da cana, em muitos sábados e domingos, abrindo mão do seu descanso para indicar os depoentes e identificar os lugares de investigação, transformando as verdadeiras maratonas que fizemos em agradáveis finais de semana.

Ao fotógrafo Ivan José de Paula, patrulhense de coração, grande e querido amigo, e que graciosamente registrou em imagens o abandono da AGASA. O meu reconhecimento pelo que tem feito em defesa do patrimônio histórico de Santo Antônio da Patrulha.

Aos acadêmicos de História da FAPA, meus alunos que cotidianamente nestes anos todos torceram pela conclusão exitosa deste trabalho. A partir de então, mais tempo e dedicação irão somar às nossas aulas. E aos que me auxiliaram na transcrição dos depoimentos de História Oral, digitalização de imagens e configuração das tabelas, um agradecimento especial, com destaque Adriana Martins da Costa, Edna Ribeiro de Ávila, Fabiana Nunes Silveira, Ivo Saldanha, Jeferson Rasquim Araujo, Juliana Medeiros de Carvalho Pereira, Juliana Mohr dos Santos e Lucila Pinheiro da Costa.

Aos amigos que ajudaram a gestar e que vêm participando da construção do *Raízes – Encontros dos Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha*, pelo entusiasmo e parceria nestes anos todos, em especial nos anos da tessitura da tese. Daqui para frente, o ânimo para prosseguir redobrá.

Aos amigos da Associação dos Amigos do Museu Juca Maciel, do Grêmio Literário Patrulhense, da Casa dos Açores, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, dos Seminários Nacional e Internacional sobre Tropeirismo, do Simpósio sobre a Imigração Alemã no Litoral Norte e do GT de Ensino de História e de Educação da ANPUH/RS, a minha gratidão pela espera incondicional.

E aos que estiveram mais perto, auxiliando-me diretamente neste tempo do doutoramento, alcançando fontes, sugerindo bibliografia, ouvindo minhas inquietações, apontando alternativas para as dificuldades que o cotidiano de toda sorte aprontou neste longo tempo de gestação da escrita, após árdua pesquisa. Sem eles todos, o caminho seria intransitável. Ao nomeá-los, abraço a cada um, dizendo muito obrigada a Alberto Vieira, Ana Clara Maciel, Antônio Carlos Azevedo, Antônio Olmiro dos Reis, Antônio Pires, Astrogildo Fernandes (*In Memoriam*), Beatriz Ruschel, Benito Barbosa Izolan, Berenice Corsetti, Carlos Armani, Carlos Brasil, Carlos Fernando Bertoia (*In Memoriam*), Cassílio Ourique Pereira, Célia Elizabete Caregnato, Cláudio Antônio Souza dos Santos (*Claudinho* da AGASA), Edegar da Silva, Emiliano Limberger, Enrique Serra Padrós, Gervásio Rodrigo Neves, Iara Totta, Ilza Ramos Hartmann, Ilza Sant'Anna, Ivo Stoffel, Izaltina Rodrigues Flores, Jacob J. Parmagnani (Ir.), Jane Beatriz Batista, Joaquina Sene, Jorge Pedro Nehme, Júlio Emmel, Leiva Teresinha Ramos Bossardi, Lézia Maria Cardoso de Figueiredo, Lilian Argentina Braga Marques (*In Memoriam*), Lothar Francisco Hessel, Lucila Sgarbi Santos, Luiz Antônio Alves, Luiz Francisco Oliveira Santos (*Chico*), Marcos Witt, Marília Daros, Matheus Carone Maciel, Miguel de Oliveira Duarte, Nilza Huyer Ely, Osny Bitello, Paulo Jolar Galarça, Patrícia C. Ramos Reuillard, Paulo Xavier, Pedro Oliveira, Pércio de Moraes Branco, Plácido Steffen, Renato José Lopes, Raimundo de Carvalho Reis e Silva, Roberto Seide (*In Memoriam*), Rosana Licht, Rovílio Costa, Sandra S. Alves, Sérgio da Costa Franco, Thaís Gomes, Terezinha Cardoso da Silveira Fernandes e Vera Koller.

RESUMO

Esta tese aborda a expansão canavieira no extremo-sul do Brasil, a contar do século XVIII, com destaque para o século XX. Inicialmente, ao serem apresentados os cenários da cana, do Oriente até seu ingresso no Brasil, é dada ênfase à Ilha da Madeira, como o “portal” da difusão canavieira também no Rio Grande do Sul. Por tratar-se de tema inédito da historiografia regional, foi necessário configurar a construção da identidade do Litoral Norte, a tradicional região canavieira do estado, apresentando-se as experiências manufatureiras precursoras. Frustradas, elas legaram uma herança de desconfiança e descrédito aos futuros empreendimentos do ramo. É analisada, no seguimento, a conexão entre canaviais e produção de açúcar mascavado nos engenhos, destacando-se as relações de trabalho geradas na terra e na manufatura, frente às condições de pobreza da região. Aponta os desafios impostos aos canavieiros, na segunda metade do século XX, diante da restrição de mercado, o que afetou seriamente o Litoral Norte do estado. Idealizado pelos minifundiários da cana, agregados na Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda., o projeto de uma usina açucareira como a ressurreição regional foi apropriado pelo governo Brizola e, a contar de 1964, executado sob a ótica do regime militar então instalado. Sem representação dos fornecedores de cana no colegiado diretivo da usina, conforme decisão inicial, a AGASA – Açúcar Gaúcho S.A., inaugurada em 1965, encerrou suas atividades em janeiro de 1990, após lenta agonia. Através de farta documentação escrita e iconográfica, e da produção de fontes orais com diferentes categorias de atores da história da usina, analisam-se a conduta, as iniciativas e os rumos contraditórios da empresa e suas conseqüências para os canavieiros e região. Verificam-se os fatores de ordem infra-estrutural, como o alto custo dos fretes para o transporte da cana – da lavoura à fábrica –, a falta de estradas nos *morros da cana* e a inadequação estrutural usineira com a produção em minifúndios, somados aos descaminhos dos objetivos sociais para os quais a indústria foi projetada e instalada. Demonstra-se como os trabalhadores da cana, portadores de tradição canavieira, viveram um conflito de identidade frente à orientação empresarial que lhes foi dirigida. Aliado aos limites estruturais, o estudo revela também que a AGASA não resistiu aos reveses conjunturais, sobretudo por terem sido afastados da base os populares da cana. Em resistência, eles abandonaram o processo produtivo, deixaram as moendas caladas e/ou partiram para a cidade, migrando para a Grande Porto Alegre, aos milhares, deixando em abandono suas parcas terras e silenciando a usina, hoje em ruínas, à beira da “doce” Lagoa dos Barros.

Palavras-chave: AGASA. Cana-de-açúcar. Tradição canavieira. Agromanufatura. Usina açucareira. Projeto popular. Litoral Norte do Rio Grande do Sul. História Oral.

ABSTRACT

This thesis approaches the sugarcane expansion in the southern part of Brazil from the XVIII century, giving emphasis to the XX century. Initially, in being presented the sugar cane scenary, from the East to its entrance into Brazil, it is given emphasis in the Madeira Island, as the “portal” of sugarcane difusion in Rio Grande do Sul as well. Since it is an unprecedented theme of the Regional Historiography, it was necessary to shape the construction of identity of the north shore, a traditional sugarcane region of the state, presenting the precursory manufacture experiences. Having been frustrated, they transmitted a heritage of suspicion and discredit to the future enterprises in this area. In the segment, the connection between canebrakes and production of brown sugar in the mills is analyzed, giving distinction to the working relations generated in the land and in the manufacture, in the presence of poverty conditions of the region. It points out the challenges imposed to the canebrake planters in the second half of the XX century, in the face of market restrictions, which seriously affected the north shore of the state. Idealized by small farmholdings of sugarcane, aggregated in the Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda, the project of a sugar mill, as regional resurrection, was appropriated by Brizola’s government and, since 1964, executed through the military regime’s plan established at that time. Without representation of sugarcane suppliers in the directive collegiate of the mill, as initial decision, AGASA – Açúcar Gaúcho S.A, inaugurated in 1965, closed its activities in January 1990, after slow agony. Through a great deal of written and iconographic documantation, and the production of oral sources with different categories of actors of the history of the mill, the company’s conduct, iniciativas, and contradictory directions as well as their concequences to the canebrake planters, and region are analysed. The infra-structure factors are verified, as for example, the high cost of the the cane shipment– from farming to the mill – the lack of roads in the hills of cane, and the mill structural inadequation with the production in small farmholdings, added to the loss of social objectives in which the industry was planned and planted. It is demonstrated how suggarcane workers, carrying canebrake tradition lived an identity conflict in the presence of the business orientation, which was applied. Alied to the structural limits, the study also reveals AGASA did not resist to the conjuncture crisis, especially because the canebrake workers had been put aside the basis. In resistance, millions canebrake workers abandoned the productive process, shut the mills and / or left to the city, migrating to greater Porto Alegre, leaving their dead lands behind and silencing the mill, today in ruins, in the banks of the “sweet” Lagoa dos Barros”.

Keywords: AGASA sugarcane. Sugarcane tradition. Agro-manufacturing. Sugar mill. Popular project. North shore of Rio Grande do Sul. Oral history.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Exemplar de fôlder de divulgação do município de Santo Antônio da Patrulha com alusão à cana-de-açúcar – década de 1970	89
Fotografia 2 – Exemplar de fôlder de divulgação do município de Santo Antônio da Patrulha com alusão à cana-de-açúcar – década de 1970	90
Fotografia 3 – Casa de engenho de cana. Santo Antônio da Patrulha – década de 1980 ..	105
Fotografias 4 e 5 – Melado sendo esfregado com enxada, transformando-se em açúcar “esfregado” ou mascavo. Santo Antônio da Patrulha – década de 1980	106
Fotografia 6 – Açúcar mascavo ensacado, pronto para ser comercializado – década de 1980. Santo Antônio da Patrulha – década de 1980	106
Fotografia 7 – A rapadura ainda quente sendo tirada da forma. Santo Antônio da Patrulha – década de 1980	107
Fotografia 8 – Estação Experimental de Osório, construída em 1920	123
Fotografia 9 – Transbordo de canas trazidas de São Paulo para o Litoral Norte do Rio Grande do Sul – década de 1960	125
Fotografia 10 – Visão panorâmica da Usina Santa Marta e seu entorno – [s/d]	132
Fotografia 11 – Visita de Getúlio Vargas a Santo Antônio da Patrulha em 20 de setembro de 1930	139
Fotografia 12 – Vista parcial da Lagoa da Pinguela, da Serra Geral e área de plantio de cana, em primeiro plano, próximo à Destilaria Livramento – 1957	149
Fotografia 13 – Vista panorâmica do complexo industrial da Destilaria Livramento – 1957	149
Fotografia 14 – Vista parcial do complexo industrial da Destilaria Livramento e da Vila Operária – 1957	149
Fotografia 15 – Vista panorâmica da Vila Operária da Destilaria Livramento – 1957	150
Fotografia 16 – Vista parcial da tecnologia implantada na Destilaria Livramento – 1957	150
Fotografia 17 – Destilaria Livramento – 1957	150
Fotografia 18 – Visita do deputado estadual Carlos Fernando Bertoia à Destilaria Livramento – 1957	151
Fotografia 19 – Prédio da Destilaria Livramento em ruínas – década de 1980	152
Fotografia 20 – Destilaria Santo Antônio, de Hans André – década de 1960	157

Fotografia 21 – Osny Bitello (à esquerda) e trabalhadores junto à maquinaria da Marumby – 1965	162
Fotografia 22 – Osny Bitello (à esquerda, no plano inferior) e operários da Marumby em Santo Antônio da Patrulha – 1965	163
Fotografia 23 – Vista panorâmica da Destil, no antigo parque de Hans André, na data da inauguração – abril de 1971	167
Fotografia 24 – Momento do ato inaugural da DESTIL – abril de 1971	168
Fotografia 25 – Condições de abastecimento de água em bairro da Cidade Baixa, Santo Antônio da Patrulha – década de 1960	181
Fotografia 26 – Diploma conferindo 1º Lugar ao Café Moído do expositor Jorge Pedro Nehme na Exposição Agrícola, Pastoril, Industrial e Comercial. Taquara – março de 1952	207
Fotografia 27 – Frota de carros para distribuição do café da firma J. Pedro Nehme & Cia – 1956.....	207
Fotografia 28 – Exemplar de lata de um quilo do Café Continental da firma J. Pedro Nehme & Cia – 1956.....	207
Fotografia 29 – Jorge Nehme, junto ao microfone da Rádio Sulina, e lideranças do PTB, em defesa dos canavieiros. Cidade Alta, Santo Antônio da Patrulha – 1958	215
Fotografia 30 – Jorge Nehme e partidários do PTB em manifestação aos canavieiros de Santo Antônio da Patrulha – Cidade Alta, 1958.....	217
Fotografia 31 – Jorge Nehme e partidários do PTB em manifestação aos canavieiros de Santo Antônio da Patrulha – Cidade Alta, 1958.....	217
Fotografia 32 – Marcolino De Carli, Jorge Pedro Nehme e membros da executiva do PTB patrulhense, em diálogo com Leonel Brizola – restaurante de Santo Antônio da Patrulha, 1958.....	219
Fotografia 33 – Leonel Brizola e Jorge Pedro Nehme conversam no Restaurante Mar del Prata, Santo Antônio da Patrulha – abril de 1962.....	219
Fotografia 34 – Candidato Leonel Brizola, em comício no município de Santo Antônio da Patrulha – 06 de setembro de 1958.....	225
Fotografia 35 – Comício do PTB em Santo Antônio da Patrulha – 1958	229
Fotografia 36 – Assembléia de fundação da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. – fevereiro de 1958.....	233
Fotografia 37 – Lideranças políticas e canavieiros na assembléia de fundação da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. – fevereiro de 1958	233

Fotografia 38 – Momento em que um dos canavieiros presentes assinava a ata de fundação da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. – fevereiro de 1958.....	234
Fotografia 39 – Canavieiros acompanham a assembléia de fundação da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. – fevereiro de 1958.....	234
Fotografia 40 – Título nominativo de sócio da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. – 1958.....	235
Fotografia 41 – Encontro de Jorge Pedro Nehme com João Goulart e correligionários – [s/d.].....	237
Fotografia 42 – Vista panorâmica da Lagoa dos Barros e do Morro do Montenegro – 1962.....	266
Fotografia 43 – Canavieiros acompanham Jorge Pedro Nehme e Pe. José Spuldaro, em incursão de sondagem do local para a instalação da usina açucareira. Morro do Montenegro, Santo Antônio da Patrulha – 1962.....	266
Fotografia 44 – Incursão do secretário de Economia Milton Dutra, na área da Lagoa dos Barros, para definir a área da usina açucareira – 1962.....	267
Fotografia 45 – Incursão na área da Lagoa dos Barros, por lideranças políticas da região, com vistas à definição do local da usina açucareira – 1962.....	267
Fotografia 46 – Assembléia para colher assinaturas de compromisso com a compra de ações da AGASA. Cine Labor, Osório – 1962.....	282
Fotografia 47 – Recibo de pagamento em nome de Wilson de Oliveira Castro da primeira prestação da compra de duas ações ordinárias da AGASA em organização – 1962.....	282
Fotografia 48 – Registro de Leonel de Moura Brizola como acionista número 1 da AGASA – 15/06/1962.....	283
Fotografia 49 – Ato de lançamento da pedra fundamental da Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA em 27/01/1963.....	286
Fotografia 50 – Engenheiro civil Jayme Gaspar dos Santos, responsável pela construção civil da usina, assinando a ata alusiva ao lançamento da pedra fundamental – 27/01/1963.....	286
Fotografia 51 – Plataforma eleitoral de Jorge Pedro Nehme, candidato a prefeito de Santo Antônio da Patrulha – 1963.....	305
Fotografia 52 – Morros da cana – Santo Antônio da Patrulha e Osório, de onde se pode avistar a Lagoa dos Barros – década de 1960.....	308

Fotografia 53 – Pavilhão da oficina, a primeira obra construída na AGASA – 1963	309
Fotografia 54 – Vista panorâmica da área do parque industrial da AGASA em construção – 1963	310
Fotografia 55 – Vista panorâmica da área do parque industrial da AGASA, vendo-se, à beira da RS 17 (atual RS 30), as primeiras obras – 1963	310
Fotografia 56 – Morros da cana, a fábrica e a chaminé da AGASA em construção – 1964	311
Fotografia 57 – Operários em construção da chaminé da AGASA – 1963	319
Fotografia 58 – Decalco para automóveis alusivo à FESTCANA – 1965	322
Fotografia 59 – Governador Ildo Meneghetti e Ministro Daniel Faraco, acompanhados por militares, dirigem-se à Açúcar Gaúcho S.A. para a sua inauguração – 15/11/1965	325
Fotografia 60 – Ministro Daniel Faraco e governador Ildo Meneghetti desatam a fita inaugural da AGASA – 15/11/1965	326
Fotografia 61 – Descerramento da placa inaugural da AGASA – 15/11/1965	326
Fotografia 62 – Convidados acompanham o ato inaugural da AGASA (interior da usina) – 15/12/1965	327
Fotografia 63 – Vista panorâmica da chaminé da AGASA – 1965.....	328
Fotografia 64 – Momento em que o público verificava o açúcar produzido na usina, quando da sua inauguração – 15/11/1965.....	329
Fotografia 65 – Vista da fachada principal da usina, vendo-se, em frente, na área de acesso, parte do público que compareceu ao ato inaugural – 15/11/1965.....	329
Fotografia 66 – Deputado Alberto Hoffmann e autoridades no almoço oferecido às autoridades presentes ao ato inaugural da AGASA – 15/11/1965	330
Fotografia 67 – Autoridades no almoço de inauguração da AGASA – 15/11/1965	331
Fotografia 68 – Vista área do complexo industrial da AGASA – [s/d].....	332
Fotografia 69 – Vista parcial do completo industrial da AGASA junto à Auto-estrada – [s/d].....	333
Fotografia 70 – Vista da Avenida Borges de Medeiros, a principal da cidade de Santo Antônio da Patrulha – década de 1960	335
Fotografia 71 – Chaminé da AGASA – década de 1960.....	336
Fotografia 72 – Localização da AGASA, entre as duas estradas: RS 17 (atual RS 30) e a Auto-estrada – década de 1960.....	337
Fotografia 73 – Vista aérea do complexo industrial da AGASA – 1974	337

Fotografia 74 – Aspecto do interior da usina, vendo-se parte da tecnologia adquirida da M. DEDINI S.A. – década de 1960	340
Fotografia 75 – Moendas da AGASA em instalação – 1964	340
Fotografia 76 – Laboratório da AGASA – [s/d].....	341
Fotografia 77 – Trabalho no laboratório da AGASA – [s/d].....	342
Fotografia 78 – Tomada da etapa inicial do processo produtivo do açúcar após a chegada da cana-de-açúcar na usina – 1971	343
Fotografia 79 – Vista panorâmica do bairro operário da AGASA – 1966	345
Fotografia 80 – Mulheres no carregamento de cana – [s/d]	351
Fotografia 81 – Lavoura demonstrativa de cana em Santo Antônio da Patrulha – 1966 ...	354
Fotografia 82 – Aspecto de reunião com fornecedores de cana – [s/d].....	365
Fotografia 83 – Carregamento manual de cana: momento da subida na prancha – [s/d]...	372
Fotografia 84 – Registro de queimadas para a expansão dos canaviais – [s/d].....	377
Fotografia 85 – Carregamento mecânico de cana-de-açúcar – [s/d]	391
Fotografia 86 – Transportadores de cana chegando na Açúcar Gaúcho S.A. – [s/d].....	393
Fotografia 87 – Caminhões carregados com cana para a AGASA – [s/d]	393
Fotografia 88 – Carregamento de cana na lavoura, com o uso da prancha como suporte entre o caminhão e o canavial – [s/d]	404
Fotografia 89 – Aspecto do terreno pedregoso da área canavieira – década de 1990.....	405
Fotografia 90 – Carregamento de cana em área acidentada do morro – década de 1960 ..	406
Fotografia 91 – Plantio de cana em terreno de banhado – [s/d]	409
Fotografia 92 – Canavieiros junto à carreta, em frente à AGASA, após terem descarregado a cana transportada – [s/d].....	423
Fotografia 93 – Vista aérea dos canaviais na Fazenda Maciel – 1974	432
Fotografia 94 – Invasão das águas da Lagoa dos Barros no canavial da Fazenda Maciel – 1974	434
Fotografia 95 – Aspecto da colheita da cana na Fazenda Maciel – [s/d]	435
Fotografia 96 – AGASA entre a RS 17 (atual RS 30) e a BR 290 (Free-way). De um e de outro lado das rodovias estão os canaviais da AGASA – [s/d]	435
Fotografia 97 – Visão panorâmica da área inundada em Torres, projetada para receber a usina – 1975.....	448
Fotografia 98 – Painel de venda de açúcar cristal – classe A da Açúcar Gaúcho S.A. – [s/d].....	458

Fotografia 99 – Visão parcial interna do Supermercado Canavieiro – DISPRODAL – 1974	466
Fotografia 100 – Vista do Posto <i>Sharkara</i> – 1974	468
Fotografia 101 – Vista parcial do prédio da CONSTRUA – 1974.....	471
Fotografia 102 – “As patrulhadas” – charge alusiva ao êxodo rural em Santo Antônio da Patrulha – 1979	498
Fotografia 103 – “As patrulhadas” – charge alusiva à produção de álcool em Santo Antônio da Patrulha – 1979.....	513
Fotografia 104 – Obras de instalação da destilaria de álcool da AGASA – 1980.....	522
Fotografia 105 – Placa alusiva ao ato inaugural da primeira destilaria de álcool do Rio Grande do Sul, situada na AGASA – 06/10/1980	522
Fotografia 106 – “As patrulhadas” – charge alusiva ao abastecimento de combustível a partir da instalação da destilaria da AGASA em Santo Antônio da Patrulha – 1980	523
Fotografia 107 – Caminhão-pipa da Petrobrás em abastecimento de álcool na destilaria da AGASA – [s/d]	524
Fotografia 108 – Tanques localizados na Fazenda Maciel para depósito da vinhaça transportada da AGASA – [s/d].....	527
Fotografia 109 – Veículo da AGASA utilizado para o transporte da vinhaça – [s/d].....	527
Fotografia 110 – “As Patrulhadas” – charge alusiva à greve dos canavieiros – 1981	530
Fotografia 111 – Placa de difusão do projeto integrado: lavoura, pecuária, cana-de-açúcar, arroz e gado de corte – [s/d].....	535
Fotografia 112 – Entrega dos prêmios do 3º Concurso de Produtividade Agrícola – 26/09/1983.....	541
Fotografia 113 – Retirada do maquinário da AGASA a ser vendido para pagamento de dívida trabalhista – 2003	614
Fotografia 114 – Outro aspecto da retirada do maquinário da usina – 2003.....	615
Fotografia 115 – Carregamento da tecnologia da usina de açúcar – 2003	615
Fotografia 116 – Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA em ruínas – setembro de 2006.....	617
Fotografia 117 – Cenário de abandono da AGASA I – setembro de 2006	618
Fotografia 118 – Usina vazia – setembro de 2006	618
Fotografia 119 – A chaminé ativa frente à ruína – setembro de 2006	618
Fotografia 120 – O verde abraço I – AGASA em setembro de 2006.....	619
Fotografia 121 – O verde abraço II – AGASA em setembro de 2006	619
Fotografia 122 – Cenário de abandono da AGASA II – setembro de 2006.....	619

Fotografia 123 – Espetáculo da ruína I – setembro de 2006	620
Fotografia 124 – Espetáculo da ruína II – setembro de 2006.....	620
Fotografia 125 – Espetáculo da ruína III – setembro de 2006.....	621
Fotografia 126 – Espetáculo da ruína IV – setembro de 2006	621
Fotografia 127 – Restos do complexo industrial AGASA – setembro de 2006.....	622
Fotografia 128 – A Vila da AGASA – setembro de 2006.....	622
Fotografia 129 – Cenários que foram da cana-de-açúcar – setembro de 2006.....	623
Fotografia 130 – O entorno da AGASA em setembro de 2006.....	623

LISTA DOS MAPAS

Mapa 1 – O espaço brasileiro, com destaque para o Rio Grande do Sul e identificação do município de Santo Antônio da Patrulha.....	85
Mapa 2 – Rio Grande do Sul com a identificação das áreas próprias para a cana – 1975 .	86
Mapa 3 – Topografia do Rio Grande do Sul	93
Mapa 4 – Indicação dos municípios favoráveis ao plantio de cana em escala industrial no Litoral Norte do Rio Grande do Sul – [1974].....	94
Mapa 5 – Litoral Norte do Rio Grande do Sul, com o corredor das lagoas e indicativo da localização da Usina Santa Marta e do roteiro da Lacustre – 1926.....	131
Mapa 6 – Número de estabelecimentos industriais no Rio Grande do Sul, com destaque para Santo Antônio da Patrulha – 1956	177
Mapa 7 – Rio Grande do Sul, indicando-se as áreas abastecidas com açúcar mascavo de Santo Antônio da Patrulha – década de 1950.....	197
Mapa 8 – Localidades que consumiam café de Santo Antônio da Patrulha – décadas de 1950/1960.....	206
Mapa 9 – Municípios do Rio Grande do Sul e dos estados de Santa Catarina e São Paulo que adquiriram açúcar da AGASA entre julho de 1966 e abril e 1973.....	456
Mapa 10 – Áreas canavieiras do Brasil – 1981	488
Mapa 11 – Localização dos despejos da destilaria de álcool da AGASA na Lagoa dos Barros – 1979	516

LISTA DOS GRÁFICOS

Gráfico 1 – Cidades do Rio Grande do Sul com maior número de compradores de açúcar da AGASA entre julho 1966 e abril 1973 (I).....	453
Gráfico 2 – Cidades do Rio Grande do Sul com maior número de compradores de açúcar da AGASA entre julho 1966 e abril 1973 (II)	453
Gráfico 3 – Cidades do Rio Grande do Sul com maior número de compradores de açúcar da AGASA entre janeiro e dezembro de 1971	454
Gráfico 4 – Relação quantitativa anual das compras de açúcar da AGASA entre junho de 1966 e abril de 1973.....	457

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Áreas canavieiras no Brasil - séculos XVI – XX	78
Quadro 2 – Relação das tavernas existentes na Freguesia de Santo Antônio em 30 de setembro de 1806.....	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produção de cana-de-açúcar no Brasil – 1920/1980	80
Tabela 2 – Renda do Subsídio Literário no ramo da aguardente, nos anos de 1814, 1818 e 1819 – municípios do Rio Grande do Sul.....	98
Tabela 3 – Estatística da produção canavieira do Rio Grande do Sul no ano financeiro de 1862/1863	99
Tabela 4 – Número de engenhos em Santo Antônio da Patrulha – 1860	99
Tabela 5 – Fábricas de açúcar, rapadura, álcool e aguardente existentes no estado do Rio Grande do Sul e cadastradas até 31 de dezembro de 1939	120
Tabela 6 – Produção de cana dos estados brasileiros em 1956	126
Tabela 7 – Principais municípios produtores de cana-de-açúcar no estado do Rio Grande do Sul, comparados com o total geral – 1938.....	127
Tabela 8 – Principais municípios produtores de cana-de-açúcar no estado do Rio Grande do Sul, comparados com o total geral – 1956.....	127
Tabela 9 – Produção de cana no Rio Grande do Sul e Brasil/t – 1934/1938.....	138
Tabela 10 – Cotas de açúcar concedidas aos estados brasileiros em 1942.....	144
Tabela 11 – Demonstrativo do consumo (sacos de açúcar) na safra 1946/1947 – Brasil ..	144
Tabela 12 – Número de estabelecimentos industriais no Rio Grande do Sul em alguns ramos – 1950	175
Tabela 13 – Municípios com maior valor de produção no Rio Grande do Sul – 1950	176
Tabela 14 – Distribuição percentual do valor da produção industrial por estados.....	190
Tabela 15 – Resultado eleitoral para deputados em Santo Antônio da Patrulha – 1958....	226
Tabela 16 – Resultado eleitoral para prefeito e vice em Santo Antônio da Patrulha – 1959	230
Tabela 17 – Cotas de açúcar concedidas aos estados brasileiros – 1934/1959	254
Tabela 18 – Consumo aparente de açúcar (per-capita/quilo) – 1935/1955	255
Tabela 19 – Municípios principais produtores de cana no Rio Grande do Sul – ano de 1962	287
Tabela 20 – AGASA - Controle Acionário – 1974.....	347
Tabela 21 – Evolução do capital social da empresa (valor em Cr\$ 1.000,00) – 1963/1979	347
Tabela 22 – Estrutura fundiária dos fornecedores de cana da AGASA – 1974	348

Tabela 23 – Distribuição fundiária de Santo Antônio da Patrulha – 1972	349
Tabela 24 – Número de empregados da AGASA – 1968/1974	357
Tabela 25 – Número de operários da AGASA – 1974	357
Tabela 26 – Evolução do lucro da AGASA – 1969/1974	400
Tabela 27 – Evolução do número de fornecedores de cana à AGASA – 1966/1974.....	411
Tabela 28 – Número de fornecedores de cana por município – 1966/1974	412
Tabela 29 – Transporte da cana para a usina – 1966/1974.....	412
Tabela 30 – Safras da AGASA - Emprego de tempo/dias – 1966/1974	413
Tabela 31 – Produção de açúcar da AGASA – 1966/1970	452
Tabela 32 – Municípios compradores de açúcar da AGASA no período entre julho de 1966 e abril de 1973	455
Tabela 33 – Áreas canavieiras dos estados brasileiros – 1974	484
Tabela 34 – Estrutura da produção de açúcar de usinas do Brasil na safra 1974/1975.....	484
Tabela 35 – Evolução da produção de cana no Rio Grande do Sul – 1966/1974	486
Tabela 36 – Terras próprias da AGASA – 1980	520
Tabela 37 – Produção da usina nas lavouras próprias – 1981/1982.....	534
Tabela 38 – Produção da Destilaria de Álcool da AGASA – 1980/1984.....	544
Tabela 39 – Custos e rentabilidade da cana – julho de 1986.....	559
Tabela 40 – Áreas próprias da AGASA – 1986	559
Tabela 41 – Levantamento de cana, em toneladas, recebida pela AGASA – 1966/1988 ..	560
Tabela 42 – Número de fornecedores da AGASA – 1966/1987	565
Tabela 43 – Atividades principais dos 880 canavieiros cadastrados na AGASA em 1987	565
Tabela 44 – Censos da população municipal de Santo Antônio da Patrulha – 1950/1980	592
Tabela 45 – Preço da cana estabelecido pelo IAA – 1970/1975	596
Tabela 46 – Causas apontadas com o maior número de ocorrências pelos entrevistados, em cada colônia, para o fechamento da AGASA, através da metodologia da História Oral	609

LISTA DAS ABREVIATURAS

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
ALRS – Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
AGASA S.A. – Açúcar Gaúcho S.A.
AJMJ – Arquivo de José Maciel Júnior
ALINEA – Associação Litoral Norte de Engenheiros Agrônomos
AMSAP – Arquivo Municipal de Santo Antônio da Patrulha
APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
ALCALNORTE – Associação das Câmaras de Vereadores do Litoral Norte
ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
ASFORCA – Associação dos Fornecedores de Cana do Nordeste do Rio Grande do Sul
ATARGS – Associação dos Técnicos Agrícolas do Rio Grande do Sul
BADESUL – Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul
BANRISUL – Banco do Estado do Rio Grande do Sul
BERGS – Banco do Estado do Rio Grande do Sul
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul
CACMSAP – Correspondência Ativa da Câmara Municipal de Santo Antônio da Patrulha
CCEE – Coordenadoria de Controle do Equilíbrio Ecológico
CCSAL – Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda.
CDE – Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio Grande do Sul
CEDIC – Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul
CEMAPA – Central de Comandos Mecanizados de Apoio à Agricultura
CENERGS – Comissão Estadual de Energia
CIENTEC – Fundação de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CMSAP – Câmara Municipal de Santo Antônio da Patrulha
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COBAL – Companhia Brasileira de Alimentos
CODEL – Conselho de Desenvolvimento do Litoral Norte
CODESAP – Conselho de Desenvolvimento de Santo Antônio da Patrulha
CODESUL – Conselho de Desenvolvimento do Extremo-Sul

COFAP – Comissão Federal de Abastecimento e Preços
CONSTRUA – Comércio de Construção Ltda.
COOPERSUCAR – Cooperativa dos Produtores de Cana-de-açúcar
CORLAC – Cooperativa Rio-grandense de Laticínios e Correlatos Ltda.
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CUT – Central Única dos Trabalhadores
D.E.E – Departamento Estadual de Estatística
DISPRODAL – Distribuidora de Produtos Alimentícios Ltda.
DPREC – Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais
EMATER – Associação Rio-grandense de Empreendimento de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAG – Frente Agrária Gaúcha
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FARSUL – Federação de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FEARROZ – Federação das Cooperativas de Arroz do Rio Grande do Sul
FEPLAM – Fundação Educacional Padre Landell de Moura
FEPLANA – Federação dos Plantadores de Cana do Brasil
FESTCANA – Festa Estadual da Cana
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GAP – Gabinete de Administração e Planejamento
IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool
IBC – Instituto Brasileiro do Café
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM – Imposto de Circulação de Mercadorias
IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INDECOOP – Instituto de Desenvolvimento do Cooperativismo
INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial
IRGA – Instituto Rio-grandense do Arroz

LBA – Legião Brasileira de Assistência
LC – Lions Clube
METROPLAN – Fundação Planejamento Metropolitano Regional
MUDES – Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTN – Obrigações do Tesouro Nacional
PLANALSUCAR – Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PSD – Partido Social Democrático
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PROÁLCOOL – Programa Nacional do Álcool
PRODECANA – Programa de Desenvolvimento da Cana-de-açúcar
PROGASA – Produtos Gaúchos S.A.
PROJETO LINOR – Projeto de Desenvolvimento do Litoral Norte
RV – República Velha
SAMRIG – S.A. Moinhos Rio-grandenses
SAP – Santo Antônio da Patrulha
SECRRA – Serviço Especial de Controle de Requisição e Redestilação de Aguardente
STIL – Sociedade Técnica de Irrigação Ltda.
STPT – Sistema de Transporte Palmares do Sul a Torres
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UCS – Universidade de Caxias do Sul
UDN – União Democrática Nacional
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
URGS – Universidade do Rio Grande do Sul
USP – Universidade Federal de São Paulo
VINOSUL – Central de Vitivinicultura do Sul S/A

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	33
1.1 HISTÓRIA DO PRESENTE	47
1.2 HISTÓRIA ORAL	50
1.3 HISTÓRIA AGRÁRIA, HISTÓRIA REGIONAL E HISTÓRIA EMPRESARIAL ..	58
2 CENÁRIOS DA CANA: UMA LONGA E SINUOSA VIAGEM DA ÁSIA AO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL/BRASIL	64
2.1 MADEIRA, O <i>PORTAL</i> DA DIFUSÃO CANAVIEIRA NO OCIDENTE: A PROEMINÊNCIA BRASILEIRA	64
2.2 A INSERÇÃO TARDIA DO RIO GRANDE DO SUL NO BRASIL CANAVIEIRO	83
2.3 SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA E LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL: DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE REGIONAL AO TEMPO DA EUFORIA CANAVIEIRA (SÉC. XVIII-XX)	89
2.3.1 As comunidades canavieiras norte-litorâneas e suas experiências precursoras	109
2.3.2 Agroindústrias canavieiras no Litoral Norte do Rio Grande do Sul	117
2.4 DA FRUSTRAÇÃO À ARTICULAÇÃO	173
3 AS CONTRADIÇÕES DA REGIÃO CANAVIEIRA – ANOS 1952-1963: O AÇÚCAR BRANCO COMO SOLUÇÃO	174
3.1 NO ESTADO EM CRISE, A EUFORIA “INDUSTRIALIZANTE” E A AMEAÇA DA MISÉRIA EM SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA E LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL	174
3.1.1 A ameaça da miséria	179
3.2 A AGUDIZAÇÃO DA CRISE NORTE-LITORÂNEA E A RESISTÊNCIA DOS CANAVIEIROS	195
3.3 O PTB E A CAUSA CANAVIEIRA	221
3.4 A ATUAÇÃO DA COOPERATIVA CANAVIEIRA SANTO ANTÔNIO LTDA....	231
3.4.1 Limites da Cooperativa	238
3.5 A COOPERATIVA CANAVIEIRA E O PROJETO SOCIAL DO PTB	252

4 A AGASA – AÇÚCAR GAÚCHO S.A.: SONHO E REALIDADE (1963-1975) ...	290
4.1 O PROJETO USINEIRO: DA SOCIEDADE AO ESTADO	291
4.1.1 O projeto usineiro popular, o primeiro: concepção da Cooperativa.....	293
4.1.2 O projeto usineiro apropriado: concepção do Estado trabalhista.....	296
4.1.3 O projeto usineiro executado: concepção do Estado militar pós-1964.....	312
4.2 INAUGURAÇÃO DA AGASA: UMA FESTA PARA A CANA	317
4.3 OS CAMINHOS DA CANA E A INDÚSTRIA EM MOVIMENTO.....	333
4.3.1 A lógica da produção usineira gaúcha: as relações agricultura/indústria	367
4.4 A DIALÉTICA DA SUPERSAFRA E OS DESCAMINHOS DO SONHO: INDÍCIOS DA DESILUSÃO.....	379
4.5 A RUPTURA DO SONHO	418
4.5.1 A Fazenda Maciel: terras próprias e ampliação da usina: solução de crise?	420
4.5.2 Uma usina para Torres: um megaprojeto.....	439
4.6 O AÇÚCAR É DOS GAÚCHOS?.....	451
4.7 MUDANÇAS NA VILA DA AGASA: ATRAÇÕES AOS FORNECEDORES DE CANA.....	459
4.7.1 Supermercado Canavieiro e DISPRODAL.....	464
4.7.2 Posto de Gasolina <i>Sharkara</i>	468
4.7.3 CONSTRUA.....	469
4.7.4 Associação dos Fornecedores de Cana (ASFORCA).....	472
4.8 O AVANÇO DA CRISE CANAVIEIRA	479
5 A AGONIA DA AGASA: ÀS MARGENS DA LAGOA, O SEU AMARGO FIM (1975-1990)	483
5.1 AÇÚCAR E ÁLCOOL: A ESTATAL SE AMPLIA – E OS CANAVIAIS?.....	501
5.2 RESISTÊNCIA E DERROCADA DA AGASA.....	539
5.2.1 Uma cooperativa para salvar a Açúcar Gaúcho S.A. e a onda de privatização	585
5.3 O FECHAMENTO DA USINA: RASTROS ESCRITOS	593
5.4 MOENDAS CALADAS: VOZES DA DESILUSÃO	603
5.5 EPÍLOGO	612
6 CONCLUSÃO.....	624

REFERÊNCIAS 637

ANEXOS 726

1 INTRODUÇÃO

O interesse de estudo e pesquisa dirigido ao município de Santo Antônio da Patrulha, situado no litoral norte do Rio Grande do Sul, visto no seu contorno atual (955 km²) ou primitivo (34.184 km²), quando sede de um dos quatro primeiros municípios do Rio Grande do Sul, vem de berço. Como filha do historiador local Juca Maciel, a atenção por tudo que dizia respeito ao município e à região era, desde a infância, evidente.

A centenária casa de número 19 da antiga Rua do Vinagre (pelo grande número de botequins, nela existentes, que vendiam aguardente no século XIX) abrigava a residência da família, um arquivo e museu particulares, nos porões e em outros aposentos, e o Cartório de Registro de Imóveis (outro grande arquivo). Diariamente, nesse ambiente, a comunidade procurava o *Seu Juca* para registrar terra, entrevistar-lhe sobre a história local ou, ainda, pesquisar no seu rico e multifacetado acervo recolhido ao longo de quase cinquenta anos.

Assim, estimulada pelo cenário familiar, *embalado pela história*, a escolha do objeto de estudo para a dissertação de mestrado, defendida em abril de 1979, não foi outra que uma temática centrada no espaço patrulhense. Intitulada *Santo Antônio da Patrulha: vínculo, expansão e isolamento (1803-1889)*, a pesquisa tratou do processo de criação da vila e de sua atuação como sede que foi da região Nordeste do Rio Grande do Sul, criada em 1809, junto com Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo. Esses foram os quatro primeiros municípios que deram origem aos atuais 496 existentes no estado.

O estudo do processo das emancipações dos distritos de Santo Antônio da Patrulha ao longo dos séculos XIX e XX (hoje são 78 os municípios existentes dentro da sua primitiva área, contando Santo Antônio da Patrulha) acabou estimulando a criação do projeto *RAÍZES*, em 1990, que anualmente realiza encontros, chamando pesquisadores e interessados na escrita da história da região. E o que desperta a atenção no exame da historiografia regional,¹ como

¹ Refere-se a três grupos: às obras centradas no núcleo patrulhense da antiga vila de Santo Antônio da Patrulha (1º grupo); às dos seus distritos emancipados desde a instalação do município, em 1811 (2º grupo); e à produção de nossa autoria dirigida aos cenários dos dois grupos (3º grupo). Este 3º grupo foi constituído para demarcar nossa produção, que tem sido dirigida, com intensidade, para a região em foco. Do 1º grupo são exemplos: MACIEL JR. José. *Reminiscências da minha terra*. Santo Antônio da Patrulha. Porto Alegre: EST, 1987. NEIS, Ruben. *Guarda Velha de Viamão: no Rio Grande miscigenado surge Santo Antônio da Patrulha*. Porto Alegre: EST; Sulina, 1975. KURY, Affonso Penna. *Santo Antônio da Patrulha: uma visão apressada*. Porto Alegre: Moenda da Canção Nativa, 1987. BACKES, Wunibaldo. *Santo Antônio da Patrulha nas Memórias do Padre Wunibaldo*. Porto Alegre: EST, 1992. Do 2º grupo existem dezenas de obras publicadas acerca dos 77 municípios que nasceram dentro do primitivo município de Santo Antônio da Patrulha. Verificar a respectiva árvore genealógica com os municípios originários de Santo Antônio da Patrulha e o mapa do Rio Grande do Sul de 1809, ano da criação dos quatro primeiros municípios. ANEXOS A e B.

nas obras resultantes dos referidos encontros (15 deles publicados em 13 alentadas obras),² é o desinteresse ou a indiferença com a pesquisa sobre a realidade dos canavieiros, os produtores de cana que demarcaram a identidade do município de Santo Antônio da Patrulha, como a *terra da cachaça e da rapadura* – ou a conhecida *Terra dos Canaviais*.³ Na verdade, se pode afirmar que o objeto de estudo do presente trabalho é tema esquecido e praticamente ignorado na produção do conhecimento da história regional. A trajetória da expansão da lavoura canavieira no extremo-sul do Brasil, ainda que demarcada por duzentos anos de sua presença no território gaúcho, com não poucas experiências pontuais sucroacoleiras, sem esquecer a tradicional produção de cachaça, mantinha-se como um capítulo não escrito da História do Rio Grande do Sul.

² Ver na bibliografia o inventário das obras da série *Raízes*.

³ Existem cinco trabalhos a respeito: dois produzidos fora da academia e três resultantes de monografia de final de curso de graduação em Economia; em História, nenhum trabalho foi realizado. O consagrado Fernandes Bastos, da antiga Conceição do Arroio, escreveu: FERNANDES BASTOS, Manoel E. Notas e apontamentos sobre a cultura da cana-de-açúcar em Conceição do Arroio (atualmente Osório). *Revista do IHGRGS*, Porto Alegre, Globo, p. 142-149, III trim., 1938. Affonso Penna Kury escreveu um pequeno opúsculo (16p.) intitulado *A saga da cana-de-açúcar*, editado na década de 1980 pela MOENDA – Associação de Cultura e Arte Nativa. Trata da origem asiática da cana, sua aclimação na Península Ibérica e em seus arquipélagos e da sua introdução no Brasil e no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, especialmente em Santo Antônio da Patrulha. Na academia, três monografias tiveram como objeto de estudo a AGASA. São elas: TOMAZINI, Roque G. Annes; ECHEVERRIA, Luiz Carlos R.; SILVEIRA, Custódio H. da. *A influência da AGASA no aumento do nível de vida dos fornecedores da sub-região de Içara no município de Santo Antônio da Patrulha: estudo exploratório*. 1969. Monografia de Conclusão de Curso (Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. MÖLLER, Ary Gilberto. *Indústria açucareira e implantação da primeira Destilaria de Alcool Hidratado do Estado/RS*. 1985. Monografia de Conclusão de Curso (Centro Tecnológico) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. WAGNER, Leonel. *Estratégias à produção de álcool no Estado do Rio Grande do Sul (1972-1985)*. 1985. Monografia de Conclusão de Curso (Centro de Ciências Econômicas) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. A cana-de-açúcar comparece em trabalhos da região, citada periféricamente, não como tema especificamente tratado. Por exemplo, em *Rememorações de Conceição do Arroio*, Guido Muri traz depoimentos interessantes de alguns funcionários que trabalharam na Usina Santa Marta (1925-1938). Mais recentemente, além de pequenos textos por mim produzidos a respeito da cana-de-açúcar, encontram-se dois trabalhos referentes ao objeto de estudo na obra *Raízes de Osório*, editada em 2004, reunindo os anais do 13º Encontro dos Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha: um de autoria de Cláudio Leal Domingues, e outro de Edegar da Silva. Ambos informam sobre as tentativas agromanufatureiras frustradas no Litoral Norte do estado, anteriores à Açúcar Gaúcho S.A. E *Raízes de Santo Antônio da Patrulha e Caraá*, livro lançado em 2000, traz uma contribuição de Nilza Huyer Ely acerca da esperança anunciada com a instalação da AGASA. Destaque-se, entretanto, que as muitas informações trazidas nesta produção se repetem, além de provocarem várias interrogações face o desconhecimento que o tema encerra.

Essa estranheza diante do vazio historiográfico da temática abordada⁴ deve-se à constatação, quando da pesquisa em vastíssima documentação compulsada ao preparar a dissertação de mestrado,⁵ da importância da economia canavieira na área em destaque, desde o século XVIII, não só para Santo Antônio da Patrulha, como para o vizinho município de Nossa Senhora da Conceição do Arroio, hoje denominado Osório.

Berço da produção canavieira do Rio Grande do Sul, com a instalação dos primeiros engenhos de cana na década de 1770,⁶ o município patrulhense e seus distritos litorâneos (Conceição do Arroio e Torres), antes e depois de emancipados no século XIX (1857 e 1878, respectivamente), tinham na produção dos derivados da cana a sua marca identitária. Nos anos 1900, a região viveu momentos de euforia com a implantação de projetos de modernização no setor, de âmbito privado e/ou público, consagrando-se o maior deles, na década de 1960, com a criação da AGASA - Açúcar Gaúcho S.A., situada na divisa entre os municípios de Osório e Santo Antônio da Patrulha, no litoral norte do estado.

Idealizado pela Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda., fundada em 1958, e presidida por Jorge Pedro Nehme (depois prefeito do município patrulhense entre 1964 e 1969), o projeto da usina, de base popular (minifundiários da cana), foi apropriado pelo PTB, ou seja, apossado pelo trabalhismo como a saída para a ressurreição da região, considerada a mais pobre do estado, no entendimento de Leonel de Moura Brizola, em 1962, quando era prefeito de Porto Alegre. Depois, quando Brizola era governador do Estado (1959-1963), a ele deu sustentação o governo federal, com o então presidente João Goulart (1961-1964); todos correligionários.

E assim refere o projeto: “A implantação de uma indústria na zona açucareira, na zona nordeste do Estado, visando à exploração e desenvolvimento da cultura da cana, objetiva a

⁴ No Brasil, ao contrário, como afirma Fernando de Azevedo: “Nenhum campo de nossa história social e econômica tem sido mais explorado, – e, às vezes, com grande lucidez e segurança, – do que o da civilização do açúcar, sob vários dos seus aspectos.” Entretanto, reconhece, a seguir: “Mas, por maiores que tenham sido as contribuições anteriores, algumas de primeira ordem, como a de Gilberto Freyre, pioneiro notável nessa ordem de estudos, não foram bastante para esgotarem as pesquisas sobre dita essa matéria concreta que se oferece, sólida e rica, à análise e à reflexão.” AZEVEDO, Fernando de. *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil*. 2. ed., São Paulo: Melhoramentos, 1958, p. 13.

⁵ No fundo documental *Requerimentos* e no da *Correspondência Ativa da Câmara Municipal de Santo Antônio da Patrulha* (1811-1889), custodiados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, encontram-se informações riquíssimas sobre a produção canavieira do município, especialmente os relatórios apresentados pela Mesa da Câmara e os balancetes nos quais se verificam dados da receita e da despesa, e a arrecadação sobre a cana-de-açúcar é destaque. Igualmente, a documentação do mesmo período existente no Arquivo do município, sejam as atas das sessões da Câmara ou outros fundos documentais, fornecem muitos dados acerca da cultura da cana. Destaque-se, também, para o período do século XIX, os anais da Assembléia Provincial, contendo muitas manifestações sobre a riqueza canavieira do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Aqui estão sendo referidas apenas as fontes primárias do século XIX. No século XX, outras tantas foram produzidas e conservadas.

⁶ Dos portugueses, os irmãos Antonio e Manuel Nunes Bemfica. Ver: CARVALHO, Mario Teixeira de. *Nobiliário sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1937. p. 164.

melhoria do nível de vida das populações rurais da região.”⁷ Com esse norte as obras da usina foram iniciadas, mas só concluídas no período militar, pós-1964

Inaugurada em novembro de 1965 – em meio a uma euforia regional, na administração Ildo Meneghetti (1963-1967) –, passados apenas vinte e cinco anos, a indústria de açúcar teve suas portas cerradas em 1990, depois de um período de agonia, antecedida por breve euforia de uma boa safra (1971), a maior da sua história, que chegou a ultrapassar o patamar da cota de produção permitida para o Rio Grande do Sul pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).⁸

Diante desse recorte histórico esquecido na historiografia do Rio Grande do Sul e da rica e interessante, mas “adormecida”, documentação existente na AGASA, indaga-se: Por que esta temática regional ainda não foi pesquisada e estudada?

Nos tradicionais estados brasileiros de produção açucareira (especialmente Pernambuco, Alagoas e São Paulo) e outras áreas de expansão (Paraíba, Minas Gerais e Rio de Janeiro), estudos sobre o tema vêm sendo realizados, fora ou dentro da academia, com dissertações de mestrado e teses de doutorado.⁹ Ainda assim, a história da agricultura no Brasil continua sendo uma área intacta em pesquisas, um campo de investigação a ser descortinado e estudado em profundidade.¹⁰

No Rio Grande do Sul, muitos, quando cruzam a auto-estrada Porto Alegre - Osório, ao se depararem com a gigantesca chaminé, inativa e abandonada, na altura da Lagoa dos Barros, e nela escrita a expressão AGASA, em sentido vertical, perguntam-se: Qual será o seu futuro? Outros indagam: Qual é a sua história? A resposta que se pode dar é que até agora a escrita dessa história não foi feita. Com este trabalho, o desafio está aceito, com a responsabilidade social de ser historiadora da região, conforme inspira o título da obra de Joseph Fontana *HISTÓRIA: análise do passado e projeto social*, conduta balizadora dessa escrita.¹¹ Propõe-se aqui, além de recuperar os liames da realidade demarcada, ajudar a responder a uma série de perguntas que os próprios atores sociais da extinta usina ainda se fazem, e para as quais não

⁷ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Economia. *Projeto de implantação de uma usina de açúcar no litoral nordeste do Estado*. Porto Alegre, 1962. p.1. Datilografado.

⁸ O Rio Grande do Sul recebeu inicialmente a cota de 200 mil sacas, ampliada depois para 400 mil.

⁹ Como exemplos: ANDRADE, Manuel Correia de. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Ed. UNESP, 1994. SZMRECSÁNYI, Tamás. *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil: 1930-1975*. São Paulo: Hucitec; Ed. UNICAMP, 1979. HEREDIA, Beatriz Alasia. *Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: MTC; CNPq, 1988. RAMOS, Pedro. *Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1999. CAMPOS, Zóia Vila. *Doce amargo: produtores de açúcar no processo de mudança: Pernambuco (1874-1941)*. São Paulo: Annablume, 2001. THOMAZ JUNIOR, Antonio. *Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital X trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: Annablume, 1996.

¹⁰ Quem alerta é um consagrado estudioso brasileiro da agroindústria açucareira. Ver: SZMRECSÁNYI, Tamás. *Pequena história da agricultura no Brasil*. São Paulo: Contexto: 1998. p. 9.

¹¹ FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

encontraram, até o momento, respostas explicativas para que sua própria história possa ser compreendida. Mais que isso: para que eles, os poucos que herdaram a tradição canavieira, possam, mais acertadamente, se posicionarem diante de novas demandas de *sonhos*,¹² projetados para eles, como se lê na imprensa estadual e regional.¹³ A exposição de motivos sustenta-se no interesse de recuperar culturas e produções rurais tradicionais, garantindo a diversificação das fontes de receitas das pequenas propriedades. Trata-se de antigo discurso.

Em 1995, o governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, criou o Programa de Desenvolvimento da Cana-de-açúcar (PRODECANA), destinado a elevar a renda familiar e a desenvolver novos empregos no meio rural, garantindo dessa forma a permanência do homem no campo.¹⁴

Matéria divulgada em 1998 exaltou que o cultivo da cana-de-açúcar e a produção de seus derivados poderiam encher o bolso de quem apostasse na qualidade em todos os elos da cadeia produtiva.¹⁵ Esse filme já foi visto. Em manchete no ano de 2005, lê-se: “RS tem potencial para produzir cana.” E a seguir afirma-se: “Estado possui projeto para criar Câmara Setorial da Cana”.¹⁶ Afinal, é de se perguntar: Qual o projeto social que desejam construir diante da história de frustrações que têm como lastro? Para tanto, é preciso ter a história da expansão canavieira no Rio Grande do Sul não só escrita, mas, sobretudo, claramente explicada.

Quer-se inicialmente, através do exame da expansão da cana-de-açúcar no Rio Grande do Sul, e a partir do espaço reconhecido por várias gerações como a região canavieira no estado, dar a conhecer os fazeres e as experiências artesanais e manufactureiras nela

¹² Os canavieiros da região têm uma herança de desilusões com experiências agromanufatureiras frustradas, a contar da década de 1920.

¹³ Desde o ano 1998, mas mais especialmente em 2000, na sua segunda metade, a grande imprensa passou a estimular a retomada da produção canavieira na região, criando expectativas de sucesso aos empreendimentos no setor. Repetem-se as chamadas para reuniões e ações da APRODECANA – Associação dos Produtores de cana-de-açúcar e seus derivados, bem como do Programa de Desenvolvimento do Cultivo e aproveitamento da cana-de-açúcar e seus derivados – PRODECANA. A exemplo, nesta matéria lê-se: “Os agricultores do Litoral Norte, alguns voltados hoje para a produção de hortigranjeiros, não escondem o desejo de investir novamente nos canaviais. Mas ainda estão ariscos por causa da desilusão vivida há poucos anos, quando o produto era cultivado em mais de 5 mil hectares, por meio do trabalho de cerca de 2,5 mil famílias.” TEMORES. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 9, 17 ago. 1998. Na mesma direção destacam-se SILVA, Daiçon Maciel da. Cana-de-açúcar, uma excelente alternativa. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, n. 872, p. 14, 21 dez. 2000. APRODECANA promove Fórum Regional em Santo Antônio da Patrulha. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, n. 872, p. 1, 21 dez. 2000. É da APRODECANA a iniciativa desta obra: CRISPIM, Jack Eliseu. *Manual da produção de aguardente de qualidade*. Guaíba: Agropecuária, 2000. Foi lançada com o apoio da Cachaçaria Água Doce, de Porto Alegre, e da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha – *Terra dos Canaviais*.

¹⁴ CANA-DE-AÇÚCAR seduz gaúcho. *JornalCana*, Ribeirão Preto, p. 3, ago. 1998.

¹⁵ Para tanto, recorda que essa situação foi quase alcançada nas décadas de 1970 e 1980, período áureo da Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA, “[...] famosa usina que sustentava a economia local e rendia bons dividendos aos canavieiros.” GAÚCHOS redescobrem a cana. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 12, 20 set. 1998.

¹⁶ RS tem potencial para produzir cana. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 14, 03 abr. 2005.

desenvolvidas pelo setor. Esse é o primeiro objetivo. E o fio condutor dessa trajetória bicentenária, vislumbrada com seus insucessos e avanços, será alinhado na busca da centralidade da pesquisa, qual seja o de verificar, através da análise do processo de criação, implantação e trajetória da AGASA, as raízes e as razões terminais do seu fechamento. A análise focará as peculiaridades da industrialização do açúcar no Rio Grande do Sul nesse sentido. Ou seja, a partir da prospecção dos caminhos da tradição canavieira¹⁷ que deram lastro ao sonhado projeto social usineiro gaúcho, quer-se apontar os fatores de ordem infra e superestrutural que no curto tempo de funcionamento da usina teriam promovido a sua liquidação.

Trata-se do objetivo central. Para a construção desse objetivo central, faz-se necessário situar no processo histórico brasileiro (após a sinuosa viagem do oriente para o ocidente), o papel da produção canavieira na economia gaúcha, demarcando sua tradicional região. Nela identificar-se-ão seus atores e seus caminhos, seus fazeres e as condições de suas vidas, as relações de trabalho e a sua participação no desenvolvimento local e regional.

O necessário exame da produção de cana de Santo Antônio da Patrulha e municípios vizinhos de tradição canavieira, relacionada com a industrialização do vinho e do café, além do comércio intenso do açúcar mascavo com a fronteira, ampliará também o entendimento dos laços entre as três microrregiões. Inventariar a realidade patrulhense e circunvizinha da década de 1950 para mapear a crise que impôs o projeto da AGASA como solução foi decisivo para melhor compreensão das conjunturas em transição. E no bojo desse objetivo central se irá trazer à luz o que estava obscuro acerca da titularidade do projeto da usina. Para tanto, vai-se apontar a sua autoria, com o seu caráter, e os projetos que lhe sucederam, indicando a conexão entre idealização e execução do projeto usineiro gaúcho.

Em síntese, a identificação e a análise dos fatores e agentes que moveram a construção do projeto de redenção dos canavieiros dirigido ao Litoral Norte do Rio Grande do Sul, bem como a verificação das variáveis que impuseram sua derrocada, examinando-se suas determinações conjunturais e estruturais, além da avaliação das suas conseqüências, nortearam essa pesquisa.

Inquestionavelmente o nascimento da usina de açúcar branco, que leva no nome a marca *gaúcho* – AÇÚCAR GAÚCHO S.A. –, provocou mudanças nas relações sociais da área de sua instalação e cercanias, onde os colonos antes se entregavam a desmanchar a cana em

¹⁷ Evocando Hobsbawn, a “tradição inventada” implica uma continuidade em relação ao passado de práticas normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas. A respeito verificar: HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

pequenos engenhos para a confecção da rapadura e da cachaça, produtos que gestaram a tradição regional a partir do século XVIII, mas, mais especialmente, do açúcar mascavo, com maior ênfase no município de Santo Antônio da Patrulha, ao alcançar as décadas de 1940 e 1950. É que havia um mercado certo e promissor para o açúcar *amarelo* como insumo na fabricação do café, com muitas das torrefadoras situadas no próprio Litoral Norte, e, sobretudo, para a produção de vinhos, na região serrana de Caxias do Sul. Entretanto, uma crise se impôs a partir de outubro de 1957, devido à proibição pelo IAA da adição do açúcar mascavado naqueles produtos. Essa medida levou as cerca de 2000 famílias de canavieiros minifundiários¹⁸ à agudização de suas dificuldades, cuja superação foi perseguida com o projeto de criação e instalação da AGASA, que fabricaria o açúcar branco.

Para quem viveu a década de 1960, especialmente o ano da inauguração da indústria açucareira, situada à margem da *doce* Lagoa dos Barros, com sua majestosa chaminé e seu amplo prédio em meio ao verde da cana que rasgava os morros da encosta da Serra Geral, custa a entender e a aceitar o silêncio das moendas, *denúncia* do seu amargo fim em 1990. Eis o problema.

As moendas calaram-se. Por quê? Quais os fatores e as condições que impuseram silêncio ao sonho redentor dos canavieiros? Por que fechou a AGASA, a empresa que anunciara um futuro promissor para eles e para a região, considerada a mais pobre do estado, aquela onde, nas décadas de 1960 e 1970, eles trabalhavam com a cana?

Diante do problema apontado, impõe-se, para seu desvendamento e busca de respostas às perguntas suscitadas, fundamentar a análise, perseguindo algumas questões norteadoras desta pesquisa, quais sejam:

- a) na região norte-litorânea do Rio Grande do Sul, foi implantada, no século XVIII, a cultura canavieira, que ali se firmou como cultura tradicional, totalmente desvinculada dos rumos e objetivos da pioneira economia colonial canavieira do nordeste. A cultura gaúcha da cana-de-açúcar teria sido fomentada e produzida com singularidades que a distingue das demais experiências praticadas nas capitânicas, depois províncias do Brasil;

¹⁸ Nas décadas de 1950 e 1960, registra-se, em vez da democratização da riqueza, o que se pode chamar de “socialização da miséria”, pois o latifúndio permaneceu praticamente incólume. É o que se lê em SCHLLING, Paulo. Da estrutura agrária brasileira. In: MARIQUELA, Carlos et al. *A questão agrária: textos dos anos sessenta*. São Paulo: Brasil Debates, 1980. p. 91. Em 1960 ocorreu um longo e ferrenho debate na defesa do *operário da terra*, como refere o líder do MTR, Fernando Ferrari, ao conseguir aprovar seu projeto de Estatuto do Trabalhador Rural, de nº 1.837-G. Examinar, a propósito: ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL: Projeto Fernando Ferrari. Brasília: Imprensa Nacional, 1963.

- b) na região norte-litorânea do Rio Grande do Sul, foram realizadas algumas tentativas de industrialização do açúcar na primeira metade do século XX, lastreadas na tradição canavieira. Entretanto, elas teriam acabado frustradas devido a fatores regionais e também externos, sobretudo pela conduta no âmbito nacional hegemônica pelo nordeste açucareiro;
- c) na região norte-litorânea do Rio Grande do Sul, os canavieiros viveram, nas décadas de 1940 e 1950, um período de euforia com a produção de açúcar mascavo. Nessa fase foram articuladas relações comerciais importantes entre a serra, a fronteira e o litoral, gerando uma movimentação econômica que não só teria ajudado a desenvolver a produção vinícola italiana, como também teria promovido o desenvolvimento do litoral da cana, não fossem interrompidos os vínculos inter-regionais impostos pela subordinação do estado gaúcho à lógica brasileira do açúcar, centrada no nordeste, e que se direcionava paulatinamente a São Paulo, vindo assumir o papel de frente da expansão canavieira, sobretudo na segunda metade do século XX; e assim o Rio Grande do Sul fora *mantido* à margem;
- d) na região norte-litorânea do Rio Grande do Sul, a organização de uma cooperativa, no ano de 1958, reunindo os canavieiros, sobretudo do município de Santo Antônio da Patrulha, teria como objetivo, para saírem da crise de mercado, criar uma usina de açúcar branco. Com o Estado impondo-se em parceria, o projeto teria sido por ele encampado através da visão partidária do PTB, então no poder, que considerava a área como a mais pobre do Rio Grande do Sul; a usina seria, então, a ressurreição regional;
- e) na região norte-litorânea do Rio Grande do Sul, a AGASA, fundada na tradição canavieira e na história regional quase bicentenária e projetada para melhorar o nível de vida dos canavieiros, além de fixá-lo nas terras de sua região, teria cumprido temporariamente sua função. A brevidade da euforia vivida por eles teria sido imposta, sobretudo, por fatores estruturais de sua implantação e condução nas mãos do Estado pós-1964, que a teria desviado dos fins para os quais ela foi planejada e instalada. Em resistência, os fornecedores de cana teriam feito a sua parte.

Diante dessas questões apresentadas, três hipóteses foram formuladas:

- a) na região norte-litorânea do Rio Grande do Sul, o projeto da AGASA teria sido idealizado pelos canavieiros cooperativados da região como a solução diante da ameaça de miséria que sobre eles se impunha. Mas o projeto, depois apropriado e alavancado pelo Estado trabalhista com direção socialista, viria a ser ceifado pelo

Estado militar ao conduzir a usina por um rumo e com significados diferentes e distantes dos indicados pelos que o idealizaram;

- b) o fechamento da usina Açúcar Gaúcho S.A. teria sido motivado, sobretudo, pela dissociação dos canavieiros na condução do projeto por eles idealizado, somando-se a fatores de ordem infra-estrutural (a equivocada localização da indústria, o alto custo dos fretes e dos juros bancários, a falta de estradas e de financiamento), à inadequação estrutural (em minifúndios, nas encostas pedregosas dos morros, onde “as mãos se transformaram em enxada”), aos descaminhos dos objetivos sociais para os quais a AGASA foi idealizada e instalada, associados às diretrizes da política econômica nacional da conjuntura pós-1964;
- c) na região norte-litorânea do Rio Grande do Sul, os canavieiros, diante dos descaminhos do projeto popular por eles idealizado, teriam imposto o silêncio à Usina, em resistência, promovendo o abandono dos morros com a expulsão de centenas de famílias, permanecendo poucos na região, os mais velhos, o que reconfigurou a tradicional região da cana com outra fisionomia e alterou inclusive a matriz identitária de Santo Antônio da Patrulha como a *Terra dos Canaviais*, assim conhecida popularmente. O Litoral Norte do Rio Grande do Sul passaria a não ser mais a área de maior produção de cana do estado.

O título *Moendas Caladas: Açúcar Gaúcho S. A. – AGASA: um projeto popular silenciado: Santo Antônio da Patrulha e Litoral Norte do Rio Grande do Sul (1957-1990)* corresponde fielmente à *centralidade* do tema e aos objetivos propostos no presente trabalho. Ou seja, a lente focará o período demarcado entre a criação da Cooperativa Canavieira, a *articuladora do sonho*, isto é, de um projeto social empreendido pela sociedade civil organizada, ou seja, por populares – os canavieiros cooperativados – e o fechamento da AGASA, que em 1990 foi consumado por um ato governamental, visto o rumo que tomou no processo.

Para tanto, impôs-se, mais que examinar o tempo médio, focar a longa duração do tempo canavieiro da região em análise, revelado pela regressão temporal apresentada, na busca da demarcação da sua estrutura,¹⁹ qual seja, a da tradicional área de produção de cana-de-açúcar do Rio Grande do Sul.

Era, pois, preciso desvendar essa história, mais que constatá-la. É o pretendido com a pesquisa ora apresentada, através da análise da atuação do Estado (nos âmbitos municipal, estadual e nacional) e da trajetória de trabalho e de vida dos produtores de cana (canavieiros/fornecedores de cana) localizados no Litoral Norte do Rio Grande do Sul – especialmente em Santo Antônio da Patrulha e municípios vizinhos, como Osório e Torres –, centrada no período de 1957 (com restrição oficial ao açúcar mascavo no mercado e criação da Cooperativa Canavieira) a 1990, quando a AGASA definitivamente encerrou seu tempo de produção.

Junto aos papéis e às imagens que ficaram como testemunhas oculares dessa realidade, as falas provocadas a uma parcela dos construtores da trajetória em curso transformaram-se em fontes vivas dessa história. Sua escuta destinava-se a decifrar o silêncio das moendas, ao evocar lembranças memoráveis de famílias canavieiras. Para tanto, foram ouvidas vozes, orientadas pela metodologia da História Oral, através de seus teóricos e algumas experiências de seus seguidores. Não foram escutados os ruídos das moendas ou das carretas rangendo, morro abaixo, para despejarem a cana na usina. Foram vozes de parcela de seus atores, ainda presentes na região ou migrados para a Grande Porto Alegre, os quais morando com seus filhos e netos, têm como herança, sobretudo, as lembranças dos sonhos e das frustrações da fase mágica que os envolveu no período, para eles, do *ouro verde* ou da *fase áurea* da cana. Outros, que estiveram envolvidos com essa história, ainda que de lugares diversos e com papéis diferentes, também foram ouvidos.

¹⁹ “Os observadores do social entendem por estrutura uma organização, uma coerência, relações suficientemente fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é “[...] uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e a transportar. Certas estruturas são dotadas de uma vida tão longa que se convertem em elementos estáveis de uma infinidade de gerações [...]”. BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Presença, 1990. p. 14. Burke a respeito manifesta: “A idéia fulcral de Braudel é que mudanças históricas ocorrem em compassos ou ritmos diferentes. E ele distingue três ritmos diferentes: o primeiro, que é o tempo da *geo-história*, a relação entre os seres humanos e seu meio ambiente, ‘uma história cuja passagem é quase imperceptível... uma história de constante repetição e ciclos sempre recorrentes’ (Braudel chama isso de *histoire structurale*).” No seguimento o autor conceitua o tempo da *histoire conjoncturelle* e o da *histoire événementielle*. BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002. p. 211. Ou seja “A ‘estrutura’ do historiador é o caráter repetitivo das atividades dos indivíduos e grupos e que define os limites de atividade, do crescimento demográfico, da produção agrícola. A descrição de uma estrutura leva à sua história: as mudanças internas, as crises conjunturais, os movimentos cíclicos, as tendências à estagnação e ao crescimento. O historiador enfatiza o que se repete, o que permanece constante durante um longo intervalo de tempo.” REIS, José Carlos. *Annales: a renovação da História*. Ouro Preto: Ed. UFOP, 1996. p. 74. Eis que a intenção é olhar a trajetória canavieira para visualizar-se melhor o período focado.

Arquivos foram vasculhados, examinados e verificados. Fontes foram encontradas em profusão – em destaque, a documentação da AGASA enclausurada no seu *cofre arquivo*; um riquíssimo acervo que permitirá a construção de outras tantas pesquisas.²⁰ Igualmente outro arquivo (e também biblioteca) importante para este trabalho é o constituído pelo historiador Juca Maciel, que está em nosso poder. Reúne não só fontes primárias para a história do município e da região, referentes aos séculos XVIII e XIX, como também especificamente sobre o XX, provenientes do próprio envolvimento dos canavieiros que acorriam ao banco, à época: o BERGS, Banco do Estado do Rio Grande do Sul, e depois ao cartório (em busca do necessário registro), para com empréstimos animar sua produção. Como cartorário e historiador, não descuidou dos papéis de seu tempo e de sua responsabilidade como oficial de Registro de Imóveis do município de Santo Antônio da Patrulha. A imprensa local do século XX foi por ele também custodiada. Igualmente, jornais do município de Osório do período em estudo foram cotejados com a grande imprensa do estado, especialmente o Correio do Povo, que abria espaços para as demandas da região litorânea. Mapas, plantas e fotos, em exuberância, foram encontrados, especialmente no arquivo da AGASA, e também nos acervos particulares de Jorge Pedro Nehme (ex-prefeito de Santo Antônio da Patrulha) e do engenheiro agrônomo Wilson de Oliveira Castro, que atuou na área durante as décadas de 1960 e 1970.

Portanto, a pesquisa que palmilhamos, nestes últimos anos, para além de oferecer a escrita de fragmentos da história de uma região, no recorte da atuação de uma categoria social, a dos produtores de cana, está desvirginando um tema inédito da realidade histórica do estado do Rio Grande do Sul, sobretudo pelo seu potencial documental. Destaque-se que esse rico e diversificado acervo corria até então alto risco de descarte, além do que nunca um historiador o havia compulsado. E mais. Diante do reconhecimento da supremacia nordestina na produção do açúcar e depois do avanço paulista na produção sucroalcooleira do Brasil, tratar de usina açucareira em território gaúcho é ainda, para muitos, no âmbito nacional, no mínimo inexpressivo. E essa pesquisa vai mostrar que não o é. Tem-se a clareza de que a expansão da lavoura canavieira no Rio Grande do Sul e seus desdobramentos foi tardia, como foi tardio o processo de incorporação do Rio Grande do Sul ao espaço brasileiro. Essa

²⁰ Constituiu um gigantesco desafio garimpar as fontes documentais localizadas na AGASA. Além de muito empoeiradas, elas estavam totalmente desorganizadas. Nenhum princípio arquivístico as demarcava, estando as séries documentais misturadas, e sem nenhuma ordem cronológica. Além da documentação situada no *cofre*, havia também “papéis” nas gavetas, prateleiras, mesas e armários, localizados no escritório e almoxarifado; as plantas e os mapas estavam encostados na parede, depositados sobre o chão. Foi necessário também enfrentar os temores gerados pelo silêncio da usina, morada de insetos e outros voadores. No momento em que o *Claudinho* entregava a chave da usina para “realizar a pesquisa”, impunha-se coragem e espírito de investigação.

constatação não justifica a falta de reconhecimento da importância sócio-histórica que o espaço canavieiro gaúcho vinha tendo no contexto regional e brasileiro.

Para a revelação dessa realidade silenciada, retirada do claustro ou removida dos bastidores e ora encenada, centramos nossa metodologia de trabalho em três pilares: conteúdo, forma e concepção. Ou seja, o tripé – o quê, como e para que trabalhar com a história canavieira no estado – norteou a escrita do trabalho, ora apresentado em quatro seções, cuja tessitura está estribada na função social que esse conhecimento possa proporcionar. Essa é a preocupação basilar que impulsionou, de ponta a ponta, essa travessia. E ela está posta nas seções a seguir sinalizadas.

Inicialmente, para a construção empírica, será focalizada a gênese espacial da cana-de-açúcar, sua migração do Oriente para o Ocidente, e da Península Ibérica e de suas ilhas para a América, especialmente para o Brasil, até chegar ao Rio Grande do Sul, no século XVIII. Aqui se deseja mostrar as razões e as condições do pioneirismo da cana-de-açúcar em Santo Antônio da Patrulha, no âmbito da então Capitania de São Pedro. Para tanto, é de singular importância a pesquisa realizada em Portugal, de onde veio o primeiro engenho para a região em estudo; com destaque a participação no II Seminário Internacional sobre a História da Cana-de-Açúcar realizado na Ilha da Madeira, em 2002, quando foi apresentado o projeto desta pesquisa, ocasião em que aconteceram trocas com os especialistas do mundo lá presentes, que focam suas investigações no presente tema. Trata-se, portanto, de um apanhado amplo, ainda que sucinto, da trajetória da cana da região originária até sua implantação no Rio Grande do Sul, com o que se oferecem, inicialmente, fundamentos de empiria aos leitores que estejam ingressando no mundo canavieiro sem conhecimento prévio do tema. Traz-se ao palco, enfim, a região da cana-de-açúcar do estado, centrada no Litoral Norte, para a construção de sua identidade que foi forjada entre os séculos XVIII e XIX, e que, posteriormente, acolheu, no século XX, várias tentativas agromanufatureiras da cana. Essa é a segunda seção, exposta após a presente Introdução.

Na terceira seção, revelam-se as contradições da região canavieira até a primeira metade do século XX, frente às tentativas de modernização, a maioria delas frustradas ou não saídas do papel. Sobretudo a década de 1950 será focalizada para dizer dos atores em movimento de euforia, e depois suas frustrações impostas de fora, que os deixaria à margem; ou melhor, que os manteve à margem. Portanto, ao apresentarem-se as contradições da região norte-litorânea na metade inicial dos 1900, revelar-se-á, de um lado, que ela foi difundida, então, como a área mais industrializada do estado, e de outro, como a que vivia uma realidade social empobrecida, a maior do Rio Grande do Sul, segundo a visão de alguns, notadamente do

partido que alçava o poder do Estado àquela altura. Revelar-se-á essa dupla face para a melhor compreensão das atitudes tomadas para reverter a situação regional. É nesse quadro que entra em cena a Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. A sua articulação, diante da euforia do mercado que vinculava o litoral canavieiro com o ramo do café e os viniticultores da serra italiana, como também com as fronteiras do Uruguai e Argentina, será mostrada. E os vínculos da Cooperativa com a criação da AGASA vão demonstrar como foi buscada a *salvação* do Litoral Norte na leitura do Estado trabalhista, a partir da idealização e depois organização dos próprios produtores de cana.

As seções quatro e cinco centram-se na AGASA. A quarta apresenta o projeto usineiro, da sociedade ao Estado, nas suas três versões. Aborda a lógica da produção usineira, através das relações entre agricultura e indústria, com seus limites e possibilidades. Acompanha os encaminhamentos da sua criação e de seu funcionamento a partir da documentação da usina, cruzada com outras fontes, como a imprensa estadual e a regional, somadas todas com as produzidas junto aos seus atores, através dos documentos orais gerados para esta pesquisa. Ou seja, o *sonho*, em construção e execução, vai ser revelado também a partir da escuta de canavieiros, de fornecedores de cana à usina, de funcionários da empresa, de prefeitos e governadores, e de outros tantos envolvidos nessa história. O período percorrido na quarta seção, após a apresentação do projeto usineiro e de suas fisionomias, vai de 1963, ano do lançamento da pedra fundamental da Açúcar Gaúcho, seguindo-se os trâmites da sua construção e inauguração, até 1975, quando se agilizam providências e projetos para frear a grande e grave crise gerada após a maior safra da usina açucareira. Atrações oferecidas aos fornecedores de cana eram cruzadas com medidas que sinalizavam rupturas e descaminhos. Trata-se de um tempo movimentado por muitas contradições.

Para a seção cinco está reservado o cenário da decadência da usina, em lenta agonia, até o seu fechamento. Mostrar-se-ão as repercussões da implantação da Destilaria de Álcool nesse processo. E a edificação da derrocada da empresa, recordada através de múltiplas falas de atores que viveram essa história, vai mostrar como e por que muitos se foram da Vila da AGASA, que, abandonada, ficou com o passado a olhar a serra, com seus morros despovoados. Será o momento pontual de a Metodologia da História Oral apresentar seus resultados, após a colheita de depoimentos realizada com participantes situados em lugares diferentes neste edifício em construção, qual seja, a pesquisa ora em apresentação. É destaque também nessa seção que, ainda no apagar das luzes, num esforço de retorno ao caminho traçado pela Cooperativa que projetou a usina, uma outra cooperativa foi proposta para salvá-la. Mas o tempo já era outro.

Na seção seis, serão feitas considerações conclusivas da identidade desfigurada da tradicional região canavieira.

Lições precisam ser apreendidas com essa história, e, para tanto, ela será posta na arena, desde já. Ou seja, passado, presente e futuro dos canavieiros do Litoral Norte se enfeixam no rompimento do silêncio ao nascer uma primeira escrita de sua trajetória. Há muito os que ficaram, em nome dos que já se foram dos morros pedregosos da cana, queriam dizer que a cana-de-açúcar no Rio Grande do Sul também fez história no Brasil. A memória está viva. Ela não sucumbiu com o tempo da desilusão: ao contrário, ficou mais evidente. As moendas estão caladas, mas algumas vozes dos que as moveram serão aqui escutadas. Ouvi-las é reconhecê-las como partícipes da história da região Litoral Norte do Rio Grande do Sul e constatar que hoje, em outros espaços, vivem suas vidas realizando outros fazeres, como sujeitos do tempo presente, mas que não esqueceram o passado – mais que seu passado, o da região de suas raízes. Aqui colher-se-ão frutos de sementes plantadas e lições que a vida lhes ensinou.

Revelar essa história é desvelar os mistérios que emergem do cenário de abandono da Usina e da Vila da AGASA, vistas à beira da Lagoa dos Barros, através da RS 30 ou da BR 290, anunciado pela majestosa chaminé que identifica a contribuição dos patrulhenses e osorienses, como de outros tantos do Litoral Norte, na produção do *Açúcar Gaúcho*. Lá se encontra altiva, como testemunha de uma história que será desvelada, ou desvendada, no escopo do presente trabalho.

Mas há que se usem lentes para melhor e mais nitidamente descortinar a realidade dos que movimentaram essa história, dos que transformaram terras pedregosas, pirambeira abaixo, em verdes canaviais. Para tanto, se impôs a demarcação dos aportes teórico-metodológicos, enquanto canais que serão usados para decifrar com maior lucidez a trajetória dos que atuaram com a cana-de-açúcar na tradicional região canavieira do Rio Grande do Sul.

Demarcar uma metodologia para a construção do conhecimento do objeto proposto nesta pesquisa, que trata do tempo recente, impôs aglutinar alguns campos da história, enquanto caminhos e suportes de trabalho para dar conta dos objetivos e confirmar as hipóteses apresentadas.

São três os campos de investigação histórica, que não só atuaram na convicção da escolha e percurso do tema como também metodologicamente nortearam os procedimentos deste estudo, constituindo aportes que ajudaram a enxergar melhor os canaviais e a ação dos seus trabalhadores. São eles:

- a) o que se refere às orientações da História do Presente, recomendadas por seus teóricos;

- b) o que baliza a História Oral, com seu método e sua técnica, que lhe dão cientificidade, relacionada com o campo da memória, e
- c) o que norteia a História Agrária, com o método adequado às possibilidades de explicação do objeto em construção, articulado às perspectivas de leituras do espaço a partir da História Regional, e nela a História Empresarial também presente.

A seguir, encontram-se alguns detalhamentos acerca dos suportes teóricos balisadores do presente trabalho.

1.1 HISTÓRIA DO PRESENTE

Inicialmente, destaque-se que os pais da Escola dos *Annales* já haviam dado uma especial atenção ao presente. Como bem destacou Marc Bloch, “A incompreensão do passado nasce, afinal, da ignorância do presente.”²¹ Igualmente, Lucien Febvre, por sua vez, num curso de História da vida contemporânea, afirmou que “a análise do presente” podia dar “a régua e o compasso” à pesquisa histórica.²²

O que ocorre é que a História do Presente é a que menos conhecemos. Sua fisionomia, seus contornos, suas evidências comparecem ao historiador, pode-se dizer, confusas, até que ele os aborde. Ao fazê-lo, impõem-se cuidados de ordem metodológica para não resultarem em problemas epistemológicos, dada a natureza da presença física do historiador em seu tempo e no seu tema.²³ Mas Chauveau e Tétart reconhecem: “[...] continuamos sem munição. Para o presente não dispomos de uma referência como “Faire de l’Histoire.”²⁴

Na verdade, é consensual entre os que vêm atuando com o tempo presente²⁵ que o terreno há pouco vem sendo desbravado. Há que precisar-se a metodologia e a epistemologia do tempo recente e até o seu significado. E mais: se questiona se a história do presente, a história próxima, a história imediata e a história recente têm o mesmo significado.

Sobre a escolha semântica, Chauveau e Tétart respondem:

²¹ CHAVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. Questões para a História do Presente. In: CHAVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. (Org.). *Questões para a História do Presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 10. Sobre a Escola dos Annales há farta bibliografia em nosso meio. Carece, entretanto, sobre a História do Presente.

²² Idem. Ibidem, p. 10.

²³ Idem. Ibidem, p. 16.

²⁴ Idem. Ibidem, p. 19.

²⁵ O *Institut d’Histoire du Temps Présent*, da França, é um dos espaços de estudo desse campo da história. E a obra *Questões para a História do Presente* reúne autores que intentam clarear estes conceitos e demarcar o campo.

[...] pouco importa que **a história próxima leve vantagem, segundo alguns, sobre os últimos trinta anos, e que a história do presente englobe, segundo outros pontos de vista cinquenta ou sessenta últimos anos.** As duas funcionam de um mesmo modo, definem-se por características comuns: a natureza dos arquivos e sua forma de acessibilidade, a natureza dos métodos, o círculo dos historiadores, a continuidade cronológica num século. As duas possuem, além disso, o recuo necessário para desapaixonar a abordagem científica.²⁶

Certo é que o historiador é testemunha quando descreve a história e também é ator no lugar e tempo em que ele se encontra, em relação direta com o tema. E mais que isso: ele é cidadão, para além de ator, e também espectador. E daí sua estreita condição de viver o pertencimento da história e a possibilidade de mais amplamente desvendá-la e trazê-la à luz.²⁷ Eis a especificidade da metodologia de trabalho com a história do presente, diante da tentativa de homogeneizar o método em história, em quaisquer tempos, assentado na aludida neutralidade e cientificidade da pesquisa.

Quem tranqüiliza acerca da formatação do presente é Sirinelli:

A consciência dessa subjetividade permite ao mesmo tempo freá-la – historiador (insistimos nisso), dominando seu ‘tempo’ com seu ‘ofício’ no sentido técnico do termo – e como vimos, utilizar-se dela quando pode ajudar na reflexão histórica. Há, portanto, de fato, uma espécie de dialética, a manter com o contexto histórico.²⁸

A centralidade da questão reside na epistemologia da história do presente, que motiva a interrogar a história a fim de propor novos dados, que aumentarão a sua capacidade de explicação e de sugestão.²⁹ Com essa clareza e postura adotadas, vislumbra-se a importância de saber qual a função social do historiador enquanto sujeito do seu tempo, que pode e deve trazer para o futuro sua parcela de participação na reconstituição da história presente e intervir sobre a realidade histórica em construção. Além do que, a história deve ser sempre estudada a partir do presente para o passado, e não o contrário.³⁰

²⁶ O *Institut d'Histoire du Temps Présent*, da França, é um dos espaços de estudo desse campo da história. E a obra *Questões para a História do Presente* reúne autores que intentam clarear estes conceitos e demarcar o campo. p. 27-28. (Grifo nosso).

²⁷ Nessa direção destaca Padrós: “[...] deve fazer parte da ética dos historiadores o compromisso de tornar compreensível a dinâmica das sociedades, desvelando o que está velado, [...] sem deixar de socializar suas informações e sem sonegar explicações. PADRÓS, Enrique Serra. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. *Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS, IFCH, Porto Alegre: PPGH*, v. 11, n. 19/20, p. 199-223, jan./dez. 2004. p. 220.

²⁸ SIRINELLI, Jean-François. Ideologia, tempo e história. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe. (Org.). *Questões para a História do Presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 82.

²⁹ Para Tétard, o tempo presente vem crescentemente granjeando “[...] completo reconhecimento científico, pedagógico e editorial, decorrente de uma aposta intelectual, de sucesso científico e de uma grande demanda social.” TÉTARD, Philippe. *Pequena História dos historiadores*. Bauru, SP: EDUSC, 2000. p. 134.

³⁰ VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DÉAK, Csaba et al. *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 181.

Aliás, Chesneaux, para quem o presente tem primazia sobre o passado, indaga: Que lugar ocupa o saber histórico na vida social? ³¹ É E. H. Carr quem dá a resposta: “Permitir ao homem compreender a sociedade do passado e aumentar seu controle sobre a sociedade do presente.”³²

Eis a relevância do trabalho com a história presente, diante dos demais tempos, exatamente pela possibilidade mais próxima e palpável de praticar o compromisso social de cientista. Como diz Le Goff: “O presente me interessa antes de tudo como cidadão.”³³ E é esse medievalista e estudioso da memória que oferece a esta pesquisa, que aborda mais de perto, com maior ênfase, os últimos 50 anos da tradicional região canavieira do Rio Grande do Sul, algumas recomendações diante da tarefa de trabalho com a história imediata. A intenção é praticar as quatro atitudes que ele sugere:

- a) ler o presente, o acontecimento com profundidade histórica suficiente e pertinente;
- b) manifestar quanto a suas fontes o espírito crítico de todos os historiadores segundo os métodos adaptados a suas fontes;
- c) não se contentar em descrever e contar, mas esforçar-se para explicar;
- d) tentar hierarquizar os fatos, distinguir o incidente do fato significativo e importante, fazer do acontecimento aquilo que permitirá aos historiadores do passado reconhecê-lo como outro, mas também integrá-lo numa longa duração e numa problemática na qual todos os historiadores de ontem e de hoje, de outrora e do imediato, se reúnam.³⁴

Os atores sociais que ocupam o lugar central desta pesquisa são os pequenos produtores³⁵ de cana-de-açúcar de Santo Antônio da Patrulha e imediações. Eles viviam cercados pelos canaviais, como seus avós e pais, produzindo, conforme herança familiar, artefatos da cana, em engenhos de pequeno porte, e, posteriormente, se configuraram como fornecedores para a usina de açúcar, a AGASA, a partir de 1966 (1ª safra), até a década de 1980. Ao seu final a usina agonizava, vindo a encerrar suas atividades na safra 1989/1990.

³¹ CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado?* Sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995. p. 9.

³² CAR, E. H. *Que é história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 22.

³³ LE GOFF, Jacques. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. (Org.). *Questões para a História do Presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 93.

³⁴ Idem. *Ibidem*, p. 101-102.

³⁵ Quer-se evocar aqui E.P.Thompson, que centrou seus estudos especialmente no século XVIII, e também Eric Hobsbawm. Ambos sempre se ocuparam de pessoas comuns, nos mais diferentes temas de que têm tratado. Mas não só os marxistas ingleses estabeleceram a noção de *pessoas comuns*. Também historiadores ingleses não-marxistas, como Peter Burke, oferecem elementos nessa perspectiva. Na obra *A escrita da História*, por ele organizada, Jim Sharpe aborda *A História vista de baixo*. No seu texto destaca a *aura subversiva* dessa perspectiva, alertando, de um lado, perigos, e, de outro, que ela veio ajudar a corrigir a ênfase concedida à história política ainda presente na história imediata. E, ao abordar o trabalho de Thompson sobre a classe trabalhadora, destaca como a história é fundamental para auxiliar na sua auto-identificação, sobretudo como atores históricos. Com essa perspectiva, focam-se aqui os minifundiários da cana. Examinar BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. 2. ed., São Paulo: Ed. UNESP, 1992. p. 39-62.

Em janeiro de 1990, a sirene da usina tocou pela última vez, e as moendas calaram-se para sempre.

Viviam os canavieiros no alto dos morros, sem luz, sem estradas, carentes de comunicações e de escolas para seus filhos, sem bens e serviços, até que a esperançosa usina e a infra-estrutura da Vila, ao seu redor, lhes proporcionassem melhores condições de vida. O que detinham era uma herança familiar de cultura profissional dos fazeres com a cana-de-açúcar, repassada pelas gerações, secularmente. Essa tradição, entretanto, não estava registrada, ou seja, documentada. Impunha-se, com urgência fazê-lo.

1.2 HISTÓRIA ORAL

Para a recuperação do cenário canavieiro do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, a fim de *ver* o movimento das *peessoas comuns*³⁶, os pequenos produtores de cana tecendo uma verdadeira *trama* ou *teia*, impôs-se a viva participação, agora, no presente, do pesquisador condutor deste projeto, cuja experiência e suas próprias reações à *experiência* investigada se manifestaram no contato com os sujeitos-atores do processo de conhecimento em construção. Isso se deu, sobretudo, através da aplicação da metodologia da História Oral, via que permitiu uma riqueza de dados, os quais supriram lacunas que a documentação escrita não cobriria. Mas alerta Jim Sharpe que a

[...] história oral tem sido muito usada pelos historiadores que tentam estudar a experiência das pessoas comuns, embora, é claro, não haja razão por si só evidente do motivo pelo qual o historiador oral não deva gravar as memórias das duquesas, dos plutocratas e dos bispos, da mesma forma que dos mineiros e dos operários fabris.³⁷

Assim, esta pesquisa ela não investiga apenas a atuação dos dirigentes da produção industrial canavieira e o centro de poder que a orienta. Ela busca, sim, em seus depoimentos, explicações para o entendimento da trajetória dos canavieiros. Toma como baliza da construção do cenário canavieiro as falas das pessoas comuns, sem desconsiderar

³⁶ Por pessoas comuns entendem-se: “[...] aquelas que se inserem num dado modo de vida – do qual emana uma certa ‘experiência’ – que, por sua vez, faz emergir uma cultura que lhe é, via de regra, correspondente.” SILVA, Luiz Geraldo Santos. Canoeiros do Recife: história, cultura e imaginário (1777-1850). In: MALERBA, Jurandir. (Org). *A velha História: teoria, método e historiografia*. Campinas, SP: Papirus, 1996. p. 94.

³⁷ SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In: BURKE, Peter. *A escrita da História*. 2. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992. p. 48-49.

a análise da estrutura social, bem como o jogo das relações políticas do contexto em foco. Foi o que buscamos fazer. E a respeito se pronuncia Sharpe: “Ignorar este ponto, ao se tratar da história vista de baixo ou de qualquer tipo de história social, é arriscar a emergência de uma intensa fragmentação da escrita da história, talvez mesmo de algum tipo de ‘antiquarismo’ moderno.”³⁸

Parafraseando o mesmo autor,³⁹ a história *vista de baixo*, no tempo presente em estudo, conduz ao convencimento de que os canavieiros articularam uma rica trajetória, rompendo com o imaginário que sonega a participação de segmentos da sociedade civil local no processo histórico. E recuperá-la, a partir de sua escuta, permite corrigir os erros de leitura da realidade regional, demarcada como Litoral Norte, a qual revela, ainda, rasgos de exclusão.

Quer-se, pois, observar, de perto, a realidade concreta, com suas contradições, presentes e passadas, dessas *pessoas comuns*, os produtores de cana, descrevendo-se analiticamente o seu modo de vida e suas experiências de trabalho; como também conectar as relações do seu mundo com a sociedade mais ampla na qual estiveram e/ou estão inseridos.

Portanto, para recuperar as ações dos trabalhadores de cana, foram ouvidas suas falas, mas também escutadas *as outras*, com a clareza de que essa história *vista de baixo* só iria ser melhor visibilizada se fosse trazida à cena a história *vista de cima*. É que não existe uma história vista de baixo sem uma história vista do alto, ou melhor: “As relações de poder na sociedade perpassam todas as camadas sociais e, portanto, interferem no nexo interno de toda e qualquer ação e representação efetuada socialmente, seja entre as pessoas comuns, seja entre a elite.”⁴⁰ Daí ter-se dialogado com co-atores da realidade, como ex-prefeitos, ex-vereadores, ex-governadores e seus secretários e também ex-deputados estaduais que atuaram no período em foco, além de diretores da AGASA, engenheiros agrônomos e funcionários, de diferentes lugares e fazeres na empresa. Cotejar os dois lados possibilitará, sim, uma escrita, mais clara e lúcida, da realidade em estudo, com vistas a capturar suas explicações sobre as causas do silêncio das moendas da usina, das conseqüências da desilusão para suas vidas e das repercussões que o fechamento da usina determinou.

³⁸ SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In: BURKE, Peter. *A escrita da História*. 2. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.. p. 54-55.

³⁹ Idem. *Ibidem*, p. 62.

⁴⁰ SILVA, Luiz Geraldo Santos da. Canoeiros do Recife: história, cultura e imaginário (1777-1850). In: MALERBA, Jurandir. (Org). *A velha História: teoria, método e historiografia*. Campinas, SP: Papyrus, 1996. p. 101.

Quando da elaboração do projeto desta pesquisa, com seu recorte temático circunscrito à história do tempo presente, tinha-se bem claro que os caminhos desse campo teórico proporcionariam o alargamento muito rico e amplo da noção e do uso de fontes. Não só o documento escrito (manuscrito ou impresso) haveria e importaria, como também o iconográfico, o cartográfico e outros tantos, em vários suportes.

Na atualidade, sobretudo, o historiador do tempo recente é um criador do arquivo da palavra, ao registrar as falas dos atores sociais dos objetos que estuda e pesquisa. Mas há que ter cuidados. Como oralista da história, sua prática deve ser seguramente conduzida por técnica cuidadosa de recolha dos depoimentos, bem como de sua análise e interpretação, para o que alerta Núncia Constantino: “[...] os historiadores que utilizam fontes orais precisam ter mais algumas habilidades, porque precisam também narrar emoções, silêncios, exclamações, interrogações, risos.”⁴¹ É que a prática da História Oral tem uma metodologia própria e específica, e segui-la é condição de êxito do trabalho. A propósito, Aspásia Camargo destaca: “O gravador é técnica, não é metodologia.”⁴² Em outro texto ela complementa: “Nas entrevistas gravadas, a fonte histórica é o Homem e sua memória, reavivada pela presença ativa do entrevistador-pesquisador.”⁴³

A constituição de um conjunto sistemático, diversificado e articulado de depoimentos que o historiador grava sobre seu objeto de estudo, sejam de histórias de vida ou de ordem temática, lhe permite não só colher informações. Trata-se de um instrumento de compreensão das ações humanas e das suas relações com a sociedade organizada e as tramas do poder constituído. Captar a lógica e os resultados das ações expressas pela linguagem dos sujeitos sociais impõe-se diante dos desafios do jogo da ideologia.⁴⁴ Para tanto, Aspásia Camargo previne:

[...] para poder penetrar numa sociedade desenvolvida [...] o informante é aquele que conta histórias [...] todo ator é suporte da ideologia da sua classe [...]. Isso significa que não há possibilidade de você falar com alguém, e que essa pessoa não reflita a matriz ideológica, cultural ou interpretativa do seu grupo. [...] A chave de tudo (é) combinar a história de vida com a História Oral. [...] Procuo mostrar como

⁴¹ CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Narrativa e História Oral. *Humanas*, Porto Alegre: IFCH/UFRGS, v. 16, n. 1, p. 115-126, jan./jun. 1993. p. 119.

⁴² D’ARAÚJO, Maria Celina. Como a História Oral chegou ao Brasil; entrevista com Aspásia Camargo. *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, São Paulo, n.2, p. 173, jun. 1999.

⁴³ CAMARGO, Aspásia Alcântara de. O ator, o pesquisador e a História: impasses metodológicos na implantação do CPDOC. In: NUNES, Edson de O. (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 293.

⁴⁴ “O desafio da história oral nesse sentido é mostrar, diferentemente do que costuma ser consagrado, que a memória não é apenas ideológica, mitológica e não confiável, mas sim um instrumento de luta para conquistar a igualdade social e garantir o direito às identidades.” É o que afirmam: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena. *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/ Casa de Osvaldo Cruz/ CPDOC; Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 13.

a história de vida é que dá a matriz de referência fundamental para a narrativa; porque todo ser humano tem referências de tempo na sua história e na sua percepção. A história de vida me permite capturar esses referenciais e controlar a entrevista.⁴⁵

Diferente não é a posição de A. Lins Caldas: “[...] a objetividade depende do sistema sujeito-objeto em ação na pesquisa, da ‘posição de classe’ e da ‘consciência histórica’ do oralista, isto é, o método, ao assumir ser uma perspectiva subjetiva compatível com a subjetividade geral do ser social, abandona a tola pretensão científica da subjetividade.”⁴⁶

E como historiadora da região, temos isso muito claro, o que é possível perceber na narração que discurremos, formatada no texto deste trabalho.

Mas, seguindo, pergunta-se: Que fatos a metodologia da História Oral⁴⁷ conduz a entender? Na verdade, as situações em que o ator se move, com suas conexões passadas, presentes e futuras. Para tanto, devem ser escolhidos os atores. Nesta pesquisa, a partir de uma lista de cerca de 800 canavieiros que em 1958 fundaram uma cooperativa, buscamos identificar os que estavam vivos, para depois localizá-los no município de Santo Antônio da Patrulha e fora dele para constituir uma *rede*⁴⁸ dessa categoria expressa numa *colônia*.⁴⁹ Para o estabelecimento da rede, a escolha foi aleatória, a partir da direção geográfica. Ou seja, percorremos os *morros que foram da cana*⁵⁰ e batemos de porta em porta, indagando se o morador ou a família plantava ou havia plantado cana. Se afirmativa a resposta, feita a apresentação, informava-se a origem familiar da visitante e a sua relação com o cartório Juca Maciel. As portas logo eram abertas, pois todos o conheceram, porque estiveram no Cartório para registrar sua *terrinha*, ou mesmo para tratar do empréstimo bancário para a sua produção canavieira. Depois de um “bate-papo” informal com o *dono da casa* e sua família, que logo atenta se acercava para ouvir ou também se manifestar, falávamos da pesquisa que se estava realizando e dos seus objetivos. Indagado se aceitava falar das suas vivências com a cana, como produtor nos pequenos engenhos ou como fornecedor para a AGASA, iniciávamos com perguntas sobre sua história de vida. De imediato, era

⁴⁵ D’ARAÚJO, Maria Celina. Como a História Oral chegou ao Brasil: entrevista com Aspásia Camargo. *História Oral*: Revista da Associação Brasileira de História Oral, São Paulo, n. 2, p. 173, jun. 1999.

⁴⁶ CALDAS, Alberto Lins. *Oralidade: texto e história para ler a história oral*. São Paulo: Loyola, 1999. p.75.

⁴⁷ Para Caldas: “Em História Oral, ‘método’ são meios para decompor, sintetizar, compreender, criar, interpretar, destruir e recriar criticamente determinado presente.” Diz, ainda: “[...] proporciona orientação para a criação, para o conhecimento e para a consciência do presente.” Ver CALDAS, Alberto Lins. *Oralidade: texto e história para ler a história oral*. São Paulo: Loyola, 1999. p. 69.

⁴⁸ “[...] é uma subdivisão da colônia e que visa estabelecer parâmetros para decidir quem deve ser entrevistado ou não.” MEIHY, José Carlos Sebe. *Manual de História Oral*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Loyola, 1996. p. 61.

⁴⁹ Refere-se a “[...] grupos que têm traços comuns que marcam um comportamento amplo que os caracteriza. [...] A colônia é sempre o gênero, do qual a rede é a espécie.” Idem, *ibidem*. p. 61.

⁵⁰ Especialmente o morro onde se localizam as comunidades de Montenegro, Ribeirão de Baixo, Ribeirão do Meio, Alto Ribeirão e Palmeira do Sertão.

percebível o sentimento de valorização que a ele se estava atribuindo, pela satisfação revelada de poder ajudar no trabalho, demonstrada através da sua expressão e postura de compenetração a que se punha. A relação com o gravador, na quase totalidade das entrevistas, foi tranqüila, sem resistência ou intimidamento, o que poderiam manifestar os entrevistados face às suas condições de vida no meio rural. Nas *viagens* realizadas pelos caminhos de terra, a passagem de um carro já chamava a atenção, e a chegada gerava, a princípio, desconfiança – sentimento logo dissipado com a conversa de identificação.

Paralelamente, a partir da lista dos fornecedores de cana para a AGASA, identificamos os cooperativados e constituímos uma outra *rede*. O mesmo foi feito com funcionários da usina e com os engenheiros agrônomos que orientavam tecnicamente os canavieiros. Foi articulada também uma rede com os dirigentes políticos (prefeitos, secretários, deputados e governadores) para capturar o *espelho contracenado* da trajetória dos canavieiros. Essas e outras redes e colônias possibilitaram um rico espectro para ler a realidade canavieira em estudo. Portanto, a escolha dos depoentes não foi rígida e fechada, devido à dificuldade de localização de muitos deles, aos limites práticos dos contatos e às resistências para conceder a entrevista.

Dos diálogos realizados, geradores de lembranças de acontecimentos e vivências, como também da tomada de posição diante das ações em movimento e de suas recorrências, se fez um balanço do ciclo da cana, notadamente nas décadas de 1950 a 1990, a partir dos sujeitos-atores.

Dado o caráter metodológico generalizante e difuso adotado, o cronograma das entrevistas não foi rígido, nem na ordem (que não houve), nem na duração. Igualmente não se adotou um esquema estruturado de perguntas e respostas, e nem por isso não se perdeu o rigor científico da pesquisa diante da naturalidade do diálogo. Portanto, se flexibilizou o roteiro para articular a espontaneidade e até a improvisação do depoente, concedendo a possibilidade de ir e vir no discurso para atender à construção de sua lógica durante a entrevista. Tentativas de elaboração de roteiro fechado ou de mostrá-lo antes de sua aplicação ao informante não foram feitas, salvo em duas exceções, com depoentes da rede de ex-dirigentes da AGASA. Tínhamos claro, nas normas de conduta nessa prática metodológica, que a surpresa da provocação reavivaria o diálogo das lembranças.

Foi assumido um papel ativo e vigilante na captura das imprecisões nas falas. Procurou-se articulá-las com dados já codificados e até interpretações divergentes presentes nos diálogos. Os roteiros foram adequados aos rumos das entrevistas para que se extraíssem delas coerência e unidade no desempenho dos entrevistados.

A sistematização dos dados colhidos foi feita a partir das variáveis orientadoras da pesquisa, o que possibilitou melhor conhecer os atores e sua trajetória nas diferentes fases por eles vividas. Indagou-se sobre origem social e geográfica; fixação na terra; formas de relações de trabalho; socialização intelectual, política e ideológica; relações tradição/modernidade e normas de convivência na comunidade canavieira; relações agricultura/indústria; poderes local e do Estado e suas relações com a região canavieira e os fatores que determinaram o fechamento da AGASA e suas repercussões.

O levantamento histórico através da oralidade dos canavieiros (fornecedores de cana ou não para a AGASA), dos atores com mandos políticos e de outros envolvidos com a causa dos pequenos produtores de cana foi fundamental para a recomposição do cenário de suas vidas e de suas comunidades canavieiras em quatro tempos: no *tempo da euforia* (décadas de 1940/1950); no *tempo da cooperativa* (1958-1962/1965); no *tempo da AGASA* (1965-1990) e no tempo da construção dos cenários do destino posterior destes sujeitos que se estende até os dias de hoje. Para tanto, se trabalhou com a intersecção de duas abordagens: a *diacrônica*, numa primeira etapa, realizando-se um estudo em profundidade histórica, com o exame de uma volumosa bibliografia recorrente ao objeto de estudo, através de uma *varredura historiográfica* e análise de uma diversificada documentação escrita; e a *sincrônica*, com o estudo em profundidade do tempo presente, através do registro etnográfico realizado quando da produção da documentação oral com os sujeitos da realidade canavieira em estudo. Quando da coleta dos dados, além dos registros em fitas magnéticas, os depoentes foram fotografados em seus ambientes e cenas da vida cotidiana.

Para a determinação metodológica do trabalho com a evocação das lembranças pela fala, tinha-se muito claro e presente que ainda pairam algumas resistências acerca do uso da História Oral na pesquisa histórica. Por exemplo, alguns ainda têm dúvidas se são confiáveis as informações contidas na entrevista oral e sobre como o pesquisador neutraliza as falas da memória humana para garantir a fidedignidade dos dados colhidos. Entretanto, indiscutivelmente, na atualidade é quase unânime a aceitação de que a entrevista não é uma fonte menor de informação. Para o historiador tradicional, o documento escrito é o que tem valor, porque não é sujeito à interpretação. Mas essa é uma falsa idéia, porque o documento escrito também sofre o mesmo processo, como alerta Aspásia Camargo. “Quem disse que uma pessoa só escreve a verdade para a outra?” E

ainda enfatiza: “Ela pode estar inventando, dando informações falsas, ocultando informações, interpretando o que lhe convém.”⁵¹

Como a história-realidade é infinita, nenhuma fonte isolada dá conta de permitir sua escrita. Ou seja, qualquer fonte, isoladamente, tem valor relativo. E Paul Thompson em sua clássica obra *A voz do passado: História Oral* destaca:

Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta. Se assim é porque não aproveitar essa oportunidade que só nós temos entre os historiadores [...].⁵²

De qualquer forma, se pode *neutralizar* a subjetividade de um depoimento ou de um conjunto de falas, valendo-se de muitos recursos, como diversificar os testemunhos para capturar uma amostra significativa de múltiplas tendências, para que no final seja possível confrontar pontos de vista discordantes. Na pesquisa em curso, foi o que se fez.

Como testemunhas, suas falas colhidas, suas memórias ouvidas, trazidas no ato da narrativa, foram interpretadas na busca da explicação do real. E a cristalização do real foi configurando-se através dos diferentes depoimentos colhidos com dizeres similares e expressões idênticas. Fez-se então uma seleção das informações para confirmá-las ou corrigi-las, e depois hierarquizá-las para finalmente concluir. E por tratar-se de testemunhas ouvidas de viva voz que se pode tirar partido dessa possibilidade. Daí as fontes orais serem tão importantes quanto as escritas. Dir-se-ia mais: da História Oral podem emergir fatos, fazer falar vozes antes mudas, ressuscitando memórias encobertas pelo silêncio.

As fontes orais cruzadas com as fontes escritas permitiram uma maior visibilidade na pesquisa realizada, cujas evidências do real apareceram mais nítidas, mais claras e mais concretas. Para essa possibilidade confirmada, Roberto Franck nos animou: “É uma grande sorte para o historiador do presente, graças às testemunhas que interroga, poder fazer a

⁵¹ CAMARGO, Aspásia de Alcântara. O ator, o pesquisador e a História: impasses metodológicos na implantação do CPDOC. In: NUNES, Edson de O. (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 289.

⁵² THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 197. Observe-se que historiadores do Rio Grande do Sul vêm crescentemente valendo-se dessa oportunidade com acertos, mas também com limites. A propósito, examinar PENNA, Rejane Silva. *Fontes orais e historiografia: avanços e perspectivas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

arqueologia da memória coletiva.”⁵³ E o traço mais significativo da memória coletiva é a organização ativa das experiências vividas.

Eis a riqueza dessa operação feita a partir das memórias individuais para a arqueologia da memória coletiva do cenário dos canaviais, com vistas à potencialização da pesquisa. Assim, conforme Paul Thompson, se devolverá às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras.⁵⁴

Toynbee, a propósito, afirmou:

O conhecimento pessoal dos fatos é de tamanha valia que se torna necessário que a História comece a ser escrita pelos que participaram dela. A ação do tempo, o enfoque da perspectiva, o amadurecimento dos homens possibilitarão, sem dúvida, uma revisão proveitosa. E, exatamente porque o estudo da História é a sua revisão constante, ela precisa começar a ser escrita com o depoimento dos seus protagonistas. Faz muito pouco tempo que os homens se convenceram de que o presente é também História.⁵⁵

Importa no seguimento precisar alguns conceitos, sobretudo os que se referem aos sujeitos da pesquisa oral. São eles:

- a) canavieiro: é o pequeno proprietário de terras, que planta cana-de-açúcar e produz artesanalmente (agromanufatura), com mão-de-obra familiar, a cachaça, a rapadura, o melado e o açúcar mascavo. Com a instalação da AGASA, muitos canavieiros se transformaram em fornecedores de cana;
- b) fornecedor de cana: para esta pesquisa, é, em maioria, o pequeno proprietário de terras (em média, até 5 ha), que plantou cana-de-açúcar principalmente para fornecê-la à AGASA. Alguns deles praticavam, paralelamente, a produção artesanal dos derivados da cana para o mercado local. Alerta Delma Pessanha Neves que a categoria fornecedor de cana foi criada a partir da intervenção estatal na economia açucareira. E ela expressa um conjunto de direitos e deveres dos produtores em relação à comercialização da cana e à participação na assistência social e creditícia oferecida pelas instituições mediadoras da integração vertical;⁵⁶
- c) peão de cana: é o *sem-terra* que trabalhava para os fornecedores de cana na época da safra, por empreitada;

⁵³ D'ARAUJO, Maria Celina. Como a História Oral chegou ao Brasil: entrevista com Aspásia Camargo. *História Oral*: Revista da Associação Brasileira de História Oral. São Paulo, n. 2, p. 174, jun. 1999.

⁵⁴ THOMPSON, Paul. *A voz do passado*: História Oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992. 4ª capa.

⁵⁵ Apud EW, Atelaine M. Normann (Coord.). *Nós e a Legalidade*: depoimentos. Porto Alegre: IEL/AGE, 1991. p. 142.

⁵⁶ NEVES, Delma Pessanha. *Lavradores e pequenos lavradores de cana*: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 25.

- d) agroindústria canavieira: aqui se refere à indústria moderna (usina), com divisão social do trabalho, articulada com a agricultura da cana, orientada e fiscalizada por engenheiro agrônomo e funcionários da usina. Para o seu êxito foi objetivado eliminar a mentalidade da prática artesanal canavieira, que os pequenos produtores herdaram dos antepassados, para introduzir práticas modernas de plantio (com adubos e insumos) e corte da cana-de-açúcar com vistas ao maior rendimento da sacarose e da produtividade, a fim de atingir as cotas de produção previstas para a indústria.

1.3 HISTÓRIA AGRÁRIA, HISTÓRIA REGIONAL E HISTÓRIA EMPRESARIAL

O trabalho com a agromanufatura e a industrialização da cana se insere na modalidade da História Agrária circunscrita a uma determinada região sob análise. E nessa direção se ingressa na transdisciplinaridade, aliando-se à Geografia Urbana, com o fim de capturar, como objeto de estudo em construção, a lógica das paisagens agrárias, a partir de um determinado espaço. A História Agrária se expandiu animada pela Geografia Humana, especialmente motivada por Vidal de La Blache, no período em que a História, através da corrente dos *Annales*, buscava seu caminho com Marc Bloch, Lucien Febvre, Fernand Braudel e Pierre Villar.

Para essa história articulada com a geografia é necessário ampliar a concepção de captura da realidade. Ou seja, é proposto pela História Agrária estudar as esferas de produção e de circulação do espaço onde as relações sociais de trabalho são construídas. Para a esfera de produção investigam-se o meio ambiente, as forças produtivas, a propriedade e o uso da terra, os investimentos na agricultura, etc. E para a esfera de circulação verificam-se a comercialização e a dimensão dos mercados e de seus tipos, etc.

Destaque-se que só tardiamente é que a agricultura passou a interessar ao historiador, apesar de ser a atividade que historicamente congregou homens e mulheres, constituindo-se na principal fonte de vida e de trabalho na trajetória da humanidade. Na atualidade, o campo da História Agrária reúne reconhecidos nomes da historiografia brasileira, destacando-se Ciro Flamarion Cardoso, Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva.

Para abarcar o objeto em foco, que se vincula ao espaço agrário de Santo Antônio da Patrulha e adjacências, a contribuição de Ciro Flamarion Cardoso é importante. Ele, em seu clássico trabalho *História da Agricultura e História Regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa*,⁵⁷ aponta e sugere possibilidades na condução metodológica da História da Agricultura. Propõe o método *regressivo*, de inspiração geográfica. Ele parte da paisagem agrária atual para contrapor com a do passado. A propósito, Bloch valeu-se do estudo comparativo (regressivo) ao fazer a História Agrária da França e da Inglaterra. Buscou a proporção da produção nacional de trigo no consumo interno, a proporção de terras cultivadas em relação à superfície total, as dimensões das explorações agrícolas, os modos de exploração para, em seguida, buscar a explicação em desenvolvimentos históricos divergentes.⁵⁸ Comparar a imagem dos morros, que outrora eram povoados pelos verdes canaviais – por nós vistos e vastamente documentados, iconograficamente – com a do tempo presente é chocante; são duas realidades agrárias que se antepõem.

Mas qual é o palco em cena? Quais são a região e o ambiente desta pesquisa? Não se trata de responder, simplesmente, que é a área do município de Santo Antônio da Patrulha e a do Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul. O conceito de região está acima do de mapa político dos municípios e estados. Só a partir do estudo exaustivo que investigue sobre as ações, as relações e as interações entre o grupo humano e determinado território é que se poderá delimitar uma região.

Para alguns, ela tem sido tomada a partir de elementos do espaço físico (relevo, hidrografia, etc.), da rede espacial de atividades e contatos humanos ou da relação entre as duas ordens de processos.⁵⁹ Mas certo é que conceituar região é um desafio diante das correntes interpretativas e das suas escolas na Geografia, que na atualidade se classificam em determinismo ambiental (evolucionista/positivista); possibilismo (positivista); nova geografia (neopositivista) e geografia crítica (do materialismo histórico).⁶⁰ É nesta última que comparece o destacado geógrafo brasileiro Milton Santos, conceituando espaço

[...] como um fato social, produto da ação humana, uma natureza socializada que, por sua vez, interfere no processo social não apenas pela carga de historicidade passada, mas também pela carga inerente de historicidade possível de ser construída, na medida que é instância de determinação no movimento do real, de

⁵⁷ Ver CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

⁵⁸ Idem. *Ibidem*, p. 61.

⁵⁹ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979. p. 73.

⁶⁰ Cf. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Região e História: questão de método. In: SILVA, Marcos A. da Silva. (Org.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero/MCT/CNPq, 1990. p. 18.

transformação deste último; em outras palavras, de determinação na História a ser construída.⁶¹

É com essa compreensão de que as formas espaciais se configuram por processos sociais que a presente pesquisa se orientou.

Entretanto, uma certeza é clara: “[...] toda delimitação territorial é uma abstração, uma simplificação de uma realidade mais complexa para finalidade de pesquisa ou de ação prática.”⁶² E é na região que se verifica a “[...] história da gente comum que trabalha, come e dorme, gera filhos e saberes variados, e que na sua faina cotidiana transforma a natureza ao criar meios de subsistência e técnicas.”⁶³

Na formação dos núcleos sociais é cada vez mais presente a certeza de que é indispensável ao fazer do historiador das sociedades agrárias a contribuição da observação geográfica. Essa análise se alia às outras com o fim de compreender suas crises, sua demografia, suas maneiras específicas de viver, trabalhar, produzir e reproduzir-se.⁶⁴

Segundo Maria Yedda Linhares, há três tipos diversos de abordagem da História da Agricultura a partir da tipologia proposta por Jean Meuvret:

- a) a que dá ênfase às forças produtivas (meio ambiente, superfície cultivada, tecnologia agrícola, população, etc.);
- b) a que se apresenta como modalidade de história social da agricultura, norteadas pelas formas de apropriação e uso do solo, pelo estatuto jurídico e social dos trabalhadores rurais, a qual procura dar conta das relações de produção e das tipologias agrárias;
- c) nesta abordagem de pesquisa combinam-se as duas primeiras modalidades conforme fez Ciro Flamarion Cardoso.⁶⁵

No encaminhamento desta pesquisa verificar-se-ão os homens (os canavieiros/fornecedores de cana e suas famílias), a terra (a região demarcada) e as técnicas (forças produtivas), fatores analisados em condições socialmente determinadas, vendo a agricultura como processo produtivo na perspectiva mais aberta da história social, referida na terceira modalidade (c).

⁶¹ SANTOS, Milton. *O espaço cidadão*. 4. ed., São Paulo: Nobel, 1998. p. 34. A destacada produção de Milton Santos acerca do espaço tem proporcionado ampliar o debate e firmar posições diante da condição de cidadania e de resgate dos sujeitos sociais. Na sua linha teórica se colocam Rosa Godoy Silveira e Maria Rosa Carbonari. De autoria desta, CARBONARI, Maria Rosa. *Algumas considerações sobre o conceito de História Regional*. 1987. Monografia (Pós-Graduação em História do Brasil) - Departamento de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

⁶² CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979. p. 73.

⁶³ LINHARES, Maria Yedda Linhares. História Agrária. In: FAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion. (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 165.

⁶⁴ Idem. *Ibidem*, p. 166.

⁶⁵ Idem. *Ibidem*, p. 167-168.

Paralelamente, na contemporaneidade, à abordagem da História da Agricultura veio somar-se o olhar do historiador das paisagens,⁶⁶ tomadas como reflexo do meio geográfico e, que, conforme Witold Kula, se dividem em paisagem natural e paisagem cultural. Neste estudo, a meta é aliar o método regressista da História da Agricultura com essa dupla percepção da paisagem aplicada aos *morros da exuberância da cana* do passado, diante dos *morros do abandono* do presente.

Finalmente, ter-se-ão presentes os cuidados e a orientação da História Empresarial⁶⁷ para dimensionar o projeto voltado para a criação e a atuação da AGASA. Segundo Flamarion Cardoso, a unidade de produção “[...] deverá ser analisada estudando a estrutura social em que se insere.” E diz mas: “[...] é necessário considerar as relações internas entre o sistema econômico de uma sociedade e sua estrutura social como único modo de evitar uma generalização da racionalidade capitalista.”⁶⁸ Na mesma direção, Bárbara Levy assim se posicionou: “As empresas são parte da sociedade e não se pode estudá-las sem levar em conta as articulações recíprocas entre as relações sociais e as práticas empresariais.”⁶⁹ Com esse norte, nesta investigação, para responder às hipóteses de trabalho e resolver as questões que as nortearam, foi impositivo desvendar a trajetória da AGASA. Dito de outra forma: através da história da empresa é que se teve a possibilidade de demarcar as relações sociais de produção dos canavieiros a ela vinculados.

Estudiosa da história empresarial, Eulália Lobo chama a atenção sobre o abandono a que muitas empresas submetem os seus documentos, quando não os destroem, ao que adverte: “Os arquivos das empresas podem proporcionar informações não só sobre estas unidades de produção, como também sobre a economia em geral.” E acrescenta: “Naturalmente, todo o tipo de empresa deve ser estudado numa perspectiva ampla, porém, no caso das estatais é indispensável.”⁷⁰ A tempo de salvar muitas das suas fontes, essa

⁶⁶ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: FAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion. (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 208.

⁶⁷ LOBO, Eulália L. História empresarial. In: FAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion. (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 218. A autora destaca a importância das fontes de uma empresa como fundamentais para seu estudo. Neste rumo, para a construção do conhecimento da AGASA, foi possível acessar o arquivo da empresa e nele colher muitas informações.

⁶⁸ Apud LOBO, Eulália L. História Empresarial. Op. cit. p. 218. Comenta a autora em seu texto, a partir de observações de Maria Bárbara Levy e outros, que o desenvolvimento da história empresarial teria sido prejudicado pela influência da *nouvelle histoire*. Idem. Ibidem, p. 219.

⁶⁹ LOBO, Eulália L. História Empresarial. Op. cit. p. 222.

⁷⁰ Idem. Ibidem, p. 220-221. Eulália Lobo faz uma série de observações sobre as possibilidades de pesquisa que as fontes empresariais podem proporcionar, assim como os documentos das famílias vinculadas às empresas. Destaca, igualmente, o potencial oferecido pelas fotos e plantas preservadas como seu patrimônio, vindo a permitir a reconstituição da sua expansão, da tecnologia, do processo de trabalho usado e da administração interna. No caso da AGASA, para esta pesquisa muitas fontes, mais que analisadas e interpretadas, foram, como já dito, salvas. Idem. Ibidem, p. 221.

pesquisa enveredou justamente para a estatal AGASA, a única no ramo do açúcar no Rio Grande do Sul.

A partir desses pressupostos teórico-metodológicos, norteadores da pesquisa e da escrita da história dos canavieiros de Santo Antônio da Patrulha e adjacências, a evocação do historiador Joseph Fontana diz muito do espírito deste projeto:

[...] nem os métodos nem a teoria são o objeto final do nosso trabalho, são apenas ferramentas para tratar e entender melhor o mundo em que vivemos e ajudar os outros a entendê-lo, a fim de contribuir para melhorá-lo, o que faz falta. Porque como disse Tom Payne há mais de duzentos anos e essas são palavras que cada um de nós deveria gravar na sua consciência: ‘está em nossas mãos recomençar o mundo outra vez.’⁷¹

Mas, afinal, questiona-se qual o projeto social desse edifício epistemológico a ser empreendido diante da leitura de história que se vê escrita e ensinada há tantos anos

[...] que iluminou este núcleo de esperanças latentes do seu relato, onde tudo se produz fatalmente, mecanicamente, numa ascensão ininterrupta que leva o homem das cavernas pré-históricas até a glória da pós-modernidade? Tudo o que fica fora deste esquema é menosprezado como uma aberração que não poderia manter-se ante a marcha irresistível das forças do progresso ou como uma utopia inviável.⁷² Diz mais: ensinaram-me, por exemplo, a acreditar que a destruição das formas de agricultura camponesa de base comunitária foi consequência da necessidade de eliminar um obstáculo ao crescimento da produção, quando sabemos que havia uma lógica da economia camponesa que estava conseguindo crescimento por uma linha distinta da que propunham os grandes proprietários, cujo objetivo não era a maximização do bem-estar coletivo [...]. Estamos aprendendo, além disso, a valorizar a riqueza cultural que se perdeu com esta opção frustrada.⁷³

A pergunta que ficará no ar é esta: Diante das moendas caladas, da frustração do projeto AGASA, ou seja, da desilusão do sonho dos canavieiros, onde e como ficou a riqueza cultural dos fazeres artesanais dos produtores de cana que caracterizava a região, intitulada *terra dos canaviais*?

É Fontana quem oferece o norte:

Necessitamos averiguar o que os homens e mulheres do passado pensavam realmente, as esperanças e os temores que os moviam, incluindo, sobretudo aquelas que, não tendo se realizado, perdemos de vista.[...]. Só assim poderemos entender as razões que os levaram a tomar as suas decisões [...].⁷⁴

⁷¹ FONTANA, Josep. *História depois do fim da História*. Bauru, SP: EDUSC, 1995. p. 38.

⁷² FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru, SP: EDUSC, 1998. p. 276.

⁷³ Idem. *Ibidem*, p. 274.

⁷⁴ Idem. *Ibidem*, p. 278.

Se a tarefa do historiador é, em última instância, o relato da luta dos homens e das mulheres pela liberdade e pela justiça, deduz-se que “[...] quem controla o presente controla o passado. Isso explica a necessidade de dominar a história, ou seja, a memória coletiva. [...] é ao historiador [...] quem toca, mais que a ninguém, denunciar os enganos e reanimar as esperanças para ‘começar o mundo de novo.’”⁷⁵

Orientado pelas idéias de Fontana, este projeto quer colocar-se ao lado dos projetos daqueles historiadores que praticam o seu ofício, não só como trabalho, mas também, e sobretudo, como

[...] modo de estar neste mundo e de lutar com as armas do (meu) ofício contra todas as coisas que impedem que se realize uma sociedade onde haja, como disse um historiador hoje demasiado esquerdo “a maior igualdade possível dentro da maior liberdade possível.”⁷⁶

E Eric Hobsbawm, na mesma direção, se junta a tais idéias:

[...] o passado continua a ser a ferramenta analítica mais útil para lidar com a mudança. [...] E como os historiadores são o [...] banco da memória, da experiência [...] na medida em que eles [...] completam e constituem a memória coletiva do passado, as pessoas na sociedade contemporânea têm de confiar neles.⁷⁷

Que a experiência aqui reconstituída possa servir de perspectiva histórica.⁷⁸

Foi com essa percepção e valendo-nos dessas lentes multifocais que procuramos, através das fontes compulsadas e produzidas, a partir da bibliografia examinada, direcionar o olhar para vislumbrar a tradicional região canavieira do Rio Grande do Sul. Ou seja, na escrita da história que a seguir será apresentada, empiria, forma e concepção se entrecruzam e sustentam o texto, em cuja estréia se pretende colher sugestões para mais acertadamente alavancar perspectivas para a consecução de sonhos, como o *sonho*, que moveu pequenos produtores canavieiros a buscarem, debaixo para cima, a redenção da sua região; na verdade, da sua própria redenção, como atores sociais compromissados com o coletivo da história. Que as lições dos desvãos do tempo passado alicercem, já no tempo presente, uma história de futuro para os canavieiros que ficaram.

⁷⁵ FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru, SP: EDUSC, 1998. p. 280.

⁷⁶ Idem. *Ibidem*, p. 279.

⁷⁷ HOBBSAWM, Eric. *Sobre a História: ensaios*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 30 e 37.

⁷⁸ Conforme orienta o mesmo autor. HOBBSAWM, Eric. *Sobre a História: ensaios*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 47.

2 CENÁRIOS DA CANA: UMA LONGA E SINUOSA VIAGEM DA ÁSIA AO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL/BRASIL

Para o estudo da expansão canavieira no extremo-sul do Brasil, faz-se necessário perseguir, inicialmente, os caminhos da cana, e verificar, ainda que brevemente, seus lugares de instalação e disseminação em diferentes âmbitos. Essa fundamentação empírica, além de inédita no tocante ao Rio Grande do Sul, permitirá compreender, com maior clareza, as singularidades da produção sucroalcooleira regional, bem como suas potencialidades e seus limites.

2.1 MADEIRA, O PORTAL DA DIFUSÃO CANAVIEIRA NO OCIDENTE: A PROEMINÊNCIA BRASILEIRA

Quando os primeiros colonizadores lusitanos aportaram em terras brasileiras, no início do século XVI, trazendo mudas de cana-de-açúcar⁷⁹ da Ilha da Madeira, dificilmente se imaginaria que, cinco séculos depois, o Brasil seria o maior produtor mundial de açúcar de cana.

A denominação açúcar, que passou a identificar não apenas o adoçante, mas, igualmente, a gramínea de onde ele era obtido, tem sua origem na voz arábica *sukhar*. Sobre o açúcar (português); *schakar* (persa); *suicar* (assírio-fenício); *sukhar* (árabe); *saccharon* (grego); *saccharum* (latim); *azucar* (espanhol); *zuccherò* (italiano); *sucre* (francês), *zucker* (alemão); *sugar* (inglês); *sachar* (russo); *suikar* (holandês), assim se expressou o filólogo Manuel Said Ali:

[...] a mãe da criança é a Índia, mas a criança não tinha nome. Tomaram-na os sarracenos e trataram de batizá-la. Foram à Grécia e acharam que lhe servisse de madrinha (Sákcharon). Depois passaram-na às mãos dos cruzados, os quais lhe fizeram conhecer novos sóis, novos climas, indo finalmente parar no continente

⁷⁹ Pertence à família das Gramíneas, gênero SACCHARUM. A palavra açúcar é originária do árabe, que adulterou do sânscrito brahamânico, falado outrora na Índia, o substantivo SARKARA (açúcar branco), precedido do artigo “al” assimilado.

descoberto por Colombo, onde medrou às mil maravilhas e onde agora ostenta a sua incomparável pujança.⁸⁰

Essa gramínea (ou Poaceae, sua família botânica)⁸¹ é uma espécie perene, de excelente suco, que alcança até três metros e meio de altura. Ela revolucionou a economia mundial, quando de sua expansão para o ocidente. Para Alberto Vieira, ela é “[...] de todas as plantas domesticadas pelo homem, a que mais implicações teve na História da Humanidade. O seu percurso multissecular, desde a descoberta remota na Papua (Nova Guiné) há 12.000 anos, evidencia esta realidade.”⁸² Dela derivam: garapa, melado, açúcar mascavo (amarelo), açúcar branco,⁸³ rapadura,⁸⁴ aguardente (cachaça)⁸⁵ e álcool anidro (aditivo para a gasolina) e álcool hidratado, além de ração para animais, papel, cera, etc. É excelente alimento para os animais, uma forrageira encontrada nos mais diferentes espaços do Brasil.

⁸⁰ Apud DUARTE, Artur César. Cultura da cana-de-açúcar. *Brasil Açucareiro*, Rio de Janeiro: IAA. a. XXVIII, v. LV, 175-176, n. 3, mar. 1960, p. 176. O massapé é o chão canavieiro por excelência. Trata-se de terra argilosa, muito fértil e composta por gnaisses do arqueano, encontrada no litoral do nordeste brasileiro e em outras regiões do Brasil. Ver: BRASIL/HISTÓRIA. Rio de Janeiro: IAA; Divisão Administrativa-Serviço de Documentação do MIC, 1972. p. 27.

⁸¹ JOLY, Aylthon Brandão. *Botânica: introdução à taxionomia vegetal*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1998. p. 699. Segundo Joly, essa família é a de maior importância econômica para o homem.

⁸² VIEIRA, Alberto. A Madeira, a expansão e a história da tecnologia do açúcar. In: VIEIRA, Alberto. (Coord.). *História e tecnologia do açúcar*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura; Centro de Estudos de História do Atlântico, 2000. p. 7. O Prof. Dr. Alberto Vieira é Investigador-Coordenador e Vice-Presidente do Centro de Estudos de História do Atlântico (CEHA). Já foram realizados quatro seminários internacionais em Funchal, reunindo os especialistas sobre o tema, cujos resultados estão todos publicados. São obras imprescindíveis para quem aborda a cana-de-açúcar. No Seminário de outubro de 2001, o presente trabalho, em fase inicial, foi apresentado. Ver: BARROSO, Vera Lucia Maciel. A expansão da lavoura canavieira no sul do Brasil – Rio Grande do Sul (séc. XVIII-XX). In: VIEIRA, Alberto. (Coord.). *História do açúcar: rotas e mercados*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura; Centro de Estudos de História do Atlântico, 2002, p. 433-445. Alberto Vieira tem realizado, paralelamente, um arrolamento da produção historiográfica acerca do açúcar no cenário internacional, com um número expressivo de textos em obras e revistas especializadas, constantes em 304 p. Ver site do CEHA: <http://www.avieira.net>

⁸³ Antonil, em sua clássica obra, diz do açúcar: “[...] é doce no comer e amargo no fazer.” O que, aliás, também vale para a rapadura. Ver: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976. p. 144. Na Biblioteca da AGASA, sobre a indústria açucareira, foi encontrada, dentre outras, a obra editada um ano antes de sua inauguração: BRIEGER, Franz. *Noções básicas e métodos analíticos para a indústria açucareira*. 3. ed. rev. São Paulo: Cooperativa dos Usineiros do Oeste de São Paulo, 1964.

⁸⁴ Sobre a rapadura se pode examinar RABELLO, Sylvio. *Cana-de-açúcar e região: aspectos socioculturais dos engenhos de rapadura nordestinos*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais; MEC, 1969.

⁸⁵ “Agoardente é o espírito fabricado nos engenhos, de mel e cachaças resultantes da manufatura do açúcar: nunca é feita do próprio açúcar, mas do mel que dele sai durante o processo de purgar; ainda que em Calcutá e outros muitos lugares, haja um espírito fabricado de mel e de açúcar mau & c., que algumas vezes se chama agoardente.” Apud: WRAY, Leonardo. *O lavrador prático da cana-de-açúcar*. Salvador: Typ. de Camillo de Lellis Masson & C., 1858. p. 441. Existe uma vasta bibliografia sobre aguardente de cana. Examinar, por exemplo, o interessante texto monográfico publicado de Octávio Valsechi, intitulado *Aguardente de cana-de-açúcar*, com 120 p. [s.n.].

Mas, a causa fundamental da difusão da cana é a sua utilização na fabricação do açúcar.⁸⁶ Como afirma Willcox, não há país em que o açúcar não seja artigo de comércio e de consumo diário.⁸⁷ Supõe-se que a cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum* Linn)⁸⁸ tenha-se originado da hibridação das espécies silvestres: *Saccharum spontaneum* e *Saccharum robustum*, no continente asiático, mais precisamente na China e na Insulíndia.⁸⁹

Da sua área de origem, foi levada para o Oriente Próximo. Na Ásia Menor, a Pérsia inicialmente produziu a cana, sendo, após, introduzida entre os árabes, que a difundiram no Mediterrâneo, da Europa à África do Norte (Egito), no tempo das Cruzadas. A cana-de-açúcar chegou à Sicília, a contar de 827, e ali permaneceu tão bem adaptada que seu açúcar passou a ser consumido no continente africano. Para Java e Filipinas, os chineses a transportaram. No reinado de Abd-ur-Râhman III (912-961), toda a costa meridional da Andaluzia estava coberta de canaviais, sendo grande o consumo de açúcar na fabricação de xaropes e conservas de frutas. No século X, a cana era bastante cultivada na África, já existindo também muitas lavouras na Síria e em Marrocos. Quando Marco Pólo chegou à China, lá encontrou muitos homens fabricando o açúcar extraído da cana. Na Ilha da Madeira,⁹⁰ ela ingressou no século XV, de onde penetrou em Portugal Continental e em suas colônias.

Na Europa, a propagação do açúcar teve início pelo seu valor como insumo na elaboração dos medicamentos. Além de medicinal, essa especiaria-condimento era usada como material decorativo, adoçante e conservante. E fazia parte dos testamentos dos reis europeus e do dote das princesas. E só a partir do século XV é que sua valorização no mercado ganhou dimensão. Seu preço era proibitivo à maioria dos europeus,⁹¹ visto sua ínfima produção; só aos soberanos era dado consumir açúcar em vez do mel, cuja aplicação era mais como droga de grande poder curativo, do que guloseima ou alimento. A lavoura canavieira figura como uma das mais antigas da América, instalando-se já na segunda viagem de Colombo, em 1493. Deve-se a Nicolas de Ovanda a implantação do primeiro engenho de

⁸⁶ Alberto Vieira na conferência de abertura do I Seminário de História do Açúcar, realizado em Itu/SP, em 28/11/2005, destacou: “A afirmação da cana é fruto da afirmação e expansão do budismo e do islamismo. Por exemplo, o caldo da cana é usado no ritual budista. Já a afirmação da vinha está ligada à expansão do cristianismo.” “O doce é fator de aproximação entre as pessoas e os povos”, completou. Anotações de Vera Lucia Maciel Barroso como participante do evento.

⁸⁷ WILLCOX, O. W. *A economia dirigida na indústria açucareira*. Rio de Janeiro: IAA, 1941. p. 29.

⁸⁸ BRASIL/AÇÚCAR. Rio de Janeiro: IAA; Divisão Administrativa-Serviço de Documentação do MIC, 1972. p. 13.

⁸⁹ Conforme Willcox, 1941, p. 48, a Índia sempre teve indústria açucareira, mas muito primitiva: um par de rolos de madeira ou de ferro, um búfalo, uma caldeira sobre um fogão rústico e três hindus constituíam e em grande parte constituem uma usina açucareira na Índia, para a produção do “gur”.

⁹⁰ Ilha de Portugal, no Atlântico, onde o Infante D. Henrique, *o Navegador*, animou a produção canavieira.

⁹¹ As crescentes produções de cana nas ilhas atlânticas forçaram a baixa do seu preço, determinando a destruição das lavouras do Mediterrâneo e o desequilíbrio no comércio.

açúcar em terras americanas, na América Espanhola, na Ilha do Haiti.⁹² A partir de São Domingos, em 1494, a cana-de-açúcar foi levada para Cuba, Antilhas e continente americano e, a contar de 1750, para Louisiana nos Estados Unidos. A propósito, para Lorenzo Sebastián e Rio Moreno:

La producción de azúcar constituyó uno de los principales elementos de intercambio comercial tanto entre la Península y los archipiélagos atlánticos, como entre el Viejo y el Nuevo Mundo, y no solamente por el transporte material del producto final, sino también por el trasiego continuo de los factores de producción – capital y trabajo –, por los intercambios tecnológicos realizados, por los procesos de adaptación y cambios ambientales que se produjeron, específicamente en las Antillas, y la escala o dimensión que se alcanzó a uno y otro lado del Atlántico.⁹³

Em Portugal, a expressão canaveira é insular. A propósito, diz Alberto Vieira:

Não há notícia de engenhos de açúcar no Continente (Portugal). Nos Açores só temos notícias de engenhos no século XVI, desaparecendo depois. Apenas na Madeira persistiu a cana e os engenhos desde o século XV até a atualidade. Sucede que no século XVIII, na altura da ocupação do Sul do Brasil a cana era uma cultura residual na Madeira e só funcionava um engenho nos Socorridos. A cultura só volta a ter importância na ilha no último quartel do século XIX.⁹⁴

É indiscutível o papel proeminente da Madeira como o portal difusor da cana-de-açúcar no Ocidente, na medida em que a Ilha foi a principal escala da rota do açúcar na sua transmigração do Mediterrâneo para o Atlântico. E a história do açúcar na Madeira confunde-se com a conjuntura da expansão europeia, quando o arquipélago atingiu o seu momento áureo, o que destaca o mesmo historiador madeirense:

[...] a Madeira manteve uma posição relevante, por ter sido a primeira área do espaço atlântico a receber a nova cultura. E por isso mesmo, aqui se definiram os primeiros contornos desta realidade, que teve plena afirmação nas Antilhas e Brasil. **Foi na Madeira que a cana-de-açúcar iniciou a diáspora atlântica.** Aqui surgiram os primeiros contornos sociais (a escravatura), técnicos (engenho de água) e políticos-econômicos (trilogia rural) que materializaram a civilização do açúcar.⁹⁵

⁹² Cf. a obra, *O AÇÚCAR sob o governo Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: DNP, 1939. p. 9.

⁹³ SEBASTIÁN, Lorenzo E. Lopez; MORENO, Justo L. Del Rio. El azúcar em Canarias y La Española: sistemas de explotación y efectos en el comercio del siglo XVI. In: VIEIRA, Alberto. (Coord.). *História das Ilhas Atlânticas: arte, comércio, demografia, literatura*. Funchal: Governo Regional da Madeira, 1997. v. I, p. 433.

⁹⁴ VIEIRA, Alberto. Engenhos em Portugal. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por macielvb@cpovo.net em 30 dez. 2003.

⁹⁵ VIEIRA, Alberto. Escravos com e sem açúcar na Madeira. In: VIEIRA, Alberto. (Coord.). *Escravos com e sem açúcar*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura; Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996. p. 93. (Grifo nosso). Para o autor, a Madeira exerceu a função de porta-estandarte do Atlântico, além de ter sido farol, guia orientador e apoio para as incursões oceânicas. Sobre a introdução da cana-de-açúcar no Brasil falou o botânico Freire Alemão: “A cana-de-açúcar partiu da península indiana, chegou às praias do Oriente, seguindo pelas linhas e beiras do Mediterrâneo, saiu pelo estreito de Gibraltar, derramou-se pelas ilhas da Madeira, Canárias e do Cabo Verde, e daqui saltou para o Brasil, pouco depois do seu descobrimento.” SERÁ viável a lavoura canaveira em Uruguaiana? *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 jun. 1964. Suplemento Rural, p. 4.

Efetivamente, foram da Madeira as primeiras mudas plantadas na Capitania de São Vicente, trazidas por Martim Afonso de Souza⁹⁶ e seu irmão Pero Lopes de Souza, na expedição de reconhecimento litorâneo. Aliás, Vieira, não silencia sobre a importância da Madeira para a formação dos primeiros canaviais no Brasil. Teriam sido mestres madeirenses os construtores dos primeiros engenhos açucareiros na nova terra. Seriam os carpinteiros Antonio e Pedro Leme, vindos da Madeira. Vieira completa:

[...] Madeirenses são lavradores, mestres e carpinteiros de engenhos, mas também proprietários dos mesmos ou comerciantes. Além disso algumas famílias de mercadores, estrangeiros estabelecidos na ilha, flamengos e genoveses, aproveitam a oportunidade para estender os negócios até este novo porto. A cana-de-açúcar abriu assim as portas para uma forte presença nos inícios da formação da sociedade em terras da Vera Cruz, nunca mais se perdendo o vínculo com a ilha. [...] Madeirenses de diversas idades e origens sociais, sulcaram o Atlântico para lançar a cultura da cana-de-açúcar, construir os primeiros engenhos [...].⁹⁷

Assim, com o portal atlântico aberto, em 1532, foi montado o primeiro engenho em terras brasileiras – São Jorge dos Erasmos –, seguido por outros, nas imediações, em 1533 e 1534.

Em Pernambuco, anos depois, não foi diferente. Nas margens úmidas, próximas ao rio Capiberibe, com clima quente, estação seca e chuvosa bem definida, ainda no séc. XVI, se irradiou a cana-de-açúcar no nordeste. Também da Madeira,⁹⁸ o donatário Duarte Coelho providenciou a vinda de mudas, promovendo o início efetivo da cultura canavieira, base da colonização brasileira, alavancada com o sistema de Capitânicas Hereditárias, a partir de 1534.⁹⁹ Com terras de massapé, boa rede hidrográfica e regime de ventos favorável, além da

⁹⁶ Segundo De Carli, “[...] com a intenção de quem queria criar um mundo diferente.” DE CARLI, Gileno. *Gênese e evolução da indústria açucareira de São Paulo*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1943. p. 5. Sobre a expansão da lavoura canavieira em São Paulo podem ser examinados, dentre outros trabalhos, PETRONE, Maria Theresa Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1969. FERLINI, Vera Lucia Amaral. Açúcar e escravos no Brasil Colonial: as Capitânicas do Sul (notas para uma discussão). In: VIEIRA, Alberto. (Coord.). *Escravos com e sem açúcar*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura; Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996. SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano*: Itu, 1780-1830. São Paulo: EDUSP, 2005.

⁹⁷ VIEIRA, Alberto. Da Madeira ao Brasil: um percurso de ida e volta. In: VIEIRA, Alberto. (Coord.). *A Madeira e o Brasil*: coletânea de estudos. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura; Centro de Estudos de História do Atlântico, 2004. p. 15-17. Ao todo a obra tem 354 p., com trabalhos interessantes sobre as relações da Madeira com o Brasil. Destaque-se que o CEHA tem publicado também obras importantes que vêm difundindo o conhecimento sobre as ilhas portuguesas no Atlântico.

⁹⁸ A historiografia canavieira tem apresentado uma polêmica quanto à procedência da cana introduzida inicialmente no Brasil. Contudo, tem prevalecido a origem madeirense, inclusive nos Açores, depois de 1460. Manoelito de Ornellas reforça a idéia de que a origem da cana no litoral paulista é da Madeira. Ver: ORNELLAS, Manoelito de. *Um bandeirante da Toscana*: Pedro Morganti na lavoura e na indústria açucareira de São Paulo. São Paulo: EDART, 1967. p. 18.

⁹⁹ Presumivelmente antes, em 1520, teria sido introduzida a cana em Pernambuco. Mas há que investigar-se ainda para confirmar essa tese. Ver: LIPPMANN, Edmund O. Von. *História do açúcar*: desde a época mais remota até o começo da fabricação do açúcar de beterraba. Rio de Janeiro: IAA, 1942. t. II, p. 31.

maior proximidade com a metrópole, Pernambuco podia transformar-se na Capitania brasileira do açúcar.¹⁰⁰

A partir desses dois focos iniciais, as demais áreas da colônia portuguesa passaram a implantar a cana-de-açúcar. Na Paraíba, os engenhos foram instalados a contar de 1536, ano em que a Bahia também iniciou a produção de cana.¹⁰¹ Em 1539, Pero Góis plantou, em sítio aberto na Vila da Rainha, as primeiras mudas de cana no município de Campos, estado do Rio de Janeiro.¹⁰² Em 1545, o Espírito Santo exportava açúcar, e a lavoura canavieira prosperava no Recôncavo Baiano e na região de Ilhéus.¹⁰³

A partir de 1560, o crescimento da produção açucareira do Brasil consolidou a posição de Portugal no mercado mundial. Segundo Aníbal R. Mattos, em fins do século XVI, havia em funcionamento 66 engenhos em Pernambuco, 36 na Baía, 6 em São Paulo e vários outros nos demais pontos da colônia.¹⁰⁴

Pelas instruções de D. Manuel, conforme o alvará de 1516, está evidente a sua preocupação em incrementar a produção canavieira na nova terra; ao lado dos canaviais surgiam sempre as manufaturas com os engenhos logo instalados. Frei Vicente do Salvador aponta 40 engenhos na Capitania do Rio de Janeiro, no início do século XVII, enquanto Antonil, para o final do mesmo século, registra 186 fábricas que produziam açúcar branco, mascavo e outros inferiores, além da aguardente.¹⁰⁵ No século XVIII, a mineração estimulou a cultura canavieira em Minas Gerais, visto a aguardente ser o principal elemento de troca no tráfico negreiro. Desde o início já havia engenhos na região, erguendo-se a primeira moenda em 1706, às margens do Rio das Velhas.¹⁰⁶ Em Mato Grosso, também resultante da mineração, multiplicaram-se engenhos para a produção de aguardente e rapadura.

¹⁰⁰ A historiografia da cana-de-açúcar no Brasil é muito rica. *Cultura e Opulência do Brasil*, de André Antonil, é um exemplo da importância dos cronistas coloniais para o conhecimento da manufatura açucareira. E clássicos trabalhos, resultantes da pesquisa acadêmica, demarcam a produção do conhecimento, sobretudo acerca do açúcar em Pernambuco e na Bahia, como FERLINI, Vera Lucia Amaral. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1988. SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

¹⁰¹ Interessante obra sobre o açúcar na Bahia, venceu concurso do Instituto Nacional do Açúcar e do Alcool: PINHO, Wanderley. *História de um engenho do Recôncavo*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL; Fundação Pró-Memória, 1983.

¹⁰² BRASIL: 1943-1944. Recursos e possibilidades. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945. p. 184.

¹⁰³ ORNELLAS, Manoelito de, 1967, p. 49. Teriam sido quatro os núcleos iniciais da cana-de-açúcar no Brasil: São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia, conforme a obra, *O AÇÚCAR sob o governo Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: DNP, 1939. p. 12-20.

¹⁰⁴ MATTOS, Aníbal R. *Açúcar e álcool no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1942. p. 18.

¹⁰⁵ Apud BRASIL/AÇÚCAR. Rio de Janeiro: MIC; IAA, 1972. p. 39.

¹⁰⁶ Cf. Miguel Costa Filho, citado por FERLINI, Vera, 1996, p. 288.

Para o desenho da geografia açucareira do sul do Brasil, Vera Ferlini mostra como o açúcar foi imprimindo em São Paulo as bases de uma sociedade de senhores e escravos que o café se encarregou de consolidar nos 1800. A autora inventariou, relativamente ao final do século XVIII, os números estimados de estabelecimentos de cana, a partir dos dados de Caio Prado Júnior e Heitor Ferreira Lima, e assim os apresenta: para o Norte, 806 engenhos, distribuídos pela Paraíba (37), Pernambuco (196), Alagoas (73), Sergipe (140) e Bahia (260).

No Sul, destaca ainda Ferlini que havia mais de 1000 unidades produtoras de açúcar e centenas de engenhocas de aguardente, concentrando-se a maioria na área do Rio de Janeiro. Espalhavam-se nas imediações da Guanabara (228), Angra dos Reis e Ilha Grande (390), Cabo Frio (25) e Campos dos Goitacases (324). Produziam quantidades consideráveis de açúcar, fazendo do Rio de Janeiro o maior porto exportador do produto na Colônia, frisa a mesma autora.¹⁰⁷ Para os primeiros séculos da história brasileira, Manuel Correia de Andrade assim sintetiza o desempenho da cana-de-açúcar:

No período colonial foi mantido o sistema patriarcal e não houve grandes transformações tecnológicas, dominando, na agricultura, uma mesma variedade de cana, a crioula; do ponto de vista industrial, o bangüê movido a água ou a tração animal – bois e éguas – produziria o açúcar mascavo para exportação. O processo de beneficiamento, para aclará-lo e torná-lo menos sujo, era feito de forma artesanal e transformava o açúcar mascavo em açúcar somenos.

Pequenas modificações surgiriam no início do século XIX, com a introdução dos engenhos a vapor e a importação da cana caiana (em substituição à cana crioula), cujo rendimento era bem superior.

A expansão da área ocupada pela cana-de-açúcar se faria vagarosamente, não só devido à lentidão do aumento da demanda do produto como também à dificuldade de transporte até os portos do litoral, uma vez que os rios da área canavieira só eram navegados no baixo curso. A grande área produtora restringiu-se, praticamente, ao litoral e mata de Pernambuco e ao Recôncavo da Baía de Todos os Santos. No século XVIII, os canaviais haviam se expandido também pela planície de Campos, estimulados sobretudo pelo povoamento da área de mineração. Fora dessas três áreas foram montados engenhos de pequeno porte – engenhocas –, que fabricavam rapaduras e cachaça para o consumo local.

Com a Independência no século XIX, e o crescimento da população, observou-se uma expansão da cultura da cana nas áreas de maior concentração populacional. Em São Paulo, mesmo no período áureo da expansão cafeeira, a produção açucareira começou a crescer, embora num rumo mais modesto.¹⁰⁸

¹⁰⁷ Afirmativa reforçada nestas pesquisas: ARRUDA, José Jobson de A. A produção econômica. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Org.). *O império luso-brasileiro (1750-1822)*. Lisboa: Estampa, 1986. FRAGOSO, João Luís R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. FERLINI, Vera Lucia Amaral. Açúcar e escravos no Brasil Colonial: as Capitânicas do Sul (notas para uma discussão). In: VIEIRA, Alberto. (Coord.). *Escravos com e sem açúcar*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura; Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996. p. 285.

¹⁰⁸ ANDRADE, Manuel Correia de. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Ed. UNESP, 1994. p. 18-19.

Adelino Brandão, ditado pelas técnicas empregadas nos modos de produção e relações de trabalho vigentes nas áreas de economia canavieira no Brasil, divide em três os períodos em que se desenvolveram a *civilização do açúcar* e a indústria sucroalcooleira, quais sejam:

1º) – o que vai do século XVI aos meados do século XIX, marcado na época colonial, pela presença dos bangüês, movidos a água ou por animais (engenhos e trapiches), as casas-grandes e os sobradões, – estes no Recôncavo e zona de Campos (Rio de Janeiro), – aquelas no Nordeste, em oposição às senzalas dos escravos e barracos dos agregados; 2º) – o que se estende pela segunda metade do século XIX, e se caracteriza pela substituição paulatina da força animal ou hidráulica pela do vapor, com o surgimento das ‘usinas’, a organização dos ‘engenhos centrais’, a transformação social do senhor de engenho em usineiro; a substituição do braço escravo pelo assalariado (Abolição) e a formação do proletariado rural das zonas canavieiras; 3º) – o atual, marcado pela concentração industrial das grandes ‘usinas’, já no século XX, com a modificação da paisagem geográfica e cultural, pelas estradas de ferro e rodovias asfaltadas, o transporte rodoviário, o caminhão, em substituição aos seculares carros de bois, e a quebra do isolamento tradicional, com a aproximação e multiplicação dos contatos entre as áreas urbana e rural, a civilização oceânica e a do interior, favorecidos pelos modernos meios de comunicação.¹⁰⁹

Inquestionavelmente, a cana-de-açúcar é um dos fundamentos históricos da agricultura brasileira. Para Fernando de Azevedo, representa o campo da história social e econômica do Brasil mais explorado e o de maior duração na trajetória brasileira.¹¹⁰ Desde sua introdução com os primeiros povoadores, acompanhou sempre todos os movimentos de penetração, sendo impossível dissociar a ocupação dos espaços do Brasil do cultivo da cana.¹¹¹ Vera Ferlini, a propósito, afirma:

A experiência açucareira no Brasil tem dimensões ímpares na história do mundo moderno. Mais que exploração econômica, foi a pedra de toque do estabelecimento português na América, que fundamentou, a partir de canaviais e engenhos, laços de dependência econômica, política e cultural [...]. Os engenhos foram assim, desde o início, os marcos da ocupação portuguesa em terras brasileiras, verdadeiros bastiões da ocupação, indicativos da posse da terra.¹¹²

¹⁰⁹ BRANDÃO, Adelino. *Cana-de-açúcar*. álcool e açúcar na história e no desenvolvimento social do Brasil. Brasília: Horizonte; INL, 1985. p. 15-16. Para a história da cana do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, esses períodos não são aplicáveis, visto sua estruturação estar assentada na realidade, sobretudo do nordeste e do centro brasileiro. No Rio Grande do Sul, verificava-se, ainda, durante a vigência da AGASA, a persistência de alguns traços de uma economia colonial (força animal, transporte em carros de boi, mesma paisagem geográfica e cultural, etc.) convivendo próximo à moderna usina; isso em pleno final do século XX. Acrescente-se a distinta estrutura fundiária: nas outras regiões, o latifúndio; no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, o minifúndio.

¹¹⁰ AZEVEDO, Fernando de. *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, [1966]. p. 17. Conforme Roberto Simonsen, 25% de todas as rendas diretas e indiretas da Coroa Portuguesa no Brasil, durante os quatro séculos coloniais, deveu-se à exportação do açúcar. SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1962. p. 121.

¹¹¹ Para Gilberto Freyre, “o açúcar concorreu para a unidade brasileira.” Chamam a atenção, nesse processo, também, as três grandes presenças étnico-culturais nessa formação: a da Europa, a da Indo-América e a da África. FREYRE, Gilberto. *A presença do açúcar na formação brasileira*. Rio de Janeiro: IAA, 1975. p. 188-189.

¹¹² FERLINI, Vera Lúcia Amaral, 1996, p. 281.

De fato, a cana-de-açúcar foi a matéria-prima que alimentou a economia mais importante da Colônia, sustentada na mão-de-obra escrava, cujo desenvolvimento, até o século XVII, levou o Brasil à hegemonia mundial na produção de açúcar.¹¹³ Essa posição foi perdida quando a produção açucareira se deslocou para as Antilhas,¹¹⁴ na segunda metade do século XVII,¹¹⁵ e com sua introdução na Louisiana (USA).

No século seguinte, as dificuldades se acentuaram com a difusão da tecnologia da extração de açúcar da beterraba na Europa.¹¹⁶ Assim, na conjuntura do Bloqueio Continental, a escassez do produto foi suprida com a proposta de André Margraf a Napoleão, para extração do açúcar de beterraba.¹¹⁷

Na França, em 1804, já havia 150 indústrias de açúcar de beterraba.¹¹⁸ Paralelamente, no Brasil, a contar do final do século XVIII, até cerca de 1880, o plantio da cana-de-açúcar se voltou para o consumo interno e do tipo “bruto”. A essa altura, o governo imperial, diante do custo de produção e da má qualidade do produto, decidiu financiar a implantação de modernas fábricas – *os engenhos centrais*,¹¹⁹ através da concessão de exploração a empresas nacionais e estrangeiras (inglesas e francesas, sobretudo), que deveriam produzir açúcar branco,

¹¹³ A partir do século XVII, o açúcar madeirense foi paulatinamente substituído pelo brasileiro, ainda que, no circuito de escoamento e comércio, a intervenção tenha sido de madeirenses e açorianos. Examinar: VIEIRA, Alberto, 2002, p. 68. Destaque-se que, no século XVI, o açúcar da Madeira tinha muito bom preço: 2.400 réis o quintal, enquanto que o açúcar brasileiro, na fase inicial de produção, valia 1.400 réis, na mesma quantidade. Examinar mais detalhes: RAMOS, Fábio Pestana. *No tempo das especiarias: o império da pimenta e do açúcar*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 222.

¹¹⁴ Segundo alguns autores, a crise iniciada antes de 1700, face à concorrência do açúcar antilhano, acentuou-se com a política portuguesa que tentava ainda garantir o exclusivo comércio. Acrescia, ainda, a falta de escravos para as lavouras, que passaram a sofrer a concorrência da mineração quanto ao seu preço, cujo valor da mão de obra passou a ser superior aos mantimentos que eram vendidos no mercado colonial. Acerca dessa conjuntura e do papel das ilhas açorianas no comércio do açúcar, examinar SILVA, Maria Julia de Oliveira e. *As ilhas atlânticas e o comércio do Brasil nas primeiras décadas do século XVIII*. In: VIEIRA, Alberto. (Coord.). *As ilhas e o Brasil*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura; Centro de Estudos de História do Atlântico, 2000. p. 401-413.

¹¹⁵ A respeito, examinar CANABRAVA, Alice Piffer: *O açúcar nas Antilhas (1697-1755)*. São Paulo: IPE, 1981. A historiadora aborda o tema em três partes: antecedentes históricos, produção açucareira antilhana (1697-1755) e conquista de mercados.

¹¹⁶ Ver mapa do mundo, com as áreas produtoras de açúcar de cana e de beterraba relativas ao ano de 1941. ANEXO C.

¹¹⁷ Os romanos descobriram as propriedades alimentícias da doce beterraba, e muitos aventaram a possibilidade de retirar dela o açúcar. Somente em 1747 foram conseguidos os primeiros cristais de açúcar extraídos dessa planta. CANA e beterraba. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 21 out. 1977. Suplemento Rural, p. 34.

¹¹⁸ RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *Relatório da Comissão Especial para Estudo da Agroindústria Açucareira*. Porto Alegre, out. 1975. p. 28. Essa é obra imprescindível para o tema em trabalho. No início do século XX, antes da concorrência do açúcar de beterraba, o Brasil fornecia mais da metade do consumo mundial de açúcar. Cf. PERRUCCI, Gadiel. *A república das usinas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 242.

¹¹⁹ O Estado garantiu a modernização de quem sempre dominou o mundo “dos engenhos” e que, a partir dos engenhos centrais, na via da transformação para o mundo das usinas, não se afastou; ao contrário, acompanhou. Cf. RAMOS, Pedro. *Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 70.

dividindo-se os encargos agrícolas e os industriais em empresas distintas.¹²⁰ Em 1877 foi instalado o primeiro engenho central, transformado na atual Usina Quissamã, no estado do Rio de Janeiro (município de Muriaé), e que marcou, segundo alguns, o início da modernização da indústria açucareira nacional.¹²¹ Entretanto, os engenhos centrais fracassaram. Os bangüês, em sua maioria, foram sendo desmontados e anexados às usinas. E nos lugares mais distantes, aonde o açúcar branco não chegava, subsistiam os engenhos com a fabricação do açúcar mascavo, como também para a produção da aguardente.

Conforme alguns autores, a cana de açúcar no Brasil rendeu mais que todas as outras produções reunidas,¹²² sendo que, de 1535 até o ano da independência, havia fornecido aos cofres da coroa portuguesa a quantia de 300.000.000 libras esterlinas. Esse número é apontado por Roberto Simonsen, sem contar o açúcar fabricado para o consumo local. Segundo ele, o ciclo do açúcar produziu, em valores, para o Brasil, mais do que o da mineração, avaliado em menos de 200 milhões de libras.¹²³

Quanto à estrutura produtora de açúcar, até a metade dos 1800, os métodos, os processos técnicos e a mão-de-obra básica eram praticamente os herdados da colônia, como destaca Pedro Ramos:

Muito pouco surgira de diferente desde a introdução da gramínea no século XVI; a infra-estrutura – ou seja, a base econômica e material da produção de açúcar – atravessou três séculos e meio sem alterações dignas de nota. Curiosamente, no nível da superestrutura – isto é, no nível da organização política – as transformações foram mais significativas: havíamos passado a ser uma nação independente, constituída num Império praticamente autônomo, [...].¹²⁴

Na passagem do século XIX para o XX, com o fim da escravidão no Brasil, germinaram novas relações de produção. Nas áreas açucareiras, a fisionomia foi impondo-se na lógica capitalista. Sobre ela explicita Vera Ferlini:

A fábrica colonial de açúcar guarda, em relação à indústria capitalista diferenças substanciais. Nesta, a divisão de tarefas e a produção em linha são comandadas pela máquina, reificação da alteridade do capital. A sociedade por ele organizada tem por base a distinção concreta entre capitalistas, proprietários dos meios de produção e trabalhadores, proprietários da força de trabalho. O poder, diferentemente da situação colonial, não é fruto da coerção explícita, mas é poder economicamente

¹²⁰ Para alguns historiadores (Manuel Diégues Jr., Adelino Brandão e outros), deu-se, então, início à Revolução Industrial na economia do açúcar, com o surgimento do proletariado rural.

¹²¹ Uma diferença entre o engenho central e a usina é que o primeiro não podia ter terras nem cultivá-las, ao passo que o segundo podia ter terras e moer suas canas próprias.

¹²² É o que afirma Artur César Duarte. Examinar: *Brasil açucareiro*, n. 3, 1960, p. 9.

¹²³ Apud: BRASIL/AÇÚCAR. Rio de Janeiro: IAA/ Divisão Administrativa-Serviço de Documentação do MIC, 1972. p. 63.

¹²⁴ RAMOS, Pedro, 1999, p. 52.

materializado, a obscurecer a desigualdade e a violência do processo para seus agentes. No capitalismo, a propriedade dos meios de produção coage ao trabalho, atrai o trabalhador. Ao engenho, a posse de terras e de equipamentos não garantia por si a submissão ao trabalho, dada unicamente pela violência da escravidão. Nas colônias, o trabalho era sinônimo de escravidão, era punição, castigo, resultado da condição de não livre do trabalhador. Ao proletário, o trabalho aparece como gerador e mantenedor da liberdade.¹²⁵

Nesse tempo de transição, na primeira década do século XX, a cana teve dificuldades quanto à sua expressão no mercado internacional, visto o açúcar representar apenas 12% do total das exportações brasileiras. Até então as variedades de canas cultivadas no Brasil eram praticamente as mesmas trazidas pelos colonizadores (variedades indianas): crioula, caiana, rosa e miúda.¹²⁶ Devido ao mosaico, virose que dizimou os canaviais, foram introduzidas as variedades javanesas. E, por volta de 1936, foram retomadas variedades indianas resistentes e mais produtivas, transitando até a atualidade para as híbridas. A propósito, o botânico brasileiro Francisco Freire Alemão, a respeito da cana-de-açúcar no Brasil, afirma:

A princípio toda a cana aqui cultivada era conhecida pelo nome de crioula, e só muitos anos mais tarde é que outros tipos procedentes da ilha de Taiti passaram a ser cultivados sob o nome de canas caianas ou caianas. Algumas dessas variedades, os portugueses trouxeram-nas da Guiana Francesa e, em 1860, também aqui chegou uma outra variedade denominada Ubá, sendo consideradas essas três produções como fonte originária dos antigos canaviais brasileiros. Com o tempo todas essas variedades e, mais outras para aqui trazidas pelos navegantes de diferentes ilhas, países ou continentes, passaram a ser conhecidas pelos nomes de canas nacionais. [...] Em 1892, já o Instituto Agrônomo de Campinas divulgava estudos com 42 variedades procedentes de Santa Bárbara e Taubaté, na época os principais centros canavieiros paulistas.¹²⁷

¹²⁵ FERLINI, Vera Lucia Amaral. Uma fábrica colonial: trabalho e técnica nos engenhos brasileiros. In: VIEIRA, Alberto. (Coord.). *História e tecnologia do açúcar*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura; Centro de Estudos de História do Atlântico, 2000. p. 205. Com o Engenho Central se iniciou a revolução industrial do açúcar no Brasil, introduzindo-se equipamentos modernos na fabricação do açúcar, bem como mão-de-obra livre. Ver: SOUZA, Jonas Soares de. Engenho & técnica: a revolução dos engenhos centrais no Brasil (1875-1910). In: VIEIRA, Alberto. Op. cit, 2000, p. 233. Para a verificação da tardia industrialização brasileira, examinar a tese da “industrialização capitalista retardatária” em MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

¹²⁶ Para o açúcar, no Norte, são a roxa, a salango e a manteiga; em Minas, a caiana e a riscada; em São Paulo, a roxa, a rosa e a riscada; no Paraná, a boa-sorte, e, no Rio Grande do Sul, a roxa, a riscada e a rosa, conforme CAIRO, Nilo. *Guia prático do pequeno lavrador*. 5. ed. São Paulo: Teixeira. 1938. p. 377. Segundo Lippmann, o número de variedades de cana é tão grande, que uma contagem exata não pode ser feita, e uma classificação rigorosa é impossível. Examinar: LIPPMANN, Edmund O. Von, 1942, t. I, p. 98.

¹²⁷ SERÁ viável a lavoura canavieira em Uruguaiana? *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 jun. 1964. Suplemento Rural, p. 4.

Ao iniciar a década de 1920, na conjuntura do pós-I Guerra, a cotação do açúcar se elevou significativamente, promovendo o aumento importante do número de usinas no Brasil: 215, das quais 141 modernas e 74 de meia aparelhagem.¹²⁸

Mas a crise de 1930 afetou muito o açúcar brasileiro, provocando uma disputa acirrada entre suas áreas produtoras. Essa situação forçou o governo federal a dirigir o planejamento no setor, em âmbito nacional, evidenciado com a criação do IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool).¹²⁹ Aliás, a intervenção do Estado na economia açucareira não foi exclusividade brasileira, sobretudo a contar da década de 1930.¹³⁰ Na verdade, em sua maioria, as intervenções oficiais ocorreram logo após a crise de 1929. A distribuição de cotas de produção por estados e empresas, como também a proibição de instalação de novas fábricas, medidas tomadas pelo Estado getulista, confirmam a tendência na conjuntura.¹³¹

¹²⁸ RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *Relatório da Comissão Especial para o Estudo da Agroindústria Açucareira*. Porto Alegre, out. 1975. p. 48.

¹²⁹ Entidade autárquica federal sujeita ao Ministério da Indústria e do Comércio, encarregada de executar a política agroindustrial do açúcar e do álcool no país. Responsável pelo estabelecimento de preços e cotas da produção de cana, de açúcar, de álcool e de melação, como também pela formação dos estoques e comercialização com o exterior. Tinha autonomia administrativa e financeira, cujo presidente era nomeado pelo Presidente da República. O primeiro presidente foi o gaúcho Leonardo Truda. Dava atenção especial aos estados de São Paulo, Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Paraíba, Sergipe e Rio Grande do Norte. Tinha duas missões especiais: uma, a de regular o mercado de açúcar no país; outra, a de estimular a produção de álcool anidro. Ou seja, devia defender as indústrias açucareiras e alcooleiras nacionais, através do equilíbrio entre a produção e o consumo. O decreto de criação do IAA, nº 22.789, de 01/06/1933, foi modificado pelo de nº 22.981, de 25/07/1933, sendo mantidas suas linhas mestras. Por ele ficaram isentos de impostos ou taxas de qualquer natureza, quer federais, estaduais ou municipais, todo o álcool anidro produzido no país, como toda aguardente e álcool destinados ao fabrico de álcool motor, para fabricação de carburantes. Aliás, a década de 1930 é prolífera em criação de comissões de defesa do açúcar e do álcool. E o Instituto era, por lei, o único exportador do açúcar brasileiro. Sobre suas atribuições e funcionamento, além do caráter de órgão de divulgação, notadamente com a criação do Museu do Açúcar no Recife, e as publicações do *Brasil Açucareiro*, todas essas questões podem ser examinadas na obra BRASIL/AÇÚCAR, 1972. Mais dados: AZEVEDO, Fernando, 1966, p. 159; BRANDÃO, Adelino, 1989, p. 200. Entretanto, a partir de 1965 e, sobretudo, de 1971, foram introduzidas alterações na política do IAA, verificadas em extensa legislação. Examinar: REFORMULAÇÃO da legislação açucareira. 2. ed. Rio de Janeiro: IAA, 1973. Em 1965, o mercado nacional foi dividido em duas grandes regiões: Norte/Nordeste e Centro/Sul, passando o IAA a atribuir cotas mensais de comercialização para cada usina. E, em 1971, foi determinada pela Lei 5.654 a revisão trienal das cotas de produção das usinas. Ver: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 114. A exemplo do destaque dado por Zóia Campos, merece um exame detido o texto legal que deu origem ao IAA e seus desdobramentos para o entendimento do desempenho da economia canavieira em todo o Brasil. Examinar acerca da intervenção estatal planejada: CAMPOS, Zóia Vilar. *Doce amargo: produtores de açúcar no processo de mudança: Pernambuco (1874-1941)*. São Paulo: Annabrum, 2001. p. 75-96. Andrade questiona: “Poderia a agroindústria canavieira sobreviver sem a proteção estatal?” Ver a propósito: ANDRADE, Manoel Correia. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Ed. UNESP, 1994. p. 239.

¹³⁰ Acerca da realidade cubana, para esta conjuntura, examinar GARCIA, Antonio Santamaria. *Sin azucar no hay pais: la industria azucareira y la economia cubana (1919-1939)*. Sevilla: Universidad de Sevilla; Escuela de Estudios Hispanoamericanos; CSIC; Diputacion de Sevilla, 2002.

¹³¹ A propósito, afirma Pedro Ramos que a história do complexo agroindustrial canavieiro no Brasil é a história da relação entre proprietários e Estado. Diz mais: “[...] a intervenção estatal na agroindústria canavieira passou a ser, ao mesmo tempo, um elemento histórico e estrutural.” Sua obra é importante contribuição ao estudo do tema e teve como objetivo verificar a expansão da agroindústria canavieira do Brasil, de um lado, e a concentração fundiária e o uso do solo, de outro. RAMOS, Pedro, 1999, p. 21 e 116.

Entretanto, o panorama após a II Guerra direcionou uma conduta mais liberal do Estado quanto à instalação de novas usinas e destilarias, favorecendo o centro-sul. Durante o período de 1939-1945, o sistema de cotas de produção caiu, favorecendo os estados do sudeste, que aumentaram sua produção, em detrimento do nordeste. Nessas circunstâncias, São Paulo tornou-se, na década de 1950, o maior produtor nacional de açúcar;¹³² animado sobretudo com os resultados da vigência do Estatuto da Lavoura Canavieira. Ele foi promulgado através da Lei nº 178, de 1936, e depois decretado em 21 de novembro de 1941.¹³³

Perdia assim Pernambuco sua primazia açucareira, que vinha mantida desde o período colonial. Por conseqüência, o IAA passou, a partir de então, a tutelar a produção sucroalcooleira do nordeste. Essa virada fez cessar, também, a aquisição de tecnologia do açúcar da Europa, abrindo espaço para sua fabricação em São Paulo, surgindo as metalúrgicas dos grupos Dedini,¹³⁴ de Piracicaba, e, Zanini, de Sertãozinho. O século XX, portanto, registra um surto, sem igual, da lavoura canavieira no Brasil. São Paulo, entre 1942 e 1943, assume o papel de eixo central da indústria açucareira, com trinta e oito usinas, das quais duas com produção superior a 320 mil sacas, e sete com produção variável entre 100 e 230 mil sacas.¹³⁵

¹³²A hegemonia na agroindústria canavieira foi deslocada dos produtores de Pernambuco para os de São Paulo no período entre de 1930 e 1960. Para ilustrar, nos anos de 1951 a 1968, a produção brasileira de açúcar passou de 26.595.636 sacos de 60 kg para 68.530.445. A de São Paulo passou de 30,47% do total nacional para 48,95%. Depois, no período de 1969 a 1973, a produção nacional continuou a expandir-se, passando de 72.215.665 sacos para 111.381.873. Nesse período, a produção da região Centro-Sul, na qual o Estado de São Paulo é o maior produtor, passou de 62,94 por cento do total para 70,44%. Ver: IANNI, Octavio. *Origens agrárias do estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 47-48. Pela Lei nº 5.654, de 1971, fruto do lobby dos usineiros paulistas, surgiu, como expressão da hegemonia açucareira paulista, a COOPERSUCAR. Como um cartel, constituiu-se para a comercialização e divulgação da produção regional, ganhando grande notoriedade. RAMOS, Pedro, 1999, p. 159. Sobre a realidade do processo de produção canavieira paulista nos finais do século XX, examinar IAMAMOTO, Marilda Villela. *Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: Cortez, 2001. A imprensa, em diferentes tempos, deu espaço para a proeminência açucareira paulista. Verificar: DESLOCA-SE para a zona paulista a antiga produção açucareira do nordeste. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 23 abr. 1960. Em 1952, Gileno de Carli presidiu reunião de usineiros no IAA para conter o Sul, conforme a matéria: AGONIA dos coronéis: a quebra das usinas de açúcar coloca na mira um esquema de poder que vem do século XVII. *Revista Veja*, São Paulo: Ed. Abril, a. 28, n. 12, ed. 1384. p. 64-69.

¹³³ Expresso no Decreto-Lei nº 3.855, foi, segundo Ramos, o mais importante documento legal de toda a história da legislação canavieira no Brasil. Foi lançado para equacionar as relações entre usineiros e fornecedores da cana. Tinha como objetivo fundamental sedimentar a posição dos fornecedores de cana como co-participantes do processo produtivo do complexo. Aliás, o Estatuto criou a categoria de fornecedor que não existia, e pôs fim às tensões e contradições no seio das classes dominantes em Pernambuco, desde a criação das usinas. Examinar, a propósito, o capítulo “A lavoura canavieira: expropriação e proletarização do produtor direto” da obra de AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 43-53. RAMOS, Pedro, 1999, p. 96 ss. Garcia Jr. destaca as contradições conceituais de latifúndio e minifúndio que o Estatuto apresenta. GARCIA JR., Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Ed. UNB; MCT-CNPq, 1989. p. 20.

¹³⁴ A maquinaria da AGASA foi adquirida do grupo Dedini, de Piracicaba, São Paulo.

¹³⁵ AZEVEDO, Fernando de. *Canaviais e engenhos na vida política no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958. p. 173-174.

A contar da década de 1940, afirma De Carli serem três os estados que, na parte meridional do Brasil, podiam ser considerados produtores de açúcar: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.¹³⁶ Segundo ele, o primeiro, por tradição, e os outros dois por oportunidade econômica.¹³⁷ Já aqui se impõe uma indagação acerca do Rio Grande do Sul: onde ele se encontraria? A resposta imediata é esta: em nenhuma das duas situações. A produção açucareira gaúcha foi motivada, na década seguinte, pelo sonho de produtores artesanais de cana do Litoral Norte do estado, como saída para suas dificuldades concretas de sobrevivência.

Aliás, na era getulista, o açúcar ganhara proeminência política. Na vigência do Estado Novo, a cana-de-açúcar foi tomada como um dos sagrados símbolos da unidade nacional, “[...] comum a todos os quadrantes do nosso território, vicejando em alguns recantos da terra brasileira há quatrocentos anos consecutivos. Além do mais, foi ela a principal coisa com que o Brasil enobreceu e se fez rico.”¹³⁸

No período autoritário pós-1964, ocorreu uma modernização no setor, sem mudanças sociais, nem tampouco orientações para a preservação ambiental. Foi então que surgiram o PLANALSUCAR (Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar), em 1971,¹³⁹ e o PROÁLCOOL (Programa Nacional do Álcool), em 1975,¹⁴⁰ com vistas, respectivamente, a impor o açúcar brasileiro no mercado internacional e a buscar alternativa biológica para fazer frente às importações do petróleo. Esses programas fizeram a cana-de-açúcar alastrar-se por vários estados sem tradição canavieira, potencializando sua produção nos tradicionais. Para ilustrar, Manoel Correia de Andrade realizou um inventário sobre a produção açucareira na História do Brasil, buscando identificar as suas áreas canavieiras, não só de produção do açúcar, como de aguardente e de rapadura, apontando as seguintes:

¹³⁶ Leitura obrigatória sobre a cana nesse estado: COSTA FILHO, Miguel. *A cana-de-açúcar em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IAA, 1963.

¹³⁷ DE CARLI, Gileno. *Aspectos da economia canavieira*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1942. p. 201.

¹³⁸ Esse reconhecimento introduz a obra *O AÇÚCAR sob o governo Getúlio Vargas*, publicada em 1939 pelo DNP.

¹³⁹ Com sede em Piracicaba, trata-se de órgão encarregado da pesquisa e experimentação para a criação de variedades mais produtivas e adaptadas às diversas regiões do país. Para tanto deveria: (a) modificar os métodos obsoletos de trabalho na lavoura canavieira; (b) integrar as pequenas e médias propriedades no processo de aperfeiçoamento tecnológico; (c) aumentar a produtividade agrícola e industrial e obter variedades mais especializadas para melhor performance da indústria açucareira. Ver: BRASIL/AÇÚCAR. Rio de Janeiro: IAA/MIC, 1972. p. 230-231. O QUE é PLANALSUCAR. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18 jul. 1980. Suplemento Rural, p. 10.

¹⁴⁰ Instituído pelo Decreto nº 76.593, de 14/11/1975. De excepcional relevância para o entendimento da história da cana-de-açúcar no Brasil, sobretudo no período de 1930 a 1975, é o estudo de SZMRECSÁNYI, Tamás. *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil: 1930-1975*. São Paulo: Hucitec; Ed. UNICAMP, 1979.

Espaço	Tempo
Paulista e Paranaense	a contar do século XVI; grande expansão a partir da déc.1940
Fluminense	sobretudo a contar do século XVIII
Mineiro	sobretudo cachaça; grande expansão com o Proálcool, após 1975
Capixaba	a contar do século XVI; pouco expressiva
Baiano	a contar do século XVI; perdendo importância
Nordeste Oriental	a contar do século XVI; de 1º lugar a 2º, na produção brasileira
Cearense	a contar do século XVIII; pouco expressiva
Meio-Norte	a contar do século XVIII; no século XIX ganha expressão
Goiano	sem tradição canavieira, ganha expressão com o Proálcool, a partir de 1979
Mato Grossense	sem tradição canavieira, ganha expressão com o Proálcool - 1975
Pequenos espaços	Apontados: Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pará e Tocantins

Quadro 1 – Áreas Canavieiras no Brasil - séculos XVI – XX

Fonte: Compilação a partir de ANDRADE, Manuel Correia de. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto tecnológico e ambiental*. São Paulo: EDUSP, 1994.

O mesmo autor, em outra obra, destaca que Alagoas teve um salto importante de produção açucareira, sobretudo após a fundação do IAA. Como os demais estados do nordeste, passou, a partir dos finais da década de 1950, a atravessar uma fase promissora, mas assentado na concentração e exploração da terra, ocupando o usineiro o topo da estrutura social.¹⁴¹

Pode-se afirmar que, atualmente, todos os estados brasileiros cultivam a cana-de-açúcar,¹⁴² e que assim, crescentemente, o Brasil foi impondo-se como o maior produtor de cana-de-açúcar do mundo. Ultrapassou os tradicionais produtores mundiais, como Cuba, que na safra 1971/1972 alcançou 5,5 milhões, enquanto que o Brasil atingiu 7 milhões. Portanto, Cuba, que, até 1972, era o maior produtor mundial de açúcar de cana, foi suplantado, em 1973, pelo Brasil. Sem dúvida, esse saldo foi possível, sobretudo, pelo potencial da agroindústria nacional, reprimido, até então, pelo regime de cotas estabelecido pelo Acordo

¹⁴¹Verificar o capítulo intitulado: A sub-região da cana-de-açúcar na obra: ANDRADE, Manuel Correia de. *Aceleração e freios ao desenvolvimento brasileiro*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973. p. 137-156.

¹⁴² Em 1973, os estados maiores produtores eram, nesta ordem, os seguintes: São Paulo, Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Paraíba, Sergipe, Bahia, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Santa Catarina. O Rio Grande do Sul figurou nesse ano em penúltimo lugar. In: AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da safra 1974/1975*. Santo Antônio da Patrulha, 1975. Não-paginado.

Internacional do Açúcar, que expirou em 31 de dezembro de 1973.¹⁴³ A propósito, pelos dados estimativos de 1974-1975, se identificam os maiores produtores mundiais de cana:

URSS	- 9.500.000 t – de beterraba. Por enquanto, o maior produtor absoluto de açúcar.
Brasil	- 7.500.000 t – de cana. O 1º lugar como produtor de açúcar de cana.
Cuba	- 5.600.000 t – de cana. O maior exportador. O consumo interno, racionado, é de 650/700.000 t.
Estados Unidos	- 5.272.000 t – (2.722.000 de beterraba; 1.500.000 de cana no Continente e 1.050.000 no Hawai).
Índia	- 4.600.000 t – de cana.
China Continental	- 3.550.000 t – de cana, ao S – 2.600.000 t; de beterraba, ao N – 950.000 t.
França	- 3.100.000 t – berço industrial do açúcar de beterraba, em consequência do bloqueio inglês contra Napoleão.
México	- 2.950.000 t – de cana.
Austrália	- 2.900.000 t – de cana.
Filipinas	- 2.670.000 t – de cana
Alemanha Ocidental	- 2.475.000 t – de beterraba. Berço do descobridor do açúcar de beterraba, André Margraf.
África do Sul	- 2.000.000 t – de cana.
Polônia	- 1.755.000 t – de beterraba.
Argentina	- 1.740.000 t – de cana.
República Dominicana	- 1.250.000 t – de cana.
Tailândia	- 1.204.000 t – de cana.
Indonésia	- 1.059.000 t – de cana.
Peru	- 1.029.000 t – de cana.
Uruguai	- 104.000 t – 55.000 de beterraba e 49.000 de cana. Espera em 1975 atingir auto-suficiência. Citado, por ser exemplo vizinho. ¹⁴⁴

Devido ao aumento dos preços no mercado internacional e ao volume exportado, em 1974, a produção agrícola brasileira mais importante foi o açúcar, tanto em tonelagem

¹⁴³ RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *Relatório da Comissão Especial para o Estudo da Agroindústria Açucareira*. Porto Alegre, out. 1975. p. 108. Em junho de 1971, o Senador Edward Kennedy pediu ao senado norte-americano a supressão da cota açucareira da África do Sul, e benefício de países que não praticavam a discriminação racial. Existia nesse senado uma forte corrente a favor da utilização da cota açucareira como meio de pressão política sobre países que tomavam medidas prejudiciais aos EUA. Examinar: KENNEDY quer para América Latina a quota açucareira sul-africana. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 3, 22 jun. 1971.

¹⁴⁴ AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da safra 1974/1975*. Santo Antônio da Patrulha, 1975. Não-paginado. Além dos países citados, nesses anos, produziam açúcar de beterraba todos os demais países do MEC (Mercado Comum Europeu); mais 14 países europeus (a Espanha é o único a produzir açúcar de cana) e mais 15 países de outros continentes. Somando os continentes, ao todo, 73 países produziam açúcar de cana. E, no mundo, eram 114 países, nos anos citados, conforme o referido Relatório. A produção de cana na América Latina e nas Antilhas em 1975/1979, foi de 49 milhões e 184 mil toneladas. E o total mundial de cana-de-açúcar e de beterraba foi estimado em 81 milhões e 409 mil toneladas. AÇÚCAR. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 13, 27 maio 1976. Só no Brasil, a lavoura canavieira contava em 1976 com 1.8 milhões de hectares plantados. MERCADO açucareiro. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 5, 14 ago. 1976.

exportada, como em divisas, mesmo sem considerar o aumento apreciável da demanda interna, na passagem da década de 1960 para a de 1970.¹⁴⁵ Na esfera do Estado, atuava o IAA e o PLANALSUCAR, gerando uma relação de controle de produção acentuada, sobretudo, quando da crise internacional do petróleo.¹⁴⁶

Os números confirmam a análise:

Tabela 1 – Produção de cana-de-açúcar no Brasil – 1920/1980

Ano	Quantidade (t)	Área cultivada (ha)	Valor de Produção (Cr\$ 1.000,00)
1920	13.986.000	-	350
1921	10.797.400	-	108
1922	14.608.000	-	146
1923	12.676.200	-	190
1924	12.306.500	-	246
1925	12.560.700	-	188
1926	13.906.900	-	250
1927	13.076.400	-	170
1928	13.610.000	-	286
1929	15.207.310	-	329
1930	17.649.750	-	377
1931	16.249.830	348.450	353
1932	14.862.920	328.200	325
1933	15.522.560	429.720	342
1934	17.793.500	473.500	395
1935	16.680.570	437.500	357
1936	18.496.420	460.660	428
1937	15.289.690	453.920	377
1938	16.581.859	473.709	464
1939	19.987.772	495.683	581
1940	22.252.220	564.164	651
1941	21.463.054	560.226	679
1942	21.574.416	559.004	737
1943	22.050.636	577.235	862
1944	25.148.948	675.606	1.398
1945	24.178.584	656.921	1.682

¹⁴⁵ NEVES, Carlos Alberto; DIMER, Alceu Krás. *Programa Estadual de Apoio à Cultura da Cana-de-açúcar*. Santo Antônio da Patrulha: Banrisul/AGASA, [1974]. p. 4.

¹⁴⁶ De fato, a produção açucareira esteve historicamente submetida à forte regulação estatal, até os anos de 1990, quando se desencadeou uma relativa desregulamentação do setor sucroalcooleiro no Brasil.

1946	28.068.845	758.134	1.972
1947	28.989.901	772.853	2.191
1948	30.892.577	818.608	2.425
1949	30.928.755	796.687	2.752
1950	32.670.814	828.182	3.253
1951	33.652.508	874.341	3.654
1952	36.041.132	919.780	4.392
1953	38.336.721	990.872	5.092
1954	40.301.966	1.027.409	6.347
1955	40.946.305	1.072.083	11.740
1956	43.975.743	1.124.083	11.746
1957	47.703.359	1.172.413	14.408
1958	50.020.121	1.208.134	16.692
1959	53.512.330	1.291.073	20.782
1960	56.926.882	1.339.933	29.584
1961	59.377.397	1.366.640	43.481
1962	62.534.516	1.466.619	73.713
1963	63.722.895	1.509.011	167.519
1964	66.398.978	1.519.491	346.342
1965	75.852.866	1.705.081	578.813
*1966	75.787.512	1.635.503	656.886
1967	77.086.529	1.680.763	812.898
1968	76.610.510	1.686.727	1.041.565
1969	75.247.090	1.672.101	1.241.678
1970	79.752.936	1.725.121	1.578.945
1971	80.380.399	1.728.003	-
1972	85.106.223	1.802.648	-
1973	91.994.024	1.958.776	3.159.162
1974	95.623.685	2.056.691	4.920.050
1975	91.524.559	1.969.227	7.461.033
1976	103.173.449	2.093.483	11.881.084
1977	120.081.700	2.270.036	18.487.083
1978	129.144.950	2.391.455	28.150.083
1979	138.898.882	2.536.976	47.947.934
1980	148.650.563	2.607.628	110.737.618

Obs.: (*) Os dados referentes à área cultivada passam a indicar área colhida.

Fonte: LIMA e COSTA (1985, p. 77-78).

Como se pode observar, a maior mudança operada com a produção açucareira no Brasil ocorreu, na segunda metade do século XX, com a mecanização das lavouras, em tempo da

expansão capitalista no campo, aliada à carência crescente de mão-de-obra. O resultado foi a conquista de novas terras para o plantio da cana, que passou a ocupar as várzeas e as chapadas, áreas antes não consideradas como apropriadas para seu plantio.¹⁴⁷

Entretanto, os elevados investimentos iniciais, adicionados às condições topográficas em algumas regiões, acabaram por ser empecilho à mecanização da lavoura canavieira. Tal situação foi vivenciada no Rio Grande do Sul, por exemplo, em meio ao minifúndio descapitalizado e dependente do Estado, em zona de pobreza e de acentuadas limitações estruturais.

Verifica-se que a produção açucareira no Brasil apresenta contrastes notáveis. Num extremo estão os estabelecimentos de grande porte industrial, com equipamento moderno, atuando na lógica capitalista, da lavoura à fábrica, e, no outro, estão as pequenas fábricas, com número pequeno de trabalhadores.

Para fins fiscais, na década de 1940, as empresas açucareiras no Brasil eram arroladas em três categorias:

- a) *usinas*, possuidoras de aparelhos de vácuo e turbinas centrífugas para separar os cristais de açúcar do melaço;
- b) *pequenas usinas* ou *engenhos de turbinas*, detentoras de turbinas, mas sem aparelhos de vácuo; e
- c) *engenhos*, que não possuem aparelhos de vácuo, nem turbinas centrífugas. Estas são fábricas muito primitivas e rudimentares, constituídas de uma tosca moenda movida por roda de água ou por uma junta de boi.

Conforme Morganti, em 1940, existiam no Brasil, 341 usinas, 408 pequenas usinas e 24.923 engenhos.¹⁴⁸

No mesmo ano, em Pernambuco, foi estabelecida uma tipologia para o açúcar produzido nas usinas e nos engenhos, assim arrolada: Nas *usinas*: granfina de 1ª e 2ª; cristal especial, superior, bom, regular e baixo; refinado; triturado; demerara; 3º jato; somenos superior (exclusivo de açúcar de usina). Nos *engenhos*: branco purgado; somenos especial e bom; mascavo superior; mascavo bom; mascavo regular.¹⁴⁹

¹⁴⁷ Já na década de 1970, uma colheitadeira de cana passou a substituir, em São Paulo, o trabalho de 150 homens nas operações de corte e carregamento de caminhões. Ver: NEVES; DIMER, 1974, p. 7.

¹⁴⁸ MORGANTI, Helio. A cana e o açúcar: sinopse histórica. *Revista Tamoio*. Araraquara, set. 1941. Separata, p. 12.

¹⁴⁹ MATTOS, Aníbal R. *Açúcar e álcool no Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1942. p. 100-101.

Enfim, diante do cenário desenhado, importa a essa altura verificar a introdução da cana-de-açúcar na Capitania do extremo meridional do Brasil e suas possibilidades de expansão, para que se possa focar mais de perto o recorte temático em apresentação.

2.2 A INSERÇÃO TARDIA DO RIO GRANDE DO SUL NO BRASIL CANAVIEIRO

A inserção do Rio Grande do Sul no Brasil português foi tardia.¹⁵⁰ Efetivamente ela se processou ao longo dos anos 1700. Mas, somente em 1801, através do Tratado de Badajós, foi concluído o ciclo da legitimação lusa sobre a Capitania Del Rei.

Já os trâmites da conquista espanhola na América Meridional, no caso, o Rio Grande do Sul, foram anteriores e estão associados à implantação das 18 povoações missioneiras,¹⁵¹ a contar de 1626, com a fundação de São Nicolau.

Na segunda povoação criada, a de São Francisco Xavier, teria o Pe. André Gallego SJ. tomado a iniciativa de plantar um canavial para fabricar açúcar, cultura depois continuada pelo Pe. Alonso Delgado SJ.¹⁵²

Essa redução foi, após trinta e três anos de fundação, invadida pelos *iratti*, provocando o seu abandono para a outra banda do Rio Uruguai, onde hoje está situada a localidade de San Javier, na Argentina, Província de Corrientes, vizinha no território fronteiro com Porto Xavier, no Rio Grande do Sul. Essa área, aliás, de fato, ficou consagrada como espaço canavieiro, quer do lado brasileiro, com a Usina de Porto Xavier, quer do lado argentino, com a Usina San Javier, dos Irmãos Nunes.

Essa é a entrada precursora da cana-de-açúcar dirigida ao oeste do espaço sulino, via penetração espanhola. Já os portugueses, um século depois, a introduziram no leste, recortado no seu litoral ao norte.

É importante destacar que, enquanto a estrutura do complexo econômico e social da monocultura latifundiária canavieira estava espalhada pelo Brasil português, desde o primeiro século do descobrimento, no Rio Grande do Sul, ao contrário, sua introdução só ocorreu efetivamente quando do processo de sua incorporação ao território brasileiro, no século

¹⁵⁰ Sobre a conquista portuguesa do Rio Grande do Sul, a historiografia é profusa, quer a produzida desde os idos de 1940 ou a mais recente, que revisou o conhecimento e/ou ampliou-o, além de cobrir lacunas.

¹⁵¹ No Rio Grande do Sul, esse é o número da 1ª fase missioneira. Os Sete Povos são da 2ª fase, a contar de 1682.

¹⁵² PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Porto Alegre: Selbach, 1954. vol. III, t. 1, p. 322-323.

XVIII. E mais, se estruturou diferentemente, a partir de minifúndios, voltados para uma produção artesanal de cachaça, rapadura e açúcar mascavo, para o abastecimento do mercado interno regional. Na manufatura, a mão-de-obra era familiar, mas na lavoura trabalharam escravos, ainda que poucos, se comparar-se com outras áreas de produção extensiva.¹⁵³

A implantação de engenhos no Litoral Norte do Rio Grande do Sul está relacionada com o Ciclo do Tropeirismo, desencadeado na primeira metade dos 1700. O trânsito dos tropeiros, pelos caminhos da Praia, de Souza Faria (via Morro dos Conventos/SC) e do Sertão (via Santo Antônio da Patrulha e Campos de Cima da Serra/RS) proporcionou um mercado amplamente favorável à produção de açúcar mascavo, rapadura e aguardente, sobretudo.

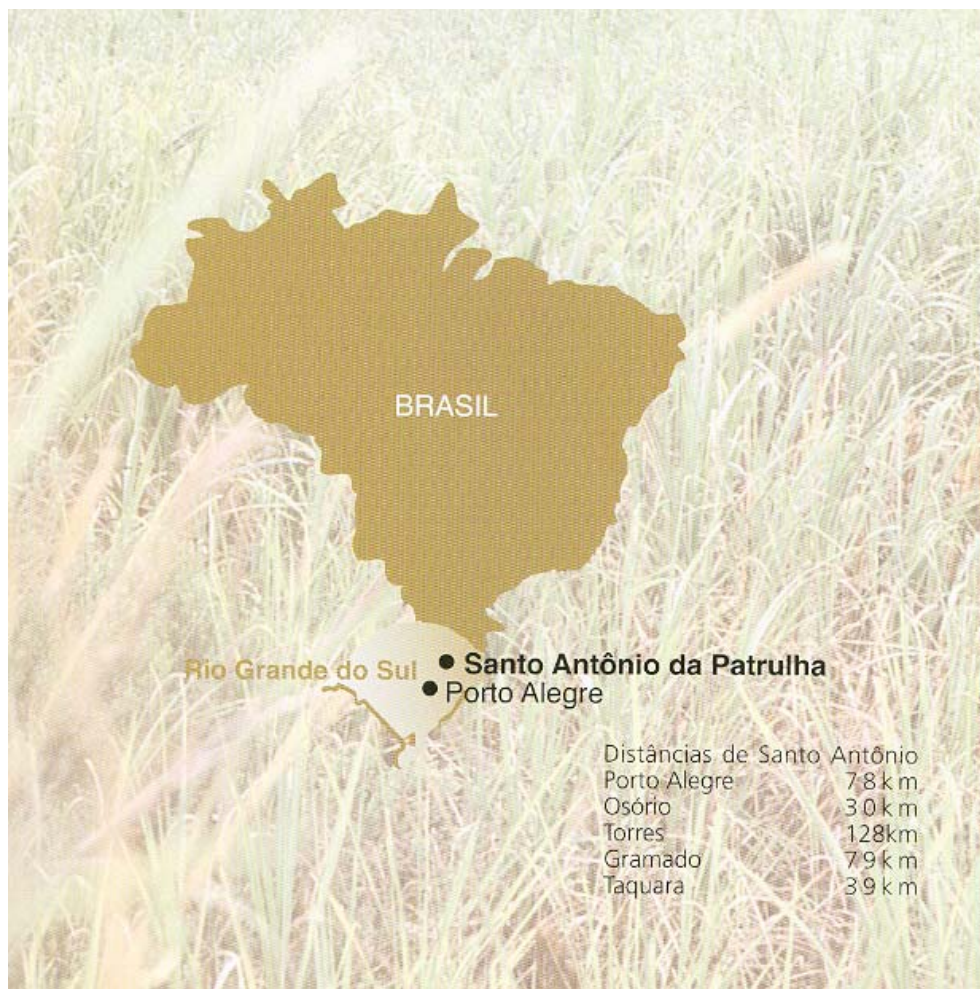
O fluxo dos tropeiros que vinham dos criatórios de mulas do norte da Argentina, passando pela Capitania do Rio Grande de São Pedro, rumo ao centro brasileiro, ou vice-versa, além de favorecer o processo de conquista portuguesa do território meridional, estimulou, também, a expansão da lavoura canavieira no extremo-sul da Colônia.¹⁵⁴

É notório, na historiografia, o destaque e a centralidade do nordeste açucareiro na economia brasileira. Soma-se, posteriormente, São Paulo, com a situação proeminente que deteve no século XX, recebendo a região Sul, notadamente o Rio Grande do Sul, tratamento de lavoura canavieira secundária.

Pode-se acrescentar que, além de secundária, é também distinta, peculiar, singular e específica, atributos que nesse trabalho deverão ser demonstrados.

¹⁵³ A propósito, uma rica documentação custodiada no Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre comprova a atuação do mercador José Bernardes Vieira, que vendia escravos aos senhores dos canaviais situados em Conceição do Arroio (Osório), no final do século XVIII e início do XIX. O ANEXO D exemplifica a ação quilombola na área canavieira do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

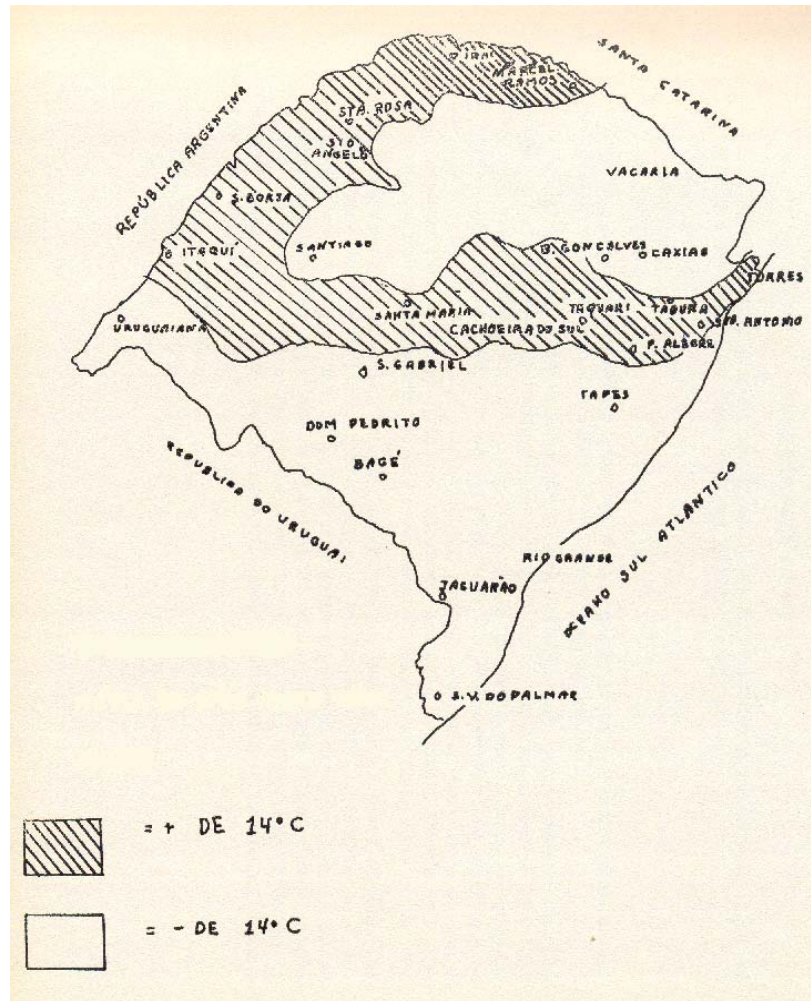
¹⁵⁴ Aprofundar as relações entre a produção canavieira e o tropeirismo é o objetivo, a curto prazo, perseguido. O tropeirismo no Rio Grande do Sul vem sendo estudado através de seminários bienais, promovidos pela Prefeitura Municipal de Bom Jesus, do que resultaram estas obras: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.). *Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional*. Porto Alegre: EST, 1995. BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.). *Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul*. Porto Alegre: EST, 2000. BARROSO, Véra Lucia Maciel; SANTOS, Lucila Sgarbi. (Org.). *Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul*. Porto Alegre: EST, 2004.



Mapa 1 – O espaço brasileiro, com destaque para o Rio Grande do Sul e identificação do município de Santo Antônio da Patrulha

Fonte: SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. *Rota da cachaça e da rapadura*: fôlder. Santo Antônio da Patrulha: Prefeitura Municipal; SEBRAE, s.d.

Estudo realizado na década de 1960 indica para o Rio Grande do Sul três regiões com possibilidade de produção canavieira em quantidade industrial: Alto Uruguai, Depressão Central e parte do Litoral Norte (diga-se, parte dos municípios de Torres, Osório, Viamão, Gravataí, Santo Antônio da Patrulha, Taquara e Rolante).



Mapa 2 – Rio Grande do Sul, com a identificação das áreas próprias para a cana – 1975

Fonte: AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da safra 1974/1975*. Santo Antônio da Patrulha, 1975. Não-paginado. Vide também outro mapa em ANEXO E.

As regiões apontadas para o plantio de cana são as menos atingidas por geadas, quer a norte-litorânea, quer a do Alto Uruguai, nas imediações de Iraí e Marcelino Ramos e, também, na área central do estado. Entretanto, das três, a região tida como a mais favorável é a tradicional área reconhecida como canavieira, o Litoral Norte, notadamente o município de Santo Antônio da Patrulha. Sobre essa área, um artigo assinado pelo engenheiro agrônomo Artur César Duarte, em publicação difundida nacionalmente, destaca a sua potencialidade, como também o descaso praticado contra a referida região de tradição da cana no Rio Grande do Sul,

[...] onde é cultivada por milhares de pequenos agricultores, com baixos rendimentos econômicos devido à falta de amparo aos seus cultivadores. [...]

Perguntaremos: o Rio Grande do Sul possui condições para esta cultura? Responderemos: sim. Possui uma superfície de terras que são perfeitamente aproveitáveis para o cultivo dessa gramínea, podendo mesmo tornar-se um dos grandes produtores nacionais.

É preciso acentuar que no Estado somente os pequenos produtores cultivam a cana-de-açúcar, e **não é justo negar auxílio a esses forjadores da nossa riqueza agrícola.** Ora, se são pequenos produtores, não possuem recursos, e se o Governo não os ampara, fatalmente ficarão estagnados, trabalhando em condições tais que o sacrifício de seu suor não dará sequer para alimentar seus filhos. **Acentue-se que mais de 5.000 famílias trabalham com esta cultura no Estado sulino.**

Deste modo, já está tardando a hora de se remediar esta situação, pois sem a ajuda técnica, auxílios financeiros e outras facilidades, que só os grandes nesta terra obtém, esses pequenos agricultores que labutam aos milhares em suas culturas, procurando buscar seu sustento e de suas famílias, estão trabalhando esquecidos, sendo os seus rendimentos os menores possíveis. Daí a necessidade de um auxílio oficial que viesse incentivar a cultura no sul do País [...].

Como poderemos exigir que uma variedade aclimatada no Nordeste ou em São Paulo produza bem no sul? O que precisamos é de variedades aclimatadas no local, aperfeiçoadas em seu novo 'habitat'. [...] Não existem experimentação e pesquisa. [...] **Em poucas palavras, falta totalmente o auxílio técnico aos pequenos cultivadores [...].**¹⁵⁵

Para o Brasil conferir, está claro na exposição do autor que chegara a hora de os pequenos produtores de cana terem melhores condições de vida, em país onde os grandes proprietários têm sido os beneficiados. Nesse sentido, não se trata só das maiores fortunas. E, para tanto, era importante, naquela altura, a adesão do Estado para com aqueles que vinham forjando a riqueza, no caso do Rio Grande do Sul, gerada por centenas de famílias de pequenos agricultores. Não se trata de um número desprezível; ao contrário, mais do que significativo, sobejamente destacado no mundo do trabalho regional, voltado, sobretudo, para a produção de açúcar mascavo.

Na mesma direção manifestou-se o deputado Nolly Joner, em 1975, quando presidente da Comissão Especial para o Estudo da Agroindústria Açucareira no Estado. Afirmou que, por muitos anos, o Rio Grande do Sul ficou à margem do desenvolvimento de sua lavoura açucareira pelas seguintes razões:

Ora, pressões oriundas das regiões tradicionalmente produtoras de açúcar, ora, o desconhecimento de nossa realidade agro-climática, levaram o país a uma conceituação errônea de que o nosso Estado não ofereceria o mínimo de condições que oportunizasse a dinamização deste setor vital de economia.

Em decorrência dessas premissas discutíveis, a lavoura da cana-de-açúcar, por quase três séculos, não passou de iniciativas isoladas de implantação, isto mesmo com sérias limitações quanto ao emprego do produto colhido, que se destinava ao

¹⁵⁵ DUARTE, Artur César. Cultura da cana-de-açúcar. *Brasil Açucareiro*, Rio de Janeiro: IAA, a. XXVIII, v. LV, n. 3, p. 177-178, mar. 1960. (Grifo nosso). O número apontado na documentação compulsada não é de 5.000 famílias, e sim de cerca de 2.000, mesmo assim significativo.

arraçoamento de animais e ao fornecimento de , de deficiente qualidade, a incipientes engenhocas produtoras de açúcar mascavo, rapadura e aguardente.¹⁵⁶

Segundo manifestações colhidas quando da atuação da referida comissão, era crescente o entendimento de que o estado tinha condições de produzir o açúcar que consumia. Daí a importância da constituição dessa comissão que deveria reparar os limites que vinham obstaculizando as potencialidades regionais da produção canavieira, sobretudo diante das dificuldades que a usina açucareira gaúcha, a AGASA, vinha enfrentando, com apenas dez anos de atuação.

É que efetivamente o estado gaúcho era o menor produtor de açúcar em todo o país. Em 1975, a produção brasileira era de 7 milhões de toneladas, quando se previa, para 1980, cerca de 12 milhões de toneladas. O Rio Grande do Sul contribuiu apenas com 6 mil toneladas, ou seja, cerca de 100 mil sacas,¹⁵⁷ contando em 1974 com uma área de apenas 51.563 ha cobertos com cana.¹⁵⁸ A essa altura o Brasil já estava sofrendo os reveses da crise energética, voltando-se para a cana, como solução, através da produção de álcool. Entretanto, a lavoura canavieira gaúcha passou, a partir de então, a ser duramente desafiada. A questão posta é esta: haveria cana para alimentar as produções de açúcar e de álcool no estado? É o que se verá nos próximos capítulos. Até esse tempo recente, a História da expansão canavieira no Brasil Meridional, centrada no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, pode ser dividida em cinco fases, quais sejam:

a) a da produção canavieira (rapadura e aguardente) para o comércio regional – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, no ciclo do tropeirismo de mulas, vigente no século XVIII e início do XIX;

b) a das tentativas frustradas de industrialização no século XX, através das iniciativas *privada* (Usina Santa Marta) e *estatal*, através da Destilaria Livramento implantada, também, em Osório pelo IAA, que mesmo pronta não chegou a funcionar (décadas de 1930 a 1950);

c) a dos engenhos que manufaturavam o açúcar amarelo para o mercado serrano, produtor de vinho no Rio Grande do Sul, e municípios que fabricavam café (o açúcar como insumo para o vinho e café moído e torrado), além da capital e fronteira que também recebia a produção açucareira patruhense (década de 1950);

d) a da produção usineira da AÇÚCAR GAÚCHO S.A. que, oferecida ao mercado do Rio Grande do Sul, supria uma parte das necessidades de consumo do açúcar branco no Estado (décadas de 1960 a 1980);

¹⁵⁶ RIO GRANDE DO SUL, out. 1975, p.11. Em outra manifestação, no mesmo ano, o deputado Nolly Joner afirmou: “O Rio Grande, por um determinismo histórico, continua a ser amordaçado por conceitos suspeitos e irrealis, alijado de maneira simplista do rol dos Estados ‘climaticamente adequados’ a algumas culturas tropicais. Esquecem ou desconhecem que, inúmeras regiões da terra produzem açúcar e álcool em latitudes mais elevadas que a nossa e em condições edáfo-climáticas inferiores às do Rio Grande do Sul.” In: RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *Relatório da Comissão Especial para o Estudo da Produção de Álcool Anidro*. Porto Alegre, 26 nov. 1975, p. 6.

¹⁵⁷ Idem. Ibidem.

¹⁵⁸ NEVES; DIMER, 1974, p. 7.

e) a do retorno à produção artesanal de derivados da cana (cachaça, rapadura e açúcar mascavo) para consumo regional e de estados vizinhos, alcançando inclusive os do centro-oeste e norte brasileiro, bem como iniciada a produção de aguardente, *tipo exportação*, especialmente dos alambiques como *A Fonte* e *Guarda Velha*, em Santo Antônio da Patrulha, a contar do final da década de 1990, anos após o fechamento da AGASA.¹⁵⁹

Esta pesquisa aborda as quatro primeiras fases.

2.3 SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA E LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL: DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE REGIONAL AO TEMPO DA EUFORIA CANAVIEIRA (SÉC. XVIII-XX)

Santo Antônio da Patrulha, ou apenas Santo Antônio, também é conhecida como *Cidade Romance*,¹⁶⁰ *Capital da Cana*¹⁶¹ ou *Terra dos Canaviais*.¹⁶²



Fotografia 1 – Exemplar de fôlder de divulgação do município de Santo Antônio da Patrulha com alusão à cana-de-açúcar – década de 1970

¹⁵⁹ BARROSO, Véra Lucia Maciel. A expansão da lavoura canavieira no sul do Brasil. Rio Grande do Sul – séculos XVIII-XX. In: VIEIRA, Alberto. (Coord.). *História do açúcar: rotas e mercados*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura; Centro de Estudos de História do Atlântico, 2002, p. 444.

¹⁶⁰ Refere-se ao romance do casal povoador da Vila de Santo Antônio da Patrulha: Margarida Exaltação da Cruz (13 anos) e Inácio José de Mendonça (duas vezes viúvo, e com mais de quarenta anos). Mais detalhes: NEIS, Ruben. *Guarda Velha de Viamão: no Rio Grande miscigenado surge Santo Antônio da Patrulha*. Porto Alegre: EST; Sulina, 1975.

¹⁶¹ Chamada destaque da 1ª aba de fôlder largamente difundido no município na década de 1970.

¹⁶² Conforme Antônio Carlos Brito, esta denominação se deve a Jorge Pedro Nehme. Disse ele: “[...] eu me lembro como se fosse hoje, na boate do Clube Patruhense. Não me lembro o ano, mas quando ele era prefeito, numa entrevista para a rádio, aí tinha sido feita alguma coisa em relação à AGASA, e o Jorge disse: ‘Essa é a terra dos canaviais!’ E aquele nome pegou.” Depoimento de Antônio Carlos Brito concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º nov. 2004.



Fotografia 2 – Exemplar de fôlder de divulgação do município de Santo Antônio da Patrulha com alusão à cana-de-açúcar – década de 1970

Fonte: Acervo do Museu Juca Maciel.

É com orgulho que o patrulhense diz: “Sou da terra da cachaça e da rapadura!”

Santo Antônio da Patrulha, Osório (Conceição do Arroio) e Torres são municípios situados no Litoral Norte do Rio Grande do Sul que têm no cultivo e na elaboração da cana-de-açúcar a sua atividade principal e portadora de tradição, desde o século XVIII. A sua história de ocupação tem mais de dois séculos.¹⁶³ E é desse tempo a introdução da cana e a manufatura de seus derivados, no Brasil Meridional, prática desenvolvida inicialmente no litoral catarinense, e depois no *Rio Grande de São Pedro do Sul*, na conjuntura da conquista portuguesa do território sulino frente aos espanhóis. Nas povoações da Ilha de Santa Catarina e arredores, portugueses ilhéus, dos Açores e da Ilha da Madeira, e outros migrados de capitânicas brasileiras plantavam cana, a contar dos anos 1700, para atender inicialmente às suas necessidades de consumo. Fabricavam aguardente, açúcar amarelo e rapaduras em

¹⁶³ A respeito escreveu MONTEIRO, Gustavo. O açúcar no Litoral Norte. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.). *Raízes de Terra de Areia*. Porto Alegre: EST, 1999. p. 452-455.

engenhos com toscas moendas de pau e movidos a bois, como ocorre até hoje em algumas localidades do interior do Rio Grande do Sul.¹⁶⁴

Mas, quando e onde o primeiro engenho de cana teria sido instalado no Litoral Norte do Rio Grande do Sul?

Manoel Fernandes Bastos¹⁶⁵ informa quem foi o introdutor da cultura canavieira no Litoral Norte. E o genealogista Paulo Xavier revela, a partir da pesquisa de Bastos, que ele era madeirense.¹⁶⁶ Surpreendente é a sua afirmação, sobretudo porque a historiografia concede aos açorianos o papel precursor e difusor da cana no Brasil Meridional, silenciando sobre a presença dos madeirenses, sobretudo no Rio Grande do Sul. Assim, a Ilha da Madeira não é só o portal da introdução da cana em Pernambuco e São Paulo, áreas tradicionais canavieiras, como também da capitania portuguesa do extremo-sul brasileiro, precisamente no Litoral Norte, região que ficou consagrada como identitária da cana-de-açúcar até a atualidade. E de onde vieram as mudas? A origem da cana no Rio Grande do Sul também está ligada aos madeirenses, visto as primeiras mudas terem sido trazidas dos canaviais de São Vicente, onde os ilhéus da Madeira implantaram a cultura canavieira. Sem dúvida, os açorianos chegados adotaram a cultura da mandioca – o *pão da terra* –, como também difundiram a cana-de-açúcar e cereais, para sua alimentação e, especialmente, para atender ao mercado favorável, proporcionado pelo comércio luar, fazendo, dos tropeiros, virtuais consumidores de aguardente, sobretudo.

Às margens da Lagoa Pinguela, na então Estância da Serra, elevada a Freguesia em 1773, com o nome de N. Sr^a. da Conceição do Arroio, se instalou o madeirense Domingos Fernandes Lima com engenho de cana. Ali teria sido ele “usineiro”, a contar de 1778, ou aproximadamente a esse ano. Arranchou-se “[...] em 60 braças de terra, entre o rio da Pinguela (ao sul) e terras de Domingos Correa de Andrade (ao norte), fazendo frente para a Lagoa do Morro Alto, aonde trabalha **há mais de doze anos**, com escravos e engenho de mandioca e aguardente e de presente quer pôr **fábrica de açúcar** [...],” conforme requerimento de 1790.¹⁶⁷ Anos depois, em 1798, ele afirma que “[...] tem fundado o seu

¹⁶⁴ Caio Prado Júnior destaca que, no período colonial, uma forma secundária de produção foi articulada. No caso, engenhocas e pequenos engenhos foram montados no Brasil, sem a presença da monocultura de exportação. Examinar: PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

¹⁶⁵ FERNANDES BASTOS, Manoel E. Notas e apontamentos sobre a cultura da cana-de-açúcar em Conceição do Arroio (atualmente Osório): Pinguela: A usina Santa Marta. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: Globo, p. 142-149, III trim., 1938.

¹⁶⁶ XAVIER, Paulo. Nossa lavoura de açúcar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 15 set. 1972. Suplemento Rural, p. 6.

¹⁶⁷ Cf. REQUERIMENTO de (sic) de dezembro de 1790. AHRS. Apud XAVIER, Paulo, 1972, p. 6. (Grifo do autor).

estabelecimento de lavoura e canaviais avultados nas 600 braças de terra de matos no lugar denominado da Pinguela.»¹⁶⁸

Iniciava-se, então, a tradição canavieira da região.

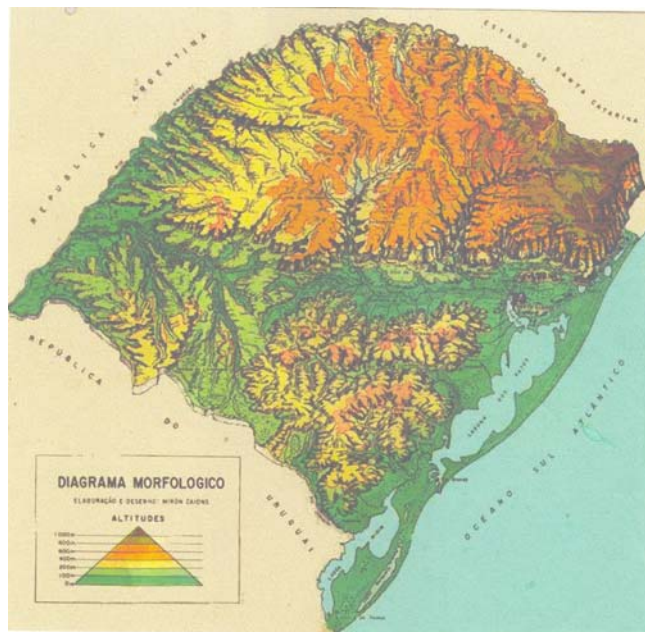
Também na década de 1770 chegaram os irmãos Antônio Nunes Bemfica e Manoel Nunes Bemfica, naturais da Freguesia de N. Sr^a. do Amparo de Bemfica, do Patriarcado de Lisboa, em Portugal, instalando-se com engenho de cana em Santo Antônio da Patrulha. Segundo Mário Teixeira de Carvalho, eles já “[...] dispunham de bens de fortuna quando chegaram a este Estado. Suas estâncias eram das melhores de toda a região e estavam aparelhadas até com engenhos de açúcar, dos primeiros que existiram no Rio Grande do Sul.»¹⁶⁹

A difusão canavieira, ainda no século XVIII, é evidente no corredor norte-litorâneo. Na área há campos de várzeas, planas e levemente onduladas, cobertas com pastos nativos que chegam até quase ao sopé dos contrafortes da Serra Geral. A seguir, adentrando-se, depara-se com as encostas em aclives, ora suaves ou abruptas, com degraus penetrando pelo interior da serra, até atingir outras áreas, mais profundas e mais distantes. Esses terrenos foram ao longo dos anos sendo desmatados, deixando os solos erodidos e esgotados pelo uso indevido.

A amenidade do clima, dada a influência termo-reguladora do mar, é amplamente favorável à cultura da cana-de-açúcar. Esse largo território do Litoral Norte pertencia ao primitivo município de Santo Antônio da Patrulha. Ou seja, essa faixa que incluía a Freguesia de Santo Antônio da Guarda Velha (depois Patrulha) mais a área de Palmares do Sul até o Presídio das Torres; portanto, no recorte apontado, de sul a norte, entre o mar e a serra, era patrulhense, até 1857, quando N. Sr^a. da Conceição do Arroio (Osório) se emancipou.

¹⁶⁸ FERNANDES BASTOS, Manoel (1938) apud XAVIER, Paulo 1972, p. 6. (Grifo nosso).

¹⁶⁹ CARVALHO, Mário Teixeira de. *Nobiliário sul-riograndense*. Porto Alegre: Globo, 1937, p. 164. O Capitão-Mor Antônio Bemfica, nascido em 1752, segundo dados do autor, na década de 1770, estaria em Santo Antônio da Patrulha, onde nasceu, em 1774, sua segunda filha com a açoriana (da Ilha das Flores) Maria Felícia da Natividade. Quando da instalação da Vila, ele foi a quarta pessoa a assinar o auto de criação e da abertura dos pelouros, em 3 de abril de 1811. Para mais dados, examinar: MACIEL JÚNIOR, José. Quem foi o Capitão-Mor Bemfica: Histórias da nossa história. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 33, p. 9, 19 abr. 1974.

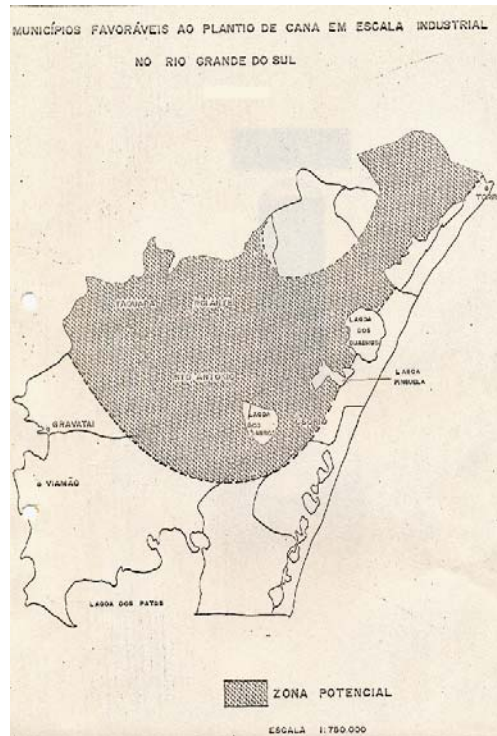


Mapa 3 – Topografia do Rio Grande do Sul
O Litoral Norte é a faixa estreita entre a Serra Geral e o mar.
Fonte: Acervo de Cecília Maciel Barroso.

As lavouras de cana foram distribuindo-se irregularmente pelas encostas dos morros, parecendo um tapete verde claro estendido entre capões e áreas de mata nativa, que passou a identificar a paisagem característica do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Esse é o cenário para onde eram vendidos os escravos do mercador José Bernardes Vieira, entrados em Tramandaí.

Dentro desse perímetro se impuseram comunidades com identidade canavieira: vindo do norte, encontra-se **Torres**, sobretudo a sua **colônia** alemã – **São Pedro**. Prosseguindo, rumo ao sul, está a outra **colônia** alemã – **Três Forquilhas**. Depois de passar por Maquiné e, após, pela Pinguela, chega-se a **Conceição do Arroio**, atual Osório (núcleo difusor da cana) e, finalmente, a **Santo Antônio da Patrulha** (também núcleo difusor).¹⁷⁰ A partir deste último, outros povoados nas proximidades passaram, incidentalmente, a plantar cana no século XX, como Rolante (emancipado de Santo Antônio em 1954) e Gravataí, sobretudo para acorrer ao apelo da AGASA, a contar dos anos 1970, diante da falta de cana para alimentar suas moendas. Mas os dois últimos não são municípios de tradição canavieira.

¹⁷⁰ Portanto, todas essas povoações canavieiras eram, até 1857, pertencentes ao município de Santo Antônio da Patrulha. Com a emancipação de Conceição do Arroio (Osório), em 16 de dezembro daquele ano, todas elas ficaram dentro do novo município. Assim, ali no corredor litorâneo, estavam sediados dois municípios difusores da cana até 1878, quando Torres tentou a sua emancipação (a primeira). Eles são os três municípios precursores da cana no Rio Grande do Sul.



Mapa 4 – Indicação dos municípios favoráveis ao plantio de cana em escala industrial no Litoral Norte do Rio Grande do Sul – 1975

Fonte: NEVES, Carlos Alberto; DIMER, Alceu Krás. *Programa Estadual de Apoio à Cultura da Cana-de-açúcar*. Santo Antônio da Patrulha: Banrisul/AGASA, [1974], p. 7.

Heinrich W. Bunse, ao estudar essa região do Rio Grande do Sul, referida como uma de suas zonas produtoras de cana, concluiu que ela chegou ao século XX com a cultura primitiva preservada no processo de sua manufaturação. Ele focou sua pesquisa nos municípios de Gravataí, Santo Antônio, Osório e Torres. Para ele, as razões da assumida identidade canavieira não se resumem à sua condição introdutória, quando do povoamento inicial daquele espaço, mas residem, também, nas suas condições ecológicas especiais. Afirma Bunse que nem todas as regiões do estado são apropriadas para o seu cultivo, e destaca:

Nesta zona (Litoral Norte do RS) ocorre um fenômeno metereológico que os técnicos chamam de ‘inversão’: a geada afeta somente os terrenos até uma altura de mais ou menos 50 metros sobre o nível do mar. Os terrenos compreendidos entre as alturas de 50 até 300 metros ficam completamente livres devido a uma camada de ar mais quente. Por isso, diz ele, não encontramos canaviais na planície, nem em terrenos acima de 300 metros.¹⁷¹

¹⁷¹ BUNSE, Heinrich W. A cana-de-açúcar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12 mar. 1983. Letras & Livros, a. II, n. 79, p. 5. Ver também: BUNSE, Heinrich W. A terminologia da cana-de-açúcar no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Filologia*, Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, v. 3, t. II, p. 183-192, dez. 1957.

Por tais condições é que a área dos primeiros cultivos de cana no Litoral Norte do Rio Grande do Sul se localizou na encosta dos morros, desde a altura da Lagoa Itapeva até a Lagoa dos Barros, notadamente nas imediações da Lagoa Pinguela. Portanto, ao estender-se, ao norte, para Torres e, ao sul, para Santo Antônio da Patrulha, sua direção foi o sopé da serra, expandindo-se, inclusive para o interior do Vale do Rio Três Forquilhas e do Rio Maquiné, como frisa Bunse:

[...] nesta região existe [...] uma tradição referente à cana-de-açúcar de uns 200 anos ininterruptos, tradição esta que, de imediato, foi aceita e continuada pelo elemento alienígena, p. ex. imigrantes alemães, desde 1826, no município de Torres, mais tarde também imigrantes italianos. [...] se efetua nos moldes tradicionais e antiquados em pequena escala e em forma de indústria caseira. Não se deu no Rio Grande do Sul – como Giese supõe para o Nordeste do Brasil devido ao surgimento das grandes usinas – um desaparecimento dos métodos primitivos.¹⁷²

Segundo o mesmo autor, em Gravataí e algumas zonas de Santo Antônio da Patrulha, dominava o fabrico da rapadura. Nas demais zonas do município patrulhense produzia-se mais o açúcar. Na região de Osório e Torres predominava, quase exclusivamente a destilaria de aguardente, a cachaça – *a caninha*. Ao lado do engenho existia o alambique, o *lambique*, geralmente sob o mesmo teto do engenho, mas em nível mais baixo. E nas colônias alemãs de Três Forquilhas e Torres, foram assimilados costumes luso-brasileiros, ao adotarem a economia ali já desenvolvida, como é o caso da produção canavieira.¹⁷³ Passados vinte e quatro anos de sua chegada, os imigrantes exportavam números expressivos de mandioca, café e algodão. Mas a arrecadação maior, em 1850, foi mesmo com a cana: 814.000 rapaduras e 91 pipas de aguardente (Três Forquilhas); 632 pipas de aguardente (São Pedro de Alcântara).¹⁷⁴ A realidade canavieira da região foi descrita por alguns dos viajantes ou servidores da Coroa que por ali transitaram.¹⁷⁵ É o caso do sargento-mor Domingos José Marques Fernandes, a serviço da Coroa Portuguesa no sul do Brasil, que escreveu e dedicou ao *Sereníssimo Senhor* uma *Descrição Corográfica, Política, Civil e Militar da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul*, datada de 10 de setembro de 1804. Trata-se de um parecer

¹⁷² BUNSE, Heinrich A., 1983, p. 184. Bunse, através de pesquisa de campo, levantou a terminologia da cana, na região em estudo, que resultou em interessante coleta de dados presente no referido trabalho.

¹⁷³ Sobre essa assimilação, Fernandes Bastos, em sua consagrada obra *Noite de Reis*, chama a atenção quando trata da antiga Conceição do Arroio e de suas peculiaridades antropológicas. Examinar: FERNANDES BASTOS. *Noite de Reis: narrativa histórica*. Porto Alegre: Globo, 1935. p. 33.

¹⁷⁴ RELATÓRIO do Vice-Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Patrício Corrêa da Câmara, em 02.10.1851. Porto Alegre: Typographya do Mercantil, 1851. (Quadros das Colônias de Três Forquilhas e São Pedro de Alcântara).

¹⁷⁵ Sebastião Betâmio, em sua *Notícia Particular*, de 1780, e Francisco Roscio, no seu *Compêndio Noticioso*, de 1781, por exemplo, nada referem sobre a cana na região. Eles podem ser lidos em FREITAS, Décio (Org.). *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre: EST, 1980.

interessante acerca da importância da produção canavieira do Litoral Norte. Em uma de suas passagens, destaca:

As melhores terras da Capitania do Rio Grande de S. Pedro do Sul para a agricultura, infeliz e lastimosamente se acham incultas e perdidas; [...] as terras da Serra Geral são as mais excelentes que há: começa esta no Rio das Torres, que, como também se disse divide esta Capitania da de Santa Catarina e corre por espaço de oitenta léguas, até a guarda dos Ferreiros, ou boca do Monte, com largura de oito léguas e mais.

Podemos dizer que elas são as melhores terras, não só da Capitania do Rio Grande, mas de toda a América; porque segundo a experiência, que há de alguns, que se têm provado, não só produzem toda a espécie de legumes, **mas também cana-de-açúcar, com vantagem a todas as outras terras do Brasil na produção deste gênero, e com excesso de trinta a quarenta por cento: o que se vê em alguns engenhos, que se acham ali já estabelecidos;** para isto concorrem duas grandes adições: muita madeira e boa e rios navegáveis para o transporte, de maneira que não haverá lavrador distante da navegação, pela qual possa exportar os efeitos da sua fazenda mais de seis léguas, fáceis a carros. **E é tal a fertilidade das mesmas terras, que um quarto de légua em quadro é bastante para o estabelecimento de um engenho de açúcar do lote de cem escravos, quando nas outras Capitanias um engenho de açúcar deste mesmo lote pede meia légua quadrada.**¹⁷⁶

Entretanto, não foi tão animador o parecer do viajante francês Auguste de Saint-Hilaire, anos mais tarde, entre 1820 e 1821, quando passou pelo Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Disse ele que, na altura de Conceição do Arroio, a cana medrava bem. Numa das propriedades em que pernoitou, lhe pareceu existirem grandes plantações destinadas à fabricação de aguardente. Cientificou-se, porém, de adversidades, como a força dos ventos da serra que forçava seus produtores a plantarem a cana ao pé do planalto. Concluiu, todavia, que ela dava soca duas vezes, o que lhe pareceu compensador.¹⁷⁷ Em 1815, quando de passagem por Santo Antônio, o bispo do Rio de Janeiro constatou a existência de muitas lavouras de trigo e de cana – esta para a fabricação de cachaça.¹⁷⁸

Já Arsene Isabelle, em 1830, verificou que os produtos de exportação da Província eram mais ou menos os mesmos de Montevideu e Buenos Aires. Porém, no Rio Grande do Sul, dizia ele, as possibilidades para a produção de cachaça e de outros produtos eram maiores; apenas faltavam braços e capitais para serem *convenientemente* explorados.¹⁷⁹

¹⁷⁶ REVISTA PESQUISAS: História. Porto Alegre: Instituto Anchieta de Pesquisas, n. 15, p. 82-83, 1961. (Grifo nosso).

¹⁷⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974. p. 20-21.

¹⁷⁸ A passagem do Bispo pelo Litoral Norte é abordada em NEIS, Ruben. *Guarda Velha de Viamão: no Rio Grande miscigenado surge Santo Antônio da Patrulha*. Porto Alegre: EST; Sulina, 1975. Sobre a cachaça há farta bibliografia, e na imprensa proliferam alusões ou textos a respeito. Um deles, interessante, foi publicado na imprensa patrilhense: CACHAÇA: bebida nacional. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 18, p. 4, 1º mar. 1974.

¹⁷⁹ ISABELLE, Arsene. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983. p. 84.

Anos antes, em 1810, Manoel Antonio de Magalhães, em seu *Almanaque da Vila de Porto Alegre com reflexões sobre o Estado da Capitania do Rio Grande do Sul*, escreveu que o açúcar nela produzido não era dos melhores, mas que a aguardente não fazia diferença da de Parati.¹⁸⁰

A propósito, a documentação da Câmara Municipal de Santo Antônio da Patrulha relativa ao século XIX oferece muitos dados esclarecedores e ilustrativos acerca da importância canavieira para a economia local, como os reunidos no quadro a seguir:

Names dos sujeitos a quem pertencem	Lugares aonde existem
<i>Jozé Bernardes Sanhudo</i>	<i>Ao pé do Passo da Miraguaia</i>
<i>Thomas Antonio</i>	<i>No Passo de José Pereira</i>
<i>A viúva Ana Joaquina de Azevedo</i>	<i>Em Roza Jeronima</i>
<i>Joaquim Antonio de Figueiró</i>	<i>Dentro da Freguesia</i>
<i>João da Rosa da Silva</i>	<i>Dito</i>
<i>Agostinho Ribeiro</i>	<i>Dito</i>
<i>O preto forro Pedro</i>	<i>Dito</i>
<i>Manoel de Castro Lima</i>	<i>Dito</i>
<i>Maria Ignacia</i>	<i>Dito</i>
<i>Antonio Ribeiro Diniz</i>	<i>Dito</i>
<i>O Alferes João Pinto da Silva</i>	<i>No Passo do Rio do Sino</i>
<i>Francisco Xavier da Luz</i>	<i>Dito</i>

Observação: Além das que acima vão nomeadas, quando chega o verão há maior número, e na maior parte dos Engenhos se vende aguardente em medidas pequenas de meio quartilho para cima. Não vão nomeados os ditos engenhos por não saber se estão neste número.

Quadro 2 – Relação das tavernas existentes na Freguesia de Santo Antônio em 30 de setembro de 1806

Fonte: Junta da Real Fazenda. *Representações à Junta*, 1806. Doc. 156. AHRS.

O documento deixa entrever que a *caninha* era encontrada em muitas localidades da antiga freguesia de Santo Antônio, desde a Miraguaia (divisa com a Aldeia dos Anjos, hoje Gravataí) até o distante Rio dos Sinos, num de seus passos da divisa com Conceição do Arroio ou com Santa Cristina do Pinhal, hoje Taquara.

¹⁸⁰ MAGALHÃES, Manoel Antônio de. *Almanaque da vila de Porto Alegre, com reflexões sobre o estado da Capitania do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 1808. *Boletim Municipal*, Porto Alegre, n. 5, p. 261, maio/ago. 1940. A autora do presente trabalho fez algumas reflexões sobre a cultura da cana no Rio Grande do Sul, quando de sua posse como membro efetivo do IHGRGS, em 11 de julho de 1997, apresentada pelo Des. Dr. Ruy Ruben Ruschel. O texto consta em BARROSO, Véra Lucia Maciel. Santo Antônio da Patrulha no cenário regional: olhares e fronteiras. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, n. 133, p. 173-185, 1998.

A propósito, a fama da *caninha* patruhense correu no tempo, visto ser “[...] considerada da melhor qualidade, avulta-se também na exportação, formando entre as principais fontes de renda do município, onde se enquadram, ainda, alguns outros produtos de origem industrial.”¹⁸¹ Aliás, as duas principais fontes de renda da Câmara de Santo Antônio da Patrulha, instalada em 03 de abril de 1811, eram as canadas e os passos.¹⁸² Inclusive, na Capitania, o município patruhense era o que mais contribuía com o Subsídio Literário.¹⁸³ Os números comprovam:

Tabela 2 – Renda do Subsídio Literário no ramo da aguardente, nos anos de 1814, 1818 e 1819 – municípios do Rio Grande do Sul

Ano	1814	1814	1818	1818	1819	1819
Tipos de Imposto	Imposto anual	Imposto entregue à Tesouraria	Imposto anual	Imposto entregue à Tesouraria	Imposto anual	Imposto entregue à Tesouraria
Vilas						
Porto Alegre	28\$800	21\$600	115\$200	115\$200	3\$300	3\$300
Rio Grande	-	-	-	-	-	-
Rio Pardo	-	-	-	-	-	-
SAP	1:457\$140	712\$260	447\$260	100\$800	1:349\$280	-

Fonte: Junta da Fazenda. Tabela de rendimentos reais da Capitania de São Pedro em que se demonstra a importância anual de cada um de seus artigos. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel. *Santo Antônio da Patrulha: vínculo, expansão, isolamento (1803-1889)*. 1979. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. p. 116.

Esses números, entretanto, não repercutiam positivamente no município canavieiro. Ao contrário, o descontentamento era grande, revelado pela reclamação dos vereadores ao presidente da Província, uma vez que a arrecadação do Subsídio Literário no ramo da aguardente, criado pela Provisão de 24 de novembro de 1813, para ser aplicado na educação, não modificou o panorama escolar de Santo Antônio da Patrulha. A respeito, com indignação, a Câmara se manifestou em 1829:

Mas Excelentíssimo Senhor parece implorando a devida vênia triste cruel e até impolítico que o dito rendimento do Subsídio Literário imposto a um gênero que produz este País vá aproveitar a essa Cidade e Vilas desta Província na indicada aplicação com total abandono desta Vila de Santo Antônio da Patrulha, por que nem ao menos tem um professor Nacional das primeiras letras para ensino dos meninos, a

¹⁸¹ SANTO Antônio da Patrulha envia uma mensagem de civismo e de democracia para as demais comunas rio-grandenses. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 10, 24 abr. 1949. Nos Catálogos das Atas da Câmara, organizados pelo Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, em várias datas, os livros respectivos sumulados apresentam dados, sobretudo relativos à aguardente. No Livro de Atas nº 2, por exemplo, destaca-se a ata de 14/02/1781, na qual encontra-se determinação de medidas para a venda de vinhos e aguardente. Ver o volume III dos catálogos, publicado em 1994.

¹⁸² *Canada* é antiga medida de capacidade equivalente a 2.622 litros. *Passo* é um lugar no rio ou arroio, de passagem habitual, onde se cobrava uma taxa dos transeuntes pelas mercadorias que portavam em trânsito.

¹⁸³ Imposto cobrado sobre a produção de aguardente na Província para ser aplicado na Educação Pública.

cujas molas se devem preparar para no futuro virem a ser úteis cidadãos do Estado! Quanto mais uma Aula de Gramática Latina!!!¹⁸⁴

Apesar do protesto, o rumo da educação não mudou. Considerada escandalosa a cobrança do Subsídio Literário, os produtores resistiram, sonhando pagamento e os reais dados da produção canavieira, inclusive com a anuência da Câmara Municipal, gerando seguidos protestos dos órgãos provinciais. Nas décadas de 1830 e 1840, o cerco aos canavieiros foi imposto com outras taxações que impuseram sucessivas reclamações. Entretanto, apesar de todos os reveses, a tradição da cana persistiu, visibilizada na geografia econômica da região. Dados estatísticos de 1860 confirmam a importância da cana-de-açúcar em Santo Antônio da Patrulha, na segunda metade do século XIX. O exame dos dados não deixa dúvida.

Tabela 3 – Estatística da produção canavieira do Rio Grande do Sul no ano financeiro de 1862/1863

Municípios	Açúcar alqueires	Aguardente pipas	Melado barris	Rapaduras centos
Taquari		46		
Santo Antônio	218	28	30	30.080
Conceição do Arroio	800	300		700
Santa Maria			9	

Fonte: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre, 1981. v. 1, p. 71.

Para a mesma década, a *Estatística da Indústria e Agricultura do Município de Santo Antônio da Patrulha* aponta os seguintes números de engenhos:

Tabela 4 – Número de engenhos em Santo Antônio da Patrulha – 1860

Engenhos	Distrito sede	Distrito da Miraguaia
De destilar aguardente	50	9
De fabricar melado	7	-
De fabricar rapaduras	8	17

Fonte: Correspondência dirigida ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul em 16 set. 1861. *CACMSAP*, 1861. AHRS.

¹⁸⁴ REGISTRO de Ofício ao Vice-Presidente da Província em 26 de setembro de 1829. *Livro de Registro Geral da CMSAP*, 1821-1842. p. 103. AMSAP. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel. *Santo Antônio da Patrulha: vínculo, expansão, isolamento (1803-1889)*. 1979. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. p. 117. Nessa dissertação podem ser encontrados muitos dados sobre a produção canavieira em Santo Antônio da Patrulha e seus ex-distritos, localizados no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, compulsados, na sua maioria, em fontes primárias do AHRS e do AMSAP.

O dicionarista Domingos de Araújo e Silva não se furtou, na apresentação do verbete *Santo Antônio da Patrulha*, de destacar a cana como uma de suas principais culturas, “[...] da qual fabricam aguardente, que exportam para a capital.”¹⁸⁵ Em 1859, o reconhecimento da região canavieira do Rio Grande do Sul foi registrado por Jean Charles More:

No norte desta província, isto é, na parte mais quente, cultiva-se cana-de-açúcar e ela dá muito bem. É verdade que, às vezes, essas plantações são perdidas devido a fortes geadas, tão destrutivas que as matam, mas isso acontece raramente e o produto é considerável nos anos bons. Geralmente, não é transformada em açúcar por aqui, mas dela se extrai uma excelente aguardente que se chama cachaça; esta é uma indústria que pode se desenvolver extremamente, pois o preço dos espíritos aumentou muito e é provável que se mantenha assim, já que a extinção do tráfico privando de braços os grandes proprietários do Norte ocasionou um aumento significativo de todos os gêneros ditos “coloniais”.

Acerca da cana, tanto nesta província quanto no Norte do Brasil, onde é cultivada em grande escala, observamos que se levam da Europa para as colônias inglesas e francesas, com custos extremamente elevados, sangue seco e negro animal. Parece que essas matérias formam um adubo muito favorável à cana-de-açúcar, o que ocasiona um aumento extraordinário de produtos. Não é lamentável, para dizer o mínimo, que se perca o sangue de trezentos a quatrocentos mil em detrimento de nossa agricultura e daqueles mesmos que trabalham na preparação das carnes secas? O negro animal tão fácil de preparar também serve para a refinação do açúcar. Uma pipa de cachaça é vendida, hoje em dia, por 400 a 500 francos, e contém mais ou menos 550 litros. Era comprada outrora por menos da metade de preço. Além disso, acrescentaremos que se pode extrair espírito de um grande número de substâncias que são negligenciadas, como a mandioca, o cacto e, sobretudo, a batata-doce, que contém uma porção considerável de matéria açucarada.¹⁸⁶

Depreende-se que a fama da cachaça da região vem de longa data. Athos Damasceno confirma essa fama e dá a ela nomes que se tornaram consagrados: *Água da Vida* e,

¹⁸⁵ SILVA, Domingos de Araujo e. *Diccionario historico e geographico da Província de S. Pedro*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1865. p. 162.

¹⁸⁶ Dans le nord de cette province, c'est-à-dire dans la partie la plus chaude, on cultive les cannes à sucre et elles viennent fort bien. On les perd, à la vérité, quelque-fois par de fortes gelées, qui leur sont assez contraíres pour les faire périr, mais cela arrive rarement et le produit est considérable dans lés bonnes anneés.

On ne les convertit généralement pás em sucre par ici, mais on en tire une excellente eau-de-vie qu'on apelle cachassa, c'est une industrie qui peut extrémement se développer, car le prix dès esprits a fort augmenté, e til est probable qu'il se maintiendra, l'extinction de la trate em privant de brás, les grandes propriétés du Nord a fait renchérir considérablment tontes lés denrées dites 'coloniales'.

A l'égard de la canne, tant dans cette province que dans le Nord du Brésil, ou on la cultive sur une échelle si considérable, nous ferons observer, que l'on transporte d'Europe, avec dès frais extrémement elevés du sang desséché et du noir animal pour les colonies anglaises et françaises. Il parait que ces matières forment un engrais éminemment favorable à la canne que em acquiert um accroissement de produits extraordinaire. N'est-il paz à regretter, pour ne rien dire de plus, que l'on perde le sang de trois à quatre cent Mille detriment de notre agriculture et de céus même qui travaillent à la préparation dès viandes séches. Le moir animal si facile à préparer sert aussi au raffinage des sucres.

Une pipe de cachassa, se vend aujord'hui, de 4 a 500 francs, elle contient à peu-près 550 litres. On l'achetait jadis pour moins de moitié prix. Puisque nous ajoterons que l'on peut retirer de l'esprit d'un grande nombre de substances qui sont négligées, comme la Mandioca, le Cactus, et surtout la pomme de terre douce, appelée patate, qui contient une portion considérable de matière sucrée.

MORÉ, Jean Charles. *De la colonisation, dans la Province de St. Pierre de Rio Grande do Sul, Brésil*. Hambourg: Imprimerie de Langhoff, 1863. p. 52-53. Tradução de Patrícia C. Ramos Reuillard, professora do Instituto de Letras da UFRGS.

especialmente, *Lágrimas de Santo Antônio*, aquela que Júlio de Castilhos, presidente do Estado do Rio Grande do Sul (1893-1898), encomendava ao Cel. Maciel, intendente de Santo Antônio da Patrulha (1894-1916). Enviada em barricas por Maciel, ela era levada para a chácara de Júlio de Castilhos na zona sul de Porto Alegre, onde oferecia aos seus convidados.¹⁸⁷

Como diz Damasceno: “Onde há cana, há cachaça [...] e onde há cana, também há açúcar [...]”¹⁸⁸

Sobre a região açucareira do Rio Grande do Sul, ele diz:

De cana-de-açúcar, portanto, não se pode falar muito. Cultivada com carinho, mas em “reduzidas proporções na parte setentrional da Província”, consoante o depoimento de Dreys, brotou viçosa, porém limitada, sem meios de alastrar-se e impor-se, como seria de desejar. Em Santo Antônio da Patrulha e adjacências teria nome, mas nome de família pequena. E seus títulos mais altos foram a RAPADURA e a CANGUARA – àquela envolta em palha de milho e despachada em grandes porções para as vilas e cidades de então, onde era muito querida, e esta, encaminhada em garrações polpudos para quase toda a Província [...] havia também o MELADO, acondicionado em potes de barro, o que, de mistura com a farinha de mandioca, era, para os ricos, agradável sobremesa e, para os pobres, muitas vezes, o pão de cada dia.

O açúcar propriamente, gerado por ali, não tinha o mesmo prestígio – escuro e áspero, dava a impressão dos torrões de ajuntada, do mascavo brabo, de má catadura e sabor suspeito. Dir-se-á que não era bem assim. Dir-se-á que na segunda metade do século passado a cultura da cana – cana caiana, cana azul, cana rosa, cana roxa, cana miúda – até que chegara a progredir bastante entre nós, como uma produção promissora em vias de atender em pouco tempo às urgências do mercado regional.¹⁸⁹

Augusto Porto Alegre também não silenciou sobre a cana-de-açúcar na sua tradicional região:

Em Conceição do Arroio e Santo Antônio da Patrulha, principalmente, a cana de açúcar teve cultivo, que apesar de ter caído como na capital em dismantelo, deixou ali, contudo, vestígios que ainda hoje são apreciáveis bastante, pois o artigo continua a ser fabricado, embora em qualidades inferiores para a exportação da Serra,

¹⁸⁷ CARTA do Cel. José Maciel a Júlio de Castilhos. 10 dez. 1900. AJMJ/Museu Juca Maciel, Santo Antônio da Patrulha. Carlos Reverbel, a respeito, escreveu interessante crônica: LÁGRIMAS de Santo Antônio. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, p. 4. 23 jan. 1978. Matéria com mesmo título foi estampada na coluna *Almanaque Gaúcho*, de Zero Hora, aludindo ao mesmo fato. Ver: AS LÁGRIMAS de Santo Antônio. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 54, 24 out. 2001. Em 1943, a cana era o produto mais importante de Santo Antônio, conforme FRANCO, Álvaro; RAMOS, Senhorinha Maria. (Org.). *Panteão médico riograndense: síntese cultural e histórica*. São Paulo: Ramos, Franco Ed., 1943. p. 467.

¹⁸⁸ DAMASCENO, Athos. *Colóquios com a minha cidade*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1974. p. 64. O autor aponta, além de Santo Antônio da Patrulha e Conceição do Arroio, outros municípios e áreas como canavieiras, no centro e noroeste do Rio Grande do Sul. Sobre isso também alerta um depoente desta pesquisa: “A cachaça, toda cana dá, mais ou menos mas dá. Já a rapadura não é qualquer terra que é bem própria para a rapadura. Tem terra que dá uma rapadura muito puxa, muito visguenta demais.” Depoimento de Nepomuceno Rodrigues da Silveira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º fev. 2000. Ele produziu por muitos anos a caninha *Cai da Serra*.

¹⁸⁹ DAMASCENO, Athos. Op. cit., p. 64.

exibindo-se a *sakkarum officinarum* em estado selvagem o que nota-se ali e noutros pontos.¹⁹⁰

No final do século XIX, em 1885, foi lançada a idéia de um engenho central, localizado entre Santo Antônio da Patrulha e Torres, para fabricar açúcar em larga escala. As três câmaras municipais, de Santo Antônio de Patrulha, de Conceição do Arroio e de Torres, foram ouvidas e avalizaram o empreendimento, com o apoio do presidente da Província, Dr. Soares Brandão, dadas as vantagens que a empresa traria ao Rio Grande do Sul.

Outra iniciativa já havia sido proposta por José Inácio de Quadros, em Conceição do Arroio, no ano de 1882. Depois de demoradas viagens a São Paulo para estudar a cultura da cana, ele instalou, na fazenda de seu pai, em Maquiné, um engenho para moagem de cana e deu início ao seu plantio extensivo. Mas ambas ficaram no meio do caminho.¹⁹¹

Ainda que frustradas as tentativas manufatureiras de cana nas comunidades da circunvizinhança, Santo Antônio da Patrulha, na década de 1920, era apresentado como o lugar onde:

[...] os produtos originários da cana-de-açúcar – aguardente, rapaduras e melão – constituem a base das exportações do município.

O cultivo da cana-de-açúcar, que é feito em larga escala, e o preparo de todos os seus derivados, absorvem a maior porção de atividade dos laboriosos habitantes do município.¹⁹²

Mas ainda uma séria restrição persistia como limitante na dinâmica da região nortelitorânea do Rio Grande do Sul, desde que passou a produzir excedentes para abastecer o mercado interno. Já em princípio do século XIX, as reclamações eram contínuas, diante dos obstáculos e desafios pelos ínvios caminhos existentes, por terra ou por água. O rico cordão de lagoas e sangradouros que, a princípio, inspirou a idéia de fáceis comunicações, efetivamente não favoreceu, na prática, a circulação de mercadorias na altura de Santo Antônio da Patrulha.

Além das comunicações difíceis, outros reveses se impuseram. Um deles, já referido, foi o Subsídio Literário imposto sobre a aguardente e a carne, criado para animar a instrução pública na Província. Pelas queixas permanentes da sua insuficiência, foi intensificada a fiscalização do comércio dos derivados da cana, o que deixou o setor vulnerável.¹⁹³

¹⁹⁰ PORTO ALEGRE, Augusto. *A fundação de Porto Alegre*. Porto Alegre: Globo, 1906. p. 119.

¹⁹¹ A exemplo dessas iniciativas, outras comparecem anunciadas na documentação compulsada, referindo-se às comunidades do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

¹⁹² CARRICONDE, Clodomiro Clydes. *Porto Alegre em Revista*. Porto Alegre: [s. n.], 1926. p. 352.

¹⁹³ PRADO, Áurea A. C. A formação do professor primário. In: *RIO GRANDE DO SUL: terra e povo*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 229.

Comprovação disso registrou-se em debate na Assembléia Provincial, em 1855:

[...] a indústria agrícola especialmente o plantio da cana produz para as rendas da província 1/6. V. Ex., sabe que a maior parte do imposto da aguardente nos vem do plantio da cana feito no município de Santo Antônio da Patrulha, e entretanto este município de Santo Antônio da Patrulha é aquele que menos vias de comunicação tem; os transportes da sua aguardente para o mercado de Porto Alegre se fazem muito custosamente, a despesa de cada pipa do princípio do município, já não falo das extremas, não importa em menos de 16\$ a 20\$000 rs, e V. Ex. sabe que existem, desde a freguesia da Serra até as Torres as lagoas que já tem atraído a atenção desta assembléia.[...]

Não vemos que dali vem as pipas de aguardente em carretas muito pesadas pagando uma despesa de transporte excessiva e pagando demais um imposto sobre o casco que parece excessivamente vexatório; e isto de certo, Sr. Presidente, não pode animar aos cultivadores de cana, não pode animar aos produtores da aguardente.¹⁹⁴

Para a capital, por volta de 1930, carreteiros traziam sem cessar os esperados produtos de Santo Antônio da Patrulha, depois de longas e difíceis viagens, como descreve Catão Coelho:

Chegavam à Várzea as carretas de Sto. Antônio da Patrulha que a esse tempo, já se mostrava interessada no progresso do fabrico do açúcar branco e mascavo.

Os carreteiros, em numerosas carretas, chegavam à Várzea, geralmente pela estrada do meio, largavam bois próximo à chácara do major Moraes. Era bonito de se ver aquela turma de cinco a seis carretas, em linhas apropriadas ao trabalho, e a boiada, em número de cinqüenta a sessenta cabeças, se dirigir à aguada mais próxima na mesma Várzea, e bem assim os animais de montaria, que ficavam depois à solta. Então, dos fogões gaúchos elevavam-se as colunas de fumaça, formando brancas cortinas pelo espaço. A mercadoria das carretas era logo atacada pelos moradores mais próximos, e constava de excelentes rapaduras em formato de queijo, origones de pêssegos, bananas, mel crioulo, polvilho, farinha de milho, de mandioca, queijo, manteiga, ovos, galinhas, açúcar branco e mascavo, melado, couro-cabelo. Eram os dias mais alegres para aquela população, a feira rural que vinha em visita à capital.¹⁹⁵

Entretanto, para os comerciantes patrulhenses, não era rendoso vender os produtos da cana na capital. É o que já noticiara a imprensa, anos antes, em 1916:

A barateza da rapadura em Porto Alegre

Todos os carreteiros de Sto. Antônio que cá vem fazer venda de seus queijinhos de cana, voltam renegados a ponto de suicidarem-se pois os nossos comerciantes da Várzea oferecem-lhes uma bagatela por seu doce, alegando ainda a pequenez do artigo.

(dos jornais da capital)

Não bastando a crise que mal se atura
E que quase nos deixa vareta de leque
Inda os ricos enjeitam nossa rapadura

¹⁹⁴ DEBATES da Assembléia, 24ª sessão ordinária, de 13 nov. 1855. *A Tribuna Rio-Grandense*, Porto Alegre, n. 35, p. 1, 5 dez. 1855. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel, 1979. p. 246-257. (Grifo nosso).

¹⁹⁵ COELHO, Catão. *A várzea de outr'ora*. Porto Alegre: J. de Maria Ed., 1935. p. 32.

Já maior que o pé de moleque.

Que, enquanto há vento molha-se a rela
Bem quase aqui todo o engenheiro,
Mas, se agora não ensebam a canela
É porque o tal doce não vale dinheiro.

Paralise ou engrosse o comércio da cidade
Estejam lá a tomar azedo ou doce.
Asseguro eu com sólida verdade
Que, negócio adocicado não demora, acaba-se.

Gaturano Fin-fin¹⁹⁶

As queixas dos que produziam e comercializavam os derivados da cana atravessaram os séculos. Mesmo assim, não foi abandonada a sua produção. Ao contrário, as tentativas de seguir e manter a tradição canavieira foram sucedendo-se no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, nas diferentes comunidades da região.

Afirmou Jorge Pedro Nehme, um dos líderes dos canavieiros da área norte-litorânea e ex-prefeito de Santo Antônio da Patrulha que “[...] a maior parte das pessoas daquela região ali, se criou na sombra da cana. Todo mundo sabe que a terra é própria pra isso e dá um bom resultado.”¹⁹⁷

Leonel Mantovani, ex-prefeito de Osório, contemporâneo de Nehme, na década de 1960, com ênfase destacou que até hoje Santo Antônio tem o pendão da rapadura.¹⁹⁸ E assim se sucedem insistentes lembranças do tempo canavieiro dos avós e dos familiares de muitos que foram ouvidos para esta pesquisa. Nepomuceno Rodrigues da Silveira, um dos vendedores das terras para sediar a construção da AGASA, destacou em depoimento o comércio intenso de cachaça para Mostardas, no tempo em que não havia estrada. O produto, através de balsas, chegava às areias litorâneas, após vencer as lagoas. Da mesma forma ia para a capital, ou no lombo das mulas.

Eram histórias que seu pai lhe contava sobre o tempo antigo. Muito diferente não foi sua trajetória. Seguindo a tradição familiar, pôs alambique, onde trabalhava dia e noite na época do veraneio. Morador à beira da RS 17 (atual 30), vendia tudo, pois “eu tinha nome”, diz ele.¹⁹⁹

Santino Tedesco, outro canavieiro, com mais de 80 anos, lembra que a família toda se envolvia na lida da cana. Era uma forma de melhorar o ganho, ainda que pouco.

¹⁹⁶ ARCO IRIS. Santo Antônio da Patrulha. a. 1, n. 1, p. 3, 31 out. 1916. (Publicação mensal). Trata-se de um pasquim dirigido por Osvaldo Kindlein, que ficou só no primeiro número.

¹⁹⁷ Depoimento de Jorge Pedro Nehme concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 11 fev. 1999.

¹⁹⁸ Depoimento de Leonel Mantovani concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 17 jan. 2001.

¹⁹⁹ Depoimento de Nepomuceno Rodrigues da Silveira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º fev. 2000.

Quando criança, fazia açúcar mascavo. Colocava no cocho e abanava com a pá até que engrossava. Era só eu e um negro, lá, um moreno. [...] O pai plantava bastante, de três a cinco hectares. Plantava junto com peões. Pagava por dia, por empreitada. Eram de lá mesmo. A mãe fazia comida. Tinha que ajudar. Não era bom, mas tinha que ajudar [...] Compensava muito pouco. Não tinha comércio, não tinha para quem vender; era muito longe da cidade. Se levava para a Miraguaia, mas não dava para pagar peão; era a troco de nada. Ia de cargueiro num burro. Iam dois, três, tudo carregado. Cada um levava sessenta quilos, mais ou menos. Botava os sacos e levava para lá. [...] Levava umas três a quatro horas. O açúcar ia em sacos de trinta quilos. [...] Depois, o resultado era para fazer cachaça; boa parte. E a outra parte fazia açúcar. Era tudo levado para lá. Ia em barris bem grandes. Era levado na carroça. O açúcar vendia mais em janeiro, fevereiro, março. E a cachaça mais em abril, maio, junho, agosto, no inverno. Uns duzentos litros. A cachaça dava mais lucro. [...] No alambique, aqui no Ribeirão, eu descascava e moía a cana. Fazia garapa. **Eu tinha uns onze anos, parece.**²⁰⁰



Fotografia 3 – Casa de engenho de cana. Santo Antônio da Patrulha – década de 1980
Fonte: Foto de Maria de Lourdes Werner - Acervo do Museu Juca Maciel.

²⁰⁰ Depoimento de Santino Tedesco concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 12 fev. 2000. (Grifo nosso).



Fotografias 4 e 5 – Melado sendo esfregado com enxada, transformando-se em açúcar “esfregado” ou mascavo – década de 1980. Santo Antônio da Patrulha

Fonte: Fotos de Maria de Lourdes Werner - Acervo do Museu Juca Maciel.



Fotografia 6 – Açúcar mascavo ensacado, pronto para ser comercializado – década de 1980. Santo Antônio da Patrulha

Fonte: Foto de Maria de Lourdes Werner - Acervo do Museu Juca Maciel.



Fotografia 7 – A rapadura ainda quente sendo tirada da forma

Fonte: Foto de Maria de Lourdes Werner - Acervo do Museu Juca Maciel.

Dejanira Kresch do Amaral conta também que seus pais tinham engenho de cana. Faziam rapadura empalhada, transportada em carreta da Palmeira do Sertão até a sede de Santo Antônio. Diz ela: “Eu era a menor. Eu e meus irmãos trabalhávamos no engenho. Eu batia o tacho. Trabalhei assim até quando me casei, em 52.”²⁰¹ Além dos descendentes de alemães, italianos também se apropriaram da herança canavieira. Luiz Tedesco, por exemplo, nascido em 1915, no Morro Agudo, em Santo Antônio da Patrulha, contou que seu pai veio da Itália com 5 anos. Ele logo “[...] pegou a trabalhar fazendo engenho de açúcar. Fazia cachaça, fazia de tudo no engenho. Éramos nós que trabalhávamos com os pais. [...] Naquele tempo não tinha estrada (riso). Levava cargueiro de animal. Era burro e levava os mantimentos.”²⁰²

Com 81 anos, Paulino Brito, morador no Ribeirão, em Santo Antônio da Patrulha, filho de canavieiro, lembrou que, desde os 11 anos de idade, ajudava o pai e a mãe na lida da cana. Depois, já adulto, continuou por perto com engenho de cana também, vendendo para vários comerciantes.²⁰³ Na família de Jovelino Lopes Cardoso, o pai fazia rapadura; a mãe e todos os

²⁰¹ Depoimento de Dejanira Kresch do Amaral concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 18 dez. 2004.

²⁰² Depoimento de Luiz Tedesco concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 18 mar. 2000.

²⁰³ Depoimento de Paulino Pereira Almeida Brito concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 12 fev. 2000.

filhos ajudavam.²⁰⁴ Membro da Cooperativa Canavieira, Zé Paulino também é de família tradicional da cana. Diz ele: “[...] o pai montou uma fábrica de rapadura. Ele comprava melado dos fabricantes, pois era cercado em volta. Perto dele, assim uma distância de um quilômetro mais ou menos, tinha uns trinta fabricantes de melado e rapadura. [...] Era alimentação de primeira.” E detalha de onde compraram o engenho:

Porto Alegre tinha uma fundição que fazia [engenho]. Era entre a Cairu e a Avenida Brasil, parece. Era por ali, bem pertinho da fábrica da Gerdau. O engenho era feito de ferro fundido. [...] Vinha de caminhão até a faixa, e depois ali as carretas pegavam. [...] Vinham duas. Eram uns engenhos grossos. Tinha diversos, de diversas medidas. Tinha engenho de cinquenta, de trinta, de vinte e cinco. [...] O maior engolia mais cana. Eu paguei duzentos e poucos cruzeiros pelas três moendas, naquela época. Era bastante naquela época. Hoje é na base mais ou menos, dois mil, dois mil e pouco. Se tinha dinheiro, fazia economia.²⁰⁵

A historiadora patruhense Lézia Cardoso é também de família tradicional da cana e assim falou:

A minha mãe foi criada dentro de um engenho. O meu avô Jóia Lino, Vicente Lino Sobrinho, era dono de um engenho que herdou da mãe dele. [...] E assim vinha de geração em geração. [...] meu avô dizia que os troncos passaram de uns para os outros, lá no mesmo local, no Morro do Pulpito. [...] Então uma coisa que estava sempre presente na nossa vida era a cana-de-açúcar.²⁰⁶

A exemplo desses depoimentos, dezenas de outros foram colhidos na pesquisa, demonstrando a força da preservação das raízes canavieiras na região. Todos confirmam que, até iniciar o século XX, produzia-se artesanalmente, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, muita aguardente,²⁰⁷ muita rapadura²⁰⁸ e muito melado. O açúcar era escasso. Mas o seu tempo estava chegando, sem demora. Mas antes impõe-se demarcar as consagradas comunidades de tradição canavieira, para melhor compreensão da base geográfica da usina açucareira que ali se instalou.

²⁰⁴ Depoimento de Jovelino Lopes Cardoso concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º fev. 2000.

²⁰⁵ Depoimento de José Maciel Gomes – Zé Paulino – concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 03 fev. 2000. O depoente não especificou a medida dos engenhos a que se referiu.

²⁰⁶ Depoimento de Lézia Maria Cardoso de Figueiredo concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 04 maio 2005.

²⁰⁷ De fato, a identidade do município historicamente está vinculada à cachaça. Dados e fatos, muitos a comprovam. Em abril de 1937, por exemplo, aconteceu a eleição dos produtores de aguardente do município para a escolha do seu delegado-eleitor. Para tanto, esteve na Vila o sr. Gabriel Gusmão, chefe do Serviço de Fiscalização do Instituto Sul-Rio-Grandense do Alcool e Aguardente. Foi então eleito o sr. José Pereira dos Santos, comerciante e grande produtor de aguardente, no 2º distrito. A relação dos fabricantes está no Correio do Povo de 18 abr. 1937. Ver: BARROSO, Véra Lucia Maciel. A tradicional cana. *Folha Patruhense*, Santo Antônio da Patrulha, p. 5, 13 abr. 1995.

²⁰⁸ Em geral, era considerada rapadura o açúcar do tipo inferior, sob a forma de tijolos ou blocos, de qualquer formato.

2.3.1 As comunidades canavieiras norte-litorâneas e suas experiências precursoras

Ainda que brevemente, é necessário mapear, especialmente, as tentativas agromanufatureiras²⁰⁹ das comunidades canavieiras precursoras, situadas no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, como alicerce para a compreensão do processo formador da grande usina açucareira gaúcha, a AGASA, criada em Santo Antônio da Patrulha, na década de 1960. Aliás, trata-se de espaço simbólico, o escolhido para sediar a indústria de açúcar no estado do Rio Grande do Sul. De centro político que fora do nordeste da Província no século XIX, e polarizador da economia canvieira norte-litorânea até então, sua condição potencial era a de ser a sede do maior empreendimento do ramo no Rio Grande do Sul.

2.3.1.1 Santo Antônio da Patrulha

Já visibilizadas as raízes canavieiras do município, interessa, no seguimento da análise, verificar como se encaminhou no século XX a sua trajetória no ramo. Há notícia de que, nos seus primeiros anos, ao tempo do Intendente José Maciel, fora tentado novamente estabelecer um Engenho Central. Teria sido na primeira década, mais ou menos em 1902 ou 1903, o intento projetado, mas acabou não se concretizando.²¹⁰ Entretanto, recordou Leonel Mantovani que quase todo agricultor, mais ou menos de posse, tinha um bangüê particular, que era movido a boi ou a burro.²¹¹

Em 1973, a escuta de canavieiros, na sede e arredores de Santo Antônio da Patrulha, confirmou que a tradição canvieira herdada dos antepassados era ainda evidente, através da atuação de alguns donos de engenhos que resistiam aos reveses que a conjuntura impunha naquela altura. Um trabalho de pesquisa de campo oportunizou a coleta de dados interessantes, não só das etapas da manufatura dos derivados da cana, como a situação de vida que apresentavam, diante da condição de tradicionais canavieiros do município.²¹² Alguns

²⁰⁹ Um dos fornecedores de moendas e alambiques na região era a fábrica Badermann & Cia. Aberta na década de 1920, estava situada no município de Taquara. A origem da tecnologia canvieira para atender o mercado regional ainda precisa ser investigada.

²¹⁰ Depoimento de José Maciel Júnior concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 13 maio 1986.

²¹¹ Depoimento de Leonel Mantovani concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 17 nov. 2001.

²¹² BARROSO, Véra Lucia Maciel. *Relatório do Levantamento das manifestações folclóricas de Santo Antônio da Patrulha*. Porto Alegre, 1973. (Monografia datilografada).

exemplos colhidos ilustram: Pedro da Silva Rocha, conhecido por *Pedro Rapadureiro*, residente no Passo do Sabiá, 2º distrito do município, à margem da então RS 17, atual RS 30, entrevistado aos 55 anos de idade, naquele ano afirmou:

Nasci e me criei na rapadura. Na minha família, eu era o cortador de cana. Cada filho tinha uma incumbência. Desde os dezoito anos, faço rapadura. Passei a fazer outros biscates, mas concluí que o caminho era enveredar para a rapadura, coisa que sabia fazer desde pequeno. A obrigação financeira me obrigou a seguir este caminho. [...] Já valeu fazer rapadura. Ganhei muito dinheiro. Mas, atualmente, a concorrência é muito grande. Ando cansado e pretendo parar. A família não quer continuar; acha muito puxado esse serviço. O forno é quente, principalmente no verão, que é mais difícil de trabalhar.²¹³

Conhecido na comunidade de Entrada do Mato, próximo à Lagoa dos Barros, como *Jorge Batata*, Jorge Domingues de Oliveira, nascido em 1901, também entrevistado em 1973; fazia cachaça desde os anos de 1940, ao contrário do pai, que se dedicava à rapadura e ao melado. Também com alambique, Lídia Fraga dos Santos, residente na RS 30, próximo à Lagoa, fabricava, com os filhos, aguardente, enquanto o marido plantava e puxava cana para a AGASA. Disse ela: “Faço cachaça há uns 20 anos. O meu sogro fazia, e eu e meus filhos aprendemos com ele a fazer e seguimos o mesmo caminho, como ele seguiu o pai. Chegamos a vender cerca de mil litros por domingo. Mas a estrada nova prejudicou a fabricação.”²¹⁴

A partir desse lastro da tradição, somado a uma tentativa agroindustrial original promovida por Hans André, conhecido na comunidade patrulhense como um inventor alemão, a expansão canavieira em Santo Antônio da Patrulha e Litoral Norte do estado estimulou outros projetos agroindustriais que foram implementados, sobretudo na segunda metade do século XX, e que serão apresentados em seguimento deste estudo.

2.3.1.2 Colônia São Pedro, de Torres

Fundada em 1826, a Colônia São Pedro²¹⁵ encontrou na produção canavieira um esteio para resistir ao isolamento. Afinal, os passageiros e tropeiros ali encontrariam a aguardente,

²¹³ BARROSO, Vêra Lucia Maciel. *Relatório do Levantamento das manifestações folclóricas de Santo Antônio da Patrulha*. Porto Alegre, 1973. (Monografia datilografada). p. 28.

²¹⁴ Idem, p. 34-35. A estrada nova trata-se da BR 290, também conhecida como Free-way.

²¹⁵ Situada na estrada aberta, junto aos rios Mampituba e Verde. Depois de grande enchente, os colonos foram transferidos para terras entre as lagoas do Morro do Forno e Jacaré.

tão procurada por eles. A princípio, um mercado certo, ainda que insuficiente para fazer prosperar a colônia.

Para Jean Roche, a cana-de-açúcar foi imediatamente cultivada pelos colonos, favorecida pela Revolução Farroupilha (1835-45), provocando o aumento da procura local de açúcar e melado, vindo a prejudicar, segundo ele, as importações do norte do Brasil.²¹⁶ Passados cerca de 20 anos da chegada dos primeiros colonos, o ten. cel. Francisco de Paula Soares de Gusmão, comandante do Distrito de Torres, descreve em relatório de 1º de novembro de 1847 ao presidente da Província sobre a atuação dos alemães na área instalados: “Somente o fabrico de aguardente da cana bastaria para elevar a Colônia a um alto grau de opulência.”²¹⁷ E adiante aponta os reveses que vinham enfrentando:

Esta via que até hoje seguem os colonos, moradores do Distrito de Torres para a exportação das suas aguardentes, couros e outros gêneros, diariamente se torna mais custosa pela exorbitância dos fretes das carretas, circunstância que os obriga a não exportarem as produções das suas lavouras, pois é o frete exigido, superior ao valor dos gêneros que podem trazer ao mercado.²¹⁸

Advertia que, em virtude desse isolamento, a fome e a miséria ameaçavam os colonos de São Pedro de Alcântara. O pesquisador José Krás Selau, natural dessa colônia, hoje município de Dom Pedro de Alcântara, confirma e amplia esse quadro, dizendo em sua obra:

Este estado de coisas foi-se arrastando até o fim do século, quando alguns colonos, a partir de 1880, resolveram levar a cachaça para Porto Alegre. Dentre esses heróis-aventureiros se destacaram os Kreuzburg e os Magnus. [...] Foram idealizadas carretas de uma bitola com as seguintes características: um leito com até 13 palmos de comprimento, com nove palmos de largura, com duas rodas raiadas de até 10 palmos de altura por um palmo de largura. A altura das rodas e a largura eram para tornar a carreta mais leve, uma vez que a mesma enfrentava quase sempre estradas de areias fofas e profundas. Transportavam estas carretas até 3 mil litros ou 6 pipas de cachaça. Eram puxadas por 6 a 8 juntas de bois. [...] as pipas eram trazidas por cima da lagoa do Jacaré, em forma de jangada, ou seja, amarradas umas às outras e assim boiando nas águas da lagoa eram conduzidas até o Campo Bonito, onde eram carregadas nas carretas.[...] Quando as carretas chegavam a Porto Alegre, depois de uma viagem de uns 15 dias, mais ou menos, a cachaça era vendida em seguida [...].²¹⁹

²¹⁶ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, t. 1, p. 251. Aliás, o autor destaca que a cana desempenhou importante papel nas colônias, especialmente nas de mais difíceis comunicações. Contudo, os pesados impostos sobre a aguardente e o monopólio do açúcar branco imposto pelo Nordeste foram obstáculos ao desempenho canavieiro entre os alemães. Os colonos protestavam contra a política e as medidas do Instituto Nacional do Alcool e Aguardente. Ilustra também o problema a matéria: PRODUTORES ameaçados. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 12, 05 dez. 1952.

²¹⁷ Apud KRÁS BORGES, Mário. Curiosidades de Torres. *Folha do Litoral*, Osório, a. III, n. 100, p. 4, 04 abr.1980.

²¹⁸ Idem. *Ibidem*.

²¹⁹ SELAU, José Krás. *Colônia de São Pedro: um pouco da sua história*. Torres: [s.n.], 1995. p. 30.

Como os fretes e os intermediários absorviam quase todo o lucro do colono, informa Selau que, em 1911, alguns colonos, liderados por Manoel Baltazar, Bento Farias e Cincinato Borges, uniram-se e decidiram edificar uma destilaria de álcool, visto que quase toda cachaça de Torres tinha esse destino. Assim, a usina foi construída no Morro do Coco. Entretanto, essa tentativa regional foi uma esperança frustrada. O álcool do nordeste gaúcho posto em Porto Alegre era mais barato do que o custo da cachaça da Colônia São Pedro. A usina foi fechada, e, até a década de 1940, podiam ser vistas suas ruínas.

Mas os colonos de São Pedro não esmoreceram face às dificuldades de toda ordem. Lá pelo ano de 1933, destaca Selau, os colonos, novamente, se organizaram e fundaram a Cooperativa Torrense de Aguardente, presidida por Francisco Heinzenreder, que resistiu até a década de 1950. Em 1935, a Cooperativa, associada à firma Dreher e Cia., tentou a segunda usina de álcool na Colônia, considerada moderna e sofisticada na época. Ficava na Baixada, defronte à gruta de N. Sr^a. de Lourdes. Mas, só funcionou alguns meses. Houve outras tentativas no município de Torres: em 1946, no Porto Colônia,²²⁰ e, em 1958, uma destilaria de álcool e aguardente, em Morrinhos. Sobre a Usina de Morrinhos, diz Selau:

Pronta para ser inaugurada, os colonos eufóricos começaram a cortar cana. Os dirigentes mandaram moer 200 mil litros de garapa que foi depositada nas respectivas cantinas para fermentar. Quando a mesma ficou pronta para ser Destilada, aconteceu o desastre. A coluna da Destilaria não funcionava. Vieram os técnicos. O tempo passava e nada. Ninguém conseguiu fazê-la funcionar. Foi diagnosticada a impossibilidade de recuperação. Havia erros técnicos na montagem. Falou-se até em sabotagem. Conclusão: a garapa tornou-se vinagre que não pode ser aproveitado como tal, devido à grande quantidade. Por isso as cantinas foram abertas e o vinagre alagou o poteiro do Sr. Antônio Policarpo, destruindo uma vasta pastagem que, é claro, teve de ser indenizada. E assim encerrou-se o capítulo das tentativas de industrializar-se a cultura básica dos nossos colonos que cabisbaixos voltaram aos seus engenhos tocados a pescoço de bois, exatamente como faziam seus antepassados.²²¹

Antes da industrialização da cana, as famílias da Colônia São Pedro adoçavam o café da manhã com o açúcar mascavo feito em fornalhas. Após moer a cana, queimavam o caldo numa grande bacia de cobre ajustado ao forno de tijolos. O líquido se evaporava, restando o farelo da cana no bacião. Para granular ainda mais, colocavam o farelo numa barrica e escorriam o melado.²²²

²²⁰ Não se obteve dados dessa iniciativa.

²²¹ SELAU, José Krás. *Colônia de São Pedro: um pouco da sua história*. Torres: [s.n.], 1995. p. 33.

²²² VELHOS alambiques ainda existem no Litoral do Estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 28 fev. 1983.

2.3.1.3 Torres

A produção de aguardente está presente na economia torrense desde o século XIX; dado comprovado pelas estatísticas. Roche, por exemplo, aponta que Torres tinha 29 destiladores no ano de 1866.²²³ Em 1859, havia 21 engenhos de açúcar, com a exportação de 1.616 arrobas, mais 451 pipas de aguardente e 50.600 unidades de rapaduras.²²⁴ Entretanto, os problemas sempre apontados na documentação são o isolamento e as dificuldades de comunicação para a venda da produção, a ponto de os deputados provinciais dedicarem muitos debates ao tema na Assembléia.

Proclamada a República, o quadro não mudou. Em 1915, a cachaça, registrada como principal produto torrense, atravessou séria crise, pelo baixo preço, há muito congelado, por 20 a 25\$000 a pipa, além de o imposto do selo ser muito oneroso. O desânimo impunha-se, sobretudo, diante dos poucos recursos para a subsistência familiar. É que a falta de transporte fácil também não estimulava a hipótese da troca de produção por outra mercadoria mais rentável.²²⁵

No século XX, duas iniciativas no âmbito das comunicações foram importantes para a economia torrense, especialmente da cana, e o desenvolvimento regional: a ligação lacustre-ferroviária e a BR 101.²²⁶ Dos sucessivos projetos lançados na monarquia para integrar Torres, por terra, por mar ou lagoas, a República ficou herdeira, efetivando-se ali, no mandato do cel. Pacheco (1921-1925), obras para a sua inserção na via lacustre-ferroviária, implantada, no Litoral Norte, na República Velha.

²²³ ROCHE, Jean, 1969, v. 2, p. 538.

²²⁴ Quadros anexos ao ofício da Câmara Municipal de Conceição do Arroio ao presidente da Província em 30 set. 1859. Correspondência Ativa da Câmara Municipal de Conceição do Arroio em 1899. AHRS.

²²⁵ RUSCHEL, Ruy Ruben. A crise da cachaça em 1915. In: _____. *Torres tem História*. Porto Alegre: EST, 2004. p. 290-291. Textos compilados por Nilza Huyer Ely. A obra reúne, em 880 p., os artigos do Des. Ruschel, publicados na imprensa local ou regional, nos quais trata de diferentes e muitos temas e ciências que dominava.

²²⁶ Projetado desde a década de 1840, o Porto de Torres, logo que proclamada a República, ganhou projeção, mas não foi concretizado. No século XIX, caminhos foram abertos para a integração entre o Planalto e a Planície Costeira, o que efetivamente não se consumou. Iniciando o século XXI, estão em andamento as obras da chamada Rota do Sol, executando, em parte, os projetos do século XIX. Estudos das comunicações entre o Litoral Norte e a Serra são encontrados nas obras da série Raízes, da editora EST, em textos do Des. Ruy Ruben Ruschel, de Nilza Huyer Ely e de Véra Lucia Maciel Barroso. Desta, em especial, sua dissertação de Mestrado: *Santo Antônio da Patrulha: vínculo, expansão e isolamento (1803-1889)*, 1979.

A navegação lacustre entre Osório e Torres,²²⁷ oficializada em 1921, ativou a prática comercial hidroviária da agricultura e da pecuária, atingindo diretamente os municípios de Torres, Osório e Palmares do Sul, complementada pela ferrovia. Da *Lacustre* participavam as famílias Diehl e Dreher.²²⁸ Outros transportadores lacustres também se estabeleceram, multiplicando a vida econômica da região, como destaca Ruy Ruben Ruschel:

A produção torrense conseguiu escoadouro muito melhor do que as primitivas e demoradas carretas. A cachaça, a banana e outros produtos da Colônia São Pedro eram embarcados no Porto da Colônia ou no Porto Guerreiro; seguiam até Osório por via lacustre, ferroviária até Palmares e novamente lacustre até Porto Alegre, podendo subir o Sinos até São Leopoldo. O mesmo acontecia com a produção de Três Forquilhas, a partir do Porto Alágio. A oriunda da Glória ou da própria sede de Torres, seguia de caminhão até o Porto Estácio, e dali, os rumos antes referidos. [...] também as viagens de pessoas se tornaram bem mais simples e cômodas, em vapores de passageiros até Osório e após, Palmares, sendo os trens entre Osório e Palmares também dotados de vagões de passageiros.²²⁹

Mais tarde, na década de 1950, Torres viveria um novo tempo com a abertura da estrada federal BR-101, o que incentivou outros projetos, inclusive assentados na cana-de-açúcar, como se examinará neste trabalho.²³⁰

2.3.1.4 Colônia Três Forquilhas, de Conceição do Arroio (Osório)

Situada às margens do Rio Três Forquilhas, a colônia dos *protestantes*²³¹ melhor situada tinha a estrada da serra pelo vale, mais favorável ao comércio com os serranos que iam à casa

²²⁷ O naturalista Edgar Roquete Pinto realizou expedição na região com o objetivo de estudar seus sambaquis. Examinar: ROQUETE PINTO, Edgard. *Relatório da excursão ao litoral e à região das lagoas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1962. Detalhes de sua incursão, através das lagoas, iniciada em 23 de outubro de 1906, saindo no vaporzinho Gustavo, de Porto Alegre, até chegar a Torres são oferecidos por RUSCHEL, Ruy Ruben, 2004, p. 242-243.

²²⁸ Para detalhes da empresa Lacustre, examinar SILVA, Marina Raymundo da. *Navegação lacustre Osório-Torres*. Porto Alegre: D. Luzzatto, 1985. p. 11. O turismo, com a *Lacustre*, foi também beneficiado, conforme as histórias de FORTINI, Archymedes. *Porto Alegre: histórias da nossa História*. Porto Alegre: Grafipel, 1966, p. 74. Ainda sobre a Lacustre, neste capítulo encontram-se mais dados.

²²⁹ RUSCHEL, Ruy Ruben. *Torres: origens*. Torres: Gazeta, 1995. p. 109. Ruschel realizou pesquisa demorada sobre os alemães das Torres, cuja contribuição é esclarecedora e dirimiu dúvidas até então presentes. É importante conferir sua produção historiográfica presente em várias obras, da Série Raízes e outras, como a que reúne seus artigos publicados em jornais, organizada por Nilza Huyer Ely. Destaque-se, sobretudo, RUSCHEL, Ruy Ruben. Os assentamentos alemães em Torres, na correspondência de seu inspetor. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 132, p. 123-132, 1998.

²³⁰ Sobre a BR 101 (seu asfalto concluído em 1º mar. 1968), examinar o interessante trabalho de ELY, Nilza Huyer. Dos primitivos caminhos à BR 101: Osório-Torres: a estrada da “Redenção”. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel; ELY, Nilza Huyer. (Org.). *Raízes de Terra de Área*. Porto Alegre: EST, 1999. p. 388-398.

²³¹ A Colônia São Pedro é conhecida como a dos *católicos*.

do colono adquirir diretamente os produtos que precisavam; “embora pagando mais caro ali o que compravam,” diz Manoel Bastos,²³² que destaca:

[...] logo, compreenderam os colonos que a cultura mais rendosa lhes seria a cana-de-açúcar, não somente pela excelência das terras como pelo clima da região. A ela dedicaram-se, pois, levantando também seus engenhos para fabrico de aguardente e rapaduras, produtos muito procurados pela gente da serra. [...] Trinta anos depois da fundação da colônia contavam-se ali 21 engenhos de cana e 40 de farinha.²³³

Conforme Nilza Huyer Ely, os colonos tinham, com o açúcar mascavo e a rapadura vendida aos serranos, a maior fonte de retorno pecuniário.²³⁴ Na década de 1920 surgiram fábricas de pequeno porte. A mesma autora escreve sobre uma fábrica localizada nas

[...] proximidades do então cemitério ‘missouri’ [...] em terras de Marcelino König e que tinha como técnico o inglês mister Samuel Jhones, contratado, especialmente, para orientar no fabrico de açúcar, pois que tinha trabalhado em usinas de Pernambuco. Esta usina, em sistema cooperativo, chegou a funcionar por um breve lapso de tempo, mas, logo se foi esvaziando, apesar da excelente qualidade da matéria-prima. Não havia por certo tecnicamente condições de um produto de alto refino e a usina se tornou pouco rentável, principalmente devido à distância e jogos de interesses que inviabilizaram o seu funcionamento.²³⁵

Ely ainda menciona outra usina que não chegou a funcionar, no outro lado do rio Três Forquilhas, de propriedade de Carlos Frederico Voges Sobrinho. Prédios construídos e máquinas instaladas ficaram abandonados. Mas a experiência familiar de artesanalmente fazerem o açúcar de que necessitavam para sua doçaria era animada, sobretudo, no período natalino. O processo de branqueamento era operoso e com resultados satisfatórios.²³⁶

²³² FERNANDES BASTOS, Manuel E. Colonização alemã no Rio Grande do Sul: a Colônia de Três Forquilhas. *Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: Imprensa Oficial do estado, a. 6, n. 8, p. 5-17, 1957.

²³³ Idem. *Ibidem*, p. 15.

²³⁴ Ver: ELY, Nilza Huyer. A saga do desenvolvimento econômico do Vale do Três Forquilhas. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.). *Raízes de Torres*. Porto Alegre: EST, 1996, p. 95. ELY, Nilza Huyer. A AGASA e a expectativa dos canavieiros do Vale do Três Forquilhas. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.). *Raízes de Santo Antônio da Patrulha e Caraá*. Porto Alegre: EST, 2000. p. 285.

²³⁵ ELY, Nilza Huyer. *Vale do Três Forquilhas: veredas, vidas e costumes*. Porto Alegre: EST, 1999. p. 38. Huyer e Marcos Witt têm pesquisado sobre a Colônia de Três Forquilhas. Em seus trabalhos apresentam o Pastor Voges como proprietário de uma venda, onde comercializava aguardente e rapadura. Destaque-se que a assimilação da tradição canavieira pelos alemães na região precisa ser mais pesquisada. Examinar também: WITT, Marcos Antônio. *Política no Litoral Norte do Rio Grande do Sul: a participação de nacionais e de colonos alemães (1840-1889)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. LUNCKES, Mariseti Cristina Soares. *Um velho projeto com novos rostos: uma colônia alemã para a Ponta das Torres*. 1998. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

²³⁶ Ver receita do branqueamento do açúcar caseiro em ELY, Nilza Huyer; GROSS, Lucy Maria Huyer. Preparando o Natal. In: ELY, Nilza Huyer. (Org.). *Três Cachoeiras: marcas do tempo*. Porto Alegre: EST, 2004. p. 247-248.

2.3.1.5 Conceição do Arroio

Dois nomes são basilares na historiografia inicial arroioense: Manoel Fernandes Bastos e Antonio Stenzel Filho. Se o primeiro definiu os marcos históricos iniciais da cultura canavieira, o segundo, ao registrar suas reminiscências de Conceição do Arroio, revelou aspectos interessantes do cotidiano da Vila em que vivia, nos finais do século XIX. Da riqueza antropológica por ele revelada, um dos textos interessa aqui reproduzir, aquele que fala do *Tempo de moer cana*:

Uns cinco ou seis anos antes da extinção da escravatura, o nosso município fabricava e exportava 3.000 pipas de aguardente por ano, afora o açúcar que fazia para o consumo e a grande quantidade de rapaduras que também vendia para a região serrana.

Desse tempo em diante, devido ao falecimento dos principais agricultores e, mais do que isso, ao início do desaparecimento gradual dos escravos, principiou a declinar a indústria da cana, e, hoje, exporta muito menos aguardente que o município de Torres; continuando, porém, a fabricar açúcar e rapaduras, isso mesmo em menor escala.

Na época de que me ocupo, eram muitos os engenhos de cana que, do meio do inverno até a entrada do verão, principiavam a se mexer.

O distrito das Três Forquilhas era o que mais trabalhava; todavia, no distrito da Vila, principalmente das Laranjeiras até o Morro Alto, muitíssimos engenhos, de manhã e à tarde, rodavam, guinchando, ao passo tardo e monótono dos seus bois.

Que alegria para as famílias e, principalmente, para nós, os guris, o tempo de moer cana!

“Vamos tomar garapa?”

Os engenhos mais próximos da Vila eram: do lado sul – o do João Pereira, do Fidêncio, da Luísa Ferreira, do João Freitas, etc.; do lado norte, o do Flor Mateus, do meu padrinho Juvêncio, etc.

Quase todas tardes, se o tempo estava bom, se viam ranchos de senhoras, moças, rapazes e crianças, que se dirigiam para os engenhos.

Eram preferidos os que fabricavam açúcar, porque nestes se chupava cana, tomava-se garapa fria e quente, comia-se melado e ainda saboreava-se a esplêndida espuma de açúcar; ao passo que no engenho que só fabricava aguardente unicamente se podia contar com a cana e a garapa.

Quando uma coluna dessas penetrava em um engenho, era um Deus-nos-acuda; não havia cuia de garapa que chegasse.

- Mamãe, olha a escuma, saiu agora mesmo!

- A “garapa” do cocho está picadinha.

- Maricota, não queres garapa quente?

- Mãe de Deus! Este menino come tanto melado!

E os rapazes, aos magotes, fora do engenho, chupavam cana e comiam laranjas, que apanhavam trepados nas laranjeiras.

Manda a verdade que se diga que isso tudo era gostosamente tolerado em todos os engenhos, menos do João Pereira, pois este recebia as visitas de sobrolho carregado e ralhava muito com os rapazes.

Depois, quando todos já estavam saciados de tanta gulodice, iam, senhoras e moças, tomar café na casa da moradia.

Às 4 ou 5 horas da tarde, voltavam as famílias para a Vila.

Era imponente!

Cada uma das pessoas do séqüito trazia uma ou duas canas na mão, servindo de bengala, a senhora ou senhoras traziam ainda beijus ou cachos de bergamotas, e os rapazes, atrás e ainda chupando cana, vinham, também, sobrecarregados de cachos de bananas e sacos de laranjas!
Era uma devastação total!²³⁷

É importante ressaltar que são registros da identidade regional.

Mas, de fato, foi no século XX que a cana-de-açúcar teve em Conceição do Arroio expansão, com dois empreendimentos usineiros, especialmente: a Usina Santa Marta e a Usina Livramento (esta, na verdade, uma destilaria), além da criação da Estação Experimental da Cana-de-açúcar, órgão governamental de estudo e pesquisa, ali instalado. As usinas Santa Marta e Livramento, em Osório, juntamente com a de Hans André, em Santo Antônio da Patrulha, foram as experiências precursoras da industrialização da cana no Litoral Norte, até o nascimento da AGASA.

2.3.2 Agroindústrias canavieiras no Litoral Norte do Rio Grande do Sul

Ao iniciar o século XX, é visível a preocupação com o desempenho da cana-de-açúcar no Brasil diante do cenário internacional. Ferrenha crítica foi feita na Revista da Escola de Comércio de Porto Alegre, devido à grande venda feita pela Argentina à França de 6.000 toneladas de açúcar, em 1915.²³⁸

A matéria alertava os dirigentes para o perigo que se levantava contra a indústria secular brasileira, diante do que se impunha sua valorização, a começar pelo Rio Grande do Sul, onde, na região nordeste, eram consideráveis as plantações de cana. Diz ela:

[...] É sabido que até pouco tempo a maior parte do álcool vindo para esta capital provinha de Torres. Eram dezenas e dezenas de pipas que quase diariamente afluíam ao mercado, transportadas no clássico e típico carro de bois. Hoje, nem mais uma, chega até nós. Por quê? É simples e categórica a resposta a essa pergunta. Porque a estrada que nos conduz a Torres não é digna desse nome, é

²³⁷ STENZEL FILHO, Antônio. *A Vila da Serra* (Conceição do Arroio): sua descrição física e histórica: usos e costumes até 1872. 2. ed., Porto Alegre: IEL; Caxias do Sul: UCS, 1980. p. 86-87. Em Porto Alegre, o Beco da Garapa, um desvio da Rua da Praia, na continuação da General Câmara, era muito procurado pelos populares para beberem o precioso suco da cana. Ver: PEREIRA CORUJA, Antônio Alvarez. *Porto Alegre: crônicas da minha cidade*. Porto Alegre: Sulina, 1951. p. 60-63. A tradição canavieira em Osório se mantém viva até o presente. Ver: COLONOS de Osório mantêm tradição de fabricar bom vinho e aguardente. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 39, 05 mar. 1978.

²³⁸ LEAL, Ermeto. A indústria da cana no Rio Grande do Sul. *Revista da Escola de Commercio de Porto Alegre*, Porto Alegre: Grêmio dos Estudantes da Escola de Comércio, a. 1, n. 1, p. 15-16, jul. 1915.

um atoleiro sem fim, uma “biboca” apavorante, onde ninguém, a menos que esteja louco, vai arriscar a vida de seu gado, a totalidade de seus modestos haveres.

Como se não bastasse isso, vem ainda dar o tiro de misericórdia na mísera moribunda, o despropositado imposto que o governo acaba de lançar. É inacreditável isso, mas a pura verdade. Imaginem os nossos bons leitores, que uma pipa de aguardente paga 18\$000 de impostos e é vendida por 20\$000. É o cúmulo da ganância. Considere-se ainda o custo do casco, consertos no mesmo, preparação, plantio, fretes, etc. e ver-se-á, que além de ter o plantador enorme prejuízo, uma pipa desse produto ficará, posta aqui, em condições de não poder concorrer com o similar procedente dos Estados do Norte, tal o seu despropositado custo.

E, irrisoriamente, chama-se a isso – proteger a indústria! [...]

Convençam-se todos que, sem meios baratos de transporte, sem estradas reais ou ferradas, toda e qualquer tentativa no sentido de melhorar a nossa lavoura há de fatalmente fracassar.

Haja vista o que se dá em Torres, que é o mesmo que acontece em toda parte, até mesmo aqui às portas da capital, em Viamão ou S. Antonio da Patrulha, e tudo isso pelo mesmo motivo desanimador – a falta de condução.

O que é necessário para melhorar esta situação infeliz, o que é imprescindível que se obtenha antes de tudo, é isso que vemos pedido em altos brados pelo Rio Grande, pelo país inteiro – **menos política e mais trabalho**. [...]

Construam-se estradas de rodagem e de ferro, rasguem-se canais na superfície virgem desta terra e deixe-se então à iniciativa privada o desenvolvimento das indústrias, do comércio, de tudo enfim que constitui o progresso moral e material dos povos cultos.²³⁹

Vivia-se a república comtiana, há pouco instalada. *Ordem e Progresso* era a orientação vigente. Um olhar foi, então, dirigido para a abandonada região canavieira, sempre carente em comunicações, que recebeu impulso, na década seguinte, com empreendimentos estimulados pela conjuntura internacional. Ou seja, nos primeiros anos da década de 1920, havia um déficit mundial de açúcar, e, apesar disso, em muitos países, inclusive o Brasil, a produção dessa mercadoria vinha sofrendo, há muitos anos, limitações severas.

Deflagrada a 1ª Guerra Mundial, naquela altura, a produção total do açúcar atingia 8.208.810 toneladas.²⁴⁰ A demanda pelo produto, na conjuntura, foi impulsionada, passando o Brasil a contar, em 1921, com 215 usinas de açúcar, sendo 71 delas engenhos de meia aparelhagem, montados às pressas para atender o mercado internacional, com altas cotações. Entre os anos de 1924 e 1925, a produção foi de 15 milhões de sacos de açúcar, dos tipos cristal, demerara e bruto, com preços compensadores.²⁴¹

²³⁹ LEAL, Ermeto. A indústria da cana no Rio Grande do Sul. *Revista da Escola de Commercio de Porto Alegre*, Porto Alegre: Grêmio dos Estudantes da Escola de Comércio, a. 1, n. 1, p. 15-16, jul. 1915. (Grifo nosso).

²⁴⁰ INDÚSTRIA açucareira. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 20 dez. 1945.

²⁴¹ Dados apresentados por Edgar da Silva em trabalho apresentado no Encontro Raízes de Osório, em 2002, depois publicado na obra do mesmo nome, em 2004. SILVA, Edgar da. A cana-de-açúcar no litoral gaúcho: da Usina Santa Martha à AGASA. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.). *Raízes de Osório*. Porto Alegre: EST, 2004. p. 344-349.

De 1925 em diante, as cifras aumentaram, sendo que a safra de 1940/1941 ascendeu a 31.790.000 toneladas. Entretanto, a partir dessa época, a produção novamente declinou consideravelmente, estimando-se que, na Europa e na União Soviética, devido à destruição e paralisação das suas indústrias, os rendimentos caíram 60%, ou seja, mais de 6.000.000 de toneladas de açúcar de beterraba. A produção de açúcar de cana em Java e nas Filipinas, que era de mais de 3.500.000 toneladas, ficou fora do mercado internacional, em virtude da invasão japonesa. Em outros países, as safras decresceram por motivos diversos. Apenas Cuba progrediu.²⁴² O déficit mundial de açúcar, em 1945, era estimado entre 9 e 10 milhões de toneladas, agravado pela deficiência de transportes.²⁴³

Sem dúvida alguma, o desempenho regional da cana-de-açúcar no Rio Grande do Sul deve ser abordado a partir das relações nacionais e internacionais vigentes na conjuntura, o que não é relacionado em alguns trabalhos apresentados acerca do espaço em análise. A propósito, aponta João Manuel Cardoso de Mello que a industrialização no Brasil, no período entre 1933 e 1955, se encontrava *restringida* porque as bases técnicas e financeiras da acumulação eram insuficientes para que se implantasse o núcleo fundamental da indústria de bens de produção.²⁴⁴

Com dada situação, as possibilidades de expansão industrial do açúcar no Brasil ainda eram restritas, o que só começou a mudar na passagem da década de 1950 para a de 1960. Assim, com as repercussões tardias do pós-guerra, somadas a uma nova fase das economias nacional e internacional, muitos estados animaram-se e tentaram delimitar seus espaços de produção açucareira. Foi, então, que o Rio Grande do Sul reagiu, sobretudo com os encaminhamentos que o Instituto do Açúcar e do Alcool vinha dando, no tocante à concessão de novas cotas para os estados açucareiros do Brasil. Era animadora a recomendação expressa no Decreto-Lei nº 9.827, de 1946, segundo a qual o IAA, além de possibilitar a transformação dos engenhos turbinadores²⁴⁵ em usinas, deveria permitir a fundação de novas fábricas de açúcar.²⁴⁶

²⁴² Entretanto, com a crise de 1929, “Cuba fue uno de los países mas afectados em América Latina.” Examinar, a propósito, GARCIA, Antonio Santamaria. *Sin azúcar no hay país: la industria azucareira y la economía cubana (1919-1939)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 2002.

²⁴³ INDÚSTRIA açucareira. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 6, 20 dez. 1945.

²⁴⁴ MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 110.

²⁴⁵ Turbina é um aparelho em que se processa, por centrifugação, a separação entre os cristais de açúcar e os elementos não-cristalizáveis.

²⁴⁶ COUTINHO, Nelson. *Economia açucareira nacional: sua posição actual e perspectivas para os próximos anos*. Rio de Janeiro: IAA, 1948. p. 18-19.

Em jornal do interior do Rio Grande do Sul, no ano de 1935, foi expresso o sentimento de vergonha, face à exclusão, no mercado, do açúcar brasileiro:

Precisamos fazer pela cultura da cana e a indústria do açúcar, em todos os Estados produtores, o mesmo que se fez, com grandes resultados práticos, em São Paulo [...]. Se fizermos nos outros estados, o que se fez na Estação Experimental de cana-de-açúcar, de Piracicaba, em São Paulo, teremos dado um grande passo de progresso.

Precisamos adotar as mesmas práticas agrícolas adiantadas que se vêm pondo em execução nos outros países produtores, como Java, Cuba, Haway, Estados Unidos e Argentina, no tocante ao emprego das máquinas agrícolas, para o preparo do solo, sua mobilização, irrigação, capinas, enterramento perfeito do palhiço e extirpação das cepas. Outro tanto, relativamente ao melhoramento da planta e à adubação, em trabalhos metodicamente orientados por estações experimentais perfeitamente aparelhadas.²⁴⁷

Acentue-se que a produção gaúcha de cana estava registrada na esfera federal, como se observa na tabela a seguir, com uma posição respeitável para o ano de 1939, principalmente de aguardente. Um relativo número de engenhos que produziam açúcar bruto induz à conclusão de que Santo Antônio da Patrulha e região vinham tendo mercado crescente para o açúcar mascavo, o que, aliás, é voz corrente nos depoimentos orais colhidos a respeito, como este:

Nós lá tínhamos 14 hectares de terra. A plantação de cana não era muito grande. Devia ser umas cinco ou seis hectares. Nós fazíamos açúcar mascavo, melado... E vendíamos nos compradores: armazém... atacado, ali em Santo Antônio. O Paulino comprava... muitos compravam de nós, açúcar para exportar pra Caxias, Porto Alegre... Em Caxias, antigamente eles botavam açúcar no vinho. Misturavam para composição do vinho. As cantinas compravam quantidade de açúcar. Hoje em Santo Antônio, não sei se deve está vivo, porque eu não ouvi falar se morreu. Eu não sei o que ele faz hoje. Valia a pena ouvir o Antônio Correia de Andrade, conhecido como “Totonho”. Esse homem comprou muito açúcar e levou muito açúcar pra Caxias. Morava no Arroio do Carvalho. Ele levava açúcar e trazia vinho. Tinha muitos compradores de açúcar lá, muita coisa. Foi uma grande quantidade de açúcar mascavo para lá. Uma barbaridade, tu nem imagina!²⁴⁸

E as estatísticas confirmam:

Tabela 5 – Fábricas de açúcar, rapadura, álcool e aguardente existentes no estado do Rio Grande do Sul e cadastradas até 31 de dezembro de 1939

Estados	Total de Fábricas	Usinas c/ turbina e vácuo	Engenhos c/turbina	Engenhos (açúcar bruto)	Engenhos (rapadura)	Engenhos (exclusivamente aguardente)
Acre	105	–	–	73	29	3
Amazonas	95	–	6	27	35	27
Pará	146	6	2	55	16	67
Maranhão	969	4	10	202	395	358

²⁴⁷ PROBLEMAS da cana de açúcar. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 2, 10 ago. 1932.

²⁴⁸ Depoimento de Pedro Machado Flor concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 22 jan. 2001.

Piauí	1.554	1	3	2	1.441	107
Ceará	2.589	2	11	75	2.200	301
R. G. do Norte	551	3	–	102	413	33
Paraíba	1.384	9	–	64	1.138	173
Pernambuco	1.917	69	–	636	1.166	46
Alagoas	822	32	–	464	231	95
Sergipe	243	88	–	117	1	37
Baía	3.284	19	2	610	2.028	625
Espírito Santo	479	2	4	181	119	173
Rio de Janeiro	2.389	30	4	857	1.053	445
Distrito Federal	–	–	–	–	–	–
São Paulo	3.918	36	149	913	981	1.839
Paraná	309	–	4	14	51	240
Santa Catarina	5.987	4	2	5.465	7	509
R. G. do Sul	1.800	1	–	274	47	1.478
Minas Gerais	29.645	28	103	5.692	23.765	57
Goiás	3.121	1	11	2.458	556	95
Mato Grosso	1.893	10	5	34	38	1.806
BRASIL	63.200	345	316	18.315	35.710	8.514

Fonte: MATTOS, Aníbal R. *Açúcar e álcool no Brasil*. Rio de Janeiro: IAA, 1942. p. 109.

São desse tempo as providências para a participação do Rio Grande do Sul na divisão nacional do trabalho, no tocante à produção açucareira. A primeira providência foi a criação da Estação Experimental de Cana-de-Açúcar, localizada em Conceição do Arroio.

2.3.2.1 A Estação Experimental de Cana-de-Açúcar de Conceição do Arroio (Osório)

Fundada pelo Governo Federal, vinculada inicialmente ao Ministério da Agricultura, a Estação Experimental de Cana-de-Açúcar de Conceição do Arroio (Osório) foi criada para apoiar e dinamizar a região canavieira do estado, onde estava instalando-se uma usina açucareira, a contar de 1925.²⁴⁹ Juraci J. Pasquoto, ex-professor da Escola Rural, situada onde anteriormente funcionou a Estação Experimental, entende que Getúlio criara, então, um pólo de desenvolvimento por causa da pobreza da região, pois, segundo ele:

²⁴⁹ Segundo Juraci J. Pasquoto, a área de terras foi comprada da família Pereira, concretizando a obra o Dr. Pinheiro, que fora nomeado diretor. A firma Andreolli executou a construção, sendo, logo depois, contratados operários e auxiliares. PASQUOTO, Juraci J. et. al. *Origem da Escola Normal Rural Ildefonso Simões Lopes de Osório: a escola rural de ontem aos dias de hoje*. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel Barroso et al. (Org.). *Raízes de Osório*. Porto Alegre: EST, 2004. p. 367. O Rio Grande do Sul cedo teve sua Estação Experimental; Santa Catarina, só mais tarde. A propósito, examinar: UMA ESTAÇÃO dedicada somente à cana-de-açúcar: Santa Catarina. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18 jul. 1980. Suplemento Rural, p. 10. Em 1926 foi criada também a Estação Experimental de Piracicaba/SP, diante da crise canavieira que o estado atravessava por várias moléstias, sobretudo o mosaico. Examinar a respeito: SZMRECSÁNY, Tamás; OLIVER, Graciela de Souza. A Estação Experimental de Piracicaba e a modernização tecnológica da agroindústria canavieira (1920-1940). *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH; CNPq, n. 46. p. 37-60, jul./dez. 2003.

A idéia era tirar daquele estado de pobreza o nordeste do Rio Grande do Sul, ou seja, o Litoral Norte. [...] o Litoral Norte era tão pobre, não tinha estrada, não tinha uma economia definida. [...] era uma agricultura incipiente. [...] Então, ele, em função do clima da região, [...] subtropical, decidiu, quando governador do Estado, criar esse pólo de açúcar aqui na região, porque não geava. A região era própria para a produção de cana. Então, para desenvolver o Litoral Norte, iniciando por Santo Antônio, Getúlio criou a Estação Experimental por intermédio do governo federal.²⁵⁰

Para iniciar a experimentação da cana, o ministro designou o técnico Samuel Herberth Jhones (Mister Jhones), um inglês naturalizado, radicado em Pernambuco. Lá se especializou na cultura da cana, e depois foi transferido para atuar na Estação Experimental, em Conceição do Arroio. Destaca Pasquoto que Mister Jhones era um pesquisador dedicado e competente, do tipo *Caxias*. Ele importou mais de 20 variedades de cana-de-açúcar. Depois acabou ficando no município e prestando seus serviços.²⁵¹

Leonel Mantovani, mais tarde Prefeito de Osório, no período inicial da Revolução de 1964, e também primeiro presidente da AGASA, foi nomeado auxiliar técnico em 1930, por Getúlio Vargas, para o órgão criado, depois de formar-se, em 1929, na Escola Técnica de Agronomia de Viamão. Nascido em Montenegro, seus laços se firmaram na terra da esposa, filha do escritor e historiador Manoel Fernandes Bastos, autor da consagrada obra *Noite de Reis*.²⁵² Ele, com mais de 90 anos e residindo em Porto Alegre, contrariou aqueles que diziam ser inadequada a região para a cultura canavieira.²⁵³ Lembra-se bem de Mister Jhones e diz:

[...] o Getúlio não saía de lá do nosso Instituto; se apaixonou pelo Instituto, porque realmente era uma instituição maravilhosa. [...] O Getúlio recebeu uma coleção de mudas do horto florestal do Rio de Janeiro, e entre elas veio uma peça de Java, javanesa. Então veio a tal POJ 213, que atualmente tomou conta da cultura da cana. Antes era a cana forrageira. [...] porque a estação foi criada como estação experimental de cana-de-açúcar pelo governo federal. [...] A estação passou a ser reprodutora da 213, e aí conseguimos esparramar um pouco no Estado. [...] Eu fui quem distribuí tais canas até Torres. [...] Nós requisitávamos as chatas, e eu enchia uma chata daquelas com um rebocador. Em tudo que era porto de lagoa até Torres eu encostava e distribuía de acordo com a quantidade de terra que o sujeito tinha. [...] A verdade é que o Rio Grande do Sul tem condições excepcionais para a cultura da cana javanesa. [...] Tanto é que esta costa de serra, nós conseguimos espalhar a cana. A mata atlântica era vigiada; tinha que estar pedindo licença. Porque esta

²⁵⁰ Depoimento de Juraci J. Pasquoto concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 20 jan. 2003.

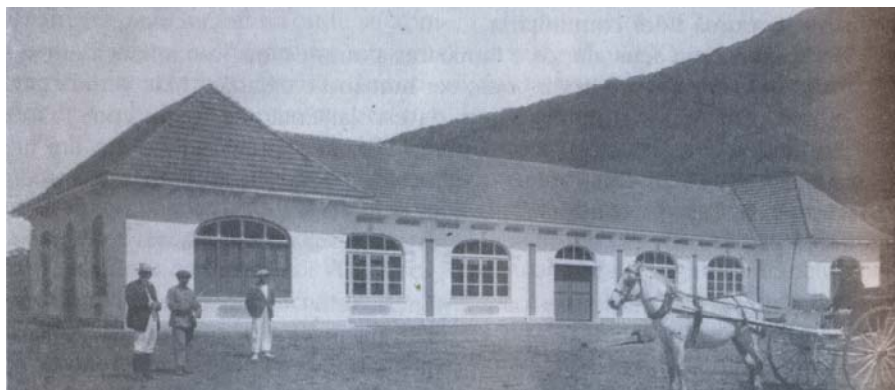
²⁵¹ Idem. Técnico já referido por Nilza Huyer Ely sobre sua atuação em Três Forquilhas.

²⁵² BASTOS, Manuel Fernandes, 1935. Na sua reminiscência da antiga Conceição do Arroio, o autor centra-se na figura do Baiano Candinho, personagem controvertido da região, sendo considerado como bandido por alguns e, por outros, como justiceiro.

²⁵³ A construção de um discurso de adversidade e impropriedade da cana-de-açúcar, dirigido para a região nortelitorânea, ainda que firmada sua tradição canavieira, sustentou-se em argumentos geobotânicos para legitimar os insucessos de empreendimentos no setor. Ficaram encobertos, durante muito tempo, os motivos resultantes da divisão nacional do trabalho, que preservava a produção açucareira do Nordeste, em detrimento de outras regiões que pudessem ameaçar a sua hegemonia. Mas São Paulo acabou, enfim, por romper o cerco. Segundo Mantovani, o IAA tinha “uma quizila” com o Rio Grande do Sul por não permitir durante muito tempo que o estado produzisse açúcar. Depoimento de Leonel Mantovani concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 17 jan. 2001.

costa de serra não tem nada melhor para a cana-de-açúcar, esta 213. Chega a dar até cento e tantas toneladas por hectare. Normalmente é quarenta, quarenta e cinco toneladas por hectare. Mas a outra dava dez, doze, cinco, seis toneladas. [...] Mais tarde administrei a cidade. Emendei a estação experimental com a prefeitura, e aí ficou uma beleza.²⁵⁴

A resistência ao desmatamento por conta da expansão da cana foi o “revés” que o técnico da Estação enfrentou em sua atuação no órgão recém implantado.



Fotografia 8 –Estação Experimental de Osório, construída em 1920

Fonte: PASQUOTO, Juraci J. et al. A Escola Rural de ontem aos dias atuais. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.). *Raízes de Osório*. Porto Alegre: EST, 2004. p. 366.

De fato, a partir de 1926, foram feitas importações de exemplares estrangeiros, para resistir à decadência dos canaviais, em decorrência das moléstias.²⁵⁵ Através das praças do Rio de Janeiro e da Argentina, chegou grande número de variedades javanesas, ainda hoje cultivadas, como é o caso da variedade POJ 213, citada por Mantovani, também conhecida pelo nome Argentina, que foi uma das primeiras a chegar. Assim, foram substituídas a cana ripa, a cana caiana, a cana listrada, a cana rosa e outras, em franca degeneração.²⁵⁶

Entretanto, a economia dirigida pelo Estado Getulista²⁵⁷ fez um desvio de rota. Ao Nordeste foi preservado o monopólio da exploração da cana-de-açúcar.²⁵⁸

²⁵⁴ Depoimento de Leonel Mantovani concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 17 jan. 2001.

²⁵⁵ As principais doenças da cana são mosaico, gomose e sereh. A primeira é a mais difundida. Consiste em manchas vermelhas nas folhas, as quais perdem a coloração verde natural, o que impede a formação da sacarose.

²⁵⁶ Os estudos com a cana-de-açúcar realizados na Estação Experimental e pelos engenheiros agrônomos pautaram-se pela busca de variedades que se adaptassem à região e com boa produtividade. A propósito, examinar: VARIEDADE de cana para a nossa região. *A Gazeta do Litoral*, Osório, a. I, n. 10, p. 3, 10 abr. 1977.

²⁵⁷ Durante o governo do interventor municipal em Santo Antônio Teodorico Francisco Machado da Silva, houve estreita cooperação técnica da Estação Experimental com o município. Ver: SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. *Boletim Informativo de Santo Antônio*. Prefeitura Municipal, ano III. n. 9, 1º set. 1944. p. 4.

²⁵⁸ Afirma Benito Izolan – professor aposentado da Escola Rural, em Osório, mais tarde com vínculos à administração da AGASA – que, no começo do governo Getúlio, houve interesse em desenvolver o açúcar e o álcool na região. Mas, no fim dos anos de 1930, Getúlio, por sua política de regionalização da cultura, passou a favorecer amplamente o Nordeste e a desativar o Sul. É o que se verá adiante nesta pesquisa.

Dois meses após assumir como Chefe do Governo Provisório do Brasil, Getúlio Vargas, juntamente com seu ministro da Agricultura, J. F. de Assis Brasil, assinaram o Decreto nº 19.493, de 16 de dezembro de 1930, transferindo ao Estado, além de outras, a Estação Experimental de Conceição do Arroio, com seus funcionários, suas instalações, maquinismos e utensílios agrícolas, laboratórios, animais e tudo mais.

A transferência, a título precário, seria por três anos, podendo ser renovada, o que se sucedia com o referido decreto, que renovava o anterior, de 27 de dezembro de 1928, sob nº 5.615.²⁵⁹ Com essa política, a Estação Experimental, em Conceição do Arroio, foi fechada como órgão de âmbito federal.²⁶⁰ A Estação Experimental passou a integrar a Secretaria de Estado da Agricultura, cabendo-lhe a assistência técnica aos produtores e, posteriormente, explorar outras atividades por determinação de lei do governo central. Com a recriação da Estação Experimental, a partir de então, de Fruticultura, foi mudado o foco, dirigido aos experimentos de fruteiros sub-tropicais, continuando Mister Jhones, paralelamente, com a multiplicação da cana-de-açúcar. Em 1950, o governo do Estado adquiriu uma área em Maquiné e fez a transferência da Estação Experimental, onde o engenheiro Nelson Matzembacher continuou na pesquisa da cultura da cana, diante das novas demandas que a região exigia, mesmo sem o funcionamento da Destilaria de Osório. Ainda em 1950 foram distribuídas 5.585 kg e 5.300 mudas de variedades açucareiras e 730 kg de cana forrageira.²⁶¹

A Missão Rural,²⁶² chegada em Santo Antônio da Patrulha no ano de 1956, tratou logo de fazer investigações em torno do problema da cana-de-açúcar. Concluiu sobre a necessidade de serem trazidas novas variedades, visando a aumentar a produção canavieira no município.

²⁵⁹ RIO GRANDE DO SUL. *Leis, decretos e actos do governo do estado do Rio Grande do Sul: Poder Executivo*. Porto Alegre: A Federação, 1928. Idem, 1930. Juraci Pasquoto chama a atenção, a exemplo de Izolan, de que Getúlio Vargas, após 1930, regionalizou a economia, proibindo o Rio Grande do Sul de fabricar açúcar. Daí o fechamento da Santa Marta e a transferência ao Estado da Estação Experimental. As produções de açúcar e sal foram reservadas ao Norte, e Nordeste do Brasil. Depoimento de Juraci J. Pasquoto concedido a Vera Lucia Maciel Barroso em 29 jan. 2003.

²⁶⁰ Com a transferência do órgão para o âmbito estadual, com ele retornaram para o Ministério da Agricultura todos os técnicos, com exceção de Mister Jhones. Depoimento de Juraci J. Pasquoto concedido a Vera Lucia Maciel Barroso em 29 jan. 2003.

²⁶¹ RIO GRANDE DO SUL. *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, v. 41, p. 85, abr./maio, 1950.

²⁶² Programa desenvolvido pela Companhia Nacional de Educação Rural do Ministério da Educação e Saúde, em convênio com a UNESCO.

Sob a orientação de Nelson Matzembacher,²⁶³ da Estação Experimental Fitotécnica de Maquiné,²⁶⁴ foi feita uma experimentação com seis variedades de cana. Um plantio inicial na propriedade de Antonio Luiz Coelho, na Palmeira, em Santo Antônio da Patrulha, tinha por objetivo difundi-las no meio. Após o primeiro corte, a preferência dos agricultores recaiu nas variedades CB 4176 (a mais utilizada, à época, em São Paulo), CB 4069 e CB 3822, vindas da Estação Experimental de Araras, em São Paulo, as quais foram confirmadas pela Estação Experimental, como as melhores. A partir desse experimento, elas foram trazidas para a região canavieira de Santo Antônio da Patrulha (localidades de Montenegro, Sertão, Palmeira e Ribeirão) e municípios de Osório, Torres, Rolante, Taquara; inclusive para o Vale do Taquari e comunas do Vale do Uruguai.



Fotografia 9 – Transbordo de canas trazidas de São Paulo para o Litoral Norte do Rio Grande do Sul – década de 1960

Fonte: Acervo de Wilson de Oliveira Castro.

Assim, a Estação Experimental conduziu, por muitos anos, ensaios de competição de variedades e experimentos de fertilização e correção de solos referentes à cana-de-açúcar.²⁶⁵ A literatura vinha revelando o baixo rendimento obtido nas lavouras canavieiras do estado: em média era apresentado um valor menor que 20 toneladas por hectare.

²⁶³ Foi nomeado agrônomo, pela Secretaria da Agricultura, no governo Walter Jobim, para a Estação Experimental de Fruticultura de Osório, sob a direção do Dr. João Abreu, que o substituiu depois na direção e, em 1951, conduziu a transferência da nova Estação Experimental para o distrito de Maquiné, dando lugar para a Escola Normal Rural, que ali foi criada no governo do Gen. Ernesto Dornelles. Matzembacher teve seus primeiros ensinamentos recebidos do técnico Samuel Herbert Jhones. Buscou parcerias em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco, notabilizando-se por suas pesquisas e experimentações, desenvolvidas, ao longo de vinte e dois anos, na Estação de Maquiné e na AGASA. VIERO, J. Memórias. *Jornal Revisão*, Osório, p. 3, 19 dez. 2002.

²⁶⁴ É a nova denominação da Estação Experimental, situada no então distrito de Maquiné – a partir de 1992, município emancipado de Osório.

²⁶⁵ O Dr. A. J. Mengelsdorf é considerado o *Pai da moderna genética da cana-de-açúcar*.

As variedades mais finas, em 1957, acusaram 80 toneladas por hectare, enquanto as grossas, 60. Para o mesmo ano, o Departamento Estadual de Estatística informou que a cana era transformada no Rio Grande do Sul em álcool, aguardente, rapaduras e melaço. Uma tonelada de cana dava então, em média, a seguinte produção: 40 a 50 quilos de açúcar de bangüê, ou 33 quilos de rapadura, ou 55 a 60 litros de aguardente, ou 60 a 70 quilos de melaço, ou 45 a 50 litros de álcool.²⁶⁶

Observe-se a produção do Rio Grande do Sul no quadro nacional em 1956:

Tabela 6 – Produção de cana dos estados brasileiros em 1956

Estados	Área (ha)	Produção (t)	Valor (Cr\$ 1.000,00)
São Paulo	252.000	11.903.000	2.535.000
Pernambuco	190.000	6.989.000	1.377.000
Minas Gerais	158.000	5.184.000	829.000
Rio de Janeiro	92.000	3.822.000	745.000
Alagoas	72.000	3.140.000	603.000
Bahia	55.000	2.293.000	404.000
Paraíba	38.000	2.043.000	407.000
Ceará	27.000	1.127.000	174.000
Goiás	26.000	963.000	173.000
Paraná	16.000	907.000	175.000
Rio Grande do Sul	43.000	712.000	120.000
Santa Catarina	30.000	852.000	106.000
Sergipe	17.000	653.000	136.000
Espírito Santo	18.000	516.000	90.000
Mato Grosso	9.000	442.000	102.000
Maranhão	12.000	334.000	45.000
Rio Grande do Norte	7.000	338.000	69.000
Piauí	12.000	334.000	45.000
Pará	7.000	170.000	13.000
Acre	1.000	50.000	6.000
Amazonas	490	17.000	4.000
Rondônia	27	400	100
Rio Branco	5	100	90
BRASIL	1.082.522	42.824.500	8.167.190

Fonte: ASSIS BRASIL, João Antônio de; SILVA, Becklerc O. da. *A cana de açúcar*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1957, p. 6. (Dados fornecidos pelo Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura. Está informado que os arredondamentos foram feitos pelo SEAP e DEE).

Dos vinte e três estados, o Rio Grande do Sul longe estava dos números da produção central brasileira, mas há que se reconhecer que comparece no ranking nacional em média posição, ocorrência anterior ao tempo da produção usineira regional, que só dez anos mais tarde apresentaria sua primeira safra na Açúcar Gaúcho S.A.

²⁶⁶ O QUE se pode tirar de uma tonelada de cana? *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 nov. 1965. Suplemento Rural, p. 12.

É interessante realçar o lugar de Santo Antônio da Patrulha na produção do estado, bem como o comportamento de outros municípios na contraposição de dados de 1938 e de 1956.

Tabela 7 – Principais municípios produtores de cana-de-açúcar no estado do Rio Grande do Sul, comparados com o total geral – 1938

Municípios	Produção (t)	% sobre o total do estado
Santo Antônio	240.000	46,7
Torres	32.000	6,2
Erechim	20.000	3,8
Montenegro	16.500	3,2
Estrela	16.500	3,2
Osório	16.200	3,2
São Luiz Gonzaga	14.760	2,8
Taquari	14.300	2,8
Ijuí	13.350	2,6
Gravataí	13.200	2,6
Santa Rosa	11.200	2,0
Caí	10.200	2,0
Lajeado	9.100	1,8
Taquara	7.680	1,5
Venâncio Aires	6.820	1,3
Encantado	6.750	1,3
TOTAL	448.560	87,2
Outros municípios	65.579	12,8
ESTADO	514.139	100,0

Fonte: ASSIS BRASIL, João Antônio de; SILVA, Becklerc, O. da. *A cana de açúcar*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1957. p. 7.

Dezoito anos depois, observam-se alterações substanciais para alguns municípios. À exceção de Santo Antônio da Patrulha, os que detinham maior produção de cana perderam essa condição e passaram a figurar mais abaixo na lista, como é o caso de Torres, tradicional produtor. No seu lugar, em 1956, desponta Rolante, que fornecerá depois cana para a AGASA. E áreas a noroeste e oeste do estado persistem na produção canavieira, como São Luiz Gonzaga. Os números da geografia canavieira merecem análise.

Tabela 8 – Principais municípios produtores de cana-de-açúcar no estado do Rio Grande do Sul, comparados com o total geral 1956

Município	Produção (t)	% sobre o total do estado
Santo Antônio	300.000	36,3
Rolante	70.000	8,5
Estrela	54.000	6,6
Ijuí	45.000	5,4
Veranópolis	30.000	3,6
Guaporé	27.500	3,3
Cerro Largo	25.000	3,0
Caí	17.300	2,1
São Luiz Gonzaga	14.900	1,8

São Jerônimo	14.600	1,8
Marcelino Ramos	14.000	1,7
Lajeado	13.000	1,6
Sapiranga	12.800	1,6
Torres	12.600	1,5
Roca Sales	10.800	1,3
Taquara	10.200	1,2
Montenegro	10.000	1,2
TOTAL	681.700	82,5
Outros municípios	144.900	17,5
ESTADO	826.600	100,0

Fonte: ASSIS BRASIL, João Antônio de; SILVA, Becklerc, O. da. *A cana de açúcar*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1957. p. 7.

Efetivamente, o município patrulhense era o proeminente na produção canavieira do Rio Grande do Sul, notadamente de cachaça e açúcar amarelo. Em 1956, a sua população era de 52.940 habitantes, a maioria localizada no meio rural, produzindo, além da cana, arroz e outros gêneros agrícolas.²⁶⁷ E da Estação Experimental de Osório, em Maquiné, recebia orientação técnica, conforme frisa o deputado e secretário da Agricultura, Alberto Hoffmann, ao enviar relatório de atividades, em 1959, ao governador do Estado, Leonel Brizola:

[...] é o único estabelecimento da Diretoria que se dedica ao melhoramento da cana-de-açúcar, devido à sua localização no litoral norte do Estado, onde a cultura tem expressão econômica para a região e pela construção recente de desidratadora de aguardente em Osório.

Nela vem sendo conduzido um ensaio de competição que conta com 14 variedades. Os resultados conhecidos deste ensaio datam de 1958 e foram divulgados em relatórios anteriores, não tendo sido calculados os referentes a 1959.²⁶⁸

Na sua mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 1962, o governador Leonel de Moura Brizola destaca a política de intensificação dos trabalhos afetos à Estação Experimental, através do ensaio de competição de variedades combinadas com a época de corte e de outros melhoramentos, o que considerava essencial para a melhoria do desempenho canavieiro do estado. Com a criação da AGASA,²⁶⁹ a experimentação de variedades de cana ganhou grande dimensão, para atender à necessidade ampliada de

²⁶⁷ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do RS: 1960-1980*. Porto Alegre, v. II, 1986. p. 176.

²⁶⁸ RELATÓRIO de Atividades apresentado pelo Dep. Alberto Hoffmann, Secretário da Agricultura, ao Eng. Leonel Brizola, Governador do Estado do Rio Grande do Sul. Exercício 1959, p. 54.

²⁶⁹ Manuel Correia de Andrade, ao abordar sobre os pequenos espaços canavieiros no Brasil, afirma que, no Rio Grande do Sul, a única unidade produtora, entre 1992 e 1993, era uma Destilaria ao norte de Porto Alegre. Trata-se de equívoco, pois ela já não mais funcionava. Diz ele também: "O Rio Grande do Sul não tem uma tradição açucareira, mas possui engenhos e engenhocas desde o período colonial, nos solos situados à retaguarda das restingas, entre as áreas de colonização italiana e alemã de um lado, e açoriana do outro. A única usina existente no estado, em 1978, era a Agasa, situada no município de Santo Antônio da Patrulha." ANDRADE, Manuel Correia de, 1994. p. 146.

produção. Na imprensa escrita, sobretudo na primeira década da vigência da usina, é possível verificar, através de várias matérias publicadas,²⁷⁰ a intenção de difundir a mentalidade açucareira na região. Uma recomendação era insistente: a substituição por mudas de boa produção por hectare, sobretudo as resistentes às moléstias. Tendo, pois, como suporte a Estação Experimental situada na região canavieira do estado, importa conhecer os empreendimentos industriais desenvolvidos entre as décadas de 1920 e 1950, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, bem como as contemporâneas à AGASA.

2.3.2.2 Tentativas agroindustriais frustradas pré-AGASA

No seguimento, ainda que brevemente, apresentam-se as empresas que tentaram potencializar a industrialização da cana-de-açúcar na tradicional região canavieira gaúcha. Se bem sucedidas não foram, todavia influenciaram de alguma forma, já na idéia germinal da AGASA, como se examinará adiante.

2.3.2.2.1 Usina Santa Marta (1925 -1938): Conceição do Arroio (Osório)

Na segunda década do século XX, uma tentativa usineira de vulto, para confecção de açúcar e derivados no estado, foi empreendida no município de Osório. Ali funcionou, às margens da Lagoa da Pinguela (local precursor), uma pequena indústria – a Usina Santa Marta Ltda.,²⁷¹ que produziu o primeiro açúcar branco do Rio Grande do Sul considerado de boa qualidade. Sediada a 9 km da cidade, numa área de 160 ha, a usina foi organizada pelo engenheiro Bernardo Dreher, com a colaboração de técnicos e operários da região e de Porto Alegre. Teria ali existido, anteriormente, uma destilaria de álcool, instalada por João Issler.

Em 1925 começou a ampliar-se o prédio onde funcionara, desde a década de 1890, a destilaria de álcool de propriedade de Bromberg & Cia., depois vendida a Abraão Pereira de Souza, que se associou a Bernardo Dreher para o novo empreendimento. A Usina recebeu os

²⁷⁰ Por exemplo, VARIEDADES de cana para a nossa região. *A Gazeta do Litoral*, Osório, a. I, n. 7, p. 2, 10 abr. 1977.

²⁷¹ Nome presumivelmente dado em homenagem à filha do proprietário da Usina, que falecera.

mais modernos equipamentos, adquiridos das firmas Siemens, Schuckert e Borsig, da Alemanha. Tanto a Usina como a Lacustre pertenciam ao mesmo grupo, Dreher & Cia., que, articulando produção e transporte, garantiria a dinamização da economia regional. Por canais artificiais ou aprofundamento dos baixios, em 1914, nas lagoas da Pinguela, Peixoto e Marcelino, e em 1916, com a construção do canal do Caconde, com dois quilômetros, adicionado à implantação do atracadouro no Pontal dos Diehl, ficou viabilizado o STPT (Sistema de Transporte Palmares do Sul a Torres). Esse sistema era conhecido como Lacustre. Também, através do sistema de ferrovia, ele interligava a margem da Lagoa Marcelino, em Conceição do Arroio, com o Porto de Palmares, no rio do mesmo nome, à margem da Lagoa dos Patos. Tratava-se de um verdadeiro corredor de exportação da produção colonial, que, a partir da instalação da Santa Marta, se expandiu.²⁷²

A viabilidade do sistema de navegação da Lacustre estava vinculada à produção da usina açucareira, aliada às atividades comerciais de Adolfo Dihel, no Palmital, e de alguns outros comerciantes, em Porto Alágio, Porto da Colônia, Porto da Itapeva, em Torres; e Cornélios e Maquiné, em Osório. A propósito, afirma o historiador Guido Muri, da antiga Conceição do Arroio:

Essa empresa Lacustre, que era dona do comboio ferroviário, trouxe uma riqueza extraordinária para toda essa costa. Riqueza mesmo. Meu pai era comerciante. [...] os pais das noivas entravam com o enxoval delas. Então, elas faziam tudo em casa, tudo, tudo: roupa de cama, camisola e tudo aquilo. E meu pai vendia aquilo a prazo; era tudo gente conhecida. E quando vinha a safra da cana, ele via o dinheiro. [...]²⁷³

²⁷² A Usina Santa Marta fez retomar, mais uma vez, o projetado Porto de Torres. A propósito, ver: RUSCHEL, Ruy Ruben. O Porto de Torres. *O Litoral*, Osório. a. I, n. 22, p. 2, 05 set. 1954.

²⁷³ Depoimento de Guido Muri concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2005.



Mapa 5 – Litoral Norte do Rio Grande do Sul, com o corredor das lagoas e indicativo da localização da Usina Santa Marta e do roteiro da Lacustre

Fonte: Mapa de excursão da zona adjacente de Porto Alegre: São Leopoldo, Taquara, Canela, São Francisco de Paula, Torres, Tramandaí, Cidreira e Quintão: organizado por W. Regius. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1926.

Aliás, a usina de açúcar em Conceição do Arroio, ao animar a região, teve o reconhecimento da Secretaria de Obras do Estado. Em seu relatório de 1925, lê-se:

Até agora a excelente cana de açúcar aí produzida em grande quantidade era apenas utilizada para o fabrico de álcool, aguardente, melado e rapadura, fazendo alguns agricultores um pouco de açúcar grosso para o consumo próprio, mas neste momento faz-se uma tentativa digna de menção com a instalação de uma usina moderna para fabricação de açúcar.

Como é de esperar, completo sucesso dessa iniciativa feliz, nova era de grande progresso trará para essa região onde a cultura de cana tomará então grande incremento e fatalmente novas usinas surgirão de modo a poder o Rio Grande do Sul produzir, se não todo, ao menos uma grande parte do açúcar necessário ao consumo de sua população.²⁷⁴

A sua capacidade de produção era de 60 mil sacos de açúcar cristal, com o trabalho de cerca de 45 empregados. Ainda durante a construção da fábrica, seus diretores distribuíram

²⁷⁴ RIO GRANDE DO SUL. Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas. Porto Alegre: A Federação, 28 jul. 1925. p. 261-262. In: SILVA, Marina Raymundo da. *Navegação lacustre Osório-Torres*, 1985, p. 113.

mudas e ofereceram instruções para a expansão do plantio da cana.²⁷⁵ De fato, foi a primeira tentativa com bom resultado de produção industrial de toda a cana-de-açúcar da região. O seu início promissor se tornou uma referência importante para a história do açúcar no Rio Grande do Sul.

Foi inaugurada pelo presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, em 12 de fevereiro de 1928, quando também compareceram Borges de Medeiros, chefe do Partido Republicano, e outras autoridades estaduais. Eles chegaram ao porto, pelo rio da Pinguela, e puxados a boi pelos trilhos, se dirigiram à Usina. Lá foram homenageados pela diretoria e pelos empregados.²⁷⁶



Fotografia 10 – Visão panorâmica da Usina Santa Marta e seu entorno – [s/d]

Fonte: SILVA, Marina Raymundo da. *Navegação lacustre Osório-Torres*, 1985. p. 114.

A Usina Santa Marta, no imaginário popular e no das autoridades, viria, em boa hora, para animar a região, marcada pelo atraso e dificuldades, como evoca Guido Muri:

[...] No início deste século [XX], a região nordeste era considerada zona atrasada do Rio Grande do Sul, motivo por que o poder público estadual tratou de melhorar as condições de vida da sua população com medidas concretas, como a ligação hidroviária e ferroviária, através dos serviços de transportes entre Palmares e Torres, e da fabricação de álcool e de açúcar, criando a Usina S. Marta, aproveitando a já adiantada cultura da cana em Conceição do Arroio.

A presença freqüente das maiores autoridades do estado em nosso município dá a idéia do seu interesse pelo progresso da região, que devia ainda contar com uma

²⁷⁵ SILVA, Marina Raymundo da. Op. cit., 1985, p. 114.

²⁷⁶ O intendente municipal de Conceição do Arroio, José Augusto Grundler, convidou o povo para a recepção às autoridades: Getúlio Vargas e Borges de Medeiros. A propósito, examinar: RIBEIRO, Pascoalino L.; MONTEIRO, Ildo T.; MURI, Guido. *Datas e fatos de Osório: histórias da nossa história*. Osório: [s.n.], 2003. p. 16-17. RIBEIRO, Pascoalino L. Engenheiros de açúcar. In: ____; MONTEIRO, Ildo T.; MURI, Guido. *Histórias de Osório: histórias da nossa História*. Osório: [s.n.], 2004. p. 61-63.

estrada de ferro entre Porto Alegre e Torres, servindo os municípios de Gravataí, Santo Antônio e Conceição do Arroio, como o desejava em memorial dirigido ao governo estadual, pelos intendentess desses municípios, por ocasião do Congresso das Municipalidades.²⁷⁷

Eis que plantar cana foi a ordem dada, então, pelo governo. Assim, toda a costa foi cultivada. Da antiga Estação Experimental de Cana-de-Açúcar, em Osório, saía cana que era transportada por carreta, por locomotiva e após via Porto Lacustre. As chatas carregadas entravam pelo rio da Pinguela e, depois da carga depositada no trapiche, ela subia por um carro sobre trilhos. Juraci Pasquoto ofereceu mais detalhes:

As vagonetas eram pequenos containers que circulavam nos trilhos, empurrados muitas vezes por pessoas ou puxados por cabos movidos a motor. Então, era levada a cana à usina mediante essas vagonetas, porque as carretas e os barcos não chegavam até ela. Aí todo o trabalho era feito mecanicamente, através de locomóveis. E a lenha era para aquecer as caldeiras. [...] O locomóvel era abastecido com lenha ou com óleo, emitindo um fogo que aquecia as caldeiras. [...] As máquinas eram movimentadas sob pressão das caldeiras. E a usina então funcionava através dessas caldeiras. Mecanicamente fazia funcionar as moendas. O deslocamento do líquido da cana, da garapa, esse trabalho era feito mecanicamente; não manual. [...] Mas foi um pólo de emprego. Falavam em 40 a 50 pessoas. E a cana vinha dessas encostas dos morros. A maioria transportava a cana nos barcos através das lagoas.²⁷⁸

Guido Muri expõe outros dados interessantes a partir do depoimento colhido de Sílvio Martins. Este plantou cana para fornecer à usina e vendeu lenha dos seus matos, até o fechamento da empresa, lá por 1937.²⁷⁹ O plantador recorda :

Era um prédio de quatro pavimentos, de tijolos. Tudo lá era movido a vapor. Por meio de um encanamento, a bomba puxava a garapa que subia para os tanques, a fim de ali ser feito o açúcar. Produziu-se na Usina muito açúcar e álcool. A Estação Experimental fornecia as mudas de cana, que eram entregues aos cultivadores da costa da serra. Cada gomo de dois “olhos” era uma muda. E vinha da estação em carretas até os trilhos na Rua dos Trilhos, e dali a cana era levada por locomotiva ao Porto Lacustre. Do Porto em chatas, seguia pelas lagoas até a da Pinguela, e lá entrava por um canal dragado e descarregava num trapiche, e deste era levada, numa caçamba, puxado a boi, sobre trilhos, subindo até à Usina. Álcool e açúcar, prontos faziam o trajeto inverso, com o rebocador puxando as chatas carregadas até a Lacustre, e dali, por trem, até Palmares, e deste porto até a capital. O álcool ia em tambores.²⁸⁰

²⁷⁷ MURI, Guido. *Rememorações de Conceição do Arroio*. Porto Alegre: Jollo, 1992. v. 3, p. 87.

²⁷⁸ Depoimento de Juraci J. Pasquoto concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 29 jan. 2003.

²⁷⁹ Cláudio Leal Domingos questiona essa data, visto Fernandes Bastos, quando escreveu seu trabalho, datado de 12/02/1938, não ter mencionado a falência da Usina Santa Marta. Examinar: DOMINGOS, Cláudio Leal. Osório: Litoral Norte/RS: a economia canavieira. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.). *Raízes de Osório*. Porto Alegre: EST, 2004. p. 336-344.

²⁸⁰ A respeito, examinar a série de artigos do autor, a contar dessa edição. MURI, Guido. A Usina Santa Marta: lembranças de Conceição do Arroio. *Folha do Litoral*, Osório, a. VIII, n. 490, p. 2, 30 jul. 1985.

As mudas eram inicialmente enviadas de Conceição do Arroio. Depois, Torres passou também a produzir e abastecer a usina que fabricava o açúcar branco e o amarelinho, o álcool e a cachaça.

José da Silva Neto trabalhou na usina de 1928 a 1931, no setor da garapa. Em depoimento a Guido Muri, recorda-se do chefe, o Dr. Dautrelepont, um francês que falava meio mal o português. E o alambiqueiro chamava-se Torquato. Do andar de cima, diz ele, é que saíam o açúcar, a cachaça e o álcool, que depois desciam pelo carro e tomavam as chatas para o destino comercial.

Ao oferecer suas lembranças, Guido Muri amplia o cenário da Usina:

Perto da Santa Marta situava-se o bodegão que vendia comestíveis e bebidas aos empregados da Usina, mediante vales emitidos por ela. O empregado apresentava ao caixeiro um impresso assinado: “Vale tantos mil réis” e assim podia retirar a mercadoria que desejasse, dentro do valor estipulado na autorização.²⁸¹

A Arsenílio Pedro de Souza, que trabalhou na empresa de 1925 a 1933, como turbineiro, refere o mesmo autor, que lhe dá a palavra:

[...] a produção diária era de 56 sacos de açúcar branco e a tonelage moída em um dia era de cerca de 60. O álcool fabricado derivava-se do açúcar “ligeiro”, embora a Usina adquirisse cachaça de Torres para dela fazer o álcool. Primeiro se fazia a cachaça para dela tirar o álcool. Este dava mais lucro que o açúcar e tinha comprador certo, a firma dos Pinto, em Porto Alegre, na rua Voluntários da Pátria (Pinto & Cia). [...] A sobra da indústria cachaceira – o vinhoto – era largada num valo que escorria para a Lagoa da Pinguela. A capacidade da Usina, na safra, era de 45 toneladas de açúcar e na entressafra, de 6 toneladas. O técnico do açúcar era de São Paulo, Alcindo Machado, de nome, e depois dele veio um de Bagé, chamado José Farias Gomes. [...] Uma tonelada de cana produzia 55 quilos de açúcar ‘cristal’, aproximadamente, sendo a cana plantada na encosta dos morros e representada por algumas variedades. [...] As variedades de cana plantadas em Conceição do Arroio e Torres eram: Java, Argentina, Imandu e Taquara, esta também conhecida como “cana-ripa”. Variedade de muita produção era a “cana oca”, que chegava a produzir 115 litros de aguardente por tonelada. Já a Argentina dava um pouco menos. Havia também a variedade chamada “barba-de-índio”, isto por causa dos fiapos que saíam de cada nó. A cana-rosa era também plantada, mas por fim não mais crescia, não se sabendo porquê. Quanto ao açúcar “amarelinho”, era ele adquirido em Torres, para a usina fazer álcool e vinha em chatas pelas lagoas, várias delas puxadas pelo rebocador “Torres”. Acontecia, às vezes, que apenas duas chatas traziam 1300 ou 1400 sacos do dito açúcar (também chamado “mascavo” ou “ligeiro”). Para essas compras, foi por um tempo comissionado o senhor Filhinho Fernandes, isto na época já do último arrendatário.²⁸²

²⁸¹ MURI, Guido. A Usina Santa Marta: lembranças de Conceição do Arroio. *Folha do Litoral*, Osório, a. VIII, n. 490, p. 2, 30 jul. 1985

²⁸² MURI, Guido. *Rememorações de Conceição do Arroio*. Porto Alegre: Jollo, v. 3, 1992. 14-15.

Durante a safra, a usina funcionava dia e noite, movimentando-se ininterruptamente, assim como as chatas e a viação férrea da Lacustre, que transportavam os derivados da cana para a capital. As dificuldades não eram poucas. Afinal, a conexão entre carretas, barcos e trem tinha custo, além de difíceis e às vezes demoradas serem as baldeações, sem contar as pipas de aguardente que estouravam expostas ao sol.

Muri ainda nomina os carreteiros que seguiam pela areenta estrada da costa. Lá iam Bento Militão, João Viegas, os irmãos Ricardo e Germano Borba, Serafim Nunes, João Colombo e o Batista, nomes que a memória preservou. Leontina, esposa do Alcebiades, o *Bida da Fausta*, capataz geral das plantações de cana da usina, fornecia almoço e janta aos empregados, ainda que não residissem muito longe da Santa Marta, informa o historiador.²⁸³

Mas, logo que começou a produzir, o IAA limitou a cota à soma insignificante de 6 mil sacas por safra, acabando por inviabilizá-la. Apesar de o presidente ser um gaúcho, os insistentes apelos locais não se fizeram ouvir, levando ao colapso o empreendimento canavieiro. Paulo Dapper, ex-dirigente da AGASA, assim a refere: “Foi a Santa Morta!”²⁸⁴

Affonso Penna Kury oferece detalhes a respeito:

Vencida a fase experimental de produção de álcool, Bernardo Dreher partiu para a fabricação de açúcar cristal, tendo, para tanto, contratado um técnico nordestino. Depois de muitos contratemplos e enormes despesas, o especialista fracassou em suas inúmeras tentativas de produzir açúcar cristal, tendo, por fim, desistido sob a alegação de que a cana cultivada na região não se prestava ao fabrico de açúcar cristal.

Mas Bernardo Dreher não se deu por vencido. Contratou um especialista europeu que logo encontrou o ponto de cristalização do açúcar, nascendo, daí a crença de que o técnico nordestino era cobra mandada dos produtores de Pernambuco que não viam com bons olhos um concorrente no sul.

O equipamento importado da Europa era desconhecido dos técnicos nacionais. A usina, face à qualquer desajuste, ficava parada durante longo tempo. Viu-se, portanto, Bernardo Dreher obrigado a contratar um engenheiro francês – Dautrelepoint, o que veio onerar, ainda mais, a incipiente indústria da Lagoa da Pinguela.²⁸⁵

Além das dificuldades de desempenho da equipe técnica, a Usina Santa Marta enfrentou também problemas de transporte, mesmo com a cana conduzida, por via lacustre, dos distritos de Maquiné, Três Forquilhas e Colônia São Pedro.

Para completar, aos efeitos da recessão imposta pela conjuntura mundial decorrente da queda da Bolsa de Nova York, em 1929, somou-se a política vigorante de protecionismo ao Nordeste, com restrições à fabricação do açúcar no Rio Grande do Sul. A esses fatores

²⁸³ MURI, Guido. *Rememorações de Conceição do Arroio*. Porto Alegre: Jollo, v. 3, 1992. 14-15.

²⁸⁴ Depoimento de Paulo Dapper concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 17 fev. 2000.

²⁸⁵ KURY, Affonso Penna. *Santo Antônio da Patrulha: uma visão apressada*. Santo Antônio da Patrulha: Moenda da Canção Nativa, 1987. p. 141-142.

adiciona-se o rígido contingenciamento de produção que acabaram por liquidar a pequena fábrica, fechada em 1938.

Se a crise de 1929,²⁸⁶ com a diminuição do poder aquisitivo no país e o fechamento dos mercados externos, levou os produtores nordestinos a uma situação extrema, imagine-se a situação do Rio Grande do Sul. Acresce também o desafio imposto com a abundância de canas e de açúcar naquela conjuntura. Uma saída para o excesso de açúcar foi canalizar a cana para a produção de álcool a ser usado como carburante, na mistura com a gasolina importada. A partir daí começaram a atuar as destilarias centrais. Foi então que a Santa Marta acabou também por produzir álcool, em tempo de sua popularização.

Barbosa Lima Sobrinho chamou a atenção para os problemas desse momento. Afirma ele que a crise mundial de superprodução de açúcar se refletiu no Brasil, agravada pela ocorrência de uma grande safra nacional em 1929. Conseqüentemente, os preços caíram ao nível da ruína. Então, a calamidade que atingia a usina não poupava o fornecedor. Para fugir à ruína, ou para reduzir a crise, o fornecedor procurou o remédio imediato de tabelas mais favoráveis. Daí o movimento, em Pernambuco, para a obtenção de preços melhores.

Enfatiza Barbosa Sobrinho que em Pernambuco foi deflagrada uma verdadeira batalha, forçando o Estado a tomar posição em defesa e proteção do açúcar pernambucano. Aliás, a intervenção do Estado na economia açucareira não é um fenômeno brasileiro.²⁸⁷ No Brasil, em 1931, diante do mercado perturbado com o excesso de açúcar (resultante mais do subconsumo do que da superprodução), se impôs a limitação da produção, considerada, então, uma medida de equilíbrio.²⁸⁸

A expressão desta conduta intervencionista do Estado é o IAA, criado também com a missão de resolver os conflitos de interesses entre o Nordeste e o Sudeste, além de assegurar o equilíbrio interno entre as safras anuais de cana e o consumo de açúcar, mediante aplicação obrigatória de uma quantidade de matéria-prima na fabricação de álcool. Esse fabrico deveria ser fomentado com a instalação de destilarias centrais de álcool anidro ou com o auxílio aos

²⁸⁶ A grave crise de 1929-1930 veio mostrar a necessidade de disciplinar a produção e equilibrá-la em relação ao consumo. Ver: BRASIL/AÇÚCAR. Rio de Janeiro: IAA; MIC, 1972. p. 67.

²⁸⁷ Cf. Wilcox, em 1936, cerca de 26 países, entre eles os Estados Unidos, que tinham cerca de um quarto da população total do globo e anualmente produziam e consumiam ou exportavam cerca da metade do açúcar do mundo, aplicaram planos de limitar a produção açucareira, através da distribuição de cotas aos representantes qualificados da respectiva indústria. Idêntico processo ocorreria no Brasil, com a criação das cotas para os estados. A propósito, ver: BRASIL/AÇÚCAR. Rio de Janeiro: IAA; MIC, 1972, p. 69.

²⁸⁸ O governo já havia iniciado sua intervenção na economia açucareira em fevereiro de 1931, com vigor a contar de 01/07/1931, através do Decreto 19.717, tornando obrigatória a aquisição, pelos importadores de gasolina, de álcool, na proporção de 5%. Em setembro do mesmo ano, foi baixado outro decreto em defesa da indústria e do comércio do açúcar. No mês de dezembro daquele ano foi criada a Comissão de Defesa da Produção do Açúcar. Enfim, no ano de 1933, foi criado o IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool). BRASIL/AÇÚCAR. Rio de Janeiro: IAA/ MIC, 1972. p. 74-75.

particulares que o desejassem fazer. Mas todos estavam subordinados ao Estado, cujo poder era absoluto.²⁸⁹ Inevitavelmente, o cenário nacional é forte ingrediente na explicação da realidade e dos rumos dos espaços regionais, do que se depreende seus resultados sobre o Rio Grande do Sul.²⁹⁰

Diante da falência de Bernardo Dreher, com prejuízos acumulados na usina e nos transportes lacustre e ferroviário, fortalecia-se, um velho tabu que prevaleceu por muitos anos: o Rio Grande do Sul não poderia produzir açúcar.

Seria impensável aos que vivenciaram a inauguração da Santa Marta, vivamente festejada com o prestígio da presença do presidente de Estado, Getúlio Vargas, que ele induziria logo depois, através do IAA, como presidente do Brasil, o seu fechamento e a conseqüente dificuldade de manutenção do sistema de transporte da Lacustre.

A esse respeito Artur Ferreira Filho, em texto alusivo ao depoimento de Cordeiro de Farias, interventor do Rio Grande do Sul, dado a Aspásio Camargo do CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) no Rio de Janeiro, faz algumas observações esclarecedoras. Foi ele testemunha do fato relatado, como chefe de gabinete do secretário de Agricultura Viriato Dutra, quando ele prometera apoio ao cultivo da cana e à fabricação de açúcar no estado, em março de 1938. Ocorre que, logo depois, um decreto do governo federal proibiu a produção de açúcar no Rio Grande do Sul, para não causar prejuízo aos usineiros do Nordeste. Diz então Ferreira Filho:

Alarmado com a estranha entrevista do Governo, Viriato, em reunião do secretariado, presidida por Maurício Cardoso, e presentes Oscar Fontoura, Walter Jobim e Coelho de Souza, titulares da Fazenda, Obras Públicas e da Educação, respectivamente, pediu apoio a seus colegas, no sentido de tentar convencer o Interventor, general Cordeiro de Farias, a pleitear junto ao governo federal a revogação do malsinado decreto, ao menos em relação ao Rio Grande do Sul, onde havia grandes plantações de cana e investimentos de certo vulto na fabricação do açúcar.²⁹¹

²⁸⁹ Cf. Carvalho, no período de existência do IAA, a intervenção governamental pode ser dividida em duas etapas quanto ao desempenho sucroalcooleiro: (a) entre 1933 e 1960, período de crescimento regular, quando foram criados os mecanismos de regulação e de defesa permanentes; (b) entre 1960 e 1990, período de crescimento acelerado, quando se dá o processo de modernização agrícola-industrial, induzido pelo Estado. CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. Novas estratégias competitivas para o novo ambiente institucional: o caso do setor sucroalcooleiro em Alagoas – 1990/2001. In: SHIKIDA, Pery Francisco Assis; MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de. (Org.). *Agroindústria canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios*. São Paulo: Atlas, 2002. p. 267.

²⁹⁰ Examinar, a propósito: LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Problemas econômicos e sociais da lavoura canavieira: exposição de motivos e texto do Estatuto da Lavoura Canavieira*. Rio de Janeiro: IAA; Pimenta de Mello, 1941. p. 17-18.

²⁹¹ FERREIRA FILHO, Artur. Para uma história do açúcar no Rio Grande do Sul. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 14 ago. 1982. Letras & Livros, a. II, n. 50, p. 13.

Somente Maurício Cardoso chegou a interessar-se pela retomada da usina, mas morreu logo depois, em acidente aéreo. Os outros três secretários se negaram ao intento, achando inoportuna a reclamação, o que fez Viriato pedir demissão do cargo. Lembra o historiador que Viriato dissera jamais poder servir a um regime que negava ao Rio Grande do Sul o aproveitamento de seu potencial econômico. Cordeiro de Farias tentou demovê-lo de sua saída, mantendo-se ele irredutível à causa.²⁹² Caíra assim um secretário de Estado na defesa do açúcar gaúcho. Os números evidenciam que, a partir de 1936, principiou a queda da produção de cana do Rio Grande do Sul, indício do que estava ocorrendo com a Usina Santa Marta, como se observa:

Tabela 9 – Produção de cana no Rio Grande do Sul e Brasil/t – 1934/1938

Local \ Ano	1934	1935	1936	1937	1938
RS	1.217.440	983.000	540.000	550.500	550.500
Brasil	17.793.500	16.680.570	18.496.420	15.736.580	16.409.371

Fonte: MATTOS, Aníbal R. *Açúcar e álcool no Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1942. p. 31.

Mas o fim da produção canavieira não teve a força de silenciar a memória. Afinal, a Usina vivenciara momentos interessantes, com visitas, inclusive, de destaque da política estadual. A tradição oral revela que a ida do presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas à Usina Santa Marta, em 20 de setembro de 1930, tinha como verdadeiro pretexto o reconhecimento do caminho litorâneo, com a verificação de suas condições para as tropas seguirem rumo ao centro do Brasil, no Rio de Janeiro, onde dias depois aconteceria, em 3 de outubro, o início da Revolução de 30. Passou por Santo Antônio da Patrulha, pernoitando no Hotel Paraíba, visitou a Igreja Matriz e o Grupo Escolar do Município, situado na então Rua do Vinagre, nº 19, atual Mal. Floriano, 378, onde se localiza atualmente o Museu Juca Maciel.²⁹³

²⁹² FERREIRA FILHO, Artur. Para uma história do açúcar no Rio Grande do Sul. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 14 ago. 1982. Letras & Livros, a. II, n. 50, p. 13. Acerca de Cordeiro de Farias, em outro texto, se lê: “O único problema que Cordeiro de Farias enfrentou foi no início do governo com a demissão do secretário da Agricultura Viriato Dutra, depois que Getúlio Vargas assinou um decreto proibindo a produção de açúcar no Sul, para não prejudicar o Nordeste. Dias antes, Viriato Dutra dera apoio a um grupo de produtores de cana que pretendiam construir usinas no interior do estado.” IDÉIAS e opiniões. *Coojournal*. Porto Alegre, a. VI, n. 63, p. 7, mar./abr. 1981.

²⁹³ Os registros fotográficos dessa passagem em Santo Antônio da Patrulha são de Juca Maciel, mais tarde historiador do município, onde exerceu a função de oficial de Registro de Imóveis, na mesma casa onde funcionou o Grupo Escolar visitado por Getúlio. Em 1928, logo que assumiu a presidência do Estado, Getúlio esteve em Torres, ocasião em que constatou ter o município receita com os veranistas e a fabricação da cachaça. Manifestou-se contrário ao alto consumo de álcool, alertando que os Estados Unidos já havia instituído a Lei Seca, ao que sugeriu outra saída para gerar renda, em substituição ao fabrico e ao comércio de aguardente. São informações de RUSCHEL, Ruy Ruben. Getúlio Vargas em Torres. In: _____. *Torres tem história*. Porto Alegre: EST, 2004. p. 423-424. Textos compilados por Nilza Huyer Ely.



Fotografia 11 – Visita de Getúlio Vargas a Santo Antônio da Patrulha em 20 de setembro de 1930

Aspecto da saída do Hotel Paraíba, na Av. Borges de Medeiros, a principal da cidade.

Fonte: Acervo do Museu Juca Maciel.

Em Conceição do Arroio, no jornal *O Legendário* de 4 de outubro de 1930 (já deflagrada a *Revolução*), a visita foi assim noticiada:

A visita do dr. Getúlio Vargas, Presidente do Estado a esta localidade [...]. Acompanhou o Presidente do Estado até a Pinguela, o Intendente Municipal, senhor Manoel Fernandes Bastos. Chegados à Usina Santa Marta, presidente e sua comitiva visitaram demoradamente o estabelecimento, percorrendo as salas das máquinas, o torreão onde estão instalados os aparelhos para fabricação de açúcar e álcool, e mais dependências da Usina. Soube-se ali então que alguns dos autos da comitiva tinham feito a viagem queimando álcool-motor USCA, e que o resultado tinha sido excelente, não sendo notado qualquer defeito, quer na marcha quer na força do veículo. Eram 14 horas quando o Presidente do Estado e sua comitiva regressaram para esta vila, dirigindo-se à Estação Experimental de Cana-de-Açúcar.²⁹⁴

No mesmo jornal, no ano seguinte, foi publicada a seguinte notícia:

Usina Santa Marta. Álcool-motor. Realizou-se há dias em Porto Alegre uma experiência de álcool-motor fabricado pela Usina Santa Marta, estabelecida na Pinguela, e de propriedade do sr. Bernardo Dreher e outros. Àquela experiência assistiram autoridades e representantes do alto comércio da Capital. A propósito, o Sr. Prefeito Municipal recebeu o seguinte telegrama: 11/4/1931. Experiência álcool-motor fabricado Usina Sta. Marta município realizada presença autoridades ótimo resultado.²⁹⁵

Afirma Muri que Sílvio Martins e outros plantadores ficaram chocados e choraram de tristeza quando souberam da ordem de fechamento da usina; isso em plena safra, quando a cana estava no ponto de corte. Sílvio abandonou a lavoura e foi trabalhar na Lacustre, e os

²⁹⁴ MURI, Guido. *Rememorações de Conceição do Arroio*, 1985. p. 15.

²⁹⁵ Idem. *Ibidem*. p. 15-16.

outros puseram o canavial abaixo, passando a plantar milho e feijão. Ainda alguns, desiludidos, mudaram-se para a capital, em busca de trabalho na cidade. A indústria, que, em 1928, custara um milhão de cruzeiros, em 1950 foi vendida como ferro velho por 200 mil cruzeiros.²⁹⁶ Segundo o contador e liquidante da AGASA, Cassílio Ourique Pereira, diante do monopólio e da força dos usineiros de Pernambuco, que mandavam açúcar para todo o Brasil, a Usina Santa Marta acabou por ser fechada, visto a grande pressão por eles exercida. E completa:

Naquela época era um cartel. Eles eram donos da situação do açúcar branco. Quer dizer, onde proliferasse uma usina eles dariam um jeito. Se o governo não extinguisse, eles extinguiriam, de uma forma ou de outra. A história do incêndio da Santa Marta, eu não sei o início. Eu sei que pressionaram demais o Getúlio Vargas naquela época, e extinguiram. Assim como o café também, naquela época. Nenhum outro estado produzia café; era só São Paulo.²⁹⁷

Anos depois, a Igreja da comunidade Livramento, nome de outra usina instalada nas imediações, assim como casas nos arredores, foram construídas com os tijolos arrancados da usina abandonada. Da Santa Marta foram levadas as máquinas e os tanques, e instalados no parque industrial da nova destilaria de álcool, implantada a alguns quilômetros, na década de 1950. Impressiona, nos depoimentos colhidos sobre o desempenho da cana-de-açúcar no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, a importância dada à Usina Santa Marta. Ela é devida não só pelas visitas que Getúlio fez à usina, mas por ter sido a primeira de todas as experiências fabris, marcadas pelo insucesso. A usina como que representa o símbolo das sucessivas tentativas frustradas; ela é a primeira da lista nas falas ouvidas.

A palavra do Sr. Almeida²⁹⁸ é, talvez, uma das poucas que pode ser ouvida como testemunha, mais que ocular, da história da Usina Santa Marta. Foi seu funcionário durante um ano, em 1933. Com quase 90 anos, ele recorda-se do muito que lá trabalhava. Nem quando Getúlio a visitou os funcionários pararam a usina.

Me lembro como se fosse agora. Um carrinho, um Fordezinho aberto com quatro lugares. Ele foi lá fazer uma visitinha. A data não me lembro. Foi no tempo do Dreher. Casualmente eu tinha ido levar comida ao meio dia para o José Matias, que trabalhava lá, e o Arceno. E vi aquele carro. Parou. Era o Getúlio. Ele parou ali, esteve na balança, olhou. Ah, tinha o que trabalhava na balança, que pesava a cana.

²⁹⁶ Pronunciamento do deputado Júlio Brunelli. In: RIO GRANDE DO SUL. *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do RS*. 28ª sessão. Porto Alegre, 03 maio 1965. p. 8-11.

²⁹⁷ Depoimento de Cassílio Ourique Pereira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 05 jan. 2005. O depoente informa que a caldeira da Usina Santa Marta foi removida para o engenho de arroz da firma Osório Lopes, em Santo Antônio da Patrulha.

²⁹⁸ Almeida Pedro dos Santos, nascido em Osório, em 08/05/1919 – com 85 anos, quando entrevistado para esta pesquisa –, é residente em Porto Alegre.

Ele esteve ali, caminhou em cima da balança, entrou lá dentro, olhou, olhou, olhou, conversou com o Bernardo Dreher. Conversaram muito tempo, mais um engenheiro que tinha lá e depois foi embora; eu nem sei que destino ele tomou. Eu não sei se naquele tempo ele era governador ou era presidente da República. Não deram churrasco, não deram nada, nada, nada para ele. [...] Ninguém parou. A usina continuou trabalhando do mesmo jeito.²⁹⁹

Afinal, a labuta era longa e árdua para produzir álcool e açúcar, cujo processo ele recorda com detalhes:

Eu vou lhe explicar. Bom, a cana caía. Tem uma esteira que puxava a cana lá do... É que a cana era vendida pela balança. Ela pesava e despejava a cana lá numa esteira, num terreno ali, e dois operários, três operários, botavam a cana na esteira, e a esteira subia. Lá em cima tinha uma pessoa que controlava a cana que caía na moenda lá embaixo, de ponta. E ali era passado duas vezes o bagaço para chegar lá. Bom, e a garapa caía, passava numa peneira. Tinha uma pessoa que batia ali e tirava o cisco. E tinha uma bomba que empurrava a garapa lá para cima. Ia lá para o terceiro piso de madeira, dentro do sobrado. Lá colocavam dentro de umas bacias grandes de aço, e era feito fogo embaixo daquela bacia, mas uma grande, de mais de um metro. Depois descia para uma outra mais embaixo. Passava por um processo parecido, e daí descia para uns tonéis e... Não, não era bem assim, ele descia para dentro do vácuo. E o vácuo cozinhava aquilo e dali... quando ficava pronto. **Quem cozinhava era uma pessoa, um cidadão de origem alemã, origem não, alemão mesmo (sic).** Despejava em uns tonéis lá embaixo, nos carros, lá embaixo de aço, e aqueles carros depositavam num depósito, e tinha um elevador dentro de um cano, mais ou menos de trinta centímetros ou mais, que puxava aquilo e derramava dentro da turbina, controlava a quantidade, e a turbina girava assim, numa velocidade de... Muito veloz. Tinha uma máquina lá adiante que tinha uma correia do lado, e dali tinha uma engrenagem que tocava a turbina. A turbina virava em alta velocidade, e o melado pegava nas paredes da turbina. Ficava então açúcar. Quando parava a turbina, aquele açúcar caía, caía embaixo e ali era ensacado. Da turbina caía o açúcar para baixo. Então o processo era esse: uma bomba tocava a garapa lá para cima, para dentro de uma bacia grande de aço, com mais de um metro de diâmetro. Dali descia para outras mais embaixo; ali já estava começando a açucarar. Dali caía no vácuo. O vácuo girava em alta velocidade. Não é bem alta velocidade, mas era alta velocidade. Aí cozinhava o açúcar, o melado saía, não caía, desculpe, quero repetir, o vácuo despejava aquilo numas... dentro de uns aparelhos, melhor dito. Ali era, como se dizia, o açúcar ligeiro, com melado e açúcar, tudo misturado. Depois, daí, despejava dentro de um local, e uma bomba puxava o açúcar para cima e despejava para dentro da turbina controlado por um comando. O turbineiro botava o açúcar até encher a turbina, girando em alta velocidade. Quando ficava pronto, que o melado saía todo, aí eles despejavam ali. Aí enchiam de novo. E tinha uma máquina do lado de lá, do outro lado da parede, que tinha uma correia que dava velocidade à turbina. **E ao lado tinha o locomóvel, que produzia luz para todo o setor ali da volta. Ali tinha luz naquele tempo, de locomóvel, que produzia energia.**³⁰⁰

A produção de álcool ele não detalha, mas chama a atenção de que em Santo Antônio a cachaça era feita da garapa, e, na Usina Santa Marta, se produzia do melado, que era dissolvido em tonéis grandes e altos, onde cozinhava um tempo. Afinal, a jornada era tão árdua que o cansaço venciam a todos, pois:

²⁹⁹ Depoimento de Almeida Pedro dos Santos concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 09 out. 2004.

³⁰⁰ Idem. (Grifo nosso).

[...] em verdade, nós amanhecíamos trabalhando. Dormíamos ali mesmo. Adormecíamos... Às vezes eu ficava ao lado, dormia no chão, ali. Fazia calor, dormia ali mesmo. Um dia eu me acordei, o João Caetano tinha me amarrado todo – sacanagem! [...] Olha, tinha vezes que a gente de noite ia para casa. Nem sempre. Outras vezes ficava lá mesmo, porque a usina ficava virando sempre. As máquinas girando... E a gente cochilava ali. Só sábado, à tarde, todos iam para a casa. Domingo não trabalhava. [...] Eu sei que para mim dava assim 4 mil réis, 4.500, por semana.³⁰¹

E a cana era vista por todos os lados, uma resposta à propaganda maciça assim feita pela Usina:

“Plantais cana para a Usina Santa Marta.” Me lembro que tinha uns letreirozinhos assim esparramados, e o pessoal plantava cana. Eles colocavam nas portas, nas vendas, na beira das estradas, e o papelzinho que eles distribuíam em mãos, um cartãozinho. Era uma propaganda que a gente lia, porque não tinha outra coisa para ler na rua, então a gente lia aquilo.³⁰²

Mas lá por 1936, 1937, por aí, a Usina fechou. Conforme Seu Almeida,

[...] a usina do Bernardo Dreher não andou bem porque ele não teve quem administrasse melhor aquela usina, senão seria muito bom. Ele ficava ali um pouco e depois vinha embora para Porto Alegre; morava na zona baixa da cidade, onde tinha área grande ali, que era tudo dele. Depois o Bernardo Dreher arrendou para o Tancredo. Aí eu já estava em Porto Alegre.³⁰³

O engenheiro agrônomo Wilson Castro, ao reconhecer que a Santa Marta teve a grande virtude de produzir o primeiro *açúcar usina* do Rio Grande do Sul, apontou as causas do seu fechamento:

Um dos fatores principais foi que ela recebia cana da zona de encosta e zona de encosta, é difícil. Depois, a própria AGASA sofreu essas conseqüências. [...] Não tinha naquela época a 101. A estrada Osório – Torres era uma estrada de terra batida. Quando chovia, às vezes, se tornava intransitável. Outra dificuldade: nos rios, principalmente o Maquiné e Três Forquilhas, usavam balsas, e o transporte era muito difícil. O transporte de maior distância para trazerem em carretinha também era antieconômico. A Santa Marta ficou num porto muito pequeno. [...] Hoje nós temos usinas que produzem milhões de sacas de açúcar por ano, porque ficam dentro dos canaviais, com estrada de acesso fácil. A cana é colhida, a 1 km, 6 km, 10 km. Isto barateia o frete. A usina fica no centro do canavial, com estradas até asfaltadas. As grandes usinas têm, todas elas, estradas de asfalto dentro da usina. E depois, teve outra causa: a competição do açúcar, produzido especialmente em São Paulo que estava se expandindo. Então a família Dreher se mudou para Porto Alegre, e o negócio terminou.³⁰⁴

³⁰¹ Depoimento de Almeida Pedro dos Santos concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 09 out. 2004. (Grifo nosso).

³⁰² Idem.

³⁰³ Idem.

³⁰⁴ Depoimento de Wilson de Oliveira Castro concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 23 jan. 2001.

O conjunto de fatores apontados, mais que anunciar o fim da primeira tentativa de produção usineira de açúcar no estado, prenuncia o difícil trajeto que o Rio Grande do Sul teve que seguir, frente a outros desafios que se lhe impuseram diante da sua tradição canavieira.

2.3.2.2.2 Destilaria Desidratadora de Osório: a Usina Livramento (década de 1950)

O desenvolvimento da produção do álcool motor, pedra fundamental da economia nacional à época, é considerado pelos ideólogos do getulismo como peça-chave na sua atuação à testa do Estado brasileiro, a exemplo do impulso por ele também dado à indústria açucareira. Ou seja, sua conduta frente à questão canavieira expressava o caráter nacionalista³⁰⁵ de sua política econômica. Assim, não só a criação do IAA como as várias ações empreendidas e medidas por ele tomadas confirmam a importância dada ao setor frente ao capital investido na indústria açucareira nacional. Tratava-se, de fato, na sua ótica, de uma das colunas mestras da grandeza econômica da nação. Para o ano de 1936, o capital investido foi da ordem de um milhão de contos de réis.³⁰⁶ Mas foi no Estado Novo que a cana-de-açúcar assumiu papel relevante com a atenção que teve que conceder à questão energética na conjuntura de guerra.

Em 1939, a Secretaria de Estado da Agricultura se posicionou frente à região canavieira, no nordeste do estado, e fez um plano visando a modificar a orientação agrícola regional. E Aníbal Mattos, em 1942, informava sobre a existência, no Rio Grande do Sul, do Instituto de Aguardente, que naquela altura pretendia desenvolver a produção alcooleira, conseguindo a coordenação dos interesses das indústrias vinícola e canavieira com os do Instituto do Açúcar e do Alcool.³⁰⁷ Ainda no mesmo ano, o IAA informava que estavam em montagem as instalações para armazenagem, no Rio Grande do Sul e em outros estados brasileiros, de álcool, tido como elemento de defesa nacional em tempo de guerra.³⁰⁸

Pelo Decreto-Lei nº 4.722, de 22 de setembro de 1942, a indústria alcooleira foi considerada de interesse nacional, sendo estabelecidas garantias de preços mínimos para o

³⁰⁵ A propósito, Gileno de Carli escreveu *O açúcar e a unidade nacional*. Examinar também: DE CARLI, Gileno, 1943. p. 154-164.

³⁰⁶ Cf. a obra *O AÇÚCAR sob o governo Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: DNP. p. 71.

³⁰⁷ MATTOS, Aníbal R. *Açúcar e álcool no Brasil*. Rio de Janeiro: IAA, 1942. p. 218.

³⁰⁸ Idem. *Ibidem*. p. 220.

álcool e para a matéria-prima destinada à sua fabricação, pelo prazo de quatro anos. Ainda em 13 de novembro de 1942, a Coordenação da Mobilização Econômica baixou a Portaria nº 17, que estabeleceu várias medidas para aumentar a produção de açúcar, destacando-se a montagem, a título de exceção e em face da guerra, de novas fábricas de açúcar nos estados do Amazonas, Piauí, Maranhão, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, região do Alto Rio Doce, Goiás, Mato Grosso e Acre, à época, território.³⁰⁹ Os números das cotas concedidas foram estes:

Tabela 10 – Cotas de açúcar concedidas aos estados brasileiros em 1942

Estado	Número de sacos
Amazonas	30.000 scs
Pará	30.000 scs
Maranhão	20.000 scs
Piauí	20.000 scs
Paraná	20.000 scs
Rio Grande do Sul	60.000 scs
Região do Alto Rio Doce	30.000 scs
Goiás	30.000 scs
Mato Grosso	30.000 scs
Território do Acre	10.000 scs

Fonte: COUTINHO, Nelson, 1948. p. 40.

Esses valores foram ampliados pela Resolução nº 103/45, de 21 de março de 1945, passando o Rio Grande do Sul a deter a cota de 150.000 sacos.³¹⁰ Generalizava-se, então, a convicção, sobretudo entre os produtores do sul, de que haveria consumo para tudo que se produzisse. Daí a expansão das usinas e o reequipamento, não só das grandes, como das médias e pequenas, que foram espalhando-se pelo território nacional. Os números indiciam, notadamente para o Rio Grande do Sul, o quarto estado de maior consumo de açúcar, conforme o verificado na safra 1946/1947:

Tabela 11 – Demonstrativo do consumo (sacos de açúcar) na safra 1946/1947 - Brasil

Unidades Federadas	Estimado	Verificado	Variações
Amazonas	180.000	137.378	- 42.622
Pará	320.000	263.647	- 56.853
Maranhão	100.000	115.945	+ 15.945
Piauí	70.000	36.868	- 33.132
Ceará	300.000	231.211	- 68.789
Rio Grande do Norte	110.000	50.575	- 59.425
Paraíba	300.000	250.185	- 49.815

³⁰⁹ COUTINHO, Nelson, 1948. p. 40.

³¹⁰ Idem. Ibidem. p. 39-41.

Pernambuco	1.200.000	957.509	- 242.491
Alagoas	350.000	119.958	- 230.042
Sergipe	200.000	256.195	+ 56.195
Baía	850.000	623.132	- 226.868
Minas Gerais	1.730.000	1.172.086	- 557.914
Espírito Santo	235.000	171.747	- 63.253
Rio de Janeiro	1.300.000	1.618.345	+ 318.345
Distrito Federal	1.849.000	1.769.075	- 79.925
São Paulo	5.682.000	5.989.705	+ 307.705
Paraná	520.000	596.434	+ 76.434
Santa Catarina	235.000	271.451	+ 36.451
Rio Grande do Sul	1.620.000	1.840.700	+ 220.700
Mato Grosso	110.000	64.346	- 45.654
Goiás	100.000	20.183	- 79.817

Fonte: COUTINHO, Nelson, 1948. p. 82.

Em 1943, o IAA recebeu plenos poderes de controle da produção de álcool de todos os tipos, conforme Decreto-Lei nº 5.998, de 18 de novembro daquele ano. Foi então sinalizado, pela primeira vez no Brasil, o aproveitamento do álcool proveniente da redestilação da aguardente, durante a conjuntura da guerra.

Daí a providência do IAA para o estabelecimento de destilarias centrais nos principais centros produtores de cana do país, além de perseguir a captação de todos os excedentes da produção aguardenteira, com o fim de transformá-los em álcool anidro para mistura carburante. Assim, foi criada uma taxa sobre a aguardente, bem como determinada a construção e montagem de várias destilarias desidratadoras e diversos entrepostos de aguardente no país, administradas pelo Serviço Especial de Controle de Requisição e Redestilação de Aguardente (SECRRA), criado pelo IAA.

Mas apenas três chegaram a ser montadas: uma em Piracicaba, São Paulo; uma em Volta Grande, Minas Gerais; e a outra em Osório, no Rio Grande do Sul.³¹¹ Mais três, adquiridas em São Paulo, não foram instaladas.³¹²

Portanto, em 1952, com atraso, o IAA instalou, no estado do Rio Grande do Sul, na tradicional área canavieira, a Destilaria Desidratadora de Osório (popularmente chamada *Usina Livramento*), para a produção de álcool-motor, próximo ao local da extinta Usina Santa

³¹¹ Para o depoente Wilson de Oliveira Castro, Getúlio, eleito presidente em 1950, fora pressionado para oferecer algo para o seu estado, cujo retorno veio com a oferta da desidratadora de cachaça em Osório. Depoimento de Wilson de Oliveira Castro concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 24 jan. 2001.

³¹² BRASIL/AÇÚCAR. Rio de Janeiro: IAA; MIC, 1972. p. 194-197. O SECRRA foi extinto no final da safra 1958/1959; e seu acervo entregue ao Serviço Especial do Álcool Anidro e Industrial (SEAAI), com exceção da Destilaria de Osório, cedida em comodato ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, além de outras duas situadas em São Paulo. Idem. Ibidem, p. 198.

Marta.³¹³ O conjunto fabril foi construído à margem da Lagoa Pinguela, ocupando parte de uma área total de 51.069 m² de terrenos, que foram doados ao IAA por Cristiano Rost Sobrinho e Miguel Galimbert e pela Prefeitura de Osório.³¹⁴

Os estudos foram determinados pelo então vice-presidente do Instituto, Dr. Paulo Simões Lopes, tomando o norte da linha que acompanha o paralelo 30 como referência de localização. Com base nessa linha, foi verificada a seguinte produção de aguardente: ao norte, 14.647.613 litros (86,17%); ao sul, 2.352.078 litros (13,83%). Os estudos mostravam que o Rio Grande do Sul produzia, em média, 15 milhões de litros de aguardente por ano, com preços cada vez mais baixos.³¹⁵ Desde a safra 1943/1944, o IAA estava autorizando o aproveitamento da aguardente redestilada, para reforçar as disponibilidades de álcool. O Instituto do Açúcar e do Alcool projetou então, para o estado gaúcho, uma destilaria que seria abastecida com parte da produção da aguardente, adquirida a baixo preço, enquanto permitia a elevação do preço da aguardente que restasse, de modo a propiciar lucro razoável ao produtor.³¹⁶ Destaque-se que a usina foi projetada em momento em que o preço da aguardente estava baixo na região. Ela seria adquirida e transformada em álcool carburante.³¹⁷

A idéia de restaurar a cultura da cana no Nordeste gaúcho era uma estratégia de afirmação diante do rigorismo da política oficial, beneficiária do Nordeste brasileiro, que só depois se tornou mais branda em relação aos pequenos, diante de numerosos usineiros do Nordeste. Em documento assinado pelo Dr. Alcindo Guanabara Filho, quando do encaminhamento do projeto da usina, foram apontados quatro motivos para justificar a sua localização: (1º) localização próxima das fontes de matéria-prima, que fornecidas por Osório, Santo Antônio da Patrulha e Torres, produziram, então, 65,19% da aguardente necessária para o empreendimento; (2º) localização próxima dos centros de consumo dos produtos fabricados;

³¹³ A resolução aprovada pelo IAA para a safra 1950/1951, em seu Art. 2 (I - Da produção) diz: "O Instituto procederá, mensalmente, a revisão dos dados relativos à produção e ao consumo de açúcar e do álcool e, com base nesses elementos e nas estimativas atualizadas, adotará as medidas necessárias à preservação dos interesses da produção e do abastecimento do mercado interno." MANTIDOS os preços do açúcar na safra 1950-51. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 6, 1º ago. 1950.

³¹⁴ No Arquivo da AGASA foram encontradas duas pastas com documentos referentes à Destilaria de Osório, contendo correspondências, inventários de seu patrimônio e dados para o estudo de sua implantação junto à Açúcar Gaúcho, assinado por Benoir C. Bittencort (uma delas). O dossiê apresenta a planta das áreas, em Osório, destinadas ao complexo da destilaria e às residências dos operários.

³¹⁵ MANTIDOS os preços do açúcar na safra 1950-51. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 6, 1º ago.1950.

³¹⁶ SERÁ restaurada a cultura da cana no nordeste gaúcho. *Rio Grande do Sul em revista*, Porto Alegre: Escritório dos Municípios, n. 4, p. 29, set./out. 1957.

³¹⁷ Matérias abundantes na imprensa informam que a Destilaria Desidratadora do IAA em Osório fora projetada por ser o Rio Grande do Sul o quarto maior produtor de aguardente do país. Ver, por exemplo: EM DEFESA da aguardente do Estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 11, 04 set. 1958.

(3º) facilidade dos transportes, pela ligação dos centros produtores à Destilaria e, desta, à Capital; (4º) facilidade de água e de despejo de resíduos.³¹⁸

Quando a destilaria estava em condições de produzir, em 1956, pelo baixo nível dos preços, o Rio Grande do Sul tinha reduzido a produção de aguardente e o preço do produto havia subido naturalmente. A ordem dada foi a de diminuir o ritmo final das obras, inclusive com dispensa de operários, determinando o IAA a retirada de alguns materiais para outras destilarias do país. Já desde o início da construção, os agricultores dos arredores estavam céticos, pois, no seu imaginário, seria a nova usina mais uma frustração. Mas, à medida que a construção avançava, os canaviais começaram a despontar na paisagem. Entretanto, sequer um dia a usina produziu, mesmo com seu parque montado, as construções prontas e as habitações para os funcionários, concluídas.³¹⁹

Versões não têm efetivamente identificado as razões de sua inoperância. Na busca da mais provável, encontra-se a explicação já anunciada. Ou seja, no tempo da construção da usina, que transformaria em álcool a aguardente produzida por centenas de pequenos produtores da região, o valor comercial da cachaça era, então, muito baixo. Entretanto, quando concluída a obra, devendo iniciar a produção usineira, a aguardente passou a ter, ao contrário, preços bem mais elevados que o álcool no mercado. Resultado: fazer funcionar o empreendimento seria antieconômico e um desperdício de capitais. E mais: a idéia havia sido dada pelo próprio Getúlio Vargas, em plena 2ª Guerra Mundial, período em que se necessitava de mais combustível.³²⁰

Mas a decisão de concretizar o projeto foi tardia, somada à demora na construção da destilaria. Quando concluída, alguns anos após a guerra, as condições e as possibilidades já não eram mais as mesmas. Para ilustrar, o engenheiro agrônomo Wilson Castro explicou:

A gasolina produzida do óleo cru saía mais barata. Então, nós iríamos transformar dois litros de cachaça em um litro de álcool e o litro de cachaça custava mais que o litro de gasolina, que era um absurdo; então morreu no nascedouro, pois nunca pôde funcionar. [...] Nunca funcionou porque as novas situações econômicas

³¹⁸ Matérias abundantes na imprensa informam que a Destilaria Desidratadora do IAA em Osório fora projetada por ser o Rio Grande do Sul o quarto maior produtor de aguardente do país. Ver, por exemplo: EM DEFESA da aguardente do Estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 11, 04 set. 1958.

³¹⁹ O exame da planta permite imaginar a grandeza do complexo, diante do espaço e tempo em que foi concebida. Junto está a relação do seu patrimônio. Essa documentação consta do acervo da AGASA.

³²⁰ Em jornal de Santo Antônio, lê-se uma pequena nota alusiva à conjuntura: “Livre, por quatro anos, o plantio da cana-de-açúcar. Importante decreto, nesse sentido, assinado por S. Excia. Sr. Getúlio Vargas, digno Presidente da República, declarando indústria de interesse nacional. O Instituto do Açúcar e do Álcool fixará a correspondência entre o preço do álcool e o da matéria-prima, estabelecendo, desde já, que a tonelada de cana não poderá ter preço inferior a CR\$ 35,00.” SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. *Boletim Informativo de Santo Antônio*. Prefeitura Municipal, a. II, n. 1, p. 3, 1º jan. 1943.

criaram uma incompatibilidade em utilizar dois litros de uma coisa mais cara para produzir um litro de uma coisa mais barata; um contra-senso econômico [...].³²¹

Ivo Stoffel, o primeiro engenheiro agrônomo que atuou nos primórdios da AGASA, já na chegada, quando foi conhecer suas obras em construção, ouviu dos moradores no entorno que uma outra iniciativa governamental do IAA, na localidade de Livramento, se transformara em “elefante branco”. Inteirado da herança canavieira regional, desde que ali chegou, tem a mesma explicação para o insucesso da destilaria:

O então Governo, por intermédio do Instituto do Açúcar e do Alcool, para resolver o mesmo problema cíclico da cana na região, resolveu implantar uma destilaria de álcool em Osório. A destilaria pronta, com toda a infra-estrutura, não pôde ser inaugurada. Foi um empreendimento mal-concebido que pretendia adquirir toda a produção ou excedente da cachaça da região para transformá-la em álcool anidro. Resultado: não conseguiram adquirir cachaça na região nem para a inauguração da destilaria. Isto por um motivo muito simples. Para viabilizar o empreendimento, o valor oferecido pela indústria para a cachaça era bem inferior ao mercado local. Precisavam dois litros de cachaça ao preço de um litro de álcool no mercado, sem levar em conta todos os custos de transformação. Foi um projeto mal-concebido, sem a mínima viabilidade econômica na época.³²²

Nessa direção, muitos anos depois, o Deputado Nolly Joner ajuíza as causas de mais esse insucesso canavieiro no Litoral Norte:

Um planejamento inadequado e uma estrutura empresarial deficiente resultaram numa tentativa infrutífera, desgastando ainda mais as perspectivas canavieiras no Rio Grande do Sul. Julgamos que a intenção de produzir álcool a partir do melado, oriundo de pequenos e rústicos alambiques disseminados pela região, foi a causa predominante da impraticabilidade funcional do esquema, aliado a um desproporcional dimensionante de setores e tendo como agravante a violenta flutuação de preço do álcool e da aguardente, que inverteram totalmente os índices de cotação de mercado. E assim, mais um “elefante branco” se erigia, contribuindo para que a cultura canavieira se embrenhasse nos meandros de uma conjuntura plena de descrenças e questionamentos.³²³

A estrutura da Usina Livramento, ao contrário do que afirmara o deputado, segundo depoimentos de contemporâneos, era excelente, compondo-se do prédio da usina; da vila operária, com quase duas dezenas de casinhas, todas em alvenaria, algumas caríssimas, que, no final dos anos 1970, estavam deterioradas pelo abandono, sem nunca terem sido usadas; além de uma frota de caminhões-pipa, que foram vendidos, depois, para outros estados.

³²¹ Depoimento de Wilson de Oliveira Castro concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 24 jan. 2001.

³²² Depoimento de Ivo Stoffel concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º maio 1999.

³²³ JONER, Nolly. Pronunciamento em julho de 1977. *Diário da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, jul. de 1977. p. 25.



Fotografia 12 – Vista parcial da Lagoa da Pinguela, da Serra Geral e área de plantio de cana, em primeiro plano, próximo à Destilaria Livramento – 1957

Fonte: SERÁ restaurada a cultura da cana no nordeste gaúcho. *Rio Grande do Sul em revista*, Porto Alegre, n. 4, p. 27-33, set./out. 1957.



Fotografia 13 – Vista panorâmica do complexo industrial da Destilaria Livramento – 1957

Fonte: SERÁ restaurada a cultura da cana no nordeste gaúcho. *Rio Grande do Sul em revista*, Porto Alegre, n. 4, p. 27-33, set./out. 1957.



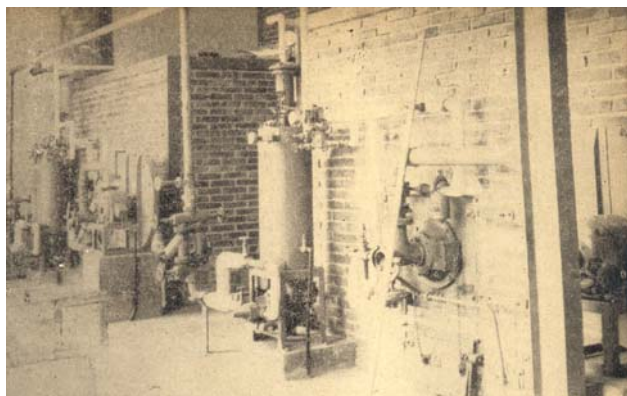
Fotografia 14 – Vista parcial do complexo industrial da Destilaria Livramento e da Vila Operária – 1957

Fonte: SERÁ restaurada a cultura da cana no nordeste gaúcho. *Rio Grande do Sul em revista*, Porto Alegre, n. 4, p. 27-33, set./out. 1957.



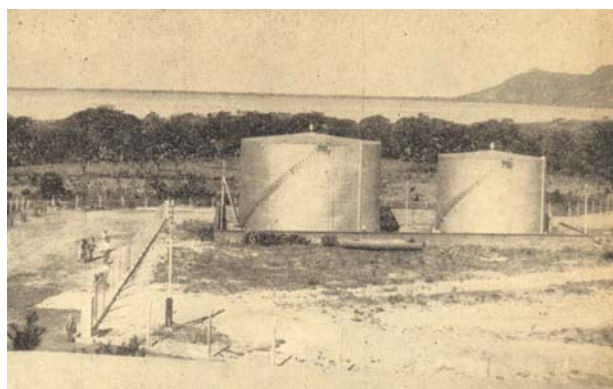
Fotografia 15 – Vista panorâmica da Vila Operária da Destilaria Livramento – 1957

Fonte: SERÁ restaurada a cultura da cana no nordeste gaúcho. *Rio Grande do Sul em revista*, Porto Alegre, n. 4, p. 27-33, set./out. 1957.



Fotografia 16 – Vista parcial da tecnologia implantada na Destilaria Livramento – 1957

Fonte: SERÁ restaurada a cultura da cana no nordeste gaúcho. *Rio Grande do Sul em revista*, Porto Alegre, n. 4, p. 27-33, set./out. 1957.



Fotografia 17 – Destilaria Livramento – 1957

Fonte: SERÁ restaurada a cultura da cana no nordeste gaúcho. *Rio Grande do Sul em revista*, Porto Alegre, n. 4, p. 27-33, set./out. 1957.



Fotografia 18 – Visita do deputado estadual Carlos Fernando Bertoia à Destilaria Livramento – 1957

O deputado aparece, em primeiro plano, à direita.

Fonte: SERÁ restaurada a cultura da cana no nordeste gaúcho. *Rio Grande do Sul em revista*, Porto Alegre, n. 4, p. 27-33, set./out. 1957.

Cláudio Domingos, na década de 1960, visitou o complexo abandonado e descreve o que viu:

Além dos prédios da fábrica propriamente dita, dos destinados a depósitos, garagens, etc., havia cinco casas de excelente tamanho, destinadas à administração, e uma rua com dezenove casas construídas para o operariado. [...] Estava tudo ali, intacto e sem uso. Entrei nas dependências da usina e nas casas dos operários. Estavam perfeitas, conservadas, com as lâmpadas antigas e seus enormes bulbos semi-ovais, com fogões à lenha e com serpentinas para aquecimento de água. Uma Vila especialmente construída, com o que se poderia necessitar, então.³²⁴

Outro depoente, residente em Osório, tem bem presente na lembrança detalhes do estado em que ficou o parque Livramento:

[...] fizeram a usina e instalaram as casas dos funcionários. Calçaram todas as ruas com o calçamento de pedra. Compraram todos os caminhões para transportar a cana e os caminhões para transportar o álcool. Isso apodreceu aqui em Osório num galpão que tinha. Eu passava seguido ali por ele, porque era uma estrada onde tinha acesso ao campo do pai na RS 30, esquina com a Getúlio Vargas. Ali fizeram um galpão muito grande e só botaram uma cobertura e colocaram todo aquele equipamento ali embaixo. E ali ficou se deteriorando. Apodreceu e depois consumiram com o que sobrou. Então, foi a segunda experiência desastrosa com cana-de-açúcar.³²⁵

³²⁴ DOMINGOS, Cláudio Leal. Osório – Litoral Norte: a economia canavieira. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. *Raízes de Osório*. Porto Alegre: EST, 2004. p. 341.

³²⁵ Depoimento de Isaac Irineu Marques concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 20 maio 2002.

Edegar da Silva, técnico agrícola que atuou por um tempo na AGASA, registrou como ficou a usina Livramento, desmanchada a marreta. “Alguma coisa é que foi para a AGASA,” completou.³²⁶



Fotografia 19 – Prédio da Destilaria Livramento em ruínas – década de 1980

Fonte: Acervo de Edegar da Silva.

Essa experiência frustrada, adicionada às anteriores, especialmente a Santa Marta, instalou um clima de descrença no Litoral Norte para quaisquer projetos com a cana-de-açúcar. Tal era o desgaste e o desencanto pelas decepções que, no início dos anos 1960, quando se intensificaram as reivindicações para a instalação de uma usina de açúcar branco, não foram poucos os obstáculos a transpor, não só no meio rural, como também nos setores públicos, em que a imagem estava totalmente desacreditada.

Era sabido que, já em 1956, os técnicos do IAA, em entendimento com a Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, tinham apontado como saída para a Usina a instalação de moendas para operar com a cana, e não com a aguardente, como previsto originalmente. Através de uma cooperativa que deveria ser articulada e com a assistência oficial a ela concedida, a cana teria sua redenção, finalmente.

Mas um limite persistia. Haveria cana suficiente para manter a destilaria em funcionamento ininterrupto por 150 dias, no mínimo? Seriam necessárias de 140 a 200 toneladas por dia, ou, aproximadamente, 30.000 toneladas por safra. A falta da matéria-prima

³²⁶ Depoimento de Edegar da Silva concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 08 maio 2005.

era evidente aos técnicos, diante de um empreendimento que custara 25 milhões³²⁷ e que, para adaptar-se ao emprego da cana na produção, demandaria mais 15 milhões.

Mesmo assim a Comissão de Desenvolvimento Econômico deteve-se no exame do mercado, constatando que, de fato, o estado era importador de álcool. Se a destilaria de Osório viesse a produzir apenas álcool industrial, da ordem de 96 a 97%, só a indústria vinícola absorveria toda a produção. E se fosse o álcool anidro, a 100%, o seu consumo como carburante estaria garantido, desde que se o acrescentasse à gasolina, não só na Destilaria Ipiranga, em Rio Grande, como na nova destilaria da Petrobrás, prevista no estado, com capacidade para 10.000 barrís diários. Foi também examinado o preço de custo da cana e verificado que o IAA pagava CR\$ 300,00 por tonelada do produto, diante da média de custo ao produtor no valor de CR\$ 263,32.³²⁸

Com as informações levantadas, a Comissão entabulou contatos com o presidente do IAA, Manoel Gomes Maranhão, no sentido de conciliar interesses nos âmbitos federal e regional.

Dele foi obtida a concordância ao novo plano de funcionamento da destilaria, com a condição de o Estado do Rio Grande do Sul assumir a promoção do fomento da cultura canavieira na região, na projeção que garantisse suprimento de matéria-prima à fábrica, assim que adaptada. Mas a história da Usina Livramento não termina assim e aqui. Nas próximas seções ler-se-á o seu epílogo. A destilaria da AGASA dirá do seu destino.

2.3.2.2.3 Destilaria Santo Antônio Ltda.: Hans André, um inventor alemão em Santo Antônio da Patrulha (1936-1957)

Em 1936, Hans Arthur André, na condição de sócio-gerente, junto com seu irmão Francisco Alfredo André, oriundos de Porto Alegre, fundaram uma empresa em Santo Antônio da Patrulha, a Hans André. Em terreno cedido pela Prefeitura Municipal, situado na Travessa 1º de Maio, onde já havia uma pequena fábrica de açúcar mascavo, os novos empresários dedicaram-se à produção de aguardente e álcool extrafino; este, indispensável na indústria farmacológica. Em 1950, passaram a produzir gás carbônico, insumo na fabricação

³²⁷ Segundo outras fontes, seriam 30 milhões de cruzeiros. Ver: O AÇÚCAR e o Rio Grande. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 06 fev. 1964. Suplemento Rural, p. 7.

³²⁸ SERÁ restaurada a cultura da cana no nordeste gaúcho. *Rio Grande do Sul em revista*, Porto Alegre, n. 4, p. 32, set./out. 1957.

de refrigerantes. Na ocasião, era considerada a única empresa nacional do gênero no estado. As outras duas, situadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, eram estrangeiras. A respeito afirma Coralia Ramos Bemfica:

Sempre procurando melhorar o padrão do seu produto, a usina foi impedida pelo governo federal de fabricar açúcar branco, para beneficiar os usineiros do Nordeste. Passou então a fabricar, sucessivamente, aguardente e álcool, refrigerantes e gás carbônico a partir da fermentação do açúcar e, depois, da queima de madeira, gelo seco, e preparava-se para investir na fabricação de extintores de incêndio, quando a morte de seu fundador, e a concorrência de uma multinacional que se instalou no estado levou a firma a encerrar suas atividades [...].³²⁹

Hans André construiu pessoalmente todas as suas máquinas, pois, em 1948,³³⁰ a importação de máquinas européias era quase nula.³³¹ No período de sua atuação (1936-1962), animou a expansão da cultura da cana-de-açúcar, ampliando para mais de 100 hectares a área de plantio no município. Inclusive era, à época, o maior comprador da matéria-prima na região.³³² Inicialmente consumia a cana ripa.

Depois foram introduzidas duas novas variedades. A Destilaria Santo Antônio foi considerada, por um tempo, a maior indústria de álcool do Rio Grande do Sul. Com escritório em Porto Alegre, abastecia o mercado interno do estado, assim como os de Santa Catarina e do Paraná. Irma André,³³³ filha de Arthur Hans André, foi sua funcionária na empresa, desde mocinha, a contar de 1958, até mudarem-se para Porto Alegre, em 1964. Sua irmã Norma já atuava desde 1952.³³⁴ Nesse ano, a razão social mudou para Destilaria Santo Antônio Ltda. Em entrevista ela revelou lembranças do pioneirismo de seu pai:

Aquilo tudo que tu conhecestes foi o pai que fez. Quando ele comprou, era um galpãozinho pequeno. Ele lia muito estes livros de química e coisas assim. Os livros dele em alemão, ele lia muito. Ele pesquisava nos livros e ia fazendo. Mas, vamos

³²⁹ BEMFICA, Coralia Ramos. Destilaria Santo Antônio de Hans A. André. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.). *Santo Antônio da Patrulha: re-conhecendo sua história*. Porto Alegre: EST, 2000. p. 811. Popularmente, a destilaria era chamada de “usina do Hans André”.

³³⁰ Anos antes, em 1942, Santo Antônio da Patrulha tinha uma população de 60.000 habitantes e estava em 3º lugar na produção agrícola do Estado, segundo órgão oficial da Prefeitura. SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. *Boletim Informativo de Santo Antônio*. Prefeitura Municipal, a. I, n. 3, p. 1-3, 02 jun. 1942.

³³¹ Em reportagem de página inteira, o município patrulhense é destacado anos depois com um panorama geral, e nessa matéria a empresa de Hans André é salientada. Ver: SANTO Antônio da Patrulha: município de progresso. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 08 mar. 1958. *Jornal do Dia dos Municípios*, p. 10.

³³² Seu Nepomuceno, morador na Ilha da AGASA, lembra que seu pai vendeu muito melado, para Hans André, transportado em carreta de boi. Depoimento de Nepomuceno Rodrigues da Silveira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º fev. 2000.

³³³ Foi uma das primeiras mulheres a dirigir automóvel na cidade. Quando vista na camionete da empresa, se ouvia: “Lá vai a Irma do Hans André!” Depoimento de Irma André Troian concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 30 jan. 2001.

³³⁴ Trabalharam na empresa, dentre outros, Adegildes Luiz de Fraga, Ângelo Fôrmulo, Argelino Gil da Rocha (o *Foguinho*), Celino Antônio dos Santos, Dorval Bernardes, Ervino dos Santos, Geraldo Schuricht, Jorgelino Lopes, Luiz Tadeu Collar (o *Sarrafo*), Pedro Soares e Waldomiro Lanz.

dizer, era a idéia dele. Eu me lembro que, às vezes, ele ficava noite adentro, até madrugada, desenhando as máquinas. Ele desenhava tudo, fazia as medidas, tudo, tudo, e o tio depois executava. [...] O hobby dele, além de pescar, eram essas invenções que ele fazia. Passava as noites desenhando, fazendo tudo.

O objetivo deles era açúcar, produzir açúcar. Mas aí o Instituto do Açúcar e do Alcool não permitia que o Rio Grande do Sul fabricasse açúcar. Aí eles partiram para a aguardente, para o álcool. [...] Parece que aquela moenda que ele tinha era de Osório. Pertencia ao Instituto da Cana, e estava ali a título de empréstimo. Tanto que, depois que ele faleceu, que terminou, dizem que foram buscar. Eu ouvi esse comentário depois, pois nunca mais voltei lá. [...]

Ele fez aquela enorme chaminé lá, já prevendo a poluição na época. Era tudo a vapor, com queima de lenha [...].

Meu pai, para mim, era uma criatura fora de série. [...] É uma figura maravilhosa. Um homem de muita iniciativa, de muito conhecimento, um verdadeiro inventor, mesmo não tendo faculdade naquela época.³³⁵

Com informações colhidas de Irma Hans André, Coralia Bemfica escreveu a respeito:

Os métodos de trabalho, as ferramentas, as máquinas, aparelhos utilizados eram, na maioria das vezes, idealizados e executados na própria indústria. Intensas pesquisas e experiências eram realizadas, baseadas em livros de química e mecânica obtidos através de conhecidos na Europa.³³⁶

Seu Hans André teve terras com lavoura de cana no Casqueiro, localidade patrulhense. Mandou trazer mudas de cana cinza de São Paulo e do Norte, e incentivou muitos a plantarem. Quando o negócio cresceu, mecanizou-o. Recorda a depoente que eles compravam o melado ou o próprio açúcar mascavo de comunidades próximas: Cartucho, Passo Grande e Costa da Miraguaia, de onde eram transportados em carretas de boi. Era assim:

Nós tínhamos umas bordalezas, aquelas de madeira com tampa de ferro em cima. Então, ali os meladeiros, como a gente chamava, vinham e pegavam de cinco a oito daquelas bordalezas e levavam, enchiam de melado e depois retornavam para nós. A gente tinha um tanque grande, onde era tudo posto ali dentro. A cana tinha o seu período. Lembro-me que era no verão. A safra era no mês de janeiro e fevereiro. Então, a gente tinha que guardar para o resto do ano trabalhar. Tinha aqueles tanques enormes onde nós guardávamos o melado e depois íamos trabalhando. Era quase uma piscina retangular. Era armazenado ali todo o melado que a gente comprava. E tinha separado um outro pavilhão, onde se amontoava, se fazia um morro de açúcar.³³⁷

Ela detalha como se trabalhava o melado:

³³⁵ Depoimento de Irma André Troian concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 30 jan. 2001. Hans André “bolou” várias engrenagens, peças, instrumentais e outros elementos para animar a empresa ou seu lazer: destilador de álcool e cachaça, botijão de cilindro para oxigênio e para extintor de incêndio, uma espécie de canhão para pescar em alto-mar. Até gelo seco produziu.

³³⁶ BEMFICA, Coralia Ramos. Destilaria Santo Antônio de A. André. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.). *Santo Antônio da Patrulha: reconhecendo sua história*. Porto Alegre: EST, 2000. p. 811

³³⁷ Depoimento de Irma André Troian concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 30 jan. 2001.

O tanque era coberto com madeira, com tábua bem grossona. Em cima do tanque tinha um tacho grande. Tinha uma roldana com canequinhas, levantava, vinha aquilo e virava dentro do tacho. Era quase que uma roda d'água. E fervia, na base do vapor, até o ponto que precisava, e depois eles desligavam. Quando estava no ponto, aquilo desmanchado, tudo passava por um cano e caía num outro tanque do lado. Ia água junto, e saía a guarapa, vamos dizer. E dali ia puxado por uma bomba para a tina, que era um outro pavilhão do lado. A tina era de uns cinco mil litros, mais ou menos. As tinas, uma do lado da outra, enchiam ali, botavam fermento e a gente fazia assim. Vinha fermento do Norte para nós. Ele vinha numas provetas, aqueles tubinhos de ensaio. Era uma melequinha. [...] Ia dobrando o volume da guarapa. [...] Quando a graduação chegava em zero, que aí não tinha mais fermentação, aí aquilo tudo passava para o destilador e ali então que ia sair o álcool, a cachaça. [...] O álcool era pelo mesmo sistema, só a destilação que era diferente.³³⁸

A imagem colorida de Santo Antônio com o Menino Jesus no colo estampava toda a sua produção. Dois caminhões da destilaria levavam para Porto Alegre a cachaça, em tonéis, adquirida pelos Irmãos Dalegrave, conhecidos engarrafadores na Capital. Também em Canoas, Seu Lindolfo Lourenço da Silva engarrafava cachaça oriunda da empresa patrulhense. O álcool era adquirido pelos fabricantes de móveis, na produção do verniz.

Irma não se esqueceu das relações de trabalho das famílias canavieiras e de sua atuação.

Recorda:

[...] eu puxava as notas. Eu atendia os meladeiros e tudo. Então vinha um daqueles que trazia melado numa carroça com oito bordolões daqueles de melado produzidos pela família. Uma pela metade e a outra mais vazia, a outra bem vazia. A outra, de novo pela metade e tinha que tirar uma nota para cada bordaleza. Porque uma era da mulher, a outra era do filho, a outra do outro filho, a outra... Cada um trabalhava por si na mesma propriedade. Um dia eu cansei. Conversei com um, bastante, e disse: “Escuta aqui, então vamos fazer assim: eu tiro uma nota só de tudo.” Nas costas da nota eu fazia as contas para eles de tudo. Tudo que era de um e de outro. Às vezes, ainda, ele vinha trazer as notinhas do armazém, pois ele comprava para mulher tantos quilos de arroz, disso, daquilo, depois para o filho, para filha. Cada um tinha a sua. Que coisa séria, não é? Ganhava isso, mas cada um para si. Que histórias boas daquele tempo! Foi o melhor tempo da minha vida, aquele lá! Eu era PTO – pau para toda obra. [risos] Meu pai dizia: “Não tem serviço de homem, nem de mulher.” Às vezes, eu achava que não dava para fazer as coisas, e ele falava: “Se os outros fazem, a gente também pode fazer. Vamos lá!” Então, tudo que tivesse pela frente tinha que fazer. Chegamos a ter sessenta funcionários. Foi ele que mandou construir aquele conjunto de casinhas verdes, uma do lado da outra, quem desce a rua 1º de Maio, antes de chegar na fábrica. Moramos lá, e alguns funcionários, também.³³⁹

Na cidade, elas eram chamadas de *casinhas do Hans André*, e, no imaginário das pessoas, estavam ligadas à sua fábrica. Todos entendiam que eram moradias de famílias vinculadas à sua indústria; era o que se falava.³⁴⁰

³³⁸ Depoimento de Irma André Troian concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 30 jan. 2001.

³³⁹ Idem.

³⁴⁰ Quando a autora desta pesquisa era criança, era essa a fala que se ouvia dos adultos. Assim ouviu muitas vezes.

Entre 1957 e 1958, a empresa passou a fabricar gás. O álcool e a aguardente não davam mais lucro. Havia uma concorrência muito grande com Pernambuco e Bahia, onde o álcool era o subproduto da principal produção, o açúcar. Conseqüentemente, o preço do álcool nordestino era de preço bem mais baixo do que o do produzido em Santo Antônio da Patrulha. Hans André, desafiado, buscou uma saída, estudando e pesquisando em seus livros. Foi aí que inventou uma engrenagem para a produção de gás.

Com o tempo, o negócio deu certo, com a procura das fábricas de bebidas, sobretudo a Pepsi e a Coca-Cola. E ele próprio teve engarrafadora, mas com dificuldades pela falta de água na cidade. Até gelo seco fabricou. Produziu, por um tempo, soda limonada, guaraná, gasosa, água de soda, etc. A marca era *Tetéia*. Mas, recorda Irma: “A gente sentiu aqui a concorrência de uma firma francesa que faz gás até hoje. E tu concorreres com alguém que tem dinheiro não dá. E nesse meio tempo entrou a AGASA... Aí fomos embora. Era 62, 63... [...] Ele morreu muito novo, do coração, com cinquenta e oito anos.”³⁴¹



Fotografia 20 – Destilaria Santo Antônio, de Hans André – década de 1960

Fonte: Acervo de Jorge Pedro Nehme.

2.3.2.3 Agroindústrias contemporâneas à AGASA

No seguimento, serão verificadas as empresas que coexistiram com a AGASA, não só para a construção do cenário canavieiro regional, mas também para detectar suas relações,

³⁴¹ Depoimento de Irma André Troian concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 30 jan. 2001.

especialmente no tocante ao abastecimento de cana a todas elas. Ou seja, houve cana para alimentar tantas moendas? Mais: e, na concorrência, como reagiram as empresas quanto ao preço da cana paga aos fornecedores? Essas e outras questões serão a seguir examinadas.

2.3.2.3.1 *Bebidas Andorinha Ltda., no Parque Hans André, em Santo Antônio da Patrulha*

Hans André, logo após mudar-se de Santo Antônio da Patrulha, alugou o parque que edificara na Cidade Alta para Lindolfo Lourenço da Silva, proprietário da Bebidas Andorinha Ltda. Eles já se conheciam, pois Lindolfo fazia negócios de bebidas em Canoas, engarrafando, inclusive, o produto que adquiria do *inventor alemão*. Seu Osny Antônio Bitello trabalhou com Lindolfo, por três anos, fazendo cachaça. Foi um tempo de aprendizagem no ramo. Bitello recorda que iniciou em 1963:

Tinha só um galpão. Levamos uma caldeirinha pequena de 120 HP e instalamos lá. As moendas, nós compramos no município de Gravataí, na Fazenda Fialho; uma moenda muito boa. Montamos as moendas lá e fizemos um engenho. Compramos uma máquina a vapor de um senhor chamado Aires, em Porto Alegre, para funcionar a caldeira e aí não gastava luz. Começamos a comprar cana e fazer cachaça. A coluna de fabricar cachaça estava tudo uma sucata, tudo furado. A coluna de fabricar cachaça é uma torre de aço inoxidável, onde vai passando de um tubo para o outro. Pagamos para soldar aquilo tudo, e eu sempre junto. Levamos mais de mês para montar esta coluna da destilação. [...] Era uma destilaria de cachaça junto com engarrafamento. Nós engarrafávamos a cachaça e depois vendia para Pelotas, Livramento, Dom Pedrito. Depois, como aumentou a oferta de cana, aumentou a destilação também. Aí nós já vendíamos em carro pipa. Da Destilaria saía carro-pipa para Bagé, Alegrete, São Francisco de Assis. Tudo recebia cachaça saída de Santo Antônio, destilada por nós lá.³⁴²

A empresa, registrada em Cartório, conseguiu o mais difícil: a inscrição na Receita Federal, destaca seu Osny, ao recordar essa conquista:

Consegui lá, com o Coletor, a inscrição e número. Depois, por fim, quiseram tirar de nós e não puderam, porque já tinha passado o tempo. Queriam cassar porque as outras empresas não queriam. Até de São Paulo eles quiseram tirar de nós a inscrição para não poder mais fabricar cachaça. Foi depois que ele, o Seu Lindolfo, vendeu para a Marumby. Ela comprou porque nós tínhamos a inscrição. A pressão foi sobre a Exatoria, que não podia ter dado a inscrição para nós. Não sei se foi falha do Coletor Federal, mas não puderam tirar mais de nós. Inclusive disseram para nós que iam tirar. Nos chamaram lá e nós botamos advogado. Ninguém conseguiu, só nós. Não sei se a AGASA depois conseguiu.³⁴³

³⁴² Depoimento de Osny Antônio Bitello concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 28 jan. 2005.

³⁴³ Idem.

Trabalhavam na destilaria cerca de oito funcionários, todos de Santo Antônio, e só um de Canoas. Era de manhã à noite, recorda o depoente. “Não tinha horário. Eram poucos funcionários, e as vasilhas de destilar também eram poucas. Às vezes, tinha que trabalhar à noite, porque tinha que destilar, senão no outro dia não tinha vasilha para botar dentro, para fermentar.”³⁴⁴ O lucro da produção não ficava na cidade. Era levado para Porto Alegre, talvez para pagar dívidas anteriores do proprietário. Seu Osny recorda que trabalhou sozinho na direção do empreendimento:

[...] Eu ficava lá lutando com os colonos. Foi aí que melhorou. Eu tratava direto com os colonos. Eu pegava o dinheiro daquilo que vendia e pagava os colonos. Foi quando eu passei a pegar crédito com todos os colonos de todo Santo Antônio. Eu passei a vender para os engarrafadores de Canoas. Eles iam lá pegar, me pagavam em dinheiro, e eu passava para os colonos. Eles precisavam de dinheiro. Às vezes não era tempo de cortar a cana. Eles iam lá e eu comprava. A cana era boa e rendia bem. Para aguardente e álcool ela era muito boa. Tinha mais ou menos um rendimento de 110 litros por 1000 quilos de cana. A cana era bem paga, mas podia ser um pouquinho mais. Nós pagávamos o máximo que dava, pois nós estávamos começando. As garrafas eram todas rotuladas com Bebidas Andorinha.³⁴⁵

A cana vinha do Caraá, então 5º distrito patrulhense; do Arroio da Madeira; do Ribeirão – de Baixo, do Meio e de Cima. “Era carreta, caminhão, de todo jeito eu recebia,” diz o depoente. A produção do destilador era de 300 litros por hora. “Se funcionasse dia e noite aí... mas não funcionava. Eram três, quatro horas por dia,” e completa:

Os funcionários recebiam o salário mínimo. Eu ganhava mais, mas com o pagamento sempre atrasado. Eu era tudo. Tudo passava nas minhas mãos. Às vezes, eu vendia cachaça para ter dinheiro para o meu gasto e depois descontava. Eu vendia para o Bento, ali da Lagoa, uma bordaleza de cachaça. Ele me pagava e depois descontava no ordenado. Aí fazia as compras lá no armazém.³⁴⁶

A destilaria não foi adiante. Passados quase três anos, descapitalizada, ela foi vendida para a Marumby, em 1965, motivada pela segurança que a inscrição federal oferecia.

³⁴⁴ Depoimento de Osny Antônio Bitello concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 28 jan. 2005.

³⁴⁵ Idem.

³⁴⁶ Idem.

2.3.2.3.2 Marumby: os caxienses na produção de bebidas (Santo Antônio da Patrulha)

A Destilaria Marumby se apresentava como uma organização 100% gaúcha. Sediada em Caxias do Sul, foi fundada em 1938. Contava, em 1965, com uma centena de funcionários para a fabricação de Whiski, Gin, Fernet, Vermute, Marumby Ouro, Marumby Prata, Kuns Bitter e Caninhas Marumby. A produção diária de 30 mil engarrafamentos era comercializada nos estados brasileiros, adquirindo grande popularidade na década de 1960.

Seus diretores, Gustavo Giesen e Luiz Felipe Kunz Neto (neto de Felipe Kunz, precursor da organização), ampliaram o parque industrial fundando, em 1964, uma unidade em área de 31,5 hectares, adquirida em Santo Antônio da Patrulha. Seus proprietários, nas lembranças do Seu Osny, chamavam-se Luiz Felipe Kunz, Lyon Kunz, Erny Kunz e a mãe deles, a Dona Cora, mais a D. Giselda. “Parecia ser tia deles, mas o sobrenome não era Kunz, mas ela recebia do lucro”, recorda o depoente.³⁴⁷ Quem respondia pela indústria em Santo Antônio da Patrulha era Lyon Kunz. Ele morou com a família na rua principal da Cidade Alta, ao lado do Clube Patruhense.

A empresa foi instalada na área do parque de Hans André, com uma destilaria e engarrafamento de caninha e rum. A partir de 1965,³⁴⁸ funcionou um engenho para fabricação de melado, com produção de 10 toneladas diárias. Em 1969, a produção de aguardente alcançou aproximadamente 20.000 litros. Era considerada a maior produtora, no ramo, do Rio Grande do Sul. Moía na base de 240 toneladas diárias de cana-de-açúcar.³⁴⁹

A Marumby automatizou os processos de industrialização, a fim de garantir a suficiência do mercado, em decorrência da ampla aceitação dos seus produtos. Em 1969 foi obtido o financiamento de NCr\$ 150.000,00, através do Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Tinha como objetivo expandir o plantio da cana e ampliar a indústria. Mas a concorrência de com a AGASA era um empecilho ao intento. Era visível uma aguerrida disputa entre as duas pela cana, diante dos sinais evidentes de sua escassez na região. A Açúcar Gaúcho, preocupada com a atuação da Marumby, que vinha, de fato, cativando os canavieiros,

³⁴⁷ Depoimento de Osny Antônio Bitello concedido a Vera Lucia Maciel Barroso em 28 jan. 2005.

³⁴⁸ Nesse ano, a empresa foi avaliada pelo Banco do Brasil em Cr\$ 1.500.000,00, sendo Cr\$ 400.000,00 da filial patrulhense. BEBIDAS Marumby S.A. *Jornal dos Municípios*, Porto Alegre: Escritório dos Municípios, a. I, n. 4, p. 7, 17 maio 1965.

³⁴⁹ Nesse ano dirigiam a MARUMBY S. A., Indústria. Comércio e Agricultura de Santo Antônio: diretor-presidente: gen. Celso Menna Barreto; diretor-superintendente: Luiz Felipe Kunz Netto; diretores administradores: Isolde Amália Giesen e Gustavo W. Giesen; diretor técnico: Lyon Carlos Kunz. MARUMBY S.A. – Ind. Com. Agricultura saúda Santo Antônio da Patrulha. *Jornal dos Sinos*, Novo Hamburgo, 28 abr. 1969. Caderno Especial – Vale dos Sinos, n. 509, p. 3.

articulou estratégias para que entregassem toda a cana à usina de açúcar, após dificuldades que enfrentou para pagar em dia os produtores. Quando o Dr. Luciano Machado assumiu as Secretarias da Agricultura e da Indústria e Comércio (duas pastas), em 1967, diante da verificação do estado em que se encontrava a AGASA, e da sua disputa acirrada com a Marumby, determinou não só o pagamento dos atrasados como também o aumento do valor a ser pago pela cana, o que gerou, de parte da direção da Marumby, uma reação. Visando a sustar a majoração da matéria-prima, os diretores foram ao Secretário, do que nada resultou. O preço foi mantido, persistindo a concorrência entre as duas indústrias canavieiras.³⁵⁰

Seu Osny Bitello, depois de gerenciar a Bebidas Andorinha, foi contratado pela Marumby. Com seus 78 anos, recorda de detalhes da sua atuação:

Um dia apareceu, lá na empresa do Seu Lindolfo, o Luiz Felipe Kunz, perguntando por ele. Falou comigo e disse que estava interessado em instalar ali a Marumby. O Lindolfo vendeu para ele o aparelho de destilar e a patente, a inscrição, essa federal, e só. A moenda e tudo mais o Lindolfo vendeu para um senhor lá perto de Três Cachoeiras, no Morro do Forno. Chamava-se Pedro Max quem comprou a caldeira. Depois, inclusive, eu fui lá ensinar a ele como é que funcionava. Ele tinha lá um engenho, só que era tocado a boi. O Lindolfo foi embora, e eu fiquei.³⁵¹

Nas lembranças do Seu Osny, a Marumby era fabricante e engarrafadora de vinho, cachaça, conhaque, uísque e rum em Caxias. Para sua produção, comprava melado e açúcar-rapadura de Santo Antônio, até a abertura da filial, no município patrlhense. Na matriz, segundo ele,

[...] o açúcar-rapadura era desmanchado com água e fermentado para destilar. Isso lá em Caxias do Sul. O Antoninho Anjoca era o comprador de açúcar para levar para Caxias, lá na Marumby. Não sei se além da comissão ele tinha um ordenado. Eu sei que ele era funcionário da Marumby em Santo Antônio antes de ela ir para lá. Ia bastante açúcar de caminhão. Ia tudo em saco. Era açúcar duro, esse açúcar mascavo que a gente compra hoje. Uns colonos faziam um açúcar mais duro, outros mais amarelos, outros mais pretos, sabe, mas tudo era açúcar. Toda colônia lá de Santo Antônio produzia açúcar nos morros, no Ribeirão de Cima, do Meio, de Baixo; lá no Caraá, todo mundo. Ele ia lá no interior pegar. Algum levava de carreta até a casa do Antoninho, lá no Portão, onde ele tinha um armazém. Eles já faziam uma troca lá. Ele pagava os colonos, e eles já gastavam no armazém e já levavam em compras. Ele fez isso uns quantos anos.³⁵²

Levou seis meses para a instalação da filial no município. Fabricou cachaça,³⁵³ que era toda transferida para a matriz. A maquinaria foi adquirida em Piracicaba (São Paulo), da

³⁵⁰ Depoimento de Luciano Corrêa Machado concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 28 set. 2004.

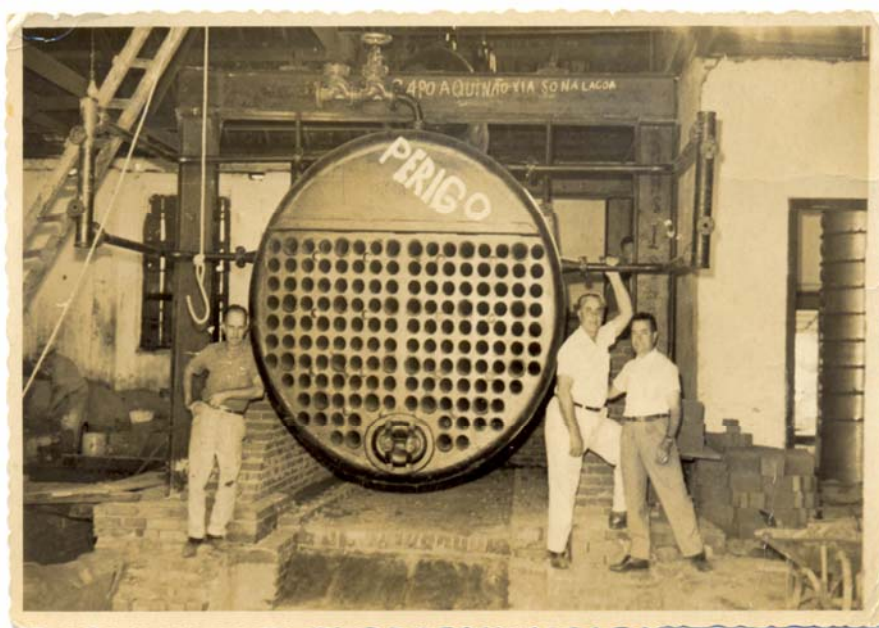
³⁵¹ Depoimento de Osny Antônio Bitello concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 28 jan. 2005.

³⁵² Idem.

³⁵³ Nessa altura o consumo da aguardente era três vezes maior que o do vinho no Brasil. É o que a documentação revela. Por isso era interessante expandir a empresa para a área canavieira do estado.

Dedini S.A. As moendas, as caldeiras, as sacas rotativas, a esteira, tudo veio de lá. Não eram novos; eram reformados da fábrica. “Por sinal muito bom,” afirmou Seu Osny. E completou: “Vieram de caminhão. Só a caldeira pesava vinte toneladas.” Do Seu Lindolfo somente foi adquirido e aproveitado o destilador. Para a montagem da maquinaria vieram de São Paulo,

[...] Seu Belmiro e o ajudante dele, o Seu Pedro, que estão aí nas fotos. Eu estava lá, corria todo dia de Santo Antônio a Porto Alegre comprando material. É ferro, cimento... E nunca chegava. Mais ferro e mais cimento... Eu dizia para o engenheiro: “Isso é um absurdo. Para que tudo isso? Para que tanto ferro?” E ele dizia: “Não sei se não vai baixar! É assim mesmo. O terreno ali é muito mole, um barro preto.” Aí a caldeira ainda cedeu um pouco. Ele tinha razão. Ela inclinou o contrário. Aí, quando ia fazer a limpeza, tinha problema sempre. Eu aprendi fazendo tudo junto com os engenheiros. Eu discutia e eles me xingavam: “Mas como, quer saber mais que nós?” Eu respondia: “Eu estou aprendendo. Amanhã vocês vão embora, e quem é que vai ficar aqui? É eu.”³⁵⁴



Fotografia 21 – Osny Bitello (à esquerda) e trabalhadores junto à maquinaria da Marumby – 1965

Fonte: Acervo de Osny Bitello.

³⁵⁴ Depoimento de Osny Antônio Bitello concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 28 jan. 2005.



Fotografia 22 – Osny Bitello (à esquerda, no plano inferior) e operários da Marumby em Santo Antônio da Patrulha – 1965

Fonte: Acervo de Osny Bitello.

As moendas pesavam três mil quilos. Trabalhavam na produção uns vinte e cinco operários. Cerca de dez motoristas transportavam a cana das lavouras. Os que tinham caminhão entregavam na indústria. E a respeito das suas relações com os fornecedores de cana lembrou Seu Osny:

[...] nós apanhávamos cana em toda Santo Antônio; em toda Taquara; em Gravataí, na Fazenda Fialho. Era tudo controlado. Eu falava com o colono lá. Além de ser gerente de tudo, eu ia lá na colônia comprar cana. Eu contratava tantos caminhões por dia. Eu anotava... eu já sabia. Então os colonos, no dia certo, eles estavam na colônia pegando a cana. Às vezes atrasava, o caminhão quebrava. Eu fui tudo, tudo, o possível e o impossível lá. A senhora chegava lá para falar comigo, eu dizia: “A senhora tem cinco minutos para dizer o que quer.” Mesmo assim, caminhando. Eu dizia assim. Assim, eu não enrolava a senhora. O que tinha que ser dito, eu dizia. O mesmo com os colonos. Por fim, eram tantos em roda de mim que eu não agüentava mais. Eu cheguei a fechar a Marumby toda na roda, com cerca de arame, tudo juntinho. Botei um porteiro, uma guarita, um banco para os colonos sentarem. Então aí eu atendia um por um. Não se podia conversar, porque ficavam tudo junto. Cada um queria uma coisa, não dava. Se eu fizesse para um, tinha que fazer para o outro. Tinha colono que tinha mais cana, outros menos. Então a gente tinha que “joquiar” aquilo ali. Pagava igual o preço. Isso sempre. Não tirei nunca um tostão de um colono, o que era dele. Isso eu fiz toda a vida. Lá na colônia a senhora pode se informar em toda aquela Santo Antônio. Aquelas tendas que vendem rapadura, tudo que era assinado pelo Osny eles aceitavam. Todos, todos, todos. Cheque assinado pelo Osny, os colonos trocavam nas tendas. Depois eles descontavam no banco.³⁵⁵

³⁵⁵ Depoimento de Osny Antônio Bitello concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 28 jan. 2005.

Certo é que a vida dos colonos mudou bastante, no entendimento do gerente da Marumby. Para sua filha Suzana, que também trabalhou na empresa, era visível como as coisas melhoraram. Os armazéns e as lojas passaram a ter intenso movimento. Havia dinheiro circulando na cidade. Eles conseguiam financiamento nos bancos para o adubo. E o colono queria assim, diz Seu Osny:

Ele pedia financiamento para três hectares. Mas ele não pode plantar três hectares, certo! Então nós dávamos financiamento para os três, sabendo que ele ia plantar só dois. Eu perguntava para ele: “Tu vais plantar três hectares.” Ele, “Ah é...” E eu dizia: “Mas dois sai.” E eu conferia para ver se saíam os dois. É que eles precisavam de dinheiro para se manterem até aquilo ali vir. Olha, eu consegui dos colonos plantar cana naquele município, bah... Já na AGASA eles não davam isso. Não fazia assim. Os fiscais eram rígidos. Para eles, três hectares têm que ser três hectares para plantar. E o certo seria isso. Mas eu dava uma colher de chá para eles. Eu sabia que não tinha maneira, que eles não iam plantar tudo mesmo. Já que não dá os três, vai plantar os dois. Os dois plantavam. Então, tinha cana na lavoura, naquele Santo Antônio, bastante. E houve muito desvio de cana da AGASA para a Marumby, ah, houve. Era melhor para o colono. Uma vez eu não dei conta. Tive que suspender a cana, parar de cortar, não tinha mais lugar para botar lá na destilaria. Tudo que era lugar, era cana, cana, cana.... Um dia ainda me quebrou uma moenda. [...] eu mesmo levei a São Paulo para consertar. Eram uns quinhentos quilos... vinte horas eu fiz... Quando eles pensavam que eu estava lá, eu já estava passando em Caxias. Eu levei a quebrada, e me conseguiram outra moenda na Dediní.³⁵⁶

E sobre as relações de trabalho, recordou:

O Luiz Felipe me cobrava muito. Já o Lyon me deixava mais à vontade. O Lyon era enólogo, era doutor em enologia. Ele que ensinou a minha filha Jussara a fazer a análise da garapa. Ela tinha 17 anos. Já a minha outra filha, a Suzana, tirava nota. Tinha um encarregado, Ari Bertuol, um gringo de Caxias. Pedro Zanotto era de Caxias também. Ele entendia da destilaria. Ficou morando lá depois [...]. O salário não era bom, inclusive o meu. Eu ainda ganhava casa, água e luz. Tudo era a firma que pagava para a D. Irma Hans André. Eu acho que isso é um dos grandes erros, essa parte. Isso não entra na aposentadoria, não é? O Ari e o Zanotto também tinham casa lá no mesmo esquema. O meu salário, do Ari e do Zanotto ainda dava. Mas os outros funcionários podiam ganhar mais um pouco. Olha que trabalhar naquela cana não é fácil. Olha que botar cana, carregar cana naquelas esteiras o dia inteirinho não é fácil, não. É muito pesado o trabalho. Pegar cana do monte lá, e botar dentro da esteira, tudo a mão... Hoje tem carregador, e naquele tempo, não.³⁵⁷

Indagado sobre quem pagava melhor a cana, se a Marumby ou a AGASA, logo respondeu:

[...] a Marumby pagava mais que a AGASA. A AGASA tinha financiamento, e eles tinham que pagar lá na AGASA com cana. O financiamento era pago com cana na AGASA. Ela financiava o adubo. Então, o colono tinha que entregar a cana para pagar aquele adubo. Então tinha que entregar tantos mil de cana. Já nós lá, era

³⁵⁶ Depoimento de Osny Antônio Bitello concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 28 jan. 2005.

³⁵⁷ Idem.

diferente. Pagava no Banrisul direto. Por isso que ficou mais difícil para a AGASA. Eu creio que eles não tinham um bom gerenciamento. O governo pecou nisso aí. Botaram gente que nunca tinha lidado com cana. Então quem sofria era o colono. Creio que por isso foi diminuindo a cana para a AGASA. Já nós, não. Na AGASA se recebia para plantar três, tem que plantar. Já nós não. Eles recebiam para três e plantavam dois. Nós não retínhamos o dinheiro deles. Nós pagávamos direto. Conosco o fiador era a Marumby. Eles ainda tinham essa vantagem. A AGASA também era fiadora dos colonos, mas eles tinham que entregar aquela cana até o valor exato do adubo. Na Marumby eles recebiam o dinheiro, e iam pagar o banco. Lá na AGASA, eram eles que faziam. O colono não pagava no banco, era a AGASA. Só se sobrava é que via a cor do dinheiro. Era muito rígido para eles. O colono pobre não tem condições de ser assim. Como nós facilitávamos um pouco, a fiscalização na plantação, diminuindo, sobra um dinheirinho para eles comerem. Eles tinham aquele dinheirinho até que a cana ficasse boa e depois iam pagar lá no banco. [...] Eles então me convidavam para almoçar. Comia cada galinha gorda... O Prefeito Jorge [Jorge Nehme] me deu uma força muito grande. A Prefeitura tinha um trator, e nós pagávamos o óleo. Dava uma força para o colono e dava uma força para a Marumby. O Jorge é que começou com as estradas. Lá em cima da AGASA não tinha nada, de lá não se podia tirar cana. O Jorge foi lá, e a estrada está lá até hoje.³⁵⁸

Quando Seu Osny foi para Santo Antônio, a AGASA estava sendo montada. Sobre a nova usina, ouviu muitos dizerem:

[...] isto aí é um elefante branco, não vai dá certo, está no lugar errado. Eles achavam que não devia de ser ali onde ela foi montada. Eles queriam que fosse mais para cá, na Miraguaia. O problema maior da AGASA era a água. Em Santo Antônio havia problema de água, a não ser o Rio do Sinos ali... ela era vendida em pipa, de casa em casa, na cidade. Imagina? Eles colocaram ali por causa da lagoa. Na Marumby, a água vinha de poço artesiano. Passávamos o maior trabalho. Depois tinha a fonte, mas eles não queriam dar água da fonte. O nosso poço artesiano funcionava dia e noite. Depois por último fizemos encanamento de água da fonte. [...] a AGASA veio para cá por causa do PTB, por causa do Brizola, não é?³⁵⁹

Outro depoente também relacionou o desempenho da Marumby frente à AGASA e as dificuldades que a empresa caxiense passou a enfrentar:

Na Marumby eles destilavam tudo que era bebida quente. Era lindo de se ver. [...] Então nós encostávamos lá dez caminhões de açúcar por dia. Enquanto eles descarregavam, a gente estava às vezes descansando lá no barzinho. Tinha sofá, bebia do que queria. Eles vieram através de mim. A Marumby queria botar um engenho aqui para moer e levar a garapa para se tornar mais barato para eles. Então já moíam direto aqui. [...] Para vender para a Marumby, tinha que ter um avalista aqui de Santo Antônio. Eu assinei porque eu queria que a fábrica viesse para Santo Antônio para não quebrar de vez, porque ela estava ruim das pernas. Funcionou ali uns tempos, mais depois foram à falência. [...] O nosso município então era tomado de cana. Nós tínhamos cana que passava três, quatro anos sem cortar porque não tinha quem moesse aquilo tudo. Então era mais uma firma que nós tínhamos em Santo Antônio para diluir toda aquela produção, e o colono ter alguma recompensa. Empregaram em torno de trinta pessoas na época. Teve em torno de uns cinquenta fornecedores, mais ou menos para cima.

³⁵⁸ Depoimento de Osny Antônio Bitello concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 28 jan. 2005.

³⁵⁹ Idem. (Grifo nosso).

A Marumby buscava o caminhão deles nos produtores. E a AGASA não; era o contrário. O produtor tinha que arrumar para levar. Então muita cana secou, porque os caminhoneiros não davam conta.³⁶⁰

Assim a Marumby chegou a aumentar a produção, o que animou a projetar sua ampliação com pedido de financiamento, que não foi obtido. Na opinião do Seu Osny, mesmo que tivessem conseguido empréstimo, não daria certo, em virtude da forma como a empresa vinha trabalhando e lidando com o colono. Os fornecedores de cana não recebiam o pagamento no dia certo. Lembra que o colono não queria saber: “Chegava o dia, ele lá estava para receber.” Por isso ele foi relaxando e diminuindo sua produção; ao que completa:

Eu saí em agosto de 69. Entrou outro no meu lugar que veio de Caxias, e em dezembro a Marumby já não tinha mais crédito, e o colono não fornecia mais cana. Eu tive um *stress*, parece que é isso. Eu não agüentava mais. Um dia eu acordei e disse para a mulher. “Não vou trabalhar hoje. Não tenho condições.” Às 7 horas veio um me chamar, às 7 e 15, outro; às 7 e meia, outro... Aí não teve jeito, me levantei, tomei um banho e fui trabalhar.³⁶¹

A matriz em Caxias já vinha enfrentando dificuldades devido a muitas dívidas. Mal lá, também na filial não poderia ser diferente. Da cachaça enviada de Santo Antônio para a matriz, o pagamento, quando vinha, era insuficiente e muito atrasado, o que impôs descrédito no meio canavieiro. Um dia Seu Osny advertiu os proprietários: “Não vou mais de ônibus no escritório em Porto Alegre para buscar dinheiro.” No outro dia lhe deram um jipe, melhorando um pouco o seu ânimo no gerenciamento da empresa, que dia-a-dia atravessava dificuldades. Com as cobranças na justiça, a Marumby acabou por encerrar suas atividades um tempo depois da saída do gerente. O depoente encerra sua fala afirmando: “Saí sem dever para ninguém. Tinha crédito em todo lugar que eu ia.” Mas recorda que a vizinhança lá da Várzea (bairro próximo à Cidade Alta, centro de Santo Antônio da Patrulha), brigava muito com a Marumby por causa do resíduo da Destilaria. Era uma guarapão (vinhoto) que ia pela vala, terreno abaixo, para os represos adiante, até o Passo do Ramos, na estrada que segue para Osório (RS 30). “O bom é que falavam,” arremata Seu Osny. Foi quando ele descobriu o “tanque do Hans André.” Era subterrâneo, fundo, tudo calçado de tijolos. Ali fez um decantador para limpar o guarapão. Foi quando parou o cheiro, e a população gostou muito. “O pessoal tinha razão, pois o gado precisava tomar água por ali,” completa ele.³⁶² Passado um tempo, já residindo em Cachoeirinha, e aposentado, depois de ganhar na Loteria do

³⁶⁰ Depoimento de Angelino da Costa Neto concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º fev. 2001.

³⁶¹ Depoimento de Osny Antônio Bitello concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 28 jan. 2005.

³⁶² Idem.

Estado, recebia notícias da Marumby. Soube que fizeram uma sociedade com interessados, de Santo Antônio, na empresa. Mas o tempo de encerrar estava chegando para mais uma tentativa canavieira no município. A história da Marumby, a partir das lembranças do Seu Osny Bitello, oferece elementos para a identificação das causas da desilusão dos canavieiros de Santo Antônio da Patrulha. E assim, nessa recolha, mas antes que o fim do *sonho* chegasse, surgiu outra empresa que se instalou no conhecido parque do “Seu Hans André.” Era mais uma tentativa que vinha alimentar o ciclo da cana no Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

2.3.2.3.3 DESTIL: Usina de Álcool e Aguardente Ltda. (Santo Antônio da Patrulha)

Mais um empreendimento canavieiro norte-litorâneo surgiu na década de 1970. Em abril de 1971, foi inaugurada a DESTIL – Usina de Álcool e Aguardente Ltda., uma empresa privada, com sede na Cidade Alta em Santo Antônio da Patrulha, nas dependências que foram por Hans André construídas, onde depois estiveram sediadas a Bebidas Andorinha e a Marumby. Tinha como sócios o ex-prefeito de Santo Antônio da Patrulha, Jorge Von Saltiel; Antenor Rocha e Arno Hartmann. A cerimônia contou com as presenças do Diretor do Banco do Brasil S. A., Cel. Walter Peracchi Barcelos; do Secretário do Interior e Justiça, Otávio Germano; do Secretário de Desenvolvimento Regional e Obras, Vitor Faccioni; além de outros nomes do mundo oficial, não só do Município como do Estado.



Fotografia 23 –Vista panorâmica da DESTIL, no antigo parque de Hans André, na data da inauguração – abril de 1971

Fonte: Acervo de Ilza Ramos Hartmann.



Fotografia 24 – Momento do ato inaugural da DESTIL – abril de 1971

No primeiro plano, à esquerda, o Secretário do Interior e Justiça, José Otávio Germano; o então Diretor do Banco do Brasil, Walter Peracchi Barcelos, e Arno Hartmann, um dos empresários da Destilaria.

Fonte: Acervo de Ilza Ramos Hartmann.

Com instalações para alta produção, com dornas de grande porte para amadurecimento e fermentação do suco de cana-de-açúcar, acompanhadas de majestosas moendas para obtenção da garapa, a DESTIL se situava entre as grandes empresas do estado no ramo. Inicialmente sua produção diária ficava entre 10.000 e 15.000 litros de aguardente e 5.000 e 8.000 litros de álcool. Tinha, entretanto, capacidade, com uma jornada de 16 horas, para a produção de 35.000 litros de aguardente com 21° (Chartier), e 20.000 litros de álcool retificado para fins industriais e farmacêuticos, numa dosagem de 96° (Gay Lussac).³⁶³ Diariamente podia consumir 150 toneladas de cana: 95% cultivada em Santo Antônio da Patrulha e 5%, nos municípios vizinhos.³⁶⁴

A instalação da DESTIL, inicialmente, promoveu o emprego de cerca de duas centenas de operários (diretos e indiretos), somados aos situados no plantio da cana, animando o ciclo canavieiro voltado para a produção de álcool e aguardente, e iniciado com a AGASA, produtora do açúcar gaúcho, desde 1965.

³⁶³ UMA INDÚSTRIA pioneira no Estado: Santo Antônio, cana-de-açúcar: uma de suas riquezas. *Zero Hora*, Porto Alegre. 20 jun. 1973. Suplemento ZH, p. centrais.

³⁶⁴ SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA: um município em conflito: estudo socioeconômico-cultural elaborado sob os auspícios do convênio MUDES - Clube de Jovens da UNESCO, 1971, p. 28.

Para atender a essa demanda ampliada, com mercado certo em todo o estado,urgia incentivar novos fornecedores de Santo Antônio da Patrulha, Osório, Rolante e Torres, além de motivar os velhos canavieiros a retomarem suas lavouras com a cana, após a descrença com a supersafra da AGASA de 1971.³⁶⁵ Havia também um limite no custo de produção, qual seja o do engarrafamento. A mão-de-obra era escassa, e trazê-la de fora seria antieconômico.

Na safra 1972/1973 (julho a fevereiro), sua produção foi de 1.002.291 litros de álcool.³⁶⁶

Mas, em 1º de agosto de 1973, as cotas da empresa foram vendidas pelos sócios que iniciaram a sociedade, ficando o quadro social com apenas dois proprietários: Darvil Luiz Antoniazzi e Milton Cardoso Ramos, contando com o assessoramento nas vendas com Eliseu Fernando de Venuto. Tinham como meta suprir as deficiências do Rio Grande do Sul em aguardente e álcool. Além de fabricar aguardente, colocavam-se como precursores da produção alcooleira na conjuntura que se avizinhava, face às dificuldades internacionais do petróleo que se impuseram a seguir. Com o aproveitamento do melaço – subproduto do açúcar gerado na Açúcar Gaúcho, situada nas proximidades, e que até então era aproveitável somente para a manutenção de gado, na época do inverno –, abria-se uma outra oportunidade para a região. Entretanto, nos primeiros anos, tiveram dificuldades de obtenção de melaço, visto a AGASA passar a adotar uma política de sua venda, dirigida somente para a produção de ração animal, o que provocou a sua escassez, além da majoração do preço.

Em 1975, com o afastamento de Milton Ramos, a DESTIL, conduzida por Antoniazzi, dirigiu-se, também, para o álcool vinílico, atendendo o mercado do vinho.³⁶⁷

A produção no ano seguinte melhorou, ainda que não atingida a capacidade das suas máquinas. Nesse mesmo ano de 1976, a empresa baixara o seu número de empregados para 25 na industrialização, fora os da área administrativa. E o número de fornecedores chegava a 124.³⁶⁸

As relações da DESTIL com a AGASA, como haviam sido as da Marumby com a usina açucareira, pautaram-se pela competição nos preços e prazos de pagamento. Pagamento no ato e preço bom foram iscas lançadas aos canavieiros para entregarem suas canas na Destil, conforme pregação feita na imprensa local. Por exemplo, em 1975, o preço por tonelada foi

³⁶⁵ Tema que será abordado na seção 4.

³⁶⁶ EM 24 HORAS, o Rio Grande pode ter mais de 20 mil litros de álcool. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 22, 1º out. 1980.

³⁶⁷ Depoimento de Milton Cardoso Ramos concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 29 jun. 2005.

³⁶⁸ DESTIL: uma usina de aguardente em plena atividade. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 49, p. 5, 15 jun. 1976.

de Cr\$ 95,00, passando para Cr\$ 125,00 no ano seguinte.³⁶⁹ Situando no trabalho a mão-de-obra ociosa local, e com iminência de migrar, a direção da empresa tinha a expectativa de ver duplicada a colheita da cana-de-açúcar na região, na certeza de que a totalidade da safra seria por ela adquirida.³⁷⁰ Entretanto, a indagação que se impõe é esta: haveria cana suficiente para alimentar as moendas de duas grandes empresas no município de Santo Antônio da Patrulha?

Do ponto de vista do mercado, o álcool, na conjuntura, era *como pão quente*, sem dúvida, na leitura de muitos. Com essa expectativa conjuntural, a DESTIL, reivindicando a primogenitura na produção de álcool, pediu socorro para consolidar-se. Ocorre que o PROÁLCOOL apenas financiava a instalação de novas usinas ou a ampliação das existentes. Entretanto, sem capital de giro, e com a suspensão da AGASA na venda do melaço, o que fazia diretamente com os fabricantes de rações que ofereciam melhor preço, a DESTIL havia deixado de produzir álcool, fazendo a reversão da destilaria e continuando só com a aguardente, que vinha até então oferecendo melhores lucros. Em junho de 1980, a imprensa patrulhense chegou a noticiar o reinício das suas atividades, estimulados pela conjuntura favorável.³⁷¹ Porém, urgia vencer o obstáculo estrutural que se interpunha.

A DESTIL necessitava da liberação de um capital de giro para realizar algumas alterações no parque industrial. Mas não só. Era preciso o PROÁLCOOL permitir que as destilarias existentes pudessem ser enquadradas no programa. E mais: era necessário estimular os produtores a produzirem mais cana. Na verdade, não havia cana suficiente para alimentar as moendas instaladas em Santo Antônio da Patrulha.

Precisando de recursos, também para normalizar a situação financeira da empresa, paralisada na produção há três anos, a direção solicitou, através de projeto, um empréstimo no valor aproximado de Cr\$ 15.000.000,00, encaminhado ao BADESUL (Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul), sendo então acionado o Secretário da Indústria e Comércio, Antônio Carlos Berta. Mas, após a visita dos técnicos às instalações como agentes do PROÁLCOOL, não foram atendidas as pretensões da empresa.³⁷² Se positivado o intento, a idéia era implantar outra usina em Torres e em outras cidades do interior, além de Caxias do Sul, onde produziam aguardente.

³⁶⁹ DESTIL: uma usina de aguardente em plena atividade. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 49, p. 5, 15 jun. 1976.

³⁷⁰ EM 24 HORAS..., 1980, p. 22.

³⁷¹ DESTIL reinicia atividades em seguida. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 27, p. 12, 03 jun. 1980. Na edição seguinte do mesmo jornal, de 17 de junho, a DESTIL ganhou grande manchete na primeira página e nas páginas 8 e 9, com a seguinte matéria: "DESTIL reinicia atividades com futuro promissor: álcool."

³⁷² EM 24 HORAS..., 1980, p. 22.

Para o final de 1980, o esperado era alcançar sua capacidade de produção de álcool.³⁷³ A motivação para abastecer a DESTIL com a animou a circulação na cidade, a ponto de ocorrer algo inusitado na tardinha do dia 11 de novembro daquele ano: um caminhão carregado de cana capotou no Bairro Pitangueiras (Cidade Baixa), provocando sensação, dado o pitoresco acontecimento.³⁷⁴ À cidade, não escapava a movimentação canavieira que a circundava ou que por ela circulava.

Fato é que, em 6 de outubro de 1980, havia sido inaugurada a destilaria da AGASA, data do início efetivo da participação do estado na era do álcool combustível, a nova fonte alternativa de energia no Brasil, após lento processo e amplo debate na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Mas, para a DESTIL, chegava o seu tempo final. Cerrou então definitivamente suas portas.

2.3.2.3.4 ALCOOLUX em Santo Antônio da Patrulha

João Luz (Janga Luz), residente em Santo Antônio da Patrulha, atuava no ramo do arroz, através de uma Cooperativa. Em 1979, decidiu, com seus filhos Gilton César da Luz (cirurgião-dentista) e Gilson Luz (engenheiro civil), investir também no setor industrial, aproveitando a potencialidade da conjuntura para o mercado de álcool que a crise petrolífera plantou. Era a primeira destilaria com capital privado a se instalar no estado.

A família Luz dirigiu seu projeto de uma microdestilaria de álcool carburante, com capacidade prevista de 2.500 a 3.000 litros/dia, para o 2º distrito de Santo Antônio da Patrulha. Tratava-se da área apontada com muitas vantagens para situar a AGASA, quando fora idealizada, nos anos 1950/1960. De fato, a Miraguaia tinha tradição canavieira, bom clima e lavouras de arroz, terreno que acolheria entre 25 a 30 mil litros/dia de vinhoto, como fertilizante.

O esperado pela ALCOOLUX era que se plantasse muita cana, garantindo o abastecimento da destilaria, com capacidade para 42 toneladas/dia, se alimentada por uma

³⁷³ SANTO Antônio da Patrulha: terra dos canaviais. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 19 nov. 1980. Suplemento, p. 8.

³⁷⁴ CAMINHÃO carregado com cana capota dentro da cidade. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 39, p. 10, 30 nov. 1980.

safras de 120 ha.³⁷⁵ No projeto foram empregados Cr\$ 15.000.000,00 em equipamento e tecnologia nacionais, na expectativa de em dois anos obter o retorno do investimento. A Prefeitura Municipal, inclusive, colaborou com a terraplanagem e as máquinas para a preparação do terreno.³⁷⁶

Para a economia da região, o projeto representava a absorção do trabalho de mais de trezentas lavouras implantadas no local, em cerca de 500 ha de área. O Banrisul, para incrementar a produção, liberou uma verba de Cr\$ 10.000.000,00, distribuídos entre 300 fornecedores da empresa. Com os canais integrados à criação de gado leiteiro no aproveitamento dos resíduos da cana, o 2º distrito do município estaria revertendo seu *status* na economia local. De fato, repercussões econômicas e mudanças sociais eram as expectativas aguardadas pelos moradores do distrito, conforme a projeção dos seus empresários.³⁷⁷ Aliás, em visita às suas dependências, uma equipe de técnicos da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária); do Ministério da Agricultura; da Embrater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural); e da Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz, da USP (Universidade Federal de São Paulo); manifestou-se sobre o impacto socioeconômico que o empreendimento ali iria provocar. Ricardo Soares, economista do grupo visitante, animou o projeto por favorecer a “[...] contenção do êxodo rural e a possibilidade de novas alternativas de renda, além da plantação de cana-de-açúcar, e o aproveitamento total dos produtos e subprodutos.”³⁷⁸

Em dezembro de 1981, a ALCOOLUX iniciou a venda de álcool para a firma Madepan, do Grupo Peixoto de Castro, de Gravataí; o Curtume Sander, de Novo Hamburgo; e a empresa Célio Pereira, de Porto Alegre. Na arrancada, produziu o esperado: 2.550 litros diários.³⁷⁹ A intenção do Grupo era maior; projetou instalar um biodigestor, para melhor aproveitamento da . Entretanto, dificuldades se impuseram, e a empresa foi vendida a um Grupo do município de Bento Gonçalves, cuja atuação também foi efêmera, encerrando assim o empreendimento.

³⁷⁵ ÁLCOOL combustível em Miraguaia. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 56, p. 8, 13 ago. 1981.

³⁷⁶ DESTILARIA particular já produz álcool. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 20, 27 out. 1981.

³⁷⁷ Ivo Stoffel, engenheiro agrônomo com experiência acumulada na AGASA, estava à frente da área agrícola da ALCOOLUX, e o engenheiro químico Peter Charles Jais respondia pela manutenção das máquinas.

³⁷⁸ TÉCNICOS avaliam viabilidade da microdestilaria de S. Antônio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 20, 31 out. 1981.

³⁷⁹ COMEÇA venda de álcool pela ALCOOLUX. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 66, p. 20, 29 dez. 1981.

2.4 DA FRUSTRAÇÃO À ARTICULAÇÃO

Enfim, mapear a trajetória da cana, nos âmbitos nacional e internacional, e desenhar o panorama das experiências precursoras da industrialização da cana no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, mais que importante, era imprescindível. E mais que informativo, alicerça o recorte de estudo ora apresentado. Ou seja, o quadro precursor é lastro explicativo dos temores e resistências que se disseminaram diante do projeto de criação de “mais uma” empresa canavieira, cujos desdobramentos demarcam significativamente o cenário regional nas décadas de 1960 a 1980.³⁸⁰

Encabeçando a esperança da redenção regional, diante de um passado de frustrações e de uma realidade de pobreza, a idéia de uma usina de açúcar branco se apresentou, na passagem da década de 1950 para a seguinte, como que a solução mágica para um novo tempo esperado pela sociedade civil organizada das comunidades canavieiras do corredor norte-litorâneo do estado. Com a palavra, na seção, a seguir, estarão os articuladores da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda.

³⁸⁰ Foram igualmente apresentadas as empresas canavieiras contemporâneas à AGASA para que nas suas relações se possa dimensionar melhor o desempenho da estatal.

3 AS CONTRADIÇÕES DA REGIÃO CANAVIEIRA – ANOS 1952/63: O AÇÚCAR BRANCO COMO SOLUÇÃO

O Litoral Norte do Rio Grande do Sul, sobretudo Santo Antônio da Patrulha, ao longo da década de 1950, apresentava um cenário de contradições, que, à primeira vista, não eram percebidas, pois a grande imprensa alardeava apenas uma face da realidade. Trata-se da face industrializante do município patrulhense, divulgada por números que o situavam entre os maiores do estado. Entretanto, uma análise das indústrias inventariadas revela que se tratava, sobretudo, de manufaturas da cana, ou seja, de engenhos de açúcar mascavo e rapadura, e alambiques, além de torrefadoras de café, que empregavam o açúcar como insumo, e fábricas de bebidas, que usavam também o açúcar produzido no entorno.

Do imaginário criado para a região com essas manchetes, situando-a como área de grande desenvolvimento, ficava oculta a real condição dos produtores, pequenos em sua maioria. Viviam em precárias condições e marginalizados entre os morros da cana, a principal e destacada economia que embasava as expressivas estatísticas anunciadoras de progresso.

As fontes documentais são indiciárias desse quadro contraditório.

3.1 NO ESTADO EM CRISE, A EUFORIA “INDUSTRIALIZANTE” E A AMEAÇA DA MISÉRIA EM SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA E LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

A manchete do Correio do Povo de 02 de novembro de 1952, em sua primeira página, abriu matéria de Antonio Carlos Ribeiro, apresentada como inusitada, com o título *O Rio Grande não é só coxilha e pecuária*, informando que “Mais de 15.000 estabelecimentos industriais funcionam no estado – **Uma verdade estonteante: depois de Porto Alegre, Santo Antônio é o líder industrial dos municípios gaúchos** – Mas deve-se tirar o chapéu para Novo Hamburgo” (Grifo nosso).

A reportagem chamava a atenção dos leitores para uma verdade que ninguém ousava colocar em dúvida. O jornalista insiste no destaque, visto que os dados haviam sido colhidos de fontes inquestionáveis.

Os técnicos do Departamento Estadual de Estatística que trabalharam no levantamento geral da produção industrial do Rio Grande do Sul contabilizaram 15.115 estabelecimentos industriais, excluídos os da construção civil, da produção de energia elétrica e as oficinas de reparações e consertos.³⁸¹ As indústrias alimentares eram em maior número, com 6.515 unidades, cuja produção em 1950 totalizou CR\$ 4.006.800.650,00, ou seja, quase a metade do valor geral da produção industrial, que foi de CR\$ 9.735.309.280,00.³⁸²

A classificação apresentada na mesma matéria indicava:

Tabela 12 – Número de estabelecimentos industriais no Rio Grande do Sul em alguns ramos – 1950

Indústrias de madeira (exclusiva a do mobiliário)	2.365
Indústrias de bebidas	1.884
Indústrias de transformação de minerais não metálicos	1.505
Indústrias de vestuário, calçados e artefatos de tecidos	548
Indústrias de couros, peles e produtos similares (exclusive calçados e artigos de vestuário)	345
Indústrias do mobiliário (inclusive colchoarias)	342
Indústrias químicas e farmacêuticas	282
Indústrias metalúrgicas	261
Indústrias extrativas de produtos vegetais	255

Fonte: O RIO Grande não é só coxilha e pecuária. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 1, 02 nov. 1952.

³⁸¹ Em 1957, o seu número ultrapassava a 25 mil. Examinar: O RIO Grande possui um parque industrial com umas 25 mil fábricas. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 31 mar. 1957. Suplemento Especial: Rio Grande do Sul: o homem, a terra, p. 5. No Brasil, o setor industrial teve sua participação aumentada de 16,6% em 1947 para 24,5% em 1968. OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977. p. 45. Recorde-se que, paulatinamente, a partir de 1930, a agricultura no Brasil vai sendo endereçada a uma situação de subordinação, sendo retiradas de suas mãos as rédeas do poder, agravando-se a situação do setor rural. A propósito, examinar: GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980)*. São Paulo: Hucitec, 1997. No Rio Grande do Sul, em 1955, a indústria ocupava apenas 6% do pessoal, e sua produção representava apenas 7,7% do total do estado. SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. 2. ed., São Paulo: Nacional, 1977. p. 176.

³⁸² O RIO Grande não é só coxilha e pecuária. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 1, 02 nov. 1952. A partir dessa matéria, outras, nos âmbitos regional e local, passaram a reproduzir o destaque patrubense na industrialização do Rio Grande do Sul. Por ex.: SANTO Antônio: este é o Vale dos Sinos. *Guia do Vale dos Sinos*. Novo Hamburgo, 25 jul. 1978. Suplemento Especial, p. 11. Fica evidente que, transcorridos os anos, em decorrência do êxodo rural e dos limites estruturais aqui em estudo, o número de indústrias no município sofreu grande queda, apontada no referido Suplemento: 450 indústrias, 600 casas comerciais, com uma população total de 54.738 hab. e somente 11.500 eleitores; valor da produção: Cr\$ 593.815.500,00 (dados do Suplemento). Em 1964, o número apontado para o município era 503 indústrias. SPALDING, Walter. Municípios do RGS: Santo Antônio da Patrulha. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 872, p. 53, 09-22 maio 1964.

Em menor número, foram arroladas 190 indústrias diversas, 138 indústrias gráficas e editoriais, 102 indústrias têxteis, 102 indústrias extrativas de produtos minerais, 86 indústrias mecânicas, 77 indústrias do fumo, 43 indústrias de papel e papelão, 18 indústrias de material elétrico e de comunicações, 37 indústrias de construção e montagem de material de transporte, 11 serviços industriais de utilidade pública e 9 indústrias da borracha. A indústria mecânica mostrava-se, então, já em crescimento, com mais de 17.000 aparelhos agrícolas, além de 11.000 máquinas para a lavoura.³⁸³

Conforme anunciado, não era Novo Hamburgo, nem Caxias do Sul, Pelotas ou Rio Grande o município com maior número de estabelecimentos industriais, depois da capital. Enquanto Porto Alegre detinha 1.283 unidades, o pequeno município de Santo Antônio da Patrulha apresentava-se com 919.³⁸⁴ À primeira vista, o imaginário apontaria para a famosa caninha do município como a causa da expressão patrulhense na indústria gaúcha. Mas, das 919 unidades, 736 eram indústrias de produtos alimentares e apenas 80 de bebidas. E o valor da produção não foi além de CR\$ 45.687.860,00, muito abaixo de outros municípios com número bem inferior de estabelecimentos industriais, como se pode verificar:

Tabela 13 – Municípios com maior valor de produção no Rio Grande do Sul – 1950

Município	Valor de produção em Cr\$
Porto Alegre	1.432.724.221,00
Pelotas	698.382.400,00
Rio Grande	571.896.637,00
Caxias do Sul	501.280.575,00
São Leopoldo	483.811.099,00
Novo Hamburgo	357.998.000,00

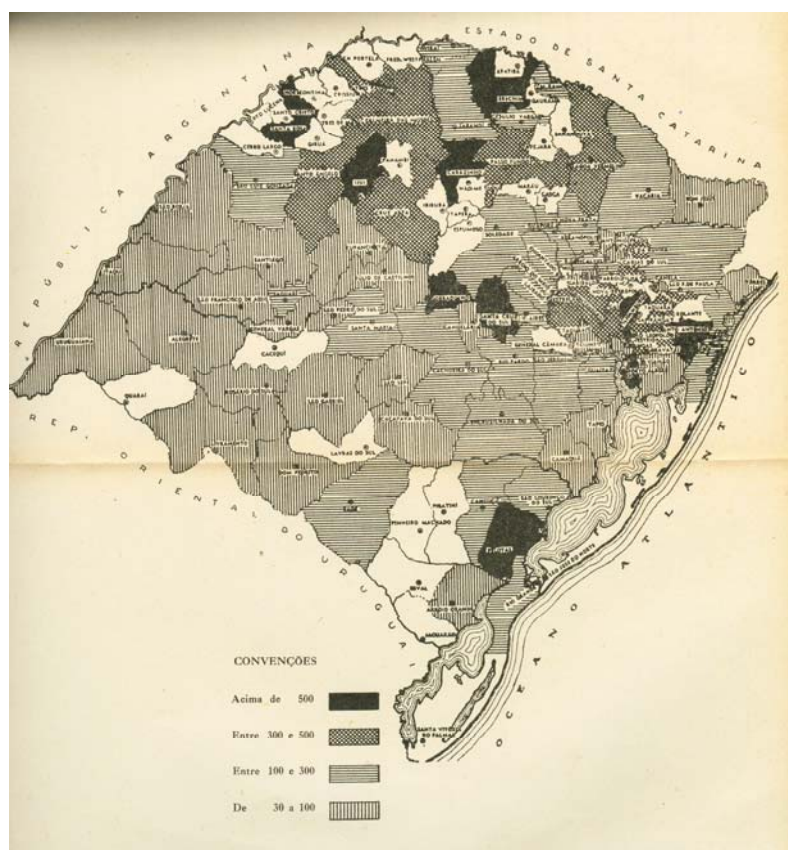
³⁸³ O RIO Grande não é só coxilha e pecuária. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 1, 02 nov. 1952.

³⁸⁴ Idem. A população de Santo Antônio da Patrulha, em 1950, era de 67.292 hab. Na área rural havia 31.570 homens e 29.672 mulheres, totalizando 61.242. Na cidade estavam apenas 6.050 hab. Esses dados, por si só, oferecem argumentos para questionar a industrialização do município. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico do Rio Grande do Sul: 1º de julho de 1950*. Rio de Janeiro: IBGE, 1952. p. 19. A arrecadação municipal foi, em 1952, de Cr\$ 7.350.150,00. No ano anterior fora de Cr\$ 5.637.575,00. RIO GRANDE DO SUL. Departamento Estadual de Estatística. *Finanças públicas: receita estadual arrecadada (1950-1954)*. Porto Alegre: DEE, 1954. p. 37. Em 1966, o número apontado era de mais de 600 indústrias. Embora “[...] relativamente pequenas, produzem o álcool, rapadura, melaço, aguardente, açúcar, farinha de milho, farinha de mandioca, polvilho e bebidas alcoólicas. Olarias, serrarias, engenhos de arroz e outros estabelecimentos com pedras e pedreiras para construção. Massas alimentícias, padarias, torrefação de café, cooperativas rizícolas (5), e indústria mais pesada: metalurgia para fabricação de fogões a lenha e gás, indústria de gás carbônico.” MÁQUINAS Agrícolas Santo Antônio Ltda, produzindo trilhadeiras, adubadeiras, grades, carretas agrícolas, carros-tanques para combustíveis e correlatos: fábrica de mosaicos e artefatos de cimento. Santo Antônio da Patrulha. *Magazine dos Municípios*. Rio Grande do Sul. Santa Catarina e Paraná. n. 32/33, p. 20, dez. 1966. A idéia de progresso é ainda muito forte nos finais da década de 1960, quando o município é apresentado como “[...] o segundo produtor de arroz do estado e o pioneiro na industrialização da cana-de-açúcar [...]” CARDOSO, Paulo Alves. Santo Antônio: antes e depois. *Província*, Porto Alegre: Depto. Cultural da Associação dos Funcionários do Banco da Província do Rio Grande do Sul, a. XXV, n. 69, p. 5, out./dez. 1969.

Santa Cruz do Sul	272.914.306,00
Bagé	234.114.625,00
Cachoeira do Sul	203.633.320,00
Erechim	194.939.929,00

Fonte: O RIO Grande não é só coxilha e pecuária.
Correio do Povo, Porto Alegre, p. 1, 02 nov. 1952.

Municípios do entorno ou originários do quadrante patrulhense tinham cerca da metade ou menos que 50% do número de estabelecimentos que Santo Antônio apresentou no censo de 1950. Gravataí, 541; Lagoa Vermelha, 474; Taquara, 469; Carazinho, 465; Santa Rosa, 459; Passo Fundo, 447; e Ijuí, 411.³⁸⁵



Mapa 6 – Número de estabelecimentos industriais no Rio Grande do Sul, com destaque para Santo Antônio da Patrulha – 1956

Fonte: FORTES, Amyr Borges. *Aspectos fisiográficos, demográficos e econômicos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo; SESI, 1956. Anexo entre p. 48-49.

Então, sob que prisma pode-se olhar *a verdade estonteante* alardeada para o antigo município patrulhense que a muitos causou estranheza? Foi-lhe atribuído ser do interior o

³⁸⁵ CARDOSO, Paulo Alves. Santo Antônio: antes e depois. *Província*, Porto Alegre: Depto. Cultural da Associação dos Funcionários do Banco da Província do Rio Grande do Sul, a. XXV, n. 69, p. 5, out./dez. 1969.

município nº 1 da produção industrial do estado. Se a variável fosse o valor da produção, Santo Antônio estaria bem longe da posição a que foi guindada. Tratava-se somente de índice quantitativo. Santo Antônio da Patrulha era por isso enquadrado como um dos municípios mais industrializados do Rio Grande do Sul, quando a maioria de suas indústrias estava ligada ao setor agrícola, sobressaindo-se a produção canavieira, cultura de plantio intensivo, mas que, na região, estava em descompasso com a moderna técnica agrônômica, ainda que fosse o meio de subsistência da maioria dos pequenos produtores da região.³⁸⁶ É o que reafirma a reportagem de página inteira do *Jornal do Dia*, apontando a condição do município como progressista, sustentada na cana e seus derivados, produção basilar com o maior número de “indústrias” no município, à frente dos reconhecidos centros industriais do estado.

Não era pelo capital empregado, nem pelo índice de operários por unidade industrial, mas pelo expressivo número de engenhos para beneficiamento de cana, que só no município podia render 300.000 toneladas por ano (cana bruta).³⁸⁷ Com poucas exceções, trabalhavam em condições precárias, com força animal, e só poucos dispunham de motores à gasolina. Rapadura e açúcar eram muito procurados por fábricas de vermute e outras bebidas. Aliás, na Várzea, bairro em prolongamento da Avenida Borges de Medeiros, a principal da cidade, estava situado um depósito permanente de açúcar mascavo, na firma Portal & Cia (antiga Fleck, Rangel & Cia), que recebia o produto de várias localidades do município. Tratava-se de um dentre outros que exerciam o papel de catalisador e distribuidor do produto.

A repercussão dessa matéria influenciou o imaginário dos patrulhenses e estudiosos da economia do estado até o presente.³⁸⁸ Outras na mesma orientação foram divulgadas no período, como esta:

[...] 400.000 sacas de arroz produzirá Santo Antônio da Patrulha no corrente ano. **Santo Antônio da Patrulha é um milagre.** [...] Município que se pode classificar entre os de maiores possibilidades de todo o Estado, consideradas a sua situação geográfica, verdadeiramente privilegiada, a excelência de suas terras e o espírito empreendedor e ativo dos seus habitantes, tem avançado para o progresso a passos largos. [...]³⁸⁹

³⁸⁶ Na época Santo Antônio da Patrulha ocupava o 18º lugar em densidade demográfica, favorecida pelo regime de pequena propriedade vigente. Nessa direção, Borges Fortes aponta que o município tinha, então, mais de 50.000 ha de área cultivada, a exemplo de municípios da área colonial da Grande Lagoa Vermelha e cercanias na direção do Alto Uruguai. BORGES FORTES, Amyr. *Panorama econômico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulina, 1959. Anexo entre p. 36-37.

³⁸⁷ Para 1950, aponta Roche que a cana era o 4º produto agrícola do estado. O grande produtor era Santo Antônio, que oferecia então 37% do total. ROCHE, Jean. *A Colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. t. 1, p. 251.

³⁸⁸ Impressiona a lembrança de muitos depoentes e de outros abordados sobre o tema, acerca dessa matéria que causou frenesi no município e espanto aos demais.

³⁸⁹ SANTO Antônio da Patrulha: seus problemas, suas reivindicações. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 8, 08 maio 1949. (Grifo nosso).

Em 1954, o prefeito João Marques de Moraes divulgava o superávit da arrecadação do ano anterior, visto ter ultrapassado cerca de 1 milhão e 400 mil cruzeiros, acima do previsto. O município arrecadou Cr\$ 4.908.864,00, quando a receita foi orçada em Cr\$ 3.530.000,00.³⁹⁰ No *Jornal do Dia* de 28/01/1951, na página 11, encontra-se estampada esta grande manchete: *Santo Antônio da Patrulha, uma tradição e uma promessa*. De fato, trata-se de um dos quatro primeiros municípios do Rio Grande do Sul, cuja tradição sustenta, conforme a matéria, o futuro promissor que as estatísticas do presente já anunciavam. Mas, mais que conferir essa imagem acerca do lugar e do papel do município no cenário regional, o que importa é verificar as condições sociais de sua produção, para efetivamente vislumbrar a realidade socioeconômica de Santo Antônio da Patrulha na conjuntura em análise.

3.1.1 A ameaça da miséria

Se, de um lado, a grande imprensa alardeava a euforia industrializante de Santo Antônio da Patrulha, a partir dos resultados oficiais do IBGE; de outro, a depressão econômica caracterizava a realidade dos pequenos produtores do município e da região, sobretudo dos minifundiários³⁹¹ da cana. É o que afirma, inclusive, um dos relatórios da AGASA:

Ao findarem-se os lustros de 1950 a 1960, a região canavieira do Rio Grande do Sul – principalmente Santo Antônio da Patrulha e Osório – apresentavam um quadro desanimador. Seus milhares de plantadores de cana-de-açúcar debatiam-se com a miséria crônica, exacerbada pelo aviltamento dos preços da aguardente e do

³⁹⁰ CERCA de 1 milhão e 400 mil cruzeiros acima do previsto arrecadou o município no último exercício. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 3, 20 jul.1954.

³⁹¹ Décio Freitas em 1957 abordou o conceito, chamando a atenção para as imprecisões, dizendo: “O minifúndio está associado à pequena propriedade agrícola, da qual pode-se dizer que é filho. [...] O conceito de pequena propriedade é preciso ir buscá-lo na sociologia rural que a encara como uma unidade de produção familiar. [...] Manuel Serra Moret traça do minifúndio – sistema de propriedade da terra, por pequenos lotes ou frações que não bastam para sustentar uma família.” FREITAS, Décio. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 31 mar. 1957. Suplemento Especial: O Rio Grande do Sul: o homem, a terra, p. 3. Igor Moreira e Rogério Costa referem: “Segundo o Estatuto da Terra, é minifúndio ‘o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar’, ou seja, do ‘módulo rural’, que é todo o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhe absorve toda a força de trabalho, garantindo-lhe a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração.” MOREIRA, Igor; COSTA, Rogério H. da. *Espaço & sociedade no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. p. 73-74. O módulo rural no Rio Grande do Sul varia de 2 a 90 ha, conforme a região e a atividade prioritária nela desenvolvida. Em 1920, sua área média era de 24 ha; em 1976, caiu para 13,7. Chamam a atenção os mesmos autores que, no estado, mais de 80% das unidades de produção agrícola são minifúndios, e vivem aquém das condições para a subsistência e o progresso familiar. Mesmo assim, completa dizendo que eles são responsáveis pelo sustento de cerca de 70% da população rural gaúcha. Arruda e outros apontam 82%, a ocorrência de minifúndios no Rio Grande do Sul. Afirmam que nestas áreas, a população vive num círculo vicioso de pobreza, estando impossibilitada de rompê-la. ARRUDA, Roberto et al. *Reforma Agrária e industrialização*. In: *INDUSTRIALIZAÇÃO do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ISCRE, 1968. p. 166. Maria Isaura Queirós contribui nesse debate, ao analisar o campesinato brasileiro. Trata do meio rural e busca nele situar o camponês, bem como verifica sua condição em bairros rurais. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

açúcar mascavo – as principais indústrias que absorviam a maior parte da cana produzida.³⁹²

A permanente queixa das condições de comunicações no município denunciava uma das razões do êxodo de muitos patrulhenses que buscavam a Grande Porto Alegre como a saída para a duradoura crise. Também os pequenos produtores se retiravam para outros centros onde a vida fosse menos penosa para si e seus filhos.³⁹³

No interior, a verminose, nesse tempo, era endêmica – realidade não exclusiva de Santo Antônio da Patrulha, mas uma característica do Nordeste do Rio Grande do Sul, conforme informação do médico-chefe do posto de saúde do município.³⁹⁴ Na cidade, o isolamento se impunha também pela inexistência de linha telefônica. A falta de água era um problema que há muito vinha arrastando-se, provocando insistentes reclamações, inclusive nos jornais da capital, como se lê nesta matéria:

Estatísticas de alguns anos passados, mas não muito distantes, revelam ser Santo Antônio da Patrulha o município que apresentava maior número de estabelecimentos industriais no Estado. Se bem essa situação se possa ter modificado, ainda assim o índice de progresso industrial da antiga comuna continuará a ser dos mais expressivos, em relação a suas co-irmãs. O que mais caracteriza as atividades industriais de Santo Antônio não é apenas a multiplicidade das mesmas. Tanto quanto esse fator altamente preponderante na formação da riqueza pública e particular, verifica-se larga difusão de empresas industriais por todo o interior do município. (sic) Mercê de tão carriada operosidade dos patrulhenses, a primitiva “Guarda Velha”, de tão ricas tradições históricas, um dos núcleos pioneiros de nossa formação social, continua a sê-la, também, no que toca ao nosso progresso material. Sua contribuição para os cofres públicos, através dos mais diversificados tributos, é, com efeito, de grande significação no balanço das rendas estaduais ou federais. Com todas essas credenciais, Santo Antônio não foi, entretanto, contemplada entre as 99 comunas gaúchas constantes do plano de saneamento, há pouco lançado pela Secretaria de Obras Públicas. Diante dessa preterição, que por certo nada tem de intencional e poderá, até ser justificada à luz de mais rigoroso planejamento técnico, a população patrulhense vem manifestando profunda estranheza e não menor pesar. [...] Santo Antônio ainda pode invocar, a favor de tão justa reivindicação, a sua tradição histórica, como título bastante para que sem prejuízo das demais comunas contempladas pelo plano de saneamento, se elevasse de mais um, apenas, o número das comunas, dando esse centésimo lugar aos detentores de tradição que tanto têm sabido honrar, com descendentes dos pioneiros da primitiva “Guarda Velha”.³⁹⁵

³⁹² AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da safra 1974/1975*. Santo Antônio da Patrulha, 1975. Não-paginado. A afirmação é justificativa da idéia da criação da usina, como “[...] **vetor de assistência político-social do Governo do Estado aos plantadores de cana.**” Idem, *ibidem*. (Grifo nosso).

³⁹³ A respeito pode ser examinada a matéria SANTO Antônio da Patrulha pede estradas para seus distritos. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 13, p. 1, 21 mar. 1958.

³⁹⁴ Este quadro denunciado pelos próprios moradores, especialmente os de Evaristo e Baixa Grande, fez desencadear uma campanha que ganhou destaque em primeira página no jornal *Informação*. Ver: VERMINOSE no interior do município. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 14, p. 1, 31 mar. 1958.

³⁹⁵ ÁGUA para Santo Antônio. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 19, p. 1, 30 maio 1958. Matéria reproduzida do Correio do Povo de 13 maio de 1958.



Fotografia 25 – Condições de abastecimento de água em bairro da Cidade Baixa, Santo Antônio da Patrulha – década de 1960

Fonte: Acervo de Jorge Pedro Nehme.

Em outra reportagem de página inteira do Diário de Notícias de maio de 1949, se lê:

O serviço de abastecimento de água, à população da cidade, é feito ainda aqui pelo sistema usado ao tempo de Pedro Alvarez Cabral: pipas que se enchem numa fonte centenária e são conduzidas pela cidade, vendendo-se água à razão de vinte centavos a pipa.³⁹⁶

No mesmo órgão de imprensa, em 1947, é divulgado que “[...] a população de Osório e Torres e seus distritos é superior a 20.000 habitantes, mentalmente a mais atrasada do Rio Grande. A maioria é analfabeta, pelas endemias, pela falta de higiene elementar, pela pobreza em que vivem.”³⁹⁷

E passados alguns anos, no final da década de 1950, ainda não havia água encanada na Cidade Alta, o núcleo inicial do povoamento realizado havia mais de 200 anos. O promotor público Dr. Reginald Felker, que atuou em Santo Antônio da Patrulha, entre os anos de 1957 e 1960, recorda que:

[...] era uma cidade pacata, bem pacata, com uma população muito cordial. [...] Não havia água encanada. Ou se trabalhava com cisterna ou com água do pipeiro. Quando terminava a água da cisterna, se comprava água da pipa. Não havia televisão [...] No interior se via pobreza. As casas eram muito precárias. Tinha

³⁹⁶ STO. ANTÔNIO da Patrulha, seus problemas, suas reivindicações. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 11, 08 maio 1949. (Grifo nosso).

³⁹⁷ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre, p. 6, 06 nov. 1947. Nos anos de 1960, a maioria dos canavieiros da região ainda era analfabeta; para assinar o contrato de financiamento no banco, nem o nome escrevia. Depoimento de Ary Ilmar Frank concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 10 jan. 2001.

gente que sobrevivia com um salário mínimo anual; era a renda da família. Dava para comprar uma muda de roupa e sal. O resto eles tinham que produzir ali. Era horta, pomar, uma lavourazinha. Eles produziam para a sobrevivência. Agora, o rendimento em dinheiro era mínimo. Para comprar o mínimo. Quer dizer, uma mudinha de roupa, compravam tecido, faziam a roupa... Isso eu me lembro direito. Nesse sentido, a zona lá de Santa Rosa, onde atuei, era bem mais adiantada, tinha um nível de vida bem melhor. [...] O rendimento daquelas famílias que plantavam cana era muito pequeno.³⁹⁸

Outros também lembraram-se desse tempo e de suas dificuldades:

[...] na colônia faltava emprego [...] nem toda família podia pagar peão. O pessoal da casa é que tinha que dar conta. Dentro de casa a maior parte era de barro. Eu não sei até quem é que fabricava aquilo. Tinha bacia, tinha gamela, tudo de madeira. Era tudo coisa feita em casa. Se lavavam os pés numa gamela de madeira; tinha alguma ferramentinha. Quando nós viemos de Santo Antônio, a minha mãe trouxe um cuscuzeiro com uma bacia, tudo de barro.³⁹⁹

Era uma região muito pobre, muito pobre. No Montenegro, aquilo ali, a senhora só via rancho e ranchinhos [...]. Era sem fim do mês. A senhora sabe, é brabo...⁴⁰⁰

Não tinha luz elétrica; era com lampião, às vezes pesando uma carreta de açúcar.⁴⁰¹

Nós descobrimos em campanhas políticas lugares de gente que nunca tinha vindo à sede do município. Nunca [...] para se chegar lá, só a cavalo.⁴⁰²

Era contado que, naquela, época aqui, as pessoas que tinham geladeira dentro de casa eram os mais fortes. Os da cana não tinha nada dentro de casa.⁴⁰³

A maior parte, dona, vivia na miséria. [...] O filho não tinha nem tamanca para calçar de noite. A roupa era de riscado. Isso aí, todo mundo vivia só naquilo.⁴⁰⁴

Quantas vezes **ouvimos falar do bolsão de pobreza do Litoral Norte**, local onde existia o maior índice de verminose do estado. Tanto é que, durante muitos anos, os órgãos governamentais consideravam o Litoral Norte como a zona mais pobre do estado, [...] onde grassava a pobreza, a verminose, a mortalidade infantil, **a ponto de ser comparado ao Nordeste brasileiro**. [...] O que mais me chamou atenção era o baixo nível de vida, as construções rústicas, muitas sem assoalho e cobertas com palha. [...] casas quase totalmente desprovidas de móveis e utensílios como pratos e talheres.⁴⁰⁵

Alto índice de verminose não combina com desenvolvimento econômico.

A Missão Rural de Santo Antônio, instalada em 1956, foi muito atuante no município, desde sua instalação, em 1956. Naquela altura era prefeito Jorge Von Saltiel. Ele se

³⁹⁸ Depoimento de Reginald Delmar Hintz Felker concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 23 set. 2004.

³⁹⁹ Depoimento de Antônio Machado Cardoso concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 12 jan. 2003.

⁴⁰⁰ Depoimento de Pedro Pacheco Fernandes concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 23 fev. 2000.

⁴⁰¹ Depoimento de Angelino da Costa Neto concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º fev. 2001.

⁴⁰² Depoimento de Antônio Nazir Ferreira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 04 fev. 2005.

⁴⁰³ Depoimento de Renato Rolim Machado, ex-canavieiro no Ribeirão do Meio, Santo Antônio da Patrulha, concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 12 fev. 2000.

⁴⁰⁴ Depoimento de Júlio Pereira Sobrinho concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 12 fev. 2000.

⁴⁰⁵ Depoimento de Ivo Stoffel concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º maio 1999. (Grifo nosso).

manifestou à Folha da Tarde, quando da amostra educativa da batata inglesa e de trabalhos manuais, atividade da Missão Rural, no município, reconhecendo, publicamente, que o colono de Santo Antônio da Patrulha vinha empobrecendo cada vez mais.⁴⁰⁶

O médico baiano Dr. Raimundo de Carvalho Reis e Silva, recém-formado, chegara no município, juntamente com o engenheiro agrônomo Manoel Vaz Costa e sua esposa, Diva Vaz Costa, agente de economia doméstica. A eles juntaram-se a assistente social Isabel Rezkigel, o motorista Jari de Oliveira Remião e a professora de corte e costura Iracema Cardoso. Teriam que fazer educação rural no interior, com aparelhos e materiais vindos dos Estados Unidos, diante do quadro problemático que encontraram. O agrônomo pregava a preservação do solo, o médico dava palestras e ensinava os primeiros socorros, a agente de economia doméstica orientava na melhoria da dieta com os alimentos de que dispunham. E, assim, centros comunitários foram criados em algumas comunidades, na tentativa de reverter os problemas encontrados, sobretudo em lugares escondidos, hoje quase desabitados, como o de Fundo Quente. Recorda Dr. Raimundo: “Nós andávamos por esses córregos todos, passamos por pontes pênseis sobre o Rio dos Sinos. Fomos descobrir a Toca Santa, que até então ninguém tinha dado muita importância.”⁴⁰⁷ A Missão percorreu, especialmente, o norte do município, acidentado e de difícil acesso, tendo como meta acionar a reversão do quadro de pobreza e abandono que se encontravam muitas comunidades rurais de Santo Antônio da Patrulha.

O ex-vereador do PTB Antônio Nazir recorda:

Essa zona da serra era muito pobre. [...] Montenegro, Sertão, Palmeira do Sertão, Içara, Ribeirão, isso não tinha estrada, isso não tinha nada. Dava uma chuva, os rios passavam por dentro dessas áreas, esses lugares, atacava tudo, ninguém passava, trancava tudo. Então, sempre foi muito difícil a zona colonial dessa época. Basicamente a zona maior produtora de cana, o primeiro distrito e parte do segundo era a nossa zona pobre; muito pobre.⁴⁰⁸

⁴⁰⁶ EM SANTO Antônio: amostra educativa de batata inglesa e trabalhos manuais. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 43, 15 fev. 1960. Além da Missão Rural, fora designado, pela Secretaria da Agricultura, o agrotécnico Edwin Bach. Examinar também: MISSÃO Rural deveria em Santo Antônio atender aos problemas dos agricultores locais. *O Clarim*. Porto Alegre, p. 2, 13 jan. 1955.

⁴⁰⁷ Depoimento do Dr. Raimundo Reis e Silva concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 21 maio 1999. A precariedade dos hábitos de higiene familiar e a existência de parasitas entre os escolares, o isolamento nas comunicações eram problemas a serem enfrentados. A prof^a Eddy Flores Cabral, de Porto Alegre, nomeada para o distrito de Caraá (zona canavieira), na localidade do Bocó, relata, em suas memórias como professora em Santo Antônio da Patrulha, nos anos de 1940, que lá faltava tudo, e que tudo precisava ser feito para atingir, através dos alunos, as suas famílias, que viviam com extrema precariedade em vários sentidos. Por exemplo: cada casa tinha sua escova de dente, uma só, de uso obrigatório aos domingos e nos dias de passear. CABRAL, Eddy Flores. *Num vale distante*. Porto Alegre, 2002. 32 p. e anexos digitados. Posteriormente, seu trabalho foi publicado: CABRAL, Eddy Flores. *Num vale distante: Bocó, Linha Padre Viera (Caraá)*. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.). *Raízes de Osório*. Porto Alegre: EST, 2004. p. 814-823.

⁴⁰⁸ Depoimento de Antônio Nazir Ferreira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 26 fev. 2005.

Na análise do engenheiro agrônomo Wilson de Oliveira Castro, a área agrícola da região era, de fato, a localizada nas encostas dos morros da Serra Geral, restando a planície apenas para o arroz e o abacaxi. O agricultor, primário e sem recursos materiais, em busca das terras para plantio, localizou-se nessas encostas, cobertas de matas naturais, desenvolvendo ali a sua atividade, aliado ao machado e ao fogo. A agricultura promovida se caracterizou por uma *lavoura de rapina*, às custas das reservas orgânicas do solo, que foram acumuladas em séculos de uma progressiva elaboração de húmus. Desfeito o equilíbrio natural solo-planta, a erosão foi reduzindo os solos a terras exauridas e pobres, e tornou-se responsável, naquela altura, em parte, pelo estado de pobreza em que se encontrava a maioria dos agricultores da zona norte-litorânea.⁴⁰⁹

Relativamente à produção canavieira, não só em Santo Antônio, como também em Osório e Torres, há anos vinham sendo feitas várias reivindicações às autoridades competentes, visto os produtores se sustentarem, vestirem e educarem seus filhos com os rendimentos oriundos apenas de seus canaviais, e não ser-lhes dada a devida atenção. De safra em safra vinham encontrando maiores dificuldades para continuarem na atividade da cana, vendo-se obrigados a abandonar, por falta de amparo, as lavouras, cuja produção, desde a mocidade, proporcionara-lhes meios de subsistência, como também representara grande parcela de contribuição à economia local e regional.

A cana-de-açúcar, conforme afirmou o engenheiro agrônomo Wilson Castro, naquela altura, poderia “[...] melhorar radicalmente a economia do colono do litoral gaúcho, que com terras cansadas, e um minifúndio acentuado, não dispõe de uma cultura econômica básica, pois os produtos que colhe atualmente em pequenas porções (milho, feijão, mandioca, etc.) apenas servem para, como costumam dizer ir tapeando.”⁴¹⁰ Mas ele próprio reconhece, anos depois, que o Estado só poderia, com o amparo à cana-de-açúcar, socorrer o Litoral Norte, que vivia em:

[...] condições de **miserabilização progressiva** [...].

Fugiu das imediações do mar que lhe dava o peixe como fonte proteica, mas não lhe permitia, praticamente, cultivar algum nos seus areais. Afastou-se tanto em demanda da serra que para buscar os frutos do mar, a distância era grande demais e, sem condições para produzir leite e carne, foi-se carenciando proteicamente, assim que a caça foi-se tornando mais e mais escassa. Carenciando, sua capacidade em todos os aspectos foi declinando e a verminose se instalou, sugando-lhe o resto de suas energias.

⁴⁰⁹ CASTRO, Wilson de O. O açúcar e o Rio Grande. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06 fev. 1964. Suplemento Rural, p. 7.

⁴¹⁰ Idem. *Ibidem*.

Hoje astênico, abúlico, ignorante, analfabeto, vegeta à margem do progresso do País, cuja grandeza ignora, de cujos destinos não participa, cujos valores não o motivam.⁴¹¹

Eram eles os minifundiários que viviam da cana-de-açúcar e através dela se mantinham vivos, com muitas dificuldades, como recorda Antônio Machado, cuja família subiu a serra para livrar-se da pobreza: “[...] tinha muita gente que nem plantava cana porque não tinha maneira de colocar um engenho. Só quem tinha engenho perto que cedia. Saía caro montar um engenho.”⁴¹² Wilson Castro, que viu de perto a realidade canavieira, reconhece que ampará-los era um dever de Estado.⁴¹³

Essa visibilidade do quadro de carências da região comparece em vários depoimentos de testemunhas, que, vivendo essa realidade, focaram-na a partir dos lugares postos de atuação e inclusive de partidos políticos opositores, chegando todos ao mesmo reconhecimento conclusivo. Por exemplo: os olhares mais próximos dos professores Juracy Pasquoto⁴¹⁴ e Benito Izolan,⁴¹⁵ da Escola Rural de Osório, que destacaram a pobreza da economia familiar da região; do canavieiro Julio Pereira Sobrinho,⁴¹⁶ que recordou viver na miséria a maior parte das famílias no morro do Montenegro, onde reside; do ex-canavieiro *Zé da Tamanca*,⁴¹⁷ que se impressionou, ao chegar na região, por não usarem calçado: “Tudo andava de pé no chão.”; do engenheiro agrônomo Wilson de Oliveira Castro, membro da Comissão Técnica que estudou as condições da região para a implantação da usina açucareira e na entrevista afirmou com ênfase: “[...] a realidade dos canavieiros era péssima. As famílias eram muito pobres, plantando na encosta do morro, onde a erosão tomara conta. [...] O Litoral Norte sempre esteve muito isolado.”⁴¹⁸

Diferente não é a ótica dos olhares mais distantes, como a do ex-deputado estadual, depois federal, o trabalhista Harry Sauer,⁴¹⁹ atuante na região, o qual se lembra de lugares a que nem com jipe se conseguia chegar e de que tudo era muito difícil, porque a comunicação

⁴¹¹ RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *Relatório da Comissão Especial para o Estudo da Agroindústria açucareira*. Porto Alegre, out. 1975, p. 237. (Grifo nosso).

⁴¹² Depoimento de Antônio Machado Cardoso concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 12 jan. 2003. Frisou também que nem todos tinham uma junta de bois; às vezes, nem vaca de leite.

⁴¹³ Depoimento de Wilson de Oliveira Castro concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 24 jan. 2001.

⁴¹⁴ Depoimento de Juracy J. Pasquoto concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 20 jan. 2003.

⁴¹⁵ Depoimento de Benito Barbosa Izolan concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2005. Destacou que, antes da AGASA, milhares, na região, viviam numa situação bastante precária.

⁴¹⁶ Depoimento de Júlio Pereira Sobrinho concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 12 fev. 2000.

⁴¹⁷ Depoimento de José Luis Correa de Andrade – *Zé da Tamanca* – concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 26 fev. 2000.

⁴¹⁸ Depoimento de Wilson de Oliveira Castro concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 24 jan. 2001. Dr. Wilson, ao revisar esse texto, em 1º de junho de 2005, completou: “Ainda bem que tinha muita pedra nos morros, o que impediu que a erosão fosse mais calamitosa.”

⁴¹⁹ Depoimento de Harry Sauer concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 13 set. 2004.

era extremamente precária; do ex-Diretor da AGASA, Leonel Mantovani, que enfatizou não haver estradas na área: “[...] não tinha isso e não tinha aquilo!”⁴²⁰ Para Olímpio Tabajara, secretário de Economia do Estado à época da inauguração da usina, a região era subdesenvolvida, sem indústrias e sem outras atividades permanentes: no verão, com atividades sazonais; passados os sessenta dias, retornava-se ao cenário rotineiro, sem vida própria.⁴²¹

Os depoentes acerca do tempo pré-AGASA reproduzem a mesma lógica e a descrevem com convicção, sem falhar a memória. Ela se mostrou viva e lúcida quando indagados sobre como se apresentava o Litoral Norte, entre os anos de 1955 e 1960, especialmente. Todos foram unânimes na resposta: o Litoral Norte era uma região pobre; a mais pobre do estado. A unanimidade é plena. Saídas?

O engenheiro Mário José Maestri, depois de colaborar durante três anos com o prefeito Leonel Brizola em Porto Alegre, a seguir eleito governador do Estado, recebeu novo convite em reconhecimento por seu desempenho à testa da Secretaria de Água e Saneamento da Capital. Após um ano no cargo de secretário de Estado das Obras Públicas, afastou-se, mas com um desafio colocado pelo governador:

[...] ele era um cidadão muito realizador, esforçado, trabalhador. Durante a campanha, pedia que, se alguém tivesse algum programa para realizar, que encaminhasse para ele no período pré-eleitoral, que ele estudaria depois. [...] Um dia eu estou sentado com ele no gabinete, jovem, cheio de ideais e idéias, quando ele, inesperadamente, se virou para mim e me fez uma pergunta: O que está errado no Rio Grande do Sul? Eu me dei conta que eu não sabia o que estava errado. Levei um choque. Não tinha uma idéia do que fazer para ajeitar o Rio Grande do Sul.⁴²²

Depois de algum tempo, o engenheiro Maestri, já de retorno como colaborador no governo do Estado, indicou a Brizola a realização de um projeto-piloto para, a partir dele, buscar as soluções aos problemas do Rio Grande do Sul. Escolhera a área que considerava a mais atrasada, o Litoral Norte. Aliás, destacou: era a região que exibia os menores índices de desenvolvimento do Estado. Para ela chamaria uma equipe de técnicos a fim de estudá-la e propor as respostas aos problemas nela encontrados. Aprovado pelo governador, Maestri passou a coordenar a Comissão de Desenvolvimento Econômico do Litoral (CODEL). Esse plano foi amplamente difundido na grande imprensa. E a sua tônica era sempre a mesma, aquela aludida nos depoimentos colhidos. Em 10 de abril de 1960, o Diário de Notícias publicou:

⁴²⁰ Depoimento de Leonel Mantovani concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 17 jan. 2001.

⁴²¹ Depoimento de Olímpio Tabajara concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 22 set. 2004.

⁴²² Depoimento do engenheiro civil Mário José Maestri concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 23 set. 2004.

Esta zona pelas características especiais que apresenta no quadro do subdesenvolvimento do Estado, possui uma estrutura socioeconômica desajustada e sujeita a permanentes tumultos, com graves reflexos para a economia do Estado e a própria tranqüilidade e prosperidade de seus habitantes. [...] As condições humanas das populações da faixa do litoral, são por demais conhecidas das autoridades públicas: o marginalismo, as endemias, o analfabetismo, a mortalidade infantil, etc. São atestados vivos das precárias condições destas populações.⁴²³

A comissão era constituída por uma equipe multidisciplinar de técnicos que se colocou em busca de auxílios financeiros do governo federal, bancos nacionais e internacionais para obras e investimentos no campo do desenvolvimento econômico. Dois projetos para a região foram pela Comissão encaminhados até o final do governo Brizola: a vinda de emigrantes dos Países Baixos para a faixa litorânea do estado e a ligação de Porto Alegre ao mar.

O projeto de vinda de emigrantes dos Países Baixos para a faixa litorânea do estado levou o governador a visitar a Holanda, com o objetivo de melhorar as condições técnicas agrícolas na região. Seriam grupos de famílias, organizados em cooperativas e colocados em áreas povoadas, para que servissem de motivação, exemplo e estímulo às populações agrícolas locais, constituindo, portanto, elementos aceleradores do desenvolvimento econômico da área em estudo, no entendimento dos técnicos. Na interpretação da Comissão:

Sendo o holandês um homem perseverante e afeito à adversidade da natureza, pela luta que tem mantido através dos séculos com o mar, possui um caráter e espírito de combatividade, decisão e firmeza, tornando-o, uma das mais preciosas mão-de-obra do mundo. São altamente especializados em agricultura, pecuária e avicultura e sua vinda para nosso Estado, está condicionada a ser técnico, pelo menos em uma cultura rural.⁴²⁴

Justificativas nessa direção estão no imaginário e na visão de muitos. Ou seja, a cultura da população de base açoriana foi dada como a responsável pelo modo de ser e pensar da população norte-litorânea, cujas comunidades não frutificaram como aquelas de base alemã e italiana, situadas na área central e no Planalto Médio, onde o desenvolvimento é a tônica, ao inverso do subdesenvolvimento latente e tradicional da gente de origem lusa, povoadora do Litoral Norte. Esse entendimento também foi colhido do depoimento do Dr. Reginaldo Felker acerca da fisionomia humana da região em análise: “[...] essa tradição açoriana, em que pese toda a beleza... mas veja, os municípios de colonização açoriana, como Santo Antônio, eles são muito tradicionais.”⁴²⁵ Alberto Hoffmann, secretário nas administrações estaduais de

⁴²³ PLANO de Desenvolvimento do Litoral: aproveitamento de todo um potencial econômico. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 14, 10 abr. 1960.

⁴²⁴ Idem. *Ibidem*.

⁴²⁵ Depoimento de Reginald Delmar Hintz Felker concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 23 set. 2004. Aliás, esse é um discurso ouvido nas rodas e bate-papos realizados nas comunidades norte-litorâneas do Rio Grande do Sul.

Leonel Brizola e de Ildo Meneghetti, também indicou o atraso da região como herança açoriana.⁴²⁶

Preconceito à parte, para a execução do projeto, foi estudada a experiência da colônia Holambra, situada em São Paulo, bem como, após contatos, o Litoral Norte foi visitado por um grupo de holandeses, o que teve larga repercussão na imprensa do estado.⁴²⁷

A ligação de Porto Alegre ao mar foi, aliás, obra projetada em várias tentativas de execução durante a monarquia e depois na República Velha, que acabou não efetivada, e que passou a ser considerada pelo CODEL um problema econômico e social, se naquele momento não fosse realizada. De fato, esse era o discurso da Comissão. A obra não poderia ser mais postergada, como condição da mudança de rumo a que região estava submetida historicamente.⁴²⁸

Essas duas obras foram as principais propostas para a mudança de condição da faixa norte-litorânea, sobretudo no período de 1959 (assunção de Brizola) até 1962, quando a idéia de progresso e os resultados do governo passaram a dominar a imprensa.

O trabalhista Leonel Brizola chamava insistentemente a atenção, no sentido de desviar os obstáculos que se interpunham ao seu governo, para rever o lugar do Rio Grande do Sul no seio da Federação. Em 1960, no *Correio do Povo*, na matéria intitulada *Rio Grande desunido: um marginal no processo de desenvolvimento que se registra no Brasil*, o governador já declarara:

Lutei para demonstrar que o caso do Rio Grande do Sul não poderá ser resolvido com uma ou outra obra, ou por iniciativas isoladas. Mas, que, as dificuldades que vivemos decorrem de uma espécie de lesão crônica, que depauperou a nossa economia e, por isso mesmo, exige um tratamento geral, através de um conjunto adequado de medidas e providências.⁴²⁹

O governo do Rio Grande do Sul encaminhou, em 1960, uma representação ao Conselho Nacional de Economia, indicando a situação de crise em que se encontrava o estado, e apontava suas causas, destacando duas: elevação muito maior dos preços dos

⁴²⁶ Depoimento de Alberto Hoffmann concedido a Vera Lucia Maciel Barroso em 22 set. 2004.

⁴²⁷ Por exemplo: HOLANDESES vão colonizar a faixa litorânea do Rio Grande do Sul. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 10 set. 1959. RECUPERAÇÃO do Litoral: chegaram a P. Alegre ontem três técnicos holandeses. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 1º maio 1960. INICIADOS estudos sócio-econômicos para recuperação do litoral gaúcho. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 12, 05 maio 1960. ÁREA litorânea do Estado pode ser colonizada e melhor aproveitada. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 19 out. 1960.

⁴²⁸ MAESTRI: ligação de P. A. ao mar: dentro de dez meses a solução. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 8, 24 ago. 1961.

⁴²⁹ RIO Grande desunido: um marginal no processo de desenvolvimento que se registra no Brasil. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 8, 17 abr. 1960.

insumos agrícolas do que dos preços dos produtos da agricultura gaúcha e investimentos federais, no estado, muito inferiores à arrecadação de tributos nele realizada.⁴³⁰

Na visão governamental, Brizola, em seus manifestos, apontava como solução para a crise econômica do Rio Grande do Sul três encaminhamentos fundamentais: investimentos do governo federal no estado, reformulação da política agrícola e industrialização/eletrificação. Assim, destacando a crise e apontando caminhos, era visível o alarde provocado pelo governador e por partidários do trabalhismo, o que repercutiu através dos jornais em circulação na capital. O seu exame impressiona.⁴³¹ Um exemplo:

É a primeira vez que um homem, com as responsabilidades de governante, traz ao conhecimento público problema de tal importância e passível de tais conseqüências para a vida e para os interesses coletivos. Até aqui, nossos homens de governo, na exposição de questões públicas de interesse administrativo, limitavam-se a entoar hinos de euforismo a todas as situações, fossem estas de desabafo, fossem de premência ameaçadora. Não houve nenhum que surgisse para enfrentar a realidade e para mostrar a realidade do povo. [...] Não cabem no espaço de um trabalho de jornal todas as observações que sugerem o trabalho desenvolvido pelo governador rio-grandense para pôr sua terra a salvo dos assaltos do empobrecimento.⁴³²

Brizola, de fato, aproveitava todas as oportunidades para protestar contra a crise do estado. Em 17 de fevereiro de 1961, ele proferiu palestra no auditório da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da URGs, hoje UFRGS, dizendo aos presentes que sua fala era um grito, um apelo angustioso de um governante que desejava justiça para o estado. Na ocasião, afirmou:

[...] São Paulo está empapado de dinheiro. É dinheiro de todo o Brasil que está sendo canalizado para aqueles grandes grupos econômicos da região. Eles irrigam os bancos e, estes, a indústria. Esta, por sua vez, ajuda a irrigar a agricultura da região. Falamos

⁴³⁰ SINGER, Paul, 1977. p. 191.

⁴³¹ Examinar: AMEAÇA à policultura gaúcha: 200 mil pequenos produtores rurais em completo abandono. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 6, 20 set. 1959. PRESSÃO econômica contra o Rio Grande. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 7, 20 jan. 1960. POLÍTICA financeira da união está estrangulando o Rio Grande do Sul. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 23 jan. 1960. UM ESPELHO da grave situação econômica do Rio Grande do Sul. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 16, 27 abr. 1960. RIO Grande totalmente à margem das atenções do governo federal. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 30 abr. 1960. INDUSTRIALIZAÇÃO: soluções para crise. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 1, 28 abr. 1960. EXPOSIÇÃO do Sr. Leonel Brizola no Legislativo. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 4, 30 abr. 1960. REPERCUSSÃO em plenário da exposição feita ontem pelo governador do Estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 30 abr. 1960. GOVERNADOR fala sobre a situação do Rio Grande: parlamentares ouviram atentos à exposição de várias horas. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 10, 29 abr. 1960. GOVERNADOR fez diagnóstico da vida econômica do Rio Grande. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, p. 16, 04 abr. 1960. GOVERNADOR do Estado: Nada desejamos senão equidade na comunhão federativa do país. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 17 maio 1960. SITUAÇÃO econômica do Estado debatida no Rio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 18 maio 1960. BRIZOLA reúne jornalistas e fala sobre o Rio Grande. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 10, 18 maio 1960. AMPLO levantamento jornalístico da crise econômico-social do Rio Grande. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 09 out. 1960.

⁴³² A EXPOSIÇÃO do Governador Brizola sobre o empobrecimento do Estado. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 3, 12 mar. 1961.

muito em industrialização, porque consideramos que não pode haver desenvolvimento sem industrialização. Muitos ainda há que sustentam a idéia de que o Rio Grande do Sul só deve cuidar de pecuária e da agricultura. Pois bem, se só cuidarem da pecuária e da agricultura e não cuidarmos da nossa industrialização, acabaremos perdendo a industrialização e também a nossa agricultura e a nossa pecuária. Porque eu considero que não pode haver uma agricultura e uma pecuária fortes sem que sejam elas completadas por um grande parque industrial.⁴³³

Os números são ilustrativos da denúncia:

Tabela 14 – Distribuição percentual do valor da produção industrial por estados

Estado \ Ano	1907	1920	1938	1958
São Paulo	16,5%	31,5%	43,2%	55,0%
Rio Grande do Sul	14,9%	11,0%	10,7%	7,7%

Fonte: LOPES, Juarez R.B. *Desenvolvimento e mudança social*. Brasília: INL, 1976. p. 10.

Para tanto, impunha-se reverter, primeiro, a situação de abandono e a condição marginal, no âmbito da nação, a que o Rio Grande do Sul estava situado. A propósito, esse foi o tempo das reportagens de Franklin de Oliveira,⁴³⁴ na imprensa, com larga repercussão, não só regional, mas nacional também, o que o animou a reuni-las em livro.⁴³⁵ Essa obra vinha ao encontro da causa do governador. Inclusive, o seu impacto foi grande nos estados do Paraná e de Santa Catarina, onde professores universitários, técnicos e homens de governo encontraram, em suas páginas, respostas às suas indagações acerca dos reveses da expansão capitalista intensiva que se operava no final da década de 1950, e das dificuldades das indústrias tradicionais frente ao novo padrão de industrialização que se impunha então.

Outra análise da conjuntura que serviu de sustentação ao governo trabalhista para alavancar a saída da crise do estado foi a de Paulo Schilling, que levantou dados da economia

⁴³³ BRIZOLA, Leonel de Moura. *O processo de marginalização do Rio Grande do Sul*. Palestra proferida em 17 fev. 1961 no auditório da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da URGS. Datilografada. Acervo de Hamilton Chaves, acessado pela filha, Maria Teresa Chaves Custódio. Brizola deixou bem claro o referencial da sua política econômica, que, aliás, balizou a adoção do projeto usineiro para o Nordeste do estado. Para o reerguimento econômico do Rio Grande do Sul, Brizola constituiu dezessete grupos de trabalho na Secretaria de Economia. Um deles se voltou para a industrialização da produção de cana-de-açúcar. Os outros podem ser vistos na reportagem REERGUIMENTO econômico do estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 23 jan. 1960. A fixação do homem à terra foi outra iniciativa governamental. Em 1960, quarenta e sete títulos de legitimação de propriedade foram entregues pelo Secretário da Agricultura, Alberto Hoffmann, em Itati, no Litoral Norte. FIXAÇÃO do homem à terra. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 5, 06 set. 1960.

⁴³⁴ Redator do *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro, publicou treze reportagens sobre a crise econômico-financeira do Rio Grande do Sul, resultado de sua permanência no estado colhendo elementos para escrever *Fabrica-se um novo nordeste*, que teve grande repercussão nacional.

⁴³⁵ OLIVEIRA, Franklin de. *Rio Grande do Sul: um novo nordeste: o desenvolvimento econômico e as disparidades regionais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960. O autor buscou demonstrar, sobretudo, que o Rio Grande do Sul não era mais o celeiro do Brasil. O confronto do Sul com o Nordeste também é apresentado na obra CASTRO, Antônio Barros de. *7 ensaios sobre a economia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975. v. II, p. 113-115.

para demonstrar as disparidades regionais e a situação do Rio Grande do Sul frente ao país, dilacerado em áreas prósperas e áreas retardadas. Dentre as últimas estaria a do Extremo-Sul. Diz o autor que em seu trabalho o leitor encontraria alguns aspectos do processo de pauperização a que o estado estava submetido, apontado por ele como merecedor de acurado estudo por parte dos técnicos do governo federal. E destaca: “Onde formas tradicionais de pensamento e trabalho impedem a introdução de novos métodos e meios de produção, apenas uma reorganização geral da sociedade e uma mobilização total de todas as suas potencialidades criadoras, podem tirar a economia do ponto morto em que se encontra.”⁴³⁶

Na Assembléia Legislativa, um estudo intitulado *Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul* também ampliou a compreensão da conjuntura.⁴³⁷

Mobilizados, Leonel Brizola e os governadores do Sul passaram a perceber que não poderiam esperar do governo federal a reversão do quadro diante da política econômica do presidente Juscelino Kubitschek, inibidora do desenvolvimento do Extremo-Sul, “[...] que se proclamava executor de um grande plano de inversões e de uma política econômica anunciada como destinada a transformar a economia do País.”⁴³⁸

⁴³⁶ SCHILLING, Paulo R. *Crise econômica no Rio Grande do Sul: a crise agro-pecuária*. Porto Alegre: Difusão de Cultura Técnica, 1961. p. 19. A obra é rica em dados esclarecedores da crise. Destaque-se que, a exemplo de Franklin de Oliveira, Schilling tinha vínculos políticos com Brizola. Paulo Schilling ocupou, entre setembro de 1961 e março de 1964, a função de representante político de Brizola na Guanabara, bem como a de secretário-executivo da Frente de Mobilização Popular. Cf.: TEIXEIRA, Gilvan Andrade. *Pequeno ensaio sobre a resposta política de Brizola para a crise gaúcha na segunda metade da década de 1950*. 1991. Monografia (Graduação em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. p. 33. A economista Yeda Crusius aponta que, no período de 1950 a 1967, o estado perdeu participação na formação da renda interna brasileira. CRUSIUS, Yeda. A evolução da economia do Rio Grande do Sul face à economia brasileira. In: RIBEIRO, Carlos Reinaldo Mendes. (Org.). *Autonomia ou submissão?* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 77.

⁴³⁷ Examinar: ACCURSO, Cláudio F; CANDAL, Arthur; VERAS, Cláudio. *Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. Boletim da Comissão de Desenvolvimento Econômico*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, n. 16, 1965. Mensagem governamental de 1964 confirma a crise: “O Rio Grande do Sul acompanhou o ritmo de crescimento da economia brasileira até o ano de 1957. Daí para cá vem revelando taxas negativas, chegando a 1963, segundo recentes estimativas, com um nível de renda inferior ao daquele ano. [...] O extremo-sul acompanhou o desenvolvimento nacional, ficando, pois, isolado o Rio Grande do Sul em sua regressão.” Mensagem justificativa da proposta geral de orçamento e das propostas orçamentárias das autarquias para o exercício de 1964. In: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças. *Finanças do Estado*. Porto Alegre: Ocalop, 1965. v. XIV, p. 210.

⁴³⁸ Mensagem do Governador Leonel Brizola à Assembléia Legislativa em 1960. In: FONSECA, Pedro Dutra. *Da hegemonia à crise do desenvolvimento: a história do BRDE*. Porto Alegre: BRDE, 1988. p. 42. Conforme Argemiro Brum, a economia brasileira apresentou-se, entre os anos de 1962 e 1967, em relativa estagnação. BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982. p. 125. Sonia Mendonça chama a atenção sobre as inúmeras versões acerca da crise econômica dos anos 1962-1964. Entretanto, diz ela: “[...] todas partem de igual constatação: a quebra do dinamismo da acumulação brasileira verificada em inícios da década de 60, se deu com o declínio do volume dos investimentos industriais.” MENDONÇA, Sonia Regina de. *Dez anos de economia brasileira: História e historiografia (1954-1964)*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Marco Zero; SCT; FAPESP; FINEP; ANPUH; CNPq, n. 27, v. 14, p. 16, 1999.

A saída dos governos do Sul foi a da organização regional, fortalecendo-se conjuntamente para buscarem soluções aos seus problemas, intensificados pelo rumo e concepção da política nacional. É o que expressa a mensagem do governador Leonel Brizola:

Quando o último Governo da República acelerou o processo de industrialização no Centro-Sul, não cuidou ele da distribuição geográfica das unidades de vanguarda, da localização eqüitativa do parque manufatureiro; nem mesmo de realizar uma política de tratamento diferenciado de nossa economia que é, por excelência, uma economia diferenciada. O resultado foi, como não poderia deixar de ser, a concentração industrial numa restrita e limitada área do centro-sul, destacadamente São Paulo E como não houve tratamento diferenciado, e como não houve preocupação da distribuição de localização geográfica da indústria; e como não se considerou o país uma federação de economias regionais, o resultado foi que se fez automaticamente a pré-localização da indústria no centro-sul. Essa localização surgiu com a força de uma predeterminação. As conseqüências desta distorção econômica começam agora a ameaçar a própria unidade política do país, porque os Estados da Amazônia, do Meio-Norte ao Nordeste e do Nordeste ao Centro-Oeste e do Centro-Oeste ao Extremo Sul não desejam continuar descendo na escala do empobrecimento, reduzidos à condição de colônias internas e territórios economicamente não-autônomos. A reação contra este aviltamento econômico dos Estados já está provocando uma espécie de sindicalização das regiões marginalizadas e das áreas espoliadas. Nosso dever, senhores Deputados, é evitar que essa região, em si mesma justa, assuma feição de ato predatório contra a União. Como evitá-lo? Adotando e promovendo uma política assentada no planejamento regional, a partir da consideração do Brasil como um continente econômico. Dessa forma, impõe-se o zoneamento do país – sua divisão, para efeitos de desenvolvimento harmonioso, em regiões geoeconômicas que seriam cinco: Amazônia e Norte; Nordeste; Centro-Sul; Centro-Oeste e Extremo Sul. Apoiada nesse pressuposto básico, a União estabeleceria uma política diferenciada de favores e estímulos adequados a cada região, ajustados às suas conveniências e exigências.⁴³⁹

Eis aí o germe do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Sem demora, os governadores Leonel Brizola, Celso Ramos e Ney Braga promoveram, em Santa Catarina, de 23 a 25 de março de 1961, a Reunião de Florianópolis. Com as presenças do presidente Jânio Quadros⁴⁴⁰ e maior parte de seus ministros, foi focada a urgência de medidas para impedir que o sul se transformasse em um *Novo Nordeste*. Quais? A formação de um conselho e de um banco voltados ao desenvolvimento dos três estados.

Tais medidas tiveram o aval presidencial de João Goulart⁴⁴¹, que, em discurso, reconhecia:

⁴³⁹ FONSECA, Pedro Dutra, 1988, p. 44.

⁴⁴⁰ Eleito em três de outubro de 1960. No Rio Grande do Sul ele obteve 541.331 votos, contra 431.497 votos para Lott e 214.963 votos para Adhemar de Barros. João Goulart, eleito vice-presidente, no Rio Grande do Sul foi vencido por Ferrari com mais de 80 mil votos de diferença: 557.425 contra 472.902. DIONI, Cleber. *O menino que se tornou Brizola*. Porto Alegre: Já Ed., 2004. p. 111.

⁴⁴¹ João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, prestou juramento em 8 de setembro. Governou até o golpe de 1964, após pronunciamento que fez, em 1º de abril daquele ano, quando disse: “Não recuarei, não intimidarei e reagirei.”

Dentre tantos fatores que condicionam o processo que deprime a economia do Extremo Sul, inclui-se o de continuarmos sendo uma economia agrária, na qual se instalou uma pequena faixa industrial: a de uma indústria dependente da produção agrária e constituída por pequenas e médias empresas. Em face da crise inflacionária em que o País se engolfa, essas pequenas e médias empresas entraram em regime de dificuldades quase insanáveis.⁴⁴²

A mobilização dos governos do Sul estaria inaugurando a saída do *ponto morto* em que se encontrava a economia dos três estados. Assim foi que, após três meses de trabalho, encontraram-se, na capital paranaense, os governadores do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, em 15 de julho de 1961, quando assinaram documentos criando o CODESUL – Conselho de Desenvolvimento do Extremo-Sul – e o BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul.⁴⁴³

De imediato, como afirma Pedro Fonseca, estabeleceu-se como tarefa do BRDE financiar a industrialização.⁴⁴⁴ Deveria investir na pequena e média empresa, na expansão e reequipamento das indústrias existentes, na instalação de novas estruturas, com ênfase nas que utilizassem a matéria-prima local e outras de caráter pioneiro. A preocupação brizolista com a industrialização do Rio Grande do Sul residia no dilema da própria proposta do PTB, que colocava o primado da sociedade urbano-industrial sobre o agrário-tradicional como a solução dos problemas econômicos da região Sul. Com o suporte financeiro do Banco de Desenvolvimento Regional, o Estado gaúcho pôde adotar e conduzir o projeto trabalhista⁴⁴⁵ voltado aos pequenos canavieiros do Litoral Norte – o da criação efetiva da Açúcar Gaúcho

⁴⁴² Discurso de João Goulart em 21 de dezembro de 1961 ao instalar o BRDE e o CODESUL. In: GOULART, João. *Desenvolvimento e independência*. Brasília, [s.n.], 1962, v. 1. p. 117.

⁴⁴³ Seu primeiro diretor foi o gaúcho Pery Pinto Diniz da Silva, nome de consenso dos três estados. O capital inicial foi de Cr\$ 120.000,00, integralizado em quantias iguais pelos estados envolvidos, todavia insuficiente. Jânio Quadros decidiu, na reunião, reservar 1% da receita tributária dos respectivos estados para a constituição do capital do Banco. A União entrou com 10%, proveniente dos acordos para a importação dos excedentes do trigo norte-americano. Mas o Rio Grande do Sul foi o que contribuiu regularmente com 1%, fortalecendo a agência gaúcha diante das duas outras. Ver obras de FONSECA, Pedro Dutra, 1988, e de TEIXEIRA, Gilvan Andrade, 1991. Para Teixeira, o BRDE nascia “[...] da rebelião contra o Plano de Metas e seus correlatos, nascia da revolta contra a forma assumida pelo desenvolvimento capitalista no Brasil ao final dos anos 50, forma esta, que traria o caos e a desesperança aos pampas rio-grandenses. O Rio Grande, definitivamente, não queria ser um novo Nordeste.” TEIXEIRA, Gilvan Andrade, 1991, p. 82.

⁴⁴⁴ FONSECA, Pedro Dutra, 1988, p. 47.

⁴⁴⁵ O termo trabalhismo é conhecido mundialmente para conceituar a trajetória dos trabalhadores em busca de seus direitos. A expressão *projeto trabalhista* está associada ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e a Getúlio Vargas, idealizador do partido. Para este trabalho, Leonel Brizola é sua expressão regional, sobretudo para o Litoral Norte. Sobre o trabalhismo, examinar GOMES, Ângela de Castro; D’ARAÚJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989. Conforme Thomas Skidmore, Brizola era o “[...] mais dinâmico populista da ala esquerda.” Apud: MORAES, Dênis. *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989. p. 76. Segundo Moraes, o brizolismo não se estruturou em moldes organizacionais definidos. Prevaleceria a vertente populista de Brizola: uma relação direta com a massa, sem mediação. Idem, *ibidem*, p. 76. Sobre o trabalhismo, Antonio Chiarello escreveu *O trabalhismo brasileiro: meio século de coerência*. Datilografado. Acervo de Hamilton Chaves.

S.A., que teve o BRDE, como um dos seus acionistas majoritários; o que será demonstrado na seção 4.⁴⁴⁶

Esse é o novo clima, com perspectivas e sinais de mudança na conjuntura da virada, transparentes no amplo noticiário da capital.⁴⁴⁷ Ainda em setembro de 1960, a implantação de cidade industrial dentro de Porto Alegre é a máxima do governo estadual.⁴⁴⁸ Seria a arrancada do setor secundário, a partir desse centro polarizador, que se irradiaria para o interior, indicativo de uma nova era para o estado. Tudo conspirava a favor de um outro tempo para o Rio Grande do Sul. Mas o Litoral Norte do estado antes passaria por difíceis momentos, cujos desafios, além dos intrínsecos à sua condição estrutural, foram impostos de fora, do centro brasileiro, na defesa do Nordeste açucareiro.

Essa percepção está bem clara num dos vários depoimentos colhidos para esta pesquisa. Cassílio Ourique Pereira, com 79 anos, recorda que, cedo, começou a trabalhar. Seu primeiro emprego foi na Osório Irmãos, localizada no Passo da Areia, número 886, atual Avenida Assis Brasil, em Porto Alegre, e

[...] tinha um engenho de arroz em Santo Antônio. Era secos e molhados por atacado. Naquela época não tinha supermercados. Depois surgiu o primeiro, este que hoje é o Nacional, era o Real, de um português, Joaquim de Oliveira, depois o Paulo Feijó [...] Aí não existia mais possibilidade do Osório Irmãos continuar com secos e molhados porque os supermercados tinham tudo. Então, não precisava ter uma firma de atacado. [...] Era só ali que os armazéns se abasteciam. Todos os armazéns. Seus donos eram os Osório da Rosa: Manoel Osório da Rosa, Cersinando Osório da Rosa e Normélio Osório da Rosa. [...] Eles importavam o que era de fora, por exemplo: bacalhau, vinhos, temperos. Naquela época se importava muito. O açúcar, por exemplo, vinha de Pernambuco. Eles tinham o monopólio de açúcar em Pernambuco. Eram só as cooperativas usineiras de Pernambuco do nordeste que mandavam açúcar para toda parte. Tanto que aqui no Sul foi criada uma usina, a Santa Marta, que eu lembro das suas ruínas que ainda existem lá. Na época do Getúlio Vargas, foi uma pressão tão grande lá pelos usineiros que botaram fogo na usina. [...] Os usineiros de Pernambuco tinham muita força. Era só lá que se

⁴⁴⁶ Nos primeiros anos de funcionamento do BRDE, ele concedeu crédito, quase exclusivamente, à indústria gaúcha. Ao setor primário atendiam o Banco do Brasil e os bancos privados. Os gêneros da indústria mais beneficiados com crédito do BRDE foram os do ramo tradicional, notadamente produtos alimentares, ao lado do ramo dinâmico, como os ligados à química e metal-mecânica. A AGASA foi uma das beneficiadas do primeiro ramo.

⁴⁴⁷ Ver: FINANCIAMENTO de 200 milhões para os pequenos agricultores gaúchos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 10, 1º set. 1960. EM REGIME de urgência: JK ao Congresso: mensagem pedindo construção de Siderúrgica no R.G.S. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 10, 30 out. 1960. GOVERNADOR Magalhães Pinto no Fórum Econômico hoje: dilema grave de nosso estado: industrialização ou regressão. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 12, 18 maio 1961. INAUGURADO ontem à noite o primeiro Fórum Agrícola do Rio Grande do Sul. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 14, 27 ago. 1960. PREOCUPADA a indústria carioca com a situação econômica do Rio Grande do Sul. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 14, 30 ago. 1960. SECRETARIA da Economia: levantamento total das possibilidades dos municípios gaúchos. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 4, 25 out. 1960. SEM INSTRUÇÃO geral e técnica para o rurícola jamais alcançaremos a tão desejada produtividade dos campos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 30 out. 1960. GOVERNO Federal reconheceu que o Rio Grande do Sul está se pauperizando. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 03 dez. 1960.

⁴⁴⁸ Podem ser examinados os jornais diários da capital, que veicularam amplas e interessantes matérias sobre o referido projeto.

produzia açúcar. E de lá vinha açúcar para o Osório Irmãos. [...] era um açúcar usina que se chamava Pedrosa. Era em pedra, em pedrinha. Não era refinado. Era um açúcar caro. Depois vinha o açúcar refinado. [...] Era um poder empresarial que tinha no nordeste e naquela época era um cartel. Eles eram donos da situação do açúcar branco. Quer dizer, onde proliferasse uma usina, eles dariam um jeito. Se o governo não extinguisse, eles extinguiriam de uma forma ou de outra.⁴⁴⁹

3.2 A AGUDIZAÇÃO DA CRISE NORTE-LITORÂNEA E A RESISTÊNCIA DOS CANAVIEIROS

Certo é que o homem norte-litorâneo, principalmente o pequeno produtor dedicado à lavoura canavieira, vinha há anos vivendo em subdesenvolvimento, o que o empobrecia progressivamente. Mas o Litoral Norte do estado, com seu quadro de grandes dificuldades, teve – a partir de 1957, sobretudo – seu cenário agudizado com a séria crise do setor canavieiro, o tradicional e identitário da região.

Sem dúvida, uma Portaria Federal de 31 de outubro de 1957 demarcou nova fase da história da cana-de-açúcar no Rio Grande do Sul. Com ela, a proibição de adicionar o açúcar mascavo na fabricação do café⁴⁵⁰, de bebidas e do vinho⁴⁵¹ decretou, na verdade, uma crise de mercado, sem precedentes, para os canavieiros do Nordeste do estado. Tanto é que, poucos meses antes, o saco de açúcar era vendido a Cr\$ 480,00 e, após a medida legal, não se encontrava mais compradores para o produto.⁴⁵² Em situação de desespero, os canavieiros não vislumbravam, então, outra utilização econômica para o produto de suas terras.

⁴⁴⁹ Depoimento de Cassílio Ourique Pereira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 05 jan. 2005. O atacado Osório Irmãos encerrou suas atividades em 1953, em virtude da difusão dos supermercados na capital.

⁴⁵⁰ O uso do açúcar na fabricação do café dissimulava o gosto, um tanto azedo, que ele tem.

⁴⁵¹ Na produção do vinho tinto, durante a fermentação *tumultuosa* (primeiro momento – há dois), na etapa da *chaptalização* (procedimento criado pelo francês Chaptal) era adicionado açúcar de cana. Isso se devia às características do solo e clima da região serrana, fazendo com que o açúcar da uva ali colhida fosse insuficiente para a obtenção da quantidade de álcool necessária para a composição do vinho (11%). Cf. JALFIM, Anete. Elementos para o estudo da agroindústria vinícola: uma abordagem da Cooperativa Vinícola Aurora. In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Ensaio FEE: a sociedade gaúcha*. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento e da Administração, 1980. p. 689-708. Sobre os inícios da vitivinicultura no Rio Grande do Sul, examinar: PESAVENTO, Sandra J. Capitalismo e pequena produção: a indústria vinícola rio-grandense. In: PESAVENTO, Sandra J. *Agropecuária colonial & industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p. 21-68.

⁴⁵² Anotações manuscritas na documentação da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. Acervo de Jorge Pedro Nehme.

Até então, carretas abarrotadas de açúcar mascavado deslocavam-se para a capital, para a fronteira com o Uruguai e Argentina e, sobretudo, para a serra de colonização italiana, onde as fábricas de vinho adquiriam o produto como insumo.⁴⁵³ Diferente não era a relação com as torrefadoras de café, onde os grãos eram moídos com o açúcar amarelo, resultando em produto saboroso e muito procurado no mercado interno gaúcho.⁴⁵⁴ É que Santo Antônio da Patrulha, conhecida atualmente como a *terra da cachaça*, era, desde o início do século XX até a década de 1950, responsável, em grande parte, pelo abastecimento do mercado interno de açúcar mascavo.⁴⁵⁵

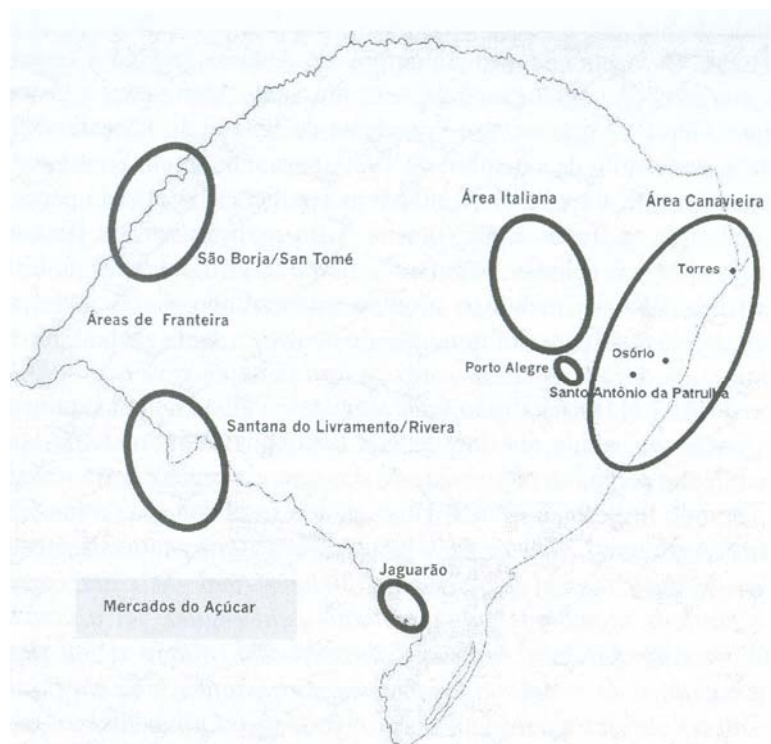
Os armazéns da capital compravam sacos com 60 kg de açúcar que depois era vendido no varejo em embalagens de 1 kg. [...] Não só as vinícolas de Caxias, como as de Flores da Cunha eram grandes compradores de açúcar, como a Valverde, por exemplo. Igualmente os municípios da fronteira com o Uruguai (Santana do Livramento / Rivera, Jaguarão e Quaraí) e Argentina (São Borja / San Tomé) adquiriam o açúcar patrulhense. [...] **Então, a produção de açúcar suplantou significativamente a da aguardente, a tal ponto de se poder chamá-la não mais de Terra da Cachaça e sim do Açúcar Amarelo.**⁴⁵⁶

⁴⁵³ Verificar interessante monografia, impressa, a respeito das primeiras cantinas da serra italiana: RODRIGUES, Jimmy. *Subsídios para a história da uva e do vinho*. Caxias do Sul: [s.n.], 1972. No Arquivo Histórico de Caxias do Sul, realizada uma pesquisa em seus inventários relativos à produção do vinho, não foram encontrados subsídios para essa pesquisa. Destaque-se que documentos de muitas das cantinas extintas não se encontram recolhidos ao acervo do Arquivo Municipal.

⁴⁵⁴ Para a historiadora patrulhense Lézia Cardoso, filha de torrefador de café à época, em depoimento concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 04 maio 2005, a proibição se devia também ao fato de ter que ampliar a venda de café, pois “[...] tinha que consumir mais café em grão. E se tu botas o açúcar, economiza café.” Na mesma direção falou Antônio Nazir, vereador, na década de 1950, em Santo Antônio da Patrulha: evocou a atuação dos cafeicultores paulistas, junto ao IBC, para impor a proibição de qualquer ingrediente na torrefação do café. Depoimento de Antônio Nazir Ferreira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 04 fev. 2005.

⁴⁵⁵ Houve um pequeno acréscimo de produção da cana-de-açúcar em 1958, diante dos números de 1957, conforme dados de CALDAS, Ney Ulrich. *A conjuntura nacional e os problemas do Rio Grande do Sul: necessidade de planejamento regional*. Porto Alegre: Sulina, 1963. p. 57. Para produzir-se um bom açúcar mascavo, a cana deve ser plantada preferentemente em solo bastante pedregoso e de pouca umidade, com exposição para o norte. A melhor variedade de cana é a precoce, e deve estar bem madura, com teor de açúcar acima de 19° Brix. No corte deve ser deixado 2/3 da parte inferior da cana para o açúcar mascavo. Para maiores detalhes examinar: MANUAL prático de produção de aguardente. EMATER/RS, [s.l.:s.d.].

⁴⁵⁶ BARROSO, Véra Lucia Maciel. A expansão da lavoura canavieira no sul do Brasil: Rio Grande do Sul (séc. XVIII-XX). In: VIEIRA, Alberto. (Coord.). *História do açúcar: rotas e mercados*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura; Centro de Estudos de História do Atlântico, 2002, p. 440. (Grifo da autora).



Mapa 7 – Rio Grande do Sul, indicando-se as áreas abastecidas com açúcar mascavo de Santo Antônio da Patrulha – década de 1950

Fonte: BARROSO, Véra Lucia Maciel. A expansão da lavoura canavieira no sul do Brasil: Rio Grande do Sul (séc. XVIII-XX). In: VIEIRA, Alberto. (Coord.). *História do açúcar: rotas e mercados*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura; Centro de Estudos da História do Atlântico, 2002, p. 440.

Os números confirmam. Estatísticas realizadas nos anos 1940/1950 são indicativas.

A produção de cana-de-açúcar no Rio Grande do Sul, em 1939, foi de 1.030 toneladas; em 1949, 673.342; em 1959, 820.000.⁴⁵⁷

Essa realidade é descrita por muitos, fruto de suas próprias lembranças ou das transmitidas pelos seus antepassados.

Acácio Maciel Gomes, membro fundador da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda, recorda:

[...] foi do ano 54 a 60 por aí... deixa eu ver, 55... nós tínhamos a rapadura e o açúcar mascavo, que era bem o nosso comércio. Naquela época exportava para a fronteira com a Argentina; tinha uma boa freguesia, um consumo muito bom, muito grande. Nós comprávamos de todo o município e aí passamos a comercializar. Vendia na fronteira, através de representantes: venda indireta. Então a gente transportava de caminhão. Às vezes a viagem era via viação férrea. Nós comprávamos e revendíamos rapadura e açúcar mascavo. Aguardente, não. Nós tínhamos um comércio relativamente grande aqui em Santo Antônio. Ali nós estávamos nos primeiros contribuintes do ICM, IVC naquela época. Passava bem

⁴⁵⁷ Fontes: FEE. *Da Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do Rio Grande do Sul: 1803-1950*. Porto Alegre, 1986. p. 222 e 264; CNE. *Situação econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1960, p. 59.

de mil barricas de rapaduras e mil sacas de açúcar por mês. [...] Então, dentro desse trabalho que a gente teve desde menino com a cana-de-açúcar, trabalho que a gente sempre se envolveu nele sobre a cana, surgiu uma proibição do IBC, naquela época, Instituto Brasileiro do Café, proibindo a mistura do açúcar mascavo no café e nas vinícolas, vinte vinícolas, que era o forte do consumo. Então, ali a gente ficou preocupado, pois era um dos nossos negócios maiores. [...] preocupado não só com o nosso comércio, como também pela vida do produtor, que eles estavam vivendo. Nós tínhamos mais área de cana naquela época do que arroz. [...] A minha família comercializava, passava bem de mil barricas e mil sacas de açúcar por mês.⁴⁵⁸

Na família de Angelino Costa Neto, da cana plantada em cerca de 8 ha, rendia 300 a 400 sacos de açúcar mascavo, duramente trabalhado por todos, como descreve:

[...] nós levantávamos de manhã, ali por quatro horas da madrugada, cangávamos os animais no engenho, que era moído com boi ou com cavalo, ou com burro, que eram os animais que tocavam o engenho. E um ficava moendo e o outro botava fogo na fornalha para começar a ferver o melado. E ali quando um encarangava as mãos, porque era no inverno e tinha muita geada, aí trocava aquele e ia para perto do fogo, e o outro vinha moer até que amanhecesse o dia, para o pai chegar lá e assumir, e nós íamos para a roça cortar cana. Assim é que funcionava a safra. [...] Nós, guris, íamos cortar cana e transportar de carreta para o engenho, para sempre nunca deixar faltar cana no engenho. Não tinha hora. Nós, às vezes, íamos até onze horas da noite porque tinha que esfregar o açúcar, tirar e botar outra fornada para deixar para o outro dia. A gente trabalhava direto. [...] A mãe atendia a casa e às vezes ia lá no engenho ajudar. O falecido pai cuidava da fornalha, e a Marica, que era a minha irmã mais velha, é que moía. Era a que assumia a parte do engenho quando nós largávamos para ir para a roça. [...] Às vezes nós moíamos cana a meia. [...] Era tu teres a cana e não teres o engenho. Então aquela pessoa cortava a cana. A gente buscava, e a metade era para o fabricante, e a metade para o dono da roça. Isso se chamava a meia. [...] Esse açúcar ia para a fronteira, para Marumby, para Caxias. Para lá era uns dos maiores compradores nossos. [...] Eu viajei muito para Caxias levando açúcar.⁴⁵⁹

E era um desafio enfrentar o comércio do açúcar já no carregamento:

[...] nós íamos carregar. Às vezes encostava um caminhão às dez horas, onze horas da noite. E nós não tínhamos chuveiro. Era uma mangueira de água. Eu ia para ali, carregava um caminhão de açúcar. Quando terminava, eu era só melado. E aquelas bolsas que o Jorge Nehme tinha aqui na fábrica de café, que vinha com café, nós enchíamos de açúcar, e cabia cem, cento e poucos quilos de açúcar, até cento e vinte quilos dentro duma daquelas. E eu “coquiava” aquilo ali. [...] Nós não levávamos os sessenta quilos ou sessenta e um. Era o que cabia no saco. [...] Depois, lá o caminhão, era pesado com tudo.⁴⁶⁰

⁴⁵⁸ Depoimento de Acácio Maciel Gomes concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 21 jan. 2000. O sistema cooperativista também foi responsável pela associação, com sucesso, da produção de trigo e de soja. A propósito, examinar: HEIDRICH, Álvaro Luiz. *Além do Latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

⁴⁵⁹ Depoimento de Angelino da Costa Neto concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º fev. 2001. Como diz outro ex-canavieiro, “[...] trabalhavam tudo no monte.” Ele explicou o seu significado: “Monte é a reunião que trabalhava tudo para o pai e o pai assumia os compromissos dos filhos também.” Depoimento de Nepomuceno Rodrigues da Silveira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º fev. 2000.

⁴⁶⁰ Idem.

Jovelino Lopes Cardoso, um dos fundadores da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda., recorda que o pai plantou cana durante onze anos, aproximadamente, até adoecer. Na infância, junto com sua mãe e seus irmãos, fazia rapadura, que todos empalhavam. A produção era comercializada em Porto Alegre. Na década de 1950, comprou muito açúcar mascavo de fornecedores dos distritos canavieiros do município. “Vinha de todo lado, e valia a pena”, diz ele. Levava para Caxias do Sul até oitenta sacos de açúcar, com 60 kg cada um, em cada viagem. “Lá eles precisavam para botar no vinho.” Mas, com tristeza, lembrou: “[...] proibiram de botar aquele açúcar no vinho. Não podia ser mais do amarelo. Só podia ser açúcar branco lá do Nordeste.” Finalizou o depoente: “A situação ficou apertada por causa de muito açúcar em casa. Não vendia. A usina nasceu para resolver, para fazer açúcar branco. [...] Os canavieiros acreditavam que ia dar certo.”⁴⁶¹ Em suas recordações, Pedro Machado Flor, outro patrulhense do grupo de fundadores da Cooperativa, e que muito vendeu açúcar para o Uruguai e a Argentina, evocou:

[...] meu pai tinha engenho. Ele aprendeu a fazer com o pai dele, e eu aprendi com ele. Sou capaz de fazer até hoje. Cortador de cana, nunca ninguém cortou mais cana do que eu. Nós tínhamos quatorze hectares de terra. A plantação de cana não era muito grande. Devia ser umas cinco ou seis hectares. Nós fazíamos açúcar mascavo, melado... E vendíamos tudo. Tinha o Paulino, ali em Santo Antônio, que comprava. Muitos compravam. Tinha os compradores. Compravam açúcar para exportar, para levar para Caxias, para Porto Alegre. Antigamente eles botavam muito açúcar no vinho. Misturavam para a composição do vinho. Falar em cantina, eu não sei o que ele faz hoje. Valia a pena ouvir o Antônio Correia de Andrade, o ‘Totonho’. Ele comprou muito açúcar e levou muito açúcar para Caxias. Ele comprava de todo mundo. Levava de caminhãozinho, de camioneta. Tinha muito comprador nosso lá. Era muita quantidade de açúcar que ia para lá. Era uma barbaridade!⁴⁶²

Descendente de italiano sediado no Caraá, então distrito patrulhense, Ferúlio Tedesco Neto, mais tarde prefeito de Santo Antônio e também presidente da AGASA na década de 1980, disse que a produção do açúcar mascavo era muito grande, ainda que não apeteável e

⁴⁶¹ Depoimento de Jovelino Lopes Cardoso concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º fev. 2000.

⁴⁶² Depoimento de Pedro Machado Flor concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 22 jan. 2001. Antônio Nazir também lembrou a quantidade de engenhos coloniais que produziam o açúcar mascavo para a zona do vinho, na serra, para lá fazer os vermouths, conhaques, vinhos, etc. Disse ele: “Santo Antônio foi quem sempre forneceu açúcar para a produção das bebidas da serra, que leva açúcar para fermentação. [...] Eles eram os nossos maiores compradores de açúcar.” Depoimento de Antônio Nazir Ferreira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 26 fev. 2005. Segundo o empresário Brito, o que se produzia, então, não era tanto a cachaça, mas a rapadura, que se espalhava pelo Brasil a partir da sua chegada ao Rio. Depoimento de Antônio Carlos Brito concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º nov. 2004. Para o migrante Antônio Machado, a procura da rapadura patrulhense se dava porque ela era “[...] macenta; não é seca que nem as outras por aí.” Depoimento de Antônio Machado Cardoso concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 12 jan. 2003. No ANEXO F ele descreve a produção do açúcar e da rapadura. Consta também, os depoimentos de Antônio Peres Alós e Angelino da Costa Neto, acerca da produção de açúcar amarelo e de cachaça.

feito, qual rapadurão. Recorda que levavam caminhões e caminhões para toda a zona italiana da serra.

Era o Michelin que mais comprava. Mas eles levavam para Caxias, para Bento, para Flores da Cunha. Eram várias vinícolas que compravam. [...] era utilizado para aumentar o teor alcoólico do vinho. [...] E também usavam o açúcar na torrefação de café. O pessoal gostava, até que foi proibido. Todo esse açúcar era feito com a cana. Santo Antônio sempre teve a tradição da cana.⁴⁶³

Moradores no Alto Grota, interior do Caraá, distrito emancipado de Santo Antônio da Patrulha em 1995, o pai José Peres Alós Filho, com 95 anos, e o filho Antônio Peres Alós, com 65 anos, de ascendência espanhola e italiana, descrevem os tipos de açúcar que se produzia então:

Todo açúcar que se fazia a gente vendia. Até que se vendia bem. Era açúcar ruim, era bom, mas tocava para fora, para Porto Alegre. [...] Tinha açúcar bem solto e tinha açúcar bem ruim, que tinha que ser cortado e depois abaixar. É que ele virava uma bola. Tem uma certa época que a cana não dá açúcar bom. Ele embola e fica numa bola só. Grande... Ele dava trinta quilos cada tirada que a gente fazia, cada fornada, que nem nós dizíamos. [...] E depois a gente, para ensacar... tinha que ser ensacado, tinha que cortar com machado (risos). Faltava cavar (riso). Mas ensacando e misturando com o mais soltinho para não melar os sacos e ia embolar... O peso era sessenta quilos, naquela época, o saco. [...] Cada safra de cana dava de certo uns duzentos sacos. Tudo era vendido [...] Agora o preço do saco não lembro mais. (riso) Mas era mixaria. O melhor era de mais preço. E o mais ruim, daí era de menos preço. [...] A vida era muito sacrificosa. [...] Naquela época meu pai nos acordava às quatro horas da madrugada para moer. [...] Até clarear o dia já tinha uma fornada pronta para ir para o forno. [...] Nós fazíamos quatro fornadas por dia. [...] Paramos de fazer açúcar mais ou menos em sessenta e dois.⁴⁶⁴

Conta Luis Tedesco, outro descendente de italianos, morador no Rio do Meio, direção do Morro Agudo, interior de Caraá, que muito açúcar levou para Caxias até a proibição federal de 1957.

Levei muito açúcar lá. [...] Eu tinha caminhão. Levava para aquela firma de fazer vinho. Botava nas pipas para ajudar a uva... Eles botavam dentro de uma tina para misturar com o vinho. [...] Porque eu até tenho ali vinho que nós botamos um pouco de açúcar dentro do vinho. [...] Se levavam cargueiros e carreta, e tudo quanto era coisa aí de caminhão. [...] É por aí, quarenta, cinqüenta. Depois que eles trocaram e botaram esse outro. Vinha de São Paulo. Aí não botaram mais o nosso. [...] O Arnesto Tedesco também levava. Ele tinha caminhão. [...] Dali de Porto Alegre é que ia para Caxias. Ia naquele morro lá, que dava vinte quilômetros para subir. Não tinha parada. Para Caxias levava uma barbaridade de tempo, porque [...] era chão batido [...] era terra. Não tinha asfalto. [...] Se levava um dia quase. Tinha que parar um pouco em cima do morro, lá. Depois é que descia. [...] Levava açúcar

⁴⁶³ Depoimento de Ferúlio Tedesco Neto concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 18 dez. 2004. Para os italianos mais próximos, situados no Riozinho, distrito patrulhense, também era vendido o açúcar para sua produção vinícola, conforme lembra José Luís Correa de Andrade – *Zé da Tamanca* – em depoimento concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 26 fev. 2000.

⁴⁶⁴ Depoimentos de José Peres Alós Filho e Antônio Peres Alós concedidos a Véra Lucia Maciel Barroso em 18 mar. 2000. A citação supra é a transcrição das falas entremeadas entre os dois depoentes.

de muita gente. [...] Em cada família tinha um engenho. [...] Era uma barbaridade de engenho. Nem sei. [...] essa minha mulher, o pai dela tinha engenho. [...] Fazia açúcar. [...] Eu fui lá na Prefeitura de Caxias falar com o prefeito. Ele falou por que passaram a botar só o açúcar da usina, não mais o nosso daqui.⁴⁶⁵

Além de insumo na produção do vinho e do café até a proibição de 1957, a popularidade do açúcar amarelo e da rapadura se devia, sobretudo, por serem produtos de consumo das classes média e baixa. Reconheciam, porém, os reveses causados pelos atravessadores.⁴⁶⁶ Ainda assim *João Sem Terra* frisou que a família vendia, toda semana, a carga de rapadura. Destacou: “Olha, a cana daqui da região era uma potência econômica. [...] aqui nessa redondeza todo mundo tinha engenho. Faziam rapadura, faziam açúcar.”⁴⁶⁷

Outro depoimento interessante foi colhido de *Zé Paulino* – José Maciel Gomes. Seu pai fabricou muita rapadura, exportada em barricas; inicialmente na Costa da Miraguaia (2º distrito de Santo Antônio da Patrulha), depois na Serraria Velha, onde o comerciante

[...] comprava o melado dos fabricantes ali, pois era cercado em volta. Tinha ali, assim perto dele, uma distância de um quilômetro mais ou menos, tinha uns trinta fabricantes de melado e rapadura. Então, ele comprava o melado, que era para dar serviço para aquele pessoal. Meu pai foi sempre da comunidade. Ele gostava de ajudar e fornecia os colonos tudo para receber na colheita. Naquela época não tinha televisão nem preservativo. Tinha chefe de família com dez, doze filhos... E viviam tudo da rapadura.⁴⁶⁸

O abastecimento do mercado de rapaduras, não só na fronteira, foi dinamizado com a atuação do atacado de Osório Irmãos, em Porto Alegre, como destaca Cassílio Pereira:

Rapadura vinha de Santo Antônio, e se embarcava para a fronteira, que usava muita rapadura. Embarcava de trem naquela época. Vinham as barricas de rapadura nas carretas, que levavam uma semana, e depois, no fim, também caminhões. [...] Nós embarcávamos por semana talvez umas cem barricas de rapadura. [...] Levavam umas duzentas, trezentas rapaduras cada barrica; tudo rapadura de palha. Nós chamávamos de penca de rapaduras. Eram duas rapaduras, uma amarradinha na outra com palha. Era só aquele tipo que existia; não existia outra. [...] Começava em Santa Maria, depois ia Uruguaiana, Alegrete, São Borja, tudo, tudo. Nós fazíamos romaneio à tardinha para que no outro dia cedo embarcasse. Caminhão nosso da firma levava no trem, nos vagões, e lá embarcava e ia embora. [...]

⁴⁶⁵ Depoimento de Luis Tedesco concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 18 mar. 2000. Djalma Oliveira, do 1º distrito de Santo Antônio da Patrulha, também transportou muito açúcar para Caxias do Sul. Depoimento de Djalma Martins de Oliveira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 02 nov. 2005.

⁴⁶⁶ Depoimento de Antônio Machado Cardoso concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 12 jan. 2003. Isaac Marques, professor em Osório e membro do Conselho Fiscal da AGASA, falou da figura do atravessador e das relações que estabelecia com os produtores na área da cana. Depoimento de Isaac Irineu Marques concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 20 maio 2002.

⁴⁶⁷ Depoimento de João Machado dos Santos – *João Sem Terra* – concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 06 jan. de 2000. Trata-se de liderança patrulhense da Reforma Agrária e preso político no regime pós-1964, morador no 2º distrito de Santo Antônio da Patrulha. Ary Amaral, que trabalhou para a AGASA, contou que seu irmão muito levou açúcar de caminhão para Caxias. Depoimento de Ary Carlos do Amaral concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 18 dez. 2005.

⁴⁶⁸ Depoimento de José Maciel Gomes – *Zé Paulino* – concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 03 fev. 1999.

Chamava-se romaneio o documento que acompanhava a mercadoria, para a viação férrea, além da nota fiscal. Era uma relação do que ia, o peso certinho, numerado de cada barrica. A barrica era de madeira, e não tinha grande valor. Depois eles botavam fora. [...] A firma também comprava açúcar mascavo para pedidos aqui em Porto Alegre. Vinha em sacos. Quando ele ficava um pouco mais tempo dentro do armazém, ele ficava que era uma pedra. Eu lembro que às vezes eles tinham que bater, socar, para que pudesse transportar aquela pedra [...] O melado tinha bastante aceitação naquela época.⁴⁶⁹

E das outras comunidades canavieiras do Litoral Norte também saíram sacas de açúcar mascavo para a produção vinícola italiana. Por exemplo:

Adelino Brehm conta que durante aproximadamente vinte anos comprou açúcar mascavo dos produtores em Três Forquilhas e vendeu para a empresa Muraro, de Flores da Cunha, que usava o açúcar para a fabricação de destilados (cachaça, vermute, conhaque, uísque). Seu diretor era Cláudio Muraro. O transporte era feito em caminhão de propriedade de Adelino, que carregava cem sacas por viagem. Fazia duas viagens por semana. Subia a Serra do Pinto. A empresa aceitava todo tipo de açúcar, independente da cor e da qualidade; mesmo o açúcar embolado era vendido. Isto foi entre as décadas de 40 e 50. Mais tarde passaram a comprar melão da AGASA, mais barato.⁴⁷⁰

Conta Jovelino Cardoso que, durante uns cinco anos, levou açúcar para Caxias. “Deixaram de comprar porque proibiram. Não podia ser mais do amarelo: só do branco. Aí inventamos, o Jorge Nehme, o Kury e eu, a Cooperativa. [...] Todo mundo tinha açúcar. Era juntar todos os sócios da cana. Fizemos muitas reuniões. Não parava. Ia para lá e para cá.”⁴⁷¹

Esse animado comércio, paralisado por um ato governamental, sustou articuladas relações entre o Litoral e a Serra, promovidas de longa data. A medida proibitiva do uso de açúcar mascavo como insumo na produção do vinho e do café provocou inquietude e apreensão no meio canavieiro de grande vulto.

De Torres a Santo Antônio da Patrulha foram feitas manifestações de repúdio. Inclusive os produtores de aguardente de Torres dirigiram manifesto ao presidente da República, solicitando a revogação da Portaria.⁴⁷² Fernando Ferrari, em março de 1958, realizando campanha para Brizola em Osório, juntamente com partidários na ZYU 63 (Rádio Osório), sugeriu, diante da crise, uma reunião entre os municípios do litoral para debaterem seus problemas, e prometeu o apoio possível para que a destilaria de Osório logo entrasse em

⁴⁶⁹ Depoimento de Cassílio Ourique Pereira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 05 jan. 2005.

⁴⁷⁰ Depoimento de Nilza Huyer Ely, a partir de entrevista realizada com Adelino Brehm em 03 fev. 2005. A referida historiadora do Vale do Três Forquilhas, na entrevista que fez, indagou sobre outros temas da região, destacando este, que ofereceu a esta pesquisa.

⁴⁷¹ Depoimento de Jovelino Lopes Cardoso concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º fev. 2000.

⁴⁷² AINDA na ordem do dia a absurda proibição de funcionamento dos engenhos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 3, 03 jan. 1958.

funcionamento.⁴⁷³ Seria uma alternativa mediadora do problema que a região estava atravessando. A situação era calamitosa, não só para os canavieiros como para a economia municipal e, inclusive, a estadual. Todos estavam perdendo: os canavieiros, ameaçados com a miséria, impedidos de trabalhar, e os cofres municipal e estadual em queda abrupta de arrecadação. E como ficaria Santo Antônio da Patrulha, o município primeiro, depois da capital, em número de indústrias do Rio Grande do Sul? Aliás, a imprensa revela a invasão do açúcar de outras praças brasileiras, em Porto Alegre, oferecido por menores preços, vindo de São Paulo e de Pernambuco.⁴⁷⁴

Impunha-se reagir diante desse quadro de reveses. E foi o que fizeram os canavieiros. Desencadearam um movimento social organizatório, sem precedentes na história local, envolvendo todos os segmentos sociais e políticos da região, com resultados surpreendentes, sobretudo pelas rupturas incidentes nas relações de poder, que demarcam a história política do município patrulhense e inclusive da vizinha comuna osoriense, sua co-irmã na produção dos derivados da cana. Sem demora, diante da medida proibitiva,⁴⁷⁵ os canavieiros reagiram e se mobilizaram para, em assembléia, definirem estratégias de ação.⁴⁷⁶

Convocados por uma comissão integrada por Jorge Pedro Nehme (proprietário de torrefadora de café em Santo Antônio da Patrulha), Acácio Maciel Gomes (canavieiro) e Jovelino Lopes Cardoso (comerciante) reuniram-se, em 20 de novembro de 1957, nas dependências do Cine Luz, localizado na Cidade Baixa, bairro Pitangueiras, de Santo Antônio da Patrulha. Compareceram cerca de 700 produtores de cana⁴⁷⁷ para debaterem sobre a

⁴⁷³ MUNICÍPIOS do nordeste de reunião em Osório para tratar dos seus problemas. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 6, 26 fev. 1958.

⁴⁷⁴ Na Rua Voluntários da Pátria, 528/538 (com depósito ao lado era representante Buhner S. A. Ind. Com). Mais detalhes examinar CORREIO DO POVO, Porto Alegre, p. 27, 20 maio 1958.

⁴⁷⁵ É preciso dizer que, entre 1956 e 1957, sucessivas medidas governamentais inquietaram o setor. Dentre os dispositivos legais, apontam-se: Decreto da Presidência da República nº 41.080/1957 de 02/03/1957, que fixa competência do IBC para padronização, classificação, exame e análise do café; Resolução nº 87, tomada, em 01/10/1957, na 124ª reunião ordinária para execução da fiscalização da torrefação e moagens de café no Rio Grande do Sul, de conformidade com a Resolução nº 63 de 30/06/1956, assinada por Paulo Guzzo, presidente em 25/10/1957. Ver: DIÁRIO OFICIAL FEDERAL. Seção I, p. 125005, 27 out. 1957.

⁴⁷⁶ Segundo Tambara, até 1960, “[...] as circunstâncias históricas objetivas, no campo, evidenciam que o único segmento social com efetivas condições de mobilização sindical eram os pecuaristas e grandes proprietários.” TAMBARA, Elomar. *RS: modernização & crise na agricultura*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983. p. 61.

⁴⁷⁷ O movimento canavieiro tomara tamanho vulto que motivou o próprio diretor-proprietário do jornal do município a se manifestar assim: “Durante os muitos anos que militamos no jornalismo desta terra, jamais, vimos um movimento de tamanha amplitude e receptividade. Isto revela, sem dúvida, que os produtores de cana estão vivendo uma situação aflitiva, pois a maioria deles tem sua economia baseada, exclusivamente, nos recursos que lhe fornece a cultura da cana. Face ao elevado número de produtores que acorreram a essas reuniões, programadas de afogadilho, podemos afirmar que este movimento terá profunda significação social e econômica, pois os produtores começam a tomar consciência de seu valor e a proclamar suas reivindicações.” CONGREGAM-SE os plantadores de cana de Santo Antônio para a defesa de seus direitos. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 6, p. 4, 11 dez. 1957. A assembléia de 20 de novembro foi o germe do processo criatório da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda.

gravidade da situação criada com a Portaria do IBC que proibia a adição do açúcar ao café (na proporção de 30%), reconhecida como calamitosa para o município.

Após a manifestação enfática do advogado Affonso Penna Kury, membro fundador da Cooperativa, na assembléia foi definida uma comissão para tratar com as autoridades federais no Rio de Janeiro.⁴⁷⁸ A situação agravou-se diante da informação do escritório do IBC, em Porto Alegre, de que o café brasileiro perdia crescentemente no mercado para o café colombiano, produzido sem mistura.

Só em Santo Antônio da Patrulha existiam várias torrefadoras de café, as quais mantinham estreito relacionamento com os produtores de açúcar mascavo local, porque as

[...] torrefadoras usavam o açúcar mascavo para dar cor ao café, aquela cor escura, bem escura, porque não existia a técnica ainda de uma torrefação que tornasse o café como hoje. O café tem uma cor própria dele. Depois de torrado, ele fica bem escuro, e naquela época eles botavam o açúcar mascavo para dar aquela cor. E é lógico que o açúcar mascavo era muito mais barato que o café. Então, você nota que, vendendo um quilo de café, ia um quilo de açúcar mascavo, praticamente, ou meio, no preço do café. O café sempre foi muito caro. Foi caro porque tinha monopólio de produção.⁴⁷⁹

Essa indústria iniciou em Santo Antônio da Patrulha, segundo Lézia Cardoso de Figueiredo,⁴⁸⁰ em 1949, liderada por Jorge Pedro Nehme. Sua experiência com viagens de negócios nos estados de Paraná, São Paulo e sul de Minas mostrou-lhe a carência de torrefadoras no Rio Grande do Sul. Decidiu, então, junto com seu cunhado Edgar Gehner, instalar, na localidade de Entrepelado,⁴⁸¹ uma pequena fábrica de café que, bem-sucedida, foi transferida para o próspero bairro Pitangueiras, na sede do município de Santo Antônio da Patrulha.

⁴⁷⁸ REUNIÃO dos produtores de cana e açúcar mascavo. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. 1, n. 4, p. 1, 21 dez. 1957.

⁴⁷⁹ Depoimento de Cassílio Ourique Pereira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 05 jan. 2005. Não sendo usado o açúcar mascavo, poderiam vir a incentivar o emprego de milho torrado, cevada ou orelha de macaco, em detrimento dos produtos de cana e da saúde dos consumidores, destaca o depoente.

⁴⁸⁰ Interessante trabalho a respeito foi por ela produzido, resultante de pesquisa valendo-se da História Oral com ex-proprietários de torrefadoras e/ou seus familiares. Ver: FIGUEIREDO, Lézia Cardoso de. O aroma do café se espalha pelo quadrante patrulhense. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel Barroso et al. (Org.). *Raízes de Canela*. Porto Alegre: EST, 2003. p. 703-709.

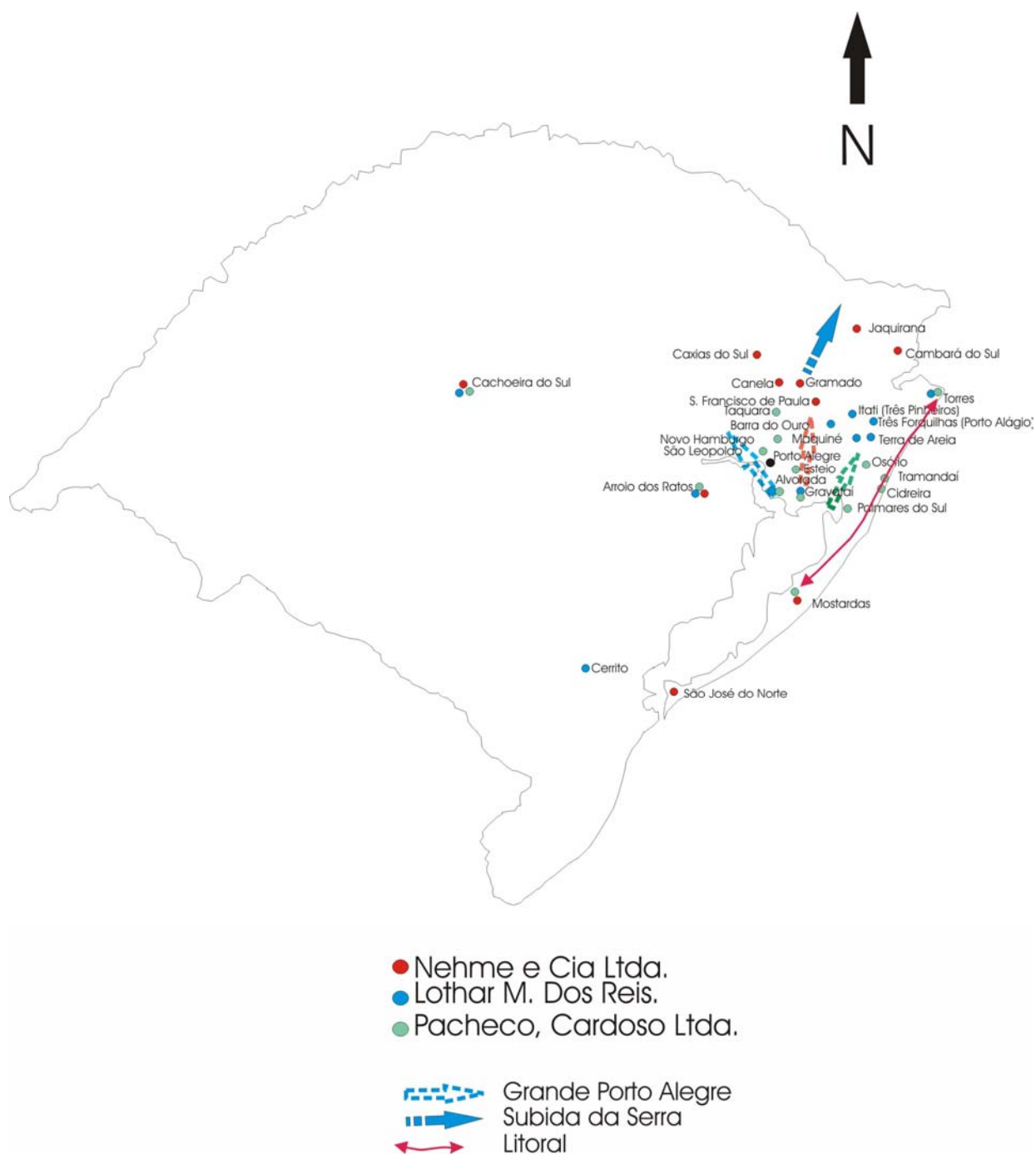
⁴⁸¹ À época distrito de Santo Antônio da Patrulha, depois anexado ao município de Taquara, conforme decisão de plebiscito.

J. Pedro Nehme e Cia. Ltda. torrava e moía o *Café Continental*, com açúcar, premiado com primeiro lugar na Exposição Agrícola, Pastoral, Industrial e Comercial, realizada em Taquara, no mês de março de 1952. Neste mesmo ano, Jorge Nehme,⁴⁸² proprietário da torrefação e moagem do café *Índio do Sul*, cujos grãos eram importados do norte do Paraná e de São Paulo, divulgava suas outras marcas: *Moka*, “o campeão do paladar”; *Minuano*, “o melhor já visto”; *Índio do Sul*, “o maioral de todos os tempos”. Tratava-se de um dos maiores empresários do ramo, dispondo de três “bigs veículos a motor”, assim anunciado, indicando para breve a inauguração dos torrefadores eletrônicos.

Entre os anos de 1952 e 1953, ampliou a estrutura de produção, construindo um prédio especialmente para a torrefadora, cujas obras estavam findando em fevereiro de 1953.⁴⁸³ Em 1955, as marcas consumidas eram *Continental*, *Índio do Sul*, *Minuano* e *Delícia*, torrados com açúcar; *David* e *Continental*, torrados puros. A comercialização se estendia aos balneários do Litoral Norte, incluindo Osório, Palmares, Mostardas e São José do Norte, ao sul. Os negócios em expansão estimularam a abertura de uma filial em Porto Alegre. Caxias do Sul, Gramado, Canela, São Francisco de Paula, Ouro Verde, Cambará do Sul e Jaquirana também compravam o café patrulhense. A imagem construída era a de ser a maior organização industrial do café na zona nordeste do estado.

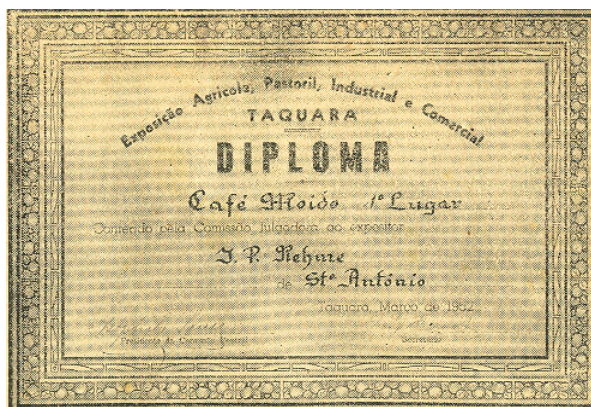
⁴⁸² Sua firma foi fundada em setembro de 1950, com o capital de Cr\$ 225.000,00. Em dezembro de 1956, seu valor era Cr\$ 2.500.000,00. Importava o café das praças de Vitória (ES), sul de Minas e norte do Paraná. Mais dados, examinar: J. PEDRO Nehme Cia. Ltda.: um exemplo de organização no ramo. *O Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. V, n. 101, p. 6, 23 dez. 1956.

⁴⁸³ No jornal *O Patrulhense* de 30 de maio de 1953 (n. 29 e 30, p. 3), destacado comercial divulga a abertura das novas instalações da Fábrica de Café Índio do Sul e Minuano.

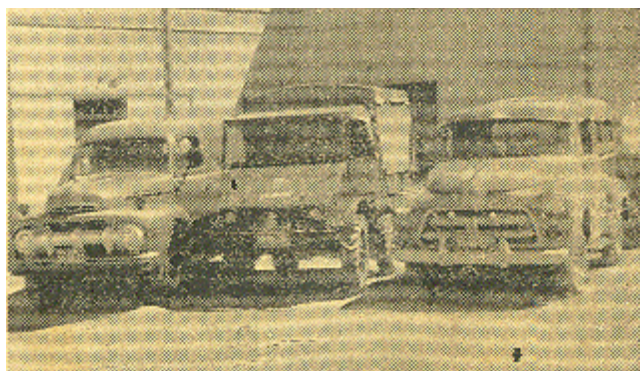


Mapa 8 – Localidades que consumiam café de Santo Antônio da Patrulha

Fonte: Dados oferecidos pela historiadora patrtlhense Lézia Maria Cardoso de Figueiredo.
Elaboração do mapa: Geógrafo Paulo Jolar Galarça.



Fotografia 26 – Diploma conferindo 1º Lugar ao Café Moído do expositor Jorge Pedro Nehme na Exposição Agrícola, Pastoril, Industrial e Comercial Taquara – março de 1952



Fotografia 27 – Frota de carros para distribuição do café da firma J. Pedro Nehme & Cia – 1956



Fotografia 28 – Exemplar de lata de um quilo do Café Continental da firma J. Pedro Nehme & Cia – 1956

Fonte: O PATRULHENSE, Santo Antônio da Patrulha, a. V, n. 101, 24 dez. 1956.

Outra torrefadora local era a Pacheco & Cardoso Ltda., com torrefação e moagem dos cafés *Piva* e *Ipibaé*.⁴⁸⁴ Seus proprietários, Pedro Pacheco Fernandes, depois associado com Tomaz Bento Cardoso, promoviam sorteios, aos domingos, de aparelhos de chá em porcelana, divulgados nos municípios de Gravataí, Taquara, Rolante, Santo Antônio, Osório e Torres. Depois eles colocaram no mercado o café *Guri*. Atendiam as praças do Litoral Norte até Mostardas; Porto Alegre, especialmente o Passo do Feijó (Alvorada), e Novo Hamburgo. Tinham depósito em São Leopoldo e Esteio, e, para atender a Serra, tinham um representante em Taquara.

Por volta de 1959, Tomaz Bento Cardoso, conhecido por *Mazico*, abriu sua própria fábrica de café, a *Vigor*. Estabeleceu a empresa no prédio da antiga fábrica de bebidas que possuía desde 1949, em sociedade, inicialmente, com Osvaldo Machado de Oliveira. Situada na avenida que interliga a Cidade Alta com a Cidade Baixa da sede do município patrulhense, produzia a gasosa da mesma marca *Vigor*, nos sabores guaraná, abacaxi, laranja e soda. A produção da calda, que era adicionada às essências, era realizada por D. Vilma, esposa de Tomaz Cardoso. Após as lides domésticas e o cuidado com os filhos, trabalhava até tarde da noite na produção de bebidas.

A fábrica, que abastecia o mercado local, diante da concorrência de outros produtos do gênero, foi vendida para a localidade de Rolantinho, na época pertencente a Santo Antônio da Patrulha. Após reformas do local, a produção do café *Vigor* angariou fama, nas suas duas especialidades: o puro e o com açúcar. Mesmo com a proibição do IBC, Mazico continuou a fazer café misturado com o açúcar mascavo para satisfazer o mercado, até por volta de 1964/1965, quando desativou a fábrica.⁴⁸⁵

Ainda nesses anos da década de 1950, uma nova torrefadora de café foi aberta em Monjolo, 1º distrito de Santo Antônio. O *Café Flor do Sul* era de propriedade de João A. Krumenauer, sob a direção de Arony Delmar Krumenauer. Lothar Machado dos Reis produziu o café *Flor da Serra*, no Evaristo, e depois em Monjolo, localidades do interior de Santo Antônio. E Balduino Dietrich fabricava o café *Rolante*, no distrito no mesmo nome, que se emancipou em 1954 do município patrulhense.

O número crescente de torrefadoras no município animou a criação da Sociedade Cafeeira Patrulhense Ltda., em 3 de julho de 1954, tendo à frente Renato Randazzo, forte comerciante na praça. O plano, que acabou não se concretizando, era plantar café nas terras

⁴⁸⁴ “Beber café IPIBAÉ é beber saúde.” Propaganda no jornal *O Patrulhense*, em várias edições.

⁴⁸⁵ FIQUEIREDO, Lézia Maria Cardoso de. Tomaz Bento Cardoso: uma história de vida na construção da economia patrulhense. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.). *Santo Antônio da Patrulha: reconhecendo sua história*. Porto Alegre: EST, 1999. p. 823-825.

adquiridas em Matelândia, no Paraná. Afinal, desse estado, na década de 1950, vinham os grãos para as fábricas no município. Entretanto, após a euforia, as torrefadoras, ao serem impedidas de empregar o açúcar mascavo, estavam numa encruzilhada. Os canavieiros, por sua vez, ao perderem, também, o importante mercado consumidor situado na serra italiana, deviam tomar uma posição.

Afinal, os produtores de vinho, doravante, só poderiam adicionar o açúcar branco na produção, vindo este do nordeste e do centro do país: O Rio Grande do Sul não fabricava açúcar branco. Impunha-se, pois, definir medidas diante do “[...] semblante daqueles homens desesperados e quase vencidos que viam em nossa modesta colaboração um recurso extremo para afastar a miséria que já lhes rondava o lar.”⁴⁸⁶

Essa matéria divulgada na imprensa local provocou uma polêmica entre as lideranças dos partidos no município patrulhense. Polêmica essa que percorreu as edições seguintes. O deputado estadual da região, Carlos Fernando Bertoia,⁴⁸⁷ opositor aos trabalhistas que lideravam a criação da Cooperativa Canavieira, ganhou manchete do mesmo jornal. Tomou a defesa dos poderes estadual e municipal, justificando que jamais esteve indiferente à situação dos canavieiros da zona nordeste do estado, quer com o plantio, quer com a industrialização da cana. Reconhecia sua importância para as comunas de Santo Antônio da Patrulha, Osório, Torres, Gravataí, Rolante e Taquara, inclusive.

Mas, na mesma página do jornal, constava que o Dr. Kury, uma das lideranças trabalhistas na defesa dos produtores de cana, em discurso proferido em churrasco na Associação Rural do município, afirmara convicto que a situação do município era muito grave. O êxodo rural, segundo ele, não era ficção jornalística, como insinuara o opositor. Viamão, Canoas e outras cidades da Grande Porto Alegre, que já vinham recebendo inúmeros patrulhenses, agora mais pessoas ainda acolheriam com a medida adotada contra a cana, o que deixaria centenas de famílias em colapso.

Afinal, eram aproximadamente 5.000 torrefadoras espalhadas no estado, proibidas de adquirir o açúcar patrulhense. Resultado: “[...] centenas de plantadores de cana ficarão

⁴⁸⁶ CONGREGAM-SE os plantadores de cana de Santo Antônio para a defesa de seus direitos. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 6, p. 3, 11 dez. 1957.

⁴⁸⁷ Nascido em 10/11/1916, na cidade de Santa Maria, radicou-se em Santo Antônio da Patrulha como advogado na década de 1950, onde constituiu família. Candidato a deputado estadual, nas eleições de outubro de 1954, ainda que o mais votado no município, ficou na suplência. Em depoimento por ele concedido a Vera Lucia Maciel Barroso em 27 set. 2004, revela que fez excelente votação em Santo Antônio da Patrulha. Mas, nos municípios vizinhos, não teve melhor votação, em virtude da Lei Eleitoral Católica. D. Vicente Scherer apresentou o seu candidato católico para a região, que acabou retirando votos que, a princípio, seriam do Dr. Bertoia, segundo ele, o que não lhe garantiu a vitória. Ocupou a cadeira do deputado Valter P. Barcelos e foi apontado como o melhor de uma semana de agosto de 1957. UM SUPLENTE eleito o “deputado da semana”. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 7, 10 ago. 1957. Dr. Bertoia faleceu em 29 de janeiro de 2006.

entregues à própria sorte, não lhes restando outra alternativa senão abandonar suas terras, dando nova coloração ao êxodo rural, com seu cortejo de misérias e colorações.”⁴⁸⁸ Agravava o quadro o fato de ser Santo Antônio da Patrulha um dos municípios que mais canalizava receita para os cofres do Estado, e, contraditoriamente, vivia uma crise sem precedentes.

Essas manifestações geraram a reação do deputado Bertoia, também na Assembléia Legislativa, o qual rebateu as críticas e boletins anônimos, divulgados na comunidade, concitando os plantadores a sozinhos iniciarem a campanha para a solução do problema da cana, uma vez que nada era por eles feito. Enfatizou na tribuna que estava “[...] pondo as coisas nos devidos lugares [...]”, informando ter encaminhado, às autoridades federais e à Comissão de Desenvolvimento Econômico, o pedido de solução para os problemas do Nordeste do estado.⁴⁸⁹

O embate político-partidário prosseguiu com um memorial redigido pelo advogado Penna Kury e assinado por cerca de 700 canavieiros, contendo as reivindicações dos plantadores de cana do município e região, para ser entregue no Rio de Janeiro. A delegação patrulhense antes da ida, valeu-se da intermediação do prefeito de Porto Alegre, Leonel de Moura Brizola, que articulou contatos preliminares com o deputado federal Vitor Loureiro Issler e com o ministro da Fazenda, José Maria Alkmin.

Com as portas abertas, o presidente do Instituto Brasileiro do Café, Paulo Guzzo, acolheu a comitiva, prometendo sustar temporariamente a resolução proibitiva da adição de açúcar no café, diante da situação especial do município de Santo Antônio da Patrulha, que alcançava a produção de 300.000 toneladas anuais de açúcar mascavo. Entretanto, após ponderações, foi definido que a saída seria a constituição de uma cooperativa com os canavieiros, aliada a medidas do IAA na região.⁴⁹⁰

⁴⁸⁸ UM SUPLENTE eleito o “deputado da semana”. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 7, 10 ago. 1957.

⁴⁸⁹ DIÁRIO da Assembléia. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 8, 11 dez. 1957.

⁴⁹⁰ Para Cassílio Pereira, a Cooperativa nascia sob o signo da esperança. Depoimento de Cassílio Ourique Pereira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 05 jan. 2005.

Ou seja, o Instituto do Açúcar e do Alcool instalaria dois ou três postos coletores de melado em pontos estratégicos, postos esses que seriam arrendados ou vendidos à Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda., pelo “custo histórico e a longo prazo”, conforme matéria amplamente divulgada na imprensa local, que deu total cobertura à assembléia dos canavieiros.⁴⁹¹

O Instituto, após adquirir o melado, fazia o transporte em carros-tanque para a destilaria, onde seria fabricado o álcool carburante. Os associados que não dispusessem de engenhos poderiam receber financiamento, via cooperativa, do Instituto ou do Banco de Crédito Cooperativo. Era a idéia posta na mesa das negociações, até que o presidente do IAA, Gomes Maranhão, acompanhado de técnicos, comparecessem à destilaria em Osório.

Sobre a crise e a busca de solução no Rio de Janeiro, um dos participantes da comitiva recorda:

[...] falando com o Jorge e com o Doutor Kury, disse que nós tínhamos que tomar uma providência a respeito dos canavieiros. Então, nós organizamos, nós os três, e convocamos uma reunião para ver o que se fazia. Convocamos aquela reunião, que deu bastante gente, e aprovaram a nossa idéia. Foi designada uma comissão para tratar do assunto, ficando presidente o Dr. Kury. Naquela época, 58, Brizola era prefeito de Porto Alegre. Ele tinha um relacionamento muito bom com o Jango, que era cunhado dele. Resolvemos então ir à Prefeitura falar com o Brizola, para ele aproximar-nos dos canais competentes. Então, chegamos na Prefeitura, se não me falha a memória, numa quinta-eira, às cinco horas, no gabinete dele, em Porto Alegre.⁴⁹²

Acácio ainda detalha pormenores sobre a viagem ao Rio:

Chegamos lá, o Jorge, o Kury e eu. Para começar, ficamos onze dias no Rio, à espera deles. Infelizmente o Guso e o Gomes Maranhão não estavam lá. E nós queríamos resolver esse problema da liberação do açúcar, tanto na vinícola como no café. No dia da audiência com eles, o Gomes Maranhão, que era do Instituto do Alcool e do Açúcar, perguntou: “Mas vocês têm bastante cana lá?” “Temos cana, sim!” **Aí já se estava partindo para ver se arrumava uma carta de recomendação para montar uma usina açucareira no município.** Aí ele fez

⁴⁹¹ Sobre essa crise o engenheiro agrônomo Nelson Matzembacher escreveu e ofereceu informações pontuais acerca da produção canavieira do Litoral Norte. Segundo ele, a região formada pelos municípios de Santo Antônio da Patrulha, Osório e Torres cobria uma área de 5.350 km², que, em 1955, acolhia uma população total de 152.500 hab., aproximadamente. Mais de 99% estavam localizados nas zonas rurais. A cultura da cana era a maior na região, com 15.500 ha plantados. Porém, diz ele: “Essas características, aliadas ao abandono em que por muitos anos viveu essa região, justificam a pobreza e o atraso de sua população. [...] A região [...] desfrutava de condições privilegiadas e por isto mesmo são mais chocantes a sua pobreza e o seu atraso.” Diz mais: “A pobreza do homem que vive da cana na região [...] não decorre somente do preço que lhe é pago pelos seus produtos – aguardente, açúcar mascavo, melado e rapadura, mas também por falta de mercado regular.” Exemplifica que a Cooperativa Canavieira vendeu, em 1958, 200.000 litros por baixos preços, mas que, se obtivessem valor mais justo, haveria a produção de 1 milhão de litros em oferta no mercado. Para mais dados interessantes, examinar: MATZEMBACHER, Nelson. *A cultura da cana no Litoral Nordeste do Estado e a Destilaria de Osório*. Impresso. [s.d.] Acervo da AGASA.

⁴⁹² Depoimento de Acácio Maciel Gomes concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 21 jan. 2000. (Grifo nosso).

perguntas para nós: qual era a área, o que produzia por tonelada, o que produzia por hectare. Aí eu falei, pelos meus conhecimentos, que aqui, dependendo da cana, uma cana de dezoito a vinte e quatro meses poderia produzir até mais ou menos cem, cento e vinte toneladas em hectares. E a produção de quilos por toneladas varia entre noventa e cento e vinte quilos. Aí ele levantou e disse assim: “Olha moço, tu estás dizendo uma besteira. Eu acho. Porque nós aqui, com nossas moendas, que extraem cem por cento o caldo da cana média nas usinas, aí, é oitenta e cinco quilos/tonelada e vocês, com as engenhocas lá, como é que vão produzir isso!?” Aí marcamos, para a volta uma reunião com o representante do Instituto. **Chegamos, e, não quero exagerar, deu bem mais de quinhentos canavieiros no Cine Luz. Lotou aquele Cine, e na rua, e todo mundo colhendo assinatura dos canavieiros. Programamos aquilo sem rádio, naquela época, sem quase nada, como é que eu vou te dizer, quase de boca em boca... foi um movimento... um movimento...**⁴⁹³

Para essa movimentada reunião com os canavieiros e fabricantes de açúcar, compareceu, em 17 de dezembro, o representante do IAA, Sr. Carlos Cássio. Ele insistiu na formação da cooperativa, para que melhor defendessem seus interesses. Jorge Pedro Nehme, em tom inflamado e entrecortado de aplausos, concitou os presentes à concretização da idéia,⁴⁹⁴ ao que a assembléia deliberou pela formação de uma comissão de estudos formada pelos senhores Azilio Gil da Rocha, Manoel de Souza, Otávio da Silva Bernardes, Campolino C. de Andrade, João Antônio de Oliveira, Alzemiro Dias da Costa, Manoel Monteiro Dias, Dario Gil da Silveira, Teotônio José da Silva, João Machado da Silva, Vendelino José Cardoso, Evangelista Meregalli, Ernesto Tedesco, Mário Tedesco, Oscar Inácio da Silva, Luiz José Machado, Adão Ferreira dos Santos, Paulo Marcelino Cardoso, Luiz Peixoto Medeiros, Justino Antônio de Oliveira, João Batista dos Santos, André Luiz dos Santos, Francisco Xavier dos Santos, Jovelino Silveira de Carvalho e Firmino Cândido Nunes. Esse grupo indicado, juntamente com Jorge Pedro Nehme, Acácio Maciel Gomes e Affonso Penna Kury,⁴⁹⁵ ficaram com a responsabilidade de encaminhar a criação da cooperativa.⁴⁹⁶

Sobre os resultados da assembléia, Acácio ainda lembra e lamenta:

[...] ele sentiu aquela barbaridade de canavieiro ali. Então foi aí, ó Véra, que começou o movimento para a formação de uma cooperativa, para mobilizar os

⁴⁹³ Depoimento de Acácio Maciel Gomes concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 21 jan. 2000. (Grifo nosso).

⁴⁹⁴ Ato germinador da definição de criar a Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. Segundo Antônio Nazir, “[...] quando a Cooperativa fazia uma reunião de maior extensão no município, para atrair mais gente, nós tínhamos que achar um clube ou salão paroquial que pudesse abrigar muita gente.” Depoimento de Antônio Nazir Ferreira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 04 fev. 2005.

⁴⁹⁵ As vantagens de uma cooperativa foram por Kury já defendidas em matéria por ele assinada: KURY, Affonso Penna. Assistência ao pequeno produtor. *O Patrulhense*, a. II, n. 92, p. 6, 10 out. 1956. Conforme ele, uma cooperativa de pequenos agricultores, prestigiada pela Associação Comercial, assistindo técnica e financeiramente a seus associados, revolucionaria o setor agrícola, valorizando o trabalho do pequeno produtor, dando-lhes o lugar que merece no seio da coletividade patrulhense. Melhor argumento, diz ele, é o exemplo do sucesso da Cooperativa Rizícola local.

⁴⁹⁶ NOVA reunião dos plantadores de cana e produtores de açúcar. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha. a. I, n. 7, p. 6, 24 dez. 1957. A maioria deles já faleceu.

canavieiros para dentro dela e fazer as autoridades competentes tomarem uma iniciativa sobre a implantação de uma usina açucareira em Santo Antônio da Patrulha, apesar da dificuldade para se conseguir uma carta de liberação para a instalação. Porque tu sabes que o Norte é contra isso aí. Depois surgiu o interesse da comunidade do município e de outras comunidades vizinhas. Era Torres, Osório, Gravataí. Aí marcaram uma reunião aqui no Clube Patrulhense para colher assinaturas para a formação da AGASA, já com cotas participativas. Parece que eram dez mil cruzeiros cada. [...] **Ela estourou como uma verdadeira esperança no município. E a esperança não deu certo... Seria a solução de milhares de canavieiros.**⁴⁹⁷

O ex-vereador trabalhista Antônio Nazir recorda que:

[...] nós estávamos tentando trazer açúcar para cá [...] para dar condições aos canavieiros. Porque o que existia eram engenhos de rapadura, pequenas quantidades. [...] Então foi criada a cooperativa para abrigar esses plantadores de cana, que tinham, principalmente no comércio do açúcar mascavo, o que se vendia muito para Caxias, para Bento, para fazer vermute, fazer conhaque, fazer essas coisas que já usavam para fermentação desses tipos de trabalho. Isso tudo é feito com açúcar até hoje, só que naquela época usavam o açúcar mascavo. [...] Essa Marumby era uma das que mais comprava. Muitos viveram do comércio de açúcar, transportando para Caxias, Bento Gonçalves, essa zona lá. E os caminhoneiros eram poucos, e levavam açúcar para a serra.⁴⁹⁸

Pedro Machado Flor, outro articulador da Cooperativa, detalha aquele momento:

Uma firma, para se forjar ela, montar, tem que ter capital. E a Cooperativa foi fundada, a maioria, até nem sei dizer hoje, porque vai mudando a moeda. Naquele tempo era um mil cruzeiros. Era o mínimo que assinava, é o que a maioria assinou. Têm muitos que nem pagaram aquela miséria. Homens que assinaram com mais do que isso foram o Porfírio Gomes e outros [...] E o nosso colono de Santo Antônio, até hoje ele não tem o espírito cooperativista. Não tem. Porque a Cooperativa funcionou durante o tempo do Jorge e o Oscar, e, durante o meu tempo e do Acácio, à custa do nosso crédito. O Banco Cooperativo só fornecia dinheiro, mas com a nossa garantia, com a nossa assinatura. Quando nós assumimos, eu disse para o Acácio: “Ó, Acácio, é difícil de nós assumirmos.” Porque a cooperativa não tinha nada, não tinha estoque, não tinha nada. Tinha um monte de duplicatas para cobrar, e o contador era o Ferúlio. [...] Nós assumimos. [...] Eu nunca trabalhei tanto, nunca corri tanto como dessa vez. Até em São Paulo fui bater. Até no Rio, atrás de recurso. Nós assumimos e imediatamente tivemos que vir a Porto Alegre no Banco Cooperativo. [...] Graças a Deus eu tinha crédito sem limite, como diz o outro. Foi uma ponte que fomos levando. [...]

O objetivo da Cooperativa era segurar preço para o colono e adquirir o produto do colono, principalmente o açúcar e a rapadura, que eram os dois produtos mais ingratos que existem. Rapadura, é uma ou duas, e ela começa a melar. É uma tristeza. Pega umidade, lá se vai! [...] Era um produtor abandonado, porque ele não tinha segurança nenhuma. [...] A vida do colono era difícil. A maioria dos colonos, oitenta por cento, era pobre mesmo. Era apertado. Eu estou dizendo que no comércio a gente vendia fiado e recebia uma vez por ano. [...] E nós fomos lutando, fomos peleando.⁴⁹⁹

⁴⁹⁷ Depoimento de Acácio Maciel Gomes concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 21 jan. 2000. (Grifo nosso).

⁴⁹⁸ Depoimento de Antônio Nazir Ferreira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º nov. 2004.

⁴⁹⁹ Depoimento de Pedro Machado Flor concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 22 jan. 2001.

Na mesma direção, Angelino Costa, que viveu a trajetória canavieira em várias situações (plantador de cana desde a adolescência, transportador de açúcar para Caxias do Sul, transportador de cana para a AGASA e também vereador de Santo Antônio da Patrulha) apontou como finalidade da cooperativa a redução dos custos de produção, visto que o colono cooperativado não pagava ICM, acrescentando-se a certeza de que a cana plantada teria consumo garantido pela entidade forjada “pelo povo”.⁵⁰⁰ É isso que diz também o ex-vereador pelo PTB Antônio Nazir: “A origem da cooperativa foi para juntar, brigar e fortalecer os canavieiros.”⁵⁰¹

A força da organização canavieira atraiu a muitos, ainda que distantes da região. Depois de alguns anos trabalhando em Porto Alegre, *Zé Paulino* não conseguiu mais ficar nessa cidade, pois seu pensamento, diz ele: “puxava para Santo Antônio.” Ao chegar, se engajou na luta dos canavieiros para a criação da Cooperativa Canavieira.

Aquilo foi uma organização do meu irmão, do Acácio; do Jorge Nehme; do Oscar, meu cunhado; e do Pedro Machado Flor também. Eles organizaram por causa que ficou muito ruim, há uns anos, para os canavieiros. Não tinha exportação do açúcar. Caiu a cana-de-açúcar, não tinha comércio. Então, aí, organizaram aquela cooperativa para comprar o bolão, para tratar do bolão ensacado. Não era o açúcar mascavo... Era um bolão de açúcar; uma coisa!⁵⁰²

Jorge Pedro Nehme, apontado por todos como o articulador central da cooperativa, tem muito presente este processo:

Nós sabíamos que a vocação do povo patrulhense da região da serra patrulhense era a cana-de-açúcar. E sabíamos também que a cana-de-açúcar produzida aqui, ela tinha um grau de sacarose muito maior do que a de São Paulo ou do Paraná e que produzia muito mais por hectare do que em outros estados. Mas, naquele tempo, havia o Instituto do Açúcar e do Alcool, que dificultava a criação de novas usinas, porque eles achavam que isso era privilégio do Nordeste. Mas aí, com o auxílio do doutor João Goulart, que era presidente na época, vice-presidente assumindo a presidência, e com o apoio do doutor Brizola, nós conseguimos conscientizar o governo federal a nos ajudar na fundação da cooperativa, onde nos foi concedido um financiamento muito bom pelo Banco de Crédito Cooperativo. Isso ajudou na compra de novas mudas e apoio do agrônomo pelo governo do Estado. Então o pessoal melhorou assim o produto de Santo Antônio da Patrulha por uma qualidade de cana melhor, mais atualizada. Então, nós, que vivíamos em função da comunidade – e sempre eu acreditei muito em planos comunitários –, começamos a fundar a cooperativa. Primeiro tínhamos fundado a Cooperativa Telefônica Patrulhense. Não tinha telefone em Santo Antônio. Fundamos a cooperativa. Depois fundamos a Cooperativa Canavieira Santo Antônio Limitada, que foi um sucesso. Em virtude disso foi feita a AGASA. E então o que nos levou foi o conhecimento que nós tínhamos da dificuldade do produtor em colocar o produto do seu trabalho.⁵⁰³

⁵⁰⁰ Depoimento de Angelino da Costa Neto concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º fev. 2001.

⁵⁰¹ Depoimento de Antônio Nazir Ferreira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º nov. 2004.

⁵⁰² Depoimento de José Maciel Gomes – *Zé Paulino* – concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 02 fev. 2000.

⁵⁰³ Depoimento de Jorge Pedro Nehme concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 11 fev. 1999.

Seu detalhado depoimento traz ricas informações que não devem ser silenciadas.

Estradas não existiam. Existiam carreiros e trilhas. Os produtores traziam até a Cooperativa em carretas de boi. Eram centenas de carretas de boi descarregando ali na beira da faixa. Mas isso não impedia que o produtor trouxesse. Ele trazia de qualquer maneira: em cargueiro, em carreta... Trazia e entregava na Cooperativa. Recebia o seu dinheiro e voltava para casa com produtos que ele comprava no comércio. E nós dali tínhamos a faixa de Santo Antônio a Porto Alegre, que depois pegava os ramais para o interior do estado. O escoamento era feito assim.⁵⁰⁴

[...] nós fazíamos correspondência para os líderes do interior do município e convocávamos as reuniões pela Radio Sulina. E a Radio Sulina noticiava o nosso pedido, e nós marcávamos as reuniões nas localidades do interior, e depois as reuniões maiores no Salão Paroquial de Santo Antônio. E o pessoal vinha ali e fazíamos as reuniões.⁵⁰⁵

Eles tinham a certeza da colocação de toda a sua produção. Nunca mais, durante o tempo da Cooperativa, houve falta de comprador para o produto de Santo Antônio da Patrulha: açúcar mascavo, rapadura e cachaça. E nós introduzimos, no tempo da Cooperativa, a venda de açúcar mascavo em quilo nos supermercados, no comércio dos armazéns. Naquele tempo tinha pouco supermercado. [...] A remuneração era maior, o preço era melhor. Então a Cooperativa, o lucro dela era pouco. Ela distribuía o lucro no fim do ano, e todo mundo ficava satisfeito.⁵⁰⁶



Fotografia 29 – Jorge Nehme e partidários do PTB em manifestação aos canaveiros de Santo Antônio da Patrulha – Cidade Alta, 1958

Fonte: Acervo de Jorge Pedro Nehme.

⁵⁰⁴ Depoimento de Jorge Pedro Nehme concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 11 fev. 1999.

⁵⁰⁵ Idem.

⁵⁰⁶ Idem.

Para ser associado da Cooperativa foi necessário um grande esforço pessoal, dados os limites financeiros dos canavieiros, como frisa um canavieiro do Ribeirão, em Santo Antônio da Patrulha:

Para ser sócio da Cooperativa, nós fomos lá, fazíamos uma folha, pagávamos e nos davam uma carteira. Pagava um conto de réis para ser sócio. [...] a gente custava muito para arrumar aquele dinheiro. Mas a gente queria se associar para a cana ter um incentivo. Então, a gente fazia um sacrifício ali e arrumava aquele dinheiro. [...] O benefício da Cooperativa é que ela comprava todo tipo de açúcar. Podia ser ruim, dos mais ruins, podia ser um rapadurão, que a senhora talvez nem conheça. Podia ser um rapadurão que a senhora botava num saco. Aí botava outro em cima. Ele ficava uma tábua. Parece que nunca mais se desmanchava aquilo ali. Não tinha tipo de açúcar que a Cooperativa não comprasse. [...] eles pagavam direito.⁵⁰⁷

O então vereador pelo PTB local Antônio Nazir indicou a cor partidária da organização:

Essa idéia nasceu, obviamente, dentro do PTB, porque o PTB estava mais vinculado, no caso, à serra, à colônia de que o campo. Tanto que no 2º distrito, politicamente, a gente era sempre muito derrotado, porque era composto dos pecuaristas e lavoureiros do arroz. Então, havia produção de açúcar mascavo e havia um mercado de vendas na Serra. Começamos a trabalhar em cima disso. É evidente que nasceu dentro do diretório do PTB e com a liderança de alguns canavieiros, e com a liderança de alguém que fazia parte da direção do PTB e estava vinculado aos meios de comunicação mais fácil, que era a cidade, no caso. Com a liderança do próprio Jorge Nehme, do Oscar Inácio, do Acácio, do Jovelino e de muitos, que no momento eu não fazia parte dessa comissão, tentaram, então, organizar e criar a Cooperativa Canavieira.⁵⁰⁸

Nehme sinalizou a influência do trabalhismo na formação da Cooperativa assim:

Nos estatutos, no programa partidário do PTB, consta que o governo tem que proporcionar ao pequeno produtor condições de trabalho, condições de consumo, de entrega da sua produção. Isso o Brizola fazia muito bem, e, baseado nisso, foi criada a cooperativa e depois a usina. Apesar de que na Cooperativa Canavieira, na sua direção, tinha gente de todos os partidos. Quem mandava eram líderes políticos do PTB, na época, não tem dúvida. [...] Acontece que depois surgem os efeitos colaterais. Depois o povo olha quem é que está trabalhando, quem é que está organizando, qual é a pessoa que tem capacidade de trabalho. Aquela pessoa depois é prestigiada quando se lança num plano político, num projeto político. Isso aconteceu conosco em Santo Antônio da Patrulha, na época.⁵⁰⁹

⁵⁰⁷ Depoimento de Júlio Pereira Sobrinho concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 12 fev. 2000.

⁵⁰⁸ Depoimento de Antônio Nazir Ferreira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 26 fev. 2005. Ferúlio Tedesco Neto foi outro depoente que sinalizou a divergência partidária dentro da Cooperativa, fazendo com que Jovelino Cardoso se afastasse de sua direção comercial. Depoimento de Ferúlio Tedesco Neto concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 18 dez. 2004.

⁵⁰⁹ Depoimento de Jorge Pedro Nehme concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 11 fev. 1999.



Fotografia 30 – Jorge Nehme e partidários do PTB em manifestação aos canaveiros de Santo Antônio da Patrulha – Cidade Alta, 1958

Fonte: Acervo de Jorge Pedro Nehme.



Fotografia 31 – Jorge Nehme, junto ao microfone da Rádio Sulina, e lideranças do PTB, em defesa dos canaveiros. Cidade Alta, Santo Antônio da Patrulha – 1958

Fonte: Acervo de Jorge Pedro Nehme.

O papel do trabalhismo a partir da liderança de Nehme foi descrito por Nazir: “[...] ele se transformou no melhor líder político do PTB. [...] Tanto é que os resultados apareceram, e foi um crescimento muito grande. O PTB cresceu em Santo Antônio da Patrulha, muito, muito, assim em dois anos. Foi uma coisa fora do normal.”⁵¹⁰

Diferente não foi a definição do ex-vereador opositor Angelino Costa: “O Jorge foi um baluarte para a AGASA nascer. A realidade deve ser dita. A maioria era do PTB.”⁵¹¹

“Ah, isso é coisa de PTB.” Essa era a expressão corrente entre os opositores, do PSD, da UDN e do PL, colocando-os, por isso, em resistência. Os depoimentos são unânimes. Nessa frente se colocava o ex-vereador patrulhense Pedro Pacheco Fernandes, que defendeu uma postura apolítica da agremiação, assim dizendo: “A cooperativa tem que ser geral. Não pode ter política.”⁵¹²

Certo é que, com essa movimentação política que resultou na decisão de criar a Cooperativa Canavieira, o mercado do açúcar mascavo reagiu, trazendo confiança aos produtores. Como frisou o ex-vereador petebista Antônio Nazir, o produtor de cana teria uma saída. Assim, com a atuação dos canavieiros, a cooperativa, articulada politicamente, passou a pressionar o governador, que era cunhado do presidente da República

Naquela altura, a arena política pré-eleitoral no município estava aquecida. De um lado, sobretudo a UDN, e, de outro, o PTB. Participantes do trabalhismo lideravam a resistência canavieira, na conjuntura de imposições restritivas emanadas pelo governo central. Em nota divulgada no jornal *Informação*, de 10 de fevereiro de 1958,⁵¹³ a pedido da executiva municipal do PTB, assinada por Marcolino De Carli, vice-presidente no exercício da presidência, eram repudiados os ataques e a intranquilidade gerados na campanha de Leonel de Moura Brizola ao governo do Estado. Alertava que se evitassem retaliações pessoais causadoras dos entraves ao desenvolvimento econômico e social do município.

⁵¹⁰ Depoimento de Antônio Nazir Ferreira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 26 fev. 2006.

⁵¹¹ Depoimento de Angelino da Costa Neto concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º fev. 2001. Antônio Carlos Brito, jovem à época, que participou ativamente da luta trabalhista no município, sugere: “Esse tempo da década de 1960 merece uma tese, pois, sem sombra de dúvida, foi um marco na história local esse movimento que fizemos.” Depoimento de Antônio Carlos Brito concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º nov. 2004.

⁵¹² Depoimento de Pedro Pacheco Fernandes concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 23 fev. 2000.

⁵¹³ A PEDIDO. Partido Trabalhista Brasileiro. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n.11, p. 4, 10 fev. 1958.



Fotografia 32 – Marcolino De Carli, Jorge Pedro Nehme e membros da executiva do PTB patrulhense, em diálogo com Leonel Brizola – restaurante de Santo Antônio da Patrulha, 1958
Marcolino De Carli (o mais alto, de fatiota preta); Jorge Pedro Nehme (o segundo, da E para D) e Leonel Brizola (à direita, de lado).

Fonte: Acervo de Jorge Pedro Nehme.



Fotografia 33 – Leonel Brizola e Jorge Pedro Nehme conversam nas dependências do Restaurante Mar del Prata, Santo Antônio da Patrulha – abril de 1962

Fonte: Acervo de Jorge Pedro Nehme.

O que fica visível no acompanhamento da luta canavieira, nesse tempo em análise, é o crescimento do trabalhismo no município de Santo Antônio da Patrulha e em Osório, tradicionais comunas de base coronelística. Na vitrine estavam os representantes do PTB: no âmbito patrulhense, Jorge Pedro Nehme; em Osório, Romildo Bolzan; em Torres, Antônio de Almeida; em Tramandaí, Celso D'Ávila; e, na esfera estadual, Leonel Brizola, arqui-representante da causa.

Leonel Brizola esteve presente na grande assembléia que reuniu mais de seiscentos canavieiros no dia 08 de fevereiro de 1958, nas dependências do Salão Paroquial da Igreja Matriz de Santo Antônio, localizada na Cidade Alta, quando foi fundada a Cooperativa Canavieira Patrulhense.⁵¹⁴ Affonso Penna Kury, na presidência dos trabalhos, após saudar a comitiva constituída pelo prefeito da Capital, o deputado federal Vitor Issler e o candidato a deputado estadual Zaire Nunes Pereira, informou que os cooperativados já poderiam contar com empréstimos de dois milhões de cruzeiros para iniciarem as atividades, resultado da atuação do deputado Vitor Issler. Este prognosticou a ressurreição dos canavieiros, com a atuação da cooperativa, então criada, através de discurso vibrante aos presentes. Brizola, por sua vez, enfatizou, não só na assembléia como através do microfone da emissora local, que, se eleito governador do Estado, no pleito que se avizinhava, iniciativa como aquela mereceria especial atenção. Enfatizou também que pretendia dar novo rumo à situação econômica do Rio Grande do Sul, fazendo com que o estado fosse nivelado com os grandes centros produtores do Brasil.⁵¹⁵ Em sua longa e aplaudida fala, indicou os nomes de Zaire Nunes Pereira e Vitor Issler para deputado estadual e deputado federal, respectivamente, além de propor, para o senado, Guido Mondin (então ausente), através de referências extremamente elogiosas. Na semana seguinte, todos, então acompanhados de Mondin, retornaram ao município e percorreram os distritos em campanha eleitoral, realizando ao final um comício na Cidade Alta, com grande concentração trabalhista. A promessa de desenvolvimento local foi a tônica, agradecida na palavra do Dr. Kury.

⁵¹⁴ A cooperativa ficou sediada na Cidade Baixa – Bairro Pitangueiras, à margem da RS 17. Cassílio recorda onde estava situada: “Quem vem de Porto Alegre para lá, passando o Randazzo (firma de material de construção) era o primeiro prédio grande. Não era um prédio de primeiríssima, mas era um prédio tipo pavilhão, muito bom. O Pedro Arnoldo tinha uma ferragem ali, e ele tinha muita vontade de parar com a ferragem. Queria deixar no prédio alguma coisa que ele pudesse usufruir dos aluguéis [...]” Depoimento de Cassílio Ourique Pereira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 05 jan. 2005. Examinar a certidão do contrato de locação do prédio para a sede da cooperativa: ANEXO G.

⁵¹⁵ INSTALADA a Cooperativa Canavieira Patrulhense. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 12, p. 1, 11 mar. 1958.

3.3 O PTB E A CAUSA CANAVIEIRA

No município, dia a dia crescia a simpatia trabalhista, apesar das resistências da conservadora situação local, como evocou o ex-vereador patruhense pelo PTB Pedro Machado Flor: “Ser PTB era ser bicho; era uma tristeza.”⁵¹⁶ O partidário Ferúlio Tedesco Neto confirma: “Em uma cidade conservadora, ser PTB era ser de segunda classe. [...] Não tinha nenhum vereador no PTB. À época veio morar em Santo Antônio da Patrulha o Dr. Affonso Penna Kury, que se transformou em líder do PTB.”⁵¹⁷ Antônio Nazir Ferreira, também correligionário, à época, confirma e detalha os desafios de ser opositor em terra de coronéis: “Era muito difícil se criar uma oposição. Por isso éramos chamados de comunistas.” E completa:

Não tinha nada de comunismo, porque a gente nem conhecia. O trabalhismo foi uma abertura para dar condição a uma camada de muita gente que não tinha meios de entrar na participação político-partidária. Usava-se muito o velho coronelismo. [...] A gente não tinha chance nem de estudar, quanto mais do resto.⁵¹⁸

Um outro depoimento oferece mais elementos para a análise da força conservadora na região, diante da resistência “dos pequenos que mostravam sua crescente força.” É o de Harry Sauer, trabalhista, natural de Taquara, deputado estadual em quatro mandatos e federal em mais quatro.

Aquela região não era uma região politicamente sensível aos ideais do trabalhismo, de Pasqualini e dos teóricos do trabalhismo no Rio Grande do Sul, seguido depois na prática pelo Brizola. Era uma região que, eu diria, mais de latifúndios, embora não grandes latifúndios, mas era de maiores propriedades de terra, a maior parte voltada para a produção de arroz – alguma coisa de pecuária –, mas era uma região tida como conservadora, tradicionalista. O trabalhismo, naquela região toda, era incipiente, e foi graças aos pioneirismos de algumas pessoas que fizeram liderança, como foi o caso do Jorge Nehme, lá em Santo Antônio, que ele avançou. [...] Em verdade que, evidentemente, se a gente passasse a implantar e a fazer desenvolver na região uma industrialização, haveria uma mão-de-obra mais voltada, e mais sensível, aos ideais do trabalhismo, que na época estava começando a ser implantado no Rio Grande do Sul. [...] Era uma região onde havia uma minoria de grandes proprietários, e havia uma maioria de elementos voltados ao trabalho braçal, e que com a industrialização poderiam perfeitamente passar a desfrutar de melhores condições. [...] Era uma zona onde havia grandes resistências, dado essa tradição dos grandes proprietários, dos antigos latifundiários, se é que se pode chamar assim. Havia uma tradição mais borgista, mais udenista na oportunidade, que estava mais voltada para a manutenção, digamos assim, do *status*

⁵¹⁶ Depoimento de Pedro Machado Flor concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 22 jan. 2001.

⁵¹⁷ Depoimento de Ferúlio Tedesco Neto concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 18 dez. 2004. A resistência ao trabalhismo era tamanha, que chegavam a usar termos ofensivos chamando os trabalhistas de “petebostas”; expressão colhida em depoimentos de partidários do PTB.

⁵¹⁸ Depoimento de Antônio Nazir Ferreira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º nov. 2004.

quo. A classe trabalhadora, a classe assalariada era uma classe de secundíssima linha, porque eram trabalhadores da lavoura mal-pagos, mal-remunerados.⁵¹⁹

Todavia, apesar das dificuldades, os trabalhistas não recuavam; ao contrário. Nazir lembrou os comícios de Peracchi e de Brizola para mostrar a força do avanço do PTB no município patruhense.

Foi criado o diretório em Santo Antônio também, que era muito difícil de criar. Foi um grupo de pessoas que admitia ter a linha política do Getúlio Vargas, Ernesto Dornelles... e em seguida eu me filiei. [...] Eu quebrei um tabu: eu fui o primeiro vereador solteiro que se elegeu em Santo Antônio, e ainda solteiro e pelo PTB. [...] Tu conheces melhor do que eu; usava-se muito o velho coronelismo. O coronel fulano, o coronel fulano, porque eram abastados, porque tinham uma linha de política de mando no município. [...] Eu me elegi em 1959. [...] O Brizola se elegeu no estado e assumiu em 59, e nós aqui depois, só que o Jorge, nessa ele perdeu. [...] O Coronel Peracchi era candidato de oposição ao Brizola, e em Santo Antônio fizeram para ele o maior comício da época; os fazendeiros doaram quantidades e quantidades de gado, e foi carneado aí quarenta e tantas reses para fazer o churrasco. [...] Nós, do PTB, recebemos o Brizola abaixo de chuva para o nosso comício; tudo muito simples. [...] Então o nosso trabalho era juntar gente em alguma vilinha que tinha por aí, que queria comer churrasco. Nós íamos buscar. Muitos foram comer churrasco no comício deles, mas votaram para nós.⁵²⁰

Em outro depoimento Antônio Nazir completou:

[...] nós perdemos a eleição em Santo Antônio. A nossa expressão política era até então muito pequena. [...] Mas nós tivemos uma grande vitória, pois perdemos só por 92 votos. Para nós foi uma vitória, e ali começou. Então, o Brizola ganhou no estado e aí começou a nos dar cada vez mais força. [...] o Jorge não ganhou nessa eleição. [...] mas nós elegemos seis vereadores pelo PTB.⁵²¹

De fato, Jorge perdera a primeira eleição, mas já era o grande líder dos canavieiros. Além da Cooperativa Canavieira, já tinha a Cooperativa Telefônica e ligações muito estreitas com a assessoria de Brizola, desde o tempo deste na prefeitura de Porto Alegre.

No jornal local, *Informação*, interessante matéria foi reproduzida do Correio do Povo de 31 de julho de 1958, intitulada: *Brizola ou Peracchi? Qual o mais digno de um voto consciente e esclarecido?* Nela, a imagem de Brizola é a de um predestinado a grandes feitos em benefício dos seus semelhantes. Ou seja, porque dotado de “visão extraordinária para as grandes realizações e de dinamismo invulgar”, o candidato trabalhista seria o capaz de dar soluções no planejamento e na execução dos problemas de vulto. Estaria nas mãos dos simpatizantes da candidatura Brizola a resolução das dificuldades de natureza vultosa que

⁵¹⁹ Depoimento de Harry Sauer concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 13 set. 2004.

⁵²⁰ Depoimento de Antônio Nazir Ferreira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º nov. 2004.

⁵²¹ Idem. O número oficial de votos de diferença foi de 201, conforme noticiou a imprensa local. RESULTADO oficial do pleito de 8/11/1959. *Informação*. Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 51, p. 1, 25 nov. 1959.

Santo Antônio e região enfrentavam. Brizola era um dínamo. Para alguns, um gênio. Era esse o retrato falado do candidato ao governo do Estado pelo PTB.⁵²²

Ao partido, o espaço canavieiro se revelava um campo fértil para colheita farta nas urnas, cujas eleições se avizinhavam. A propósito, Harry Sauer fala, com detalhes, dos seus contatos com os canavieiros, quando foi buscar votos em todo o município de Santo Antônio, através da bandeira do trabalhismo:

[...] a Cooperativa era uma expressão eleitoral significativa e havia uma perspectiva de que pudesse haver uma melhoria nessa área e nesse setor. Então era um filão eleitoral assim promissor. [...] a gente passou depois a fazer campanha e visitar os produtores, subir aqueles morros lá. Tinha lugares que nem com o jipe a gente conseguia chegar, acessar, porque as estradas deixavam a desejar, e a produção de cana estava mais para o lado alto do município. [...] a gente saía e dizia: “Hoje vamos visitar o pessoal da cana”, e, em algum lugar, a gente tinha que deixar o jipe. Nem com jipe a gente conseguia chegar no topo daqueles morros [...]. A comunicação era muito precária. [...] Tinham rádio, que, na época, por absoluta falta de energia elétrica na região toda, eram alimentados por baterias de automóvel.⁵²³

Afinal, o programa de governo do engenheiro Brizola vinha ao encontro das aspirações locais. O lema brizolista, “o que é produzido no Rio Grande é melhor,” sustentava-se nestas premissas:

- a) fomento de produção e produtividade;
- b) assistência ao pequeno agricultor;⁵²⁴

⁵²² Transcrito do Correio do Povo: APEDIDO. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha. a. II, n. 26, p. 3, 1º ago. 1958. Para lembrar: vivia-se a democracia populista no Brasil, vigente entre 1945 e 1964. O populismo é um fenômeno urbano. Entretanto, é interessante observar como foi a especificidade do desempenho de Brizola na área canavieira gaúcha. Sobre populismo, examinar as obras de WEFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. BENEVIDES, Maria Victoria. *O PTB e o trabalhismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989. PRADO, Maria Lígia. *O populismo na América Latina*. 3. ed., São Paulo: Brasiliense, 1984. Para o Rio Grande do Sul, pode ser examinado BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992. Segundo Bodea, Pasqualini, João Goulart e Brizola consolidaram seu prestígio popular a partir do partido, e não vice-versa (p. 197). Quem estabeleceu as diretrizes fundamentais do trabalhismo brasileiro foi Pasqualini. A propósito, ver: VIANA, Cibelis da Rocha. *Reformas de base e a política nacionalista de desenvolvimento: de Getúlio a Jango*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 55-66. Convém lembrar que o discurso salvacionista pró-Brizola, especialmente difundido no jornal por ele dirigido, acompanhou sua trajetória, como se observa: “Brizola, esperança da capital. [...] Leonel Brizola não representa uma esperança, é muito mais do que isto, é a certeza de grande, efetiva, honrada e eficiente administração.” Examinar: O CLARIM. Porto Alegre, p. 11, 1º out. 1955.

⁵²³ Depoimento de Harry Sauer concedido a Vera Lucia Maciel Barroso em 13 set. 2004. Antônio Nazir Ferreira, em depoimento concedido a Vera Lucia Maciel Barroso em 1º nov. 2004, também chamou a atenção sobre o peso político dos canavieiros na campanha de Brizola.

⁵²⁴ A preocupação com o trabalhador rural é uma herança varguista, que desembocará no Estatuto do Trabalhador Rural, uma bandeira do PTB. Examinar, a propósito: CAMARGO, Aspásia. A questão agrária: a crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris. (Org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano III: Sociedade e Cultura (1930-1964)*. 2. ed., São Paulo: DIFEL, 1983. p. 147-169. Entretanto, a legislação trabalhista excluiu os trabalhadores rurais de “seus benefícios”, enquanto que para os urbanos estabeleceu um piso salarial – o salário mínimo. É o que chamam à atenção FONTES, Virgínia M.; MENDONÇA, Sônia Regina de. *História do Brasil recente (1964-1980)*. São Paulo: Ática, 1988. p. 16.

- c) promoção do desenvolvimento industrial, com um programa de pequenas e médias indústrias;
- d) assistência às indústrias para renovação e ampliação de seu parque de máquinas e permanente assistência às organizações dos produtores e ao comércio rio-grandense, visando ao escoamento e à colocação da produção gaúcha.⁵²⁵

E mais: fazia parte do seu plano de governo a erradicação da miséria no campo rio-grandense.⁵²⁶

Em 6 de setembro de 1958, muitas caravanas se deslocaram do interior para o grande comício, programado para após o concorrido churrasco com as lideranças trabalhistas locais. Um pelotão de cavaleiros conduziu Brizola e correligionários candidatos até defronte à Igreja Matriz, onde foram recebidos com aplausos, flores, palmas, foguetes e vivas a todo instante.⁵²⁷

Foi outra oportunidade de o candidato a governador adiantar: “[...] se merecer a confiança do eleitorado gaúcho, tenho a plena convicção de que o não decepcionarei.” E, ao final, pediu que as flores ofertadas fossem depositadas no altar de Nossa Senhora pelo êxito de sua campanha.⁵²⁸

Antônio Nazir recorda Brizola: “[...] estendia as suas palestras para a zona canavieira, a zona colonial. [...] Ele veio com a comitiva dele. Foi uma dificuldade para a gente realizar o comício. Foi muito bem aceito, com toda a dificuldade de comício dos pobres, como se chamava. Mas nós fizemos um comício muito grande.”⁵²⁹

O mesmo depoente detalhou mais o comício pró-Peracchi, da elite patrulhense, e o comparou com o comício promovido pelos trabalhistas locais:

⁵²⁵ ROTEIRO do Programa de Governo do Engenheiro Leonel Brizola. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 13, 25 set. 1958.

⁵²⁶ RETROSPECTIVA, realizações e pensamento político-social de Leonel Brizola. *Brizola Presidente*, 1988, folheto impresso, [s.d.], p. 6. Acervo de Hamilton Chaves. Em situação similar, Getúlio Vargas, em Recife, no dia 1º de maio de 1933, disse aos canavieiros: “É necessário à riqueza pública que o nível de prosperidade da população rural aumente para absorver a crescente produção industrial; é imprescindível elevar a capacidade aquisitiva de todos os brasileiros, o que só pode ser feito aumentando-se o rendimento do trabalho agrícola.” INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL. *Conferência canavieira de 1941*. Rio de Janeiro, 1943. p. 46. Entretanto, entre 1930 e 1964, enquanto a legislação trabalhista concedia às massas urbanas o primeiro passo legítimo à arena política, o campesinato, efetivamente, ainda não tinha acesso aos frutos da modernização. A resposta camponesa foi o êxodo rural. REIS, Elisa P. Brasil: cem anos de questão agrária. (Trad. Lucia Hippolito). *Dados: Revista de Ciências Sociais: percursos da República*. Rio de Janeiro: IUPERJ, v. 32, n. 3, p. 282, 1989. Tradução de: Brazil: one hundred years of the agrarian question.

⁵²⁷ Mas o comício não foi só com flores; com feridos também, fato denunciado em nota assinada pelo vice-presidente em exercício do PTB local, ao agradecer os que colaboraram “[...] quando do ato inqualificável provocado por pessoas facciosas e intolerantes.” PARTIDO Trabalhista Brasileiro: Agradecimento. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 29, p. 4, 12 set. 1958.

⁵²⁸ Idem. *Ibidem*. p. 5.

⁵²⁹ Depoimento de Antônio Nazir Ferreira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 26 fev. 2005.

[...] ganhou-se uma eleição do coronel Peracchi no estado, e que em Santo Antônio foi o maior comício da época que de certo até hoje comentam. O litoral todo; Porto Alegre, uma parte; Taquara; Vale do Sinos aqui. Isso tudo vieram nesse comício do Peracchi ali onde é hoje a Escola Espírito Santo. [...] Eu me lembro que foi uma chuvarada dos infernos. Ele veio de Osório e aqui na Lagoa dos Barros, onde foi depois localizada a AGASA, nós esperamos ele ali com um grupo de cavaleiros que vieram a cavalo: uns mais longe, outros mais perto, acompanhando a comitiva. Fizemos um churrasquinho meio-dia ali embaixo onde hoje é o Clube Patrulhense. Não tinha piscina, não tinha coisa nenhuma. Tinha um terreno vago, e a gente mandou limpar, [...] arrumamos umas lonas. Esse foi o nosso comício. [...] Foi muito aplaudido e muito bem recebido. Nós tínhamos mais gente do interior de que da cidade. Na cidade era muito difícil fazer uma campanha, porque nós batíamos de frente com gente poderosa.⁵³⁰

A congregação dos canavieiros em cooperativa foi, inquestionavelmente, a sustentação eleitoral de Brizola em Santo Antônio da Patrulha, cuja resposta foi positivada nas urnas.



Fotografia 34 – Candidato Leonel Brizola, em comício no município de Santo Antônio da Patrulha – 06 de setembro de 1958

Fonte: Acervo de Jorge Pedro Nehme.

Realizada a eleição em 3 de outubro de 1958, a visibilidade do crescimento do PTB no município era notória. Ao final, a legenda de maior expressão política local, que se agigantara diante do passado patrulhense, marcadamente conservador, foi a da bandeira trabalhista, conforme revelam os números, com a votação para deputado estadual e deputado federal, como se vê:

⁵³⁰ Depoimento de Antônio Nazir Ferreira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 26 fev. 2005.

Tabela 15 – Resultado eleitoral para deputados em Santo Antônio da Patrulha – 1958

Esfera de deputação /Nº de votos	Estadual	Federal
Legenda partidária		
PTB	3.189	3.469
PSD	2.644	2.591
PL	1.476	1.273
UDN	631	618

Fonte: INFORMAÇÃO. Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 32, p. 1, 10 nov. 1958.

Brizola venceu no 1º distrito (17 urnas), e Peracchi, nos demais distritos (2º ao 5º), ficando assim os números finais: Walter Peracchi Barcelos (4.380 votos) e Leonel de Moura Brizola (3.924 votos).⁵³¹ Com essa pequena diferença pró-Peracchi, se anunciava uma nova era nas relações de poder em Santo Antônio da Patrulha. Rompia-se a cadeia da tradição coronelística. E, com os resultados finais no estado,⁵³² o município deveria colher o que nele fora plantado: a esperança da ressurreição canavieira, com a vitória trabalhista, diante das dificuldades estruturais que enfrentava. Afinal, caberia agora ao governador Brizola corresponder às expectativas do eleitorado patrulhense, com efetivas medidas para a mudança tão aguardada no município e na região. Mas mais poderia fazer se o então futuro prefeito de Santo Antônio da Patrulha fosse também do PTB.

Embalados pelo crescimento trabalhista no município, o diretório local do partido não deu trégua. Não podiam perder tempo, preparando as bases da campanha para a eleição municipal que se avizinhava. Assim, de imediato, a política patrulhense acompanhou o movimento de definição dos candidatos a prefeito pelo PTB. A princípio fora imaginado o Dr. Kury, considerado por muitos o intelectual do grupo, como o trabalhista local que encabeçaria a disputa. Recusando-se este aceitar a candidatura, Jorge Pedro Nehme, proprietário da fábrica de café *Continental*, foi lançado, sobretudo por sua exitosa coordenação da campanha de Brizola no município.

⁵³¹ ELEIÇÕES de 3 de outubro em Santo Antônio. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 32, p. 1, 10 out. 1958. A proporção de votos esperada por Nazir entre os candidatos, no interior, não aconteceu.

⁵³² Resultado final e oficial das eleições de 1958: governador: eng. Leonel de Moura Brizola (670.003 votos), cel. Walter Peracchi Barcelos (500.944 votos). Senador: Guido Mondin (617.385 votos), Carlos de Brito Velho (494.316 votos). RESULTADO final e oficial das eleições de 1958. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 34, p. 1. 03 nov. 1958. Na Assembléia Legislativa, o PTB ficou com 24 deputados; PSD, 13; PL, 7; UDN, 3; PRP, 3; PSP, 2; e PR, 1. FELIZARDO, Joaquim, José; SCHMIDT, Mateus. *Partidos políticos e eleições no Brasil: da redemocratização aos nossos dias*. Porto Alegre: EST; Vozes, 1982. p. 40. O PTB no Rio Grande do Sul exibiu uma ascensão vertiginosa surpreendente no período de 1945 a 1962. Examinar: TRINDADE, Héglio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS; Sulina, 1991. p. 68.

Tido como uma das maiores revelações políticas de Santo Antônio, era ele projetado como aquele que daria o impulso arrojado de que o município necessitava.⁵³³ Sua unânime candidatura foi lançada em 21 de dezembro de 1958, para o pleito de 3 de outubro do ano seguinte, tendo como vice João Antônio da Souza.⁵³⁴ Na proclamação aos patrulhenses, assim foi dito:

O PARTIDO TRABALHISTA, consciente de sua alta destinação histórica, como força política capaz de dar ao povo brasileiro os requisitos essenciais a uma vida mais cristã, não deseja uma vitória pelo simples prazer de ganhar as eleições: deseja, antes e acima de tudo, implantar em nosso município, com o decidido apoio de S. Excia. o sr. governador Leonel Brizola, um clima de trabalho que consubstancie profundas e radicais transformações na fisionomia de nossa terra. [...]⁵³⁵

Em matéria paga pelo partido, Jorge Pedro Nehme é apresentado, conclamando os patrulhenses assim:

Este é o candidato a Prefeito de teu município. Um nome indicado pelo governador do Estado para fazer uma administração operosa, profícua e de grandes realizações. Capacidade e mais o apoio do Governo do R. G. do Sul, não lhe faltarão para dar a este município, a sua tão almejada era de progresso e de invejável posição entre as demais comunas. **Eleger Jorge Pedro Nehme, é libertar esta terra do conservantismo há muito tempo reinante aqui.**⁵³⁶

E um dado animador ao partido foi a filiação ao PTB do então promotor de justiça no município, Dr. Reginald Hintz Felker. Esse fato foi, com certeza, um trunfo para o partido e sua causa naquele momento. Esse ato causou estranheza entre as lideranças tradicionais do município.⁵³⁷ O promotor destacava-se por seu carisma, postura conciliadora e espírito de

⁵³³ Em jornal do município, extensa matéria revela o encaminhamento da convenção, a notícia divulgada ao candidato Nehme e sua manifestação pautada no projeto de transformar a legendária Vila de Santo Antônio numa bonita cidade, sendo as localidades do interior por ele bem atendidas, por conhecer todos os seus problemas. Ver: JORGE Pedro Nehme, candidato à governança de Santo Antônio. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 37, p. 6, 25 dez. 1958.

⁵³⁴ Para vereadores foram indicados, em convenção: Affonso Penna Kury, Antonio Nazir Ferreira, José Luiz Collar, José de Carli, Pedro Machado Flor, Sílvio Assis Pacheco, Euzébio Barth, Nelson Gomes, José Maciel Gomes – *Zé Paulino*, Arthur Arnaldo Adam, Abentulino Ramos de Oliveira, Adão Orlando Bernardes, José Cardoso Ramos, José Lorensi e Otto Von Saltiel.

⁵³⁵ PARTIDO Trabalhista Brasileiro: proclamação ao povo patrulhense. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 46, p. 1, 15 ago. 1959. Assinam a matéria o presidente do Diretório Municipal, Affonso Penna Kury e seu secretário, José Telmo Martins.

⁵³⁶ PARTIDO Trabalhista Brasileiro. Para prefeito Jorge Pedro Nehme. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 47, p. 4, 31 ago. 1959. (Grifo nosso). Essa matéria foi reproduzida em edições anteriores às eleições municipais. No seu número 48 é estampada, em página inteira, a biografia do candidato a vice pelo PTB. E, na mesma edição, é noticiado o concorrido comício realizado na Lagoa dos Barros, promovido pelo candidato trabalhista local, Sílvio Assis Pacheco.

⁵³⁷ Ferúlio Tedesco Neto, jovem partidário à época, depois prefeito de Santo Antônio da Patrulha, confessa que a adesão de Felker ajudou o partido. “Ele era um intelectual e um promotor público. [...] As pessoas que têm cargos são respeitadas. [...] Para o nosso contexto ele foi um pouco avançado.” Depoimento de Ferúlio Tedesco Neto concedido a Vera Lucia Maciel Barroso em 18 dez. 2004.

liderança na defesa de causas educacionais, tendo liderado a criação da Escola Barão do Cahy e do Rotary Club local. Dr. Reginald acabaria fazendo a mediação entre as duas faces da vida partidária do município.

Ideologicamente eu era mais ligado ao PTB. Em Santo Antônio era o partido mais fraco. O Kury veio a ser meu compadre depois. Ele e o Nehme me convidaram, e eu entrei no PTB. Lembro-me de comícios memoráveis, lá na nascente do Rio dos Sinos. Fizemos, na Lagoa dos Barros, um grande comício na ocasião. [...] Acho que o PTB, na época, tinha uma bandeira de proteção ao trabalhador, de defesa de toda aquela legislação trabalhista. Nenhum outro partido tinha isso presente. E as lideranças também que a gente simpatiza mais ou menos. Foi isso que me levou a filiar-me. Depois, em Santa Maria, eu saí do PTB e entrei no MTR, do Ferrari. Agora, quando eu entrei no PTB, fiz a campanha e mantive bom relacionamento, tanto que me deram o título na Câmara de cidadão honorário.⁵³⁸

Inclusive uma novidade em campanha eleitoral também se mostrava através da imprensa local:⁵³⁹ uma flâmula em vermelho e preto deu, na ocasião, cor ao jornal local, legendada pelas idéias de “diretriz, ação, realização”, norteadoras da plataforma eleitoral.

A ruidosa campanha das eleições anunciava que, em Jorge Nehme, moço idealista e trabalhador, repousava a esperança de milhares de patrulhenses, sobretudo de canavieiros. Como diz *Zé Paulino*: “A cooperativa foi um dos elementos que ajudou. Ali congregou o agricultor, o agricultor tem de dois a três filhos, votava também. Já era um movimento grande, ali. Através da cooperativa dá condições do político aparecer. [...]”⁵⁴⁰

Assim tudo parecia conspirar a favor do partido trabalhista local. Inclusive as mulheres se organizaram, criando a *Liga Feminina do PTB* e rompendo o cerco da participação político-partidária, até então fechado aos homens, na cidade. A Liga reunia damas e senhoritas que promoveram chás⁵⁴¹ e reuniões para arremessar a candidatura de Jorge Nehme. Gelsa Silva, conceituada professora do Grupo Escolar Gregória de Mendonça, o mais antigo da cidade, era uma das mais animadas líderes da ala feminina do partido. Para o município, que adotou como seu, ela dedicou estes versos:

SANTO ANTÔNIO

Engastada no alto da colina,
Esmeralda fulgindo à luz do sol,
Terra amiga, acenando ao viajante,
Tendo a torre da igreja por farol!

⁵³⁸ Depoimento de Reginald Delmar Hintz Felker concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 23 set. 2004.

⁵³⁹ Uma criança, menina, com topes, ladeando sua cabecinha e de fisionomia meiga, através de legenda, assim se pronuncia: “Se eu fosse eleitora eu votaria em Jorge Nehme.” Ver jornal *Informação* do período da campanha.

⁵⁴⁰ Depoimento de José Maciel Gomes – *Zé Paulino* – concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 03 fev. 1999.

⁵⁴¹ No dia 23 de agosto, a Liga realizou um concorrido chá no Salão Paroquial da Matriz, com execução de números de arte, apresentados por crianças e mocinhas da cidade.

Ouve-se o canto dos canaviais
 Pela encosta da serra verdejante
 Convidando ao trabalho e à fartura,
 E apontando a riqueza ao emigrante!

Terra linda ! Torrão abençoado!
 Terra gentil tão nobre e altaneira,
 Justo orgulho do solo rio-grandense.

Tu que tantas venturas me tens dado,
 Eu te bendigo, terra hospitaleira,
 E sinto que sou quase patrulhense!⁵⁴²

“Terra dos Canaviais” é sempre a tônica.



Fotografia 35 – Comício do PTB em Santo Antônio da Patrulha
 Registro do momento em que falava a partidária Noemia Nova
 Soares, cercada de correligionários – 1958
 Fonte: Acervo de Carlos Soares, filho da professora Noemia.

Pela UDN, se apresentaram como candidatos a prefeito e vice, respectivamente, o cartorário Afonso Porto Emerim e Felicíssimo José Lopes, empresário da cidade na área de veículos. Pela aliança PL/PSD, candidataram-se Jorge von Saltiel, forte comerciante no distrito de Caraá, e João Marques de Moraes, grande orizicultor do 1º distrito. Votos escrutinados da eleição, em 8 de novembro de 1959, revelaram que Jorge Nehme perdera por uma diferença de apenas 201 votos.

⁵⁴² Publicada no jornal local O PATRULHENSE. Santo Antônio da Patrulha. a. I, n. 7, p. 4, 16 mar. 1952.

Tabela 16 – Resultado eleitoral para prefeito e vice em Santo Antônio da Patrulha – 1959

Legenda	Cargo	Candidato	Nº de votos
PL/PSD	Prefeito	Jorge von Saltiel	4.825 votos
	Vice	João Marques de Moraes	4.575 votos
PTB	Prefeito	Jorge Pedro Nehme	4.424 votos
	Vice	João Antônio de Souza	4.140 votos
UDN	Prefeito	Afonso Porto Emerim	461 votos
	Vice	Felicíssimo Jesus Lopes	517 votos

Fonte: RESULTADO oficial do pleito de 08 de novembro de 1959. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 51, p. 1, 25 nov. 1959.

Para a majoritária o PTB perdera, mas ganhou a Câmara, com seis vereadores, elegendo a UDN um vereador; o PSD, quatro; e o PL, dois. Nota do PTB ao eleitorado de Santo Antônio, agradecendo os votos recebidos, reconhece o fortalecimento do partido no município com a votação expressiva que Jorge Nehme recebeu, evidenciando “[...] que as idéias por que lutamos e os princípios que defendemos se dirigem aos humildes e os desafortunados, aos homens e mulheres que aspiram sua redenção social.”⁵⁴³ Essa era a esperança dos canavieiros, assumida como bandeira do PTB para a região, mas que fora adiada para alguns anos depois. E esse sentimento de perda pode ser captado na palavra de Osvaldo Machado Oliveira, editor e proprietário do jornal *Informação*, quando, na matéria *Minha Terra*, diz:

Há momentos em que chego a acreditar que [Santo Antônio da Patrulha] está predestinado a permanecer no anonimato para sempre, mas por outro lado acredito, que ainda será um grande entre os maiores, porque tu tens tantas riquezas no teu solo, és tão majestoso em tua extensão, que o próprio tempo encarregar-se-á do teu desenvolvimento. [...] Assim então se levantará como um gigante, eliminando para sempre a inércia em que viveste por tantos anos.⁵⁴⁴

Da inércia ao gigantismo era a dimensão do salto qualitativo que a sociedade patruhense dava, através da atuação dos canavieiros e suas lideranças, pautada pela resistência e organização, nesses anos do final da década de 1950. Inegavelmente, a força trabalhista crescera no município, na relação direta com as demandas dos canavieiros, que encontraram respaldo para seus anseios nas lideranças do PTB local. O próprio Jorge Nehme declarou:

Pode-se dizer que as idéias do Partido Trabalhista Brasileiro serviram de justificativa para abraçar a causa de um pequeno produtor abandonado, com dificuldades, numa localidade como é o Litoral Norte do Rio Grande do Sul, considerada uma das zonas mas pobres por alguns. Como tal, o nosso projeto foi uma alternativa, enquanto PTB, para dinamizar essa área. Porque nos

⁵⁴³ AO ELEITORADO de Santo Antônio. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 51, p. 4, 25 nov. 1959.

⁵⁴⁴ MINHA terra. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 52, p. 5, 23 dez. 1959.

estatutos, no programa partidário do PTB, consta que o governo tem que proporcionar ao pequeno produtor condições de trabalho, condições de consumo, de entrega da sua produção. Isso o Brizola fazia muito bem, e baseado nisso foi criada a Cooperativa, e depois a AGASA. [...] Na Cooperativa tinha gente de todos os partidos, mas quem mandava na Cooperativa Canavieira eram os líderes políticos do PTB da época, não tem dúvida. O povo depois olha e vê quem é que está trabalhando e sua capacidade de trabalho, quando se lança num plano político, depois é prestigiado. Isso aconteceu conosco em Santo Antônio da Patrulha.⁵⁴⁵

Eis que a Cooperativa Canavieira, por eles conduzida, iria potencializar a esperança e nortear o rumo a ser perseguido.

3.4 A ATUAÇÃO DA COOPERATIVA CANAVIEIRA SANTO ANTÔNIO LTDA.

Sobre a criação da Cooperativa, Jorge Nehme traçou o espaço de sua atuação. É na região montanhosa do município que a cana-de-açúcar sempre foi cultivada. Trata-se da área da serra de Santo Antônio da Patrulha, onde se praticava a pequena agricultura, desenvolvida em minifúndios. E quando iniciou com a industrialização do café, Nehme verificou as dificuldades que tinham os produtores de colocarem seus produtos no mercado.

Ainda que muito apreciada e de boa qualidade, a cachaça patrulhense produzida artesanalmente ocupava muitos canavieiros em mais de 200 alambiques, que, diante da lógica familiar de produção, se viam limitados para a sua colocação. Frente a esse contexto, comenta Nehme:

[...] junto com o Dr. Affonso Penna Kury, um dos mentores da Cooperativa; Oscar Inácio da Silva; Pedro Machado Flor; Porfírio Pereira Gomes, ele que era um grande produtor e sua família, que era muito grande; Otávio Bernardo e muitos outros produtores de cana, nós fundamos a Cooperativa Canavieira Patrulhense. Nós vivíamos em função da comunidade. Eu sempre acreditei muito em planos comunitários. Começamos a fundar cooperativas. Primeiro fundamos a Cooperativa Telefônica Patrulhense, pois não tínhamos telefone em Santo Antônio. Depois fundamos a Cooperativa Canavieira, que foi um sucesso. [...] a classe era muito grande. Os produtores de cana eram a maioria dos colonos de Santo Antônio. [...] Eles pediam seguidamente que as autoridades municipais procurassem um jeito de colocar a sua produção e de melhorar as suas mudas, e seu jeito de plantio. [...] Nós não fizemos grande propaganda. Apenas nos reuníamos no Salão Paroquial, nas escolas das comunidades, nos barracões de campanha e explicávamos o que seria uma cooperativa. Aí o doutor Kury redigiu os estatutos. Foram feitas as assembléias, aprovados os estatutos e foi instalada a Cooperativa, ali nas Pitangueiras, durante cinco anos. Ela congregava ali aproximadamente dois mil produtores, e passamos a vender o produto na fronteira do Rio Grande, na fronteira

⁵⁴⁵ Depoimento de Jorge Pedro Nehme concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 11 fev. 1999. (Grifo nosso).

com a Argentina e com o Uruguai. Despachávamos via ferroviária e colocávamos toda a produção.⁵⁴⁶

Potencializada sua força, os produtores realizaram movimentada assembléia, fundando, oficialmente, em 08 de fevereiro de 1958,⁵⁴⁷ a Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. (CCSAL). Com sede em Santo Antônio da Patrulha, estavam circunscritos ao município-sede os municípios de Osório e Torres.⁵⁴⁸ Foi registrada no Ministério da Agricultura, sob nº 5583, em 25 de março de 1958 e na Secretaria da Agricultura do Estado, sob nº 773/58, em 27 de março de 1958. Sobre o ato, a imprensa deu ampla divulgação:

Em Assembléia, que reuniu mais de 600 produtores de cana, foi instalada em 23 de fevereiro a Cooperativa Canavieira Patrulhense. Na presidência dos trabalhos de instalação fez uso da palavra o Dr. A. P. Kury, o qual entre outras considerações, adiantou aos associados que essa novel instituição cooperativista já conta com um empréstimo de 2 milhões de cruzeiros, para dar início às suas atividades, ocasião em que se pôs à disposição dos presentes para dirimir dúvidas que por ventura houvesse a respeito. Também fizeram uso da palavra os Srs. J. P. Nehme, diretor-gerente e Jovelino Lopes Cardoso, diretor técnico que fizeram considerações com referência à industrialização da cana neste município, ambos concitando os produtores para que trabalhem com entusiasmo e com confiança nos destinos da cooperativa. Precisamente às 16 horas foram conduzidos ao recinto do Salão Paroquial, onde realizaram-se ditos trabalhos, o Dr. Leonel Brizola, Prefeito dessa capital, o Deputado Vitor Issler e o Dr. Zaire Nunes Pereira, os quais foram saudados pelo Dr. Kury. Depois de falarem, o Dr. Vitor Issler e o Dr. Zaire Nunes Pereira, no encerramento dos trabalhos de instalação, ocupou o microfone da Rádio Sulina, o Prefeito Brizola, que inicialmente manifestou satisfação em trazer o seu amplexo e sua homenagem ao povo de Santo Antônio da Patrulha, especialmente aqueles que ali se achavam presentes no desempenho de uma missão verdadeiramente digna ao homem que anseia pelo progresso e pelo bem estar da coletividade.⁵⁴⁹

⁵⁴⁶ Depoimento de Jorge Pedro Nehme concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 11 fev. 1999.

⁵⁴⁷ Essa é a data registrada no impresso com os estatutos da cooperativa. A imprensa divulgou a data de 23 de fevereiro. Examinar os Estatutos da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda.: ANEXO H.

⁵⁴⁸ A exemplo, anos depois, em 16/12/1962, foi fundada, em Torres, com elevado número de agricultores, a Cooperativa de Produtores Agrícolas do Nordeste Gaúcha Ltda, com sede em Três Cachoeiras, 6º distrito do município. Seu líder foi o Pe. Luis Benine e tinha como objetivo, sobretudo, incrementar a produção da banana, inclusive sua comercialização e a industrialização. TORRES: Cooperativa de Produtores Agrícolas. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 3, 12 abr. 1962.

⁵⁴⁹ INSTALADA a Cooperativa Canavieira Patrulhense. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 12, p. 1, 11 mar. 1958. Ver também: INSTALADA a Cooperativa Canavieira. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 3, 18 mar. 1958. Dias depois da criação da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda., representantes do IAA promoveram reunião em Osório, com cerca de 250 produtores de cana, prefeito e presidente da Câmara do município, na Estação Experimental de Maquiné, para motivar a fundação de uma cooperativa, devendo a ela se aliar uma cooperativa agrícola local já existente, com vistas a assegurar grande produção canavieira, canalizada para a destilaria a ser ali instalada pelo órgão federal. O IAA construirá uma destilaria em Osório. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 10, 25 fev. 1958.



Fotografia 36 – Assembléia de fundação da Cooperativa Canaveira Santo Antônio Ltda. – fevereiro de 1958

Affonso Penna Kury fala aos presentes. À sua direita, Jorge Pedro Nehme.

Fonte: Acervo de Jorge Pedro Nehme.



Fotografia 37 – Lideranças políticas e canavieiros na assembléia de fundação da Cooperativa Canaveira Santo Antônio Ltda. – fevereiro de 1958

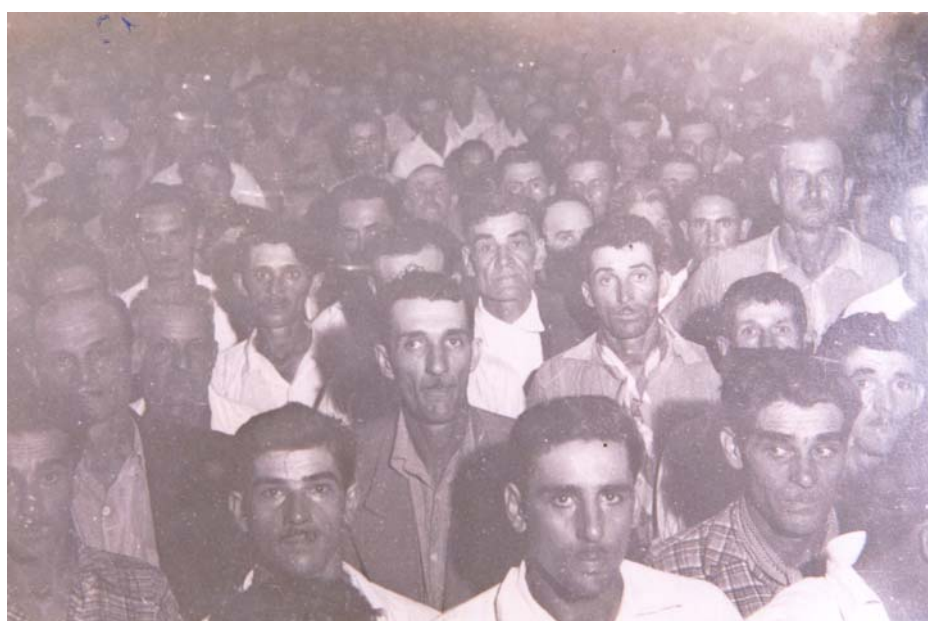
Sentado, à direita (com bigode), Pedro Machado Flor.

Fonte: Acervo de Jorge Pedro Nehme.



Fotografia 38 – Momento em que um dos canavieiros presentes assinava a ata de fundação da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. – fevereiro de 1958

Fonte: Acervo de Jorge Pedro Nehme.



Fotografia 39 – Canavieiros acompanham a assembléia de fundação da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. – fevereiro de 1958

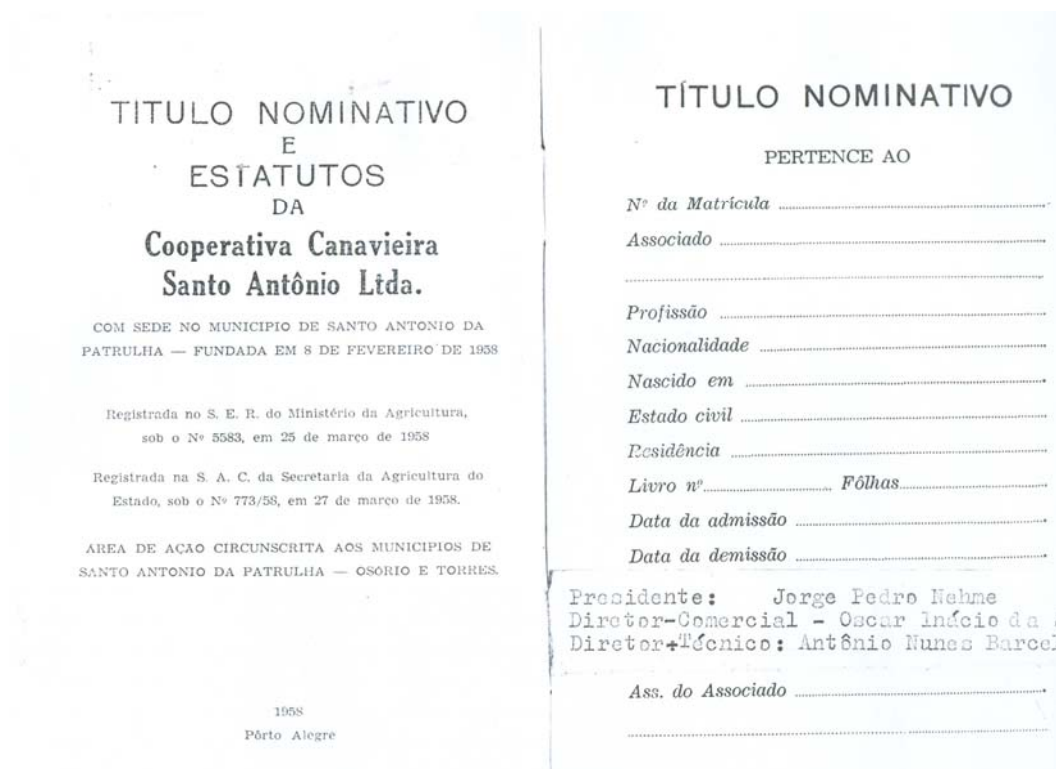
Fonte: Acervo de Jorge Pedro Nehme.

Dias antes da fundação da Cooperativa, uma comissão de industrialistas do município patrulhense estivera com o governador Ildo Meneghetti, a fim de entregar-lhe um memorial solicitando ajuda financeira para instalação de uma usina-escola, com o fito de capacitação de

técnicos, necessários à racionalização dos métodos de produção da indústria açucareira, bem como de aguardente e álcool, em Santo Antônio da Patrulha.⁵⁵⁰

A primeira diretoria executiva foi composta por Jorge Pedro Nehme (presidente), Oscar Inácio da Silva (diretor comercial) e Jovelino Lopes Cardoso (diretor técnico), que deveriam alavancar a cooperativa para o cumprimento de seu programa, expresso no artigo 13 do Título Nominativo:

A Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda., tem por objeto, unindo os agricultores que se dedicam ao plantio de cana-de-açúcar, dentro da área de operações, comprar para eles, em comum, artigos necessários às suas culturas, beneficiar, padronizar e vender sua produção e promover a mais ampla defesa de seus interesses econômicos.⁵⁵¹



Fotografia 40 – Título nominativo de sócio da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda.

Exemplar de Jorge Pedro Nehme.

Fonte: Acervo de Jorge Pedro Nehme.

Essa era a expectativa dos que assinaram a ata de fundação: Dr. Affonso Penna Kury, Jorge Pedro Nehme, Felisberto Coelho Muniz, Porfírio Pereira Gomes, Mário Tedesco, Ernesto Tedesco, Jardelino Batista dos Santos, Evangelista Meregalli, Manoel Monteiro Dias,

⁵⁵⁰ AÇUCAREIRA em Santo Antônio da Patrulha. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 19 mar. 1958. Diário do Governo, p. 3.

⁵⁵¹ TÍTULO Nominativo de Jorge Pedro Nehme. Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. Santo Antônio da Patrulha. RS-Brasil. 1958, p. 28. Acervo de Jorge Pedro Nehme.

João Batista Gomes, João Machado Sobrinho, Francisco Correia de Andrade, Oscar Inácio da Silva, Luiz José Machado, Dario Gil da Silveira, João Machado da Silva, Santino Alberto Tedesco, Justino Antônio de Oliveira, Afonso Bandeira Marques, Serafim Silveira Neto, João José de Oliveira, Pedro Luiz dos Santos, José Cândido Gomes, Ventelino José Cardoso, Laudelino Alves de Farias, Teotônio José da Silva, Alôncio Gomes Correia, João Cipriano da Cunha, João Silva, Jovelino Lopes Cardoso, Vitorino Correia da Silveira, Luiz Correia de Medeiros, Campolino Correia de Andrade, Octávio da Silva Bernardo, Félix Fernandes Arjonas e Paulo Marcelino Cardoso.

Desse grupo, foi possível contatar com Acácio Maciel Gomes, Jorge Pedro Nehme, José Maciel Gomes (Zé Paulino), Jovelino Lopes Cardoso, Pedro Machado Flor e Santino Alberto Tedesco.⁵⁵² Como sócios fundadores da Cooperativa Canavieira, recordaram, nas entrevistas que concederam, suas vivências de trabalho, as dificuldades e as conquistas que alcançaram frente à causa abraçada. A partir das suas falas, foi possível, com mais clareza, recompor esse tempo e sua movimentação.

Jorge Nehme destacou a expressiva produção local. Por não existirem representantes comerciais, os produtos eram vendidos na “faixa” (rodovia), ao longo da RS 17 (atual RS 30), especialmente no período de veraneio. E o município não tinha como absorver o excedente. Os apelos às autoridades municipais, diante do seu isolamento frente ao mercado, não tinham retorno. A Cooperativa Canavieira organizou-se para colocar a produção no mercado, não só do estado, como na fronteira com o Uruguai e Argentina. Esse comércio animou a vida na colônia canavieira patrulhense, com a circulação monetária esperada. Visibilizando a mudança, os colonos ampliaram o plantio de cana, estimulados com a compra de mudas novas e o financiamento obtido pelo Banco de Crédito Cooperativo, através da intermediação de Brizola e do vice-presidente João Goulart.

⁵⁵² A maioria dos sócios fundadores faleceu. Dos entrevistados no período desta pesquisa, faleceram, depois, Pedro Machado Flor e Santino Alberto Tedesco. Santino pouco se lembrou da Cooperativa. Só recordou que o caminhão da Cooperativa ia à sua casa buscar a produção. Depoimento de Santino Alberto Tedesco concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 12 fev. 2000.



Fotografia 41 – Encontro de Jorge Pedro Nehme com João Goulart e correligionários – s/d.

Fonte: Acervo Jorge Pedro Nehme.

Como não existiam estradas, só carreiros e trilhas, os produtores levavam a sua produção, em carretas de boi, até a Cooperativa, localizada à margem da RS 17 (atual RS 30), no Bairro Pitangueiras. Feito o pagamento, os colonos já faziam suas compras no comércio local e retornavam às suas terras. Os produtos canavieiros, a partir dali, seguiam para a capital e seus ramais, até o destino final. Santa Maria era um dos troncos de difusão do seu comércio.⁵⁵³ Acácio Maciel Gomes, a propósito, informou que, ou o produtor entregava os seus produtos na Cooperativa, ou tinha um determinado lugar onde o caminhão ia buscá-los. Na Cooperativa, o açúcar era acondicionado e levado para as vinícolas e as fábricas de café. Mas, completa ele: “[...] a proibição do IAA voltou definitiva, e aí perdemos o mercado. Essa foi uma das razões que a cooperativa começou a perder a finalidade. Porque aí só sobrou a rapadura; o açúcar ficou proibido.”⁵⁵⁴

Sobre os objetivos da Cooperativa e sua atuação, Pedro Machado Flor falou:

O objetivo da cooperativa eram segurar preço para o colono, adquirir o produto do colono, principalmente o açúcar e a rapadura, que eram os dois produtos mais ingratos que existem. Rapadura, é uma ou duas e ela começa a melar. É uma tristeza. Pega umidade, lá se vai. Então esta era a finalidade... porque o produtor de açúcar e de rapadura era um produtor abandonado. Qual era a segurança que ele tinha? Nenhuma. A segurança era a concorrência que dava o preço, e tinha bastante produto. [...] Quando existia bastante, o preço caía, e o produtor não podia produzir. Assim, a maioria vivia uma vida difícil. Tinha uns que viviam uma vida razoável, que nem um Porfírio Gomes, um Otávio Bernardes. Oitenta por cento era pobre

⁵⁵³ As falas apresentam Santo Antônio da Patrulha como o cenário da Cooperativa, ainda que no seu Estatuto estivessem contemplados os municípios vizinhos.

⁵⁵⁴ Depoimento de Acácio Maciel Gomes concedido a Vera Lucia Maciel Barroso em 21 jan. 2000.

mesmo. Era apertado. Eu estou dizendo que no comércio a gente vendia fiado e recebia uma vez por ano.⁵⁵⁵

3.4.1 Limites da Cooperativa

A Cooperativa, sediada em Santo Antônio da Patrulha, não alcançava a dimensão do espaço canavieiro do Litoral Norte. Os torrensenses, por exemplo, distantes, viam-se abandonados à própria sorte, o que os motivou a apelar à Assembléia Legislativa, na Comissão de Desenvolvimento Econômico. O deputado Lima Beck, relator da Comissão, através de pronunciamento, referiu as dificuldades da região. Diante da importância, para o consumo, das suas lavouras de arroz e de açúcar, principalmente, reconhecia a falta de assistência técnica e econômica dos produtores.⁵⁵⁶ Ainda em 1958, os canavieiros de Torres voltaram à carga de queixas, indagando em matéria jornalística: “A situação apresenta-se angustiada para os canavieiros que representam, a maior força econômica desta comuna, sem possibilidades de êxito em outras culturas, pois suas terras constituídas de encostas de morros, só permitem o plantio de cana ou de banana. Qual a causa disso?” Esses canavieiros viam no intermediário e nos grandes engarrafadores os culpados da situação.⁵⁵⁷

Os problemas se arrastavam, e uma solução efetiva não era dada aos produtores de cana do Rio Grande do Sul.⁵⁵⁸ Eis que os anos de 1960 a 1962 foram para eles decisivos.⁵⁵⁹ Foi o tempo da germinação de um sonho, embalado pela crise que atravessavam, ou melhor, por ela forjado.

A Cooperativa Canavieira, sem dúvida, marcava posição cerrada diante dos poderes constituídos, nas esferas estadual e federal, para fazer não só valer sua função, como, sobretudo, socorrer uma região que não vislumbrava saída. Mas a esperança parecia escapar das mãos dos pequenos lavoureiros de cana de Santo Antônio e arredores.

⁵⁵⁵ Depoimento de Pedro Machado Flor concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 22 jan. 2001.

⁵⁵⁶ DESTAQUE da Assembléia: será apresentado relatório sobre a situação da lavoura canavieira. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 30 jul. 1958.

⁵⁵⁷ INTERMEDIARISMO pernicioso “agrava a situação dos plantadores de cana.” *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 3, 20 dez. 1958.

⁵⁵⁸ No Rio de Janeiro, em dezembro daquele ano, os trabalhadores do açúcar estavam em greve, pleiteando 40% de majoração salarial à COFAP. E a ela cabia homologar o preço, enquanto ao IAA, a regulação do açúcar, desde a produção ao refino. Ver: EM GREVE os trabalhadores do açúcar na indústria do açúcar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 30 dez. 1958.

⁵⁵⁹ Em ANEXO I, a relação dos associados da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda., existentes em 1º de maio de 1960.

Tomando como suporte a adesão dos correligionários do PTB à causa, a partir de 1960, foi desencadeada uma verdadeira batalha – travada com a Assembléia Legislativa, o governo do Estado e a presidência da República – da qual a Cooperativa Canavieira não deu trégua. A intenção primeira, como solução imediata para a crise, era ativar a abandonada destilaria de Osório (Destilaria Livramento), aquela que nunca funcionou, mesmo equipada e com toda infra-estrutura montada pela IAA, dez anos antes. Foi nessa direção que as pressões foram intensificadas, sobretudo por arrastar-se havia dois anos a promessa de entrega da destilaria.

Aliás, desde 1957, as pressões para a retomada da destilaria de Osório vinham ganhando guarida na Assembléia Legislativa, através da atuação da Comissão de Desenvolvimento Econômico, criada naquele ano. A Comissão atendeu a duas reivindicações do setor canavieiro: encaminhou ao IAA pedido para reaparelhamento da destilaria, visando a aumentar a sua capacidade de trabalho e garantir mercado seguro para a produção de cana-de-açúcar dos municípios de Osório, Santo Antônio da Patrulha e Torres. E obteve, por sua intercessão, como já dito, a suspensão da portaria que deveria entrar em vigor no estado, obrigando o consumo do café puro, sem açúcar.⁵⁶⁰

Os rumos dos encaminhamentos da Cooperativa, relativos à Destilaria de Osório, durante o ano de 1960, foram amplamente noticiados, em todos os jornais da capital.⁵⁶¹

Já em 1956, por instância do deputado suplente Carlos Bertoia, Ariosto Jaeger tinha encaminhado, ao presidente do IAA, o apelo de Santo Antônio da Patrulha, juntamente com Osório e Torres, de fazer funcionar a destilaria em Osório.⁵⁶² Entretanto, após análises e estudos, se reafirmava o já constatado: não ser viável transformar diretamente a aguardente em álcool por circunstância de mercado e da produção local. O que parecia mais rentável seria a destilaria adquirir a cana e transformá-la, nas moendas, em melaço e, posteriormente, o

⁵⁶⁰ SÍNTESE dos principais serviços prestados à economia gaúcha pela CDE. *Rio Grande do Sul em revista*, Porto Alegre: Escritório dos Municípios, p. 4, set./out. 1957.

⁵⁶¹ Por exemplo: DESTILARIA de Osório entrará em atividade no início de 1961. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 6, 11 out. 1960. ENTREPOSTO de Pesca e Destilaria de Osório. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 4, 11 out. 1960. APROVADO convênio com o IAA para funcionamento da destilaria de Osório. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 1, 12 out. 1960. DESTILARIA de Osório e Entrepasto de Pesca. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 10, 10 jun. 1961. ESTADO vai encampar destilaria de Osório. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 4, 25 nov. 1960. QUARTA-FEIRA a decisão sobre a encampação da destilaria: Osório. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 10, 10 dez. 1960. Nos anais da Assembléia Legislativa, há pedidos de informações sobre a Destilaria de Álcool. A propósito, examinar: Considerações sobre o não funcionamento da Destilaria de Álcool instalada no município de Osório: Ata de 03 ago. 1960. Análise da instalação em Osório, de uma Destilaria Desidratadora de álcool: Ata de 07 nov. 1960. Destilaria Desidratadora de álcool. Continua o seu trabalho, iniciado ontem, sobre a Destilaria de álcool: Ata de 08 nov. 1960.

⁵⁶² Em 1959, a Comissão Executiva ficou ciente da situação da Destilaria Desidratadora de Osório, através do relatório de inspeção apresentado por José Pessoa da Silva, fruto de sua viagem ao Rio Grande do Sul. Ver: Atas da Comissão Executiva do IAA: 11ª Sessão Ordinária de 15 out. 1959. BRASIL AÇUCAREIRO. Rio de Janeiro: IAA, a. XXIX, v. LVII, n. 2, p. 89, fev. 1961. Ainda que improdutiva, a Destilaria totalizou Cr\$ 278.100,00 de despesa para o IAA em 1959. *Ibidem*, p. 125.

melaço transformado em álcool anidro. Nos debates da Assembléia, era destaque ter-se gasto mais de 20 milhões com a sua construção, e não saber o IAA o que fazer com ela. Nessas circunstâncias, os deputados deram apoio à causa das comunidades canavieiras, por consideraram que seu funcionamento não só atenderia à finalidade da autarquia, como contribuiria para a recuperação econômica da vasta área norte-litorânea. Assinaram o telegrama enviado ao IAA, na ocasião, os deputados Wilson Vargas, Heitor Galant, Lamaison Porto, Cândido Norberto e Poty Medeiros.⁵⁶³

A idéia era a de que o Estado encampasse a usina, com pagamento em 20 anos, a partir do sexto ano de atividades da destilaria. Com a abertura de crédito de 35 milhões de cruzeiros, seria adquirido o equipamento necessário para colocá-la em funcionamento, o que permitiria a transformação do álcool diretamente da cana e não da aguardente. Para tanto, já estava sendo providenciada a compra de uma moenda da marca Dedine, para ser entregue em 60 dias. Também era necessária a autorização de cota do IAA de 16 toneladas diárias – a princípio, para a produção do açúcar –, assim como um parecer técnico sobre as condições de aproveitamento da cana na região, que a Comissão de Desenvolvimento Econômico da Assembléia Legislativa estava aguardando, com expectativa, face o clima em que se vivia.

O Instituto, além da assistência técnica gratuita prestada e de mudas de alto rendimento oferecidas, empregaria todos os tributos arrecadados no estado. Do total, 50% ficariam para manutenção e aperfeiçoamento de suas obras no Rio Grande do Sul, e o restante seria depositado no Banco do Estado do Rio Grande do Sul, em conta especial destinada em 20% para a Secretaria da Agricultura, 20% para a da Economia e 10% para a Secretaria da Fazenda.⁵⁶⁴ A respeito desse encaminhamento, foi publicada, no *Brasil Açucareiro*, uma nota divulgando as tarefas de cada parte na retomada no empreendimento. O IAA incumbir-se-ia também de complementar as instalações da destilaria de Osório e organizaria os meios de transporte para a coleta de matéria-prima. O Estado, por sua vez, se comprometeria em desenvolver e manter a pesquisa e a multiplicação de novas variedades de cana, assistindo

⁵⁶³ FUNCIONAMENTO da nova destilaria de Osório: apelo: Assembléia Legislativa. *A Hora*, Porto Alegre, p. 2, 30 out. 1956. Ver também: ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 9, 30 out. 1956. ASSEMBLÉIA Legislativa. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 4, 30 out. 1956. Em 1957, o debate continua. Ver: DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre, p. 4, 17 jul. 1957. JORNAL DO DIA. Porto Alegre, p. 4, 17 jul. 1957.

⁵⁶⁴ Ver: RIO Grande do Sul firmará um acordo com o Instituto do Açúcar e do Álcool. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 12 abr. 1960. INCREMENTO da produção canavieira no R. Grande. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 1, 12 abr. 1960.

tecnicamente os produtores em parceria com o IAA. Esse convênio deveria ser apreciado pela Assembléia Legislativa.⁵⁶⁵

Na defesa do empreendimento, liderado pela Cooperativa Canavieira, estava o deputado Adalmiro Moura, que, em pronunciamento, afirmou:

As despesas com que arcará o Instituto do Açúcar e do Alcool, com o empreendimento, não serão pequenas. Somente com as moendas, para a trituração da cana, elevar-se-ão a aproximadamente vinte e cinco milhões de cruzeiros. E para que a destilaria entre em funcionamento, mais alguns milhões serão necessários. Calculamos que, no total, o gasto será de cerca de trinta milhões de cruzeiros. Essa quantia, entretanto, será altamente compensadora para o Rio Grande do Sul, de vez que a destilaria, durante o tempo que se mantém inativa, proporcionou despesas maiores. Há, permanentemente, o gasto com os empregados encarregados da manutenção do prédio e da maquinaria; há o capital empregado e os juros correspondentes, bem como as despesas com a vila construída para os operários, um conjunto com mais de vinte modernas residências. O financiamento, se concedido, trará alento para toda a região produtora de cana-de-açúcar e será de enorme valia na campanha de reerguimento financeiro empreendido pelo atual governo.⁵⁶⁶

O governador Brizola, na oportunidade em que a comitiva da região se encontrava no Rio de Janeiro, pleiteando solução, endereçou o seguinte telegrama ao presidente do IAA, Gomes Maranhão:

Ao ensejo de mais uma reunião de V. Sa. com autoridades rio-grandenses, para exame da complementação da destilaria de Osório, desejo manifestar a V. Sa. o alto interesse do meu Governo numa definitiva decisão do assunto. Manifesto, ainda a intenção do Poder Executivo deste Estado em colaborar no incentivo da produção canavieira em moldes racionais, de maneira a assegurar à Usina de Osório matéria-prima indispensável ao seu integral funcionamento. O empreendimento pretendido pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, em muito contribuirá para o desenvolvimento econômico da região do litoral de meu Estado. Cordiais saudações. Eng. Leonel Brizola, governador do Estado.⁵⁶⁷

Em abril, a ordem do dia era o acordo a ser firmado entre a Secretaria da Economia do Rio Grande do Sul e o IAA para a eficácia da Destilaria de Osório. Mas, sem demora, ao invés do pretendido, novo revés os canavieiros enfrentaram, com a proibição, pelo IBC, da moagem de café com açúcar em mais uma edição, uma vez que a primeira havia sido

⁵⁶⁵ EXPANSÃO da indústria açucareira no Rio Grande do Sul. *Brasil Açucareiro*, Rio de Janeiro: IAA, a. XXVIII, v. LV, n. 5, p. 288, maio 1960.

⁵⁶⁶ PARADA, há mais de quatro anos: pretende o Estado obter financiamento para a Destilaria de Alcool de Osório. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 07 fev. 1960.

⁵⁶⁷ Idem, ibidem. O deputado Osmany Veras chefiou a comitiva, acompanhado do assistente técnico da Comissão de Desenvolvimento Econômico da Assembléia, Áureo Elias, do representante dos produtores de cana de Osório e do Padre Luiz Benine, representante dos produtores de cana de Torres. Ver: DESTILARIA de Osório: comissão vai ao Rio. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 16, 09 fev. 1960. A administração de Brizola revelava, em termos de presença estatal na economia, ser uma versão radicalizada de Vargas, em seu primeiro período da presidência da República. MÜLLER, Carlos Alves. *A história econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Grande Sul, 1998. p. 191.

revogada, em função dos apelos dos canavieiros do estado. Em resposta, Siegfried Heuser, secretário da Economia, diante do manifesto do governador, disse:

A exclusão do açúcar do processo de moagem do café, vale dizer que os moageiros do Rio Grande do Sul, de ora em diante deverão apresentar unicamente café em grão puro. É esta uma medida que se anuncia necessária para o escoamento dos imensos estoques do café que o Governo Federal armazenou a título de defesa da cafeicultura. **Mas esta promoção vai atingir à economia popular e porá em dificuldades dezenas de milhares de agricultores, principalmente dos municípios de Santo Antônio, Osório e Torres, que têm no açúcar mascavo uma fonte mínima de renda. Será este mais um golpe que em protegendo outras regiões produtoras do país, agravará a situação do Rio Grande do Sul.** O Governo do Estado, tem tomado já todas as medidas e providências para que a decisão do IBC fosse sobrestada até que a usina do Instituto do Açúcar e do Alcool entre em funcionamento, absorvendo a produção de cana. Já, de outra feita, imensamente prejudicada com o zoneamento imposto pelo mesmo Instituto.⁵⁶⁸

O sindicato de classe do ramo se posicionou, chamando a atenção de que o maior prejudicado não seria o torrefador, mas, sobretudo, o produtor, que, naquela altura, estaria com uma produção anual de mais ou menos 100.000 sacas de açúcar mascavo, devendo, por aqueles dias, iniciar-se a safra. Sem esquecer é claro que as torrefadoras estavam com um grande número de embalagens indicando o café misturado. Armando F. Sperb, presidente do sindicato, bem informado sobre o arrefecimento da crise, não escondeu sua apreensão:

A lei que proíbe a adição do açúcar, data de 1934, já tendo sido executada. Posteriormente, foi permitida a mistura. O reinício, foi em 1951, isto é, há 9 anos. Se o Instituto, numa cooperação com as partes e o Governo do Estado, permitisse mais uma dilatação do prazo, até 31 de dezembro deste ano, seria o suficiente para ser dado consumo à safra de açúcar, evitando, assim, a miséria na antiga zona produtora, que abrange Santo Antônio, Osório e Torres, onde empregam na atividade, cerca de 1200 famílias, entre os plantadores, pessoal de engenho, etc. Para a próxima safra, já estará em funcionamento a destilaria de Osório, que já se acha concluída e pronta para entrar em funcionamento. Resolveria, também o IBC, a situação dos torrefadores quanto ao estoque de embalagem e de açúcar, e cooperaria com o Sr. Governador do Estado, mormente neste momento de dificuldades econômicas e às vésperas de eleições.⁵⁶⁹

As pressões, portanto, eram incessantes e contínuas, quer de Santo Antônio da Patrulha, quer de Osório, diante da solução sempre adiada. A Cooperativa Canavieira estava preparando uma grande investida para socorrer os canavieiros, cada vez mais aflitos. Para exemplificar, em 03 de novembro de 1961, foi por ela enviada ao presidente da República, João Goulart, a seguinte correspondência:

⁵⁶⁸ NOVO golpe contra a economia gaúcha. IBC proibiu moagem de café com açúcar. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 8, 09 jul. 1960. (Grifo nosso).

⁵⁶⁹ PROIBIÇÃO de açúcar no café: líder torrefador, contra aplicação da lei. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 4, 12 jul. 1960.

A Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda., estabelecida no Município de Santo Antônio da Patrulha, na pessoa de seu Presidente, vem em vossa digna presença, a fim de dizer e solicitar o que segue:

1) A Cooperativa é composta de 818 (oitocentos e dezoito) associados, todos pequenos produtores de cana-de-açúcar.

2) Esses pequenos produtores, não estão recebendo financiamento do Banco do Brasil por força do Decreto-Lei nº 1.831, de 4.12.39 (artigo 22).

3) Pedimos à V. Excia. a revogação daquele decreto-lei, bem como autorização para que a Agência do Banco do Brasil, deste município, fique autorizada a financiar os pequenos produtores, associados desta Cooperativa.

4) Comunicamos ainda à V. Excia, que, a Cooperativa Canavieira tem condições, mediante financiamento oficial, para fazer funcionar a Destilaria que o Instituto do Açúcar e Alcool mantém (paralisada) no vizinho Município de Osório.

Uma vez autorizada a entrega da referida Destilaria à Cooperativa, poderemos fazer funcionar uma Usina de Açúcar Branco.

Senhor Presidente:

Estamos proibidos de industrializar a nossa produção, já que no Rio Grande do Sul é proibido a fabricação de Açúcar Branco. Por isso apelamos à V. Excia. a fim de que nos seja concedido o direito das reivindicações acima mencionadas.

É na pessoa de V. Excia. que confiam os pequenos produtores de cana-de-açúcar desta região.

Esperamos Sr. Presidente, que V. Excia. autorize o financiamento que pedimos, pois **só assim poderemos, com o nosso esforço colaborar para maior grandeza e prosperidade de nosso querido Brasil.**

Respeitosamente
Jorge Pedro Nehme⁵⁷⁰

Confiante estava a diretoria da Cooperativa no partidário presidente, que lançara aos canavieiros a esperança de um novo tempo.

Esse ofício endereçado ao presidente aponta questões fundamentais, então em jogo:

- a) o papel da cooperativa diante do importante número de associados que aguardavam, a partir do seu desempenho, uma solução para seus problemas;
- b) o clamor de *pequenos* produtores, diante do Estado, que historicamente atendia aos *grandes*;
- c) o peso do Nordeste e a subtração do Rio Grande do Sul na colaboração para o progresso do Brasil;
- d) o papel missionário, salvacionista, dado ao trabalhista João Goulart, presidente do Brasil.

Em 6 de janeiro, o presidente se manifestou em telegrama, através de Wamba Guimarães, seu oficial de gabinete, que encaminhara a correspondência recebida ao IAA para exame e providências.⁵⁷¹

⁵⁷⁰ Ofício da Direção da Cooperativa Canavieira ao Presidente da República, João Goulart. 06 nov. 1961. Documentação da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. Acervo de Jorge Pedro Nehme. (Grifo nosso).

⁵⁷¹ Telegrama de Wamba Guimarães, Oficial de Gabinete do Presidente da República ao Presidente da Cooperativa Canavieira, Jorge Pedro Nehme. 06 jan.1962. Documentação da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. Acervo de Jorge Pedro Nehme.

Mas não só João Goulart foi abordado. Os deputados estaduais foram bombardeados com telegramas exigindo tomada de posição. Para exemplificar: Hélio Carlomagno responde, em telegrama, que aguardava, na Assembléia Legislativa, o presidente da Cooperativa, diante da ameaça de dissolução desse empreendimento. Demonstração desse fato constara em mensagem assinada pelo presidente Jorge Nehme e pelo gerente Oscar Inácio da Silva: “Comunicamos V. Excia. ficou deliberada convocação dia 11 fevereiro, assembléia geral Cooperativa Canavieira Santo Antônio, a fim de proceder fechamento mesma, por falta amparo oficial. Comunicamos ainda que, mais de 3 mil pessoas ficarão sem compradores para seus produtos, em virtude fechamento Cooperativa.”⁵⁷²

O deputado Porcínio Pinto respondeu, dizendo:

[...] seu telegrama constituiu para mim mais um incentivo para continuar na luta contra tremendas injustiças se vem praticando àqueles que, realmente, contribuem grandeza Rio Grande. Não compreendo como responsáveis pela coisa pública tenham cruzado braços diante tamanha injustificável injustiça. Pode amigo e associados estarem certos de que não descansarei enquanto não conseguir atenuar essa situação, abrindo olhos e despertando consciência atuais e futuros governantes. Abraços. Deputado Porcínio Pinto⁵⁷³

O deputado, em virtude de sua manifestação, na tribuna, em defesa dos canavieiros, recebeu agradecimento dos cooperativados em 17 de janeiro. Por sua vez, o partidário Zaire Nunes Pereira comunicou, no dia 18 de janeiro, que iria a Santo Antônio da Patrulha, antes da assembléia promovida pela Cooperativa, para verificar a situação, diante de telegrama-apelo que também recebera, como representante do município na Assembléia Legislativa. E o seu texto é taxativo. Informa ao deputado sobre o possível fechamento da cooperativa, diante da falta de interesse demonstrado pelo governo do Estado para com os pequenos produtores de cana do município, e o adverte sobre o prejuízo eleitoral que daí deveria resultar.

Os jornalistas de Porto Alegre também receberam convite, extensivo às autoridades e pessoas interessadas, para comparecerem à assembléia dos canavieiros, divulgando a causa, sensibilizando-os através da idéia de possível fechamento definitivo da Cooperativa, que há três anos vinha estimulando a produção, e que doravante não teria mais produto para comercialização. A circular enviada aos jornalistas expunha, entre outras idéias, a seguinte:

⁵⁷² Telegrama da direção da Cooperativa Canavieira ao Deputado Hélio Carlomagno. 15 jan. 1962. Documentação da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. Acervo de Jorge Pedro Nehme.

⁵⁷³ Telegrama do deputado Porcínio Pinto ao presidente da Cooperativa Canavieira, Jorge Nehme. 15 jan. 1962. Documentação da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. Acervo de Jorge Pedro Nehme. Em resposta dada em 17 de janeiro, o presidente Jorge Nehme agradeceu ao referido deputado pela defesa que fez, na Assembléia Legislativa, dos interesses dos pequenos produtores de cana-de-açúcar do município e da região.

[...] Relativamente à produção canavieira não só em Santo Antônio, como também em Osório e Torres, anteriormente várias reivindicações foram apresentadas às autoridades competentes, as quais, infelizmente, para tristeza de uma coletividade que se sustenta, veste e educa seus filhos com apenas os rendimentos oriundos de seus canaviais, de safra em safra, vêm encontrando as maiores dificuldades para continuar nesse labor, vendo-se obrigada a abandonar, por falta de amparo, a lavoura cujo produto desde a mocidade, proporcionou-lhe meios de subsistência, contribuindo ainda com grande parcela à economia dessas comunas.

Por esse motivo, caso não possa ser encontrada uma solução capaz de resolver este problema que diz respeito ao amparo aos canavieiros desta região, esta Cooperativa que há três anos tudo vem fazendo para estimular a produção da cana, será obrigada a fechar em caráter definitivo porque não mais terá produto para comercialização.⁵⁷⁴

Em meio aos apelos feitos, havia sido lançado o edital de convocação para assembléia geral extraordinária, datado de 15 de janeiro:

O presidente da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda., usando das atribuições que lhe confere os Estatutos, convoca os srs. associados para a Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se em sua sede social sita à rua Francisco José Lopes, 299, no bairro de Pitangueiras, no dia 11 de fevereiro do corrente ano, às 9 horas, em 1ª convocação, e às 19 horas, em 2ª convocação, a fim de discutir e deliberar sobre assuntos de interesse geral.⁵⁷⁵

Em todas as correspondências emitidas, revela-se a súplica de salvação, fruto de uma mobilização dos agentes envolvidos diretamente no processo, e que depositavam, em seus representantes, fé e convicção de que sairiam da condição em que se encontravam.

Impressiona não só o sentimento de abandono e a necessidade de socorro vertida nos depoimentos colhidos para esta pesquisa e nas matérias então divulgadas na grande imprensa. Mas o que mais choca são as revelações dos próprios canavieiros, os diretamente envolvidos na crise. Evocando registros, Jorge Ribeiro de Souza, plantador de cana, com 6 ha cultivados em Rio do Meio, 5º distrito de Santo Antônio, na ocasião desabafou:

Já plantei mais. Hoje, não posso. Não temos assistência de espécie alguma. Financiamento nenhum. Sinto-me sem estímulo e, de certa forma desmoralizado, pois as autoridades parecem que nos desprezam. Poderia produzir mais, vender melhor, ter mais conforto e colaborar com o progresso do Estado. Mas assim dá vontade de largar tudo.⁵⁷⁶

⁵⁷⁴ Correspondência da Direção da Cooperativa Canavieira aos jornais da capital. 07 fev. 1962. Documentação da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. Acervo de Jorge Pedro Nehme. (Grifo nosso). No destaque, a pressão dos canavieiros é visível como em outras incisivas manifestações.

⁵⁷⁵ Edital de Convocação para Assembléia Geral Extraordinária. 15 jan. 1962. Documentação da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. Acervo de Jorge Pedro Nehme. Efetivamente a assembléia ocorreu no Salão Paroquial da Cidade Alta de Santo Antônio da Patrulha.

⁵⁷⁶ ENTREGA da Destilaria a uma Cooperativa é velho plano do Instituto: chegou a hora! *Última Hora*, Porto Alegre, p. 16, 22 fev. 1962. Um telegrama, datado de 15 de fevereiro de 1962, fora enviado ao presidente do IAA pelo presidente da Cooperativa Canavieira. Documentação da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. Acervo de Jorge Pedro Nehme.

Outro agricultor, morador no Montenegro, 1º distrito de Santo Antônio, José Cândido Gomes, na mesma ocasião também revelou sua desolação:

Cheguei a montar um pequeno engenho, gastei alguma coisa que possuía, que havia ganho com mil sacrifícios. Foi tudo em vão. Pedi vinte mil cruzeiros de financiamento e não consegui. Acabei fechando o engenho. Precisamos, pelo menos, de vinte mil cruzeiros por hectare de cana. Do contrário, não poderemos mais agüentar. Nosso pedido de socorro precisa ser ouvido pelas autoridades.⁵⁷⁷

E a imprensa ampliou espaço para a causa, através de sucessivas publicações a respeito. O *Jornal do Dia*, às vésperas da assembléia decisiva da cooperativa, dizia:

Cerca de 3.000 pequenos produtores de cana-de-açúcar, associados da Cooperativa Canavieira de Santo Antônio da Patrulha, estarão reunidos em assembléia extraordinária no próximo domingo. [...]

A situação da cooperativa, – informa seu presidente, sr. Jorge Pedro Nehme, – é bastante delicada. Se os problemas que enfrenta não forem solucionados a tempo, se o governo faltar com a necessária assistência, a entidade será obrigada a cerrar as portas, significando isto prejuízo não apenas para cada um dos cooperativados, individualmente, mas, também, para a economia da região e do Estado. Como a Usina de Osório está parada desde sua montagem, em 1953, os plantadores estão dispostos a iniciar uma campanha de envergadura, visando a sua encampação pelo governo do Estado.⁵⁷⁸

E assim desfilaram, através de várias falas, manifestações desoladoras que foram então encampadas e expressas de forma impositiva nos trabalhos da agremiação dos canavieiros, como se lê:

Vendo a miséria cada vez mais ameaçar seus lares, vendo suas lavouras definharem ano a ano, os canavieiros de Santo Antônio da Patrulha estão dispostos a acampar, com esposas e filhos, na Destilaria de Osório, caso suas reivindicações, há tanto tempo pleiteadas, não sejam atendidas em 45 dias.⁵⁷⁹

Essas palavras foram pronunciadas por Jorge Pedro Nehme, presidente da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda., durante a assembléia geral extraordinária realizada às 10 horas do dia 11 de fevereiro de 1962, sob delirantes aplausos de cerca de 1.500 associados, que então representavam os mais de 3.000 agricultores de cana dos municípios de Santo Antônio, Osório e Torres.

⁵⁷⁷ ENTREGA da Destilaria a uma Cooperativa é velho plano do Instituto: chegou a hora! *Última Hora*, Porto Alegre, p. 16, 22 fev. 1962. Um telegrama, datado de 15 de fevereiro de 1962, fora enviado ao presidente do IAA pelo presidente da Cooperativa Canavieira. Documentação da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. Acervo de Jorge Pedro Nehme.

⁵⁷⁸ PRODUTORES de cana de Osório querem a Usina funcionando! *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 2, 09 fev. 1962.

⁵⁷⁹ FINANCIAMENTO e entrega da usina: apelo da Assembléia dos agricultores de cana! *Última Hora*, Porto Alegre, p. 7, 12 fev. 1962. (Grifo nosso). Essa matéria consta como ANEXO J. Em seguimento estão o ANEXO L e o ANEXO M, respectivamente, uma correspondência da Cooperativa Canavieira ao Banco Nacional Cooperativo e certidões de contratos de empréstimos realizados entre ambos.

Na imprensa, a assembléia fora noticiada como uma *reunião-monstro*, que iria agitar a pacata cidade de Santo Antônio. Manchetes anunciadas nos jornais da capital denunciavam a gravidade da situação canavieira para justificar a tomada da destilaria de Osório pelos produtores e por suas famílias.⁵⁸⁰

O Salão Paroquial da Cidade Alta de Santo Antônio ficou repleto de canavieiros. Eram plantadores de 5, 10 ou até 20 hectares de cana, e, na ocasião, ali se encontravam sobretudo para clamar pela falta de financiamento para suas lavouras. Devido ao decreto nº 1831, de 04 de dezembro de 1939, que vedava empréstimos ao cultivo de cana, a eles só restava a condição de plantar 3, 2 ou apenas 1 ha. Como se não bastasse esse decreto, a portaria de outubro de 1957 tornara mais aguda ainda a situação dos produtores, à qual reagiram com a fundação da Cooperativa. Nos seus primeiros tempos, ainda tiveram condições de resistir. Mas, passados três anos, a realidade era insustentável. A articulação para a monumental assembléia foi tão grande, que provocou o deslocamento de centenas de canavieiros, oriundos dos mais diferentes lugares do interior, enfrentando o pó das estradas de terra que conduziam à vila – muitas delas, simplesmente caminhos. Não poderiam faltar à reunião denunciadora da *monstruosidade* que lhes era imposta.

Tinham claro que a assembléia convocada para discutir os problemas que os afligiam, diante do abandono da cultura da cana no estado, seria decisiva. Para eles, o setor deveria ser reconhecido como importante ramo da economia do Rio Grande do Sul. Por isso, após o ato, iriam dirigir aos setores competentes um apelo da categoria, no sentido de concessão às reivindicações capazes de salvar da ruína milhares de famílias lavoureiras e uma cultura tradicional no estado. No dia anterior à assembléia, o presidente da Cooperativa Canavieira declarara ao Correio do Povo que, para tristeza de uma coletividade – que se sustentava, vestia e educava seus filhos apenas com os rendimentos oriundos de seus canaviais, de safra em safra –, esta vinha encontrando as maiores dificuldades para continuar nesse labor, vendo-se obrigada a abandonar, por falta de amparo, a lavoura, cujo produto, desde a mocidade, proporcionou-lhe meios de subsistência, contribuindo ainda com grande parcela à economia dos municípios do Litoral Norte.⁵⁸¹

Compunham a mesa dos trabalhos o presidente da cooperativa, Jorge Pedro Nehme; o diretor-gerente, Oscar Inácio da Silva; os membros do conselho fiscal, Antonio Barcellos,

⁵⁸⁰ PLANTADORES de açúcar planejam apossar-se da Destilaria de Osório! *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 1, 11 fev. 1962. No dia 09 de janeiro, a imprensa já dava grande cobertura à assembléia, anunciando sua realização e apontando as razões. Ver: PRODUTORES de cana de Osório querem a Usina funcionando. *Última Hora*, Porto Alegre, p. 6, 09 jan. 1962.

⁵⁸¹ PRODUTORES de cana-de-açúcar gaúchos vão reunir-se em Santo Antônio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 10 fev. 1962.

Porfírio Pereira Gomes e Francisco Corrêa de Andrade; os vereadores Pedro Machado Flor, Otto Von Saliel e Eusébio Barth, e mais o presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, João Batista Marchese. Inicialmente o presidente fez um relato da situação da entidade e uma análise das dificuldades que afetavam a cultura da cana no Rio Grande do Sul, apontando suas causas e destacando, em especial, a falta de amparo e assistência aos produtores, que há anos vinham pleiteando “[...] dramaticamente, medidas capazes de soerguer a economia canavieira gaúcha.”⁵⁸²

Os canavieiros aprovaram nessa assembléia o encaminhamento de reivindicações, após ouvirem apartes de alguns que se manifestaram com desânimo diante da grave situação por que passavam. Definiram, então, apresentar:

- a) memorial ao presidente do Banco do Brasil, solicitando mais uma vez (diante de outros reiterados pedidos que há muito vinham fazendo) financiamento ao pequeno produtor de cana-de-açúcar, que era impossibilitado de receber esse amparo pelo que dispunha a Lei nº 1831, de 4 de dezembro de 1939. O valor definido foi de 20 mil cruzeiros por hectare;
- b) memorial ao presidente do IAA, solicitando uma comissão de estudos para a entrega, à Cooperativa Canavieira, da destilaria localizada em Osório, cujas obras foram concluídas em 1953. Elas custaram mais de 40 milhões de cruzeiros, tendo os produtores contribuído com a taxa de dois cruzeiros por um litro de cachaça, e a qual entretanto, se encontrava até então não só paralisada, mas abandonada e sem aproveitamento, enquanto os canavieiros viam sua produção apodrecer por falta de industrialização;
- c) pedido ao governador do Estado para obtenção de financiamento com a finalidade de criação de uma cooperativa de consumo que pudesse prover os associados de gêneros alimentícios e utilidades de toda a ordem, tais como material agrícola e sementes;
- d) entrega da destilaria de Osório (inativa desde a sua montagem, em 1953) à Cooperativa Canavieira, com autorização de adaptá-la para a fabricação de açúcar branco, e não só álcool industrial. Dada a alta dose de sacarose que a cana da região apresentava, era alto o seu índice produtivo: 500 mil toneladas anuais, apesar de todas as dificuldades e do *heroísmo* dos seus produtores.⁵⁸³

⁵⁸² PRODUTORES de cana-de-açúcar gaúchos vão reunir-se em Santo Antônio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 10 fev. 1962.

⁵⁸³ Conforme destaca matéria de página inteira: PRODUTORES de cana de Osório querem a Usina funcionando! *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 7, 10 fev. 1962.

Entendiam que, se os problemas enfrentados não fossem solucionados, a entidade cerraria as suas portas com graves prejuízos, não apenas para cada cooperativado e sua família, mas também para a economia da região e do estado.

Foi então definido que, se as suas reivindicações não fossem atendidas, os canavieiros de Santo Antônio, após mais esse dramático apelo, iriam, *num último e paciente esforço*, acampar com suas famílias na Destilaria de Osório. Ao que o diretor do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, João Batista Marchese, declarou:

Se obtivermos verbas, ajudaremos os canavieiros! E completou: o Banco Nacional Cooperativo de que sou um dos diretores luta com a falta de recursos. Estamos esperando dinheiro. Se o conseguirmos prometo que a Cooperativa Santo Antônio receberá ajuda. Se não o recebermos, pedirei demissão.⁵⁸⁴

Sob aplausos calorosos dos produtores presentes, a assembléia foi encerrada, e a diretoria viajou para a capital.

Nas palavras de participantes da assembléia, esse ato foi inesquecível.

E, sem demora, foi enviado o memorial ao diretor da Carteira Industrial do Banco do Brasil, Dr. Nestor Jost, que, em incisiva correspondência, assim se expressou:

Não ignora V. Exa., conhecedor profundo que é dos problemas econômicos do Rio Grande do Sul, a situação de aflições e provações em que viveu e vive mergulhada uma vasta região do Estado, voltada mais ao cultivo da cana-de-açúcar e à sua industrialização pelos meios empíricos, tradicionalmente usados e que não mais condizem com o adiantamento econômico e industrial rio-grandense, e com a fase de modernização de métodos que se impõe, para a valorização dos homens e o enriquecimento da coletividade.

Sempre constituiu um dos defeitos flagrantes da economia da região a que nos referimos – S. Antônio, Osório, Torres, etc. – a falta de organização dos produtores, pequenos, economicamente frágeis, financeiramente desarmados e administrativamente esquecidos. A Cooperativa Canaveira S. Antônio Ltda [...] vem procurando ser um instrumento dessa organização que se fazia imperativa. Tem hoje 818 associados, representando interesses de cerca de 5000 pessoas de Santo Antônio da Patrulha, podendo, entretanto, congregar muito maior número, no momento em que, dentro da faculdade estatutária, atuar também naqueles dois outros municípios – Osório e Torres. [...] Empenhado em bem cumprir tais objetivos, a Cooperativa vem lutando, porém, com a falta de recursos, pois lhe têm faltado os financiamentos de que não pode prescindir, para realizar a sua alta missão.⁵⁸⁵

Essa incisiva correspondência apontava ainda sobre a proteção do Nordeste em detrimento do Rio Grande do Sul. E advertia: as condições em que vivia a população dos municípios canavieiros do estado se apresentavam, em alguns casos, com cores tão dramáticas

⁵⁸⁴ Conforme destaca matéria de página inteira: PRODUTORES de cana de Osório querem a Usina funcionando! *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 7, 10 fev. 1962.

⁵⁸⁵ Ofício datado de 10 fev. 1962, do que se deduz que ele fora redigido na véspera da assembléia. Documentação da Cooperativa Canaveira Santo Antônio Ltda. Acervo de Jorge Pedro Nehme. (Grifo nosso).

quanto às do Nordeste, embora por outros motivos que não os da seca. E demonstrava a favorabilidade dos demais estados do Sul (conforme divisão geográfica da época), ficando de fora o Rio Grande:

No instante, contudo, em que o grande Estado de São Paulo, estupendo nas indústrias da Capital, no algodão, ainda no café e em tantos outros setores; a terra fértil do Paraná, líder brasileira do café e centro poderoso da madeira; o Estado de Santa Catarina, também rico em possibilidades e iniciativas – no instante, dizíamos, em que esses Estados podem cultivar a cana, industrializá-la, produzir e exportar açúcar, que justificativa poderá existir para que o Rio Grande do Sul continue tendo fechadas para si as portas do Instituto do Açúcar e do Alcool?⁵⁸⁶

Os valores do recurso solicitado foram indicados:

A Cooperativa Canavieira S. Antônio Ltda. apela, assim, a V. Exa. e, por seu intermédio, ao Banco do Brasil – inclusive ao seu Presidente, gaúcho como V. Exa., e conhecedor também de todos os problemas do Rio Grande do Sul – no sentido de que determine o exame atento do assunto e, desde logo, considere a possibilidade de abrir um crédito de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) a esta entidade, para que possa atuar eficientemente no desempenho de sua missão. Esses recursos seriam assim distribuídos: a) Cr\$ 3.500.000,00 como limite para o desconto, na agência local do Banco do Brasil, de legítimos efeitos comerciais, isto é, duplicatas representativas de vendas feitas pela Cooperativa no Estado do Rio Grande do Sul (o volume atual de vendas é de Cr\$ 1.000.000,00), podendo, entretanto, desde que haja financiamento, elevar-se a Cr\$ 2.500.000,00 mensais. b) Cr\$ 1.500.000,00, financiamento para a instalação do setor de consumo, para fornecimento de gêneros, sementes, ferramentas, etc. aos associados, em boas condições de preço e qualidade, etc.⁵⁸⁷

O apelo dirigido ao presidente gaúcho João Goulart para a liberação de crédito, se positivado, acomodaria as tensões da região, que atravessava crescentemente sérios reveses; na verdade, uma sucessão de desafios à Cooperativa, que, ano a ano, se via com limites para realizar efetivamente a sua missão, como órgão de fomento da agricultura, de elevação das condições de vida do povo e de melhoria dos métodos de trabalho.

Também no Rio de Janeiro, o presidente do Instituto do Açúcar e Alcool recebeu o seguinte telegrama:

Comunico Assembléia Geral Cooperativa Santo Antônio Ltda. vg. Deliberação unânime vem apelar vossência **seja posta funcionamento uzina desidratadora município Osório como solução capaz amparar mais cinco mil pequenos produtores cana esta região** pt

Expectativa providências vossência vg aguardo solução apelo pt Saudações Jorge Nehme Presidente⁵⁸⁸

⁵⁸⁶ Ofício datado de 10 fev. 1962, do que se deduz que ele fora redigido na véspera da assembléia. Documentação da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. Acervo de Jorge Pedro Nehme. (Grifo nosso).

⁵⁸⁷ Idem.

⁵⁸⁸ Telegrama enviado pelo Presidente da Cooperativa Canavieira ao Presidente do IAA. 15 fev. 1962. Documentação da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. Acervo de Jorge Pedro Nehme. (Grifo nosso).

Leonel de Moura Brizola, governador do Estado, também recebeu um memorial dos canavieiros, assinado pelo presidente da cooperativa, Jorge Pedro Nehme, e seu diretor gerente, Oscar Inácio da Silva, conforme decisão tomada em assembléia. Por sua importância, embora longo, segue transcrito *in verbis* o documento recebido:

A Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda., pelos seus diretores abaixo assinados, vêm à presença de V. Excia., a fim de exporem e solicitarem o seguinte:

a) que a cultura da cana neste município, há três anos vem sendo orientada e amparada por esta Cooperativa;

b) que diante do exposto, a Cooperativa necessita de imprescindível amparo do Governo do Estado, para a instalação de uma Coop. de Consumo, com o objetivo de fornecer gêneros alimentícios, ferramentas agrícolas, medicamentos e outras utilidades estritamente necessárias aos seus associados;

c) que esta entidade propõe a V. Excia., seja estudada a possibilidade da compra da Usina Desidratadora do Instituto de Álcool e Açúcar, instalada no vizinho município de Osório, e que até esta data não entrou em funcionamento, a fim de que a mesma, em futuro bem próximo, possa produzir açúcar branco, em convênio com esta Cooperativa;

d) que solicita a V. Excia. interfira junto ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, no sentido da consecução de empréstimos, na base de Cr\$ 20.000,00 por hectare de cultura da cana, ao pequeno produtor, atualmente não gozando desse benefício, em virtude de dispositivos contidos no Dec. Lei nº 1.831, de 4-12-1939;

e) que a cultura da cana nessa região e de modo especial neste Município, é secular, sendo portanto, exercida por milhares de pessoas, as quais através de métodos dos mais rudimentares, apresentam uma apreciável produção de açúcar mascavo, rapadura, melado e cachaça; e

f) que esta Cooperativa, após estudos procedidos em torno do problema canavieiro desta região, chegou à conclusão de que somente poderá continuar sua atividade no setor de cooperativismo, uma vez sejam concretizadas as reivindicações ora focalizadas, sendo ponto de capital importância, sua existência em função da Usina de Osório.

Eis, pois, Sr. Governador, o que esta entidade necessita para subsistir juntamente com os pequenos produtores, em sua maioria proprietários de glebas com áreas inferiores a 20 hectares, os quais diante do processo de empobrecimento que vem passando o nosso Estado, estão hoje vivendo uma de suas épocas mais cruciantes nesse mister. Muitos, face a esse fator estão procurando amenizar suas deficiências com o êxodo para outros centros maiores para se tornarem verdadeiros marginais, aumentando ainda os sérios problemas sociais que afligem classes dirigentes e autoridades de nosso querido Brasil.

Em nome de todos os produtores de cana deste município e desta região, este é o apelo que apresentam a V. Excia., na certeza de que sejam alvos de especial consideração e do alto espírito de patriotismo do seu eminente Governador, que hoje se tornou pioneiro e defensor do homem e da família da lavoura, como base fundamental da prosperidade e da grandeza da Pátria.⁵⁸⁹

Sem dúvida, essa correspondência pode ser concebida como o germe do nascimento da AGASA. S.A. – Açúcar Gaúcho S.A. O desafio estava posto.

Não há dúvida de que a idéia de criar uma indústria de açúcar branco foi da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. Os reveses sofridos e interpostos, sobretudo pela política de

⁵⁸⁹ Correspondência enviada pelo presidente da Cooperativa Canavieira ao governador do Estado do Rio Grande do Sul. 14 fev. 1962. Documentação da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. Acervo de Jorge Pedro Nehme. (Grifo nosso).

Estado no âmbito federal, privilegiando o Nordeste, processo histórico não rompido até então no governo trabalhista de João Goulart, forjaram diante das dificuldades reais de sobrevivência dos canavieiros, com a produção rudimentar que os movia, a busca da saída, materializada numa usina açucareira para o Rio Grande do Sul. A idéia exposta no papel, em fevereiro, ao governador Leonel Brizola foi a pólvora incendiária que agilizou a tramitação do projeto, que não capitulou.

Ao contrário, impulsionou o soerguimento dos ânimos e esperanças dos pequenos produtores de cana do Litoral Norte do Rio Grande do Sul que, a partir de 1962, passaram a acalantar um sonho por eles vislumbrado e perseguido para sua concretização. Entretanto, a adoção da idéia e sua transformação em realidade, prometida através da encampação do projeto pelo Estado, foi o rumo a seguir tomado; e a certeza da esperança parecia assegurada. Impunha-se, para tanto, quebrar a hegemonia nordestina. Todavia, essa passagem foi difícil e acompanhada de percalços.

3.5 A COOPERATIVA CANAVIEIRA E O PROJETO SOCIAL DO PTB

O momento parecia favorável às demandas de resistência e organização dos produtores de cana, visto os resultados da assembléia do dia 11 de fevereiro de 1962 terem provocado reações do poder público, há muito esperadas pelo setor. A promessa feita, desde 1957, pelo presidente do IAA, Gomes Maranhão – a título de compensação pela lei discriminatória, que prejudicou os canavieiros – de entregar funcionando a destilaria de Osório aos produtores, caso existisse uma cooperativa idônea na região, ainda não fora efetivada.

Os canavieiros fizeram a sua parte. Criaram e organizaram a sua cooperativa. Mas passaram os anos de 1958, 1959, 1960, 1961 e, chegando, 1962, ainda que as autoridades tivessem ouvido o clamor canavieiro, não fora cumprida a promessa feita. Dirigiram-se, então, ao sucessor da presidência do IAA, que se mostrou receptivo à transferência da usina para fazê-la funcionar, sob regime cooperativo, produzindo 100.000 sacas de açúcar anuais, para o que seriam necessários Cr\$ 300.000.000,00 anuais. Diante disso, era preciso impor-se decididamente, a fim de positivar a cultura da cana no Litoral Norte do estado.⁵⁹⁰

⁵⁹⁰ ENTREGA da Destilaria a uma cooperativa é velho plano do Instituto: chegou a hora! *Última Hora*, Porto Alegre, p. 16, 22 fev. 1962.

Jorge Nehme, liderando uma campanha aguerrida na defesa dos canavieiros, afirmou, na ocasião, ao repórter da *Última Hora*:

Essa Cooperativa idônea, congregando cerca de 3 mil produtores, já existe, aceita e deseja ardentemente o encargo e a responsabilidade de fazer funcionar a Destilaria de Osório. Portanto, o momento é adequado. Dêem a Destilaria aos produtores. Nós estamos dispostos a fazê-la funcionar em benefício de milhares de famílias e do progresso do Rio Grande do Sul. Temos planos concretos para uma usina produtora de açúcar branco. Temos o apoio de milhares de canavieiros e da população e autoridades de nossos municípios e do Estado. Temos tudo, só nos falta ver funcionando esta obra maravilhosa que custou muitos milhões e aí está parada há anos, enquanto soçobra uma cultura tradicional do Rio Grande do Sul.⁵⁹¹

É bem evidente que a cooperativa entrou resoluta na batalha que passou a travar com veemência, peregrinando no Palácio Piratini, na Assembléia Legislativa, na Secretaria da Economia e em bancos, em busca de recursos. O governador do Estado, após ter recebido a comitiva em audiência, determinou que o secretário da Economia, acompanhado de técnicos, fosse ver de perto a usina.

Estes, Kleyner Velloso, Horst Beck, Ruth Velloso e Ieda Morandi, acompanhados do gerente Licurgo Cardoso; do contador da destilaria, Atilio Viero; além do presidente da Cooperativa e do vereador professor Romildo Bolzan (líder do PTB na Câmara Municipal de Osório), percorreram todas as instalações. Da visita resultou outra promessa de solução de antigas reivindicações, através de relatório.⁵⁹² Efetivamente a Secretaria de Estado da Economia articulou pedidos de financiamento, a entrega da destilaria e outras providências.⁵⁹³

O encaminhamento do relatório foi logo feito pelo deputado Floriceno Paixão em Brasília, através da constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as causas da inatividade da Destilaria de Osório, o que, segundo ele, seria o primeiro passo para desentruvar esta antiga demanda canavieira, não resolvida há anos.⁵⁹⁴ Todos logo perceberam

⁵⁹¹ ENTREGA da Destilaria a uma cooperativa é velho plano do Instituto: chegou a hora! *Última Hora*, Porto Alegre, p. 16, 22 fev. 1962. Nos meses seguintes, a solução ainda não estava dada. Verificar: OS PROBLEMAS da economia açucareira no estado continuam a preocupar a Secretaria da Economia. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 16 jun. 1962.

⁵⁹² Idem. Ibidem. Essa visita foi notícia na matéria: ESTUDA-SE a instalação da indústria açucareira. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 3, 29 jun. 1962.

⁵⁹³ ECONOMIA entrou na campanha dos canavieiros. *Última Hora*, Porto Alegre, p. 16, 22 fev. 1962.

⁵⁹⁴ NA CÂMARA e no Senado Destilaria de Osório será objeto de um inquérito parlamentar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 24 fev. 1962. Já desde 1959, a Cooperativa Canavieira vinha pressionando a CDE (Comissão de Desenvolvimento Econômico da Assembléia Legislativa), para que a Destilaria de Osório voltasse a funcionar. Veio então ao estado um técnico do IAA para orientar ações a respeito do uso da aguardente, e, possivelmente, do melado para a produção do álcool. Foi também levantada a necessidade de o IAA adotar medidas permanentes quanto à assistência à lavoura canavieira e fiscalizar o comércio de seus derivados, especialmente a aguardente. DESTILARIA de Osório vai funcionar! *Informação Mensal*, Porto Alegre: CDE; Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, p. 61-62. 1959. Em 1957, o mesmo Conselho de Desenvolvimento Econômico da Assembléia fizera um levantamento do que havia na Destilaria de Osório. Ver ANEXO N.

que o problema era, na verdade, de âmbito nacional; não era evidente só ao vereador Bolzan, que em muitas oportunidades apresentou moções, que foram aprovadas, a favor da entrega da destilaria aos pequenos produtores. Reconheciam que a política pró-nordeste deixava o Rio Grande do Sul, apesar de sua grande produção, como o único estado da nação sem a cota de açúcar, naquela altura.

Tabela 17 – Cotas de açúcar concedidas aos estados brasileiros – 1934/1959

Unidades Federadas	Safras					
	1934/35	1943/44	1945/46	1947/48	1951/52	1958/59
<i>Zona Norte</i>	6.768.299	9.761.796	10.741.341	11.988.244	16.829.251	22.116.704
Pará	7.068	16.821	17.552	20.380	29.525	32.478
Maranhão	9.320	11.538	12.039	34.620	47.117	49.928
Piauí	2.678	3.156	3.292	3.534	3.524	3.887
Ceará	2.348	18.100	18.886	33.886	38.513	54.300
R.G. Norte	35.925	53.040	53.378	63.114	181.423	309.070
Paraíba	205.644	288.690	401.242	640.312	727.036	920.271
Pernambuco	4.056.314	5.718.404	6.087.670	6.490.529	9.404.272	12.717.932
Alagoas	1.227.907	1.854.434	2.065.551	2.319.924	3.053.636	4.174.987
Sergipe	556.556	919.644	1.058.048	1.212.983	1.744.752	2.026.341
Bahia	664.529	877.969	1.021.683	1.168.962	1.599.441	1.854.510
<i>Zona Sul</i>	4.514.602	5.954.051	6.559.856	10.782.963	15.838.976	25.632.668
Minas Gerais	340.293	524.172	691.727	1.376.560	1.864.968	2.480.606
Espírito Santo	44.571	64.318	67.068	117.080	260.654	327.625
Rio de Janeiro	2.026.537	2.558.824	2.768.989	3.825.512	4.921.862	6.275.476
São Paulo	2.051.540	2.674.960	2.894.643	5.000.000	7.898.862	15.084.701
Paraná	-	10.000	10.000	15.000	458.880	852.822
Sta. Catarina	19.254	73.416	78.265	158.893	207.815	254.137
Rio G. do Sul	6.318	6.318	6.318	-	-	-
Mato Grosso	25.489	36.149	31.403	83.318	152.775	169.673
Ponta-Porã	-	-	6.318	-	-	-
Goiás	600	5.894	5.125	71.600	73.160	187.628
<i>Brasil</i>	11.282.901	15.715.847	17.301.197	22.771.207	32.668.227	47.749.372

Fonte: COUTINHO, Nelson. Contingenciamento da produção açucareira. *Brasil Açucareiro*, Rio de Janeiro: IAA, a. XXIX, v. LVII, n. 5, p. 357, maio 1961. Obs.: Causou estranheza, a indicação de Ponta-Porã como unidade federada.

De qualquer modo, a inserção do Rio Grande do Sul no mercado se impunha, sobretudo, diante do aumento visível de consumo interno do açúcar⁵⁹⁵ como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 18 – Consumo aparente de açúcar (per-capita/quilo) – 1935/1955

Unidade Federativa	Ano	1935	1940	1945	1950	1955
<i>Zona Norte</i>		9,4	8,7	12,9	15,0	17,8
Acre		0,4	4,2	8,6	16,5	30,8
Amazonas		11,5	14,4	18,1	19,0	23,8
Pará		7,6	13,8	15,6	16,5	19,3
Maranhão		2,9	3,7	4,1	5,5	8,1
Piauí		2,4	3,7	3,3	3,3	3,9
Ceará		5,1	5,5	6,7	10,1	13,4
Rio Grande do Norte		6,7	3,8	7,8	12,2	13,4
Paraíba		6,3	5,5	6,1	11,6	17,0
Pernambuco		22,2	17,7	27,0	27,5	27,9
Alagoas		14,6	12,1	12,5	14,6	32,4
Sergipe		5,5	9,9	37,6	40,1	28,2
Bahia		7,3	6,3	10,4	12,2	14,4
<i>Zona Sul</i>		20,1	24,2	25,1	33,6	42,0
Minas Gerais		7,8	8,8	11,8	18,2	24,5
Espírito Santo		8,3	8,9	16,1	18,9	30,9
Rio de Janeiro		22,7	28,3	46,2	30,2	43,4
Guanabara		67,2	62,4	48,6	64,8	63,3
São Paulo		27,5	37,3	37,4	50,7	64,4
Paraná		13,2	19,8	17,6	28,8	37,7
Santa Catarina		4,5	7,0	8,9	12,2	15,1
Rio Grande do Sul		21,5	23,2	20,6	31,9	37,1
Mato Grosso		5,5	7,5	6,9	13,5	23,3
Goiás		0,4	1,9	1,5	9,2	15,5
<i>Brasil</i>		15,9	18,2	20,5	26,5	32,9

Fonte: COUTINHO, Nelson. Contingenciamento da produção açucareira. *Brasil Açucareiro*. Rio de Janeiro: IAA, a. XXIX, v. LVII, n. 5, p. 362, maio 1961.

A conjuntura, portanto, favorecia e impulsionava as pressões das lideranças da região canavieira gaúcha que insistiam no rápido desfecho da crise com a tomada da Destilaria de Osório, como destacou Bolzan: “É uma atitude viril e própria de nossa época, para persuadir o

⁵⁹⁵ Além dos dados da tabela, para o ano de 1962, os números das vendas acusavam um ritmo ascendente da ordem de 783.000 toneladas, que proporcionaram divisas de aproximadamente 66 milhões de dólares. Ver: AÇÚCAR rio-grandense. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 12 jun. 1962. Nessa mesma edição, em outra matéria, é informada a falta do açúcar. Examinar: ESCASSEZ de açúcar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 15, 12 jun. 1962. Em 1961 foram produzidas 58.756, 281 toneladas do produto. O valor da safra atingiu 36,5 milhões de cruzeiros. Verificar mais dados em A CULTURA da cana no Brasil. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 9, 11 set. 1962.

poder público a atender os antigos e sentidos apelos de uma população de mais de 150 mil habitantes.”⁵⁹⁶

No dia seguinte ao da realização da assembléia, a coluna *Opinião*, da Última Hora, assim se pronunciou:

Cana Amarga

Vem do Império o drama dos canavieiros gaúchos. Primeiro houve sobre eles o peso dos senhores de engenho do Nordeste, que gozavam do favor da coroa e não admitiam concorrência. A República nasceu e manteve o privilégio, atada pela política que continuava com o eixo distante de nosso Estado. Mesmo assim, a cana gaúcha crescia, para ser transformada em cachaça porque mais não se permitia. Anos e anos de batalha junto ao Instituto do Alcool e do Açúcar conseguiram um novo privilégio: produção de álcool. Mas os favores que o governo Federal concedia a outros Estados continuavam pesando sobre nós. Então, houve um desafio, com a construção da Usina de Osório, diga-se de passagem construída com o dinheiro dos produtores de cana, que pagavam dois cruzeiros por litro de cachaça. Mas o pesadelo continuava. A Usina ficou abandonada, o financiamento não existia e a proibição de produzir açúcar sufocava, ainda mais, os canavieiros. A paciência humana tem limites e muito mais largos do que os governos imaginam. Apesar de toda a paciência, veio o desespero, motivado pela ameaça de miséria, que paira sobre as três mil famílias. Os canavieiros se reuniram e deram quarenta e cinco dias de prazo para o Governo Federal tomar as primeiras medidas para resolver a crise. O prazo é suficiente e a reclamação é justa. O governo só pode atender. O que esses homens querem é apenas a oportunidade de aumentar a riqueza de nosso Estado, a oportunidade de abrir novas lavouras e tirar da terra, tudo o que ela pode dar. Tudo isso, significa apenas uma coisa: **o Rio Grande do Sul se rebelou contra o empobrecimento. Quer se ver livre de todas as peias, para contribuir para o progresso do Brasil.**⁵⁹⁷

Dias depois, o *Jornal do Dia*, de 16 de fevereiro, publicou nota sobre o parecer técnico emitido pela Secretaria de Economia, gestão de Siegfried Heuser, intitulado *Destilaria de Osório é “elefante branco”*. Segundo o estudo, a usina era antieconômica, e a produção de álcool e açúcar, de qualidade inferior. Prestaria somente quase que exclusivamente para a produção de aguardente. Finalizaram o documento indicando que deveriam ser remodeladas as instalações, e o maquinário, substituído.⁵⁹⁸

Em virtude da reunião dos canavieiros, aqueceram-se os debates na Assembléia Legislativa, envolvendo os deputados Porcínio Pinto (PSD) e Antônio Bresolin (PTB). O pessedista insinuou que o governador do Estado, Leonel Brizola, estaria do lado do Nordeste brasileiro e contra os canavieiros do Rio Grande do Sul, ao fazer “ouvidos de mercador” diante dos constantes pedidos de auxílio por eles feito sem nada obterem de retorno, e que isso era um crime contra os pobres canavieiros do Nordeste gaúcho. Bresolin contra-ataca,

⁵⁹⁶ ENTREGA da Destilaria a uma cooperativa é velho plano do Instituto: chegou a hora! *Última Hora*, Porto Alegre, p. 16, 22 fev. 1962.

⁵⁹⁷ CANA amarga. *Última Hora*, Porto Alegre, p. 7, 13 fev. 1962. (Grifo nosso).

⁵⁹⁸ DESTILARIA de Osório é elefante branco. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 7, 16 fev. 1962.

afirmando que ele nada entendia, nem de cana, nem de açúcar. Dizendo-se defensor dos plantadores de cana do Litoral e considerando que a causa de tudo estava na “cupidez dos reacionários de São Paulo e de outras bandas,” aproveitou e lançou sua própria candidatura à Câmara Federal para resolver todos os problemas dos produtores de cana do estado. E destacou: “[...] a eleição de Brizola para a presidência do Brasil aconteceria dali a três anos, com a ajuda de Deus e dos eleitores.”⁵⁹⁹ Como estava *com a mão na massa*, Bresolin prometeu, se eleito, resolver todos os problemas dos canavieiros gaúchos.

A Câmara Municipal de Osório também não ficou alheia. Romildo Bolzan, seu presidente, lembrou, na ocasião, as diversas moções e telegramas na defesa dos canavieiros, especialmente para fazer funcionar a destilaria do IAA no município, diante do reconhecimento da existência de uma política injusta, inteiramente pró-nortista, no problema do açúcar brasileiro. Segundo ele, por dados técnicos que verificara, as terras de Santo Antônio da Patrulha, Osório e Torres eram as mais férteis do Brasil para o cultivo da cana.

O representante do PTB no município colocou publicamente a Câmara que presidia a serviço dos canavieiros e da Cooperativa Patrulhense, afirmando ter sido viril e própria da época em que viviam a atitude de acamparem na destilaria para persuadir o poder público a atender aos antigos e sentidos apelos de uma população de mais de 150.000 habitantes.

Nos meses seguintes de 1962, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, na pauta de sua atuação, analisou o pedido de uma Cooperativa de Laticínios de Estrela para que lhe fossem entregues as instalações do IAA em Osório, por intermédio do deputado Harry Sauer.⁶⁰⁰

O que fica evidente nesta conjuntura, além do apoio geral dos vários segmentos da sociedade civil e da sociedade política, é a movimentação partidária diante de uma região com um peso eleitoral expressivo que mais diretamente poderia ser atingida, tendo como canal uma agremiação organizada e posicionada, como era a Cooperativa Canavieira.⁶⁰¹

⁵⁹⁹ PINGO no pingo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 17 fev. 1962.

⁶⁰⁰ Ver: RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Comissão de Desenvolvimento Econômico. Ata nº 27, de 14 ago. 1962. Ata nº 38, de 31 out. 1962. Ata nº 39, de 06 nov. 1962. Ata nº 40, de 13 nov. 1962. Ata nº 41, de 14 nov. 1962. Ata nº 42, de 20 nov. 1962. Ata nº 44, de 22 nov. 1962. Ata nº 45, de 27 nov. 1962. Ata nº 48, de 04 dez. 1962. Todas elas estão relacionadas com a pretensão de Estrela em obter o parque do IAA de Osório.

⁶⁰¹ Vivia-se, então, um clima animado, com resultados das lutas, como o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214 de 02/03/1963) e o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 30/11/1964); este voltado para a Reforma Agrária. No Rio Grande do Sul, manifestação na imprensa se colocou contra o Estatuto da Terra, esperando sua revisão, atendendo às condições de cada Estado, conforme anúncio do Ministro Cirne Lima. Ver: O ESTATUTO da Terra. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16 out. 1970. Suplemento Rural, p. 4.

Sua marcada posição agilizou o processo, que levou o governador do Estado⁶⁰² a escalar seu secretário da Economia, Milton Dutra,⁶⁰³ para a solução da crise canavieira.⁶⁰⁴ Mais que isso: a conquistar do IAA a cota de produção açucareira para o Rio Grande do Sul, nem que precisasse usar a força.⁶⁰⁵ Harry Sauer, trabalhista, naquela altura deputado estadual, recorda-se de detalhes:

O Instituto do Álcool e do Açúcar era um órgão federal que controlava no país a produção do açúcar e do álcool, e toda ela estabelecida na zona nordeste do país. O IAA se opôs frontalmente à idéia de concessionar uma indústria de açúcar no sul do país. Então, nós encontramos aí o primeiro obstáculo. Resultou em algumas viagens ao Rio de Janeiro. Na época tudo passava-se no Rio de Janeiro. [...] Eles diziam o seguinte: “Esta região não produz cana em quantidade suficiente, e não terá condições de alimentar uma usina açucareira. [...] até se fosse particular precisava dessa concessão [...]” E a idéia era, já que não havia economia privada e adequada suficiente na região, que no seu contexto não tinha suporte financeiro para montar uma indústria dessas, nem havia empresários com idéia de fazer uma coisa dessas, era preciso então que o Estado entrasse nisso, que foi o que aconteceu.⁶⁰⁶

E Sauer tem lembranças de um dia, Brizola, em Palácio, conversando com a comissão que designara para levar adiante o projeto:

“A turma do Instituto do Açúcar e do Álcool não vai autorizar a instalação dessa indústria. Eles dizem que será antieconômico, que não há condições, que não há produção adequada, que isso é um privilégio da zona do Norte do país e Nordeste.” Mas, nesse ínterim, o João Goulart, que era gaúcho, que era nosso amigo e que era nosso correligionário, era vice-presidente da República. Nós fomos ao Jango, como chamávamos na época. [...] O Jango disse o seguinte: “Eu vou ver esse assunto.” Passados uns tempos, ele mandou nos chamar de volta e disse o seguinte: “Houve uma vacância no Instituto e está dentro da minha jurisdição como vice-presidente da República. **Eu tenho alguns setores, algumas áreas que o presidente passou ao meu encargo e ocorreu uma vacância na presidência do Instituto do Açúcar e do Álcool. Eu vou colocar no preço desta indicação a liberação para o Rio Grande do Sul ter a sua indústria açucareira [...]**” E isso

⁶⁰² A ação decidida de Brizola é vista como postura resultante da cruzada trabalhista sonhada por Vargas. Conforme Pasqualini, três conquistas de Vargas eram visibilizadas: (a) a definição dos termos exatos da política trabalhista na própria obra de Pasqualini; (b) a aglutinação pacífica e ordeira das massas populares, sob o comando de João Goulart; e (c) a ponta de lança das realizações objetivas e modificadoras, com Leonel Brizola. AZAMBUJA, Raphael Veríssimo. Introdução. In: PASQUALINI, Alberto. *Bases e Sugestões para uma política social*. Rio de Janeiro: Livr. José, [s.d.], p. XXX.

⁶⁰³ Milton Garcia Dutra nasceu em Santiago, em 11 nov. 1916. Foi deputado estadual em duas legislaturas (1955-1959; 1959-1963) pelo PTB. Em 15 de fevereiro de 1962, afastou-se da Assembléia Legislativa para assumir a Secretaria da Economia até 06 de julho de 1962. Dados colhidos na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, pelo engenheiro agrônomo Wilson Castro, e por ele cedidos a esta pesquisa.

⁶⁰⁴ Nas atas da Comissão de Desenvolvimento Econômico da Assembléia Legislativa, se sucedem os pedidos de esclarecimentos sobre as dificuldades da Cooperativa Canavieira Patruhense e seu possível fechamento. Ver: Ata nº 1, de 23 maio 1962. Ata nº 2, de 24 maio 1962. Ata nº 8, de 13 jun. 1962.

⁶⁰⁵ Ao contrário do açúcar, a produção de rapadura não estava sujeita a limitações. Foi o que determinou Getúlio Vargas, através de decreto-lei em 1944, que em seu artigo 2º diz: “Fica suprimida a taxa de estatística sobre a rapadura, criada pelo decreto-lei 1831, de 04/12/1939, mantida, porém, a obrigação de inscrição no Instituto do Açúcar e do Álcool da declaração da produção anual, nos termos da legislação em vigor. A produção de rapadura não está sujeita a limitações.” *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 8, 31 mar. 1944.

⁶⁰⁶ Depoimento de Harry Sauer concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 13 set. 2004.

aconteceu. [...] Um dos argumentos usados na época foi o seguinte: “Vocês estão dizendo aqui no Instituto que vai ser uma indústria onerosa, que ela vai encarecer o preço do açúcar porque não tem produção suficiente [...] isso vai ser muito bom para vocês, porque a produção de açúcar do Rio Grande do Sul sendo mais onerosa e mais cara que a de vocês vai resultar obrigatoriamente aumento do preço, e vocês vão se beneficiar com esse aumento de preço.” Foi um argumento que depois o Jango usou e que pessoalmente nos contou. [...] Aí se organizou como projeto governamental, uma sociedade, se não me engano, de economia mista que tomou a sigla AGASA.⁶⁰⁷

O próprio secretário Milton Dutra, que, a pedido da Comissão Especial para o Estudo da Agroindústria Açucareira, esteve na Assembléia Legislativa, anos depois, em 6 de maio de 1975, dando seu depoimento, assim recordou sobre o nascimento da AGASA:

[...] ela surgiu da realidade econômica da região nordeste do Estado, na sua parte agrícola, onde se caracteriza por uma disseminação excessiva da propriedade. É uma área eminentemente minifundiária.

A cooperativa dos plantadores de cana de Santo Antônio da Patrulha falou pelos anseios dessa coletividade de pequenos produtores, em 1962. Dirigiu ao Gov. Leonel Brizola, um memorando expondo a situação de dificuldades que atravessava aquela região, no que diz respeito à exploração agrícola. A cana, à época, estaria atravessando um período de pouca valorização, não compensadora do esforço dos trabalhadores da terra.

Pediam ao Governo, uma medida que viesse estimular o trabalho dos homens da região. Eu ocupava a Secretaria da Economia na época, e o Dr. Brizola me convocou a Palácio e me passou esse ofício dos plantadores de cana, recomendando que fosse estudado o problema na Secretaria da Economia, para que fosse dada uma solução que visasse o soerguimento da economia da região. [...] Designei uma equipe para estudar o problema, ela se deslocou para a região, lá permanecendo alguns dias, fez um estudo de profundidade possível dentro da urgência determinada pelo Governo. No retorno, numa mesa redonda, da qual participou o Dr. Jaime Gaspar dos Santos, que era engenheiro da minha secretaria, e que desde os primeiros instantes começou a cooperar na idéia e seu desenvolvimento, e lá foram estudadas várias hipóteses a serem cumpridas para atender aquele apelo dos plantadores da região e as determinações peremptórias, repito, do Gov. Leonel Brizola. Como não podia deixar de ser, a primeira hipótese que se apresentou, foi a da retomada da atividade que havia na refinaria nas proximidades de Osório. [...] mas a idéia foi desaconselhada [...] porque a refinaria [...] as construções que ainda lá estão se destinava em transformar aguardente em álcool. [...] era totalmente anti-econômico [...] ela não se prestava para as instalações de uma indústria açucareira. [...]

Nesse entretempo, um dos nossos técnicos, o economista Montserrat, viajava pelo centro e nordeste do Brasil visitando usinas açucareiras e estudando as condições de produção daquela usina. O Dr. Jaime também se deslocou para conhecer na área de produção açucareira do país, aquilo que dizia a respeito de sua profissão de engenheiro, no que reporta às construções civis os equipamentos industriais. No RGS, ao mesmo tempo, nós movimentávamos a Secretaria da Agricultura, para assegurar uma produção canavieira que permitisse a usina funcionar dentro de sua normalidade.

Estes esforços eram realizados mais ou menos ao mesmo tempo, porque se dizia que iria se encontrar grandes dificuldades para se obter quota de industrialização junto ao IAA. Comentava-se que o IAA tinha má vontade com o

⁶⁰⁷ Depoimento de Harry Sauer concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 13 set. 2004.

RGS e não permitiria que o excelente mercado de consumo da indústria açucareira do Brasil que é o RGS, passasse a ser atendido por indústrias locais de produção.⁶⁰⁸

Este relato reproduz o que era notícia na grande imprensa, em abril de 1962: o projeto da implantação de uma indústria açucareira no Nordeste do Rio Grande do Sul. O economista José Montserrat apresentou a Milton Dutra um plano de trabalho assentado em três partes: questão agrícola (fomento e outros), planta industrial e estruturação da empresa, a ser localizada na divisa entre os municípios de Osório e Santo Antônio da Patrulha, de onde o melaço seria transportado para a Destilaria de Osório, que faria a parte final da industrialização. Esse era o entendimento inicial, para uma produção prevista de 120 mil sacas de açúcar, devendo logo depois ser duplicada, com a instalação de uma moenda junto à destilaria de Osório e de uma destilaria no parque da usina projetada, ao pé da Lagoa dos Barros.⁶⁰⁹

Em maio, o projeto estava concluído e entregue ao governador Brizola.⁶¹⁰ Urgia acelerar o projeto, diante da necessidade crescente do produto, visto o Rio Grande do Sul consumir, em cada 12 meses, 4 milhões de sacos de açúcar.⁶¹¹ No ato de entrega, a comissão autora do projeto foi transformada em grupo executivo, constituída pelo economista José Montserrat, pelo engenheiro Jaime Gaspar dos Santos e pelo engenheiro agrônomo Wilson de Oliveira Castro, sob a chefia do primeiro.⁶¹²

A sua atuação foi decisiva para o projeto chegar a bom termo. Ocorre que Montserrat sustentou seu estudo na constatação dos resultados do rompimento das relações comerciais e políticas entre os Estados Unidos e Cuba, que era à época o maior produtor de açúcar do mundo. Abria-se então uma fatia promissora de mercado que serviu de tese para justificar junto ao IAA a obtenção da cota de açúcar para o Rio Grande do Sul.

Enquanto as providências para a definição da usina se encaminhavam, as dificuldades da Cooperativa se ampliavam, sobretudo as de ordem financeira.

Jorge Pedro Nehme, em 14 de abril de 1962, apresentou documento intitulado *Base de Financiamento para a cultura de cana-de-açúcar no Litoral Nordeste do Estado*, em cujos

⁶⁰⁸ RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa do Estado. *Relatório da Comissão Especial para o Estudo da Agroindústria Açucareira*. Porto Alegre, out. 1975. p. 42.

⁶⁰⁹ PROJETO de implantação de indústria açucareira. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 25 abr. 1962.

⁶¹⁰ Consta como ANEXO O, na íntegra, o projeto de implantação da indústria canavieira no Rio Grande do Sul.

⁶¹¹ Os índices estatísticos, em 1962, demonstravam um progresso substancial da agroindústria canavieira no Brasil, da ordem de 103% (produção de açúcar), relativo ao período 1951-1961. Era insuficiente ainda, diante da demanda crescente, não só do mercado externo, como, sobretudo, do consumo interno. E o Rio Grande do Sul ingressava em conjuntura favorável com a sua cota. Ver: DEBATES sobre a política canavieira. *Brasil Canavieiro*, Rio de Janeiro: IAA, a. XXX, v. LIX, n. 1 e 2, p. 22, jan./fev. 1962.

⁶¹² INDÚSTRIA açucareira na região nordeste do RGS. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 52, 21 maio 1962.

fragmentos, ora extraídos, se pode conferir a organização da Cooperativa na argúcia dos seus argumentos:

Num levantamento recente, efetuado pela Cooperativa Canavieira Santo Antônio Limitada, ficou constatado que existem, no Município de Santo Antônio, 6.850 pequenos proprietários rurais, com áreas de terras que variam de 10 a 50 hectares.

Dos 6.850 pequenos proprietários, 70% se dedicam à cultura e industrialização caseira da cana-de-açúcar.

Encontramos assim, somente no Município de Santo Antônio, 4.795 pequenos lavradores tradicionais, na cultura e industrialização da cana.

No Município de Osório terá aproximadamente 1.500 lavradores que também se ocupam no cultivo da cana. [...]

Atualmente cada produtor cultiva, em média, 3 hectares de cana-de-açúcar, que nos dá um área cultivada de aproximadamente 18.500 hectares.

Pelos dados acima, observa-se que no Município de Santo Antônio está situada a maior produção canavieira da região, apesar dos pequenos lavradores, não dispõem de nenhuma fonte de financiamento.

O principal estabelecimento de crédito do País, que é o Banco do Brasil, não efetua empréstimo ao produtor de cana, impedido que está pelo Decreto-lei de nº 1.831 – artigo 22, de 4 de dezembro de 1939.

Os canavieiros de Santo Antônio, têm a seu favor apenas a Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda, cujas atividades vêm servindo de esteio a essa multidão de canavieiros, que vivem praticamente abandonados à própria sorte. [...]

Os canavieiros e a própria Cooperativa, esperam receber da Secretaria da Agricultura, mudas de cana boa, para ser plantada bem com orientação adequada, afim de que possam ser melhoradas as condições da lavoura canavieira, nesta zona.

Não temos dúvida que, uma vez concedido financiamento aos pequenos lavradores, e uma usina de açúcar em funcionamento, toda esta região que compreende a encosta inferior do nordeste do Estado, estará economicamente emancipada.

Também será a redenção econômica de milhares e milhares de pequenos lavradores que, com sua família tiram da terra seu sustento, seu modesto vestuário e a educação para seus filhos.

Produzir açúcar branco é aspiração secular do povo desta região. Pois, todos que aqui vivem e trabalham sabem, que existem produção e condições econômicas mais do que suficientes para que aqui seja produzido o açúcar branco.

Uma vez realizado o plano em estudo, esta região contribuirá de maneira decisiva, para o progresso do Rio Grande do Sul.⁶¹³

Esse documento foi apresentado dois dias após (16 de abril de 1962), em reunião entre lideranças da cooperativa e membros da Secretaria de Economia para a implementação do projeto da Usina de Açúcar.

Cinco pontos conduziram a reunião:

- 1) foi apresentado um esboço do planejamento da indústria;
- 2) Dr. Wilson Castro realizou exposição acerca dos aspectos econômicos da cultura da cana na região Nordeste do estado;

⁶¹³ BASE de financiamento para a cultura de cana-de-açúcar no Litoral Nordeste do estado. 14 abr. 1962. Documentação da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. Acervo de Jorge Pedro Nehme. (Grifo nosso).

- 3) Pedro Nehme realizou exposição sobre as necessidades de financiamento da lavoura canavieira. Após ampla discussão, os relatores ficaram encarregados das complementações necessárias;
- 4) quanto à aparelhagem, ficou definido que o Dr. Horst, na próxima reunião apresentaria, com o dr. Lebedef, a proposta concreta. Quanto ao refratômetro para açúcar, com termômetro, o Dr. Lebedef ficou encarregado de procurar obtê-lo em São Paulo;
- 5) ficou deliberada uma viagem, para São Paulo, de Jaime Gaspar dos Santos, Wilson Castro e Sérgio Lebedef e o coordenador do GT (Grupo de Trabalho), para aprofundar contatos, visitar a firma M. Dedini S.A., fabricantes de usinas e algumas usinas de açúcar daquele estado, bem como realizar contatos e colher informações complementares e úteis aos encaminhamentos do projeto.⁶¹⁴

A fábrica DEDINI S.A., de Piracicaba/SP, era, na época, a que construía usinas de açúcar, e que estava abastecendo o mercado sul-americano. Além de vender a maquinaria da fábrica, ela ainda oferecia os projetos de instalação, prevendo as obras civis e tudo mais que se necessitasse para o seu efetivo funcionamento. O seu custo, em 1962, era ao redor de Cr\$ 300.000,00. Em 1965 ela valia, na fábrica, cerca de Cr\$ 1.200.000,00. A usina foi financiada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul, pelo BRDE e pelo Banco do Brasil e por capital particular de menor monta (ações de canavieiros e de outros segmentos).⁶¹⁵ Com que entrou o município? Sua contrapartida por receber uma usina em seu território deveria ser a oferta de estradas para escoamento da produção, o mínimo que o poder público teria como atribuição diante da magnitude do projeto.

Dessa forma, a Secretaria da Economia se mostrava empenhada diante do desafio que lhe fora imposto pelo governador do Estado.

Paralelamente, as dificuldades da realidade canavieira se ampliavam. A Cooperativa estava com pendência de pagamento para com o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, da ordem de 2 milhões de cruzeiros. Por conta dessa dívida, foi até pensado extinguir a Cooperativa, mas depois recuaram, como recorda Pedro Machado Flor:

No primeiro ano conseguimos não ganhar dinheiro, mas não deu prejuízo. Mas do segundo ano em diante, a coisa foi piorando tanto que trouxemos o presidente do Banco Cooperativo do Rio de Janeiro e pedimos 30 milhões para salvar tudo. Ele

⁶¹⁴ Esboço-roteiro de ata da reunião de 16 abr. 1962. Documentação da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. Acervo de Jorge Pedro Nehme. Nos meses seguintes multiplicam-se na imprensa as matérias sobre a instalação da usina açucareira gaúcha. Uma delas está como ANEXO P.

⁶¹⁵ ENTREVISTA do mês: Ivo Stoffel. *A voz da escola: Órgão dos Estudantes da Escola Normal Santa Teresinha*. Santo Antônio da Patrulha, a. XIV, n. 63, p. 8. jun. 1965.

disse para mandar a papelada que ia liberar. Fizemos a papelada e trouxe a Porto Alegre para dali mandar para o Rio. E passou janeiro e passou fevereiro, e nada. Aí eu chamei a diretoria e disse: “Olha, vamos liquidar a Cooperativa enquanto é tempo, que dá para pagar todo mundo. Senão cada mês que passar vem mais prejuízo. Tem os empregados parados [...]” Aí montamos um armazém que até fornecia alguma coisa. Acontece que o homem não mandou a papelada para lá. A situação então ficou pior, que cheguei a propor a liquidação da Cooperativa.⁶¹⁶

Entretanto, os cooperativos reagiram e retomaram o ânimo. Confiando na diretoria, solicitaram atenção para a sua delicada situação, à espera da concessão de um limite de desconto de duplicatas, até alcançar o valor de Cr\$ 2.500.000,00 mensais. E pediram mais. Solicitaram um empréstimo de Cr\$ 1.500.000,00 para a instalação de uma Secção de Consumo para os associados da Cooperativa. A idéia era de que eles pudessem adquirir com melhores preços os gêneros de primeira necessidade, medicamentos e pequenas ferramentas agrícolas, vindo com essa medida atender a antiga reivindicação do seu quadro social. Essa possibilidade seria, de certa forma, revolucionária, pois a maioria das famílias, afirma o presidente Nehme: “[...] pertencem ao tipo caboclo pobre, infestados muitos, e pessoas da família com a verminose, moléstia endêmica nesta zona e que vivem sem nenhuma assistência social para a cura desse mal.”⁶¹⁷

A Secção criada seria um ponto de referência, um meio de recurso para aquisição de gêneros e medicamentos, sobretudo para combater a moléstia e suprir outras necessidades. Em contrapartida, a Cooperativa ofereceria como garantia Cr\$ 1.000.000,00 em mercadorias estocadas.⁶¹⁸

Apesar dos reveses, a cada semana sucediam-se as providências para a concretização da sonhada usina canavieira. Entretanto, um outro obstáculo, de âmbito regional, se impôs no processo da criação da AGASA. Onde seria ela situada? Os critérios da escolha não foram os recomendados por Aníbal R. Mattos, que assim orientava:

O bom êxito de um Engenho depende principalmente da escolha do local em que for construído, centralizando as terras cultivadas, na proximidade do abastecimento d'água e em curta distância da estrada de rodagem ou via férrea, que permita fácil escoamento dos seus produtos.⁶¹⁹

⁶¹⁶ Depoimento de Pedro Machado Flor concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 22 jan. 2001.

⁶¹⁷ Correspondência enviada pelo presidente da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. ao Dr. Mario Horne, gerente da agência do Banco Nacional de Crédito Cooperativo em Porto Alegre. 21 abr. 1962. Documentação da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. Acervo de Jorge Pedro Nehme. (Grifo nosso).

⁶¹⁸ Idem. Ibidem.

⁶¹⁹ MATTOS, Aníbal R. *Açúcar e álcool no Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1942. p. 60. A recomendação para o local do engenho não difere da indicada para usina.

No entendimento de Jorge Nehme, não haveria uma só usina; seriam, pode-se dizer, microusinas espalhadas pela região, polarizando os canaviais do entorno. Justificando, disse ele:

[...] a produção estava crescendo muito, e no Rio Grande do Sul não havia fábrica de açúcar branco, e nós sabíamos que a região tinha condições de ter muitas usinas, não só aqui como em Osório. O que faltava era determinação pessoal, e isso nós tínhamos bastante, e procuramos nos orientar. Fizemos viagens a São Paulo, viagens de negócio nossa, que aproveitávamos para visitar a região canavieira, principalmente da *Grande Piracicaba*, que ali era um complexo de fabricação de máquinas para usina e de plantação de cana-de-açúcar. Então, nós, depois de orientados e estarmos mais ou menos certos do que nós queríamos, nós começamos a trabalhar, e, finalmente, chegamos à conclusão de motivar o governo do Estado, o governo federal também. E durante o transcurso da fundação da AGASA, nós procuramos os políticos de outros partidos, porque nós naquele tempo éramos situação no governo do Estado e no governo federal. Tivemos o apoio muito importante de um patrulhense que era líder político, o seu João Marques de Moraes. Ele, apesar da diferença política, sempre ajudou e deu muita força no nosso trabalho. [...] E serviu de exemplo para os liderados dele. Ele era uma referência na vida pública de Santo Antônio; na vida particular, também. Era um homem que tinha muitas posses, muitos bens, e era muito respeitado em Santo Antônio da Patrulha. Ele ajudou muito. Como tinham os outros que eram contrários aos políticos nossos, que eram de menor peso político, pararam também de querer prejudicar. Tinha gente que não queria.⁶²⁰

Resistindo aos adversários da causa, Nehme apresentou propostas:

Deveria ser implantada uma no Ribeirão, onde fica a propriedade do Santino Tedesco, por ali. Onde a AGASA foi implantada seria lugar também; ali seria para receber a produção de Torres e de Osório. Teria outra no Montenegro, uma no Ribeirão, uma no Alto Caraá e uma lá na Costa da Miraguaia. Era o nosso projeto final. Mas não conseguimos. Por motivos políticos, só ficou uma.⁶²¹

Na verdade, a definição do local da usina foi resultado de uma longa e acirrada disputa entre os municípios de Osório e Santo Antônio da Patrulha, através das suas lideranças políticas. De um lado, o líder trabalhista patrulhense e presidente da cooperativa, Jorge Pedro Nehme; de outro, o trabalhista osoriense e professor da Escola Rural de Osório, Romildo Bolzan, como lembrou o ex-prefeito de Santo Antônio da Patrulha, Raymundo Reis e Silva:

Eram líderes do PTB, Jorge Nehme, que era aspirante à Prefeitura de Santo Antônio e Romildo Bolzan, também pelo PTB, candidato a prefeito de Osório. Romildo Bolzan, professor; Jorge, empresário. Então, era natural que o Jorge torcesse por algo que dissesse de seu trabalho, da sua vida para a empresa. E o Romildo, professor, ou que tivesse a ver com a sua profissão. Então foi dado para Santo Antônio, para o empresário, a Açúcar Gaúcho, e foi dado para o professor, para Osório, a Escola Rural. Para acomodar tudo, foi colocada a usina no limite de

⁶²⁰ Depoimento de Jorge Pedro Nehme concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 11 fev. 1999.

⁶²¹ Idem. Este encaminhamento original, se executado, resultaria em uma outra história da região canavieira gaúcha.

Santo Antônio com Osório. Isso criou uma situação terrível para a AGASA, que foi motivo do seu desaparecimento.⁶²²

Romildo Bolzan entrevistado, aludiu a respeito, na sua exposição, o que dissera seu vizinho correligionário:

O Brizola me chamou a Palácio para assistir à assinatura do contrato da maior obra da Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Antes de começar a reunião, me chamou lá e disse: “Olha, professor, tenho boas informações. Nós vamos realizar o seu sonho, o sonho do povo de Osório. Será a construção da maior escola do meu governo. [...] Eu vou lhe dar a escola, professor. Mas eu preciso que o senhor assuma conosco um compromisso.” Digo: “Ué... o que vem aí?” Disse ele: “Olha professor, eu vou lhe dar a escola, mas o senhor vai ter que se eleger prefeito. [...]” Aí ele comentou: “Tu vê, professor, eu vou dar para o Doutor Jorge Nehme a AGASA, e, para o senhor, ficará em Osório a escola, e os senhores têm que comandar a vida política da região [...]”⁶²³

Paralelamente à disputa entre os dois municípios vizinhos para sediar a usina, a necessidade de um manancial de água era um imperativo; aliás, um dos motivos por que se desviou o rumo proposto por alguns: o de ser a Miraguaia, 2º distrito de Santo Antônio da Patrulha, a área contemplada para o esperado empreendimento.

Enfim, uma das margens da Lagoa dos Barros foi a escolhida. “De um lado, o morro quase intransponível, e, do outro lado, a Lagoa dos Barros. A indústria necessitava de um grande manancial de água, e a Lagoa dos Barros era um bom manancial [...]” frisou o engenheiro agrônomo Ivo Stoffel.⁶²⁴

⁶²² Depoimento de Raimundo de Carvalho Reis e Silva concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 21 maio 1999. Sobre a localização inadequada da usina, a documentação oral e escrita é unânime.

⁶²³ Depoimento de Romildo Bolzan concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 09 jan. 2001. Em julho de 1962 o Estado entregou verba para a construção das novas instalações da Escola Normal Rural Ildefonso Simões Lopes. “Com capacidade para 300 alunos internos, e 300 semi-internos, a obra foi planejada tendo em vista o atendimento da mais moderna experiência pedagógica. O governo do Estado deu um passo definitivo para a afirmação do ensino rural [...]” 123 MILHÕES para as obras de ampliação das instalações da Escola Normal Rural em Osório. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 3, 13 jul. 1962.

⁶²⁴ Depoimento de Ivo Stoffel concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º maio 1999.



Fotografia 42 – Vista panorâmica da Lagoa dos Barros e do Morro Montenegro – 1962

Jorge Nehme (D), Pe. José Spuldaro (C) e canavieiro observam a paisagem do alto do Morro Montenegro.

Fonte: Acervo de Jorge Pedro Nehme.



Fotografia 43 – Canavieiros acompanham Jorge Pedro Nehme e Pe. José Spuldaro, em incursão de sondagem do local para a instalação da usina açucareira. Morro do Montenegro, Santo Antônio da Patrulha – 1962

Fonte: Acervo de Jorge Pedro Nehme.



Fotografia 44 – Incursão do secretário de Economia Milton Dutra, na área da Lagoa dos Barros, para definir o local da usina açucareira – 1962

Da E para D: Djalmo de Oliveira, de Santo Antônio da Patrulha; engenheiro agrônomo Wilson de Oliveira Castro; (?) e o secretário da Economia Milton Dutra
Fonte: Acervo de Wilson de Oliveira Castro.



Fotografia 45– Incursão na área da Lagoa dos Barros, por lideranças políticas da região, com vistas à definição do local da usina açucareira – 1962

Da E para D: Juanim..., Milton Dutra, Wilson de Oliveira Castro, Alfeu..., João Marques de Moraes (PSD), Jorge Pedro Nehme (PTB) e Romildo Bolzan (PTB).
Fonte: Acervo de Wilson de Oliveira Castro.

A situação do produtor canavieiro, que vinha sendo humilhado e massacrado, não tendo ninguém por ele, fez Nehme aliar-se com maior veemência a Brizola para não frustrar os canavieiros em compasso de espera para a saída da crise.

Bom, o papel do Brizola foi nos apoiar perante o governo federal. Porque das primeiras reuniões que fizemos em Brasília, fomos no Instituto do Açúcar e do Alcool levar nosso projeto. E não fomos nem recebidos. Por quê? Porque os conselheiros do Instituto do Açúcar e do Alcool e o presidente do Instituto eram todos nordestinos que não queriam saber de usinas em outros estados da Federação. Ai nós procuramos o Dr. Brizola. Ele nos encaminhou ao governo federal, ao Dr. Jango Goulart. E o Jango nos deu toda força. Inclusive chamou o pessoal do Instituto lá e determinou que nos desse todo apoio. Então, vieram fazer os exames da produção no grau de sacarose, e constataram que era melhor do que nós falávamos. Então, Santo Antônio da Patrulha realmente tinha condições de ter uma usina de açúcar, e nosso trabalho nesse sentido foi coroado.⁶²⁵

Nehme ainda acrescentou:

O Brizola, ele fez aquele esforço para nos apoiar, visando fixar o homem ao campo, no seu local de trabalho. Isso foi feito. [...] Então o interesse dele é que o filho do colono, o filho do produtor rural, não saísse do interior. **A AGASA foi feita com esse objetivo de conservar o povo no interior do município, para não formar as favelas ao redor das grandes cidades. [...] Ele apoiava muito o minifúndio. Ele tinha vontade, muita vontade de que todo o produtor tivesse a sua terrinha, que plantasse e colhesse e ficasse na colônia. Ele tinha esse objetivo.**⁶²⁶

Benito Izolan, que viveu esse tempo, reconhece que Brizola adotava algumas políticas regionais, e sentiu que ele podia desenvolver essa região, criar um fato novo e, por conseqüência, também político. Na medida em que criasse um pólo de desenvolvimento regional, haveria o esperado retorno ao seu partido. De fato, o projeto foi transformado em realidade, o que era por muitos desacreditado. Não poucos ficaram deslumbrados com a usina pronta e funcionando, o que parecia impossível. Para Izolan, Brizola estava, de certa forma, resgatando Getúlio Vargas, que na região era lembrado por seus malogrados empreendimentos no setor canavieiro.⁶²⁷

Também detalhou esse processo o trabalhista Harry Sauer:

Ainda me lembro bem que, numa reunião que tivemos depois no Palácio, o Brizola falou assim: “Olha, achamos o local para instalar a usina de açúcar. Vai ser para não dar briga, vai ser praticamente na divisa de Santo Antônio com Osório. Assim satisfazemos os dois municípios que vão produzir a matéria-prima para esta indústria de produção de açúcar.” Assim se criou a AGASA. [...]

⁶²⁵ Depoimento de Jorge Pedro Nehme concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 11 fev. 1999.

⁶²⁶ Idem. (Grifo nosso).

⁶²⁷ Depoimento de Benito Barbosa Izolan concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2005. Para o ex-prefeito de Osório Romildo Bolzan, em depoimento concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 09 jan. 2001, a intenção de Brizola era, também, capitalizar o Rio Grande do Sul para não depender de outros estados.

Era um pleito gaúcho, e Jango era um gaúcho que amava o seu rincão. E era, afinal, o nosso representante no governo federal; era o vice-presidente da República. E também, vamos dizer assim, cutucado pelo Brizola, ele foi sensível ao apelo. [...] O Brizola sentiu que a industrialização da cana poderia ser um fator importante para o incremento, para a industrialização da região, para o enriquecimento da região. [...] O Brizola cuidou muito de aspectos da industrialização do Rio Grande do Sul. Foi realmente um período marcante na história do Rio Grande do Sul. [...] foi uma das grandes obras no sentido de modernização no período do governo do Brizola. A região era tida como conservadora. [...] O trabalhismo naquela região toda era incipiente.⁶²⁸

Com esse reconhecimento, Brizola já vinha desde 1957 articulando a expansão trabalhista no estado, como já foi demonstrado. A campanha eleitoral na região nortelitorânea espelhou ganhos em base eleitoral de espectro tradicional. Durante o seu mandato à testa do Estado, não deu fôlego ao intento, a partir dos suportes que dirigiu à área, visado a alicerçar as eleições municipais que aconteceriam ao final de 1963. E foi o que aconteceu: acomodou interesses rivais entre os vizinhos da Lagoa dos Barros e, mais que isso, preparou o terreno para seus aliados serem vitoriosos no mando local. As eleições estavam aproximando-se, e definir o local da AGASAurgia antes que elas ocorressem e pudessem ser cortados os planos de futuro próximo.

Chegado o mês de maio de 1962, se delineava a definição da área onde seria construída a AGASA. A usina não ficaria centralizando os canaviais, em ponto de fácil escoamento da cana, como ocorre nos estados do Nordeste e em São Paulo. Neles, a usina fica plantada no centro do canavial, o que, aliás, era o pensado por Jorge Nehme. Resultou, depois do embate intrapartidário, uma solução política, considerada, mais tarde, do ponto de vista técnico, a menos conveniente. Ao pé dos morros da cana, numa faixa de corredor, entre a serra e a lagoa, seria edificada a usina para a produção do açúcar gaúcho.⁶²⁹

Para o professor Isaac Marques, ex-conselheiro da AGASA:

[...] acho que foi mais uma teimosia do que um princípio técnico-econômico – acredito que sem viabilidade econômica nenhuma. Eu não tenho conhecimento de nenhum estudo técnico e científico de que aquele local fosse o local ideal para a construção de uma usina, porque a gente conversava sempre com qualquer cidadão. Todos tinham o mesmo pensamento, que ali não era um local próprio, porque a usina tem que estar instalada dentro do canavial, e ali era serra de um lado e água do outro. [...] Foi uma decisão política. Acho até que foi mais a teimosia dele que fez isso. [...] Era uma idéia fixa de instalar ali uma usina e foi ali para agradar os dois municípios.⁶³⁰

⁶²⁸ Depoimento de Harry Sauer concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 13 set. 2004.

⁶²⁹ Dr. Raimundo ampliou sua consideração a respeito: “Acharam o local paradisíaco, um local turístico, com aquela Lagoa dos Barros linda, aqueles morros bonitos, e plantaram ali cana e a usina.” Depoimento de Raimundo de Carvalho Reis e Silva concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 21 maio 1999.

⁶³⁰ Depoimento de Isaac Irineu Marques concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 20 maio 2002.

No dia 12 de maio de 1962, Jorge Nehme encaminhou, ao prefeito municipal de Santo Antônio da Patrulha, pedido de certidão com o valor venal ou por hectare, para efeitos fiscais, da propriedade de moradores da Ilha, localidade situada na Lagoa dos Barros, primeiro distrito do município. Seus nomes: Bento Rodrigues Goulart, José Rodrigues Goulart, Nepomuceno Rodrigues Goulart, Antônio Rodrigues Goulart, Pedro Gomes Dias, Laurindo Machado Gomes, Armindo Pacheco de Oliveira, Arquimimo Machado Gomes e João Gamba.⁶³¹

Nepomuceno, morador na Vila da AGASA lembra bem quando começaram a falar em usina de açúcar:

Aí o Jorge Nehme. [...] chegou lá em casa, pois era muito meu amigo. Tomava cafezinho lá na minha casinha de madeira velhinha, ali embaixo. Então ele disse: “Dona Nilda, nós gostaríamos de entrar aí para ver esse terreno, que eu tenho uns amigos que gostam muito de ver isso aí.” Mas já era o Milton Dutra, que era secretário de Obras [sic] do Estado, do tempo do Brizola governador. Eles já estavam olhando a Ilha para fazer a usina de açúcar [...] Aí já veio logo em seguida a notícia que a usina iria sair aqui na Ilha. Aí nos deram uma pressão. A AGASA me obrigou a vender o terreno.⁶³²

Para Seu Nepomuceno,

[...] aquela área da Ilha era um espetáculo [...] antes de ser construída a Free-way e depois a AGASA. Tinha madeira de angico e terra muito boa para alfafa e cana. Tão boa, que a cana era linda, plantada em solo de barro claro, não muito arenosa e com cascalho. Dava legume bom e produção rendosa.⁶³³

A seguir, destacou o depoente: “[...] o espetáculo estava por terminar; com os dias contados.” As regras foram postas aos proprietários, quase todos irmãos, conhecidos como os Goulart. E completa Nepomuceno:

⁶³¹ Depoimento de Jorge Pedro Nehme concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 11 fev. 1999. Em julho de 1962, Milton Dutra, ex-secretário da Economia desempenhando as funções de diretor-presidente da AGASA, em expediente enviado ao governador Brizola, informou que a área em aquisição teria 44 ha, avaliada em 6 milhões de cruzeiros. (Examinar o ANEXO Q: Relatório e termo da Comissão de avaliação do terreno da usina de açúcar). Dutra disse mais: que seriam necessários ainda cem milhões de cruzeiros só para a aquisição da maquinaria. FINANCIAMENTO de 100 milhões. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 24, 31 jul. 1962. Em setembro foi noticiado o pedido de financiamento ao BRDE no valor de Cr\$ 270.000.000,00. No arrazoado da justificativa, foi dito que o açúcar produzido na AGASA iria ser totalmente consumido no mercado regional, substituindo parte da importação desse produto de outras áreas tradicionalmente produtoras no país. Completando, destacou que o projeto iria servir para o soerguimento do nível de vida de uma zona em avançado processo de pauperismo. FINANCIAMENTO do BRDE à Açúcar Gaúcho S.A. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 13 out. 1962. Verificar, a propósito, o ANEXO R: Projeto de financiamento para a instalação da usina Açúcar Gaúcho S.A. Em outubro de 1963, dois outros financiamentos foram conseguidos para a montagem da usina. USINA de açúcar será montada em Santo Antônio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 52, 27 out. 1963.

⁶³² Depoimento de Nepomuceno Rodrigues da Silveira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º fev. 2000. D. Nilda é a esposa do senhor Nepomuceno.

⁶³³ Idem.

Avaliaram o terreno em quatrocentos e poucos contos. Naquele tempo era conto. Para mim, da minha parte, com desapropriação de morada, de taipa de pedra, de potreiro para fechar as roças, tocava quatrocentos e poucos contos para mim fechar tudo. Mas é coisa muito triste sair com mulher, seis filhos e quatrocentos e poucos contos no bolso; não dá para nada. Mas aí o velho Moraes deu uma idéia: “Vocês conseguem uma comissão de avalista.” O Estado tem 51% e nós temos 49%. Então, nós temos direito de botar um avalista e o Estado dois avalistas.” “Então, o nosso avalista vai ser o senhor Seu Moraes,” disse o Bento, meu irmão: - é o mais velho. Aí ele teve que assumir e conseguiu me levar para 748 contos. A minha parte melhorou muito, mas ainda não foi o suficiente. Eu estava bem localizado ali. Aí ele mandou eu comprar esse terreno do Zé Ribeiro aqui. Eu tive que pagar pelo terreno sem nada, sem casa, sem nada, um milhão e meio. Eu vendi os bois e as vacas, tudo que eu tinha para completar um milhão de contos, para dar de entrada, e fiquei devendo quinhentos e cinquenta contos, com juro de banco. Aí eu tive que fazer esta casa. Gastei mais um milhão e meio. Trazer sozinho força e luz para cá, lá da AGASA, porque a luz só tinha lá; fazer casa de engenho... Fiquei quase louco. Trabalhei que nem um bicho. [...] Nunca esperava que ia conseguir pagar toda aquela dívida na minha vida.⁶³⁴

Afinal, a tão esperada *revolução* estava acontecendo.⁶³⁵

Naquela altura, enquanto, no âmbito local, as providências eram aceleradas, a conjuntura nacional era amplamente favorável ao projeto. Afinal, o açúcar apresentava, então, um dos índices mais altos de consumo “per capita”. Portanto, faltava açúcar branco no mercado. E no âmbito internacional, a abertura de mercados amplos gerou uma demanda mundial para os produtos derivados da cana. Todavia, no Rio Grande do Sul, só era produzido o açúcar mascavo, ou ligeiro.⁶³⁶ O abastecimento, no estado, do produto refinado era feito por Pernambuco, habitual fornecedor da maior parcela no mercado regional. Segundo o representante dos usineiros no Rio Grande do Sul, o que faltava era disciplina nos transportes marítimos, e não açúcar, pois estavam naquela altura chegando quatro navios carregados, oriundos do Recife.⁶³⁷ Na verdade, o que estava ocorrendo era um movimento grevista dos trabalhadores da indústria do açúcar, ocasionando a alta do produto. A COFAP, entre os meses de maio e junho, foi pressionada pelo IAA a estudar o novo preço do açúcar.⁶³⁸

Se o cenário nacional era amplamente favorável, o espectro local não era diferente. Ao contrário. A mobilização pela causa canavieira tomou conta não só da arena política estadual

⁶³⁴ Depoimento de Nepomuceno Rodrigues da Silveira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º fev. 2000. Seu Moraes, tradicional orizicultor, líder político local, foi prefeito de Santo Antônio da Patrulha pelo PSD. Ver ANEXO S: mapa da localização da usina.

⁶³⁵ O discurso da criação da AGASA, por seus líderes, está pautado na perspectiva de uma revolução. Que revolução, pergunta-se? Qual o entendimento dos agentes acerca deste conceito e sua aplicação? Que rupturas (e de que caráter) foram acionadas através das relações sociais promovidas nas comunidades canavieiras ao tempo da constituição e atuação da AGASA? A resposta deverá ser dada na escrita do presente trabalho.

⁶³⁶ EXAGERADO o consumo de açúcar no sul do Brasil. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 mar. 1962. Suplemento Rural, p. 4.

⁶³⁷ ABASTECIMENTO de açúcar à capital. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 09 maio 1962.

⁶³⁸ CORREIO DO POVO. Porto Alegre, p. 10, 30 maio 1962. COFAP admite que açúcar atinja CR\$ 60,00 o quilo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 5, 07 jun. 1962. COFAP vai estudar novo preço do açúcar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 08 jun. 1962.

como também da municipal, expandindo-se, a olhos vistos, à sociedade civil organizada em Santo Antônio da Patrulha. Um exemplo foi o posicionamento e a atuação do Lions Clube,⁶³⁹ que se arregimentou na luta pela cota do açúcar. O clube de serviço local, fundado em setembro de 1961, através de seu presidente, Urim Ferreira de Castilhos,⁶⁴⁰ liderou uma campanha de mobilização da opinião pública, com a remessa de circulares de todos os Lions do estado, para que se dirigissem às câmaras municipais de vereadores, solicitando apoio ao projeto canavieiro, através de apelos às autoridades federais.⁶⁴¹

Embora essa adesão espelhasse o espírito mobilizatório da comunidade, ela, entretanto, não escondia a disputa acirrada da política local pela paternidade do projeto. O que se captura, por detrás das cortinas do cenário, é, de um lado, a força das antigas elites locais, e, de outro, a força arrebatadora do partido trabalhista, que iria quebrar a hegemonia da tradicional aristocracia patrulhense, como de fato acabou acontecendo, na eleição seguinte. Através do “róseo”⁶⁴² na coluna do *Correio do Leitor*, matérias sucessivas, com caráter de resposta, davam conta desta intrépida fase da história local. O “Patrulhense Justiceiro” (pseudônimo), de Santo Antônio, assinou a seguinte correspondência na referida coluna:

Senhor Redator. Publicou o apreciado róseo, em sua edição do dia 14 último, na página “Interior do Estado”, lacônica notícia de seu correspondente local, nos seguintes termos: “Coroou-se de êxito a promoção do Lions para liberação de quota de açúcar ao Estado, pela fundação etc.”

Pelo exposto, verifica-se ter sido mal informado o antiquado sr. J.M.J. ao encaminhar uma notícia que, em absoluto, exprime a realidade dos fatos e que, a bem da verdade, cumpre “dar nome aos bois”: quem iniciou, há muito tempo, gestões destinadas à possibilidade desta rica região vir a possuir uma usina produtora de açúcar – como já o tivemos lá por 1932, às margens da Lagoa Pinguela, no vizinho município de Osório, foi o industrialista patrulhense sr. Jorge Pedro Nehme, o qual com pertinácia e grande interesse conseguiu influenciar o deputado Milton Dutra, então à frente de Secretaria de Economia, mais outras pessoas interessadas no caso e, afinal, fundada a sociedade Açúcar Gaúcho S. A. que além da quota de 51% atribuída ao Estado do R.G.Sul, seu capital inicial foi

⁶³⁹ Impulsionado pelo Diretor Executivo do Conselho de Desenvolvimento do Estado, Adalmiro Moura, em reunião do Lions Clube patrulhense, no ano de 1964, foi criado o Conselho de Desenvolvimento de Santo Antônio da Patrulha (CODESAP), em meio à efervescência da luta canavieira. O êxito da AGASA, a criação de um escritório da ASCAR e a mudança de mentalidade da sociedade patrulhense eram suas principais preocupações. Ver entrevista com seu presidente: ENTREVISTANDO... *A voz da escola*, Órgão dos Estudantes da Escola Normal Santa Teresinha, Santo Antônio da Patrulha, a. XIII, n. 62, p. 1-2. 2º sem. 1964.

⁶⁴⁰ Era vereador pelo Partido Libertador, eleito em 1959, eleição em que Jorge Nehme perdera para prefeito, com margem pequena de diferença de votos diante do vencedor. Mas, em 1962, se avizinhava o próximo pleito eleitoral.

⁶⁴¹ CAMPANHA do LC de Sto. Antônio da Patrulha em prol da cota para o fabrico de açúcar no Estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 3, 23 maio 1962. Em julho de 1962, noticiou-se na imprensa que fora despachado “[...] favoravelmente pelo presidente João Goulart o requerimento do governador Brizola de concessão da cota de produção do “Açúcar Gaúcho”, empresa em organização que instalará a indústria açucareira na região nordeste do Estado.” IMPLANTAÇÃO da indústria açucareira no R. G. Sul. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 1º jul. 1962. Em ANEXO T, o requerimento e exposição encaminhada ao IAA pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul para a obtenção da cota de açúcar.

⁶⁴² O jornal *Correio do Povo*, assim é também chamado.

conseguido por meio de ações tomadas por particulares e interessados, nos municípios de Santo Antônio, Osório, Torres e outros. E tanto isto é real, que por ocasião da constituição daquela sociedade, aquele industrial foi aclamado, em assembléia geral, para um dos cargos de Diretor da mesma, figurando entre outros membros de sua diretoria, referido deputado Milton Dutra como seu diretor-presidente.

Informo-vos, ainda, sr. Diretor, que já foi adquirida uma extensa área (44 hectares) situada às margens da Lagoa dos Barros, ainda neste município, para a instalação daquela usina; área já escriturada e já foi iniciada a construção de obras destinadas à mesma, já foram indenizados os antigos proprietários dessa área; iniciadas as instalações de luz e força, etc.

Finalmente, quanto à liberação de cotas destinadas ao nosso Estado, o Instituto do Açúcar e do Alcool ainda não a liberou, coisa que se dará muito breve, dadas as gestões que estão sendo realizadas na antiga capital do País.

Trata-se, sr. Redator, de uma obra, de um empreendimento que virá beneficiar toda esta imensa região nordestina de nosso Estado, cujos benefícios é fácil de ver – a emancipação econômica do RGS num futuro próximo, no setor canavieiro, onde os colonos e agricultores em geral, já reiniciaram entusiasticamente o cultivo da cana-de-açúcar.

Mas... torna-se necessário que esses colonos tenham a indispensável assistência técnica, quer na melhoria das qualidades da cana, quer no seu próprio cultivo, atualmente antiquado, anti-econômico e pouco produtivo.⁶⁴³

O correspondente local, dias depois, assim responde, na mesma coluna:

Sr. Diretor. Na edição de 29/9/1962, Secção “Correio do Leitor”, foi inserida uma carta de um ‘Patrulhense Justiceiro’, através da qual refere-se à liberação de quota de açúcar.

O missivista, pelo que se verifica, fugiu à boa ética, pois não se pode compreender que um cidadão, que possui a virtude de “justiceiro”, venha a ser injusto, procurando injustiçar um para fazer justiça a outro, mui especialmente em se tratando de assunto do sr. Jorge Pedro Nehme e do Lions Clube desta cidade.

Não sou homem de polêmicas e por tal razão o qualificativo de “antiquado J.M.J.” não venha atingir-me, uma vez que antiquado é aquele que, em assunto de tão alta relevância, para o progresso e a grandeza de todos os patrulhenses, tenta criar “ondas” ao invés de aplaudir a conjugação de esforços em prol da prosperidade deste povo.

Se a notícia, em apreço, “em absoluto não exprime a realidade dos fatos”, conforme acentua o ilustre missivista, deve ele dirigir-se ao Lions Clube local, contestando a nota fornecida à imprensa.

Ninguém neste município desconhece o espírito dinâmico do cidadão Jorge Pedro Nehme, que, merece o nosso respeito e toda a admiração pelos relevantes serviços que vem prestando ao seu torrão natal, não crendo, portanto, que a nota do Lions Clube venha trazer qualquer demérito, e sim a manifestação de apoio e uma solidariedade à iniciativa.

O amigo missivista, portador de virtudes justiceiras, o que muito nos agrada, deve, colaborar com este correspondente, enviando comunicações e notícias que digam respeito aos interesses da coletividade, as quais teremos o máximo prazer de enviá-las ao “Correio do Povo”, para publicação, pois que, desta maneira, estará prestando excelente serviço ao nosso município, admitindo-se até as críticas construtivas, como a melhor ética para consecução de todos os problemas.

⁶⁴³ AÇÚCAR em Santo Antônio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 29 set. 1962. O correspondente do Correio do Povo era filho do Cel. José Maciel, intendente do município, durante a República Velha Gaúcha, entre os anos de 1894 e 1916. Mesmo pertencente à antiga oligarquia local, em depoimento concedido à autora, manifestou, em mais de uma oportunidade, sua admiração para com Jorge Nehme, por ter sido o político que demarcou a nova fase da história política do município, rompendo a continuidade da tradição, mantida por antigas famílias locais, das quais a dele fazia parte. José Maciel Júnior, oficial do Registro de Imóveis e historiador da cidade, nunca se candidatou a cargo político, até falecer, em 29/01/1987, com 82 anos.

Pela ótima redação do amigo “justiceiro”, podemos aquilatar o seu grande grau de cultura e certeza temos que realmente se trata de cidadão atualizado e que, futuramente o município de Santo Antônio da Patrulha, também possa contar com a sua valiosa e indispensável atuação em todas as boas causas.

Grato pela publicação, subscrevo-me mui respeitosamente. José Maciel Júnior, Santo Antônio da Patrulha.⁶⁴⁴

O presidente do Lions, representando o clube citado, a seguir, pediu espaço no mesmo jornal para dar a seguinte explicação:

No dia da fundação do Lions Clube, desta cidade de Santo Antônio, 27.09.1961, foi apresentado pelo CL Urim Castilhos, uma proposição no sentido de ser levantado um movimento tendente à liberação de quotas de açúcar ao Estado.

A proposição, em apreço, teve ampla repercussão nos municípios de Santo Antônio, Osório, Torres e Gravataí, onde se realizaram reuniões das respectivas comissões de interesse da Comunidade do Lions Clube dessas cidades, com o objetivo de coordenar o apoio do Nordeste.

A comissão do L.C. local, em nome das demais, dirigiu-se a todos os Lions Clubes e poderes municipais do Estado, articulando um grande movimento de todos os Lions Clubes, Prefeitos e Câmaras Municipais, no sentido de hipotecarem a reivindicação do Lions de Santo Antônio, dirigida ao governo do Estado, Presidente da República e Instituto do Açúcar e do Alcool.

Até aquela data, falou-se ou leu-se na imprensa alusões à Destilaria de Osório, que deveria ser posta em funcionamento.

Entretanto, sobre a liberação de quotas para o açúcar, somente se ouviu ou leu, depois que o Lions entrou em ação.

Não desconhecemos a operosidade e interesse público do cidadão Jorge Pedro Nehme, porém, se o mesmo agiu a respeito, não foi dada publicidade, não sendo portanto de nosso conhecimento.

Aliás, o missivista, que se assina “Patrulhense justiceiro”, diz em sua carta que o sr. J. P. N. “conseguiu influenciar o deputado Milton Dutra, então à frente da Secretaria de Economia...” – o que vem em apoio à nossa tese, pois esse deputado foi investido na Secretaria de Economia, nos primórdios de 1962.

Do exposto, depreende-se que o objetivo do distinto conterrâneo e historiador do nosso município, sr. José Maciel Júnior, foi informar a população sobre o que há, seguindo a “vox-populi”, e louvando-se em dados fornecidos pelo Lions, que trabalha apenas para a coletividade; se outras forças trabalharam antes, agiram silenciosamente, escapando ao conhecimento público; não cobiçamos a paternidade, apenas citamos o que fazemos, para que a comunidade tome conhecimento da nossa atividade, que no caso foi a concessão de quotas; a criação da Açúcar Gaúcho S. A, foi um corolário daquela atividade.

Agradecendo a publicação, subscrevemo-nos leonisticamente. CL Talmo Amorim dos Santos – Presidente do Lions Clube de Santo Antônio.⁶⁴⁵

De fato, 1962 foi um ano agitado e mobilizador. Pelos registros se depreende a incendiária e pulsante movimentação, face à causa da economia canavieira, que a todos tocava, não só no meio rural, onde se concentrava a população municipal,⁶⁴⁶ como também na pequena cidade, que se agigantara para tomar partido frente à instalação da usina de açúcar que mudaria o rumo da pacata Santo Antônio da Patrulha. Para a Cooperativa, que idealizara

⁶⁴⁴ A LIBERAÇÃO da quota de açúcar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 04 out. 1962.

⁶⁴⁵ O AÇÚCAR em Santo Antônio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 09 out. 1962.

⁶⁴⁶ Em 1949, a população do município era de 59.735 hab., sendo 3.772 na área urbana e 55.963 hab. na área rural. *Diário dos Municípios*, Porto Alegre, 24 abr. 1949. Suplemento, p. 16.

o projeto, significaria mudança,⁶⁴⁷ para os lavradores de cana que sairiam da sua condição subdesenvolvida, esperança; e para o PTB, vitória eleitoral no pleito que se avizinhava. Tratava-se, portanto, de um ano decisivo e demarcador dos rumos para a região canavieira norte-litorânea do Rio Grande do Sul.

Já desde março daquele ano, um relatório do presidente da Cooperativa encaminhado ao secretário Milton Dutra, oferecera informações que indicavam a rapidez das tratativas. Aliás, algumas delas indicadas pelo *Patrulhense Justiceiro*. Jorge Nehme relata que viajara a São Paulo para, em Piracicaba, após contato com Horst Beck, conhecer, na Indústria DEDINI S.A., as suas linhas de produção de usinas, a fim de definir aquisição. Na ocasião aproveitou para conhecer de perto a lavoura canavieira paulista e constatou:

Os usineiros de São Paulo, na última safra, pagaram aos fornecedores de cana CR\$ 975,00 por tonelada de cana, na usina.

A produção por tonelada alcança a média de 110 quilos de açúcar branco, tipo cristal, sendo que desse tipo produzido na última safra está sendo entregue aos atacadistas na base de Cr\$ 1.400,00 o saco posto na usina.

A lavoura canavieira paulista produz em média 50 toneladas de cana, por hectare, mas com terras adubadas.

Diante deste fato, constatamos uma boa diferença de produção da lavoura canavieira dos municípios gaúchos de Santo Antônio da Patrulha, Osório e Torres, uma vez que a produção por hectare em nosso estado alcança folgadoamente uma média de 80 toneladas, levando-se ainda em consideração que, nesta região, não é necessário o tratamento da terra com adubo, face à natural fertilidade da mesma.

Analisando-se os dados acima expostos, podemos ter uma perfeita visão do que será e o que representará para a economia do Rio Grande do Sul, o funcionamento de uma usina de açúcar nesta região litorânea.

Outro detalhe importante que merece nossa atenção diz respeito ao açúcar branco, tipo Cristal, que é entregue ao atacadista de São Paulo para o nosso estado. Temos ainda acrescida a quantia de Cr\$ 240,00 de frete, por saco de 60 quilos, o que representa assim a economia de frete mais o lucro usufruído pela usina.⁶⁴⁸

Nehme, ao reunir elementos para melhor subsidiar o secretário e sua equipe, no mesmo relatório aproveitou para tratar do local da usina gaúcha e oferecer informações sobre a indústria visitada:

O local indicado para o funcionamento normal da Usina, requer que disponha de 6.000 litros d'água por minuto, sendo ponto ideal para sua instalação às margens da Lagoa dos Barros, divisa deste município com o de Osório, onde não só ficaria localizada próxima ao maior centro canavieiro, como também fácil à ligação da força elétrica, satisfazendo assim de todas as condições exigidas para essa finalidade.

⁶⁴⁷ Segundo o promotor público Reginaldo Felker, a AGASA surgiu como uma esperança, o sonho dourado de emancipação, no sentido de que teria uma industrialização mais rentável do que simplesmente o açúcar mascavo e a cachaça. Depoimento de Reginald Delmar Hintz Felker concedido a Vera Lucia Maciel Barroso em 23 set. 2004.

⁶⁴⁸ Ofício enviado pelo presidente da Cooperativa Canavieira, Jorge Pedro Nehme ao secretário de Estado da Economia, Milton Dutra. 07 de mar. 1962. Documentação da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. Acervo de Jorge Pedro Nehme.

Conforme proposta anexa, fornecida pela firma M. DEDINI S/A., está especificado o custo do equipamento completo que compõe o conjunto de máquinas para fabricação de açúcar branco, bem como prazo da entrega e condições de pagamento.

A firma M. DEDINI S/A. é a única no Brasil que produz tais tipos de máquinas, tendo vendido máquinas para Bolívia, Chile, Paraguai e Argentina.

O pagamento das usinas fornecidas aos países, acima mencionados, foram efetuados pela Ajuda Americana representada pelo PONTO QUATRO.

Devo dizer a V. Excia. que uma vez firmada a aquisição da usina, o prédio para sua instalação ficará pronto até setembro do ano em curso.

Este acontecimento, sem dúvida, será de magna importância para a nossa economia e marcará época que consagrará a administração do eminente governador Leonel de Moura Brizola e de V. Excia. à testa da Secretaria da Economia. [...]⁶⁴⁹

Jorge Pedro Nehme conhecia seus pares e sabia da conjuntura propícia. Impunha-se agilizar os trâmites. Pareceres favoráveis, como o do engenheiro agrônomo Wilson Castro, agente da Secretaria de Estado da Agricultura sediado em Osório, foram impulsionadores no processo. Sobretudo em matéria assinada em 9 de abril de 1962, ele demonstrou a viabilidade econômica da cana no Rio Grande do Sul, corroborada por consideração emitida pelo IAA, através do engenheiro agrônomo Artur César Duarte, que observou ter o Rio Grande do Sul uma superfície de terras perfeitamente aproveitáveis para o cultivo da cana, podendo até tornar-se um dos grandes produtores nacionais. Os números indicam: Santo Antônio da Patrulha, 7.000 ha; Osório, 2.000 ha; e Torres, 1.500 ha. E a produção média da cana andava então por volta de 40 toneladas por hectare.⁶⁵⁰

A pedido da Comissão de Desenvolvimento Econômico, compareceu no plenarinho da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul o deputado Milton Dutra, então secretário dos Negócios da Economia, em companhia de seus assessores técnicos, engenheiro Jaime Gaspar dos Santos e Dr. Paulo Onófrío, diretor geral da mesma Secretaria, para que fizessem ampla explanação sobre os encaminhamentos do governo para a instalação de uma indústria canavieira no Rio Grande do Sul. Dessa explanação destacam-se estes registros:

[...] estão se processando negociações entre o governo gaúcho e a presidência da República para a construção de uma usina de açúcar, na divisa dos municípios de Santo Antônio e Osório, e a transformação da atual desidratadora de Osório numa destilaria. Revelou ainda, que em recente expediente encaminhado ao Sr. Presidente da República o governo rio-grandense formulou os seguintes pedidos: 1º - a concessão ao RS de uma cota de produção açucareira de 300.000 sacos anuais; 2º -

⁶⁴⁹ Ofício enviado pelo presidente da Cooperativa Canavieira, Jorge Pedro Nehme ao secretário de Estado da Economia, Milton Dutra. 07 de mar. 1962. Documentação da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. Acervo de Jorge Pedro Nehme. (Grifo nosso). O que era visível crescentemente pelas matérias da imprensa na conjuntura, e que ficou como a imagem do processo, é a atuação do governo Brizola para a consecução da usina açucareira gaúcha. Assim, ficava silenciada a atuação dos canavieiros e sua organização para a implantação do seu projeto usineiro.

⁶⁵⁰ O Açúcar e o Rio Grande. Parecer do Engenheiro Wilson Castro de 09 abr. 1962. Acervo de Wilson de Oliveira Castro.

licença para construir uma usina nova entre os municípios de Osório e Santo Antônio e 3º - a doação da desidratadora que, há vários anos, existe no município de Osório. A seguir, fez uso da palavra, o Engenheiro Jaime Gaspar dos Santos, um dos integrantes do grupo de trabalho que teve a si a tarefa de elaborar o plano piloto, para a implantação da indústria açucareira no Estado. S.S. discorreu sobre as possibilidades da região canavieira do Estado e sobre as perspectivas que se abrem à economia do Estado com a instalação de uma usina nova e a transformação da já existente no Município de Osório. [...] ⁶⁵¹

Sustentado em dados concretos e com a responsabilidade de encaminhar a organização da usina, Milton Dutra dirigiu-se ao presidente do IAA, Dr. Barbosa da Silva, para obter efetivamente a cota de produção açucareira para o estado, conforme ordem dada pelo governador:

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. sociedade por ações, devidamente inscrita no Registro de Comércio do Estado, sob número 137 825, na Junta Comercial do Estado sob número 137.825, em 19 de julho de 1962, por meio do presente, e nos termos da Resolução nº 105-45, de 4 de abril de 1945, vem complementar, com as inclusas declarações, o requerimento apresentado a esse Instituto, juntamente com a exposição do Governador Leonel de Moura Brizola, pleiteando quota de produção e autorização para a instalação de uma usina de açúcar no litoral nordeste do Rio Grande do Sul. (Processo nº 17.848 – protocolado em 25 de junho de 1962).

Nestes Termos

P. Deferimento

Porto Alegre, 27 de julho de 1962.

Deputado MILTON DUTRA

Coordenador designado pelo Executivo Estadual para organizar a empresa, e seu Diretor-Presidente. ⁶⁵²

Acácio Maciel Gomes lembra aqueles dias em que peregrinaram na Câmara e no Senado ouvindo “lindos discursos”:

Naqueles onze dias foi um início de conversação [...]. Aí se conseguiu, através deles, a liberação da cota, que era difícil, porque tinha uma pressão muito grande do Norte que não queria que nós industrializássemos o açúcar. A participação do Jorge foi muito ativa, tanto que se lançou candidato a prefeito e ganhou as eleições. ⁶⁵³

Mas, sem dúvida, eram os produtores de cana, vivendo a concretude de suas dificuldades, os que efetivamente potencializavam a mudança. Coube às lideranças

⁶⁵¹ RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Comissão de Desenvolvimento Econômico. *Ata nº 9*, de 14 jun. 1962. Destaque-se que a assembléia de criação da AGASA aconteceu dias antes.

⁶⁵² Documentos avulsos. Documentação da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. Acervo de Jorge Pedro Nehme. Em anexo foram enviados os seguintes documentos: (a) declarações a que alude o art. 5º da Resolução 105-45 do IAA; (b) Diário Oficial do Estado, com a publicação dos atos de constituição da Açúcar Gaúcho S.A.; (c) certificado do Instituto Tecnológico de nº 36.718, referente à sondagem do solo do local onde seria instalada a usina; (d) mapa da região canavieira servida pela futura usina e pela Destilaria Desidratadora do IAA; (e) mapa da gleba transacionada com os sucessores de Antônio Silveira Goulart, para a localização da usina; (f) planta da situação da usina, respectivas instalações, e da vila residencial.

⁶⁵³ Depoimento de Acácio Maciel Gomes concedido a Vera Lucia Maciel Barroso em 21 jan. 2000.

trabalhistas dos legislativos de Santo Antônio da Patrulha e de Osório atuarem na interlocução para autorizar o Executivo a adquirir ações que posteriormente poderiam ser repassadas a interessados. No calor da hora, o imperativo era viabilizar o projeto com o apoio do poder público.⁶⁵⁴ Em 1975, na Assembléia Legislativa, Milton Dutra recordou bem como foi um dos seus encontros com o governador Brizola, quando lhe perguntaram se o projeto estava correndo bem e se os estudos estavam todos em ordem. Indagou-lhe sobre as tratativas com o IAA, sobretudo com o seu presidente, que à época era funcionário do Itamarati. E assim relata aos deputados sobre a orientação que dele recebera para enfrentar o órgão federal que dirigia a política sucroalcooleira do Brasil:

[...] o Governador mandou um recado a ele: se não desse a cota ao RGS, este não abriria mão do direito de produzir açúcar de cana e construiria a sua usina, mesmo que fosse preciso deslocar um batalhão da Brigada para garantir o trabalho dos operários. [...] Felizmente, esse recado não foi preciso utilizar. As considerações constantes do nosso trabalho técnico, elaborado pelo Dr. Montserrat, foram de uma eloquência da qual ele não se pôde furtar. Inclusive emitiu um parecer, que ele ficou impressionado com a argumentação desenvolvida pelo trabalho que a AGASA, que já então estava constituída como empresa industrial e manifestava ao IAA. Foi mais longe. Não só deu quotas ao RGS como também reviu uma série de quotas de outras usinas do Brasil já em funcionamento e ainda abriu possibilidades de novas quotas de industrialização para os Estados de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, São Paulo e outros Estados. [...] **talvez esse nosso trabalho marcou o passo inicial, com o qual o Brasil veio se fazer o maior produtor de açúcar do mundo (de cana), atualmente,** graças a ele ter penetrado no mercado americano, como estava prevendo o Dr. Montserrat [...] e não havendo uma industrialização conveniente, nós teríamos o caos no nosso consumo interno.⁶⁵⁵

Depreende-se no processo de pressão dos canavieiros, agregados na Cooperativa, que se estavam configurando novos tempos. A propalada “revolução”, ao que tudo indicava, vinha dando mostras do que estava por acontecer. Nesse clima impositivo, às pressas, teria sido chamado ao Rio de Janeiro o presidente do IAA, Gomes Maranhão, para, em reunião com o presidente João Goulart, definir, junto à comissão da Cooperativa Canavieira, sobre a criação da usina açucareira gaúcha.⁶⁵⁶ Efetivamente, orientou-se perseguir a industrialização conveniente, qual seja:

Industrializar, sim, mas industrializar em primeiro lugar aquilo que temos aqui, aquilo que representa uma imensa riqueza agropecuária. Pregamos, ainda, uma atenção especial para o problema da industrialização de todas as nossas matérias-primas, cabendo ao Estado fomentar, auxiliar, oferecer

⁶⁵⁴ Depoimento de Antônio Nazir Ferreira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º nov. 2004.

⁶⁵⁵ RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *Relatório da Comissão Especial para o Estudo da Agroindústria Açucareira*. Porto Alegre, out. 1975, p. 43. (Grifo nosso).

⁶⁵⁶ Para a instalação de uma agroindústria canavieira no Rio Grande do Sul, a postura janguista era favorável. No seu compromisso com as Reformas de Base estava expressa a intenção de transformação social no campo, o esperado no Litoral Norte do estado com a usina açucareira, bandeira que o PTB acenava para a região naquela conjuntura.

créditos destinados a esse fim. Quando tivermos uma agricultura sem aventureirismos, uma indústria que seja a etapa de transformação das nossas próprias matérias-primas e uma população com capacidade aquisitiva crescente, poderemos estar certos de que crises profundas não se abaterão sobre nós.⁶⁵⁷

Na consecução industrializante do governo Brizola, estaria o BRDE, como agente dos investimentos de infra-estrutura, financeiramente preparado para garantir e efetivar a assistência às pequenas e médias empresas, equipando-as, vindo a permitir a esperada expansão econômica do Extremo-Sul. Essa estratégia ficou clara com as várias medidas de política econômica por ele tomadas entre os anos de 1960 e 1962, marcadas pela estatização e interferência mais acentuada do Estado em todos os ramos e aspectos da economia.⁶⁵⁸ Para a indústria açucareira gaúcha iniciar sua produção, não bastava ter a obra de infra-estrutura pronta e equipada; dependia sim da esperada liberação de cotas, que, aos gaúchos, o governo central resistiu muito em conceder. Kury, a respeito, deixou registradas suas lembranças:

Quando faltava um pouco mais de um ano para Brizola concluir seu mandato, convocou ao Palácio Jorge Pedro Nehme e quem subscreve estas linhas. Eram 15 horas. O governador estava em seu gabinete de trabalho, sem casaco, comendo um “completo”, regado a água mineral. Ofereceu-nos seu repasto. Na parede, à sua frente, estava uma pintura a óleo de Lucílio, representando os lanchões de Garibaldi sendo tironeados por 150 juntas de bois. Brizola abriu uma agenda preta que tinha sobre a mesa e falou:

Cumpri com todos os compromissos que assumi com Santo Antônio durante a minha campanha. Só me falta um: a usina de açúcar. Convoquei vocês ao palácio para informar que já tenho em mãos a autorização do IAA para o Rio Grande fabricar 300.000 sacos de açúcar por ano. Hoje, estou autorizando o Secretário da Economia, Dr. Milton Dutra, a iniciar, imediatamente, a construção da Usina. Comuniquem a boa nova à companheirada de Santo Antônio da Patrulha.

E houve festa nos canaviais, com muito leitão assado ao forno, regado à caninha patrulhense.⁶⁵⁹

Nada mais era preciso aguardar. Mãos à obra era a ordem.

⁶⁵⁷Essa era a orientação trabalhista dirigida aos seus governantes. Informação Mensal da Comissão de Desenvolvimento Econômico da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1961, n. 12. Apud: MÜLLER, Geraldo. A economia política gaúcha nos anos 30 a 60. In: DACANAL, José H. (Org.). *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 194-5. (Grifo nosso).

⁶⁵⁸ Para mais detalhes, examinar o trabalho citado de Geraldo Müller e também TEIXEIRA, Gilvan Andrade. *Pequeno ensaio sobre a resposta política de Brizola para a crise gaúcha na segunda metade da década de 1950*. 1991. Monografia (Graduação em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Destaque-se que não foi alvo desta pesquisa, em qualquer um dos seus tempos, tratar de estatização X privatização.

⁶⁵⁹ KURY, Affonso Penna. A lavoura canaveira. *Santo Antônio da Patrulha: uma visão apressada*. Santo Antônio da Patrulha: Moenda da Canção Nativa, 1987. p. 157. Na verdade, a cota inicial foi de 200.000 sacos; equivocou-se o autor. Na safra de 1934/1935, com base na média de fabricação de açúcar nas safras 1929/1930 a 1934/1935, foram fixadas as cotas de produção às usinas. Novas concessões, posteriormente, com elevações das cotas foram dadas. A Resolução 1284/57 era a vigente quando da criação da AGASA. Mas São Paulo não a respeitou; tinha cota de 15.084.701 sacos e produziu 25,5 milhões de sacas. Até a safra de 1954/1955, informa o eng. Wilson Castro que o Rio Grande do Sul teve uma cota de apenas 6.318 sacas, que deixou de ser distribuída, visto sua não-utilização, ainda que, segundo dados do IAA, o consumo no Estado fosse, em princípios de 1960, de 37,1 *per capita*, somando ao ano a necessidade de 3 milhões de sacas. Ver: CASTRO, Wilson. O açúcar e o Rio Grande. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 06 fev. 1964. Suplemento Rural, p. 7.

Com a obtenção da cota foi providenciada a compra da usina na DEDINI, que forneceu também os projetos civis da indústria, sendo dado início à construção, inclusive das casas para os futuros funcionários e trabalhadores que iriam executar a construção.

No Diário Oficial de 26 de julho de 1962, foi publicado o resultado da Assembléia Geral da constituição da AGASA, realizada em 06 de julho.⁶⁶⁰

Na mesa dos trabalhos estavam Milton Garcia Dutra, Leonel de Moura Brizola (governador do Estado), João Marques de Moraes (prefeito de Santo Antônio da Patrulha), Osmar José Martins e Jayme Gaspar dos Santos. Estiveram presentes também o prefeito de Osório, Leonel Mantovani; os deputados Zaire Nunes Pereira e Ernesto Lavratti Neto; o vice-prefeito de Torres, Getúlio Schaeffer; o presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio da Patrulha, Affonso Penna Kury; o vereador patrulhense Antônio Nazir Ferreira; e o presidente da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda., Jorge Pedro Nehme. Do total de 2.000 ações, se achavam presentes mais de dois terços dos subscritores, com 1.439 ações. O capital de 4.000.000 cruzeiros foi o valor definido pelos organizadores da AGASA para depósito no BANRISUL. Foram encaminhadas as tratativas de registro dos Estatutos Sociais na Junta Comercial e a forma de sua publicação. Affonso Penna Kury propôs uma chapa para a arrancada dos trabalhos da AGASA, que, aceita, ficou assim constituída:

- Diretor-Presidente:** Milton Garcia Dutra
- Diretores:** Jaime Gaspar dos Santos
Jorge Pedro Nehme
- Conselho Fiscal:** João Marques de Moraes (Prefeito de Santo Antônio da Patrulha)
Leonel Mantovani (Prefeito de Osório)
Pedro Paulo Weigert (bancário)
- Suplentes:** Antônio Almeida (funcionário público e prefeito de Torres)
Wilson de Oliveira Castro (engenheiro agrônomo)
Padre Luiz José Benini (religioso; indicado, mas que não estava presente)

⁶⁶⁰ Verificar a ata datilografada da Assembléia Geral de constituição da Açúcar Gaúcho S.A., encontrada no acervo da AGASA: ANEXO U. E, a seguir como ANEXO V, encontra-se a mesma ata acompanhada das relações dos subscritores de capital relativas às ações ordinárias e preferenciais, publicada no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, p. 16-22, 26 jul. 1962. Em 21/12/1962, a AGASA, conforme Lei nº 4.328/62, passou ao controle do Estado. Foi inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº 96.298.450/0001-81. AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria Geral do Estado. *Relatório e Parecer de Auditoria*, Exercício 1983/84, p. 6. Podem ser examinadas as reformas estatutárias nos ANEXO X e Z.

Foi decidido atribuir aos membros da diretoria e do conselho fiscal o honorário mensal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro). Entretanto, o presidente Milton Dutra afirmou na assembléia que aceitava presidir, mas sem qualquer proveito pecuniário, por entender que uma sociedade do gênero, com a “[...] finalidade alta da implantação da indústria açucareira no Rio Grande do Sul, visando a redenção econômica da zona nordeste do estado, não deveria propiciar vantagens aos seus dirigentes.”⁶⁶¹

Eis aqui a essência original do projeto dos canavieiros, por eles sonhado, e que estava pautado em dois aspectos que lhe dão sustentação: a sua redenção (dos que trabalham e dão identidade à região) e, o não-auferimento de vantagens aos dirigentes. Então, para a redenção acontecer (o primeiro aspecto), era necessário que a direção cumprisse o segundo aspecto. Ou seja, a vantagem coletiva era a que daria, efetivamente, o norte para que os canavieiros da região pudessem ali ficar, trabalhar e viver com dignidade.⁶⁶²

Aderiram ao empreendimento acionistas de Santo Antônio da Patrulha, Osório, Torres, Porto Alegre, Gravataí, Encantado, Roca Sales, Muçum – estes do Rio Grande do Sul –, e de Praia Grande, em Santa Catarina.⁶⁶³

⁶⁶¹ Documentos avulsos. Documentação da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. Acervo Jorge Pedro Nehme.

⁶⁶² Para conferir o futuro do projeto, examinar a 3ª e a 4ª seções.

⁶⁶³ Nessa altura a campanha de venda de ações já granjeara um número substantivo de canavieiros. Ver, no ANEXO AA, a relação de acionistas da Açúcar Gaúcho S. A. que a Cooperativa Canavieira confeccionou para seu controle. E a seguir, como ANEXO BB, consta a relação dos associados da Cooperativa Canavieira, inscritos como fornecedores da cana da usina açucareira em implantação. A imprensa deu ampla divulgação acerca da conquista gaúcha, ao obter do IAA a concessão de sua cota para a produção de açúcar. Milton Dutra interpretou a decisão como coroamento do trabalho da Secretaria de Economia. Verificar: INDÚSTRIA açucareira. IAA estabeleceu quota para o RGS. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 22 nov. 1962. REPERCUSSÃO da decisão do IAA: medidas para iniciar no Rio Grande do Sul a fabricação do açúcar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 23 nov. 1962. Nesta última matéria, é informado que a maioria do capital fora subscrito pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul e que a entidade contava então, com 405 acionistas, dos quais a grande maioria era constituída de agricultores, plantadores de cana.



Fotografia 46 – Assembléia para colher assinaturas de compromisso com a compra de ações da AGASA. Cine Labor, Osório – 1962

Fonte: Acervo da AGASA.

AÇÚCAR GAÚCHO S. A. (AGASA)
EM ORGANIZAÇÃO

Cr\$ 4.000,00

Recebemos do Sr. Wilson de Oliveira Castro
Residente à Rua Elv. Getúlio Vargas, 831
Município de Osório ..a importância
de Quatro mil Cruzados
correspondente a PRIMEIRA PRESTAÇÃO de 20% (vinte por cento) sobre 2
(duas) ações ordinárias
da AÇÚCAR GAÚCHO S. A. do valor nominal de Cr\$ 10.000,00 cada uma, conforme Bole-
tim de subscrição de capital. O subscritor pagará no Banco do Estado do Rio Grande do
Sul S. A. o saldo de Cr\$ 16.000,00 em quatro prestações mensais consecuti-
vas de Cr\$ 4.000,00 cada uma, a contar desta data, até integrali-
zação das referidas ações, quando receberá os títulos definitivos.

Pôrto Alegre, 26 de Junho de 1962.

Nota
As quantias recebidas serão de-
positadas no Banco do Estado
do Rio Grande do Sul S. A.

Fotografia 47 – Recibo de pagamento em nome de Wilson de Oliveira Castro da primeira prestação da compra de duas ações ordinárias da AGASA em organização – 1962

Fonte: Acervo de Wilson de Oliveira Castro.

Nome Leonel de Moura Brizola
Residência Rua Tobias de Silva, 1116 - Porto Alegre

Casado Casado Nacionalidade brasileiro Eng. Civil Eng. Civil

DATA	Nº DE AÇÕES	SUBSCRITAS	ENTRADAS	Nº DE BEM-VAL AÇÕES	ADQUIRIAS	TRANSFERIAS	TOTAL	ANOTAÇÕES E AVISOS	DATA	Nº DE AÇÕES
15.06.62	1	1	2.000,00	10			2.000,00	15.06.62	1	
22.06.62			2.000,00	1			2.000,00	22.06.62	1	
10.08.62			2.000,00				2.000,00	10.08.62	1	
18.08.62			2.000,00				2.000,00	18.08.62	1	
18.08.62			2.000,00				2.000,00	18.08.62	1	
							10.000,00			
26.10.72	1							26.10.72	1	
30.09.75	10							30.09.75	10	

Fotografia 48 – Registro de Leonel de Moura Brizola como acionista número 1 da AGASA - 15/06/1962

Fonte: Livro de Registro de Ações Ordinárias Nominativas da Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA. Acervo da AGASA.

O projeto, portanto, ganhara visibilidade e adesão importantes. Com essa arrancada oficial, ficou patente que o processo era irreversível. Não tinha mais o que temer, nem a resistência da antiga e hegemônica região canavieira brasileira; nem os paulistas, que consolidavam a sua centralidade. Àquela altura, portanto, os nordestinos, especialmente, já tinham sido vencidos pelos gaúchos, após as sucessivas tentativas da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. e as pressões dos trabalhistas Leonel Brizola e João Goulart,⁶⁶⁴ que obtiveram amplas adesões, inclusive das elites econômica e política paulistenses e circunvizinhas. Affonso Penna Kury, testemunha desses fatos, em sua obra assim registrou:

A Açúcar Gaúcho S.A. (AGASA) não nasceu por acaso. Na década de 50, o açúcar mascavo e a aguardente, fabricados de forma artesanal e em regime de economia familiar, encontravam-se em crise, com preços sumamente aviltados. O clamor dos canavieiros teve ressonância na Assembléia Legislativa, a qual, através de sua Comissão de Economia, resolveu estudar a problemática da cana-de-açúcar do Litoral Norte. Integrava a Comissão de Economia o saudoso deputado Osmany Veras, que já tinha sido prefeito de Osório.

Lembro-me, ainda, das muitas viagens feitas ao Rio de Janeiro, nos cargueiros noturnos da Varig. No outro dia, lá estávamos na sede do IAA, ouvindo asneiras e piadas de nordestinos vivarazes que haviam empalmado a direção do órgão açucareiro. Não admitiam, em hipótese alguma, principalmente os pernambucanos, que o Rio Grande do Sul voltasse a fabricar açúcar. A questão maior, portanto, era obter a cota de açúcar para o Estado. E éramos obrigados a ouvir um amontoado de

⁶⁶⁴ Destaque-se que o desenvolvimento agrícola e os interesses dos produtores, em descaso até o final da década de 1950, no Plano Trienal de 1963, então em elaboração por Celso Furtado, passaram a ser prioritários, o que tangenciou suas firmes posições na defesa dos pequenos agricultores de cana do Rio Grande do Sul. Lembre-se que, diante do Plano, depois recusado, motivou-se o governo a canalizar sua política com a expansão do crédito rural. Entretanto, no pós-1965, o crédito rural foi o mais importante instrumento que o Estado utilizou para promover a chamada modernização conservadora, na medida em que, de forma desproporcional, acabou por beneficiar os grandes proprietários. RAMOS, Pedro; SZMRECSÁNYI, Tamás. O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. *História & Perspectivas*, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, n. 10, jan./jun. 1994. p. 67.

sandices: no clima do Rio Grande só se pode criar boi de raça européia e produzir arroz; a geada mata a cana no inverno; a cana, lá no Rio Grande não cresce além de um metro e sua produtividade, na lavoura, é ridícula.

Quando contrapúnhamos, calcados em laudos técnicos, que às margens das lagoas do Litoral Norte não havia incidência de geadas; que a cana-de-açúcar alcançava 4 a 5 metros de altura e que a nossa produção média, por hectare, sem tecnologia sofisticada e sem adubação, variava de 80 a 100 toneladas, recebíamos como resposta uma gostosa gargalhada, acompanhada de sibilina observação:

- “Não fale besteira, gaúcho.”

Tanto foi a resistência dos nordestinos do IAA que a Comissão de Economia da Assembléia terminou esfriando no trato do problema. O mesmo, porém, não aconteceu aqui. Agitadas reuniões de canavieiros realizavam-se em todos os recantos do município, alcançando, inclusive, Osório. Diziam, alguns, como sempre sucede com os omissos e os acomodados, que tudo não passava de grossa politicagem. Mas alguma coisa devia ser feita para manter os canavieiros arregimentados e unidos. Nasceu, então, uma cooperativa de canavieiros que se dedicou, durante algum tempo, à comercialização do açúcar mascavo junto às torrefações de café e às fábricas de bebida.

Nesse entretanto, havia ocorrido um fato novo: o jovem prefeito de Porto Alegre, Leonel de Moura Brizola, lançara-se candidato à governança do Estado, tendo como oponente o Cel. Walter Peracchi de Barcelos. Brizola, em campanha, esteve várias vezes aqui e prometeu, em concorridos comícios na zona canavieira, construir uma usina de açúcar em Santo Antônio da Patrulha, caso chegasse ao governo.⁶⁶⁵

Enfim, chegara o dia do lançamento da pedra fundamental da AGASA – 27 de janeiro de 1963; quatro dias antes do final do governo de Leonel Brizola.⁶⁶⁶ A materialização do projeto trabalhista para a região canavieira do estado precisava ser garantida antes de repassar o poder à oposição, que assumiria no dia 31. Na imprensa gaúcha, o fato foi sobejamente divulgado:

Na manhã de ontem, o sr. Manoel Gomes Maranhão, após manter longo contato com o governador Leonel Brizola, seguiu acompanhado do sr. Jaime Gaspar dos Santos, diretor da Açúcar Gaúcho e do sr. Delmar Moura, representante da Secretaria da Agricultura, com destino a Santo Antônio da Patrulha, onde foi oferecido pela Prefeitura Municipal, um almoço, e onde, à tarde fez uma palestra aos plantadores de cana da região. [...]

Hoje pela manhã, lançará a pedra fundamental da usina de açúcar em solenidade a que estarão presentes grande número de autoridades, sendo o governador do Estado representado pelo sr. Octavio Hipólito, secretário de Economia – retornando, à tarde, a São Paulo.⁶⁶⁷

⁶⁶⁵ KURY, Affonso Penna. *Santo Antônio da Patrulha: uma versão apressada*. Santo Antônio da Patrulha: Moenda da Canção Nativa, 1987. p. 155-156. (Grifo nosso).

⁶⁶⁶ Seu nome foi lembrado para cidadania patruhense na década de 1980, proposta do vereador Fúlvio Saltiel, do PDT. CIDADANIA Patruhense para Leonel Brizola. *Folha Patruhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. V, n. 113, p. 3, 08 set. 1983.

⁶⁶⁷ SERÁ lançada hoje pedra fundamental da usina de açúcar em S. A. da Patrulha. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 27 jan. 1963. Dois dias depois, o Jornal do Dia informou sobre o lançamento, ilustrando a matéria com registro fotográfico do ato. Foi destacado também, o financiamento obtido junto ao BRDE de 80 milhões para o início imediato das obras. LANÇADA a pedra fundamental da Açúcar Gaúcho S.A. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 5, 29 jan. 1963. E nos primeiros dias de fevereiro, o Correio do Povo ainda deu espaço para o ato. Ver: PEDRA fundamental da Açúcar Gaúcho S.A. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 3, 03 fev. 1963. No ANEXO CC, a ata do lançamento da pedra fundamental da AGASA. E no dia 13 de fevereiro foi realizada uma assembléia extraordinária com acionistas, capitaneada por Milton Dutra. Vide ANEXO DD, no qual constam as assinaturas dos presentes nas assembléias da AGASA até o ano de 1977.

Em âmbito nacional o fato foi também notícia, nas primeiras páginas da revista *Brasil Açucareiro*:

USINA DE AÇÚCAR NO RIO GRANDE DO SUL

Foi lançada em Santo Antônio da Patrulha, no Estado do Rio Grande do Sul, a pedra fundamental da usina de açúcar a ser construída pela Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA, para a fabricação de 350 mil sacos anualmente. O Estado deverá participar com o mínimo de 51% das ações ordinárias da nova empresa constituída para a cultura da cana, industrialização e comércio do açúcar e derivados, bem como para o desenvolvimento e a exploração de atividades afins, inclusive importação e exportação. As ações que vierem a ser subscritas pelo Estado poderão ser transferidas a terceiros, na Bolsa de Valores, desde que excedam o limite de 51%. Não poderá, no entanto, o Estado abrir mão do seu direito de voto, correspondente ao total das ações ordinárias que possuir, salvo para a eleição de um dos diretores, representante dos acionistas particulares. A Assembléia Legislativa do Estado votou um projeto abrindo créditos especiais até o limite de 500 milhões de cruzeiros para garantir a participação do Estado na AGASA.⁶⁶⁸

Para o evento, se deslocara o vice-presidente do IAA em exercício, Gomes Maranhão, ao Rio Grande do Sul. Entrevistado pelo engenheiro agrônomo Wilson de Oliveira Castro, na Rádio Osório, antes de se dirigirem para a Lagoa dos Barros, ele disse das possibilidades de êxito do empreendimento:

Aqui estou numa missão que é muito grata. Assistirei amanhã e presidirei a cerimônia de lançamento da pedra fundamental da nova usina de açúcar dessa região. É uma luta que vem de longe, das autoridades do Estado, principalmente o nosso governador, Leonel Brizola, e de um modo especial o deputado Milton Dutra. Luta em que todos se empenharam com verdadeiro entusiasmo e, com a cooperação e também com a confiança da população dessa região, desejosa de ter sua região uma usina de açúcar, como municípios canavieiros que é Osório e Santo Antônio. Para mim, na qualidade de dirigente atual do Instituto do Açúcar, que já conheço desde muito esta região, onde aqui estive em mais de uma oportunidade, tenho para mim muita alegria, em amanhã estar presente e constatar a satisfação dessa gente. Quero dizer que, de início, essa iniciativa já se apresenta como de todo êxito, uma vez que, além de já ter sido concedida e autorizada pelo Instituto a cota de açúcar necessária para instalação da usina, o Banco do Brasil também já está ciente disso e já se prontifica e já se prepara para assistir financeiramente aos novos fornecedores de cana da região. E por outro lado, o que também é um índice de confiança, de confiança absoluta no êxito do empreendimento, a encomenda, o acordo ou contrato já assinado com o Sr. Mário Dedini, que hoje é uma das maiores oficinas de construção de usinas em todo mundo açucareiro. Tudo isso são elementos que provam o êxito dessa iniciativa. Daí porque não temos outra coisa senão que nos congratular e dizer a essa gente que planta cana hoje aqui, que é um bom negócio.⁶⁶⁹

⁶⁶⁸ Ver: USINA de açúcar no Rio Grande do Sul. *Brasil Açucareiro*, Rio de Janeiro: IAA. a. XXXI, v. LXI, n. 1 e 2, p. 6. jan./fev. 1963.

⁶⁶⁹ Entrevista realizada por Wilson de Oliveira Castro com o Dr. Gomes Maranhão, presidente do IAA, em 27 de janeiro de 1963, na Rádio Osório. Na íntegra, a entrevista consta como ANEXO EE.



Fotografia 49 – Ato de lançamento da Pedra Fundamental da Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA em 27/01/1963

Secretário de Economia Milton Dutra segura um documento na mão.

Fonte: Acervo de Wilson de Oliveira Castro.



Fotografia 50 – Engenheiro civil Jayme Gaspar dos Santos, responsável pela construção civil da usina, assinando a ata alusiva ao lançamento da Pedra Fundamental – em 27/01/1963

Fonte: Acervo de Wilson de Oliveira Castro.

E os dados confirmam os depoimentos. Segundo o Anuário do Departamento Estadual de Estatística (D.E.E.) de 1963, a produção gaúcha de cana-de-açúcar em 1962 foi de um milhão de toneladas, colhidas em 48.570 ha; média de 19,3 toneladas por hectare. Essa fonte indica os principais municípios produtores de cana no mesmo ano:

Tabela 19 – Municípios principais produtores de cana no Rio Grande do Sul - ano de 1962

Município	Produção/ toneladas
Santo Antônio	420.000
Torres	50.000
Estrela	50.000
Osório	35.000
Rolante	30.000
Veranópolis	30.000

Fonte: ANUÁRIO DO D.E.E., 1963.

Uma tonelada de cana no Rio Grande do Sul produzia, então, 40 a 50 quilos de açúcar, ou 33 quilos de rapaduras, ou 55 a 60 litros de cachaça, ou 60 a 70 litros de melado, ou 45 a 50 litros de álcool.⁶⁷⁰

Gomes Maranhão também destacou, na ocasião, que a perspectiva do açúcar no mercado internacional era a melhor possível. Disse que tanto o açúcar quanto o álcool e outros derivados da cana eram favoráveis, razão por que podiam os canavieiros da região visitada empenhar-se com a maior confiança.⁶⁷¹ O preço internacional do açúcar era dos mais altos nos últimos anos, alcançando 125 dólares a tonelada.⁶⁷² Entretanto, urgia haver campos prontos para o plantio, ao que, com preocupação, disse: “Eu vi muito campo por aqui; só não vi cana.”⁶⁷³ Trata-se de observação relevante para a história da usina açucareira gaúcha, que no seguimento será dimensionada.

A partir do ato oficial da materialização do projeto, com a esperança e a confiança lançadas, as obras, em meio à lagoa, à serra e sobre o barro desmatado, dia a dia, foram dando forma ao sonho acalentado por centenas de famílias que lançaram suas esperanças em dias melhores. A economia da região soerguida com a cana-de-açúcar, retomando a produção como nos primitivos tempos, voltaria a ter vitalidade; era a certeza para todos os envolvidos com o sonho. Produzindo para o consumo interno, mas não mais como antigamente, quando era muito conhecido, sobretudo no interior gaúcho, o açúcar mascavo, o *amarelinho* –, o

⁶⁷⁰ ANUÁRIO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. Porto Alegre, 1960.

⁶⁷¹ Sucedem-se nos meses seguintes várias matérias sobre a indústria açucareira nacional, como: INCREMENTO da indústria açucareira nacional. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 11, 12 abr. 1963. AÇÚCAR sofrerá aumento no próximo mês de maio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 17, 23 abr. 1963. BRASIL produzirá 58 milhões de sacas de açúcar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 24 abr. 1963. PRODUÇÃO de açúcar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 11 jun. 1963. Nesta matéria é destacada a crise açucareira no Norte, tendo como consequência a condição favorável para o Rio Grande do Sul acelerar a construção de sua usina açucareira.

⁶⁷² Entrevista realizada por Wilson de Oliveira Castro com o Dr. Gomes Maranhão, presidente do IAA, na Rádio Osório, em janeiro de 1963.

⁶⁷³ Depoimento de Gomes Maranhão, vice-presidente em exercício do IAA, concedido ao engenheiro agrônomo Wilson de Oliveira Castro em 27 de janeiro de 1963, na Rádio Osório, daquele município.

projetado empreendimento abasteceria doravante muitos lares e indústrias do Rio Grande do Sul com o açúcar branco.

Afinal, estava chegando a hora, depois de uma longa e árdua luta,⁶⁷⁴ de resolver a difícil situação dos produtores agrícolas minifundiários do Litoral Norte.⁶⁷⁵

A irreversibilidade do projeto canavieiro se materializava dia a dia, com a majestosa chaminé, logo erguida, rasgando os céus, qual bandeira e baliza da sociedade civil organizada nos morros da cana. Como testemunha, o verde dos canaviais que se esparramaram em largo perímetro do Litoral Norte, indicando um novo tempo para a região, que esperava viver, enfim, a realidade do projeto sonhado e muito batalhado pelos canavieiros. Sua importância e repercussão foram anunciadas em 1963, pelo engenheiro agrônomo Wilson de Oliveira Castro, que, desde o início, foi um entusiasta da usina: “[...] o Rio Grande do Sul, e em especial o Nordeste do estado, [...] vê com entusiasmo quase incontido o Rio Grande do Sul integrado na economia nacional, produzindo açúcar [...]”⁶⁷⁶ E nada frearia o processo, nem mesmo as manifestações temerosas face aos insucessos anteriores ocorridos na região,⁶⁷⁷ a ponto de o Dr. Maranhão afirmar:

Não tem o menor mérito essa alegação de que, se a destilaria não funcionou a usina não funcionará. A destilaria era para funcionar com pinga. E a pinga é que não tinha em quantidade bastante que justificasse aquela destilaria para funcionar economicamente.⁶⁷⁸

Também, a princípio, a mudança do governo Brizola para o de Meneghetti,⁶⁷⁹ que assumira o poder, não cortaria o fluxo dos encaminhamentos do projeto. Era essa a leitura feita por seus idealizadores. Entretanto, a surpresa aconteceu. Com a posse do novo governador, em 31 de janeiro de 1963, mudaram os nomes nas secretarias de Estado, resultando na saída do secretário Milton Dutra, o articulador do projeto do Estado trabalhista,

⁶⁷⁴ AÇÚCAR Gaúcho. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 22 maio 1962.

⁶⁷⁵ CANA-de-açúcar: AGASA: a luta pela matéria prima: um pouco de história. *A Gazeta do Litoral*, Santo Antônio, Osório, Tramandaí, 07 fev. 1977. Página do Agricultor, p. 2.

⁶⁷⁶ Manifestação do engenheiro Wilson Castro quando entrevistava o presidente do IAA, Dr. Gomes Maranhão, na Rádio Osório, por ocasião do lançamento da Pedra Fundamental da AGASA, em 27 de janeiro de 1963. Transcrição da gravação feita por Véra Lucia Maciel Barroso. Acervo do Wilson de Oliveira Castro.

⁶⁷⁷ Na leitura de Romildo Bolzan, a usina resgataria as duas iniciativas frustradas ao tempo de Getúlio Vargas: Santa Marta e Livramento. Depoimento de Romildo Bolzan concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 09 jan. 2001.

⁶⁷⁸ Entrevista realizada por Wilson de Oliveira Castro com o presidente do IAA, Gomes Maranhão, na Rádio Osório, em 27 de janeiro de 1963.

⁶⁷⁹ No discurso de despedida à testa do governo do Estado, Brizola expôs sobre a exclusão do Rio Grande do Sul no plano nacional, tocando a ele apenas 0,2% de verbas, o que impôs violento processo de descapitalização do Estado, e por consequência, sua marginalização econômica durante a vigência do seu mandato. Verificar: DISCURSO do ex-governador: Brizola está satisfeito com o que pôde realizar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 14, 1º fev. 1963.

bem como os membros do grupo de trabalho; o que aliás era uma atitude esperada. Permaneceu apenas o engenheiro Jaime Gaspar dos Santos, que tecnicamente prosseguiu conduzindo as obras, depois de um hiato de tempo, face à alteração política, à espera da definição dos que assumiriam efetivamente a sua finalização.

Assim, está claro que o projeto idealizado pela Cooperativa e iniciado pelo governo brizolista do PTB foi concluído pela frente oposicionista que elegera Ildo Meneghetti. Mas o que precisa ser explicado a partir daí é o rumo que tomou a usina açucareira. O que se pode afirmar com plena convicção é que sua trajetória foi traçada no sentido oposto ao originalmente projetado pelo atores originais, como também trilhada com outra concepção do que aquela que vinha sendo encaminhada pelos gestores do trabalhismo na condução do Estado do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1959 e 1962.

Verificar, pois, os caminhos e descaminhos do projeto dos canavieiros é o rumo da escrita da história da Açúcar Gaúcho S.A., a seguir apresentada em dois atos.

4 A AGASA – AÇÚCAR GAÚCHO S. A.: SONHO E REALIDADE (1963-1975)

Onde as mãos se transformaram em enxada.

Izidoro Francisco Rancheski, de família canaveira e ex-diretor-presidente da AGASA – Santo Antônio da Patrulha.

O sonho é uma representação do desejo, da vontade do *vir-a-ser*, do querer alcançar algo. Já a realidade é um lugar de luta, onde os sujeitos, em movimento, buscam fazer existir o inexistente, ou inexistir o que existe – o real. Assim, as representações sobre o real não são obrigatoriamente o reflexo do real. E, portanto, a luta que se opera na realidade se movimenta no âmbito das práticas sociais. É nessa arena de embates que a trajetória da AGASA deve ser vista, a partir do esforço de identificação e atuação dos grupos, com interesses contraditórios em jogo, para a implantação da usina de açúcar no Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Para Reginald Felker, “[...] a AGASA foi o sonho dourado de emancipação, através de uma industrialização mais rentável do que simplesmente o açúcar mascavo e a cachaça.”¹⁴⁸³ O desejo de autonomia, ou seja, o sonho de emancipação dos canaveiros do Litoral Norte se concretizaria no exercício da estruturação da AGASA, na movimentação e entrecruzamento das suas práticas como atores que gestaram o projeto usineiro, frente às intervenções dos demais segmentos das sociedades políticas regional, estadual e federal, balizados por outros interesses e outros fins. Eis que este capítulo tem por escopo demonstrar, através da trajetória da AGASA, como foi costurado esse processo emancipatório – se é que houve – e explicitar os seus reveses e/ou seus descaminhos, bem como identificar as resistências dos produtores de cana e dos operários da usina, e auscultar os silêncios a eles impostos, por força das contradições da realidade histórica ora em estudo. Para tanto, inicialmente, verificar-se-á que três iniciativas apareceram no cenário em direção ao intento usineiro. O seu exame alicerça a explicação perseguida com vistas a identificar as causas que cedo determinaram o ocaso da Açúcar Gaúcho S.A., empreendimento que iria fomentar a redenção dos canaveiros, enquanto agentes promotores do trabalho e movimentação social da região norte-litorânea do Rio Grande do Sul. Sair da crise em que se encontravam e ali permanecerem com cidadania foi o sonho por eles idealizado e com não poucas dificuldades perseguido. Revisitar no presente esse passado recente motiva o encaminhamento fundamentado de projetos para o futuro.

¹⁴⁸³ Depoimento de Reginald Delmar Hintz Felker a Véra Lucia Maciel Barroso em 23 set. 2004.

4.1 O PROJETO USINEIRO: DA SOCIEDADE AO ESTADO

Está comprovado que a idéia de organização e instalação de uma usina de açúcar branco em Santo Antônio da Patrulha foi gestada pela Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda., ainda que ela fosse unanimidade para outros segmentos sociais, como frisou a professora Terezinha Bemfica Bier, atuante liderança no município.

A AGASA tinha por objetivo o desenvolvimento da região, o aproveitamento da potencialidade do município, a ordenação da produção de cana pelos canavieiros e, também, a projeção do estado nessa área, porque era a única usina do estado. Seria um fator de crescimento dentro do município, e, por isso, parecia que todo mundo queria que isso acontecesse. Era um acontecimento que era desejado, que agradava a todos os patrulhenses.¹⁴⁸⁴

Na perspectiva do trabalhista Pedro Machado Flor, o objetivo da criação da AGASA era “[...] atender às necessidades do canavieiro, melhorar a vida do canavieiro. E, melhorando a vida do canavieiro, [...] estaria melhorando o município, a arrecadação e tudo.”¹⁴⁸⁵

E, sem dúvida, a conjuntura internacional era, naquele período, amplamente favorável para a consecução da idéia. O embargo dos Estados Unidos imposto a Cuba havia gerado uma oportunidade para ampliar a penetração do açúcar brasileiro no mercado mundial. No âmbito regional, as experiências anteriores, ainda que frustradas, mas portadoras de *now how*, somadas à atuação em pesquisa com a cana na Estação Experimental em Maquiné (Osório), sustentavam e definiam um quadro propício ao intento. Entretanto, formatar as estratégias para a sustentabilidade do projeto usineiro era o desafio e o nó a ser desatado pelos canavieiros. Aliam-se no quadro as dificuldades que a Cooperativa atravessava, que punham em risco a sua manutenção e continuidade, um sério problema a ser superado. A saída partidária, agregadora de lideranças locais, foi a visibilizada pelos que comandavam a Cooperativa,¹⁴⁸⁶ ainda que não comungada por todos, como pontua um dos cooperativados:

[...] a vida começou a ficar apertada, por causa de muito açúcar em casa. Era demais, e não vendia. Aí o Jorge entrou na política. Eu sou Libertador. Ele e o Kury eram PTB. Eles queriam montar a usina de açúcar branco para resolver o problema. Não estava dando mais para viver do açúcar mascavo. Todos acreditavam na usina. Mas não deu certo por causa da política. A política atrapalhou. Saí da Cooperativa porque virou tudo PTB. Os canavieiros seguiram o PTB do Jorge.¹⁴⁸⁷

¹⁴⁸⁴ Depoimento de Terezinha de Jesus Bemfica Bier concedido a Vera Lucia Maciel Barroso em 22 maio 2005.

¹⁴⁸⁵ Depoimento de Pedro Machado Flor concedido a Vera Lucia Maciel Barroso em 22 jan. 2001.

¹⁴⁸⁶ Recordando, trata-se do empresário Jorge Pedro Nehme e do advogado Affonso Penna Kury. Eram, efetivamente, os que conduziam o grupo de líderes da Cooperativa.

¹⁴⁸⁷ Depoimento de Jovelino Lopes Cardoso concedido a Vera Lucia Maciel Barroso em 1º fev. 2000.

Apesar de tudo, notadamente das divergências político-partidárias, o projeto usineiro, fruto da sociedade civil organizada, estava posto. O Estado trabalhista, chamado como parceiro, na verdade apropriou-se do projeto, dando-lhe outro rumo, diferente daquele que seria o praticado por uma cooperativa. Seus atores, os canavieiros, ao conduzirem diretamente a prática do projeto, tinham como matriz a lógica cooperativa. Mas tinham claro, a princípio, que, sozinhos, sem capital associado, não teriam como levar adiante a idéia e perseguir seus objetivos.

O lançamento da pedra fundamental da AGASA foi o último ato do governo estadual trabalhista dirigido aos canavieiros, antes de entregar o poder ao governador Meneghetti. Porém, entre janeiro e julho de 1963, o projeto da AGASA foi sendo desfigurado na sua essência, significado e propósitos. Quando em julho ocorreu a assembléia em que foi definida a retirada do nome de Jorge Nehme da diretoria, ficou evidente o rumo que, a partir de então, a usina iria tomar. Efetivamente, a Açúcar Gaúcho S.A. foi interceptada por um corte de caráter superestrutural, que deu norte diverso ao dos projetos anteriores apresentados para a AGASA: o da Cooperativa e o do Estado trabalhista. Ocorreu que, na conjuntura, os efeitos do golpe militar de 1964 mudaram as concepções e as práticas de Estado e de economia. Os paradigmas passaram a ser outros, e as novas forças se impuseram, redirecionando a proposta de implantação e o funcionamento da usina. De lado, já ficara o projeto original, o perseguido pelos canavieiros, o primeiro. A partir de 1964 foi redirecionado o projeto da AGASA, implantando-se outro, não o segundo encaminhado pelo trabalhismo de Brizola, em seu governo, com a arrancada inicial da usina até o lançamento da pedra fundamental. O que se viveria dali para frente seria a terceira versão, aquela encaminhada pelo Estado entre 1964 e 1990. Portanto, a história da AGASA, inaugurada em 1965 e encerrada em 1990, não é a imaginada pelos canavieiros, e nem tampouco a implantada no período pré-1964 por Brizola.¹⁴⁸⁸ Então, se pode falar claramente em três concepções de projeto, duas possibilidades e uma prática.

A essa altura, algumas perguntas então se impõem:

- a) Qual era, afinal, o projeto dos canavieiros para a usina açucareira? (É uma questão ser explicitada);
- b) Qual foi o projeto de Brizola e sua equipe? (Aquele que alavancou a idéia);

¹⁴⁸⁸ Guaragna, ao biografar Brizola, chama a atenção de que “Enquanto o governo federal (JK) centrava a estratégia na atração de investimentos de grandes multinacionais, o governo gaúcho centrava na criação de empresas públicas, como a Aços Finos Piratini, a AGASA e a Refinaria Alberto Pasqualini.” GUARAGNA, João Carlos. *Leonel Brizola: uma vida pelo povo brasileiro: pequena história do político e administrador*. Porto Alegre: Intermédio, 1988. p. 3.

- c) Qual foi o encaminhamento da AGASA, a contar de 1964, com Ildo Meneghetti e seus sucessores à testa do Estado militar?

A resposta a esta terceira pergunta é a história do funcionamento efetivo da AGASA até o seu fechamento, já após a reabertura política do estado brasileiro, a contar de 1985, quando a usina estava na UTI, em agonia, dando os seus últimos suspiros; “em coma” ficou até janeiro de 1990, quando, enfim, ela deu o suspiro final. Importa, a seguir, examinar os projetos, do sonho à realidade.

4.1.1 O projeto usineiro popular, o primeiro: concepção da Cooperativa

A questão a ser colocada é esta: qual era efetivamente o projeto usineiro dos canavieiros, daqueles que trabalhavam diuturnamente, de sol a sol, nos morros da cana?

Quem pode responder são os próprios plantadores de cana e suas lideranças, que articularam o processo de criação de uma usina de açúcar branco para a região.

Na palavra do dirigente da Cooperativa Canavieira, Jorge Nehme, o projeto por eles concebido seria assim encaminhado:

Nós fundamos a Cooperativa Canavieira, e o nosso objetivo final era fazer uma indústria de açúcar. E o Brizola mesmo nos disse: “Se organizem que eu vou ajudar.” Aí cadastramos os produtores e provamos que havia cana suficiente para fazer açúcar. A maior parte daquela região se criou à sombra da cana; todo mundo sabe que a terra é própria para cana. Era só se organizar, e foi o que fizemos.¹⁴⁸⁹

A cooperativa era a tábua de salvação, e por isso os canavieiros nela se abrigaram e se organizaram. Como disse a canavieira Ivone Message, “[...] nós sabíamos que era uma coisa que ia servir o povo.”¹⁴⁹⁰ Não acreditavam em empreendimento vindo do Estado diante das experiências anteriores frustradas, como as da Usina Santa Marta e da Destilaria Livramento. Para Pedro Machado Flor, um dos articuladores da cooperativa, comenta:

[...] a AGASA não era uma usina de um proprietário; era de uma sociedade. A cooperativa foi ideada, bolada com a intenção de criar a AGASA depois. A raiz, a matriz começou na Cooperativa. Então, veja bem, a Cooperativa é a mãe da AGASA. Criou-se a Cooperativa com interesse em criar a AGASA.[...] Ela foi bem idealizada e tinha futuro. Mas mudaram o rumo dela... Aí deu no que deu.¹⁴⁹¹

¹⁴⁸⁹ Depoimento de Jorge Pedro Nehme concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 11 fev. 1999.

¹⁴⁹⁰ Depoimento de Ivone Message concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 19 fev. 2000.

¹⁴⁹¹ Depoimento de Pedro Machado Flor concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 22 jan. 2001.

O depoente reconhece que, se não fosse a insistência da Cooperativa, a AGASA não teria sido criada. E João Maciel Gomes – *Zé Paulino* –, também associado da entidade, descreveu com detalhes sobre as reuniões e os diálogos que os líderes da Cooperativa promoveram, arrematando: “[...] eles faziam a exposição. E os agricultores é que viam se tinha fundamento ou não. Eles acharam que tinha. Então fundaram aquela sociedade. Aquilo ali era uma sociedade!”¹⁴⁹² Acácio Maciel Gomes, sócio da Cooperativa, também confirma que foi o movimento canavieiro que fez com que a AGASA surgisse. Na mesma direção disse o canavieiro Júlio Pereira Sobrinho:

[...] a gente tinha fé, porque no nosso lugar nunca tivemos incentivo de uma usina. Não sabíamos o que era uma usina. Mas a gente via falar que lá em São Paulo tinha usina, que no Rio de Janeiro tinha usina, lá no Nordeste tinha usina. Então, aqui não tinha, e [...] a gente precisava da usina. A gente ficou incentivado, ficou faceiro quando surgiu o nome que vinha, a AGASA para cá.¹⁴⁹³

Reconhece, porém, que, no processo de gestação do projeto, o sentimento de exclusão social foi impondo-se.

Ferúlio Tedesco Neto, vereador trabalhista em 1963, depois prefeito por duas gestões em Santo Antônio da Patrulha, frisou que a Cooperativa foi o embrião da usina, mas, ao ser encampada pelo Estado, ela perdeu a sua finalidade. Na verdade, a Cooperativa havia sido fundada exatamente para terminar numa usina de açúcar, disse Ferúlio, ao completar: “Foi no governo Brizola que ela se transformou em realidade.”¹⁴⁹⁴ Essa compreensão, passado quase meio século, comparece nas falas dos depoentes cooperativados. E resistir seria a palavra de ordem, conforme Acácio Maciel Gomes, pois “[...] nós somos marginalizados não só pelo capital estrangeiro, mas também pelo capital nacional. Precisa haver um reparo. A justiça social precisa ser mais bem distribuída. [...] não é justo o salário do brasileiro. É muito miserável. É o pior do mundo.”¹⁴⁹⁵ Reconhece Acácio que, se a AGASA fosse conduzida pela Cooperativa, teria sido melhor, mas entende que seria difícil mantê-la sem a cobertura financeira do Estado. “Mas será que ele abriria mão da administração?” questionou.¹⁴⁹⁶ Sabe-se que é característica da produção açucareira a exigência de elevados investimentos em capital fixo, representados por máquinas e equipamentos, além do seu alto custo de

¹⁴⁹² Depoimento de José Maciel Gomes – *Zé Paulino* – concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 03 fev. 1999.

¹⁴⁹³ Depoimento de Júlio Pereira Sobrinho concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 12 fev. 2000.

¹⁴⁹⁴ Depoimento de Ferúlio Tedesco Neto concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 18 dez. 2004. Tedesco disse mais: “A AGASA ocupou a lugar dela.”

¹⁴⁹⁵ Depoimento de Acácio Maciel Gomes concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 21 jan. 2000.

¹⁴⁹⁶ Idem.

manutenção, face à rápida depreciação da tecnologia industrial.¹⁴⁹⁷ Por outro lado, para o ex-vereador Pedro Pacheco Fernandes, não houve maior resistência no embate devido à falta de instrução dos canavieiros.¹⁴⁹⁸ Não é essa a posição do sindicalista Antônio Schneider, pois, para ele, “[...] a força vem do povo. [...] O que aconteceu é que os canavieiros não se deram conta de sua força enquanto número significativo de donos de canaviais que eles eram, e a transferiram ao Estado, que não tinha como função fazer uma indústria de açúcar.”¹⁴⁹⁹ Nas suas lembranças como partícipe do processo, o engenheiro agrônomo Wilson Castro recorda:

[...] havia uma intenção de que a Cooperativa fosse a administradora, que a AGASA fosse da Cooperativa. O núcleo da Cooperativa queria isso. Mas acontece que a Cooperativa não tinha cacife, porque aquele empreendimento, na época arrojado, só foi possível graças à loucura do Brizola, ou seja, à decisão do governador Brizola. [...] **a Cooperativa não teve recurso para bancar, porque era de gente pobre.** [...] Loucura porque diziam naquela época que o Rio Grande do Sul não tinha que produzir açúcar. Até o Gomes Maranhão, presidente do IAA, dizia que foi coisa que o Brizola meteu na cabeça dos dirigentes do governo federal, para instalar a AGASA.¹⁵⁰⁰

Leonel Mantovani, o primeiro presidente da usina, também focou a atuação da Cooperativa e a intervenção do PTB no processo criatório da AGASA:

[...] A serra estava coberta de cana. Santo Antônio dava cana e fazia rapadura para o Rio Grande todo. [...] era a pátria da cana. [...] Santo Antônio tem o pendão da rapadura. [...] Essa zona tinha muito o tal bangüê. Bangüê era um moedor a burro, ou boi, e fazia açúcar mascavo. Eram uns quinhentos bangüês. [...] um dos inventores da AGASA é o Bolzan. Ele é que tem a história da AGASA direitinho para lhe contar. Eu não tenho porque militava diferente na política. Fundaram a Cooperativa, a do Jorge Nehme. Aí depois o Brizola ajudou muito. **O PTB meteu a mão aí nesse negócio.**¹⁵⁰¹

O entendimento de Antônio Nazir Ferreira, ex-vereador trabalhista, é de que o PTB foi o pai da idéia.¹⁵⁰² “Se eu falar a verdade, a AGASA funcionou porque o Brizola queria ganhar as eleições”, declarou Nepomuceno Rodrigues da Silveira, um dos proprietários da área onde a AGASA foi edificada.¹⁵⁰³ Para o professor Benito Barbosa Izolan, de Osório, o relacionamento com o Brizola foi a ferramenta para a instalação da usina. Para ele, não foi o

¹⁴⁹⁷ A respeito, examinar: IAMAMOTO, Marilda Villela. *Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 144.

¹⁴⁹⁸ Depoimento de Pedro Pacheco Fernandes concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 23 fev. 2000.

¹⁴⁹⁹ Depoimento de Antônio Schneider concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 09 fev. 2000.

¹⁵⁰⁰ Depoimento de Wilson de Oliveira Castro concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 24 jan. 2001. (Grifo nosso).

¹⁵⁰¹ Depoimento de Leonel Mantovani concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 17 nov. 2001. (Grifo nosso). Para lembrar, Bolzan era o líder trabalhista em Osório.

¹⁵⁰² Depoimento de Antônio Nazir Ferreira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 02 fev. 2005.

¹⁵⁰³ Depoimento de Nepomuceno Rodrigues da Silveira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º fev. 2000.

PTB, e sim o governo trabalhista de então, o articulador do projeto.¹⁵⁰⁴ Impressiona, no exame da documentação analisada, uma marcante leitura brizolista da idealização do projeto usineiro. E um silêncio obscurece e sonega o desempenho da Cooperativa e até, de certa forma, a sua existência. Lembranças a seu respeito se limitam praticamente às dos canavieiros cooperativados. Deixa-se entrever que se trata de um projeto silenciado o que foi idealizado pelos canavieiros da tradicional região da cana no estado. Só em alguns poucos depoimentos colhidos ficou expressa a falta do sentido cooperativista entre os colonos canavieiros. Entretanto, se retomado o olhar sobre a década de 1950, sua movimentação denuncia a presença, a adesão e a participação maciça dos canavieiros nas reuniões e assembléias chamadas pela direção da Cooperativa. O engenheiro agrônomo Ivo Stoffel frisou: “A idéia da formação da Cooperativa tem seu grande mérito, principalmente pela conscientização dos produtores em querer resolver seus problemas em conjunto. A filosofia e doutrina cooperativista estava muito forte, na época, em todo o estado.”¹⁵⁰⁵

Para uma cidade pacata e conservadora, foi surpreendente, assistir, atônita, o deslocamento de centenas de homens que, do meio rural, se acotovelavam nos cinemas e clubes da cidade para decidirem o rumo de suas vidas, a partir das suas condições concretas de trabalho. Inegavelmente, a semente do cooperativismo fora lançada e germinara em terreno fértil. Entretanto, no processo contraditório das relações sociais, surgem, muitas vezes, outros atores que se impõem no jogo, em cujo cenário também podem abrigar-se forças e interesses externos. Tais intervenções, via de regra, desvirtuam a concepção popular e encaminham, na adversidade, para outro rumo, que não o projetado pelos agentes que, coletivamente, vinham desenhando a realidade. Resultado: o real nem sempre corresponde ao sonho.

4.1.2 O projeto usineiro apropriado: concepção do Estado trabalhista

João Goulart, quando vice-presidente do Brasil, em reportagem ao Correio do Povo afirmou:

O bem estar de cada homem é a finalidade suprema de toda a organização social e política. [...] Para que a nossa produção consiga competir vantajosamente com a produção estrangeira, o que temos que fazer não é diminuir os direitos do trabalhador, e sim aproveitar melhor o capital, o trabalho dentro de uma

¹⁵⁰⁴ Depoimento de Benito Barbosa Izolan concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2005.

¹⁵⁰⁵ Depoimento de Ivo Stoffel concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º maio 1999.

organização mais perfeita, onde haja menos desperdício, e onde se possa produzir em condições técnicas mais adequadas.¹⁵⁰⁶

Por sua fala estão dadas as premissas orientadoras do projeto trabalhista para a sociedade canavieira do Litoral Norte do estado:

- 1) o Estado, enquanto organização política, tem por fim o bem-estar do homem;
- 2) a produção nacional, frente à competição estrangeira, impor-se-á com vantagem se valorizar o trabalhador, com seus direitos preservados;
- 3) o capital será bem aproveitado, se aplicado em organização tecnicamente adequada e com reduzido desperdício.

Para Alberto Pasqualini, colaborador na elaboração do programa do trabalhismo, a função do Estado deve ser a realização da justiça social (traduzida como equitativa distribuição da riqueza).¹⁵⁰⁷ Ou seja, ao Estado cabe garantir, num mínimo fundamental, a participação de cada um no produto social, isto é, no acervo dos bens produzidos. E Pasqualini também indica os princípios gerais do trabalhismo:

- a) o trabalho é a fonte principal e originária de todos os bens produzidos;
- b) a coletividade humana é um sistema de cooperação;
- c) a forma de cooperação é um intercâmbio de trabalho (Quem de útil nada produz, nada tem a permutar.);
- d) o poder aquisitivo deve ser a contrapartida do trabalho socialmente útil;
- e) o objetivo fundamental do trabalhismo deve ser a eliminação crescente da usura social e a alcançar uma tal organização da sociedade, na qual todos possam realizar um trabalho socialmente de acordo com as suas tendências e aptidões, devendo a remuneração graduar-se pelo valor social desse trabalho com a garantia de um mínimo dentro dos padrões da civilização, para as formas de trabalho menos qualificadas.¹⁵⁰⁸

¹⁵⁰⁶ CORREIO DO POVO, Porto Alegre, p. 24, 1º jan. 1958.

¹⁵⁰⁷ Ver: ALBERTO PASQUALINI: o homem, o político, o teórico que influencia os novos trabalhistas. *Coojornal*, Porto Alegre, a. IV, n. 41, p. 23, maio 1979. Ver também: A PERDA da sigla PTB e a formação do partido do Trabalhismo Democrático. *Zero Hora*, Porto Alegre, 25 maio 1980. *Zero Hora Especial*, p. 4-7.

¹⁵⁰⁸ ALBERTO PASQUALINI: o homem, o político, o teórico que influencia os novos trabalhistas. *Coojornal*, Porto Alegre, a. IV, n. 41, p. 23, maio 1979. Brizola, não se dizia marxista ou comunista. Sobre o período pré-1964, afirmou que foi complexo e confuso, imperando um clima de histeria coletiva, que objetivava conduzir à ocorrência de 1964, desviando o rumo da história que então se construía. Examinar: BRIZOLA, de Paris. *Coojornal*, Porto Alegre, a. III, n. 26, p. 3, mar. 1978. Outras interessantes reportagens feitas quando de seu retorno do exílio: BRIZOLA: prefeito, governador, deputado, exilado, anistiado. *O Rio Grande*, Porto Alegre, a. I, n. 18, 6 a 12 set. 1979. *Semanal*, p. 11-18. BRIZOLA: Jango tinha razão. *Enfim*, Rio de Janeiro, a. 1, n. 1, p. 1-12, 12 set. 1979.

Decorridos trinta anos da era getulista, no plano para o governo do Estado proposto por um dos herdeiros do trabalhismo histórico, na sigla PDT, encontra-se uma mensagem na mesma direção:

Não há dúvida que a transformação socialista requer uma decisiva participação do Estado na vida econômica e social. Salientamos, porém, que a ação do Estado, embora fortalecida, se circunscribe, em nosso Programa, aos ramos estratégicos da produção. E, mesmo assim assume uma lógica interna de caráter eminentemente social e democratizador, que não se confunde com a atuação capitalista do Estado, cujo papel se tem reduzido – como se verifica hoje no Brasil – ao de empresário capitalista, orientado estritamente pela busca do lucro. Inclusive, a atuação do Estado na economia, tal como preconizamos, deve ter um sentido público guiado pela lógica das demandas sociais. A sua gestão deve assumir uma feição democrática com base na participação da comunidade.¹⁵⁰⁹

Alguns destaques da afirmação são evidentes: a ação do Estado frente à economia tem caráter social e público, impulsionado por demandas da sociedade; a ação do Estado frente à economia deve estar embasada na participação da comunidade. A partir do exposto, importa definir o papel do Estado frente à economia, na lógica trabalhista, para situar mais claramente o norte que foi depois dado ao projeto açucareiro gaúcho.

Analisando a atuação do governo Leonel Brizola, diante do projeto de implantação da usina de açúcar branco no Litoral Norte do estado, verifica-se que os destaques apontados estão presentes, ou seja, houve uma demanda da sociedade civil organizada, através da Cooperativa Canavieira, para a criação da usina e, houve, também, a participação da comunidade canavieira na constituição da sociedade anônima para a estruturação da AGASA, através da cotização das ações de capital dos canavieiros. O Estado deveria estar junto, e assim foi feito. Em seu depoimento, o ex-deputado Harry Sauer demarcou a atuação trabalhista dirigida por Leonel Brizola como revolucionária, assim expressa:

[...] seu governo foi uma revolução no estado do Rio Grande do Sul. [...] havia uma preocupação, digamos assim, progressista e desenvolvimentista e aquela região toda [Litoral Norte] já era na época tida, e realmente era, uma região que estava num processo de empobrecimento, porque a produção arrozeira também já estava começando a sofrer os efeitos da produção mais modernizada. [...] Então havia uma visão de que aquela zona toda estava fadada a ficar num marasmo e numa falta de desenvolvimento que não era o que a gente desejava. Então, a tentativa da indústria do açúcar, lá naquela região, foi uma tentativa no sentido assim da mais pura convicção, de que poderia resultar como um pólo de desenvolvimento regional. [...] Eu me lembro que nós batalhávamos muito na difusão, no sentido de que nós éramos uma modernidade que vinha aí. Que nós estávamos trazendo uma indústria para aproveitar a cana. [...] Nós estávamos revolucionando o estado, estávamos revolucionando este município porque aqui as velhas oligarquias não produzem nada, estão apenas cuidando do seu interesse [...]. Estávamos mudando este município, mudando o Rio Grande do Sul.¹⁵¹⁰

¹⁵⁰⁹ COLLARES, Alceu. *Plano de Governo: 1983-1986*. Porto Alegre: PDT Rio Grande do Sul, 1983. p. 8.

¹⁵¹⁰ Depoimento de Harry Sauer concedido a Vera Lucia Maciel Barroso em 13 set. 2004.

Sauer frisou que a própria oposição não obstaculizou o processo:

A Assembléia aprovou por unanimidade esse projeto da AGASA, embora o Brizola tivesse sérios, competentes e dedicados elementos da oposição. [...] Ela aprovou porque era uma coisa útil para o Rio Grande do Sul. [...] Não havia capitais suficientes e adequados para isso e nem interessados. [...] Vender a idéia de uma usina de açúcar era uma idéia quase estapafúrdia no sentido de pensar que a iniciativa privada pudesse encampar isso. Começando por Santo Antônio, nem pensar que as pessoas que tinham lá maiores posses e maiores condições, eventualmente, se fosse constituir uma sociedade para fazer uma usina, que botassem capitais nisso. [...] porque a produção de açúcar, de cana, era dos pequenos produtores, não era das grandes lavouras extensivas do arroz e da pecuária. [...] A Aços Finos Piratini, que foi uma outra iniciativa muito importante, não conseguiu, na época, respaldo na área privada, e era preciso que o governo, de uma forma ou de outra, buscando recursos na área federal também e tal, que o governo entrasse nisso. Então, todas essas iniciativas, neste período tinham suporte básico no poder político que governava, que estava dentro da nossa linha socialista [...].¹⁵¹¹

Carrion Júnior, ao biografar Leonel Brizola, chamou a atenção de que, efetivamente, o ponto de partida da ação do seu governo foi o diagnóstico feito durante a campanha pela equipe que o acompanhava. Confirma Pasquoto que ele foi feito, pautado pelo “[...] objetivo social que Brizola tinha, que era social, para desenvolver a economia familiar, que era pobre na nossa região, muito pobre.”¹⁵¹² Romildo Bolzan, trabalhista histórico, residente em Osório, na mesma direção disse: “De quem é a idéia eu não sei. Só sei que era para atender os pequenos agricultores de cana como meio de vida da região.”¹⁵¹³ A respeito, o promotor de Justiça Reginald Delmar Hintz Felker, também partícipe do processo, naquele momento filiado ao partido, declarou: “Eu acho que o PTB, na época, tinha uma bandeira sim, de segmento da proteção ao trabalhador, de defesa de toda aquela legislação trabalhista da Revolução de 30. Nenhum outro partido tinha isso presente.”¹⁵¹⁴ Reconhece o ex-vereador Antônio Nazir que a Cooperativa foi a maior líder no processo, recebendo depois o apoio político do PTB e da Câmara de Vereadores de Santo Antônio da Patrulha.¹⁵¹⁵ Entretanto, segundo o técnico agrícola no município de Osório Edegar da Silva, esse ideário não consolidou a idéia cooperativista existente, conforme demonstra em trecho que faz parte do detalhado depoimento que concedeu para esse trabalho:

Então foi o Brizola que mais ou menos abortou a idéia de criar uma cooperativa, que até parece que na época já estava bolada. Já tinha muitos adeptos. Já tinha muita gente que queria entrar nessa sociedade cooperativa de que fariam parte muitos produtores de Santo Antônio. Mas também as prefeituras aqui de

¹⁵¹¹ Depoimento de Harry Sauer concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 13 set. 2004.

¹⁵¹² Depoimento de Juraci Pasquoto concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 20 jan. 2003.

¹⁵¹³ Depoimento de Romildo Bolzan concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 09 jan. 2001.

¹⁵¹⁴ Depoimento de Reginald Delmar Hintz Felker concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 23 set. 2004.

¹⁵¹⁵ Depoimento de Antônio Nazir Ferreira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 04 fev. 2005.

Osório e Santo Antônio participariam disso. E o Brizola disse: “Eu vou fazer uma estatal.” Aí disseram para ele: “Mas o IAA [que é o Instituto do Açúcar e do Alcool, que liberava as cotas de produção] não vai autorizar, não vai dar cota para produzir.” E diz que ele teria ligado inclusive lá para o presidente do IAA. Parece que até envolveu o presidente na época, o João Goulart, e disse: “Olha, se não autorizarem, eu vou construir aqui no Rio Grande do Sul uma estatal e vou fazer funcionar a qualquer custo, mesmo que eu tenha que colocar a Brigada Militar para garantir a produção.” Então começou aí. Aí que surgiu a AGASA como uma empresa estatal, como uma S.A. Mas, originalmente, a idéia era criar uma cooperativa com participação dos produtores e das prefeituras municipais, que na época eram Santo Antônio e Osório. [...]

Ele viu que a idéia era boa, uma idéia interessante; a região tinha uma vocação e tinha um bom início. Tinha pessoas com bastante vontade de produzir a cana-de-açúcar e industrializar a cana-de-açúcar. Por outro lado, para a economia do estado era importante. Eu me lembro que, no início da AGASA, algumas empresas festejaram; por exemplo, a PEPSI COLA, que fabricava bebida, comprava açúcar lá de São Paulo, do Nordeste; a NEUGEBAUER comprava tudo de fora. Então, tendo uma produção aqui, ficava talvez mais econômico, mais próximo esse suprimento de matéria-prima importante para outras indústrias também.¹⁵¹⁶

No entendimento do trabalhista Jorge Pedro Nehme,

[...] Brizola fez aquele esforço para nos apoiar, visando fixar o homem no campo, no seu local de trabalho. [...] Então, o interesse dele é que o filho do colono, o filho do produtor rural não saísse do interior. A AGASA foi feita com esse objetivo de conservar o povo no interior do município, para não formar as favelas ao redor das grandes cidades. [...] Ele apoiava muito o minifúndio. Ele tinha muita vontade de que todo o produtor tivesse a sua terrinha, que plantasse e colhesse na colônia.¹⁵¹⁷

Edegar da Silva contou uma similar ação brizolista no estado, a seguir descrita, para o entendimento da trajetória da AGASA.

Tem uma história que o dr. Homero Simon, muito conhecido por ter montado todo o sistema de transmissão da Rádio Guaíba de Porto Alegre, me contou em relação à Usina Termelétrica de Alegrete, que também foi uma coisa mais ou menos parecida. O Brizola, como governador, assumiu, e, embora os técnicos da época da CEEE, que era uma empresa que substituía a LIGTH, que tinha sido estatizada pelo Estado, na época era algo assim complicado, mas era uma empresa que tinha algumas dificuldades, e tal, e as lideranças de Alegrete vieram trazer a proposta de se criar uma usina termelétrica lá movida a carvão. Ele consultou os técnicos do governo; no caso, da própria CEEE. Os técnicos fizeram todo o trabalho, e o engenheiro Homero Simon disse que, no dia que foi apresentado o trabalho ao governador – o Brizola na época –, os técnicos disseram claramente: “Olha, é inviável. Melhor é esperar, dar um tempo e construir uma usina hidroelétrica aproveitando as águas que têm bem perto ali, e tal.” Eu acho que é o que depois se transformou na Usina do Salto do Jacuí e outras daquelas barragens de lá. “E não é recomendável porque fica longe, vai ficar caro, vai ficar inviável, economicamente inviável.” Fizeram toda a exposição, e o governador Brizola perguntou se tinham encerrado. Aí disseram que sim: “Sim, encerramos, é inviável; não faça!” E ele se virou para o engenheiro Homero Simon, que era o Secretário de Minas e Energia da época, e perguntou: “Secretário, quando é que começa a usina termelétrica?” Aí ficaram todos assim meio atônitos. “Mas será que ele não entendeu, e tal.” E disse: “Não, eu entendi perfeitamente. Vocês acham que tecnicamente não é viável, mas politicamente é uma decisão.” Então ele tomou a

¹⁵¹⁶ Depoimento de Edegar da Silva concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2005.

¹⁵¹⁷ Depoimento de Jorge Pedro Nehme concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 11 fev. 1999.

decisão de fazer a termelétrica, que até hoje está lá, como elefante branco, não funciona, é antieconômica, e tal, mas na época foi uma decisão bastante comemorada pela população toda porque estava lá com as suas lideranças pedindo. Então eu até acredito que a situação da AGASA tenha sido mais ou menos parecida nesse aspecto de afugentar a idéia de se construir uma sociedade cooperativa para fazer uma empresa estatal.¹⁵¹⁸

É sabido que o cenário do Litoral Norte fora apanhado nas suas idas durante a campanha eleitoral, sobretudo. Após eleito, Brizola criou o poderoso Gabinete de Administração e Planejamento – (GAP), instalado nos salões do Palácio Piratini, junto ao governador. O reforço à indústria gaúcha foi um dos pontos centrais de sua administração, destacado por Carrion Júnior assim: “[...] a AGASA – Açúcar Gaúcho S/A, com uma planta industrial na pobre e tradicional região produtora de cana no litoral gaúcho, rompeu o monopólio exercido por poucas empresas em nível nacional e sendo pioneira na produção de álcool [sic] na região sul, [...]”¹⁵¹⁹ Opina Acácio Maciel Gomes, do grupo trabalhista cooperativado: “[...] Brizola foi um grande governador, trabalhador, batalhador. Acatou, por exemplo, uma reivindicação de uma classe. Eu acho que ele foi muito feliz. [...] A coisa ficou a critério dos órgãos competentes. Com os testes que foram feitos justificou a nossa reivindicação.”¹⁵²⁰ A propósito, Ivo Stoffel indicou mais detalhes sobre a relação entre os canavieiros e o Estado trabalhista:

Tinham uma tradição centenária no cultivo de cana e na fabricação de produtos artesanais da cana. Não tinham experiência e tradição em outros cultivos alternativos na região colonial. Suas instalações de engenhos eram obsoletos, pouco eficientes e pouco higiênicos. Não possuíam cultivares produtivos e tecnologias no cultivo de cana. Não havia a mínima organização na comercialização, totalmente dependente de intermediários. Produtos de má qualidade, preços aviltantes na oferta do produto e preços insatisfatórios na falta do produto. Estas crises cíclicas geravam mão-de-obra ociosa, pobreza e a procura de trabalho braçal nas lavouras de arroz, que à época eram pouco mecanizadas. **Pressionado, o governo do Estado projetou uma obra, a Usina de Açúcar, que resolvesse a problemática da comercialização da cana a nível regional, no Litoral Norte, envolvendo os municípios de Santo Antônio, Osório e Torres.** [...] Não tinham a mínima idéia do vulto da empresa e do produto a ser fabricado. Sua compreensão não passava dos engenhos caseiros que manipulavam. **Por outro lado, não acreditavam em empreendimento vindo do Estado.** [...]

[...] a desconfiança dos canavieiros era no real funcionamento da AGASA. Ver para crer. O porte das máquinas impressionava os agricultores. Meu trabalho era fazê-los acreditar no empreendimento, pois o plantio e a expansão da cultura era urgente. A indústria tinha data para iniciar suas atividades, previstas para meados de 1966. [...].¹⁵²¹

¹⁵¹⁸ Depoimento de Edegar da Silva concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2005. Em mais de uma passagem, Silva frisou que Homero Simon chamara-lhe a atenção de que Brizola tinha o critério político como o balizador de suas decisões.

¹⁵¹⁹ O autor se equivocou ao referir “álcool”. Trata-se de produção de açúcar. CARRION JR, F. *Brizola: momentos de decisão*. Porto Alegre: L&PM, 1989. p. 42-43.

¹⁵²⁰ Depoimento de Acácio Maciel Gomes concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 21 jan. 2001.

¹⁵²¹ Depoimento de Ivo Stoffel concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º maio 1999. (Grifo nosso).

O entendimento do professor Isaac Irineu Marques, ex-conselheiro da AGASA, com origem em Osório, é que o Estado, ao impulsionar a economia da região, estaria cumprindo com o seu papel. E assim fez a leitura do Estado: “Vamos criar e ajudar. E, à medida que a empresa prosperar, vamos transferindo gradativamente à iniciativa privada.” Marques ainda comenta: “Se essa fosse a idéia, até seria compreensível, seria aceitável. Agora, não o Estado ficar ele explorando a produção de açúcar, ele pensando em ter lucro em cima desta economia.” E disse mais: “Acho que foi mais uma teimosia do que um princípio técnico-econômico. [...] E foi ali para agradar os dois municípios. [...] Todos tinham o mesmo pensamento: ali não era um local próprio. [...] Ali era serra de um lado e água do outro. [...] O papel do Brizola foi político.”¹⁵²² O então secretário da Economia, Milton Dutra, repetiu em muitas ocasiões que a industrialização da cana no Rio Grande do Sul não era uma aventura, não era uma obra do acaso, nem uma obra forçada. Era um fato real, estudado, e, por isso, com condições favoráveis de ser bem sucedida, também pela qualidade de suas canas. Orientou seus técnicos a demonstrarem a viabilidade de produzir canas adequadas no Rio Grande do Sul.¹⁵²³

O secretário da Economia acompanhou as pesquisas que o engenheiro agrônomo Nelson Matzembacher, referido por muitos como um enamorado da cana-de-açúcar, realizava na Estação Experimental de Osório/Maquiné. Em suas experiências, ele comparou a cana ali plantada com a de vários pontos do Brasil, e concluiu que a do Rio Grande do Sul apresentava um dos índices de produtividade mais altos do país.¹⁵²⁴

Foi mais além na defesa da tese do açúcar gaúcho. Reconhecia, porém, que a grande dificuldade a ser vencida era desenvolver a industrialização da cana com pequenos produtores,¹⁵²⁵ uma vez que as usinas de açúcar no país eram todas alimentadas com a cana de lavoura próprias, ou com matéria-prima, na ordem de 60 a 80%, por elas abastecidas. Então,

¹⁵²² Depoimento de Isaac Irineu Marques concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 20 maio 2002.

¹⁵²³ Em 1963, Milton Dutra recebeu o prêmio *Por um Rio Grande Maior*, instituído pela Springer (empresa fabricante de aparelhos de ar condicionado), por seu trabalho na defesa da industrialização do açúcar gaúcho. Em seu discurso de agradecimento, transferiu a homenagem a “[...] quantos que sonharam com a indústria da cana no Rio Grande. Eu fui o instrumento que completou o trabalho e a inquietação que esse fenômeno econômico por tanto tempo provocou no Rio Grande do Sul.” *POR um Rio Grande maior*. Novas possibilidades para o Rio Grande na indústria açucareira. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 03 ago. 1963.

¹⁵²⁴ RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *Relatório da Comissão Especial para o Estudo da Agroindústria Açucareira*. Porto Alegre, out. 1975. p. 44.

¹⁵²⁵ Em virtude do processo de integração agricultura-indústria, a tendência no Brasil é de só subsistirem os grandes fornecedores de cana. A situação dos pequenos, especialmente, desde a década de 1970, vem tornando-se cada vez mais difícil, devido à intensificação do processo capitalista de produção no campo, visto inviabilizar a dupla atividade de produção: para o mercado e para a subsistência familiar. Análise a respeito e uma categorização dos fornecedores pode ser examinada na obra de ANDRADE, Manuel Correia. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001. p. 193-197.

tinha bem presente, na ocasião, que não contavam com matéria-prima própria. O grande desafio seria buscar a cana na lavoura dos pequenos produtores, dos minifúndios localizados no litoral Nordeste do estado. Na sua reavaliação, concluiu, anos mais tarde, que, se a usina estivesse assentada em área mais plana, talvez se teriam conseguido lavouras maiores, nas suas imediações.

Mas uma certeza meridiana dá o tom dos depoimentos. O projeto açucareiro gaúcho tinha uma função social a cumprir,¹⁵²⁶ qual seja a de soerguer a economia do Nordeste do Rio Grande do Sul. Com essa perspectiva era conduzida a justificativa “da cara” do projeto que o Estado trabalhista passou a perseguir, ainda que com dificuldades. Com detalhe Milton Dutra abordou, em 1975, na Assembléia Legislativa do Estado, o olhar socializante que orientou, à época, a criação da usina, cuja descrição, ainda que longa, é importante ser aqui expressa:

[...] porque o trabalhismo [...] era um movimento socializante. Talvez, com o decurso do tempo, a evolução levasse para um socialismo de linhas mais rígidas. Com a expressão socializante queria se distinguir que o PTB admitia a presença da atividade privada no desenvolvimento econômico nacional. Não só admitia como, sob certos aspectos, ela era a preferida para determinados pontos de desenvolvimento do país. No socializante, também, se deve entender que o poder público, sempre que a atividade privada naquelas áreas que seriam reservadas, não cumprisse a sua função por várias razões, entre outras, o receio de um investimento que não encontrasse compensação, então, o Estado devia prever a essa ausência de interesse privado e desenvolver aquele tipo de indústria que era conveniente a uma determinada área para que a atividade privada verificando o exemplo do Estado, tomasse coragem e também se lançasse naqueles empreendimentos.

A usina de açúcar de Santo Antônio da Patrulha quase na divisa de Osório, era o esforço de um Estado socializante que não pretendia que as usinas de açúcar fizessem parte do poder público, que não pretendia socializar a agroindústria açucareira. Essa distinção, infelizmente não foi compreendida pela oposição na Assembléia e **a usina terminou se socializando pela emenda que o Governador mandou à Assembléia, pedindo autorização para participar da indústria. Se não me engano essa emenda foi do Deputado Adalmiro Moura. Não partiu da Bancada Trabalhista, porque o projeto do Governador do Estado não era de cunho socializante. Era um projeto visando a construção de uma indústria açucareira no RGS, porque a atividade privada não se lançara a esse empreendimento.**

O nosso objetivo era construir a usina, pô-la em funcionamento, provar ao RGS, ao Brasil, principalmente ao IAA que o RGS tinha condições de fabricar o seu açúcar e se pretendia, uma vez que a usina estivesse cumprindo com as suas funções, de transferi-la para a indústria privada, para com os resultados dessa operação, ir desenvolver outras indústrias do mesmo tipo, em outras áreas canavieiras do RGS. Então, a gente teria, como primeiro passo, que modificar um dispositivo legal que autoriza que o Estado tenha pelo menos 51%. Quer dizer, é a sociedade de economia mista, com a presença majoritária do Estado, portanto, indústria socializada.

¹⁵²⁶ Na mesma direção, a Secretaria da Economia se posicionava com a industrialização da cebola, em São José do Norte. A AGASA, como obra de “finalidade altamente social”, foi destacada pelo engenheiro agrônomo Ivo Stoffel, em entrevista que concedeu a estudantes em 1965. Ver ENTREVISTA da Semana. *A Voz da Escola: Órgão dos Estudantes da Escola Normal Santa Teresinha*. Santo Antônio da Patrulha, a. XIV, n. 63, p. 10, jun. 1965.

O realismo do governo foi ao ponto mais extremo, porque, pelos nossos estatutos iniciais, se permitia a presença da minoria na direção da empresa. Tínhamos conseguido colocar ações entre 402 e 403 acionistas da área produtora e alguns do Alto Taquari, que também estavam interessados em usinas para aquela zona, para não estarem se associando na nossa. Depois houve modificações e os cargos de diretores passaram a ser só da indicação do sócio majoritário, isto é, o governo. Coerente com o nosso pensamento, desde logo estávamos assegurando a presença do produtor na direção da empresa.¹⁵²⁷

Wilson Castro acompanhou o relacionamento que o grupo de Nehme tinha com Brizola: “Eu acho que o PTB foi que acreditou que o projeto ia dar certo e fez investimento para que saísse a usina. Naquela fase inicial tudo era difícil. O Litoral Norte sempre esteve muito isolado.”¹⁵²⁸ E a usina, “[...] ah, era a grande esperança do município. E foi realmente. O município foi projetado no cenário nacional, produzindo açúcar branco. [...] foi um trabalho estafante trazer uma cota de açúcar branco para o Rio Grande do Sul. Então aquilo foi uma tremenda vitória política naquela época.”¹⁵²⁹

E há mais. No projeto encaminhado pelo Estado trabalhista, o juro para a lavoura canavieira seria subsidiado, e haveria isenção do ICM (Imposto de Circulação de Mercadorias) sobre a produção vendida, o que seria uma renda a mais para o município e um estímulo ao pequeno produtor.¹⁵³⁰ Foram combinações feitas com a Cooperativa. Entretanto, o governo pós-1964 tomou conduta diferente. Passou a cobrar ICM, que a usina pagou até determinada altura, e depois não teve mais como fazê-lo.¹⁵³¹

Chegara o ano de 1963. Era o ano eleitoral para a escolha dos prefeitos municipais.

Em Santo Antônio da Patrulha, o candidato trabalhista era Jorge Pedro Nehme. Durante a campanha, publicara um folheto com sua plataforma, indicando as causas que abraçaria e pelas quais se empenharia em seu mandato, caso eleito. Uma delas se dirigia à AGASA:

¹⁵²⁷ RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *Relatório da Comissão Especial para o Estudo da Agroindústria Açucareira*. Porto Alegre, out. 1975. p. 45. (Grifo nosso).

¹⁵²⁸ Depoimento de Wilson de Oliveira Castro concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 24 jan. 2001.

¹⁵²⁹ Depoimento de Cassílio Ourique Pereira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 05 jan. 2005.

¹⁵³⁰ Até 1966, a AGASA ainda gozou de isenção total de ICM, justificado por estar ainda em organização. Mas, mesmo assim, a empresa apresentou um considerável prejuízo da ordem de NC\$ 413.000,00. AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da Diretoria e Balanço Geral do Exercício de 1969*. Santo Antônio da Patrulha, 1970. p. 14.

¹⁵³¹ Cf. depoimento de Jorge Pedro Nehme concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 11 fev. 1999.

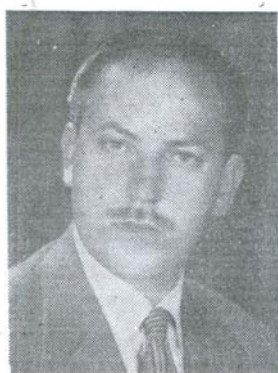
Proclamação ao Povo Patruhense

Chegamos, finalmente, ao término de mais esta campanha eleitoral. Estou consciente de haver cumprido meu dever. Percorri todos os recantos do município de Santo Antônio, pregando as minhas idéias e levando uma nova mensagem de fé e esperança nos destinos desta comuna. Todos sabem que, em instante algum, me preocupei com a pessoa de meus ilustres opositores. Não lutei contra grupos ou indivíduos; não agredi nem caluniei ninguém. Minha luta foi de afirmação, foi de confiança nas possibilidades de nossa terra.

No fragor desta campanha, chegam até meus ouvidos informações de que nossos adversários, nesses últimos dias, usarão de todos os meios a seu alcance para nos derrotar nas urnas. Fala-se, inclusive, que está sendo elaborado um boletim com infâmias e referências caluniosas à minha pessoa. Não posso crer que os líderes que comandam a campanha de meus adversários, permitam que se recorra a êste método primitivo de fazer política, próprio dos que não têm idéias nem mensagens a transmitir ao povo.

Os patrulhenses me conhecem e sabem quanto já realizei por esta terra. O meu trabalho aí está à vista de todos. Não represento uma esperança, mas uma certeza de realizações.

Eu e meu companheiro de chapa OTACILIO BIER aguardamos serenamente o pronunciamento do eleitorado patrulhense. Se eleitos, empenhamos nossa palavra de honra de executar o seguinte



Programa de Govêrno

1.º ESTRADAS	[Plano Rodoviário Engenheiro Máquinas Rodoviárias Verbas União e Estado	[Secretaria de Obras
2.º ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR	[Posto Distrital (hospital) Ambulâncias SANDU Reaparelhamento do Hospital Patrulhense Verbas União e Estado	
3.º ENSINO	[Escolas Biblioteca Municipal Passar para o âmbito estadual as escolas do convênio Convênios Faculdades Escola Técnica Profissional	
4.º FOMENTO A AGRICULTURA	[Financiamentos Sementes Espécimes de animais de alto rendimento	[Secretaria da Agricultura
5.º AÇUCAR GAUCHO S. A.	[Interferência da Prefeitura para o mais breve funcionamento Financiamento aos produtores de cana	
6.º ELETRIFICAÇÃO	[Citadina Rural	ZONAS [Jáú Passo da Figueira Caiú do Céu Bacia Arredores
7.º LINHAS TELEFÔNICAS	[Citadina Rural	
8.º REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	[Estrutural Burocrática	9.º PLANO DIRETOR [Água Calçamento Cordões Praças Ruas Esgôtos

Santo Antônio da Patrulha, novembro de 1963

Jorge Pedro Nehme

Fotografia 51 – Plataforma eleitoral de Jorge Pedro Nehme, candidato a prefeito de Santo Antônio da Patrulha – 1963

Fonte: Acervo do Museu Juca Maciel.

De fato, no Estado, assumindo Meneghetti (31/01/1963-31/01/1967)¹⁵³² e sua base de sustentação, opositores de Nehme –, não o deixaram na direção da AGASA; foi afastado.¹⁵³³ Com o seu afastamento, estava de fora o representante da Cooperativa, agregadora dos canavieiros. Ou seja, os idealizadores do projeto usineiro não teriam mais vez nem voz na condução da causa pela qual se agregaram, se organizaram e se empenharam; foram excluídos.

Os canavieiros se mobilizaram e reagiram. Fizeram um abaixo-assinado¹⁵³⁴ com centenas de assinaturas pedindo a permanência de Nehme no corpo diretivo da usina. Afinal, ele era o representante do braço idealizador, conhecedor da causa e de seus objetivos, e, sobretudo, eram os canavieiros, ali com assento, os reais interessados no empreendimento açucareiro. Apesar da grande mobilização canavieira, o Estado não voltou atrás. Efetivamente, a usina passou, a partir de então, a ser um órgão de caráter político, com os diretores nomeados pelo sócio majoritário. E o quadro se fortaleceu, nessa perspectiva, após o golpe militar de 31 de março de 1964. A propósito, frisou Antônio Carlos Brito, na época participante ativo da ala jovem trabalhista: “Veio a Revolução, que dizem que é 31 de março. Para mim, foi 1º de abril. Então, mudou toda aquela previsão que tínhamos planejado.”¹⁵³⁵ E o próprio Nehme tem a palavra sobre esse momento de exclusão, já iniciada com a assunção de Meneghetti:

[...] fundada a AGASA, todos os seus produtores se cadastraram como fornecedores, e na primeira assembléia ficou estabelecido que, o momento em que a AGASA funcionasse, ela seria entregue à Cooperativa; seria a AGASA. Funcionaria como cooperativa. Mas, como o Estado tinha 90% das ações da AGASA, e como nós pertencíamos ao partido do governador Brizola e perdemos a eleição em 62 para o Dr. Meneghetti, o governo do estado optou por deixar a AGASA funcionando como um órgão político do governo do Estado. Então, a partir dali, nós que fazíamos parte da diretoria da AGASA, numa assembléia geral, fomos destituídos. Eu era o gerente comercial da Açúcar Gaúcho, e fui eleito pela minoria. Porque, quando fizemos a assembléia, estabelecemos que os produtores teriam um representante, e esse representante fui eu. Mas, numa assembléia geral depois da posse do Dr. Meneghetti, foi reformado o estatuto, e nós fomos destituídos dos cargos. [...] Quando nós iniciamos a produção de açúcar, quando foi completada a montagem daquele complexo industrial, quando nós começamos a produção de açúcar, nós produzíamos 1% do consumo do estado, o mais vinha tudo de São Paulo. A produção era muito grande. Nós exportávamos semanalmente

¹⁵³² Segundo Nepomuceno Silveira, Ildo Meneghetti, em sua campanha eleitoral na região, dizia que, se eleito governador, a AGASA seria concluída e iria funcionar. Depoimento de Nepomuceno Rodrigues da Silveira concedido a Vera Lucia Maciel Barroso em 1º fev. 2000.

¹⁵³³ Na 24ª sessão da 157ª Reunião da Câmara Municipal de Santo Antônio da Patrulha, o vereador Antônio Nazir Ferreira fez severas críticas à substituição de Jorge Pedro Nehme da direção comercial da Açúcar Gaúcho S.A. SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. Câmara Municipal. *Livro de Atas da Câmara Municipal de Santo Antônio da Patrulha*, n. 3. p. 18v-19v., 1962-1964.

¹⁵³⁴ Ver ANEXO FF.

¹⁵³⁵ Depoimento de Antônio Carlos Brito concedido a Vera Lucia Maciel Barroso em 1º nov. 2004.

caminhões e caminhões carregados de rapadura, de açúcar mascavo e de cachaça em barris, que era devidamente legalizado e exportado para todo Rio Grande do Sul. Quer dizer, a cooperativa tinha um bom funcionamento, e funcionou muito bem até 61, quando foi entregue à AGASA. No fim a AGASA não cumpriu o acordo, e a cooperativa se extinguiu; ela foi lesada. **Depois que nós saímos, perdemos o contato, porque fomos aliados do projeto.** [...] **Era um governo diferente, era orientação diferente.**¹⁵³⁶

Quando Jorge Nehme foi excluído da diretoria, a AGASA estava sendo construída, e o complexo industrial, em montagem. Na verdade, era evidente a guinada imposta ao projeto original. Em oposição aos idealizadores, o projeto agora do Estado pós-trabalhismo (confirmado em 1964), sob sua tutela e comando, se delineava com outros contornos, ao sabor da nova ordem. E acresce aqui um outro componente favorável ao intento estatal. Surgia no cenário um deputado da situação, com base eleitoral na região, que assumira o projeto como bandeira, junto a outra causa, a do leite, através da CORLAC. As duas passaram a ocupar os debates, através das manifestações de Júlio Brunelli, que, em longas falas e apartes, se posicionava com entusiasmo na defesa da zona canavieira.

Na esfera dos municípios, em janeiro de 1964, passaram a governar Jorge Pedro Nehme, em Santo Antônio da Patrulha,¹⁵³⁷ e Romildo Bolzan, em Osório.¹⁵³⁸ Afinal, o caminho preparado por Brizola deixara lastro. O esperado aconteceu. O trabalhismo promovera rupturas na política regional, marcadamente tradicional, de feição coronelística desde a instauração da República.¹⁵³⁹ Mas os canavieiros tiveram que enfrentar dificuldades de trânsito. O golpe que lhe deram, com a retirada de Jorge Nehme – líder dos cooperativos – da diretoria da AGASA, foi indício do que estaria por vir. Efetivamente, a dissociação entre Estado e sociedade civil foi a marca das relações sociais promovidas, a contar de 1964. A imobilidade imposta nas práticas sociais desarmou os canavieiros, face às condições concretas

¹⁵³⁶ Depoimento de Jorge Pedro Nehme concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 11 fev. 1999. (Grifo nosso).

¹⁵³⁷ Depois da primeira tentativa frustrada em 1959, foi eleito em 11/11/1963. Governou de 01/01/1964 a 1968. Foi o 1º prefeito de oposição em Santo Antônio da Patrulha. Em sessão solene de posse na Câmara Municipal, em discurso, disse que a sua administração seria sem perseguições políticas e sem rancores pessoais. Ata da sessão solene realizada em 31/12/1963. SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. Câmara Municipal. *Livro de Atas da Câmara Municipal de Santo Antônio da Patrulha*, n. 3. p. 46, 1962-1964. Diz Corália Ramos Bemfica que seu quadriênio: “[...] corresponde aos anos de construção e início das atividades da AGASA, quando, cheia de esperança, a população patrulhense lutava por melhores dias para a sua economia, baseada na grande produção de cana-de-açúcar que cobria o litoral norte do estado. A AGASA era a certeza da transformação de nosso município, tornando-o um dos mais ricos e promissores do estado.” BEMFICA, Coralia Ramos. O poder local: da Proclamação da República (1889) à atualidade (1999). In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.). *Santo Antônio da Patrulha: re-conhecendo sua história*. Porto Alegre: EST, 1999. p. 668.

¹⁵³⁸ Em Torres, o mandato 1959-1963 foi do trabalhista Antônio Almeida. A contar de 1964, exerceu mandato de vereador. Observa-se, portanto, também nesse município, o crescimento do PTB. Ver: QUADROS, Terezinha Conceição de Borba. *Torres e seus governantes*. 1998. Monografia (Graduação em Turismo) - Departamento de Turismo, Universidade Luterana do Brasil, Torres.

¹⁵³⁹ A propósito, examinar: RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. *O Partido Republicano Rio-grandense no Litoral Norte do Rio Grande do Sul (1882/1895)*. 1990. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

de trabalho orientadas pela lógica da fábrica, diversa da que praticavam, produzindo o tradicional artesanato derivado da cana, junto à labuta na terra em meio aos canaviais.

Assim, o novo que adviria, a partir de 1964, travestiu-se. A construção da usina prosseguiu,¹⁵⁴⁰ e com ela foi criada uma aura de progresso e de desenvolvimento para as cidades limítrofes, enquanto, nos subterrâneos, moviam-se especulações contra os governantes locais, filiados à bandeira trabalhista. Nehme e Bolzan, à testa das prefeituras de Santo Antônio da Patrulha e de Osório, foram mais de perto vigiados. A perseguição foi a tônica. Desarmada a liderança, sem leme ficaram os canavieiros. Produzir cana era a ordem:

[...] foi uma loucura. Todo mundo investiu e plantou cana. Era uma loucura. Não tinha beira de estrada que não se plantasse cana. Não tinha canto que não fosse plantado. Porque era uma coisa assim. Era uma novidade para Santo Antônio. E como foi uma novidade, todo mundo queria investir naquilo ali, achando que a AGASA ia deixar todo mundo rico. E o que não foi, pois o transporte era muito caro, e tudo se tornou muito difícil. Os colonos se dedicaram na plantação de cana, pararam com outras plantações e tudo que puderam, plantaram cana. Aonde tinha melhor acesso, então aí nem se fala. Aí era uma loucura. [...] Mas não deu para ninguém ganhar muito.¹⁵⁴¹



Fotografia 52 – Morros da cana – Santo Antônio da Patrulha e Osório, de onde se pode avistar a Lagoa dos Barros – década de 1960

Fonte: Acervo de Jorge Pedro Nehme.

¹⁵⁴⁰ “A maioria dos funcionários para a construção da AGASA era de Santo Antônio e de Osório – em torno de uns quarenta a cinquenta homens. Vieram alguns construtores de fora para construírem e colocarem as moendas; esse tipo de coisa que o nosso povo não tinha conhecimento.” Depoimento de Angelino da Costa Neto concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º fev. 2001.

¹⁵⁴¹ Idem.

Afinal, haveria que cobrir a cota concedida à indústria de açúcar, pois o sonho feito realidade desafiava o futuro. A fundação da AGASA, de qualquer forma, era aguardada como a esperança de mudança para um grande número de pequenos produtores de cana da região, ainda que excluídos da direção da usina.

Da fase pré-inaugural da empresa, Ivo Stoffel recorda:

No final de 1963, veio uma Comissão de Técnicos de Alagoas e de São Paulo, e deram um parecer que dizia: “Aqui nos morros não!” Até pensaram em levar para a Miraguaia, onde é tudo plano. Aí entrou a disputa entre Santo Antônio e Osório. Por isso a AGASA ficou na divisa entre os dois municípios. [...] Aos trancos e barrancos, a construção começou em 1963 e terminou mesmo lá por maio ou junho de 1966. Eu fui de casa em casa conversar para conscientizar os canavieiros. Fiz um fichário com levantamento completo. Os canavieiros não acreditavam na produção de cana. Eu dizia: “O que vai fazer funcionar é o empréstimo no Barrisul, com o aval da AGASA”. Então, nesses anos de 1964, 65 e 66, eu dizia: “Se a AGASA não funcionar, quem vai pagar é a AGASA.” Os canavieiros então acreditaram.¹⁵⁴²

Da parte do Legislativo municipal de Santo Antônio da Patrulha, as obras foram acompanhadas à distância. Eram informados do seu andamento, especialmente dos atos do Executivo dirigidos à usina.¹⁵⁴³



Fotografia 53 – Pavilhão da oficina, primeira obra construída na AGASA – 1963

Fonte: Acervo da AGASA.

¹⁵⁴² Entrevista de Ivo Stoffel concedida a Véra Lucia Maciel Barroso em 14 maio 1997. Na ocasião, o contato foi preliminar para o depoimento oral, que foi gravado em 1º maio de 1999.

¹⁵⁴³ O exame das atas das sessões da Câmara não revela maior envolvimento do Legislativo local. Houve interesse em realizar visita às obras, cuja adesão não foi unânime. Foram informados que o Executivo local colaborou na construção da rede telefônica da AGASA, e a ligação intermunicipal Osório/Santo Antônio estava em obras. Até a sua inauguração, foram os registros feitos. SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. Câmara Municipal. *Livro de Atas da Câmara Municipal de Santo Antônio da Patrulha*, n. 3, p. 46, 66, 68, 1962-1964.



Fotografia 54 – Vista panorâmica da área do parque industrial da AGASA em construção

Ao fundo, a oficina; em seguimento, a fábrica em construção; à direita, prédio da administração, colégio e início da vila residencial – 1964

Fonte: Acervo da AGASA.



Fotografia 55 – Vista panorâmica da área do parque industrial da AGASA, vendo-se, à beira da RS 17 (atual RS 30), as primeiras obras – 1963

Fonte: Acervo da AGASA.



Fotografia 56 – Morros da cana, a fábrica e a chaminé da AGASA em construção – 1964

Fonte: Acervo da AGASA.

E para sustentar a confiança dos canavieiros e agilizar a finalização das obras da AGASA, a saída foi mesmo contar com uma liderança situacionista, a de Brunelli, na Assembléia Legislativa do Estado. Na Assembléia Legislativa, em um de seus pronunciamentos acerca da usina, disse:

Quem viaja desta capital para as praias do Atlântico, passando pelos municípios de Santo Antônio da Patrulha e Osório, depara-se com uma obra de grande importância para aquela região e para o próprio estado. Refiro-me à construção da empresa Açúcar Gaúcho S.A. que está com a instalação de seus edifícios e de sua maquinaria em fase final, acreditando-se que possa iniciar suas atividades produtivas até o fim do corrente ano. [...] O Estado do Rio Grande do Sul detém a maioria do capital e ações da empresa, tendo no ano passado integralizado a parcela de 370 milhões de cruzeiros do capital que subscrevera. O governo gaúcho pretende, no futuro, democratizar o capital da empresa, fazendo com que um número bem grande de pessoas possa se associar a esse importante empreendimento, subscrevendo ações, que hoje pertencem ao Estado. [...] O ano passado, aliás, foi o que registrou o maior impulso aos trabalhos de instalação da usina. [...] No ano passado foi adquirida parte da maquinaria destinada ao equipamento de uma oficina completa para manutenção do parque industrial. [...] esperando-se para breve o funcionamento dessa importante obra que o governo vem realizando com o apoio da iniciativa privada e que representará um incremento inestimável à cultura da cana-de-açúcar da região. [...] A usina em construção será a mais moderna do país e sua produção será da ordem de 180 a 200 mil sacas de açúcar (60 quilos) por ano. Com a instalação de mais uma caldeira, a produção poderá ser aumentada para 250 mil sacas. Essa produção é insignificante, se considerarmos que o consumo atual do Estado é da ordem de 5 milhões de sacas de 60 quilos por ano. Para 1970, a previsão de consumo é da ordem de 8 e meio milhões de sacas. Apesar disso, é um empreendimento dos mais importantes. Trata-se de uma indústria pioneira no Rio Grande do Sul [...]. A tendência no futuro será

a ampliação da usina ou a construção de outras, de modo a atender sempre em maior escala o consumo do Estado.¹⁵⁴⁴

Jorge Nehme reconhece, embora fossem opositores, o papel que o deputado desempenhava:

Tinha um elemento no governo do Estado que era ligado a nós e que nos defendeu junto a ele e conseguiu muita coisa para nós, que foi o deputado Júlio Brunelli. O deputado Júlio Brunelli passou a ser o nosso representante junto ao governo do Estado. Era do partido oposto ao nosso, mas era um elemento que se interessava pelas coisas de Santo Antônio. E foi ele que conseguiu que o Meneghetti continuasse e terminasse de construir a AGASA. Posso dizer que o Meneghetti agiu corretamente conosco.¹⁵⁴⁵

Chegou o ano de 1965. Em 15 de novembro foram inauguradas as instalações da Açúcar Gaúcho S.A. Enfim, a concretização da usina iniciava seu movimento, depois de um interregno de transição. Verificar se a realidade correspondeu ao projetado pelos canavieiros e depois pelos trabalhistas é a questão a seguir perseguida.

4.1.3 O projeto usineiro executado: concepção do Estado militar pós-1964

O golpe de Estado deflagrado em 1964 implantou no Brasil um regime militar apoiado por civis, viabilizando a ascensão de um novo bloco no poder, que se assenhoreou do país por vinte anos. O modelo político-econômico populista até então vigente foi sustado, para dar lugar a uma modernização conservadora: *modernização*, porque visava a consolidar as relações capitalistas no Brasil; *conservadora*, porque não concedia a boa parcela da população os benefícios econômicos e políticos resultantes dessa mesma modernização. De fato, venceu, em 1964, o pacto conservador, com a decisiva presença do capital industrial (nacional e internacional), além dos capitais mercantil e bancário, e a deliberada política de modernização do setor agrário, na perspectiva em que se instalara na ordem nacional. Ou seja:

¹⁵⁴⁴ INDÚSTRIA do açúcar no Estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 6, 28 fev. 1965.

¹⁵⁴⁵ Depoimento de Ivo Stoffel concedido a Vera Lucia Maciel Barroso em 14 maio 1997.

As políticas públicas agrícolas do período pós-65 acabaram sendo instrumento fundamental da modernização conservadora, [...] provocando um agravamento da heterogeneidade social, uma ampliação da miséria, uma secularização de problemas oriundos do chamado setor primário, tais como o do abastecimento, da disponibilidade e dos preços dos alimentos [...].¹⁵⁴⁶

Portanto, o novo regime, ao focar o saneamento da economia, dirigiu a implantação de uma política econômica restritiva balizada pela desmobilização da sociedade civil. E essas questões eram discutidas na FIERGS (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul). Conscientizar os empresários para colaborar com as Forças Armadas era pauta de suas reuniões, unindo assim “[...] esforços de reorganização e reerguimento econômico do País, que acabara de emergir de uma grave crise política, da qual saíram vitoriosas as forças democráticas.”¹⁵⁴⁷

Inclusive o representante do Comando do III Exército, Gen. Adalberto Pereira dos Santos, convocou a classe empresarial gaúcha para colaborar na reorganização da economia nacional e do Estado brasileiro, recebendo o apoio esperado.¹⁵⁴⁸ De Brasília vieram recursos:

O Meneghetti era um homem aberto [...]. Ele ficou muito entusiasmado para que a AGASA fosse concluída. Deu toda a força para o Tabajara, que depois pegou o final da obra. [...] Ele estava convicto que a AGASA traria progresso. [...] **Veio dinheiro para o Rio Grande do Sul com a Revolução. Podem falar mal da Revolução. Mas resolveram aquela vez os 17 milhões e meio que o Castelo nos transferiu para pagar cinco meses de atraso dos funcionários do Rio Grande do Sul e para tapar os furos grandes que havia em toda a parte, e inclusive na AGASA. A situação da folha de pagamento aliviou, e aí sobrou inclusive para as obras da AGASA. Então esse dinheiro desafogou um pouco para as obras correrem normalmente. Senão, não terminava, sem dúvida nenhuma.**¹⁵⁴⁹

Reis destaca que o período de 1950 a 1964 foi marcado por intervenções circunstanciais, enquanto, nos anos seguintes, se impôs um dirigismo estatal na economia.¹⁵⁵⁰

E a vigência da AGASA corresponde exatamente a esse segundo tempo, o do regime militar, que lhe deu o espírito e a sua direção. Ou seja, a história da usina, desde sua inauguração, em 1965, até janeiro de 1990, é depositária das diretrizes do Estado que o

¹⁵⁴⁶ RAMOS, Pedro; SZMRECSANYI, Tamás. O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 10, p. 76, jan./jun. 1994.

¹⁵⁴⁷ ATA de Reunião Conjunta da Diretoria e do Conselho Deliberativo da FIERGS, de 15 abr. 1964. Apud GROS, Denise Barbosa. *Burguesia industrial gaúcha e o estado nacional (1964-1978)*. Porto Alegre: FEE, 1987. p. 61.

¹⁵⁴⁸ Idem. *Ibidem*, p. 61.

¹⁵⁴⁹ Depoimento de Alberto Hoffmann concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 22 set. 2004. (Grifo nosso).

¹⁵⁵⁰ REIS, Carlos Nelson dos. Notas sobre a formação histórica do Rio Grande do Sul e a atuação do governo na economia estadual. In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Rio Grande do Sul de finanças públicas*. Porto Alegre, 1985, p. 19.

dirigiu.¹⁵⁵¹ Em 1985, com a abertura política conquistada, o que existia era uma usina falida e moribunda prestes a cerrar suas portas.

A decisão tomada, na conjuntura pós-1964, de afastar da direção e participação da usina os seus protagonistas, não é casual. Ela corresponde ao viés implantado que determinou o corte estrutural, sobretudo do projeto canavieiro gestado pelos próprios canavieiros e, também, do implantado pelos trabalhistas. O patrulhense Antônio Carlos Brito, que acompanhou o nascimento de AGASA, disse que esse processo lhe marcou muito, sobretudo pela mudança de rumo imposta à usina:

A Revolução de 64 cortou. [...] Aquela idéia morreu porque toda a liderança era trabalhista, e o trabalhismo foi abafado no país com a Revolução de Março. [...] Caiu o governo trabalhista, e entrou um governo ultraconservador. Mudou então... uma estatal utilizando os produtores de cana da Cooperativa Canavieira. Aí eu acho que começa um ciclo, depois termina um ciclo e inicia outro na produção de açúcar de Santo Antônio da Patrulha. [...] **Eles mataram a galinha dos ovos de ouro que é a Cooperativa. Acho que, se a Cooperativa tivesse gerido a AGASA, ela existiria até hoje.**¹⁵⁵²

O depoimento oferecido por Antônio Nazir sobre os efeitos do golpe militar na condução do projeto usineiro segue na mesma direção. Para ele, de abril de 1964 em diante, nunca deram a mínima atenção aos acionistas, sobretudo aos sócios canavieiros. Ainda que longo o trecho do depoimento, interessa apresentar os detalhes que Nazir ofereceu:

[...] houve a queda do governo. Tinha uma diretoria formada, estavam plantando cana, estavam iniciando um novo período do cultivo de cana aqui em Santo Antônio, vamos dizer assim, outro tipo de cana que estavam importando de São Paulo. [...] E, lamentavelmente, nesse empurrão técnico que ainda estava acontecendo, cai o governo do João Goulart em 64. Aconteceu então o golpe de Estado. Entram os militares no governo e mudaram toda aquela estrutura de governo. [...] O governo do Estado cruzou os braços. Não teve força naqueles dias. E aí, quando foi estruturado o governo do Estado, o município e etc., as coisas modificaram. Aí passou a ser uma indicação da diretoria da AGASA; mudou tudo, caiu. Mudou porque o maior acionista era o Estado; mudou a diretoria. O primeiro presidente da AGASA foi o Mantovani, que é ex-prefeito de Osório, que assumiu, e já obedecendo ordens que vinham de cima para baixo, e trabalharam, trabalharam dois anos mais ou menos. O crescimento da AGASA, o funcionamento da AGASA foi muito bom, muito bom, bom mesmo no primeiro ano, segundo ano. A capacidade dessa usina, ela foi feita para até 250 mil sacas de açúcar, quando nós sabíamos que o consumo de açúcar no estado era de 4 milhões de sacas, e nós

¹⁵⁵¹ No Brasil existiam apenas duas usinas estatais: uma em Pernambuco – Caxangá – e outra no Pará – Abraham Lincoln –, segundo José Gomes da Silva. Para ele existia, além das duas, uma Cooperativa, no Rio Grande do Sul, a AGASA. Trata-se de um equívoco do autor, visto tratar-se de uma estatal, com caráter de sociedade anônima, sendo o Estado o sócio majoritário, por deter o controle acionário. Verificar: SILVA, José Gomes de. *A agroindústria canavieira em países selecionados*: sistemas de produção de pequenos e médios agricultores. Campinas: IAA; PLANALSUCAR, 1979. p. 19.

¹⁵⁵² Depoimento de Antônio Carlos Brito concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 04 fev. 2003. (Grifo nosso).

produzíamos 250 mil. Era um pingo d'água no oceano, fazendo um comparativo ao consumo de açúcar no estado. Então tinha campo, muito campo [...] para o município poder desenvolver a usina de açúcar, mas tudo mudou. **A gente tem que fazer algumas referências ao governo da União, à ditadura militar. Não é que eu queira entrar nisso, mas tem que fazer alguma referência porque as coisas mudaram por causa da instalação do governo militar. Mudaram de tal jeito que também mudou o governo do Estado. As obrigações, as iniciativas, as ordens que tinham que ser cumpridas eram diferentes no governo do Estado. Ele era majoritário. Aí começou a tocar. Dois anos funcionou muito bem a AGASA. E dali para frente começaram a criar outros processos dentro da AGASA, que você não tinha conhecimento de mais nada. Acionista nenhum passou a conhecer nada! Produtor nenhum passou a conhecer mais nada!** Criaram..., tanto que a coisa foi tão alarmante que nós tínhamos uma produção. Nós, que eu digo, a AGASA tinha uma produção para o consumo mínimo. Aí criaram um escritório de representação da AGASA em Porto Alegre, um escritório central. **Passou a funcionar tudo em Porto Alegre. Aqui só era a parte industrial. E nenhum negócio poderia ser feito pela AGASA se não fosse por esse escritório de representação. E aí começaram a indicar os cargos políticos, digamos assim, que criaram dentro da AGASA; direção política nenhuma no sentido assim do interesse industrial, comercial. Era satisfazer as áreas, pois tinham medo de tudo. Os governos tinham medo de tudo. Então tinha que ser militares tomando conta, inclusive do funcionamento da AGASA. Terminou quebrando, e deu no que deu.**¹⁵⁵³

Indagado se o regime militar imposto em 1964 impusera uma ruptura do sonho dos canavieiros, ou do projeto de usina que o trabalhismo estava implantando, ou se constituía uma terceira via, Nazir respondeu prontamente:

A queda do governo no Brasil [...] atingiu até os menores municípios. Atingiu pela sua estrutura política assim, federal, estadual, municipal. Tanto que as eleições não eram feitas, e eram tudo indicações, e ninguém sabia o que iria acontecer. A gente esperava uma coisa, acontecia outra. As coisas vinham de cima para baixo. Era ato para cá, ato 5 para lá, e ato mais não sei o quê, e cassavam, prendiam... Se sabe, era estudante talvez nessa época, o que se passava. Então a gente perdeu a noção das coisas, até em conversar, até em falar alguma coisa. Nós sabíamos que o escritório em Porto Alegre foi montado e foi entregue para um grupo de pessoas, os privilegiados do então governo. [...] Quer dizer, a nossa economia, a nossa industrialização era feita aqui, mas os negócios, comercialmente, não eram aqui. A AGASA não fazia nada. A AGASA tinha que entregar tudo ao representante que então faturava em cima dos valores que deveriam sobrar para a AGASA; eles faturavam fora. A gente sabe, mas não interessa, coisa do passado, dizer quem eram os beneficiários disso aí. Eu sei que terminaram... O que que aconteceu? Quebraram a AGASA. Ela passou a diminuir. Em vez de chegar aos 250 mil sacas, ela produziu 80 a primeira vez, 125 na segunda. A terceira já não foi, não chegou lá, [...]. E aí foi diminuindo, diminuindo, a produção ficou em 50 mil sacas. Estou falando em sacas de açúcar. [...] É evidente que, se diminui a produção, vai diminuir a economia. A parte da produção vai diminuir a sua força de funcionamento. Já passaram a não pagar direito, a não dar certo, não pagar os produtores de cana, passaram a não entregar, e isso terminou chegando a zero.¹⁵⁵⁴

¹⁵⁵³ Depoimento de Antônio Nazir Ferreira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 04 fev. 2005. (Grifo nosso).

¹⁵⁵⁴ Idem.

Efetivamente, em 1965, com o parque industrial inaugurado, a AGASA sofreu um desvio de rumo. Foi rompida visceralmente a concepção original do projeto dos cooperativados, como também a orientação implementada pelo Estado trabalhista que o alavancou. Lembra Limberger: “[...] havia carência de capital. [...] Isso motivou o Estado com aquela visão de combater a nordestinização do Rio Grande do Sul. [...] Mas acabou por marginalizar os pequenos, que eram a maioria, e fez estatalmente a coisa.”¹⁵⁵⁵ Portanto, a trajetória da AGASA não corresponde ao projeto idealizado, nem tampouco ao assumido e inicialmente implementado.¹⁵⁵⁶

O que foi, então, executado pelo Estado que passou a dirigir o projeto?

Sua conduta seguiu à risca o modelo político-econômico imposto a contar de 1964. Ou seja, pautado pela modernização conservadora. O governador Ildo Meneghetti não interrompeu a obra, herdada de seu opositor, Leonel de Moura Brizola. Ao contrário, destacou Harry Sauer: “O governo Meneghetti não obstaculizou em absolutamente nada a AGASA. Até porque o governo tinha naquela região uma boa sustentação eleitoral. Ali tinha uma base libertadora e udenista que apoiou a candidatura de Meneghetti.”¹⁵⁵⁷ Então, acabou por concluí-la, com o suporte financeiro e técnico necessário para dar cabo ao intento, e a inaugurou com o júbilo e a ampla divulgação que o ato deveria receber. O apoio ao setor secundário no meio rural foi pelo governador assim justificado:

[...] se não industrializarmos a matéria-prima no interior, se não abrirmos fábricas no interior, se continuarmos com essa economia quase doméstica, que não possibilita o aproveitamento da mão-de-obra, o fenômeno migratório deverá acentuar-se cada vez mais, até gerar-se uma situação verdadeiramente insustentável.¹⁵⁵⁸

Entretanto, por detrás da idéia de modernidade de que o segundo mandato de Meneghetti era portador, ocorreu efetivamente o afastamento dos canavieiros da sua base. A eles foi negada a participação direta na direção da usina. Jorge Nehme, indicado pelos

¹⁵⁵⁵ Depoimento de Emiliano J. K. Limberger concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2001. Em 1965, ano da inauguração da usina gaúcha, ainda era muito incisiva a posição contrária do Nordeste à iniciativa do Rio Grande do Sul. A propósito, examinar: NORDESTE contrário às usinas de açúcar no Sul. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 1, 06 jan. 1965. USINAS de açúcar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 07 jan. 1965. Ambas as matérias referem a uma guerra feroz do Nordeste para o extermínio da lavoura canavieira gaúcha.

¹⁵⁵⁶ O regime militar não cortou o discurso em favor dos menos favorecidos com vistas a “[...] levantar o padrão de vida daquela gente pobre, pobre demais, que só vivia na casinha fabricando cachaça e rapadura. Tinha que sair daquilo, entrar numa outra fase, melhorar a vida.” Depoimento de Luciano Machado concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 28 set. 2004.

¹⁵⁵⁷ Depoimento de Harry Sauer concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 13 set. 2004.

¹⁵⁵⁸ RIO GRANDE DO SUL. Gabinete de Administração e Planejamento do Governo do Estado. *Mensagem do Governador Ildo Meneghetti, relativa ao exercício de 1963 à Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul em 15/03/1964*. Porto Alegre, 1964. Não-paginado.

cooperativados para compor a diretoria da AGASA, e que assumira o cargo, foi mesmo afastado peremptoriamente. A comunidade canavieira, a partir de 1964, passou a não ter nenhuma representação na empresa. Inclusive nas assembléias, quando os acionistas poderiam ter vez e voz, o acesso dos canavieiros era praticamente inviável; *naturalmente difícil*. É que elas aconteceram, muitas vezes, na capital, no escritório de representação da empresa, e não nas dependências da usina; *naturalmente, o esperado*.

Soma-se, na leitura desse tempo, um outro componente adverso: o da desconfiança e da persistência do descrédito face à herança do passado recente. Ou seja, para a construção do projeto, o legado de reveses e de desesperanças era pesado. A cana-de-açúcar, que historicamente vinha sendo plantada sem a devida orientação técnica, apresentava uma baixa produtividade, que não dava esperanças de melhores dias aos plantadores. Mesmo assim, sem um método racional e planejado, a produção canavieira se espalhou pelo Litoral Norte, tornando-se auto-suficiente e até canalizando para os cofres públicos uma importante rede de divisas. Entretanto, o retorno ao produtor era mínimo, definindo um cenário de manutenção da pobreza na tradicional região canavieira.

E o entendimento no imaginário popular era de que, se a produção fosse subsidiada, há muito que a cana-de-açúcar estaria sendo industrializada com maiores vantagens aos produtores, ainda que fosse circulante o descrédito de muitos, face os intentos frustrados dos anos 1920 a 1950, com a Usina Santa Marta e a Destilaria Livramento. Assim, tudo, a princípio, ensejava expectativas frustradas com o novo projeto, que vinha sendo embalado desde 1958.

De qualquer forma, a AGASA era o fato. A expectativa era a de que, nas relações sociais tramadas no porvir, poderia advir a concretização do sonhado projeto dos canavieiros, ainda que em processo de desvio. Mas, enfim, a usina ali estava, à beira da doce lagoa, ao pé da serra, *aprontando-se* para uma grande festa que lhe vinha sendo preparada com entusiasmo e com dimensões da grandeza e porte, atributos que evidenciavam o contentamento ao seu derredor.

4.2 INAUGURAÇÃO DA AGASA: UMA FESTA PARA A CANA

A imprensa, em 1965, foi prolifera em matérias ufanistas, de júbilo e euforia pró-AGASA, como as anunciadas a seguir. Afinal, razões havia de sobra.

A implantação de uma indústria açucareira no Rio Grande do Sul simboliza um dos capítulos mais comprometedores na história das discriminações do poder central contra os interesses desta unidade federativa. Basta recordar o episódio do fechamento sumário da empresa “Santa Marta” e da destruição dos canaviais nos municípios de Osório e Torres, em virtude da estranha determinação do governo da República, há pouco mais de trinta anos. Após muitas e incessantes lutas contra as limitações impostas pelos critérios de zoneamento geo-econômico da produção brasileira, eis que nosso Estado conseguiu autorização para reingressar nas atividades de industrialização da cana-de-açúcar. **O governo rio-grandense criou uma empresa de economia mista – a Açúcar Gaúcho S.A. – e instalou uma usina na divisa entre os municípios de Santo Antônio e Osório, para o fabrico de açúcar e outros sub-produtos da cana, como uma iniciativa destinada a promover o desenvolvimento de uma região agrícola das mais pobres do Estado.**¹⁵⁵⁹

Como Vossa Excelência conhece, a criação da AGASA teve por escopo principal mitigar a miséria dos minifundiários da região onde se instalou. Foi para eles uma verdadeira bênção.

Acontece que a faixa litorânea que forma um grande bolsão de pobreza é bem mais vasta que a área até de onde é economicamente possível o transporte da cana “in natura”.¹⁵⁶⁰

No ano de 1962, o governo do Estado preocupado em atenuar os problemas sociais da zona minifundiária dos municípios de Santo Antônio da Patrulha e Osório, fundou a AGASA com o objetivo de facultar aos colonos a possibilidade de comercialização, a preços do IAA, da cana produzida por estes que até então era utilizada somente na fabricação de açúcar mascavo, rapadura e aguardente.¹⁵⁶¹

SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA: O PONTAL DO PROGRESSO RIO-GRANDENSE!¹⁵⁶²

USINA AÇUCAREIRA - No dia em que suas máquinas forem acionadas, Santo Antônio estará dando o maior passo de sua história econômico-financeira. Sintetiza as esperanças de mais trabalho, mais ônus e mais economia para o povo de sua terra.¹⁵⁶³

¹⁵⁵⁹ AÇÚCAR Gaúcho. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 4, 20 out. 1967. (Grifo nosso).

¹⁵⁶⁰ RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *Relatório da Comissão Especial para o Estudo da Agroindústria Açucareira*. Porto Alegre, out. 1975, p. 227. (Grifo nosso).

¹⁵⁶¹ NEVES, Carlos Alberto Lopes; DIMER, Alceu Krás. *Programa Estadual de Apoio à Cultura da Cana-de-Açúcar*. Santo Antônio da Patrulha: BANRISUL; AGASA, [1974]. p. 9.

¹⁵⁶² Essa foi a manchete de primeira página, seguida de matéria no interior de número de jornal com número dedicado ao município: SANTO Antônio da Patrulha. *Jornal dos Municípios*, Porto Alegre: Escritório dos Municípios, a. 1, n. 4, p. 1, 17 maio 1965. Outras matérias animadoras para a inauguração da usina podem ser indicadas: AGASA vai funcionar em setembro. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 22 jul. 1965. AÇÚCAR Gaúcho. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 04 ago. 1965. BORGES, Mário Krás. Sal e açúcar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 13 ago. 1965. *Correio do Leitor*. Nesta matéria, é salientado que a usina açucareira proporcionaria mudança para a região, caracterizada pelo subdesenvolvimento.

¹⁵⁶³ Idem. *Ibidem*, p. 6.

Santo Antônio da Patrulha:



Pontal do Progresso Riograndense

SE A PROSPERIDADE E O BEM ESTAR DE UM POVO ESTÃO NA RAZÃO DIRETA DE SEUS ADMINISTRADORES, A COMUNIDADE PATRULHENSE RATIFICA SOBEJAMENTE SEUS MERITOS DE POVO CULTO E PROGRESSISTA COM A ESCOLHA DE HOMENS HONRADOS E CAPAZES PARA O GOVERNO DAQUELA COMUNA.

EDITORIAL

CLAMOROSA INJUSTIÇA

Felipe Monaiar, destacado colunista do Diário de Notícias desta capital, em sua crônica publicada na edição de 11 do corrente intitulada «E Fogo no Papo», tece as mais injustas considerações aos prefeitos municipais do interior riograndense.

Generalizando um conceito que nem sequer de leve representa a realidade, o jornalista em questão apresenta os administradores municipais, indistintamente, como exemplos da mais absoluta incapacidade para

Se assim o fizesse, estaria, positivamente, colaborado para o fortalecimento de uma política autenticamente patriótica, qual seja a de consolidação do espírito municipalista em nosso país.

Logo assim, deveria considerar que, se o fator fundamental de qualquer administração consiste em planejar de acordo com os recursos de que dispõe, é justo e é lícito, ao administrador municipal, admitir, com segurança, que contará, realmente, com aqueles re-

Para avaliar as proporções desta colossal chaminé da Usina, atente-se para os operários que aparecem às suas bordas. Brevemente estará lançando suas mensagens de fumo aos céus do Rio Grande, num atestado eloquente de labor e de progresso.

Fotografia 57 – Operários em construção da chaminé da AGASA

Fonte: SANTO Antônio da Patrulha: pontal do progresso rio-grandense. *Jornal dos Municípios*, Porto Alegre, a. 1, n. 4, p. 1, 17 maio 1965.

Para o sonho em realização, de fato, era preciso fazer uma festa. Osório uniu-se a Santo Antônio da Patrulha, através de seus dirigentes, para, em comissão, elaborarem um programa que desse à vista de todos, os de casa e os visitantes, que um novo tempo estava chegando. Publicamente se estaria virando a página do passado, do tempo da pobreza,¹⁵⁶⁴ da ameaça da miséria, para o porvir do progresso, do desenvolvimento, sobretudo para os trabalhadores da

¹⁵⁶⁴ Meses depois de inaugurada a usina, a Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha firmou convênio com o Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERU), visando a combater com empenho a verminose, sobretudo nos locais onde o índice verminótico atingia 100%. CONVÊNIO com o DNERU. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 17, 11 ago. 1966. Em 1967, o *Correio do Povo*, em uma de suas edições, dedicou seu editorial à fome e à verminose na região. Ver: FOME no Litoral. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 03 ago. 1967. Dois anos depois ainda se lê: OSÓRIO e Torres: pobreza, entorpecimento da região. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 11 ago. 1969. O governo Meneghetti reconhecia também ser o Litoral Norte uma das áreas mais desprotegidas da agricultura gaúcha. Examinar: AGASA e PROGASA. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 15 dez. 1967.

cana, que haviam dado a Santo Antônio a condição exponencial de município mais industrializado do estado, através dos produtos derivados da cana.¹⁵⁶⁵

Em maio de 1965, a esperada festa já era amplamente divulgada, com intensa programação, conforme publicação que se pode observar a seguir.

*COOPERATIVA CANAVIEIRA SANTO ANTÔNIO LTDA.
Produção, beneficiamento e comércio de cana-de-açúcar
Diretor-Presidente: ACÁCIO MACIEL GOMES
Diretor-gerente: PEDRO MACHADO FLOR
Pitangueiras – Santo Antônio da Patrulha – R.G.S
VISITE SANTO ANTÔNIO EM SETEMBRO!
1ª FESTA ESTADUAL DA CANA*

A Comissão Organizadora, constituída por Edwin Bach, Pedro Machado Filho, Dr. João Braga, Dr. Paulo Orval Rodrigues, Dr. Sólón Rangel, Dr. Clovis C. Spalding, Leonel Mantovani e Jorge Pedro Nehme organizou a seguinte programação:

Dia 4/9 – Sábado

06 horas – Salva de 21 tiros
10 horas – Inauguração da Exposição – Centro Clube Comercial
12 horas – Almoço às autoridades oferecido pela Prefeitura
13 horas – Abertura Solene dos Jogos Abertos – Praça Pe. Albino Ruwer
14 horas – Torneio de Laço – Barro Vermelho
22 horas – Baile de coroação da Rainha do Clube Recreativo Patrulhense

Dia 5/9 – Domingo

09 horas – Continuação dos Jogos Abertos
12 horas – Almoço – Local da Exposição
20 horas – Fandango

Dia 6/9 – Segunda-Feira

09 horas – Continuação dos Jogos Abertos
10 horas – Inauguração da AGASA
12 horas – Churrasco às autoridades – AGASA
14 horas – Gincana 1ª Festa da Cana
20 horas – Festival de Folclore

Dia 7/9 – Terça-Feira

06 horas – Alvorada
07 horas – Culto
08 horas – Missa Campal
09 horas – Desfile Estudantil: Bandas Marciais e desfile de misses
13h30min – Conclusão dos Jogos Abertos
17 horas – Encerramento da Exposição, entrega de prêmios aos vencedores
20 horas – Espetáculo Pirotécnico (Fogos de artifício)
22 horas – Baile “Uma Noite em Portugal”¹⁵⁶⁶

Com certeza, seria pela primeira vez que a comunidade patrulhense acompanharia um espetáculo pirotécnico. A de Osório, também. Afinal, era preciso celebrar o sonho, apesar de muitos reveses; o sonho dos canavieiros, sobretudo dos artífices da identidade patrulhense, dos que cotidianamente labutavam para manter a tradição, que dava a cara, a fisionomia do município e da região. Fogos de artifício iluminariam os céus das duas cidades, talvez vistos nos morros da cana. Foram programadas múltiplas e diversas atividades, de caráter social,

¹⁵⁶⁵ Importa destacar que a implantação da AGASA no município não recuperou o seu equivocado *status* de maior centro industrial depois da capital do estado.

¹⁵⁶⁶ SANTO Antônio da Patrulha. *Jornal dos Municípios*, Porto Alegre: Escritório dos Municípios, a. 1, n. 4, p. 6, 17 maio 1965. Ainda que encabeçando o convite, efetivamente a Cooperativa Canavieira não atuava mais.

religioso, folclórico, cívico, esportivo, cultural e turístico. Todas elas somavam-se no tributo a Portugal, em gratidão pela herança herdada, e na ocasião apoteoticamente festejada com a inauguração de um novo tempo, materializado na AGASA. Era o coroamento de um sonho, que o pontal do progresso anunciava, à medida que a chaminé da usina subia rumo ao infinito. Acerca da festa, sua direção se manifestou na imprensa, destacando o seu significado para a região:

A AGASA – Açúcar Gaúcho S.A. representa uma nova esperança para toda a região. Se é de cana que se vai tratar se estamos em presença dos preparativos da I Festa da Cana, é óbvio que o empreendimento estadual de que tanto esperam patrulhenses, osorienses, torrenses, rolantenses, taquarenses, mostardenses e porque não todos os riograndenses, terá de estar presente. [...] **constitui um patrimônio de toda a região. E o seu papel não há de se limitar à fabricação de açúcar. A AGASA terá de ser um instrumento de orientação e de multiplicação de iniciativas. Pela importância econômica, pelo volume comercial que vai representar, pelo sentido de estímulo e de incentivo que lhe terá de caber, necessariamente a AGASA exercerá as funções de agente dinamizador regional.**¹⁵⁶⁷

A Festa Cana em Santo Antônio da Patrulha, programada para a inauguração da esperada obra, teria que espelhar a *revolução* aguardada no município e na região. Afinal, o Rio Grande do Sul produziria açúcar branco, meta há muito perseguida; impunha-se de fato comemorar. Mais ainda: a usina se colocava como pólo de desenvolvimento, o motivo que articulou a sociedade civil do Litoral Norte a projetá-la e muito fazer para implantá-la. Por isso, outro não poderia ser o clima, o de um verdadeiro frenesi, o de uma inesquecível onda de encantamento que passou a dominar, casa a casa, rua a rua, no meio rural e também no urbano, sobretudo de Santo Antônio da Patrulha e de Osório. Era a modernidade chegando e inaugurando um novo tempo, promissor e alvissareiro, e que alavancaria a região para uma outra era, soterrando a desesperança e impulsionando a região a um patamar de destaque em que nunca em sua trajetória se situara. Vivia-se a fase de encantamento que enfeitiçara a todos, independente de bandeira partidária,¹⁵⁶⁸ credo, gênero ou faixa etária.

A representação do imaginário da juventude local era a de que o município estava vivendo uma verdadeira revolução. Um de seus porta-vozes, o jornal estudantil *A Voz da Escola*, arrolou várias ações inovadoras dando conta das transformações em curso, destacando que na parte industrial bastava apontar o pioneirismo da AGASA, que, às vésperas de sua

¹⁵⁶⁷ VALORIZAÇÃO regional. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 07 mar. 1965. (Grifo nosso).

¹⁵⁶⁸ A causa canavieira conseguiu aliar os políticos do PSD a seus opositores, os trabalhistas, na sustentação do projeto e implantação da AGASA, em tempos do governo Brizola. Afinal, havia razões. Dentre elas, a de que Santo Antônio da Patrulha seria a sede da única usina de cana-de-açúcar do estado. Ver: SANTO Antônio da Patrulha reingressa na fase do progresso. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 3, 12 nov. 1967. TERRA de progresso. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 6, 08 nov. 1967.

inauguração, movimentava a comunidade para uma grande festa – a 1ª Festa Estadual da Cana (FESTCANA) –, fazendo vibrar “[...] as ações de brancos, pretos, pobres, ricos, cultos e analfabetos, enfim, de toda essa complexidade de elementos humanos que formam este centro da ‘cachaça e da rapadura’.”¹⁵⁶⁹ Entretanto, a 1ª FESTCANA não aconteceu, ainda que todos os preparativos estivessem prontos. Até decalcos para automóveis foram feitos.¹⁵⁷⁰



Fotografia 58 – Decalco para automóveis alusivo à FESTCANA

Fonte: Acervo do Museu Juca Maciel.

As obras da AGASA não ficaram concluídas. Haveria que esperar-se mais dois meses. Houve atraso no andamento da construção, sobretudo em virtude das condições da área.

A ilha era praticamente um istmo assim. Na verdade, tem um lodo ali, uma área muito mole. Eu me lembro que eu passei lá quando estava ainda em construção, e o pessoal dizia: “Isso aí vai afundar tudo. Não vai suportar, e tal.” E não foi feito

¹⁵⁶⁹ REVOLUÇÃO Patrulhense. *A Voz da Escola*: Órgão dos Estudantes da Escola Normal Santa Teresinha, Santo Antônio da Patrulha, a. XIV, n. 63, p. 1 e 3, jun. 1965. Nessa edição, uma nota na p. 2 destaca o sucesso da organização da Festa da Cana. Entretanto, em outubro, já se falava em suspensão da festa por dificuldades não informadas. TRANSFERIDA I Festa da Cana: outubro. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 15, 25 out. 1965. Nas escolas, os professores passaram a trabalhar sobre a importância da AGASA para o desenvolvimento do município. Turmas de alunos eram levadas a visitarem a usina, uma rotina diária para os trabalhadores da AGASA. Um exemplo de trabalho didático aplicado, nesse período, a alunos de 3ª série está em ANEXO GG.

¹⁵⁷⁰ Para a época, esses decalcos eram uma grande novidade. Renato José Lopes, membro do CODESAP (Conselho de Desenvolvimento de Santo Antônio da Patrulha), ofereceu para esse trabalho, depoimento escrito, de como o Conselho esteve envolvido na preparação da FESTCANA, de seus reveses e da dissolução da idéia. Depoimento escrito de Renato José Lopes a pedido de Vera Lucia Maciel Barroso em maio de 2003. Acervo do Museu Juca Maciel. Houve outras tentativas de realização da Festa da Cana em 1973, 1974 e 1975. Uma delas, no seio do Rotary Clube, tendo à frente Edmir Barbosa; outra foi proposta do vereador Rudi Von Saltiel. Em sessão de 9/7/1973, Saltiel solicitou estudo para a instituição da Festa da Cana. SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. Câmara Municipal. *Livro de Atas da Câmara Municipal de Santo Antônio da Patrulha*, n. 5, p. 192, 1968-1973. A União de Estudantes Patrulhenses também se mobilizou. Ver, a propósito, o jornal de Santo Antônio da Patrulha *O Comercial* nas edições de 25 mar. 1973, 25 jun. 1974 e 30 jan. 1975. Entretanto, se a FESTCANA não aconteceu, dois anos depois, em 1967, em grande evento reunindo os municípios do Vale do Sinos, em Santo Antônio da Patrulha, a cana-de-açúcar ganhou especial destaque e movimentou a cidade, para onde muitos acorreram, inclusive do interior. Eram “respingos” da euforia canavieira que a comunidade patrulhense vivenciava.

assim muito aterro. Claro, foi posto algum aterro, mas isso nunca foi problema da usina. A gente tentou abrir um posto artesiano lá com uma máquina, uma rotopneumática, e aquilo trepida tudo. Mas assim com a AGASA nunca soube que tenha tido problemas por causa do solo ali. Aquilo ali antigamente, muito antes, era lagoa aquele local onde está a AGASA.¹⁵⁷¹

Em compasso de espera para a inauguração, a cada dia, mais matérias desvelando o encanto do pressuroso empreendimento eram lidas nos jornais da imprensa da capital e da região canavieira, cujo teor traduzia esperança e certeza no futuro, como esta, veiculada meses antes da inauguração:

Nos lares, nas ruas, nos cafês, no povo em geral, o contentamento é generalizado. Todos falam neste grande empreendimento; haverá através de estabelecimentos de créditos, financiamentos ao agricultor incentivando a produção.

A mocidade desta terra, está se desdobrando na organização da “Festa da Cana”, elaborando um grande programa de festividades que anunciará uma nova era de progresso para Santo Antônio da Patrulha. – Disseram-me alguns entendidos, que a cana do Rio Grande contém um índice de 20% de sacarose, enquanto a cana do norte tem somente 16%.

Aí está meus caros leitores! Nem tudo é amargo nesta roda; em breve veremos com orgulho, nas prateleiras dos supermercados, os saquinhos de açúcar, talvez ostentando a marca “Minuano”.

Eu calculo a luta empreendida pelos pioneiros dessa Usina, enfrentando uma burocracia tremenda nos corredores do Instituto Nacional do Alcool e Açúcar, talvez enfrentando interesses nacionais desinteressados na industrialização de nossa matéria-prima. Assim tem se arrastado por longos anos este problema que vem sendo o entrave dos plantadores de cana-de-açúcar em nosso Estado.

Mas Deus é grande, meus caros amigos! – **Essa é uma vitória do povo de nossa terra que trouxe para dentro de nossas fronteiras esta espetacular usina; é justo que a festejem com intenso júbilo.**

Este, afinal, é um grande acontecimento marcante que trouxe para nós mais um pouco de alento no que se refere à emancipação econômica, criando maiores oportunidades para nosso **operário agricultor**.

As possantes caldeiras já estão montadas, as grandes moendas esperam a cana deste solo generoso, e, a complicada maquinaria, já dá uma amostra do que será a Usina funcionando. Suas plataformas e escadarias atingem a altura de um edifício de 3 andares. Homens trabalhando em todas as horas do dia ultimando os arremates finais, técnicos supervisionando todo o trabalho, e, para maior orgulho nosso, inteiramo-nos de que todo esse equipamento foi construído por mãos de operários brasileiros lá de São Paulo; **toda essa maquinaria deve valer atualmente centena de milhões de cruzeiros; – sua gigantesca chaminé com 65 metros de altura, dentro em breve estará soltando para os céus do Rio Grande do Sul, rolos de fumaça anunciando uma nova era de progresso para a região.**

Os homens que sonharam com este empreendimento, que lutaram por este sonho que se tornou realidade, irão sentir no amanhã, quando as altas autoridades ligarem as chaves que acionarão esta poderosa Usina, o muito obrigado da gente de nossa terra, e o reconhecimento dos seus inimigos e detratores.¹⁵⁷²

¹⁵⁷¹ Depoimento de Edegar da Silva concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2005.

¹⁵⁷² ROSA, Artur. Roda de chimarrão. *Jornal dos Municípios*, Porto Alegre: Escritório dos Municípios, a. 1, n. 4, p. 2, 17 maio 1965. (Grifo nosso). Essa matéria espelha a conduta do número especial, dedicado em grande parte à administração do prefeito Jorge Pedro Nehme, um dos líderes que empunharam a bandeira da criação da AGASA.

Quem seriam os inimigos e detratores da usina açucareira gaúcha? E mais: quem eram os homens que sonharam o empreendimento aos quais se refere o jornalista?

Ainda que não explícito, o que é visibilizado e sabido é que vivia-se, então, a euforia industrializante, suporte da modernidade anunciada, estando à frente da tradição, em área por ela demarcada, na política e na economia ao longo de sua história. E esse processo de modernização e industrialização da agricultura tem que ser entendido como fruto de uma decisão política, que não ficou restrita somente ao setor agrícola. O Estado passou a ser um dos agentes do processo, fornecendo as condições institucionais para sua viabilização, e emprestando, inicialmente, dinheiro a um custo baixo. Foi o que ocorreu com a AGASA.

Acácio Maciel Gomes recorda: “[...] todos estavam radiantes com a formação da AGASA. Era o noticiário não só no município como na região toda.”¹⁵⁷³ Os canavieiros que impulsionaram o projeto cooperativado, ainda que não estivessem executando o projeto original, acabaram também por ceder ao encantamento que contaminava a todos naquele entorno. De fato, não só em Santo Antônio da Patrulha essa euforia foi vivida; também em todo o Litoral Norte, espaço da influência e repercussão positivada com a usina a ser implantada. As encostas do Vale do Três Forquilhas logo ficaram, novamente, cobertas de canaviais – espelho do ânimo dos colonos –, de onde caminhões carregados de madrugada rumariam, já na primeira safra, para os depósitos da usina.¹⁵⁷⁴

Para a festa de inauguração,¹⁵⁷⁵ os canavieiros desceram dos morros, para acompanharem as autoridades e membros da comunidade no ato inaugural. O esperado grande dia chegara: 15 de novembro de 1965. Compareceram, além do governador do Estado, Ildo Meneghetti; o ministro de Indústria e Comércio, Daniel Faraco; secretários de Estado; prefeitos da região e diversas autoridades, que, diante do povo, discursaram e descerraram a placa alusiva ao ato. Presidia o IAA, na ocasião, Paulo do Rego Maciel.

O deputado trabalhista Harry Sauer não se lembra dos detalhes, mas recorda que houve uma festividade. “Era uma solenidade. Enfim, se estava inaugurando uma indústria que ia ser um pólo de salvação da região, lá.”¹⁵⁷⁶ O ex-prefeito Raimundo Reis e Silva recordou-se do que dissera então o trabalhista Romildo Bolzan: “A AGASA ficou com o Jorge, e eu, lá em

¹⁵⁷³ Depoimento de Acácio Maciel Gomes concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 21 jan. 2000.

¹⁵⁷⁴ ELY, Nilza Huyer. A AGASA e a expectativa dos canavieiros do Vale do Três Forquilhas. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.). *Raízes de Santo Antônio da Patrulha e Caraá*. Porto Alegre: EST, 2000. p. 286.

¹⁵⁷⁵ Destaque-se que a inauguração ocorreu sem a projetada FESTCANA. O ato inaugural já dava o tom do distanciamento da usina da sociedade civil.

¹⁵⁷⁶ Depoimento de Harry Sauer concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 13 set. 2004.

Osório, fiquei com a Escola Rural.”¹⁵⁷⁷ E o então secretário da Economia, Olimpio Tabajara, lembrou-se da placa em frente da AGASA:

Está lá a placa onde consta o meu nome junto com os outros que participaram da construção daquele projeto. [...] Por sinal, cheguei em cima da hora porque eu estava no Rio de Janeiro. [...] Levei 45 minutos do aeroporto até lá. O avião atrasou. Já estavam reunidos quando eu cheguei. Foi de manhã. Teve um churrasco lá, uma recepção. [...] Quando eu assumi a Secretaria, o projeto já estava pronto.¹⁵⁷⁸



Fotografia 59 – Governador Ildo Meneghetti e Ministro Daniel Faraco, acompanhados por militares, dirigem-se à Açúcar Gaúcho S.A. para a sua inauguração – 15/11/1965

Fonte: Acervo da AGASA.

¹⁵⁷⁷ Depoimento de Raimundo de Carvalho Reis e Silva concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 21 maio 1999.

¹⁵⁷⁸ Depoimento de Olimpio Tabajara concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 22 set. 2004.



Fotografia 60 – Ministro Daniel Faraco e governador Ildo Meneghetti desatam a fita inaugural da AGASA – 15/11/1965
 Fonte: Acervo da AGASA.



Fotografia 61 – Descerramento da placa inaugural da AGASA – 15/11/1965
 Fonte: Acervo da AGASA.



Fotografia 62 – Convidados acompanham o ato inaugural da AGASA (interior da usina) – 15/12/1965

Fonte: Acervo da AGASA.

Segundo o técnico agrícola Edegar da Silva, o ato inaugural já anunciava um outro tempo:

[...] era um movimento de gente logo que foi inaugurada a AGASA, aquele burburinho, assim num local que antes era muito calmo. Tinha um posto de gasolina TEXACO ali, um pouco para cá, e depois tinha o Moceno [Nepomuceno] lá que já era um comércio assim, mais ou menos, porque tinha muito fluxo nos períodos de veraneio. Então lá tinha uma estruturazinha de atendimento e virou um... A movimentação da vila, da própria usina, filas de caminhões de cana ali na estrada... Então, assim, já era um movimento inusitado para a época, e bem intenso. Chamava muita atenção. É claro que o tamanho da própria chaminé, o tamanho da fábrica certamente chamava a atenção de muita gente. Eu me lembro algumas pessoas dizerem assim que tinham orgulho de ter uma fábrica daquele tamanho ali, e tal. [...] E eu me lembro que a Revista A Granja, que é uma revista agrícola do estado, publicou na inauguração uma edição exclusiva, dizendo que o Rio Grande do Sul se inseria definitivamente na agroindústria canavieira, que era muito importante para o país. Acho que naquela época nós éramos exportadores de poucas coisas, e talvez quase só de açúcar, açúcar, café. Então se constituiu um fato muito importante, assim, produzir açúcar cristal.¹⁵⁷⁹

¹⁵⁷⁹ Depoimento de Edegar da Silva concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2005.



Fotografia 63 – Vista panorâmica da chaminé da AGASA
Fonte: RIO Grande no ciclo do açúcar. *A Granja*. Revista Agropecuária do Brasil-Sul, Porto Alegre, a. 22, n. 218, mar. 1966. Primeira capa.

Os visitantes percorreram as dependências da usina e provaram da produção experimental feita para a ocasião. Afinal, o açúcar branco não poderia faltar; era o alvo da festa. Aliás, considerado muito bom, de primeiríssima qualidade, comentou Paulo Dapper, dizendo mais sobre as condições de sua fabricação depois que a usina começou a operar: “Havia alguma queda no período de chuvas. Eventualmente, o processo industrial tinha que ser paralisado. E nessa paralisação, a qualidade muitas vezes caía. Mas, de uma maneira geral, competia com o açúcar cristal de outros estados.”¹⁵⁸⁰

¹⁵⁸⁰ Depoimento de Paulo Dapper concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 17 fev. 2000.



Fotografia 64 – Momento em que o público verificava o açúcar produzido na usina, quando da sua inauguração – 15/11/1965

Fonte: INAUGURADA a Usina de Açúcar em Santo Antônio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 nov. 1965. Suplemento Rural, p. 1.



Fotografia 65 – Vista da fachada principal da usina, vendo-se, em frente, na área de acesso, parte do público que compareceu ao ato inaugural – 15/11/1965

Fonte: INAUGURADA a Usina de Açúcar em Santo Antônio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 nov. 1965. Suplemento Rural, p. 1.

O deputado Alberto Hoffmann compareceu ao ato. Afinal, havia sido secretário da Agricultura de Brizola, depois atuante no governo Meneghetti. A respeito, disse:

[...] fizemos a Campanha da Produtividade [...] em todos os ramos em que pudesse produzir mais. Também encampamos com entusiasmo a idéia da produção de cana, para ser fomentada e produzir o açúcar. Não só apenas a pinga, mas para que também eles produzissem açúcar para que eles criassem mais possibilidades. E a grande região básica seria Santo Antônio. E isso, talvez, com a campanha da produtividade e o interesse muito bem aceito, e incorporadas as idéias no programa da administração da Secretaria da Economia de então. Antes havia Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. Naquela gestão se dividiu. Eu fiquei na Agricultura e o Adalmo Moura, com a Indústria e Comércio, que mudou de nome; era da Economia.¹⁵⁸¹

No almoço foi servido um lauto churrasco. De fora ficaram os canavieiros presentes. Alguns de longe espreitavam a refeição. Outros retornaram ao morro para almoçarem em suas casas.¹⁵⁸²



Fotografia 66 – Deputado Alberto Hoffmann e autoridades no almoço oferecido às autoridades presentes ao ato inaugural da AGASA – 15/11/1965

Observe-se a vigília dos militares junto à mesa.

Fonte: Acervo de Jorge Pedro Nehme.

¹⁵⁸¹ Depoimento de Alberto Hoffmann concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 02 set. 2004. Sua mãe era filha de um *lambiqueiro* de Lajeado, José Kunz Sobrinho, que tinha uma grande destilaria de cachaça, segundo Hoffmann.

¹⁵⁸² Conforme Jorge Nehme, o cerimonial de inauguração foi organizado por comissão presidida pelo primeiro diretor da AGASA, Leonel Mantovani. Depoimento de Jorge Pedro Nehme concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 11 fev. 1999.



Fotografia 67 – Autoridades no almoço de inauguração da AGASA – 15/11/1965

Da e para d:; governador Ildo Meneguetti; ministro Daniel Faraco; diretor da AGASA, Leonel Mantovani;;; Prefeito de Santo Antônio da Patrulha Jorge Pedro Nehme.

Fonte: Acervo de Jorge Pedro Nehme.

O deputado Júlio Brunelli, presente à cerimônia, no dia seguinte, assim se manifestou na Assembléia:

Incumbido por V. Exa. Sr. Presidente, de representar a Assembléia Legislativa, compareci na manhã de ontem à inauguração da Usina de Açúcar Gaúcho S.A., na cidade de Santo Antônio da Patrulha. Lá estavam o Sr. Governador Ido Meneghetti, Ministro Daniel Faraco, o Secretário da Economia, o Sr. Olimpio Tabajara, os nobres deputados Alberto Hoffmann e Romeu Scheibe, além da Diretoria da Empresa, tendo à frente o seu ilustre Presidente, sr. Leonel Mantovani, outras autoridades e grande massa popular.

Foi, sem dúvida, um espetáculo inolvidável, sobretudo quando, depois das solenidades protocolares, foram ligadas as máquinas e a matéria-prima passou a ser transformada em açúcar. [...]

A obra ontem inaugurada, é mais um marco positivo e concreto do Governo do ilustre Governador Ildo Meneghetti. S. Exa. deixará o Rio Grande marcado de obras das mais importantes, demonstrando, de maneira insofismável, que seu governo foi realmente fecundo e realizador. E a Usina de Açúcar de Santo Antônio, figurará como marco especial, no conjunto dessas obras.¹⁵⁸³

¹⁵⁸³ AÇÚCAR Gaúcho S.A.: inauguração. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 17 nov. 1965. A matéria reproduziu boa parte do pronunciamento do deputado na Assembléia Legislativa, realizada no dia 16 e publicada nos anais do mês de novembro, na p. 89. Ver na íntegra: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *Anais da Assembléia Legislativa*. Porto Alegre, 6ª Legislatura, 5ª sessão legislativa, nov. 1965, p. 89.

O depoimento do Brunelli dá o tom e baliza a direção do futuro da usina conduzido pelo Estado militar¹⁵⁸⁴ que deu logo mostra de sua concepção. A montagem e o desempenho da máquina burocrático-administrativa frente às centenas de famílias trabalhadoras da cana geraram relações contraditórias que foram dando os contornos do real projeto usineiro implantado na Lagoa dos Barros. Impõe-se, a seguir, conhecer de perto a atuação da Açúcar Gaúcho S.A, verificar seu potencial, sua estrutura, organização, funcionamento, sustentação e rumos. É um trajeto reconhecidamente longo, mas que permitirá identificar os reais motivos que impuseram a brevidade do sonho dos canavieiros, trilha a ser perseguida até o final deste trabalho, através desta seção e da seguinte.



Fotografia 68 – Vista área do complexo industrial da AGASA – [s/d]

No primeiro plano, podem ser vistas casas de vizinhos canavieiros

Fonte: Acervo da AGASA.

¹⁵⁸⁴ Sem demora, já em março de 1966, o prefeito Jorge Nehme recebeu ameaça de cassação do seu mandato. Ver: PREFEITO de Sto. Antônio poderá ter seu mandato cassado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 1, 10 mar. 1966.



Fotografia 69 – Vista parcial do completo industrial da AGASA junto à Auto-estrada – [s/d]

Fonte: Acervo da AGASA.

4.3 OS CAMINHOS DA CANA E A INDÚSTRIA EM MOVIMENTO

É interessante observar que, passada a inauguração da AGASA, a imprensa do estado não abandonou o espetáculo da grande euforia vivida pelas comunidades canavieiras no final dos anos 1960. É notória a guarida que lhe foi dada com pulsantes matérias que contracenavam o passado com o seu presente, como esta:

O Município de Santo Antônio da Patrulha, atravessa hoje um extraordinário surto de progresso e desenvolvimento, fruto do trabalho de seu povo laborioso. O Município, que tem na agricultura e na pecuária o forte de sua economia, amplia agora, e cada vez mais, seu parque industrial.

Cerca de 6 mil e quinhentas propriedades (3.608 com menos de 10 hectares), recebendo forte impulso e alento com a instalação da Açúcar Gaúcho S.A. Santo Antônio da Patrulha, com 1.342 km² de área e ainda uma apreciável população estimada em 65 mil habitantes, das quais 20 mil na cidade e sua periferia.

Está o município localizado no caminho das praias e de outros Estados da Federação, através da BR 101. Desse modo é ponto permanente e obrigatório de passagem de viajantes que vão para o veraneio do Atlântico ou para outros Estados. Com tudo isso, o Município cresce e se renova e as novas construções que surgem a cada passo, vão dando a Santo Antônio, cada vez mais um aspecto de cidade crescente e progressista, conservando no alto do cume, a cidade histórica.¹⁵⁸⁵

¹⁵⁸⁵ POPULAÇÃO patrulhense entusiasmada com a produção de açúcar: AGASA. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 17, 11 ago. 1966. SPTIZER, Jayme. Santo Antônio da Patrulha: ontem e hoje. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 3, 09 abr. 1968. Somam 2.656 ha as propriedades entre 10 e 100 ha, dado revelado na matéria SANTO Antônio da Patrulha reingressa na fase do progresso. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 3, 12 nov. 1967. Em 2000, a área plantada de cana-de-açúcar não passava de 800 ha, ainda que na posição de principal produtor do estado e o maior pólo de vendas de mudas de cana. Diminuiu de cerca de 3.500 para menos de 1.000, passados 33 anos. Em 1973, o prefeito Gelso Marcelo Bier informou que a área média de propriedades em Santo Antônio da Patrulha oscilava entre 10 e 15 ha, sendo que mais de 9.000 delas tinham menos de 5 ha. Examinar: SANTO Antônio da Patrulha: um município em marcha. *Zero Hora*, Porto Alegre, 20 jun. 1973. Suplemento Especial, p. 9.

O imaginário da população expressava o entusiasmo de um novo tempo, de uma outra era. Mas a questão que se impõe responder é esta: qual o rumo da AGASA na perspectiva, interesse e projeção do canavieiro, daquele que plantava a matéria-prima e cortava suas mãos no cotidiano da cana? Ou,

[...] como encontrar o rumo certo que nos conduza, sem perda de tempo, a uma decisão oficial que evite, de uma vez para sempre, a destruição lenta dos valores que as gerações de quase três séculos nos legaram, como demonstração cabal da capacidade de trabalho, do nível artístico e do grau de cultura que possuíam?¹⁵⁸⁶

Como seus antepassados, permaneciam nos morros, fazendo o que com eles aprenderam: trabalhar a cana. Onde estavam, do alto, descortinam-se vistas belíssimas. A seus pés vê-se um vasto lençol de águas doces. O Morro do Montenegro¹⁵⁸⁷ domina a Lagoa dos Barros, e à sua margem uma gigantesca agroindústria estava pronta desde novembro de 1965 para produzir o açúcar gaúcho.¹⁵⁸⁸ Para ela seria doravante levada a cana plantada. Na Vila, onde os canavieiros compravam o que precisavam, era visível o clima de um novo tempo que estava chegando.

Evocando o passado, a cidade histórica de Santo Antônio da Patrulha, do alto do outeiro, passou a assistir às transformações que o presente revelava na *nova cidade* que se fazia *lá embaixo* – a Cidade Baixa (Bairro Pitangueiras), cortada pelas *vias do progresso*. Uma delas, a mais antiga – a RS 17, atual RS 30 –, interliga o município com a capital e com o Litoral Norte.

A respeito da sua intensa movimentação, lembra a historiadora patrulhense Lézia Cardoso, que na época trabalhava no bar e restaurante do pai, localizado à beira dessa estrada: “Durante anos a nossa rotina era ver os caminhões estacionados com cana vindos do Morro do Púlpito, ou lá da Miraguaia. Eles estacionavam no Bar do Mazico para comer um prato feito.

¹⁵⁸⁶ SPITZER Jayme. Santo Antônio da Patrulha: ontem e hoje. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 3, 09 abr. 1968.

¹⁵⁸⁷ O morro que se avista à esquerda, beirando a lagoa, na direção Porto Alegre – Litoral Norte, é o Morro Montenegro, popularmente chamado de “morro da cana”. Nele se encontram as tradicionais localidades produtoras de cana: dentre outras, Alto Ribeirão, Ribeirão do Meio, Ribeirão de Baixo, Montenegro, Morro da Boa Vista, Cancela Preta. Nessa área da serra há outras localidades na direção do Caraá, que também forneceram cana à AGASA. Ver: CAMARGO, Ana Clara Maciel. Santo Antônio da Patrulha em 1969. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.). *Santo Antônio da Patrulha: re-conhecendo sua história*. Porto Alegre: EST, 1999. p. 838. Examinar o mapa da região canavieira (Litoral Nordeste) do Rio Grande do Sul em ANEXO HH.

¹⁵⁸⁸ A conjuntura era favorável ao crescimento industrial no Brasil, que, em 1966, atingiu a taxa de 11,7%, sobretudo pelo crédito fácil durante o ano de 1965 e a capacidade ociosa acumulada em três anos de estagnação. RESENDE, André Lara. Estabilização e reforma (1964-1967). In: ABREU, Marcelo de Paiva. (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 221.

Eles tinham pressa porque eles queriam buscar mais uma carga de cana.”¹⁵⁸⁹ A outra via era a BR 290 (Auto-Estrada Porto Alegre – Osório), anos depois construída e integrada à BR 101, passando a vincular o estado com o Brasil.



Fotografia 70 – Vista da Avenida Borges de Medeiros, a principal da cidade de Santo Antônio da Patrulha – década de 1960

Ao fundo, os morros da cana.

Fonte: Cartão postal: Santo Antônio da Patrulha - Terra dos Canaviais: vista da Avenida Borges de Medeiros. Acervo: Museu Juca Maciel.

A AGASA foi instalada justamente à margem da primeira. Mas a auto-estrada deitou seu leito por detrás das terras da usina. Dos 21 ha agricultáveis que ela possuía, perdeu 9 ha, além de ter ficado *entalada* entre as duas estradas.

A área que sobrou para além da nova estrada passou a ser denominada de Ilha, onde a usina manteve sempre o plantio de cana própria. Então, em meio a essas duas rotas, ficara o complexo industrial, justamente na altura do epicentro da antiga área canavieira remanescente. Todos os que por aquelas vias transitam em direção ao centro e norte do Brasil, ou ao extremo-sul, via litoral, vêm com destaque, em meio ao verde da paisagem, o anúncio de sua chaminé, como a produtora de açúcar do Rio Grande do Sul. Portanto, passar pela

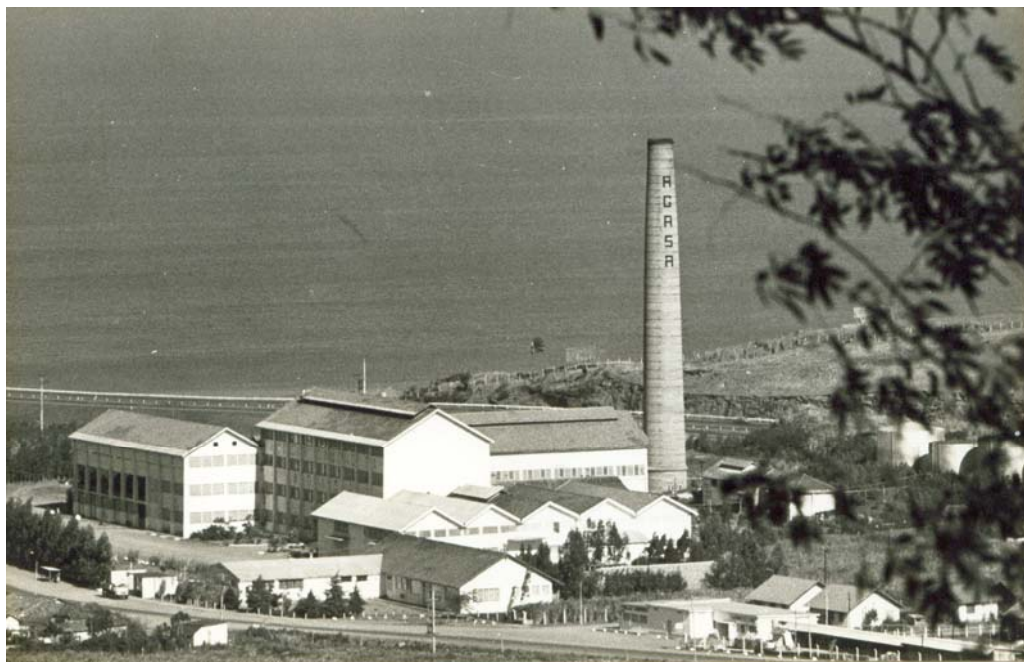
¹⁵⁸⁹ Depoimento de Lézia Maria Cardoso de Figueiredo concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 04 maio 2005.

usina é condição obrigatória, via deslocamento terrestre. E a AGASA se mostra mais evidente por estar localizada em ponto de estreitamento do corredor litorâneo, encravada em meio ao morro e à Lagoa dos Barros.

Entre o verde da terra e o azul das águas, ora turvas, na direção do céu, uma grande haste se impôs como mastro do progresso industrial do município patrolhense e da região.



Fotografia 71 – Chaminé da AGASA – década de 1960
Fonte: Acervo da AGASA.



Fotografia 72 – Localização da AGASA, entre as duas estradas: RS 17 (atual RS 30) e a Auto-estrada – década de 1960

Fonte: Acervo da AGASA.



Fotografia 73 – Vista aérea do complexo industrial da AGASA – 1974

Fonte: AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da safra 1974/1975*. Santo Antônio da Patrulha, 1975. Não-paginado. Primeira capa.

A criação da AGASA inaugurou efetivamente o ciclo contemporâneo da cana-de-açúcar no Rio Grande do Sul. E, para orgulho dos patrulhenses, era em seu município que estava sediada a única usina açucareira do estado. A poucos quilômetros ela divisava com o município de Osório. Desta cidade até o complexo industrial, percorrem-se 13 km, e, de Santo Antônio da Patrulha, 17 km. Dista cerca de 90 km tanto de Torres quanto de Porto Alegre. Conforme Romildo Bolzan, cerca de 85% da cana vinha de Santo Antônio da Patrulha, incluindo Caraá, que se emancipou em 1995. De Osório e outras áreas vinham os restantes 15%.¹⁵⁹⁰

Na visão de Ary Frank, “[...] 70 a 80%, em torno disso, vinha de Santo Antônio. Foi vendida a ilusão de que podia vir cana lá de Torres. [...] Acontece que a realidade, já no início, mostrou que, descontado o valor do frete, o que eles tinham que pagar para levar a cana até a AGASA era inviável. E aos poucos foi morrendo.”¹⁵⁹¹ A propósito, Santo Antônio da Patrulha apresentava, bem distintas, duas realidades: a da zona do plantio de cana e a da zona do plantio de arroz.

A zona do arroz, constituída de grandes propriedades e onde o nível econômico era mais alto, localizava-se mais ao sul do 1º e do 2º distritos, especialmente a área baixa da sede, a parte costeira da Lagoa dos Barros e a Miraguaia. A zona da cana, constituída de pequenas propriedades e onde as condições de vida eram precárias, localizava-se mais na área alta do 1º distrito, além do 3º, do 4º e do 5º distritos: respectivamente, Entrepelado, Rolantinho e Caraá. Este último era um dos mais pobres do município. E foram as subzonas de concentração de produção de cana-de-açúcar na zona de influência da usina as seguintes:

- a) de Santo Antônio da Patrulha – Ribeirão (Alto, Baixo e do Meio), Montenegro, Chapada, Boa Vista, Alto Caraá/Limeira, Praia/Lagoa dos Barros, Rio do Meio, Morro Agudo, Alta Grota, Linha Padre Vieira, Morro Grande, Morro do Púlpito/Cancela Preta, Aldeia Velha/Guarda Velha, Miraguaia/Vila Palmeira, Pinheirinhos/Catanduva, Arroio Grande;

¹⁵⁹⁰ Depoimento de Romildo Bolzan concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 09 jan. 2001. Na produção de açúcar cristal e melaço, a AGASA absorvia 1/6 da produção patrulhense de cana-de-açúcar, segundo informa o trabalho de SOUZA, Carmen Zeli Vargas Gil; WERMANN, José Alfeu; RAMOS, Sônia Dalmar Braga. Santo Antônio da Patrulha: um perfil econômico e suas limitações. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.). *Santo Antônio da Patrulha: re-conhecendo sua história*. Porto Alegre: EST, 1999. p. 803. Quanto à localização, Santo Antônio da Patrulha situa-se no epicentro da região, distando de Tramandaí, 52 km; de Osório, 30 km; de Gravataí, 50 km; de Taquara, 45 km; de Viamão, 60 km e de Rolante, 20 km. Ver: CORREIO DO LITORAL, Osório e Santo Antônio, a. II, n.31, p. 8, 07 out. 1978.

¹⁵⁹¹ Depoimento de Ary Ilmar Frank concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 10 jan. 2001.

b) de Osório – Laranjeiras/Figueira Grande, Borússia, Livramento/Aguapé e Prainha.¹⁵⁹² E não poucos peões dividiam seu ano de trabalho entre as duas áreas, como contou Angelino Costa:

Trabalhei com cana mais quando era no inverno. Na época do corte de arroz nós abandonávamos a cana e íamos para a granja dois meses, em abril e maio. Nós íamos para a granja cortar arroz de foíce para arrumar mais um capital porque a cana nós sempre começávamos do mês de julho em diante por causa da brotação da cana. [...] Então, essa foi a razão que eu, infelizmente, não pude estudar.¹⁵⁹³

O deputado Júlio Brunelli, afirmou em seguidos pronunciamentos na tribuna, no ano da inauguração, que a AGASA era a usina mais moderna do país. Efetivamente, tudo fora previsto na sua infra-estrutura. A firma Dedine S.A., que vendeu o equipamento, entregou o projeto juntamente com o maquinário. Ele fornecia o projeto já patenteado junto ao IAA: “[...] era um projeto especial; as dimensões todas especiais, pela altura, pela largura, pelo comprimento para serem instaladas as esteiras e as máquinas que produziam o açúcar.”¹⁵⁹⁴ Eram quinze moendas e uma reserva, ou seja, cinco jogos de moendas compostos de três moendas cada um, recorda Dilço Goularte, que trabalhou diretamente com elas, e acompanhando todo o processo produtivo do açúcar.

Era bem agressivo aos ouvidos da gente. Barulho, bastante barulho. Era um ronco enorme, vinte quatro horas, quarenta e oito, quando estava um tempo bom. O pessoal da redondeza vinha ali, apito de máquina, uma coisa e outra. Era bom! Quando tu te acordavas uma certa hora da noite que tu estavas em casa ou antes de dormir mesmo, porque tinha que dormir cedo, porque no outro dia tinha que pegar

¹⁵⁹² FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Plano Integrado de Desenvolvimento do Litoral Norte*. Porto Alegre, 1978, p. 29-31. Em trabalho realizado no ano de 1964, a informação colhida no município patrulhense apontava, como áreas de maior cultivo da cana, Palmeira, Sertão, Portão, Pulpito, Ribeirão de Baixo, Alto Ribeirão, Lagoa dos Barros, Montenegro, Morro da Boa Vista, Cancela Preta, Arroio do Carvalho, Passo do Sabiá e Caraá; essa última tida como a maior produtora. A usina, em implantação, motivou o plantio, num raio de 30 a 40 km da usina, de cerca de 1.500 ha, em virtude do custo do transporte. Difundia-se a capacidade da usina na ordem de 800 a 1000 toneladas por dia. Reconhecia-se, no meio, as falhas técnicas na parte de conservação do solo, visto não ser feito controle de curvas de nível, rotação cultural, calagem e adubação. Ver: MACIEL, Véra Lucia. *Santo Antônio da Patrulha e as regiões naturais do Rio Grande do Sul*. 1964. Monografia (Curso de Magistério) - Colégio Santa Teresinha, Santo Antônio da Patrulha, p. 35. Desde a chegada do engenheiro agrônomo Ivo Stoffel, um programa foi montado para assistência e fomento à cana-de-açúcar. Ver ANEXO II. Em 1984, uma relação das localidades para a realização de reuniões em escolas e salões de igrejas com os canavieiros indicava as seguintes (de Osório e Santo Antônio): Baixada, Borússia, Figueira Grande, Ribeirão do Meio, Goiabeira, Içara, Chapada, Caraá Central, Alto Caraá, Rio de Meio, Linha Padre Vieira, Lomba Vermelha, Sertão do Montenegro, Arroio Grande, Morro da Laje, Montenegro, Boa Vista, Invernada, Morro do Pulpito, Cancela Preta, Alto Ribeirão, Roça Grande e Alta Grota. Relação das comunidades com datas e locais das reuniões promovidas pela AGASA, 23 abr. 1984. Documentos diversos. Acervo da AGASA.

¹⁵⁹³ Depoimento de Angelino Costa Neto concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º fev. 2001.

¹⁵⁹⁴ Depoimento de Jorge Pedro Nehme concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 11 fev. 1999. O oficial de Registro de Imóveis de Santo Antônio da Patrulha José Maciel Júnior registrou em 26 de fevereiro de 1965, o financiamento, com garantia hipotecária, para a aquisição do maquinário da usina. Na sua escritura estão arrolados detalhadamente todos os itens da tecnologia adquirida, bem como, os dados da construção do complexo industrial. Examinar a escritura e o registro em ANEXO JJ.

cedo. Quando tu te acordavas à noite, ficava atento, ouvindo as moendas roncando. Era muito bonito! Barbaridade! Era gratificante. Tu pensavas assim, principalmente a gente como encarregado. Tem funcionário que... a gente pensava... está tudo bem, que beleza, amanhã vai estar... Pensava tudo isso aí.¹⁵⁹⁵



Fotografia 74 – Aspecto do interior da usina, vendo-se parte da tecnologia adquirida da M. DEDINI S.A.

Fonte: Acervo de Jorge Pedro Nehme.



Fotografia 75 – Moendas da AGASA em instalação – 1964

Diretor da AGASA Leonel Mantovani (primeiro à esquerda) acolhe visitantes.

Fonte: Acervo da AGASA.

¹⁵⁹⁵ Depoimento de Dilço José Goularte concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 03 nov. 2005. (Grifo nosso).

Alceu Krás Dimer, engenheiro agrônomo que viveu muito de perto o dia-a-dia da usina, também recordou:

[...] o pessoal gostava de ver a usina apitando de manhã e de noite. Porque ela tocava o apito quando começava a moer. As seis horas tocava aquele apito bem forte, e, lá perto da cidade de Santo Antônio, eles ouviam aquele apito da usina. O pessoal gostava de ver aquele trabalho, aquela fumaça saindo daquela chaminé, a cana sendo moída, o açúcar sendo produzido, e o agricultor recebendo o dinheiro dele.¹⁵⁹⁶

E a importância do laboratório foi destacada pelo chefe de produção Dilço Goularte:

Então nós tínhamos um laboratório lá dentro da empresa mesmo, que fazia uma análise. Quando era para ser colhida a cana, primeiro tinha que passar pelo laboratório. Os instrutores do departamento agrícola entravam nas roças de cana, colhiam lá duas canas aqui, duas mais adiante e traziam para ver o grau de maturação da cana. E o laboratório que analisava. O laboratório dizia a pureza da cana. O bom seria vinte, vinte um, mas se tivesse com dezoito, dezenove, já mandavam colher, que estava na época; não poderiam deixar para o ano que vem. [...] dezoito, vinte um é a sacarose da cana, o açúcar em si.¹⁵⁹⁷



Fotografia 76 – Laboratório da AGASA – [s/d]

Fonte: Acervo da AGASA.

¹⁵⁹⁶ Depoimento de Alceu Krás Dimer concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 15 mar. 2002.

¹⁵⁹⁷ Depoimento de Dilço José Goularte concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 03 nov. 2005.



Fotografia 77 – Trabalho no laboratório da AGASA – [s/d]

Fonte: Acervo da AGASA.

Conforme Hamilton Fernandes:

A seção de fabricação das usinas de açúcar compõe-se de: a) subseção da moenda, que se decompõe nas pontes volantes de descarga da cana; na moagem da cana obtendo-se o caldo bruto realizada pela moenda, a qual é acionada por uma máquina a vapor gigantesca de mecanismos expostos; na esteira de bagaço que o leva às caldeiras onde é produzido o vapor consumido na usina; b) subseção de purificação do caldo, decompondo-se em balança de caldo, sulfitação, caleação, aquecimento, decantação e filtragem (separação das impurezas do caldo); c) subseção de fabricação propriamente dita (concentração do caldo por evaporação), decompondo-se nas seguintes operações: evaporação, cozimento (nos vácuos), cristalização, turbinagem, secagem, pesagem e ensacamento.¹⁵⁹⁸

A agroindústria açucareira exige, além da seção de fabricação do açúcar, uma seção de oficinas diversas para a manutenção da fábrica e de sua maquinaria durante a moagem e, principalmente, durante o período de entressafra. É o que descreve Leite Lopes:

As oficinas anexas à seção de fabricação nas usinas geralmente são: oficina mecânica, oficina elétrica, fundição, serraria, carpintaria, olaria, oficina da seção de comunicação (telefones e rádio), seção de construção civil (residências e edifícios), oficina de manutenção e reparos do transporte ferroviário, garagem de manutenção e reparos do transporte rodoviário, oficina de conservação e reparos de implementos agrícolas. Nessas oficinas encontram-se, entre outras, profissões como as de serralheiro, torneiro, caldeireiro, soldador, moldador, aplainador, fundidor, eletricitista, ferreiro, mecânico de garagem, carpinteiro, pedreiro, pintor.¹⁵⁹⁹

¹⁵⁹⁸ FERNANDES, Hamilton. *Açúcar e álcool: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: IAA, 1971. p. 71. (Coleção Canavieira, 4). A complexa tecnologia para a fabricação do açúcar pode ser melhor entendida ao se analisar o ANEXO LL.

¹⁵⁹⁹ LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 10. O ANEXO MM revela o cenário do parque industrial e da vila residencial da AGASA.

Ary Frank, ex-diretor presidente da Açúcar Gaúcho S. A., recorda que, no seu tempo,

[...] o Vitório Márcio era o responsável pela usina; o único que entendia realmente de fabricação de açúcar. Ele foi trazido de São Paulo. Na primeira vez, quem era o responsável pela usina é um rapaz, mestre-de-obras, que ajudou a construir o prédio. [...] ele aprendeu a fazer açúcar e manejar as máquinas.¹⁶⁰⁰



Fotografia 78 – Tomada da etapa inicial do processo produtivo do açúcar após a chegada da cana-de-açúcar na usina – 1971

Fonte: Acervo do AGASA.

Depois Dilço Goularte, residente na área da AGASA, assumiu como chefe de Produção (o antigo mestre-do-açúcar) tendo 32 funcionários em cada turma, em todos os setores da empresa. Iniciou, em 23 de junho de 1964, como servente, na usina, onde se aposentou após 35 anos. Com minúcias, ele narrou o processo de produção do açúcar. E outros também narraram.¹⁶⁰¹

No caso das especificidades da indústria gaúcha, desprovida de transporte ferroviário, as demais necessidades eram bem atendidas, inicialmente. Mas, à medida que as dificuldades foram avançando, o acúmulo de funções aos que ficaram foi o caminho natural de sobrevivência da empresa.¹⁶⁰²

¹⁶⁰⁰ Depoimento de Ary Ilmar Frank concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 10 jan. 2001.

¹⁶⁰¹ Examinar, a propósito, os ANEXOS NN, OO, PP, QQ

¹⁶⁰² Por exemplo, até 1969, o organograma contemplava dois diretores: diretor comercial e diretor industrial. A partir de 1970, conforme Assembléia Geral de 19 de dezembro, visando à *eficiência da empresa*, passou para três o número de diretores: diretor-presidente, diretor-superintendente e diretor técnico. AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da Diretoria e Balanço Geral do Exercício de 1970*. Santo Antônio da Patrulha, 1971. p. 4. Examinar, no ANEXO RR, o organograma com os cargos da direção e de outras funções da administração da usina. Acervo da AGASA.

Dado o caráter agrícola de uma usina açucareira e sua sazonalidade, ela concentra tipos variados de operários; parte deles fixos e outros temporários. Nos meses de produção, aumenta o número de operários, e, na entressafra, o seu número é reduzido. Os fixos atuam no desmonte da usina para reparação e recomposição das peças e instalações, fruto do desgaste natural do tipo de matéria-prima e do ritmo de produção durante a moagem.¹⁶⁰³ A propósito, na AGASA, quando da entressafra,

[...] a maquinaria era toda desmontada. Tinha que fazer toda a manutenção. Então a gente olhava aquela limpeza e se perguntava se ia dar tempo de montar até junho. Porque muitas coisas iam fazer manutenção em São Paulo. Chegava em julho, estava tudo funcionando. Na entressafra era em torno de 60 funcionários. Entre o pessoal da fábrica, do escritório, do departamento agrícola e mais a fazenda, era em torno de 60 a 80, pois na parte da fazenda tinha que manter o plantio; por isso dava mais funcionários. [...] fazíamos na entressafra a recuperação das máquinas porque é muito desgastante o caldo de cana. A acidez, então, corrói as coisas. [...] Na entressafra é que se trabalhava, digamos assim. Na safra era aquele horário, era aquele setor ali e pronto. Mas na entressafra, não. Na entressafra raspava aquela ferrugem, passava um outro produto químico, pintava de novo, passava uma cal para não enferrujar, organizava as máquinas para que elas estivessem todas novas para começar a safra de novo. Desmontávamos todos os motores, [...] abríamos os mancais das máquinas e trocávamos o rolamento. A moenda era toda desmontada porque vinha pedra na cana e entrava na moenda e quebrava os fios da moenda. Então aquilo era refeito, botava solda, uma solda especial, pois era um ferro fundido. Elas entravam novas! No fim da safra estava toda quebrada de novo.¹⁶⁰⁴

Sobre os salários pagos pela usina, Goularte afirmou que o salário melhorava com as horas extras:

[...] lá faziam muita hora extra. A AGASA tinha que funcionar vinte e quatro horas. Então, a partir daquelas oito horas, eram horas extras. Mas eu considero um bom salário aquilo que a pessoa ganha nas suas oito horas, que é o trabalho normal. Então, aquele excesso de... Não tem parada para comer, tem que fazer ali perto da máquina mesmo, comendo. Então eles pagavam a hora extra. Era onde o pessoal ganhava um dinheirinho. Faziam hora extra bastante. Quando dava um mês bom, então, todo mundo ficava faceiro. Era um pessoal interessado, todo mundo saiu da colônia, não era, vamos dizer assim, filho de papai que ia trabalhar. Não, era colono! Gente ali da região, interessados! Então, aparecia um dinheirinho a mais e ficavam todos muito contentes, porque dava para comprar uma coisinha a mais, uma roupinha, uma coisa, enfim, cuidar da família, tirar o seu sustento dali, e era feito com hora extra. O salário nunca foi bom. [sic]¹⁶⁰⁵

Próximo à planta fabril, foi construído um incipiente bairro operário, um aglomerado de pequenas casas de propriedade da usina para usufruto dos operários fixos. Somam quase 30

¹⁶⁰³ A documentação da AGASA apresenta os safristas como trabalhadores rurais (sobretudo os que foram contratados para atuarem depois na Fazenda Maciel), e os trabalhadores urbanos eram considerados os empregados da usina.

¹⁶⁰⁴ Depoimento de Alceu Krás Dimer concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 15 mar. 2002. Edegar da Silva, em depoimento concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2005, também lembrou: “[...] todas as moendas eram religiosamente recondiçionadas todos os anos. Era um trabalho quase artesanal que era feito.”

¹⁶⁰⁵ Depoimento de Dilço José Goularte concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 03 nov. 2005.

casas; a maioria de alvenaria e algumas de madeira, cujo aluguel era o equivalente a 5% do salário do empregado ali residente.



Fotografia 79 – Vista panorâmica do bairro operário da AGASA – 1966

Fonte: Acervo de Jorge Pedro Nehme.

Na palavra de Paulo Dapper, que atuou na diretoria da empresa, o presidente, mais ou menos, ditava a filosofia de trabalho. Ele era, em última análise, o que tinha a visão global do governo do Estado, dos setores da indústria e do comércio. O diretor técnico se reportava mais para a área industrial e era o suporte na área de assistência técnica da produção de cana-de-açúcar. O diretor administrativo dirigia a área de pessoal, a área de vendas, a compra de insumos e a área financeira. Atuavam, ainda, os engenheiros agrônomos, os técnicos agrícolas e os instrutores rurais.¹⁶⁰⁶

Então, a usina gaúcha foi criada como uma sociedade de economia mista, com capital público e privado. Segundo o ex-conselheiro da usina Irineu Marques, “[...] foi feita uma campanha de efeito moral para o pessoal se associar na AGASA.”¹⁶⁰⁷ Mas, para os canavieiros, era muito pesado ser acionista. E não foram todos que conseguiram, por serem muito pobres. Alguns pagaram as ações depois, com o fornecimento de cana. O Estado acabou por ficar com mais de 95% do capital; portanto, público. E quem administrava a

¹⁶⁰⁶ Depoimento de Paulo Dapper concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 17 fev. 2000.

¹⁶⁰⁷ Depoimento de Isaac Irineu Marques concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2001.

AGASA era o governo do Estado, e o diretor presidente da AGASA era, “entre aspas”, eleito numa Assembléia em que 95% dos votos estavam nas mãos do Estado. Na prática, o presidente da AGASA era nomeado pelo secretário da Indústria e Comércio, a quem competia administrar a AGASA. Portanto, os diretores da AGASA sempre eram pessoas da confiança do secretário da referida pasta e também do governador.¹⁶⁰⁸

A AGASA, uma sociedade por ações com sede e foro em Porto Alegre, conforme seus estatutos, tinha como objetivo “[...] dedicar-se à cultura de cana, à industrialização, comércio do açúcar e de produtos subsidiários e derivados, bem como ao desenvolvimento e exploração de atividades afins, inclusive importação e exportação.”¹⁶⁰⁹ Na assembléia geral de constituição, em 06 de julho de 1962, a empresa nasceu em forma de sociedade anônima de economia mista. Em 21/12/1962, conforme Lei Estadual nº 4.428, passou ao controle do Estado como sociedade de economia mista e capital autorizado, com duração indeterminada.¹⁶¹⁰ A propósito, recorda o engenheiro agrônomo Wilson Castro:

[...] o Estado entraria com 90% mais ou menos e os agricultores entrariam com 10%. Como não tinham dinheiro, eles entrariam com produção, assumindo suas cotas com a entrega de cana. [...] aí se lançaram aquelas ações – eu mesmo comprei umas açõezinhas –, e se distribuíram ações lá. Mas aí a gente pensava que ia conseguir dez por cento do capital; baixou cinco por cento, depois baixou para três por cento, depois baixou para dois por cento e ficou em um por cento o capital das ações do produtor. Então, ficou praticamente um empreendimento estatal, e na mão do Estado.¹⁶¹¹

No ato de criação, foi aberta subscrição para duas mil ações a Cr\$ 10,00, perfazendo Cr\$ 20.000,00, sendo mil ações preferenciais e mil ações ordinárias. Posteriormente, foi promulgada a Lei nº 4.428, de 21/12/1962, que autorizou o Estado do Rio Grande do Sul a participar com capital na AGASA e, na mesma data, pelo Decreto nº 14.568, foi aberto crédito de Cr\$ 500.000,00, na Secretaria da Economia, para cobertura financeira da participação do Estado. O capital da AGASA foi aumentado para Cr\$ 520.000,00 na Assembléia Geral Extraordinária de 13/02/1963. Em outra assembléia realizada em 28/06/1963, os acionistas aceitaram a participação do Estado do Rio Grande do Sul com

¹⁶⁰⁸ Depoimento de Ary Ilmar Frank concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 10 jan. 2001.

¹⁶⁰⁹ Conforme já informado, os estatutos da AGASA sofreram alterações em várias assembléias. Examinar, por exemplo, a ata da Assembléia Geral Extraordinária da Açúcar Gaúcho S.A. realizada em 29 nov. 1976, com cópia na Junta Comercial e reproduzida no DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Porto Alegre, p. 13, 04 jan. 1976.

¹⁶¹⁰ Anos depois foi inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº 96.298.450/0001-81. Seus Estatutos Sociais estão arquivados na Junta Comercial do Estado sob nº 137.825. Inicialmente vinculada à Secretaria da Economia, depois pelo Decreto Estadual nº 31.212, de 15 de março de 1983, a AGASA ficou vinculada à Secretaria da Indústria e Comércio. AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório e conclusões sobre a viabilidade da empresa*. Santo Antônio da Patrulha, 21 maio 1987. p. 4.

¹⁶¹¹ Depoimento de Wilson de Oliveira Castro concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 24 jan. 2001.

40.000 ações ordinárias e 10.000 preferenciais, no valor de Cr\$ 10,00 cada uma. Em 19/10/1965, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) participou de novo aumento de capital com Cr\$ 470.000,00 e, em 05/04/1968, com mais Cr\$ 383.000,00 perfazendo um total de Cr\$ 853.000,00 a sua participação na empresa. Na mesma data ingressou também no controle da empresa o Instituto Rio-grandense do Arroz (IRGA), com Cr\$ 47.000,00.¹⁶¹² Portanto, face aos sucessivos aumentos de capital, o Estado assumiu o controle acionário junto com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, o (BRDE)¹⁶¹³ e o IRGA, como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 20 – AGASA - Controle Acionário - 1974

Nome dos acionistas	Quantidade das ações	Valor total das ações	% do capital
Estado do RS	19.008.670	19.008.670,00	95,043
BRDE	853.000	853.000,00	4,265
IRGA	72.000	72.000,00	0,360
Banco do Estado do RS	51.000	51.000,00	0,255
Outros	15.330	15.330,00	0,077

Fonte: SACAROTÉCNICA. Consultoria, Estudos e Projetos Limitada. *Projeto AGASA*. Santo Antônio da Patrulha, RS. 1974, p. I/5.

O capital social da empresa em 1974 era de Cr\$ 23.000,00, apresentando a seguinte tabela desde a sua constituição:

**Tabela 21 – Evolução do capital social da empresa
(valor em Cr\$ 1.000,00) - 1963/1979**

Data	Antes do aumento	Após o aumento	Aumento
28.06.1963	20,00	520,00	500,00
30.04.1965	520,00	780,00	260,00
19.10.1965	780,00	1.250,00	470,00
22.12.1965	1.250,00	1.550,00	330,00
06.03.1968	1.550,00	2.550,00	1.000,00
18.01.1969	2.550,00	3.225,00	675,00
04.10.1972	3.225,00	6.000,00	2.775,00
26.04.1974	6.000,00	20.000,00	14.000,00
01.08.1979	20.000,00	23.000,00	3.000,00

Fonte: AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Anteprojeto de viabilidade para implantação e modernização de uma unidade produtora de álcool*. Santo Antônio da Patrulha, outubro de 1979, p. 11.

¹⁶¹² SACAROTÉCNICA. Consultoria, Estudos e Projetos Limitada. *Projeto AGASA*. Santo Antônio da Patrulha, RS. 1974, p. I; 1-I-5. Assinam o projeto os especialistas em sacarotecnia Hélio Morganti, Lino Morganti e Antônio Carlos Morganti. Em 19/07/1962 foi feito o registro na Junta Comercial do Estado. Examinar mais dados no ANEXO SS.

¹⁶¹³ No Relatório da Empresa relativo a 1987, o BRDE não comparece mais como acionista. O Estado do Rio Grande do Sul, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul e o IRGA totalizavam 99.992% das ações. AÇÚCAR GAÚCHO S.A. - AGASA. *Relatório e conclusões sobre a viabilidade da empresa*. Santo Antônio da Patrulha, 21 maio 1987. p. 6. Portanto, a participação dos canavieiros era insignificante.

Quem eram os outros acionistas? Eram os canavieiros, na sua maioria, aqueles que tinham um estabelecimento agrícola familiar¹⁶¹⁴ e que se organizaram para a formação da empresa usineira. Outros ainda foram atraídos de fora. Alguns retornaram ou se deslocaram de diferentes lugares e rumaram para Santo Antônio da Patrulha. Afinal, o eldorado prometido, a princípio, era atraente. É o que fez *Zé da Tamanca*, depois presidente da ASFORCA (Associação dos Fornecedores de Cana do Nordeste do Rio Grande do Sul).

Eu vim. Pelo que eu entendi, a AGASA teria que ser uma coisa boa. [...] Mas, quando nós chegamos aqui, a coisa era feia. A gente iniciou na cana, e a dificuldade foi muito grande. [...] Nós não tínhamos estrada que fosse acascalhada. [...] Quando desce chuva, [...] o chão se torna muito perigoso. Então ali nós tivemos muita perda no início. A cana secava muito na roça. [...] Quando a coisa foi querer ficar boa, a AGASA parou por falta de produto. O básico não tinha: estrada... O coleginho estava caindo aos pedacinhos. Aí a gente conseguiu, na época do falecido Gelson, construir o coleginho que tem ali até hoje. [...] Naquela época que nós tocamos para cá, nós estávamos com um governo assim, uma inflação um pouco muito alta. A estabilização não era muito boa para mim, que já tinha quatro filhos. Eu achei que, se eu sáisse para cá, eu ia ter uma vida melhor. E não foi bem assim, não. Mas sempre que no fim deu certo. [...] Estou aqui até hoje, e estou bem, graças a Deus.¹⁶¹⁵

Muitos colonos venderam parte de seu patrimônio para se associarem, como recordou Jorge Nehme:

Dez cruzeiros naquele tempo era muito dinheiro. Teve produtor que vendeu uma vaca de leite, que vendeu um cavalo encilhado, que vendeu uma junta de bois para botar dinheiro ali. No começo andou bem, a produção era boa. [...] Depois que a usina foi sucateada, ninguém recebeu um centavo de retorno, nunca mais.¹⁶¹⁶

De fato, eram pequenos proprietários os fornecedores de cana da Açúcar Gaúcho S. A., conforme a tabela a seguir:

Tabela 22 – Estrutura fundiária dos fornecedores de cana da AGASA – 1974

Propriedades	Sto. Antônio	Osório	Média Ponderada %
0 – 5 ha	25,6	22,4	24,8
5 – 10 ha	28,4	22,4	26,9

¹⁶¹⁴ Abramovay trabalha o conceito a partir de Radoje Nikolitch, dizendo que os estabelecimentos agrícolas familiares são “[...] os que contam apenas com o trabalho familiar ou com uma quantidade de trabalho assalariado que, em média, não ultrapassa a contribuição da própria família.” ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2 ed., São Paulo: Hucitec; Campinas: Unicamp, 1998. p. 142. É o caso da área canavieira em estudo. Na apresentação da obra de Abramovay, Plínio de Arruda Sampaio destaca a importância da obra para o desvendamento da questão agrária, sobretudo diante dos desafios modernizantes das “supersafras”, como a do PROÁLCOOL e outras.

¹⁶¹⁵ Depoimento de José Luiz Correia de Andrade – *Zé da Tamanca* – concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 26 fev. 2000.

¹⁶¹⁶ Depoimento de Jorge Pedro Nehme concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 11 fev. 1999.

10 – 15 ha	17,4	21,7	18,7
15 – 20 ha	10,8	10,1	10,6
20 – 25 ha	5,3	7,7	6,0
25 – 30 ha	3,2	2,9	3,1
30 – 40 ha	3,0	4,8	3,6
40 – 50 ha	2,6	3,1	2,8
50 – 60 ha	0,6	2,2	1,2
60 – 80 ha	1,0	1,2	1,1
80 – 100 ha	0,2	1,0	0,4
100 – 200 ha	0,6	0,5	0,6
200 – 300 ha	0,3	-	0,2
Mais de 300	-	-	-

Fonte: SACAROTÉCNICA Consultoria, Estudos e Projetos Limitada. *Projeto Santo Antônio da Patrulha*, RS. 1974, p.III/38.

Os números da distribuição fundiária de Santo Antônio da Patrulha, município inserido na então chamada região Encosta Inferior do Nordeste, são confirmadores da concentração minifundiária do entorno usineiro.¹⁶¹⁷

Tabela 23 – Distribuição fundiária de Santo Antônio da Patrulha – 1972

Tipo de propriedade	Nº	%	Área / ha	%
Minifúndio	6.975	93,96	68.496	55,56
Empresa Rural	108	1,45	20.240	16,42
Latifúndio explorado	340	4,59	34.540	28,02
Total	7.423	100	123.276	100

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural. Cadastro de Imóveis Rurais. In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Plano Integrado para o Desenvolvimento do Litoral Norte do Rio Grande do Sul*. Programa de Indústria Alimentar Cana-de-Açúcar. Porto Alegre, 1978, p. 26-7. Apud: PACHECO, Cláudia Monteiro. *O Processo de esvaziamento populacional de Santo Antônio da Patrulha na década de 1970*. 2001. Monografia (Especialização em História Contemporânea) - Núcleo Integrado de Pós-Graduação, Faculdades Porto-Alegrenses, Porto Alegre. p. 55.

A média da propriedade canvieira era de três hectares.¹⁶¹⁸ O engenheiro agrônomo Alceu Krás Dimer apontou diferenças entre Santo Antônio da Patrulha e Osório. Enquanto a segunda cidade tinha uma área maior com cana por unidade, com cerca de três hectares, três e meio, a média da primeira, Santo Antônio da Patrulha, era de um hectare e meio a dois. E a

¹⁶¹⁷ Essa região, junto com a do Alto Uruguai, eram as que tinham o maior número de minifúndios: 91,1% e 95,1%, respectivamente. Já o percentual de latifúndios era de 8,1% para a Encosta Inferior do Nordeste, enquanto no Alto Uruguai ficava com o mais baixo índice: com 4,4%. ARRUDA, Roberto Cano; BAMPI, Gilberto; OLIVEIRA, Luiz Eduardo. Reforma agrária e industrialização. In: INDUSTRIALIZAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL: semanas sociais do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: ISCRE, 1968. p. 165.

¹⁶¹⁸Essa média fugia totalmente à regra no Brasil, onde a produção da cana-de-açúcar concentra-se nos estabelecimentos de maior porte, acima de 100 ha. Para o líder sindicalista Schneider, “[...] a cana-de-açúcar na pequena propriedade, ela tem um papel fundamental [...] ela faz parte da paisagem.” Depoimento de Antônio Schneider concedido a Vera Lucia Maciel Barroso em 09 fev. 2000.

área de Osório era melhor de trabalhar e com menos pedra.¹⁶¹⁹ Portanto, tratava-se de minifúndios espalhados entre cerca de 2.000 proprietários – número citado em vários documentos analisados.¹⁶²⁰ Não alcançavam, nem próximo, o tamanho de uma colônia – 25 hectares. Entretanto, no cadastro da AGASA, constava, inicialmente, um total de 2.677 fornecedores potenciais, que exploravam 35.094,6 hectares, dos quais 14.982 eram considerados aptos para a cana, isto é, 42,7% da área total.¹⁶²¹ A mão-de-obra para a lavoura de cada propriedade era constituída, sobretudo, de homens de mais de 15 anos e menos de 60. Mas, inevitavelmente, todos os membros da família eram forçosamente levados ao trabalho, sobretudo no corte da cana e transporte ao caminhão ou até à beira da estrada. Juntos estiveram crianças, mulheres e idosos também, especialmente de junho a dezembro, os meses de maior demanda de mão-de-obra. Em não poucas falas, as referências ao trabalho feminino, de adolescentes e até infantil apontaram a árdua luta com a cana:

[...] em várias oportunidades eu vi mulheres carregando cana na prancha. [...] **Eu cansei de ver várias vezes, mulheres carregando cana.** Mulheres, esposas, filhas. Mulheres cortando cana, às vezes toda cana queimada, toda encarvoada lá no meio da cana cortando cana, carregando tudo.¹⁶²²

O que aconteceu, na realidade, é que é uma cultura muito trabalhosa. E eu vi, mais do que uma vez, senhoras, moças carregando cana. Vi as filhas colocando os feixes de cana nas costas para colocar dentro do caminhão para levar para a AGASA. Tinha um pranchão onde elas levavam os feixes de cana nas costas para colocar dentro do caminhão. Era muito pesado.¹⁶²³

Ajudava desde pequenininho. [...] **Desde os oito anos, quando começamos, já podia ir para a roça.** A gente, cada um ia. [...] Eu capinava, ajudava a fechar cana. [...] Nós atilhávamos, pegávamos cipó no mato e aí fazíamos uma rodilha assim, e aí enchíamos de cana. Daí fica melhor para carregar. [...] Pois é pesado, era serviço pesado de cana. [...] Ah, nós éramos em doze. Era todo mundo. Começou dos mais velhos e depois foi indo. [...] Tínhamos umas dez, onze hectares de terra.

¹⁶¹⁹ Depoimento de Alceu Krás Dimer concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 15 mar. 2002.

¹⁶²⁰ Paul Singer chama à atenção que o Censo de 1960 revela a intensidade do processo de formação de minifúndios na zona de colonização do Rio Grande do Sul, entre 1950 e 1960. Na Encosta Inferior do Nordeste, onde se encontrava, em parte, a área canavieira, o tamanho médio do estabelecimento caíra de 22,4 ha em 1950 para 18,6 ha em 1960. Ele destaca que o modo de produção vigente no estado conserva e reproduz o latifúndio, de um lado, enquanto multiplica o minifúndio, de outro. SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 2. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1977. p. 188.

¹⁶²¹ SARACOTÉCNICA – Consultoria, Estudos, Projetos Limitada. *Projeto AGASA*. Santo Antônio da Patrulha, RS, 1974. p. III/37. Segundo Antônio Goularte, dois segmentos direcionavam a produção da AGASA: os fornecedores e os transportadores de cana. Depoimento de Antônio Oliveira Goularte concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 03 nov. 2005.

¹⁶²² Depoimento de Delmo Tedesco concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 15 fev. 2000. O depoente é membro de família canavieira, e foi funcionário da AGASA na área administrativa. (Grifo nosso).

¹⁶²³ Depoimento de Ferúlio Tedesco Neto concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 18 dez. 2004.

[...] Nós vivíamos só da cana. [...] Pois, valesse ou não valesse, naquela época era a única coisa que tinha. Tinha que se agarrar com aquele serviço que tinha.¹⁶²⁴

[...] com a idade de dois anos, ele já estava na roça comigo.¹⁶²⁵

Crianças, com certeza, trabalhavam, tranqüilamente. E não dá para dizer que essas crianças que tu olhavas assim e não imaginavas que fulaninho ali carregava uma carreta de cana. Trabalhava parelho, sem dúvida.¹⁶²⁶

Começamos nós três trabalhando. Daí o pai foi trabalhar na AGASA. Meu irmão casou, o mais velho. E daí fiquei assumindo tudo. [...] Tinha que fazer as lavouras. Tinha que lavar, tinha que aplicar veneno, cortar cana e carregar.¹⁶²⁷



Fotografia 80 – Mulheres no carregamento de cana – [s/d]

Fonte: Acervo da AGASA.

Em 1971, a equipe do MUDES (Clube de Jovens da UNESCO) que realizava estudos da situação do município fez esse registro sobre Santo Antônio da Patrulha:

O plantador de cana não está fazendo correção do solo, mas na adubação já se observa um notável incremento. Atualmente, mais de 80% das lavouras canavieiras são de boa qualidade, distribuídas pela Estação Experimental de Maquiné, através da AGASA. O preparo do solo vai de setembro a março. A grande maioria, prepara o solo nos últimos meses do ano, com métodos rotineiros e não técnicos, utilizando

¹⁶²⁴ Depoimento de João Batista Nunes da Silva concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 18 dez. 2004. O depoente, morador no morro do Montenegro, foi fornecedor de cana para a usina. (Grifo nosso).

¹⁶²⁵ Depoimento de Ary Carlos do Amaral, canavieiro e instrutor da AGASA, referindo-se ao filho Mariano, o mais novo, concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 18 dez. 2004. (Grifo nosso).

¹⁶²⁶ Depoimento de Antônio Oliveira Goulart concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 03 nov. 2005. (Grifo nosso).

¹⁶²⁷ Depoimento de Marino Amaral concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 18 dez. 2004.

como equipamento a tração animal (junta de bois), o arado pica-pau, arado de aiveca e grade de dentes. O plantio da cana-de-açúcar é feito no período de agosto a março, com mais intensidade durante os meses de setembro e outubro. Utilizam o espaçamento de 10 a 25 cm na fila, e a distância entrelinha varia de 1 a 1,5 m. O método de plantio é um rego feito com arado, colocando-se as mudas manualmente, sendo que ainda grande parte das lavouras é consorciada com feijão e milho. Os tratos culturais são feitos apenas com prática da capina de duas a três vezes por ano, com mais intensidade no início do crescimento da cana, usando para isto o arado e em maior número de vezes a enxada. A colheita é feita aos dezoito meses, durante o período do inverno e primavera, podendo iniciar em maio e estender-se até o mês de novembro. A colheita é feita no sistema manual, e o equipamento usado é o facão.¹⁶²⁸

Como frisa Octavio Ianni, as relações entre a usina e os fornecedores de cana-de-açúcar, e entre ambos e os trabalhadores da agroindústria não podem ser compreendidas se não for explicitado o que é a usina, enquanto um universo social, ou político, econômico e cultural. Diz ele:

A usina é uma fábrica fora do lugar, da cidade, no campo. [...] Na usina, a força de trabalho e a divisão social do trabalho organizam-se produtivamente segundo os movimentos e os andamentos do capital industrial. **Pouco a pouco as exigências da usina se estabelecem e se impõem nos canaviais** [...]. É verdade que a cana-de-açúcar se faz segundo o andamento da natureza, nas suas estações. Mas esse andamento pode acelerar-se algum pouco e aperfeiçoar-se, segundo determinações provenientes da usina. É nesse movimento que se aplicam e propagam o fertilizante, o defensivo [...]. **Ao desenvolver-se no campo, a usina incute no verde dos canaviais uma vibração e uma aspereza que nada têm a ver com a doçura da cana madura.** [...] **A usina é uma fábrica de açúcar com investimento complementar na produção (agrícola) da matéria-prima. Uma parte substancial do seu ativo imobilizado é constituída pelo capital fixo industrial, cuja valorização exige que sua capacidade de produção seja aproveitada em elevada proporção, com absorção de quantidades crescentes de cana.**¹⁶²⁹

A inserção da usina açucareira e suas implicações no seio da sociedade norte-litorânea do Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XX, deve ser entendida a partir do seu lugar e das condições da economia gaúcha no contexto nacional. Como região periférica e subsidiária do grande setor de mercado externo do país, por conseqüência, historicamente, ela sofreu também reflexos da sua dependência ao setor hegemônico da economia brasileira.

Mas, com as transformações desencadeadas pela Grande Depressão, a indústria, ao passar progressivamente a comandar o processo de acumulação em escala nacional, fez resultar no Rio Grande do Sul o surgimento, ao lado da pecuária tradicional e da agropecuária colonial de um terceiro segmento produtivo, a lavoura empresarial. E é dentro dessa

¹⁶²⁸ SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA: um município em conflito. Estudo socioeconômico cultural elaborado sob os auspícios do convênio MUDS - Clube de Jovens da UNESCO, 1971, p. 27-28.

¹⁶²⁹ IANNI, Octavio. *Origens agrárias do estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 51-2. (Grifo nosso). Chama-se a atenção para o fato de que a lógica da fábrica exige crescente oferta de matéria-prima.

perspectiva que deve ser vista, a contar da atuação da usina, a lavoura canavieira da região, ainda que com limites de enquadramento.

Nessa direção, é evidente que os produtores de cana do Litoral Norte do Rio Grande do Sul não se transformaram em operários da indústria; eles ficaram na terra. Plantar cana era o esperado pela AGASA. Não poderia faltar matéria-prima. Mais que condição para o seu funcionamento, haveria que desfazer a idéia de sua insuficiência para atender à escala industrial.

Esse seccionamento entre a terra e a fábrica, mais que mantido, deveria ser acompanhado pelos engenheiros agrônomos da AGASA. Esses, além do fomento agrícola dirigido aos pequenos produtores e depois à área de cana própria, tinham a seu encargo o transporte, a melhoria e construção de estradas, os financiamentos a produtores, a educação e o ensino, a instalação de unidades demonstrativas, a orientação na formação de viveiros de mudas e o seu fornecimento, os experimentos agrícolas, enfim, a assistência técnica.¹⁶³⁰ Nehme, lembrando-se de quando foi feita uma lavoura experimental de cana, assim depôs:

Quando começou a montagem do complexo industrial da AGASA, nós fomos a São Paulo, na Escola Luiz de Queiroz, que é uma escola técnica, principalmente no cultivo da cana, e conseguimos lá, eu acho, uns 120 caminhões de muda de cana que veio de São Paulo para cá. Então conseguimos o frete com o governo do estado, e conseguimos a cana lá gratuitamente. Eram mudas de cana para o interior do estado de São Paulo, mas forneceram para nós também. Então daquelas mudas lá foi plantado de cada variedade um pouco, naquela área da AGASA. Era muito bem cuidado, e aquilo servia de prova para sacarose; [...] era uma estação experimental da AGASA.¹⁶³¹

¹⁶³⁰ O relatório da safra de 1974/1975 apresenta um inventário das ações de assistência aos canavieiros no período. Por exemplo, naquele ano, foram realizados 3.152 atendimentos no escritório sobre financiamento e mais variados assuntos, até pessoais e íntimos. Face à carência dos produtores, era por eles esperado que a AGASA fosse um pronto-socorro para suas diversas necessidades. AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da safra 1974/1975*. Santo Antônio da Patrulha, 1975. Não-paginado.

¹⁶³¹ Depoimento de Jorge Pedro Nehme concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 11 fev. 1999.



Fotografia 81 – Lavoura demonstrativa de cana em Santo Antônio da Patrulha – 1966

Secretário de Economia Milton Dutra (da d para e, o segundo) está acompanhado de autoridades junto à placa do lançamento do Serviço de Fomento à Cana.

Fonte: Acervo de Wilson de Oliveira Castro.

A usina, na verdade, buscava polarizar o processo produtivo, dos canaviais ao açúcar ensacado. Como diz Hélio Pina:

A usina representa o núcleo irradiador de intensas atividades, objeto de vasta legislação específica, nela centralizando-se a intervenção estatal. É o estabelecimento industrial titular de uma cota de produção de açúcar, o qual se abastece compulsoriamente de matéria-prima dentro de quantitativos rigidamente estabelecidos.¹⁶³²

Essa lógica orbitou a tradicional área da cana do Litoral Norte do estado. A esse respeito, um estudo feito na área canavieira de Campos, no Rio de Janeiro, demonstra que essa

[...] subordinação se reflete no fato de que não são mais eles que decidem sobre o processo técnico a ser utilizado; [...] são obrigados a recorrer ao sistema bancário, a se submeter ao preço da cana, de cuja fixação eles não participam; são obrigados a reduzir a produção de alimentos em favor da cana, ao atraso dos pagamentos da cana, [...].¹⁶³³

Para difundir a prática agrícola de caráter empresarial, dirigida pela lógica do planejamento,¹⁶³⁴ no meio canavieiro gaúcho foram selecionados fornecedores de destaque,

¹⁶³² PINA, Hélio. *A agroindústria açucareira e sua legislação*. Rio de Janeiro: APEC, 1971. p. 159.

¹⁶³³ MOREIRA, Roberto José. *Agricultura familiar: processos sociais e competitividade*. Rio de Janeiro: Mauad; Seropédica; UFRJ, 1999. p. 78.

¹⁶³⁴ O surgimento e a expansão de uma atividade produtiva de caráter empresarial e competitiva, com certo grau de capitalização, modificou a estrutura produtiva do setor agrícola no Rio Grande do Sul, ao introduzir relações capitalistas de produção e ao rearticular as relações já existentes, de forma mais direta, à dinâmica da acumulação nacional. A propósito, examinar FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *25 anos de economia gaúcha*. Porto Alegre, 1978, p. 57-59. As lavouras de trigo, soja e arroz ingressaram nesta lógica, a contar dos anos 1960/1970, o que não ocorreu na mesma dimensão com a lavoura canavieira, em virtude de limitantes estruturais e condições específicas do contexto onde estava inserida.

na média de seis, que revelavam em seu desempenho uma adesão e declarado compromisso com as diretrizes da usina. Deveriam atuar juntos aos fornecedores, sobretudo para fomentar o plantio de cana, dentro das diretrizes industriais, ainda que sem mecanização nas lavouras. Um deles, residente no Ribeirão, em Santo Antônio da Patrulha, detalhou o que lhe cabia fazer e suas dificuldades:

Instrutor era o que orientava. Eu era instrutor e fiscal. Íamos na lavoura, medíamos a lavoura, pegávamos uma folha e fazíamos uma autorização. Se a lavoura tinha condição, dava para ele ir no banco e pegava o dinheiro. E se não tivesse condição, não dava. Eu plantava com meus filhos. Eu criava minha família, tudo trabalhando. [...] Eu fui instrutor na Boa Vista, Cancela Preta, Palmeira do Sertão. Bom... uma boa parte de Santo Antônio. Na área canavieira de Santo Antônio, todos me conhecem. Aí entravam outros que não davam certo. Eles tiravam, e eu que ficava. [...] e deu aquela época do Collor, que deu aquela alta de juro, na ocasião, de 100%. Aí correu o canavieiro. A juventude correu tudo para os empregos. Aí ficaram os velhos, e os velhos tinham vontade de plantar, mas não tinham força. E quem está lá no emprego não volta, não voltava. [...] Um dia eu disse para o doutor Eraldo, o engenheiro agrônomo de lá: “Doutor Eraldo, se eu disser para os meus filhos o que dá a cana eles correm tudo.” Porque não chegava. Aí foi terminando aos poucos, e terminou mesmo. Aí a cana não chegou mesmo. Eu ia ter que vender o boi, ter que vender a vaca para pagar o banco. Então correram tudo.¹⁶³⁵

De fato, não poucas dificuldades surgiram já desde a primeira safra da usina:

[...] o pessoal não acreditava que ia sair uma usina grande. Então muitos não queriam plantar. Queriam ver a usina para depois fazer. [...] Falava a eles: “Então vocês plantem, que a usina garante.” Aí começou a construção. E os outros colegas foram para o morro fazer reuniões, mostrava para eles olharem a usina. “Está lá, as máquinas chegando, fazendo as construções, lá está.” E o pessoal começou a plantar.

No começo eles pensaram que a cana ia dar muito dinheiro. [...] Mas é um trabalho pesado. [...] Plantar, cortar a cana, capinar, transportar, carregar caminhão, subir naquela prancha é pesado. No começo o pessoal plantou. Depois alguns que pensavam que a rentabilidade, o dinheiro ia ser muito bom diziam: “Mas o meu lucro não foi muito bom. Então eu vou parar de plantar cana.” Muitos pararam. [...] Aí um desses diretores foi lá e fizeram um trabalho muito grande nos morros. [...] Às vezes ela pagava mais, [...] ajudava no frete, que é uma coisa que custa muito. Naquela época, para o fim se falava que não valia a pena plantar cana com mais de 25 km de distância. Isso os paulistas já diziam. Nós tínhamos cana plantada cerca de 40 km daqui.¹⁶³⁶

Crescentemente o principal entrave vinha sendo a não-utilização plena da capacidade instalada da usina,¹⁶³⁷ causada pela deficiência de matéria-prima, ainda que, entre os anos de

¹⁶³⁵ Depoimento de Ary Carlos do Amaral concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 18 dez. 2004.

¹⁶³⁶ Depoimento de Alceu Krás Dimer concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 15 mar. 2002.

¹⁶³⁷ “Mil quilos de cana-de-açúcar produzem noventa quilos de açúcar. A capacidade instalada da AGASA era de 1.400 sacos por 24 horas.” Depoimento de Paulo Dapper concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 17 fev. 2000.

1964 e 1965, tivesse sido ampliada a área cultivada. Mas, em 1966, houve um recuo.¹⁶³⁸ Dentre os motivos, a concorrência com a aguardente e o álcool, face o bom preço alcançado no mercado, cativando os fornecedores de cana, que se desviaram da usina. A reação da empresa açucareira foi ampliar o financiamento de cana com a atuação do Banco do Brasil, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul, Banco do Estado do Rio Grande do Sul e Banco Industrial e Comercial do Sul S.A.

O montante financiado foi da ordem de NCr\$ 1.013.022,50 em 1969.¹⁶³⁹ Outra medida atraente foi reembolsar as despesas com o transporte de máquinas, pelas estradas executadas, face às dificuldades, especialmente após as chuvas no morro.¹⁶⁴⁰ E já em 1968 implantou-se o concurso para premiar os canavieiros que dobrassem suas lavouras. Os prêmios eram chamarizes: dinheiro, carretas e facões para o corte de cana. Se em curto prazo indicavam medidas com retorno rápido, reconhecia a direção da usina a necessidade de ser mudada a mentalidade na região, visto não haver a mentalidade açucareira. Para tanto, também planejaram estipular uma cota de entrega mensal a cada fornecedor, que receberia em troca uma bonificação especial de preço.¹⁶⁴¹

A equipe diretiva até fins da década de 1970, foi indicação do governo do Estado, dirigida a nomes não vinculados aos municípios canavieiros.¹⁶⁴² Os cargos administrativos e as funções especializadas foram ocupados por elementos externos ao meio agrícola. Vinham diariamente da cidade de Osório, em sua maioria, ou, em menor número, de Santo Antônio da Patrulha. Para alojamento de alguns funcionários é que foi construída a vila residencial, ao lado da indústria. Os diretores tinham, na usina, aposentos para pernoites, quando necessário, pois, retornavam à capital, onde residiam. Os últimos presidentes foram da região, quando a AGASA já padecia de crise avançada.

Como classificar o porte industrial da Açúcar Gaúcho S.A.?

¹⁶³⁸ Na imprensa foram veiculadas matérias sobre a falta de matéria-prima já nos primeiros tempos da usina, como: USINA de açúcar de Santo Antônio não dispõe de matéria-prima. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 28 fev. 1967.

¹⁶³⁹ AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da Diretoria e Balanço Geral do exercício de 1969*. Santo Antônio da Patrulha, 1970. p. 10.

¹⁶⁴⁰ Não bastavam as ações das prefeituras de Osório e de Santo Antônio, que abriram vias de acesso das plantações até as estradas municipais da ordem de 32.210 m em Osório e 85.100 m em Santo Antônio, em 1969. Idem. *Ibidem*, p. 12. Nas atas da Câmara Municipal de Santo Antônio da Patrulha, as referências à AGASA são os pedidos para a melhoria das estradas nas zonas canavieiras, construção de barragens e também construção de escolas para os filhos dos produtores de cana. Ver acervo da Câmara Municipal de Santo Antônio da Patrulha.

¹⁶⁴¹ AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da Diretoria e Balanço Geral do exercício de 1969*. Santo Antônio da Patrulha, 1970. p. 11.

¹⁶⁴² A relação dos diretores da AGASA está no ANEXO TT. Nesse anexo estão apontados os presidentes oriundos da região canavieira. Aliás, chama a atenção, nas atas das assembleias da AGASA, que os conselheiros, majoritariamente, eram oriundos da capital, e com profissão desvinculada do setor primário.

Para Velloso, são indústrias de pequeno porte as de até 100 operários; de médio porte, as de 100 a 200; e grandes, as com mais de 200.¹⁶⁴³ A usina gaúcha só no seu curto período áureo é que esteve classificada como de grande porte, como indica esta tabela:

Tabela 24 – Número de empregados da AGASA – 1968/1974

Período \ Ano	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974
Safra	132	150	171	242	200	223	205
Entressafra	57	52	70	109	115	197	193

Fonte: AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da safra 1974/1975*. Santo Antônio da Patrulha, 1975. Não-paginado.

Nesses números estão os operários da fábrica, o pessoal administrativo e os que atuavam junto às lavouras de cana. Por exemplo, em 1974, conforme mostra a tabela a seguir, a mão-de-obra industrial somava apenas 69, número considerado baixo pelos autores do projeto de ampliação da usina, se comparado com as demais usinas brasileiras.

Tabela 25 – Número de operários da AGASA – 1974

DEPÓSITO DE CANA		DIA	NOITE	TOTAL
nas cargas		1	1	2
no guindaste		1	1	2
no nivelador		1	1	2
na limpeza		1	1	2
Subtotal		4	4	8
MOENDA		DIA	NOITE	TOTAL
no breque		1	1	2
no gamelão		1	1	2
no nivelador		1	1	2
Subtotal		3	3	6
CALDEIRAS		DIA	NOITE	TOTAL
foguista		1	1	2
ajudante		1	1	2
lenha		1	1	2
Subtotal		3	3	6
FABRICAÇÃO		DIA	NOITE	TOTAL
turbo gerador		1	1	2
dosagem		2	2	4
clarificadores		1	1	2
filtro e aquecedores		2	2	4

¹⁶⁴³ VELLOSO, Diderod M. *Aspectos da indústria no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IESPE/PUCRS, dez. 1971. p. 25-26. (Ensaio e Pesquisas, 4). É oportuno lembrar que a economia do Rio Grande do Sul repousava historicamente no setor primário, o que mudou, como apontam os números para 1960: setor primário: 40,75%; setor terciário: 16,65%; setor secundário: 42,60%. RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *Plano de investimento e serviços públicos: síntese (1964/1966)*: II Governo Eng. Ildo Meneghetti. Porto Alegre, 1966. p. 218. A diferença pró-indústria, ultrapassando a agricultura, teve 1955, como o ano da ruptura, conforme FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *25 Anos de Economia Gaúcha*. Porto Alegre, 1976-1977. p. 21.

limpeza aquecedor	1	1	2
evaporador	1	1	2
vácuos	2	2	4
cristalizadores	1	1	2
turbinas	2	2	4
armazém de açúcar	5	5	10
Subtotal	18	18	36
DIVERSOS			
	DIA	NOITE	TOTAL
filtro de água	1	1	2
laboratório	2	1	3
balança	1	0	1
Subtotal	4	2	6
MANUTENÇÃO			
	DIA	NOITE	TOTAL
torneiros	1	0	1
soldador	1	0	1
eletricista	1	0	1
ajustadores	2	0	2
Subtotal	5	0	5
ENCARREGADOS			
	DIA	NOITE	TOTAL
mecânico	1	0	1
fabricação	1	1	1
Subtotal	2	1	2
RESUMO			
	DIA	NOITE	TOTAL
Usina	28	28	56
Diversos	3	2	5
Mecânica	5	1	5
Encarregados	2	1	3
TOTAL GERAL	38	32	69

Fonte: SACAROTÉCNICA. Consultoria, Estudos e Projetos Ltda. *Projeto AGASA*. Santo Antônio da Patrulha, RS. 1974, p. II 100.

Sobre o desempenho dos funcionários e operários da usina, disse Paulo Dapper:

[...] o comprometimento dos funcionários, de uma maneira geral, era extraordinário com a instituição. Todo mundo vestia a camiseta. A usina, na safra, virava vinte e quatro horas, e não tinha cara feia, e não tinha serviço ruim. Todo mundo encarava, todo mundo abraçava. De jeito nenhum, preguiça.

[...] até por se tratar de uma empresa cuja sede era no meio rural, eu acho que eram bem pagos, sim. Tinha alguns que conseguiram vantagens acessórias, como moradia. Tem até hoje lá a vila da AGASA. [...] O valor do aluguel era simbólico. [...] A regra estabelecia uma remuneração de cinco por cento do trabalho percebido.¹⁶⁴⁴

A distância dos números entre o total de operários e o geral para o ano leva a crer que a máquina administrativa era, no mínimo, significativa.¹⁶⁴⁵ De qualquer forma, foi sem demora que o conhecimento do processo produtivo foi logo aprendido por operários locais, uma possibilidade animadora que a usina trazia para dar crédito ao intento.

¹⁶⁴⁴ Depoimento de Paulo Dapper concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 17 fev. 2000.

¹⁶⁴⁵ Os funcionários estavam distribuídos entre o Departamento Agrícola (engenheiros agrônomos e instrutores), o Setor de Produção, os Escritórios da Usina e de Porto Alegre e os Serviços Auxiliares (transporte, mecânica, manutenção, almoxarifado, expedição, restaurante).

É, os paulistas vieram, além de um antigo de São Paulo que montou a AGASA. Trouxeram profissionais para a inauguração. Cada setor tinha que ter um profissional, e tinha dois, ou um, ou mais pessoal dali, botado pela diretoria para aprender. Eles ficaram aí uma semana, e o pessoal foi com aquela vontade de aprender, e aprenderam fácil, aprenderam fácil. Interessaram-se e dali nasceram os profissionais. **Tomaram conta da usina... o pessoal da região. Não se precisou mais de paulistas, não se precisou mais de pernambucanos. Não vou dizer que não veio, que é onde tem as usinas, mas não precisou de ninguém mais mesmo. Tomamos conta da AGASA!**¹⁶⁴⁶

Um desses trabalhadores, de família que vendeu a propriedade para a usina, aprendeu a ser mestre de açúcar. Dilço Goularte, sem demora, compreendeu que era sua cristalização do produto que residia o significado da empresa.

Para a gente, como profissional que fui, trabalhando lá, é uma hora das mais importantes do serviço. Para a gente era aquela hora ali. Tu pegares ele em calda, calda fina, e botar dentro daquele aparelho, e aquele aparelho vai evaporando, vai concentrando, vai concentrando, e tu sabias que vai ser tu que vai determinar a quantia de cristal. Fazer com que aquela... Parar aquela máquina, fazer com que aquela máquina te obedeça. Tu dá injeção de água nela para ela parar de nascer cristal e aí tu vais conservar aqueles cristais. Não pode botar muita água porque ele vai diluir. Tem que botar uma certa quantidade para ele parar de nascer, para parar de aparecer uma certa quantia. E aí, depois dele estar formado, como se diz, quando ele se formou, tu fechas a água e alimenta com xarope, com o caldo da cana para fazer... para distribuir para três. Aí, daquela primeira cristalização que tu fizeste, tu fazes três cozimentos. Vamos fazer um exemplo assim: um tacho de açúcar, que é mais fácil para pessoa entender. Começa a mexer a calda, vai mexendo, vai mexendo. Imagina que daqui um pouco ele empedra, ele cria a “puxa”, como se diz, “puxa-puxa”. Então não poderia deixar chegar naquele ponto, tinha que ser antes, fazer com que ele obedecesse, parasse de fazer nascer o cristal.¹⁶⁴⁷

Se a identificação do ponto do nascimento do açúcar era um desafio, não menos atenção deveria receber todo o processo da fabricação do açúcar. Além do mais, exigia pesquisa e uma complexidade de tarefas e cuidados para que a qualidade fosse garantida, sem esquecer-se de muita higiene, alertou um dos presidentes da AGASA.¹⁶⁴⁸

Mas sem matéria-prima, não há açúcar. Até 1963, a cana plantada era dirigida para alimentar os engenhos e alambiques existentes na região. A partir de 1964, uma das principais metas foi dirigida ao aumento da produção de cana para que a usina efetivamente fosse impulsionada. Dos 1.200 ha orientados pelo Setor Agrícola da AGASA, 671 foram financiados pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul, atingindo 234 agricultores nos municípios de Santo Antônio da Patrulha e Osório.

¹⁶⁴⁶ Depoimento de Dilço José Goularte concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 03 nov. 2005. (Grifo nosso).

¹⁶⁴⁷ Idem.

¹⁶⁴⁸ Depoimento de Ary Ilmar Frank concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 10 jan. 2001.

Foram investidos mais de 700 mil cruzeiros em mudas e financiados 175 fundos agrícolas, com área plantada de novos 492 hectares.¹⁶⁴⁹ Ainda no mesmo ano, a AGASA organizou um serviço agrônômico destinado a dar completa assistência aos produtores, gastando, só neste setor, a importância de um milhão e quatrocentos mil cruzeiros.¹⁶⁵⁰ Ou seja, apostou-se alto em pesquisa e fomento, na arrancada da usina. Queria o governo Meneghetti reduzir, então, o dispêndio de 10 milhões de cruzeiros com a compra de açúcar de outros estados da União.¹⁶⁵¹

Os engenheiros agrônomos faziam cursos dentro da AGASA, aonde vinham canavieiros e funcionários. Davam cursos sobre plantio de cana. Então ali eu aprendi. E aprendi na vida mesmo; já tinham me ensinado. Ainda tivemos vários cursos de orientação técnica na AGASA. [...] Eu peguei de encarregado do setor de estrada. [...] fazia toda topografia. [...] Já no local. A estrada tem que ser aberta por aqui ou por ali, porque aqui dá uma estrada boa. Orientava o operador de máquina onde tinha que se abrir a estrada, para não dar lombas, onde os caminhões podiam subir carregados sem problema. [...] Eu fazia trabalho com as prefeituras sobre a manutenção e conservação das estradas vicinais. As estradas vicinais são estradas secundárias que saem da estrada municipal até a lavoura de cana. É incumbência da AGASA. [...] Mas a AGASA também fazia manutenção de estradas municipais.¹⁶⁵²

Foram promovidas também experiências com o objetivo de identificar as variedades mais indicadas à produção de cana na área. Como precisava de lavouras de grande porte que garantissem matéria-prima com quantidade de cana suficiente para operar em plena capacidade, urgia planificar a atuação com os produtores. Impunha-se o planejamento da produção – realidade diversa da praticada na produção artesanal vigente até então. Para essa tarefa, a Secretaria da Agricultura cederia o engenheiro agrônomo Ivo Stoffel, colocado à disposição da usina para iniciar o trabalho, sobretudo, de conscientização dos canavieiros frente às necessidades que se impunham com a industrialização da cana na região.

Ivo Stoffel chegou a Santo Antônio em 1964, jovem recém-formado, preparando-se para casar e na expectativa do trabalho que lhe aguardava. Foi morar numa antiga casa no perímetro da usina, quando ainda era quase tudo deserto no entorno do gigante de pedra, que

¹⁶⁴⁹ BRUNELLI, Julio. Pronunciamento na Assembléia Legislativa. RIO GRANDE DO SUL. *Anais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1964, p. 34.

¹⁶⁵⁰ Em 1965, ao ser reformulada pelo Congresso Nacional a legislação açucareira, a matéria relativa à política de assistência social recebeu reforço. A lei nº 4.780, de 01/12/1965 dedicou o cap. V à assistência aos trabalhadores, no tocante a higiene e saúde, educação profissional, estímulo e financiamento a cooperativas de consumo, financiamento de culturas de subsistência e promoção de programas educativos, culturais e de recreação. Ver BRASIL. Ministério da Indústria e Comércio. IAA. *Brasil/Açúcar*. Rio de Janeiro, 1972, p. 128-129.

¹⁶⁵¹ RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *II governo eng. Ildo Meneghetti*: mensagem do governador apresentada em 15/03/1964. Porto Alegre, 1964. Não-paginado.

¹⁶⁵² Depoimento de Delmo Tedesco concedido a Vera Lucia Maciel Barroso em 11 fev. 2000.

há pouco fora edificado, na terra limpa e roçada. Evocando a solidão que sentiu e o desafio a que se impôs, recorda:

[...] era uma paisagem espetacular: os morros, aquela cortina de mato da Serra Geral. Então, é a ilha, a lagoa de um lado, uma rodovia que passava, a RS. [...] Era uma paisagem bonita, mas era desolador. [...] Fiquei lá de agosto até maio, quando casei e levei a minha esposa para lá. [...] Não havia posto de saúde, não havia água, era tudo água de poço, água de vertente. Energia elétrica tinha na beira da estrada. No interior não tinha nada. E uma coisa que mais me chamava atenção era a falta de acesso às estradas municipais. Eu achava impressionante. [...] para [...] chegar em cima do morro, na localidade do Montenegro. Lá se bifurcava um trilho para o Alto Ribeirão, um trilho de carroça para o Ribeirão do Meio, depois Ribeirão de Baixo. E um trilho que vinha aqui para o Sertão passava carroça de boi e cavalo. Tanto é que, em 64, 65 e 66, não entrava caminhão na serra... não entrava! Eu sei! Eles me levavam de jipe, de manhã, em cima do morro, e, lá no Montenegro, eu alugava um cavalo.¹⁶⁵³

E adiante descreve mais sobre o cenário que encontrava:

O que mais me chamou atenção, além do aspecto estradas, é o aspecto habitacional. [...] No sentido Osório até Arroio Grande, tu não tinha uma casa com cobertura que não fosse de palha. [...] era tudo casa com cobertura de sapé de palha. Isto foi para mim uma extraordinária surpresa: ver a condição habitacional ali. Outro aspecto que me chamou atenção é o aspecto sanitário. Não tinha absolutamente nada; era uma casinha em volta da casinha.¹⁶⁵⁴

Não muito diferente foi o cenário descrito por Leonel Mantovani, ex-deputado estadual e ex-prefeito municipal de Osório, quando assumiu como primeiro diretor da empresa. A usina era, então, apenas uma sociedade piloto, com capital de 20 milhões de cruzeiros.¹⁶⁵⁵ Junto com ele estavam José Carlos Lemos Araújo, como diretor técnico, e Carlos Luiz Kretzmann, como diretor gerente. Em 2001, com 92 anos de idade, residindo em Porto Alegre, Mantovani evocou lembranças vivas deste tempo:

Era a produção maior que nós tínhamos. [...] No dia em que descobrirem o açúcar, o resto tudo eles botam no bolso, porque imaginem uma cultura que dá no mínimo trinta, quarenta, cinquenta toneladas de cana por hectare... Olha, ninguém vai combater!¹⁶⁵⁶

¹⁶⁵³ Depoimento de Ivo Stoffel concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º maio 1999. Em muitos dos outros depoimentos, ele é citado com destaque pelo trabalho que realizou. “Foi o grande precursor, o técnico que incutiu na cabeça das pessoas que canavieiros todos eram, que introduziu novas técnicas e desenvolveu e plantou novas variedades, que motivou de uma maneira geral para que as pessoas se entusiassem mais pela cana-de-açúcar.” Depoimento de Paulo Dapper concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 17 fev. 2000.

¹⁶⁵⁴ Idem..

¹⁶⁵⁵ Em 1965, a empresa já recebera investimentos no valor aproximado de dois milhões de cruzeiros.

¹⁶⁵⁶ Depoimento de Leonel Mantovani concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 17 jan. 2001.

Não foi bem essa a realidade. Como já destacado, antes mesmo da data da inauguração da usina, o imaginário popular já revelara uma preocupação com a possível falta de matéria-prima para as moendas darem conta da sua capacidade. O risco da usina, pela insuficiência de cana, acarretou quase seu desaparecimento, como informa um relatório da direção.¹⁶⁵⁷ Não foi o que o engenheiro Ivo Stoffel vislumbrou, em junho de 1965, quando indagado sobre a suficiência de cana para abastecer a AGASA – ele que vinha percorrendo os morros da cana:

Na sua safra inicial (1965), a AGASA certamente não alcançará a casa dos 60.000 sacos, por falta de matéria-prima. Tem, porém a região, a capacidade potencial de produzir a matéria-prima para várias usinas de igual capacidade. Felizmente o ‘Setor Agrícola’ da Usina está atento a este problema.

Só em 1964 foram instalados na região 1.200 hectares de lavouras novas. Podemos dizer, com certeza e satisfação, que em 1967 terá matéria-prima suficiente na região para a totalidade de capacidade de produção da Usina.¹⁶⁵⁸

De fato, os canaviais receberam cuidados no período que mediou o lançamento da pedra fundamental e a inauguração da usina. Fora iniciado desde então um trabalho de acompanhamento dos canavieiros, com vistas a alimentar a usina, sem risco de continuidade.¹⁶⁵⁹ Em 1963 tinham sido instalados 59 campos de cooperação da Secretaria da Agricultura com os agricultores, que, além de terem introduzido variedades de cana com rendimento industrial em suas lavouras, receberam orientação para desenvolverem novas práticas culturais e de adubação.

Plantava setembro, outubro, novembro. Mas a cana de novembro já é uma cana perigosa por causa do sol. Às vezes se plantava, e não nascia. O começo era sempre entre setembro e outubro. [...] eles vinham fazer canteiro para nos ensinar. Canteiro, eles tiravam um quadro, vamos dizer, mil metros numa área, e plantavam para nos ensinarem como é que a cana produzia. Ó, vamos tal dia, vamos fazer uma lavoura demonstrativa, como eles diziam. Daí eles faziam mil metros de terra. Fazia essa lavoura, e nós íamos lá ver como eles faziam aquela lavoura.¹⁶⁶⁰

Em 1965 a usina começou a produzir experimentalmente.

Na primeira safra, isso aí era uma força rotativa de entusiasmo. Os próprios produtores, eles estavam auto-motivados e acreditavam que a AGASA ia ser a solução de todos os seus problemas. [...] Eles tinham problemas de energia; não havia luz. A estrutura viária era péssima. Linha de ônibus não existia. Então tudo isso começou a nascer. [...] essa era a expectativa de quem produzia cana. [...] No

¹⁶⁵⁷ AÇÚCAR GAÚCHO S.A. AGASA. *Relatório da Diretoria e Balanço Geral do Exercício de 1970*. Porto Alegre, 1971. p. 4.

¹⁶⁵⁸ ENTREVISTA do mês. *A Voz da Escola: Órgão dos Estudantes da Escola Normal Santa Teresinha, Santo Antônio da Patrulha*. a. XIV, n. 63, p. 2, jun. 1965. Em 1966 foram fabricados os primeiros 78.293 sacos de açúcar na AGASA. Documentação avulsa do Arquivo da AGASA.

¹⁶⁵⁹ Ao Engenheiro Agrônomo Ivo Stoffel coube essa tarefa.

¹⁶⁶⁰ Depoimento de Júlio Pereira Sobrinho concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 12 fev. 2000.

momento que eles começassem a produzir, alguém ia lá abrir o beco da estrada deles para que o caminhão chegasse e fosse fazer o transporte da sua cana. E se o caminhão saía, eles também iam poder sair. [...] A AGASA montou todo um parque, inclusive rodoviário, que auxiliava plenamente isto. [...] Ela investia pela manutenção, abertura de estradas e tudo o mais; [...] era de interesse da empresa.¹⁶⁶¹

A produção prevista para a primeira safra, em 1966, foi de 180 a 200 mil sacas de açúcar (60 quilos).¹⁶⁶² E a expectativa era de que a tonelada rendesse 90 quilos de açúcar branco.¹⁶⁶³ Depois de instalada mais outra caldeira, conforme projeto, a produção deveria chegar a 250 mil sacas. Sabia-se insuficiente e longe do consumido no estado.

E a previsão de consumo para 1970 era de 8 e meio milhões de sacas.¹⁶⁶⁴ Mas, apesar desses distantes números, tratava-se de uma indústria pioneira no estado, destinada a produzir um artigo de largo consumo, que era então totalmente importado. E a meta era atender em maior escala o consumo dos gaúchos. Mas, mais que atender o mercado, o que sempre se frisava era a função social da usina, com a esperada dinamização dos municípios de Santo Antônio da Patrulha, Osório e Torres, onde não apenas os agricultores seriam beneficiados, mas também suas populações, que, direta e indiretamente, sentiriam os efeitos da produção e industrialização da cana.¹⁶⁶⁵

Tratava-se, portanto, de uma nova fase da história local e regional, que, mais que nova, esperava-se promissora.

Mas precisa ser feita uma reflexão sobre como os canavieiros reagiram a essa nova orientação, dirigida pelo planejamento. São questões que se impõem:

- a) O que para eles mudou na rotina de trabalho e nas relações sociais geradas nos canaviais da região?

¹⁶⁶¹ Depoimento de Paulo Dapper concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 17 fev. 2000.

¹⁶⁶² Mas essa produção não alcançou o esperado. Ficou nos 78.293 sacos. Quadro da produção de açúcar da AGASA. Documentos avulsos. Acervo da AGASA.

¹⁶⁶³ ANUÁRIO do D.E.E. 1963. Não-paginado. Para o engenheiro agrônomo Wilson Castro, em 1964, a produção média da cana devia andar por volta de 40 toneladas por hectare. Passados 34 anos, conforme dados da EMATER oferecidos em 1998, uma tonelada de cana produz, em uma moenda não regulada, 500 litros de caldo e 115 de açúcar; em uma moenda regulada, 600 litros de caldo e 138 quilos de açúcar. ZERO HORA. Porto Alegre, p. 12, 20 set. 1998.

¹⁶⁶⁴ ANUÁRIO DO D.E.E., 1963. Não-paginado.

¹⁶⁶⁵ USINA de açúcar em Santo Antônio não dispõe de matéria-prima. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 8, 28 fev. 1965. Em 1967, a posição do prefeito de Santo Antônio da Patrulha, Jorge Nehme, era de entusiasmo e júbilo com a implantação da usina na região e seus efeitos. Examinar ofício do prefeito Nehme dirigido ao diretor-presidente da AGASA em ANEXO UU.

- b) Com os novos processos dirigidos de fora, o *ethos* camponês foi alterado?¹⁶⁶⁶
- c) Quais fissuras foram impostas à lógica da tradição dos seus fazeres, aprendidos por herança dos pais e avós?
- d) Quais as repercussões da monocultura da cana dirigida pela lógica da fábrica?

Sem dúvida, com a instalação da usina açucareira, foram promovidas mudanças nas relações de trabalho com evidentes alterações no *ethos* dos colonos do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. “Foram plantar cana e abandonaram o outro lado da pequena lavoura, os embutidos... Eles eram auto-suficientes, e a monocultura da cana estragou muito a nossa colônia.”¹⁶⁶⁷ Os técnicos e agrônomos, através do planejamento industrial, implantaram ações, intervindo na área agrícola e alterando significativamente a rotina dos canavieiros. Para eles foram propostos cursos de treinamento; reuniões; visitas; lavouras demonstrativas; treinamento de jovens; programas de rádio; orientações e avisos em cartazes colocados em pontos comerciais, escolas e outros; fiscalização do Crédito Rural e atendimento/chamamento ao escritório da AGASA, em muitas situações.

[...] Nós cedíamos o colégio para eles fazerem reuniões técnicas, reuniões de fomento. O que é reunião técnica de fomento? É aonde se juntavam os agricultores ali. E a AGASA mostrava como tem que planejar uma propriedade. Que não adiantava plantar tudo num ano e depois no outro não fazer nada. [...] Quando eu digo planejamento da propriedade, é planejar toda a propriedade. Se precisar um banheiro, uma privada, um pomar... Tudo isso nós fizemos, essa orientação. [...] Reuníamos vinte, trinta, dez, quinze, cinquenta. Se era dia de chuva, dava mais gente, porque não tinha o trabalho na roça. [...] Fizemos vários experimentos, ensaios e lavoura demonstrativa dentro da AGASA.¹⁶⁶⁸

¹⁶⁶⁶ Retomando o conceito de *ethos*, Tedesco o apresenta, à luz de Mendras, como a “[...] autonomia relativa frente à sociedade que a envolve. O grupo doméstico é o núcleo estrutural da vida econômico-social, um sistema econômico de autarcia relativa, não havendo uma distinção nítida entre produção e consumo, o universo relacional centra-se no local, por relações internas de interconhecimento e débeis com as coletividades circunvizinhas, a lógica econômica fundamenta-se na subsistência (balanço trabalho/consumo), a unidade do grupo doméstico dificilmente se dissolve, a renda é indivisível, há uma certa homogeneidade cultural (não necessariamente social) partilhada por uma visão de mundo, um sistema de valores e de interconhecimento comunitário.” TEDESCO, João Carlos et al. *Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo*. Porto Alegre: EST, 2005. p. 33-34. O mesmo autor, em outra obra, chama a atenção sobre a visão de Gaiger: “[...] o *ethos* diz respeito a uma sabedoria implícita ao domínio das informações sociais e mentais que são operacionais e adquiridas ao longo das experiências de vida.” TEDESCO, João Carlos. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 20. A produção familiar modernizada vem sendo estudada, face ao interesse crescente em verificar os processos sociais e as formas de produção na agricultura brasileira nos últimos cinquenta anos. Conforme Sorj e Wilkinson, tem sido verificado que na “[...] luta para se preservar como produção familiar economicamente viável, esta deve aceitar as imposições que o sistema agroindustrial lhe coloca, e que na medida que as aceite vão modificando suas determinações, as bases de seu funcionamento.” SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. Processos sociais e formas de produção na agricultura brasileira. In: ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; SORJ, Bernardo. (Org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. 2. ed., São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 34.

¹⁶⁶⁷ Depoimento de Isaac Irineu Marques concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 20 maio 2002.

¹⁶⁶⁸ Depoimento de Delmo Tedesco concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 11 fev. 2000.



Fotografia 82 – Aspecto de reunião com fornecedores de cana – [s/d]

Fonte: Acervo de Edegar da Silva.

Zé da Tamanca – José Luiz Correa de Andrade – contou como sua lavoura foi vistoriada pelo presidente da AGASA e pelo engenheiro agrônomo Alceu Krás Dimer, que o acompanhava, sendo o agricultor advertido:

Eles tiveram aqui e me incentivaram a fazer uma lavoura de cana. Eles falavam um experimento, uma lavoura especial. Está, digo, vou fazer. [...] Aí eu botei lá o que eles pediram. Tinha que botar tantos sacos de calcário, mais fosfato, mais adubo, mais uréia. Fiz ela bem direitinho e produziu muito bem. [...] Mas aí eu digo, eu vou plantar um pé de abóbora para ver se isso funciona mesmo. Se vai dar cana, tem que dar um pé de abóbora no meio da cana. [...] Aí o Doutor Ary esteve aí e o doutor Alceu brigaram comigo. “Mas tu não podias ter plantado isso aí.” Digo: “Mas, como que não. A terra é minha. Eu vou pagar esse financiamento. Eu tenho que saber se isso aqui é bom, assim. [...] Eu não plantei abóbora para negócio. Eu plantei para ver se dava. [...] Eu não estava acreditando. Eu tinha que fazer a experiência. Se funcionar, eu vou tocar o barco.”¹⁶⁶⁹

Essas ações foram orientadas pelo processo mercantil e produtivista, em função das exigências da lógica agroindustrial, que passou a dominar na região, a contar de 1965, estabelecendo um corte visceral no cenário canavieiro do Litoral Norte.¹⁶⁷⁰ A respeito, detalha Delmo Tedesco:

[...] eram pessoas de estilo de vida mais pobre, sabe. Quando a AGASA entrou, mudou com os incentivos. Só para tu teres uma idéia: os insumos tinham subsídio do governo de 50%. Aquilo incentivava o agricultor a plantar cana. São

¹⁶⁶⁹ Depoimento de José Luiz Correa de Andrade – *Zé da Tamanca* – concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 26 fev. 2000.

¹⁶⁷⁰ A orientação empresarial para o disciplinamento da cultura passou a contemplar dias de preparo do solo, dias de plantio, dias de tratamentos culturais, aplicação de calcário, aplicação de adubo para manutenção, aplicação de adubo para cobertura, aplicação de herbicida, plantio de novas mudas e dias de colheita.

fertilizantes, adubos, uréia, cobertura que se colocava na cana e outros ali. Médicos... Era uma potência. Tinha de tudo lá dentro. Era uma opção. Não tinha outra coisa que fosse tão boa como plantar cana. E tinha toda assistência, inclusive os melhores dentistas. Praticamente todos os médicos antigos de Santo Antônio trabalharam lá. Nós tínhamos farmácia, onde os canavieiros levavam os medicamentos, consultavam e lá levavam os remédios. O canavieiro não pagava. O que ele tinha que fazer? Tinha que plantar cana-de-açúcar. Quanto mais cana ele plantava, mais incentivo ele tinha da AGASA e todo tipo de incentivo. Precisava de adiantamento, tinha adiantamento. O bom canavieiro tinha tudo o que queria dentro da AGASA. [...] Nós precisávamos muito de transporte. Se não houvesse transporte, não tinha como levar a cana até a AGASA. Então muitos tinham vontade até de comprar caminhões. A AGASA adiantava até dinheiro em alguns casos para comprar caminhão, pela necessidade que a gente tinha de chegar aquela cana verdinha, sabe? [...]

Eles davam toda assistência técnica ao canavieiro. [...] Quando fazia o financiamento para ver se faltava hectare de cana, iam medir a lavoura e ver se realmente eles plantavam aquela cana. Era instrutor rural, técnico agrícola, engenheiros agrônomos [...]. Nós fazíamos lá no interior reunião de fomento ao plantio de cana, reunião de comunidade.¹⁶⁷¹

A tradição manufatureira dos derivados da cana foi a partir de então combatida, e procedimentos foram dirigidos para os fornecedores não desviarem a produção das suas lavouras da agroindústria.¹⁶⁷² Conforme Ivo Stoffel, “[...] a maior parte dos canavieiros paralisou seus engenhos para vender toda a sua produção para a AGASA. A direção da empresa se opunha aos que não entregavam sua produção integral à AGASA e criava alguns conflitos com eles.¹⁶⁷³ Assim, foi ficando distante um tempo como o descrito a seguir:

[...] a gente criou-se vendo aqueles colonos alegres no fim de semana, eles encostando suas cargas nos armazéns com seu produto industrializado pela família. Levavam os seus ranchos para casa, todos faceiros, rindo, cantando. Você via lá nas lavouras mais altas no pico do morro, eles cantando “o-la-rai, o-la-rai”... Quando vinham da lavoura, estavam todos satisfeitos. Depois, aquele serão da noite empalhando rapadura, contando história. Coisa linda, viu. Era uma família. A gente fazia aniversário, então vamos fazer um serão hoje e ia até a meia-noite, às vezes empalhando rapadura, um ajudando o outro. Era lindo de se ver. Hoje é triste. Tu não vês nada na colônia assim [...] e a agricultura está para trás...¹⁶⁷⁴

¹⁶⁷¹ Depoimento de Delmo Tedesco concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 11 fev. 2000.

¹⁶⁷² A Marumby também cativava o fornecedor. “Houve uma época que a Marumby estava pagando mais pela cana do que a AGASA. Mas vinha o preço de cima. Tudo tinha que seguir o que o IAA mandava. Tudo era controlado.” Depoimento de Elzínia Segabinazzi Ferreira concedida a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º nov. 2004.

¹⁶⁷³ Depoimento de Ivo Stoffel concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º maio 1999.

¹⁶⁷⁴ Depoimento de Acácio Maciel Gomes concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 22 jan. 2000. Tedesco apresenta a noção de comunidade rural a partir de relações caracterizadas “[...] por ligações afetivas estreitas, profundas e duráveis, um engajamento de natureza moral, adesões comuns, grupos de interesses tendo em comum um território.” TEDESCO, João Carlos. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: EDIUP, 1999. p. 79-80. A prática do oi-la-rai é um exemplo. Os cantos de pixurum (mutirão ou reciprocidade no trabalho) ou o-la-rai eram comuns durante a empalhação da rapadura, em muitas casas de família. Sobre essa prática, examinar os trabalhos de Santino Telmo Tedesco, Augusto Trochinski e Rose Marie Reis Garcia nesta obra: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.). *Raízes de Santo Antônio da Patrulha e Caraá*. Porto Alegre: EST, 2000. p. 556-575. Mas Tedesco completa: “Porém, não se pode perder de vista especificidades de ocupações, apropriação do solo, explorações do solo, relações de força, resistências e coesões, grupos de pressão que também a estruturam.” Confirma isso a falta de matéria-prima à usina como uma demonstração de força e resistência frente à realidade em que viviam. TEDESCO, João Carlos, 1999, p. 79-80.

E o retorno a esse tempo ficou mais saudoso já em 1967, quando problemas de toda ordem se sucederam: do âmbito da lavoura à lógica da fábrica, do universo da administração da usina à atuação do Estado na relação com a AGASA. Seu exame aponta o momento crítico que a empresa viveu, já no seu tempo inicial, inclusive de sobrevivência, mas, sobretudo, sinaliza a dialética¹⁶⁷⁵ na resistência a que os fornecedores de cana cedo se impuseram. Mas, para a mais clara compreensão de como se foi operando a realidade usineira com seus atores e coadjuvantes, é esclarecedor trazer à cena a lógica das relações que foram travadas entre os canaviais e a Açúcar Gaúcho S.A.

4.3.1 A lógica da produção usineira gaúcha: as relações agricultura/indústria

Tamás Szmrecsányi chama a atenção para o fato de que a indústria, ao industrializar a agricultura, primeiro a desintegra, e, posteriormente, reintegra as suas atividades produtivas.¹⁶⁷⁶ E o último estágio dessa integração em novas bases do setor agropecuário é representado pela constituição dos chamados complexos agroindustriais. Trata-se de indústrias que compram ou recebem produtos agropecuários para transformá-los em produtos industrializados.¹⁶⁷⁷

A AGASA era uma agroindústria voltada para a produção de açúcar. Entretanto, a lógica da produção de cana na usina açucareira gaúcha divergia das praticadas pelas agroindústrias instaladas nos diversos espaços do território brasileiro. A respeito, o mesmo autor, junto com Oriovaldo Queda, detalha:

No que se refere às relações de trabalho, havia na época consideráveis diferenças entre a situação vigente na agroindústria canavieira de São Paulo, de um lado, e a de Campos e do Nordeste, de outro. Esta última região era então responsável pela maior parte da produção brasileira de açúcar, e seu cultivo de cana

¹⁶⁷⁵ Dialética aqui é concebida na perspectiva materialista, ou seja, como consciência histórica das contradições. Dito de outra forma, ela é entendida como processo que visa não apenas a conhecer e interpretar o real, mas também a transformá-lo.

¹⁶⁷⁶ A modernização da agricultura brasileira é fenômeno presente a contar do pós-guerra, com a utilização de equipamentos mecânicos e produtos da indústria química. Mas, efetivamente, se pode falar em “industrialização da agricultura”, a partir da década de 1960, o que exigiu uma reorganização da agricultura. Ela foi feita sob a égide do Estado, através das políticas de financiamento a juros subsidiados, intensificadas com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural em 1967. Emergiram, então, os chamados complexos agroindustriais. Examinar, dentre outros, o clássico trabalho lançado originalmente no final do século XIX, que aborda a industrialização da agricultura: KAUSTKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986. Pedro Ramos trabalha bem esta questão no capítulo 3 de sua obra, anteriormente citada.

¹⁶⁷⁷ SZMRECSÁNYI, Tamás. *Pequena história da agricultura no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 61.

era efetuado, ainda predominantemente, por fornecedores independentes, antigos senhores de engenho, proprietários de bangüês e produtores de aguardente e de rapadura. Nas terras destes como nas das usinas nordestinas predominava o chamado sistema de moradia, pelo qual os trabalhadores não recebiam quaisquer salários, e eram obrigados a cultivar a cana com seus rudimentares instrumentos de trabalho, em troca de permissão de produzirem a sua própria subsistência. Os custos de produção da matéria-prima eram, assim praticamente inexistentes, mas a produtividade (tanto por unidades de área como por trabalhador) era muito baixa.

Já em São Paulo, não só os custos mas também os rendimentos da lavoura canavieira eram mais elevados, uma vez que as usinas produziam boa parte da cana que processavam, fazendo uso de um sistema peculiar de trabalho assalariado. Esse sistema combinava um assalariamento parcial com o usufruto sob arrendamento das terras canavieiras pelos trabalhadores e suas famílias, nos moldes do chamado colonato paulista, então prevalecente na cafeicultura.¹⁶⁷⁸

O segmento agrícola da indústria açucareira gaúcha não se pautava pelo regime de grande lavoura capitalista movida pela mecanização, condição necessária para os processos de acumulação e diversificação de capitais das usinas, para que efetivamente possam manter-se e expandir-se. Portanto, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, a mudança não se deu por conta de crescimento e penetração vertiginosos das máquinas e equipamentos nas atividades produtivas, que nas outras regiões foram circundando a usina, situada em meio à lavoura de cana. A realidade operativa nas diversas áreas brasileiras, ao contrário da gaúcha, moveu-se, sobretudo, por influência do mercado açucareiro, em moldes capitalistas, verificando-se a disponibilidade de terras, capital, tecnologia e força de trabalho. Enquanto, nos demais estados, os fazendeiros, proprietários de canaviais tiveram que reorganizar suas empresas para dinamizar seus empreendimentos à lógica do mercado; no caso gaúcho, a estatal teve que montar estratégias no sentido de estremecer a lógica artesanal de produção, para substituir a mentalidade canavieira pela mentalidade açucareira, a fim de que as moendas da indústria fossem alimentadas com cana. Quer dizer, a estabilidade da produção industrial depende do setor agrícola. Se a indústria e a agricultura atuarem por caminhos e lógicas diferentes e/ou divergentes, a empresa não se manterá. No Rio Grande do Sul, esse descompasso era visível desde o início do funcionamento da usina.

A propósito, *Zé da Tamanca* opinou:

Eu acho que, para saber das coisas, a pessoa tem que evoluir um pouco. Ele tem que morar um pouco na cidade. Porque o cara que nasceu e se criou aqui toda a vida, ele fica muito parado no tempo, daquela coisa de tempo antigo. Então, se ele nunca usou uma coisa, ele acha, às vezes, que aquilo ali é luxo, e é uma necessidade, não é luxo.

¹⁶⁷⁸ SZMRECSÁNYI, Tamas; QUEDA, Oriovaldo. Introdução. (Org.). *Usinas açucareiras de Piracicaba, Villa-Raffard, Porto Feliz, Lorena e Cupim*: Missão de inspeção do Senhor J. Picard, Engenheiro, de 1º de março a 15 de julho de 1903. São Paulo: Ed. UNICAMP; HUCITEC, 1996. p. XIII-XIV.

A senhora sabe o que é sair da cidade e vir para dentro do mato, sem luz, sem um banheiro, sem nada? A senhora faria isso?¹⁶⁷⁹

Uma experiência vivenciada pela Missão Rural (referida na seção 2) chocou o doutor Vaz Costa, a qual a muitos narrou pela surpresa que lhe causara. O promotor Reginald Felker conta o que ouviu dele:

[...] um fato pesaroso, muito triste. Eles haviam feito um curso preparatório para melhorar as plantações de cana, os processos de extração da cachaça e também para fazer açúcar. Trouxeram novas técnicas que estavam tentando incutir no meio. Foram numa família lá na nascente do Rio dos Sinos, e, depois de uma série de conversações com a família, o cidadão perguntou: “Para que tudo isso? O meu avô fazia assim como eu faço, o meu pai fazia assim como eu faço, eu estou fazendo assim. Para que eu vou mudar?” E ele ficou muito decepcionado, com todo o esforço dele, diante de uma filosofia muito primitivista.¹⁶⁸⁰

Outro depoimento hilariante relativo ao tempo da euforia canavieira foi dado pelo ex-diretor da AGASA, Ary Frank:

O doutor Alceu, engenheiro agrônomo da AGASA, resolveu ensinar o pessoal a plantar e comer legumes. [...] Aquele pessoal se alimentava muito mal, e ele tinha razão. Tomavam café preto, poucos tomavam leite, mesmo os que tinham vaca. Quase nenhum comia queijo, porque não sabiam transformar o leite em queijo, porque o negócio deles era a cana-de-açúcar. [...] A cada reunião com os canavieiros ele ensinava as novas técnicas de plantio da cana, mas, no finalzinho, insistia que eles deveriam ter uma pequena horta. [...] Poucos fizeram a horta. [...] Um dia apareceu um canavieiro muito orgulhoso lá na AGASA e disse: “Eu quero que o senhor vá lá ver a minha horta lindíssima.” [...] Só que tinha pepino desse tamanho, tinha couve ou repolho que já estava florescendo, tudo já tinha passado do ponto. Aí perguntei: “Mas por que vocês não comeram isso?” “Ah, a gente não é coelho... E mais, o senhor queria que a gente fizesse a horta muito bonita!” [...] Então, séculos de cultura não é fácil de mudar. [...] Aqueles velhos que nasceram cultivando cana nunca vão cultivar outra coisa.¹⁶⁸¹

Por outro lado, se, nos demais estados, a maquinização e a quimificação sustentavam e dinamizavam a lavoura empresarial da cana, no Rio Grande do Sul, as poucas máquinas, uma ou duas que a AGASA disponibilizava, já passadas as primeiras safras, não podiam chegar à maioria das propriedades situadas no morro, em áreas até de risco. Como disse Pedro Machado Flor, “[...] por cima de bico de morro ninguém vencia. Não tinha prefeitura que vencesse para fazer estrada para puxar cana.”¹⁶⁸² Já a química, sim. Ela chegou e foi difundida entre os pequenos produtores, os que abasteciam a usina com suas canas, lá tragadas depois de

¹⁶⁷⁹ Depoimento de José Luiz Correa de Andrade – *Zé da Tamanca* – concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 26 fev. 2000.

¹⁶⁸⁰ Depoimento de Reginald Delmar Hintz Felker a Véra Lucia Maciel Barroso em 23 set. 2004.

¹⁶⁸¹ Depoimento de Ary Ilmar Frank concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 10 jan. 2001.

¹⁶⁸² Depoimento de Pedro Machado Flor concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 22 jan. 2001.

sinuoso caminho percorrido desde a difícil colheita. Enquanto, nos demais espaços açucareiros, caminhões, carregadeiras de cana pinçavam maços grossos de cana em meio ao canavial, no Rio Grande do Sul, mulheres, homens, velhos, adolescentes e crianças diuturnamente carregavam nos braços feixes de cana até a beira da estrada, aonde, com tempo bom, os caminhões ou carretas chegavam – quando chegavam. Com chuva, as estradas ficavam inacessíveis, a cana não era recolhida e apodrecia na lavoura. A documentação oral é riquíssima. Alguns extratos de entrevistas ilustram o árduo trabalho das famílias canavieiras do Litoral Norte do estado:

Eles contratavam aquela gente para cortar, e aí tinha muita mulher dali que cortava cana. [...] E tinha esposa de funcionário que ajudava a plantar cana e capinar, e depois elas cortavam e ajudavam a carregar nos caminhões. Umas conseguem, outras não se aposentaram, porque hoje em dia o INSS não está aceitando aquele tempo de roça. Só na justiça que conseguem.¹⁶⁸³

[...] a capacidade de moagem era de um caminhão, no máximo de dez minutos. [...] Mas podia vir uma pedra no meio do feixe de cana e arrebentar as moendas. [...] Se estourasse uma moenda, a assistência era em São Paulo. Aí que se formavam filas maiores. [...] Mas o problema era na lavoura. [...] se dava uma geada, tinha que cortar em seguida. Se depois da geada dava dez dias de chuva, qual é o caminhão que subia neste morro? A cana apodrecia ou quase que apodrecia na roça. E aí a usina tinha que pagar o preço da cana boa. Ao invés de retirar noventa quilos de açúcar por tonelada, retirava setenta. Então, isso era um problema. Acabava aumentando o custo final. Outro problema era a energia. Enquanto a usina moía vinte e quatro horas consecutivas, a energia para tocar a usina era fornecida pelo próprio bagaço. As caldeiras eram aquecidas de forma permanente. No momento que tinha que, principalmente, por um motivo, parar o esquema de moagem, retomar a produção três ou quatro dias depois, as caldeiras tinham que ser aquecidas à lenha. E cada arrancada dessa consumia cinquenta metros cúbicos de lenha; três caminhões de lenha só para tu arrancares a usina, tocar de novo [...]. Essa lenha era comprada; lenha de eucalipto.¹⁶⁸⁴

São terras muito íngremes, com muitas pedras, e isso inviabilizava a mecanização. [...] E ali era uma lavoura praticamente toda feita a mão. A aragem da terra era feita a boi, porque não tinha como entrar com trator naquelas lavouras lá. E como eram pequenas propriedades, era o que os produtores dispunham, era de mão-de-obra braçal mesmo. Era tudo feito de maneira empírica.¹⁶⁸⁵

A terra era muito pedregosa. Atrapalha porque não entra arado. O que a senhora pode levar dois a quatro dias, a senhora leva oito ou dez nas pedregosas. Aí é feito tudo na base da mão. Onde não entra máquina, ela é sacrificosa.¹⁶⁸⁶

Aqui não seria um lugar para usina pela dificuldade do transporte, a cana ser plantada no morro. A chuva, se houvesse dois dias numa semana, era perdido. O

¹⁶⁸³ Depoimento de Dilço José Goularte concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 03 nov. 2005.

¹⁶⁸⁴ Depoimento de Paulo Dapper concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 17 fev. 2000.

¹⁶⁸⁵ Depoimento de Luiz Carlos Ourique concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 02 nov. 2005.

¹⁶⁸⁶ Depoimento de Júlio Pereira Sobrinho concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 12 fev. 2000.

caminhão não entrava mais para trazer a cana. E a cana que estava cortada ficava apodrecendo na roça. [...] As condições eram muito poucas. Quebrava muito a máquina. Nem todos os terrenos davam para trabalhar mecanizado pelo tipo de terreno. [...] a safra era só seis meses. Começava uma safra com muita chuva em julho, perdia o mês todo, a safra reduzia para cinco meses.¹⁶⁸⁷

[...] começaram a carregar com máquina. Aí começou a quebrar a usina. Vinham pedrões enormes. É um terreno cheio de pedra isso aí tudo. [...] Aqui debaixo das rochas de pedra não dá. Nem para transportar dá. [...] Às vezes chovia, e os caminhões não conseguiam entrar na roça. Aí a cana vinha com um mês de atraso. Já vinha seca, vinha podre, não dava para o colono produtor, nem para a AGASA. Virava tudo melação. [...] Era fracasso para o caminhoneiro, para usina e para o produtor.¹⁶⁸⁸

[...] a grande parte dessa lavoura de cana era na base do enxadão, da picareta, porque tem muita pedra solta. Não dá para mecanizar. Então era a braço. Então quem fazia era o pai, a mãe, meia dúzia de filhos, porque não tem gente.¹⁶⁸⁹

Eu me lembro de um caso de um moço que caiu de uma prancha dessas e ficou inutilizado porque houve um problema de coluna vertebral. [...] A cana é uma atividade pesada. [...] um feixe de cana desses aí, podia ir de sessenta a oitenta quilos, muitas vezes. [...] Em 70 e poucos surgiu a aposentadoria por invalidez. Encaminharam porque tiveram problemas de coluna, e normalmente carregamento de caminhão fazia com que muitas pessoas perdessem o equilíbrio e caíssem até de cima de caminhões. Aí muitos ficavam inutilizados para o resto da vida.¹⁶⁹⁰

E nós subíamos lá em cima. Está vendo aquela rampa lá em cima, lá? [...] E daí tinha a prancha. A prancha era uma tábua assim cheia de sarrafinhos, e daí que pegava o feixe ali, e ia desse jeito, subindo ali, assim, o caminhão. E vai botando cana, vai botando cana... [...] Alguns diziam assim: “A AGASA me terminou... ah, a AGASA me arrebentou.”¹⁶⁹¹

[...] cortar a cana não é tão pesado. O negócio brabo é carregar caminhão tudo nas costas. [...] eram doze mil quilos, tudo no pulso. Tudo agarrado no pulso, e subia numa escada, lá em cima num caminhão. Caminhão com dois, três metros de “fuero”, assim de pé. O cara tem de ir no “fuero” até encher. [...] Fuero é um pau de madeira, enfiados nuns troncos de ferro assim nas beiradas dos caminhões, para segurar as canas para não cair. [...] É um palanquinho que escora, que afirma do lado. [...] Nós carregávamos caminhão em altura de três metros. [...] Para vim um caminhão aqui pegar cana, só se a estrada estivesse enxuta, senão não vinha. Era morro e estrada ruim mesmo. [...] Lembro da carga de cana que fui levar para a AGASA. Virou o caminhão. [...] Juntamos uma porção de homens e passamos um meio dia todo num solão descarregando cana e endireitando o caminhão. Depois da cana toda tirada, daí voltamos para cima de novo e endireitou. Daí algum estrago que houve foi do caminhoneiro e nosso prejuízo de mão-de-obra. [...] Aqui nunca conseguimos carregar um caminhão de cana com máquina carregadeira, por ser um chão acidentado. [...] Era tudo a braço, era tudo no muque naquela época.¹⁶⁹²

¹⁶⁸⁷ Depoimento de Cláudio Antônio Souza dos Santos concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 10 jan. 2005.

¹⁶⁸⁸ Depoimento de Nepomuceno Rodrigues da Silveira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º fev. 2000.

¹⁶⁸⁹ Depoimento de Benito Barbosa Izolan concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2005.

¹⁶⁹⁰ Depoimento de Antônio Schneider concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 19 fev. 2000.

¹⁶⁹¹ Depoimento de Ary Carlos do Amaral concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 18 dez. 2004.

¹⁶⁹² Depoimento de Antônio Peres Alós concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 28 set. 2000. (Grifo nosso).

E carregar um caminhão de cana assim no meio dia em ponto... Aí dá vontade de sair correndo. Um dia de verão bem quente...¹⁶⁹³

O Doutor Raimundo me disse: “Olha, isso é um mal sem cura. Não adianta você procurar um remédio. [...] Tudo isso surgiu de ficar por perto de uma ponta de eixo de carreta. Você ficava com fecho nas costas. Você pulava um barranco com um balaio nas costas.” [...] **Quantas vezes eu caí da prancha. Essa prancha, supunhamos assim que o caminhão fica aqui, e a cana está lá, então nós botávamos lá no soalho do caminhão a prancha. É uma prancha, às vezes com quatro, cinco metros, e ela tem uma escadinha feita de sarrafo, e lá nós subíamos. Alguma era mais estreita, outra tinha vinte e cinco centímetros. Nunca tinha uma prancha de trinta, quarenta. [...] Então nós tínhamos que subir e descer daquela prancha, e às vezes chovendo até na própria descida. O que estava descendo da prancha caía, escapava. [...] Eu cansei de cair da prancha, às vezes até com fecho nas costas. [...] Aquilo ali era uns trinta quilos, quarenta. Outros diziam que era cinqüenta. [...] O serviço do arroz era ruim. Mas o da cana era pior.** “Tudo isso aconteceu na sua coluna”, disse o médico. Você não presta mais para o serviço. Você não ganha mais para comer.¹⁶⁹⁴

É muito custoso carregar cana. Aí foram se entregando. Até um aí no Caraá caiu numa prancha, e ele se pisou. Morreu o homem.¹⁶⁹⁵



Fotografia 83 – Carregamento manual de cana: momento da subida na prancha – [s/d]

Fonte: CANA: plantações poderão atingir mil hectares. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 24, 28 set. 1979.

¹⁶⁹³ Depoimento de José Luiz Correa de Andrade – *Zé da Tamanca* – concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 26 fev. 2000.

¹⁶⁹⁴ Depoimento de Júlio Pereira Sobrinho concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 12 fev. 2000. (Grifo nosso).

¹⁶⁹⁵ Depoimento de Luís Tedesco concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 18 mar. 2000. (Grifo nosso).

Outra é a realidade nas áreas onde o processo expansivo de industrialização da agricultura ocorreu. Grande parte dos latifúndios no Brasil transformou-se em modernas empresas capitalistas, diferenciando-se dos antigos latifúndios tradicionais, assentados na exploração da renda do pequeno produtor. Já a pequena propriedade viveu um dilema de graves resultados, caso não se adaptasse à tecnificação que se impunha. Então, o pequeno produtor ou se modernizava de acordo com as exigências do processamento industrial ou se marginalizava. Não ficaram à margem deste dilema os fornecedores de cana da AGASA. Fica clara a apropriação da lógica capitalista no campo para alguns, como revela a fala de *Zé da Tamanca*:

Começa por aí. Tinha que preparar o solo. um hectare de cana. E a senhora tinha que calcular quantos dias ia gastar. Depois calcular o adubo. Calcular as capinas. Calcular a muda e depois o corte para depois fazer a conta para ver o que sobrou em dinheiro. E geralmente, na hora que fosse para fechar o cálculo, daria prejuízo. A única vantagem que ia dar depois se fosse um local bom como era essa região aqui: a senhora teria a soqueira. Só que a soca da cana, ela baixaria na produção no primeiro corte. [...] A adubação é imperdoável. Tem que fazer. É como pessoa doente: se não tomar remédio, morre.¹⁶⁹⁶

Inicialmente as relações de trabalho na área canavieira do Rio Grande do Sul, durante a vigência da AGASA, eram diferenciadas das demais regiões brasileiras de produção da cana. Ou seja, a lavoura canavieira gaúcha apresenta uma originalidade em relação aos outros estados brasileiros. A respeito, De Carli escreveu em 1943, posicionando-se sobre a economia açucareira de São Paulo, que considerava *sui generis* e, fundamentalmente, diferente da nordestina e da fluminense.¹⁶⁹⁷ Passados mais de sessenta anos, se pode repetir essa assertiva, agora aplicada ao Rio Grande do Sul, sobretudo no que se refere à hierarquia dos sujeitos da produção açucareira. Suas relações e condições são totalmente diferentes das demais experiências, inclusive diante da de São Paulo, posta como original pelo referido autor, assentado no trabalho do *colono*, que planta, trata, corta, transporta e entrega a cana à usina, proprietária das terras por ele trabalhadas.

Nas consagradas zonas canavieiras do Brasil, a escala hierárquica de trabalho nesse tempo tratado por De Carli era a seguinte: o trabalhador rural (o assalariado/jornaleiro); o lavrador (de posses reduzidas, que paga uma renda da terra ao usineiro); o fornecedor de cana

¹⁶⁹⁶ Depoimento de José Luiz Correa de Andrade – *Zé da Tamanca* – concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 26 fev. 2000. Os que resistiram à nova lógica, a de se adequarem às incessantes necessidades de matéria-prima da indústria açucareira, sem o devido retorno, fugiram para a cidade, como se verá adiante. Com o êxodo, responderam aos ditames da modernização, que, todavia, não se impusera na região com toda força. As condições estruturais da área também determinaram limites à produção canavieira modernizada.

¹⁶⁹⁷ DE CARLI, Gileno. *Gênese e evolução da indústria açucareira de São Paulo*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1943. p. 85.

(com lavoura própria ou na condição de rendeiro, que tem autonomia administrativa e entrega a produção à usina proprietária da terra) e a usina-plantadora.

No Rio Grande do Sul, a hierarquia estava assim configurada: o peão de cana (sem-terra que trabalhava por tarefa, no corte e transporte da cana dos pequenos proprietários de terras), o canavieiro-minifundiário (produtor de cachaça/rapadura/açúcar mascavo que se transformou em fornecedor de cana), os produtores rurais que nunca plantaram cana (com relativa autonomia administrativa, pois eram gerenciados e acompanhados pelos agrônomos e instrutores da AGASA, pelo vínculo do empréstimo e suas obrigações) e a usina (que adquiria a cana dos minifornecedores de canas próprias e que também teve cana própria, no período 1972/1973 a 1984 – na Fazenda Maciel –, com o trabalho de peões da usina, também chamados de safristas ou trabalhadores rurais, conforme referências documentais).

Como afirma Gnaccarini, “[...] a empresa agroindustrial [...] monopolizando praticamente o crédito, ela regula, pela fixação dos preços da cana e pela retenção dos saldos monetários devidos aos seus ‘fornecedores’, a entrega da matéria-prima.”¹⁶⁹⁸ No tocante à AGASA, a cana que ela processava (afora as canas próprias) era aquela plantada, resultante dos contratos financeiros com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, principalmente (com os juros e correção monetária), executados no escritório da usina. Destaque-se que os fornecedores da cana eram os proprietários de seus minifúndios, cuja mão-de-obra era familiar ou a de peões pagos. Muitas famílias praticavam o “pixurum”:

[...] peão era pouco. Muitas famílias, umas ajudavam as outras. Faziam pixurum. Por exemplo: na época de corte de cana, eles faziam assim um mutirão e cortavam aquela lavoura lá dos vizinhos. Eles se uniam e cortavam aquela para depois ir cortar a outra. E assim iam. [...] Peão saía caro. Entrava todo mundo: a mulher, os filhos... Isso aconteceu conosco. Nós éramos mocinhas e carregando cana lá. [...] Houve uma época que a AGASA comprou uma máquina de carregar cana até o caminhão, onde dava. Era mais rápido do que nas costas.¹⁶⁹⁹

Assim, a solidariedade moveu as relações de vizinhança no trabalho com a cana, como explicou Angelino Costa:

Nós tínhamos roça que às vezes nós botávamos vinte, trinta pessoas a trabalhar na roça de um, e no outro dia ia todo mundo para a roça do outro. Eram os pixurum, como nós dizíamos. Era na época do pixurum.

Pixurum é assim. Tinha o Alzemi, o Chico Pereira, o Juca Pereira, o Antônio Generosa, o Antônio Quinca, o Chico Aurélio, que eram as famílias que mais se uniam. E aí, quando tinha um com a roça muito grande, com muito mato, que a família ia demorar, aí a gente lá matava um porco, assava, fazia um pão caseiro e lá

¹⁶⁹⁸ GNACCARINI, José César. *Latifúndio e proletariado: formação da empresa e relações de trabalho no Brasil Rural*. São Paulo: Polis, 1980. p. 69.

¹⁶⁹⁹ Depoimento de Elzínia Segabinazzi Ferreira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º nov. 2004.

fazia aquele pixurum para o mutirão terminar aquela lá. Aí, no outro dia, ia todo mundo para a roça do outro colono fazer a mesma coisa. Assim nós vivíamos. Eu tenho uma amizade muito grande com a mulher do João Rosa, ali da Araci. A família deles, que era a família do Juca Pereira, muito nós trabalhamos em pixurum. Então, quando a gente se vê é um bate-boca só, porque a gente... a amizade é grande. A gente teve um passado aconchegante porque era tudo junto. [...] Não havia uma liderança; era de acordo. Se tinha uma pessoa apertada, ia no vizinho. Diz: “Olha, estou mal. Então vamos nos unir... Se vocês podem ir... Qual o dia que vocês podem?” E acertava. E a mesma coisa os outros faziam. Então não tinha assim um líder, não. Sempre tinha era uma amizade dos velhos, claro. Amizade deles lá. Os líderes eram os caciques, e nós éramos os índios, que ia todo mundo trabalhar.¹⁷⁰⁰

Outros também relembrou: “Era difícil. Mas a gente trocava com um vizinho para carregar um caminhão. E eu ia lá. Eles vinham cá e iam embora.” Assim falou Marino Amaral.¹⁷⁰¹ Seu pai acrescentou:

[...] não podia pagar peão. Nós que fazíamos isso. Fazia pixurum. Aí vinha capinar comigo. O outro, amanhã ia com o outro. Era feito isso. Abriu a AGASA. Começou o primeiro ano em 66. Quando a AGASA abriu, eu mandei cem toneladas de cana assim. Foi um recorde. Nenhum de todos os canavieiros alcançou. A AGASA terminou com aquele que não trabalhava. Eu criei sete na colônia, plantando cana, vendendo na AGASA.¹⁷⁰²

A família de Júlio Pereira Sobrinho tinha, dentre os vizinhos, alguns peões. “Alguns plantavam. Já tinham feito a colheita deles. Então ele vinha: ‘Ó, vizinho, a minha era pouquinho, eu já colhi. Agora não tem uma pegada para eu trabalhar uns dias contigo?’ Eu digo: ‘tem’, pois eu trabalhava sozinho.”¹⁷⁰³ E, para algumas crianças canavieiras, o trabalho virou brinquedo, como disse *Zé da Tamanca*.

É mão-de-obra familiar. Na época eu tinha os guris. Estavam em casa. Só tinha um problema. Eles estudavam até o meio-dia. Era colégio sagrado. [...] Aí de tarde sobrava aquele tempinho, o tempo que eles queriam brincar. **Aí eu botava eles lá na roça para brincar com a enxadinha, cortar uma cana bem fácil. A mulher também fazia todo o serviço. Se precisasse cortar cana, ela cortava. Se precisasse capinar ela capinava.** Carregava algum feixe também. [...] Às vezes eu trocava trabalho. [...] E sempre se colocava algum mais, não assim empregado definitivo. Mas era serviço que nós fazíamos mesmo. Era com a mão-de-obra familiar de casa.¹⁷⁰⁴

E quanto ao frete do transporte e ao adubo, eles eram computados no custo final da cana. Com a cana entregue, a AGASA pagava ao banco o empréstimo do canavieiro. Esse era o processo natural, sem intercessões, o que induziu, de fato, a uma reformulação nas práticas

¹⁷⁰⁰ Depoimento de Angelino da Costa Neto concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º fev. 2001.

¹⁷⁰¹ Depoimento de Marino Amaral concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 18 dez. 2004.

¹⁷⁰² Depoimento de Ary Carlos do Amaral concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 18 dez. 2004.

¹⁷⁰³ Depoimento de Julio Pereira Sobrinho concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 12 fev. 2000.

¹⁷⁰⁴ Depoimento de José Luiz Correa de Andrade – *Zé da Tamanca* – concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 26 fev. 2000. (Grifo nosso).

produtivas da região, estribada até então numa outra rotina, a da tradição canavieira. Dela resultava sempre o artesanato e as pequenas manufaturas na elaboração de derivados da cana, gerados pela mão-de-obra familiar nas pequenas lavouras, que exigiam naturalmente um volume pequeno de cultivo. O processo de trabalho e a comercialização eram realizados com autonomia. Doravante, para a indústria, impunha-se e urgia multiplicar a cana plantada. E essa virada foi impositiva, dada como a prática que iria atender a ambos os lados. Do ponto de vista da usina, ela seria dinamizada com a parceria participativa dos fornecedores. Por sua vez, os canavieiros teriam um excelente retorno com os benefícios que a AGASA lhes proporcionaria. Era a expectativa anunciada. Assim, “uma mão lavaria a outra”, ou, “é dando que se recebe”. Mas o tempo revelou, sem demora, o alto preço que tiveram a pagar:

Com o processo de industrialização, começou a se acentuar uma situação ali na AGASA, que era assim: primeiro, o pequeno produtor era muito dependente socialmente da usina. A usina se tornou, vamos dizer assim, quase uma dependência social de um grande número. Eu acho que umas mil e quinhentas famílias pelo menos viviam da AGASA. Então o sujeito se apertava. Se tinha um problema de doença na família, ele apelava à AGASA, não apelava às prefeituras, não apelava ao governo do Estado. O socorro dele era a AGASA. Enfim, a AGASA tinha que cada vez mais se esforçar para conseguir atender essa questão social. O esforço que foi feito na metade da década de 70, foi no sentido que a AGASA também ajudasse os produtores a não ser tão dependentes. Por exemplo, o produtor só plantava cana. Então ele não tinha tempo, não tinha mão-de-obra, não tinha condição de produzir seu feijão, de produzir uma galinha, de produzir outra coisa; tinha que comprar. E se ele produz o feijão, aquilo tem um custo muito baixo para ele. Mas se ele tiver que comprar esse feijão, ele vai pagar duas, três vezes mais, ou sei lá, vai pagar muito mais. As pessoas foram plantando cana, plantando cana, esgotando as suas propriedades porque também o sistema de produção foi um sistema que tinha erros. Então o sistema de produção aqui era assim. Se plantava cana. Quando colhia cana, botava fogo na palhada. Então isso destruía uma parte daquilo que podia manter a sustentabilidade, a estabilidade para continuar produzindo no mesmo lugar. Aí abandonava aquela terra e ia para uma outra terra nova. Então tinha que desmatar num outro local. Então, assim, aquilo que era extrativo das florestas da região também foi sumindo. Derrubavam o solo, depauperavam o solo com cana-de-açúcar, que é uma cultura bastante esgotante. No plantio seguinte, se quiser plantar na mesma terra, só a terra não é suficiente, tem que botar calcário, porque já se acidificou, tem que colocar adubo químico; custa dinheiro, que, vamos dizer assim, muda as propriedades da terra.¹⁷⁰⁵

Portanto, para que houvesse cana em abundância, em volume industrial, foi preciso primeiro desmatar, e muito. E, no rastro dessa destruição, práticas artesanais foram banidas com a nova lógica ali implantada.¹⁷⁰⁶

¹⁷⁰⁵ Depoimento de Edegar da Silva concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2005. (Grifo nosso).

¹⁷⁰⁶ Em 1939, interessante matéria destacou: “O desflorestamento tem ocupado a atenção não só de ambientalistas, como de economistas e até de psicólogos. O golpe de machado aplicado ao pau-brasil, inicialmente, foi desfechado depois contra a floresta virgem, onde a fertilidade da terra é maior.” A propósito, examinar: BAPTISTA FILHO, Olavo. Aspectos da economia açucareira no século XVI. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo: Prefeitura Municipal; Departamento de Cultura, a. V, v. LX, p. 164, 1939.

Na verdade, há um processo extrativo. Então, se tu desmatas um lugar que tem mata tradicional, antiga; tu derrubas a mata, tiras a mata para plantar cana. E tu botas fogo no que restou ali e depois tu botas fogo no que resta da cana também. Então tu perdeste, por exemplo, um elemento, que são matérias-primas para artesanato. Existia muita produção de artesanato a partir de taquaras, a partir de cipós, a partir de elementos da mata. Se tu tivesses condições de fazer um levantamento, grande número de famílias complementava a sua renda com balainhos. Aqui por essa estrada, em direção às praias, passava quantidade enorme de peneiras, balaços, que as senhoras se dedicavam fora do processo de agricultura; mas era uma atividade complementar. Isso praticamente sumiu com o processo da cana-de-açúcar, o processo de monocultura da cana-de-açúcar. Então eu acho assim, se fosse retomar isso, teria que ser pensado em manter, ou pelo menos fazer um processo diferente de exploração da cana-de-açúcar para não acabar com o que havia de artesanato. Uma outra coisa é a cultura de subsistência e outras alternativas culturais. Por exemplo, uma importante era a vassoura. A região era grande produtora de vassouras, e, conseqüentemente, muita gente aqui na região produzia milho de vassoura. Uma parte da propriedade eles plantavam milho de vassoura. O milho de vassoura, ele produz o grão da vassoura, ele alimenta galinhas. Então eles criavam galinhas com o milho de vassoura, que era um resíduo. Então, tinha muitas atividades que o processo da cana destruiu. Eu me lembro que tinha o piretro, produção de fumo. Tinha alguns que tinham produção de uva, famílias que faziam vinho. Então, tudo isso, com três décadas assim, foram sendo esquecidos. As pessoas foram perdendo o conhecimento até. Quer dizer, mudou de uma geração para a outra e já não aprendeu, já não fez mais aquilo com o pai, e aí já não sabe fazer mais e foi se perdendo. Então a cana-de-açúcar, por outro lado, gerou essas questões.¹⁷⁰⁷



Fotografia 84 – Registro de queimadas para a expansão dos canaviais – [s/d]

Ao fundo, podem ser vistos dois focos de fumaça.

Fonte: Acervo da AGASA.

Como no Brasil, desde o século XVI, paulatinamente, os campos do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, cobertos pela flora intocada, próximos do mar ou dos rios navegáveis, onde o clima e o solo são os propícios para o cultivo de cana-de-açúcar, foram sendo

¹⁷⁰⁷ Depoimento de Edegar da Silva concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2005.

desmatados. Essa Mata Atlântica era rica em matéria orgânica, com solos argilosos escuros, como o afamado massapé (barro preto) que chamou a atenção dos cronistas do tempo colonial, como Gabriel Soares.¹⁷⁰⁸

Era preciso *esverdear* com cana, a paisagem dos pedregosos morros. Foi o que constatou o presidente do IAA, Gomes Maranhão quando foi lançar a pedra fundamental da AGASA, em 1962. Ao retomar-se seu depoimento, destaca-se, em meio ao silêncio, a pergunta que fez no percurso da sinuosa estrada, entre a lagoa e o morro, quando se dirigia para o local da cerimônia: “Cadê a cana? Não vejo cana!”¹⁷⁰⁹

José Alfredo Marques da Rocha, secretário da Agricultura no governo Amaral de Souza, entre 1981 e 1982, em seu depoimento, chamou atenção sobre o desmatamento da Floresta Atlântica para o plantio de cana, advertindo:

[...] a cana-de-açúcar não tem mecanização no morro. Conseqüentemente, não pode estar próxima, de um lado, um morro com uma inclinação alta que até ecologicamente não se recomenda. É crime ambiental agredir a Mata Atlântica que fica aí na encosta. Então, obviamente ela estava fora de local.¹⁷¹⁰

Na mesma direção, o engenheiro agrônomo Wilson Castro confirma:

Aquela zona toda, ela era coberta de mata natural. Foi desmatada lentamente. Foram cortando, cortando, cortando. Eu me lembro que, no fim, desciam as carrocinhas da Borússia com madeira dessa grossura. Não chegava a crescer a capoeira. Quando estava querendo engrossar, eles cortavam de novo.¹⁷¹¹

Nessas condições, a travessia do projeto usineiro, o implantado, sofreu muitos reveses. A retomada do percurso, com os encaminhamentos dados através da lógica canavieira gaúcha, desde a inauguração da usina, possibilitará perceber, com nitidez, o distanciamento crescente e antagônico do projeto popular dos canavieiros, diante do que vinha sendo implementado, em

¹⁷⁰⁸ Agroindústria açucareira. In: PONS, Miguel Angel. *História da agricultura*. Caxias do Sul: Maneco, 1998. p. 132-133. A respeito, ver também: BAPTISTA FILHO, Olavo. Aspectos da economia açucareira no século XVI. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo: Departamento de Cultura da Sociedade de Etnografia e Folclore e da Sociedade de Sociologia. a. V, v. LX, p. 159-174, ago. 1939. Um exemplo de estudo de caso que verifica os resultados do desmatamento para o plantio de cana no estado de Alagoas está publicado em WAGNER, Maria Neugesila Lins. *O amargo doce da cana: em torno do enfoque da sustentabilidade do desenvolvimento*. Maceió: Ed. UFAL, 2000.

¹⁷⁰⁹ Entrevista do Presidente do IAA, Gomes Maranhão, realizada por Wilson de Oliveira Castro na Rádio Osório, por ocasião do lançamento da pedra fundamental da AGASA. 1962. Transcrição da gravação realizada por Véra Lucia Maciel Barroso. Acervo de Wilson de Oliveira Castro.

¹⁷¹⁰ Depoimento de José Alfredo Marques da Rocha concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 10 jan. 2005.

¹⁷¹¹ Depoimento de Wilson de Oliveira Castro concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 24 jan. 2001. Paulo Dapper frisou que houve um desmatamento da área frontal da usina que provocou um deslocamento de matéria orgânica em volume grande, e que foi depositando-se na margem da lagoa, resultando em grande poluição. Além dela, o bagaço queimado que saía pela chaminé provocava poluição num raio de quarenta a cinquenta metros; bagaço esse que também passava a ser depositado, em grande parte, na lagoa. Depoimento de Paulo Dapper concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 17 fev. 2000.

total dessintonia com os populares da cana. Sem demora, eles deram a sua resposta, aquela que enraizou o princípio do fim da AGASA e que será examinada ainda nesta seção.

4.4 A DIALÉTICA DA SUPERSAFRA E OS DESCAMINHOS DA CANA: INDÍCIOS DA DESILUSÃO

A imprensa, já no ano da inauguração da usina (1965), confirmava sobre seus problemas estruturais. Como constatou o próprio presidente do IAA, Gomes Maranhão, quando de sua vinda para o lançamento da pedra fundamental da AGASA, em 1962, não havia matéria-prima para alimentar a demanda de uma usina. Não só porque ainda era pequena a área de produção, como também porque muitos produtores preferiam continuar utilizando a matéria-prima para a fabricação da cachaça e da rapadura, mais rentáveis, do que entregar sua produção para a Açúcar Gaúcho. Isso ocorreu, ainda no início, sobretudo pela falta do pagamento total dos fornecimentos de cana à usina. Foi percebido, de imediato, pelos pequenos produtores, especialmente dos municípios vizinhos de Santo Antônio da Patrulha, que a distância de deslocamento até a indústria encarecia bastante o custo do transporte. A propósito, no *Correio do Povo* de 28 de fevereiro de 1965, alguns meses antes da sua inauguração, lê-se:

[...] a produção de açúcar no Rio Grande do Sul, só tem beneficiado, ao que parece, os funcionários da usina, que, quer ela trabalhe ou não, recebem seus vencimentos mensais e, ainda, os distribuidores do produto, que recebem apreciável porcentagem sobre as vendas. A implantação da usina em Santo Antônio teria sido feita sem estudos econômicos mais aprofundados, não levando em conta seus promotores as perspectivas do fornecimento da matéria-prima. O resultado é que [...] a usina de açúcar de Santo Antônio transformou-se em mais uma repartição governamental que provoca todos os meses avultadas despesas sociais, sem apresentar, em contrapartida, os benefícios econômicos e sociais que dela seria lícito esperar.¹⁷¹²

Dois anos depois, Alexandre Machado, ex-secretário de Estado e deputado estadual em 1967, ocupou a tribuna para criticar a cobrança de taxa a ser paga ao INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário –, juntamente com o Imposto Territorial Rural, conforme determinavam os decretos-leis nº 58, de 21/11/1966 e nº 276, de 28/02/1967, que

¹⁷¹² USINA de açúcar em Santo Antônio não dispõe de matéria-prima. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 28 fev. 1965. (Grifo nosso).

alteravam a lei de 30/11/1964. Seriam cobrados 3% sobre os salários pagos pelos empregadores que desenvolvessem atividades industriais, mais 1% sobre o salário mínimo anual da respectiva região, para cada módulo da propriedade rural (isento o proprietário com apenas um módulo). O referido deputado informou na tribuna sobre as dificuldades por que passavam os produtores rurais e mostrou preocupação com a evasão de rendas federais do estado, entendendo que as mesmas devessem retornar em benefício às áreas de produção. E, de fato, na lista das fontes de recursos e arrecadação no Rio Grande do Sul, a indústria do açúcar encabeçava o rol dos treze itens industriais: laticínios (2); charqueada (3); mate (4); extração de fibras vegetais e descaroçamento de algodão (5); de beneficiamento do café (6); arroz (7); madeira, resina e lenha (8); sal (9); matadouro (10); frigorífico rural (11); curtume rural (12); olaria (13).¹⁷¹³

Por outro lado, no mesmo ano de 1967, a divulgação de um relatório de análise da situação contábil e administrativa da AGASA, referente ao primeiro quadriênio da empresa, demonstrava um conjunto de irregularidades que arrastavam a empresa a um estado caótico vizinho da completa insolvência financeira. O inquérito fora determinado pelo secretário da Agricultura, que respondia pela Secretaria da Economia. Nas suas conclusões, afirmava que o governo que assumira – Walter Peracchi Barcelos (31/01/1967-31/01/1971) após o segundo mandato do engenheiro Ildo Meneghetti (31/01/1963-31/01/1967) – encontrara a empresa asfixiada por um passivo de mais de um bilhão de cruzeiros antigos, em confronto com um ativo que alcançava escassamente a cinquenta milhões de cruzeiros.¹⁷¹⁴ Em matéria divulgada na Folha da Tarde, as expressões são taxativas para o precoce descalabro da usina que há pouco começara a atuar.

Apesar de todo esse descalabro e do fato de ter a usina mercado seguro para a colocação do açúcar produzido, sua direção se dava ao requinte da liberalidade de manter contrato, à base de comissões, com uma firma intermediária encarregada destas relações de comércio com os compradores. Mas não param aí os desmandos arrolados pelo grupo de trabalho designado pelo titular da pasta da Economia, pois há o caso de uma gratificação anual aos diretores, no valor de cinco milhões de cruzeiros antigos, votada ilegalmente, a título de estímulo, pelos excelentes resultados obtidos no exercício passado. **Chega a ser hilariante a justificativa apresentada para essa autopromoção, quando se atenta para a circunstância de que a empresa está praticamente às portas da falência, sem recursos para o pagamento de suas dívidas compulsórias aos modestos agricultores que lhe fornecem a matéria-prima.** A exposição do Secretário da Agricultura arrola um elenco de medidas tomadas para a recuperação financeira da AGASA e outras que deverão ser ainda executadas para que a indústria possa funcionar em bases racionais e técnicas. **E é de bom alvitre que o governo do Estado não tarde a**

¹⁷¹³ INDA esclarece à Assembléia sua ação no interior do Rio Grande. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 28, 11 out. 1967.

¹⁷¹⁴ Documentos avulsos. Acervo da AGASA.

encarar seriamente um problema que diz tão de perto com a melhoria das condições de vida numa zona de baixa capacidade econômica.¹⁷¹⁵

As dificuldades, sem demora, foram percebidas e deixavam sinais:

A AGASA era um início, quer dizer, a esperança, era a esperança que eles produzindo cana-de-açúcar pudessem mudar. Mas como ela foi, em dois anos... Dois anos é muito pouquinho tempo para mudar a constituição de uma família, mudar a cabeça de uma família, vamos dizer assim, a economia, o bem-estar dessa família. O funcionamento da AGASA até dois, três anos, ela foi bem. Mas aí foi em queda. Não atingia já... Começou a vir o descrédito disso aí. Então, essas famílias já passaram a ir embora. Os filhos iam servir e não voltavam mais. Servia o serviço militar e não voltava mais. O filho ia trabalhar de pedreiro, ia trabalhar de empregado de outro. Aí começou a ver alguma coisa na vida, alguma indústria, algum comércio. Então vinha do interior para trabalhar na cidade e deixava os pais sozinhos.¹⁷¹⁶

Efetivamente, passadas as primeiras safras com plantio intensivo de cana, o cansaço, o desânimo e os pagamentos atrasados, crescentes e visíveis sinais de desilusão, fizeram recuar muitos fornecedores. Paradas freqüentes passaram a ocorrer na fabricação nesses primeiros anos, e nos seguintes, por falta de matéria-prima. Os números confirmam. Em 1970 a fábrica parou 22 dias; em 1971, 33 dias; em 1972, 58 dias e em 1973, 76 dias; dias calculados sobre o período de safra.¹⁷¹⁷ As queixas retornaram com mais força e convicção de que não valia mais a pena tanto trabalho em áreas muito pedregosas. É o que as falas denunciam.

[...] não é fácil capinar a cana num dia de sol quente, carregar o caminhão, que era numa prancha, e pegavam aquele monte de cana, uns quarenta, cinqüenta quilos de cana no ombro e subiam a prancha. Às vezes eram homens, mulheres e até crianças. Teve até um caso, vou até citar o nome, o senhor Sérgio, ele e a família carregavam caminhão de cana, e ele estava sem camisa e no carregar eu vi uma coisa no ombro dele e perguntei o que era. Então eu vi que estava saindo sangue do ombro dele. [...] Mais tarde se deslocou para o morro as carregadeiras de cana, só que onde tinha muita pedra e muito morro ela não conseguia trabalhar, [...] mas só representava até vinte e cinco por cento da área aonde as carregadeiras conseguiam chegar. O resto tinha que subir na prancha e colocar a cana em cima do caminhão. O trabalhador de cana era um herói.¹⁷¹⁸

Ampliou o quadro de reveses o custo do frete, cada vez mais oneroso, além de ser difícil o relacionamento com os transportadores de cana:

[...] o frete no começo era triste porque, se a senhora oferecesse uma cana a meia, o caminhoneiro não queria levar. [...] Eu cansei de ver eles rejeitarem. O local era

¹⁷¹⁵ AÇÚCAR Gaúcho. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 2, 30 out. 1967. (Grifo nosso).

¹⁷¹⁶ Depoimento de Antônio Nazir Ferreira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 04 fev. 2005.

¹⁷¹⁷ AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da safra 1974/1975*. Santo Antônio da Patrulha, 1975. Não-paginado.

¹⁷¹⁸ Depoimento de Alceu Krás Dimer concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 15 mar. 2002.

ruim. Eles tinham medo de botar o caminhãozinho deles lá e perder o caminhão. Eles não iam. Aí o cara, depois de fazer aquele trabalho todo, ele perdia na lavoura. [...] Depois que a AGASA comprou um trator e tinha uma patrôla, aí a coisa mudou. [...] depois entrou um esquema assim [...] Até certo ponto era tanto o frete. Mais adiante era um pouco mais para ser mais ou menos razoável. [...] Foi muito difícil para a gente se entender com os caminhoneiros porque ele era mais autoritário do que o proprietário. Ele chegava mandando. Ele nunca estava satisfeito com nada. A gente não gosta de ser xingado de jeito nenhum, ainda mais carregando uma cana assim numa hora bem quente. A coisa era feita.¹⁷¹⁹

E aguardar sete meses sem o pagamento da matéria-prima entregue à AGASA, que estava sem capital de giro e sem respaldo financeiro, foi um duro golpe na credibilidade da usina. O vizinho Nepomuceno já percebera, passado só três anos, que a usina não estava bem:

Dali uns três anos já se notava que o negócio mostrava que já estava dando para trás. Já o pessoal não estava mais acreditando, já não agüentava mais subir a prancha com um feixe nas costas, porque no começo era homem, mulher, todo mundo subindo prancha. É uma tábua grossa que a gente prega os degrauzinhos para o pessoal ir subindo e descer por outra prancha. Então tinham duas pranchas, uma para descer e outra para subir. Porque esperar até que uma desça para outra subir, eram doze pessoas, ia atrapalhar o serviço, por isso duas pranchas. Então, era judiado o serviço. É muito trabalhoso. Trabalho mais manual. Não tinha boi em muitos lugares. Aí o povo arrancava cana, a soca de cana para plantar ou de picareta ou de picão. É um trabalho muito pescoço de boi. Hoje em dia, o que não dá para mecanizar nem adianta querer tocar, porque não vai para frente.¹⁷²⁰

Para completar o quadro de crise, em 1968, uma prolongada seca afetou os canaviais, resultando em baixíssima produção; apenas 37.020 sacos de açúcar de 50 quilos.¹⁷²¹ A documentação revela que muitos canavieiros, desencantados com o atraso da safra anterior, encaminharam suas canas para alambiques, com pagamento certo. E mais:

Começaram a vazar os problemas da AGASA no governo Peracchi porque não foi mantido o respaldo oficial do governo, já que estava se mostrando uma indústria onerosa, e tecnicamente não havia como fazer, através de injeção de recursos disso, daquilo, aumentar a capacidade produtiva. Não havia matéria-prima suficiente para isso também. [...] Começou a correr uma onda, uma notícia... [...] Ah, a AGASA está abandonada, não estão dando bola. Tudo isso é um processo para acabar vendendo a AGASA e privatizando a AGASA. [...] Eu denunciei isso pela imprensa e na Assembléia. “O governo vai privatizar ou quer privatizar a AGASA.” [...] Aí entrava o aspecto político. Estão querendo privatizar porque nós não somos privatizantes, nós somos estatizantes, e vão privatizar e tal.¹⁷²²

¹⁷¹⁹ Depoimento de José Luiz Correa de Andrade – *Zé da Tamanca* – concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 26 fev. 2000.

¹⁷²⁰ Depoimento de Nepomuceno Rodrigues Silveira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º fev. 2000.

¹⁷²¹ Quadro da produção de açúcar. AGASA S.A. Documentos avulsos. Arquivo da AGASA.

¹⁷²² Depoimento de Harry Sauer concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 13 set. 2004. Como deputado trabalhista, se mostrou atuante acerca da situação da usina naquela ocasião.

Essa movimentação levou o secretário da Agricultura, Luciano Machado, a prestar esclarecimentos na Assembléia Legislativa; o qual, munido de elementos contábeis e financeiros, disse:

A bem da verdade é a seguinte: a AGASA meio que nasceu morta. Ela não tinha condições de se transformar numa indústria lucrativa, e não houve maneira. A própria produção canavieira não atendeu às exigências de crescimento [...]. Então, achavam o preço inadequado, e havia muita dificuldade de transporte.¹⁷²³

Em depoimento, o ex-deputado e ex-secretário Luciano Machado, aos 91 anos, recorda as dificuldades que encontrou e as providências que definiu tomar:

Fui saber o que era a AGASA. Era um órgão criado para proteger e dar assistência aos plantadores de cana daquela região pobre ali, que só fabricavam cana para fazer rapadura. Então tinha que melhorar o meio de vida daquela gente ali. Eu fiz o que pude por eles, dando assistência às estradas, melhorando o preço da cana. A fábrica de açúcar da AGASA, tudo aquilo funcionou. Mandeí pagar todas as dívidas que a AGASA devia para os canavieiros. [...] Aí o pessoal ficou faceiro. Paguei tudo. Comecei a proteger. Mandeí eles estudarem o preço justo da cana e paguei, e aí aumentei o preço. [...] Os anos passaram, e são trinta e poucos anos, e a minha memória não me ajuda. Me lembro por alto das coisas. Só sei que no meu tempo a AGASA progrediu de tal maneira que no segundo ano nós já tivemos lucro. Pagamos o que devíamos. [...] Daí aumentei o preço da cana, e a coisa foi. Fabricava açúcar que era uma maravilha. Daí se foi embora. [...] Atendia tudo, como era que tinha que fazer para melhorar aquela gente. E melhorou muito. Abriam as estradazinhas deles...¹⁷²⁴

Também para o deputado Harry Sauer, a AGASA nasceu realmente sem condições de se transformar no que se imaginava.

A gente depois viu isso. Então, o Luciano foi à Assembléia fazer uma explanação da situação da AGASA naquele momento em que estava superfalida, superquebrada. Ele disse: “Não adianta colocar mais dinheiro nisso, porque não há como nem manter em ritmo adequado. Não há condições técnicas e econômico-financeiras para isso.” Realmente por aí ela foi degradingando por um conjunto de fatores.¹⁷²⁵

¹⁷²³ SECRETÁRIO da Agricultura diz que AGASA está em má situação. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 18, 14 mar. 1967. (Grifo nosso).

¹⁷²⁴ Depoimento de Luciano Machado concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 28 set. 2004. A imprensa, em 1967, deu grande divulgação a essa crise. Ver: LAVOURA canavieira: excepcional a produção de Santo Antônio da Patrulha. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 3, 10 mar. 1967. A reportagem aborda a reação do prefeito Nehme, contrária às notícias de falta de matéria-prima na AGASA. Não é o que informam outras matérias, como estas: SECRETÁRIO da Agricultura diz que AGASA está em má situação. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 18, 14 mar. 1967. DEPUTADO defende a administração da AGASA e a ampliação da empresa. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 16 mar. 1967. LUCIANO Machado diz que AGASA não está para ser negociada. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 12, 17 mar. 1967. PROBLEMAS de açúcar – AGASA: Lauro Hagemann criticando a propaganda desmoralizadora da AGASA. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 23 mar. 1967. EXPOSIÇÃO do titular da Agricultura sobre a situação da AGASA (Luciano Machado). *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 18 abr. 1967. AGASA e convocação de secretário. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 13, 13 ago. 1967. APEDIDO: Governo Walter Perachi Barcellos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 8, 1º fev. 1968.

¹⁷²⁵ Depoimento de Harry Sauer concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 13 set. 2004.

A situação era crítica, o que levou o governo do Estado a tomar medidas urgentes, resultando na nomeação de novo diretor, que, aliás, exerceu dois mandatos na AGASA. O primeiro, em 1967, a convite do secretário Luciano Machado. Ary Ilmar Frank¹⁷²⁶ sucedeu Leonel Mantovani, que inaugurara a usina.

Após atuar como segundo diretor-presidente da usina, exerceu seu segundo tempo diretivo, a contar de 1975, na condição de quarto presidente na sucessão da empresa. Seu primeiro mandato foi muito marcante, a ponto de ser citado como o mais eficiente presidente à testa da usina na maioria dos depoimentos orais colhidos para este trabalho, como também na documentação escrita. De fato, há motivo. À testa da usina, gerenciou um trabalho estrutural, não só na indústria, como na área agrícola, atuando ele próprio, diretamente com os canavieiros, nos quase dois anos que ali esteve inicialmente, como ele próprio recordou.

[...] o meu segundo mandato foi completamente diferente do primeiro, porque já havia mais ou menos uma consolidação do plantio de cana na área de morro. E como novidade eu encontrei aquele banhado, onde já tinha sido enterrado muito dinheiro e que para fazer produzir tinha que se enterrar muito mais dinheiro ainda. Essa era uma realidade. E a existência de três empresas que não tinham nada a ver com cana e que só estavam tirando recurso da área da cana e que estavam lá atrapalhando [...]. Foi bem mais fácil do que o primeiro. **Porque o primeiro, a AGASA estava desmoralizada, sem dinheiro, sem crédito, sem cana, sem motivação por parte dos agricultores. Porque foi vendido, para os agricultores uma ilusão de que plantando cana eles iam enriquecer. É, eu soube, não sei bem quem é que dizia: “Não estraga. Essa gente vai trazer cana, nem que seja nas costas aqui para dentro”. [...] Eram técnicos que vinham alertando: “Olha, sem estrada como é que vai descer essa cana?” E realmente foi uma decepção aquela primeira safra. Todo mundo ficou meio decepcionado, porque de repente eles caíram na realidade, na realidade dura de que plantar cana, cuidar da cana, colher cana é uma tarefa dura. É carregar cana numa carreta, transportar até um caminhão, depois subir com aquele feixe de cana numa rampa em cima do caminhão e depois receber uma pequena remuneração que eles imaginavam que seria muito mais do que a realidade foi. E muitos não recebiam. Quer dizer, eles foram receber só na outra safra. Quer dizer, isso desiludiu demais, principalmente porque as promessas foram muito grandes. Como fazer sem dinheiro, como fazer para mudar isso e voltar a motivar eles? [...] a minha grande vitória foi deixar aqueles morros com muito mais cana do que quando eu cheguei, apesar de toda a desilusão criada. [...] Eu tenho absoluta certeza que ninguém fez pela AGASA o que eu fiz. Ninguém deu o que eu dei de mim, ninguém deu. E ninguém conseguiu concretamente os resultados que eu consegui.**¹⁷²⁷

Os entrevistados confirmam o sentimento do ex-presidente:

¹⁷²⁶ Nasceu em Palmeira das Missões em 1938. Economista formado na UFRGS em 1960. Funcionário da Secretaria da Economia ao tempo do Secretário Luciano Machado no governo de Peracchi Barcelos. Ficou dois anos e meio na AGASA e retornou anos depois, a convite do vice-governador, Cláudio Strassburger. Depoimento de Ary Ilmar Frank concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 10 jan. 2001.

¹⁷²⁷ Idem. (Grifo nosso).

O doutor Ary Frank foi um dos primeiros presidentes que arregaçou as mangas, que acreditou no projeto, que motivou muito os canavieiros para que também arregaçassem as mangas em favor da produção da cana-de-açúcar. [...] foi um técnico economista altamente dedicado e competente.¹⁷²⁸

“O doutor Ary Frank foi dos homens terríveis para levar eles para frente. O doutor Ary subia esses morros aí de a pé, ia lá nos canavieiros ver o pessoal trabalhar: era um espetáculo!”¹⁷²⁹ Dilço Goularte lembrou ainda:

O doutor Ary Frank foi uma pessoa que se infiltrava no meio do pessoal, quando estava o colono para receber, e vinham aqueles colonos, com o seu chinelinho, com o seu chapéu de palha, cigarro palheiro, como se dizia, ele botava dois ou três maços de cigarro no bolso do casaco e se infiltrava no meio deles, dava cigarro para um, para outro. O doutor Ary foi um dos melhores para a empresa em si, no meu modo de pensar. [...] Vou te contar uma história, um exemplo. Ele pegou uma época que estava muito difícil, estava sem dinheiro. O doutor Ary [...], como presidente, tirou o seu casaco, o seu sapato e foi para dentro de um tanque empurrar melaço com os pés para vender e fazer um dinheirinho para dar um vale para os funcionários. Isso é um prestígio numa pessoa. Raro isso aí. Isso é muito raro, e ele fez.¹⁷³⁰

O passado está tão presente nas memórias de Ary Frank que em seu depoimento ele mesmo afirmou recordar dos mínimos detalhes, desde o primeiro instante em que ouviu falar na AGASA.

O Dr. Luciano Machado também era de Palmeira das Missões. Ele conhecia meu pai e a mim, não. Mas soube que tinha alguém da região dele que trabalhava na Secretaria da Indústria e Comércio. E ele precisava de alguém da confiança dele para colocar lá na AGASA. É lógico que ele já tinha consultado várias outras pessoas, mas ninguém teve coragem de abraçar o abacaxi. [...] Era um abacaxi muito, muito, muito grande. Foi em 1967. [...] Justamente foi a época da maior crise da AGASA. Havia terminado, creio, o governo Meneghetti. [...] **Os dois ou três primeiros anos da AGASA foram realmente um desastre. [...] Eu não sei exatamente as causas. Mas a verdade é que a AGASA estava praticamente falida.** Ela não tinha nem pago a cana comprada na safra anterior. Grande parte da cana que havia sido transformada em açúcar não estava paga, e os agricultores todos estavam muito revoltados. **Toda aquela euforia excessiva, toda aquela expectativa fantasiosa que se criou em torno da AGASA, tudo virou pesadelo no momento em que os agricultores tiveram que plantar cana-de-açúcar para abastecer uma usina. E não era assim tão fácil, principalmente numa região lá que não tinha estrada e terras muito pouco férteis e minifúndio, as propriedades muito pequenas, sem a mínima condição de mecanização. Então, realmente eu assumi porque era muito moço. Não tinha nada a perder realmente. Eu só fui convidado realmente porque ninguém quis abraçar o verdadeiro abacaxi.** Era um problema. [...] A verdade é que a AGASA estava numa situação muito, muito precária. [...] Havia pouca cana plantada e insuficiente para movimentar nem 50% da capacidade. Não lembro bem dos números, mas provavelmente ela utilizava 20% da capacidade.¹⁷³¹

¹⁷²⁸ Depoimento de Paulo Dapper concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 17 fev. 2000.

¹⁷²⁹ Depoimento de Nepomuceno Rodrigues da Silveira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º fev. 2000.

¹⁷³⁰ Depoimento de Dilço José Goularte concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 02 nov. 2005.

¹⁷³¹ Depoimento de Ary Ilmar Frank concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 10 jan. 2001. (Grifo nosso).

Logo que chegou à usina, foi examinar, *in loco*, as condições estruturais da área, que o deixou impressionado. Verificou que se tratava, segundo ele, de “uma região de **microfúndio**”:

Não dá nem para dizer minifúndio. As propriedades, se bem me lembro, tinham em torno de dois a quatro hectares cultivados. Isso é pouquíssimo. **Aliás, a AGASA, depois eu vim descobrir, era a menor usina de açúcar do Brasil. Era insignificante.** [...] Menor em tamanho. Não havia cana para uma usina maior. E a expectativa era de que no futuro os agricultores plantassem mais cana. Agora eu acho que foi muito mal avaliado, porque não existe terra cultivável no município de Santo Antônio e Osório suficiente. [...] A região canavieira é justamente a mais infértil e a mais difícil de trabalhar. É a área de morro... E foi feita muita força. Mas os pecuaristas e os arrozicultores nunca tiveram nenhum interesse em plantar cana. [...] Em primeiro lugar, porque o arroz era mais rentável. E, segundo, porque as várzeas eram todas destinadas a arroz e pecuária. E existia uma cultura de que a cultura de cana-de-açúcar é cultura para minifúndio, e ela não se presta para áreas maiores; [...] totalmente falso. Justamente o contrário. A cana-de-açúcar tem que ser cultivada mecanicamente. **Não tem como sustentar uma usina cultivando cana com aradinho de boi.** Em muitos lugares, nem aradinho de boi consegue trabalhar grande parte daquela cana. Era cultivada com picareta. Fazia um buraco no meio, entre uma pedra e outra com picareta. [...] **A gente sempre ouvia lá dentro da Secretaria que foi um projeto, sem dúvida nenhuma, político – não foi técnico – do então governador Leonel Brizola.** [...] **Ele queria dar, melhorar as condições de vida dos agricultores daquela região de Santo Antônio e Osório.**

Descasquei o abacaxi, primeiro com muito trabalho, mas muito mesmo. [...] É levantar muito cedo, é vestir as botas, subir o morro e conversar com o agricultor. **Porque o agricultor naquela época estava completamente desiludido. Então o meu trabalho foi motivá-lo a continuar, a continuar plantando cana porque a usina sem cana-de-açúcar fecharia logo. E eu tenho certeza de que foram os anos em que mais se plantou cana-de-açúcar foram naqueles dois anos e meio que eu estive lá.** Tanto é, tanto assim, que a maior safra se fez é... uns dois ou três anos depois que eu saí, ou um ano depois se fez uma safra naquela época considerada excelente.

Só que não tinha dinheiro. A AGASA não tinha dinheiro. O que o governo do Estado fez foi pagar, aumentar o capital da AGASA o suficiente para pagar os atrasados dos canavieiros, mas os outros fornecedores não. É, eu lembro bem que para iniciar a safra precisava comprar, no mínimo, pelos menos os sacos, a sacaria para ensacar o açúcar. E não havia crédito. Para isso foi um trabalho muito grande conseguir crédito para comprar os primeiros sacos de açúcar para ensacar o açúcar. Mas havia outros débitos muito grandes. **Agora o trabalho maior era conseguir que os agricultores voltassem a plantar cana.**¹⁷³²

Frank ouviu inúmeras e incessantes queixas dos canavieiros:

Primeiro lugar, de que o preço era muito baixo. Segundo, de que o pagamento atrasava muito. Terceiro, falta de estradas. [...] É incrível isso. Realmente só um projeto do Estado poderia ser feito naquelas condições. Incentivaram o plantio de cana, distribuíram mudas, deram assistência, e ninguém lembrou que aquela cana para chegar na usina precisava ser transportada. E não havia estradas. Realmente não havia estradas. É claro que havia promessas das prefeituras. Mais isso ficou só na promessa. **E grande parte daquela cana saiu de lá nas primeiras safras em carroça, em carroça de boi. Em poucos lugares conseguiram entrar caminhões. Em alguns lugares os caminhões iam até um certo lugar e lá ficavam**

¹⁷³² Depoimento de Ary Ilmar Frank concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 10 jan. 2001. (Grifo nosso).

aguardando as carretas chegar com a cana-de-açúcar. E quando chovia, a cana não saía da roça. Realmente, tecnicamente foi um desastre aquele projeto.¹⁷³³

Constatou que se tratava de

[...] duas mil famílias, tudo naqueles morros. [...] Eles iam lá atrás de dinheiro. [...] O agricultor sempre ia na usina atrás de dinheiro, ou dinheiro que ele tinha a receber ou atrás de financiamento.

A AGASA não tinha dinheiro nem para ela. Não tinha como dar financiamentos, mas nós fizemos um trabalho junto com o banco BANRISUL. O BANRISUL abriu um crédito com a condição de que AGASA fosse responsável pelo pagamento disso. Então nós fizemos um cadastro, e o banco financiava aqueles agricultores que eram recomendados pela AGASA. Depois o Banco do Brasil também. Alguns anos depois até creio que financiou mais que o BANRISUL. Mas foi uma coisa lenta no início. Foi difícil, muito difícil.

[...] eu criei uma ficha de cadastro de cada canavieiro que eu pessoalmente controlava. Nessa ficha eu anotava, além de nome, endereço, apelido. Muitos tinham apelido, e a gente era obrigada a reconhecê-lo pelo apelido do que pelo nome. Até porque tinham muitos nomes iguais, e nessa ficha eu anotava tudo, tudo, todas as informações que o engenheiro agrônomo me trazia, e cada financiamento que ele recebia, a quantidade de cana que ele entregava na usina. E com o tempo eu fui formando um histórico tal, que eu praticamente, através da ficha, eu conhecia cada um dos agricultores na região. [...] E foi praticamente erradicado todo aquele tipo de cana que eles plantavam. Foram introduzidas mudas novas, trazidas da região canavieira de São Paulo. É Piracicaba, é Ribeirão Preto.¹⁷³⁴

Mas os problemas não eram os determinados apenas pelas precárias condições estruturais da área. Quando ele lá chegou verificou que havia

[...] um contrato de comercialização de todo o açúcar. [...] Tinha um contrato de exclusividade para a venda de todo o açúcar da AGASA. [...] Foi um contrato que eu não cumpri e que deu uma polêmica muito grande. [...] Era altamente prejudicial para os interesses da AGASA. Ele previa o pagamento de 5% de comissão. [...] Se não me engano, ele era para vigorar por cinco anos. Chegou a vigorar um ano, um ano e pouco. Havia cláusulas violentíssimas. Mas eu apostei na falta de coragem deles de cobrar o cumprimento e acertei. O contrato era tão imoral que eles não tiveram coragem de cobrar judicialmente o cumprimento dele. E isso me deu muito crédito em todas as áreas. [...] Todo mundo ficou sabendo. Foi até bem explorado politicamente. E se eu tivesse cumprido aquele contrato, eu teria me desmoralizado totalmente e não teria conseguido fazer nada do que fiz lá na AGASA, com certeza. É que ele me deu muita autoridade moral para mudar muita coisa. Realmente a AGASA foi muito explorada politicamente. E como eu não tinha nenhum vínculo político com ninguém, eu era um técnico, 100% técnico, eu vi na AGASA uma oportunidade de projeção profissional.¹⁷³⁵

Dada a circunstância do seu cargo e do perfil da empresa, Frank sofreu muitas pressões políticas.

¹⁷³³ Depoimento de Ary Ilmar Frank concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 10 jan. 2001. (Grifo nosso).

¹⁷³⁴ Idem. (Grifo nosso).

¹⁷³⁵ Idem.

[...] a AGASA, como sempre, foi explorada politicamente. Eu simplesmente rompi isso. Como eu estava entrando numa empresa falida, teoricamente falida, que ninguém queria administrar, eu entrei com muito crédito. [...] Recebi centenas de bilhetinhos de recomendações. Eu simplesmente descartei todos eles, a maioria sem ler. [...] **Demiti gente que tinha a mais.** Tinha apadrinhados de políticos que estavam lá sem fazer nada. Foram todos demitidos porque a AGASA não tinha condições de sustentar quem não trabalhasse. E todo mundo que ficou, trabalhou com muita dedicação. Mas isso desgostou, sem dúvida nenhuma, muita gente. [...] Tinha políticos que não gostaram de mim. [...] Mas com o canavieiro a gente teve muito trabalho, não frustração.¹⁷³⁶

Desviando os reveses de toda sorte, pautou com austeridade sua administração. Pagou todos os atrasados, financiou novos plantios e instituiu uma política de prêmios, visando a cativar fornecedores para a próxima safra. Através da conduta implantada, os canavieiros foram cativados, potencializando a usina, vencendo assim a negatividade dos anos 1967/1968. De fato, desde 1970, já se falava em recuperação da AGASA. A nova direção tratou de atualizar suas instalações com equipamento capaz de aproveitar os subprodutos, e sobretudo potencializá-las na produção açucareira, diante do enfrentamento dos problemas encontrados. E assim bons ventos começavam a soprar, indicando que a década de 1970 se mostraria, a princípio, alvissareira.¹⁷³⁷

Parecia ter voltado o tempo de euforia. A propósito, Santo Antônio da Patrulha ganhou em 1970 duas páginas no jornal Folha da Manhã, onde à AGASA era atribuído o amanhã do município. “A AGASA está indicando o caminho. Ela emprega moderna tecnologia. Ensina o agricultor a preparar a terra. Abre caminhos desde a única rodovia pavimentada até as colônias perdidas nas várzeas ou nas fraldas dos morros.”¹⁷³⁸ Resultado: a AGASA, com essa atuação de base, industrializou a maior safra de cana de sua história. Efetivamente a usina alcançou o mais alto patamar de produção. Deitou as bases da safra de 1971, a maior de todas, colhida na vigência do mandato do presidente que lhe sucedeu, o cel. Tisiano Felipe de Leoni, como recorda Paulo Dapper:

Em 71 foi a maior safra de açúcar da AGASA. Nós recebíamos cento e oitenta mil toneladas de cana em números redondos e em números absolutos. [...] Ela foi dimensionada para produzir teoricamente trezentos mil sacos, um pouco mais. [...] Nós produzimos duzentos e oitenta e um mil duzentos e quatorze sacos de sessenta quilos de açúcar. [...] A safra colhida em 71 foi fruto de um trabalho de

¹⁷³⁶ Depoimento de Ary Ilmar Frank concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 10 jan. 2001. (Grifo nosso).

¹⁷³⁷ Para a área orizícola da região também, com a construção do Canal Pereira Neto. Trata-se de obra de irrigação e drenagem de área. A propósito, examinar NETTO, Joaquim de Araujo Pereira et al. *Contribuição ao estudo da recuperação de 20.000 hectares na região Litoral-Norte do Rio Grande do Sul*: municípios de Osório, Tramandaí e Torres, 1970. Datilografado. Acervo da AGASA.

¹⁷³⁸ BOSSLE, Vinicius; FEIJÓ, Antonio. SANTO Antônio tem confiança na gente jovem. *Folha da Manhã*, Porto Alegre, p. 32-33, 29 dez. 1970.

implantação de 1969, 1968, 1967. [...] o ciclo da cana vai de doze, dezoito, na época, vinte e quatro meses.¹⁷³⁹

Frank recorda:

[...] houve um aumento violento na área plantada, cultivada com cana. Realmente a área, no mínimo, duplicou ou mais. Esse foi o primeiro aspecto positivo. O segundo aspecto é antes nunca, nenhum agricultor tinha usado um único saco de adubo porque também não existia essa cultura; adubo era custo. [...] Ele não acreditava que a adubação traria lucro. [...] Foi um trabalho extremamente cansativo. Eu acredito que no primeiro ano conseguimos introduzir dez ou quinze toneladas de adubo, só. E no segundo, deve ter aumentado para cem, e isso foi crescendo numa progressão geométrica. No momento que o agricultor viu que o resultado era bom, ele passou a adubar. A segunda conquista foi a introdução do herbicida. Porque combater o inço com a enxada precisa muito trabalho. [...] E convencer milhares que estão espalhados numa área muita grande, de dois a três municípios, [...] realmente é extremamente difícil. [...] Ir na casa do agricultor, conversar com ele, não pode ser dentro do escritório [...].¹⁷⁴⁰

Assim multiplicaram-se os canaviais, um imperativo da usina, custasse o que custasse.

Na terra da mata foi dado o lugar para a cana:

O doutor Alceu dizia assim: “Nós precisamos de tantos hectares para completar a nossa cota.” Aí nós saíamos a pedir, e eles plantavam. Nós íamos naqueles mais chegados à AGASA, e eles plantavam. [...] Na época, muitos já queriam fazer parte de outra coisa, e já não eram de serviço de roça. A cana é um troço da colônia, de fazer força. Toda a minha vida, a minha produção de viver foi a cana. Porque eu

¹⁷³⁹ Depoimento de Paulo Dapper concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 17 fev. 2000. Sobre a recuperação da AGASA, verificar: DEPOIS de 230 anos de colonização ainda luta pela sua sobrevivência. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 15, 29 nov. 1970. AGASA é auto-suficiente: vamos produzir muito açúcar este ano. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 18, 13 fev. 1970. AGASA dispensa ajuda do Estado porque 69 foi um ano muito bom. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 24 mar. 1970. ALMEIDA, J. A. Pio de. Açúcar: da Madeira às colinas do Rio Grande. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 22, 12 set. 1971. Pio de Almeida afirma que a AGASA é um patrimônio de inestimável valor, mesmo que sua contribuição seja de apenas 4% do consumo geral de açúcar no Rio Grande do Sul. Diante do consumo anual no Brasil de 55 milhões de sacas de 60 quilos de açúcar, o autor se posiciona em defesa da ampliação dos canaviais para alimentarem as amplas possibilidades de mercado, destaque inclusive desta matéria: INDÚSTRIA açucareira exporta US\$ 120 milhões. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 04 abr. 1969. Os Estados Unidos, por exemplo, comprava mais açúcar brasileiro em 1969. É o que afirma esta matéria: IAA vende mais açúcar para os EUA. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 18, 27 abr. 1969. Na década de 1960, os maiores clientes do açúcar brasileiro eram Estados Unidos e Reino Unido. COSTA, Renato. A evolução da economia açucareira nacional: o norte e o sul. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 11 nov. 1970. De outro lado, o consumo de açúcar no estado alcançava então, a média de dois milhões e oitocentas mil toneladas anuais. COMERCIALIZAÇÃO do açúcar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 08 abr. 1969. Nesta conjuntura, a direção da AGASA se empenhou para aumentar a produção, através da adoção de várias medidas. Verificar: AGASA. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 6, 09 jul. 1970. Dois meses depois elas foram divulgadas assim: LUCIANO visita AGASA na inauguração das melhorias. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 9, 09 set. 1970. E os resultados eram noticiados como animadores, conforme se lê nesta interessante e ampla reportagem dedicada à região canavieira: CANA-de-açúcar modifica panorama minifundiário de Osório e Santo Antônio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 25, 25 set. 1970. Outra matéria alvissareira foi escrita por MACEDO, Luiz Alberto. A cana-de-açúcar no Rio Grande do Sul. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27 set. 1968. Suplemento Rural, p. 24.

¹⁷⁴⁰ Depoimento de Ary Ilmar Frank concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 10 jan. 2001.

achava que dava. Na colônia é a cana. Eu criei os filhos tudo com a cana. [...] É a única planta mais certa aqui é cana.¹⁷⁴¹

Os que habitavam os morros nunca tinham visto em suas terras tanta cana. De fato, as encostas passaram a ser dos canaviais. Era a única possibilidade de algum ganho, pois não tinha salário no morro, destacou um dos fornecedores de cana para a usina, cujo depoimento revela aspectos das relações sociais promovidas nos canaviais da região:

A gente achou que para fazer uma melhora, ver se trabalhava mais descansado ou vinha um emprestimozinho e dava para a gente ir se mantendo a casa... Não tínhamos um salário do outro lado. Então tinha que ir ali. [...] Para mim foi uma boa porque me quebrou muitos galhos, pois tinha que pagar um armazém. Não tinha um salário daqui, um salário dali. Tinha aquela caninha para ir trocando. Eu tinha que tirar dali. [...] Quando não tinha aquilo ali, tinha que ganhar de peão aqui ou ali, porque um salário certo a gente não tinha. Fazer o quê? Tinha que plantar cana. Aí até nem tinha condição de plantar cana, mas achei que era uma boa. Até fiz o tal arrendamento para a gente entrar com a cana. [...] Plantei com a minha esposa. Quando era para eu lavrar, eu lavrava. Ela meio que rejuntava. [...] Rejuntar era bater a terra para emparelhar. Aí eu ia lavrando, e ela ia cortando a muda e semeando [...]. Eu plantei hectare, hectare e meio. Tem o detalhe. Também eu não podia plantar, dizer... vou plantar só para mim. Porque quando dava aquele espaço tinha que sair a ganhar um dia com um, um dia com outro também. [...] Às vezes, se queriam me pagar um dia, eu tinha que ir, porque eu precisava. Se outro queria me pagar outro dia, eu tinha que ir. Não era um serviço certo. Isso aí quando o cara tem um serviço certo todo o dia, tem. Mas aqui na lavoura não é todo dia que possa pagar ou alguém que queira. E no tempo da cana isso era um dinheiro que quase todo mundo pagava. Porque tinha serviço de cortar aquela cana, ou amontoar ou carregar os caminhões. Depois veio aquela carregaderinha. Aí melhorou um pouco também para os plantadores que plantam bastante. [...] A carregadeira de cana da usina, ela vinha aqui no morro. [...] Mas tinha que ter um chão mais prenho. Chão de muita pedra ela não trabalha. [...] Na minha lavoura ela não carregou porque não dava. A minha é pedreira. Aí eu tocava o caminhoneiro. Às vezes era meio brabo. Aí eu digo: “Então vamos fazer a quatro, para ser mais ligeiro, para não envolver muito.” [...] Eu trocava. Eles me ajudavam. Como eu não podia pagar, depois eu ajudava a eles carregar onde a máquina não entrava.¹⁷⁴²

¹⁷⁴¹ Depoimento de Ary Carlos do Amaral concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 18 dez. 2004.

¹⁷⁴² Depoimento de Hélio José Message concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 19 fev. 2000.



Fotografia 85 – Carregamento mecânico de cana-de-açúcar

Observe-se a topografia do terreno.

Fonte: Acervo da AGASA.

Na paisagem dominavam as roças de cana, a confirmar a adesão dos canavieiros à industrialização do *sonhado açúcar branco*.¹⁷⁴³ “Por todo o município de Santo Antônio da Patrulha se falava que a AGASA fazia o açúcar gaúcho, que era exportado e tal. Era o que tinha de mais precioso ali na ilha.”¹⁷⁴⁴ Os depoimentos se sucedem acerca da euforia que a usina despertara com a safra de 1971:

Ah, eu enchi tudo de cana. Eu plantava a meia. [...] Eu mandei até uns trinta caminhões. Bah, era a coisa mais linda do mundo. [...] foi uma loucura. Todo mundo investiu e plantou cana. Era uma loucura. Não tinha beira de estrada que não plantasse cana. Não tinha canto que não fosse plantado. Porque era uma coisa assim. Era uma novidade para Santo Antônio. E como foi uma novidade, **todo mundo queria investir naquilo ali, achando que a AGASA ia deixar todo o mundo rico**. E o que não foi, pois o transporte muito caro e tudo se tornou muito difícil. Os colonos se dedicaram na plantação de cana, pararam com outras plantações, e tudo que puderam, plantaram cana, porque onde tinha melhor acesso, então aí nem se fala. Aí era uma loucura. Mais todo o mundo se defendeu. Não deu para ninguém ganhar muito. [...] E a AGASA nos deu muito apoio. Nós tínhamos o nosso financiamento, bastante estrada...¹⁷⁴⁵

[...] aqui para cima [...] a senhora só via cana. E lá uma bola de capoeirão num lugar, outro, noutro. Um lugar muito custoso que a carreta não pudesse ir lá buscar, mas assim mesmo ainda eles mandavam um trator da AGASA, e ele fazia aquele

¹⁷⁴³ Teixeira da Silva, evocando Witold Kula, chama a atenção que a paisagem cultural é objeto de estudo do historiador. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 208.

¹⁷⁴⁴ Depoimento de Rose Mary Mohr Rocha concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 13 mar. 2005.

¹⁷⁴⁵ Depoimento de Angelino Nunes da Silveira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 19 fev. 2000. (Grifo nosso).

lugar ruim e o caminhão ia lá em cima buscar. Nós tivemos muito incentivo da AGASA. Embora a AGASA existisse, eu não podia mais plantar porque estou com sessenta e cinco anos. Como é que um homem de sessenta e cinco anos pode subir numa prancha de caminhão com um fecho de cana nas costas? Mas a AGASA nos fez muita coisa. A AGASA nos levou estrada em lugar que nós nunca podia ir de carreta. A AGASA fez e não nos cobrava; fazia por conta dela. [...] O maquinário vinha de lá, o trator era deles, patrola era deles; fazia para nós.¹⁷⁴⁶

Bah! Isso aqui era a coisa mais linda do mundo. Daqui até o morro da AGASA era só cana, só cana, só cana! A coisa mais linda era isso aqui, mais cana por aqui afora. Depois foi indo, foi indo... a turma... “relá”... foi remanchando... não sei o que foi que deu lá... A usina parece que... ia à falência tudo, parece que ficaram com medo que não sei o quê...¹⁷⁴⁷

Todo o município e caminhão de fora... Era uma coisa de louco isso aí. Era não sei quantas toneladas/dia que consumia a AGASA. Era uma indústria que chegou a fabricar trezentos e tantos mil sacos no período de cinco, seis meses. Tinha uma ótima produção para a capacidade dela. Era muito bom. E quer dizer que lá eram filas e filas para descarregar o caminhão. E aí o caminhão não ia ficar parado sem ganhar. Então ele cobrava muito caro o frete.¹⁷⁴⁸

Isso aí era uma fome para levar cana para a AGASA. Ele era, como se diz, um jornalista para a AGASA [Porfirio Gomes]. Ele era interessado que desse certo a AGASA, levando muita cana para lá.¹⁷⁴⁹

Tinha aqui na frente... era tudo cheio de cana. Quando nós casamos, que eu vim embora para cá, eu ajudei a limpar tudo, e a mãe dele também às vezes ajudava. Eram três hectares de terra. Se não fosse a cana, a gente não tinha se arrumado um pouco. Quem dera que continuasse...¹⁷⁵⁰

A cana dava bem. Ah, na época era uma loucura. Muito bem, muito bem. Tanto é que o Dirceu ficou uns dez anos trabalhando ali, depois que havíamos ido embora. [...] Valia a pena. O açúcar era muito valorizado naquela época. Era muito movimentada a estrada. Dava tranqueira em época de praia que era um horror. Parava o trânsito, porque os caminhões ficavam dias para descarregar. Ficava na beira da estrada de tanto caminhão porque tinha que pesar. Ele ia para a pesagem para pesar o caminhão. Vinha caminhão de tudo que era lugar. Não era só dali. Esse morro todo de Santo Antônio plantava cana na época, quando era valorizado. Então vinham os caminhões aí de fora, do Caraá. Plantava-se cana nessa zona toda aí. Então, tinha que entrar na fila. Nós até nem levávamos de caminhão. Nós levávamos na carroça porque morávamos na frente. Aí então formavam aquelas filas dos caminhões. Fim de semana os caminhões tinham que ficar parados porque a balança não funcionava. Então vinham os carros da praia e dava tranqueira. E os donos deixavam os caminhões ali e iam embora e depois iam pesar no outro dia. Isso eu me lembro bem.¹⁷⁵¹

¹⁷⁴⁶ Depoimento de Júlio Pereira Sobrinho concedido a Véra Lucia Maciel Barroso 12 fev. 2000. O depoente tinha então 65 anos.

¹⁷⁴⁷ Depoimento de Hélio José Message concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 19 fev. 2000.

¹⁷⁴⁸ Depoimento de Acácio Maciel Gomes concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 18 jan. 2000.

¹⁷⁴⁹ Depoimento de José de Souza Bernardes – *José Fila* – concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 18 dez. 2004.

¹⁷⁵⁰ Depoimento de Leontina dos Santos Sptiznagel concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 19 fev. 2000.

¹⁷⁵¹ Depoimento de Rose Mary Mohr Rocha concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 13 mar. 2005.

[...] dava mais de um quilômetro de fila de caminhão para descarregar, de tanta cana que tinha.¹⁷⁵²



Fotografia 86 – Transportadores de cana chegando na Açúcar Gaúcho S.A. – [s/d]

Fonte: Acervo da AGASA.



Fotografia 87 – Caminhões carregados com cana para a AGASA – [s/d]

Fonte: Acervo da AGASA.

O canavieiro Delmo Tedesco, depois funcionário da AGASA, recorda como ficou impressionado quando viu a grande movimentação da usina pela primeira vez recebendo muita cana:

¹⁷⁵² Depoimento de Antônio Oliveira Goularte concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 03 nov. 2005.

[...] meu pai me levava para a roça. “Tu vais cortar aquela cana para mandar para a AGASA.” Mas eu não sabia que bicho era aquele, a AGASA, sabe. Tinha muita curiosidade como criança saber o que era a AGASA. Houve oportunidade de conseguir chegar dentro do pátio da AGASA, e me senti meio assustado com aquela empresa que eu não conhecia e que tinha tanta curiosidade de conhecer. [...] Quando eu cheguei ali, vários caminhões... Quando eu falo em vários, devia ter cem caminhões de transportador de cana, e aquele tumulto de gente ali dentro e todo mundo correndo e aquela correria toda, sabe. E pesa cana aqui, e descarrega ali, sabe. Então era uma correria. Eu me apavorei com aquela correria, sabe. Eu não sabia que era aquela potência, e foi uma coisa impressionante que gravou bem aquele dia. Gravou, gravou muito bem na minha cabeça o que era a AGASA. [...] pegamos o ônibus, descemos ali. E quando eu desci, fiquei até meio aéreo. Não sabia nem onde pisar, com todo aquele movimento que tinha o Açúcar Gaúcho, a AGASA. E fiquei impressionado com aquilo ali, até meio trêmulo, quando cheguei no caminhão. E dei graças a Deus quando cheguei em casa. [...] aquelas máquinas todas se movimentando, descarregamento de cana... É o açúcar carregado, sabe, aquela correria, e eu me espantei muito com aquilo ali. E aquilo me marcou muito. Daquilo eu nunca me esqueci, e eu acho que jamais vou esquecer. É impressionante. Devia ter, não posso precisar exatamente, mais é uma coisa de cem a cento e cinquenta homens ali. Só uns cem caminhoneiros mais os funcionários da AGASA que circulavam ali, e um movimento concentrado que mais me chamou a atenção. Foi o movimento concentrado no descarregamento de cana e aquela função toda. Não era tanto o absurdo de gente. Mais era o foco de correria. “Vamos, pessoal. Vamos descarregar esse caminhão. Tem que montar lá de novo, tem de carregar de novo até a hora que funcionar.” Isso tudo me chamou muita atenção e me marcou. [...] Era uma firma incrível de potência. [...] Quando tu chegavas lá, além dos caminhões descarregando, tinha aquela moenda, que puxava tudo de uma vez só.¹⁷⁵³

Esse novo tempo trouxe mesmo satisfação a muitos.

[...] a única segurança que nós tínhamos de fazer um dinheiro era naquilo ali... Planta garantida. Chegava na época da colheita, vendido era. Agora a gente vai plantar um saco de feijão, chega na época da colheita, aí o cara vai vender, não querem. Querem a troco de nada. Não tira nem o adubo, e as coisas que o cara bota aí nessas terras. [...] Sempre dava uma despezinha com a cana. Mas isso a AGASA mesmo, ela já financiava. Já vinha tudo lá. Não precisava o cara tirar um dinheiro, assim dizer... vou tirar dali. O cara mandava a cana para lá, e eles pagavam tudo. Já ia descontando. Aí o cara pagava. Quisesse comprar uma junta de boi, aí eles tinham como financiar uma terra, uma coisa. O cara ajeitava lá por aqui, por ali. Sempre davam uma força para o cara. Era boa a época da AGASA. Bah, todo mundo se governava mais ou menos quando tinha muita cana.¹⁷⁵⁴

Foi até possível oferecer uma bonificação aos acionistas, recorda o ex-presidente:

Ela chegou um ano a distribuir dividendos. E eu fui criticado por isso. Foi uma mixaria, mas foi uma maneira de dizer que a AGASA estava conseguindo dar a volta e que estava se tornando uma empresa sólida. É que ela precisava e dependia de fornecedores, dependia de créditos, e aquela pequena distribuição de dividendos

¹⁷⁵³ Depoimento de Delmo Tedesco concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 11 fev. 2000.

¹⁷⁵⁴ Depoimento de Arlindo Rosa Barbosa concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 19 fev. 2000.

foi feita para que houvesse uma repercussão de que a AGASA finalmente saiu do buraco, é uma empresa rentável, é uma empresa que merece crédito.¹⁷⁵⁵

O lucro da usina, mesmo pequeno, teve muita repercussão, ainda que acompanhada de críticas por alguns. Nas lembranças do funcionário da AGASA Delmo Tedesco, na ocasião, “[...] todo mundo falava. Sobrou dinheiro. Foi muito bonito. Nós até sentimos uma vibração. A AGASA agora vai embora, pois chegar uma estatal a dar lucro [...]. Aquilo ali alegrou muito, marcou muito.”¹⁷⁵⁶ Na visão do ex-presidente Ary Frank, sem dúvida, enquanto “a AGASA funcionou, o morro melhorou”:

Eu tenho certeza que eles descobriram um mundo diferente daquele que eles conheciam. Eles aprenderam muitíssimo. Segundo lugar: tiveram realmente uma renda mais alta do que tinham antes. Isso era visível com as melhorias que muitos agricultores fizeram nas suas casas. Quantas vacas de leite foram compradas, que não existiam? Eu contei aquela história dos legumes, mas provavelmente muitos deles acabaram mudando. Eu até acho que politicamente eles mudaram. Eu acho que eles aprenderam a lidar melhor com os políticos. [...] **Era visível as melhorias na qualidade de vida deles durante aquele período, mas muito longe daquilo que eles esperavam, muito longe daquela ilusão que foi vendida.** [...] A AGASA não podia fazer tudo, mas levou estrada onde jamais as prefeituras e o Estado teriam levado até hoje. Não existiriam estradas que nós fizemos, que a AGASA fez há vinte anos atrás. [...] Somando tudo que as prefeituras fizeram, não dá 10% daquilo que a AGASA fez sozinha, com aqueles recursos miseráveis que ela tinha. E isso não é função da empresa. Isso é função das prefeituras.¹⁷⁵⁷

De fato, a AGASA atuou no morro, algo reconhecidamente apontado por um dos seus servidores:

[...] fulano morava lá no meio do mato. Lá em cima não tinha acesso à sua casa [...] recebia uma estradinha boazinha até sua casa. Ele queria construir uma casa, precisava de terraplanagem lá para construção, a AGASA autorizava fazer. [...] Fulano está com pouca água e tal, está precisando fazer, sabe, um poço, a AGASA mandava fazer. [...] Bah, eu precisava que arrancasse aquela pedra, ajeitasse ali e tal, lá ia a máquina, se fazia aquele trabalho, e eles ficavam contente.¹⁷⁵⁸

Pedro Pacheco Fernandes, vereador patrulhense em vários mandatos e voltado para a região canavieira, também evocou a mudança:

¹⁷⁵⁵ Depoimento de Ary Ilmar Frank concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 10 jan. 2001. Na Assembléia Geral Ordinária de 25/04/1972, o acionista Urim Ferreira de Castilhos também propôs uma bonificação aos produtores de 5% do lucro acusado em balanço. Entretanto, feitas as contas, o presidente advertiu que, distribuídos entre os 1.700 canavieiros, o valor de Cr\$ 3,00 seria um insulto a estes, e jamais o reconhecimento do seu trabalho, já sobejamente pago sobre o fixado pelo IAA. Considerou mais eficaz construir-se estradas para escoamento da cana, e despender assistência técnica ao produtor, processos indiretos, mas mais eficazes. Na ocasião foi tratado do aumento dos salários dos diretores, tema presente em quase todas elas. Dados colhidos em atas das assembléias. Documentos avulsos. Acervo da AGASA.

¹⁷⁵⁶ Depoimento concedido a Delmo Tedesco a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º fev. 2001.

¹⁷⁵⁷ Depoimento de Ary Ilmar Frank concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 10 jan. 2001. (Grifo nosso).

¹⁷⁵⁸ Depoimento de Delmo Tedesco concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 15 fev. 2000.

Melhorou, por exemplo... Eu conhecia assim quase aquela parte de cima. Lá moravam em ranchos. A AGASA veio e já deu oportunidades. As pessoas já fizeram uma casinha. A diferença foi assim da noite para o dia, e não tinha isso. A senhora entrava, como a senhora esteve hoje no Montenegro, aquilo ali a senhora só via rancho e ranchinhos. Já cada um fez uma casinha. Aquele impulso que deu, melhorou. Plantaram muita cana e já veio um dinheiro e já começou. O problema é aquela história, a pessoa, como se dizia um ditado: “sem fim do mês”. A senhora sabe, é brabo, é brabo. [...] Melhorou não tanto assim como podia ser, mas melhorou assim da noite para o dia, não houve dúvida. [...] A AGASA chegou quase em cima de trezentos mil sacos de açúcar. Foram duzentos e noventa e poucos mil sacos no tempo do Ary ainda. **Então a AGASA foi um baluarte. Mas depois foi indo, foi indo, foi indo...**¹⁷⁵⁹

No entendimento de muitos, se não fosse a AGASA, não se plantaria tanta cana como então se cultivou:

Crescia a plantação de cana por causa da AGASA. Aumentou muito. Era por tudo: Ribeirão, Montenegro, Sertão, Caraá... Eu plantava uns vinte hectares. Tinha outros aí que plantavam mais. [...] A cana ia de caminhão para a AGASA. O meu caminhão era o Osvaldino. O frete descontava na AGASA. Era um preço. Valia plantar. [...] Esse tempo foi bom porque entrava dinheiro na colônia. [...] Mudou muita coisa. A plantação de cana aumentou, a plantação de milho, feijão... tudo mudou. Alguns compraram terra e outros pagavam o médico. A AGASA fez muita estrada boa aí. [...] Eu tinha dois empregados. [...] Num ano levei sessenta caminhões de cana. Mais ou menos sete mil quilos de cana. Era mais ou menos seis a oito pessoas nesse serviço. Era tudo vizinho. Deles não tem mais ninguém. Algumas já morreram. [...] Naquele tempo se vendia. Para o comércio era bom. Nós tínhamos comércio forte aqui embaixo. Nós vendíamos muito. Trabalhávamos muito. Tinha serraria ali embaixo, tinha moinho, fabricava vassoura. Era muito melhor que hoje. Agora não tem mais nada.¹⁷⁶⁰

Efetivamente a idéia de progresso que a AGASA trazia consigo, com os efeitos da supersafra de 1971, foi portadora de visibilidades, não só na vila, como no morro. “No início, com a cana para a AGASA, todo mundo se governava mais ou menos, mas se governava.”¹⁷⁶¹

A qualificação da cana, com a adaptação de muitas variedades, expandiu os canaviais, acabando por transformar o cenário da tradicional região canavieira, animado pela esperança e pela expectativa de enriquecimento que o novo tempo anunciava para muitas famílias. Alguns falaram assim:

Achavam que todo mundo iria enriquecer, todo mundo ia ficar rico com cana. A gente encostava, às vezes, à uma hora da madrugada, meia hora cá na baixada do Montenegro, buzina, daqui a pouco tinha doze pessoas em roda do caminhão. Em meia hora, nem tanto, o caminhão saía roncando, carregado de cana.¹⁷⁶²

¹⁷⁵⁹ Depoimento de Pedro Pacheco Fernandes concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 23 fev. 2000. (Grifo nosso).

¹⁷⁶⁰ Depoimento de Santino Tedesco concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 12 fev. 2000.

¹⁷⁶¹ Depoimento de Arlindo da Rosa Barbosa concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 19 fev. 2000.

¹⁷⁶² Depoimento de Nepomuceno Rodrigues da Silveira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º fev. 2000.

De fato, o ânimo atravessou os canaviais e seus produtores:

O povo ficou motivado porque o povo tinha onde entregar a sua produção de cana ali. Não tinha outro lugar, a não ser que ele colocasse um engenho, qualquer outra coisa. Era ali e o povo incentivado. O povo ficou faceiro. Tinha dias, dona, que aqui, nesta estrada, dona, tinha dezesseis caminhões na AGASA. A gente, às vezes, ficava abismado. “Meu Deus, como pode dar essas enormes dessas bichas de caminhão aqui na AGASA!”¹⁷⁶³

[...] Houve uma safra de açúcar que eles fizeram duzentos e oitenta mil sacos. Essa foi quase no começo. Foram umas duas safras ou três que deu essa safra de cana. Muita gente botou fora, secaram... secou no corredor o caminhão que carregava. Botou fora da colônia porque não vieram buscar. Outra vez, quando vieram buscar, já estava podre. Tudo isso aconteceu. [...] eu não pude levar, eles esqueceram daqui. Aí um dia eu fui lá, e falei com o chefe dos caminhoneiros. [...] Então, eu não perdi, mas houve gente que perdeu.¹⁷⁶⁴

De fato, a safra de 1971/1972 foi inigualável, com a maior produção registrada na história da usina, alcançando 281.214 sacos.¹⁷⁶⁵ Os reflexos dessa pulsante realidade *revolucionaram* a área. Esse foi o entendimento de muitos:

[...] era voz unânime, era uma euforia muito grande na região, do envolvimento da AGASA com o canavieiro em assistência médica, em financiamento, em máquinas, em estradas. **Quer dizer, a AGASA revolucionou a região aqui da nossa colônia** porque abriu estradas, trouxe máquinas, fez financiamento, trouxe máquinas agrícolas para ajudar na plantação da cana, distribuiu cana [...]. Quer dizer, houve uma revolução realmente positiva em função da vinda da AGASA na nossa região. [...] A AGASA congregou expectativas do produtor e deu realmente uma certa cobertura no início. Infelizmente não prosperou depois. Mas, no início, teve grande função social, porque eles foram assistidos, eles foram prestigiados. Então eles eram visitados, eles faziam reuniões, eles participavam, eles acenavam com isso também a participação nos lucros da empresa. Isso deu um ânimo muito grande ao produtor envolvido nesse complexo de cana-de-açúcar. Depois passou a funcionar muito politicamente, e os objetivos técnicos passaram a ser secundários.¹⁷⁶⁶

Com ressalvas sobre o caráter revolucionário da realidade canavieira, manifestou-se o professor Benito Izolan, de Osório:

A palavra “revolução” é uma palavra muito forte, mas, em termos relativos, houve, então, vou dizer assim, houve um crescimento social dos padrões de vida, quase que uma revolução. Por que o que é uma revolução? Ela é a diferença entre a situação anterior e a nova. Como a situação nova foi

¹⁷⁶³ Depoimento de Arlindo da Rosa Barbosa concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 19 fev. 2000.

¹⁷⁶⁴ Depoimento de Júlio Pereira Sobrinho concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 12 fev. 2002.

¹⁷⁶⁵ “Na ocasião, as estradas do 1º distrito tiveram atenção especial, pois firmamos um convênio com a AGASA para dar possibilidades de escoamento da safra da cana. Resultante disso, a AGASA teve, em toda a história, sua maior safra na gestão do Dr. Ary Frank.” Depoimento de Raymundo Reis e Silva, prefeito de Santo Antônio da Patrulha entre 1969 e 1973, concedido a Lézia Maria Cardoso de Figueiredo. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.). *Santo Antônio da Patrulha: reconhecendo sua história*. Porto Alegre: EST, 1999. p. 670.

¹⁷⁶⁶ Depoimento de Ary Ilmar Frank concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 10 jan. 2001. (Grifo nosso).

muito melhor, não um pouco melhor, foi muito melhor, foi quase revolucionário, quase revolucionário, porque mudou profundamente. Acho que posso dizer que foi quase uma revolução social. E é evidente que, depois, na AGASA, houve novamente o declínio.¹⁷⁶⁷

De fato, para os canavieiros, não houve rupturas. Ocorreram melhorias no nível de vida para alguns, ainda que temporárias. Entretanto, para a usina, se anunciava, finalmente, que a empresa iria contabilizar ganhos. E para a vila da AGASA foi o seu melhor momento. Transformou-se em espaço vivo, movimentado, entre apitos dando ordem de trabalho, vendo-se de longe, da lagoa ou do morro, a chaminé expulsando a fumaça a reafirmar-se diante dos canaviais, clamando mais cana para alimentar as prensas das moendas. O cenário era de crescimento empresarial, espelhando, então, o áureo tempo que, enfim, parecia chegar à região. De fato, a empresa, com capital de Cr\$ 6.000,00, propiciou a seus acionistas um lucro, em 1972, de Cr\$ 1.744.514,61, superior a uma taxa de 25%.¹⁷⁶⁸

Para o transportador de cana, depois vereador de Santo Antônio da Patrulha, Angelino Costa, muito mais a AGASA produziu. Impactado com o fenômeno produzido, lembra que “[...] quando era o doutor Ivo e o Araújo, isso aí andou de vento em poupa. Foi na época que deu toda essa produção de 320 mil (sic) sacos de açúcar por ano de safra.”¹⁷⁶⁹

A documentação da AGASA e os depoimentos orais registram a política da usina no tocante ao aumento de produção, para que cada vez mais os fornecedores de cana ampliassem seu plantio e seguissem a orientação técnica a eles concedida, através da atuação dos engenheiros agrônomos e dos seus instrutores, que percorriam cada roça de cana para acompanhá-la, saneando seus problemas e oferecendo saídas para uma boa colheita, motivados com a oferta de prêmios para que muito produzissem. Conforme o depoente *Zé da Tamanca*, o prêmio que ele ganhou do Ministério da Agricultura pelo seu desempenho na lavoura de cana foi compartilhado por sua esposa, Arminda Fraga: “Nós compartilhamos igual. Direito dum é do outro.”¹⁷⁷⁰

Na imprensa regional, a cada edição apareciam matérias indicando vantagens, benefícios e bom retorno a quem produzisse cana para a usina.¹⁷⁷¹ A motivação foi manifesta

¹⁷⁶⁷ Depoimento de Benito Barbosa Izolan concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2005. (Grifo nosso).

¹⁷⁶⁸ AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da safra 1974/1975*. Santo Antônio da Patrulha, 1975. Não-paginado.

¹⁷⁶⁹ Depoimento de Angelino da Costa Neto concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º fev. 2001.

¹⁷⁷⁰ Depoimento de José Luiz Correa de Andrade concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 26 fev. 2000.

¹⁷⁷¹ Não se deve esquecer que, paralelamente, atuaram, na competição da cana, a Marumby e depois a DESTIL, que também ofereciam atrativos e pagamento em dia.

por uma euforia redentora.¹⁷⁷² É que a profusão de empréstimos nos bancos, sobretudo o do Estado, nunca ali fora vista. O exame das cédulas e notas de crédito rural do Cartório de Registro de Imóveis de Santo Antônio da Patrulha permite constatar que o volume/dia foi extraordinário. Por exemplo: só no dia 28 de setembro de 1968, 29 canavieiros registraram seus empréstimos no referido Cartório, para a formação de lavoura nova de cana com ou sem o custeio de insumo. Chegaram a fazer fila para atendimento. Na sua maioria, a propriedade era de 1 a 2 ha; raros com 5 ha. Em 25 de agosto de 1969, não foi diferente: 26 empréstimos. Quatro dias depois: 50, num só dia, foi o número.¹⁷⁷³

Ilustram o interesse por empréstimo alguns depoimentos:

Doutor Ary, nós tratávamos doutor Ary. Eu precisava de comprar uma carreta, e a AGASA tinha que me ajudar nisso aí. Ajudar não, me fazer um empréstimo para eu comprar esta carreta [...]. O Doutor Ary disse: “Você vai no Sulbanco, naquela época, a tal hora que eu estou lá no banco e você vai arrumar o empréstimo para comprar sua carreta e tu consegue um avalista. Se tu não conseguir eu assino de avalista.” [...] Então foi um gerente bom o doutor Ary Frank. [...] Em 67 foi a primeira cana que eu mandei para a AGASA. [...] já com subsídio do banco. Era o Doutor Ivo lá em Santo Antônio que recorria à colônia para ver se o colono plantou. Eles davam a primeira parcela para plantar. E quando chegava na época da capina, ele iam nas roças para ver se a quantia de hectares estava plantada para dar o dinheiro para capina. O troço era fino. Eles davam, mas davam bem seguro. [...] Eles tratavam a gente bem lá. Às vezes a gente chegava lá sem dinheiro, e eles arrumavam. Outras vezes tinha que voltar noutro dia. [...] Naquele tempo o juro era bem baixinho.¹⁷⁷⁴

[...] na época que eles trabalhavam e vendiam cana, eles tinham o que comer. Eles iam lá buscar o rancho. Quando eles precisavam de dinheiro, a AGASA dava, emprestava. Eles levavam adiantado, por conta da safra. Quando chegava a safra, claro, eles estavam devendo quase toda a cana. Mas pelo menos eles não passavam tanta necessidade. [...] Eles precisavam às vezes de um remédio ou alguma coisa,

¹⁷⁷² Nessa direção, o vereador Rudi Von Saltiel pediu, na tribuna, a instalação de mais uma usina de açúcar no município, sediada no Caraá, 5º distrito, com a finalidade de sustar o êxodo rural e o empobrecimento daquela área canavieira, que ficava distante e mal servida de estradas até a AGASA. Ata da 21ª sessão ordinária de 30/12/1970. SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. Câmara Municipal. *Livro de Atas da Câmara Municipal de Santo Antônio da Patrulha*. Santo Antônio da Patrulha, n.5, p. 120 v, 1968 -1973.

¹⁷⁷³ CARTÓRIO de Registro de Imóveis. *Cédulas e notas de crédito rural*. Santo Antônio da Patrulha, 1968 e 1969. No acervo do Museu Juca Maciel encontram-se vários maços de cédulas referentes ao período de funcionamento da AGASA. A autora desta pesquisa trabalhava como auxiliar no Cartório durante este período, e, cotidianamente, vivia o *sufoco* para dar conta de atender os canavieiros. Na visível simplicidade, manifestavam esperança e temor diante do novo tempo em que viviam. O documento que portavam em mãos era um conjunto de folhas que traziam do banco para registrar. No Cartório ficava arquivada a via cor-de-rosa, em papel de seda, com as assinaturas do emitente e avalista, além das informações-padrão: valor do empréstimo, motivo do financiamento, o juro (8%) e mais 1%, em caso de mora; em caso de cobrança judicial, a multa era de 10% sobre o principal e acessórios. O prazo de pagamento era de dois anos. Como filha do Oficial de Registro de Imóveis, José Maciel Júnior e da Sub-Oficial, Lucia Maciel, vivi com eles esse tempo da euforia da cana, através da movimentação cartorária, que fazia estender a jornada de trabalho em serões na madrugada. A comprovar, estão os números das áreas financiadas: em 1967, 593 ha; em 1968, 1.567 ha; em 1969, 2.418 ha. AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da Diretoria e Balanço Geral do Exercício de 1970*. p. 5. Na AGASA, em 1970, foi instalado um Escritório do Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

¹⁷⁷⁴ Depoimento de Júlio Pereira Sobrinho concedido a Vêra Lucia Maciel Barroso em 12 fev. 2000.

aí eles iam buscar dinheiro. E quando era gente boa que pagava, eles davam. Sempre davam adiantamento.¹⁷⁷⁵

[...] Ali em casa se vivia de vale. Quando chegava na hora de receber da AGASA, o Dirceu já tinha gasto tudo. [...] Nós não tínhamos dinheiro. Então nós íamos comprar naquele armazém, e a AGASA pagava. No fim do mês, nós tínhamos pouco a receber.¹⁷⁷⁶

Em depoimentos colhidos, alguns canavieiros reconheceram que “[...] no início com a AGASA, todo mundo se governava mais ou menos, mas se governava.”¹⁷⁷⁷ Para Nazir, a AGASA era de fato o início da mudança. “Quer dizer, a esperança era que eles produzindo cana-de-açúcar pudessem mudar para melhor.”¹⁷⁷⁸

Entretanto, uma análise precisa ser feita. No quadro da produção de açúcar da usina, saltam aos olhos os números apresentados a partir de 1973. Houve uma queda abrupta dos lucros, como evidencia a tabela em seguimento.

Tabela 26 – Evolução do lucro da AGASA – 1969/1974

Anos	Sacos produzidos	Lucro de balanço	+ ICM pago	Total
1969	107.231	976.502,63	131.316,64	1.107.819,27
1970	195.986	1.743.739,05	26.265,41	1.770.004,46
1971	281.214	1.463.030,42	816.941,04	2.279.971,46
1972	198.764	1.591.352,50	2.741.535,27	4.332.887,77
1973	131.634	364.729,81	1.487.451,60	1.852.181,91
1974	101.894	114.112,60	1.002.861,31	1.116.973,91

Fonte: AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da safra 1974/1975*. Santo Antônio da Patrulha. 1975. Não-paginado.

Realmente, nem tudo era verde. Muito cedo, a esperança estava sendo ceifada. Era difícil de aceitar que a empresa devesse ser do pequeno produtor. Ainda que ele fosse cativado, essa relação de pertencimento não fora de fato estabelecida; os laços eram de outra natureza. E os números realmente indicavam um futuro próximo com muitas dificuldades.

O que precisa ser analisado, com vagar, é o fato de que até o presente não foi dada a devida atenção para o que representou, nos seus efeitos, a supersafra de 1971/1972, que chegou a ultrapassar o limite da cota de produção de açúcar concedida ao Rio Grande do Sul. A documentação da AGASA e os depoimentos orais registram a política da usina no tocante ao aumento da produção, para que, cada vez mais, os fornecedores de cana ampliassem seu

¹⁷⁷⁵ Depoimento de Elzínia Segabinazzi Ferreira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º nov. 2004.

¹⁷⁷⁶ Depoimento de Rose Mary Mohr Rocha concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 13 mar. 2005.

¹⁷⁷⁷ Depoimento de Arlindo da Rosa Barbosa concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 19 fev. 2000.

¹⁷⁷⁸ Depoimento de Antônio Nazir Ferreira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 04 fev. 2005.

plântio e seguissem a orientação técnica a eles concedida, através da atuação dos engenheiros agrônomos e dos seus instrutores, que percorriam cada roça de cana para acompanhá-la, saneando seus problemas e oferecendo saídas para uma boa colheita.

Dos 281.214 sacos produzidos em 1971, caiu, em 1972, para 198.764, e, em 1973, baixou significativamente, chegando a apenas 131.634 sacos.¹⁷⁷⁹ Portanto, em dois anos, a AGASA deixou de, no mínimo, produzir 150 mil sacos/ano, como produzira em 1971. Dentre as razões apontadas, destacam-se duas: em 1972 não houve financiamento, e os preços baixos desestimulavam qualquer atividade canavieira.¹⁷⁸⁰

Ainda que as respostas dadas para justificar o recuo de produção dos canavieiros sejam unânimes e corretas na interpretação, elas são, contudo, insuficientes para explicar o ocorrido.

Como já frisado, no ano seguinte ao da maior safra da história da AGASA, o quadro já apresentava sinais de queda de produção, denunciadores do rumo crescente de dificuldades que a usina iria atravessar. O estado consumia, então, cerca de 5.300.000 sacos de 60 kg de açúcar. A AGASA estava autorizada pelo IAA, em 1973, a industrializar apenas 3,6% desta demanda, ou seja, cerca de 200.000 sacos de açúcar cristal. Pela sua capacidade instalada, ela podia produzir, em apenas 150 dias úteis de safra, 320.000 sacos, desde que tivesse matéria-prima fornecida, num total de 210.000 t. de cana, o que não aconteceu nos anos seguintes.

Mas, afinal, o que aconteceu em 1971/1972, a safra que registrou o maior número de fornecedores de cana, na história da AGASA, e que determinou o afastamento de grande parte deles?

O que ocorreu foi que a produção na safra 1971/1972 foi tão surpreendente, com adesão e resposta positiva dos produtores, que a usina acabou por não receber toda a cana produzida.¹⁷⁸¹ Muitos tiveram suas canas perdidas na lavoura; não foram transportadas até a usina. Apodreceu, lentamente, nos canaviais. Multiplicam-se os depoimentos sobre esse verdadeiro rompimento que se estabeleceu entre o fornecedor e a usina, que não comprou toda a produção gerada com motivação desencadeada pela empresa e seus agentes. Suas falas são reveladoras desse fosso que se foi impondo a partir de então. Eis algumas das tantas escutas.

¹⁷⁷⁹ Os números de quilos de cana fornecidos à AGASA, da primeira safra até o ano de 1974, podem se analisados e interpretados a partir dos dados do ANEXO VV.

¹⁷⁸⁰ AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da safra 1974/1975*. Santo Antônio da Patrulha, 1975. Não-paginado.

¹⁷⁸¹ Em 1971, 1709 produtores entregaram cana. Esse número abrangeu cerca de 8.700 pessoas: os plantadores e suas famílias diretamente, além dos transportadores, seus peões, diaristas de corte da cana. AÇÚCAR GAÚCHO S.A. *Relatório de safra, 1971/1972*. Santo Antônio da Patrulha, 1973. p. 12.

Animado a produzir, Angelino Nunes da Silveira tratou com a usina que plantaria três hectares, mas acabou por produzir cinco, e aí confessou: “[...] eles quiseram só os três. Eu perdi na roça. Isso tudo *desenxaviu*.”¹⁷⁸²

São lembranças de *Zé da Tamanca*:

[...] então, para as pessoas não perderem a cana, a AGASA recebeu... Foi um ano que eles moeram até o fim de fevereiro com prejuízo. O que deu de cana seca e cana botada fora e prejuízo para o produtor e prejuízo para a AGASA... **Então deu uma enchente de cana que foi uma coisa de louco. Mas aí eu acho que a AGASA primeiro teria que receber de quem ela financiou primeiro para depois ir pegar a outra.** Ou que ficasse para dois ou três anos essa cana que a Marumby financiou, e eles receberam parêlo. Aí foi um erro, porque eles já correram com muita gente. **A senhora produzir uma coisa para ver perder, ninguém gosta.** Isso eu cansei de falar para o Doutor Ivo. Digo: “Olha aqui, vocês erraram, e muito. Primeiro vocês tinham que atender quem vocês financiaram.” Disse: “Não, Zé, mas eles também deviam para o banco.” Digo: “Bom ... mas não tem nada a ver. Foram vocês que financiaram.” Depois, sim sobrou. Moessem a deles, mais não misturar. **E aí ficou cana na lavoura. Aí deu uma confusão danada.** [...] Aí nós tivemos dificuldade, na entrega da cana, no meio de transporte. [...] O Instituto do Alcool, quando vai fazer uma safra, ela é calculada para tantos mil sacos. [...] O momento que excedeu aquilo ali, só se o Instituto do Alcool lhe permitir a senhora moer mais. Senão, não pode. [...] **A cota total é uma coisa. Agora, a previsão é outra coisa.** Porque, se a senhora tem uma previsão para 150 mil sacos e tiver 200, a senhora tem um excesso de 50. E aqueles cinquenta tinha que estar na previsão. E se não está, a senhora não pode moer. É coisa controlada pelo Instituto do Alcool. Aí é que é o problema. Aí que deu o rolo. Até eles liberarem aquilo ali. [...] Ali as moendas são tudo controlada para aquela capacidade. Se a senhora colocar a mais, não vai funcionar, porque o troço vai sair, a cana e a guarapa quase toda no bagaço, então traz problema. **Esse foi o problema mais pior da AGASA.** Aí que deu muita reclamação.¹⁷⁸³

A fala da canvieira Leontina Barbosa é também esclarecedora:

A gente aqui não tinha uma hora assim para largar. A hora que desse... Às vezes o caminhão chegava de madrugada ou meia noite... A hora que fosse, o cara tinha que carregar, não tinha hora para... Às vezes, se tivesse sentado na mesa para almoçar ou qualquer coisa, tinha que largar o prato ali e ir lá carregar para depois almoçar. O caminhão chegava com pressa, e tinha mais cana para ir buscar, às vezes atrasado. Chovia... o lugar bom... Daí eles tinham que dar conta. Então eles não podiam estar esperando o cara almoçar para depois ir. Era puxado nesse tempo [...].¹⁷⁸⁴

Nesse ritmo, a produção superou a cota concedida à usina gaúcha. Aos 200.000 sacos, a direção conseguiu somar mais 70.000, com licença obtida do IAA. Mas, mesmo assim, sobraria cana, como sobrou. Quando obtida a autorização para mais 30.000, já era tarde. Com

¹⁷⁸² Depoimento de Angelino Nunes da Silveira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 19 fev. 2000.

¹⁷⁸³ Depoimento de José Luiz Correa de Andrade – *Zé da Tamanca* – concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 26 fev. 2000. (Grifo nosso).

¹⁷⁸⁴ Depoimento de Leontina dos Santos Spitznagel Barbosa concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 19 fev. 2000.

isso, mais o preço vil recebido, resultou que muitos não plantaram e nem cuidaram das socas para a próxima safra.¹⁷⁸⁵

[...] a safra que nós sentimos melhor para a AGASA foi a segunda. [...] Eu sei que eles nos pagaram quatorze. Era quatorze e uns trocadinhos a tonelada. Mais o juro era bem baratinho. Então foi um ano dos melhores que nós fizemos na AGASA. Talvez outros achassem que fosse outro ano o melhor. [...] O preço era tudo tabelado pela AGASA. Dependia da distância. A AGASA é que controlava o preço lá. O caminhão levava, e a AGASA dizia: “O frete é tanto a tonelada.” Não era nós, nem o caminhoneiro. Era a AGASA que dava. [...] Então alguém se queixava: “A AGASA vende o frete muito alto.” Mas eu digo: “A tua distância é maior que a dos outros? A dos outro é mais perto.” Mas foi uma briga, dona. Ninguém arrumou nada. De certo, alguma que a gente não sabe arrumou. Mas ninguém encontrou muita vantagem com a AGASA, pelo menos depois que eles subiram o juro. Foi para um exagero o juro. Aí, se fazia para comer, se fazia muito. [...] Pois nós vivíamos na colônia. Se nós fôssemos plantar outra coisa, não produzia. Então, dentro da cana, nós tirávamos o feijão para comer, tirávamos o milho, nós plantávamos aipim, plantávamos uma batata doce, plantávamos uma batata inglesa. Dentro da cana se plantava a batata inglesa; as outras coisas não. Então nós vivíamos daquilo ali. Passava uma safra, não sobrava. Nós trocávamos os bois por uns mais pequenos para ter dinheiro para a soca da cana, para no outro ano ter de novo. No outro ano acontecia a mesma coisa. Nós tínhamos os bois grandes. Tinha que trocar pelos pequenos para sobrar para lavrar a soca, para comprar adubo, para a capina. A luta da cana foi essa aí.¹⁷⁸⁶

A descrença se espalhava e grassava muitos lares, disseminando desencanto diante da realidade em que viviam os plantadores. Deram-se conta do sobretrabalho perdido. Mulheres, homens, adolescentes e crianças, enfim, a família toda se entregara a uma labuta estafante, dolorosa mesmo, em meio aos canaviais cortantes. Subir com o feixe de cana, nas pranchas, para alcançar o caminhão de transporte que chegava – quando chegava – na roça patinando, quase a cair nas pirambeiras dos morros, era um desafio perigoso e extenuante:

Sobre essa fase difícil muitas foram as lembranças queixosas.

[...] se bota uma prancha para poder entrar no caminhão... Está alto lá em cima, não é? Então se bota uma prancha para poder chegar até lá em cima do caminhão para poder despejar cana dentro. [...] Era um trabalho muito pesado. Inclusive hoje tem gente que o que deixou doente foi a cana-de-açúcar. Pesado para o carregamento. Já pensou carregar assim dez mil quilos de cana de feixe mole para botar em cima do caminhão? Quanto carregava um só por dia? Mas tinha canavieiro que mandava dois a três caminhões de cana por dia.¹⁷⁸⁷

¹⁷⁸⁵ Em 1969, plantaram 2.418ha; em 1970, somente 802, e, em 1971, diminuíram para 769 ha de cana plantada. AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da safra 1974/1975*. Santo Antônio da Patrulha, 1975. Não-paginado.

¹⁷⁸⁶ Depoimento de Júlio Pereira Sobrinho concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 12 fev. 2000.

¹⁷⁸⁷ Depoimento de Delmo Tedesco concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 15 fev. 2000.



Fotografia 88 – Carregamento de cana na lavoura, com o uso da prancha como suporte entre o caminhão e o canavial – [s/d]

Fonte: AGRICULTURA. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 19 nov. 1980. Suplemento Santo Antônio da Patrulha – Terra dos Canaviais, p. 9.

[...] era um serviço judiado, devido se quisesse ganhar. Já lhe digo o certo: o ruim ninguém queria. O ruim era o que não tinha produção. Só queriam o bom. [...] porque no lugar deles botar dois eles botavam um só. Então era judiado, [...] porque, se botassem dois ruins, um bom fazia por ele os dois. Então era judiado por isso. [...]. Hoje é uma mordomia. [...] Naquela época se carregava uma carreta de cana sozinho. Hoje, se não for dois, não carrega. [...] Naquela época não tinha estrada. Depois que a AGASA entrou e foi fazendo estrada, foi cortando os morros e a estrada que descia no meio da roça, então ia carregando. Naquele lugar ruim onde não podia ir o caminhão, nós tirávamos para fora. Mas a cana era tirada de carreta para fora. Às vezes nós largávamos a última carreta no carregador. O caminhão encostava, então nós botávamos, passava aquela carreta de cana duas vezes nas costas, às vezes só largava a carreta, e o caminhão encostava. Nós tínhamos que tornar a erguer para botar no caminhão. [...] Iam oito, dez toneladas nos caminhões; até treze, dependia do caminhão.¹⁷⁸⁸

[...] pois eu sempre ajudei ele. Eu ajudava assim bem no início. As máquinas não vinham carregar, não. É a gente que carregava nas costas. Aí eu preparava os montinhos assim para ficar, para ser mais fácil deles carregarem e pegarem aquele feixe, separadinho assim. E se fosse possível, até carregar eu ajudei. Bem no início eu ajudei a carregar. [...] Eu era nova na época, bem no início. Já faz o que, uns vinte e cinco anos mais ou menos. Eu tinha ali uns quarenta anos, uns quarenta e poucos anos. [...] Era um serviço pesado sempre, entendeu? Era mais o meu marido que trabalhava ali e os filhos. E eu procurava assim ajudar eles. Facilitava o trabalho para eles também. Isso aí. [...] Eu trabalhava sempre mais no horário da tarde que na parte da manhã. Sempre botávamos assim pessoas para ajudar. E aí eu tinha que fazer o almoço, fazer pão. Tinha os filhos que estudavam. [...] porque

¹⁷⁸⁸ Depoimento de Júlio Pereira Sobrinho concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 12 fev. 2000.

aqui a gente não tem o supermercado próximo para a gente comprar o pão. Ele tinha que ser feito em casa. E aí na parte da manhã eu não podia ajudar.¹⁷⁸⁹

[...] fechava a cana, amontoava. Juntava ponta para dar para o gado. Ajudava bastante. [risos]. [...] me sentia ruim, porque era pesado o serviço. Mas tem que fazer. [risos] Os filhos eram tudo pequeno. Não podiam quase ajudar. Aí tinha que ajudar a fazer.¹⁷⁹⁰

[...] porque o trabalho mais penoso era exatamente o carregamento da cana no caminhão. Às vezes encostava-se no caminhão uma prancha e tinha que colocar um feixe de cana nas costas e subir no caminhão e jogar lá em cima. Acho que quase 100% das famílias era o homem e a mulher que pegavam junto.¹⁷⁹¹

A terra é boa; só de muita mão-de-obra. O chão é muito acidentado, é chão de pedra. [...] Tem que ser na base da enxada. [...] A gente parece que está no céu. [...] A gente descia só de carro pequeno; nunca descia de caminhão. O meu filho mais novo pegou o caminhão e foi descer lá. Quando ele chegou ali, eu rezei para o caminhão não resvalar. Se resvasse, caía ali uns trinta metros para baixo. Mas aí o que ele fez. Ele acelerou o carro e ao invés do carro se arrastar, ele puxou e defendeu a curva e passou. Mas eu não deixei ele ir mais lá, nunca mais fomos assim pegar cana.¹⁷⁹²



Fotografia 89 – Aspecto do terreno pedregoso da área canavieira – década de 1990

Fonte: Acervo do Museu Juca Maciel.

E a tentativa de utilização da máquina no morro foi um duro desafio, conta o tratorista da AGASA Alzemiro Vargas, que cobrava por hora trabalhada no canavial.

Tinha lugar que a gente tinha que desistir; não dava. Porque o colono, ele acha que aonde boi vai, máquina vai. Tinha muitos desses aí que diziam: “Não, mas essa roça aí dá para lavar.” Às vezes uma roça assim, a pique para cima assim. Às

¹⁷⁸⁹ Depoimento de Arminda Fraga de Andrade concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 26 fev. 2000.

¹⁷⁹⁰ Depoimento de Maria Alós concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 18 mar. 2000.

¹⁷⁹¹ Depoimento de Edegar da Silva concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2005.

¹⁷⁹² Depoimento de José de Souza Bernardes – *José Fila* – concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 18 fev. 2004. (Grifo nosso).

vezes, quando era pequena, o cara lavrava, vinha de ré e lavrava atravessado assim, porque a pique não subia, descer sim... Mas aí descer... desce lavrando e tem que subir de ré com o arado erguido, e às vezes não vinha. Então achar terra boa, boa mesmo, plana, difícil... Mas a gente lavrava. Fazia a vontade deles. Só que quando não dava mesmo aí a gente não fazia, porque aí está até arriscando a virar um trator em cima do cara ainda.¹⁷⁹³



Fotografia 90 – Carregamento de cana em área acidentada do morro – década de 1960

Fonte: Acervo da AGASA.

Até a abertura da AGASA, não existiam estradas nos morros; só havia caminhos. A área urbana ficava praticamente isolada da rural.¹⁷⁹⁴ E em não poucas roças, peões de cana trabalharam para fornecedores. Além de ganharem muito pouco pelo pesado e desgastante trabalho que faziam, foi em vão e um desperdício; muita cana colhida ficou abandonada no canavial. Para o peão José Antônio de Melo, o que ele fazia era trabalho escravo. Seu depoimento é emblemático para a compreensão das relações de produção vigentes nas comunidades canavieiras voltadas para a AGASA. Por isso, ouvi-lo permite penetrar na lógica implantada pela usina:

[...] eu colhi cana aqui no velho Guilherme [...] ó vizinha, eu com doze anos, a pauleira foi grande, para os outros. Hoje eu estou arrebitado por causa disso, de trabalhar para os outros. [...] Chegava um caminhão, chegava ao meio-dia, na flor do meio dia, com sol, com esse sol que está aqui hoje. E a gente tinha que só almoçar e debaixo do feixe e escadão... Escadão é uma escada por cima de um caminhão, assim... Subia com o feixe lá em cima. Eu não tinha raiva, está... **A gente era quase que nem um tipo de escravo da época.** A gente tinha que comer... Não

¹⁷⁹³ Depoimento de Alzemiros Dias de Vargas concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 02 nov. 2005.

¹⁷⁹⁴ Apesar desse isolamento, algumas reportagens da grande imprensa encobriam as dificuldades da conjuntura. Ver, como exemplo, SANTO Antônio da Patrulha: produção agro-pastoril cresce em ritmo de Brasil-grande. *NH: Vale do Sinos*, Novo Hamburgo, 28 jul. 1972. Caderno 1. Edição oficializada pela Associação dos Municípios do Vale do Rio do Sinos, p. 16. As péssimas condições das estradas era tema permanente nas reuniões da Câmara de Vereadores de Santo Antônio da Patrulha; nas atas das assembléias da AGASA, também.

tinha que ser mandado, não adianta aquilo. Hoje não. Hoje eu, graças a Deus, tenho uma terrinha, comprei sacrificado. Tenho uns pés de cana que eu plantei lá. Não plantei mais porque eu não tenho mais força. Compreendeu? Eu não tenho força para plantar cana. Se eu tivesse uma junta de boi aqui, ó!... Arado eu tenho, corda eu tenho, meus bois morreram. A peste, não é... morreu um. O outro se enrolou na corda e deslocou uma perna e tive que vender. Fiquei sem. E agora nunca mais pude comprar. Ó, vamos encurtar: não pude nem comprar um carrinho para mim. [...] Naquela época a gente era pobre. E nem uma casinha boa a gente não tinha. Era uma casinha de macega. [...] deixou o sujeito arrebitado de carregar às vezes um caminhão quase sozinho. Vai longe de dez mil quilos. Hoje estou com sessenta e dois anos. Eu trabalhava para Deus e todo o mundo: para o velho Guino Barcela... com o Arnesto..., com o falecido Totonho..., falecido Santo Vasco. Não tinha hora. Sete e meia pegava um pedaço de pão – naquele tempo se fazia lingüiça – e ia para a roça. Quando era mais tarde, levavam o café assim a umas dez horas. **E trabalhava até dar para trabalhar. [...] Eu não queria trabalhar mais que oito horas, não, mas eles mandavam. Daí porque senão amanhã eu não tinha ganho. Estou dizendo que nós éramos escravos, porque não tinha escravo naquela época. E só não apanhava porque era impossível ele dar na gente. É que o patrão não pode dar no empregado. Só não apanhava por causa disso.**¹⁷⁹⁵

O depoimento de José Antonio de Melo é, na sua inteireza, a expressão da sacrificada labuta com a cana, a ponto de se perceber como escravo da cana. O sentido de pertencimento à condição escrava percorre sua fala em várias passagens. Uma delas revela sua inconformidade e o recuo do patrão, colocando-se junto no trabalho pesado.

Naquela época não tinha estudo. Naquela época era paulada, era na paulada. Era capinar cana até... Naquele tempo existia sabe o que que é? Não tinha bermuda, calça comprida, não tinha, era um... como é que se diz, um vestidão, assim de saco de estopa como que diz. Naquela época era horrível. E nunca fui para o colégio. Mas com a graça de Deus nós nos criamos tudo. Não foi roubando nada de ninguém.

Eu e a mulher trabalhávamos e ganhávamos. Ela ganhava um mil réis por dia para capinar para os outros. Eles me pagavam mil e quinhentos.¹⁷⁹⁶

Sua narrativa é esclarecedora e mostra resistência nas relações de produção.

Eu empreitei uma roça de cana para cortar. Chegava o cara de caminhão, parece que vai judiar da gente. Chegava um caminhãozinho desse cinqüenta e cinco, naquela época. Caminhãozinho velho, mas muito bom. Aí chegava lá na força do meio dia e vamos carregar. Aí eu disse: “Ó, nem um pau eu boto. Eu já estou morto de cansado. **Vou me esculhambar não.**” **O homem xingando a gente. Agarrei e disse: “Ó, pode ficar com essa porcaria aí. Pode ir embora com o caminhão vazio.”** Ah, eu disse... eu estava com raiva. Aí deu para localizar a idéia dele. A gente expôs a idéia. Aí ele disse: “**Vamos carregar! Eu ajudo a carregar. Aí então vamos meter.**” Ah, gostei de ver o cara. Aí o dono do caminhão ajudou, para ele aprender...¹⁷⁹⁷

E sobre as condições da empreitada, disse:

¹⁷⁹⁵ Depoimento de José Antônio de Melo concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 12 fev. 2000. (Grifo nosso).

¹⁷⁹⁶ Idem. (Grifo nosso).

¹⁷⁹⁷ Idem. (Grifo nosso).

[...] fui porque precisava [...] entrei só com o meu machado e a minha faca para despontar a lenha. E cana a senhora tem que entrar com boi, com arado, com as cordas, boi seu, porque ninguém vai lhe emprestar isso. Mas claro, dona! A gente precisa, a gente tem que fazer; localizar as vontades da gente para poder comer...
[...]¹⁷⁹⁸

Com convicção, afirmou:

[...] **com a cana nunca deu para viver.** Tem que dizer o certo, porque eu não sou de mentira. **Olha, pode até fazer uma reunião que eu sou o primeiro que digo, que a cana nunca deu para viver. Ah, esses caras ali, o que arrumaram com cana? Arrumaram... estão lá, ó, aqueles mais velhos, que já estão debaixo da terra.** [...] Eles me davam aquela mixaria de dinheiro, ali aqueles trocadinhos, ali para eu não passar miséria, e eu não sei mais da vida deles. Mas assim, só sei que era paulada. **Eu era que nem um escravo...**¹⁷⁹⁹

Indagado sobre o que é ser escravo, logo respondeu:

Escravo é ser mandado, é ser chicoteado, é ser mandado pelo que tem dinheiro, pelos que tinham um dinheirinho. É, por exemplo, se eu tinha um dinheirinho e a senhora é a minha empregada, eu vou lhe mandar porque eu posso mandar, porque eu tenho dinheiro e isso e aquilo. O problema é isso aí. Então ninguém será escravo, dona. Eu, se a senhora trabalhava comigo, eu vou lhe pedir: “Ó, faz aquele servicinho.” No maior carinho. Não é porque eu estou conversando com a senhora aqui, qualquer um... O empregado é o seguinte: agora não é mais como era de oitenta para cá, que mudou. Entendeu? **De oitenta para lá que era escravo. Eu me considerava um escravo porque o maior suor que tinha para isso... Hoje estou arreventado.** [...] Chegavam a qualquer hora da noite. “Ó, o caminhão veio. Vamos lá.” Aí eu me levantava cansado. **Tinha que subir o morro. Sabe o que é morro, de noite escura? Às vezes com uma velinha.** Hoje não, quem trabalha aí... Eu, para bem me curar, fui lá no médico agora, esses tempos atrás. O médico disse: “Foi força demais, e arreventou o nervinho. Virou uma hérnia.” [...] **Eles faziam aquelas promoções: quem levasse mais o caminhão primeiro ganhava não sei o quê. Me esqueci. Levava um prêmio lá. Chegava, por exemplo, à uma hora da manhã, buzina o caminhão. Eu tinha que ir a pé e tinha que levar uma velinha, porque os olhos “candiavam”.** Nós éramos quatro para encher o caminhão. Levava uma hora e meia por caminhão. [...] **Não ganhava na hora o pagamento. No dia tal ia lá e pagava o armazém. Quando não era eu, era ele que ia lá pagar.**¹⁸⁰⁰

Sobre a AGASA disse:

Naquela época, quando começou essa tal de AGASA, começou lá na Ilha. Ela tinha uma parte com área de banhado em que plantavam cana. Aí não era botar no caminhão. Aí era por dia, ó, vizinha. Era seis mil réis... Não é esse dinheiro que nós temos agora. Parece que eu tenho dois mil ali daquele dinheiro. Eu pagava o armazém e trazia outro ranchinho. E os outros ajudavam a gente com alguma coisinha. [...] Eu fui de passeio lá. Achei bonito o lugar...¹⁸⁰¹

¹⁷⁹⁸ Depoimento de José Antônio de Melo concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 12 fev. 2000.

¹⁷⁹⁹ Idem. (Grifo nosso).

¹⁸⁰⁰ Idem. (Grifo nosso).

¹⁸⁰¹ Idem. (Grifo nosso).



Fotografia 91 – Plantio de cana em terreno de banhado – [s/d]

Fonte: Acervo da AGASA.

A partir desses extratos de depoimento, fica evidente que as relações de trabalho estabelecidas na área canavieira não estavam promovendo a esperada ressurreição dos trabalhadores de cana do Litoral Norte do estado. Com a orientação agrícola fornecida pela usina para elevar a produtividade nos minifúndios da cana a fim de atender a demanda industrial, ela desarmou os pequenos proprietários. A cana, até então plantada para a produção artesanal, ocupava toda a família na roça e na confecção da rapadura, açúcar mascavo e/ou aguardente. Portanto, a mão-de-obra residia na família até a criação da usina. Com a AGASA, passaram a estabelecer-se relações contraditórias e, sobretudo, adversas, especialmente para os que não tinham propriedades. Os sem-terra eram contratados como peões, que recebiam baixos pagamentos, vivendo em piores condições de vida. A circulação monetária nos morros era baixíssima. A tal ponto que inviabilizava aos canavieiros se organizarem no sindicato. Como Ivone e Hélio Message, outros não se sindicalizaram:

Tem que pagar um tanto por ano. E a gente... nunca sobra... Ainda estava falando... Esse aí estava ruim ainda, e eu estava dizendo que nós tínhamos que fazer a carteira para tirar, para ver se... para ir no médico... Estava se queixando ruim... Eu estava dizendo... a única maneira de ir ao médico é fazer a carteira, senão é pior.¹⁸⁰²

Os fornecedores de cana dependiam dos pagamentos da usina, com atraso e desvalorizados, além dos vários descontos atribuídos, como adubos, transporte e outros.¹⁸⁰³ Não poucos buscaram uma saída emergencial. “[...] se a AGASA, vamos supor, ela pagasse vinte reais a tonelada, e a senhora chegava aqui oferecendo vinte e dois, aí aquele, por causa

¹⁸⁰² Depoimento de Ivone Message concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 19 fev. 2000.

¹⁸⁰³ Na Câmara de Vereadores de Santo Antônio da Patrulha, verifica-se, por parte de alguns edis, a preocupação com o baixo preço pago pela cana na safra 1971/1972, diante do apelo dos canavieiros. Examinar o Livro nº 5 de Atas da Câmara Municipal de Vereadores de Santo Antônio da Patrulha.

de dois reais, ele lhe entregava a produção. [...] essa coisa sempre teve e sempre vai ter aquela história da oferta.”¹⁸⁰⁴ Os valores que os fornecedores recebiam pela venda de suas canas, oportunizavam esparsas melhorias em algumas propriedades, dependendo da quantidade do produto fornecido para a AGASA. Além do que, viam-se forçados a reservar um pequeno capital para viverem o ano, até a próxima safra. Ou seja, o fornecedor era pequeno, e, ainda que melhorando um pouco sua condição de morar, dependendo da safra, continuava pequeno e descapitalizado.

É, comecei. Eu botei engenho. Eu fiz rapadura, fiz cachaça. Meu pai já era fabricante de cachaça. E aí depois paramos, plantamos para a AGASA [...] **Mas o frete comia muito. Não tinha estrada.** Tinha que levar lá embaixo, ali abaixo do morro. O caminhão não subia assim meio no começo. [...] Vez fazia *pixurum* os dois, três vizinhos. Levava aquele dia para carregar um caminhão dum dia para outro. Uma sociedade assim... um auxílio, para se carregar mais ligeiro. Naquele tempo era assim. [...].

Sempre dei conta de pagar, nem que não folgasse nada. Pagava sempre com cana também. [...] Às vezes empatava, e não sobrava, e ia indo nessa base. Tinha que sobrar para comer, para pagar o armazém. Ou uma coisa, ou outra. E se sobrava do armazém, a gente comprava um terneiro, um boizinho para puxar cana, uma carreta. [...] o que acontecia que quem plantava cana não sobrava tempo às vezes para plantar um milho, um feijão. E daí já não dava. Tinha que cuidar das canas e daí às vezes tinha de comprar, não é. [...] Quando sobrava tempo, a gente plantava um aipim, uma batata, uma malha de milho [...].

Era muito bonito de se ver ela [AGASA] trabalhar. Eu andei até por cima, vendo lá. Muito bonito, muito especial. Mas o lucro para nós era pouco, né. Sobrava pouco. [risos] Não valia quase a pena...¹⁸⁰⁵

Para os peões, ficavam as sobras. Diante da falta de capital para pagar os trabalhadores de que necessitavam no pico da safra, tiveram que reascender a prática do *pixurum*, sobretudo na supersafra de 1971/1972. O trabalho, animado pela cantoria entre os vizinhos, que se ajudavam mutuamente para darem conta do corte de cana em suas lavouras, atenuava, em parte, as perdas e os custos na produção. A cooperação, sem dúvida, é fonte e força impulsionadora que ajuda a resistir ao desânimo e à desolação. A solidariedade agrega valor de toda sorte. Mas vislumbrar os canaviais sem vida e sem valor era demais para todos, especialmente depois de trabalharem coletivamente e cantando para colherem nos canaviais, cuja exuberância, nunca vista nos morros, prometia o esperado retorno monetário e mudança das condições de vida – não só para os fornecedores; para os peões, sobretudo. A fala de José Antônio retrata os reais contornos das relações impostas aos canavieiros com a moderna usina estabelecida ao pé do morro, e o desencontro entre a realidade do trabalho agrícola e o da

¹⁸⁰⁴ Depoimento de José Luiz Correa de Andrade – *Zé da Tamanca* – concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 26 fev. 2000.

¹⁸⁰⁵ Depoimento de José Peres Alós concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 18 mar. 2000. (Grifo nosso). O depoente referiu-se à AGASA quando disse que era muito bonito “[...] de se ver ela trabalhar.”

produção industrial – duas realidades em choque. Diante do embate, os peões resistiram, e os proprietários da cana também, através de conflito de terras.

O preço pago aos canavieiros na farta safra também não fora o prometido e o esperado. O lucro era pouco. A resposta foi dada com o fornecimento da cana aos alambiques, visto que a cachaça vinha tendo seu valor majorado, por isso cativando muito mais os produtores de cana. Em 1972, por exemplo, o preço da cachaça passou de vinte centavos para mais de dois cruzeiros o litro. Conseqüentemente, mais de 70.000 t de cana, financiadas para fornecimento à AGASA, foram desviadas para os mais de 400 alambiques das redondezas.¹⁸⁰⁶ Foi a forma encontrada para resistir; mais que isso, subverter a ordem.

A gravidade da situação revelou-se também com ameaças de despejo da terra por medida judicial. A localidade de Ribeirão, 1º distrito de Santo Antônio da Patrulha, ganhou página inteira no jornal *Folha da Manhã*, com o relato das condições difíceis de famílias canavieiras ali residentes. A descrição do quadro é reveladora da séria crise social da região:

Às dificuldades naturais do cultivo da cana-de-açúcar – perigos de cortes, picadas de cobras e doenças – os oito agricultores e suas famílias que estão ameaçadas de despejo em Ribeirão somam agora os problemas que terão ao serem obrigadas a abandonar suas terras e casas adquiridas com sacrifícios. [...] Francisco ganhou no ano passado perto de Cr\$ 1.000,00 vendendo as 58 toneladas de cana-de-açúcar que plantou para a AGASA (Açúcar Gaúcho S.A.), indústria localizada em Santo Antônio da Patrulha que compra cada tonelada por Cr\$ 25,00. Há 17 anos morando nestas terras, com sete filhos para sustentar, ele não tem condições de sobreviver nos quatro hectares que sobraram: “Nem tem água lá e eu teria que pedir para os meus vizinhos. E eu ainda tenho que pagar um dinheirinho que pedi emprestado ao banco para comprar uma vaca de leite.”¹⁸⁰⁷

Uma amostra com os números de fornecedores de cana à AGASA e seu distanciamento crescente da empresa confirma a crise. É o que pode ser visto através dos dados em seguimento.

Tabela 27 – Evolução do número de fornecedores de cana à AGASA – 1966/1974

Anos	Nº de Fornecedores				
	de 1 a 100 T	de 101 a 300 T	de mais de 300 T	de mais de 1.000 T	Total
1966	683	148	17	1	849
1967	873	204	11	1	1089

¹⁸⁰⁶ AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da safra*. 1974/1975. Santo Antônio da Patrulha, 1975. Não-paginado. Por sua vez, os alambiques vinham sofrendo grande pressão para continuarem atuando. A propósito, examinar: LAMBIQUEIROS: Ministério da Agricultura faz muitas exigências. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 35, p. 5, 18 jun. 1975.

¹⁸⁰⁷ POBRES e com dívidas, eles dizem que não podem sobreviver em outro lugar. *Folha da Manhã*, Porto Alegre, p. 3, 09 jul. 1974. Em 1977, matérias semelhantes revelavam o mesmo drama de várias famílias forçadas ao abandono de suas plantações no 1º distrito de Santo Antônio da Patrulha.

1968	395	47	4	0	446
1969	948	94	23	0	1065
1970	1181	405	30	2	1618
1971	892	*750	87	0	1729
1972	920	*400	44	0	1364
1973	910	*247	11	**1	1169
1974	733	*179	11	**1	924

*Queda abrupta do nº de produtores de 101 a 300 t

** AGASA.

Fonte: AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da safra 1974/1975*. Santo Antônio da Patrulha, 1975. Não-paginado.

O afastamento dos fornecedores era realmente visível: “[...] até 73 produziu grande. 74 produziu grande. De 75 em diante, aí foi diminuindo. [...] Aí o povo começou a achar que não dava.”¹⁸⁰⁸ A desistência de alguns municípios também aconteceu, através do recuo de seus produtores de cana frente à indústria açucareira, como apontam os números a seguir indicados:

Tabela 28 – Número de fornecedores de cana por município – 1966/1974

Municípios	Sto. Antônio	Osório	Torres	Rolante	Taquara	Outros	Totais
1966	659	111	72	2	2	1	847
1967	671	180	205	9	9	6	1080
1968	338	108	-	-	-	-	446
1969	855	209	1	-	-	-	1.065
1970	1.273	317	28	-	-	-	1.618
1971	1.341	345	-	5	18	-	1.709
1972	1.058	283	7	14	2	-	1.364
1973	911	253	4	1	-	-	1.169
1974	707	217	-	-	-	-	924

Fonte: AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da safra 1974/1975*. Santo Antônio da Patrulha, 1975. Não-paginado.

Os dados da movimentação da cana transportada também são indicadores da crise.

Tabela 29 – Transporte da cana para a usina – 1966/1974

Anos	Nº caminhões	Cana transportada total - kg	Média p/ caminhão
1966	242	57.671.754	238.313
1967	195	72.637.016	372.490
1968	71	21.368.016	300.969
1969	111	73.272.538	660.112
1970	154	135.013.378	876.710
1971	125	180.298.330	1.442.386
1972	112	128.920.680	1.151.077
1973	76	86.527.097	1.138.514
1974	73	67.024.638	918.145

Fonte: AÇÚCAR GAÚCHO. S.A. – AGASA. *Relatório da safra 1974/1975*. Santo Antônio da Patrulha, 1975. Não-paginado.

¹⁸⁰⁸ Depoimento de Ary Carlos do Amaral concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 18 fev. 2004.

E para completar o quadro de informações que balizam a travessia de dificuldades,¹⁸⁰⁹ o índice da duração/dias de safra também é indicador da grave situação por que passava a usina. Eis os números:

Tabela 30 – Safras da AGASA - Emprego de tempo/dias – 1966/1974

Anos	Dias corridos de safra	Utilizados	Perdidos por chuva e tráfego	Perdidos por desarranjos mecânicos
1966	172	69,50	70,5	32,00
1967	162	69,00	38,5	54,50
1968	134	27,10	*105,8	1,10
1969	173	81,30	22,4	69,30
1970	186	124,40	24,5	37,10
1971	245	145,00	37,0	63,0
1972	182	95,00	58,7	28,3
1973	170	**64,00	**75,5	30,5
1974	153	**56,70	**73,8	22,4

* Faltou cana

** Em 1973/1974 o número de dias perdidos foi superior ao de utilizados para a safra. Em decorrência de chuva faltou cana.

Fonte: AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da safra 1974/1975*. Santo Antônio da Patrulha, 1975. Não-paginado.

O que revela esse quadro desolador e de resistência dos fornecedores de cana? Ele indica que um processo dialético fora desencadeado. E era notório e visível. Os canavieiros, ao darem respostas concretas à usina açucareira, afastando-se dela, determinaram o início da derrocada da AGASA. Como disse o fornecedor de cana Júlio Pereira Sobrinho, “[...] o esteio-mestre da AGASA era o trabalhador, o plantador de cana.”¹⁸¹⁰ Ou seja, “[...] a AGASA tinha que girar em torno do povo, [...] porque senão não ia para frente mesmo.”¹⁸¹¹ “O povo achava que ia ser grande coisa. O povo tinha esperança que as coisas melhorassem, e no fim foi diferente.”¹⁸¹² Os canavieiros passaram então a demonstrar que estavam cientes de que eram o esteio da usina. Sem matéria-prima, não há como movimentar as moendas. Sentindo-se explorados,¹⁸¹³ o que os fornecedores de cana passaram a fazer? Para Jorge Nehme, diante da grande decepção, “[...] o povo não tem resposta para dar. A resposta deles foi se afastarem

¹⁸⁰⁹ Dificuldades reconhecidas pela direção da AGASA, que, em Assembléia, apontou as seguintes: escassez de matéria-prima, falta de mão-de-obra para o corte e elevada precipitação pluviométrica, com 182 dias de chuva no período da safra. Ata de Assembléia Geral Ordinária da AGASA em 26/04/1973. Na ata da Assembléia Ordinária de 20/05/1975, o Cel. Tisiano, ao fazer relato final de sua administração, destacou a falta de matéria-prima por causa dos baixos preços pagos pela cana. Documentos avulsos. Acervo da AGASA. Na ocasião, reassumia, como diretor-presidente, Ary Ilmar Frank.

¹⁸¹⁰ Depoimento de Júlio Pereira Sobrinho concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 12 fev. 2000.

¹⁸¹¹ Depoimento de Pedro Pacheco Fernandes concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 23 fev. 2000.

¹⁸¹² Depoimento de Valdomiro Francisco dos Santos concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 12 fev. 2000.

¹⁸¹³ Verificar o ANEXO XX. A condição de explorado pela usina é manifestada por fornecedores de cana à imprensa: COLONO diz que é explorado pela fábrica de açúcar. *Folha da Manhã*, Porto Alegre, p. 11, 07 mar. 1975.

do município, da colônia.”¹⁸¹⁴ Efetivamente, a partir de então, três caminhos, gradativamente, foram sendo por eles seguidos:

- a) parte dos produtores que se manteve com a cana para a usina reduziu seu plantio, ano a ano, revertendo o quadro, alguns deles, devido ao efeito gangorra gerado com os estímulos que a usina procurou oferecer para sustar o processo de descrédito e desligamento dos seus vínculos com a indústria;
- b) outra parcela de produtores foi desviando cana para os alambiques e engenhos de açúcar mascavo ou rapadura da região, ou para os seus próprios;
- c) outros pararam de plantar cana e abandonaram o morro, indo para as cidades de Santo Antônio da Patrulha e Osório ou para os municípios da região metropolitana de Porto Alegre, especialmente Viamão, Alvorada, Cachoeirinha, Gravataí, e também para o Vale do Sinos, sobretudo Novo Hamburgo.¹⁸¹⁵

A propósito, a professora Teresinha Bier, coordenadora da LBA (Legião Brasileira de Assistência) de Santo Antônio da Patrulha à época, que acompanhou de perto o vertiginoso processo de redução populacional do município patrulhense, disse:

A população de Santo Antônio decresceu. As fábricas de calçados assimilaram muito em Novo Hamburgo, Igrejinha e aquela região toda e depois também o Parque Industrial de Gravataí, que atendeu Cachoeirinha e Alvorada, que levou muita gente para lá. [...] Santo Antônio era muito ruim de estradas e ele era muito grande. E isso fazia também com que as pessoas fossem embora.¹⁸¹⁶

¹⁸¹⁴ Depoimento de Jorge Pedro Nehme concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 11 fev. 1999.

¹⁸¹⁵ Na imprensa proliferam matérias sobre o êxodo rural de Santo Antônio, que, em 1960, tinha uma população de 54.563, e que, passados 10 anos, em vez de ter crescimento do índice populacional, reduziu para 53.626 habitantes. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*: censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1984. p. 76. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*: censos do RS 1960-1980. Porto Alegre, 1984. p. 19. “Em alguns povoados o êxodo foi tão violento que desabitou a metade das casas e sítios. Os casarões podem ser vistos, de janelas fechadas, virando taperas.” BOSSLE, Vinicius; FEIJÓ, Alceu. Santo Antônio, que já não vai bem, ficará à margem quando vier a “free-way”. *Folha da Manhã*, Porto Alegre, p. 40-41, 3 dez. 1970. Se em 1970 o quadro era este, é de se conjecturar o que foi a década de 1970 com os efeitos da supersafra. No dia seguinte, em outra matéria da série, lê-se: “Por hora, Santo Antônio apenas sobrevive, e muitos dos seus náufragos nadam para as cidades, porque não querem se afogar na areia quente de suas várzeas isoladas dos centros maiores.” ENERGIA e boas estradas para Santo Antônio atingir o alto. *Folha da Manhã*, Porto Alegre, p. 36-37, 04 dez. 1970. Entretanto, para Ary Frank, “[...] a AGASA ajudou, enquanto ela funcionou, a interromper o êxodo rural, que atrasou um pouco a saída deles de lá.” Depoimento de Ary Ilmar Frank concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 10 jan. 2001.

¹⁸¹⁶ Depoimento de Teresinha de Jesus Bemfica Bier concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 22 maio 2005. A respeito, o geógrafo Milton Santos escreveu uma obra na qual chama a atenção para a inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira entre as décadas de 1940 e 1980, atribuindo esse fenômeno à lógica da industrialização, que acabou por desencadear o crescimento demográfico sustentado nas cidades médias e maiores, especialmente as capitais de estados. SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 27. Para a década de 1970, o município que mais expulsou população no Rio Grande do Sul foi Santo Antônio da Patrulha. Junto a ele estão Canguçu, São Francisco de Paula e Taquara. É o que mostra esta obra: FERRAZ, Francisco et al. *Perfil socioeconômico das populações urbanas de baixas rendas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IESPE/PUCRS; IFCH/UFRGS, 1975, v. 1. p. 55-56.

Ou seja, de um lado, estavam os canavieiros em processo de descrédito crescente e desilusão visível, com respostas concretas ao abandono do sonho que disseminava desencanto, face às suas condições de vida e de trabalho desgastante e de poucas possibilidades de ganho, e, de outro, a AGASA via-se numa encruzilhada na definição de alternativas para reanimar os fornecedores a trazerem a cana para alimentar as famintas moendas e saciar sua sede:¹⁸¹⁷

[...] A gente estava vendo, estava se esfacelando. Das famílias estavam ficando os troncos. Os filhos estavam indo para a cidade. Uma coisa que estava sendo vista. Aquela família que produzia em cima de três hectares, daqui um pouco o filho saiu, a filha saiu, só ficou o chefe, o cabeça da família lá. Então, no ano seguinte, ele não plantou mais os três. Ele plantou dois. Então, com vistas a manter a estrutura industrial, é que o coronel [Tisiano] começou a ver a possibilidade de plantar a cultura própria. [...] E a AGASA tinha a função de tentar segurar o canavieiro no meio e não engrossar o cinturão de pobreza da cidade grande.¹⁸¹⁸

Face aos reveses que a região então enfrentava, voltou à cena a idéia de um outro órgão de desenvolvimento para a área. Mais um. Quando da implantação do Plano de Desenvolvimento do Litoral Rio-Grandense, o deputado Júlio Brunelli aconselhava que Santo Antônio da Patrulha, em vez de a ele ser agregado, melhor seria se fosse inserido na região metropolitana, passando a receber assistência e promoção advindas da METROPLAN (Fundação Planejamento Metropolitano Regional) e de suas vantagens junto à capital.¹⁸¹⁹

Aliás, o município patrulhense estava vivendo um tempo de conflito, conclusão a que chegou um grupo de jovens que realizava naquela altura uma pesquisa da realidade municipal, patrocinada pela UNESCO. No trabalho que publicaram, revelam que Santo Antônio da Patrulha vivia, naqueles anos iniciais da década de 1970, um verdadeiro drama:

[...] no que se refere a deixar para trás um passado e entrar com novo ânimo num futuro promissor. [...] a mentalidade vem sendo pouco a pouco reformulada pelas novas gerações, que tentam novos caminhos e substituir os velhos padrões. [...] **O conflito existe. Os contrastes pouco a pouco se tornam evidentes.**¹⁸²⁰

¹⁸¹⁷ O depoente Delmo Tedesco simulou fragmentos de diálogos entre funcionários da usina e os fornecedores de cana realizados nesse tempo com o objetivo de convencê-los a manter-se na terra produzindo cana. A propósito, ver ANEXO ZZ.

¹⁸¹⁸ Depoimento de Paulo Dapper concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 17 fev. 2000.

¹⁸¹⁹ DISCURSO do Deputado Brunelli. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 35, p. 8, 18 jun. 1975.

¹⁸²⁰ SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA: um município em conflito: estudo socioeconômico-cultural elaborado sob os auspícios do convênio MUDES – Clube de Jovens da UNESCO, 1971. p. 2-3. (Grifo nosso). Inclusive foi promovido o I Seminário de Desenvolvimento de Santo Antônio, em novembro de 1971. Foi uma promoção conjunta das lideranças locais para enfrentamento e busca de soluções dos seus problemas maiores e resistir ao isolamento. SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA vai realizar seminário para debater problemas. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 39, 17 out. 1971. I SEMINÁRIO de Desenvolvimento em Santo Antônio da Patrulha. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 13, 05 nov. 1971.

A luta contra o isolamento, em virtude da construção da auto-estrada (BR 290),¹⁸²¹ sem previsão de acesso ao município, foi outro aspecto da conjuntura a que a imprensa local e a estadual deram amplos e contínuos espaços, face à mobilização de grande vulto a que a comunidade se entregara. Afinal, a Free-way corta, em mais de 30 km, o município que até 1974 não tinha nenhuma entrada a ela, para que se pudesse usufruir dos seus benefícios. O percurso de 96 km, de Porto Alegre a Osório, atravessa os municípios de Gravataí e Santo Antônio da Patrulha, ligando-os por sua margem. Mas apenas Santo Antônio da Patrulha fora excluída do acesso a ela.¹⁸²²

Se, de um lado, ela trazia inúmeras vantagens, o que justificava a grande movimentação da comunidade patrulhense na sua defesa, de outro, para o cenário canavieiro, a nova estrada trazia mais reveses aos morros da cana. Muitos jovens das famílias canavieiras saíram da terra para trabalhar nas obras da Auto-estrada, e não voltaram mais.

¹⁸²¹ Essa “[...] cintura de asfalto no peito verde do Rio Grande”, nas palavras poéticas de Érico Veríssimo, constam em BRUNELLI, Júlio. Discurso feito a 27 set. 1973 na Assembléia Legislativa. In: BRUNELLI, Júlio. *Santo Antônio da Patrulha e ligação com a Free-way: uma campanha vitoriosa: justiça para um grande município*. Porto Alegre, 1974. p. 13.

¹⁸²² A Auto-estrada foi inaugurada em 26 de setembro de 1973. Inúmeras matérias acerca da luta pelo trevo tomaram conta da imprensa. Uma delas teve repercussão nacional, quando a revista *Veja* publicou: *Santo Antônio/RS – fora do progresso*, conforme discurso do Dep. Júlio Brunelli em 22 de outubro de 1973. Ver BRUNELLI, Júlio. *Santo Antônio da Patrulha e ligação com a Free-way: uma campanha vitoriosa: justiça para um grande município*. Porto Alegre, 1974, p. 18. Essa conjuntura foi de grande efervescência, a ponto de a imprensa dar cobertura permanente à auto-estrada. Apontam-se aqui algumas das várias matérias veiculadas: PRIORIDADE à Estrada do Caracol e ligação Santo Antônio à Free-way. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 6, 09 nov. 1971. PREFEITO tem a solução: cobrar pedágio em Santo Antônio. *Folha da Manhã*, Porto Alegre, p. 42-43, 05 jun. 1972. Nesta matéria são apresentadas duas das muitas cartas que estudantes endereçaram ao presidente Médici, e também à sua esposa, D. Cila, para sensibilizá-los a consentir a obra de construção de acesso da Auto-estrada ao município. UMA SAÍDA para Santo Antônio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 11 jun. 1972. FREE-WAY inaugura este mês. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 10, p. 10, 10 set. 1973. SANTO Antônio briga por um acesso à Free-way. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 1-3, 18 set. 1973. FREE-WAY e o comércio. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 13, p. 2, 25 out. 1973. CONTINUA a luta pelo acesso à Free-way. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 14, p. 1 e 5, 10 nov. 1973. TRATAMENTO injusto. *Ibidem*, n. 14, p. 2. É ISSO aí (charge dedicada à Free-way). *Ibidem*, n.14, p. 2. BRUNELLI defende trevo de S. Antônio. *Ibidem*, n.14, p.3-4. DEPUTADOS querem ligar Santo Antônio à Free-way. *Ibidem*, n.14, p. 4. SANTO Antônio & Free-way (reprodução de matéria da coluna Hilário Honório da Folha da Tarde). *Ibidem*, n. 14, p. 5. O DEPUTADO Vasco Amaro manifesta-se a favor do trevo. *Idem*, *ibidem*, n.14, p. 8. TREVO: são maiores as nossas chances. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 15, p. 1, 25 nov. 1973. BRUNELLI, um nome a ser lembrado (ligação continua em pauta). *Ibidem*, n.15, p. 2. KIRJNER, Salomão. Santo Antônio pede passagem. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 40, 23 dez. 1973. ANDREAZZA estudará ligação de Santo Antônio à Free-way. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 26, 10 jan. 1974. FREE-WAY. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 24, p. 8, 24 ago. 1974. FREE-WAY: dias de angústia. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 25, p. 1, 25 set. 1974. MINISTRO disse sim: trevo será aberto. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, p. 1, 11 out. 1974. TREVO: mais 45 dias de espera. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 27, p. 1, 25 out. 1974. FRANCO, Sérgio da Costa. Vitória de Santo Antônio (reprodução do *Correio do Povo*). *Idem*, *ibidem*, n. 27, p. 2. KIRJNER, Salomão. Free-way para Santo Antônio. *Ibidem*, n. 27, p. 8. TREVO: Prefeitura Municipal cede tombadeiras para aceleração das obras. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 28, p. 1, 12 nov. 1974. SANTO Antônio precisou do Trevo, Brunelli conseguiu, agora ele precisa do nosso apoio. *Ibidem*, n. 28, p. 6. TREVO, a vedete do ano. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 30, p. 4, 31 dez. 1974. SANTO Antônio venceu: trevo está aberto. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 32, p. 3, 12 mar. 1975.

Eles foram para a cidade, atrás de atrativos que a nova estrada poderia oportunizar-lhes.¹⁸²³ Boas estradas, ainda que não pavimentadas, na área canavieira e arredores não existiam. Muitas eram quase que caminhos, estendendo-se em quase dois mil quilômetros no âmbito do município. A expectativa com o acesso da *Free-way* era atrair a industrialização. Para tanto, impunha-se reverter esse quadro, principalmente de falta de comunicações na área rural. Nessa direção haviam aliado-se, em mobilização, a Associação Comercial, o Conselho de Desenvolvimento local, o Rotary Club e outras forças representativas de Santo Antônio da Patrulha, que se dirigiram ao então governador, Euclides Triches, com posição incisiva:

Apesar de todas as referências um tanto desabonatórias ao progresso e ao desenvolvimento deste município que forma entre os quatro primeiros criados na Província de São Pedro, nunca foi pesado aos cofres públicos do Estado e da Nação, pois com o trabalho laborioso e hercúleo de seus filhos e mesmo vivendo em segundo plano das atenções governamentais, nas esferas estadual e federal, nunca foi uma área deficitária, pelo contrário, esta comunidade tem fornecido muito dinheiro para pagamento de obras públicas em outros municípios, inclusive até para pagamento de vencimentos em outros municípios reconhecidamente incapazes de atenderem seus próprios compromissos e que tudo tem usufruído dos poderes superiores.¹⁸²⁴

Passados mais de dois anos de mobilização, em outubro de 1974, essa batalha era vitoriosa.¹⁸²⁵ Santo Antônio passaria a se integrar, após as obras do trevo à BR 290, e através dela ao Brasil, de sul a norte. Se a integração do município à auto-estrada parecia ser portavoza de uma fase promissora para a região canavieira, na verdade, ela foi sim portadora de contradições que se impuseram com muita força, sinalizando a exclusão, ao contrário das expectativas e projeções.

Enfim, após o exame da realidade conflitante vivida na região canavieira, e sem perder de vista o cenário nacional, somam-se, na leitura ampliada, dois fatores determinados pela conjuntura e estrutura vigentes. De um lado, o incisivo apelo e estímulo à produção de cana e a assistência dada pela usina para a sua consecução, e, de outro, o IAA, com seu limitante na

¹⁸²³ Dos que partiram, raro é aquele que voltou. É o caso de Marino Amaral, que, depois de dois anos, disse ao pai: “Vamos fazer tudo como era. Aí arrumamos tudo de novo, até casa.” Seu pai logo falou: “Ele era o forte da roça.” Depoimentos de Marino Amaral e Ary Carlos do Amaral concedidos a Véra Lucia Maciel Barroso em 18 dez. 2004.

¹⁸²⁴ REIVINDICAÇÕES de Santo Antônio da Patrulha vão ser levadas a Triches. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 27, 22 dez. 1974. Nesse sentido, para o historiador local Juca Maciel, um entusiasta do município, o progresso viria com trevo ou sem ele. E completou: “[...] em futuro próximo a cidade estaria fadada a ser uma das mais belas do Estado.” SANTO Antônio em compasso de espera. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 32, 02 out. 1972.

¹⁸²⁵ Conforme comunicação enviada ao Deputado Júlio Brunelli, datada de 03 out. 1974, assinada pelo engenheiro José Costa do Nascimento. Sub-Chefe do 10º DRF (Distrito Rodoviário Federal). In: BRUNELLI, Júlio. *Santo Antônio da Patrulha e ligação com a Free-way: uma campanha vitoriosa: justiça para um grande município*. Porto Alegre, 1974. Contracapa.

cota para o Rio Grande do Sul. Por consequência, o estado gaúcho cedo já estava pagando um alto preço, diante da dependência aos dirigentes nordestinos à testa do Instituto do Açúcar e do Alcool. Ou seja, a AGASA, ao produzir além do que podia e devia, teve que arcar com as duras consequências.

Como sustentar essa contradição, esse embate, diante de um empreendimento regional que tinha apenas seis anos de vida, em plena infância? O desafio foi enfrentar a *adolescência da usina* com a nova diretoria que assumiu em 7 de abril de 1971. Seu diretor-presidente era o Cel. Tisiano Felipe de Leoni.¹⁸²⁶

4.5 A RUPTURA DO SONHO

O novo diretor-presidente, Coronel da Brigada Militar Reformado Tisiano Felipe de Leoni, quando assumiu a AGASA, pautou sua conduta por uma série de medidas que o diferenciam dos demais diretores da usina. Como militar, nomeado para dirigir uma usina açucareira, sua atuação tinha significado e objetivos postos, ainda que não bem evidentes, dentro do espírito do Estado vigente. É oportuno lembrar:

A face civil do Estado autoritário corporificou-se na burocracia pública e privada, em confluência com os órgãos estratégicos de decisão, onde imperavam grupos militares. Intelectuais do bloco ideológico burocrático desempenharam a função fundamental de formularem a noção de “capitalismo social”, onde valorizavam o papel dos militares, pois a eles cabia ser a ponta de lança no processo de modernização, tendo seu desempenho reforçado pela perspectiva anticorrupção e anti-subversão.¹⁸²⁷

O desempenho do Cel. Tisiano Felipe de Leoni interessa sobretudo pela orientação ideológica que deu na direção da usina. De um lado, pelas diretrizes técnico-administrativas que imprimiu à indústria, e, de outro, por ações de caráter superestrutural, potencializando a área de população minifundiária que se organizara em cooperativa para a criação da AGASA, com a adoção de medidas capitaneadas pelo ideário *revolucionário*. Como chamam a atenção Faria e Winckler, o

¹⁸²⁶ O plenário da Assembléia Legislativa aprovou a indicação do seu nome para diretor-presidente da AGASA, com o parecer favorável da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, tendo Júlio Brunelli como o seu defensor. DIREÇÃO da AGASA. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 25 mar. 1971.

¹⁸²⁷ FARIA, Luiz Augusto E; WINCKLER, Carlos Roberto. O Estado Brasileiro. In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *O Estado do Rio Grande do Sul nos anos 80: subordinação e crise*. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento e da Administração, 1994. p. 40.

[...] Estado autoritário incorporou a visão populista de direito social como privilégio (cidadania regulada) e banii da prática política a cooptação populista que não excluía a pressão dos setores populares. A política social passou a ser altamente centralizada e burocratizada em um cenário de fragmentação do aparato estatal.¹⁸²⁸

Ancorado nessas diretrizes, o Cel. Tisiano redefiniu a função da usina. Na sua administração, os fornecedores não plantariam apenas cana. Para compensar o baixo preço da cana, que declinava safra a safra, foi implantado um sistema de atendimento paralelo de benefícios aos produtores, para, com a idéia de amparo e assistência, sentirem-se estimulados a produzir cana. Foram motivados a terem lavouras de subsistência, sendo-lhes concedidas sementes e mudas de feijão, milho, arroz, soja, amendoim, batata, aipim, árvores frutíferas, hortaliças, etc. Até o cultivo da menta peperita foi experimentado.¹⁸²⁹ Oportunizou-se o financiamento de vacas de leite, pintos, porcos, bois de serviço, carretas, adubos, ferramentas, material de construção e melhorias para suas habitações. A idéia era mudar o cenário da pobreza. Ao redor das casas não era cultivada uma horta, não se criavam aves para abastecimento familiar, nem plantio de frutíferas havia sido incorporado como cultura das famílias. Fomentar o abastecimento alimentar básico, na lógica dos novos dirigentes da usina, equilibraria a receita e a despesa dos canavieiros. Entretanto, o preço justo da desgastante produção canavieira não estava sendo resolvido. E isso para os plantadores de cana era vital, pois o preço do transporte era majorado, o juro bancário subia impositivamente, e expectativas frustrantes desanimavam e desestimulavam a muitos.

Zé da Tamanca não esqueceu as iniciativas do coronel diretor:

[...] ele fez a Construa. Ali tinha supermercado, ali tinha madeireira, tinha tudo ali para fornecer aos canavieiros. Ele comprou uma área ali no Casqueiro. Ali ele fez um chiqueirão de porco. Ali teve gado. [...] Acho que aquele homem ali deu um passo muito grande. Só que a maioria não entendeu o homem.¹⁸³⁰

Outras lembranças foram evocadas desse tempo:

Eu me lembro uma vez que a usina fez um concurso de horta com o agricultor do morro. Fizeram mais de cento e poucas hortas como incentivo para que eles melhorassem a alimentação. E foi feita uma campanha, e a usina dava até a semente para eles plantarem. [...] Nós obrigávamos eles a plantar laranja, bergamota para

¹⁸²⁸ FARIA, Luiz Augusto E; WINCKLER, Carlos Roberto. O Estado Brasileiro. In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *O Estado do Rio Grande do Sul nos anos 80: subordinação e crise*. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento e da Administração, 1994. p. 41.

¹⁸²⁹ Edegar Silva comentou que esse é outro assunto da AGASA pouco conhecido, dentre os projetos de diversificação da produção da usina. A Faculdade de Farmácia da UFRGS chegou a ser articulada com o fim de produzir óleo essencial de menta. Depoimento de Edegar da Silva concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2005.

¹⁸³⁰ Idem.

eles terem frutas. Hoje essas frutas são vendidas nas feiras de Osório, Santo Antônio. [...] A usina comprava as mudas, trazia, fornecia para eles, tudo a preço de custo. Então, quando eles mandavam a cana, lá em setembro, era descontado. [...] Todos anos se fornecia para eles. Eram em torno de quatro e cinco mil mudas que a usina colocava nos morros. [...] As crianças não tomavam leite. Mas, é claro, tinha pouca vaca. Então nós vamos fazer um movimento, e a usina vai financiar as vacas. Então colocamos no morro algumas dezenas de vacas.¹⁸³¹

Estaria a AGASA, segundo a direção, com essa política social dirigida e regulada, alargando seu papel e função na região, ainda marcadamente subdesenvolvida.

Para a consecução dos seus projetos, pensavam os dirigentes, o primeiro deles iria alavancar os demais. Ou seja, comprar terras próprias para a usina, mais que imperante, era apontado como a saída para a crise em que se encontrava a Açúcar Gaúcho S.A. E assim foi feito.

4.5.1 A Fazenda Maciel: terras próprias e ampliação da usina: solução de crise?

O Instituto do Açúcar e do Alcool, como responsável pela política agroindustrial e de exportação do açúcar no país, visibilizava, na passagem da década de 1960 para 1970, que a tonelagem da produção açucareira no país estava baixa, comparada com a de outros países. Resolveu então canalizar vários investimentos, visando não só a criar novas variedades de cana e o desenvolvimento de novos e eficientes métodos agrícolas para incrementar a produtividade, como também oportunizar a substituição de antiquados instrumentos, a fim de acelerar a produção e melhorar o controle de qualidade e seu transporte.

E a participação do Rio Grande do Sul, diante do quadro nacional, era preocupante. A usina gaúcha de açúcar, aproveitando apenas a matéria-prima produzida por minifundiários da cana, não vinha sendo alimentada diante das necessidades da conjuntura e de sua capacidade industrial. Essa relação de dependência imobilizava a AGASA. Essa e outras razões foram apontadas pela Comissão Especial para o Estudo da Agroindústria Açucareira diante da agudização crescente do desempenho da AGASA, assim postas:

- a) a produção dos canaviais próprios que iria legitimar a função social da usina, quando planejada, não correspondeu à demanda industrial esperada e necessária para o seu fluxo de funcionamento;

¹⁸³¹ Depoimento de Alceu Krás Dimer concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 15 mar. 2002.

- b) a seca ocorrida em 1968, com grandes prejuízos, serviu de desestímulo aos fornecedores de cana [É preciso lembrar que se haviam passado apenas três anos da inauguração da usina.];
- c) o cotidiano da produção demonstrava a topografia inadequada, face aos fortes declives, para a mecanização do cultivo da cana;
- d) as áreas eram muito pequenas para uma cultura que exigia grandes extensões para seu bom desempenho;
- e) as condições edafológicas do solo não eram favoráveis, por existirem muitas pedras, o que impossibilitava o emprego de instrumentos agrícolas com maior potencial de produção, além de inviabilizar a agilidade no carregamento e transporte;
- f) as precárias condições de saúde e alimentação dos fornecedores de cana favoreciam o seu pequeno rendimento agrícola;
- g) o abandono dos jovens, rompendo a tradição canavieira, deslocando-se para a cidade, em busca de melhores e mais fáceis condições de vida, face ao apelo que a televisão lançava, à medida que a eletrificação rural era expandida na região, esvaziava os morros da cana, restando os velhos e as mulheres;
- h) a construção da Auto-estrada (BR 290 - *Free-way*) cativou muitos para nela trabalharem, retirando-se das plantações os que estavam na faixa etária mais útil para a pesada produção canavieira;
- i) o preço baixo da cana, ainda que subsidiado pela usina, era reclamado como insuficiente pelos produtores;
- j) as dificuldades constantes de preservação dos caminhos da cana, face às chuvas constantes e pesadas que vinham ocorrendo, desestimulava ano a ano os produtores;
- k) as incertezas geradas com a política do IAA induziam ao receio de que a cana produzida não seria toda ela comprada.¹⁸³²

Portanto, no Rio Grande do Sul, os dados vinham ano a ano mostrando as dificuldades da sua usina açucareira. Para explicar a queda de produção açucareira e justificar a aquisição de área de terras, sob a gerência da usina, perseguida com insistência a contar de 1973, acresce-se, aos fatores determinantes acima apontados, a inexistência da mentalidade açucareira no Litoral Norte do estado. Foi o próprio presidente Tisiano de Leoni que advertiu para esse limitante.

¹⁸³² Observações colhidas em ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *Relatório da Comissão Especial para o Estudo da Agroindústria Açucareira*. Porto Alegre, out. 1975.

[...] quem plantar cana sem mentalidade canavieira, está construindo a própria cova. [...] sem a mentalidade canavieira, sem a experiência da produção de cana em escala industrial, o cidadão não tem sequer noção do que sejam os trabalhos e as dificuldades na complexidade da produção de cana-de-açúcar. Não é feijão, não é arroz, não é milho, batata, soja ou trigo. Todas essas culturas têm um ciclo de 5, 6, 7 meses no máximo. Investiu na terra e recebeu o dinheiro em grande escala. Trigo e soja, investe-se e recebe-se o dinheiro duas vezes por ano. Com a cana, isto não se dá. Plantada, ela vai dar a 1ª colheita, no mínimo 12 meses depois de plantada e no máximo 18 meses depois. Após 18, 20 meses, nós teremos, então, a cana caída que dificulta a colheita, embora haja um ditado, o que diz que quando a cana cai, o dono se levanta.¹⁸³³

Na região em estudo, pequenos canavieiros estavam cercados pelos grandes produtores de arroz e criadores de gado, que não se animavam a plantar cana, face ao baixíssimo preço pago. Entendiam que não iriam empregar sua terra, máquinas e empregados numa economia dada como negativa, plantada nos morros, subartesanalmente, com baixa produtividade, carente de comunicações e tida como cultura dos pobres. A tradição canavieira estava vinculada aos pequenos, aos pobres, em minifúndios. O imaginário dos patrulhenses estava assim posto: aos grandes, o arroz; aos pequenos, a cana. Aos grandes, empréstimos de vulto do Banco do Brasil; aos pequenos, empréstimos de menor porte, do Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Era o que se respirava no ar quando ao Cartório de Imóveis de Santo Antônio da Patrulha se dirigiam os produtores, pequenos e grandes, para registrarem seus contratos bancários referentes ao plantio de suas respectivas culturas.¹⁸³⁴

Na colheita para a produção industrial, impunha-se, crescentemente, o emprego da máquina de cortar cana, que pesa de 14 a 15 toneladas. E ela só cumpre sua tarefa em áreas planas, que não eram o caso das da AGASA. Nas ribanceiras, morro abaixo, era impossível o emprego de máquinas de porte industrial. A agricultura mecanizada da cana era ali inviável, especialmente quando chovia. Impossível. O momento mais difícil é o do carregamento da cana. Uma máquina para carregar cana custava, à época, Cr\$ 110.000,00. Como um pequeno produtor, cuja área de terra oscilava entre 1 e 10 hectares, teria condições para comprá-la? E que empregabilidade teria para tão reduzida lavoura, e ainda em terras de morro?

Enquanto em São Paulo, nesse tempo, o transporte de quase toda a cana cortada era feito por caminhões e, no Rio de Janeiro, por meio de carretas, puxadas por tratores, a cana

¹⁸³³ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *Relatório da Comissão Especial para o Estudo da Agroindústria Açucareira*. Porto Alegre, out. 1975. p. 31. Além da falta de mentalidade açucareira, para Leoni, a carência de terras planas e a estrutura minifundiária eram os três principais obstáculos à implantação da lógica industrial da cana na região.

¹⁸³⁴ Quando a autora desta pesquisa trabalhava como auxiliar no Cartório de Imóveis de Santo Antônio da Patrulha, entre os anos de 1969 e 1971, era essa a representação construída no imaginário, que cotidianamente era reafirmada quando da chegada de cada um dos que lá compareciam.

transportada para a AGASA era um constante desafio. Até que a categoria dos transportadores se organizasse, a alternativa era mesmo a carreta de bois.



Fotografia 92 – Canavieiros junto à carreta, em frente à AGASA, após terem descarregado a cana transportada – [s/d]
Fonte: Acervo de Jorge Pedro Nehme.

Em 1974, a situação relativa ao abastecimento de matéria-prima para a AGASA era a seguinte: 1.200 fornecedores minifundiários que cultivavam, em média, três hectares cada, eram responsáveis por 86% da cana destinada à indústria (em volume industrial insuficiente); 2% de cana era fornecida por proprietários de várzea; e os restantes 12% eram produzidos pela AGASA, em terras próprias.¹⁸³⁵

Visando a reverter o quadro de oferta, o engenheiro agrônomo da usina, Alceu Krás Dimer, junto com técnicos da Seção de Crédito Rural do BADESUL propuseram, em 1974, o Programa Estadual de Apoio à Cultura da Cana-de-açúcar, objetivando:

- a) atenuar o problema social do minifúndio do Litoral Norte e ativar a economia da região;
- b) aumentar a produção da cana no estado, visando a diminuir o déficit de açúcar, álcool e melaço;

¹⁸³⁵ NEVES, Carlos Alberto Lopes; DIMER, Alceu Krás. *Programa Estadual de Apoio à Cultura da Cana-de-açúcar*. Santo Antônio da Patrulha: Banrisul; AGASA, [1974]. p. 24. Foi nesse momento que foram empreendidos esforços de inserção do Rio Grande do Sul no PLANALSUCAR (Plano Nacional de Melhoramento de Cana-de-açúcar).

- c) fornecer matéria-prima para o pleno funcionamento da destilaria do IAA existente em Osório;
- d) disponibilizar maior volume de melaço para a pecuária do estado;
- e) oferecer uma alternativa de exploração da terra aos proprietários de várzea;
- f) proporcionar matéria verde (ponta de cana) para alimentar o gado da região no período crítico do inverno.¹⁸³⁶

Diante desse cenário desenhado na leitura dos dirigentes da AGASA, em 1975, o problema central era a falta de terras para a cana. A idéia do diretor-presidente Tisiano de Leoni era a aquisição de uma área pela usina, aumentando em cerca de 40% o espaço de produção. Segundo ele, o resultado seria de extraordinária colheita, referência animadora para os latifundiários encamparem a cultura da cana. Afinal, os resultados da experiência-piloto implantada e depois ampliada, com o alargamento da área de plantio em várzea, através do processo de drenagem da planície ao redor da AGASA, banhada pela Lagoa dos Barros, vinha, a princípio, mostrando-se animadora. Localizada a usina e a destilaria para produção de açúcar e álcool em meio à matéria-prima, o índice de produção prometia ser alvissareiro, o que motivaria a ampliação do circuito de atuação da AGASA, nas áreas mediterrâneas dos vales do Rio Três Forquilhas, que vão do Rio Maquiné em direção a Torres. Suas terras de aluviões dariam resultados extraordinários, do que resultaria finalmente o esperado êxito da empresa. A proposta funcionaria assim, na leitura do Cel. Tisiano:

[...] a terra do arroz seria pinçada pela cana-de-açúcar. Essa daria um rendimento muito bom. Poderia ter maior rotação no verão e nos meses de crise alimentar quando o gado teria as pontas de cana para se alimentar. A atividade seria: arroz, cana-de-açúcar, gado leiteiro e gado de corte.¹⁸³⁷

Nessa direção estava clara a mudança de rumo que a AGASA estava dando, diante do projeto gestado pelos canavieiros. Ou seja, a AGASA, que nascera para mudar as condições de vida dos minifundiários da cana, passados dez anos de sua inauguração, dirigia-se ao latifúndio e a si própria.

Nessas circunstâncias foi que a AGASA, ao tentar *respirar* diante das dificuldades por que passava, definia-se pela aquisição da Fazenda Maciel, no perímetro da Lagoa dos Barros, área que exigia drenagem para o plantio de cana. Com a compra da Fazenda Maciel, a AGASA passava a ter seu canavial próprio. E a direção da usina logo deixou claro que

¹⁸³⁶ NEVES, Carlos Alberto Lopes; DIMER, Alceu Krás. *Programa Estadual de Apoio à Cultura da Cana-de-açúcar*. Santo Antônio da Patrulha: Banrisul; AGASA, [1974]. p. 26.

¹⁸³⁷ Idem. *Ibidem*, p. 34.

primeiro absorveria a cana da sua propriedade, para depois adquirir a dos canaviais dos fornecedores. Tratava-se, na concepção do Cel. Tisiano, de um imperativo econômico, fundado na idéia de que, havendo uma empresa superavitária, ela poderia atender com benefícios aos produtores da região.

Eis que, em 25 de novembro de 1974, ficou pronto o *Projeto AGASA Santo Antônio da Patrulha,RS*, encomendado pelo diretor-presidente Tisiano Felipe de Leoni.¹⁸³⁸ Quatro alentados volumes compõem o projeto de ampliação do parque industrial existente, prevendo a implantação do seu canavial próprio, com a compra da área de várzea na circunvizinhança. Diante das conseqüências da supersafra, a saída apontada pela direção da usina foi a aquisição de terras próprias.

O Coronel Tisiano tinha uma visão bastante paulista da questão. [...] Eu digo paulista porque o paulista sempre trabalhou com cana própria, canavial próprio. Então, ele imaginou que até poderia substituir os canavieiros em extinção, que seriam os mais distantes, de Rolante, de Torres, pelo cultivo de área própria. Então, ele, muito embora mantivesse o apoio dado até então ao pequeno produtor, ao minifundiário, aqui ele não se preocupou em expandir essa atenção. A preocupação maior foi em adquirir área própria. Aí entrou a aquisição da Fazenda Maciel [...] que foi plantada uma lavoura, cuja rentabilidade foi até bem razoável. Mas então ele preocupou-se mais em desenvolver a sustentação da indústria em cima de canaviais próprios. Os agricultores e minifundiários... deixassem as coisas ir acontecendo. [...] Mas o Ary Frank, ele acreditava mais no minifundiário. Sempre se preocupou mais em manter a idéia inicial de absorção da matéria-prima do produtor minifundiário.¹⁸³⁹

Em 1972 foram adquiridos 797 ha, uma propriedade nas imediações da usina, de Eduardo Ferrugem Maciel,¹⁸⁴⁰ orizicultor, o maior proprietário de terras no município. Deixara ele claro no negócio que não precisava vender a área; só realizara a venda “[...] como

¹⁸³⁸ SACAROTÉCNICA – Consultoria, Estudos e Projetos Limitada. *Projeto Agasa*. Santo Antônio da Patrulha, RS, 1974. 4 v. Esse projeto foi defendido como missão por seu diretor-presidente, segundo o qual era imperioso o canavial próprio para o avanço da usina. Ata da Assembléia Geral Ordinária da AGASA em 25/04/1972. *Livro de Atas da AGASA*. Acervo da AGASA.

¹⁸³⁹ Depoimento de Paulo Dapper concedido a Vera Lucia Maciel Barroso em 17 fev. 2000.

¹⁸⁴⁰ Conhecida como Barro Preto, situa-se no lugar denominado Sesmaria do Pantano. Faz frente com a Lagoa dos Barros e, por um lado, com a BR 290 (Auto-estrada). A área e benfeitorias estão detalhadas na correspondência de Eduardo Ferrugem Maciel enviada ao diretor-presidente da AGASA, Tisiano Felipe de Leoni, em 20 jun. 1972. Houve resistências na Secretaria da Indústria e Comércio ao preço elevado proposto por Eduardo Ferrugem Maciel. O valor pedido foi de Cr\$ 1.641.000,00. Mas, após negociações, foi aceita proposta da AGASA de Cr\$ 1.506.800,00, diante das obras necessárias na área para torná-la agricultável. Ofício DIR 757/72, do diretor-presidente da AGASA, Cel. Tisiano Felipe de Leoni, enviado ao Secretário da Indústria e Comércio Substituto, Roberto Eduardo Xavier, em 06 nov. 1972. As escrituras e registros da venda para a AGASA e depois as de sua alienação, em 1984, encontram-se no acervo da AGASA. Examinar o mapa com a localização da Fazenda Maciel, da AGASA e da região polarizada pela usina em ANEXO AAA.

mais uma colaboração feita à comunidade de Santo Antônio em geral, e à AGASA em particular.”¹⁸⁴¹ E deixava claro que o negócio:

[...] não representava a simples venda da propriedade, mas sim, transferi-la a uma Empresa Patrulhense, em fase de grande desenvolvimento, advindo daí fatores socioeconômicos positivos e conseqüentemente o fortalecimento da economia de nosso município. [...] que encarando a situação da maneira acima exposta entendi que deveria aceitar a transação por tudo de benéfico que ela traria à nossa comunidade.¹⁸⁴²

Mas para a empresa o ônus foi alto: “Para pagar a Fazenda Maciel, o coronel queimou até as letras do tesouro que tinha. Queimou tudo que tinha e não tinha, e ainda ficou devendo um pouco. Foi comprada como propriedade-piloto para se tentar disseminar na várzea o plantio de cana.”¹⁸⁴³

E estava prevista a aquisição de mais 1.433 ha para a produção de cerca de 80.000 t de cana por safra. A usina, com suas instalações ampliadas, foi projetada para uma capacidade de processamento de 87 t/hora, o que totalizaria 2.088 t por 24 horas de funcionamento. Assim preparava-se o complexo industrial para produzir 400.000 sacos de açúcar e também 4.500.000 litros de álcool, na destilaria a ser inaugurada em 1976, conforme projeto. Para tanto seriam necessárias 260.000 t de matéria-prima.¹⁸⁴⁴ Impunha-se reverter o quadro de carência de cana na conjuntura de retração dos produtores.

Os projetos encaminhados ao IAA previam tanto a ampliação agrícola como a industrial, assim justificadas:

Através de seus capítulos fez-se um diagnóstico da situação atual, tanto no que se refere à matéria-prima (cana), como às instalações industriais. Verifica-se ao longo do trabalho que o ponto de estrangulamento principal da Usina refere-se à irregularidade no suprimento de matéria-prima. Essa distorção existe, fundamentalmente, em função da ausência, até agora, de uma lavoura própria que sirva de respaldo ao suprimento da Usina. A cultura própria é, também, um elemento regulador para o abastecimento da Usina, evitando as constantes “paradas” por falta de matéria-prima. [...] Além disso, prevê-se a melhoria das condições de fornecimento por parte dos produtores de cana, através do aumento da produtividade e maior rentabilidade da cultura, mercê de medidas de assistência técnica e financeira que já estão sendo postas em prática. [...] resolvendo o problema do lado da matéria-prima com a entrada em produção da lavoura própria garantindo 40% das necessidades, e através de medidas de ordem técnica e econômica que visam assegurar os outros 60%, por parte dos fornecedores. A Usina

¹⁸⁴¹ Ofício do diretor-presidente da AGASA, Tisiano Felipe de Leoni, enviado a Eduardo Ferrugem Maciel em 24 nov. 1972. Adendo manuscrito no cabeçalho do ofício. Acervo da AGASA.

¹⁸⁴² Com esse arazoado e outros apresentados, o proprietário Eduardo Maciel estava justificando que o preço por ele proposto para a venda era o justo. Correspondência de Eduardo Ferrugem Maciel enviada ao diretor-presidente da AGASA, Cel. Tisiano Felipe de Leoni, em 23 set. 1972. Acervo da AGASA.

¹⁸⁴³ Depoimento de Antônio Oliveira Goularte concedido a Vêra Lucia Maciel Barroso em 03 nov. 2005.

¹⁸⁴⁴ AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da safra 1974/1975*. Santo Antônio da Patrulha, 1975. Não-paginado.

tem que entrar em regime de um dimensionamento mínimo (400.000 sacas) que lhe garanta economicidade.¹⁸⁴⁵

A implantação de canavial próprio, segundo entendimento do diretor Cel. Tisiano, seria a pedra angular da infra-estrutura econômica de qualquer usina de açúcar. Segundo normas brasileiras, fixadas pelo IAA, era estabelecido, à época, que a usina fornecesse 40% da cana necessária e os produtores, os restantes 60%. Na prática, via de regra, os 60% eram fornecidos por grandes produtores, sócios ou não da usina. O espírito da legislação é o de que a usina, por ser uma agroindústria, por excelência, precisa de terra. Entretanto, o que pautou o surgimento da AGASA não foi essa legislação.¹⁸⁴⁶ Tanto é que o IAA resistiu, e muito, para conceder a cota de açúcar para o estado. O perfil da indústria açucareira implantada no Rio Grande do Sul tem suas especificidades não só em função dos objetivos que determinaram sua criação, mas também pela sociedade na qual a empresa estava inserida. A respeito, diz Eulália Lobo:

Segundo Ciro Flamarion Cardoso, seria preciso reformular o conceito de empresa e sua utilização em história. Tomado genericamente, tal conceito refere-se a uma unidade de produção, “locus” institucional de combinação de fatores de produção numa sociedade determinada. **A unidade de produção deverá ser analisada estudando a estrutura social em que se insere** e, afirma o mesmo autor, **é necessário considerar as relações internas entre o sistema econômico de uma sociedade e sua estrutura social como único modo de evitar uma generalização da racionalidade capitalista.**¹⁸⁴⁷

Em outras palavras, diz Maria Bárbara Levy: “As empresas são parte da sociedade e não se pode estudá-las sem levar em conta as articulações recíprocas entre as relações sociais e as práticas empresariais.”¹⁸⁴⁸

Assim, não levando em conta a história da região, suas relações e condições concretas de produção e os propósitos que motivaram o empreendimento, o diretor da AGASA tomou como desafio a ampliação da usina, na lógica empresarial, visto como a única alternativa para não fechá-la, o que seria, se efetivada, segundo ele, uma vergonha para o estado. Seu ideário

¹⁸⁴⁵ SACAROTÉCNICA – Consultoria, Estudos e Projetos Limitada. *Projeto AGASA*. Santo Antônio da Patrulha, RS, 1974. v. 1, p. 1.

¹⁸⁴⁶ Em São Paulo, por exemplo, a matéria-prima é produzida por grandes produtores, ou pela própria usina. Nos anos magros, os lucros industriais cobrem o prejuízo agrícola. No Rio Grande do Sul, os produtores de cana são pequeníssimos, e, por consequência, vulneráveis às variações entre custo e preços, além de recuarem quando evidenciam prejuízo. Enquanto em São Paulo estão munidos de tecnologia agrícola, no Rio Grande do Sul possuem apenas rudimentares ferramentas e sua força trabalho extremamente exigida. E para o IAA, usina com menos de 300.000 sacos é deficitária. AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da safra 1974/1975*. Santo Antônio da Patrulha, 1975. Não-paginado.

¹⁸⁴⁷ LOBO, Eulália L. História empresarial. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 218. (Grifo do autor entre aspas, grifo nosso em negrito).

¹⁸⁴⁸ Apud LOBO, Eulália L. História Empresarial. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Org.). Op. cit, p. 222.

foi pautado pelos imperativos econômico, político e social para atender e acompanhar o desenvolvimento da nação e promover também a região, vista como um problema no âmbito do estado. Assim o diretor Tisiano justificou a compra da área para aumentar a capacidade produtiva da AGASA.¹⁸⁴⁹ Entretanto, foi adquirido um campo de banhado, do qual poderiam ser aproveitados apenas 640 dos 797 ha adquiridos. Ou seja, era imprestável, por necessitar drená-lo – e com um custo altíssimo. “Quando seco, o solo é duro como basalto; molhado, é um ‘sabão’, onde atolam máquinas, implementos agrícolas, animais e homens.” Quem assim declara é o próprio diretor, Cel. Tisiano, que realizou a aquisição, em seu relatório da safra de 1974/1975.¹⁸⁵⁰

Conhecedor da realidade administrativa e gerencial da empresa, Paulo Dapper informou sobre a quantidade de funcionários:

[...] na entressafra, cento e vinte funcionários; duzentos na safra. A partir do momento em que foi instalado o canavial próprio ali na Fazenda Maciel, tinha mais: em torno de duzentos cortadores de cana. Isso no canavial próprio. Mas só que **esta mão de obra era buscada fora. [...] Em Camaquã. Nós não tínhamos excedente de mão-de-obra especializada. [...] Camaquã não produzia cana, mas era gente rude, acostumada com o nosso banhado aqui, que entrava lá no meio da cana. Isto também não é muito para humano. [...] naquelas condições...** Porque a Fazenda Maciel [...] é uma área de terreno argiloso, quase de banhado. A cana era queimada. Então nós aqui que somos urbanos, nós não nos meteríamos ali.¹⁸⁵¹

A aquisição foi orientada pela certeza de que sempre a AGASA compraria a cana plantada, onde quer que ela fosse cultivada. E mais: a direção via essa área como um espaço racional de produção e também como a melhor escola para os minifundiários da cana e os grandes proprietários da região, centrados no arroz, aprenderem o seu cultivo e disseminá-lo. Com essa intenção foi especialmente dirigida aos produtores de arroz uma matéria assinada pelo diretor da usina, com o intuito de animá-los a plantar cana através de cinco vantagens assim apresentadas:

[...] primeira vantagem: o desinçamento de tuas terras; [...] segunda vantagem: o engorde de teus bois que sairão do inverno prontos para o abate; [...] terceira vantagem: o juro extra por ter podido vender – graças às pontas de cana – todos os teus bois – 6 meses antes; [...] Se não quiseres pôr o dinheiro a juro, comprarás gado, na melhor época – com teus campos vazios, pronto a receber o novo lote. Isto te dará grande poder de barganha. E aí está mais uma

¹⁸⁴⁹ Em correspondência enviada ao superintendente da CEMAPA (Central de Comandos Mecanizados de Apoio à Agricultura) da Secretaria de Estado da Agricultura, Dr. Luiz Fernando Rodrigues, o Cel. Tisiano Felipe de Leoni enfatiza que, para regularizar o fornecimento de cana à Agasa, seriam necessários cerca 4.000 ha de terras próprias aptas para a imediata mecanização. Ofício de 12 nov. 1974. Documentos diversos. Acervo da AGASA.

¹⁸⁵⁰ AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da safra 1974/1975*. Santo Antônio da Patrulha, 1975. Não-paginado.

¹⁸⁵¹ Depoimento de Paulo Dapper concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 17 fev. 2000. (Grifo nosso).

vantagem opcional. Teu arroz, nessa altura já colheste, tranqüilamente; [...] quarta vantagem: teu equipamento e teus empregados não ficarão ociosos. Tu conseguirás maior produtividade com os teus meios de produção; [...] quinta vantagem: o lucro direto da cana. [...] Tudo será dinamizado – inclusive tua satisfação de brasileiro, de estar produzindo mais na mesma área. Pensa! E dá razão aos que crismaram Santo Antônio da Patrulha de Terra dos Canaviais! Planta cana! Não foge ao chamado do momento. Um abraço amigo Tisiano Felipe de Leoni. Diretor-Presidente da AGASA.¹⁸⁵²

Matérias como essa compareceram na imprensa da região, expondo vantagens e benefícios de uma indústria, apontando economia de fretes, retração à fuga de divisas e, principalmente, assistência social com gabinetes médico e odontológico. Tudo era dirigido à mudança de mentalidade.¹⁸⁵³ A ela se refere o *slogan* apresentado no mesmo relatório da safra 1974/1975 pelo próprio Cel. Tisiano: “Quem instalar usina em zona sem mentalidade açucareira está preparando a própria falência.” Com essa pedagogia era esperado um resultado exitoso, através da ampliação do plantio de cana voltado para o açúcar e o álcool.

O engenheiro agrônomo Alceu Krás Dimer, do Departamento Agrícola da AGASA, desenvolveu um ativo trabalho de sedução junto aos orizicultores para plantarem cana. A fim de superar a idéia de que a cana só dava bem nas áreas altas dos morros e enfrentar a resistência à cultura canavieira, divulgou amplamente a possibilidade de obter altas produções agrícolas e com elevado teor de sacarose para fins industriais, se plantada em rotação com a cultura do arroz, na área de várzea, sem diminuir sua área cultivada. Em Santo Antônio da Patrulha, por exemplo, a área disponível era de 26.000 ha, enquanto o cultivo de cana ocupava efetivamente 6.800 ha, além da área de preparo para o novo plantio. O restante da área ficaria em pousio, representando o espaço para a cana, que, por ficar infestado por inços, seria destinado à pecuária. Como ela vinha dando baixo rendimento por área, a implantação extensiva da cana seria mais compensatória, a exemplo do retorno oportunizado com a cana na várzea da Fazenda Maciel da AGASA. Outra vantagem apontada seria o desinçamento possibilitado com o herbicida da cana, viabilizando um novo plantio de arroz, após três cortes consecutivos de cana. Tudo isso sem falar das pontas de cana, que poderiam alimentar todo o rebanho bovino do município que vinha apresentando problemas. Enfim, na projeção de área com 13.200 ha, poderiam ser produzidas 660.000 toneladas de cana, que renderiam nada

¹⁸⁵² CANA – ARROZ – BOI. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 26, p. 2, 11 out. 1974. (Grifo nosso).

¹⁸⁵³ AGASA: os benefícios da uma indústria I e II. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 26, p. 6, 25 set. 1974; n. 27, p. 27, 25 out. 1974.

menos de 990.000 sacos de açúcar e, da destilação do melaço, 8.485.714 litros de álcool anidro.¹⁸⁵⁴

Portanto, a atuação da AGASA voltava-se, desde que adquiriu a Fazenda Maciel, para conquistar o latifúndio do arroz e reconquistar o minifúndio da cana, ambos com atitudes de resistência ou abandono da cultura canavieira.

Na época que eles abriram a AGASA, eles não pensavam em latifúndio. Tinha que atender o pequeno produtor que é onde tinha as pequenas propriedades. [...] ela foi localizada praticamente no meio, sabe, dos dois municípios, entre Santo Antônio e Osório que pudesse atender os pequenos agricultores, o minifúndio. Quem sabe esse precisava mais. E quando a AGASA sentiu mal aquela coisa toda, estava sendo muito pouca a produção [...]. A AGASA incentivou o plantio de várzea aos que plantavam arroz. Fez aquele incentivo da cana-de-açúcar para que eles plantassem. Mas a despesa é muito grande, de drenagem de algumas lavouras de várzea. Drenar a lavoura em terra molhada onde tem problema de água não produz cana.¹⁸⁵⁵

Para os pequenos produtores urgia aumentar o preço da cana. Ele foi anunciado em dezembro de 1974, com índice de 83,2%. A notícia foi divulgada com euforia: “É chegou a hora da *Terra dos Canaviais*. Vamos plantar cana, patrulhense! Essa é a melhor pedida.”¹⁸⁵⁶ Entretanto, um obstáculo estrutural persistia, alvo de constantes queixas: a impossibilidade de mecanização no morro. E vinha sendo apontado como uma, se não a principal, das razões do agravamento da crise de matéria-prima. A partir desses limites, em efeito cascata, outros se somavam, na relação direta com a primeira, como, por exemplo, o transporte da cana, especialmente nos dias de chuva, pois os morros ficavam intransitáveis e inviáveis de serem acessados:

Como é que a senhora vai sair com o caminhão carregado de lá? Não tem como sair. Tem que esperar a estrada dar uma enxugada. Aí, tudo bem. Aí, um tempo de verão pega dois, três dias de sol. Só que tem perda. [...] E aí não tem um controle, porque o canavieiro, ele está cortando cana, vamos supor... um caminhoneiro, ele pega de três, quatro a cinco caminhões de cana para levar. O máximo que ele levava eram três caminhões, de acordo com as distâncias. E já ficavam dois para o outro dia. No outro dia cortava mais cinco, já tinha sete. Era uma coisa que sempre eles estavam correndo atrás. Aí dava uma chuva e acumulava. Aí a coisa ficava feia para normalizar. Então, isso aí, sempre aconteceu esse tipo de coisa. E daí a cana já não tinha mais aquela produção. Ela perdia a sacarose. Ela já não ia dar os noventa quilos por tonelada de cana. [...] Seria um saco e meio...¹⁸⁵⁷

¹⁸⁵⁴ CANA-DE-AÇÚCAR na várzea, a nova opção para o lavoureiro da região. *Correio do Litoral*, Osório, Santo Antônio e Tramandaí. n. 7, p. 8, 23 dez. 1977. Verificar: AGRICULTURA: AGASA propõe binômio cana-arroz. *Abertura*, Osório, n. 2, p. 10, 11 jun. 1977.

¹⁸⁵⁵ Depoimento de Delmo Tedesco concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 15 fev. 2000. Alzemiro Dias de Vargas trabalhou como tratorista da fazenda e com retroescavadeira em todo o período e comentou sobre as dificuldades da área por constantes alagamentos. Depoimento de Alzemiro Dias de Vargas concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 02 nov. 2005.

¹⁸⁵⁶ CANA sobe 83,2%. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 29, p. 9, 25 dez. 1974.

¹⁸⁵⁷ Depoimento de José Luiz Correa de Andrade – *Zé da Tamanca* – concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 26 fev. 2000.

Pronunciou-se a respeito um dos antigos moradores da área, que vendeu sua propriedade para a instalação da usina. Ele foi taxativo em seu depoimento, por conhecer bem a região:

[...] na verdade, vou lhe dizer: nunca achei aqui lugar próprio para fazer a usina de açúcar. Porque é debaixo das rochas de pedra, esse morro aí. Não é como um lugar como São Paulo, outros lugares aí, que um caminhão transporta duas a três jamantas de dezoito toneladas cada uma. Aquela ali eu carreguei muita cana para AGASA. Botava-se mil quilos num caminhão. Estava pedindo para morrer nesses morros.¹⁸⁵⁸

Mas chama atenção, no projeto de ampliação voltado para a área de várzea, que o corte ali também seria manual, até que a quantidade a cortar ou a falta de mão-de-obra justificasse a aquisição de máquinas. Sem dúvida, uma contradição. Para a produção de 400 t por frente de trabalho e por dia, seriam necessários 100 cortadores em cada frente. Impõe-se novamente perguntar: Quem seriam eles? De onde viriam?

Para o carregamento seriam introduzidos carretões, além dos caminhões que já eram fretados no morro. Esse era o outro alvo das críticas: transporte muito oneroso. As incoerências eram visíveis e provocaram resistências de ambos os lados, vindas do minifúndio da cana e do latifúndio do arroz. Elas estão expressas nas entrevistas realizadas, como se vê destacado na fala que segue:

No campo nunca produz cana que nem no morro. Só que é uma coisa sacrificosa. No campo eles pegam um trator e fazem dezenas e dezenas de hectares de cana. Nós aqui não podemos fazer isso. Nós vamos muito bem na roça. Quando damos conta que estamos na encosta de morro de pedra, se nós quisermos aumentar a roça, nós temos que desviar para o outro lado, e no campo, não. No campo, uma máquina pega uma lavra barbaridade por dia. Só que lá não produz que nem aqui. A colônia é melhor. Eu digo isso. Pode algum entendido me dizer: “Tu estás errado.” [...] Mas a cana do campo não é doce que nem a cana da colônia. [...] para mais açúcar tem que ter mais doçura. [...]¹⁸⁵⁹

Diz ainda Júlio Sobrinho:

Tinha um mistério de uma despesa, porque eles tiravam lá de dentro do banhado a cana num troço, tipo uma canoa puxada com trator cá fora, para poder tirar. Então o rapazinho dizia: “Se eles tivessem dado o adubo para o colono botar cana na colônia, na cana de barro, diziam eles, a usina tinha um baita dum lucro com eles.” No banhado não produz cana direito.¹⁸⁶⁰

¹⁸⁵⁸ Depoimento de Nepomuceno Rodrigues da Silveira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º fev. 2000. No rol das adversidades, havia também prejuízos, de aproximadamente 20%, na lavoura de cana da usina, por causa da invasão de bovinos, tendo sido o fato, inclusive, registrado na Polícia. Ofício do engenheiro agrônomo Ivo Stoffel enviado ao diretor-presidente da AGASA, Ary Ilmar Frank, em 19 abr. 1977. Acervo da AGASA.

¹⁸⁵⁹ Depoimento de Júlio Pereira Sobrinho concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 12 fev. 2000.

¹⁸⁶⁰ Depoimento de Júlio Pereira Sobrinho concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 12 fev. 2000.



Fotografia 93 – Vista aérea dos canaviais na Fazenda Maciel – 1974

Fonte: Acervo da AGASA.

No projeto de ampliação da usina de Santo Antônio da Patrulha, foi prevista também a instalação de uma destilaria de álcool, visando a aliviar a crise de combustível líquido que a conjuntura apresentava. A idéia era transformar em álcool o mel residual e, se insuficiente, seriam moídas canas, para o que seriam necessários equipamentos na obra que estava sendo proposta. É interessante observar que duas questões aparecem no documento, tratadas, de um lado, como preocupantes, e, de outro, com insolúveis. Uma delas é o reconhecimento de ser um crime poluir a Lagoa dos Barros com a vinhaça (efluente da produção do álcool, altamente poluente), se lançada em lençóis d'água.¹⁸⁶¹ Mas qual seria seu destino? Também seria arriscado instalar um sistema de evaporação de vinhaça de outra forma, a não ser lançando-a na Lagoa dos Barros. E a sua distribuição na lavoura, como adubo, além de onerosa, acabaria de qualquer forma poluindo as águas por sua proximidade.

A saída seria industrializar o mel da usina de Santo Antônio na nova usina projetada para Torres, caso o IAA aprovasse. A outra questão refere-se à mão-de-obra a ser empregada no empreendimento. Ou seja, foi proposta a expansão da usina para produção de açúcar e também para álcool, mas não se fez referência à origem dos seus trabalhadores, nem se informou sobre isso. Se a falta de cana era o problema crônico, ampliar a lavoura não bastaria, por esbarrar na limitante força de trabalho, centrada em minifúndios. E mais: a mão-de-obra

¹⁸⁶¹ Interessante matéria a respeito revela que, em São Paulo, naquela altura, esse problema era um grande desafio. Examinar: O DIFÍCIL controle da poluição das usinas de açúcar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 28, 1º ago. 1976.

na região tinha um mínimo de escolaridade, com padrão cultural baixo; por conseqüência, em descompasso com o esperado por uma empresa moderna.¹⁸⁶² Fica claro, na própria apresentação do projeto e em sua justificativa, o seu descompromisso com os morros da cana e seus produtores.

Não levando em conta a história da AGASA, idealizada por populares da cana, a empresa foi buscar mão-de-obra fora da área, em Porto Alegre e em Camaquã, revelando o distanciamento da usina dos trabalhadores canavieiros da região, ainda que dada como justificativa a falta de mão-de-obra local. Essa poderia ter sido canalizada através de um projeto efetivado de retomada do trabalho com a cana, atraindo aqueles que estavam de partida. Sustaria ou retardaria o êxodo que grassava o município, a ponto de Santo Antônio da Patrulha ter ficado com sua população muito reduzida na área rural.

Entretanto, como já frisado, buscaram trabalhadores de fora, que desconheciam a cana-de-açúcar, desvinculados da área e com ela descompromissados. “O coronel buscava pessoas em Camaquã. Trazia duzentos, duzentos e cinqüenta homens, alojados, por conta da AGASA, na Fazenda Maciel, para fazer as colheitas dessas canas. Isso dava um custo absurdo. Um custo estrondoso.”¹⁸⁶³

Paulo Dapper ilustra também essa realidade:

Para ser cozedor de açúcar não tinha. Tinha ali um na Lagoa, na AGASA, que sabia o que era cozer açúcar ou cozinhar açúcar. Só tinha aquele. Então, em vista da grande dificuldade que ali tinha, nós fomos a Porto Alegre e negociamos a dispensa da abertura de concurso. [...] Então, a usina vai ser dispensada de abrir concurso, desde que ela contrate cortadores de cana para fazer... Beleza! Marcamos lá em determinado local de Porto Alegre. Mandamos um ônibus, dois ônibus, três ônibus lá para colher os vileiros de Porto Alegre para cortar cana aqui. [...] Veio aquele batalhão de gente. [...] Tinha gente que nunca tinha visto uma lavoura de cana, e o trabalho é penoso mesmo. [...] Havia uma estrutura montada na sede da fazenda: alojamento completo e cama. Tinha refeitório [...].¹⁸⁶⁴

O engenheiro agrônomo Alceu Krás Dimer acompanhou de perto essa realidade:

O problema era tirar a cana, porque, quando chovia, o problema era tirar os carroções, porque atolava muito lá dentro. [...] Ela gerou empregos em alguma época. [...] Tinha alguns aqui da região. Mas também eles buscavam cortadores de cana lá em Camaquã, aquele pessoal que cortava arroz [...] porque precisavam, às vezes, cem, cento e cinqüenta homens e aqui faltava. [...] Depois se começou a plantar cana na várzea. Houve incentivo aos arrozeiros de Santo Antônio e Osório

¹⁸⁶² Para romper com essa realidade, haveria que promover-se, a curto prazo, se não a escolarização, o extensionismo, e transmitir uma tecnologia nova pela demonstração, processo lento e a médio prazo. Examinar: SZMRECSÁNYI, Tamás; RAMOS, Pedro. O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. *História & perspectivas*, Uberlândia: UFU, n. 10, p. 94, 1994.

¹⁸⁶³ Depoimento de Antônio Oliveira Goularte concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 03 nov. 2005.

¹⁸⁶⁴ Depoimento de Paulo Dapper concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 17 fev. 2000.

para que plantassem também a cana para fazer uma rotação com o arroz. [...] Teve arroseiros que plantaram uma área de cem, cento e cinquenta hectares ali em Santo Antônio e aqui em Passinhos. [...] Só que a usina tinha que assumir tudo, porque eles não tinham mão-de-obra. A lavoura do arroz era mecanizada. Então a usina fazia o plantio e se responsabilizava pela colheita da cana que exigia muita mão-de-obra. E o custo, eles cobravam depois lá dos produtores. [...] Então tinha dois ônibus ali que iam lá buscar o pessoal. Ficava um mês ali, na fazenda, que tinha alojamento, tinha refeitório, tudo para eles. [...] Depois de um mês, a usina levava eles lá para Camaquã. Aí eles ficavam uma semana em casa, depois voltavam de novo. Mas normalmente faltava mão-de-obra [...] estava sempre faltando gente para fazer o plantio na várzea; não no morro. [...]

Eles eram muito pobres. [...] Era um trabalho pesado. Eles ganhavam por tonelada, por rendimento. [...] Não era bóia-fria. Tinha pessoas que pegavam os jipes da AGASA e levavam comida quente lá no meio da lavoura, onde eles estavam cortando cana. [...] De noite eles tomavam banho no chuveiro quente, eles jantavam e vinham assistir televisão e depois dormiam nos beliches. [...] A média naquela época era de quatro toneladas dependendo da pessoa. [...] Quanto mais ele cortava, mais ele ganhava dinheiro. [...] Era um estímulo para aumentar o rendimento.¹⁸⁶⁵



Fotografia 94 – Invasão das águas da Lagoa dos Barros no canavial da Fazenda Maciel – 1974

Fonte: AÇÚCAR GAÚCHO S.A – AGASA . *Relatório da safra 1974/1975*. Santo Antônio da Patrulha, 1975. Não-paginado.

¹⁸⁶⁵ Depoimento de Alceu Krás Dimer concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 15 mar. 2002. Segundo Delmo Tedesco, a usina trazia de 100 a 220 cortadores de cana. Depoimento de Delmo Tedesco concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2001. Recorda o tratorista Almiro Vargas, em depoimento concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 02 nov. 2005, que, nos dias de chuva, eles ficavam parados no barraco, para eles construído, comendo por conta da usina.



Fotografia 95 – Aspecto da colheita da cana na Fazenda Maciel – [s/d]
Observe-se o solo alagado.
Fonte: Acervo da AGASA.



Fotografia 96 – AGASA entre a RS 17 (atual RS 30) e a BR 290 (Free-way)
De um e de outro lado das rodovias estão os canaviais da AGASA – [s/d]
Fonte: Acervo da AGASA.

Está evidente, sobretudo com esse projeto, que o caráter produtivista e empresarial adotado estava rompendo com a função social da AGASA, provocando a ruptura do projeto, quer o idealizado pelos canavieiros, quer o alavancado pelo trabalhismo e depois o implantado pelo Estado em 1965. É o que se está buscando explicitar.

A guinada da usina foi substancial pelos encaminhamentos que foram tomados. Tais medidas foram norteadas pelo caráter militar do Estado então vigente, que estreitava cada vez mais o espaço de movimentação da sociedade civil. Os morros da cana foram visados e a eles dirigidas providências com a intenção de incorporar seus moradores ao espírito da Revolução de 1964. A aquisição da Fazenda Maciel também respondeu por esse interesse do Estado então vigente:

O empreendimento não pode falhar – já por ser obra do Governo Revolucionário, cuja sadia e magnífica imagem não podemos desmerecer, já por necessidade psicológica de educação e estímulo à região, tão descrente e tão temerosa no empreender.¹⁸⁶⁶

Dentre as linhas expostas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Brasileiro, posto pelo governo militar para os anos 1968-1970, uma pretendia estabelecer melhor organização do meio rural, alcançada através de “processos democráticos de reforma agrária” e implantação de “colônias auto-administráveis”.¹⁸⁶⁷ Dentro desse espírito, o Cel. Tisiano projetou um Plano Agrário, com vistas a dinamizar a área canavieira, assim proposto:

Até ulterior deliberação a respeito do plano conjunto como indicação para solução do problema do minifúndio, em que se propõe a divisão da área em glebas de 35/50 ha onde seriam instaladas famílias de canavieiros selecionados – nesta área ora adquirida, seria implantado o “canavial da AGASA” como “fazenda de cana”, tão comum às outras usinas do Brasil.

Posteriormente, quando o Governo decidisse seu aproveitamento para o **experimento de reforma agrária orientada** – apoiada numa empresa – as famílias seriam implantadas à proporção da criação das possibilidades.¹⁸⁶⁸

O “Plano Agrário” disponibilizaria terras devolutas que o Estado lá dispunha para a realocação de canavieiros na zona de planície, trazidos do morro, criando para eles centros comunitários, providos de eletrificação e até água encanada [como seria possível?], o que

¹⁸⁶⁶ Ofício DIR 674/2 do diretor-presidente da AGASA, Cel. Tisiano Felipe de Leoni, enviado a Eduardo Ferrugem Maciel em 25 set. 1972. (Grifo nosso). Acervo da AGASA.

¹⁸⁶⁷ SZMRECSÁNYI, Tamás; RAMOS, Pedro. O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. *História & perspectivas*, Uberlândia: UFU, n. 10, p. 97, 1994.

¹⁸⁶⁸ Ofício DIR 675/72 do diretor-presidente da AGASA, Tisiano Felipe de Leoni, dirigido ao Secretário de Estado da Fazenda José Hipólito Machado de Campos em 26 set. 1972. (Grifo do autor). Acervo da AGASA. Uma pergunta ainda sem resposta: Em vez de trazer trabalhadores de fora, por que não efetivaram o referido Plano Agrário com os minifundiários da cana, então em séria crise?

“[...] iria melhorar grandemente suas condições de vida.”¹⁸⁶⁹ As áreas devolutas do Estado, mais as que fossem adquiridas pela AGASA, seriam divididas em glebas de cerca de 40 ha, onde uma família canavieira seria fixada. Conforme chama a atenção o engenheiro agrônomo Wilson Castro, projetava o novo diretor transformar a área num pólo de desenvolvimento. Explica o engenheiro:

Desses 40 ha – 10, mais ou menos, serão reservados para: casa, galinhas, potreiro e capineira para vaca de leite, horta, pomar e criação de galinhas, engorde de 2 a 3 porcos e culturas de subsistência: milho, feijão, arroz, etc.

30 ha serão plantados com cana-de-açúcar, de forma racional, mecanizada, pelas máquinas e implementos da AGASA. Esses serviços serão pagos pelo ocupante da terra.

Um centro comunitário será como que a alma e o cérebro dessas glebas. Constituir-se-á em princípio de: Igreja; Escola – orientada para as atividades da região; Centro Médico Odontológico (ambulatório); aprendizado de arte culinária – corte e costura e habilidades manuais para as senhoras e moças das glebas; centros de recreação, etc.

Toda a atividade será orientada compulsoriamente pelos técnicos da AGASA, inclusive a das lavouras de subsistência. Toda a produção, mesmo as das sobras das lavouras de subsistência, será adquirida pela AGASA aos preços de mercado. Todas as casas terão eletrificação rural e água encanada. Isso indicará demonstrativamente os resultados de uma experiência em que os produtores – compulsoriamente enquadrados pelos técnicos fazendo que sabem – têm a certeza de que toda sua produção tem mercado certo. **Isso assegurará à AGASA a certeza da mão de obra para corte de cana, cada dia mais difícil. O ocupante da gleba não será proprietário da mesma, de imediato, mas terá todas as vantagens desse estado, de vez que todo o resultado do produzido deduzido o custo de produção, é dele.**

Se dentro de 20 anos, houver dado produtividade à gleba que lhe tocou, terá escriturada em seu nome ou no de seus herdeiros capazes, a propriedade, pelo valor histórico.

Será uma experiência *sui generis*, pioneira – com ampla possibilidade de positividade, graças ao enquadramento do pessoal, num sistema baseado numa indústria objetiva, racional.

Isso limitará os bolsões de pobreza em que a região litorânea se constitui.

Lei a respeito, será encaminhada à Colenda Assembléia Legislativa, assim que se veja o Estado dotado do que aqui se pede.¹⁸⁷⁰

E dentro do mesmo espírito do governo militar, a luz elétrica deveria ser estendida aos morros, segundo o Cel. Tisiano, para difundir as idéias da Revolução implantada em 1964. As famílias canavieiras, através do rádio, poderiam assimilar a “ordem nacional”. E a AGASA devia, por todos os meios, perseguir esse intento. E, para sua consecução o diretor Tisiano não poupou esforços. De fato, alguns tiveram suas casas iluminadas em 1970. “Mas cada um tinha que pagar a rede”, frisou o canavieiro e instrutor Ary Carlos do Amaral.¹⁸⁷¹

¹⁸⁶⁹ AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da safra 1972/1973*. Santo Antônio da Patrulha, 1974. p. 3.

¹⁸⁷⁰ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *Relatório da Comissão Especial para o Estudo da Agroindústria Açucareira*. Porto Alegre, out. 1975. p. 238-239. (Grifo nosso).

¹⁸⁷¹ Depoimento de Ary Carlos do Amaral concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 18 dez. 2004.

Afinal, a AGASA, com sua propalada função social na região, não escaparia dessa missão, para o que todos os esforços deveriam ser feitos para a eletrificação rural mudar a realidade dos morros da cana, com o ideário revolucionário ali apropriado pelas famílias canavieiras. Com esse objetivo o Cel. Tisiano documentava seu intento, estimulando o governo do Estado, em correspondências que a ele enviava, atravessadas de mensagens dessa natureza, para obter as obras que apontava como necessárias para a área *revolucionar*.¹⁸⁷² Para ele, todas as ações projetadas pela usina “[...] serviam aos fins de melhoria do homem, um dos principais escopos da Revolução de 1964.”¹⁸⁷³

Passados alguns anos – vivia-se 1979 –, a abertura política pressionada pela sociedade civil impunha novos tempos. A retomada de demandas populares reacendia a esperança do futuro que chegava. Os atores da usina açucareira, na lavoura e na fábrica, não estavam praticando o projeto social redentor, quer do ponto de vista infra-estrutural, quer do superestrutural.

A realidade concreta expressava um desvio de percurso, de guinada. Mas vozes esparsas e intermitentes passaram a ser ouvidas. Por exemplo, o deputado do PMDB Elygio Meneghetti posicionou-se incisivamente acerca da Fazenda Maciel, colocando-se frontalmente contrário ao Estado possuir canaviais. Destacou que, quando foi criada a AGASA, não o foi com intuito de plantar cana para ela mesma explorar, mas para dar assistência aos plantadores de cana, evidentemente através da compra da produção. A AGASA passou então a fazer concorrência ao canavieiro:

[...] uma vez que a AGASA tem essa quantidade enorme de terras, e está plantando, poderia, isto sim, financiar a agricultura que têm poucas terras, ou terras difíceis de trabalhar para que essa gente de Santo Antônio da Patrulha, trabalhasse aquelas terras com mais facilidade. [...] ela poderia comprá-las, dez a 20 hectares a cada família, que as cultivariam, sendo ela proprietária e não a AGASA entrar para a área da plantação de cana, passando, de certa forma, a ser uma concorrente dos agricultores que vão vender cana à Usina. **O objetivo da AGASA foi o de comprar aos agricultores e não a Usina plantar e fazer concorrência aos agricultores. [...] não é essa sua função. [...] ela que use esse dinheiro para socorrer melhor os seus fornecedores, no caso os agricultores de Santo Antônio da Patrulha e de Osório.** [...] A AGASA é uma empresa industrial e não agrícola.¹⁸⁷⁴

¹⁸⁷² A documentação do Cel. Tisiano, na presidência da AGASA, merece ser estudada, sobretudo por aqueles que desejarem pesquisar sobre o período 1964/1985 no Rio Grande do Sul.

¹⁸⁷³ AÇÚCAR GAÚCHO S. A. – AGASA. *Relatório da safra 1974/1975*. Santo Antônio da Patrulha, 1975. Não-paginado.

¹⁸⁷⁴ ELYGIO Meneghetti: AGASA faz concorrência ao canavieiro. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 3, p. 3, 02 jun. 1979. (Grifo nosso).

Na mesma direção posiciona-se Antônio Oliveira Goularte. Por ter acompanhado bem de perto, por muitos anos, junto à direção, o desempenho da AGASA, tem convicção de que o fracasso da usina começou com a compra da Fazenda Maciel:

[...] foi quando a AGASA começou a se perder. Porque nós não tínhamos que trabalhar com cana própria. A lavoura de várzea é só arroz. Então, na várzea não se produzia cana. Enquanto se produziam duzentas toneladas por hectare no morro, na várzea se produzia cem ou oitenta. Então, é deficitária. [...] aí que começou o grande problema da AGASA. [...] Eu acho que a AGASA tinha que se dedicar a incentivar o produtor. A AGASA sobreviveu o tempo que sobreviveu foi através do minifúndio. [...] A solução da AGASA sempre estava no minifúndio, no morro.¹⁸⁷⁵

No bojo dessas contradições, que moviam as relações entre Estado e sociedade, ainda assim projetou-se alargar o espaço de atuação da usina açucareira gaúcha, em Torres. O fosso entre eles, além de preservado, seria alargado. Essa realidade não fora sonhada, nem tampouco projetada pelos canavieiros. De cima para baixo e de sul a norte, se punha na mesa um pacote para ser desembalhado. A quem interessava *des-cobri-lo*?

4.5.2 Uma usina para Torres: um megaprojeto

Na busca de saída das dificuldades que persistiam na região, a direção da AGASA, além da aquisição da Fazenda Maciel e do projeto de ampliação da unidade industrial de Santo Antônio da Patrulha, também articulou, a contar de 1972, a idéia da instalação de uma outra usina para o município de Torres, no vale do Rio Mampituba,¹⁸⁷⁶ área da Lagoa do Forno e Lagoa do Jacaré.

¹⁸⁷⁵ Depoimento de Antônio Oliveira Goularte concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 03 nov. 2005. Frisou o mesmo depoente que a Fazenda Maciel foi vendida por menos da metade do que ela custou. “O Vasco Amaro praticamente deu a fazenda para o falecido Eduardo de volta.”

¹⁸⁷⁶ Na conjuntura, outro projeto estava posto para a área. Em 1970, a Sociedade Amigos da Praia de Torres (SAPT) dirigiu-se ao Ministro dos Transportes, Mário Andreazza, pleiteando, com veemência, o início das obras de fixação da barra do Rio Mampituba. Dentre as razões apontadas, a primeira era de ordem social, em nome de 700 pescadores inscritos e seus 2.880 dependentes, que percebiam uma renda média mensal inferior a Cr\$ 100,00 para o sustento de suas famílias. AÇÚCAR GAÚCHO S.A. *Dossiê fixação da Barra do Rio Mampituba: Santa Catarina e Rio Grande do Sul: 1969/1970*. Santo Antônio da Patrulha, 1971. Acervo da AGASA

Trata-se de mais um projeto do Cel. Tisiano de Leoni,¹⁸⁷⁷ seu grande defensor, inclusive não só de uma usina expandida em Torres. Segundo ele havia possibilidade para “várias”.¹⁸⁷⁸ Projetara a área com 70.686 ha, ainda que, no seu entendimento, bastassem tão somente 12.000 ha para a produção de um milhão de sacos. A idéia seria implantar, a cada 30 km, usinas de porte médio, com área de, no máximo, 7 km, em torno de cada usina, para que fosse tecnicamente bem conduzida. E, ao justificar o segundo projeto, o Cel. Tisiano reafirmou considerações que indicavam os fundamentos da posição do Estado frente à economia açucareira gaúcha.¹⁸⁷⁹

O foco da exposição de motivos era animar a agroindústria do açúcar com o objetivo de articular o desenvolvimento do Litoral Norte do Rio Grande do Sul; o mesmo discurso que justificara a criação da usina de Santo Antônio, quinze anos antes. A saída técnica foi a evocada, e foi também seu fio condutor. Ou seja, o projeto partia do princípio de que o consumo de açúcar no estado era da ordem de 6.000.000 de sacos, enquanto que a cota a ele atribuída era de apenas 200.000 sacos. O entendimento era de que algo precisava ser feito. Esse descompasso gerava uma sangria na economia estatal, por não levar em consideração o seu potencial. Diante desses números e do subdesenvolvimento da área, apontava-se como

¹⁸⁷⁷ A orientação por ele dada, segundo o prefeito Raimundo Reis e Silva, modificou bastante o desempenho da AGASA, trazendo esperança para o município e os canavieiros. Ver: UM GOVERNO trabalha para o futuro de Santo Antônio. *Jornal do Litoral*, Tramandaí, p. 8-9, 23 jun. 1971. Trata-se de matéria de duas páginas, com destaque para a auto-estrada em construção e as transformações que ela traria, quando concluída. A defesa de uma usina em Torres vinha sendo feita desde a instalação da AGASA. Osório também tentou. Examinar: USINA em Torres. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 17, 06 out. 1966. GANHA impulso o movimento visando a construção da Usina de Açúcar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 17, 23 dez. 1966. OSÓRIO também deseja possuir uma usina de açúcar: projeto em estudo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 15, 22 fev. 1967. UMA esperança de Osório. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 24 fev. 1967. USINA de açúcar em Osório. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 28 fev. 1967. TORRES: canas para a AGASA. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 17, 31 ago 1967. UMA nova Torres. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 25 out. 1970. TORRES: usina de açúcar viria solucionar problemas na lavoura canavieira. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 25, 10 set. 1970. TORRES quer ter usina de açúcar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 02 out. 1970. DEBATIDA instalação da usina de açúcar no município de Torres. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 19, 12 jan. 1971.

¹⁸⁷⁸ A Portaria nº 71, de 5 de março de 1974, do Ministério da Indústria e do Comércio, diz: “Art. 1º - Fica elevado para 105.000.000 sacos, o limite global das cotas oficiais de produção de açúcar das usinas do País, [...] Art. 2º - A parcela ora elevada de 600.000 sacas, será destinada à implantação de uma nova usina de açúcar, na área do Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul. Art. 3º - Competirá ao Presidente do IAA: a) selecionar, mediante concorrência, a empresa que ofereça melhores qualificações para a implantação da nova usina. [...] Art. 5º - A cota perderá seu valor, se no prazo de um ano, a contar da data de sua concessão, não for iniciada a implantação do projeto ou a usina não estiver em funcionamento no prazo de cinco anos. [...] Marcus Vinicius Pratini de Moraes.” DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Brasília, 08 mar. 1974.

¹⁸⁷⁹ A planta industrial da AGASA, quando instalada, obteve autorização de uma cota para produção de 12 mil toneladas anuais. Produções em torno desse valor foram alcançadas nos anos de 1970 e 1972, sendo que, em 1971, o mesmo foi ultrapassado em cerca de 4,8 mil toneladas. A partir desse superávit é que o projeto de Torres ganhou força, adicionado aos esforços para duplicar a cota oficial de produção de açúcar. Examinar: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento/FEE. *Programa Agroindústria Rio Grande do Sul: cana-de-açúcar: termos de referência*. Porto Alegre, 1976, p. 7. Com caráter de balanço e apontando megavantagens da indústria açucareira no Rio Grande do Sul, aliada às providências do Estado no tocante à sua consolidação, interessante matéria foi publicada no *Jornal do Comércio* e reproduzida no *O Comercial* de Santo Antônio da Patrulha, em seu nº 32, de 12 de março de 1975, que, por sua importância, está no ANEXO BBB.

saída o encaminhamento pelo Estado do referido empreendimento. Além de produzir açúcar e álcool, a empresa prestaria assistência técnica, financeira, econômica, social e educativa aos seus produtores. Estariam sendo dadas as condições para o seu desenvolvimento, com a eliminação dos bolsões de pobreza ali presentes e recuperando sua população, através de sua integração coesa à nação, pelo trabalho produtivo. E destacava mais: que só o Estado poderia dar conta desta tarefa.¹⁸⁸⁰ Depreende-se por esses dados a irrealidade desse megaprojeto.

Foi com essa visão e objetivo que o Cel. Tisiano encaminhara os dois programas ao IAA, em 9 de janeiro de 1975: um para ampliar a AGASA de 200 para 400 mil sacas de açúcar em Santo Antônio, com a destilaria de álcool anexa. E o outro para implantar em Torres uma usina de 600 mil sacos na primeira fase e, na segunda, 1 milhão de sacas e uma destilaria para a produção de álcool em torno de 17.600.000 a 20.000.000 de litros,¹⁸⁸¹ uma medida preventiva diante da provável finitude do petróleo, então difundida. E o álcool, adicionado à gasolina, concorreria para a redução dos efeitos poluidores dos combustíveis. Nos dois projetos seriam utilizados equipamentos nacionais.¹⁸⁸² O investimento seria da ordem de Cr\$ 60 milhões, elevando-se a cota de produção anual de açúcar no estado em mais de um milhão de sacos, o que representaria, então, cerca de 23% do consumo.¹⁸⁸³

Para a elaboração do programa de ampliação da AGASA para receber a cana própria, fora contratada a empresa operacional SACAROTÉCNICA - Consultoria, Estudos e Projetos Ltda., de São Paulo,¹⁸⁸⁴ e para o da instalação da unidade de Torres, a GERAPLAN - Projetos e Planejamentos Gerais de Porto Alegre, aliada à SACAROTÉCNICA. O de Torres, datado de 6 de janeiro de 1975, está formatado em dois alentados volumes (o 1º, com 185 páginas e o 2º, com 193, mais anexos), recheados de plantas detalhadas, ilustrativas, para demonstrar a sua viabilidade. Na sua apresentação, destacam-se a positividade da AGASA, através da ação da diretoria administrativa em exercício, liderada pelo Cel. Felipe de Leoni.

Segundo os projetistas, a sua dinamização se impunha pela repercussão socioeconômica e financeira da empresa, com a produção açucareira estendida, mais ao norte no município de

¹⁸⁸⁰ RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *Relatório Especial da Comissão Especial para o Estudo da Agroindústria Açucareira*. Porto Alegre, out. 1975. p. 228. Ivo Stoffel, engenheiro agrônomo da AGASA, informa que sua capacidade de moagem era de 1.000 toneladas diárias de safra anual de 6 meses, ou 180 dias, resultando em 25.000 sacos de 60 kg de açúcar. Ver: A VOZ DA ESCOLA: Órgão dos Estudantes da Escola Normal Santa Teresinha. Santo Antônio da Patrulha. a. XIV, n. 63, p. 10, jun. 1965.

¹⁸⁸¹ RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *Relatório da Comissão Especial para o Estudo da Agroindústria Açucareira*. Porto Alegre, out. 1975, p. 36. A capacidade/dia de produção prevista seria de 120.000 litros.

¹⁸⁸² Em 1973, a Metalúrgica Dedini encaminhou à direção da AGASA proposta de orçamento para o fornecimento, montagem e instalação de todo o equipamento industrial e também dos prédios para a nova usina. Essa documentação constitui acervo da AGASA.

¹⁸⁸³ AS ÚLTIMAS. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 17, p. 8, 31 jan. 1974.

¹⁸⁸⁴ O projeto é datado de 25 de novembro de 1974.

Torres. Ali ficaria sediado mais um pólo de desenvolvimento agroindustrial importante para o Rio Grande do Sul, amparado na adequação regional da cultura da cana. Por outro lado, estaria a AGASA correspondendo a uma das metas do governo federal, qual seja a de fomentar a expansão da agroindústria açucareira, a que o IAA vinha determinando com maior empenho naquela altura. As conjunturas nacional e internacional eram animadoras. O açúcar se impunha entre os produtos nobres no comércio internacional.

O Brasil, no contexto, passou a ocupar uma posição de relevo como fornecedor desse produto, sobretudo diante da queda de produção do açúcar de beterraba e das mudanças estruturais favoráveis à exportação brasileira, especialmente a partir da revogação do *Sugar Act*¹⁸⁸⁵ pelos Estados Unidos, para evitar uma falta calamitosa do açúcar no mercado. O Rio Grande do Sul, por sua vez, era grande importador do produto. Industrializando açúcar, ainda que em quantidade pequena, estaria colaborando para o equilíbrio da balança comercial do estado, bem como liberaria parcela do produto para exportar ao exterior. E o Litoral Norte do estado, historicamente, constitui-se, com reconhecimento, uma região altamente favorável à implantação de unidade agroindustrial açucareira, idéia difundida e mantida no projeto, apesar dos reveses da AGASA.

A região de Torres era produtora, com tradição centenária de cana, saindo de lá para vender as melhores rapaduras e aguardentes do Rio Grande do Sul, ainda que resultante de uma confecção empírica, frisavam os projetistas. Principalmente no verão havia um mercado relativamente significativo para esses produtos, especialmente pelo deslocamento de cerca de 800 mil veranistas para as praias da região.

Nesse tempo, se estudava a regulamentação da mistura do álcool com a gasolina brasileira. O esperado era que houvesse uma produção de álcool no Brasil para que em qualquer estado se pudesse distribuir a gasolina com a mesma percentagem de álcool. Segundo o projeto, a produção programada seria da ordem de 4 a 5 milhões de litros em Santo Antônio da Patrulha, e 17 a 20 milhões na fase final, em Torres, no ano de 1980.

Com esses números, sustentava o Cel. Tisiano que haveria condições de abastecimento das duas refinarias do estado. Para a execução desse projeto industrial, o diretor-presidente da AGASA solicitou, então, o financiamento de Cr\$ 26.039.000,00, visto o IAA não financiar terras nem material agrícola. No tocante às obras de água (com hidráulica e água tratada), luz

¹⁸⁸⁵ Trata-se da “Lei do Açúcar” que taxava o produto nos Estados Unidos da América. Sendo matéria-prima do rum, e este por sua vez, juntamente com o tabaco eram utilizados pelos colonos para comprar escravos na África, a lei desagradou muito os habitantes da então colônia inglesa. Foi aprovada em 1764 pelo parlamento inglês.

elétrica e a parte do setor agrícola, o pedido foi da ordem de 157 milhões de cruzeiros.¹⁸⁸⁶ Após comprada a área em Torres, as tratativas se dirigiram em busca de capital no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Estadual, no BRDE e no BADESUL para os investimentos do projeto.

É interessante observar que empresas paulistas chegaram a interessar-se pela usina de Torres. Mas, quando souberam que a área era de minifúndios, desistiram do intento.

Tudo levava a crer que o governo do Rio Grande do Sul decidira intervir e traçava alternativas para efetivamente aproveitar seu potencial canavieiro. Ainda em 1975, foi instalada a Comissão Especial para o Estudo da Agroindústria Açucareira, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, a partir das seguintes considerações:

1. Considerando a alta preocupação dos poderes responsáveis, quanto ao total aproveitamento e diversificação da produção primária, com vistas à explosiva demanda dos mercados de consumo;
2. Considerando que existem produtos agrícolas, como a cana-de-açúcar, cuja exploração agro-industrial não está sendo convenientemente utilizada;
3. Considerando a existência de regiões no Estado, como as do Alto Uruguai e Missões, onde a gramínea é cultivada em alta escala e em ótimas condições de clima e solo, sem uma rendosa transformação industrial, a exemplo do que ocorre na faixa litorânea, com a AGASA;
4. Considerando haverem estudos técnicos de respeitável gabarito, informando da promissora potencialidade de exploração racional desta gramínea naquelas regiões, com farta perspectiva de beneficiamento a milhares de agricultores e concomitantemente aos cofres do Estado e à balança comercial do País;
5. Considerando que o programa de investimentos da AGASA visa empreendimentos da ordem de 320 milhões de cruzeiros, que envolvem uma destilaria de álcool e uma nova usina em Torres;
6. Considerando a generosa oportunidade que poderia se abrir também, àquelas ricas regiões do Estado, acionando-se uma política global de incentivo, amparo e criação de novas fontes de riqueza, especificamente no que concerne à ampliação do plantio e a implantação efetiva da agroindústria açucareira no Rio Grande do Sul;
7. Considerando que, tanto o consumo interno quanto o externo, está a exigir medidas infra-estruturais que permitam a expansão técnica do cultivo e da industrialização da cana-de-açúcar, sobretudo, no Alto Uruguai e Missões;
8. Considerando as numerosas pesquisas, publicações oficiais, entrevistas de autoridades e estudiosos e marcantes notícias a respeito de possibilidade compensatória do incremento da cana-de-açúcar e sua transformação, sobretudo para atender os novos mercados em perspectiva no extremo Oriente e outros;
9. Considerando, portanto, que a meta prioritária no País é a agricultura, objetivando os reclamos do consumo interno e externo, observando-se que as quotas de produção de açúcar no Rio Grande do Sul, atualmente fixadas em 400 mil sacas anuais, deverão facilmente ser alteradas para mais, desde que tenhamos, como se vislumbra, condições de matéria-prima e industrialização, já que consumimos mais de seis milhões de sacas anualmente;
10. Considerando, apenas para exemplificar, que em outros estados, como Minas Gerais, o Banco do Brasil acaba de conceder um empréstimo de quarenta e um milhões de cruzeiros a uma empresa particular, com base na orientação do Instituto

¹⁸⁸⁶ RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *Relatório da Comissão Especial para o Estudo da Agroindústria Açucareira*. Porto Alegre, out. 1975. p. 37.

do Açúcar e do Álcool, para garantir a essa empresa elevar sua produção de 500 para 800 mil sacas anuais;

11. Considerando, finalmente, a penosa luta que se trava, para empolgar com realismo e rentabilidade palpável, as grandes massas rurais, acenando-lhes com o caminho da policultura, colocando-se, como opção, ao lado do trigo, da soja e do arroz, o cultivo da cana-de-açúcar, num resultado que poderá oferecer substancial suporte à economia rio-grandense [...].¹⁸⁸⁷

Impunha-se uma tomada de decisão orientada por todas essas razões. De fato, o quadro da produção açucareira apresentava sérios problemas estruturais, e a decadência da cana era evidente. Urgia, portanto, agir e reagir do ponto de vista empresarial diante da análise da realidade e frente aos projetos em andamento.

Da parte da direção, o Cel. Tisiano reconhecia que a definição de suas propostas era uma conquista essencialmente política. Sem dúvida, o seu maior desafio, além das medidas de assistência técnica e de incentivos econômicos a serem determinadas, seria o de motivar os agricultores da região, na intensificação do plantio da cana. Eles já vinham enfrentando dificuldades com a instável comercialização das culturas ali dominantes, como o feijão, o milho, a batata e o fumo.

Diferente não era a realidade dos agricultores dos municípios limítrofes a Torres e localizados em Santa Catarina, que seriam igualmente fornecedores de cana à empresa instalada. Para cativá-los foi apresentada no projeto uma programação racional de produção, tanto para contemplar as lavouras próprias como as de fornecedores, a fim de que, nos prazos previstos de fluxo de produção, houvesse o abastecimento normal de matéria-prima à usina. A aprovação do projeto, sem dúvida, passaria pela comprovada existência de cana, o que faltava – e muito – na matriz patruhense.

Mas o Cel. Tisiano, que encarava os projetos como uma missão, atacava em todas as frentes, nos âmbitos estadual e federal. Neste, houve avanços. O ato Gpet 1308, de 1974, do presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, determinou a abertura da concorrência para a projetada unidade de Torres, com a seguinte argumentação:

Além dos aspectos sociais que as transformações tecnológicas envolvem, é muito importante registrar que a Unidade de Torres gerará a criação de 3.500 oportunidades de emprego, sendo 400 para a mão de obra especializada. Para a especialização da mão de obra, a AGASA já conta com a Unidade de Santo Antônio em pleno funcionamento, de sorte que a própria Empresa fará o treinamento de seus quadros. [...] e a abertura de um mercado de trabalho para 3.500 pessoas – não pode ser considerado apenas como um número expressivo no elenco de vantagens que a Unidade trará. É muito mais. Soluciona, a um só tempo,

¹⁸⁸⁷ RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *Relatório da Comissão Especial para o Estudo da Agroindústria Açucareira*. Porto Alegre, out. 1975, p. 16.

dois problemas: absorve mão de obra sobrando da racionalização agrícola e **dá emprego digno aos minifundiários de vida indigna.**¹⁸⁸⁸

Observe-se o tratamento dado ao trabalho com a cana na região oferecido por visão favorável manifesta no projeto, sustentada na expectativa de um surto de progresso que adviria nas localidades da Glória, Praia Grande e outras povoações circunvizinhas, resultante de um ativo comércio que fomentaria, inclusive, o surgimento de outras pequenas e médias indústrias. Mas uma pergunta se impõe face ao gigantismo desenhado nos volumes do projeto: Que condição reunia Torres para sediar uma nova usina, a poucos quilômetros da matriz, e que se movimentava com muitas dificuldades? Haveria fornecedores de cana?

Parecendo ignorar as condições concretas da realidade e o tamanho da crise que a região vivia, as informações oferecidas no *Projeto AGASA – Torres*, ao contrário, são alvissareiras e cativantes, além de monumentais e, por isso, impressionantes. Por vincular-se ao processo de crise da área canavieira, e apresentado como sendo a solução, interessa aqui vislumbrar os contornos de sua essência, a partir das aparências na descrição do documento.¹⁸⁸⁹

Através dos números apresentados para a nova unidade da AGASA, está sinalizado, com evidência, o abandono dos estabelecimentos com extensão inferior a 10 ha, por considerarem-se antieconômicos. A adoção desse critério, por si só, aponta a concepção do megaprojeto direcionado para Torres, totalmente dissociado do caráter popular que pautou a idealização da usina açucareira gaúcha. Assumindo explicitamente seu descompromisso com os pequenos produtores da região, estava o novo projeto usineiro a ser executado pelo Estado, a partir de 1975, ampliando o seu distanciamento da sociedade canavieira. O fosso entre o Estado e a sociedade se anunciava gigantesco, por tratar-se de área essencialmente minifundiária. Não resta dúvida que a meta do complexo agroindustrial era a de atender ao objetivo econômico. Para neutralizar o distanciamento dos canavieiros da usina, a saída estratégica, ainda que obrigatória por lei, foi criar uma infra-estrutura de assistência aos fornecedores de cana. Mais que isso. Impunha-se aliar assistência e educação, com ações capitaneadas por agentes conhecedores da região, através de quatro frentes: assistência à produção, assistência médico-hospitalar, assistência para o abastecimento doméstico e de insumos e assistência recreativa e religiosa. Para atender a essas ações, foi criada a Associação dos Fornecedores de Cana do Nordeste do Rio Grande do Sul (ASFORCA),

¹⁸⁸⁸ Para mais detalhes sobre o referido ato governamental de 1974 examinar: SACAROTÉCNICA – Consultoria, Estudos e Projetos Limitada; GERAPLAN – Projetos e Planejamentos Gerais. *Projeto AGASA: Unidade Torres/RS: Implantação*. Santo Antônio da Patrulha, 1975, v. 1, p. AII. (Grifo nosso).

¹⁸⁸⁹ No ANEXO CCC estão alguns dados do referido projeto que denunciam e comprovam as condições irreais da proposição.

constituída por produtores de cana de Torres, Osório, Santo Antônio da Patrulha, Gravataí, Rolante e Taquara.

Enquanto era providenciada a criação da ASFORCA, nessa fase de convencimento ao projeto, a sua tramitação era agilizada para que as lideranças não só da região, como as do âmbito federal pudessem a ele dar guarida e sustentação, de modo a promover a tão aguardada reversão da realidade norte-litorânea na lógica empresarial. Entretanto, um revés ao intento logo despontou com um parecer nada favorável emitido pelo Superintendente da CEMAPA ao Secretário da Agricultura:

Realizados os estudos e levantamentos, a partir da antiga Colônia São Pedro de Alcântara e seguindo na direção da Lagoa do Forno, ao longo das sangas Mata Boi e da Pacas, a discriminação das terras permitiu encontrar área de 1.000 ha devolutas em glebas diversas, totalmente alagáveis e alagadiças, por isso necessitando de trabalhos de drenagem de médio vulto [...]. Os trabalhos de discriminação das terras foram meticulosos e bastante morosos, tendo em vista as dificuldades de acesso e também porque a região é constituída de minifúndios.¹⁸⁹⁰

Meses depois, em 12 de maio de 1975, membros da Comissão Especial da Assembléia Legislativa para o estudo da Agroindústria Açucareira,¹⁸⁹¹ junto com deputados representantes da região e o diretor-presidente da AGASA, Tisiano de Leoni, estiveram em Torres, Osório e Santo Antônio da Patrulha, sendo recebidos pelos prefeitos locais, para firmarem-se no propósito da expansão da usina, bem como demonstrar os benefícios a serem auferidos com o aumento de 200 para 400 mil sacas de açúcar e dissiparem dúvidas acerca da viabilidade dos projetos. A visita logo rendeu resultados. A Câmara Municipal de Torres, dias depois, em 19 de maio de 1975, se manifestou, unindo-se os edis em manifesto pluripartidário, juntamente com representantes das forças vivas do município, e o enviaram ao presidente da Comissão Especial que estudava a indústria açucareira no Rio Grande do Sul. Solicitaram que a Comissão pedisse ao governador que usasse de sua força frente aos órgãos federais para a imediata aprovação do projeto. Em Osório, movimentos de adesão destacaram a fertilidade dos Vales do Maquiné e de Três Forquilhas e dos terrenos que margeiam as lagoas. Porém, em Santo Antônio da Patrulha, o quadro era adverso, como foi descrito pela referida Comissão Especial:

¹⁸⁹⁰ Ofício do economista Luiz Fernando Rodrigues, superintendente da CEMAPA, ao secretário de Estado da Agricultura em 12 nov. 1974. Processo 06651/74. Documentos Diversos. Acervo da Comissão de Terras Públicas. Secretaria de Estado da Agricultura do Rio Grande do Sul.

¹⁸⁹¹ A Comissão estudou, com profundidade, a cultura canavieira no estado, sob os aspectos climático, edafológico e econômico.

Em Santo Antônio da Patrulha, a Comissão constatou que a comunidade da área incluída, dentro do raio econômico da AGASA, portanto, fornecedor de cana para a usina, estava desconforme com o preço pago pela indústria para a matéria-prima produzida. Especialmente a cotação da cana para as safras de 71, 72 e 73 foram de moldes a desestimular os plantadores, com índices de aumentos de 17,39%, 14,8% e 12,9%, bem abaixo do acréscimo dos custos da lavoura. Esses preços foram altamente desestimulantes, acarretando um desestímulo nocivo na zona rural, que redundou na violenta diminuição da área plantada, com reflexos diretos sobre a produção da usina. Foram longamente debatidos os problemas de transporte, controle de corte e assistência creditícia e técnica ao produtor minifundiário, que atravessa crucial fase de carência de mão-de-obra, pois, os braços jovens, sensíveis aos apelos dos centros maiores e das atividades industriais ou empresariais, têm migrado, abandonando a colônia, num êxodo de marcadas implicações socioeconômicas. O caso ganha matizados especiais, se considerarmos que a zona colonial tem característica acentuadamente montanhosa, com obstáculos à mecanização da lavoura.¹⁸⁹²

Mais que um relatório de visitação aos municípios, o documento tem um significado pontual para o entendimento da crise canavieira que se impunha para a derrocada da AGASA. Ou seja, já em 1975, passados apenas dez anos da inauguração da usina, ela já não tinha *pernas para andar*. O documento denuncia os fatores da crise, indicando, sobretudo, aspectos estruturais que indicavam os descaminhos da usina. A Comissão Especial ouviu do diretor-presidente, Cel. Tisiano de Leoni, a sua defesa de expansão da cultura canavieira, em terrenos planos da Lagoa dos Barros, onde seria possível o plantio mecanizado. A expectativa era de que a AGASA, com essa iniciativa, e a planejada para Torres seria então revigorada, depois do desânimo dos produtores com a supersafra de 1971.¹⁸⁹³ Informa o Relatório da Comissão Especial para o Estudo da Agroindústria Açucareira:

O IAA já concedeu a quota de 600.000 sacos para a usina de Torres. Os projetos de Torres e Santo Antônio da Patrulha estão sendo analisados pelos setores competentes do IAA que em breve darão seu parecer. A usina da AGASA, considerando a demanda do melaço para uso no arração da pecuária, será dispensada da exigência de instalar destilaria para álcool anexa. O IAA tem disponibilidade e deseja financiar em longo prazo, com três anos de carência e juros de 9% a.a. as novas unidades canavieiras em instalação ou ampliação.¹⁸⁹⁴

Mas, sem demora, obstáculos se impuseram frente ao intento. A possibilidade de ser a região de Torres sujeita a enchentes periódicas parecia não ser causa de impedimento da

¹⁸⁹² RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *Relatório da Comissão Especial para o Estudo da Agroindústria Açucareira*. Porto Alegre, out. 1975, p. 182. (Grifo nosso).

¹⁸⁹³ Com vistas a definir a expansão da AGASA, a Comissão Especial esteve em Tucumán, na Argentina, para verificar *in loco* as condições do funcionamento da sua usina sucroalcooleira. O relatório da viagem revela, com destaque, a sua localização em área topográfica plana e dotada de um amplo sistema de irrigação, o que serviu de subsídio para consolidar o projeto gaúcho de açúcar. Ver: RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *Relatório da Comissão Especial para o Estudo da Agroindústria Açucareira*. Porto Alegre, out. 1975. p. 183-195.

¹⁸⁹⁴ Idem. *Ibidem*, p. 217.

execução do projeto. Aconteceu, porém, que, no mês de março de 1974, caiu na área uma tromba d'água excepcional. Ainda não havia sido registrado fenômeno igual na região. As enchentes provocaram uma calamidade, como se pode perceber por estas imagens:



Fotografia 97 – Visão panorâmica da área inundada em Torres, projetada para receber a usina – 1975

Fonte: Acervo da AGASA.

Foi feito também pelo governo do Estado um mapa, no qual se demonstra a intensidade e a permanência da inundação. Conforme os técnicos do projeto, o ponto escolhido para as edificações industriais não fora atingido pelas águas. Essa defesa, entretanto, pesou menos que a ameaça de outros episódios similares, conforme parecer técnico do superintendente da CEMAPA, de novembro de 1974.¹⁸⁹⁵ Segundo o engenheiro agrônomo Wilson Castro, na concepção do ex-secretário da Agricultura José Alfredo Marques da Rocha, a maior objeção do IAA para aprovar o projeto de Torres foi que não havia 782 ha de terras próprias, conforme previa o projeto, o que demandaria uma desapropriação em área de minifúndio, que resultaria em grave problema social. E o outro problema seria o temor de uma violenta poluição do Rio Mampituba.¹⁸⁹⁶ Tudo conspirava contra o projeto. O seu irrealismo era abissal. Motivos para sustá-lo não faltavam. O determinante foi a saída do Cel. Tisiano da

¹⁸⁹⁵ Documentos avulsos. Acervo da AGASA.

¹⁸⁹⁶ Depoimento de Wilson de Oliveira Castro. RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *Álcool: alternativa energética*. Porto Alegre: Comissão Especial do Álcool. 1979. p. 74-5. Faziam parte da Comissão Adylson Motta, Antônio Carlos Azevedo, Celso Testa, Elio Corbelini, Marques de Matos, Oscar Westendorff, Romildo Bolzan, Porfírio Peixoto, Ruben Scheid e Wilson de Oliveira Castro. A referida Comissão foi constituída na direção do esforço conjugado para o Rio Grande do Sul ingressar no PROÁLCOOL.

direção da AGASA. Seu antecessor e sucessor, Ary Frank, não teve dúvida ao sustá-lo. Ele recordou-se da posição tomada frente ao desafio que o então Secretário da Indústria e Comércio, Cláudio Strassburger, lhe impusera.

Caiu nas mãos do doutor Cláudio um projeto de ampliação da AGASA, ou melhor, de construção de mais uma usina no município de Torres. Um projeto que foi deixado pelo coronel Tisiano de Leoni. Ele, quando viu aquele projeto, viu que aquilo lá envolvia muito dinheiro, a compra de mais ou menos dois mil hectares de terra. Porque o projeto era para comprar terras. O Estado compraria as terras e cultivaria cana, plantaria cana. [...] Mas era tudo minifúndio. Grande parte das áreas com litígio, sem escritura... Para fazer aquela compra precisava de uma equipe muito grande, e levaria muito tempo, e precisava comprar dezenas, centenas de máquinas. Era uma babelônia. [...] Ele ficou apavorado. Ele achava que a AGASA já era um abacaxi que ele estava herdando. Agora, imagina gastar mais milhões e milhões e milhões de cruzeiros num projeto daqueles. [...] Não tinha argumento contra. Mas achava perigoso fazer aquilo. [...] ele organizou uma pescaria e me convidou. [...] logo depois de organizar a barraca e tudo, ele me botou aquele calhamaço, um senhor projeto, muito bem detalhado, me botou no compromisso de ler e dar meu palpite. [...] fiquei dois, três dias devorando aquele projeto, e realmente fiquei apavorado. E dei a minha opinião honesta e sincera de quem não tem nada a ver com o peixe, mas de quem conhecia o assunto, pois tinha vivido o assunto.¹⁸⁹⁷

Da pescaria resultou o convencimento da volta à direção da AGASA de Ary Frank, que reconheceu, passados quase trinta anos, ter “feito a pior coisa da vida”:

Eu voltei para a AGASA. Eu não implantei aquele projeto. Aquilo lá era uma loucura. Felizmente engavetei o projeto. A Assembléia Legislativa chegou a criar uma comissão. Eu fui lá depor. [...] Fui a única pessoa que teve a coragem de dizer que o estado do Rio Grande do Sul deveria desistir [...] não havia outra maneira. O Rio Grande do Sul não tem como competir com São Paulo.¹⁸⁹⁸

A resposta do IAA confirmou a posição do novo presidente da AGASA:

Comunico a V.Sas. que a Comissão designada para julgar o projeto destinado à instalação de uma usina de açúcar no município de Torres, nesse Estado, em reunião realizada no dia 19 do corrente, **decidiu, por unanimidade, pela não aprovação do projeto apresentado por essa empresa, em virtude das restrições de ordem técnica e, principalmente, de não comprovação da propriedade das terras para o cultivo de canas próprias.**¹⁸⁹⁹

¹⁸⁹⁷ Depoimento de Ary Ilmar Frank concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 10 jan. 2001.

¹⁸⁹⁸ Idem.

¹⁸⁹⁹ Ofício GPet 019/76 do presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, Álvaro Tavares Carmo, enviado à Açúcar Gaúcho S.A. em 23 jan. 1976. Ministério da Indústria e do Comércio/Gabinete do Presidente do IAA. Documentos avulsos. Acervo do AGASA. (Grifo nosso). A decisão foi comunicada com base na ata da Comissão de Instalação de novas usinas, de que trata a Portaria nº 133, de 15/08/1974, sendo a AGASA a única concorrente à concessão da cota de 600 mil sacos no Rio Grande do Sul, cf. Portaria nº 71, de 05/03/1974. O documento claramente expressa que não havia condições econômicas, fundiárias, climáticas e ecológicas para a implantação de uma usina de açúcar na região de Torres. Ata do IAA. Rio de Janeiro, 19 jan. 1976. Documentos avulsos. Acervo da AGASA. A equipe do IAA que visitou o local fez amplo relatório desfavorável, datado de 08 de julho de 1975. Documentos avulsos. Acervo da AGASA. Entre 1984 e 1985, a área da AGASA, de 455.211,00m², localizada em Torres, no lugar denominado Mata-Boi, distrito da Colônia São Pedro, foi alienada, no tempo em que a Fazenda Maciel também estava sendo vendida, durante a direção de Vasco Amaro da Silveira Filho. Ver Dossiê da Usina de Torres. Documentos avulsos. Acervo da AGASA.

Na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul houve protestos pela decisão. O deputado Nolly Joner, tratando da problemática alcooleira, após discorrer sobre a atuação da Comissão Especial e posicionar-se frente ao tema, encaminhou a palavra ao deputado Pedro Simon, que criticou a falta de compreensão e responsabilidade diante do significado da cana-de-açúcar e do álcool no estado:

De certa forma, quando em 1959 e 1960 o Rio Grande do Sul fez, após tremenda luta para trazer uma usina de açúcar para o Estado, aquela que deveria ser a primeira de uma série, imaginávamos que o assunto estava superado e o Rio Grande do Sul haveria de ter vez na indústria açucareira do Brasil. **Lamentavelmente a AGASA levou anos a fio para se firmar, e não é hoje nem sombra daquilo que aqueles que a planejaram, imaginaram que ela deveria ser. E a redenção, não apenas da zona marítima do Estado, mas da zona que V. Exa. representa, lá em cima, que poderia ser a redenção de cerca de quinhentas e seiscentas mil famílias do Rio Grande do Sul, um problema como este que resolveria grande parte do minifúndio da nossa terra, de onde milhares de rio-grandenses saem anualmente por falta de estímulo.** Não, entendo, [...] como o trabalho da Comissão, o trabalho de V. Exa. não encontra acolhida na nossa Pátria.¹⁹⁰⁰

Em julho de 1977, o deputado Aldo Pinto na tribuna manifestou também sua estranheza diante da desaprovação do projeto de Torres, considerando-a um golpe à economia gaúcha, dizendo:

O Projeto da Indústria Açucareira para a produção de açúcar e de álcool de Torres, infelizmente, um dos projetos mais completos que o IAA recebeu, não foi aprovado. Não sei que forças estranhas concorreram para o não aproveitamento deste Projeto, uma vez que, boletins específicos do IAA previam, inclusive, a produção de açúcar e de álcool, na cidade de Torres.¹⁹⁰¹

E no seguimento o deputado cel. Pedro Américo Leal disse que sabia das razões, apontadas pelo general Álvares Tavares do Carmo, presidente do IAA. A informação é de que os técnicos, ao examinarem o terreno, concluíram pela inoperância do plantio de cana ali, motivada pelos fortes ventos da região. Para conferir, Leal esteve em conversa com os colonos e constatou que os ventos não eram tão intempestivos. Na verdade, o problema era outro. A situação crítica e aflitiva da AGASA era o fato que muitos não queriam acreditar. Se a unidade matriz mal se movimentava, como lançar outro empreendimento de dimensão colossal, em total descompasso com a real situação da região?

¹⁹⁰⁰ PRONUNCIAMENTO do Deputado Pedro Simon. *Diário da Assembléia Legislativa*, Porto Alegre, julho de 1977. p. 4. (Grifo nosso).

¹⁹⁰¹ Idem. *Ibidem*, p. 3.

Assim, sem a unidade de Torres, a AGASA seguiu como a única produtora de açúcar no estado. E seu desafio persistia; sobretudo, o de atender ao mercado gaúcho, que se ampliava no consumo do produto. Mas, afinal, qual era o mercado do açúcar gaúcho?

4.6 O AÇÚCAR É DOS GAÚCHOS?

Jorge Nehme, líder da Cooperativa Canavieira, depois prefeito de Santo Antônio da Patrulha, reconhece que a implantação da AGASA trouxe progresso para a região canavieira porque promoveu a circulação monetária. Indústrias gaúchas que antes compravam açúcar de São Paulo e do Nordeste voltaram-se para a AGASA. A AGASA tinha dois produtos básicos: o açúcar cristal, considerado por muitos como de boa qualidade, e o melaço. O melaço é o resíduo industrial da produção da indústria do açúcar que, misturado com uréia e ração, principalmente para o gado confinado, é um alimento de grande potencial. Todo o açúcar da usina era comercializado, e o melaço, muito procurado. Chegavam a fazer fila e pagava-se muito bem. Nehme recorda:

Com a implantação da AGASA, veio progresso para a região canavieira, porque vinha dinheiro. [...] Melhoraram mais as propriedades, os canavieiros compravam mais bens e utensílios para a lavoura. Melhorou muito a qualidade de vida daquela região canavieira, muito mesmo. [...] O açúcar era vendido tudo à vista. Então aquilo movimentava uma série de fatores, e o subproduto do açúcar, que é o melado, chamado de melaço, era vendido todo para essas indústrias que faziam rações para o gado, principalmente a SAMRIG, lá da cidade de Rio Grande. Toda produção era encaminhada para lá, e o nosso projeto final ali seria uma fábrica de papel usando como matéria-prima o bagaço que era queimado nas caldeiras da usina [...] seria mais uma fonte de renda que ia reverter um lucro muito maior na vida da usina.¹⁹⁰²

A linha de produção açucareira era distribuída em dois tipos de produto: o *standard* e o *superior peneirado*.¹⁹⁰³ Segundo o gerente de produção da AGASA, havia três tipos de açúcar: cristal, de primeira; cristal cristalizado, do seguimento do processo; e diluído, um açúcar cristal miúdo, não uniformizado. “O primeiro era o prontamente comercializado. O segundo era novamente processado para ganhar a qualidade de primeira. Do terceiro é que saía o melado para o gado. Como não cristalizava mais, não dava para aproveitar mais como

¹⁹⁰² PRONUNCIAMENTO do Deputado Aldo Pinto. *Diário da Assembléia Legislativa*, Porto Alegre, julho de 1977. p. 3. A projetada fábrica de papel não saiu “do papel”.

¹⁹⁰³ AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da Diretoria e Balanço Geral do exercício de 1970*. Santo Antônio da Patrulha, 1971. p. 16.

açúcar.”¹⁹⁰⁴ Conforme relatório de 1970, as vendas, acompanhando o ritmo de produção, vinham apresentando elevada taxa de crescimento confirmando a supersafra no ano seguinte:

Foram ampliadas as praças de colocação do produto, atingindo-se na zona sul as praças de São Lourenço e Pelotas, além das já tradicionais. As transações com os municípios da fronteira foram incrementadas, como também com a região do Vale do Taquari. [...] nossa maior penetração tem sido na Grande Porto Alegre.¹⁹⁰⁵

No mesmo documento, os números apresentados confirmam a progressão das vendas.

Tabela 31 – Produção de açúcar da AGASA – 1966/1970

Ano	Produtos de terceiros	Açúcar próprio	Total
1966	-	1.055.924,76	1.055.924,76
1967	-	1.853.221,22	1.853.221,22
1968	-	883.926,60	883.926,60
1969	-	3.366.447,20	3.366.447,20
1970	292.980,00	5.763.202,47	6.056.182,47

Fonte: AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da Diretoria e Balanço Geral do exercício de 1970*. Santo Antônio da Patrulha, 1971. p. 16.

Os dados de 1968 comprovam as dificuldades que a usina inicialmente enfrentou.

As fontes documentais da AGASA informam que o açúcar gaúcho foi consumido não só em muitas cidades do Rio Grande do Sul. Ele foi comercializado também em Criciúma, no estado catarinense, bem como na capital paulista, ainda que pontualmente. A partir dos livros de registro das duplicadas da DISPRODAL (Distribuidora de Produtos Alimentícios Ltda.), se obtém a relação dos compradores da produção da AGASA, acompanhada de outros dados, como data, local, valores, emissão e vencimento do pagamento. Foram recortados os anos de 1966 (julho) a 1973 (abril) para ilustrar a geografia do comércio açucareiro da usina. Os números apontam conclusões interessantes, sobretudo se articulados com os compradores e a frequência reveladora da fidelidade que eles mantêm à indústria açucareira local. É o que demonstram os gráficos a seguir apresentados.

¹⁹⁰⁴ Depoimento de Dilço José Goularte concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 03 nov. 2005.

¹⁹⁰⁵ AÇÚCAR GAÚCHO S.A. AGASA, loc. cit.

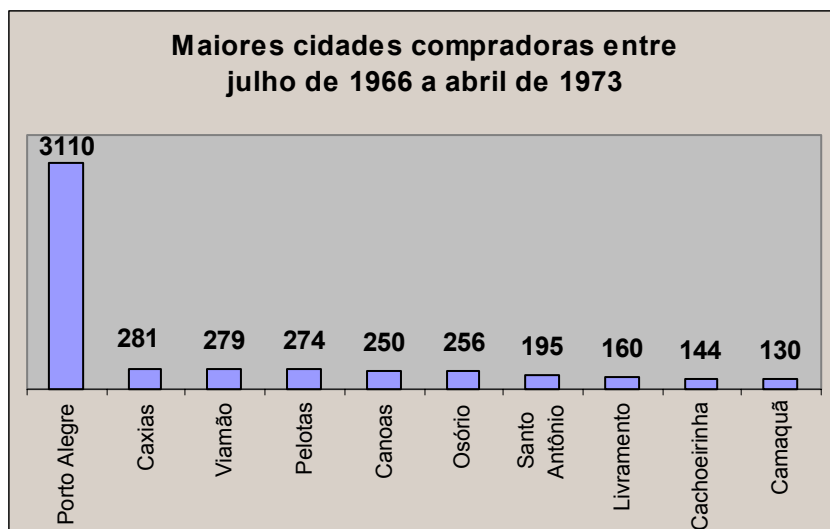


Gráfico 1 – Cidades do Rio Grande do Sul com maior número de compradores de açúcar da AGASA entre julho 1966 e abril 1973 (I)

Fonte: Livros de Registros de duplicatas da AGASA. Santo Antônio Patrulha, n. 1, 2, 3, 4 e 5. 1966 a 1973. Acervo do AGASA.

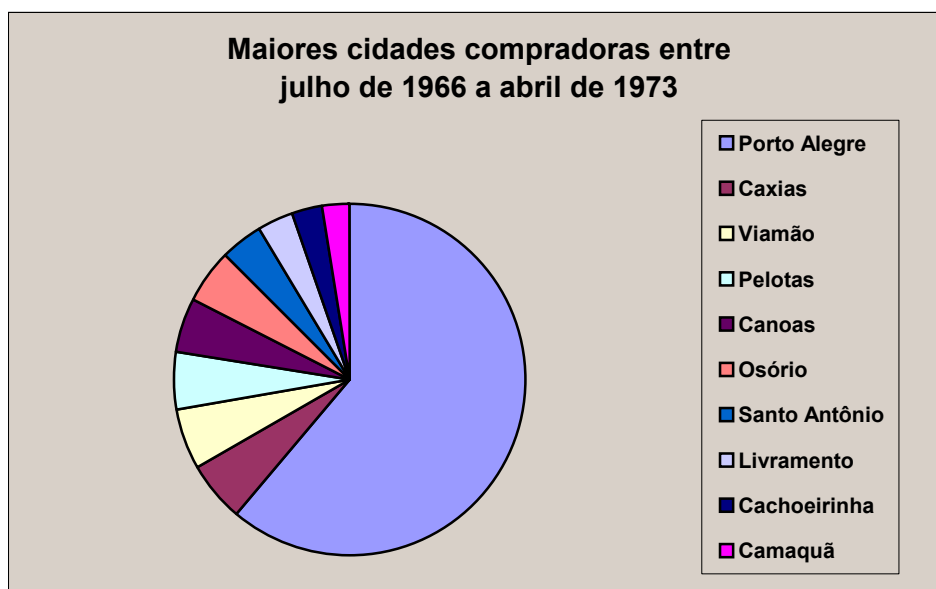


Gráfico 2 – Cidades do Rio Grande do Sul com maior número de compradores de açúcar da AGASA entre julho de 1966 e abril de 1973 (II)

Fonte: Livros de Registros de duplicatas da AGASA. Santo Antônio Patrulha, n. 1, 2, 3, 4 e 5. 1966 a 1973. Acervo da AGASA.

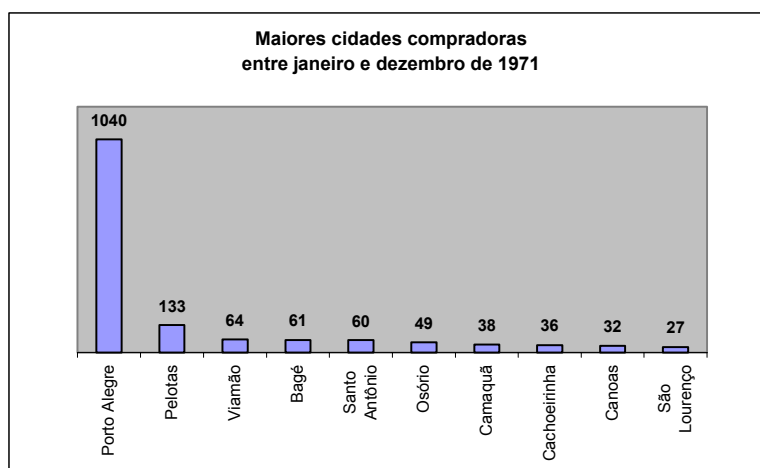


Gráfico 3 – Cidades do Rio Grande do Sul com maior número de compradores de açúcar da AGASA entre janeiro e dezembro de 1971

Fonte: Livros de Registros de duplicatas da AGASA. Santo Antônio Patrulha, n. 1, 2, 3, 4 e 5. 1966 a 1973. Acervo da AGASA

Para o período de julho de 1966 a abril de 1973,¹⁹⁰⁶ os números das operações de compras de açúcar da AGASA, por municípios, são os seguintes:

Tabela 32 – Municípios compradores de açúcar da AGASA no período entre julho de 1966 e abril de 1973

Municípios do Rio Grande do Sul	Quantidade
Porto Alegre	3100
Caxias do Sul	281
Viamão	279
Pelotas	274
Canoas	250
Osório	256
Santo Antônio	195
Livramento	160
Cachoeirinha	144
Camaquã	130
Bagé	111
São Leopoldo	107
Rio Grande	90
Novo Hamburgo	80
Taquara	71
Uruguaiana	69
São Lourenço	55
Guaíba	53
São Jerônimo	51
Tramandaí	39
Encantado	34
Esteio	27
Venâncio Aires	19
Tapes	18

¹⁹⁰⁶ Para mais detalhes, apresenta-se o ANEXO DDD com quadros contendo os nomes dos municípios, acompanhados da quantidade de operações de venda de açúcar da AGASA, por períodos localizados entre 1966 e 1973.

Lageado	15
Mostardas	10
São Sepé	8
Torres	8
Santo Ângelo	5
Dom Pedrito	4
Júlio de Castilhos	3
Cambará do Sul	3
Agudo	2
Restinga Seca	2
Vendas para outros estados do Brasil	
São Paulo/SP	1
Criciúma/SC	5

Fonte: Livros de Registros de duplicatas da AGASA. Santo Antônio Patrulha, n. 1, 2, 3, 4 e 5. 1966 a 1973. Acervo da AGASA.



Mapa 9 – Municípios do Rio Grande do Sul e dos estados de Santa Catarina e São Paulo que adquiriram açúcar da AGASA entre julho de 1966 e abril de 1973

Fonte: Livros de Registros de duplicatas da AGASA. Santo Antônio Patrulha, n. 1, 2, 3, 4 e 5. 1966 a 1973. Acervo da AGASA. Elaboração do mapa: Geógrafo Paulo Jolar Galarça.

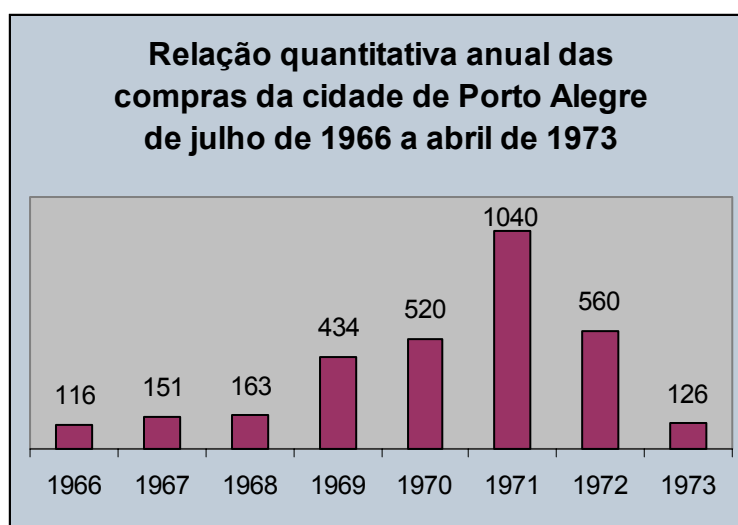


Gráfico 4 – Relação quantitativa anual das compras de açúcar da AGASA entre junho de 1966 e abril de 1973

Fonte: Livros de Registros de duplicatas da AGASA. Santo Antônio Patrulha, n. 1, 2, 3, 4 e 5. 1966 a 1973. Acervo da AGASA.

Em 1970 foi instalado um depósito para vendas e distribuição em Porto Alegre, onde também foi mantido escritório de compras de materiais.¹⁹⁰⁷ Inclusive foi ali negociado açúcar de terceiros para suprir os pedidos, resguardando os clientes. Essa política adotada era vista como arma para combater “os poderosos concorrentes de São Paulo.”¹⁹⁰⁸

Os municípios que mais compravam, além de Porto Alegre, eram os que detinham indústrias nas quais o açúcar era insumo de produção. Edegar da Silva recorda que, ao iniciar cada safra, os representantes da Coca-Cola e da Pepsi-Cola contatavam com a empresa para adquirir toda a produção, o que não foi nunca realizado, segundo o depoente:

Nunca fizeram porque diziam: “Como é que nós vamos fazer exclusividade para vocês? E o comércio, como fica? E as pessoas que fornecem a cana? As pessoas que trabalham? Enfim, a AGASA vai existir só para vocês?” Então eles não vendiam. Para os funcionários era vendido e descontado na folha de pagamento. Um fardo por mês. Eram trinta quilos. [...] Então como é que iriam vender exclusivamente para uma firma só?¹⁹⁰⁹

Nas lembranças de Antônio Goularte, era assim mesmo que acontecia:

¹⁹⁰⁷ Ele foi sediado no Bairro Anchieta, próximo à entrada da CEASA, na Av. Dona Margarida, e depois em outros lugares alugados na Capital.

¹⁹⁰⁸ AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da Diretoria e Balanço Geral do Exercício de 1970*. Santo Antônio da Patrulha, 1971. p. 16.

¹⁹⁰⁹ Depoimento de Edegar da Silva concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2005.

Ia para todos os lugares. Mas, no final, a Coca-Cola, se fosse de interesse da empresa, comprava tudo. A Brahma comprou muito. Mas nós não tínhamos o interesse de vender para um só. Nós queríamos era quanto mais distribuir no mercado, melhor. A nossa idéia, da diretoria, era essa. Era mostrar a marca do açúcar nas prateleiras. Mas o que não era produzido em saco e que era um açúcar um pouco mais escuro, que não chegávamos a empacotar, então era vendido para a indústria. Era Coca-Cola, Pepsi-Cola, Brahma, eram as que mais compravam.¹⁹¹⁰

Na documentação compulsada encontram-se como as empresas maiores compradoras de açúcar da AGASA as seguintes: Cia. Cervejaria Brahma – Porto Alegre; Cia. Brasileira de Alimentos (COBAL) – Porto Alegre; Ferreira Irmãos & Cia – Pelotas; Bebidas Marumbi S.A. – Caxias do Sul; Conservas Ritter S.A. – Cachoeirinha; Ernesto Neugebauer S.A. – Porto Alegre; Comércio de Cereais Müller Ltda – Porto Alegre. E os órgãos públicos que se destacam na aquisição do produto são, dentre outros: Brigada Militar, Departamento de Assistência Social, Superintendência de Serviços Penitenciários – Presídio Central, Secretaria de Educação e Cultura, e Hospital Psiquiátrico São Pedro.¹⁹¹¹

Elzínia Segabinazzi Ferreira, como funcionária da usina, acompanhou bem de perto a comercialização do açúcar, a respeito do que se manifestou.

As empresas, as fábricas de cerveja, de vinho, eram as que mais consumiam o nosso açúcar. Tinha os caminhões da AGASA que levavam, uns dois ou três. E tinha alguns caminhões que vinham buscar. [...] Tinha os representantes vendedores de açúcar que vendiam, iam nessas empresas, nessas fábricas, e vendiam quantidades de açúcar. Até para São Paulo ia açúcar nosso. Nós tínhamos um motorista e um caminhão que viajava para São Paulo, para Santa Catarina, para outros lugares. [...] Na época do auge, compensava. [...] Foi bom no auge, quando eles estavam trabalhando. A gente via todo mundo em função daquilo ali. E muito açúcar vendia. Aqueles caminhões cheios de açúcar, vendendo... É muito bom ver que está progredindo. Todo o pessoal era faceiro, trabalhando. É muito bom. O pior foi depois.¹⁹¹²

Municípios da Região Metropolitana, caracterizados pelo crescente inchaço populacional, resultante do êxodo rural progressivo e acelerado dos anos 1970, destacam-se como consumidores do açúcar gaúcho.

Em relatório da DISPRODAL é observado que o consumidor direto do açúcar, na conjuntura inflacionária na virada da década de 1970/1980, revelava um comportamento favorável ao açúcar cristal; por conseqüência, favorável à AGASA, como se lê:

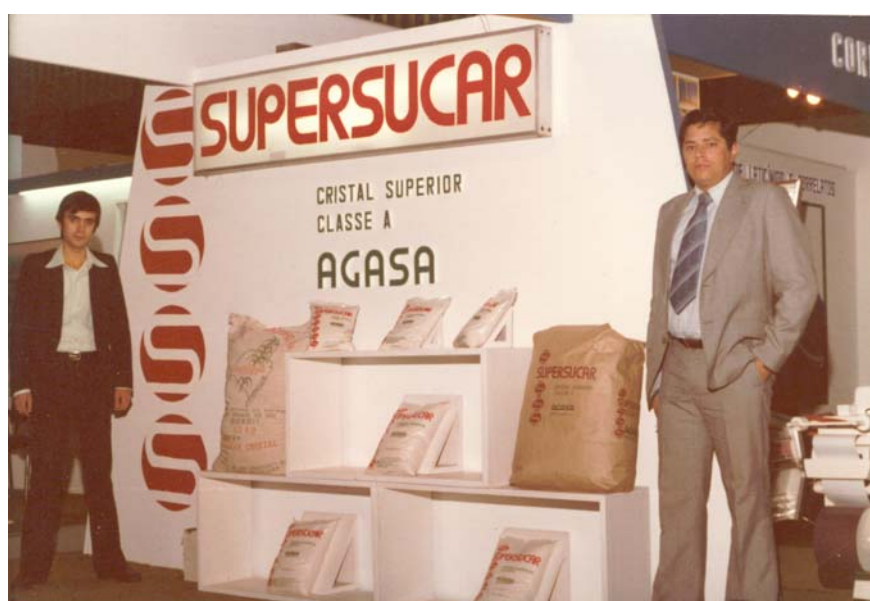
¹⁹¹⁰ Depoimento de Antônio Oliveira Goularte concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 03 nov. 2005.

¹⁹¹¹ Informações colhidas nos livros de Registros de duplicatas da AGASA. Santo Antônio da Patrulha, n. 1, 2, 3, 4 e 5. 1966 a 1973. Acervo da AGASA.

¹⁹¹² Depoimento de Elzínia Segabinazzi Ferreira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º nov. 2004.

O crescente aumento do custo de vida fez com que se esgotassem meios de realizar economia doméstica baseada somente na diminuição do volume ou quantidade de gêneros alimentícios adquiridos, e do abandono das marcas de preferência, criadas pelo hábito de compra ou propaganda veiculada, chegando ao ponto de abandonar também o fator qualidade, que no caso do açúcar significa a troca do refinado pelo cristal. Por este fator (como integrante do orçamento doméstico) obteve muito boa aceitação a criação do pacote de açúcar de 1 kg.¹⁹¹³

O açúcar em sacos era colocado, na sua quase totalidade, nas indústrias, em virtude do aumento do consumo de refrigerantes e nos períodos de safra de frutas nas fábricas de conservas e doces, o que nem sempre conseguiam suprir por falta de estoques, visto exigir recursos externos para capital de giro. No tocante ao preço, quando em pequenas quantidades, a AGASA atuava sem desvantagem no mercado, o que diferia quando a venda ultrapassava a 2.000 sacos; ele era mais caro, diante das condições mais favoráveis oferecidas, em parcelamento pelos concorrentes.



Fotografia 98 – Painele de venda de açúcar cristal – classe A da Açúcar Gaúcho S.A. – [s/d]

Fonte: Acervo da AGASA.

A visitação aos atacadistas de Porto Alegre e Grande Porto Alegre era mensal; às redes de supermercados, a cada 15 dias. No balcão da usina também era feita a venda direta, atendendo mais de perto os consumidores da região. Em setembro de 1980, por exemplo, foram percorridos os municípios de Encruzilhada do Sul, Butiá, Charqueadas, Triunfo, São

¹⁹¹³ SUPERSUCAR/DISPRODAL. *Relatório de vendas 01/81*. Porto Alegre, 16 mar. 1981, p. 1. Documentos avulsos. Acervo da AGASA.

Jerônimo, Taquari, Guaíba, Barra do Ribeiro, Tapes, Camaquã, São Lourenço e Pelotas. Os relatórios de vendas não foram favoráveis pelos seguintes motivos:

- a) necessidade de prazo de pagamento;
- b) falta de fornecimento do açúcar da AGASA na safra de 1979;
- c) má qualidade do açúcar (grosso e cor escura avermelhada);
- d) valor alto do frete;
- e) preço do açúcar refinado muito próximo ao do cristal;
- f) fardos de 50 kg desaconselháveis devido à dificuldade de manuseio e;
- g) embalagem plástica frágil na solda.¹⁹¹⁴

Ainda no final de 1980, a gerência de vendas orientou a revisão do rumo da comercialização do açúcar, indicando que o alvo devesse se dirigir para as pequenas redes de supermercados e distribuidores, além das grandes redes como, à época, Real, Zottis, Nacional, Carrefour, Macro, Paulo Feijó, Cobal, Coban, etc.¹⁹¹⁵

4.7 MUDANÇAS NA VILA DA AGASA: ATRAÇÕES AOS FORNECEDORES DE CANA

A AGASA era uma realidade, e ela deu mostras de si ao seu redor: na Ilha, que se metamorfoseou em Vila, para onde desciam os caminhões rangendo serra abaixo, carregados de cana para serem despejadas na usina; no morro, onde estradas foram rasgadas ou alargadas, em meio ao barro e pedras que brotavam de seu solo, dividindo com os canaviais o cenário do alto de onde se visibiliza a Lagoa Formosa, a do Manoel de *Barros* Pereira, primeiro proprietário à sua margem, no longínquo século XVIII. No morro, também muitas famílias passaram a ver a noite iluminada, não mais por seus antigos lampiões, herdados de seus pais, ou pela lua, que pelas frestas podia entrar, para identificar mais facilmente os poucos pertences que tinham no interior de suas casas. O morro estava mudando. Não era o cenário, tal qual o encontrado por Ivo Stoffel, o primeiro engenheiro agrônomo a residir na Vila da AGASA, a contar de 1964, quando ali se instalou, carregado de sonhos e com muitos projetos. Anos depois chegara o colega, também engenheiro agrônomo, Alceu Krás Dimer, que, incursionando junto dele nos morros, ouviu-lhe estas palavras:

¹⁹¹⁴ Relatórios das vendas de 1980, com a finalidade de informar à direção e ao setor de vendas sobre a situação de clientes cadastrados e novos em visita. Documentos avulsos. Acervo da AGASA.

¹⁹¹⁵ Idem. Ibidem.

Aquela casa antigamente era coberta de palha. Hoje já é uma casa de madeira coberta de telha. No final, já tinha muito agricultor com uma casa simples, mas de alvenaria. Muitos com seu Fusca velhinho, mas tinha o seu Fusquinha. E muitos diziam para mim que tinham comprado mais cinco, seis hectares de terra com o dinheiro da cana que esse ano me sobrou. Então eles melhoraram de vida.¹⁹¹⁶

Outros tantos perceberam as transformações operadas.

“Era bom para todo mundo. Na vilinha, todo mundo tinha vida, todo mundo trabalhava, todo mundo corria. [...] Tinha escola, luz e tudo. Muita coisa melhorou. [...] Eu acho que as famílias passaram a viver melhor.”¹⁹¹⁷ Em 1968, a AGASA cedeu uma área à comunidade, na qual foi construído um salão, onde passaram a ser realizadas as festividades e, principalmente, os cultos religiosos, sem restrição ou discriminação de credos.¹⁹¹⁸ A igreja católica, depois edificada, agregou muitos moradores na vila em expansão. Para a construção da Igreja Nossa Senhora Aparecida, a AGASA assistiu financeiramente. Em 1983, em grande festa da comunidade, suas obras foram abençoadas.¹⁹¹⁹

Um parque infantil e uma cancha de futebol de salão também foram instalados em 1970. Jorge Nehme contou:

[...] logo depois que eu entrei na prefeitura, nós fizemos uma linha telefônica ligando a AGASA com o mundo. Falava DDD na época. E aquilo trouxe uma vida nova àquela região ali que estava muito abandonada. [...]. Criou-se um comércio ali em volta. Bares, restaurantes, aqueles vendedores da cachaça de Santo Antônio e a AGASA tinha vida própria, tinha oficina, tinha maquinário de reposição. Era tudo feito lá dentro, de modo que, em torno da AGASA, tinha ali, no tempo que começou o funcionamento, cerca de oitenta operários que trabalhavam ali. Então isso aí tudo vivia em torno da AGASA. Moravam, comiam, trabalhavam tudo por ali. E principalmente do ramo do transporte. E o transporte rodoviário era intenso ali, tirando o açúcar e levado para toda a parte do estado. Ali, inclusive, foi colocado um posto de gasolina para suprir esses caminhões.¹⁹²⁰

“A gente via crescer a olhos vistos a vilinha aumentar. Via a satisfação das pessoas de terem mais recursos.”¹⁹²¹ Diferente não foi a opinião do cooperólogo Limberger: “Se a

¹⁹¹⁶ Depoimento de Alceu Krás Dimer concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 15 mar. 2002.

¹⁹¹⁷ Depoimento de Elzínia Segabinazzi Ferreira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º nov. 2004.

¹⁹¹⁸ O diretor João Giugliani Filho, em abril de 1981, recebeu da Associação Paroquial N. S^a. Aparecida pedido de cessão de área para a construção da igreja católica na Vila da AGASA. Na resposta recorda que a usina já cedera o espaço para o salão, e que particulares se mostraram dispostos a doar, além de a empresa não dispor mais de áreas, diante da sua expansão com a implantação da destilaria. Correspondência de João Giugliani Filho, diretor-presidente da AGASA, dirigida ao diretor empresarial em 02 abr. 1981. A área depois pleiteada pela Comissão foi doada por Alvício Ávila dos Santos, à margem esquerda da RS 30, no sentido Porto Alegre – Osório. Documentos avulsos. Acervo da AGASA.

¹⁹¹⁹ FESTA na AGASA. *Folha do Litoral*, Osório, a. VII, n. 309, p. 10, 08 out. 1983.

¹⁹²⁰ Depoimento de Jorge Pedro Nehme concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 11 fev. 1999. Em 24 de março de 1971 foi instituída a FUNDAÇÃO AGASA, com a finalidade de promover o bem-estar social, cultural, artístico, médico, hospitalar, dentário e outros, a todos que empreendiam atividades na Açúcar Gaúcho S/A e em suas subsidiárias. Examinar seu estatuto social no ANEXO EEE.

¹⁹²¹ Depoimento de Terezinha de Jesus Bemfica Bier concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 22 maio 2005.

AGASA não tivesse tido um período próspero, a Vila não teria se criado: a cancha de bocha, o salão, o posto de gasolina, o supermercado, a igreja, a escola, toda uma estrutura razoável de vila. E até campo de pouso tinha!”¹⁹²² “Tinha açougue, tinha um armazém grandão, que era o único que o pessoal da AGASA fazia os valezinhos, [...] tinha uma loja de roupas.”¹⁹²³ “Existia um coleginho velho. Por influência da AGASA, até foi construído um prédio novo, uma canchinha de futebol de salão.”¹⁹²⁴ Em 1984, a Direção da AGASA esteve envolvida também com a implantação da 6ª série da Escola de 1º Grau Francisco Leonardo Truda, que atendia às crianças da Vila.¹⁹²⁵

Foi no período do Cel. Tisiano que a Escola Leonardo Truda cresceu bastante. [...] A gente via crescer a olhos vistos a vilinha aumentar. Via a satisfação das pessoas de terem mais recursos. [...] Ele impulsionou um supermercado na AGASA, que foi o xodó na época. Não tinha nem aqui na sede, e ele fez um lá. Claro, com as devidas proporções, era muito grande naquela época. Ele ofereceu cursos de formação profissional com a ajuda da LBA de Santo Antônio. Eu emprestei a ele da LBA um equipamento de uma marcenaria e ele instalou uma marcenaria na AGASA para atender aos filhos de operários. [...] Uma mesa que está na sala do prefeito, uma mesa enorme, lindíssima, foi presente da AGASA, feita com o equipamento da LBA. O Cel. Tisiano era um sonhador.¹⁹²⁶

De fato, a Vila cresceu de forma impressionante. A movimentação da Vila espelhava as transformações que se operavam no morro com a produção canavieira, em expansão, especialmente a partir de 1972, com a compra de terras próprias. Houve a ampliação da assistência aos produtores, através da atuação de três engenheiros agrônomos, três técnicos rurais e sete instrutores rurais. Cada um, em condução da usina, deslocava-se até as propriedades dos fornecedores de cana para o treinamento devido. Somava-se a eles a atuação de um “assistente”, também pago pela empresa e por ela capacitado, também chamado de “morador local” encarregado de preparar o cadastramento para o financiamento. Era ele que fiscalizava a aplicação dos recursos com adubos, herbicidas, etc.; que informava as condições das estradas e as demais necessidades dos produtores; que indicava os mais qualificados para a implantação das lavouras demonstrativas; que ensinava as técnicas agrícolas, implantava inovações, cuidava da saúde dos fornecedores de cana, etc. Tudo sob a supervisão dos engenheiros agrônomos.

¹⁹²² Depoimento de Emiliano J. K. Limberger concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2001.

¹⁹²³ Depoimento de Rose Mary Mohr Rocha concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 13 mar. 2005.

¹⁹²⁴ Depoimento de Paulo Dapper concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 17 fev. 2000.

¹⁹²⁵ BOLETIM INTERNO DA AGASA. Santo Antônio da Patrulha: Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA, n. 08/84, 09 mar. 1984.

¹⁹²⁶ Depoimento de Teresinha de Jesus Bemfica Bier concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 22 maio 2005.

Delmo Tedesco, ex-funcionário da AGASA recorda desse atendimento prestado pela usina:

[...] fulano morava lá no meio do mato, lá em cima não tinha acesso à sua casa [...] recebia uma estradinha boazinha até sua casa. Ele queria construir uma casa, precisava de terraplanagem, lá para a construção, a AGASA autorizava fazer. [...] Fulano está com pouca água e tal, está precisando fazer, sabe um poço, a AGASA mandava fazer. [...] “Bah, eu precisava que arrancasse aquela pedra, ajeitasse ali e tal, lá ia a máquina.” Se fazia aquele trabalho e eles ficavam contentes.¹⁹²⁷

Portanto, a AGASA, além de financiar mão-de-obra, mudas, adubos, herbicidas, carretas, bois de serviço, teve outras necessidades que passaram a ser por ela assistidas, ao tempo do Cel.Tisiano, para que os canavieiros pudessem viver com mais saúde, nutridos, e assim produzissem melhor. Era o seu discurso. Como já frisado, chegaram até a pensar em instalar água encanada, difundir a instalação de sanitários em todas as casas, implantar a eletrificação rural expandida, promover o ensino e educação a todas as crianças e adolescentes, proporcionar o tratamento médico e odontológico às famílias, promovendo, enfim, uma reversão das condições infra-estruturais do espaço norte-litorâneo, aquele que demarca o cenário da identidade e tradição canavieira no Rio Grande do Sul. E através de programas nas rádios Sulina, de Santo Antônio da Patrulha, e Osório, daquele município, os fornecedores de cana, nos morros, mantinham-se ligados à orientação técnica da usina e aos seus chamados. Faziam solicitações de consertos e atendimento de necessidades, além de usufruírem da promoção de sociabilidades através de recados que se cruzavam entre os produtores. Passou a haver uma movimentação impressionante de pessoas, antes nunca visto, comentou Edegar da Silva, que conduziu o programa da AGASA nas rádios locais. Como não havia ônibus do morro até a usina, muitas descidas a pé somaram-se a centenas de contatos recebidos, através das emissoras radiofônicas da região, em suas casas. Antes ausente, após a usina implantada, não havia casa que não tivesse um rádio.¹⁹²⁸

Eram mais de mil famílias, mais de cem caminhoneiros que movimentavam a economia canavieira. Um dos presidentes da AGASA em certa oportunidade acentuou:

[...] uma boa safra de cana representa muito mais do que uma boa safra de arroz. Porque esse dinheiro ficava circulando todo aqui dentro no município. Eram pequenas economias, que eles não tinham nem o poder de ir a Porto Alegre para comprar alguma coisa. Então era de alta representatividade, por exemplo, para o desenvolvimento do nosso município. O retorno do ICMS era bastante significativo.¹⁹²⁹

¹⁹²⁷ Depoimento de Delmo Tedesco concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º fev. 2001.

¹⁹²⁸ Depoimento de Edegar da Silva concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2005.

¹⁹²⁹ Idem.

Antônio Goularte lembrou que a AGASA, na época de pagamento, era uma loucura. “Tinha um programa do Departamento Agrícola na rádio e anunciava-se ali o pagamento da quinzena. Era uma coisa absurda o que dava de gente. Cada um ia buscar o seu dinheirinho. Levava o seu dinheirinho no bolso, já passava no supermercado e levava alguma coisa.”¹⁹³⁰

Isso também está na memória de Dilço Goularte:

O povo saía de lá para ir comprar. Aquelas estradas eram cheias de caminhão, na época da safra. Tinha mercado, tinha gente, tinha muito médico, tinha dentista. Teve uma época que tudo que tu gastavas, se tu ias ao médico e gastasses, vamos dizer assim, mil reais, a AGASA reembolsava. Remédios, exames, tudo a gente tinha. Eles tinham um plano de saúde muito bom. Tinha dentista lá, tinha médico que ia todo dia, mas depois foi tudo. Quando chegou de noventa para adiante, foi terminando tudo.¹⁹³¹

Essa constatação se confirma com o que se passava então nos morros da cana, que antes nunca fora visto. “A AGASA foi uma alavanca na colônia”, declarou Antônio Goularte.¹⁹³² Incessantes manchetes nos jornais noticiavam transformações do espaço usineiro, no tempo em que o município mais vivamente foi noticiado.¹⁹³³ O discurso era o da fidelidade empresarial às expectativas dos canavieiros. Aliás, por decorrência legal (lei nº 4.780/65) deveria prestar-se assistência social aos trabalhadores canavieiros e seus familiares, o que resultava em visibilidade. Afinal, a orientação era de que fossem instalados os serviços de ambulatório, serviço odontológico, escolas, creches, bem como fossem criadas instituições recreativas e culturais.¹⁹³⁴ E essa nova ordem começou a ser realidade aos canavieiros, sobretudo com a criação da ASFORCA.

A perspectiva da direção da AGASA era de que a usina não deveria contentar-se com as transformações de caráter agrícola que ela vinha proporcionando, e por isso passou a oferecer outros serviços aos canavieiros, na expectativa de contê-los na terra, retendo assim o processo migratório. Para tanto, implementou diversificadas atividades. Urgia cativá-los e mantê-los nos canaviais. Era o desafio.

Em 1973 foi criado um grupo empresarial formado pelo *Posto Sharkara* (de combustível) bem situado, à margem da RS, além de duas organizações subsidiárias, a

¹⁹³⁰ Depoimento de Antônio Oliveira Goularte concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 03 nov. 2005.

¹⁹³¹ Depoimento de Dilço José Goularte concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 03 nov. 2005.

¹⁹³² Idem.

¹⁹³³ Como historiadora da região e há anos sobre ela pesquisando e constituindo amplo acervo, a autora desta pesquisa percebe ser visível que nunca Santo Antônio da Patrulha foi tão difundido nos jornais como entre os anos finais de 1950 e os iniciais de 1970. A Cooperativa Canavieira e, sobretudo, a AGASA foram os alvos da difusão.

¹⁹³⁴ Ver, a propósito: BRASIL. Ministério da Indústria e Comércio. IAA. *Brasil/Açúcar*. Rio de Janeiro, 1972, p. 131-132.

Construa (Comércio de Construção Ltda) e o *Supermercado Canavieiro* (DISPRODAL – Distribuidora de Produtos Alimentícios Ltda.). A primeira das subsidiárias era destinada a melhorar as condições de moradia do plantador de cana, proporcionando-lhe, principalmente, o conhecimento de condições de higiene, favorecendo a construção de sanitários e aventando a possibilidade da instalação de água encanada, visando, com isso, a combater a verminose, cujo índice na região era preocupante. A segunda, voltada ao abastecimento das necessidades primordiais na promoção do seu bem-estar, não só dos produtores e empregados da empresa, como também de seus familiares e moradores das redondezas. E mais, poderiam adquirir ali, sem custo de deslocamento à capital, produtos praticados a preços inferiores aos de Porto Alegre; era a pregação.

Com esses serviços a Vila ganhou ares de urbanização. Foi oferecido pela direção da AGASA, na administração do Cel. Tisiano, um verdadeiro pacote de atrações para motivar os produtores a realiançarem os seus laços com a usina. Retomar o vínculo com os fornecedores de cana, após a crise da supersafra, impunha-se como condição de continuidade da usina, ainda que os canavieiros não contabilizassem esses serviços como ganhos no preço da cana, dado como muito baixo. A empresa precisava explorar na vitrine, enquanto encobria os limites impostos aos produtores.

Percorrer a Vila de então possibilita ver mais de perto as mudanças impostas de cima para baixo pela AGASA, que ao visitante não era dado perceber que a indústria estava numa encruzilhada. Ao contrário, o espetáculo da mudança deixava a entrever que sem demora poderia a Vila, em expansão, sediar um novo município. E para maior visibilidade, é interessante examinar as empresas instaladas.

4.7.1 Supermercado Canavieiro e DISPRODAL

A DISPRODAL, criada em 12 de outubro de 1972, era uma sociedade que tinha como objetivo o comércio de gêneros alimentícios e de bebidas, com sede e foro em Porto Alegre, com capital dividido em 200.000 cotas de Cr\$ 1,00, assim distribuídas:

- a) Açúcar Gaúcho S.A. com Cr\$ 199.900,00;
- b) Tisiano Felipe de Leoni, com 25 quotas;
- c) Aducto Duarte Villanova, com 25 quotas;
- d) Ivo Stoffel, com 25 quotas e;

e) Paulo Dapper, com 25 quotas.

Os cotistas Cel. Tisiano e Aducto Villanova foram seus primeiros administradores.¹⁹³⁵

Implantado como um benefício aos fornecedores de cana o supermercado foi situado ao lado da AGASA, às margens da então RS 17. *O Canavieiro*, assim que instalado, granjeou bom público não só da Vila, como das cidades de Santo Antônio da Patrulha e de Osório, com a notícia de que praticaria preços compensadores e até inferiores aos da capital, em alguns itens, como se constata com a ampla divulgação na imprensa regional, como esta matéria:

Visando oferecer completa assistência aos canavieiros, está a AGASA terminando a construção de moderno Supermercado, no qual os lavoureiros da cana-de-açúcar poderão se abastecer, não só do indispensável, como, também, um pouco do supérfluo, dando-lhes, assim, melhores condições de vida e despertando-lhes a ânsia de progredir, produzindo mais por um Brasil maior.¹⁹³⁶

Esse discurso ufanista vazava nas matérias escritas então acerca da maior indústria de açúcar do Brasil Meridional. Afirmava-se que, para o canavieiro, a AGASA propiciava “[...] o crédito fácil, para financiamentos agrícolas, atendendo-lhe suas necessidades materiais, dando-lhe assistência social, melhorando-lhe o nível de vida, integrando-o na sociedade, assegurando-lhe um presente estável e um futuro promissor.”¹⁹³⁷

Paulo Dapper, que esteve à testa da direção e que acompanhou sua criação e funcionamento, explica:

A DISPRODAL, isso é coisa que o cel. Tisiano criou. [...] Tinha um pequeno supermercado que servia para abastecer os funcionários. [...] Porque a gente estava isolado ali entre Santo Antônio e Osório. [...] Então, para reduzir os custos, as despesas dos funcionários, abriu crédito num dos supermercados de Porto Alegre, de onde vinham então os ranchos mensais para os funcionários. Daí veio essa idéia de montar um pequeno supermercado para abastecimento do corpo funcional. [...] Servia grandes funcionários e os habitantes ali da região. [...] Era uma subsidiária da AGASA, onde 99% do capital era da AGASA. O outro 1% era distribuído entre os diretores da AGASA. Dava o quê? uma remuneração de meio salário mínimo, uma coisa assim, só para a cobertura legal para a constituição e não deixar problema para trás depois. [...] Era registrada na Junta Comercial. A criação foi autorizada pela Secretaria de Indústria e Comércio. [...] O gerente da DISPRODAL era o presidente da AGASA e o subgerente era o diretor administrativo-financeiro. Cada um ganhava um salário mínimo, coisa assim, para exercer essa função, e cada um tinha suas cotas, que foram interiorizadas. [...] A DISPRODAL comercializava o açúcar, e tinha o supermercadinho ali.

¹⁹³⁵ Contrato de sociedade por cotas, de responsabilidade limitada, de 17/11/1972. Documentos avulsos. Acervo da AGASA. Houve alteração de nomes de cotistas da DISPRODAL, ao longo de sua existência.

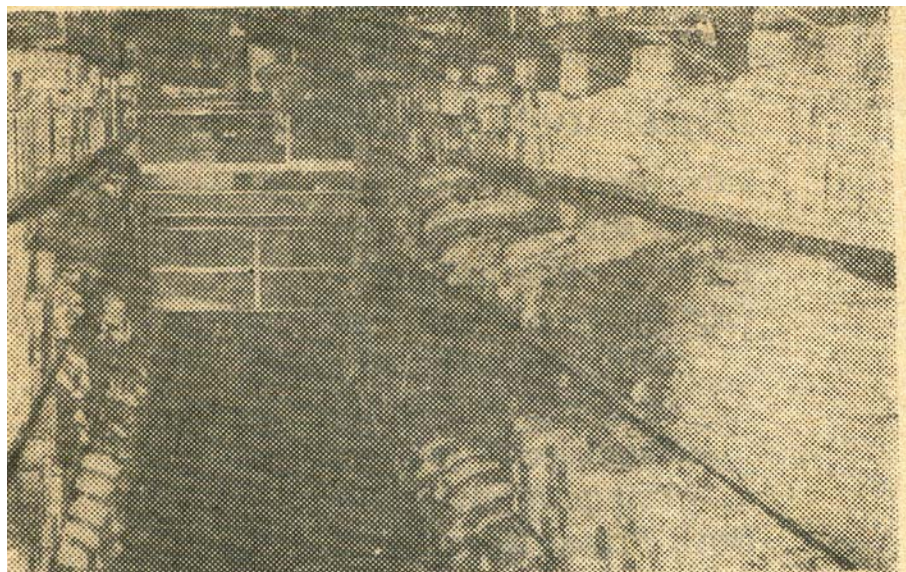
¹⁹³⁶ UMA INDÚSTRIA pioneira no Estado: Santo Antônio, cana-de-açúcar, uma de suas riquezas. In: SANTO Antônio da Patrulha: um município em marcha. *Zero Hora*, Porto Alegre, 20 jun. 1973. Suplemento ZH, páginas centrais.

¹⁹³⁷ Idem. Ibidem. Para a obtenção de financiamento no Banco do Estado do Rio Grande do Sul, no escritório da AGASA, era feito o cadastramento do fornecedor de cana.

O supermercado de Porto Alegre estava pagando o açúcar de São Paulo a onze e trinta. Porque que nós tínhamos que entregar produtos de mesma qualidade a nove e trinta aqui? Era o que custava para o supermercado em Porto Alegre. Então, aí foi criada a DISPRODAL. [...] ela tinha o ganho desse diferencial. Era a diferença de ICM mais a diferença de frete. A AGASA entregava em Porto Alegre, açúcar da mesma qualidade do açúcar de São Paulo, pelo mesmo custo para o supermercado de Porto Alegre. Então, aí esse lucro, esse um e cinquenta, esse diferencial como a AGASA detinha noventa e nove por cento das ações, automaticamente esta rentabilidade retornava toda para a AGASA. Era lucro da AGASA que possibilitou por sua vez estender um pouco mais a assistência social para os fornecedores.¹⁹³⁸

Outro depoente confirma a mesma orientação:

A DISPRODAL foi criada basicamente para melhorar um pouco a renda da venda do açúcar, porque nós tínhamos o açúcar tabelado pelo IAA. E não podíamos vender um centavo acima daquilo. E o preço era extremamente defasado. Então, o Coronel criou a DISPRODAL, que era uma distribuidora que vendia para clientes do estado, Coca-Cola, Pepsi, supermercados a um preço melhorado. [...] Porque o preço que eles praticavam em São Paulo era, vamos supor, em termos de época, cinquenta reais uma saca de açúcar; era o mesmo preço que nós praticávamos aqui, E daqui para ali não tem frete. Enquanto que eles para buscar em São Paulo ainda tinham mais a despesa de frete. Então, essa diferença era canalizada pela DISPRODAL. [...] Eu que fazia a contabilidade do supermercado e da DISPRODAL.¹⁹³⁹



Fotografia 99 – Visão parcial interna do Supermercado Canavieiro DISPRODAL – 1974

Fonte: ENCONTRAMOS um tesouro em Santo Antônio. *O Mensageiro*, Santo Antônio da Patrulha, a. 1, n. 1, p. 3, 28 mar. 1974.

¹⁹³⁸ Depoimento de Paulo Dapper concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 17 fev. 2000. Edegar da Silva, em seu depoimento, confirmou essa lógica definida por Paulo Dapper acerca do desempenho da DISPRODAL.

¹⁹³⁹ Depoimento de Antônio Oliveira Goularte concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 03 nov. 2005.

O abastecimento do Supermercado era feito com produtos da capital, do interior e até de Santa Catarina, com vistas a oferecer uma variedade de mercadorias que atendessem às necessidades da região, “desde a classe A até os menos favorecidos”.¹⁹⁴⁰ Ao invés de se deslocarem para a cidade, com custo de transporte que onerava o rancho mensal ou quinzenal, teriam suas necessidades supridas, quando descessem do morro para largar a cana, e, no retorno da viagem, levariam o esperado rancho familiar, que poderia ser anotado e depois descontado, quando fosse receber o seu pagamento na usina. Lembra o técnico agrícola Edegar Silva:

No período do Cel. Tisiano como presidente da AGASA, ele fez um esforço para diversificar a produção. Cometeu alguns erros, mas ele instalou um supermercado que era potente. Talvez fosse um dos supermercados mais potentes de Osório e Santo Antônio juntos. Tinha um abastecimento a partir de uma construtora, a CONSTRUA. Tinha a DISPRODAL, que era uma distribuidora de produtos alimentícios com sede em Porto Alegre, mas era da AGASA. Então ele montou uma estrutura bem diversificada de produção. [...] Um dos objetivos da DISPRODAL era pegar outros produtos coloniais, como o feijão e o piretro, que tinha uma produção razoável na região. [...] A gente fez um levantamento no início dos anos 70, preocupados [...] com a redução dessas outras culturas alternativas. Havia a monocultura na maior parte das propriedades.¹⁹⁴¹

Na fala de um canavieiro, “[...] no Supermercado Canavieiro tinha açúcar, batatinha para nós plantarmos. Eu tenho parreira até hoje da AGASA, da muda de parreira que eu plantei na minha chácara, lá embaixo.”¹⁹⁴²

Mas as resistências à DISPRODAL não tardaram, inclusive gerando uma polêmica de que seria uma empresa fantasma. Após a saída do seu idealizador, muitas pressões motivavam o seu descrédito. Em Assembléia Geral Extraordinária de 3 de maio de 1984, foi definida a incorporação da DISPRODAL pela AGASA.¹⁹⁴³

Somavam na infra-estrutura outros serviços na conjuntura providenciados, como o de um posto de combustíveis na Vila da AGASA.

¹⁹⁴⁰ AGASA, uma empresa que orgulha o parque industrial de Santo Antônio da Patrulha: servir bem para servir sempre. *O Mensageiro*, Santo Antônio da Patrulha, a. 1, n. 1, p. 2, 10 mar. 1974.

¹⁹⁴¹ Depoimento de Edegar da Silva concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2005.

¹⁹⁴² Depoimento de Angelino da Costa Neto concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º fev. 2001.

¹⁹⁴³ BOLETIM INTERNO DA AGASA. Santo Antônio da Patrulha: Açúcar Gacúho S.A. – AGASA, n. 14/84, 06 maio 1984. Documentos avulsos. Acervo da AGASA. Nessa altura eram estes seus administradores: gerente – Vasco Amaro da Silveira Filho e subgerente – Alceu Krás Dimer, ambos cotistas da DISPRODAL.

4.7.2 Posto de Gasolina *Sharkara*

Não existindo ao longo da rodovia, entre Santo Antônio e Osório, um só posto de gasolina, a AGASA construiu, com o objetivo de facilitar aos transportadores de cana o seu abastecimento, um posto de serviço para venda de combustíveis e lubrificantes, que, na visão da administração da usina, viria beneficiar, em última instância, o produtor, no custo final do frete. Na palavra de Paulo Dapper,

[...] o posto de gasolina, inicialmente, ele era interno. Abastecia eminentemente os caminhões transportadores de cana e depois foi aberto ao público. [...] foi fechado porque não fazia parte do objeto social, da finalidade que a empresa foi constituída. Só que aí tem o lado prático da questão. [...] No momento que teve que se fechar isso aqui, então descia a cana aqui até a usina. Então daqui, quando tinha que abastecer, ou vinha até Santo Antônio para abastecer, ou ia até Osório.¹⁹⁴⁴



Fotografia 100 – Vista do Posto Sharkara – 1974

Fonte: ENCONTRAMOS um tesouro em Santo Antônio. *O Mensageiro*, Santo Antônio da Patrulha, a. 1, n. 1, p. 3, 28 mar. 1974.

De fato, no final de 1983, a Petrobrás, em resposta ao contato da usina, encaminhou à diretoria da AGASA contrato para arrendamento do Posto *Sharkara*.¹⁹⁴⁵ Sem demora foi também desativado.

¹⁹⁴⁴ Depoimento de Paulo Dapper concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 17 fev. 2000.

¹⁹⁴⁵ BOLETIM INTERNO DA AGASA. Santo Antônio da Patrulha: Açúcar Gaúcho – AGASA, n. 03/83, 11 nov. 1983.

4.7.3 CONSTRUA

A CONSTRUA – Comércio de Construção Ltda. foi criada para proporcionar ao canavieiro as instalações que lhe faltavam na sua moradia, para viver melhor, evitando, sobretudo, a verminose. Para tanto, financiava as instalações sanitárias, a partir da higienização da água.

A Construa era outra empresa de material de construção. [...] Não era para gerar maior produtividade para a empresa. [...] Era para possibilitar o fornecimento de material hidrosanitário, elétrico, para que o minifundiário, através de desconto do fornecimento da cana-de-açúcar, tivesse acesso, por exemplo, ao abastecimento de água, a um banheiro, a um vaso sanitário e tudo o mais. [...] Não dá para dizer que houve uma disseminação, mas muita gente comprou a idéia. [...] Ele [Tisiano] importou, não sei se da Inglaterra, um macho [...] um porco [...]; ele queria gerar uma alternativa de renda para o produtor minifundiário. Ele criou aqui no Casqueiro uma fonte geradora de matrizes de suíno de alta qualidade.¹⁹⁴⁶

Resistências culturais de uns, exemplos de outros. *Zé da Tamanca* procurou, como presidente da ASFORCA, dar exemplo. Conta ele:

[...] uma vez eu fui na usina. Eu queria construir um banheirinho interno. E estava um monte de gente. “Mais esse boca-aberta, por que ele não vai lá atrás de um pé de cana?” Mas quando está chovendo é ruim. Então aquilo ali serviu de gozação para eles no início. Mas um dia eles vieram ali em casa e usaram ele. “Mas sabe que com chuva isso aqui é bom. Vou fazer um para mim.” Mas a vida é assim mesmo, não é? Se a senhora começa a andar para frente, o outro começa a olhar e ele vai seguindo o rumo. [...] Porque quando a senhora está mal, não serve de exemplo.¹⁹⁴⁷

Além do princípio da sanitarização, a montagem da loja oferecia materiais para ampliação das peças da casa e outras necessidades. Esse serviço estava estendido a outros agricultores, mesmo que não cultivassem a cana. Aliás, a idéia passada na divulgação das empresas agregadas era a de que a AGASA não era apenas uma usina de açúcar. “Porque a AGASA é, realmente, muito mais do que isso...”¹⁹⁴⁸

Uma das motivações seria que a de fomentar, nas mentalidades dos canavieiros, a idéia de que a AGASA era uma grande mãe, uma verdadeira mãe brasileira, como se lê em

¹⁹⁴⁶ Depoimento de Paulo Dapper concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 17 fev. 2000.

¹⁹⁴⁷ Depoimento de José Luiz Correa de Andrade – *Zé da Tamanca* – concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 26 fev. 2000.

¹⁹⁴⁸ BOLETIM INTERNO DA AGASA. Santo Antônio da Patrulha. Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA, n. 03/83, 11 nov. 1983. Ver também: LIGAÇÃO *Free-way* Santo Antônio, vai sair... mas a *Construa* já existe com os melhores preços da região. *O Mensageiro*, Santo Antônio da Patrulha. a. I, n. 2, p. 3, 28 mar. 1974. Examinar: AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da safra 1972/1973*. Santo Antônio da Patrulha, 1974. p. 17.

interessante matéria divulgada no Dia das Mães do ano de 1974, anunciada em página anterior com esta saudação: *AGASA, Supermercado Canavieiro e a CONSTRUA felicitam todas as mães brasileiras*. Ainda que longa, é preciosa para o entendimento da conjuntura;

A AGASA SAÚDA OS SEUS CANAVIEIROS

Depois do poema de Emmanuel, publicado neste número e também da homenagem das empresas do Grupo AGASA a todas as mães do Brasil, pouco mais se poderá dizer nos planos emocional e afetivo sobre o tema, sempre sublime – de Mãe.

Ora, as Mães se interessam também pelo bem estar material de seus filhos. E a AGASA é uma espécie de MÃE, quando menos uma “mãe brasileira” no que sua conotação tem de dadivosa. Por isso ela informa a seus “filhos”:

- 1) **Início da safra** – É quase certo que será nos primeiros dias de julho.
 - 2) **Preço da cana** – Ainda não fixado pelo IAA. Todos esperam e todos temos reclamado o mais alto preço possível.
 - 3) **Frete** – Dependendo dos preços da cana e do açúcar estamos estudando subsidiá-lo dos pontos mais distantes ou mais difíceis.
 - 4) **Necessidades da usina** – 1.400 toneladas por dia. Se produtores e freteiros tiverem condições de lhe entregar essa quantidade – 200 viagens de caminhão por dia – poderemos moer toda a cana existente – um máximo de 100.000 t. em 72 dias. Assim terminariamos a safra em **setembro** – ficando todos livres para outras atividades – os produtores já teriam recebido o fruto do seu trabalho e estariam prontos para plantar outras culturas.
 - 5) **Necessidades em caminhões** – 100 caminhões para que possam fazer, no mínimo, 2 viagens cada um, com um ganho certo de um mínimo de Cr\$ 140,00 por dia a 7 toneladas por viagem.
 - 6) **Financiamentos** – Continuarão – SEMPRE – para que os produtores possam **plantar** todos os anos um mínimo de 1.000 hectares e cuidar das socas dos outros 2.000. Assim terão garantida uma produção mínima de 150.000 t. Certo é que a usina comprará SEMPRE **toda** a cana produzida. Ela precisa de mais de 200.000 toneladas, para produzir 400.000 sacas.
 - 7) **Culturas de subsistência** – A AGASA continuará fornecendo assistência técnica, sementes, mudas, etc. para essas culturas para que o produtor produza o seu próprio feijão, milho, batata, aipim, etc.
 - 8) **Estradas** – A AGASA receberá, dentro de 60 dias, uma motoniveladora (patrola) e mais um trator de esteiras para ampliar as estradas aos canavieiros, melhorando-as para que o frete não seja tão caro.
 - 9) **Pintos** – A carne de gado está cada vez mais cara. O canavieiro nem sempre tem condições de comprá-la. Mas pode manter um mínimo de 1 galo e 9 galinhas ou 2 galos e 18 galinhas. Para isso plantará milho, sorgo, terá sua horta e seu pomar. A AGASA fornece esses conjuntos de raças para carne e ovos, já com mais de 20 dias para que não haja problemas. Depois é só continuar a criação.
- Mas – canavieiro – faz um galinheiro fechado, senão o gambá (o de 4 pernas...) mata tudo numa noite. Com galinhas terá carne, ovos e estrume para tua horta. A carne de galinha é gostosa, muito alimentícia e vai bem com arroz, feijão, aipim, batata doce – com tudo – e tudo isso tu podes plantar. Melhora teu passadio. Carne e leite são indispensáveis à saúde e à inteligência tua e de teus filhos. **A AGASA te auxiliará para que consigas tudo isso. Haverá por acaso, na região, melhor “mãe brasileira”?**¹⁹⁴⁹

Este foi um artifício de *marketing*, de chamariz, para cativar os fornecedores de cana, ao passar-lhes a idéia maternal da usina, através de atrativos, que não os de sustentação da lógica

¹⁹⁴⁹ A AGASA saúda os seus canavieiros. *O Mensageiro*, Santo Antônio da Patrulha. a. I, n. 2, p. 4, 09 maio 1974. (Grifo nosso).

funcional da empresa, ao desviar do trato de questões estruturais que ameaçavam o fluxo e o efetivo funcionamento da AGASA. Afinal, a AGASA seria mãe ou madrastra? Que respostas deram *os filhos à mãe*? A resposta se ouviria nos próximos anos.

Júlio Sobrinho, fornecedor de cana, vinha do Morro do Montenegro para ali fazer compras.

Era CONSTRUA, como eles diziam. [...] Usei, comprei lá deles. Compensava. Eles tinham um preço que compensava de comprar deles lá. [...] **Parecia uma cidade. É uma cidadezinha lá. Criou-se com a construção da AGASA; antes não tinha. Antes só tinha os moradores, os proprietários de terra. Mais depois que a AGASA se colocou ali, o povo foi se colocando [...].**¹⁹⁵⁰



Fotografia 101 – Vista parcial do prédio da CONSTRUA – 1974

Fonte: ENCONTRAMOS um tesouro em Santo Antônio. *O Mensageiro*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n.1, p. 3, 28 mar. 1974.

Na imprensa da região, a CONSTRUA foi amplamente divulgada, visando a atrair fregueses com a oferta de variados produtos e boas vantagens na aquisição. Uma das propagandas diz:

Mercadorias em oferta:
Azulejos [...]
Tintas [...]
Arame farpado [...]
Piso [...]
Madeiras [...]
Preços os menores da região

¹⁹⁵⁰ Depoimento de Júlio Pereira Sobrinho concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 12 fev. 2000. (Grifo nosso).

Construa – na AGASA
 Construa com a “Construa”
 Construa – Comércio de Construção Ltda.
 Lagoa dos Barros – km 97 da RS 17
 Junto à AGASA – Santo Antônio da Patrulha/RS.¹⁹⁵¹

Entretanto, sua duração foi efêmera. Em julho de 1975, logo que reassumiu como diretor-presidente, o engenheiro Ary Frank determinou sua venda,¹⁹⁵² assim justificada:

Tudo dava prejuízo, sempre só deu prejuízo. [...] Fechei tudo [...]. A AGASA sozinha já tinha muita dificuldade de sobreviver. [...] Agora mais três empresas para comer os recursos. Era um absurdo completo. Não só recurso, também tempo. [...] poucos canavieiros desciam do morro para ir lá fazer compras. [...] Não tinha meio de comunicação, a não ser a pé ou de carroça. Não tinha ônibus.¹⁹⁵³

A exemplo das outras iniciativas, o fim da CONSTRUA não foi diferente.

4.7.4 Associação dos Fornecedores de Cana (ASFORCA)

A criação da Associação dos Fornecedores de Cana do Nordeste do Rio Grande do Sul é outra manifestação da visibilidade da euforia canavieira dos anos iniciais da década de 1970. Fundada em 1972, a Associação permaneceu desativada até 1975.¹⁹⁵⁴ Em 1974, uma Cooperativa de Canavieiros estava em constituição sob a orientação do diretor-presidente Cel. Tisiano Felipe de Leoni, com vistas a oferecer assistência médica àqueles que produziam a riqueza do município.¹⁹⁵⁵

Do ponto de vista da direção da usina, em virtude de os fornecedores de cana deterem um baixo nível de escolarização e condições econômicas restritas, seu potencial de organização era limitado, razão por que, até 1974, ainda não se tinham agregado em associação ou retomado a prática cooperativa, da qual resultara a criação da própria usina.

¹⁹⁵¹ LIGAÇÃO Free-way Santo Antônio vai sair... mas a CONSTRUA já existe com... *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 22, p. 8, 25 jun. 1974.

¹⁹⁵² Uma das primeiras providências que o diretor Ary Frank tomou ao assumir foi vender a Construa. Ver: *O COMERCIAL*, Santo Antônio da Patrulha, n. 36, p. 9, 10 jul. 1975.

¹⁹⁵³ Depoimento de Ary Ilmar Frank concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 10 jan. 2001.

¹⁹⁵⁴ Considerações sobre o papel das associações de fornecedores e plantadores de cana são encontradas em THOMAZ JÚNIOR, Antonio. *Por trás dos canaviais, os ‘nós’ da cana: a relação capital X trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002. p. 127-131.

¹⁹⁵⁵ É o que informou um órgão da imprensa patrulhense. Ver: SILVEIRA, Hermógenes G. AGASA terá agora sua Cooperativa dos Canavieiros. *O Mensageiro*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 1, p. 1. 10 mar. 1974.

Nessas condições, a iniciativa foi tomada pela direção da AGASA, ao tempo do Cel. Tisiano. Depois iria funcionar independentemente. Como informou Paulo Dapper,

A gente daqui, um pouco sequer tinha o primeiro grau. Os mais instruídos, se tinham o 1º grau, era muito. Então, na realidade, a ASFORCA, quem geria era a própria AGASA. [...] A ASFORCA era um ente apto a receber benefícios a serem distribuídos entre os seus associados.¹⁹⁵⁶

Entendia a direção da usina que uma agremiação de fornecedores geraria rentabilidade social, ao oportunizar a integração de uma massa da população cujos efetivos eram de aproximadamente 2.000 fornecedores, mais suas famílias.¹⁹⁵⁷ Como já examinado, teria que haver compensações, como chamariz aos fornecedores de cana, para que retomassem a produção em larga escala, para fins industriais. Para a sua divulgação e a das outras ações que a direção vinha tentando implementar, a imprensa foi vital, e o Cel. Tisiano não poupava espaço e edição dos jornais da região. Em 1974, a Associação era anunciada como Cooperativa Canavieira Ltda., e estava prestes a atuar para oferecer assistência médica àqueles que produziam a riqueza do município.¹⁹⁵⁸

A associação agregava lavradores e fornecedores de cana, domiciliados nos municípios que entregavam sua produção à usina. Era um órgão estadual da categoria, destinado à defesa e representação consultiva com estas funções de: organização da produção e entrega de cana à AGASA, assistência social, assistência técnica, assistência financeira. Esse leque de atribuições foi projetado,¹⁹⁵⁹ sobretudo, com a finalidade de criar laços de responsabilidade dos produtores na entrega da cana à usina, o que proporcionaria estabilidade e vantagem econômica à empresa. A idéia de participação no sucesso retornaria ao seio dos produtores com ufanismo. Era o impulso de que estava precisando a AGASA, em momento de crise, na concepção dos dirigentes da empresa.

¹⁹⁵⁶ Depoimento de Paulo Dapper concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 17 fev. 2000. O próprio *Zé da Tamanca*, que presidiu a ASFORCA, confessou que o presidente basicamente não fazia nada. “[...] Se juntava a prestação de conta. [...] Mas adiantava ser presidente? [...] Se não tem uma associação, aquele dinheiro era recolhido para o Instituto do Alcool. Aquela participação não retornaria para a Associação. Aquela dinheiro ficaria parado lá. [...] Eu sou meio sindicalista. Eu gosto da coisa certa. [...] Seria para batalhar para as pessoas serem mais conscientes daquilo que era melhor para elas.” Depoimento de José Luiz Correa de Andrade – *Zé da Tamanca* – concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 26 fev. 2000.

¹⁹⁵⁷ Para Antônio Goularte, o atendimento se estendia a mais de 2.000 famílias, ou seja, aos fornecedores e a suas famílias. Depoimento de Antônio Oliveira Goularte concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 03 nov. 2005.

¹⁹⁵⁸ SILVEIRA, Hermógenes G. AGASA terá agora sua Cooperativa dos Canavieiros. *O Mensageiro*, Santo Antônio da Patrulha. a. 1, n. 1, p. 1, 10 mar. 1974.

¹⁹⁵⁹ Ver Estatuto da ASFORCA (ANEXO FFF) ou O COMERCIAL, Santo Antônio da Patrulha, p. 9-10, 25 maio 1973. Em 09/12/1987 foi realizado registro de alteração do Estatuto, no Livro A 2/1, fls. 80, nº 91/05 do Cartório de Registro Especial de Santo Antônio da Patrulha. Documentos avulsos. Acervo da AGASA. As diretorias que atuaram na ASFORCA, durante sua vigência, estão no ANEXO GGG.

Em 1975, o IAA liberou pequena verba inicial, no valor de Cr\$ 30.000,00, para a construção da sede própria, junto à AGASA, em terreno por ela doado.¹⁹⁶⁰ Em ata de assembléia de 1976, lê-se na proposta da diretoria da AGASA, datada de 25 de novembro, o que segue:

[...] Desde 1972 vem a AGASA se empenhando profundamente na constituição de um órgão representativo de seus fornecedores de cana, com vistas ao aproveitamento de taxas que lhes são descontadas e que se destinam à prestação de assistência social à classe, mas que até então não puderam ser aproveitadas pela inexistência desse órgão. Ao início de 1975, porém, o IAA veio de acolher o pedido de registro da Associação dos Fornecedores de Cana do Nordeste do Rio Grande do Sul – ASFORCA-RS, que tornou-se o órgão legalmente constituído para manipular essas taxas. Gestões posteriores da Diretoria da ASFORCA-RS obtiveram do IAA a promessa de que este aqui instalaria, gratuitamente, um ambulatório médico-odontológico, destinado ao atendimento de nossos canavieiros e de seus dependentes. Exigiu, entretanto, que a Associação dispusesse de terreno próprio. E como esta carecesse tanto do terreno como dos recursos necessários para sua aquisição, recorreu à AGASA para que lhe efetuasse a doação respectiva. Assim sendo, e já que referido ambulatório atenderá, indiretamente, aos interesses da AGASA, empenhada que está na melhoria das condições de saúde e higiene de seus fornecedores, propomos aos Senhores Acionistas a doação, à ASFORCA-RS, de um terreno com a área de 2.900 m², a ser desmembrada de área maior pertencente à Empresa, situada na zona rural de Lagoa dos Barros, [...]¹⁹⁶¹

O parecer do conselho fiscal foi unanimemente favorável, tendo em vista o significado social que a medida representaria para os fornecedores da empresa, o que acabou aprovado em assembléia geral.¹⁹⁶²

Situada em frente ao Posto Sharkara, proximidade da AGASA, foi projetada pelo engenheiro José Carlos Lemos de Araujo, o mesmo que fez o projeto da usina. Em setembro de 1978, o ambulatório, com 126 m², edificado num terreno de 2.900 m², foi inaugurado. Dispunha de sala de espera, escritório, gabinete odontológico, gabinete médico, sala de curativos e aplicação de injeções, farmácia, três banheiros e depósito. O prédio, a ambulância, os móveis e equipamentos foram adquiridos com verbas enviadas pelo IAA.¹⁹⁶³ A aparelhagem instalada, das mais modernas da região, foi adquirida com o envio de 200 mil cruzeiros pelo Instituto. Mas, só em 1979, após cadastramento, é que tiveram início,

¹⁹⁶⁰ PRESIDENTE da ASFORCA revela: IAA libera parcela para construir sede. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 34, p. 3, 10 maio 1975. Oscar Vargas da Silva era o presidente na ocasião. Em 1978, o valor recebido para a construção do prédio foi divulgado como sendo da ordem de 360 mil cruzeiros. ASFORCA: proteção do fornecedor de cana da AGASA. *Correio do Litoral*, Osório, Santo Antônio, Tramandaí, a. 1, n. 17, p. 4, 20 maio a 10 jun. 1978.

¹⁹⁶¹ Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 20 dez. 1976. Documentos diversos. Acervo da AGASA.

¹⁹⁶² Idem, *ibidem*.

¹⁹⁶³ Informa Ary Frank em depoimento concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 10 jan. 2001: “Eu consegui aprovar um projeto de construção de um ambulatório médico. [...] foi construído com recursos do IAA. [...] Foi inaugurado ainda no meu período [...] na primeira gestão.”

efetivamente, as assistências médica, ambulatorial,¹⁹⁶⁴ odontológica e farmacêutica oferecidas aos fornecedores de cana da região.¹⁹⁶⁵ Afinal, a ASFORCA tinha recebido um gabinete dentário, o mais moderno da região; nem os profissionais liberais do Litoral Norte detinham um mais atualizado, até aquele ser instalado. Segundo Ferúlio Tedesco Neto, o posto médico da AGASA era o melhor que existia em todo litoral. E Osório, pela maior proximidade da usina, é que recebia as influências de ordem econômica, médica, dentária, farmacêutica, do comércio com armazém, supermercado, loja, etc. Era 95% para Osório, destacou Tedesco Neto.¹⁹⁶⁶

A renda própria da associação era gerada pelo valor retido dos canavieiros, determinado pela legislação canavieira, por tonelada de cana entregue na usina; pelo valor cobrado dos fornecedores de cana e dos funcionários da AGASA e por 40% do Plano de Assistência Social da AGASA (Lei Federal nº 4870/65). Tratava-se de uma ampla assistência:

[...] política sucrocanavieira [que] sempre foi bastante paternalista, sempre procurou dar uma assistência um pouco maior. Nós, como funcionários, nós tínhamos essa assistência representada por um médico, assistência odontológica, educacional, através da retenção de um por cento do valor do faturamento do açúcar. Isso antes da ASFORCA. Os canavieiros, por sua vez, também tinham uma retenção. Eu não sei agora se era um ou dois por cento em cima da matéria-prima, com tal finalidade. [...] O Coronel resolveu criar a tal de ASFORCA. [...] Ai foi ganho uma ambulância, foi ganho um gabinete odontológico, que até depois foi entregue numa ação trabalhista. Foi montado um laboratório lá com recursos do Instituto do Açúcar e do Alcool. [...] A manutenção saía dessa taxa também. [...] Os canavieiros foram beneficiados barbaridade. [...] O canavieiro recebia o primeiro atendimento, consultas agendadas com destinação de meia hora de atendimento para cada consulta. [...] Tinha um relojinho [...]. Não pagava nada. Era gratuito. Tanto de médico como de dentista. A assistência médica me parece que pagava uma taxinha insignificante, simbólica [...] para evitar abuso. Mas a odontológica não pagava nada, [...] para funcionário e para canavieiro. [...] Prótese não tinha. Era o atendimento básico.¹⁹⁶⁷

As centenas de famílias que viviam da renda gerada com a cana-de-açúcar e todos os funcionários da indústria poderiam usufruir dos seus benefícios. Conforme Edegar da Silva,

[...] a ASFORCA fazia, além da parte assistencial, da assistência médica que era feita, ela fazia reuniões de produtores, reuniões de início de safra, fazia um papel quase sindical, assim de fazer reivindicação de preço. Enfim, ela reunia produtores para discutir problemas da área da cana. Ela era uma entidade social e assistencial e, diga-se de passagem, no aspecto assistencial, ela teve muita importância, um trabalho muito bom. Eu me lembro que dentista, por exemplo, era uma coisa que

¹⁹⁶⁴ Os serviços médicos, em geral, eram prestados por firma contratada, a Assistencial Ltda. E os médicos e dentistas atuavam como autônomos.

¹⁹⁶⁵ Além da Assistencial, a ASFORCA contava com um médico pediatra e um dentista autônomos, uma enfermeira e uma auxiliar de enfermagem, um farmacêutico e dois funcionários, oriundos da AGASA.

¹⁹⁶⁶ Depoimento de Ferúlio Tedesco Neto concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 18 dez. 2004.

¹⁹⁶⁷ Depoimento de Paulo Dapper concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 17 fev. 2000.

não tinha. O sujeito ir a um dentista pelo FUNRURAL, na época, era muito difícil; pelo INPS, mais difícil ainda; e, pela ASFORCA, quem era fornecedor de cana da AGASA tinha dentista lá na AGASA sem problema, tinha bastante atendimento e tal.¹⁹⁶⁸

Ela previa, inclusive assistência educacional. Ou seja, a ASFORCA poderia ressarcir um percentual sobre comprovantes de matrículas de mensalidades, transportes escolares da pré-escola ao ensino superior, à exceção de pós-graduação e outros cursos extracurriculares. Os sócios não pagavam mensalidade. Para seu exercício, a AGASA contribuía com 4% do seu total bruto de cana e parte do custo era coberto com as contribuições dos próprios canavieiros. Os médicos de Santo Antônio da Patrulha e Osório, aqueles que tinham concorrida clientela em seus consultórios, passaram a deslocar-se para a AGASA, em alguns turnos da semana, em diferentes especialidades: desde clínica geral até pediatria, ginecologia, urologia e outras, chegando a contar com oito médicos nos primeiros anos de atuação. Inclusive, um serviço de ambulância para transporte de enfermos aos hospitais vizinhos ou para Porto Alegre estava à disposição. Dois odontólogos prestavam atendimento inicialmente, com serviço de raio x no local: um de Osório, o doutor Altair Mason, e o outro de Santo Antônio, doutor Luiz Carlos Ourique.¹⁹⁶⁹ Foi projetado até realizar trabalhos protéticos, mas que, diante da crise não chegaram a executar. O ganho foi a educação preventiva aos canavieiros. A palavra é de Ourique: “[...] eu fui responsável pela implementação do serviço odontológico da Associação dos Fornecedores de Cana. Então eu deixei de ser funcionário da AGASA e passei a ser contratado pela ASFORCA, pela Associação dos Fornecedores de Cana.” E completa:

[...] o objetivo era dar assistência odontológica completamente gratuita, sem cobrar nada. Na época, inclusive, eu fui contra isso aí. Teria que se cobrar uma pequena taxa com o intuito de moralizar a coisa, para que as pessoas valorizassem um pouquinho mais e cumprissem as consultas marcadas, porque eu atendia com horários marcados. Então as pessoas marcavam uma hora, eu atendia quinze pessoas por dia, numa manhã, em cinco horas. [...] o movimento era bastante grande. Eu atendia funcionários, fornecedores e os dependentes dos fornecedores; era a família toda. [...] Mediante o uso da carteirinha, marcava consulta e eram atendidos. [...] Eu só não dava atendimento de prótese e grandes cirurgias. O mais, a gente fazia tudo. Serviços altamente especializados não se fazia, mas toda a parte clínica era dada lá. Era um atendimento de muito boa qualidade; tanto é que vários

¹⁹⁶⁸ Depoimento de Edegar da Silva concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2005. A funcionária Elzínia Ferreira contou que todo mês havia uma verba que ela dividia em educação, assistência social, farmacêutica e médica. Geralmente a ASFORCA pagava 75% das despesas. Dependendo da safra, pagava 100%. Depoimento de Elzínia Segabinazzi Ferreira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º nov. 2004.

¹⁹⁶⁹ Com a saída do seu colega, o doutor Luiz Carlos atuou de 1972 até 1987, já às vésperas de fechar a AGASA. Atendia 20 horas semanais, todas as manhãs, de 2ª a 5ª feira, conforme contrato de locação de serviços profissionais odontológicos firmado entre a ASFORCA e Luiz Carlos Ourique em 11 abr. 1978, depois renovado em 07 fev. 1979; 07 fev. 1980 e em 15 maio 1987. Documentos avulsos da ASFORCA. Acervo da AGASA.

funcionários daquela época me procuram até hoje no consultório, são meus clientes até hoje aqui.¹⁹⁷⁰

Em 1987, o presidente da Associação dos Fornecedores de Cana Waldemar Martiliano de Oliveira, em correspondência à Assessora Comunitária do INAMPS, na capital, demonstrou grande preocupação com a possível suspensão dos atendimentos aos sócios, todos eles “realmente de baixíssimo poder aquisitivo”, e assim informou: “[...] será altamente prejudicial para a região, se tivermos que reduzir drasticamente os serviços assistenciais prestados.”¹⁹⁷¹ Justificou seu temor a partir das dificuldades da área de atuação da ASFORCA.

A região onde é cultivada a cana-de-açúcar caracteriza-se em vários fatores negativos, tais como: - as terras ficam situadas em morros, ou seja, áreas de difícil acesso (terrenos pedregosos e acidentados); - o trabalho é executado de forma manual, nada é mecanizado; - a área de terras do canavieiro (fornecedor), varia de 0,5 a 3 ha de cana plantada, caracterizando-se ali o minifúndio.¹⁹⁷²

Passadas duas décadas, o panorama não mudara.¹⁹⁷³

Em 1988, conforme o depoimento do Sr. Mário Andreoli Lemos, na condição de procurador da ASFORCA, em âmbito regional, eram reconhecidos por sua diretoria os limites de atendimento à classe, conforme exigências do Instituto do Açúcar e do Alcool (ao qual a ASFORCA tinha conta vinculada, para o pagamento mensal de seus funcionários e a compra de medicamentos), uma vez que a entidade não tinha vida própria e, além do mais, a AGASA vinha atravessando sérias dificuldades financeiras.

O Plano de Assistência Social para a safra 1988/1989 informa que o número de associados era 714, totalizando 2.938 beneficiários. Mas o total de fornecedores de cana a essa altura se reduzira a 642.¹⁹⁷⁴ A média de plantio por fornecedor mantinha-se baixa, estando, então, entre 0,5 e 3 ha. Em meados de 1989, o seu número alcançava pouco mais de 300 filiados à ASFORCA. Assim, a Associação, sem condições de cumprir seus objetivos, foi dispensando, um a um, seus profissionais da saúde.

¹⁹⁷⁰ Depoimento de Luiz Carlos Ourique concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 03 nov. 2005.

¹⁹⁷¹ Correspondência enviada à Assessora Comunitária do INAMPS, em 14 maio 1987, pelo presidente Waldemar Martiniano de Oliveira. Acervo da AGASA.

¹⁹⁷² Idem. Ibidem.

¹⁹⁷³ Para ter voz no âmbito nacional, junto à Federação dos Plantadores de Cana do Brasil, foi designado Amaro Gomes da Silva (lavrador de cana, residente em Niterói) como procurador da ASFORCA, conforme ato expedido por seu presidente em 24 de novembro de 1988. Documentos avulsos. Acervo da AGASA.

¹⁹⁷⁴ PLANO de Assistência Social. ASFORCA. Safra 1988/1989. Documentos avulsos. Acervo da AGASA.

Depois que começou a quebrar, rescindiram o contrato com o dentista. [...] Ele dizia: “Eu estava indo por amor aquilo ali. Por amor aos meus clientes.” Eu via que a criança precisava porque o que eu recebia não valia a pena eu ir lá todo o dia, pegar meu carro e ir lá.” [...] Foi uma judiaria. Aí ficaram aqueles aparelhos lá, até hoje, eu acho. [...] A farmácia também foi fechada. E os remédios naquelas prateleiras cheias...¹⁹⁷⁵

Transcorridos mais de vinte anos da instalação da AGASA, o quadro revelado pela diretoria da ASFORCA denunciava que o cenário das condições de vida regional não se alterara muito, conforme expressa o relatório de 11 de fevereiro de 1988:

Nível biológico: O canavieiro da região vive em péssimas condições. Há falta de higiene e há carência proteica, tornando-o um homem apático e de baixa produtividade. Problemas mais freqüentes: alto índice de subnutrição, doenças respiratórias, verminose, desidratação, sarna, piolho e elevado número de pessoas com problemas de hipertensão.

Nível recreativo: Quanto às atividades de lazer, existe ineficiência total, pois não há nenhum meio de diversão, o que dificulta o relacionamento entre as pessoas pelo baixo nível de senso comunitário.

Nível residencial: Um dos problemas que caracteriza a falta de higiene e saúde é o baixo nível de conhecimentos de higiene, falta de água potável e instalações sanitárias.¹⁹⁷⁶

Ainda que mantido esse histórico quadro regional, na opinião de alguns, inquestionavelmente, as populações dos morros da cana jamais haviam tido, anteriormente, possibilidades de acesso a essa assistência.¹⁹⁷⁷ Mas, na leitura dessas populações, não residia aí o seu vínculo ou distanciamento com a AGASA: essa não era a atração que as identificava com a usina.

O principal era o preço da cana sempre em descompasso e gerador de insatisfações e abandono dos canaviais, aliado às condições estruturais de sua produção para atender à lógica da usina. Afinal, “a realidade é o chicote do sonho”, como refere o dito popular. Com a crise da usina, a Vila passou a viver grandes dificuldades. Os efeitos da supersafra foram moldando os contornos das limitações da usina. A partida foi o caminho de muitos. Pouco a pouco, com o definhamento da AGASA, o cenário da Vila, evidentemente, passou a ser o de abandono. Foi inevitável.

¹⁹⁷⁵ Depoimento de Elzínia Segabinazzi Ferreira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º nov. 2004.

¹⁹⁷⁶ Relatório da ASFORCA expedido em 11 fev. 1988. Pasta AZ. Documentos Diversos da ASFORCA. Acervo da AGASA.

¹⁹⁷⁷ A ASFORCA sobreviveu um certo tempo depois que a AGASA fechou. Depoimento de Edegar da Silva concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2005.

4.8 O AVANÇO DA CRISE CANAVIEIRA

Um dos fundadores da Cooperativa Canavieira, o advogado Penna Kury, não se calou diante do que se operava na usina, quando, já em 1973, ocupou página inteira da imprensa patruhense para “colocar os pingos nos is”. Por sua importância, ora se apresenta na íntegra:

Ouvem-se a cada passo, manifestações veementes contra o procedimento da AGASA na sua incompreensível política de incentivo à produção canavieira. Esta empresa quando constituída, apresentava-se como a única solução para tirar o canavieiro do ostracismo em que vivia. Entretanto com o passar dos anos, o canavieiro foi ficando cada vez mais pobre, a ponto de, hoje, deixar sua lavoura ao abandono.

Enquanto isso a AGASA faz imobilizações de vulto, criando restaurante, supermercado e outras obras de fachada, indiferente à sorte, daqueles que lhe competia zelar.

Custa a crer que a situação reinante seja aquela relatada pelos canavieiros. Se alguém se dispuser, mediante simples cálculo aritmético, a avaliar a rentabilidade de uma lavoura de cana, em função dos preços pagos pela AGASA, verá, desde logo, que razão assiste ao canavieiro em deixar suas lavouras ao relento.

Toma-se, como exemplo, uma lavoura de cana localizada a 6 km da AGASA. A produção dessa lavoura, por hectare, é da ordem de 50 toneladas, em média. Na safra passada, a remuneração, por quilo de cana, era de Cr\$ 31,00, sobre os quais incidia um misterioso desconto de 5%, resultando, pois, o quilo era na base de Cr\$ 29,50. Alinham-se, na nota de entrega, outros descontos, a saber: Taxa de Assistência – Cr\$ 0,04 por quilo; Taxa de Fornecedores – Cr\$ 0,06 por quilo; Frete – Cr\$ 7,00 por quilo; FUNRURAL – Cr\$ 0,07 por quilo. Disso resulta que o preço realmente recebido, pelo canavieiro da AGASA, é de Cr\$ 22,28 por quilo.

Não param aí as discrepâncias. Atente-se para os demais gravames da lavoura de cana, em cujo custeio entram as seguintes rubricas: lavração, enregação, adubação, muda, plantio e duas ou três capinas por ano, com custo na ordem de Cr\$ 12,00 por quilo, e mais o corte, a razão de Cr\$ 8,00 o quilo. Acresça-se a isso o trabalho despendido pelo colono e sua família, que não pode ficar desprovido de uma justa remuneração, calcada, no mínimo, no salário vigente na região e mais os juros do capital investido.

Computadas todas essas parcelas, fácil é concluir que a lavoura de cana, presentemente, é antieconômica, resultando em prejuízo certo para o canavieiro.

A AGASA acena com um financiamento ao plantador, à razão de Cr\$ 600,00 por hectare. Os que se aventuram a vincular-se a tal financiamento, vêem-se ao final da safra, na contingência de vender seus bois de trabalho ou suas terras para resgatar o mútuo, sobre pena de sofrerem cobranças judiciais, como existem, às dezenas, em nosso Fórum.

Alguém há de persuadir, se não seria mais grave a situação, se não existisse a AGASA. Responde-se: - não. E, isto, porque uma tonelada de cana produz 1,5 saco de açúcar mascavo, que, à cotação atual, renderiam Cr\$ 72,00. Portanto, se o próprio canavieiro industrializasse a sua matéria-prima, auferiria um apreciável rendimento.

É tempo, pois, de conscientizar a comunidade para o grave problema social enfrentado pelos plantadores de cana. Alguém deve ter a coragem de trazer a matéria à debate, examinando-a sob todos os seus aspectos, a fim de que tenha ressonância no Governo do Estado e na Assembléia Legislativa que, a esta altura, imaginam que o canavieiro viva num mar de rosas...¹⁹⁷⁸

¹⁹⁷⁸ KURY, A. P. A AGASA e o canavieiro. *O Comercial*, Santo Antônio, n. 6, p. 2, 10 jul. 1973. (Grifo nosso).

Não há o que comentar.

Em janeiro de 1975, o governador do Estado, Euclides Triches, esteve em encontro festivo na AGASA, ocasião em que, em seu longo discurso, destacou que a usina fora implantada menos com objetivos econômicos e mais com objetivos sociais. Elogiou o trabalho do diretor Tisiano de Leoni, mas reconhecia:

[...] não é admissível que o Estado esteja produzindo menos de cinco por cento do açúcar que consome. Que mais de 95% do açúcar que consome tenha que vir de outros pontos do país. Mas, por isso, não temos que culpar ninguém. Porque o açúcar, de fato, atravessava fases difíceis. Hoje, o mundo mudou completamente nesta parte: está dando falta de açúcar em todo o mundo. Há poucos dias, na última visita do Presidente Geisel, “falando-me da produção nacional ele dizia: Que lástima, que a esta altura não tenhamos mais alguns milhões de toneladas de açúcar para vender lá fora, porque está valendo ouro.” O Governo com o seu critério, com a sua racionalidade, está tirando boa parte daquela renda que obtém com o açúcar lá fora, e está entregando aos produtores de cana, aqui no Brasil. Graças a isso, está havendo esta melhoria que se constitui num estímulo para um plantio melhor o que nós ouvimos há pouco.¹⁹⁷⁹

Em prosseguimento da sua fala chamou atenção para a região, alertando sobre a possibilidade de rever a orientação econômica que a ela devesse ser dada.

Se o município tem várzeas que possam se prestar para um trabalho determinado, num aproveitamento de gado, arroz e cana, que assim se proceda. Se outras áreas não se prestam para este trabalho mecanizado, que se introduza vigorosamente a policultura, a fruticultura, a produção de aves, pastagens para vacas de leite.¹⁹⁸⁰

Com este pronunciamento, o governador não só comungava com a orientação dada pelo diretor Tisiano, como prenunciou a necessidade de rever o destino da cana-de-açúcar nos morros. Mas essa reversão não foi o rumo tomado e a AGASA seguia no enfrentamento de outros desafios.

Maior de 1975 foi um mês movimentado. A crise da lavoura canavieira trouxera para a região membros de Comissão para o Desenvolvimento da Região Agro-Canavieira do Estado. Autoridades locais e estaduais e o Cel. Tisiano chegaram à conclusão de que o preço extremamente baixo pago ao produtor era o fator desmotivador e a causa do abandono do plantio de cana.¹⁹⁸¹

¹⁹⁷⁹ VISITA do Governador: discurso do governador Euclides Triches. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 31, p. 9, 30 jan. 1975. (Grifo nosso).

¹⁹⁸⁰ Idem, ibidem. Na ocasião, o prefeito de Santo Antônio pediu ao governador um distrito industrial ao município. Dias após, a grande notícia: APROVADO o Distrito Industrial. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 32, p. 1, 12 mar. 1975.

¹⁹⁸¹ COMISSÃO de Desenvolvimento da Lavoura Canavieira esteve aqui: gostou. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 35, p. 3, 18 jun. 1975.

Novamente, “a vez do Litoral” era o tema em pauta na imprensa da capital. Retomava-se a leitura de problemas historicamente vividos pela região, que fora a primeira do estado a ser povoada, porta de entrada do Rio Grande do Sul. Por conta da falta de solução às disparidades da área frente às demais, foi implantado mais um grupo de trabalho para estudar os seus problemas. Mais um órgão, de mesma natureza e fins, para a mesma região. Em 28 de junho de 1975, foi instituído pelo governo do estado o *Plano Integrado para o Desenvolvimento do Litoral Norte do Rio Grande do Sul*.¹⁹⁸² Abrangendo uma área de 9.692 km² e uma população de cerca de 200.000 habitantes, reunia os municípios de Torres, Osório, Tramandaí, Mostardas, São José do Norte e Santo Antônio da Patrulha. O último, sem limites com o mar, foi incluído, dadas as suas características socioeconômicas. Velhas conclusões foram retomadas. Era a região de maiores disparidades em relação às outras do estado, ou seja:

A economia da região ocupa no setor agropecuário 69% da população ativa, mas o rendimento geral é baixo. A menor produtividade limita a oferta de empregos nos setores secundário e terciário. Estas deficiências refletem na renda bruta ‘per capita’, tornando-a 50% menor que a média do Rio Grande.

A estrutura fundiária, o mau uso dos recursos naturais, a falta de racionalização da produção e a má comercialização das safras explicam aspectos de subdesenvolvimento no setor agropastoril. [...]

A região apresenta, ainda, deficiências quantitativas e qualitativas no plano cultural. O número de conclusões dos cursos fundamental, 2º grau e superior é nitidamente inferior ao restante do Estado.

Conseqüência dos padrões culturais e econômicos são demonstrados nas condições sanitárias. Apenas 12%% dos domicílios estão ligados à rede de esgotos ou possuem fossas sépticas e 20% dos habitantes moram em domicílios extremamente rústicos. O refrigerador, tão necessário na conservação dos alimentos, especialmente nas áreas tropicais e subtropicais, está presente em 13% dos domicílios.¹⁹⁸³

Recorde-se que este cenário fora balizador do trabalhismo, conduzido por Brizola no Rio Grande do Sul em fins dos anos 1950, para justificar a adoção do projeto da usina açucareira, como redentora da região. Passados vinte anos, o descompasso entre a atuação da AGASA e a manutenção da subdesenvolvida fisionomia do Litoral Norte indicavam os descaminhos das projeções e expectativas. A agudização desse quadro impunha tomada de decisões. Em matéria divulgada na Folha da Tarde e reproduzida em jornal patrulhense, é sugerida uma saída: “Uma das alternativas que se apresentam é a da industrialização para

¹⁹⁸² Entretanto, passados dois anos, o Plano ainda não havia saído do papel. O deputado Romildo Bolzan, de Osório, pressionou na Assembléia e através da imprensa, para que houvesse uma solução. BOLZAN: povo não pode viver de promessa. *Correio do Litoral*, Osório, n. 2, p. 6, 15 out. 1977. Em dezembro de 1977 é que ele iria ser instalado. PLANO Integrado do Litoral Norte começa a tornar-se realidade. *Correio do Litoral*, Osório, n. 7, p. 12-13, 23 dez. 1977. Nessa edição o editorial é dedicado ao Plano.

¹⁹⁸³ O DESENVOLVIMENTO do Litoral do Norte. *Correio do Litoral*, Osório, Santo Antônio, Tramandaí, a. I, n. 17, 20 maio a 10 jun. 1975. Editorial, p. 8. (Grifó nosso).

criar novas oportunidades de trabalho e vem a propósito a instalação de mais uma indústria de beneficiamento de cana-de-açúcar, matéria-prima existente em abundância.”¹⁹⁸⁴ Pelos indicativos apresentados, os estudos realizados não foram fruto de uma pesquisa efetiva, e sim resultantes de cópias de antigos discursos, descolados do tempo e do espaço em foco. A imagem passada na mídia da época, de que o Litoral Norte era a única região do estado que reunia as condições de produzir tudo que sua população precisava para a sua auto-suficiência, inclusive de abastecer o Rio Grande do Sul com açúcar e álcool, não conferia com a realidade.¹⁹⁸⁵

É o que se comprovará no seguimento deste trabalho, a contar de maio de 1975, quando o Cel. Tisiano Felipe de Leoni encerrou seu mandato. Como já assinalado, para a empresa retornava o ex-diretor Ary Ilmar Frank, que havia promovido um trabalho de base junto aos produtores em seu primeiro mandato, e que responderam com a maior safra da AGASA, colhida ao tempo do Cel. Tisiano. A imprensa patrulhense, em primeira página, noticiou a transmissão do cargo, em 20 de maio, ocasião em que o novo presidente não quis se pronunciar.¹⁹⁸⁶ Sem dúvida, um prenúncio do difícil tempo que se avizinhava para a usina açucareira do Rio Grande do Sul.

¹⁹⁸⁴ A VEZ do Litoral. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 35, p. 2, 18 jun. 1975.

¹⁹⁸⁵ A propósito, examinar a interessante matéria HORTIFRUTICULTURA: Litoral Norte tem pouco apoio. *Correio do Litoral*, Osório, p. 4, 26 nov. 1977.

¹⁹⁸⁶ AGASA tem novos diretores. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 35, p. 1, 18 jun. 1975. Como diretor superintendente assumiu Oscar Vargas da Silva, originário do município patrulhense. Após a cerimônia, Frank disse à reportagem do jornal que esperava pela colaboração dos antigos fornecedores de cana e de novos para aumentar a produção. Ele frisou: a situação “[...] parece que mudou muito nos últimos seis anos, desde o dia em que me afastei da AGASA.”

5 A AGONIA DA AGASA: ÀS MARGENS DA LAGOA, O SEU AMARGO FIM (1975-1990)

*Foi falta de povo que entrasse para não deixar a usina terminar. [...]
A senhora sabe que o esteio-mestre da AGASA era o trabalhador, o plantador de cana.
Se o plantador de cana não plantar, ela não tem o que produzir. Ela nem pode trabalhar.
Onde o trabalhador não plantar cana, o esteio da AGASA cai também.
E é bem certinho.*

Júlio Pereira Sobrinho, canavieiro do Montenegro – Santo Antônio da Patrulha.

*O povo perdeu a emoção com a cana.
Como fazer voltar os que estão na cidade?*
Arcemimo Machado de Jesus, canavieiro da Grota – Caraá.

*A AGASA fechou porque o povo mixou. Fechou porque não chegava para o povo.
O açúcar não chegava para pagar o povo.
Para piorar, nessa volta, todo mundo vendeu os engenhos.*
Luís Tedesco, canavieiro do Caraá.

***A AGASA na minha cabeça foi o maior fracasso de um povo. Liquidaram com o povo.
Poderia ser uma grande coisa para o povo, se desse retorno.***
Paulino Pereira Almeida Brito, canavieiro do Ribeirão – Santo Antônio da Patrulha. (Grifo nosso).

*A administração devia ser do povo. Tinha que girar em torno do povo.
Eu acho assim. É o que todo mundo pensa, porque senão nada vai para frente.*
Pedro Pacheco Fernandes, de família canavieira e ex-vereador – Santo Antônio da Patrulha.

*Ai só se for do povo, não do governo. Que seja da gente. Ai entra todo mundo. Na cooperativa ai vai dar lucro.
O prefeito, ele tem que juntar com o povo. E o prefeito que não juntar com o povo não dá para fazer nada.*
Luís Tedesco, canavieiro do Caraá.

No limiar da década de 1970, o Brasil dispunha de recursos potenciais para expandir-se na agroindústria açucareira, não só pela extensão de suas áreas produtivas, como pelo aprimoramento da tecnologia industrial e agrícola da capacidade instalada. Os autores periodizam em três fases o desenvolvimento tecnológico na agroindústria canavieira do Brasil entre 1975 e 1995. De 1975 a 1981/1982, foi a fase da busca de maior produtividade; entre 1981/1982 e 1985, foi a da busca pela maior eficiência na conversão da sacarose para o produto final e redução de custos; a terceira, iniciada em 1985, se caracteriza pelo gerenciamento global da produção agrícola e industrial.¹¹⁸⁶ Mas essa periodização não pode ser aplicada ao cenário canavieiro do Rio Grande do Sul. O simples exame dos dados da produção canavieira gaúcha confirma isso. Eles podem ser constatados nos números relativos

¹¹⁸⁶ SHIKIDA, Pery Francisco Assis; NEVES, Marcos Fava; REZENDE, Ricardo Albuquerque. Notas sobre dinâmica tecnológica e agroindústria canavieira no Brasil. In: SHIKIDA, Pery Francisco Assis; MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de. (Org.). *Agroindústria canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios*. São Paulo: Atlas, 2002. p. 120.

à área cultivada com canaviais no Brasil para a produção do açúcar no ano de 1974. Eles devem ser levados em conta no encaminhamento da análise, diante da posição em que estava situado o estado gaúcho, como se observa na tabela em seguimento.

Tabela 33 – Áreas canavieiras dos estados brasileiros – 1974

Estado	Área	%
São Paulo	665.368,88	37,80%
Pernambuco	352.000,00	22,83%
Alagoas	205.402,00	13,32%
Rio de Janeiro	178.000,00	11,54%
Minas Gerais	88.847,00	4,47%
Paraná	40.699,00	2,64%
Paraíba	35.000,00	2,27%
Bahia	18.500,00	1,20%
Sergipe	15.000,00	0,97%
Espírito Santo	14.000,00	0,91%
Rio Grande do Norte	11.200,00	0,73%
Santa Catarina	9.660,00	0,63%
Goiás	6.200,00	0,40%
Rio Grande do Sul	4.500,00	0,29%
TOTAL	1.624.376,00	100%

Fonte: RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislatiba. *Relatório da Comissão Especial para o Estudo da Agroindústria Canvieira*. Porto Alegre, out. 1975. p. 117.

A tese de doutoramento de Tamás Szmecsnányi, depois transformada em livro, apresenta um quadro das usinas brasileiras referente à safra 1974/1975. O Rio Grande do Sul comparece com uma usina, número igual ao dos estados do Pará, Piauí, Paraíba e Mato Grosso, como se observa na seguinte tabela.

Tabela 34 – Estrutura da produção de açúcar de usinas do Brasil na safra 1974/1975

Estados Produtores	Nº de usinas	Canas moídas (1000 TM)	Canas moídas de fornecedores	Total por usina *	Produção de açúcar por usina (1.000 sacos)
Pará	1	1	7	8	1
Maranhão	7	12	-	12	10
Piauí	1	52	23	75	81
Ceará	2	86	53	70	84
Rio Grande do Norte	2	182	223	202	316
Paraíba	1	675	654	176	264
Pernambuco	38	4.273	9.286	357	504
Alagoas	29	4.805	6.217	380	504
Sergipe	4	319	356	169	226
Bahia	4	383	111	123	166
Norte/Nordeste	89	10.788	16.930	311	428

Minas Gerais	15	2.382	896	218	333
Espírito Santo	2	175	192	183	309
Rio de Janeiro	18	2.329	3.237	309	474
São Paulo	81	22.886	12.993	431	688
Paraná	4	1.193	724	479	718
Santa Catarina	3	218	141	120	172
Rio Grande do Sul	1	9	58	67	102
Mato Grosso	1	63	20	83	102
Goiás	2	269	5	137	198
Centro-Sul	127	28.525	18.265	368	582
Total	216	39.312	35.196	345	518

* Inclusive canas moídas para álcool (54 mil TM)

Fonte: SEC/IAA

O Brasil ocupava, até 1973, o segundo lugar na produção mundial de cana-de-açúcar, superado apenas por Cuba.¹¹⁸⁷ Mas, nesse ano, o país passou a ocupar a primeira posição, com uma safra de 6.900.000 toneladas. O açúcar, então, assumiu a segunda posição na pauta das exportações, proporcionando um ingresso de divisas da ordem de 600 milhões de dólares, o que representava 12% do total dos produtos exportados pelo Brasil. As usinas brasileiras produziram, na referida safra, 98.721.000 sacos de açúcar, tendo a região Centro-Sul oferecido 65.660.000 sacos, enquanto a região Norte-Nordeste contribuíra com 33.061.000 sacos. No quadro da Federação, o Rio Grande do Sul ocupava o 12º lugar. Na safra de 1970, a produção gaúcha alcançou 1.285.933 toneladas, o que representava apenas 1,6% do total nacional. Em 1974, a posição do Rio Grande do Sul era a de 18º lugar entre os 19 estados produtores.¹¹⁸⁸ Os números estão a confirmar a crise canavieira no momento posterior à supersafra da AGASA, em 1971, como demonstra a tabela a seguir.

¹¹⁸⁷ EM 1976, Cuba teve uma excelente safra de açúcar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 13, 08 jan. 1977.

¹¹⁸⁸ GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Indústria e Comércio. *Cana-de-açúcar*. Porto Alegre: CEDIC, 1974. p. 14.

Tabela 35 – Evolução da produção de cana no Rio Grande do Sul – 1966/1974

Ano	Cana kg	Scs. 60 kg	Rend. agric. t/ha	Rendimento industrial
1966	57.671.754	78.293	40,00	81,42
1967	72.637.016	104.024	46,50	85,26
1968	21.368.864	30.850	26,30 *	86,58
1969	73.262.538	107.231	44,90	87,78
1970	135.013.378	195.986	49,90	87,06
1971	180.298.330	281.214	51,80	93,58
1972	128.920.680	198.764	48,00	92,50
1973	86.527.097	131.634	39,90 **	91,27
1974	67.024.638	101.894	31,18 **	91,21

* estiagem

** Estes dados não são reais, devido à entrega apenas parcial da cana produzida à AGASA. Houve desvio para os 400 alambiques de Santo Antônio e os 280 alambiques de outras zonas da região.

Fonte: RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *Relatório da Comissão Especial para o Estudo da Agroindústria Açucareira no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, out. 1975, p. 30.

Na documentação do Cel. Tisiano de Leoni, em mais de uma oportunidade ele destacou que uma usina de açúcar, em todo lugar, é um pólo de desenvolvimento. Se a afirmativa é correta, ela não cabe à realidade norte-litorânea do Rio Grande do Sul. De fato, a região gaúcha tradicional de cana, não encontrara até a década de 1970, com a instalação da AGASA, sua projeção econômica e de desenvolvimento; muito menos não cumprira efetivamente seu papel social projetado pela Cooperativa Canavieira, nem tampouco alcançara a redenção dos canavieiros, como encaminhara o trabalhismo quando lançou a pedra fundamental da usina açucareira em 1963.

Ary Frank, retornando à AGASA em julho de 1975,¹¹⁸⁹ como diretor-presidente, constatara o distanciamento da usina com relação aos fornecedores de cana. Do seu ponto de vista, em nenhuma entidade do Brasil, era oferecida assistência técnica como a que a AGASA concedia, e mesmo assim a indiferença era grande.¹¹⁹⁰ Recuperar os elos diante dos resultados negativos da supersafra de 1971/1972 era o desafio da direção que assumira com este pesado ônus. Conferiu logo que a situação da lavoura não era boa por dois motivos: a área plantada era reduzida, e sua produtividade estava baixa. Para reverter o processo, via como necessário estremecer a mentalidade dos canavieiros. Para tanto, a orientação dada foi de aproximação maior aos produtores, com visitação sistemática, alcançando o número de 3.275 visitas, fora a

¹¹⁸⁹ Permaneceu até 20 de abril de 1979, quando passou a direção ao Dr. Rodolfo Alvo Quadros Echenique. AGASA elegeu novo Conselho. *Correio do Litoral*, Osório, Santo Antônio e Tramandaí, a. II, n. 51, p. 2, 27 abr. 1979.

¹¹⁹⁰ Benito Izolan apontou Ary Frank como um diretor que realizava trabalho comunitário, fazendo escola na usina. Todavia, para ele, a história da AGASA confirma que faltou fomento e financiamento, piorando a situação da falta de matéria-prima para alimentar as moendas. Depoimento de Benito Barbosa Izolan concedido a Vêra Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2005.

assistência dada diretamente na usina, desde que assumira. Projetaram-se sessenta reuniões em diversos pontos, para durante o ano acompanharem-se os produtores de cana. Essa mobilização nos morros, somada à colheita mecanizada na área de várzea, levava à certeza de que a AGASA acertaria o seu passo, sobretudo porque a colheita das canas próprias vinha mostrando-se positiva.¹¹⁹¹ De imediato buscou definir recursos, sem os quais não haveria o salto esperado. A previsão de investimento era de Cr\$ 2.100.000,00 para 1976; Cr\$ 6.100.000,00, aproximadamente, para 1977; Cr\$ 10.700.000,00, em 1978; totalizando Cr\$ 18.900.000,00.¹¹⁹²

Para potencializá-la é que o governo do Estado, através da Secretaria de Coordenação e Planejamento, criou, em 1976, o Programa Agroindústria Rio Grande do Sul – cana-de-açúcar, que envolveria também outras regiões do estado com concentração de plantio de cana e as áreas que seriam aptas para sua introdução.¹¹⁹³ No âmbito industrial, voltar-se-ia para as indústrias de maior porte, sendo a AGASA a única, e às pequenas unidades caseiras, que, pelo seu grande número, seriam estudadas, através de amostragens representativas. Só no Litoral Norte, inventariaram-se mais de 400 pequenos engenhos e alambiques num apanhado preliminar. E a idéia seria agregar as grandes às pequenas unidades; aliás, conduta que não vinha sendo a adotada nas relações da AGASA com os pequenos produtores de derivados da cana, e que acabou por não se verificar após o referido Programa. Se adotado esse rumo, não teria sido outra a história da usina açucareira gaúcha?

¹¹⁹¹ AÇÚCAR: saiba como ele é fabricado pela AGASA. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 48, p. 5, 21 ago. 1976.

¹¹⁹² AGASA investirá quase 19 milhões em 4 anos para aumentar a produção, afirma o Dr. Ilmar Frank. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 36, p. 9, 10 jul. 1975.

¹¹⁹³ GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Cooperação e Planejamento/FEE. *Programa Agroindústria Rio Grande do Sul: cana-de-açúcar: termos de referência*. Porto Alegre, 1976. Nesse mesmo ano, Porto Lucena desejava uma indústria de açúcar. Examinar DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Porto Alegre, p. 2, 07 maio 1976.



Mapa 10 – Áreas canaveiras do Brasil – 1981

O Rio Grande do Sul não foi omitido.

Fonte: MANUAL DE CANA-DE-AÇÚCAR. Porto Alegre: FEPLAN, [s.d], p. 19.

No Brasil, apesar de ser o maior produtor de açúcar de cana, com aproximadamente 7,5 milhões de toneladas na safra de 1977/1978, o Rio Grande do Sul continuava aparecendo com uma produção irrisória. Na Assembléia Legislativa, em junho de 1977, o deputado Nolly Joner criticou a dependência do Rio Grande do Sul perante os outros estados da Federação, quanto às suas necessidades de álcool e açúcar.¹¹⁹⁴

¹¹⁹⁴ ASSEMBLÉIA Legislativa: criticada nossa dependência de álcool e açúcar perante Estados da Federação. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 8, 28 jun. 1977. Joner defendia, na ocasião, a instalação de destilarias nas áreas favoráveis do Rio Grande do Sul: Litoral Norte, Vale do Rio Uruguai e em algumas bacias secundárias do Guaíba. Para essa ação, a Assembléia Legislativa contava com a assessoria técnica do engenheiro agrônomo Wilson Castro. Manifestação do Deputado Nolly Joner (MDB) em sessão de 13 maio 1976. RIO GRANDE DO SUL. *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, sessão de 13 maio 1976. p. 5-8.

O engenheiro agrônomo Wilson de Oliveira Castro, consultor técnico da Comissão Especial do Álcool, manifestou-se com veemência ao presidente da Comissão de Agricultura e Pecuária da Assembléia, deputado Rospide Neto, acerca da marginalização do estado no processo:

O que está ocorrendo quanto ao PROÁLCOOL é contrastador para nós gaúchos. O IAA já recebeu mais de 100 projetos de destilarias para produção de álcool autônomas e anexas. São Paulo abocanhou a parcela mais substancial dos polpidos recursos federais do Pró-Álcool, que somente neste ano atingirão a respeitável cifra de 9 bilhões e 400 milhões de cruzeiros.¹¹⁹⁵

O mesmo deputado fez na ocasião um retrospecto da trajetória canavieira gaúcha, apontando as experiências precursoras como lastro para o desafio do PROÁLCOOL, que levou a Assembléia Legislativa a instituir a Comissão Especial para o Estudo da Produção de Álcool Anidro no Rio Grande do Sul. Entretanto, desde 1975, não poucas dificuldades se antepuseram para a referida Comissão na tomada de decisões com relação à cana no estado, a ponto de o mesmo deputado afirmar:

[...] o Rio Grande do Sul, por um determinismo histórico, continua a ser amordaçado por conceitos suspeitos e irreais, alijado de maneira simplista do rol dos Estados “climaticamente adequados” a algumas culturas tropicais. Esquecem ou desconhecem que, inúmeras regiões da terra produzem açúcar e álcool em latitudes mais elevadas que a nossa e em condições edáfo-climáticas inferiores às do Rio Grande do Sul.¹¹⁹⁶

A respeito, o deputado Pedro Simon também se manifestou na tribuna:

[...] quando em 1959 e 1960 o Rio Grande do Sul fez, após tremenda luta para trazer uma usina de açúcar para o Estado, aquela que deveria ser a primeira de uma série, imaginávamos que o assunto estava superado e que o Rio Grande do Sul haveria de ter vez na indústria açucareira do Brasil. **Lamentavelmente a AGASA levou anos a fio para se firmar, e não é hoje nem sombra daquilo que aqueles que a planejaram, imaginaram que ela deveria ser.** E a redenção, não apenas da zona marítima do Estado, mas da zona que V.Exa. representa, lá em cima, que poderia ser a redenção de cerca de quinhentas a seiscentas mil famílias do Rio Grande do Sul, um problema como este que resolveria grande parte do minifúndio da nossa terra, de onde milhares de rio-grandenses saem anualmente por falta de estímulo. Não entendo, honesta e profundamente, não consigo entender como o trabalho da Comissão, o trabalho de V. Exa. não encontra acolhida na nossa Pátria.¹¹⁹⁷

E os números, de fato, denunciavam as dificuldades do setor. O consumo de açúcar no estado, naquela altura, andava em torno de 6,5 milhões de sacos anuais, diante dos 100 mil

¹¹⁹⁵ Ofício do Engenheiro Agrônomo Wilson de Oliveira Castro dirigido ao Presidente da Comissão de Agricultura e Pecuária Deputado Rospide Netto em 14 jun. 1977. Acervo de Wilson de Oliveira Castro.

¹¹⁹⁶ RIO GRANDE DO SUL. *Anais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, sessão de 10 jul. 1977. p. 34.

¹¹⁹⁷ Idem. Ibidem, p. 35. (Grifo nosso).

sacos gerados na AGASA. Em virtude dos números apresentados, uma voz do Litoral Norte, representada pelo deputado Romildo Bolzan, foi dirigida em 1977, na defesa da retomada do projeto de Torres, acreditando lá alcançar um milhão de sacos de açúcar e 50 milhões de litros de álcool por safra.¹¹⁹⁸ Inclusive indicou a possibilidade de instalar uma usina no Vale do Rio Três Forquilhas e outra no Vale do Rio Maquiné, além de considerar a área de Rolante/Taquara propícia para a cultura canavieira. Seu entusiasmo para a região apontava alternativas à produção alcooleira, face à necessidade de instalar vinte e duas destilarias no estado. Chamou a atenção, na ocasião, que o Rio Grande do Sul não comparecia no conjunto dos 131 projetos encaminhados ao PROÁLCOOL. Mas a animada manifestação do deputado não condizia com a reconhecida dificuldade de produção canavieira que a região vinha apresentando. Tanto é verdade que a Destilaria da AGASA II, projetada para Torres nessa altura, acabou não passando pelo crivo do IAA, por não atender às exigências do Instituto, ainda que entendida por alguns deputados como uma proposta de saída para frear a migração de muitas famílias em direção à área metropolitana. A conjuntura, entretanto, não indicava a favorabilidade das sugestões.¹¹⁹⁹ E mais: as condições estruturais não apontavam suas possibilidades.

Efetivamente, os anos finais da década de 1970 foram difíceis, não só para a região, como para todo o estado; na verdade, para os brasileiros. O modelo de desenvolvimento implantado no pós-1964 foi excludente, nas cidades e nas zonas rurais, como escreveu Argemiro Brum na época:

[...] ao criar e acionar os mecanismos de repressão, exclui do processo histórico nacional milhões de brasileiros, que continuam em situação de absoluta ou relativa marginalidade econômica, social, política, cultural e educacional. Nesta situação encontram-se cerca de dois e meio milhões de minifundiários e suas famílias, outros quatro milhões de famílias sem terra na zona rural e mais de cinco milhões de famílias na periferia das cidades, formando o “cinturão de miséria” que vem apertando as metrópoles brasileiras, com o seu corolário de conseqüências: subemprego, desemprego, subnutrição, doença, criminalidade, prostituição, etc.¹²⁰⁰

No Rio Grande do Sul, a imprensa é prolífera, nesse período, em matérias que informam sobre a crise na economia gaúcha, enquanto o “milagre brasileiro” se operava com seus

¹¹⁹⁸ Mesmo passados cinco anos, em 1981, o deputado Aldo Pinto, como presidente da Comissão Especial da Agroindústria no Rio Grande do Sul, apontou a necessidade de analisar a razão de o IAA não ter aprovado o projeto da usina de Torres. Ver: RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *Relatório da Comissão Especial da Agroindústria no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1981, p. 15.

¹¹⁹⁹ OSÓRIO poderá produzir meio milhão de sacos de açúcar. *Correio do Litoral*, Osório, n. 2, p. 4, 15 out. 1977.

¹²⁰⁰ BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982. p. 126.

desdobramentos contraditórios.¹²⁰¹ Estudos feitos em 1975, pela FEE, revelam que o estado perdia terreno até mesmo para a região Sul, e o seu crescimento era mais lento que o do restante do país. Inclusive os dados divulgados demarcavam a situação como dramática, sem paralelo na sua história.

O valor da produção global do Rio Grande do Sul sofreu um decréscimo de 0,25% em 1978, e a renda per capita dos gaúchos apresentou, em dois anos (1977-1979), uma queda superior a 5%. Contrária era a situação do Brasil.¹²⁰²

Além de favorável, ela apresentou um aumento da renda média per capita de quase 5%. Ou seja, em dois anos, a renda média do gaúcho sofreu uma queda de 10% em relação à renda média do país. Num estado em que dois terços da renda estavam no interior, não seria de estranhar os maus resultados da agricultura.

As frustrações da soja começaram a mostrar os seus prejuízos, econômico e social, com endividamento e miséria. Até a indústria apresentou mais queda que crescimento. Com um quadro dramático em ascensão, o governador Amaral de Souza e o secretário Mauro Knijnik não poucas vezes estiveram em Brasília, na expectativa de angariar recursos para os combalidos cofres e atenuar a crise, além de enfrentar o risco de não pagamento do funcionalismo.¹²⁰³

Lembre-se que nenhuma área do estado ficou então imune diante dos reflexos dessa realidade difícil. Imagine-se o Litoral Norte, cuja história de dificuldades mostrava-se mais aguda na entrada da década de 1980. Vivia ali, nessa década, uma de suas fases mais alarmantes, sobretudo pelo abandono de centenas de famílias da região.¹²⁰⁴

¹²⁰¹ A economia mundial, por alguns anos em franca expansão, beneficiara a economia brasileira, mantendo, de 1968 a 1973, taxas elevadas de crescimento, o que levou a caracterizar o período como o do “milagre brasileiro”. Para tanto, se impôs um novo padrão de industrialização, baseado na implantação e expansão da indústria de bens de capital (máquinas e equipamentos) e de insumos básicos (aço, fertilizantes, celulose e papel, alumínio, petroquímica, etc.).

¹²⁰² Ainda que favorável, dois riscos foram apontados pelo ministro Delfim Neto em 1979: queda de safra e crise do petróleo. Ver: DELFIM Neto: precisamos desesperadamente de uma grande safra. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 17, 14 out. 1979.

¹²⁰³ SITUAÇÃO de aperto para os gaúchos: do Governo ao homem comum, todos estão correndo atrás de dinheiro. *O Rio Grande Semanal*, Porto Alegre, a. I, n. 3, p. 16-17, 30 maio 1979. Ver também uma radiografia da crise nestas duas matérias POBRE Estado rico. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 1, 04 jul. 1982. FRONTEIRAS agrícolas: um dos entraves. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 33, 21 nov. 1982.

¹²⁰⁴ A tecla batida continuava a mesma. O êxodo rural agigantava-se, especialmente na área dos morros de Osório e de Santo Antônio da Patrulha, cuja topografia irregular e com muitos minifúndios não acenava melhores dias. Em 1978, por exemplo, foram contabilizados 9.200 minifúndios só em Santo Antônio. A propósito, examinar: OS PRODUTORES queixam-se com razão: uma visão atual de Santo Antônio. *Correio do Litoral*, Osório, Santo Antônio e Tramandaí. a. II, n. 31, p. 8-10, 07 out. 1978. ÊXODO rural. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 3, 02 jun. 1979. Editorial, p. 2.

Ao contrário de outras, onde a mecanização da lavoura impediu o retorno ao campo,¹²⁰⁵ na área norte-litorânea, a sua falta na lavoura canavieira é que expulsou dia a dia muitos que se debandaram para a cidade. Sobretudo eram os jovens os primeiros a partirem, pois não desejavam passar o que seus pais enfrentavam: uma vida de muitos sacrifícios e de pouco retorno. Os que ficaram foram desanimando:

[...] se nós dependermos da nossa gurizada, nós não vamos moer nunca. Os velhos foram se terminando. [...] os antigos botavam a cana nas costas. Eu carreguei muita cana. [...] Encostava o caminhão, nós íamos carregar, subíamos na prancha e tudo. E hoje não tem quem faça isso. Não tem mesmo. Não tem assim um jovem que queira investir no pesado. Já querem ir para a fábrica de calçado para ter seu salário no fim do mês. E também ter aquela moleza, como se diz.¹²⁰⁶

Nessa altura, no estado, os minifundiários eram justamente os que mais enfrentavam problemas, revelados pelas tensões agrárias que se manifestavam em vários pontos.¹²⁰⁷ Diante deste cenário,

De Estado líder na agricultura, fomos cedendo terreno às outras regiões brasileiras. Hoje é São Paulo que passou a ser o celeiro do Brasil, sendo responsável por 20% da produção primária nacional, posição que tínhamos em 1960, nos superando em praticamente todos os produtos, exceção feita ao arroz e à lã. Na própria mecanização agrícola, onde éramos líderes, com 25% da frota nacional de tratores, recuamos para 19%, enquanto o Paraná saltou de 3% para 18%, e São Paulo chega hoje aos 40%.

Nossa produção de grãos está estacionada desde 1980, situação que se verifica também nas culturas temporárias, na fruticultura e na pecuária, com a exceção para as aves.

A concentração da propriedade da terra elevou-se, mostrando os dados do Censo de 1980 que 1% das propriedades detém 30% da área ocupada, enquanto, no outro extremo, 1/3 das propriedades ocupa 3% da área. [...] sucessivos percalços à indústria regional determinaram, progressivamente, a transformação de um modelo regional industrial integrado com a economia e voltado para o mercado interno de bens de massa em uma economia industrial cada vez mais vinculada às indústrias terminais do Centro-Sul, através do fornecimento de insumos.

Esta tendência, hoje visível, de reforço das chamadas indústrias de produção intermediária, está pouco a pouco diminuindo a integração econômica da região, aumentando sua dependência em relação a centros externos e, como consequência, diminuindo as possibilidades de maiores resultados e a apropriação de lucros, já que

¹²⁰⁵ A MECANIZAÇÃO da lavoura impede retorno ao campo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16 maio 1980. Suplemento *Correio Rural*, p. X. Ver também PRONTO Socorro para combater a miséria e o crime. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 32, 29 mar. 1981. ESTADO detém alto índice de mecanização agrícola. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 20, 23 maio 1982. ÊXODO rural é a preocupação de todos. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. VII, 19 dez. 1982. CONTENÇÃO ao êxodo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 26 jun. 1983. O AUMENTO do êxodo rural é preocupação crescente no Estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 04 jul. 1982.

¹²⁰⁶ Depoimento de Angelino da Costa Neto concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º fev. 2001.

¹²⁰⁷ NO OESTE existem problemas de terra. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 04 jul. 1982. TÉCNICO faz pesquisa e aponta solução para salvar o minifundiário. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 04 jul. 1982. PROBLEMAS fundiários do RS não serão resolvidos a curto prazo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 15, 15 set. 1982. MOMENTO agrário é de grande tensão. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 21, 29 set. 1982. LATIFÚNDIO e minifúndio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 12, 26 jun. 1983.

os mesmos passam a ser definidos fora do estado, além de agregar mais fortemente uma variável externa.¹²⁰⁸

Alternativas para tirar o Rio Grande do Sul do seu estado crítico foram estudadas, discutidas e apontadas por economistas, especialmente. Destacam-se, no cenário de busca de saídas, as análises e propostas oferecidas por Francisco Carrion Jr.¹²⁰⁹ Em Santo Antônio da Patrulha, as lideranças empresariais e políticas também pararam para realizarem um amplo debate sobre a crise econômica que atravessavam. A crise energética e a crise agrícola foram apontadas como as estranguladoras do momento.¹²¹⁰ Para a região, foi agilizada a atuação do Plano de Desenvolvimento Integrado do Litoral Norte, através de convênios com vistas ao incentivo à agricultura, à pecuária e aos hortigranjeiros.¹²¹¹

Em 1979, o prefeito municipal Ferúlio Tedesco Neto,¹²¹² ao escrever o editorial do nº 129 do Suplemento dos Municípios, do Diário de Notícias, dedicado inteiramente a Santo Antônio da Patrulha, destacou, dentre as mais de cem indústrias instaladas,¹²¹³ o papel da AGASA como produtora de açúcar e de álcool do estado, sediada no município, ainda que em crescente e flagrante crise. O reconhecimento da gravidade da situação está expresso quando apontou que o problema mais grave do município era o êxodo rural. Os canavieiros e outros pequenos produtores estavam deixando suas terras e suas casas, a exemplo de muitos que já haviam partido e atirado no abandono o que tinham, para desafiarem a cidade grande e nela buscarem melhores condições de vida.¹²¹⁴

¹²⁰⁸ CARRION JR, Francisco. *O Rio Grande em busca de novos caminhos: por um projeto regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. p. 37 e 41. Do mesmo autor, examinar: A economia do Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José H. (Org.). *RS: economia & sociedade*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. CARRION JR., Francisco. *RS: política econômica & alternativas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. Como articulista, Carrion escreveu: Por um projeto regional. In: RIBEIRO, Carlos Reinaldo Mendes. (Org.). *Autonomia ou submissão?* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

¹²⁰⁹ Examinar também: A UM ano das eleições de governadores, economistas não têm consenso sobre modelo alternativo regional. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 26-28, 08 nov. 1981. O RIO Grande deve ocupar os espaços vazios. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 30-31, 12 nov. 1981. O ANO agropecuário e as perspectivas. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 31 dez. 1982. Suplemento Rural, p. 9-12.

¹²¹⁰ A CRISE econômica e seus reflexos em Santo Antônio. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 10, p. 10-11, 08 set. 1979.

¹²¹¹ PROJETOS incentivam litoral norte: agricultura, pecuária e hortigranjeiros. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 12, p. 14, 06 out. 1979.

¹²¹² No seu primeiro ano de governo, ele fez um balanço positivo do mandato. SANTO Antônio em pauta: Ferúlio completa 1º ano de administração. *Correio do Litoral*, Osório, Santo Antônio e Tramandaí, a. I, n.12, p. 6, 11 mar. 1978.

¹²¹³ Nessa gestão do prefeito Ferúlio Tedesco Neto, foram acolhidas filiais de indústrias calçadistas do Vale dos Sinos, que atraíram muitas famílias da agricultura para a cidade. Ver: INDUSTRIALIZAÇÃO: meta prioritária para Santo Antônio. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 4, p. 1, 16 jun. 1979.

¹²¹⁴ Uma das áreas mais desoladoras era a de Cantagalo, em Santo Antônio da Patrulha. A propósito, examinar: CANTAGALO: ao lado da beleza selvagem, a miséria e o abandono das terras. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 2, p. 6-7, 19 maio 1979.

Ivo Stoffel recorda, que nos anos de 1972, 1973, 1974 e 1975, os jovens saíram para a cidade, atraídos pelo *Milagre Brasileiro*. Foram para as fábricas de calçados de Igrejinha, Sapiranga e outras do entorno. “Ficaram os velhos. Com eles não dava para fazer a grande produção.”¹²¹⁵ Stoffel apontou também que, de Maquiné até o Passo das Moças, em Gravataí, nos meses de março a maio, não dava para fazer reunião com os canavieiros, porque estavam como força de trabalho no arroz. Segundo ele, os anos de 1963 a 1971 foram da ascensão da AGASA. A partir de 1972 até 1977/1978, ainda que em declínio, deu para segurar com a produção de várzea da Fazenda Maciel. E diz mais:

A cana no morro perdeu a mão-de-obra, e começou a fome. A partir de 1972/1973, iniciou o fim da AGASA. Como manter a AGASA viva? Como substituir a mão-de-obra pela máquina no morro? Veio o desespero. Vamos plantar a cana própria! Compraram seiscentos e poucos hectares – a Fazenda Maciel, uma área de banhado. Onde encontrar área mecanizada do Morro Grande a Miraguaia? Não havia quatrocentos ou trezentos hectares para comprar. A Fazenda até que deu uma excelente cana. Mas, e a mão-de-obra? O município esvaziou. O milagre foi bom de um lado, mas matou a agricultura. As indústrias incharam as cidades, e o meio rural ficou vazio.¹²¹⁶

Outros depoimentos ilustram essa realidade:

[...] a rapaziada desiludiu [...] e terminaram ficando só os velhos. [...] Famílias inteiras foram para Porto Alegre. Aquele horizonte era muito pequeno para eles, para essa nova geração. O pessoal novo tem horizontes, eles querem lutar, querem sair. [...] O rural perdeu para o urbano. [...] Tu vai nesses loteamentos novos que têm aí para tu veres a quantidade de casas. Gente que teve sucesso no trabalho aqui na cidade [...].¹²¹⁷

A AGASA era, no início, a esperança. Era a esperança que eles, produzindo cana-de-açúcar, pudessem mudar. Mas dois anos é muito pouquinho tempo para mudar a constituição de uma família; mudar a cabeça de uma família; mudar, vamos dizer assim, a economia, o bem-estar dessa família. O funcionamento da AGASA... dois, três anos, ela funcionou. Mas aí foi em queda. Não atingia já... Começou a vir o descrédito. Então, essas famílias passaram a ir embora, os filhos iam servir e não voltavam mais. Servia o Serviço Militar e não voltava mais. O filho ia trabalhar de pedreiro, ia trabalhar de empregado de outro. Aí começou a ver alguma coisa na vida, alguma indústria, algum comércio. Então vinha do interior para trabalhar na cidade e deixava os pais sozinhos.¹²¹⁸

O coroa desiludiu e foi embora para as grandes cidades. [...] foram a Novo Hamburgo, que cresceu mais com a população de Santo Antônio. Foi para Sapiranga, Parobé. Tem muita gente para lá. Porto Alegre... Gravataí... cresceu

¹²¹⁵ Djalmo Martins apontou o surgimento do município de Agudo, além de Novo Hamburgo, fruto dessa migração. E recorda que, na década de 1980, foi à prefeitura de Cachoeirinha, e, ao meio dia, visitou o pátio. Contou trinta e dois funcionários; todos de Santo Antônio da Patrulha. Depoimento de Djalmo Martins de Oliveira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 02 nov. 2005.

¹²¹⁶ Depoimento de Ivo Stoffel concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º maio 1999. (Grifo nosso).

¹²¹⁷ Depoimento de Ferúlio Tedesco Neto concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 18 dez. 2004.

¹²¹⁸ Depoimento de Ary Ilmar Frank concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 10 jan. 2001.

uma barbariidade. Saíram tudo. Houve uma época que não existia ninguém em Santo Antônio. Olha aqui... não existia ninguém nem para fazer um baile. Tinha que buscar de fora, entendeu?¹²¹⁹

Ilustrativa, mas ao mesmo tempo desoladora matéria foi publicada, a respeito, destacando que famílias inteiras estavam abandonando Santo Antônio da Patrulha, município pobre, e que não se recuperou nem após receber um acesso à Auto-estrada. E assim completa.

Visite Santo Antônio da Patrulha antes que acabe. Pelo menos a população vem diminuindo e o próprio prefeito arenista da cidade, Gelso Marcelo Bier, diz estar “fazendo tudo o que pode e nem assim adianta muito.” E não somente ele, mas até mesmo o vereador emedebista Pedro Machado Flor – reeleito já, pela quarta vez – não pode “atacar o prefeito Gelso. Ele realmente está fazendo tudo o que é possível com o orçamento insignificante de Santo Antônio.” [...] Todos os anos centenas de famílias saem daqui e vão procurar emprego na Grande Porto Alegre. [...] Não existe emprego, o comércio é pequeno, a produção de fumo e cana – apesar do município ter a única usina de açúcar do Estado – não pode ser contada como muito grande em termos de arrecadação de impostos. [...] **A maneira encontrada pelo prefeito e pelos vereadores das duas bancadas para que a cidade não morra foi, primeiro, conseguir um acesso para a auto-estrada.** [...] Agora, para segurar a mão-de-obra jovem que está se evadindo da cidade, o prefeito Gelson decidiu criar um Distrito Industrial no trevo de acesso à auto-estrada.¹²²⁰

Cláudia Monteiro Pacheco produziu interessante monografia, na qual buscou identificar as razões e os rumos dos migrantes patrulhenses, na década de 1970; aliás, um fenômeno que não era exclusivo do município: era nacional. Um crescimento negativo da população vinha ocorrendo desde a década de 1960, agudizando-se na de 1970, sobretudo pelas políticas nacional e estadual voltadas para o desenvolvimento industrial, que acabou secundarizando a agricultura e, por conseqüência, as pequenas e médias propriedades, bem como a policultura.

A migração de áreas rurais no Rio Grande do Sul foi de 854.000 pessoas entre 1960 e 1970 e de 1.262.000 na década de 1970.¹²²¹ Para a referida autora, Santo Antônio da Patrulha, talvez tenha sido o município gaúcho que mais população perdeu em termos percentuais na década de 1970. Ou seja, cerca de 12 mil pessoas migraram, reduzindo a população de 53.626 habitantes para 41.339, conforme os censos de 1970 e 1980. Dos cinco distritos do município, com exceção da sede, todos perderam cerca da metade dos seus moradores. Cláudia Pacheco apontou como motivos do êxodo patrulhense¹²²² a concentração da posse da terra, o declínio

¹²¹⁹ Depoimento de José Maciel Gomes – *Zé Paulino* – concedido a Vera Lucia Maciel Barroso em 02 fev. 2000. (Grifo nosso).

¹²²⁰ ACESSO à auto-estrada não impulsionou velha cidade. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 25-26, 11 out. 1976. (Grifo nosso).

¹²²¹ FUNDAÇÃO E ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Indicadores Econômicos*, Porto Alegre, v. 21, n. 4, 1994, p. 260.

¹²²² PACHECO, Cláudia Monteiro. *O processo de esvaziamento populacional de Santo Antônio da Patrulha/RS na década de 1970*. 2001. Monografia (Especialização Lato Sensu em História Contemporânea) - Núcleo Integrado de Pós-Graduação, Faculdades Porto-Alegrenses, Porto Alegre. p. 13.

da mão-de-obra da agricultura intensiva, a política agrícola brasileira, o crescimento demográfico do Brasil e fatores de atração.¹²²³

Efetivamente, como já verificado, no município, as terras de planície estavam concentradas nas mãos dos orizicultores e pecuaristas, notadamente em áreas do 1º e 2º distritos. Aos pequenos agricultores ficaram as piores terras, localizadas nos morros. Então, o território municipal assim se mantinha desenhado: de um lado, a área plana, de agricultura empresarial; portanto, mais rica e menos povoada, e, de outro, a área dos morros, pedregosa, de cana-de-açúcar; portanto, mais pobre e mais povoada. Diante das condições de vida que levavam, os apelos das cidades grandes se mostraram irrecusáveis. As possibilidades de trabalho anunciadas em Gravataí, com o seu Distrito Industrial,¹²²⁴ e nos municípios calçadistas eram mais animadoras do que ficar. Assim, o cordão do abandono não tinha fim. O migrante Antônio Borba da Cunha, residente em Gravataí, informou que “[...] existia muito emprego. Chegava, e em torno de uma semana já estava empregado.”¹²²⁵

No elenco dos fatores de êxodo, a autora destaca a falta de política agrícola nacional voltada aos pequenos proprietários. As medidas governamentais se voltavam às lavouras empresariais, e, nesse sentido, um olhar equivocado para a lavoura canavieira gaúcha, sustentada no pequeno, conduzia os debates no âmbito do estado. As políticas públicas para a agricultura, naquela altura, assentadas no capitalismo e internalizadas nos campos, estavam descoladas da realidade dura dos pequenos produtores descapitalizados. Sua mão-de-obra desvalorizada na lavoura e as dificuldades de crédito agudizando-se acabavam por ampliar a expulsão do campo para a cidade. É o que demonstra um dos estudos a respeito:

¹²²³ PACHECO, Cláudia Monteiro. *O processo de esvaziamento populacional de Santo Antônio da Patrulha/RS na década de 1970*. 2001. Monografia (Especialização Lato Sensu em História Contemporânea) - Núcleo Integrado de Pós-Graduação, Faculdades Porto-Alegrenses, Porto Alegre. p. 63. A autora ao referir-se a fatores de atração, identificou as motivações que o urbano oferecia, atraindo muitos a saírem do meio rural.

¹²²⁴ Distrito criado em 22 de agosto de 1973, pelo Decreto nº 22.592, com uma área de 2.879.652 m², através do CEDIC (Conselho Econômico de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul). PACHECO, Cláudia Monteiro, 2001, p. 73.

¹²²⁵ Depoimento de Antônio Borba Cunha, migrante de Santo Antônio da Patrulha para Gravataí, concedido a Cláudia Monteiro Pacheco em 11 dez. 2000. In: PACHECO, Cláudia Monteiro. *O Processo de esvaziamento populacional de Santo Antônio da Patrulha/RS na década de 1970*. 2001. Monografia (Especialização Lato Sensu em História Contemporânea) - Núcleo Integrado de Pós-Graduação, Faculdades Porto-Alegrenses, Porto Alegre. p. 73.

Na última década, o crédito rural constituiu-se no principal instrumento da política agrícola brasileira. Considerando que tem aproveitado principalmente aos grandes produtores e privilegiado nitidamente os produtores que mantêm forte correlação com os estabelecimentos de médio e grande portes, a influência do crédito rural no enfraquecimento econômico dos pequenos produtores e, por consequência, no esvaziamento demográfico do campo afigura-se como de percepção meridiana.¹²²⁶

Depoimentos colhidos por Cláudia Monteiro com migrantes localizados na Região Metropolitana de Porto Alegre revelam muitas queixas nas memórias evocadas acerca do tempo em que viviam nos morros da cana, no tempo da usina. Um deles recordou:

A estrada era péssima, nem ônibus a gente tinha. Tínhamos que andar uma hora e pouco para conseguir pegar o ônibus na frente da AGASA. Só passava jipe na frente de casa. [...] Em matéria de conforto nós não tínhamos nada. Não tinha luz, não tinha água. Não existia naquela época nem poço artesiano, e água vinha do rio ou da sanga. Uma época eu fui picado de cobra às duas da tarde, e fui medicado somente as seis da tarde. Até o meu irmão ir e pegar a vacina para mim, chegou em casa às seis horas.¹²²⁷

Muitas matérias na imprensa da capital também foram dedicadas, neste período, ao fenômeno do êxodo que assolava muitos municípios. A seguir, uma chama a atenção:

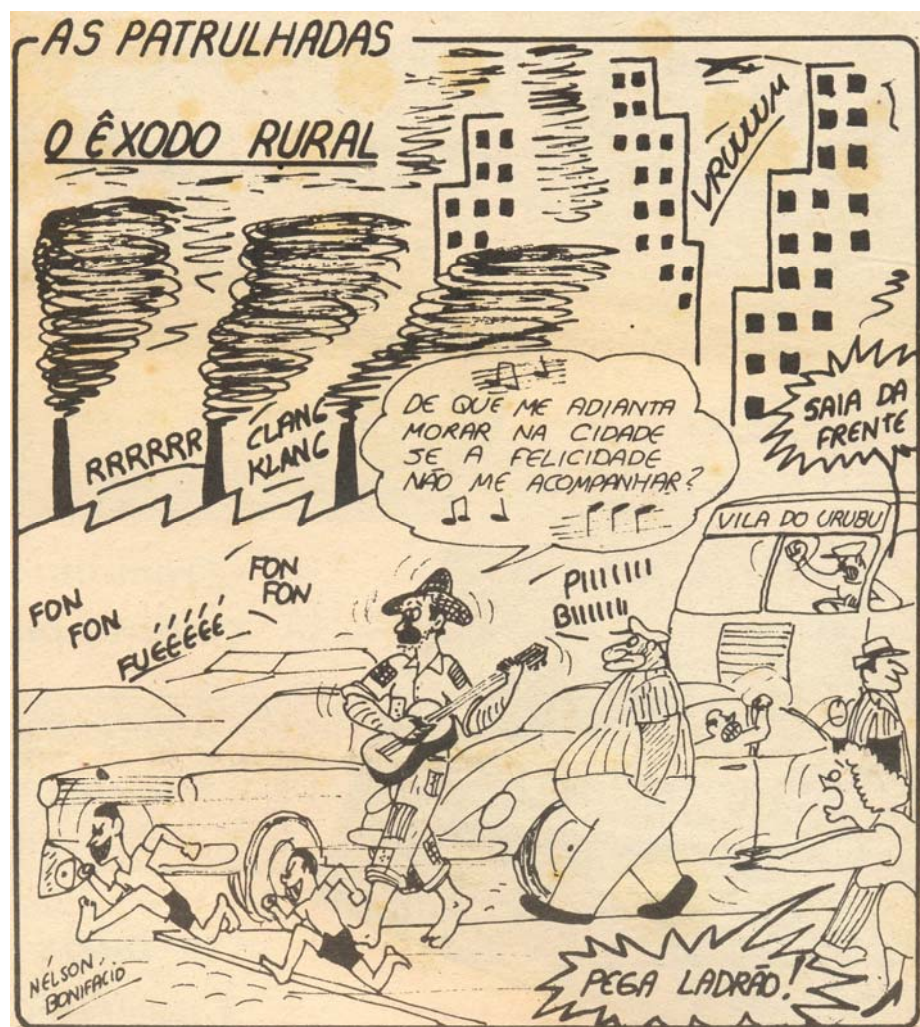
O Censo de 80 nos mostra que inúmeros municípios estão diminuindo de população, talvez pela carência e negligência de muitos administradores que mais se preocupam em pronunciar discursos, em distribuir sorrisos e preparar reuniões políticas para futuras realizações. O problema se agrava mais quando inexistem, na maioria dos municípios, estradas razoáveis, escolas em funcionamento, habitação, luz, ambulatórios médicos, recreação e outros bens indispensáveis à sobrevivência e fixação do homem rural em seu meio.¹²²⁸

Na imprensa da região em análise também foram publicadas interessantes matérias acerca da problemática. *O Êxodo Rural: a fuga da terra em busca de sonhos* encabeça manchete do jornal Folha Patrulhense, dedicando as suas páginas centrais ao tema, inclusive sua charge semanal.

¹²²⁶ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Considerações sobre o êxodo rural na Região Sul entre 1970 e 1980*: sinopse preliminar do Censo Demográfico do Brasil. Porto Alegre: SUDESUL, 1987. p. 42. Ver também: CRÉDITO fundiário e êxodo rural. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13 jul. 1979. Suplemento Rural, p. 4.

¹²²⁷ Depoimento de Antônio Borba da Cunha concedido a Cláudia Monteiro Pacheco em 11 dez. 2000. Examinar: PACHECO, 2001, p. 68-69.

¹²²⁸ ÊXODO Rural. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 1º jan. 1981. Suplemento Rural, p. 18. Ver também um balanço da crise no estado do início dos anos 1980. O REINO da Dinamarca. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 62, p. 2, 22 out. 1981.



Fotografia 102 – “As patrulhadas” – charge alusiva ao êxodo rural em Santo Antônio da Patrulha

Fonte: AS PATRULHADAS. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 18, p. 2, 15 jan. 1980.

A cidade, pintada como o fascínio das luzes, levou muitos.¹²²⁹ Mas não poucos, por terem vendido suas terras na fuga, ao sofrerem na cidade outros tantos problemas, não se viam estimulados a retornar. De um lado, como *sem-terra*, não tinham onde plantar, a não ser transformarem-se em peões de cana; e, de outro, porque os problemas que abandonaram tempos atrás, na espiada para uma possível volta, era visível que haviam agigantado-se.

¹²²⁹ Naquela conjuntura, Santo Antônio da Patrulha, sediada a poucos quilômetros da capital, batalhava para ingressar na região metropolitana. SANTO Antônio quer entrar para a região metropolitana. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 26, p. 10, 15 maio 1980. Na mobilização regional para a solução dos problemas, a 11ª Delegacia de Ensino articulou saídas para sustar a evasão escolar no Litoral Norte. Uma das fortes causas era o emprego das crianças e jovens como mão-de-obra familiar nos afazeres domésticos, enquanto os pais estavam na terra, ou como trabalhadores na produção agrícola. AUMENTA evasão de escolares no Litoral Norte. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 26, p. 11, 15 maio 1980.

Nos municípios da região foram feitas tentativas de implantar um trabalho integrado desenvolvido pela EMATER.¹²³⁰ O presidente da 5ª Região da Associação dos Técnicos Agrícolas, Edgar Silva, opinou, naquela altura, que o caminho para sustar o êxodo seria a criação de agroindústrias.¹²³¹

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha, em novembro de 1979, participou de reunião na Vila Bethânia, em Porto Alegre, com vistas à reestruturação da Frente Agrária Gaúcha (FAG). A tônica central da discussão foi o êxodo rural, com a constatação de que, somente em 1979, mais de 94.000 pessoas haviam deixado o campo rumo às cidades. Razões elencadas para isso, dentre outras destacam-se estas: a frustração nas zonas monocultoras do estado, com a soja e o trigo, cujas falências proliferavam em editais de leilões judiciais; a invasão das multinacionais, com a venda dos implementos agrícolas e as dívidas conseqüentes na situação de crise dos produtores; além da falta de ações concretas do Estado para sustar o processo crescente de abandono do campo. Um destaque foi dado à Igreja, que buscava fazer sua parte, elegendo o tema Imigração para a Campanha da Fraternidade de 1980.¹²³²

Cláudia Pacheco, em sua análise, acresce mais outros fatores, além dos já apontados, que denunciam a fuga da região norte-litorânea, notadamente do município patrulhense. Demonstra que sua população, na década de 1970, era composta predominantemente por crianças e jovens, comprovando um alto índice de natalidade, variável denunciadora de atraso econômico da área. A densidade demográfica do município era superior à do estado, que apresentava 24 hab/km², enquanto Santo Antônio da Patrulha indicava 40,4 hab/km².¹²³³ Diante desses dados, é compreensível a expulsão dos jovens do meio rural, por falta de trabalho. A cana não seria o atrativo, apesar dos apelos do PROÁLCOOL. Ainda mais com as dificuldades, visíveis aos fornecedores, da situação em que se encontrava a usina e do pouco que ela tinha a oferecer, ainda que fossem armadas estratégias para cativar os lavoureiros de cana.

Em 1975 foi publicado interessante trabalho em que Santo Antônio da Patrulha é apontado como um dos quatro municípios do Rio Grande do Sul que mais liberou população

¹²³⁰ ÊXODO Rural. O fascínio das luzes. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 18, p. 8-9, 15 jan. 1980.

¹²³¹ AGROINDÚSTRIAS: uma urgente opção. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 18, p. 10, 15 jan. 1980. Mas os empresários patrulhenses previam muitas dificuldades pela frente. Dr. Kury, um dos idealizadores da AGASA, declarou, em 1980, que só acreditaria num futuro melhor se houvesse mudanças radicais da economia, se fossem corrigidas as distorções sociais, em que uns têm tudo e a maioria absoluta não tem nada. Idem, *ibidem*, p. 15.

¹²³² OS IMIGRANTES. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 16, p. 11, 1º dez. 1979.

¹²³³ PACHECO, 2001, p. 70.

no estado. Santo Antônio, Canguçu, São Francisco de Paula e Taquara, respondiam por ¼ de todas as liberações, enquanto que os ¾ restantes distribuíam-se entre outros 55 municípios. Segundo esse estudo, para Novo Hamburgo, Alvorada e, inclusive, Caxias do Sul migraram os patrulhenses.¹²³⁴

Aliás, na imprensa, as migrações e a usina açucareira sempre ganhavam espaço. Para informar os sucessos ou dificuldades da AGASA, as matérias se avolumavam, ganhando proporção diante dos sérios problemas que dia-a-dia se agigantavam, como aponta a Gazeta do Litoral:

A solução mais política que técnica da localização da usina, na divisa dos dois municípios, fez com que a fábrica ficasse “espremida” entre a serra e a Lagoa dos Barros, sem uma infra-estrutura de transportes capaz de proporcionar um baixo custo de frete, ou um menor desgaste dos veículos usados, ou ainda o transporte com qualquer tempo. Tudo isto tem desestimulado os produtores, e a cada um, apesar dos esforços da AGASA, a oferta de cana parece minguar. Como se não bastassem estes problemas o êxodo rural atinge proporções alarmantes em nossa região, fazendo com que diminua a cada dia a mão de obra disponível para o cultivo da cana.

A capacidade da AGASA é de 300 mil sacos de açúcar por safra, capacidade esta que pode ser elevada para 400 mil, no entanto a cada ano a usina vem fazendo ao redor de 100 mil sacos, devido à falta de matéria-prima. Acontece que centenas de alambiques espalhados por toda a região absorvem uma grande parcela de cana produzida com o incentivo da AGASA.¹²³⁵

Portanto, das lavouras dos que ficaram no morro, a cana que descia estrada abaixo era cada vez mais escassa. A respeito, Ferúlio Tedesco Neto, eleito prefeito de Santo Antônio da Patrulha, na sua primeira entrevista, antes de assumir, em 1º de janeiro de 1977, afirmou que a zona canavieira era uma calamidade, ao que completou:

Nossa votação naqueles locais, traduz a realidade: não há estradas. Pretendo abrir estradas na zona canavieira, pois caso contrário a AGASA sem matéria-prima não produz, não vende, não dá renda e, conseqüentemente, o município não arrecada. Pretendemos fazer um trabalho vigoroso e proveitoso.¹²³⁶

¹²³⁴ FERRAZ, Francisco et al. *Perfil sócio-econômico das populações urbanas de baixas rendas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS/IEPE, vol. 1, 1975, p. 57 seg. A propósito, Milton Santos escreve que, entre 1940 e 1980, dá-se verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população urbana. Informa o autor que a taxa de urbanização, em 1940, era de 26,35%, passando a alcançar 68,86 % em 1980. SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 29.

¹²³⁵ AGASA: a luta pela matéria-prima: um pouco de História. *A Gazeta do Litoral*, Santo Antônio, Osório, Tramandaí, 07 fev. 1977. Página do Agricultor, p. 2.

¹²³⁶ FERÚLIO concede sua primeira entrevista. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 53, p. 5, 22 dez. 1976.

Por isso que a idéia de aproveitar o solo fértil das várzeas, com possibilidade do emprego de mecanização da lavoura ganhava espaço, desde que drenadas e corrigida a acidez do solo. Era a saída para compensar a falta de matéria-prima, a exemplo do que faziam muitas das usinas do Centro e do Norte do país. Foi o que a AGASA passou a fazer, com bom rendimento, segundo seus diretores e o engenheiro-agrônomo responsável pelo Departamento Agrícola da usina. A orientação era a de que os fornecedores de cana recebessem toda a assistência técnica e creditícia completa. Em princípio de 1977, existiam 68 lavouras demonstrativas em diferentes localidades de Osório e de Santo Antônio da Patrulha. Havia uma grande diferença entre as lavouras. As assistidas e melhoradas apresentavam um rendimento médio de 132 toneladas/ha, enquanto que nas tradicionais, sem acompanhamento técnico, o resultado era de 70 toneladas por hectare.¹²³⁷

Entretanto, impressiona na análise desta crise, que apesar do êxodo rural crescente e da escassez de cana, face o abandono dos canaviais por muitos, em tempo de crise do petróleo, à AGASA foi dada a condição de alcooleira, além da de produtora de açúcar, nome que recebeu desde sua gestação. Foi nessa condição que a usina iniciava então, a última e derradeira fase de sua vida útil. Mas, o que se seguiu, na verdade, foi a prorrogação do seu desfecho.

5.1 AÇÚCAR E ÁLCOOL: A ESTATAL SE AMPLIA. E OS CANAVIAIS?

Em 1973, os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), diante da situação do mercado internacional, decidiram quadruplicar os preços do produto.¹²³⁸ Por conseqüência, em todo o mundo, em especial as economias dependentes das importações, como o Brasil, sofreram forte impacto.

¹²³⁷ FERÚLIO concede sua primeira entrevista. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 53, p. 5, 22 dez. 1976. O binômio cana-arroz, nas áreas de várzeas, foi perseguido por mais de uma direção da AGASA como a saída empresarial para o açúcar. Para a usina, o pequeno produtor não respondia à suficiência industrial; a encruzilhada desnorteava o rumo. Para o diretor Ary Frank, ficaria solucionado o problema do açúcar se os orizicultores aderissem à cana, casada com o arroz. Examinar: AGASA propõe binômio cana – arroz. *Abertura*, Osório, n. 2, p. 1, 11 jun. 1977.

¹²³⁸ Segundo Carneiro, a quadruplicação dos preços de petróleo, no final de 1973, foi a primeira exibição de musculatura política e econômica do cartel da OPEP. CARNEIRO, Dionísio Dias. Crise e esperança: 1974 - 1980. In: ABREU, Marcelo de Paiva. (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 296.

O Brasil produzia apenas 20% de suas necessidades de consumo. Diante da imposição externa, haveria que tomar medidas profundas na estratégia nacional para enfrentar a situação da crise petrolífera. Em vez da recessão, o caminho apontado pelo II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), aprovado pelo Congresso Nacional em dezembro de 1974, foi o de desenvolvimento, praticado com grandes investimentos na área de infra-estrutura (geração de energia elétrica, produção de petróleo e de álcool combustível, energia nuclear, transportes e telecomunicações) e na produção nacional de insumos industriais e de bens de capital (máquinas e equipamentos), em substituição aos importados.¹²³⁹

A grande beneficiária dos dois choques do petróleo, em 1973 e 1979,¹²⁴⁰ que abalaram a economia brasileira e de outros países, foi, sobretudo, a agroindústria canavieira.¹²⁴¹ Como observou Eduardo Moreira,

[...] mais importante que vantagens técnicas e de custo a favor da cana-de-açúcar, o principal fator que determinou a hegemonia quase absoluta desta cultura para a produção do álcool foi o fato de ela ser a única já cultivada como matéria-prima industrial, existindo experiência e capacidade instalada (ociosa) nas usinas para o seu processamento.¹²⁴²

É nesse contexto que o Rio Grande do Sul vai, ainda que tardiamente, participar da estratégia nacional de resistência ao revés conjuntural, definindo a AGASA como a empresa que deveria responder no estado por sua participação no PRÓALCOOL.

Naquela fase, no governo militar, é que começou o PROÁLCOOL. Ah, o Rio Grande do Sul não pode ficar fora! Tinha havido antes uma experiência. Poderia ter dado certo, mas não deu certo. Aí o governo estadual, no governo Amaral de Souza, resolveu fazer uma usina de álcool que custou... vou dar um número aqui, mas não sei se foi cinqüenta milhões de dólares e tal, e esse dinheiro foi tomado de

¹²³⁹ MÜLLER, Carlos Alves. *A história econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Grande do Sul, 1998, p. 208-9. A partir de 1974, a economia brasileira entra em processo de desaceleração de seu ritmo de crescimento, findando o ciclo expansivo que até então a demarcou. Examinar dois trabalhos a respeito: HENS, Renato; BASTOS, Raul. O ciclo expansivo (1968-1973) e CANUTO FILHO, Otaviano. A extroversão financeira (1964-1986). In: *Questões de Economia Política*: Revista Semestral do CEDE, Porto Alegre: Mercado Aberto, a. 3, n. 4, 1987, p. 52-57. No III PND, de 1979, a aceleração do PROÁLCOOL, além da intensificação dos programas de pesquisa e exploração da Petrobrás, são destaques. Ver: III Plano Nacional de Desenvolvimento/PND. In: *Separata da Vox Legis*. v. 134, fev. 1980, p. 25.

¹²⁴⁰ Em 1979, declarou o ministro das Minas e Energia que, a longo prazo, 40% dos veículos brasileiros queimariam álcool hidratado como combustível exclusivo. POSTOS de álcool. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 4, 30 abr. 1979.

¹²⁴¹ Nessa ocasião, houve uma grande baixa no preço do açúcar no mercado internacional. HEREDIA, Beatriz Alasia de. *Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. São Paulo: Marco Zero; Brasília/DF: MTC/CNPq, 1988, p. 73. A produção de álcool na AGASA já estava projetada, mesmo antes da crise petrolífera. Ver: AGASA quer aumentar a produção de açúcar e fabricar álcool. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 9, 31 jan. 1971.

¹²⁴² MOREIRA, Eduardo F. P. Expansão, concentração e concorrência na agroindústria canavieira em São Paulo: 1975 a 1987. 1989. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas/SP, p. 55. Apud RAMOS, Pedro. 1999. p. 172.

empréstimo por uma instrução..., parece que a instrução 263. Foi um dólar que depois ele se multiplicou. Ficou difícil de pagar. Mas para fazer o álcool. Aí deixou de fazer açúcar e deixou de fazer o melaço, que era um mercado certo.¹²⁴³

É o que confirma outro depoente:

Essa destilaria de álcool que foi montada ali foi com dinheiro que veio do PROÁLCOOL. Logo que o governo federal lançou o PROÁLCOOL, o estado tomou o financiamento, e foi naquela época que as coisas estavam amarradas ao dólar. A tal de resolução 263 disparou, o preço passou a ficar mais caro. Então, a AGASA ficou endividada, e as dívidas eram da usina de álcool; não eram dívidas da usina de açúcar.¹²⁴⁴

Paulo Dapper, diretor administrativo da AGASA naquela altura, posicionou-se contrário ao empreendimento:

[...] é outra história bem complicada. [...] Nós entramos na busca de uma solução alternativa de produção de combustível a nível de Brasil, onde nasceu o tal de PROÁLCOOL. O Rio Grande do Sul, não querendo ficar para trás, também se imiscuiu nesse programa. Como único elemento disponível para a difusão da idéia era a AGASA, contra o meu posicionamento pessoal, contra o posicionamento pessoal do diretor técnico Kovarick, com o aval do presidente João Giugliane Filho, a AGASA acabou implantando aí a destilaria de álcool, econômica e financeiramente inviável. Por quê? Na época, 78, 79, a matéria-prima que nos era disponibilizada já era insuficiente para tocar, a plena capacidade, a unidade instalada para produzir açúcar. Então, se a matéria-prima que abastece a minha unidade instalada é insuficiente, eu já estou teoricamente operando com prejuízo. Se eu ainda vou dividir a matéria-prima com o meu vizinho, certamente vai aumentar o meu prejuízo. Mas, com o aval do diretor-presidente, o Estado fez com que a gente implantasse esta unidade produtora de álcool. E o detalhe principal: a 20 de setembro de 1980, essa usina era para ser inaugurada. Foi feita uma grande festa... estar produzindo a plena capacidade. **O governo federal, através do PROÁLCOOL, tinha uma linha de financiamento a juros subsidiados. Mas isso implicava na elaboração e aprovação de um projeto. Como esta decisão governamental nos concedeu um prazo não superior a um ano, nós não pudemos aguardar a aprovação deste projeto. Aí vem o detalhe do endividamento da empresa: nós fomos captar recursos no mercado a custo de mercado para implantar esta unidade produtora de álcool que serviria de referencial para que outros [...] ingressassem na produção de álcool no estado do Rio Grande do Sul.** [...] Os técnicos do governo vieram e fizeram o estudo de viabilidade econômica, e, cada vez que o João Giugliane Filho não estava presente, eu fazia de tudo para demovê-los. Mas era determinação governamental. Era para ser implantada uma destilaria de álcool aqui. [...] o parecer técnico deve ter sido montado. O estudo de viabilidade econômica, tenho certeza absoluta de que foi montado.¹²⁴⁵

¹²⁴³ Depoimento de Benito Barbosa Izolan concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2005.

¹²⁴⁴ Depoimento de Edgar da Silva concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2005. Dilço Goularte conta que ajudou a montar a destilaria e que o dinheiro foi buscado nos bancos. As colunas de cobre vieram da antiga destilaria de Osório, e o restante, em aço inoxidável, veio de São Paulo, de onde também trouxeram técnicos para ensinar. “E nós aprendemos, graças a Deus”. Depoimento de Dilço José Goularte concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 03 nov. 2005.

¹²⁴⁵ Depoimento de Paulo Dapper concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 17 fev. 2000. (Grifo nosso).

Aliás, no Brasil, até 1975, quase não se moía cana para a produção de álcool,¹²⁴⁶ que era elaborado secundariamente nas poucas destilarias (a maioria em São Paulo) anexas aos complexos agroindustriais. Em alguns, se produzia e comercializava melação em detrimento do álcool. Entretanto, face à crise energética, ele se impôs como uma alternativa, com preço e mercado garantidos com a atuação do PROÁLCOOL.

Para potencializar o Programa, foram abertas linhas de crédito em condições extremamente favoráveis para que as destilarias se instalassem e/ou ampliassem seus equipamentos, e para que novas unidades, como destilarias autônomas, também fossem instaladas.

Os financiamentos chegavam a cobrir até 80% do investimento fixo para destilarias à base de cana-de-açúcar e até 90% para destilarias envolvendo outras matérias-primas, como a mandioca, o sorgo sacarino, o babaçú e outros. Na parte agrícola, os financiamentos chegavam até 100% do valor do orçamento, respeitando os limites de 80 e 60% do valor da produção esperada, respectivamente nas áreas da SUDAM e da SUDENE.¹²⁴⁷

O PROÁLCOOL teve três períodos bem definidos:

- a) o de *expansão moderada* (1975-1979), com financiamento da montagem e ampliação das destilarias anexas às usinas existentes, o que fez aumentar a área tradicional de açúcar e a destilação de álcool anidro para ser misturado com a gasolina;
- b) o de *expansão acelerada* (1980-1985), que fez aumentar a produção de álcool hidratado, para uso em motores a álcool, a partir da montagem de destilarias autônomas localizadas nas novas plantações de cana, em regiões antes ocupadas por outras culturas e

¹²⁴⁶ A história da indústria alcooleira pode se dividir em três períodos: (1) da República Velha até a criação do IAA (1933); (2) da criação do IAA à instituição do Proálcool (1975) e (3) da instituição do Proálcool ao presente. Cf. BRANDÃO, Adelino, 1985. p. 187. O Rio Grande do Sul participou da primeira fase para defender-se da temida escassez mundial de petróleo. Getúlio Vargas, ao assumir o Governo Provisório, incluiu o álcool-motor em seu programa. Em entrevista a Assis Chateaubriand, anunciou o uso obrigatório de uma percentagem de álcool no motor a gasolina. Anunciou ainda que daria prazo para importar, sem direitos aduaneiros, aparelhos modernos para destilação de álcool. Antes, em 1922, já tinham sido realizadas experiências públicas em diferentes marcas de carros e em trator, com álcool produzido em Pernambuco, e também com mandioca e milho, produzidos na Fazenda Paquete, de Nicolau Kroeff, no município de Caí, estado do Rio Grande do Sul. Ele e os filhos, em sua fazenda, só usavam, nos caminhões e tratores, álcool que produziam. Mas, com o surgimento do IAA, foram obrigados a fechar sua usina, cujo maquinário foi vendido em partes. GONÇALVES, Paulo Annes. O álcool-motor em 1930. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 29 maio 1981. Suplemento rural, p. 4. AINDA o álcool em 1930. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12 jun. 1981. Suplemento Rural, p. 4.

¹²⁴⁷ GONÇALVES NETO, Wenceslau et al. *Álcool no Triângulo Mineiro (1975-1980): análise de jornais de Uberlândia, MG*. Uberlândia: UFU, [s.d.] (Trabalho digitado). Siglas referidas: SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia); SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste).

c) o de *desaceleração e crise* (1986-1990).¹²⁴⁸

Em julho de 1976, a Comissão Nacional do Alcool aprovou onze projetos de destilarias, aumentando para 49 o número de projetos aprovados no país, ainda que nenhum estivesse enquadrado nas exigências do Programa Nacional do Alcool.

Os técnicos tinham expectativa de que o PROÁLCOOL começasse a desenvolver-se efetivamente a partir de setembro.¹²⁴⁹ Afinal, em valores de 1977, o Programa permitiria uma economia de divisas da ordem de um bilhão de dólares; uma meta certamente urgente diante do fraco desempenho das exportações do açúcar para o mercado mundial.

¹²⁴⁸ SHIKIDA, Pery Francisco Assis; MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de. *Agroindústria canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios*. São Paulo: Atlas, 2002. p. 268. O Rio Grande do Sul, além de aderir tardiamente ao Programa, teve vida efêmera, não alcançando a terceira fase.

¹²⁴⁹ A imprensa escrita passa a ser a grande divulgadora do PROÁLCOOL, já desde janeiro de 1976. Exemplos: ALCOOL no centro do Brasil. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 13, 06 jan. 1976. ALCOOL na Amazônia. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 12, 08 jan. 1976. ALCOOL no Paraná. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 13, 29 jan. 1976. ALCOOL: atraso de construção das novas destilarias. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 13, 19 fev. 1976. ALCOOL. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 13, 27 fev. 1976. DESTILARIA. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 13, 12 mar. 1976. ALCOOL carburante. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 4, 24 mar. 1976. ALCOOL em Goiás. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 13, 27 mar. 1976. ALCOOL. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 13, 02 abr. 1976. APROVADOS mais onze projetos do álcool. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 5, 17 ago. 1976. PRODUÇÃO de álcool é alternativa comercial. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 18, 30 set. 1976. ALCOOL da mandioca. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 1, 05 out. 1976. CARROS a álcool estão com testes atrasados. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 3, 16 out. 1976. EM VEZ de óleo, álcool vai gerar eletricidade. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 1, 20 out. 1976. CARRO a álcool. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 3, 04 nov. 1976. ALCOOL-MOTOR e sua história. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 25, 16 jan. 1977. RS vai ingressar na produção de álcool a partir da mandioca. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, p. 22, 20 abr. 1979. Em Osório e Santo Antônio, houve expectativa de criação de miniusinas. A respeito, examinar: ALCOOL debatido em Santo Antônio. *Correio do Litoral*, Osório, Santo Antônio e Tramandaí. a. II, n. 58, p. 4, 16 jun. 1979. USINAS de álcool ganham incentivo. *Correio do Litoral*, Osório, Santo Antônio e Tramandaí. a. II, n. 61, p. 8, 07 jul. 1979. O RS e o Proálcool III: cana e mandioca: as vantagens e desvantagens para obter o etanol. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 20, 28 set. 1979. PERMANÊNCIA do PROÁLCOOL deve ser afirmada para eliminar incertezas. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 07 set. 1979. BANHADO do Chicolomã: um atoleiro de interesses. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 14, p. 8-9, 03 nov. 1979. O álcool também foi assunto quando do debate acerca das nascentes do Rio Gravataí. TRESSOLDI fala do Proálcool. *Correio do Litoral*, Osório, Tramandaí e Santo Antônio. a. III, n. 82, p. 10, 29 nov. 1979. USINA de álcool em Lomba Grande deverá estar pronta em 18 meses. *NH*, Novo Hamburgo, p. 3, 04 fev. 1980. GAÚCHOS pagam pelo Proálcool mas ficam fora das vantagens. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 32-33, 18 maio 1980. O RIO GRANDE entra na corrida do álcool. Entra? *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 28-29, 29 jun. 1980. CASTILHOS, Raul. Estado precisa se mobilizar para produzir álcool de cana. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 24 ago. 1980. SOUZA, Eli de Moraes. O álcool como fonte alternativa de energia. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27 fev. 1981. Suplemento Rural, p. 9. LITORAL seria beneficiado com exploração do álcool de madeira. *Folha do Litoral*, Osório, Torres, Tramandaí, Santo Antônio. a. IV, n. 160, p. 9, 18 jun. 1981. AGRICULTOR pode produzir álcool para consumo próprio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 03 jul. 1981. Suplemento Rural, p. 8. SANCHOTENE, Maria do Carmo. PROÁLCOOL: enfoque ambiental (II). *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18 set. 1981. Suplemento Rural, p. 6. PEQUENAS usinas garantem produção gaúcha de álcool. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 34, 12 out. 1981. RS quer três usinas para extrair álcool da madeira. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 5, 26 set. 1982. ALCOOL: Estado fala no apoio à empresa privada. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 17, 23 jan. 1983. E, de fato, a contar de 1976, o Programa impõe-se em busca de sua difusão. APROVADOS mais onze projetos do álcool. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 5, 17 ago. 1976. E nesse ano de 1976, o preço do açúcar brasileiro subiu no mercado internacional. Ver ALCOOL em Goiás. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 12, 26 mar. 1976.

Até julho do mesmo ano, as vendas acumuladas do produto somaram 200 milhões de dólares, representando um prejuízo interno de aproximadamente 100 milhões de dólares, em consequência dos baixos preços do mercado internacional. Segundo o presidente do IAA, os preços externos estavam 100 dólares por tonelada abaixo dos custos de produção no país, o que justificava a venda subsidiada do produto.

Acrescia, naquela conjuntura, a superabundância de açúcar no mercado, diante da supersafra cubana de açúcar de beterraba. Entretanto, a cana seria também canalizada para o incremento do PROÁLCOOL, o que equilibraria sua situação, com a autorização de projetos, sobretudo em São Paulo. Os paulistas ofereceram 63% da safra nacional de 1976/1977, que, em agosto de 1977, estava prevista em 796 milhões de litros de álcool.¹²⁵⁰

Para disseminar e estimular os empresários a ingressarem no PROÁLCOOL, o Ministério da Indústria e do Comércio, em 1980, produziu um manual com informações básicas, apresentado de forma didática e atraente para com fácil entendimento promover a adesão nacional. Trata desde as condições de financiamento até a trajetória da tramitação dos projetos. Mas, na lista que apresenta dos projetos para destilarias enquadrados no PROÁLCOOL, não está indicado o Rio Grande do Sul, ainda que a destilaria da AGASA estivesse em construção.¹²⁵¹

Em 1981, segundo o Anuário da FAO, o mundo cultivou 13.809.000 hectares com cana-de-açúcar. A colheita foi de 775.285.000 toneladas; média de 56 toneladas/hectare. O Brasil liderou a produção, com 152 milhões de toneladas; seguido pela Índia, com 150 milhões; ficando em terceiro lugar Cuba, com 67 milhões. Mas os melhores rendimentos por hectare ficaram com Etiópia (150), Zimbabue (119), Quênia (112), Suazilândia (108), Peru (104), Senegal (100) e Irã (100). Abaixo ficaram os Estados Unidos (88,8) e Austrália (81).¹²⁵²

¹²⁵⁰ ÁLCOOL de cana alternativa para reduzir importações de petróleo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10 ago. 1977. Caderno de Agricultura, p. 15. Dissertação de Mestrado acerca da cultura canavieira em São Paulo, na década de 1980, demonstra como se operou o processo de modernização no setor, e sua tendência de monoculturação em determinadas regiões do estado. CAMARGO, José Marangoni. *Tecnificação da cana-de-açúcar em São Paulo e sazonalidade da mão-de-obra. Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências: a questão agrária*, Marília: UNESP-Campus de Marília, 1991, n. 1, p. 25-53.

¹²⁵¹ BRASIL. Comissão Executiva Nacional do Álcool. *PROÁLCOOL: informações básicas para empresários*. Comissão Executiva Nacional do Álcool. Rio de Janeiro: BNDE, 1980, p. 28.

¹²⁵² CANAVIAL de 1.800 hectares neste projeto da Agropecuária Capela S.A. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05 nov. 1982. Suplemento Rural, p. 12.

A tradicional região canavieira do Rio Grande do Sul ingressou tardiamente¹²⁵³ na produção alcooleira com vistas a participar, na conjuntura, do suprimento do produto,¹²⁵⁴ mesmo diante do reconhecimento de que a “[...] produção de cana-de-açúcar no estado do Rio Grande do Sul é inexpressiva do ponto de vista da economia canavieira regional (região sul); com efeito representava apenas 0,42%. No Brasil, a participação era então de 0,04%.”¹²⁵⁵

De qualquer forma, iniciada a década de 1970, foram ouvidas as primeiras manifestações a respeito. O aproveitamento da abandonada Destilaria Livramento, construída pela IAA, em Osório, na década de 1950, foi sugerida como a possibilidade de a região integrar-se ao Programa de Produção de Álcool.¹²⁵⁶ De fato, já em 1970, o dimensionamento da Destilaria Livramento, junto à AGASA, fora solicitada pelo Grupo de Trabalho para determinar o aproveitamento do melaço de cana do estado. Um minucioso estudo técnico assinado por Benour C. Bittencourt dá como resultado o seu aproveitamento e a necessária complementação para que ela fosse implantada.¹²⁵⁷ Em virtude de contrato em regime de comodato, a AGASA vinha aplicando recursos na conservação da Destilaria de Osório. Só entre 1967 e 1979, foram gastos Cr\$ 94.807,67.¹²⁵⁸

Em setembro de 1976, em reunião-almoço da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul e Associação Comercial de Porto Alegre, com a presença do chefe de Assessoria Econômica da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, foi debatida, com os empresários gaúchos, a política nacional de produção de álcool a partir de cana e da mandioca.¹²⁵⁹ Na ocasião, foi informado que, no Rio Grande do Sul, a AGASA estava projetando a implantação de uma destilaria de álcool dimensionada para uma produção de 3,6 milhões de litros/safra. Encaminhado ao IAA, a defesa do projeto pautava-se no alto

¹²⁵³ Somente na segunda fase.

¹²⁵⁴ Até então, além do açúcar branco, Santo Antônio da Patrulha continuava fabricando rapadura, açúcar mascavo, melado e cachaça. Dos seus cinco distritos, especialmente o 2º – Miraguaia – transformava a cana em rapaduras. EM TODO distrito a mesma meta: progresso. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 18 fev. 1979. Suplemento dos Municípios. Santo Antônio da Patrulha: natureza e progresso, a. VIII, n. 129. p. 19.

¹²⁵⁵ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Plano Integrado para o Desenvolvimento do Litoral Norte do Rio Grande do Sul: Programa de Indústria Alimentar: Cana-de-Açúcar. Porto Alegre, 1978, p. 9.

¹²⁵⁶ PARA o deputado Romildo Bolzan seria mais um *elefante branco* na região. *ÁLCOOL*. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 2, 29 jan. 1976. Naquela altura, o preço da cana sofrera uma queda. *ÁLCOOL* no Paraná. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, p. 13, 04 fev. 1976.

¹²⁵⁷ BITTENCOURT, Benour C. *Destilaria de Osório: dados para estudo do aproveitamento*. 07 ago. 1970. (Dossiê enviado ao Coordenador do Grupo de Trabalho para determinar o aproveitamento do melaço de cana do estado. Divisão da Indústria. Secretaria da Indústria e Comércio. 68 p. mais anexos). Acervo da AGASA.

¹²⁵⁸ Correspondência do Diretor-Presidente da AGASA João Giugliani Filho ao Coordenador de Unidades Regionais do IAA, Paulo Barroso Pinto, em 18 mar. 1980. Quadro Demonstrativo em anexo. Acervo da AGASA.

¹²⁵⁹ Na defesa do PROÁLCOOL, potencializado com cana e mandioca, se posicionou o ex-secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul, Edgar Simm. Examinar: SIMM, Edgar Irio. *Perspectivas da agropecuária gaúcha*. In: RIBEIRO, Carlos Reinaldo Mendes. (Org.). *Autonomia ou submissão?* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 88.

rendimento da cana por tonelada, ainda que em minifúndios. Inclusive o discurso era de que os fornecedores da AGASA vinham obtendo um lucro líquido, descontados os juros de financiamento, da ordem de 10 mil cruzeiros por hectare, em lavoura de 10 ha de área.¹²⁶⁰

Completava o entusiasmo, na pauta dos trabalhos, a idéia de que o Brasil reunia condições não encontradas em outros países para a substituição da gasolina pelo álcool. Foi destacado que para o sucesso do programa deveria haver três condições fundamentais: extensão territorial, clima tropical e terras férteis.¹²⁶¹ Entretanto, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, diante da trajetória da sua usina açucareira, de imediato, uma das condições se impunha como um forte obstáculo. A sua extensão territorial para a produção de cana era ínfima para gerar não só o álcool, como também o açúcar, que vinha sendo produzido com escassíssima matéria-prima, sobretudo depois de 1972.

O presidente da AGASA, Ary Frank, promoveu uma reformulação do projeto, aquele inicialmente enviado ao IAA, para a ampliação da AGASA. Ela continuaria produzindo açúcar cristal, tipo superior, mas não possuía refinaria e não tinha pretensão para tal. A conjuntura impusera uma retração na área, sobretudo com a queda dos preços de açúcar no mercado internacional. Por conseqüência, caíram os índices de financiamento de projetos de ampliação ou modernização de parques industriais do setor. O que animava a direção era o índice de produtividade na região, que variava de 40 a 180 toneladas de cana por hectare.¹²⁶²

Naquela altura, o diretor-presidente ainda estava convencido da viabilidade e sobrevivência da empresa, com base na cana da zona minifundiária dos morros. Reconhecia que, depois da supersafra, aquela que alcançara 281.214 sacos, ela não seria repetida em virtude do aumento no custo do transporte, visto a conjuntura da crise do petróleo. Para compensar e atingir um teto maior de produção, a lavoura própria com cana mecanizável faria o equilíbrio esperado. A adesão dos pequenos fornecedores à industrialização da sua cana seria o resultado da assistência técnica, financeira e social recebida da usina, que esperava atingir, na safra de 1977, a cota fixada pelo IAA para o Rio Grande do Sul. Tinha, porém, bem claro um outro sério limitante: o estado precário das estradas municipais, além de onerar muito o custo aos pequenos produtores, impedia a assistência a eles oferecida pela AGASA.

¹²⁶⁰ Informação confirmada pelo presidente da AGASA em exercício, Ary Frank. PROJETO AGASA: podemos duplicar nossa produção de açúcar e implantar destilaria de álcool no estado. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 5, 15 set. 1976.

¹²⁶¹ PRODUÇÃO de Álcool. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 10, 26 set. 1976.

¹²⁶² PROJETO da AGASA: podemos duplicar nossa produção de açúcar e implantar destilaria de álcool no estado. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 5, 15 set. 1976.

Mas a expectativa da direção era contar com os resultados positivos da conjuntura internacional, amplamente favorável e de possível retorno à usina gaúcha. É que o IAA, a partir de 1973, face aos vultuosos recursos oriundos dos lucros das exportações, havia aplicado em três fundos – um deles aplicado no PLANALSUCAR, órgão que visava a promover a pesquisa. De imediato, ele já estava atuando junto aos técnicos da AGASA. Foram, então, introduzidas dezoito variedades novas de canas, com a previsão da vinda de mais duzentas.¹²⁶³ A implantação de quatro experimentos sobre fertilidade e dois sobre o uso de herbicidas em cana reanimara os engenheiros agrônomos. O engenheiro agrônomo da AGASA, Alceu Krás Dimer, juntamente com o engenheiro agrônomo Paulo Gondim, do PLANALSUCAR, desenvolveram na ocasião várias atividades experimentais com o objetivo de demonstrar aos fornecedores as vantagens de um plantio racional.¹²⁶⁴

Foi instalada também uma coleção com 680 variedades de cana no campo de pesquisa da AGASA. As variedades de melhores condições foram multiplicadas aos produtores. Com esses experimentos, os resultados foram muito positivos. Antes, a produção média de três cortes era de 55 toneladas por hectare. Com a pesquisa realizada, a produção passou para 118 toneladas por hectare no primeiro corte, e, na soca dessa mesma cana, produziu 138 toneladas por hectare somando ao final 256 toneladas. Esse resultado, em canavial, na localidade de Laranjeiras, em Osório, é um exemplo do saldo positivo das experiências.¹²⁶⁵

O segundo fundo voltado para o financiamento parcial de projetos de ampliação e modernização de usinas açucareiras no país motivou o envio do projeto da AGASA para sua unidade em Santo Antônio da Patrulha. Não era o proposto pelo Cel. Tisiano; fora modificado em novas bases, dadas agora como razoáveis. E o de Torres fora definitivamente abandonado.¹²⁶⁶

¹²⁶³ Até o final da década de 1980, quando a AGASA estava na iminência de fechar, chegavam novas variedades de cana-de-açúcar. Além das 1632 variedades lançadas em 1977, no ano de 1986, por exemplo, outras foram destinadas à região pelo PLANALSUCAR e pelo IAA. NOVAS variedades de cana-de-açúcar na região. *Folha do Litoral*, Osório, 21 ago. 1986. Suplemento Folha do Litoral Rural, a. I, n. 5, p. 4. No acervo documental da AGASA, encontram-se documentos avulsos e esparsos relativos às relações PLANALSUCAR e AGASA.

¹²⁶⁴ Inclusive em consorciação com outras culturas produtoras de alimentos, especialmente de feijão e milho, nas entrelinhas da cana. Foi a saída tentada nas lavouras de minifúndio, sem condição de mecanizar, sendo os tratamentos realizados manualmente. AÇÚCAR, álcool e alimentos. *Folha do Litoral*, Osório, a. VI, n. 261, p. 7, 23 abr. 1983.

¹²⁶⁵ DIMER, Alceu Krás. A produtividade da cana-de-açúcar. *Correio do Litoral*, Osório, Santo Antônio e Tramandaí, p. 4, 20 maio a 10 jun. 1978.

¹²⁶⁶ Apesar das tentativas de ressuscitar esse projeto. A propósito, examinar: BRUNELLI sugere a instalação de uma usina em Torres. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 2, 26 fev. 1976. LEAL denuncia manobras contra usina de açúcar em Torres. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 2, 28 fev. 1976.

Na nova proposta, o cuidado maior seria o de provar a existência de terras adequadas e necessárias para movimentar, ininterruptamente, a usina de açúcar, face à capacidade de moagem do volume dimensionado com a solicitada ampliação do parque industrial. Como a AGASA possuía somente 700 hectares de área cultivável própria, e diante da impossibilidade de adquirir mais terras, a empresa reformulou as bases da parte agrônômica do projeto, a fim de provar uma maior produtividade a ser alcançada na terra que disponibilizava. E o terceiro fundo referia-se ao subsídio dado indiretamente ao produtor.

Os números eram animadores. Aos produtores, que em 1974 receberam por tonelada Cr\$ 10,69, em 1975 foram pagos Cr\$ 21,38. E as usinas, que em 1974 recebiam por saco produzido Cr\$ 4,48, passaram a receber Cr\$ 8,96 em 1975. Com esses subsídios foi mantido um preço artificial do produto ao consumidor. Entretanto, em 1976, esse benefício foi totalmente extinto, independentemente do porte e da localização geográfica das usinas.¹²⁶⁷

Apesar desse revés imposto pelo IAA, que podou animadoras expectativas, especialmente para a AGASA, face às suas condições concretas de sobrevivência, a direção se mostrava satisfeita com a função social que ela vinha desempenhando. O quadro do Litoral Norte não era mais aquele da década de 1950, que forjou a criação da usina. O ex-diretor-presidente Ary Frank lembrou, à época, nesse sentido, o trabalho do professor de Sociologia Laudelino Medeiros, realizado no final da década de 1950, que apresentava o litoral do estado como a maior fonte populacional responsável pela formação das vilas de molocas em Porto Alegre. Embora não tivesse maior conhecimento do trabalho, estava plenamente convencido de que a área de influência da empresa deixara de ser um foco de miséria.¹²⁶⁸

Mas, enquanto os encaminhamentos para a instalação da Destilaria de Álcool da AGASA estavam sendo providenciados, outros reveses se impuseram, frustrando expectativas de recuperação da safra de cana da usina. Uma prolongada estiagem causou prejuízo da ordem de 40%.¹²⁶⁹ O esperado para a colheita iniciada na segunda quinzena de junho de 1978 era de 230 a 240 mil, num índice 90% maior que a safra de 1977.

¹²⁶⁷ PROJETO AGASA. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 16, 15 set. 1976. Nas áreas canavieiras do Brasil, repetem-se as queixas de dificuldades dos usineiros e dos fornecedores, que, destimulados pelo baixo preço pago pela cana, estavam tomando o rumo das cidades. Para o Estado, este era um problema de segurança interna que vinha preocupando.

¹²⁶⁸ Comentário que fez, publicado na matéria OS CLAMORES da agroindústria. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 4, 28 jul. 1976. Não havia miséria, mas o município era reconhecidamente pobre ao tempo da administração de Gelso Marcelo Bier, conforme esta reportagem: SANTO Antônio da Patrulha: prestação de contas do governo Gelso Marcelo Bier. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 24, 30 out. 1976.

¹²⁶⁹ ESTIAGEM prejudicará safra da AGASA. *Correio do Litoral*, Osório, Santo Antônio e Tramandaí. a. 1, n. 17, 20 maio a 10 jun. 1978.

Mas a safra 1977/1978 chegou a 150 milhões de sacas, insuficientes para as necessidades internas e de exportação. Urgia ampliar a área de lavoura de cana em mais de 1,2 milhões de ha, atingindo um total de 2 milhões e 600 mil ha, com uma produção de 156 milhões de toneladas de cana/ano. Só com esses números é que seria possível, segundo os técnicos, atender, para o mesmo ano, à demanda prevista de cerca de 21 bilhões de litros de combustível carburante. Para tanto, impunham-se medidas arrojadas do PROÁLCOOL para que em 1985 fosse atingida a cifra de 4,1, bilhões de litros de álcool, preponderantemente de cana.¹²⁷⁰ Esses resultados eram os esperados na conjuntura. Ary Frank, já ao término do seu segundo mandato como presidente da AGASA, considerava cedo produzir álcool-combustível no Rio Grande do Sul.¹²⁷¹ O que importava para seu sucessor, indicado ao cargo pelo governo do Estado, é que a AGASA não visava ao lucro, mas sim a estabilidade e soluções no campo social, além de segurança ao pequeno produtor, em especial de Santo Antônio da Patrulha.¹²⁷² Para a indicação dos nomes da diretoria, os dois municípios limítrofes da AGASA se impuseram para serem ouvidos, ao contrário do que vinha sucedendo-se.¹²⁷³

Mas não chegara o tempo de suas escolhas. O governo do Estado indicou João Giugliani Filho, que assumiu em 1º de agosto de 1979. Com a missão de duplicar a produção da AGASA, ou seja, de 200 para 400 mil sacos, em sua fala, na posse, anunciou às várias autoridades municipais da região e do estado que colocaria “[...] o açúcar nas asas do álcool.” Assim, continuou ele, “[...] se a causa principal da baixa produtividade da Usina é a falta de fornecimento regular da cana, nos resta andar por estas várzeas e subir os morros e dizer que a hora do canavial chegou e que o preço do açúcar que é o que honestamente interessa, voará doravante nas asas do álcool.”

Para tanto, seria necessário, disse ele, “[...] criar no canavieiro o espírito de fornecedor de cana, a consciência de que ele e a usina têm um único objetivo e um interesse comum.”¹²⁷⁴ Sobre a necessidade de ser criada a mentalidade açucareira na região, o ex-presidente Tisiano Felipe de Leoni já havia insistido muito. Aliás, pregação reproduzida em seus relatórios.

¹²⁷⁰ Correspondência enviada pelo engenheiro agrônomo Wilson de Oliveira Castro ao deputado Rospide Neto em 14 jun. 1977. Acervo de Wilson de Oliveira Castro.

¹²⁷¹ ALCEU Krás Dimer: é muito cedo para AGASA produzir álcool-combustível. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 2, p. 12, 19 maio 1979.

¹²⁷² A VISITA do Secretário da Indústria e Comércio. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 1, p. 8, 1º maio 1979.

¹²⁷³ SANTO ANTÔNIO e Osório querem indicar novo presidente para a AGASA. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 3, p. 16, 02 jun. 1979.

¹²⁷⁴ BERTA vai apoiar Giugliani na AGASA: Berta na AGASA. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 8, p. 1 e 7, 11 ago. 1979. Em visita ao prefeito de Santo Antônio da Patrulha, o novo presidente entabulou tratativas para melhorar o estado das estradas, a fim de animar os canavieiros a aderirem à Destilaria de Álcool, para a qual chegava, com o firme propósito de agilizar sua implantação. NOVA diretoria da AGASA avista-se com prefeito. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 6, p. 4, 14 jul. 1979.

Passados os anos, o que era perceptível era a antítese dessa tese, rumo a uma síntese negadora da própria realidade canavieira na região. Mesmo assim, foi adotada como missão, pela diretoria que assumia, a inserção da AGASA no PROÁLCOOL. Aliás, para o novo presidente, o Rio Grande do Sul, na conjuntura presente naquele momento, tinha papel singular, como disse:

[...] a crise energética internacional assegura para o Brasil, perspectivas futuras bastante favoráveis, mas assegura, principalmente para o nosso Estado, perspectivas bem mais favoráveis. Eis que 80% das reservas de carvão do Brasil estão no Rio Grande do Sul; as reservas de xisto no Rio Grande do Sul são detectadas e conhecidas; o aproveitamento de carvão e do xisto é uma evidência no momento atual, diante da crise do petróleo. Resta ao Rio Grande do Sul, algo mais, ou seja, a tarefa que hoje é atribuída basicamente à AGASA: a difusão do plantio da cana e, a partir dela, a obtenção do álcool necessário para o consumo da comunidade rio-grandense.¹²⁷⁵

Era o caminho perseguido pelo governador Amaral de Souza, para quem “o Rio Grande nunca esteve fora do PROÁLCOOL.”¹²⁷⁶ Em seu relatório de governo, destacou a viabilidade técnica e econômica da Destilaria da AGASA, ainda que o Rio Grande do Sul, na sua opinião, não possuísse tradição canavieira.¹²⁷⁷ Vinte e cinco anos depois, em depoimento oral, ele reafirma sua posição favorável ao encaminhamento dado na ocasião:

O Brasil começou o programa PROÁLCOOL, que eu achei e acho um grande programa. O Rio Grande do Sul estava à margem do PROÁLCOOL; não foi incluído. Quando o governo definiu o PROÁLCOOL, o Rio Grande do Sul ficou fora. Eu não me conformei. Aí começou a luta de convencer o ministro Camilo Pena, ministro da Indústria e Comércio, da inclusão do Rio Grande do Sul no PROÁLCOOL, para poder receber os financiamentos. Eu disse para o ministro: “Então quer dizer que a gente vai ter que comprar álcool lá no Ceará, no Recife, podendo produzir aqui? Vamos fazer um passeio do álcool aí por esse Brasil, etc.” Então, no fim se conseguiu. Então, uma das minhas metas era a transformação da AGASA em uma unidade industrial para produzir álcool, já que o açúcar poderia ser produzido porque precisava uma estrutura mais forte, seja estatal ou privada. Para a produção de álcool, tinha que ter uma certa escala. Era o Estado sinalizando ao Rio Grande do Sul que dava para produzir álcool aqui. Porque o Estado tem que ser um elemento indutor. Até ele pode sair do campo de ação, mas ele deve ser pioneiro. Aí mostra que pode produzir álcool e aí a iniciativa privada vem. Ele pode sair aí, até ir para outras áreas, mas o estado tem que ser pioneiro. Então, a AGASA passou a produzir álcool, justamente tendo em vista essa meta, incluindo o Rio Grande do Sul na produção de álcool.¹²⁷⁸

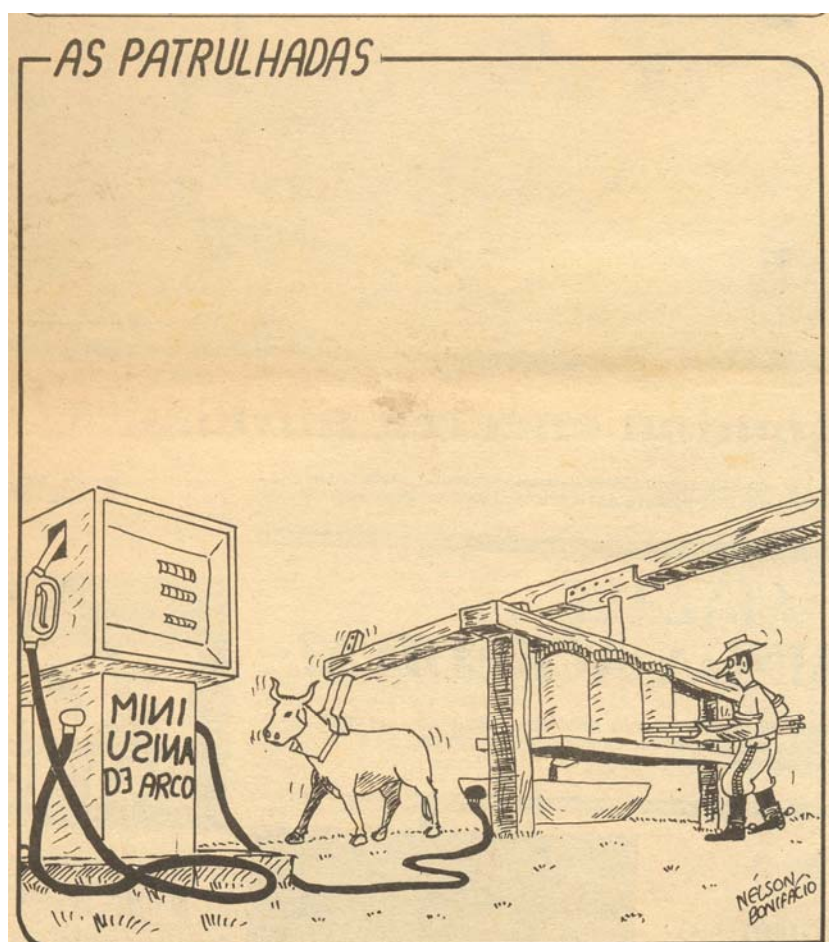
¹²⁷⁵ BERTA vai apoiar Giugliani na AGASA: Berta na AGASA. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 8, p. 7, 11 ago. 1979.

¹²⁷⁶ EXCLUSIVA: Santo Antônio e região são áreas preferenciais para a produção de álcool. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 9, p. 10, 25 ago. 1979.

¹²⁷⁷ RIO GRANDE DO SUL. *Relatório do governo Amaral de Souza*. Porto Alegre, CORAG, 1983. p. 74, 78 e 81. É dado destaque ao prazo recorde de conclusão do empreendimento: 220 dias.

¹²⁷⁸ Depoimento de José Augusto Amaral de Souza concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 15 mar. 2005.

Endossou esse esforço concentrado na região a atuação dirigida pelo Instituto de Administração e Tecnologia da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Em 1979, ele iniciou estudos para articular a produção de álcool no Litoral Norte do Estado, reunindo os municípios de Santo Antônio, Osório, Torres e Tramandaí. Mas, se a viabilidade técnica parecia ser favorável, a econômica, não.¹²⁷⁹ Para o intento, muitas reuniões foram feitas nos municípios envolvidos, reunindo lideranças locais e do estado, junto à representação da UCS.¹²⁸⁰



Fotografia 103 – “As patrulhadas” – charge alusiva à produção de álcool em Santo Antônio da Patrulha – 1979

Fonte: AS PATRULHADAS. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 7, p. 2, 28 jul. 1979.

¹²⁷⁹ A propósito, ver: MINI-USINAS de álcool: possível implantação em Santo Antônio e Litoral Norte. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 4, p. 16, 16 jun. 1979. DORIVAL Oliveira fala sobre anistia, greves e o retorno de Brizola. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 10, p. 13, 08 set. 1979. O deputado estadual viera a Santo Antônio para o sepultamento do líder trabalhista local Marcolino de Carli, ocasião em que se mostrou entusiasmado com o ingresso do município na produção alcooleira.

¹²⁸⁰ O Prefeito Ferúlio Tedesco Neto acompanhou de perto as reuniões municipais a respeito, conforme noticiava a imprensa patrulhense. Ver SANTO Antônio da Patrulha vai produzir álcool para o Rio Grande do Sul. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 11, p. 20, 22 set. 1979.

A idéia era criar uma empresa mista para centralizar o álcool gaúcho. Representando Santo Antônio da Patrulha, o vereador Antônio Brito alertou, na ocasião da quarta reunião do grupo, que, se fosse pago o mesmo preço da tonelada do álcool produzido, como acontecia na Açúcar Gaúcho, o projeto em entabulação cairia logo na falência.

Alertou que os fornecedores de cana vinham abandonando o ramo pelos baixos preços pagos. Diante das dificuldades apontadas, os representantes dos quatro municípios decidiram encaminhar o projeto da empresa mista para a Secretaria de Indústria e Comércio e ao governo do Estado.¹²⁸¹ Pergunta-se: Teria essa iniciativa acelerado o processo da instalação da Destilaria da AGASA?

O governo Amaral de Souza apostou efetivamente no PROÁLCOOL, determinando, através de sua Secretaria da Indústria e Comércio, estudos técnicos para viabilizar o projeto. Dois alentados volumes foram produzidos a respeito.¹²⁸² As áreas consideradas preferenciais para o cultivo da cana foram indicadas como as localizadas nas extremidades do estado: as regiões do alto Uruguai e do Litoral Norte, mas também o centro do território.

Foi apresentado ainda o inventário dos municípios sem potencial. Mas o que é curioso foi a indicação da Microrregião Colonial de Santa Rosa como a de maior potencial na produção de álcool no estado, somada à Microrregião Colonial de Iraí, de segundo maior potencial, que resultaria num total de 257.297.600 litros de álcool anidro.

O Litoral Norte foi indicado por sua produção de 1979, na ordem de 58,54% do total do estado. Todavia, o município de maior potencial foi Palmeira das Missões, com 5,03%. Seguiram-se Santo Antônio da Patrulha (3,66%); Candelária (3,13%); São Borja (2,50%); Tapes (2,49%), Osório e Torres (2,48%).¹²⁸³

Então, como explicar a escolha da AGASA como a sede da destilaria de álcool do estado? Razões de ordem política, mais do que técnicas, definiram mais uma vez o investimento estatal no ramo canavieiro gaúcho.

¹²⁸¹ EMPRESA mista vai centralizar o álcool gaúcho. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 33, 09 ago. 1979. A fonte financiadora seria um banco de desenvolvimento, com recursos do fundo do Programa Nacional do Álcool, na ordem de 80% sobre os investimentos fixos, e o restante com recursos próprios. AGASA: anteprojeto de viabilidade para implantação e modernização de uma produtora de álcool. Santo Antônio da Patrulha, outubro de 1979, p. 54. (Datilografado).

¹²⁸² RIO GRANDE DO SUL. *Rio Grande do Sul no Proálcool: Zoneamento de matérias-primas para a obtenção de álcool no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Secretaria da Indústria e Comércio, 1980, v. 1. 232 p. e anexos. RIO GRANDE DO SUL. *Rio Grande do Sul no Proálcool: estudo de localização de destilaria a partir da cana-de-açúcar*. Porto Alegre: Secretaria da Indústria e Comércio. 1980. v. 2, 448 p.

¹²⁸³ Idem. *Ibidem*, p. 21.

Tanto é que, concluído o estudo em agosto, dois meses depois, já era pública a escolha do local da destilaria que o governo Amaral de Souza ordenara agilizar, face ao atraso do Rio Grande do Sul no Programa. Assim, em outubro de 1979, foi lançado o anteprojeto para viabilizar a implantação e modernização de uma produtora de álcool na AGASA, com os seguintes objetivos econômicos:

- (a) a produção anual de 200.000 sacos de açúcar de 60 kg;
- (b) a produção anual de 2.250.000 litros de álcool etílico hidratado, sendo 1.437.000 litros provenientes da destilação direta do caldo fermentado e 813.000 litros do mel residual do processo de fabricação de açúcar;
- (c) a produção anual de 3.000 toneladas de melaço puro e/ou enriquecido com uréia, para venda, como produto de alimentação animal.¹²⁸⁴

Para o governador Amaral de Souza, o objetivo social do empreendimento era o de oferta de emprego.¹²⁸⁵ Paralelamente, iniciativas de âmbito privado foram, no ano de 1980, anunciadas. A idéia de uma destilaria para 10 mil litros/dia de álcool, inclusive para a produção de acetona, foi apresentada à Secretaria de Fomento Econômico de Santo Antônio da Patrulha por Rolando Halter e pelo engenheiro químico Corsetti, mas não vingou.¹²⁸⁶ Em 1981, foi apresentado ao prefeito de Santo Antônio da Patrulha o projeto do empresário Irajá Noble, de São Leopoldo, para a instalação de uma minidestilaria na Serraria Velha. Prevendo mil litros diários de álcool combustível, pediu na ocasião incentivo municipal ao empreendimento, com promessa positiva.¹²⁸⁷

Após lenta tramitação, em março de 1980, parecia ter chegado a hora da implantação da primeira usina de álcool do estado, na AGASA. Era o que alardeava a grande imprensa e a da região. Afinal, desde 21 de janeiro, daquele ano, fora entregue a *Proposta para implantação de uma destilaria anexa de álcool hidratado da Açúcar Gaúcho S.A.* E, em 23 de janeiro, o

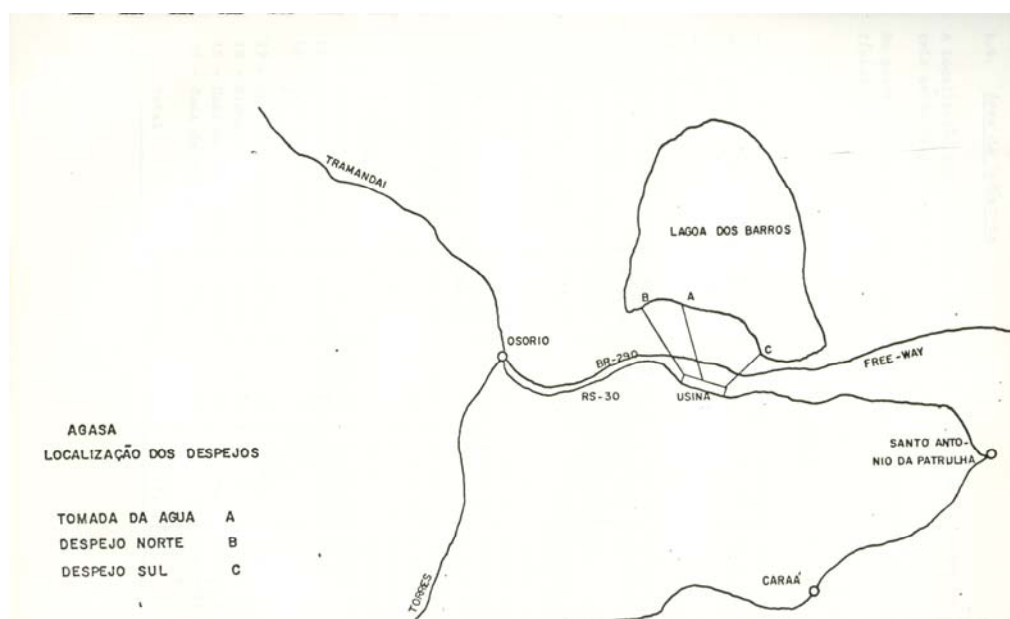
¹²⁸⁴ AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Anteprojeto de viabilidade para implantação e modernização de uma unidade produtora de álcool*. Santo Antônio da Patrulha, out. 1979. p. 16-17. Interessante que o documento aponta para a suficiência de matéria-prima para suas necessidades fabris, contrariando a documentação corrente. Um alvo para esse discurso era a aptidão agrônômica para a cana, favorecida pelas condições de clima e solos. Nessa altura, conforme o projeto, a média de produção era esta: 1º corte, com 20 meses de idade, 90 toneladas por ha; 2º e 3º cortes com 12 meses de idade, 60 e 50 toneladas por ha, respectivamente. Segundo cálculos do projeto, a área cortada para o açúcar seria de 2.051 ha, enquanto que para o álcool, 335 ha. *Ibidem*, p. 50. Verificar o Anteprojeto no ANEXO HHH.

¹²⁸⁵ Depoimento de José Augusto Amaral de Souza concedido a Vera Lucia Maciel Barroso em 15 mar. 2005.

¹²⁸⁶ DESTILARIA de Álcool. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 20, p. 4, 15 fev. 1980. Em Palmares do Sul, produtores de arroz chegaram a articular-se para instalar lavouras de cana nas terras onde o arroz não era mais plantado. Ver: ÁLCOOL em Palmares. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 maio 1980. Suplemento Rural, p. 22.

¹²⁸⁷ MINIDESTILARIA no interior. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 48, p. 5, 11 abr. 1981. Não foram encontrados mais dados sobre o intento.

projeto técnico com a conduta do tratamento das águas residuais já estava em posse da Coordenadoria de Controle do Equilíbrio Ecológico da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente do Estado. Aliás, a SACAROTÉCNICA – Consultoria, Estudos e Projetos Limitada, empresa paulista que já havia prestado serviços à AGASA, era a autora da Proposta de Implantação da Destilaria, bem como do Projeto de Tratamento de Águas Residuais.¹²⁸⁸ Nesse projeto está informado que o abastecimento de água para a usina e destilaria era e continuaria sendo feito com a água da Lagoa dos Barros. A área ocupada pela Lagoa é de 9.552 ha, armazenando 9.773.340m³ de água. Sua captação é resultante da bacia hidrográfica de 9.200 ha, situada entre os morros e a parte das várzeas.¹²⁸⁹ Parte das águas da lagoa era aproveitada para a irrigação das lavouras de cana, como também para o abastecimento da usina de açúcar e da destilaria de álcool em instalação. Portanto, a própria Lagoa dos Barros seria o corpo receptor de efluentes da destilaria.¹²⁹⁰



Mapa 11 – Localização dos despejos da destilaria de álcool da AGASA na Lagoa dos Barros – 1980

Fonte: SACAROTÉCNICA – Consultoria, Estudos e Projetos Ltda. *Projeto de Tratamento de Águas Residuais da Usina AGASA – Açúcar Gaúcho S/A*. Santo Antônio da Patrulha/RS, 1980. Encaminhado à CCEE – Coordenadoria de Controle do Equilíbrio Ecológico. Secretaria da Saúde. Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

¹²⁸⁸ Foi também elaborado para a AGASA um documento com 202 p., em maio de 1980, intitulado *Métodos de análises para a fabricação de açúcar e álcool*, de autoria de Hélio Morganti da Sacarotécnica. Acervo da AGASA.

¹²⁸⁹ SACAROTÉCNICA - Consultoria, Estudos e Projetos Ltda. *Projeto de Tratamento de Águas Residuais da Usina AGASA – Açúcar Gaúcho S/A*. Santo Antônio da Patrulha, 1980. O projeto foi encaminhado à CCEE – Coordenadoria de Controle do Equilíbrio Ecológico da Secretaria da Saúde do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

¹²⁹⁰ O projeto apresenta a área construída especificada e os itens que seriam edificados para a instalação da destilaria de álcool.

Em julho de 1980, o secretário da Administração Olímpio Tabajara, em visita às obras de montagem da destilaria, informou que a AGASA estava recebendo um financiamento de 58 milhões de cruzeiros, aprovado pelo BNDE. Desse total, 20 milhões estavam destinados à parte agrícola. O agrônomo Krás Dimer revelou ao secretário as suas expectativas otimistas, pois se cinco anos antes, o canavieiro colhia 80 toneladas por hectare, com os insumos modernos ali aplicados, a rentabilidade havia subido para 200 toneladas/ha.¹²⁹¹ Até 1980, a AGASA vinha produzindo somente açúcar superior e mel final. A destilaria, em implantação, iria produzir álcool hidratado a partir do melaço ou diretamente da cana-de-açúcar.¹²⁹² Com o reaproveitamento da Destilaria Livramento, de Osório, executando sua complementação ou modernização, o investimento seria mais favorável do que construir uma totalmente nova. Ali, de fato, o melaço foi a matéria-prima, como recordam dois depoentes.

O melaço é um subproduto. Quem gerenciava era a AGASA, mas quem fazia a propaganda era o Estado. Não porque o estado está produzindo álcool. Está atendendo ao esforço do país com o PROÁLCOOL e tal. Mas na verdade aquilo colocou um passivo pesado nas contas da AGASA, e, por outro lado, tirou uma receita que a AGASA teria com o melaço. Isso é um negócio bem interessante que as pessoas normalmente não se dão conta. Mas o fato de tomar essa decisão de fazer uma usina de álcool ao lado da AGASA, dentro da própria AGASA, e administrada pela AGASA e individualizar a AGASA por conta da produção de álcool, foi um fator que ajudou a enterrar a AGASA.¹²⁹³

[...] o fim da safra dava, vamos dizer assim, conforme o ditado, “dava o comido pelo ganhar.” Então eles foram perdendo a vontade, digamos assim, de trabalhar e foram terminando com as canas. Depois ela começou a fazer álcool também. A AGASA fez álcool muito tempo [sic]. E além do açúcar, ela tirava o melaço. O melaço era vendido geralmente para o gado leiteiro, para as divisas aí, para as fronteiras, porque dava um período de muita geadas. Hoje em dia não está tanto assim. Então, eles levavam com uréia. Botavam uréia para o gado leiteiro; era um alimento especial. E durava dois, três, quatro meses sem inverter, como se diz... fermentar. Fica bem grosso, consistente. Então a AGASA não dava conta de produzir o melaço. Compravam tudo. Foi vendido muito melaço para a Marumbi, aqui em Santo Antônio também. [...] eles usavam o caldo de cana que tu irias fazer açúcar para fazer álcool. Foi desviada uma certa quantidade para a destilaria. Porque quando ela foi construída era para funcionar só com melaço. Mas como o melaço não sustentava a destilaria, vamos dizer assim, era pouco, então eles botaram o caldo de cana e nunca, no meu modo de pensar, nós, os empregados, comentávamos lá que o álcool ia ser como o açúcar. O açúcar estava depositado, enquanto que o melaço que eles usavam para fazer o álcool, três litros ou mais de melaço fazia um de álcool. E vamos dizer assim, **o melaço era dinheiro depositado lá. Então, para vender aquele melaço, vendia. Era dinheiro no bolso. Eles pegavam aquele melaço para fazer álcool, para depois vender. Às vezes nem dava a quantidade esperada de álcool por litro de melaço, e a perda era grande ali.**¹²⁹⁴

¹²⁹¹ OLÍMPIO Tabajara vê nossas fontes alternativas de energia. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 30, p. 5, 16 jul. 1980.

¹²⁹² A descrição do processo de fabricação de álcool na AGASA está no ANEXO III. E o diagrama de produção do álcool é o ANEXO JJJ.

¹²⁹³ Depoimento de Edegar da Silva concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2005.

¹²⁹⁴ Depoimento de Dilço José Goularte concedido a Véra Luca Maciel Barroso em 03 nov. 2005. (Grifo nosso).

A previsão permanente para o complexo industrial seria:

- a) a produção anual de 200.000 sacos de açúcar de 60 kg numa 1ª etapa;
- b) a produção anual da destilaria de 2.250.000 litros de álcool etílico hidratado, sendo 1.624.423 litros provenientes da destilação direta do caldo fermentado e 625.568 litros do mel residual do processo de fabricação de açúcar; numa 2ª etapa deveria alcançar 3.000.000 de litros;
- c) a produção anual de até 3.000 toneladas de melaço puro com uréia, para venda, como produto de alimentação animal.¹²⁹⁵

A vinhaça, efluente que corresponde a cerca de 15 litros por litro de álcool, é altamente poluente, e, por conseqüência, um problema onde uma destilaria se instale. No caso da AGASA, considerada a produção de 15.000 litros/dia de álcool e de 225.000 litros de vinhaça, a carga poluidora seria equivalente à de uma população de 325.000 pessoas. No projeto encaminhado, a previsão seria de retirá-la da usina e destiná-la para a fertilização por irrigação das terras.

A Secretaria de Saúde e Meio Ambiente, em julho de 1980, pediu esclarecimentos complementares à Sacarotécnica sobre a repercussão ambiental e as conseqüências sobre as áreas da vizinhança da AGASA e de sua bacia de estabilização (banhado com aguada composta de nascentes que descem dos morros, conduzida à lagoa).¹²⁹⁶ A rotina ficou assim:

No pátio, ao lado do depósito, com capacidade para 500 mil litros de álcool, há um fosso onde é jogada a vinhaça para ser transportada para a Fazenda Maciel por um caminhão de madeira. Sim, madeira, porque a vinhaça é corrosiva e abrasiva e não poupa o metal.¹²⁹⁷

Enfim, em 21 de agosto de 1980, a Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente, através do Departamento do Meio Ambiente, liberou a implantação do projeto de tratamento de resíduos da AGASA, conforme Processo 195/80-DMA.

¹²⁹⁵ O processo de produção de açúcar e do álcool está detalhado no projeto da destilaria já referido.

¹²⁹⁶ Correspondência enviada da SACAROTÉNICA ao diretor-presidente da AGASA, João Giugliani Filho, em 15 jul. 1980. In: SACAROTÉNICA. *Informações Suplementares ao Projeto de Tratamento de Águas Residuais*: Usina AGASA – Açúcar Gaúcho S.A. Santo Antônio da Patrulha, RS, 1980. 14 p. mais anexos. Acervo da AGASA.

¹²⁹⁷ ESTADO começa a produzir álcool combustível. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 49, 05 out. 1980.

Devendo adotar medidas adicionais, a destilaria seria vistoriada, no seu primeiro ano de funcionamento, por técnicos do departamento.¹²⁹⁸

Assim, em virtude de resistências, sobretudo pela repercussão ambiental do projeto, é que foi retardada a abertura da destilaria. Aliás, alguns estudiosos advertiram, na época, sobre o grave risco das destilarias de álcool sobre os rios, como Ricardo Bueno: “Os rios brasileiros que se cuidem. Com a implantação do PROÁLCOOL eles poderão se transformar em verdadeiros esgotos a céu aberto. [...] A poluição é feita às claras e com a concordância oficial.”¹²⁹⁹ Apesar das advertências, as destilarias estavam sendo o alvo de muitos municípios. Foi assim, em meio a muitas atribulações, principalmente por ter sido um projeto levado a termo sem levar em conta as reais condições dos fornecedores de cana da região, que, em fins de 1980, entrou em funcionamento na AGASA a mais moderna e bem equipada destilaria de álcool do Sul do Brasil. Essa era a notícia que a imprensa alardeava.¹³⁰⁰ Inclusive os números indicados acerca da área canavieira de Santo Antônio da Patrulha, para essa arrancada, eram aqueles do passado recente, pois o êxodo deixara muitas propriedades abandonadas e tomadas de mato.¹³⁰¹ E o número ainda indicado de propriedades rurais no município, era de aproximadamente 8.200 unidades.¹³⁰² A eles foi prometido pelo governador Amaral de Souza que teriam o mesmo tratamento que os canavieiros do Norte, quando esteve

¹²⁹⁸ Correspondência da Divisão de Controle da Poluição do Departamento do Meio Ambiente da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente à Direção da AGASA em 21 ago. 1980. In: SACAROTÉCNICA – Consultoria, Estudos e Projetos Ltda. *Projeto de Tratamento de Águas Residuais da Usina AGASA – Açúcar Gaúcho S/A*. Santo Antônio da Patrulha/RS, 1980. Encaminhado à CCEE – Coordenadoria de Controle do Equilíbrio Ecológico, da Secretaria da Saúde do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. (Inserido no documento do projeto)

¹²⁹⁹ BUENO, Ricardo. *Pró-Álcool: rumo ao desastre*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980. p. 40.

¹³⁰⁰ AGASA implantará 1ª usina de álcool do Estado. *Folha do Litoral*, Osório, a. III, n. 96, p. 10, 07 mar. 1980. A mesma metalúrgica que forneceu a tecnologia da usina de açúcar, a Dedini, fora novamente acionada. Aliás, com o PROÁLCOOL, sua capacidade industrial foi especializada para oferecer tecnologia de ponta para o desenvolvimento do setor sucroalcooleiro. Ver: DEDINI. In: *ÁLCOOL & ALCOOLQUÍMICA*. São Paulo: Toledom, 1984. p. 12. No acervo da AGASA encontra-se o orçamento encaminhado à Direção, pela Dedini, do equipamento necessário para a instalação da destilaria. Dedini. Piracicaba. Orçamento nº 1056/79 de 26 dez. 1979. Objeto: Instalação para destilação. Acervo da AGASA.

¹³⁰¹ Os números apresentados então foram de 8.000 ha disponíveis para canaviais. AGASA implantará 1ª usina de álcool do Estado. *Folha do Litoral*, Osório, a. III, n. 96, p. 9, 07 mar. 1980. Com investimentos de 27 milhões, o custo final alcançaria CR\$ 100.000,00. AGASA vai produzir álcool em 70 dias. *Folha do Litoral*, Osório, a. III, n. 118, p. 3, 08 ago. 1980. O agente financeiro foi o BADESUL (Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul), com prazo de 12 anos, sendo três de carência e nove de pagamento. SACAROTÉCNICA. *Proposta para implantação de uma destilaria anexa de álcool hidratado da Açúcar Gaúcho S.A. – Usina AGASA no município de Santo Antônio da Patrulha/RS*. São Paulo, 1980. p. 190. v. 1. A proposta foi encaminhada através de ofício ao Ministério da Indústria e do Comércio pelo diretor da AGASA, João Giugliani Filho, em 21 jan. 1980. Acervo da AGASA.

¹³⁰² SANTO Antônio da Patrulha: terra dos Canaviais. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 19 nov. 1980. Suplemento n. 129. p. 8. A previsão de boa safra era a expectativa para produzir, além de açúcar, o álcool, que disputaria doravante os canaviais. AGASA começa moagem dia 9. *Folha do Litoral*, Osório, a. III, n. 109, p. 7, 06 jun. 1980. O engenheiro agrônomo Wilson Castro advertia que a racionalização poderia aumentar a produção agrícola na pequena e na média propriedade. RACIONALIZAÇÃO permite multiplicar produtividade dos minifúndios. *Correio Riograndense*, Caxias do Sul, p. 6, 28 jun. 1989.

em visita à AGASA para verificar o estado das obras da destilaria. Com essa garantia, lançou apelo para que plantassem muita cana.¹³⁰³ Nessa altura, além dos minifúndios nos morros, a cana viria de terras próprias, que, em 1980, reuniam sítios nas cercanias da usina, além da Fazenda Maciel.

Tabela 36 – Terras próprias da AGASA – 1980

Denominação do Imóvel	Localização
Sítio da Ilha 1	Lagoa dos Barros/Santo Antônio da Patrulha
Sítio da Ilha 2	Idem
Sítio da Fonte 1	Idem
Sítio da Fonte 2	Idem
Sítio do Casqueiro	Idem
Fazenda Maciel	Idem
Sítio Pindorama	São Pedro - Torres

Fonte: Documentos diversos. Acervo da AGASA.

Finalmente, o tão aguardado dia chegara. Após 220 dias de obras, em 6 de outubro de 1980, a AGASA acolheu autoridades federais, estaduais e da região.¹³⁰⁴ O Rio Grande do Sul ingressara, enfim, na campanha da libertação do Brasil da dependência estrangeira, naquele momento da crise energética, conforme anunciaram as manchetes. A fala de Antônio Carlos Berta, Secretário de Indústria e Comércio, resumiu-se assim: “Desafio proposto, desafio cumprido e uma meta alcançada.” E, em seu discurso, o governador Amaral de Souza tinha a expectativa de que a frota no Rio Grande do Sul, de 783 mil carros movidos a gasolina, com um consumo anual de 1.926.876.000 litros de combustível, seria doravante suprida na metade pelo álcool ali fabricado a partir de então.¹³⁰⁵ Assim, várias e largas manchetes alardearam a inauguração da destilaria de álcool, como esta:

¹³⁰³ AGASA vai produzir álcool em 70 dias. *Folha do Litoral*, Osório, a. III, n. 118, p. 3, 08 ago. 1980. A área de cultivo da cana, com lavouras próprias e integradas era, então, de 2.200 hectares. Estava programada a incorporação de mais 1.409 ha adicionais para o plantio de cana. AGASA produzirá 1 milhão de litros de álcool ainda em 80. *Folha do Litoral*, Osório, a. III, n. 108, p. 8, 30 maio 1980. Os canavieiros, na ocasião da visita, solicitaram 900 cruzeiros por tonelada, o que o governador considerou justo. E ainda aventou que talvez fosse possível retroagir o pagamento com o reajuste. GOVERNADOR em visita à AGASA. *Folha Patruhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n.32, p. 11, 15 ago. 1980.

¹³⁰⁴ Naquela semana realizava-se a X Exposição-Feira Agropecuária de Santo Antônio da Patrulha, também visitada pelo governador Amaral de Souza. Na ocasião dos dois eventos, foi anunciado pelo coordenador da Assessoria Econômica da Secretaria da Agricultura, o patrulhense José Alfredo Marques da Rocha, que o Projeto LINOR (Projeto de Desenvolvimento do Litoral Norte) teria recursos de Cr\$ 200 milhões para programas de incentivo à lavoura e pecuária. SANTO Antônio realizou boa exposição. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10 nov. 1980. Suplemento Rural, p. 8. Em depoimento, o ex-governador Amaral de Souza lembrou do lauto churrasco que foi servido após o ato inaugural. Depoimento de José Augusto Amaral de Souza concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 15 mar. 2005.

¹³⁰⁵ INAUGURADA Destilaria de Álcool da AGASA. *Folha do Litoral*, Osório, a. III, n. 127, p. 1 e 3, 10 out. 1980.

Com a entrada em funcionamento da AGASA, ontem, o Rio Grande do Sul ingressou definitivamente na era do álcool. A destilaria conta com o apoio do Plano Nacional de Álcool e deverá estar produzindo 20 mil litros/dia do combustível até o fim do ano. Enquanto isso, a Secretaria da Indústria e Comércio anuncia para breve a abertura de crédito para mais cinco usinas, também produtoras de álcool carburante.¹³⁰⁶

Outra reportagem, lançada em página inteira do Correio do Povo, na véspera do ato inaugural, destacou que a destilaria da AGASA, ainda que representasse um passo tímido como fornecedora apenas para o mercado regional, era uma realidade: o estado estava produzindo álcool combustível. Tratava-se de uma usina de pequeno porte, visto que produzia menos de 30 mil litros diários de álcool. A matéria não era animadora, pois apontava mais reveses e limites do que o ânimo aguardado para a ocasião, como falta de matéria-prima, alto custo do transporte, longo ciclo vegetativo da cana. Para substituir a cana, já se estava pensando a utilização do sorgo sacarino, vegetal semelhante a ela. E mais: a área de plantio de cana era inferior a 1% dos 28 milhões de hectares que correspondem a toda a superfície do solo gaúcho.¹³⁰⁷

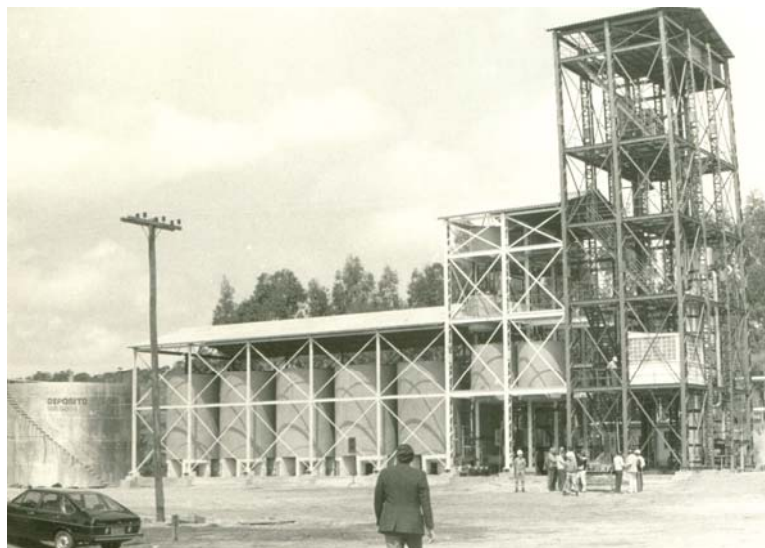
A euforia com a usina-piloto inaugurada na AGASA, para servir de incentivo e modelo à iniciativa privada, era tamanha que o governador Amaral de Souza, em seu pronunciamento, prenunciou um futuro promissor, com a certeza de que haveria auto-suficiência de álcool no estado com sua própria produção. Inicialmente, o álcool combustível da usina abasteceria 300 dos 738 veículos oficiais, possibilitando uma economia importante aos cofres do Estado. Para tanto, anunciou financiamentos e assistência técnica para o plantio da cana. Afinal, ao preconizar a auto-suficiência, previa uma economia de Cr\$ 29 milhões, metade do que se gastava com a gasolina. Entretanto, mesmo não discordando da afirmação do governador, na ocasião, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha, Antônio Schneider, se mostrou sestroso com a expectativa anunciada.

Ocorre que o governo federal continuava fixando o preço da cana para o Rio Grande do Sul com base em São Paulo, onde as lavouras eram todas mecanizadas. Na perspectiva do líder sindical, o preço da cana no estado deveria ser igual ao do nordeste, onde também a cana era cultivada manualmente. Nessa direção já vinham os produtores do Litoral Norte reivindicando ao governo o preço médio de CR\$ 800.00 ou a concessão de subsídio para o produtor. Conseguiram apenas um aumento de 18%, a contar de janeiro de 1980, e, mesmo assim, não retroativo, gerando um grande descontentamento entre os fornecedores de cana da

¹³⁰⁶ ESTADO já produz álcool. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 43, 07 out. 1980.

¹³⁰⁷ FLECK, Roberto Antunes. Estado começa a produzir álcool combustível. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 49, 05 out. 1980.

região. Assim, a promessa do governador de aumentar Cr\$ 400,00 no preço da tonelada não se consumara. Restara aos pequenos produtores da região uma nova esperança com a destilaria de álcool.¹³⁰⁸



Fotografia 104 – Obras de instalação da destilaria de álcool da AGASA – 1980

Fonte: Acervo da AGASA.

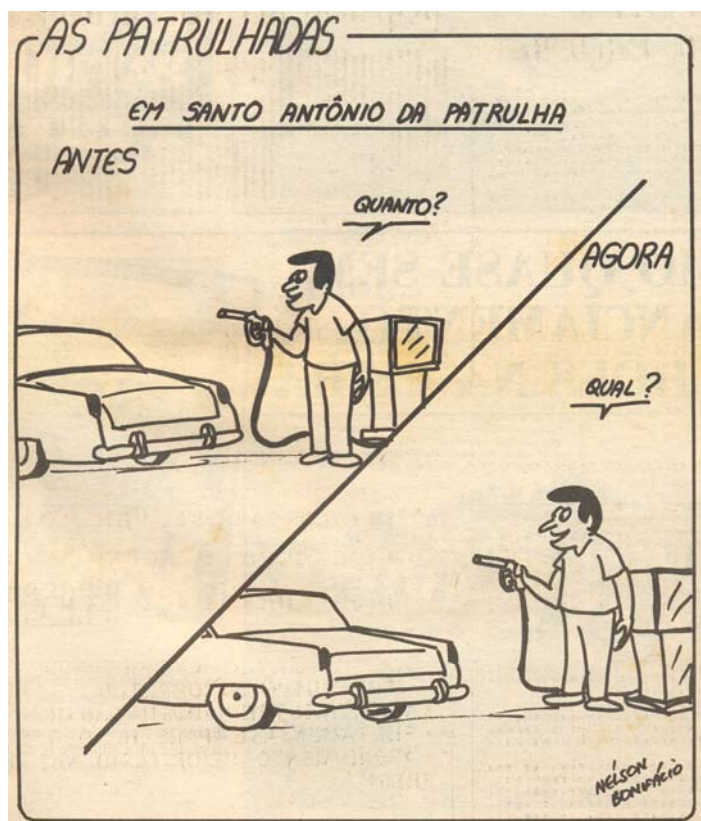


Fotografia 105 – Placa alusiva ao ato inaugural da primeira destilaria de álcool do Rio Grande do Sul, situada na AGASA – 06/10/1980

Fonte: Acervo da AGASA.

¹³⁰⁸ ESTADO já produz álcool: frota oficial será abastecida. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 43, 7 out. 1980. Passados alguns meses da inauguração, os canavieiros retomaram a mobilização, face às promessas não cumpridas. CANAVIEIROS formalizarão reivindicações. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 48, p. 3, 11 abr. 1981.

A Folha Patrulhense, semanário local, dedicou duas páginas à inauguração, destacando que o projeto estava inclusive interessando aos catarinenses, tanto que foram recebidos na ocasião alguns de seus parlamentares, que vieram conferir de perto o empreendimento.¹³⁰⁹ O chargista local não perdeu a oportunidade:



Fotografia 106 – “As patrulhadas” – charge alusiva ao abastecimento de combustível a partir da instalação da destilaria da AGASA em Santo Antônio da Patrulha – 1980

Fonte: AS PATRULHADAS. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 36, p. 2, 15 out. 1980.

Efetivamente, a contar de 11 de outubro de 1980, Santo Antônio da Patrulha ingressava oficialmente na comercialização do álcool carburante. A AGASA colocou uma bomba em funcionamento para a venda, junto à sua sede. E, paralelamente, em Porto Alegre, outras bombas foram também inauguradas.¹³¹⁰ Em dezembro já eram 18 no estado, todas abastecidas

¹³⁰⁹ AMARAL inaugura destilaria e catarinenses se interessam pelo projeto. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 36, p. 14-15, 15 out. 1980.

¹³¹⁰ SANTO Antônio já tem bomba a álcool. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 38, p. 3, 15 out. 1980. A segunda, em Santo Antônio da Patrulha, foi na sede do município, no Posto da Petrobrás, à margem da RS 30. BOMBA a álcool em atividade na sede. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 49, p. 10, 07 maio 1981. Destaque-se que no Brasil as primeiras bombas para distribuição de álcool foram instaladas pela Petrobrás em 1979. A PETROBRÁS E O ÁLCOOL. Rio de Janeiro, [1984], [s.d.]. p. 5.

pela AGASA. A procura no litoral e no estado por carros a álcool foi explosiva, fazendo ativa movimentação nas revendedoras. A primeira a receber em Santo Antônio da Patrulha foi a firma Cardoso, Marques. O custo adicional de 5% sobre um carro a gasolina não retraiu a procura.¹³¹¹ Para Santo Antônio da Patrulha, a expectativa era de bom retorno do ICM para o município¹³¹²



Fotografia 107 – Caminhão-pipa da Petrobrás em abastecimento de álcool na destilaria da AGASA – [s/d]

Fonte: Acervo da AGASA.

Semanas após o ato inaugural da destilaria, foi instalado o Conselho para o Desenvolvimento Integrado do Litoral e dada posse aos seus membros no Palácio Piratini. O novo órgão vinha substituir o Programa de Desenvolvimento do Litoral Norte, também com o fito de melhorar a qualidade de vida dos habitantes da região.¹³¹³ Seu envolvimento com a implantação da destilaria, aliava-se à retomada do intento na solução de uma área historicamente periférica, e que se via diante de uma nova possibilidade de inserção na economia do estado. A conjuntura se mostrava tão envolvente que até uísque falso apareceu

¹³¹¹ PRIMEIROS carros a álcool são da Cardoso, Marques. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 42, 15 jan. 1981.

¹³¹² DESTILARIA da AGASA supre necessidades atuais. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 40, p. 15, 15 dez. 1980.

¹³¹³ PREFEITOS da região presentes na posse de Maggi. *Folha do Litoral*, Osório, a. III, n. 132, p. 10, 14 nov. 1980. INSTALADO ontem Conselho para desenvolver o Litoral. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 11 nov. 1980.

no mercado patrulhense.¹³¹⁴ A implantação de minidestilarias passou a ser, então, estudada como opção aos minifúndios.¹³¹⁵

Ainda em setembro de 1980, aconteceu um Simpósio sobre Desenvolvimento Agropecuário do Litoral Norte, reunindo técnicos agrícolas, agrônomos, veterinários, produtores, líderes sindicais, representantes de cooperativas e de empresas dos municípios do litoral. No evento, promovido pela ATARGS (Associação dos Técnicos Agrícolas do Rio Grande do Sul), em Osório, dentre as decisões tomadas, uma referia-se à criação, com urgência, de um sistema de pesquisas e experimentação com a cultura da cana no Litoral Norte, abrangendo os municípios de Santo Antônio da Patrulha, Osório, Torres e Tramandaí.¹³¹⁶

A cana-de-açúcar, de fato, estava na ordem do dia. Em março de 1981, foi a vez do I Seminário sobre Problemas Agrícolas, promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em Ijuí, onde estiveram representantes patrulhenses.¹³¹⁷ Eram sinais da resistência dos pequenos produtores locais, que procuravam fortalecer-se com seus pares na busca de solução para suas dificuldades concretas.

Em 1981, a Comissão Estadual de Energia (CENERGS) já apresentava uma pesquisa geral aos órgãos especializados do Estado e da União, sediados no Rio Grande do Sul, com vistas a estudar a situação vigente e futura de todos os segmentos energéticos, nos aspectos técnico, econômico, institucional, inclusive ambiental, face aos rumos da conjuntura.¹³¹⁸

Na Assembléia Legislativa, o debate sobre a agroindústria açucareira no estado e a questão energética foi intenso em 1980 e 1981, sobretudo. João Giugliani Filho, diretor-presidente da AGASA, participou de sessão, quando a AGASA foi colocada no centro da discussão.

Chamou a atenção do poder legislativo do Estado que, na região de Torres, havia 90.000 ha de terras para a produção alcooleira, quando eram necessário apenas 60.000 ha para

¹³¹⁴ UÍSQUE falsificado era vendido em Santo Antônio. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 40, p. 13, 15 dez. 1980.

¹³¹⁵ MINIFÚNDIOS poderão ter novas opções. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 38, p. 4, 15 out. 1980. BIODIGESTORES e microdestilarias alternativas econômicas na região. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 40, p. 4, 15 dez. 1980.

¹³¹⁶ SIMPÓSIO sobre o desenvolvimento agropecuário do Litoral Norte. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 38, p. 14-15, 15 out. 1980.

¹³¹⁷ AGRICULTURA: seus problemas e a esperança de soluções. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 47, p. 8-9, 28 mar. 1981.

¹³¹⁸ CENERGS. Comissão Estadual de Energia. *Proposta para a elaboração do Plano Energético do Estado do Rio Grande do Sul*: Minuta Preliminar para discussão. Porto Alegre, ago. 1981. Acervo da AGASA.

produzir 255 milhões de litros de álcool; seria o equivalente dos 20% de álcool a serem acrescentados à gasolina que era anualmente consumida no Rio Grande do Sul.¹³¹⁹

De outro lado, o início das atividades da destilaria desencadeou um amplo debate sobre as suas conseqüências ambientais.¹³²⁰ A população queria saber: Para onde seria despejada a vinhaça (ou vinhoto), líquido escuro e viscoso que sobra da produção de álcool, altamente poluente?¹³²¹ Serviria como adubo para a própria cana em substituição aos adubos químicos? Soluções foram tentadas, mas nem sempre aplicadas adequadamente. Recordando, no caso da AGASA, o destino do vinhoto foi um lençol d'água próximo à Lagoa dos Barros. Era visto e notório que, quando a chuva alagava a Fazenda Maciel, as águas depositadas nos canaviais não se divisavam com as da Lagoa dos Barros. Resultado? O temido pelos ambientalistas. Afinal, a ação da vinhaça elimina o oxigênio da água, aniquilando a flora e a fauna aquáticas.

Tinha dois caminhões-pipa carregando dali para a fazenda. Ai depois a usina já tinha uma draga. Ela fez um represo lá, lá na lomba do doutor Fernando, lá na Caturrita, ela fez um represa lá, para largar vinhaça. Então eles caminhavam para lá e para cá levando vinhaça. Tirando dali e largando para lá porque ali não podia, não podia largar porque ia para a lagoa e estragava toda a água. Então a despesa que dava isso aí, fazer uma represa só para largar vinhaça, dois caminhões-pipa carregando a vinhaça para lá... Mas aí não agüentaram. Trabalharam dois anos só e pararam. [...]

Uma vez deu uma enchente lá e arreventou a represa e vazou. Pegou o vale e pegou na lagoa. Foi uma barbaridade. A gente passava na beira da lagoa, era um fedorão, porque a vinhaça é fedorenta. E ainda mais quando largam na água; ela

¹³¹⁹ Texto do Quinto Depoimento da reunião do dia 09 ago. 1979 para a análise do problema do álcool no Estado, com as presenças do Dr. Pedro Cabral da Silva, diretor de Modernização da Agroindústria Açucareira do IAA/RJ; do Sr. Hélio Morganti, presidente internacional da Indústria Açucareira/SP; dos deputados Aldo Pinto e Francisco Spiandorello; do diretor-presidente da AGASA, Dr. João Giugliani Filho e do engenheiro agrônomo Wilson de Oliveira Castro. In: RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *Relatório da Comissão Especial da Agroindústria no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1981, p. 160-161. Nas conclusões da Comissão, lê-se: "O Rio Grande do Sul possui áreas ecologicamente aptas à produção de cana-de-açúcar. A produção de cana/álcool é na ordem de 2.800 a 3.500 l/ha, sendo que 1 t de cana produz 70 l de álcool. Para uma destilaria de 60.000 l/dia são necessários 3.500 ha de cana ou 18.450 de mandioca. [...] A usina da AGASA de Torres, prevista para uma produção de 600.000 sacos de açúcar, não foi implantada porque o Governo do Estado não fez o depósito para o pagamento das terras, conforme prévia exigência do IAA. [...] O Proálcool não discriminou o Estado, entretanto não ofereceu qualquer incentivo maior à produção de álcool." Ibidem, p. 428.

¹³²⁰ A atuação da STIL (Sociedade Técnica de Irrigação Ltda) já vinha provocando debate acerca das suas conseqüências sobre a Lagoa. Na defesa, em nomes dos lavoureiros do arroz, foi apontada, pelo gerente da STIL, a existência de uma Estação Pluviométrica do DPREC, que diariamente fazia a leitura da altura da Lagoa. LAVOURAS não poluem Lagoa dos Barros. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 28, p. 3, 17 jun. 1980.

¹³²¹ Cada litro de álcool corresponde a uma produção entre 12 e 16 litros de vinhoto. A matéria orgânica contida no vinhoto proveniente de uma destilaria de álcool, com produção de 120 metros cúbicos por dia, equivale à do esgoto bruto de uma cidade de 700 mil habitantes. Em 1983, com a meta atingida através das destilarias espalhadas pelo país, a previsão era de cerca de 60 milhões de m³ de vinhoto, por dia, lançados *in natura* nos cursos d'água, o que equivaleria ao esgoto de uma população de 70 milhões de pessoas, diariamente. VINHOTO, a poluição que pode fertilizar. *Interior*: Revista do Ministério do Interior, Brasília, a. VII, n. 40, p. 12, set./out. 1981. Na mesma direção, Sanchotene apontou que o uso do álcool para combustível causaria principalmente danos do ponto de vista ambiental: poluição das águas, dos solos e da atmosfera. SANCHOTENE, Maria do Carmo. Proálcool: enfoque ambiental (I). *Correio do Povo*, Porto Alegre, 28 ago. 1981. Suplemento Rural, p. 9.

começa a se espalhar. Mas aí com o tempo, limpou, e eles pararam em seguida. Hoje a lagoa está boa.¹³²²



Fotografia 108 – Tanques localizados na Fazenda Maciel para depósito da vinhaça transportada da AGASA – [s/d]

Fonte: Acervo da AGASA.



Fotografia 109 – Veículo da AGASA utilizado para o transporte da vinhaça – [s/d]

Fonte: Acervo da AGASA.

¹³²² Depoimento de Alzemiros Dias de Vargas concedido a Vera Lucia Maciel Barroso em 02 nov. 2005. A cinza da cana queimada também ia parar na Lagoa. Depoimento de Ferúlio Tedesco Neto concedido a Vera Lucia Maciel Barroso em 18 dez. 2004.

Outro depoente testemunhou um revés ambiental causado pela usina:

Na época não tinha FEPAM, não tinha meio ambiente. Sabe que na época não é como hoje. Hoje nós já temos uma fiscalização mais rigorosa. [...] E depois foi criada a usina do álcool [...] e largava os resíduos de enxofre e diversos tipos de produtos que onde largar vai criar problema adiante. E para fazer o álcool, largava um garapão, um vinagre ali e vinhoto. Então ela poluiu. [...] Vinha aquele pretume do lado...¹³²³

A imprensa de Santo Antônio da Patrulha e a de Osório insistiram na defesa da Lagoa, que banha os dois municípios.¹³²⁴ Há muito tempo ela acolhia veranistas em seus balneários, em todos os verões. É tradição muitas famílias frequentarem a praia da Lagoa dos Barros com suas barracas e trailers.¹³²⁵ Quando da visita à AGASA do secretário de Estado de Indústria e Comércio João Jardim, em dezembro de 1981, além de destacar a função social da empresa e o seu desempenho na difusão da assistência ao pequeno produtor da região, através da atuação de três engenheiros, cinco técnicos e seis instrutores, ele verificou o início do funcionamento de um oxigenador de água. Após o processo industrial, através dele, a água passaria a ser devolvida à Lagoa dos Barros, onde era feita a sua captação. Com uma capacidade de vazão de 500 mil litros/hora, entendia a direção da usina que a destilaria não estaria causando dano maior ao lençol d'água à sua margem.¹³²⁶

O agrônomo José Lutzemberger também se pronunciou na ocasião, preocupado com a Lagoa dos Barros e afirmando que era preciso dar um crédito de confiança ao desempenho da AGASA no tratamento do vinhoto. Outra questão foi por ele destacada, mas silenciada até então:

O PROÁLCOOL numa região como a nossa, diz Lutzemberger, irá concorrer com a agricultura de subsistência, não resolvendo o problema do colono e trará a monocultura geradora de miséria de uma parte da população rural. Acrescenta, ainda, que as poucas florestas nativas remanescentes de uma rica flora subtropical, estariam ameaçadas de extinção e com ela os pássaros, pois pouco se cumpre o Código Florestal no Rio Grande do Sul.¹³²⁷

¹³²³ Depoimento de Angelino da Costa Neto concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º fev. 2001.

¹³²⁴ Bem antes da destilaria de álcool funcionar, já se relacionava a usina de açúcar com a poluição da Lagoa dos Barros. O jornal *Folha da Manhã* de 08 set. 1975 dedicou seu Editorial ao tema, com passagens cômicas a respeito, chegando a sugerir que a AGASA, face à insistência da direção de que a indústria não poluía a lagoa, fizesse então um “puxado” e entrasse na indústria do pescado com os peixes que nela existiam. A matéria foi reproduzida no jornal *O COMERCIAL*. Santo Antônio da Patrulha, p. 5, 15 out. 1975. Outras se sucederam: ARY FRANK: alambiques poluem a lagoa e AGASA serve de bode expiatório. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 56, p. 1, 21 mar. 1977.

¹³²⁵ Examinar, a propósito: LAGOA dos Barros, o veraneio econômico a caminho do mar. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 43, p. 8-9, 31 jan. 1981.

¹³²⁶ JOÃO Jardim destaca função social da AGASA. *Folha do Litoral*, Osório, Torres, Tramandaí, Santo Antônio, Mostardas, Palmares do Sul e Capão da Canoa. a. V, n. 184, p. 4, 03 dez. 1981.

¹³²⁷ LUTZEMBERGER e PROÁLCOOL. *Correio do Litoral*, Osório, Tramandaí, Santo Antônio, a. III, n. 88, p. 2, 10 jan. 1980. (Grifo nosso).

O ambientalista acertou o alvo. O Programa, além de afetar mais ainda o *ethos* dessa categoria de trabalhadores rurais, viria completar o ciclo de expulsão dos canavieiros da região. As duas lógicas se apõem. O conflito identitário se agudizava, e seus resultados para a agricultura e para a indústria não fizeram por esperar, além de agravar sensivelmente os problemas decorrentes pelo uso indevido do espaço. Os morros desprotegidos, estavam progressivamente, sendo desnudados a olhos vistos. Efetivamente, a Mata Atlântica naquela altura perdera muitos espaços. Sobraram poucos capões.

A questão ambiental foi preterita pelos executores do projeto. Mais que isso, silenciada. É o que denuncia a vasta documentação escrita, compulsada para essa pesquisa. Por isso chamou a atenção o depoimento do ex-secretário da Agricultura José Alfredo Marques da Rocha, que lamentou a devastação da mata para dar lugar à cana nos morros.¹³²⁸ De um lado, ouviam-se vozes em defesa do meio ambiente da região frente à atuação da usina, e, de outro, era noticiado o empenho em duplicar a produção do álcool hidratado. Entretanto, a questão que ficava marginal era a situação concreta do colono.

Sem vislumbrar, no que seus efeitos podiam resultar aos trabalhadores da cana, a contar de setembro de 1981, o plano da direção foi o de passar de 15 para 30 mil litros/dia, a produção da destilaria. Essa decisão foi tomada em assembléia geral da indústria.¹³²⁹ A projeção do governo do Estado era arrancar dos 800 mil para 2 milhões de litros anuais. Estava claro: o fosso existente entre a empresa e os fornecedores de cana era abissal. Em resistência, os canavieiros, mais ainda descontentes com o preço pago, decidiram boicotar a entrega de cana, até que surgisse uma definição com relação ao preço mínimo para a produção. Reivindicavam a equiparação com o do Nordeste, prometida, em 1980, pelo governador Amaral de Souza quando da inauguração da destilaria. Os poucos que estavam levando cana para a AGASA foram motivados por dificuldades financeiras. *Zé da Tamanca*, um dos maiores produtores e que presidira a ASFORCA, falou à imprensa: “[...] se não

¹³²⁸ Desse tema ele se ocupou em pronunciamento à imprensa em 1982. ROCHA fala sobre o desmatamento. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 24, 02 out. 1982. Destacou que, em 1980, o consumo de lenha, em função da elevação dos preços dos derivados do petróleo, foi de 45 mil hectares de florestas, enquanto os programas oficiais conseguiram reflorestar apenas 25 mil ha. *Ibidem*. Ainda em setembro do mesmo ano, foi divulgada a intenção do Estado em implantar três usinas para extrair álcool de madeira, a partir do plantio de árvores no Litoral, entre Palmares e Chuí, utilizando 330 mil ha de área. Os estudos indicavam que seria esse um projeto de aproveitamento da área, pouco própria para o cultivo agrícola. RS quer três usinas para extrair álcool da madeira. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 14, 26 set. 1982.

¹³²⁹ DESTILARIA da AGASA será ampliada. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 51, p. 12, 04 jun. 1981.

houver um preço mínimo que compense, a maioria vai deixar de plantar cana para se dedicar a outras culturas.”¹³³⁰ E, de fato, é o que progressivamente vai acontecer.

O presidente da usina, João Giugliani Filho, na defesa, rebateu os canavieiros descontentes, argumentando que os maiores prejudicados eram eles próprios, e não a usina, completando: “A empresa não será muito afetada, pois terá apenas prejuízos de ordem pessoal [...]”¹³³¹ Porém, os poucos produtores de cana que ainda não haviam “partido” se impunham na busca de solução. Afinal, o preço no Nordeste era de Cr\$ 1.731,00, enquanto, no Rio Grande do Sul, alcançava somente CR\$ 1.223,00.¹³³² Diante dos números, o movimento canavieiro de resistência tomou forma, e ganhou grande espaço na imprensa regional.¹³³³



Fotografia 110 – “As Patrulhadas” – charge alusiva à greve dos canavieiros – 1981

Fonte: AS PATRULHADAS. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n.53, p. 2, 02 jul. 1981.

¹³³⁰ Depoimento de José Luis Correa de Andrade – *Zé da Tamanca* – concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 26 fev. 2000.

¹³³¹ CANAVIEIROS boicotam entrega de cana. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 53, p. 1, 02 jul. 1981. CANAVIEIROS suspendem entrega de cana. *Ibidem*, p. 8. Trata-se de momento significativo de resistência dos fornecedores de cana à lógica usineira.

¹³³² PREÇO da cana: solução à vista. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 54, p.1, 16 jul. 1981.

¹³³³ Ver: ANTES da cana, melhor é plantar o capim pangola. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 28, 29 jun. 1980. Outra interessante reportagem, de duas páginas, referente à greve dos canavieiros é esta: O PROTESTO dos homens da cana. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 26-27, 03 jul. 1981. Na íntegra, é o ANEXO LLL.

O sindicalista Antônio Schneider, entretanto reconhece as dificuldades de organização dos canavieiros:

Eles fizeram de tudo para evitar que viessem para o sindicato para reivindicar qualquer coisa. Eles se estruturaram. Entraram na área de assistência de forma a conter as reivindicações dos produtores. De 74 a 82 foi um período que a gente começou a questionar mais a fundo, e começou um pequeno embrião de discussões. Mas a própria pressão da AGASA com a revolução de 64, era de evitar o sindicato. Então a relação do sindicato com a AGASA, nunca foi amistosa.¹³³⁴

Por outro lado, o que Lutzemberger temia acabou por acontecer. Para garantir a produção do álcool, foram contratados 400 trabalhadores, em regime de mutirão, nas lavouras próprias da empresa e nas integradas. Das 140 toneladas de cana produzidas na safra, 80% tiveram origem nos pequenos e nos médios produtores. Para os 20% restantes, foram contratados peões de fora da região, a fim de nela trabalharem, nas áreas alagadiças recuperadas para o plantio de cana.¹³³⁵

Leonel Wagner ao apontar, em seu estudo, as causas da derrocada da usina, destacou que o problema da mão-de-obra “importada” agravou a situação. Segundo ele, o custo da manutenção dos trabalhadores trazidos de outras áreas foi muito oneroso.¹³³⁶ Em 1983, um estudo realizado pela Secretaria da Indústria e Comércio, visando a dimensionar a real situação da usina açucareira, confirmou o diagnóstico já feito. A contratação de safristas de outros municípios, especialmente de Camaquã era, sem dúvida, um entrave ao desempenho da AGASA. Assim o documento refere:

Esses trabalhadores, eram alojados e alimentados pela Empresa e, diariamente deslocados, da Fazenda Maciel até as áreas das lavouras, elevando os custos. Os custos de manutenção do pessoal, nos períodos de chuva (salários, alimentação e alojamento), eram lançados como custos da Fazenda Maciel.¹³³⁷

¹³³⁴ Depoimento de Antônio Schneider concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 09 fev. 2000.

¹³³⁵ AGASA duplicará produção de álcool hidratado. *Folha do Litoral*, Osório, Tramandaí, Santo Antônio e Mostardas. a. IV, n. 170, p. 9, 27 ago. 1981. O projeto de silagem com as pontas de canas desenvolvido na Fazenda Maciel, com a utilização de seus silos experimentais, foi bem sucedido. O Secretário da Administração Olimpio Tabajara destacou, no local, a importância do projeto para a alimentação do gado e a revalorização da usina, em tempos de busca de alternativas para seu bom desempenho. SILAGEM com pontas de cana. *Folha Patruhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 53, p. 9, 02 jul 1981.

¹³³⁶ WAGNER, Leonel. *Estratégias à produção de álcool no Estado do Rio Grande do Sul (1972-1985)*. 1985. Monografia de Conclusão de Curso. Centro de Ciências Econômicas – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. p. 86.

¹³³⁷ GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Indústria e Comércio. *Estudo referente à AGASA – Açúcar Gaúcho S.A.* Porto Alegre, 1983. Não-paginado. Nesse estudo é informado que a AGASA apresentava, então, um passivo a descoberto de aproximadamente Cr\$ 800 milhões de cruzeiros. O indicativo não era nada animador, pois, afirma o documento, que a empresa dificilmente conseguiria, por si só, uma recuperação financeira. Examinar o ANEXO MMM.

Portanto, a Fazenda Maciel, com mão-de-obra alheia à cana, se mostrava a olhos vistos, também inviável pelo custo de transporte, das horas extras e dos encargos sociais. As condições em que ficavam alojados¹³³⁸ os trabalhadores rurais era alvo de preocupação. Isso sem falar da dissociação desta prática, alheia ao projeto social que impulsionara a criação da usina. E mais, o desconhecimento do *locus*, com seus limites e possibilidades, emperrava mais ainda os laços entre a usina e a comunidade canavieira, como aponta um depoente:

O doutor Ary, ele era presidente da AGASA e fez uma reunião conosco na fazenda. Ele queria que todo mundo dissesse uma coisa: o porquê que a AGASA estava assim, que a fazenda não dá cana, não dá nada. Aí, quando chegou em mim, eu disse: “Eu acho que é a terra. O terreno não é apropriado para a cana.” Aí todo mundo apoiou, que aquilo ali é como eu acabei de dizer: foi um erro medonho eles comprarem aquela fazenda, mas foram incentivados por outras pessoas para comprar aquilo ali. Achavam que ia dar cana. O Paulista era chefe da AGASA também. Ele era encarregado de dentro da fábrica. Eu ouvi ele dizer uma coisa para os caras. Os caras, eu não sei de onde vieram, andavam passeando aí. Aí os caras perguntaram para ele: “Mas senhor Vítório, isso aí a geada não mata a cana no inverno?” “Não, não. O Eduardo sempre plantou arroz aí e nunca morreu o arroz.” E eu digo: “Mas o arroz é do verão, como vai morrer com a geada?” Eu ainda comentei com outros caras aí, eu ouvi aquilo... digo... bá... [...]. Barbaridade... A pessoa que não conhece é brabo.¹³³⁹

Na verdade, tratava-se de mais uma ação do projeto executado pela AGASA, em que os trabalhadores locais da cana não foram diretamente envolvidos e nem efetivamente inseridos, conforme previa o próprio Programa, quer pelo Decreto nº 76.593, de 14 de novembro de 1975, como pelo de nº 80.762, de 1977, que pregavam entre outros objetivos:

- a) redução das disparidades regionais de renda;
- b) redução das disparidades individuais de renda;
- c) crescimento da renda interna, através da dinamização de terra e mão-de-obra, até então ociosas.¹³⁴⁰

Na prática, os objetivos sociais foram abandonados. Em estados do Brasil, o Programa acabou por contemplar grandes grupos empresariais que já atuavam na produção da cana, e que, para a instalação de destilarias, foram beneficiados com os financiamentos oficiais, a baixo custo, pois os juros foram, então, muito generosos. Além disso, muitos pequenos

¹³³⁸ A Fazenda Maciel tinha dois alojamentos: um, de alvenaria, com capacidade para 120 pessoas, e outro, de madeira.

¹³³⁹ Depoimento de Alzemiros Dias de Vargas concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 02 nov. 2005. O desconhecimento da tradição canavieira regional ficou patente. E assim contradições se sucediam, afastando mais ainda os canavieiros da AGASA, como revela este depoimento. “Eles falavam que não recebiam cana queimada. [...] Por isso eu não mandei mais cana. No fim eles estavam queimando a deles mesmo, para ser mais fácil de cortar.” Depoimento de Paulino Pereira Almeida Brito concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 12 fev. 2000.

¹³⁴⁰ BUENO, Ricardo. *PRÓALCOOL: rumo ao desastre*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980. p. 21.

produtores foram animados a abandonar a lavoura de subsistência para plantar cana, diante das expectativas de retorno anunciadas.¹³⁴¹

O que ocorreu efetivamente é que, diante do volume de investimentos a que o governo se dispôs para livrar-se da dependência do petróleo importado e das facilidades concedidas ao aumento de produtividade da cana, em muitas regiões se intensificou a absorção de terras por grandes proprietários, o que, e por consequência, determinou um grande fluxo de migrações para os centros urbanos.¹³⁴²

No caso da área canavieira gaúcha, ocorreu uma situação diferente. Os trabalhadores sazonais de região tipicamente orizícola do estado foram trazidos para a produção de cana, os quais ficaram acampados nas proximidades da AGASA, longe das suas famílias, durante o período da safra. Atuaram ali como peões de cana da usina, estranhos ao *ethos* local. Estiveram ali para, na verdade, socorrerem a empresa das dificuldades de mão-de-obra. Efetivamente, a usina não arquitetou uma estratégia que fosse envolvente a ponto de cativar os jovens das famílias da tradição canavieira local, impedindo assim o avanço do êxodo rural. Esse descompasso, um verdadeiro desencontro entre o projeto idealizado e o projeto praticado, fazia da AGASA, a cada ano, um *ente* distante e à margem, não só da Lagoa, ameaçada, mas também, e sobretudo, da sociedade para a qual fora criada e a partir da qual um sonho fora acalentado.

Nessas condições, ao final de 1981, a destilaria estava produzindo 25.000 litros/dia, 2 milhões/ano, com previsão, para 1982, na ordem de 4 milhões de litros. O álcool hidratado era comercializado pela Petrobrás e pela Ipiranga, no Rio Grande do Sul, e pela Schell e pela

¹³⁴¹ Um amplo e minucioso diagnóstico sobre o PROÁLCOOL foi feito em 1978, mas sua divulgação acabou proibida. Em três volumes, com mais de 800 p., o estudo, intitulado *Avaliação do Álcool Etílico*, que recebeu o carimbo de *confidencial*, foi preparado em três meses por cientistas e técnicos contratados pelo CNPq. Sua principal conclusão foi que o PROÁLCOOL, distorcido e manipulado, estava servindo para fortalecer alguns grupos que já eram ricos, como os usineiros e os fabricantes de destilarias. A prova está que a maioria dos projetos (65%) concentrou-se na região Centro-Sul, principalmente no estado de São Paulo, onde a indústria açucareira possui considerável poder econômico e político. Com essa concentração, se contrariava o objetivo do PROÁLCOOL de reduzir as disparidades regionais. Os projetos aprovados, em sua maioria, foram para destilarias anexas a usinas já existentes. Outros tantos problemas foram apontados: poluição, desnacionalização, desperdício, descapitalização, latifundização, exclusão, êxodo rural, etc. HASSE, Geraldo. Mamata, estilo 1980. *Coojornal*, Porto Alegre, a. I, n. 44, p. 22-24, ago. 1979. A escassez de alimentos foi outra implicação negativa do Programa. Ver: IMPLICAÇÕES da Produção de Álcool no Brasil. *Correio do Povo, Porto Alegre*, 21 set. 1979. Suplemento Rural, p. 18. Para o Rio Grande do Sul, esse alerta foi dado, tendo em vista não existirem no estado áreas ociosas. A diversificação com o cultivo de beterraba açucareira, naquela conjuntura, e diante do endividamento dos pequenos produtores, foi uma saída apontada. TOMASINI, Roque G. A. et al. A produção de álcool. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 24 abr. 1981. Suplemento Rural, p. 11. ÁLCOOL de beterraba açucareira. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 15 fev. 1980. Suplemento Rural, p. 12.

¹³⁴² Verificar a respeito: MENEZES, Marilda Aparecida. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa, PB: EDUFPPB, 2002. p 125-144.

Esso em Santa Catarina.¹³⁴³ A capacidade de estocagem da destilaria era de 2.000 toneladas de cana, volume que não chegou a ser alcançado. Nesses anos iniciais da década de 1980, a produção era gerada nos 508 ha das lavouras próprias, somada aos 2.800 ha de pequenos produtores que levavam suas cana para a AGASA, que as direcionava ao açúcar e ao álcool. Ainda que a área minifundiária fosse a maior fornecedora de matéria-prima, o seu volume era muito insuficiente. Para atender às duas produções, era preciso muita cana. Porém, a usina vinha cobrindo apenas 7,4% da necessidade de álcool de todo o estado.¹³⁴⁴

Na safra de 1981/1982, 76,59% das canas recebidas pela AGASA foram produzidas nas áreas minifundiárias, totalizando 91.182.130 kg de cana, enquanto que as produções nas lavouras próprias corresponderam a 8,96% do total, assim distribuído:

Tabela 37 – Produção da usina nas lavouras próprias – 1981/1982

Local	Quantidade
Fazenda Maciel	8.854.980 kg
Casqueiro	322.320 kg
Chicolomã	762.140 kg
Sítio da Fonte e Ilha	734.070 kg

Fonte: AÇÚCAR GAÚCHO S. A. – AGASA. *Relatório dos trabalhos executados pelo Departamento Agrícola da AGASA:* de abril de 1981 a março de 1982. Safra 1981/1982. Documentos avulsos. Acervo da AGASA.

Com o PROÁLCOOL, outros municípios fora do perímetro tradicional da cana animaram-se a produzi-la para a destilaria. Além de Santo Antônio da Patrulha e de Osório, vinha cana de Tramandaí, São Sebastião do Caí, Guaíba, Gravataí e Igrejinha. Entretanto, dos 1729 fornecedores da AGASA registrados em 1971, passados dez anos, o seu número estava reduzido à metade: 870. Além da redução do plantio, canas estavam sendo desviadas para a produção de cachaça e de forragens. A procura por financiamento na safra 1981/1982 foi muito longe da ocorrida em 1970/1971, ainda que distribuídas 750 circulares nos morros. Além de muita chuva, atrasando a colheita e o transporte, boa parte da produção era cana

¹³⁴³ JOÃO Jardim destaca função social da AGASA. *Folha do Litoral*, Osório, Torres, Tramandaí, Santo Antônio, Mostardas, Palmares do Sul e Capão da Canoa. a. V, n. 184, p. 4, 03 dez. 1981. Na ocasião da visita do secretário, o diretor-presidente da AGASA informou que a empresa estabelecera um convênio com a Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos para a execução de um perfil detalhado dos custos industriais da usina. Para a safra desse ano, a queixa do estado das estradas foi grande e impôs melhorias. SAFRA de cana exige melhorias em estradas. *Folha do Litoral*, Osório, Torres, Tramandaí, Santo Antônio. a. IV, n. 158, p. 9, 04 jun. 1981.

¹³⁴⁴ DESTILARIA também beneficia resíduos da cana-de-açúcar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 14 mar. 1982. Suplemento A Força do Sul, p. 32.

queimada (38,39%).¹³⁴⁵ Prestar assistência técnica às lavouras integradas de arroz e cana estava cada vez mais difícil. Os orizicultores que haviam aderido ao plantio de cana, estimulados por vasta propaganda, estavam abandonando-a, alegando não disporem de mão-de-obra e maquinário apropriado, pois sua colheita em área de várzea, em certos casos, era quase impossível realizar.



Fotografia 111 – Placa de difusão do projeto integrado: lavoura, pecuária, cana-de-açúcar, arroz e gado de corte – [s/d]

Fonte: Acervo da AGASA.

Diante do agravamento da situação dos canavieiros e da usina, em fins de 1982, os dirigentes sindicais e a comissão da AGASA buscaram socorro junto ao IAA, no Rio de Janeiro.¹³⁴⁶ Cinco meses depois, foi enviado à AGASA um laudo emitido pela superintendência do IAA, com base nas informações oferecidas pela comissão gaúcha que destacou o baixo rendimento da mão-de-obra no corte, visto a impossibilidade de queima da cana; o alto custo do carregamento, em virtude da impossibilidade mecânica do transporte, além de penoso e oneroso; o relevo ondulado ou de acentuado declive com sérias limitações

¹³⁴⁵ AÇÚCAR GAÚCHO S/A – AGASA. Relatório dos trabalhos executados pelo Departamento Agrícola da AGASA no período de abril de 1981 a março de 1982. Safra 1981/1982. Documentos avulsos. Acervo da AGASA. A queimada, refere-se à cana na roça, à qual se deitou fogo para facilitar a colheita.

¹³⁴⁶ IAA verá realidade canavieira gaúcha: técnicos do IAA virão a Santo Antônio. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 91, p. 1 e 9, 25 nov. 1982. O presidente da AGASA Sinval Ribeiro liderou a comitiva.

ao uso de implementos agrícolas e a pedregosidade e afloramento das rochas dos solos das encostas. Diante do quadro apresentado, o parecer do documento era favorável à equiparação dos preços da cana do nordeste com o Rio Grande do Sul. Em fevereiro de 1983, o preço da cana no Nordeste era de Cr\$ 4.613,67 enquanto que em São Paulo, de Cr\$ 3.232,56. Perdiam os canavieiros gaúchos Cr\$ 1.381,11.¹³⁴⁷ Uma substancial diferença, dada como injusta e prejudicial, face ao perene favorecimento dirigido aos usineiros nordestinos.

Dos problemas apontados, uma dificuldade estrutural da usina era a sempre aludida inviabilidade de mecanizar as lavouras no morro. Nas áreas de topografia mais regular e sem pedras (a maior parte da área é muito pedregosa), foi tentado empregar carregadeiras mecânicas. Uma outra busca de solução, ainda que parcial, foi encaminhada ao presidente do Tribunal de Contas do Estado, Dr. Luciano Machado, no sentido de permitir que a AGASA participasse da fabricação de uma “picadeira de cana”, patenteada no INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial), sob nº 3.800.820, por um inventor gaúcho, Dr. Júlio dos Santos Madeira. Ele idealizara uma máquina automotriz com duplo fim: corte e picagem de cana, respondendo à crescente demanda nacional de álcool e açúcar. O BADESUL mostrou-se interessado, através do FINEPE, em financiar o projeto.¹³⁴⁸ Todavia, no acervo da AGASA, nada foi encontrado confirmando o intento.

No estado, houve outras tentativas de inclusão ao Programa de Álcool ou de inserção da cana-de-açúcar na produção local, por exemplo em Novo Hamburgo,¹³⁴⁹ em Santana do Livramento,¹³⁵⁰ em Carazinho,¹³⁵¹ em Caí,¹³⁵² em Cruz Alta.¹³⁵³

¹³⁴⁷ IAA deve equiparar preços da cana com nordeste. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. IV, n. 100, p. 4, 24 fev. 1983.

¹³⁴⁸ AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA S.A. A Automotriz Picadeira de Cana. *Relatório Geral* de 1981. 24p. e 40 anexos. Acervo da AGASA.

¹³⁴⁹ N. HAMBURGO sustou plano do Proálcool. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 25 set. 1981. Folha Regional, p. 7.

¹³⁵⁰ CANA-DE-AÇÚCAR sendo testada em Livramento: DRNR comanda ensaio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 mar.1982. Suplemento Rural, p. 6.

¹³⁵¹ ÁLCOOL: usina será testada em janeiro. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12 ago. 1983. Suplemento Rural, p. 7.

¹³⁵² PROJETO iniciou com plantio da cana em 1980: canavial de 1.800 ha neste projeto da Agropecuária Capela S.A. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05 nov. 1982. Suplemento Rural, p. 12-13. A Fazenda Capela vendeu no seu 1º corte, 300 toneladas à AGASA. *Ibidem*. Ver também, sobre a Destilaria Capela: ÁLCOOL: Estado falha no apoio à empresa privada. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 17, 23 jan. 1983, p. 17. Destaque-se que, paralelamente a esses projetos, até estímulo foi dado para que agricultores produzissem álcool destinado a consumo próprio. Ver: AGRICULTOR pode produzir álcool para consumo próprio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 03 jul. 1981. Suplemento Rural, p. 8.

¹³⁵³ CANA: plantações poderão atingir mil hectares (Cruz Alta). *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 24, 28 set. 1979.

Documento de 1984 aponta 32 destilarias, contando-se as projetadas, as em testes e as em produção.¹³⁵⁴ Recordando, no Litoral Norte, Torres também se mobilizara para implantar o PROÁLCOOL, através da articulação de suas forças vivas. A hipótese da poluição do Rio Mampituba e das lagoas adjacentes foi palco de ampla discussão, travando sua concretização.

Entretanto, sem demora, o Programa do PROÁLCOOL já anunciava seus sinais limitantes. Na AGASA, a destilaria de álcool, com apenas três anos de produção, já apresentava mais ônus do que benefício e bons resultados à empresa.¹³⁵⁵ Para os canavieiros, o pior estava por vir.

Interessante anotação manuscrita, datada de maio de 1982, já dava os sinais da prematuridade da crise da destilaria de álcool e dos limites da oferta de açúcar no mercado:

Fiz a venda do álcool para engarrafadora Schiavon. Estou com os dados (balanço, contrato social, etc.) para cadastro e analisando-os creio que é bom pagador, por isso aprovo o crédito, o qual espero que concordes.

Vendi 24.000 litros, porém o Mario me informou ter disponível somente 16.200 litros [...].

Quanto à pesquisa do álcool, já visitei 15 clientes de POA, os quais são engarrafadores e saboarias, portanto, não posso te dar um resultado mais concreto, pois faltam as indústrias químicas, de solventes, tintas, couro, perfumaria, resinas, etc. localizadas em cidades próximas, [...].

A entrega somente no período de safra acarretará a quebra das cotas dos clientes junto a seus fornecedores e conseqüente falta de fornecimento na entressafra. É o mesmo problema do açúcar [...].¹³⁵⁶

Na leitura do balanço de governo, ao fim do mandato de Amaral de Souza, em 1983, a implantação na AGASA da primeira destilaria de álcool carburante do estado, além de contribuir, no âmbito nacional, para o enfrentamento da crise petrolífera, fora exemplo à iniciativa privada gaúcha. A partir dele aguardavam-se outras iniciativas de adesão ao programa energético nacional.¹³⁵⁷

Com postura também positiva, no primeiro ano da administração Jair Soares (1983-1987), a Secretaria da Indústria e Comércio se manifestou sobre a importância da produção de

¹³⁵⁴ Nesse número, duas destilarias estavam localizadas em Santo Antônio da Patrulha: a da AGASA e a Alcoolux Ltda. Ver RIO GRANDE DO SUL. *Programa de Produção de Álcool do Rio Grande do Sul: PROÁLCOOL*. Porto Alegre: Secretaria da Indústria e Comércio. Departamento Técnico, mar. 1984. p. 71. Para o município de Santa Rosa foi elaborado um denso documento com vistas a um projeto para viabilizar a implantação de uma minidestilaria com o objetivo de fortalecer a economia regional. Ver RIO GRANDE DO SUL. *Destilaria de Álcool Anidro*. Porto Alegre: Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, Centro de Preparação de Recursos Humanos para a Administração Pública, 1981.

¹³⁵⁵ Para o engenheiro agrônomo Ivo Stoffel, a Destilaria de Álcool impôs um endividamento enorme à AGASA, agilizando a sua decadência e fim. Entrevista de Ivo Stoffel concedida a Vera Lucia Maciel Barroso em 14 maio 1997.

¹³⁵⁶ Bilhete manuscrito enviado pelo encarregado de vendas Silvano Luiz Jaeger Rocha à Direção da AGASA em 20 maio 1982. Documentos avulsos. Acervo da AGASA. (Grifo nosso).

¹³⁵⁷ QUATRO anos de realizações em favor do Rio Grande do Sul. *Zero Hora*, Porto Alegre, 11 mar. 1983. Informativo Especial, p.7.

álcool na economia do estado, especialmente como uma alternativa para a substituição das importações. Disse o ex-governador:

Era preciso, antes de mais nada, remotivar os canavieiros a aumentarem as áreas cultivadas com cana-de-açúcar. Estávamos num momento de dificuldade interna e externa em função do Programa Nacional do Álcool e da política externa brasileira para o setor.

Depois de eleito, procedemos uma maior aproximação com os canavieiros. No quadriênio foram feitas 115 reuniões com 1.715 participantes de todas as localidades produtoras de cana-de-açúcar abrangidas pela AGASA. No âmbito da comunicação com os produtores, foram realizados 321 programas de rádio com informações técnicas e avisos em geral em emissoras de Santo Antônio da Patrulha e de Osório. Na busca de melhores condições de vida para o pequeno produtor de cana, foram feitos 9.964 atendimentos no Departamento Técnico; 2041 visitas de técnicos a produtores; 21.718 visitas de instrutores rurais, além de financiamentos para 1986, no valor de Cz\$ 2,7 milhões para o plantio, para socas e para bois de serviço. Para o triênio 1983-85, financiou-se o valor de Cz\$ 1,17 bilhão. [...]

Lembro que havia desconfiança entre os canavieiros sobre os destinos de sua cultura, ligados diretamente às condições da usina e seu futuro. Tratamos de remotivá-los, dar segurança e tocar o projeto para frente.¹³⁵⁸

Nessa direção foram buscados recursos para garantir a produção de 70.000.000 litros na safra de 1985/1986. Entretanto, eram muito insuficientes, diante do consumido em 1983, que fora, aproximadamente, 365 milhões de litros, ou seja, apenas 3% do consumo.¹³⁵⁹ A essa altura, das 456 destilarias existentes no Brasil, somente São Paulo contava com 195. No Rio Grande do Sul, nesse tempo, a AGASA estava às vésperas de fechar suas portas. Diante do que se desenhava e visando a inventariar a situação das microdestilarias instaladas no estado, foi formado, ainda em 1984, um Grupo de Trabalho, integrado por AGASA, CENERGS, CIENTEC e CEDIC, sob a coordenação da Secretaria da Indústria e Comércio, que, após visitar as 32 destilarias, concluiu que, na sua maior parte, elas vinham produzindo cachaça, por ser economicamente mais atraente; o álcool estava sendo produzido para autoconsumo ou uso doméstico.¹³⁶⁰

O consensual na análise é o conflito que se estabeleceu entre os dois produtos gerados com a cana na usina: açúcar e álcool. O PROÁLCOOL, ao oferecer financiamentos mais atraentes para a produção alcooleira, fez frente à tradição açucareira. Ao desviar, ou “dividir”, a matéria-prima, em muitos casos, acabou por criar dificuldades à produção do açúcar. É o caso da AGASA, que, já desprovida de matéria-prima para o açúcar, acabou por não dar conta

¹³⁵⁸ O ex-governador Jair Soares preferiu responder, por escrito, em 30 de maio de 2005, a perguntas a ele formuladas por Véra Lucia Maciel Barroso. (Grifo nosso).

¹³⁵⁹ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Indústria e Comércio. Departamento Técnico. *Programa de Produção de Álcool do Rio Grande do Sul: PROÁLCOOL*. Porto Alegre, mar. 1984. p. 8-9. Acervo da AGASA.

¹³⁶⁰ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Indústria e Comércio. Departamento Técnico. *Programa de Produção de Álcool no Rio Grande do Sul: Inventário das microdestilarias de álcool instaladas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, mar. 1984. Acervo da AGASA.

de alimentar as suas sedentas moendas, por falta de cana, para as duas produções que a identificavam: usina açucareira e destilaria de álcool. Assim, um futuro ínvio se avizinhava.

5.2 RESISTÊNCIA E DERROCADA DA AGASA

Desde 1983, a direção da AGASA estava diante de uma encruzilhada, e impunha-se tomar decisões inadiáveis. Qual o rumo a seguir, depois de sucessivos e contínuos reveses de caráter conjuntural, ou resultantes dos descaminhos da sua matriz estrutural?

As estatais Açúcar Gaúcho S.A. e DISPRODAL apresentavam resultados negativos nos últimos exercícios. Em Assembléia Geral Ordinária de 19 de maio de 1982, renunciou o diretor-presidente, João Giugliani Filho, e assumiu em seu lugar Sinval Antônio Ribeiro, de Osório.¹³⁶¹ Tal indicação não foi bem recebida pelas lideranças políticas patrulhenses, tendo em vista que a criação da usina fora uma iniciativa de canavieiros de Santo Antônio da Patrulha. Visto como desconsideração, o ato provocou grande debate, não só entre os patrulhenses, como entre políticos de Osório.¹³⁶²

Na assembléia realizada em maio de 1982, o presidente da AGEPE S.A., de Pelotas, membro do Conselho da AGASA, animou o debate acerca da proposição de transferir a empresa para a iniciativa privada com a constituição de cooperativa formada pelos pequenos canavieiros.¹³⁶³

Em fevereiro de 1983, o governador Amaral de Souza visitou Santo Antônio da Patrulha e Osório. No dia 25, em cerimônia na AGASA, a destilaria recebeu o nome do ex-Secretário da Indústria e Comércio, Antonio Carlos Berta, falecido em acidente aviatório em 1981.

¹³⁶¹ Oficial de Registro de Imóveis, presidente do Sindicato Rural de Osório e da Sociedade Beneficente São Vicente de Paulo. Ao assumir, destacou que faria o que estivesse ao seu alcance para fazer jus à confiança nele depositada por seu amigo pessoal, secretário João Jardim. SINVAL Ribeiro assumiu a presidência da AGASA. *Folha do Litoral*, Osório, a. V, n. 206, p. 8, 20 maio 1982. UM OSORIENSE dirigirá a AGASA: Sinval Ribeiro convidado para presidir AGASA. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 73, p. 4 e 6, 08 abr. 1982. AGASA: empossado Sinval Ribeiro. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 77, p. 11, 03 jun. 1982. O presidente Giugliani, na altura da inauguração da destilaria, em outubro de 1980, ameaçara sair da AGASA.

¹³⁶² Matérias divulgaram esse debate. Examinar, por exemplo: PRESIDÊNCIA da AGASA: políticos patrulhenses descontentes. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 75, p. 7, 06 maio 1982.

¹³⁶³ PRIVATIZAÇÃO da AGASA. *Folha do Litoral*, Osório, a. VI, n. 255, p. 5, 1º abr. 1983.

Foi a ocasião, também, da entrega de prêmio do Concurso de Produtividade Agrícola de Cana-de-Açúcar a 35 plantadores de cana.¹³⁶⁴ Essa estratégia fora criada para reanimar a produção em franca decadência. Desde 1978, o Engenheiro Agrônomo Alceu Krás Dimer vinha promovendo o estímulo ao uso de tecnologia mais avançada nas lavouras de cana através do concurso de produtividade. E ficou demonstrado que os agricultores que seguiram as novas orientações foram os que obtiveram melhores resultados. Inclusive, a recomendação era de que não era mais necessário derrubar matas para plantar em terras boas. De 42% do território do Rio Grande do Sul coberto com matas nativas, o índice estava reduzido a 1,8%, naquela altura.¹³⁶⁵

O concurso tinha a frequência de dois anos, para que se apurasse o resultado do primeiro ano. Assim, em 1980, aconteceu a segunda edição. No Salão Paroquial da comunidade da Ilha da AGASA, em 31 de janeiro, foram entregues os prêmios aos vencedores. Paga em dinheiro, a premiação tinha duas categorias: da categoria A participaram canavieiros com lavouras superiores a um hectare, sendo premiados 19; da categoria B, os com propriedades com meio a um hectare, sendo premiados 15.¹³⁶⁶ E, a partir de 1982, a usina começou a dar ênfase ao carregamento mecânico das canas, onde as condições topográficas permitissem, nas áreas minifundiárias. Na safra 1982/1983, por exemplo, as carregadeiras da AGASA removeram 3,2 toneladas de cana e, na de 1983/1984, 12,7 toneladas, aliviando o penoso trabalho do canavieiro, onde era viável.¹³⁶⁷

¹³⁶⁴ GOVERNADOR Amaral de Souza visita Santo Antônio da Patrulha e Osório. *Folha do Litoral*, Osório, a. VI, n. 246, p. 8, 02 mar. 1983. AMARAL de Souza na AGASA. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. IV, n. 101, p. 6, 10 mar. 1983. Desde 1982, a AGASA vinha fazendo experiências aliando a cana plantada com cultivos alimentares, um programa que não era novo, mas objetivava animar a produção da cana em crise, sem deixar a produção alimentar. EXPERIÊNCIA: cana plantada com culturas alimentares. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio, a. III, n. 94, p. 1 e 8, 16 dez. 1982.

¹³⁶⁵ DIMER, Alceu Krás. Cana-de-açúcar: 258 toneladas por hectare. *Correio do Litoral*, Osório, a. II, n. 37, p. 6, 15 dez. 1978.

¹³⁶⁶ A relação nominal dos premiados, os valores recebidos e os lugares de plantios estão publicados na matéria: AGASA premiou vencedores do concurso de produtividade. *Correio do Litoral*, Osório, Tramandaí, Santo Antônio, a. II, n. 92, p. 7, 07 fev. 1980.

¹³⁶⁷ Correspondência do engenheiro agrônomo Alceu Krás Dimer, diretor técnico da AGASA, enviada ao diretor-presidente Vasco Amaro da Silveira Filho em 20 jun. 1984. Nesse mesmo documento, informou-se sobre os cuidados do Departamento Agrícola em manter 950 famílias como fornecedoras de cana à usina. Mas, decorridos cinco meses, o diretor técnico manifestou estranheza e preocupação diante da queda significativa da procura dos financiamentos para lavoura de cana. Correspondência do engenheiro agrônomo Alceu Krás Dimer, diretor técnico da AGASA, enviada ao diretor-presidente Vasco Amaro da Silveira Filho em 06 nov. 1984. Documentos avulsos. Acervo da AGASA. Para a safra 1983/1984 foram enviadas 750 cartas-circulares, motivando o plantio de cana, e realizadas 7.289 visitas às propriedades produtoras, visto a preocupação com a matéria-prima, cada vez mais diminuta, em virtude das elevadas taxas de juros dos financiamentos agrícolas, dos preços altos dos fertilizantes e da não-equiparação do preço da cana com o praticado no Nordeste. Relatório do engenheiro agrônomo Alceu Krás Dimer, diretor técnico da AGASA, 12 abr. 1984. Documentos avulsos. Acervo da AGASA.



Fotografia 112 - Entrega dos prêmios do 3º Concurso de Produtividade Agrícola – 26/09/1983

Da e para d: diretor-presidente da AGASA Sinval Ribeiro, e governador Amaral de Souza.

Fonte: Acervo da AGASA.

Mas Sinval Ribeiro, primeiro presidente oriundo da região, teve curta passagem na empresa, ainda que reconhecida a importância da origem local da presidência.¹³⁶⁸ A esse respeito o técnico agrícola Edegar da Silva escreveu:

A Açúcar Gaúcho S/A foi criada com a finalidade de melhorar o nível socioeconômico da população rural dos municípios de Santo Antônio, Osório, parte de Rolante e parte de Torres. Foi um marco histórico e a contribuição tem sido inestimável ao longo de todos estes anos, mas há que se reconhecer um lento processo de dilaceração da nossa colônia que acentua-se de alguns anos para cá, sobretudo na região tipicamente canavieira. Isto é, naquelas localidades onde a renda básica do homem rural provém da cultura da cana-de-açúcar. A política que domina a política da AGASA tem a ver com isso.¹³⁶⁹

E ele explicou:

A política da AGASA ao incentivar o plantio da cana nas várzeas por produtores de arroz, se por um lado encontra razões técnicas facilmente identificáveis, por outro lado, tem gerado uma absorção de recursos financeiros, de assistência técnica e uma motivação menor, em prejuízo dos plantadores de cana das zonas de serra. A questão política, inclusive também tem a ver com isto. [...] Pode ser administrada por técnicos, por políticos, mas desde que sejam sobretudo administradores. É preciso que também conheçam os problemas das nossas comunidades, comunidades, aliás, onde a empresa está inserida, não só com o

¹³⁶⁸ Inclusive foi solicitada pelo presidente da FEPLANA (Federação dos Plantadores de Cana do Brasil) a sua permanência. PEDIDA a permanência de Sinval na AGASA. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. IV, n. 101, p. 6, 10 mar. 1983.

¹³⁶⁹ SILVA, Edegar. A AGASA é de casa? *Folha do Litoral*, Osório, a. VI, n. 267, p. 2, 14 maio 1983. (Grifo nosso).

propósito de empresa, mas sobretudo com um propósito social, finalidade precípua da empresa estatal de produção.¹³⁷⁰

Essas observações preliminares foram dirigidas ao fato de assumir na direção da AGASA outro presidente de fora da área canavieira. Mais que isso, ligado ao arroz. E, a respeito, segue Edegar da Silva:

A escolha do ex-deputado federal Vasco Amaro da Silveira para o cargo de Diretor-Presidente da AGASA, com toda certeza, não mereceu a lembrança das lideranças comunitárias da região, não só porque aqui temos políticos não eleitos que não entendem de produção de açúcar, nem de produção de cana, e muito menos tiveram a oportunidade até agora de provarem que sabem administrar uma empresa do porte da AGASA. Se o Governo do Estado pretendia aproveitar um político não eleito, que embora nada entenda de cana nem de açúcar, nem precisasse de um bom emprego, era bem melhor que o mesmo fosse da região.

Não parece porém que a AGASA é de casa. Acho que os prefeitos da região, e especialmente os de Santo Antônio e Osório deveriam exigir que a escolha do presidente daquela empresa partisse de indicação das lideranças da comunidade regional. Que fosse gente daqui, identificada com os problemas da nossa gente.¹³⁷¹

A inconformidade com a indicação do novo presidente da AGASA, totalmente desvinculado da região e da agricultura da cana, mereceu na Folha Patruhense um editorial, que, por sua importância, é a seguir apresentado:

Pouca gente acreditava no que vai ocorrer em breve: o Sr. Vasco Amaro da Silveira, ex-deputado federal, candidato derrotado no último pleito e homem ligado à rizicultura da zona sul do Estado, deverá assumir a presidência da AGASA. Durante a eleição, trombeteavam os líderes pedessistas locais, que, desta vez, fariam prevalecer os interesses maiores da classe política patrulhense, não só integrando o governo estadual, como, também, reivindicando para Santo Antônio, finalmente, a presidência da AGASA. Nada disso se viu até agora e o que acaba de suceder, é uma amostra do que virá nos próximos quatro anos, quando mais uma vez ficaremos à margem de todo poder decisório. [...]

A AGASA é, sem dúvida, uma entidade infeliz. Já teve de tudo a dirigi-la: um delegado de polícia, um coronel da Brigada Militar, um ex-prefeito desastrado, um tabelião e até um cartola de futebol. Gente que nunca viu um pé de cana. E agora somos premiados com o Sr. Vasco Amaro da Silveira. Faz-se tudo sem ouvir o principal interessado: o canavieiro. Já falida, a AGASA, com a sua filha DISPRODAL, vai continuar o que vem sendo: um cabide de empregos para acomodar os apadrinhados. [...] O fim da AGASA está mais do que claro. Vai agonizar por mais algum tempo e, no final, vai ser transformada em sucata. Sem choro, nem vela.¹³⁷²

¹³⁷⁰ SILVA, Edegar. A AGASA é de casa? *Folha do Litoral*, Osório, a. VI, n. 267, p. 2, 14 maio 1983.

¹³⁷¹ Idem. Ibidem, p. 4. (Grifo nosso). Em seu currículo, Vasco Amaro da Silveira Filho apresentava-se como ex-deputado federal, ex-conselheiro do IRGA, fundador e ex-presidente da FEARROZ, fundador e ex-presidente da Cooperativa Orizícola de Jaguarão, ex-representante da FARSUL no Conselho da Confederação Nacional da Agricultura e ex-Diretor do BNCC. Após três anos à testa da AGASA, foi nomeado pelo governador para presidir o Instituto Riograndense de Carnes.

¹³⁷² EDITORIAL. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. V, n. 105, p. 4, 05 maio 1983. (Grifo nosso).

Era o prenúncio do fim que se aproximava. Na trajetória da AGASA, é notório e patente a todos que a dissociação entre a usina e os canavieiros que a idealizaram era um dado real. Nem sequer podiam indicar os seus dirigentes. E por estarem e terem seguido apartados, o fosso se estabelecera. Retomar o vínculo foi a pregação disseminada, ano a ano, na tentativa de salvá-la, em meio à crise que se impunha e solapava os tênues vestígios de sonho que volta e meia ressurgia. A noção de pertencimento dos canavieiros da região à indústria açucareira e alcooleira era vaga e confusa. Era, na verdade, uma empresa estatal que pairava sobre a sociedade, antes organizada. Mas, nesse final dos anos 1980, estava claramente dissociada da usina que projetara. Muitos tomaram rumo distante, especialmente os jovens entre 15 e 25 anos,¹³⁷³ e com eles migrou junto apenas a memória do tempo canavieiro; os que ficaram viam-se distantes da usina. De fato, o êxodo rural era um fantasma assustador, pois,

[...] uma casa onde outrora se via crianças na janela abanando, ou até mesmo nos servia para uma informação, ou mesmo para tomarmos uma água fresca nos dias quentes de verão, hoje é apenas mais uma casa abandonada na zona rural. Matos crescendo ao redor, janelas caídas, pomar secando aos poucos, são os vestígios do êxodo rural.¹³⁷⁴

Nos finais de 1983, a decisão de vender a Fazenda Maciel e passar a adquirir somente a produção dos pequenos produtores foi “a novidade” que a AGASA apresentava aos fornecedores. Para eles essas medidas eram insuficientes, o que motivou uma mobilização para ouvirem do governador Jair Soares sua posição frente à propalada equiparação dos preços de cana com a do Nordeste. Lideranças políticas municipais e estaduais ouviram, junto a mais de duzentos canavieiros reunidos num salão comunitário do morro, a afirmação do governador: “meu governo tem cheiro de povo”. Entretanto, a total equiparação dos preços solicitada só viria em dois anos.¹³⁷⁵ Alguns meses depois, segundo a imprensa patrulhense, a AGASA começava “a sair do atoleiro”, resultado da atuação do seu diretor e do governo do

¹³⁷³ ÊXODO dos jovens ameaça o futuro. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. V, n. 115, p. 1, 22 set. 1983.

¹³⁷⁴ ÊXODO Rural: um fantasma assustador. *Folha do Litoral*, Osório, a. VI, n. 246, p. 4, 02 maio 1983. (Grifo nosso). A propósito, o prefeito Rafaelli, de Santo Antônio da Patrulha, ao reativar a “Rota dos Sonhos”, desejava atrair para o município migrantes rurais que vinham engrossando o cinturão de miséria da Região Metropolitana. FESTIVAL vai reativar a “Rota dos Sonhos”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 13, 18 nov. 1983. O CODESAP buscou reunir-se para apontar saídas, assim como a EMATER, que estava então empenhada em frear o êxodo com a instalação de agroindústrias no interior do município. A propósito, examinar: REUNIÃO do CODESAP transferida para hoje: agroindústrias para reter mão-de-obra rural. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. V, n. 112, p. 5, 11 ago. 1983. UM RAIÓ X da terra dos canaviais. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. V, n. 122, p. 8, 01 dez. 1983. Nessa matéria, o número apontado para a população local era de 41.375 hab., conforme o censo de 1980.

¹³⁷⁵ JAIR anuncia equiparação dos preços da cana-de-açúcar. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, ano V, n. 119, p. 3, 03 nov. 1983.

Estado.¹³⁷⁶ Com o aporte financeiro de um bilhão e trinta e três milhões de cruzeiros, foi possível saldar as dívidas e colocar em dia o pagamento dos funcionários. A contar de julho de 1983, foram colocados à venda os lotes em Torres e abertas as propostas para alienação da Fazenda Maciel,¹³⁷⁷ que, desde o ano anterior, vinha mantendo-se alagada, impossibilitando a colheita na área.¹³⁷⁸ Os engenheiros agrônomos da área de várzea foram deslocados para atender aos produtores do morro, somente de onde viria a cana para as moendas da usina. Cativar os fornecedores e suas famílias, através do incremento da assistência social, foi apontado como estratégia também para impedir a sua saída para a marginalização na periferia de Porto Alegre. Calculava-se que a AGASA estivesse, naquela altura, prestando assistência a cerca de 10.000 pessoas.¹³⁷⁹

Uma medida definida pela direção da usina e aprovada no plano governamental, para oxigenar a usina, foi o encerramento da produção de álcool. Os números apresentados para os quatro anos, tempo de funcionamento da destilaria, somam 5.749.626 litros de álcool, distribuídos nas seguintes safras.

**Tabela 38 – Produção da Destilaria de
Álcool da AGASA – 1980/1984**

Ano	Produção/litros
1980	874.623
1981	1.833.007
1982	1.645.464
1984	1.050.304

Fonte: AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. Relatório e conclusões sobre a viabilidade da empresa. Santo Antônio da Patrulha, 21 maio 1987, p. 74.

¹³⁷⁶ AGASA começa a sair da crise. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. VI, n. 139, p. 1, 26 jul. 1984.

¹³⁷⁷ O laudo de avaliação da propriedade e benfeitorias apresenta o valor de Cr\$ 1.725.763.135,00. Processo nº 10030 – 14.00/SF – 1984. Requerente: Secretaria de Estado de Indústria e Comércio. Anexo ao ofício nº 844/84-GAB do secretário de Estado da Fazenda Clovis Jacobi enviado ao secretário de Estado da Indústria e Comércio em 20 ago. 1984. O Edital de alienação por concorrência foi publicado em jornais da capital e de municípios do Litoral Norte, nestas edições: D.O.E. de 23, 24 e 25 jul. 1984. JORNAL DO COMÉRCIO, de 23, 24 e 25 jul. 1984. FOLHA DO LITORAL, de 28 e 31 jul. 1984. Entretanto, na proposta apresentanda à concorrência por seu ex-proprietário e preferencial adquirente, Eduardo Ferrugem Maciel, o valor global apresentado foi de Cr\$ 2.110.092.700. Outros pretendentes: Becher Müller & Cia. Ltda e Júlio Brunelli. A Comissão Julgadora reuniu-se, conforme Portaria nº 06/84 de 17 ago. 1984, para julgamento das propostas, em 20 ago. 1984. Ao final do processo, conforme Ata de Julgamento de 30 out. 1984, o imóvel foi alienado ao seu proprietário anterior, Eduardo Ferrugem Maciel. Dossiê Fazenda Maciel. Acervo da AGASA.

¹³⁷⁸ Com data de 20 de julho de 1983, fora lançado o Edital de Concorrência para venda dos 6.500.093.782m² da propriedade, acompanhado de benfeitorias, com preferência ao seu ex-proprietário Eduardo Maciel. Um mês depois, em 20 de agosto, passava a definir-se o retorno da propriedade a Eduardo Maciel, conforme rezavam as orientações da Ata do Conselho Administrativo nº 53, de 04/06/1984. AÇÚCAR Gaúcho S. A.: Edital de Concorrência. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. VI, n. 139, p. 8, 26 jul. 1984. O mesmo Edital foi publicado, nas semanas seguintes, em jornais da região.

¹³⁷⁹ AGASA emerge de uma situação difícil. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. VI, n. 139, p. 5, 26 jul. 1984.

Os motivos apontados pelo chefe de escritório da usina, Mário Andreoli Lemos, para justificar a desativação da Destilaria da AGASA foram estes:

- a) falta de matéria-prima;
- b) falta de local para a colocação do vinhoto (recordando, ao tempo da Fazenda Maciel, o vinhoto era transportado em caminhões com tanques de madeira e utilizado como fertilizante na lavoura);
- c) preço não-compensador, com um prejuízo financeiro de, no mínimo, CZ\$ 1,24 por litro de álcool, além do custo de mão-de-obra com quatro a cinco empregados (o melaço para venda empregava um só empregado e proporcionava lucro).¹³⁸⁰

Enfim, diante desses fatores e da constatação de que a rentabilidade do álcool era bem inferior à do açúcar e de seus subprodutos, a destilaria, em 1985, foi desativada.¹³⁸¹ Confirma-se que desde 1983, a imprensa reativara o espaço de divulgação à aguardente, produto que alguns canavieiros passaram a retomar, diante do abandono da AGASA.¹³⁸² A rapadura também passou a ser festejada em parceria com a cachaça. A saída turística foi buscada na conjuntura de reveses.¹³⁸³ Os Estados Unidos, no Texas e em Chicago, e o México passaram a importar rapadura e melado da marca Maravilhosa, localizada na Miraguaia, em Santo Antônio da Patrulha. Um lucro de 4,5 milhões de cruzeiros foi obtido com o comércio americano. Os produtos lá ingressavam com selo em inglês ou espanhol. Os produtos já vinham sendo importados há mais tempo nos estados do Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina.¹³⁸⁴

É unânime e consensual o olhar dos depoentes sobre o papel da destilaria na determinação da derrocada da usina.

¹³⁸⁰ AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório e conclusões sobre a viabilidade da empresa*. Santo Antônio da Patrulha, 21 maio 1987. p. 74. Apesar da crise e do fechamento da Destilaria, o presidente da Federação Nacional dos Revendedores de Derivados do Petróleo, empresário Eduardo Vianna Filho, apresentara-se em 1983, no município patrulhense, com a intenção de abrir uma destilaria. OUTRA destilaria em Santo Antônio. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. V, n. 108, p. 1, 16 jun. 1983.

¹³⁸¹ Depois da euforia do álcool, em 1989, dada a escassez do produto, a indústria automobilística estava retornando quase a totalidade de veículos produzida a gasolina. O procedimento foi invertido: chegou-se a adicionar 20% de álcool na gasolina; a contar de agosto de 1989, passou-se a misturar 5% de gasolina álcool. *ÁLCOOL. Guarda Velha*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 91, p. 16, 19 ago. 1989.

¹³⁸² “AZULZINHA,” uma marca registrada de Santo Antônio: a cachaça vem do alambique, e a água vem do ribeirão. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. V, p. 1 e 16, 1º dez. 1983.

¹³⁸³ FESTIVAL da rapadura e da cachaça. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. VI, n. 135, p. 8, 31 maio 1984. CACHAÇA e rapadura no Festival dos Sonhos. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. IV, n. 145, p. 7, 18 out. 1984. FESTIVAL dos Sonhos: a festa da fantasia transformada em realidade. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. 146, a. VI, p. 10, 02 nov. 1984. FEIRA da cachaça e da rapadura: “Azulzinha” – famosa em todo Brasil. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. VI, n. 147, p. 7, 06 nov. 1984.

¹³⁸⁴ NOSSA rapadura e melado nos States. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. IV, n. 139, p. 6, 26 jul. 1984.

Ela nocauteou definitivamente a usina açucareira, por utilizar uma matéria-prima já escassa para a própria AGASA. Impediu também a decolagem de um vôo promissor e de receita certa para a usina, ao desviar o melaço para a produção de álcool. Portanto, a destilaria foi a “gota d’água” que precipitou a usina rapidamente ao fim, impondo o silêncio às moendas. Mas a Açúcar Gaúcho S.A. ainda ficou um tempo na “UTI”. Para Ivo Stoffel, sem mostrar dúvida, foi a destilaria que acelerou o fim da AGASA.¹³⁸⁵ Como Stoffel, as lembranças de muitos acerca da destilaria estão muito vivas, e são unânimes na interpretação dos seus resultados e conseqüências:

AGASA ficou endividada, foi morta com a construção da destilaria de álcool que a AGASA preparava. [...] Foi feito um projeto para a construção da destilaria. Foi feito pelo presidente da AGASA. Era o João Giugliani Filho que fez. Foi feito um projeto para empréstimo no banco para a construção da destilaria, e não saiu o empréstimo. Então, a AGASA usou todos os recursos que tinha, tudo que era disponível na AGASA... dinheiro da Açúcar Gaúcho para a construção da destilaria. Aquele dinheiro só pagou os juros. Só os juros da inflação de 50, 60, 40% acabou. [...] Então matou. Descapitalizou... A AGASA ficou sem recurso nenhum e perdeu. Porque foi feita a destilaria? Primeiro lugar, não tinha cana, matéria-prima na época já insuficiente para manter a AGASA. Quer dizer, se não tinha para o mínimo, mas não tinha para dar uma produção boa. Faltava mais cana. Então, por que a destilaria? Tinha que aumentar mais a produção. [...] Segundo informações, pelo que ele mesmo dizia, o João Giugliani Filho, ele queria deixar o nome dele gravado lá na pedrinha, lá como tem até hoje. Primeira destilaria construída no Rio Grande do Sul. E foi onde ele liquidou. Dali para a frente, liquidou com a AGASA, totalmente sem recursos, sem nada. [...] **A destilaria foi onde a AGASA foi a pique.**¹³⁸⁶

Stoffel disse mais:

[...] foi uma decisão política. Um capricho do governo estadual. [...] ela não tinha justificativa para existir, pois o melaço de onde era destilado o álcool tinha, na época, mercado garantido junto às indústrias de fabricação de ração para o gado. O governo estadual também não esperou o financiamento federal e conseqüentemente teria que ser pago a este mesmo governo. Para saldar a dívida com o PROÁLCOOL a usina deve que lançar mão e vender, em 1985, a fazenda de 660 hectares de propriedade da Açúcar Gaúcho S.A. que produzia 14 mil toneladas de cana por ano. [...]
[...] erro maior foi o equívoco cometido pelo governo em não ter continuado naquilo que estava, de fato, dando bons resultados. Se tivessem permanecido no mercado da fabricação de melaço que era utilizado pelas fábricas de rações, teria se evitado o investimento. Além disso, usar um produto nobre da agroindústria para tocar automóveis de passeio, não tem país que possa manter isso. Sou a favor do uso do álcool quando adicionado à gasolina para diminuir a toxidade e como complemento na cota de combustível quando falta gasolina, e só.¹³⁸⁷

¹³⁸⁵ Depoimento de Ivo Stoffel concedido a Vera Lucia Maciel Barroso em 1º maio 1999.

¹³⁸⁶ Depoimento de Delmo Tedesco concedido a Vera Lucia Maciel Barroso em 11 fev. 2000. (Grifo nosso).

¹³⁸⁷ CANA-DE-AÇÚCAR: troca de melaço pelo álcool foi um erro político. *O Interior*. Porto Alegre, p. 8, 18 a 24 jan. 1990.

Outros disseram:

Acho que o financiamento do PROÁLCOOL para instalar a usina de álcool foi o grande estopim que precipitou a decisão de fechar a AGASA.¹³⁸⁸

Para funcionar o álcool, tinha que matar o açúcar e o melaço.¹³⁸⁹

Diminuiu a produção da cana, e aí repartiram a cana: um pouco para o açúcar e um pouco da cana para o álcool. A usina nunca moeu cana só para a destilaria. Ela moeu cana para o açúcar, e, quando estava moendo, tirava um pouco para o álcool.¹³⁹⁰

A derrocada? Eu acredito que as coisas se agravaram depois com a implantação da destilaria, que para mim foi o início realmente da derrocada da AGASA. Era voz corrente e inclusive a gente comentava na época e as pessoas que estavam lá também, o seguinte. A gente achava ilógico implantar uma destilaria de álcool que utilizaria praticamente a mesma matéria-prima que produziria o açúcar. Então, o raciocínio era o seguinte: **se a quantidade de cana existente é insuficiente para a produção de açúcar, para utilizar a capacidade instalada da empresa, para produzir açúcar, como vamos dividir mais ainda a produção e vamos produzir álcool também?** Vamos dividir mais ainda! Vai acabar não funcionando nenhuma das duas. E foi o que de fato aconteceu. Inclusive a situação financeira da AGASA até a época da implantação da destilaria, eu não me lembro exatamente em que ano, talvez nas tuas pesquisas tu saibas melhor que eu isto, a situação financeira da AGASA era muito boa. Nós chegávamos a receber os salários antecipadamente. Várias vezes eu recebia telefonema da empresa lá pelo dia vinte e dois, vinte e três, vinte e quatro que passasse lá na tesouraria para receber salário, quer dizer, antecipadamente. Isso acontecia com muita frequência. Depois, com a implementação da destilaria, as coisas começaram a mudar muito. Culminou inclusive com a venda da Fazenda Maciel depois, para pagar um pouco das dívidas da implementação da destilaria, que praticamente não funcionou. Funcionou durante duas safras só, e com muito pouco da capacidade instalada. Foi muito pouco utilizada. Então, para mim, na minha maneira de ver, a derrocada da empresa foi a implantação da destilaria, que eu acho que ela poderia ter continuado, com certeza, por mais algum tempo, pelo menos por alguns anos mais. **Em termos financeiros, foi um péssimo negócio a instalação da destilaria de álcool lá. Uma vez que ela foi implantada, começou a concorrer com a busca da matéria-prima da produção de açúcar. [...] E aí a destilaria faliu, e a AGASA acabou indo junto.**¹³⁹¹

No processo industrial da produção de açúcar, tu tiras o açúcar. E da sobra do açúcar sai o melaço. Ele tem aparência de melado. [...] Com o melaço nós conseguimos criar um baita de um mercado consumidor no ramo agropecuário, principalmente. Tanto pecuário de corte como pecuário leiteiro, mas principalmente para os fabricantes de ração. [...] Na entressafra aqui, a gente não tem dinheiro para pagar a folha. Está todo mundo batendo em cima aqui do nosso melaço. “Vamos fazer o seguinte” – fiz a proposta para o Cel. Tisiano – “vamos vender isso à vista. Ou melhor, vamos vender isso com pagamento antecipado.” Bah, deu na mosca.

¹³⁸⁸ Depoimento de Edegar da Silva concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2005. (Grifo nosso).

¹³⁸⁹ Depoimento de Benito Barbosa Izolan concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2005. (Grifo nosso).

¹³⁹⁰ Depoimento de Dilço José Goularte concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 03 nov. 2005. (Grifo nosso).

¹³⁹¹ Depoimento de Luiz Carlos Ourique concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 03 nov. 2005. (Grifo nosso).

Claro, nós tínhamos uma produção aqui, não me recordo hoje, mais de cinco mil toneladas. A demanda do estado estava em trinta mil toneladas. Então, nós vendíamos a preço de São Paulo aqui. Esse também era tabelado. Mas daí também a gente dava mascavado para a gente remunerar melhor o valor de produto. Então, em vista da alta demanda, nós abrimos mão da competição. [...] Esse melaço era uma alternativa de matéria-prima para a produção de álcool. Só que o preço final do álcool, do produto, era inferior do que o preço final do melaço subproduto. [...] Para tu venderes o álcool, tu tinhas uma remuneração, um faturamento menor do que se tu vendesses o melaço direto. [...] economicamente inviável. E mais, ainda vem o problema acessório que eu não sei até que ponto houve a contaminação do lençol freático. [...] A cada litro de álcool produzido gerava em torno de 14 litros de vinhoto, vinhaça. [...] É o resíduo final de todo o processo. [...] Foram formados açudes na Fazenda Maciel. [...] Aqui nós chegamos a comprar um canhão de aspersão. [...] Nós tínhamos que ter três caminhões-pipa carregando permanentemente lá para a Fazenda Maciel. Mil litros de álcool, 14 mil litros de vinhoto. [...] Período de chuva [...] banhava a lavoura de cana, ali [...] dava uma chuvarada, o que acontecia? Todos os valos, com certeza, a grande parte acabava indo para a Lagoa. [...] a AGASA teve algo a ver. Houve um desmatamento naquela área frontal, ali no canto do Moceno. [...] Começou a partir do desmatamento, que proporcionou deslocamento de matéria orgânica num volume bastante acentuado. Isto foi se depositando na margem da lagoa. Gerou uma poluição mais braba do mundo. O próprio bagaço queimado saía pela chaminé uns quarenta, cinqüenta metros e largava aquela fuligem. Era um carvãozinho... E aquela fuliginzinha provavelmente também se depositava em grande parte na lagoa, ali.¹³⁹²

[...] por falta de produto, porque a cana foi se terminando. [...] Os lavoureiros antigos, uns foram morrendo, [...] aqueles novos não quiseram trabalhar por ver que não tinham grande futuro. Estudaram e partiram mais para o estudo. Uns saíram e foram trabalhar fora e entraram em outra área. O jovem não quer a colônia, porque pensa assim: aquilo não é futuro para eles. Eles pensavam sempre um sonho maior. [...] a maior parte dos lavoureiros acabaram com as roças de cana. Aí veio a grama mangola, como nós conhecemos, e foram criar gado. Acharam que era um investimento melhor [...] Tu crias uma vaca lá no potreiro, onde tinha duas hectares de cana, tu botas cinco, seis vacas que daqui um ano tu tens quatro, cinco terneiros e ali tu ganhas mais do que tu ganharias com um hectare de cana. [...] **Foi a usina de álcool que ajudou a falir mais a AGASA.**¹³⁹³

[...] Dentro da fábrica chegava num processo da guarapa. Ali tanto faz. Ela podia seguir por um lado ou por outro. Ou o açúcar ou o álcool. Ela ia para a destilaria, a guarapa, para fazer o álcool. Conseqüentemente, faltava, diminuía a produção, porque aquele álcool foi feito. Não foi feito o açúcar. Então diminuía o açúcar. Quer dizer, não tinha produção suficiente para funcionar a destilaria e o açúcar na AGASA. [...] Teria que ter uma produção quase duplicada. [...] tinha que ter, no mínimo, 70, 80% de cana a mais para atender à AGASA mesmo, o açúcar e o álcool. [...] O que aconteceu? A destilaria fechou porque não tinha produção para manter funcionando.

Eu, como fui funcionário daquela época da AGASA, considerei ali uma péssima administração que a gente sentia desde o início, quando começaram a instalar as primeiras coisas da destilaria. “A AGASA vai acabar mesmo...”, porque o álcool... Já não era vantajoso aquilo ali. Já era deficitário para a AGASA fabricar o álcool. Imagina tu usares todos os recursos! **Eu não sei se tu conheces a destilaria. É monstra. Está lá. É um museu, agora atirado. Tu só imaginas o que foi enterrado de dinheiro ali. Tiraram tudo da própria empresa... O financiamento era para sair dentro de trinta dias, mas levou seis meses para sair o**

¹³⁹² Depoimento de Paulo Dapper concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 17 fev. 2000.

¹³⁹³ Depoimento de Angelino da Costa Neto concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º fev. 2001. (Grifo nosso).

financiamento. Veio aquele capital, acabou, encerrou, não tinha mais dinheiro. Nem a AGASA, nem a destilaria. Não tocava nem uma, nem outra. E aí não pôde dar também aqueles recursos para os canavieiros que era de costume dar, adiantamento para a colheita de cana, aquela coisa toda. [...] É, depois foi feito bem reduzido, bem inferior ao que se fazia antes.¹³⁹⁴

[...] Os canavieiros entendiam, apesar de serem pessoas sem cultura. Mas eles entendiam. Eles sabiam que a cana era pouca para produzir o açúcar e mais uma destilaria para fazer álcool. Eles sabiam que não dava conta das duas. A cana não chegava. Isso era o comentário que eles faziam na serra, que a gente ouvia. [...] Eles comentavam o empreguismo, aquela coisa toda. Sabe, só para botar gente para trabalhar para ganhar dinheiro... [...] O que eles pensavam era isso aí.¹³⁹⁵

Nós fomos conseguir o benefício quando a AGASA estava na porta da falência. Aí é que eles vieram nos socorrer aqui no morro, mas sem solução. Sem solução porque estava no fim da AGASA já. A destilaria fechou. E aí o pessoal, a maioria já estava indo embora. Aí é que se tornou mais difícil, porque aí o pessoal aqui da serra no momento que a coisa ficou ruim... Eles faziam tudo manual e com o mínimo de assistência: uma máquina e uma carregadeira para carregar um caminhão. Nem reza braba se conseguia. Custou muito a colocar na cabeça [...] para o engenheiro agrônomo mandar uma máquina parar a gente, para carregar o caminhão. Isso se fazia aqui tudo manual. [...] Foi em oitenta e poucos... eu não lembro.¹³⁹⁶

[...] Mas aquilo ali foi um elefante branco que chegou para enterrar o resto. Só enterraram dinheiro. [...] Se nós já não estávamos produzindo o suficiente para fazer o açúcar, e se nós tínhamos o aproveitamento do melaço para ração, para que fazer aquele investimento ali, entendeu? Nós teríamos que ter muito mais cana para fazer a cota do açúcar e sobrar cana para se fazer o álcool ou outra coisa que eles quisessem fazer. Eles queriam, na época do coronel... Ele falava muito na menta peperita, que é um tipo... uma losna. [...] servia para o álcool. Nunca produziram nada, pois eles não tinham nem onde colocar o vinhoto. [...] Tinham que fazer o buraco lá na fazenda, ali na beira da lagoa, para soltar o vinhoto, porque eles não podiam largar lá dentro da lagoa, de jeito nenhum. [...] Qualquer coisa, que se largar na água, aí sai matando tudo. [...] tinha o caminhão-pipa para carregar. [...] era um órgão do Estado. Mas é um órgão para dar lucro, não prejuízo. Aí o Estado investiu, e não teve um retorno. Esse foi o problema. Quer dizer, eles já podiam bem ver que se eles não tinham a matéria-prima o suficiente para produzir a cota, que era os 400 mil sacos. Para que inventar de fazer uma destilaria? Então fizesse só a destilaria, não a AGASA! Mas a destilaria veio muito depois da AGASA. Então eles não tinham que ampliar mais que aquilo. [...] A destilaria veio para atrapalhar e cada vez ficar devendo mais. [...] **Aquilo ali eles pagaram um monte de dinheiro. Fizeram aquela construção para não ter aproveitamento de nada.** Eles já tinham que pensar primeiramente no vinhoto. [...] Que ia sobrar... onde eles iam colocar... Eles ficavam carregando cana da lagoa, de lá da fazenda, para a AGASA, depois carregando o vinhoto para a fazenda de volta... **É uma coisa que a cabecinha não funcionou muito bem.** [...] Eu acho que funcionou por um ano ou dois só, e já parou, porque não tinha matéria-prima. Eles não iam deixar de vender o melaço, que dava muito mais resultado, para botar aquilo lá, mais um monte de funcionário para não ter produção suficiente. Aí ela parou. Um bom prejuízo com aquele investimento parado. Para quem é que eles vão vender aquilo hoje? Não tem nem comprador para aquilo ali.

¹³⁹⁴ Depoimento de Delmo Tedesco concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 15 fev. 2000. (Grifo nosso).

¹³⁹⁵ Idem. (Grifo nosso).

¹³⁹⁶ Idem. (Grifo nosso).

Os coitados dos canavieiros [...], eles não tinham noção de nada. Se a senhora chegasse e falasse uma coisa para eles, engoliam com farinha. Eles não tinham conhecimento do assunto. Esse era o problema.¹³⁹⁷

De fato, realmente não havia laços de pertencimento dos fornecedores de cana com a usina. O distanciamento que o projeto da AGASA tomou era de tamanho vulto, a tal ponto de ficarem todos alienados das decisões da direção da usina, ainda que acionistas da empresa e gestores da sua idealização. E mais: além de desmobilizados, e em número reduzido de produtores, a maioria deles – na sua totalidade se pode dizer – desconhecia o processo de organização que motivou o nascimento da AGASA. Ou seja, ignorava a sua história.

Do ponto de vista empresarial, diante da crise, o foco era o de recuperar, com urgência, áreas de plantio, cada vez mais diminutas, e dimensionar a extensão dos problemas dos fornecedores, após a realização de 29 reuniões, com a participação de 456 canavieiros de diversas localidades dos morros de Santo Antônio e de Osório.¹³⁹⁸ De fato, os indicativos eram preocupantes. O número de fornecedores de cana se reduzira drasticamente na safra 1983/1984, encerrada em 04 de fevereiro de 1984.¹³⁹⁹ O problema mais sério que agudizava a situação dos produtores era o frete. O frete médio pago, naquele ano, pelo produtor era de Cr\$ 2.831,00, enquanto o transporte da cana, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) era de Cr\$ 1.728,02 por tonelada. Como consequência, o produtor gaúcho de cana ficava muito onerado, sem contar os outros fatores que ampliavam seus custos, como as condições topográficas que impediam a mecanização das lavouras, não computados pela FGV.¹⁴⁰⁰ Para compensar, a atração oferecida, na conjuntura, foi intensificar a manutenção e a abertura de estradas no morro.¹⁴⁰¹ Outra, foi a visita do governador Jair Soares à AGASA, acompanhado

¹³⁹⁷ Depoimento de José Luiz Correa de Andrade – *Zé da Tamanca* – concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 26 fev. 2000. (Grifo nosso).

¹³⁹⁸ AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Boletim Interno*, Santo Antônio da Patrulha, n. 16/84, 26 maio 1984. Documentos avulsos. Acervo da AGASA. Observa-se inclusive que estava aumentando o número de plantadores de fumo, o qual, na safra de 1984/1985, feita uma pesquisa, totalizara 102 estufas fumageiras na área tradicional da cana. AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório dos trabalhos executados pelo Departamento Agrícola da AGASA no período de abril de 1984 a março de 1985*: Safra 1984/1985. Santo Antônio da Patrulha, 1985. Documentos avulsos. Acervo da AGASA.

¹³⁹⁹ AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Boletim Interno*, Santo Antônio da Patrulha, n. 5/84, 06 fev. 1984. Documentos avulsos. Acervo da AGASA. Nessa altura estavam sendo feitos estudos para a substituição do bagaço da cana como combustível pelo carvão. AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Boletim Interno*, Santo Antônio da Patrulha, n. 04/84, 27 jan. 1984. Documentos avulsos. Acervo da AGASA. A ASFORCA recebeu proposta para alternar cana com amendoim de empresa paulista em 1984; sua análise confere desconhecimento da realidade local. PROPOSTA da Granol Indústria, Comércio e Exportação S/A. Departamento Agrícola. Tupã/SP, encaminhada à ASFORCA em 18 jun. 1984. Documentos avulsos. Acervo da AGASA.

¹⁴⁰⁰ Relatório do engenheiro agrônomo Alceu Krás Dimer, diretor técnico da AGASA, dirigido ao diretor-presidente, Vasco Amaro da Silveira Filho em 20 jul. 1984.

¹⁴⁰¹ No final de 1983, há informação de que sete estradas foram feitas pela usina nos morros da cana. AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Boletim Interno*, Santo Antônio da Patrulha, n. 02/83, 04 nov. 1983. Documentos avulsos. Acervo da AGASA.

de secretários de Estado, em 22 de outubro de 1983, que resultou na reabertura dos financiamentos aos produtores.¹⁴⁰² Inclusive, já em 1983, contatos de reaproximação com a Cia. Cervejaria Brahma e Conservas Ritter foram feitos com a finalidade de atraí-los novamente como clientes. Visto que há mais de dez anos não negociavam com a AGASA, essa retomada poderia ser reanimadora da produção.¹⁴⁰³ De outro lado, membros da direção viajaram a Santa Cruz do Sul, para, de perto, conferirem como a Souza Cruz desenvolvia sua metodologia de trabalho com os pequenos agricultores.¹⁴⁰⁴

Na Assembléia Legislativa, o deputado Nestor Fips Schneider ocupou-se do debate sobre a crise canavieira em 1984. As teclas batidas entoavam a mesma melodia: *baixos preços pagos pela cana* – enquanto os canavieiros gaúchos recebiam 17 mil cruzeiros por tonelada, os do Nordeste, 21; *altos juros*¹⁴⁰⁵ para a compra de fertilizantes, preparo do solo, aquisição de novas mudas, manutenção e ampliação das áreas, compra de calcáreo e outros tratamentos culturais da planta; *altos preços dos fertilizantes* – considerado um pesadelo pelos constantes aumentos (insumo das multinacionais em expansão).¹⁴⁰⁶

Na visão do diretor técnico, engenheiro agrônomo Alceu Krás Dimer, paralelamente à situação de crise da empresa, as tentativas de animação da agricultura de subsistência que a usina vinha promovendo deveriam continuar. Sua articulação – há anos dirigida aos canavieiros, com a assessoria dos técnicos da Estação Experimental Regional da PLANALSUCAR, sediada em Itajaí/SC – poderia aliviar os reveses e retomar a diversificação agrícola que a monocultura vinha matando. As áreas consorciadas com feijão, milho, batatinha e amendoim em Santo Antônio da Patrulha e Osório vinham resultando em bons índices de produtividade, fruto quase 100% do trabalho com tração animal.

¹⁴⁰² AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Boletim Interno*, Santo Antônio da Patrulha, n. 01/83, 28 out. 1983. Documentos avulsos. Acervo da AGASA.

¹⁴⁰³ AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Boletim Interno*, Santo Antônio da Patrulha, n. 06/83, 01 dez. 1983. Documentos avulsos. Acervo da AGASA.

¹⁴⁰⁴ AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Boletim Interno*, Santo Antônio da Patrulha, n. 07/83, 02 dez. 1983. Documentos avulsos. Acervo da AGASA. A visita de representantes do governo e de empresas da República dos Camarões (África) à AGASA, em novembro de 1983, com o objetivo de conhecer a usina e a destilaria de álcool, e a possibilidade de compra de açúcar movimentou a empresa. BOLETIM INTERNO DA AGASA. Santo Antônio da Patrulha: Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA, n. 05/83, 25 nov. 1983. Documentos avulsos. Acervo da AGASA. Em novembro de 1983, foram também encaminhadas 714 propostas de financiamento de custeio para minifundiários ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Idem, ibidem. Documentos avulsos. Acervo da AGASA.

¹⁴⁰⁵ “Mas se não é a violência do juro, ia embora. Tinha canavieiro que devia trinta. Quando no fim do mês foi lá acertar, tinha sessenta. Aí dobrou no mês. [...] Isso liquidou o plantadorzinho de cana. O fraquinho se escapou antes. O juro arreventou com tudo.” Depoimento de Hélio José Message concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 19 fev. 2000.

¹⁴⁰⁶ SCHNEIDER, Nestor Fips. *Dep. Olarias e canaviais do Rio Grande do Sul: história, processo de industrialização, dificuldades e esperanças, alternativas de solução*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, set. 1984.

Tratava-se de uma resposta positiva à melhoria da renda familiar, para uma vida mais digna dos isolados produtores do morro.¹⁴⁰⁷ E com a venda da Fazenda Maciel, restavam à AGASA 60,05 ha de terras do Sítio da Fonte, distribuídas assim: 17,37 ha cedidos a pequenos canavieiros em parceria para plantio de cana; 30,51 ha coberta de mato, com topografia acidentada e inviável para plantio; 1,17 ha de área ocupada pelo ambulatório da ASFORCA e casas de moradia ocupadas pelos funcionários; 3 ha cobertos de cana, ficando 1 ha para viveiro e 8 ha destinados à instalação de viveiros de mudas de novas variedades de cana, para distribuição aos fornecedores da usina.¹⁴⁰⁸ Portanto, a produção deveria ser garantida com os canaviais dos morros. Diante desse quadro, a usina acionou também maior assistência aos fornecedores, colocando as suas máquinas agrícolas à disposição dos canavieiros. Fomentou a compra de insumos a preços de custo, expandiu os treinamentos e facilitou a obtenção de financiamentos junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul e Banco do Brasil, com vistas à recuperação das áreas de plantio. Na leitura da direção, tais ações beneficiariam tanto os canavieiros como a própria fábrica.¹⁴⁰⁹ O reconhecimento pela adesão se materializava com homenagens e entrega de placas, como conta *Zé da Tamanca*:

Eles vinham na propriedade e faziam um levantamento do que a senhora estava fazendo. [...] Nem eu imaginava aquilo que eu estava fazendo. No dia que eu recebi a placa lá, os hectares de cana que tinha, o gado que tinha, a outra planta que tinha... Sabe que muitas vezes a gente fica despercebido das coisas. E justamente começaram a falar... o cara com 20 hectares de terra [...]. Eu acho que eu tinha 10 hectares de cana, mais 5 hectares de pastagem para gado, mais tanto de gado, mais tanto de milho, mais tanto de feijão, mais tanto de aipim, e eu escutando assim. Mas quem será esse camarada? De repente, falaram o meu nome. Digo: “Ué! **Eu estou por fora da coisa que eu estou fazendo.**” [...] Olha, a gente se sente bastante privilegiado de os outros reconhecerem o trabalho da gente. [...] A patroa e eu compartilhamos igual. Direito dum é do outro.¹⁴¹⁰

Depreende-se do depoimento as condições de trabalho dos fornecedores de cana que os levava a não darem conta da lógica a que se viam impostos pela empresa usineira. Esta, por sua vez, estava diante de uma encruzilhada.

¹⁴⁰⁷ A experiência de melhor desempenho foi o consórcio cana/batatinha (99%).

¹⁴⁰⁸ Informação prestada diante da solicitação de área de 2 ha da AGASA para pouso de asa delta. Foi justificada insuficiência de área para a negativa da concessão, visto o imprescindível interesse da usina. Correspondência do diretor técnico da AGASA, Alceu Krás Dimer, enviada ao diretor-presidente, Vasco Amaro da Silveira Filho, em 09 jul. 1985. Documentos avulsos. Acervo da AGASA.

¹⁴⁰⁹ É o que se afirma em RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria Geral do Estado. *Relatório e Parecer de Auditoria da AGASA*. Porto Alegre, 1984. p. 24. Entretanto, nem tudo favorecia a recuperação da empresa. Por exemplo, o número de horas-extras, entre julho e dezembro de 1984 somou 57.874,7 horas, número considerado muito elevado, o que provocou comentário dos auditores, que advertiram para maior controle. Idem, *ibidem*, p. 27.

¹⁴¹⁰ Depoimento de José Luiz Correa de Andrade – *Zé da Tamanca* – concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 26 fev. 2000. (Grifo nosso).

Buscou um tratamento para salvar a empresa que foi aplicado através uma série de correspondências enviadas ao governo federal pedindo socorro. O diretor-presidente Vasco Amaro da Silveira Filho, à testa da AGASA entre 1983 e 1986, foi incisivo frente às autoridades gaúchas em Brasília, através de várias solicitações a elas endereçadas, no sentido de tomada de providências para oxigenar o desempenho da usina que dirigia. Para ter-se uma idéia, ao ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, João Leitão de Abreu, a pretexto de solicitar um empréstimo ao governo federal, a ele foi dito:

[...] Hoje o engenho de transformação de cana em álcool e açúcar atende os plantadores de cana dos dois primeiros municípios, aproximadamente 1.200 pequenos produtores, com canaviais que oscilam de 1 a 6 ha e compreendendo um universo de cerca de 5.000 pessoas – 1.200 x 4.

Esclarecemos que os canavieiros de Torres, atualmente, se dedicam ao fabrico de aguardente, uma vez que o enorme encarecimento de frete inviabiliza a entrega de sua produção a esta Empresa, distante que está em média 90 km da usina. Daí que, a usina forçosamente teve reduzida a sua produção, com reflexos, como é óbvio, tremendamente negativos, pois que, com capacidade para moer 200.000 t/cana, o equivalente a 300.000 sacos de açúcar e 3.000.000 de litros/álcool, produziu em 1982, 140.000 sacos de açúcar e 1.600.000 litros/álcool.

Esse fator, aliado à montagem da destilaria, iniciativa que se impôs, pois o Rio Grande do Sul não poderia ficar indiferente à política do Governo Federal, objetivando a substituição de petróleo por outras alternativas energéticas, criou para a AGASA graves problemas financeiros.

Impedida, Eminente Ministro, fosse a AGASA de funcionar, a 90 km da Capital ficaria esta sobrecarregada com um contingente de umas 3.000 pessoas que agravariam o marginalismo que infesta assustadoramente a nossa sociedade.¹⁴¹¹

Os números apresentados ao ministro eram denunciadores da gravidade da empresa. O seu débito era de Cr\$ 722.653.961,44, acrescidos de prejuízos acumulados de Cr\$ 368.639.635,00. Visto ser o Estado portador de aproximadamente 98% do capital, sem condições de socorrer a AGASA, para salvá-la, diante da sua função social, o diretor-presidente solicitava um milhão de cruzeiros, ao prazo de cinco anos, com um ano de carência, a juros de 12% ao ano e 10% de correção monetária. Obtido o empréstimo, além das dívidas pagas, ficaria um saldo para atender os fornecedores de cana, às vésperas da colheita. A correspondência também aborda a política de preços do IAA, que privilegiava o Nordeste e São Paulo, evocando esclarecimentos já prestados anteriormente,

[...] como foi exaustivamente demonstrado em expediente encaminhado pela Diretoria que nos antecedeu, ao Exmo. Sr. Cel. Confúcio Pamplona, Presidente do IAA, **a situação do canavieiro que planta nos morros de Santo Antônio da Patrulha e de Osório em áreas de 01 a 06 ha é digno de um tratamento mais equânime, pois justo não seria equipará-los aos seus colegas de São Paulo e**

¹⁴¹¹ Ofício DP. 125/83, do diretor-presidente, Vasco Amaro da Silveira Filho, e do diretor administrativo, Paulo Dapper da Açúcar Gaúcho S.A. ao ministro chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, João Leitão de Abreu, em 1º jun. 1983. Documentos avulsos. Acervo da AGASA. (Grifo nosso).

Paraná, com lavouras de milhares de hectares em terrenos planos ou levemente ondulados, que permitem, pelas dimensões das áreas e condições geofísicas das terras, a mecanização dos trabalhos culturais e de colheita.

Justifica-se, assim, a pretensão do canavieiro aqui da zona das lagoas, quando anseia, senão pela equiparação, ao menos com uma diferenciação de preços que atenda as condições peculiares da região.¹⁴¹²

Depreende-se, pela situação da usina nos anos seguintes, que o intento não foi atendido. Para Brasília outras solicitações foram dirigidas. O ministro da Agricultura Pedro Simon, em 1985, foi alertado pela direção da AGASA sobre as taxas de juros:

[...] Nossa vivência com a agropecuária gaúcha permite-nos a liberdade de alertar Vossa Excelência que os critérios ultimamente estabelecidos, pulverizando os recursos para os financiamentos de custeio entre mais de cem bancos particulares, tumultuaram o processo; o Banco do Brasil porta uma larga experiência, possuindo um quadro funcional excepcional. Senhor Ministro, **vindo da fronteira, onde um agricultor de 50 hectares era considerado pequeno produtor, estou hoje na Região das Lagoas, assistindo ao micro-canavieiro que cultiva em média 2,6 ha; nestes pagos, o homem que cultiva 10 ha é latifundiário...** Esmagados pelas escorchantes taxas de juros, aliadas aos exorbitantes custos dos insumos e herbicidas, fogem eles dos financiamentos, vendo sua produção reduzida sem condições de dar à lavoura a assistência adequada; um canavieiro que contrai um financiamento de um milhão de cruzeiros ao final de 12 meses – isto se tratar de cana precoce – estará devendo 2,7 milhões de cruzeiros!¹⁴¹³

E a seguir propôs:

Como vimos pregando, a liberação dos depósitos compulsórios a que os bancos são obrigados, a qual já foi iniciada de modo muito tímido, traria recursos não somente para a produção primária, como também ao comércio e indústria, alterando-se substancialmente a atual situação, pois que voltaríamos a épocas pretéritas em que o banqueiro passaria a cortejar a clientela.¹⁴¹⁴

Meses depois, o ministro recebeu outra correspondência da AGASA, com informes da acentuada e insolúvel crise.

[...] as elevadas despesas financeiras estão desestimulando estes nossos patricios, haja vista que de uma área cultivada de 2.000 ha em 1983 está ela reduzida a uns 1.700 ditos, o que nos preocupa pois ameaça a estabilidade da AGASA. No exercício encerrado em 28 de fevereiro de 1984 recebemos 124.000 toneladas; no de fevereiro de 1985 apenas 92.000, enquanto que no exercício em curso não ultrapassará de 85.000 e alarma-nos a perspectiva para o exercício 85/86 quando a redução da área apontada nada anima esperar produção superior a 75.000 toneladas, sendo que temos estimado necessitar a Empresa de 100.000 ditas para poder manter-se.

Poderá argumentar Vossa Excelência qual o “milagre” que nos vem permitindo levar o barco. Em 1984 alienamos 650 hectares de terras adquiridas há anos e que não se prestavam ao cultivo da cana. Isto é que nos deu condições

¹⁴¹² Ofício DP. 125/83. (Grifo nosso). No acervo da AGASA não foi encontrada a resposta a esse ofício.

¹⁴¹³ Ofício DP. 073/85, do diretor-presidente da AGASA, Vasco Amaro da Silveira Filho, ao ministro da Agricultura, Pedro Simon, em 09 maio 1985. Documentos avulsos. Acervo da AGASA. (Grifo nosso).

¹⁴¹⁴ Idem. Ibidem.

de continuarmos funcionando. Agora, exauridos de recursos estamos vindo à presença do Ilustre Conterrâneo para solicitar sua prestigiosa interferência junto ao Ilustre Colega da Indústria e Comércio, Ministro Roberto Gusmão para que apresente um voto ao Conselho Monetário insentando a AGASA da taxa de 13,65% que recolhe ao IAA sobre o valor do açúcar comercializado.¹⁴¹⁵

Se obtida a isenção, o valor seria rateado ao final de cada exercício. Os 50% da taxa retida representava para eles mais ou menos 30% do valor da cana entregue, o que os estimularia a aumentarem suas áreas de plantio. Diante da situação em que se encontravam as poucas famílias canavieiras que ficaram nos morros, essa providência seria um alento, pois os resultados que auferiam eram irrisórios, face ao alto custo dos insumos, como adubos, herbicidas, inseticidas, etc. Acrescia ainda o custo financeiro, que impedia os fornecedores de chegarem ao banco. Ao final do ofício, o diretor-presidente destaca que o valor da taxa remetida pela AGASA ao Instituto correspondia à moagem de apenas dois dias das grandes usinas, diante da baixa tonelagem colhida no Rio Grande do Sul. Ainda que pequena a importância, para a usina gaúcha ela ajudaria na sua sobrevivência.¹⁴¹⁶

Em virtude da caótica realidade, até ao presidente José Sarney foi enviado pedido de socorro por Vasco Amaro da Silveira Filho:

Segundo o que vem noticiando a imprensa indígena, é propósito de Vossa Excelência dinamizar a agricultura do País, tirando-a das emperradas (sic) 50 milhões de toneladas de grãos para 65 milhões; [...]

Mas dificilmente conseguirá o Governo de Vossa Excelência atingir esta meta com a política econômica seguida pelo Ministro da Fazenda, ilustre discípulo do Senhor Delfim Neto. [...]

Em 64 o Brasil foi assolado por uma das maiores pragas que já caíram sobre este País – a ditadura econômica do Ministério da Fazenda e do Planejamento e com a criação do Banco Central.

Antes disso o produtor era atendido pelo Banco do Brasil com juros adequados e não subsidiados como muitos erroneamente pensam.

Liberem-se o “Depósito Compulsório” retido no Banco Central; congelem-se as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional e teremos conseguido acabar com a recessão, proporcionando recursos abundantes ao comércio, à indústria e à produção; teremos dito um basta à especulação financeira, fazendo com que aqueles que hoje jogam na inflação voltem a aplicar seus recursos nas atividades produtivas. **Os custos financeiros estão esmagando o produtor, sobretudo o pequeno – o minifundiário que abandona sua terra e vai aumentar o marginalismo que infesta os arredores de nossas capitais.**

Se medidas corajosas não forem adotadas continuaremos chafurdando neste lodaçal de improvisação que gera desconfiança, a insegurança e o descrédito do nosso sofrido rurícola. Haja vista o caso da cana que teve seus preços ajustados em 215% – de julho/84 a julho/85 – enquanto no mesmo período os

¹⁴¹⁵ Ofício DP. 169/85, do diretor-presidente da AGASA, Vasco Amaro da Silveira Filho, ao ministro da Agricultura, Pedro Simon, em 25 nov. 1985. Documentos avulsos. Acervo da AGASA. (Grifo nosso). O portador da correspondência foi o senador Alcides Saldanha.

¹⁴¹⁶ Ofício DP 170/85 ao ministro Paulo Brossard, consultor-geral da República, a quem foi também solicitado interceder na defesa da isenção da taxa recolhida ao IAA, conforme ofício do diretor-presidente da AGASA, Vasco Amaro da Silveira Filho, em 17 dez. 1985. Documentos avulsos. Acervo da AGASA.

juros e correção monetária atingiram a fabulosa cifra de 257%, capitalizados semestralmente, o que representa uma defasagem de 42%.¹⁴¹⁷

Em 3 de maio de 1985, Vasco Amaro da Silveira fora reeleito presidente da AGASA, acompanhado pelo diretor administrativo, Herlay Bertolin, e pelo diretor técnico, Alceu Krás Dimer. O boato, na ocasião, era de que Vasco Amaro estaria entrando na Frente Liberal, e o apoio a José Sarney seria a sua bandeira e causa em defesa.¹⁴¹⁸ E com essa postura, tinha maior esperança do retorno que de Brasília poderia vir. A sua expectativa era de que o Pacote de Estabilização Econômica da Nova República, então lançado, pudesse melhorar as condições do pequeno produtor asfixiado com a correção monetária, então extinta.¹⁴¹⁹ Entretanto, passado um ano, nenhum retorno veio de Brasília. Nenhum dos ofícios foi respondido. A situação era cada vez mais aguda,¹⁴²⁰ e o diretor-presidente ainda insistiu, ao se dirigir ao senador Carlos Alberto Chiarelli, para que fosse o advogado da AGASA junto ao ministro da Indústria e Comércio. O intento era a isenção da taxa do IAA, solicitada repetidas vezes, mas nenhum sinal de alento. O apelo firmava-se na sustentação das disparidades entre os estados frente às condições concretas regionais. Assim o Instituto fixava os preços, segundo considerações da direção da AGASA:

[...] a Região Norte/Nordeste Cr\$ 112.052 por tonelada de cana; CR\$ 94.674 para o Rio de Janeiro, ficando o nosso Estado equiparado aos preços de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, Cr\$ 92.414. E, considerando que a cana de 1985 foi reajustada em 152% enquanto que a inflação no mesmo período atingiu a 252%, verificando-se uma tremenda defasagem no preço pago ao produtor. [...] tratando-se a nossa usina de uma situação *sui-generis*, entendemos que seria de justiça fosse a AGASA dispensada do pagamento dessas contribuições.¹⁴²¹

Chiarelli encaminhou o pedido de isenção ao presidente da República e depois ao ministro da Indústria e Comércio, o qual teria enviado ao IAA para apreciação.¹⁴²² Na documentação compulsada da AGASA, não foi encontrado o retorno dessa solicitação.

¹⁴¹⁷ Ofício DP. 123/85, do diretor-presidente da AGASA, Vasco Amaro da Silveira Filho, enviado ao presidente da República, José Sarney, em 06 ago. 1985. Documentos avulsos. Acervo da AGASA. (Grifo nosso)

¹⁴¹⁸ REELEITA diretoria da AGASA. *Folha do Litoral*, Osório, a. VIII, n. 466, p. 6, 07 maio 1985.

¹⁴¹⁹ AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório do exercício do Diretor-Presidente Vasco Amaro da Silveira Filho encerrado em 28 fevereiro*. Santo Antônio da Patrulha, 1986. p. 1. Documentos avulsos. Acervo da AGASA.

¹⁴²⁰ Mesmo com a assistência técnica e a construção de estradas vicinais e dentro dos próprios canais, além da assistência social dirigida aos canavieiros. Nesse ano, a AGASA despendeu Cz\$ 64.214,35 para auxílio educacional, assistência médica, farmacêutica e odontológica aos funcionários e dependentes, além de repassar Cz\$ 434.773,90 para a ASFORCA. Examinar: AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório e conclusões sobre a viabilidade da Empresa*. Santo Antônio da Patrulha, 21 maio 1987. p. 30. Acervo da AGASA.

¹⁴²¹ Ofício DP. 073/86, do diretor-presidente, Vasco Amaro da Silveira Filho; do diretor administrativo Harlay Bertolin; e do diretor técnico, engenheiro agrônomo Alceu Krás Dimer, da AGASA, ao senador Carlos Alberto Chiarelli em 11 jun. 1986. Documentos avulsos. Acervo da AGASA.

¹⁴²² AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório e conclusões sobre a viabilidade da empresa*. Santo Antônio da Patrulha, 21 maio 1987. p. 28. Acervo da AGASA.

Assim, após sucessivas direções, comandadas por nomes originários de fora da região canavieira, a solução apontada foi a de indicar presidentes dessa mesma região, dado conhecerem de perto a problemática local e assim acenarem mais acertadamente para as soluções esperadas – era a expectativa.¹⁴²³ Izidoro Francisco Rancheski foi o primeiro presidente da AGASA indicado por Santo Antônio da Patrulha.¹⁴²⁴ Assumiu em 28 de junho de 1986. Um mês depois anunciara que a AGASA, através de sua direção, faria tudo para sair do vermelho, reconhecendo sua capacidade ociosa de, aproximadamente, 60%. Para reverter esse quadro, os fornecedores de cana teriam que plantar cana. Eles estavam acuados diante da manutenção dos juros altos. Mas a esperança se anunciava, na conjuntura, com a estabilização econômica e a queda dos juros. A reanimação dos canavieiros era o esperado com as muitas reuniões que o Departamento Agrícola da empresa passou a realizar.¹⁴²⁵ A agroindústria deveria receber 200 mil toneladas/ano de cana para prover, com o *Supercristal*, o mercado regional que recebia da AGASA, apenas 3% do açúcar comercializado no estado. Porém, a carga tributária se mantinha pesada e inútil, segundo a direção, sobretudo com a cota do IAA, que era de 23,65%, sem nada retornar para a região geradora da produção.¹⁴²⁶

Urgia tomar outras providências. Faltavam veículos para transportar a matéria-prima, que, cortada na lavoura, quando transportada com atraso, acabava por perder-se. Na safra

¹⁴²³ Os anos finais da década de 1980 foram de dificuldades de toda a sorte para a AGASA. Inclusive pressões foram feitas a funcionários da usina para assinarem ficha partidária, o que foi denunciado na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. O temor diante da possibilidade do fim da AGASA levou alguns deles a se deslocarem até Porto Alegre de caminhão. RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *Diário da Assembléia*: 10ª Sessão, 46ª Legislatura, Porto Alegre, 12 mar. 1986.

¹⁴²⁴ Natural do município, professor e vereador, até os 20 anos foi agricultor. Sua posse foi amplamente noticiada na imprensa regional: AGASA poderá ter novo presidente em breve. *Folha do Litoral*, Osório, a. IX, n. 583, p. 3, 26 jun. 1986. RANCHESKI assume presidência da AGASA. *Folha Patruhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. VIII, n. 189, p. 1 e 3, 03 jul. 1986. Rancheski, quando assumiu, prometeu reencetar luta da equiparação do preço da cana com o Nordeste, subir o morro e, de casa em casa, procurar ouvir o anseio dos canavieiros da região. ASSUMIU novo presidente da AGASA. *Folha do Litoral*, Osório, a. IX, n. 585, p. 3, 1º jul. 1986. Na passagem de cargo, o ex-presidente da AGASA afirmou que, apesar do decréscimo da oferta de cana, a usina apresentou um lucro operacional de cerca de Cz\$ 3,8 milhões no exercício findo em 28 fev. 1986. AUMENTO no plantio manterá AGASA. *Folha do Litoral*, Osório, a. IX, n. 590, p. 4, 12 jul. 1986. Mas, já no mês seguinte, a notícia era esta: RANCHESKI ameaça renunciar. *Folha Patruhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. VII, n. 192, p. 6, 14 ago. 1986. Em pronunciamento na Câmara, afirmou que, se não fossem destinados recursos urgentes à usina, não teria por que continuar na presidência.

¹⁴²⁵ Rancheski recordou: “[...] fizemos reuniões de manhã, à tarde, à noite, em toda essa região produtora de cana, com os pais, quem que fosse, nas escolas, com padres juntos, para ver se essa juventude voltava. Não, não houve jeito. O dinheiro estava disponível. Eles diziam: ‘Não, nós não queremos mais esse trabalho pesado aí. Isso aí rende pouco, entra dinheiro uma vez por ano. Lá onde nós estamos trabalhando, nas fábricas ou então na construção civil, como pedreiros, como auxiliares de pedreiros, temos renda até diária, às vezes.’ ” Depoimento de Izidoro Francisco Rancheski concedido a Vêra Lucia Maciel Barroso em 21 de maio de 2005.

¹⁴²⁶ A AGASA quer sair do vermelho. *Folha do Litoral*, Osório, a. IX, n. 601, 07 ago. 1986. *Folha do Litoral Rural*, p. 1. No ANEXO NNN, encontra-se a relação de impostos, taxas, contribuições e empréstimos que a AGASA deveria pagar em 31/08/1983. E, a seguir, o ANEXO OOO traz a situação da AGASA projetada para setembro de 1983.

anterior, cinquenta caminhões de terceiros transportaram a cana; na última, caiu para 25.¹⁴²⁷ Soma-se a isso a chuva intensa que caíra, arrastando o término da safra.

No que isso resultou? Do início da safra até 31 de dezembro de 1986, a usina trabalhou apenas 886 horas, mas ficou parada 1.049 horas, por falta de matéria-prima, e mais 755 horas, devido às chuvas.¹⁴²⁸ Acrescia ainda: o canavieiro é quem pagava 50% do custo da hora máquina para a abertura ou o retoque da estrada, a fim de escoar a cana. Com esse quadro crítico, quem se animaria a levar dinheiro do banco? Além do alto custo financeiro do dinheiro, não foi utilizada toda a verba colocada à disposição, como relata o presidente da AGASA à época:

As medidas foram tomadas. Porque falta de recursos não foi. [...] **o José Alfredo Marques da Rocha era presidente do BADESUL. Ele conseguiu todo o dinheiro necessário. Tanto é que sobrou bastante dinheiro para os colonos plantarem a longo prazo com juros bem baixíssimos, para ver se a gente revertia aquela situação. Mas não foi possível. Por quê? Porque nós constatamos, e os agricultores também comprovaram isso: os filhos não estavam mais na lavoura. Então os velhos não tinham mais como plantar grandes quantidades de cana.** O José Alfredo conseguiu todo o financiamento necessário para que os agricultores voltassem a plantar mais, porque o agricultor estava descapitalizado. Ele trabalha de manhã para comer de tarde, como diz o gaúcho. [...] Eles preferiram continuar na vida que eles estavam, e não voltar mais à agricultura. Isso eu participei diretamente das reuniões, eu fui junto com os técnicos da AGASA, porque eu conhecia bem agricultura, vivi, me criei no meio deles. Mas não houve mais como reverter. Isso que eu fiquei nove meses apenas na AGASA. Eu fiquei de junho de 86, no final do governo Jair Soares, até o final de fevereiro, [...] e eu voltei para a minha escola.¹⁴²⁹

Para o IAA, a previsão de rendimento para a região Sul era de 94 quilos de açúcar por tonelada de cana. Em 1986, a AGASA atingiu 78,26 kg, o mais baixo de todos os anos da história da usina. Conforme Relatório de 1987, o baixo rendimento era devido às condições em que a cana chegava na usina.

Por exemplo: o canavieiro corta a cana, não consegue transporte, chove e ele fica com a cana cortada na lavoura, às vezes até mais de vinte dias. Essa cana vem para a usina sem as mínimas condições de ser recebida, pois já está quase seca. Mas, para que o canavieiro não tenha prejuízo, se recebe assim mesmo.

É lógico que, devido às nossas condições climáticas, geográficas e climáticas, o nosso rendimento não pode se igualar a São Paulo.¹⁴³⁰

¹⁴²⁷ A razão fundamental foi o custo do frete. Os transportadores vinham tentando um reajuste, só obtido em outubro de 1986, após tratativas do diretor-presidente, Isidoro Rancheski, com o secretário de Indústria e Comércio. AGASA anuncia benefícios aos transportadores de cana. *Folha do Litoral*, Osório, a. IX, n. 635, p. 3, 25 out. 1986.

¹⁴²⁸ AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório e conclusões sobre a viabilidade da empresa*. Santo Antônio da Patrulha, 21 maio 1987. p. 29. Acervo da AGASA.

¹⁴²⁹ Depoimento de Izidoro Francisco Rancheski concedido a Vera Lucia Maciel Barroso em 21 maio 2005. (Grifo nosso).

¹⁴³⁰ CORRESPONDÊNCIA do chefe do escritório, Mário Andreoli Lemos, ao diretor-presidente da AGASA. In: AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório e conclusões sobre a viabilidade da empresa*. Santo Antônio da Patrulha, 21 maio 1987, p. 73. Acervo da AGASA.

Acrescia ainda, no conjunto das dificuldades, a manutenção do baixo preço da cana, que não cobria os custos de produção da lavoura; ao contrário, proporcionava uma renda líquida negativa. A saída dos fornecedores era parar mesmo de produzir para a usina, diante da renda negativa:

“Olha, eu lamento lhe dizer. Eu gosto muito do senhor. Nós não vamos ficar em casa. Nós vamos procurar emprego fora. Não sobrou nem para nós comprarmos uma roupa. Todo ano é isso. Não dá mais. Pai, nós vamos largar isso aí. O senhor vai ficar sozinho.” Quer dizer, a renda tornou impossível que os agricultores continuassem nessa atividade.¹⁴³¹

Os números confirmam:

Tabela 39 – Custos e rentabilidade da cana – julho de 1986

Rubrica	Corte/ Quantidade em toneladas	1º corte 70 toneladas	1º corte 90 toneladas	2º corte 60 toneladas	3º corte 50 toneladas
Implantação c/juros		5.887,32	7.623,01	2.767,78	2.767,78
Colheita		2.841,30	3.653,10	2.435,40	2.029,50
Valor produção		6.711,60	8.629,20	5.752,80	4.794,00
Renda líquida		-2.017,02	-2.646,91	-549,62	-3,28
Renda líquida, mais a mão-de- obra		2.901,98	2.673,09	3.344,62	2.591,72

Fonte: AÇÚCAR GAÚCHO S.A. AGASA. *Relatório e conclusões sobre a viabilidade da empresa*. Santo Antônio da Patrulha, 21 maio 1987. p. 63. Acervo de Benito Barbosa Izolan.

Além das canas dos pequenos produtores, a AGASA tentava compensar as perdas de fornecimento com as canas próprias nas suas pequenas áreas, que mantinha, ainda que cobertas apenas com cerca de 1/3 das terras das propriedades (40,14 ha), considerando-se o total de 146,96 ha apontado na tabela abaixo:

Tabela 40 – Áreas próprias da AGASA - 1986

Local	Área (ha)
Sítio da Fonte	60,05
Ilha	35,35
Casqueiro	43,37
Pedreira	8,19
Total	146,96

Fonte: AÇÚCAR GAÚCHO S.A. AGASA. *Relatório e conclusões sobre a viabilidade da empresa*. Santo Antônio da Patrulha, 21 maio 1987. p. 64. Acervo de Benito Barbosa Izolan.

¹⁴³¹ Depoimento de Ferúlio Tedesco Neto concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 18 dez. 2004. O depoente reproduziu o que ouviu de canavieiros desiludidos em meio à crise no setor.

Dados da FEE apontam, para o ano de 1986, a produção de 149.909 toneladas de cana, e, no ano seguinte, uma queda para 125.050 t; sem a inclusão da cana forrageira, de 69.000 t em 1986, e 63.450 t em 1987.¹⁴³²

Tabela 41 – Levantamento de cana, em toneladas, recebida pela AGASA – 1966/1988

Ano	Minifúndio (t) Santo Antônio da Patrulha Osório		Lavouras Próprias (t)	Lavouras Integradas (t)	Torres (t)	Rolante (t)	Gravataí (t)	Taquara (t)	Tramandai (t)	S.S. Caí (t)	Igrejinha (t)	Guai ba (t)	Total da cana recebida (t)
1966	48.687	7.569	-	-	1.247	86	-	53	-	-	-	-	57.669
1967	50.929	10.076	-	-	10.863	297	-	470	-	-	-	-	72.635
1968	16.311	5.057	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.368
1969	59.320	13.942	-	-	8	-	-	-	-	-	-	-	73.270
1970	106.914	26.753	-	-	1.345	-	-	-	-	-	-	-	135.012
1971	141.914	37.120	450	-	-	1.509	-	538	-	-	-	-	180.701
1972	97.269	29.919	683	-	296	1.334	-	114	-	-	-	-	129.615
1973	62.979	23.349	2.662	-	108	88	-	-	-	-	-	-	89.186
1974	40.119	18.696	3.417	-	-	-	-	-	-	-	-	-	62.232
1975	39.841	18.290	7.470	-	-	-	-	-	-	-	-	-	65.601
1976	39.331	19.352	12.873	1.185	-	-	-	-	-	-	-	-	72.741
1977	71.437	39.270	9.757	7.966	-	-	-	-	-	-	-	-	128.430
1978	56.797	30.884	15.259	3.527	-	-	1	-	-	-	-	-	106.468
1979	51.943	20.061	8.226	8.525	-	-	-	-	-	-	-	-	88.755
1980	68.152	41.040	12.986	6.690	-	-	21	-	-	-	-	-	128.889
1981	54.886	35.202	10.673	17.197	-	-	14	-	* 3.971	927	9	144	119.052
1982	43.832	36.383	6.564	20.236	-	-	-	-	* 4.526	47	-	-	107.063
1983	52.175	44.081	13.199	14.515	-	-	-	-	* 3.442	-	-	-	123.970
1984	44.414	38.102	9.693	-	-	-	-	-	-	-	-	-	92.208
1985	43.181	39.016	1.424	1.424	-	-	-	-	-	-	-	-	83.622

* Está incluído nas lavouras integradas. Obs.: a safra 1984/1985 foi a última da Fazenda Maciel. S.S. Caí – São Sebastião do Caí.

Fonte: AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório dos trabalhos executados pelo Departamento Agrícola da AGASA no período de abril de 1985 a março de 1986*. Safra 1985/1986. Santo Antônio da Patrulha, 1986. Documentos avulsos. Acervo da AGASA.

Em 1986, o vereador osoriense Leonardo Ribeiro, no Rio de Janeiro, fizera contato com o presidente do IAA, no sentido de sensibilizá-lo diante da grave situação da AGASA. Apontou como causas da crise os altos custos dos insumos, de cujos financiamentos eram cobrados juros altíssimos; a alta taxa do IAA sobre a produção; e o regime de economia familiar, em condições adversas, até mesmo pelo solo pedregoso das lavouras, que desanimavam os produtores, acabando por ampliar o êxodo dos canavieiros da terra para a cidade. À promessa do envio de uma comissão de técnicos para verificação das condições apontadas, foi adicionada outra, relativa ao repasse para a região de alguns benefícios, que acalmaram por um breve tempo os fornecedores.¹⁴³³

A ameaça de privatização como medida salvadora para a AGASA ora a rondava, ora era descartada. A ALINEA (Associação Litoral Norte de Engenheiros Agrônomos) se posicionou contrária à privatização, apontando um rol de benefícios que os canavieiros vinham recebendo

¹⁴³² FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas Econômicas de Santo Antônio da Patrulha. In: TERUCHKIN, Sônia Unikowskin. (Coord.). *Municípios do Rio Grande do Sul: dados socioeconômicos (1985-1987)*. Porto Alegre: FEE, 1989. p. 393.

¹⁴³³ VEREADOR Ribeiro defende os canavieiros. *Folha do Litoral*, Osório, a. IX, n. 540, p.4, 28 jan. 1986.

da estatal, naqueles últimos anos. Sugeriu a promoção de um amplo debate com os envolvidos para nesse foro definir o futuro da AGASA.¹⁴³⁴

A respeito, Rancheski se posicionou:

Na minha época foi falado muito. Isso aí foi ventilado, foi levantada essa hipótese de transformar em cooperativa. Só que nós chegamos à mesma conclusão: Quem ia plantar, quem ia comandar a cooperativa? **Não adiantava fazer uma cooperativa se não tinha mais gente para ir para roça para plantar cana. De onde viria a cana? Chegava tudo ao mesmo ponto: faltava gente para trabalhar.**¹⁴³⁵

Em seu relatório de 31 de dezembro de 1986, ele afirma:

O exercício de 01 de março a 31 de dezembro de 1986, foi provavelmente o pior da história da AGASA. Nunca a Empresa recebeu tão pouca cana dentro de um exercício e com reciprocidade financeira tão pouco compensadora. A safra iniciou em 30.07.1986. Ao findar o exercício, havíamos recebido apenas 44.863 toneladas de cana-de-açúcar, das quais 215 são próprias e 44.648 fornecidas por 590 produtores.¹⁴³⁶

Para a sucessão de Rancheski, houve expectativa de ser um osoriense. Mas de Santo Antônio da Patrulha foi a indicação, em março de 1987, após intenso debate partidário. Ferúlio Tedesco Neto recebeu do novo governador, Pedro Simon, a orientação de que encontrasse alternativas econômicas viáveis para a usina, em 60 dias; caso contrário, ela seria fechada. Prontamente uma mobilização foi armada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação de Porto Alegre, filiado à CUT, e pela Fundação dos Funcionários da AGASA.¹⁴³⁷ O novo diretor-presidente afirmou: “Será fácil, porque acreditamos na superação dos desafios.”¹⁴³⁸ Mas, dois meses depois, o rumor era de fechamento, ainda que negado pelo secretário da Indústria e Comércio, Gilberto Mossmann, que esteve na AGASA

¹⁴³⁴ A PEDIDO Litoral Norte. Assinado pelo engenheiro agrônomo Jerônimo Fisch. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. VII, n. 178, p. 3, 30 jan. 1986. O vereador Armindo Ferreira de Jesus, de Santo Antônio da Patrulha, informou ter enviado carta ao governador, manifestando-se contrário à privatização da usina. VEREADOR Armindo enviou carta ao Governador. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. VII, n. 181, p. 9, 13 mar. 1986.

¹⁴³⁵ Depoimento de Izidoro Francisco Rancheski concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 21 maio 2005. (Grifo nosso).

¹⁴³⁶ AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório e conclusões sobre a viabilidade da empresa*. Santo Antônio da Patrulha, 21 maio 1987, p. 28. Acervo da AGASA. (Grifo nosso).

¹⁴³⁷ AGASA administrada por patrulhense. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. VIII, n. 207, p. 5, 26 mar. 1987. Ferúlio, nascido no Caraá, então 5º distrito de Santo Antônio da Patrulha, foi vereador e prefeito do município, em dois mandatos.

¹⁴³⁸ FERÚLIO disposto a tornar AGASA viável. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. VIII, n. 208, p. 3, 09 abr. 1987. Ferúlio apontava, então, 2000 pessoas como dependentes da AGASA, número bem abaixo do indicado para o início dos anos 1970. Referiu a diversificação da produção como a alternativa para a usina.

ouvindo os canavieiros reunidos, para mais uma vez pedirem a equiparação do preço da cana e juntos buscarem solução para a usina.¹⁴³⁹

Em março de 1987, quando Ferúlio Tedesco Neto estava assumindo como diretor-presidente, fora noticiada a possibilidade de compra da AGASA pela fabricante paulista da caninha 7 Campos de Piracicaba.¹⁴⁴⁰ De outro lado, nesse ano, destaque-se que o risco de colapso no abastecimento do açúcar e do álcool no Brasil era iminente, tendo em vista a resistência do governo federal em conceder aumento para o setor.¹⁴⁴¹ Vivia-se, sem dúvida, um momento dos mais difíceis da história canavieira naqueles últimos tempos, sobretudo para o Nordeste. O periférico e dependente estado gaúcho, na produção açucareira, já não mais aparecia nas publicações canavieiras. Sem dados ou ocultado nos quadros estatísticos de produção, o Rio Grande do Sul, não contava nem mais com a ínfima produção que oferecia no âmbito nacional. Na década de 1980, vivia-se o ocaso da usina açucareira gaúcha.

No âmbito regional, mesmo enfraquecidos, poucos resistiam: fornecedores, em número reduzido; lideranças sindicais; funcionários; além das lideranças políticas de Santo Antônio da Patrulha e Osório. Alguns dos municípios que inicialmente enviaram cana não mais estavam em cena.

Em defesa da AGASA foi o título de uma matéria publicada na Folha Patrulhense, em maio de 1987. Mesmo não sendo assinada, a comunidade de Santo Antônio da Patrulha era sabedora de quem era a autoria da matéria. Affonso Penna Kury, participante da primeria hora da idealização e fundação AGASA, acompanhou, de fora, como opositor, a trajetória da usina durante os anos do regime militar. Periodicamente, como articulista da imprensa local, se manifestava em sua defesa e, de forma objetiva e direta, apontava os problemas e seus atores nas crônicas que escrevia. É o caso desse artigo, quando a usina de seus sonhos e do de seus companheiros estava ameaçada de encerrar suas atividades. Apresenta-se como um texto-síntese de suas mazelas e instigador à comunidade para que ela agisse em defesa da AGASA; por isso tomara a dianteira, no calor da hora.¹⁴⁴² E na sua obra “Santo Antônio da Patrulha: uma visão apressada”, publicada poucos anos antes de Kury falecer, ele amplia sua análise acerca da AGASA, da criação ao seu fechamento. Mas alerta: “Ninguém, de sã consciência,

¹⁴³⁹ MOSSMANN na AGASA: usina não fecha. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. VIII, n. 210, p. 1 e 12, 07 maio 1987.

¹⁴⁴⁰ FERÚLIO deve assumir a AGASA. *Folha do Litoral*, Osório, a. X, n. 696, p. 6, 24 mar. 1987.

¹⁴⁴¹ PODE haver colapso no setor de álcool e açúcar. *Vale do Sinos*, São Leopoldo, a. XVI, n. 2.465, p. 13, 21 jan. 1987.

¹⁴⁴² O texto, na íntegra, constitui o ANEXO PPP assim indicado: APEKÁ: em defesa da AGASA. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. VIII, n. 210, p. 2, 07 maio 1987.

pode almejar que a AGASA tenha o mesmo destino de suas similares do passado: a Usina Santa Marta e a Destilaria de Álcool Livramento [...].”¹⁴⁴³

Em meio ao clima tanto de desânimo como de esperanças, decisões precisavam ser definidas, do ponto de vista empresarial, sem perder-se de vista o alvo, que eram os produtores de cana. Então, para retardar o arrocho previsto para a empresa, foi decidido não pagar o ICM em 1987, sendo solicitado, através de pedido, a sua isenção para o referido ano.¹⁴⁴⁴ Mas, se examinadas as despesas apontadas em 31 de março de 1987, verifica-se, nas rubricas, alguns dados que devem ser confrontados aos aplicados em assistência aos funcionários e à ASFORCA, levando em conta o número de famílias fornecedoras de cana. Ou seja, enquanto os honorários da diretoria somavam Cz\$ 38.330,30 (em março de 1987); os honorários do conselho fiscal, Cz\$ 4.170,00; e os do conselho de administração, Cz\$ 4.170,00; o repasse aos funcionários e às famílias fornecedoras de cana alcançavam, na soma, Cz\$ 498.999,35.¹⁴⁴⁵ Diante da função social, dada como referencial para a criação e funcionamento da usina, sobretudo diante da crise que atravessava, os números são discrepantes. O fosso era real, ainda que não evidente para todos.

No cenário, as mulheres também começaram a mobilizar-se. Em fevereiro de 1987, realizou-se o I Encontro das Trabalhadoras Rurais de Santo Antônio da Patrulha. Compareceram 385 mulheres, que, ao final, defenderam posições, apresentaram reivindicações, além de manifestarem desejo de sindicalizar-se.¹⁴⁴⁶ Quando do aprofundamento da crise, as mulheres de funcionários da AGASA e de canavieiros foram à luta em busca de trabalho. Cerca de cento e cinquenta mulheres estavam ociosas.¹⁴⁴⁷ Em contato com a direção da AGASA, foi pensado, como saída, a instalação de uma fábrica de calçados nas imediações, para inserção das mulheres da região. Com esse olhar e encaminhamento, ficava ano a ano mais evidente que os descaminhos da cana vinham, nos anos da década de 1980, acentuando o distanciamento crescente entre os agentes sociais com a sua tradição canavieira. As fábricas de calçados, naquela altura, estavam instalando-se no município, com apelo e benefícios do governo municipal, em busca de mão-de-obra, e

¹⁴⁴³ Como sócio da Cooperativa Canavieira, idealizadora da AGASA, reveste-se de importância os fragmentos da obra de Affonso Penna Kury referentes à AGASA. Examinar o ANEXO QQQ .

¹⁴⁴⁴ “Era um milhão e meio, quase 600 mil de imposto. Os impostos da época: o ICM, as taxas do IAA e mais o Fundo Rural, ultrapassavam 40%. Então, como é que tu vais trabalhar?” Depoimento de Benito Barbosa Izolan concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2005.

¹⁴⁴⁵ AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório e conclusões sobre a viabilidade da empresa*. Santo Antônio da Patrulha, 21 maio 1987. p. 29, 34-35. Acervo de Benito Barbosa Izolan.

¹⁴⁴⁶ MULHERES rurais tiveram 1º Encontro em Santo Antônio. *Folha Patruhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. VIII, n. 204, p. 9, 12 fev. 1987.

¹⁴⁴⁷ AGASA anuncia benefícios aos transportadores de cana. *Folha do Litoral*, Osório, a. IX, n. 635, p. 3, 25 out. 1986.

precisamente dirigidos à região em crise, aprofundando o processo de êxodo rural, diante dos reveses com o trabalho na terra e das necessidades básicas não atendidas.¹⁴⁴⁸ A falta de eletrificação rural era ainda um sério problema em muitas comunidades rurais, sendo apontada por muitos como uma das causas do êxodo.¹⁴⁴⁹

Diante do agravamento da situação da usina e da possibilidade de risco de seu fechamento, o engenheiro agrônomo Alceu Krás Dimer, diretor técnico da AGASA, fez, em maio de 1987, um relatório para demonstrar as vantagens que a empresa proporcionava à região canavieira. Dizia o documento que, se continuassem os trabalhos da usina, o retorno social seria grande. Era um manifesto em defesa da usina e, veementemente, contrário ao seu abandono. Visando ao bem-estar social da família canavieira, apontou os benefícios que a AGASA vinha distribuindo na comunidade, o que uma análise fria dos números da contabilidade da indústria não revelaria. Dentre esses benefícios, destacou:

- a) orientação sobre o plantio de cana-de-açúcar e outras culturas, para melhorar a renda familiar, deter produção alimentar na propriedade e promover a comercialização do excedente;
- b) reflorestamento, com acácias e eucaliptos, nas áreas não agricultáveis, por sua topografia acidentada;
- c) construção de pequenos açudes para a criação de peixes, melhorando o nível proteico das famílias;
- d) cursos sobre alimentação e higiene ministrados por técnicos da EMATER;
- e) abertura e conservação das estradas;
- f) crédito rural orientado pelo departamento agrícola da AGASA;
- g) carregamento mecânico em áreas de topografia favorável;
- h) experimentação e pesquisa com novas variedades de canas e assistência médica, odontológica e farmacêutica.¹⁴⁵⁰

A demonstração desse elenco de benefícios era fruto do esforço de resistência ao vertiginoso recuo dos fornecedores de cana, cujos números eram um desalento à recuperação da usina, em visível queda. Os dados confirmam isso.

¹⁴⁴⁸ Muitas queixas vinham sendo feitas contra o tratamento dado nas fábricas de calçados, especialmente às mulheres, a ponto de algumas afirmarem, mesmo desempregadas, não desejarem mais esse tipo de trabalho. OPERÁRIAS reclamam contra Fábrica de Calçados Cairu. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 22, p. 10, 15 mar. 1980.

¹⁴⁴⁹ SECRETARIA de Fomento Econômico desenvolvendo potências de Santo Antônio da Patrulha. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 77, p. 6, 03 jun. 1982.

¹⁴⁵⁰ AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório e conclusões sobre a viabilidade da empresa*. Santo Antônio da Patrulha, 21 maio 1987. Anexo 10: Relatório do engenheiro agrônomo Alceu Krás Dimer ao diretor-presidente da AGASA em 19 maio 1987, p. 59-60. Acervo da AGASA.

Tabela 42 – Número de fornecedores da AGASA – 1966/1987

Cana fornecida	1 a 100 toneladas	101 a 300 toneladas	301 a 1000 toneladas	Mais de 1000 toneladas	Total de fornecedores
Ano					
1966	683	148	17	1	849
1967	873	204	11	1	1.089
1968	395	47	4	-	446
1969	948	94	23	-	1.065
1970	1.181	405	30	2	1.618
1971	892	750	87	-	1.729
1972	920	400	44	-	1.364
1973	910	247	11	1	1.169
1974	733	179	11	1	924
1975	718	175	3	1	897
1976	631	171	13	1	816
1977	534	356	60	4	954
1978	618	273	38	2	931
1979	538	229	29	5	801
1980	480	338	65	4	887
1981	520	295	48	7	870
1982	514	245	37	8	804
1983	474	318	61	3	856
1984	567	249	38	1	855
1986	536	257	38	1	832
1987	461	181	13	-	655

Fonte: AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório e conclusões sobre a viabilidade da empresa*. Santo Antônio da Patrulha, 21 maio 1987. p. 61. Acervo de Benito Barbosa Izolan.

Um mês antes, em abril de 1987, o engenheiro Dimer já fizera um balanço da situação dos produtores de cana da região. No departamento agrícola, havia 880 fichas de cadastrados como fornecedores de cana à usina, distribuídos em propriedades que totalizavam 7.823 ha. Desses, 5.940 ha eram próprios para a cana, dos quais somente 1.543 ha correspondiam em 1986/1987, a canaviais, trabalhados por 1460 pessoas acima de 14 anos. E a maioria deles não tinha mais a cana como sua atividade principal, como revela a tabela a seguir.

Tabela 43 – Atividades principais dos 880 canavieiros cadastrados na AGASA em 1987

Canavieiros	431
Aposentados	44
Assalariados	87
Biscateiros	37
Produtores de açúcar mascavo	30
Caminhoneiros	28
Mudaram em relação a 1981	28
Produtores de cachaça	21
Cambistas	17
Comerciantes	15
Colhedores de samambaias	10
Produtores de leite	10
Carpinteiros	09

Produtores de sorgo (vassoura)	08
Milho e feijão	07
Orizicultores	07
Pedreiros	06
Lenhadores	05
Produtores de melado	04
Horticultores	03
Pecuaristas	03
Instrutores da AGASA	03
Plantador de mandioca	01
Plantador de mudas de eucaliptos	01
Pastor	01
Músico	01
Topógrafo	01
Serralheiro	01
Plantador de cebolas	01
Produtor de carvão	01

Fonte: AÇÚCAR GAÚCHO S.A. AGASA. *Relatório e conclusões sobre a viabilidade da empresa*. Santo Antônio da Patrulha, 21 maio 1987. p. 62. Acervo de Benito Barbosa Izolan.

A volta à tradição canavieira, com a produção de açúcar mascavo, cachaça e melado, os apelos do mundo do trabalho urbano ou a descentração agrícola para outras culturas, algumas delas motivadas pela própria usina, assimilaram mais da metade dos fornecedores de cana. E com a entrada do fumo, mais atrativo, complicou-se mais ainda a cultura canavieira.¹⁴⁵¹

Aliás, o ano de 1987 é rico em diagnósticos da crise e de manifestações para o salvamento da usina, lançados por diferentes instâncias e esferas, além de verificar-se o intenso esforço do departamento agrícola da usina em atrair os produtores.¹⁴⁵² Na Assembléia Legislativa, a Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo levantou em relatório um sumário dos principais problemas do setor primário gaúcho, envolvendo diferentes órgãos e de diversificada natureza. Nele se apresentam os resultados de dezesseis simpósios microrregionais realizados durante o ano de 1987, um deles em Torres, em 23 de outubro. No âmbito da agricultura, a agroindústria foi apontada como saída, residindo na AGASA o seu foco. A proposta seria utilizar sua estrutura para apoio à pequena propriedade no que tange ao transporte, à comercialização e à industrialização da produção agrícola da região litorânea. A idéia era torná-la polivalente, através de gerência mista entre o Estado e produtores, por um tempo, para depois que tomasse impulso, ela tivesse condições de seguir como cooperativa com administração exclusiva de produtores. A cana estaria inserida através de

¹⁴⁵¹ Depoimento de Luiz Carlos Ourique concedido a Vêra Lucia Maciel Barroso em 03 nov. 2005.

¹⁴⁵² A distribuição de mudas de nova variedade de cana, trazida de Santa Catarina em 1987, foi feita a 104 canavieiros gratuitamente. Correspondência do diretor técnico Alceu Krás Dimer enviada ao diretor-presidente da AGASA em 26 out. 1987. Contém a relação dos instrutores e canavieiros que seriam por eles acompanhados. Documentos avulsos. Acervo da AGASA.

microdestilarias para a fabricação de aguardente, visto a ausência de indústrias do ramo no estado. Portanto, com esse encaminhamento, alterava-se o conteúdo e mantinha-se a forma original do projeto canavieiro para o Nordeste do Rio Grande do Sul, aquele do final da década de 1950. A cooperativa de canavieiros abandonaria o açúcar e voltaria à aguardente, o que esses canavieiros sempre fizeram artesanalmente. Com a invasão da produção paulista e os novos regramentos e exigências de higiene e infra-estrutura para o funcionamento legal dos alambiques, a industrialização da aguardente poderia constituir a salvação da usina. Ampliada com a diversificação agrícola, o pequeno produtor seria estimulado a aderir a ela, com a garantia de apoio que receberia na sua reorganização, a partir da gerência mista apontada.¹⁴⁵³ Foi, na verdade, mais uma idéia com indicativo para soerguer a empresa.

A direção administrativa, também em 1987, na tentativa de salvar a AGASA, dirigiu-se aos órgãos e entidades representativos da região para auscultá-los e colher sugestões e alternativas para reanimar a usina. Contatou com os sindicatos, associações de agrônomos, câmaras de vereadores e prefeituras municipais da região, fornecedores de cana, funcionários da empresa, chegando às seguintes alternativas e orientações para salvar a empresa.

- 1- Incentivo à produção com o aumento do preço da cana e linha de financiamento com juros compatíveis;
- 2- Incentivo às culturas intercaladas nas lavouras de cana, tendo sua comercialização vinculada à AGASA. Ex: feijão, batatinha, etc;
- 3- Incentivo à comercialização, industrialização e beneficiamento de sorgo-vassoura e vassoura;
- 4- Incentivo à fruticultura com seu comércio, industrialização e beneficiamento. Ex: limão, laranja, etc;
- 5- Incentivo à comercialização, industrialização e beneficiamento de produtos já existentes em abundância na região. Ex: abacaxi, banana e arroz;
- 6- Instalação do equipamento da PROGASA no complexo industrial da AGASA;
- 7- Secador de grãos, no caso do arroz e outros onde existe grande déficit no período de safra, que coincide com a nossa entressafra;
- 8- Fábrica de rações, utilizando o melaço que é um sub-produto do açúcar;
- 9- Atuar na comercialização do açúcar em fardos, durante os 12 meses do ano, adquirindo cotas de São Paulo para o abastecimento no período de entressafra, utilizando a marca AGASA;
- 10- Exploração da piscicultura, pois, os imóveis da AGASA são próprios, em grande parte, para cultura intensiva na produção de peixes para a alimentação humana;
- 11- Produção de mudas frutíferas e para reflorestamento, com a transformação da AGASA em centro regional de desenvolvimento agrícola, como base física da Secretaria da Agricultura do Estado;

¹⁴⁵³ Do grupo de estudos participou o engenheiro agrônomo Ivo Stoffel, conhecedor da região. Verificar: RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *A agricultura do novo Rio Grande*: política agrícola, movimentos sociais no campo, alternativas de produção, reforma agrária, conservação do solo e agroindústria. Porto Alegre, 1987. p. 528-529.

12-A alienação da destilaria de álcool, visto que a produção de cana não comporta a fabricação de açúcar e álcool. Não existe a possibilidade de absorção da vinhaça, resíduo altamente corrosivo, da fabricação de álcool ou aguardente.¹⁴⁵⁴

A essas recomendações foram adicionadas medidas de caráter externo, nos âmbitos estadual e federal. Aliás, o documento emanado da gerência da empresa, aponta os mesmos problemas, indicados repetidamente como fatores da crise:

- a) isenção do ICM ou sua redução, pelo menos no período em que estiver operando abaixo do seu ponto de equilíbrio;
- b) suporte financeiro, via crédito rural oficial (Banco do Brasil e Banco do Estado do Rio Grande do Sul) para imediato plantio de cana e outras culturas;
- c) preço da tonelada de cana equiparado ao da região Nordeste, o que, além de justo, permitiria também subsidiar o fomento e produção local;
- d) redução das contribuições ao IAA, e com sua base de cálculo de acordo com o rendimento industrial local; não com o da média da região Centro-Sul, que obtém produtividade maior, ao contrário da AGASA, caracterizada em suas circunstâncias pela baixa produtividade.¹⁴⁵⁵

Antes o custo do financiamento e, nessa altura, a sua falta constituíam, sem dúvida, um agravante acelerador do abandono da produção de cana.¹⁴⁵⁶ De fato, o BERGS (atual BANRISUL) começou a cortar o financiamento.¹⁴⁵⁷ É que o Banco Central havia disposto, através da resolução 1131/86, que as instituições financeiras do Estado não financiassem plantios de cana-de-açúcar. Em correspondência do procurador da ASFORCA, Mário Andreoli Lemos, ao presidente da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil, Amaro Gomes da Silva, foi solicitado que intercedesse junto às autoridades competentes, para que, a exemplo de outros estados, o Rio Grande do Sul conseguisse permissão para financiamento de novos plantios de cana.¹⁴⁵⁸ Viviam-se, no momento, uma retração do setor sucroalcooleiro, sobretudo em razão da crise do álcool. E o risco de colapso no abastecimento do açúcar e do álcool no Brasil era iminente, tendo em vista a resistência do governo federal em conceder

¹⁴⁵⁴ AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório e conclusões sobre a viabilidade da empresa*. Santo Antônio da Patrulha, 21 maio 1987. p. 85. Acervo de Benito Barbosa Izolan.

¹⁴⁵⁵ Idem. *Ibidem*.

¹⁴⁵⁶ O crédito agrícola foi, sem dúvida, o mais importante instrumento de intervenção governamental no setor. A propósito, examinar: GARCIA, Álvaro Antonio. *Desenvolvimento e crise da agricultura gaúcha: 1970-90. Ensaios FEE: a sociedade gaúcha*. Porto Alegre, a. 14, n. 2, p. 530, 1993.

¹⁴⁵⁷ Depoimento de Isaac Emerim Marques concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 20 maio 2002. Frisou também que o canavieiro já não queria mais dinheiro do banco.

¹⁴⁵⁸ Ofício enviado pelo procurador da ASFORCA ao presidente da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil em 22 out. 1987. Acervo da AGASA.

aumento para o setor.¹⁴⁵⁹ Acresce que a preferência pelo Nordeste, para a sua recuperação, era visível nas ações governamentais. A propósito, no acervo da AGASA, encontra-se cópia de correspondência do presidente da FEPLANA (Federação dos Plantadores de Cana do Brasil) enviada ao doutor Joseh Henrique Turner, presidente do IAA (sediado no Rio de Janeiro), datada de 24 de maio de 1987, na qual ele reclama, com veemência, o descaso para com o Sul, sobretudo pelo fato de o presidente do Instituto não tê-lo recebido em audiência marcada, após sua posse frente ao IAA, ocorrida dias antes. É perceptível que o Rio Grande do Sul estava acuado, sobretudo diante de São Paulo, que vivia a proeminência na produção nacional. Ainda que vivendo uma realidade completamente adversa e diversa da paulista, o estado gaúcho acabava por somar maiores dificuldades, adicionados à atuação discriminatória do Instituto, favorável ao Nordeste.

Os canavieiros gaúchos resistiram, no jogo de forças, encaminhando suas canas para pasto. A procura era grande. “Valia mais a pena vender para pasto do que mandar para a usina pelo valor da tonelada lá.”¹⁴⁶⁰

Diante desse quadro, e enquanto não retornassem as respostas dos encaminhamentos de solução de continuidade da usina, o departamento de vendas, juntamente com a chefia do escritório da AGASA, projetavam uma saída de transição: adquirir açúcar de São Paulo para fins de empacotamento.

Vinha açúcar a granel de São Paulo e aqui na AGASA a gente colocava nas embalagens da AGASA. Fazia o empacotamento. [...] e dava para ganhar. Naquela época de inflação se comprava sempre dois dias antes do aumento do açúcar. Sabia-se tudo. O açúcar vai subir no dia vinte e seis... Então se procurava comprar no dia quatorze. Quer dizer, automaticamente, naquela época, subia 30% o açúcar. A gente ganhava trinta por cento na compra da cidade. Fazia-se o empacotamento do açúcar na época do novo aumento. Quer dizer, trinta dias depois subia de novo. Subia todo mês. Então se esperava dar o novo aumento. Vendia-se o produto com 50, 60%. [...] Isso aí 86, 85, por aí, 87, nesses anos aí. Foi uma decisão para sobreviver [...]. Não tem mais recurso, vamos fazer isso aí. Não tem mais cana, produção baixíssima para manter o quadro de funcionários e a manutenção da empresa. Vamos criar, e foi feito isso daí, na base da luta.¹⁴⁶¹

Nós comprávamos açúcar de São Paulo em sacos de 50 quilos. Vinha para cá, empacotávamos em saquinhos de dois quilos e de cinco. Esse açúcar era colocado nos mercados aí, Nacional [rede de supermercados do Rio Grande do Sul]. Todo o estado do Rio Grande do Sul podia comprar e o nosso preço era mais barato, entendeste? O nosso preço era mais barato do que o açúcar de São Paulo. Então nós vendíamos venda casada. Nós misturávamos açúcar de São Paulo com o nosso aqui. Tu tinhas que comprar cinquenta fardos de açúcar de São Paulo porque dava uma

¹⁴⁵⁹ PODE haver colapso no setor de álcool e açúcar. *Vale do Sinos*, São Leopoldo, a. XVI, n. 2.465, p. 13, 21 jan. 1987.

¹⁴⁶⁰ Depoimento de Cláudio Antônio Souza dos Santos – *Claudinho* – concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 10 jan. 2005.

¹⁴⁶¹ Depoimento de Delmo Tedesco concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 15 fev. 2000.

média. Um empurrava o outro. Por que o açúcar da AGASA aqui é mais barato que o de São Paulo? Porque São Paulo, quando vendia açúcar para cá, ele vendia por exportação.¹⁴⁶²

Tratava-se de medida paliativa e de resistência ao fim da AGASA. Mais que isso: de desenlace da indústria com o fornecedor de cana. A realidade não mais perseguia o sonho; apartaram-se e passaram a firmar distância até o rompimento final. Chegava-se ao ápice da crise. Para a agonizante usina restava pouco tempo de vida. E enquanto ela sobrevivia, alguns interessados em adquiri-la ainda se posicionaram. Assim, no Rio Grande do Sul, a indústria Açúcar Gaúcho S.A., em desenfreada decadência, resistia ao seu fechamento.

O senador Pedro Simon,¹⁴⁶³ em depoimento para o presente trabalho, recorda que nomeara para o Conselho de Desenvolvimento do Litoral Norte, no ano de 1987, o professor Benito Izolan, de Osório. A ele solicitara um relatório-diagnóstico da real situação da AGASA e a indicação de saídas para sua crise. Indagado sobre suas lembranças de atuação legislativa, e depois como governador acerca da usina, Simon apontou fatores estruturais que para ele fundamentam o estado crítico a que chegara a usina.

O objetivo do Brizola era realmente olhar o pequeno e o médio produtor. [...] Mas, que eu saiba, ela nunca funcionou a *plena boca*. Quando saiu o doutor Brizola e veio o Meneghetti, ele já não tinha aquela garra, aquela paixão que o Brizola tinha quando criou. Nem o Triches e os que vieram depois, nem o Peracchi tiveram a simpatia assim... Não digo que eles boicotassem. Mas também não se apaixonaram por ela. [...] Ela não se tornou um evento vitorioso. **Mas a maior revolução feita aqui foi a AGASA, foi a vida dessa plantação, porque o Rio Grande do Sul teve a coragem de plantar cana-de-açúcar. [...] Os usineiros nunca viram com muita simpatia a AGASA aqui no Rio Grande do Sul, principalmente porque era um modelo que vinha ao contrário do modelo nacional usineiro assentado nos grandes latifúndios e em milionários produtores. E aqui era o contrário. O governo entrava e fornecia para os pequenos produtores. Era um modelo que, se desse certo, iam querer repetir em outros lugares. Foi uma guerra, porque o Norte, Rio, São Paulo... não tinham interesse que aqui desse certo. [...]** Então a AGASA, a quantidade que produzia não chegava a ser suficiente para fazer uma produção em escala em termos competitivos.¹⁴⁶⁴

Emblemática a análise feita pelo ex-governador. Inegavelmente o projeto usineiro gaúcho, do ponto de vista superestrutural, foi revolucionário.

¹⁴⁶² Depoimento de Valmir Odone Pires concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 21 maio 2005.

¹⁴⁶³ Quando Simon assumiu o governo do Estado, em março de 1987, a situação das finanças públicas do Rio Grande do Sul era crítica: “Cerca de 65% da dívida da administração direta (Tesouro) e mais da metade da dívida da administração indireta (estatais) estava vencida ou venceria no decorrer do ano de 1987, e não havia dinheiro nem previsão para pagá-la e, também, nada estava negociado nem havia qualquer entendimento para a sua renegociação.” BRUM, Argemiro. *Rio Grande do Sul: crise e perspectivas*. Ijuí: Unijuí, 1988. p. 61. Na verdade, a crise das finanças públicas do Rio Grande do Sul que eclodiu na década de 1980 tem raízes bem antigas, como outros problemas estruturais que então afloraram. MÜLLER, Carlos Alves. *A história econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Grande Sul, 1998. p. 246.

¹⁴⁶⁴ Depoimento de Pedro Simon concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 07 jan. 2005. (Grifo nosso).

Conhecedor da região, Benito Izolan tinha a compreensão do processo de formação da usina, de sua trajetória e da encruzilhada em que se encontrava. Revelou em seu depoimento que acabou por declinar do convite, após ter realizado um estudo minucioso da situação da usina. Sobre esse tempo, ofereceu muitos elementos para a leitura regional em seu depoimento:

Infelizmente, na política canavieira, na agroindústria canavieira, que começou, aqui no Rio Grande do Sul, a se intensificar com o governo Brizola e o seu secretário Milton Dutra, sempre ela foi de altos e baixos. Claro que, se em alguns anos altos em outros baixos, a tendência é entrar em decadência. Então ela não se consolidou. Não se consolidou por uma série de erros; mais erros do que acertos. Teria condições de ter sobrevivido. Mas, por uma série de erros acumulados, por falta de uma política definitiva, constante e sólida que desse segurança também ao agricultor, à indústria, etc. Então, nunca foi significativo, tanto é que, no pico da AGASA, tudo que a AGASA produzia não representava 5% do consumo de açúcar no Rio Grande do Sul. [...]

Então, a AGASA também, no eixo em que ela ficou, apesar do erro de que de um lado é lago e do outro é morro, a cultura é difícil. Mas ela ficava no epicentro de uma antiga cultura remanescente, a cultura de Santo Antônio e a cultura canavieira de Osório, mais de Santo Antônio que de Osório, desses morros todos. **Tanto é que, se não houvesse esse substrato cultural, ela não teria durado aí quase trinta anos.** Ela durou os anos sessenta, os anos setenta, anos oitenta, média de vinte e cinco anos. **Teve um certo esplendor na região, justamente por causa desse substrato cultural que tinha a cana.** E também o produto da AGASA, como a gente falou, o açúcar cristal da AGASA era de primeiríssima qualidade, tinha mercado certíssimo. [...]

Aqui houve sempre uma instabilidade. Nunca houve, como tem no Nordeste hoje, aquela continuidade de apoio técnico, apoio político, apoio financeiro e tal. Se, no Nordeste ou talvez naquela zona de Ribeirão em São Paulo, que também é um grande produtor de cana lá em São Paulo, houve uma continuidade, aqui no Rio Grande do Sul houve sempre uma descontinuidade. **Nunca houve uma política, assim, que fosse passando de governo para governo. Cada um tinha uma política e, mais ainda, o desinteresse do governo federal.**¹⁴⁶⁵

Izolan apresentou ao governador, em 21 de maio de 1987, o documento intitulado *Relatório e conclusões sobre a viabilidade da Empresa*,¹⁴⁶⁶ o qual foi resultado de exames e estudos, com base na documentação da empresa e no contexto regional, principalmente levando em conta as aspirações e necessidades das comunidades minifundiárias produtoras de cana do entorno. De imediato, foi constatado que o empobrecimento regional não só se mantivera, como se agudizara,¹⁴⁶⁷ motivado principalmente pela atração da sua população

¹⁴⁶⁵ Depoimento de Benito Barbosa Izolan concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2005. (Grifo nosso). O depoente reconhece a existência de um substrato cultural que, apesar de tudo, deu sustentação à usina gaúcha, ainda que por breve tempo. Em outras palavras, e ampliando a análise, evoca-se o Cel. Tisiano de Leoni. Para o ex-presidente da empresa, como já dito anteriormente, a região detinha mentalidade canavieira, mas não a açucareira. Para ele, essa ausência foi o fator fundamental do insucesso da AGASA.

¹⁴⁶⁶ Acervo particular de Benito Barbosa Izolan.

¹⁴⁶⁷ Para ilustrar, leia-se: CANTA GALO: um bolsão de pobreza que assusta pela alta incidência de suicídios. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 32-33, 08 out. 1984.

pelas áreas urbanas vizinhas, especialmente dirigida para a Grande Porto Alegre, em cuja área metropolitana se encontravam após abandonarem a lavoura canavieira.

O referido relatório informa dados pontuais, como os que seguem. A AGASA contava então com 118 funcionários.¹⁴⁶⁸ O resultado negativo da empresa, até 30/04/1987, era de Cz\$ 6.061.277,85, correspondendo a, aproximadamente, Cz\$ 1.500.000,00 mensais. Além de débito com o Tesouro do Estado, havia ações e reclamações trabalhistas nas comarcas de São Leopoldo e de Santo Antônio da Patrulha, e na Justiça do Trabalho, em Osório. A reclamação do Sindicato das Indústrias de Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul solicitava o pagamento do adicional de insalubridade aos empregados envolvidos no processo de fabricação nos anos de 1986 e 1987.

A PROGASA tinha na AGASA uma filial para a venda de açúcar, conforme preços de mercado. Ela era totalmente administrada pela usina, arcando com todos os seus custos.

Passados vinte e dois anos da fundação da AGASA, o relatório de estudos para a sua viabilização deixara claro o reconhecimento da função social da empresa, desde sua criação, embora arrecadasse 17% como ICM e cerca de 23% como contribuição para o IAA. A região, que em 1962 contava com cerca de 5.000 minifúndios na lavoura canavieira, já perdera muitos dos pequenos produtores, pelo violento êxodo imposto pela crise de 1967/68. E o quadro se repetira em 1971/1972 e em 1983/1984. Transcorridos esses anos, os números eram assustadores. Motivo apontado no relatório: preço da cana fixado pelo IAA abaixo do custo. Mesmo assim, na última safra, produziram, ainda que irrisórias, 54.106,44 toneladas no morro. Em 1987 estavam em atividade 880 agricultores,¹⁴⁶⁹ proprietários de 7.823 ha, com 1.543 ha de cana e mais 5.940 que poderiam ser cultivados em rotação quinzenal.

¹⁴⁶⁸ Em 1986, havia 152 empregados contratados (CLT) e dois adidos na AGASA. No mesmo ano, em 31 de dezembro, os números indicam 120 contratados, 1 cedido, 2 adidos, 26 safristas e 16 empregados rurais. RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria Geral do Estado. *Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA. Santo Antônio da Patrulha: parecer e relatório de auditoria n. 09-01/87. Porto Alegre, 1987. p. 7.* Outro destaque nesse relatório é a falta de veículos para transporte de cana. *Ibidem*, p. 11. E desde outubro de 1986, a usina passou a não mais recolher ICM. Em 31 de dezembro de 1987, foi contabilizada, com os encargos financeiros, a dívida de Cz\$ 12.149.394,25. Para o IAA, também foi sustado o recolhimento. Foi a alternativa buscada pela direção da AGASA para manter os demais compromissos em dia. RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria Geral do Estado. *Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA. Santo Antônio da Patrulha: parecer e relatório de auditoria nº 10-1/88. Porto Alegre, 1987, p. 25 e 27.* Em 1987, a Usina contava com 62 funcionários efetivos e chamou 34 como safristas. Relação de Pessoal para a safra de 1987, datada de 06 de abril de 1987, acompanhada de indicação das tarefas a serem feitas nos diversos setores da produção industrial. Havia sido expedido, no mês anterior, em 26 de março, um documento indicando os cargos existentes no escritório, com a discriminação das atividades de cada um. Documentos avulsos. Acervo da AGASA.

¹⁴⁶⁹ Dados do mesmo relatório de 1987 também informam outro número para o total de fornecedores de cana em 1987: 655. Examinar o referido documento na página 61. Entretanto, é correto afirmar que o quadro da crise determinara a redução drástica do número de fornecedores a um índice bem inferior aos citados no relatório de 1987. Examinar: AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório e conclusões sobre a viabilidade da empresa. Santo Antônio da Patrulha, 21 maio 1987. Acervo de Benito Barbosa Izolan.*

As características das propriedades eram as mesmas: de 0,5 a 3,0 ha, a sua média. Por sua vez, a usina ainda mantinha uma área de plantio de 146,96 ha, onde plantava cana, promovia reflorestamento e situava suas instalações e reservas naturais. Sobre a viabilidade da usina de açúcar, o relatório conclui:

Esta atividade é economicamente viável, tendo nas condições atuais, o seu ponto de equilíbrio no recebimento de 100.000 toneladas de cana, sem a agregação de qualquer outra atividade econômica.

O resultado operacional corrigido nos últimos dez anos comprova que as perdas contábeis, referem-se principalmente ao pagamento do imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM) e taxa devida ao Instituto do Açúcar e do Alcool. Tais atributos modificam o resultado econômico conforme o quadro demonstrativo e sua correção em Obrigações do Tesouro Nacional (OTN).

O rendimento industrial, na safra de 1986/7, foi de 78,2 quilos de açúcar por tonelada. O rendimento médio deveria ser de 86 kg por tonelada. Tal fato ocasionou um prejuízo operacional de CZ\$ 2.330.179,00 por falta de transporte, deficiência administrativa da colheita e prolongamento da safra até fevereiro de 1987.

A taxa devida ao Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) onera a Empresa indevidamente, eis que, o seu recolhimento é feito como se fosse o rendimento de 94 (noventa e quatro) quilos de açúcar por tonelada de cana esmagada.¹⁴⁷⁰

Quanto à sua recuperação financeira, algumas medidas vitais seriam impostas para que a AGASA pudesse deter capital de giro, e atrair, por consequência, o produtor, através de melhor remuneração. Dentre elas, informa o mesmo Relatório que era urgente promover a alienação da destilaria (solução sempre repetida); as isenções ou reduções das contribuições fiscais; a manutenção dos financiamentos agrícolas subsidiados e a transferência da assistência técnica aos órgãos da Secretaria da Agricultura (EMATER). Com o capital da venda da destilaria, seriam adquiridos caminhões para o transporte da cana, operacionalizando cerca de 20% do recebimento da matéria-prima.¹⁴⁷¹

O BADESUL avaliou a destilaria de álcool para a venda. Atribuiu CZ\$ 7.472.901,00, valor considerado suficiente para a complementação do capital de giro da empresa. E, se feita a revisão acerca dos valores a serem pagos de ICM e ao IAA, a AGASA alcançaria o seu ponto de equilíbrio. Portanto, a rentabilidade operacional contábil aconteceria, sem dúvida, com a venda da destilaria, residindo no açúcar a industrialização da cana. Com essa orientação, adicionada a outras atividades que seriam ali implementadas, a AGASA poderia transformar-se num centro de desenvolvimento econômico e social da região; era o discurso

¹⁴⁷⁰ AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório e conclusões sobre a viabilidade da empresa*. Santo Antônio da Patrulha, 21 maio 1987. p. 12. Acervo de Benito Barbosa Izolan. (Grifo nosso).

¹⁴⁷¹ Para maiores detalhes, examinar o referido relatório.

então veiculado. Ao Estado caberia apenas o apoio físico e material para que a usina pudesse alcançar as suas finalidades no Litoral Norte.¹⁴⁷²

O documento sugeriu, depois de vinte e cinco anos da instalação da usina açucareira gaúcha, que a perspectiva do projeto idealizado pela Cooperativa Canavieira fosse ressuscitada e reformatada como a saída da crise e ameaça do fim da AGASA.¹⁴⁷³ Dada como original, a sugestão apontada como a viabilizadora da recuperação da indústria recolocava a função social da empresa na arena dos estudos e debates. A condução da usina seria aquela inicialmente projetada pelos canavieiros. O Estado não seria o administrador, como fora determinado para a condução usineira desde 1964.¹⁴⁷⁴ À Cooperativa Canavieira caberia conduzir o seu projeto, a partir do suporte concedido pelo Estado. Mas a realidade dos morros era outra. As famílias canavieiras já tinham, na sua maioria, abandonado suas terras. Com a falta de cana, a usina manteve ainda por um tempo a medida paliativa de emergência, a de comercialização de açúcar, em fardo, adquirido da COOPERSUCAR – com o uso da marca AGASA. Ainda que bons seus resultados – por falta de capital de giro, a atividade deixava transparecer a vertiginosa condição de abandono da usina.

Do ponto de vista da estatal, a determinação governamental era a de encontrar, de qualquer forma, saídas para o complexo industrial, em declarada crise.¹⁴⁷⁵ Outra proposta que o documento indica é a de que o açúcar deveria ser mantido como a atividade básica, agregada a outras, como culturas intercaladas em lavouras de cana, industrialização, beneficiamento e comercialização da produção regional, anexação do equipamento industrial da PROGRASA, fábrica de rações, produção de mudas frutíferas, essências florestais e a piscicultura.

Uma sugestão oferecida em 1987, em resposta ao apelo do secretário da Indústria e Comércio do governo Simon, foi a do secretário da Administração de Santo Antônio da Patrulha, Briano Gil de Medeiros, e apresentada na Câmara de Vereadores, a seu pedido, pelo

¹⁴⁷² AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório e conclusões sobre a viabilidade da empresa*. Santo Antônio da Patrulha, 21 maio 1987. p. 13.

¹⁴⁷³ Segundo Thomaz Júnior, as cooperativas desempenharam papel de destaque na consolidação da agroindústria sucroalcooleira no Brasil, principalmente com o PROÁLCOOL, momento em que muitas delas foram redimensionadas ou criadas. Examinar: THOMAZ JÚNIOR, Antonio. *Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital X trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 1996. p. 122.

¹⁴⁷⁴ Já em 1963, com o governo Meneghetti, essa condução germinara.

¹⁴⁷⁵ A propósito, as Diretrizes Gerais de Política Econômica da Nova República, de maio de 1985, assim orientam: “Hoje, o principal canal de intervenção do Estado deve repousar sobre sua capacidade de articular e coordenar as políticas financeira, industrial, comercial, agrícola e tecnológica, sem que esta intervenção se traduza em pressões adicionais sobre os recursos públicos.” In: SEPLAN/BR. BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Planejamento. *Diretrizes gerais de política econômica: notas para o I PND da Nova República*. Brasília, maio 1985. p. 20.

edil Lindomar Pereira. Após indicar os fatores da crise, encaminhou as possibilidades de sua recuperação:

- a) aquisição pela AGASA de seis moendas, que seriam instaladas em locais zoneados, onde existisse boa produção e com possibilidades de aumento de plantio – a usina iria ao encontro dos produtores, provocando maior rendimento da produção por hectare, visto que toda cana cortada seria imediatamente aproveitada;
- b) aquisição de também, no mínimo, seis caminhões-pipa, movidos a álcool (oriundo da destilaria que seria reativada), para o transporte do caldo da cana de cada moenda até a usina – os custos do transporte e da moenda seriam absorvidos pela AGASA e incorporados ao custo industrial do açúcar;
- c) utilização do bagaço da cana como adubo orgânico ou aproveitado nas fornalhas das estufas de fumo existentes nas localidades da região;
- d) isenção de ICM sobre o açúcar produzido no estado, cujo valor ficaria girando na região, visto representar menos que 5% do volume de vendas – o açúcar consumido no Rio Grande do Sul é importado de outras unidades da Federação com alíquotas de imposto diferenciadas, determinantes de descapitalização local, enquanto o ganho do pequeno produtor significa ganho direto do Estado;
- e) criação de Cooperativa Mista, anexa à AGASA, valendo-se dos técnicos da Emater e da usina, bem como de toda sua infra-estrutura, para a produção de hortifrutigranjeiros – no momento em que apresentasse boas condições de autonomia, seria feita a transferência da AGASA à Cooperativa, procedendo-se a privatização.¹⁴⁷⁶

Entretanto, as alternativas apontadas não foram levadas a cabo. Diante de aprofundamento da crise, meses depois, em março de 1988, foi entregue, a pedido da direção da AGASA, um projeto de aproveitamento turístico da área. Intitulado *Parque da Ilha*, o estudo preliminar justifica o potencial turístico do Litoral Norte, com sua rede de lagoas diante da Serra Geral, cuja paisagem ainda não merecera a devida atenção.

¹⁴⁷⁶ Proposta de Briano Gil de Medeiros para a recuperação da AGASA encaminhada à Câmara Municipal de Vereadores de Santo Antônio da Patrulha em 02 jun. 1987 e anexada ao ofício do presidente da Câmara, Pedro Pacheco Fernandes, enviado à ASFORCA em 29 jun. 1987. Documentos avulsos. Acervo da AGASA. O engenheiro agrônomo Alceu Krás Dimer deu parecer desfavorável às propostas por serem inviáveis e antieconômicas, com exceção da isenção do ICM, há muito solicitado. Parecer do Departamento Agrícola da AGASA enviado à ASFORCA em 03 jul. 1987. Documentos avulsos. Acervo da AGASA.

Em área de 20 ha, o Parque da Ilha contaria com um sistema hoteleiro, cabanas na área de mata nativa, restaurante panorâmico, piscina térmica, minizoológico, pesca em área reservada, trenzinho pelos locais da ilha, camping com infra-estrutura e dois ancoradouros para barcos de pequeno e médio calados. Os tradicionais produtos da cana, como a cachaça, a rapadura e o melado, além de “sonhos” de Santo Antônio,¹⁴⁷⁷ seriam ali comercializados, além de produtos coloniais e artesanais, que teriam incentivos.¹⁴⁷⁸

O caráter do projeto é anunciador do fim próximo da usina. Dissociado visceralmente da finalidade usineira e das raízes que a fundamentaram, a saída turística tinha a função, na verdade, de impedir que o parque ficasse entregue à ação do tempo e, no abandono, sucateado. Afinal, era um patrimônio de CZ\$ 47.891.558,00, cujo capital, em maio de 1987, estava representado por ações ordinárias e nominativas no montante de CZ\$ 40.766.477,00.¹⁴⁷⁹ Mas o projetado parque não saiu do papel. Em 1988, a cada mês, era sabido que a usina estava em contagem regressiva. O temor dos funcionários diante do futuro da AGASA, nos anos finais da década de 1980, se manifestava pelo silêncio e por olhares vagos. Naquele tempo, era difícil falar e acreditar no que estava por vir. Em depoimento, Paulo Dapper, ex-diretor administrativo da usina, recordou: “Eu saí em 82. [...] Eu já estava vendo como é que estava se desenhando o quadro, a projeção que eu tinha feito. A AGASA não vai longe. Os canavieiros estavam cada vez mais abandonando os canaviais. Inviabilizou-se a parte agrícola. Aí não tinha como tocar a indústria.”¹⁴⁸⁰

Krás Dimer recorda a que ponto se chegou:

[...] o governo federal, com o financiamento, mandou os bancos cobrarem, fazerem a correção monetária que uma época chegou a 80% ao mês. Então me lembro uma vez de um agricultor que me mostrou... Ele pegou um financiamento de um hectare. A cana rendeu três milhões de cruzeiros. Ele teve que pagar três milhões e quinhentos mil, e não era o juro. Este era barato. Mas sim a correção monetária que aumentou. E o preço da cana fixado pelo IAA, que estava lá em São Paulo, com lavouras próprias e mecanizadas, o preço não acompanhava. Essa correção monetária foi para confundir, pois não era o juro, e sim a correção. Então isso aí foi o maior problema. [...] O lucro dele era muito pequeno, e ele começou a diminuir o plantio de cana. O que inviabilizou a usina foi a falta de matéria-prima. Nós precisávamos ter, no mínimo, dois mil hectares com cana. A usina chegou a ter quatro mil. Depois foi baixando, três mil, dois mil e quinhentos mil. [...] Depois de todo aquele trabalho

¹⁴⁷⁷ Trata-se de espécie de bolo frito, tradicional no município. Sobre sua história examinar: FERNANDES, Teresinha Cardoso da Silveira; SILVEIRA, Anatólio Luis da. O sonho. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel et al. *Santo Antônio da Patrulha: reconhecendo sua história*. Porto Alegre: EST, 2000. p. 23-24.

¹⁴⁷⁸ AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Projeto Parque da Ilha*. Santo Antônio da Patrulha, 03 mar. 1988. A pedido do diretor-presidente Ferúlio Tedesco Netto, o projeto foi elaborado pela arquiteta Ana Clara R. Bergamin e pelo engenheiro civil Paulo Eduardo Coutelle. Acervo da AGASA. Pelo ANEXO RRR, se pode observar a área que seria polarizada se o parque se transformasse em realidade.

¹⁴⁷⁹ AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório e conclusões sobre a viabilidade da empresa*. Santo Antônio da Patrulha, 21 maio 1987. p. 19. Acervo de Benito Barbosa Izolan.

¹⁴⁸⁰ Depoimento de Paulo Dapper concedido a Vera Lucia Maciel Barroso em 17 fev. 2000.

social, abertura de estradas, tinha ambulatório com médico, dentista, ambulância. Então ele podia continuar com toda aquela assistência social. [...] Mas, como essa correção monetária era grande, eles começaram a diminuir, e inviabilizou a usina. [...] Chegou num ponto que o agricultor não tinha mais como plantar cana. [...] Quando começava a safra em São Paulo, nós ficávamos na frente da televisão esperando o preço da cana.¹⁴⁸¹

Delmo Tedesco acompanhou de perto a usina e percebeu quando ocorreu o avanço vertiginoso da sua decadência:

A AGASA começou a morrer quando começaram a botar diretores da nossa região que tinham compromissos políticos com os fornecedores de cana, que foi onde perderam o respeito do canavieiro com a AGASA. Não com o presidente; com a AGASA. Aí eles começaram a desviar cana para todos os lados que davam um pouquinho mais, e não mandavam para nós. Aí terminou aquele trabalho sério, aquele trabalho, não digo rigoroso, mas aquele trabalho que a AGASA fazia antes. [...] As forças políticas da região convenceram os governadores que fossem colocados presidentes daqui. Mas só que os presidentes daqui eram políticos, políticos comprometidos com o povo que eram os canavieiros. Ah, fulano de tal é presidente. Eu votei para ele na outra eleição. Não tem problema nenhum. Eu posso vender essa caninha para o fulano; não preciso mandar para a AGASA, e foi onde a AGASA morreu de vez. E aí acabou de vez. [...] Ele chegava ali tinha que fazer um estágio ali dentro da AGASA para aprender o que estava fazendo. [...] Deviam botar um técnico ali dentro, e não políticos.¹⁴⁸²

O Relatório da ASFORCA, apresentado em janeiro de 1988, ilustra o alcance da crise e o fato de que a realidade dos morros não era muito diferente daquela que justificara a criação da AGASA.

Nível Biológico: O canavieiro da região vive em péssimas condições. Há falta de higiene e há carência proteica, tornando-o um homem apático e de baixa produtividade. Problemas mais freqüentes: alto índice de subnutrição, doenças respiratórias, verminose, desidratação, sarna, piolho e elevado número de pessoas com problemas de hipertensão.

Nível Recreativo: Quanto às atividades de lazer, existe insuficiência total, pois não há nenhum meio de diversão, o que dificulta o relacionamento entre as pessoas pelo baixo nível de senso comunitário.

Nível Residencial: Um dos problemas que caracteriza a falta de higiene e saúde é o baixo nível de conhecimentos de higiene, falta de água potável e instalações sanitárias.¹⁴⁸³

A idéia de privatizar a AGASA fazia alguns anos que vinha sendo propagada. Já em 1981, conforme editorial da Folha do Litoral de Osório, se abordava essa possibilidade:

A privatização das empresas estatais no Rio Grande do Sul está na ordem do dia. [...] O Governo do Estado [...] admite a privatização das empresas vinculadas à área industrial (AGASA, PROGASA, VINOSUL E CORLAC) [...] aglutinando, por

¹⁴⁸¹ Depoimento de Alceu Krás Dimer concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 15 mar. 2002.

¹⁴⁸² Depoimento de Delmo Tedesco concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 11 fev. 2000.

¹⁴⁸³ ASSOCIAÇÃO DOS FORNECEDORES DE CANA DO NORDESTE DO RIO GRANDE DO SUL. *Relatório discriminativo da assistência prestada pela ASFORCA à AGASA*. Santo Antônio da Patrulha, 31 jan. 1988. Documentos avulsos. Acervo da AGASA. No documento é indicado que não é mais prestado atendimento odontológico.

exemplo, as que têm caráter social em uma só e as que têm caráter econômico em outra, [...].¹⁴⁸⁴

O referido Editorial se posicionava, então, frontalmente contrário à privatização, com um elenco de justificativas.

Esta empresa estatal recebe cana-de-açúcar de mais de mil produtores. Fabrica mais de duzentas mil sacas de açúcar ao ano. Produz a partir do melaço 15.000 litros diários de álcool. Financia a todos os produtores. Mantém assistência técnica de alto nível. Pesquisa variedades de cana e tipos de fertilizantes e de defensivos agrícolas. Conserva as estradas. Mantém um Centro de Abastecimento para servir aos fornecedores de cana-de-açúcar. Estimula a agricultura de subsistência e a criação de animais. Retém o homem e sua família no campo, pois eles melhoraram seus padrões de vida. A AGASA pelo seu sentido econômico, no momento, deve ficar com o ESTADO.¹⁴⁸⁵

Mas, com toda a força, a busca de uma definição para o rumo da AGASA foi retomada no governo Pedro Simon. Um relatório redigido a propósito da situação da estatal prenunciou uma saída, através da simples transferência para a iniciativa privada ou de sua transformação em cooperativa.¹⁴⁸⁶ É interessante perceber que a Coordenadoria do PMDB da região tomou posição contrária, redigindo uma moção aprovada por unanimidade do plenário, na reunião realizada em Capão da Canoa, em 07 de março de 1987. Em dez pontos, foi solicitado que:

1. A AGASA deve permanecer como empresa estatal.
2. Os produtores de cana-de-açúcar precisam receber pela tonelada do produto, preços equivalentes aos recebidos pelos produtores do Nordeste, ou seja, CZ\$211,77 - no RGS recebem CZ\$ 162,00 (tabela atual).
3. A carga tributária do ICM, IAA e outras, totalizam 42% sobre o faturamento do açúcar. Devem ser reduzidas para viabilizar o item 2.
4. A produção da tonelagem de cana em Osório e Santo Antônio da Patrulha precisa dobrar a curto prazo. Através da assistência de boa qualidade, já existente na AGASA, a produtividade aumentará.
5. Na primeira etapa da retomada do crescimento da AGASA, o Estado do RGS precisa investir no aumento da capital. A rentabilidade e a lucratividade virão nas safras resultantes do aumento dos plantios nos anos agrícolas de 87/88.
6. A AGASA precisa melhorar todo o sistema de transportes, inclusive com veículos próprios para os momentos de dificuldades conjunturais como o corrido na vigência da safra de 1986.
7. Deve ser considerado que, na atual conjuntura brasileira e internacional com a declaração da “moratória técnica”, por iniciativa do Governo Federal, as áreas de produção de cana e suas agroindústrias serão pontos estratégicos nas possíveis crises de redução nas importações de combustíveis fósseis.

¹⁴⁸⁴ PRIVATIZAÇÃO da AGASA. *Folha do Litoral*, Osório, Torres, Tramandaí, Santo Antônio e Tramandaí, a. IV, n. 167, p. 4, 06 ago. 1981.

¹⁴⁸⁵ Idem. Ibidem.

¹⁴⁸⁶ O Cooperativismo vinha novamente ganhando espaço no município depois dos anos 1950/1960, período em que surgiram várias cooperativas em Santo Antônio da Patrulha. Ver: COOPERATIVISMO: solução para comercialização da produção agrícola. *Folha Patruhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 69, p. 7, 11 fev. 1987.

8. Faz-se necessário um urgente levantamento socioeconômico por parte dos técnicos do Governo Estadual, a fim de que se estabeleçam as estratégias para o crescimento quantitativo e qualitativo da produção da AGASA.

9. Devem-se procurar alternativas na área da agroindústria para que a empresa tenha uma linha de produção para ocupar a capacidade ociosa, em especial no período da entressafra que vai normalmente de janeiro a junho.

10. As lideranças políticas, técnicas e comunitárias dos municípios de Santo Antônio e Osório precisam ser efetivamente ouvidas em todas as decisões que envolvam o presente e o futuro da empresa.¹⁴⁸⁷

Estavam indicando questões pontuais no enfrentamento da crise canavieira regional, que já vinham sendo anunciadas como fulcrais para a reversão do processo. Mas as manifestações de protesto contra a privatização ou fechamento da indústria foram muitas.¹⁴⁸⁸ Especialmente dos municípios de Osório e de Santo Antônio da Patrulha, os poderes públicos e entidades da sociedade civil organizada se posicionaram frontalmente contrários às possibilidades anunciadas. O Sindicato de Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, aludindo a função social da usina, posicionou-se na sua mobilização, em defesa de mais de 2.000 trabalhadores, alertando também para o fato de que a AGASA deveria merecer um tratamento condizente à sua especificidade, fazendo respeitar a sua característica diferenciada. Advertiu, inclusive, sobre os riscos que adviriam para os funcionários da usina e pequenos produtores, caso a privatização ou o seu fechamento viesse a acontecer.¹⁴⁸⁹

Em abril de 1987, quando da Assembléia Geral do Conselho Administrativo da Açúcar Gaúcho S.A., estivera presente o secretário da Indústria e Comércio, Gilberto Mossman, ocasião em que também compareceram fornecedores de cana, prefeitos, vereadores e autoridades da região. Diante das pressões, o secretário sinalizou: “Se devia buscar soluções na região para a AGASA.”¹⁴⁹⁰ Na argumentação, ressaltou que, se a usina fosse constituída para responder a uma função de desenvolvimento da região, o caminho seria encontrar nela uma saída, em vez de buscar uma atitude paternalista do Estado. Ou seja, antes de buscar recursos em Brasília, se deveriam buscar soluções na área de sua atuação. Haveria na região

¹⁴⁸⁷ REUNIÃO da Coordenadoria do PMDB: futuro da AGASA. *Folha do Litoral*, Osório, a. X, n. 694, p. 4, 19 mar. 1987.

¹⁴⁸⁸ PREFEITOS vão ao governador pedir para que a AGASA não seja privatizada. *Folha do Litoral*, Osório, a. IX, n. 540, p. 1 e 9, 28 jan. 1986. AGASA anuncia benefícios aos transportadores de cana. *Folha do Litoral*, Osório, a. IX, n. 635, p. 3, 25 out. 1986. A matéria informa sobre a articulação de uma verdadeira cruzada reunindo canavieiros, autoridades e imprensa contrária à privatização. CONTRA a privatização ou fechamento da AGASA. *Folha do Litoral*, Osório, a. X, n. 694, p. 5, 19 mar. 1987. GOVERNO decide privatizar a estatal AGASA: entidades reúnem-se na SIC para operacionalizar a medida. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 21, 25 jul. 1989. A idéia de transferência já era forte em 1988. A operação seria feita em duas etapas: inicialmente, como uma espécie de arrendamento e, depois, com a transferência propriamente dita. No mesmo ano, a cooperativa já estava formada, e o seu registro passou a ser providenciado. Ver: PRIVATIZAÇÃO da AGASA. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, p. 20, 24 maio 1988.

¹⁴⁸⁹ CONTRA a privatização ou fechamento da AGASA. *Folha do Litoral*, Osório, a. X, n. 694, p. 2, 19 mar. 1987.

¹⁴⁹⁰ AGASA realizou Assembléia Geral. *Folha do Litoral*, Osório, a. X, n. 709, p. 2, 30 abr. 1987.

como sustentar o que na alçada do Estado (com suporte financeiro) não fora possível concretizar? Pode-se afirmar, após o longo de tempo de crise, que não havia mais como oxigenar o processo para determinar sua reversão, especialmente do ponto de vista dos canavieiros, os reais interessados na sua ressurreição. Afastados do seu sonho e desiludidos há 30 anos, desconheciam o que se passava na AGASA. De longe, como cidadãos, ao lerem os jornais, eram informados das trocas de diretorias à frente da estatal, que não lhes dizia mais respeito.

Ademais, os ventos que sopravam eram mesmo aqueles dissociados da sociedade civil organizada, através do neoliberalismo que se impunha como esteio da *ordem e do progresso*, na virada das décadas de 1980/1990. O discurso e a prática da privatização pode ser visibilizada claramente na documentação da usina, na qual se encontram estudos e propostas em defesa do Estado, amparados juridicamente, que norteavam o seu desvencilhamento de *estatal*, jogando-as à esfera privada. A exemplo, o Parecer nº 7375, da Procuradoria do Domínio Público Estadual, acerca de anteprojeto de Lei do ano de 1988, foi norteado na concepção de que “[...] novos rumos foram imprimidos ao sistema capitalista, em todos os quadrantes, de sorte que está sendo repensado o modelo até então dominante do Estado-acionariado.”¹⁴⁹¹

Tal parecer propunha uma dentre duas opções: extinção da companhia com fins de cooperativização, ou extinção da companhia visando à sua liquidação, tão somente. Se escolhida a primeira, a companhia poderia doar ou vender as ações de que o Estado era titular aos cooperativados; se a segunda, o projeto deveria autorizar a venda das ações do Estado em leilão. Em qualquer um dos casos, caberia ao Executivo extinguir a Açúcar Gaúcho S. A.

O sucessor de Ferúlio Tedesco Neto como diretor-presidente, por curto espaço de tempo, entre abril de 1988 e janeiro de 1989, foi Valmir Odone Pires. Nesse período, a Secretaria da Indústria e Comércio estava em negociações com um grupo de produtores da região litorânea, visando à possibilidade de formação de uma cooperativa. A nova entidade assumiria o controle acionário da AGASA. O velho parecia travestir-se em novo. Mas um grande obstáculo era real diante das iniciativas dirigidas à usina. Sua dívida era de aproximadamente 70 milhões de cruzados, o que significava cerca de 10 milhões de juros ao mês.¹⁴⁹² Um mês após o novo presidente ter assumido, ele tinha números mais reais. A dívida

¹⁴⁹¹ RIO GRANDE DO SUL. Procuradoria Geral do Estado. *Parecer n. 7375*. Porto Alegre, 22 dez. 1988. Acervo do AGASA.

¹⁴⁹² ODONE assume a AGASA e quer acabar com dívidas. *Guarda Velha*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 21, p. 3, 13 abr. 1988.

com impostos alcançava 80 milhões de cruzados, portanto, 15 milhões ao mês.¹⁴⁹³ E as tentativas dirigidas aos órgãos oficiais do Estado e federal (IAA) para aliviar a crise não foram positivas. Ocorre que, na esfera nacional, a crise também estava presente. Diante dos baixos preços da cana, a FEPLANA, sediada no Rio de Janeiro, em carta aberta à imprensa, denunciava o presidente da República, José Sarney quanto aos danosos efeitos dos desregramentos da política governamental para com o setor sucroalcooleiro. O protesto se dirigia também contra a privatização e a extinção dos órgãos de ordenamento e controle da agroindústria, como também pautava pela preservação das associações e cooperativas de trabalhadores canavieiros.¹⁴⁹⁴

É neste clima que Odone Pires assumia a presidência da AGASA: em situação crítica, em vários âmbitos. A própria estrutura física do parque dava mostras da decadência, com o teto da usina ameaçado de desabar, especialmente o dos prédios das moendas e das caldeiras.¹⁴⁹⁵ No âmbito da política local, a atuação dos partidos tanto da situação como da oposição era manifesta através de debate marcado pela identificação de culpados.¹⁴⁹⁶ O espelho da crise mostrava a situação dos fornecedores de cana, cujos débitos aos bancos estavam sendo cobrados judicialmente. Muitos deles passaram a trabalhar como empregados de plantadores de fumo na região ou tentavam vender suas terras e se mudaram para Gravataí, Cachoeirinha e Porto Alegre, deixando as canas morrerem no mato.¹⁴⁹⁷

¹⁴⁹³ EDITORIAL. *Guarda Velha*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 22, p. 2, 20 abr. 1988. Lê-se no mesmo Editorial: “[...] entregaram ao Odone uma bomba.” Ibidem. Em agosto do mesmo ano, Odone Pires foi lançado candidato a deputado. Ver: PMDB lança Odone deputado em 90. *Guarda Velha*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 38, p. 11, 13 ago. 1988.

¹⁴⁹⁴ FEPLANA. *Boletim Canavieiro*, Rio de Janeiro, a. VI, n. 67, p. 4, abr. 1989. De fato, desde 1988, o IAA teve agravada a sua crise. No final de 1987, houve intervenção do Ministério da Indústria e Comércio no Instituto, culminando com a privatização das exportações pelo Decreto de 22/12/1987. FEPLANA. *Relatório das Atividades*. Rio de Janeiro, 1988. Acervo da AGASA. Nos registros do IAA, a participação da AGASA na safra 1987/1988 foi de 72.138 sacos (50kg). Ver correspondência do Presidente da FEPLANA Amaro Gomes da Silva enviada à Associação dos Fornecedores de Cana do Nordeste em 28 jun. 1988. Acervo da AGASA.

¹⁴⁹⁵ Ata nº 127 da CIPA, de 03/08/1988. Documentos avulsos. Acervo da AGASA. A ata está no ANEXO SSS.

¹⁴⁹⁶ Dentre as manchetes presentes na imprensa local, lêem-se: AGASA não incentiva. AGASA está em dia. AGASA chegou a comprar carne para acampamento escoteiro. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. X, n. 253, p. 1, 1º set. 1988.

¹⁴⁹⁷ Relação de fornecedores de cana cujos débitos deveriam ser cobrados judicialmente, elaborada por Mário Andreoli Lemos em 17 jul. 1987. Outra relação de fornecedores de cana com saldo devedor no Bannisul, datada de 21 jan. 1988, aponta 77 nomes e valores da dívida. Documentos avulsos. Acervo da AGASA. O recuo ao financiamento diante do temor da dívida e de seus juros fazia reduzir o interesse dos fornecedores de cana. Por exemplo, em 1987, somente 156 canavieiros estavam plantando cana financiada que atingia apenas 57,5 ha de cana plantada e 267,25 ha de soqueiras. Correspondência do Departamento Agrícola enviada ao diretor-presidente da AGASA em 19 out. 1987. Documentos avulsos. Acervo da AGASA. Os censos são indiciários da partida. Para Santo Antônio da Patrulha, cuja área era de 1.323,0 km², os números apontam: Censo de 1970 (53.626 hab.); Censo de 1980 (41.257 hab.). Em 1987, a estimativa para 1990 era cair para 37.357 hab. RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Indústria e Comércio. Divisão de Estudos Sócio-Econômicos e Desenvolvimento Regional. *Aspectos sócio-econômicos dos municípios do Rio Grande do Sul: 1986/1987*. Porto Alegre: Central de Informações e Análises Econômicas, [1988].

Na busca da reversão do abandono canavieiro, foram tentadas medidas, conforme relata Odone Pires, o diretor-presidente naquele período:

Quando eu assumi a AGASA como presidente, ela estava com ociosidade de 90%. [...] Na administração anterior foram produzidos cinquenta mil sacas. Eu fiquei um ano e implantei uma política diferente. A AGASA tem a safra e a entressafra. [...] Ela tem seis meses que parava e seis meses de produção. Então, naquele período em que a AGASA parava, eu comecei a trazer açúcar de São Paulo em sacas de cinquenta quilos e empacotava em dois quilos. Quer dizer, aí não parava, ficava sempre trabalhando. [...] E comecei a trazer cana de Butiá. Tinham quinze a vinte caminhões que puxavam cana, dia e noite, lá para a AGASA, além da nossa produção dos canavieiros da região. Nós estávamos com ociosidade de 90%. [...] No primeiro ano eu já produzi vinte mil sacas a mais. [...] **O colono estava desestimulado. Havia um desestímulo porque tinha 687 canavieiros devendo no Banrisul, e seus bens iam à penhora, iam a leilão. Estavam penhoradas as terras deles, tudo, tudo, o gado, os bois, todo o material deles estava penhorado. Eu marquei uma audiência com o presidente do Banrisul, Ricardo Russowski, e o diretor rural do Banrisul, e eu coloquei a eles que essa dívida dos canavieiros ia tudo a leilão. Disse a eles que essa dívida, para o banco representava um pingo d'água no oceano, mas, para os canavieiros era a vida deles.** Era tudo o que eles ganharam na vida deles. Eles iam entregar para o banco. Essas pessoas iam abandonar a colônia, iam morar nas periferias, como hoje; aumentar o tóxico, a prostituição e o roubo. Eu acho que não era por aí a coisa. Era um retrocesso muito grande. Tinha que segurar essa gente aqui. Eu queria uma anistia para essa gente. [...] O presidente do Banrisul pediu que eu fizesse uma ação judicial. Pediu que os canavieiros procurassem um advogado. Ao invés deles procurarem um advogado, o departamento jurídico da AGASA fez uma petição só. E assim foi feito. Em 60 dias foi julgado, e os 687 foram beneficiados. Ninguém pagou um centavo. [...] E ao invés deles pedirem financiamento, a AGASA passou a financiar. No primeiro ano eu financiei quinhentos hectares, e o canavieiro não pagava juro. E com o lucro que já tive no período que fiz, eu financiei quinhentos canavieiros, sem juros. Financiei o calcário, o adubo, tudo, tudo. Houve uma procura muito grande. O maquinário, antes eles pagavam por hora. Passaram a pagar só o óleo. [...] **E enxuguei a máquina. Fiz enxugamento de funcionários. [...] A intenção do governo era fechar a AGASA. Mas eu viajei a Pernambuco, e de lá ia trazer açúcar demerara, que é o açúcar mascavo. Ele viria até o Guaíba, e de lá íamos transportar à carreta aqui para a AGASA. Nós íamos refinar ele para ficar branquinho. Mande para o IAA pedir autorização, mas infelizmente o próprio secretário de Indústria e Comércio não me autorizou. Ia ser uma das empresas de maior rentabilidade do Litoral Norte.** [...]

Eu reuni as cooperativas da região e fiz proposta para uma cooperativa central reunindo cooperativa de arroz, cooperativa de banana, todas da região, com o nome de AGASA. Só que a gente queria uma dilatação do prazo do ICM. O governo chegou a dar o sinal verde. Mas em trinta dias eu fui chamado às pressas na Secretaria de Indústria e Comércio do Estado para tornar sem efeito. Então não se entendia o que era. **Mas eu era cotado a deputado estadual... Fui demitido. Por isso que eu digo que a AGASA iniciou por política, foi encaminhada por política e terminou por política.**¹⁴⁹⁸

De fato, na imprensa regional, se encontram chamadas de primeira página onde se lê: “AGASA – plante que ela garante. Financie sua plantação e soqueira de cana pela própria

¹⁴⁹⁸ Depoimento de Valmir Odone Pires concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 21 maio 2005. (Grifo nosso).

empresa pagando com quilos de cana quando colher sem juros e correção. Administração: Odone Pires.¹⁴⁹⁹

Em agosto de 1989, a ASFORCA vislumbrava que o fechamento da AGASA estava próximo. Inclusive os canavieiros apelaram ao governador Pedro Simon, diante da safra em curso. O presidente, ao solicitar auxílio financeiro para a Associação, informou à Secretaria Especial de Ação Comunitária da Presidência da República, naquela altura, que, depois de contar com 1729 colonos cadastrados na Associação, contava apenas com 334, visto a falta de estímulo à produção. Ao que afirmou: “Caso não haja incentivo imediato aos colonos estaremos na iminência do fechamento da AÇÚCAR GAÚCHO S/A – AGASA, empresa que está prestes a encerrar suas atividades por falta de matéria-prima.”¹⁵⁰⁰

Nem mesmo a reativação do Conselho de Desenvolvimento do Litoral (CODEL), em 1988, anunciara perspectivas animadoras para a AGASA.¹⁵⁰¹

O próprio Parecer de Auditoria do governo do Estado relativo a 1989 foi taxativo:

Face à constatação de passivo a descoberto, decorrente, sobretudo, dos resultados operacionais negativos verificados nos últimos exercícios, que vem agravando a situação financeira e econômica da Entidade, comprometendo substancialmente sua capacidade de pagamentos, torna-se imperiosa a tomada de medidas saneadoras para o equilíbrio e continuidade dos negócios da Empresa.¹⁵⁰²

Na imprensa, no mesmo ano, lê-se:

A televisão nos mostrou, há poucos dias, uma triste realidade – o abandono e o sucateamento das instalações da Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA, inviabilizando tantos **sonhos acalentados** pelo Rio Grande do Sul, de se tornar auto-suficiente na produção de açúcar. [...] **O insucesso se repetiu. O desânimo chegou. A rotina, novamente nos angustia, na previsão de legarmos às novas gerações mais um elefante branco.**¹⁵⁰³

Essa era a leitura passada na imprensa quase ao raiar do ano de 1990, o derradeiro da AGASA, refrão presente em outro jornal que assim se referiu à usina.

¹⁴⁹⁹ FOLHA PATRULHENSE. Santo Antônio da Patrulha, a. X, n. 269, p. 1, 22 dez. 1988. Em 1988, a cana produzida no Rio Grande do Sul totalizou 1.018.530 t. Os municípios com maior produção foram Santo Antônio da Patrulha (109.000 t.); Porto Xavier (44.425 t.); Osório (39.425 t.); Butiá (36.000 t.) e Palmeira das Missões (35.000 t.). Esses dados encontram-se na obra organizada pela Fundação de Economia e Estatística: *Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul*. 1989. Porto Alegre: FEE, 1989. p. 215-218.

¹⁵⁰⁰ Correspondência enviada pelo presidente da ASFORCA, José Luiz Correia de Andrade, ao sr. Nelson Proença, da Secretaria Especial de Ação Comunitária da Presidência da República em 17 ago. 1989. Documentos avulsos. Acervo da AGASA.

¹⁵⁰¹ LITORAL Norte e o CODEL. *Guarda Velha*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 45, p. 9, 1º out. 1988.

¹⁵⁰² RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria Geral do Estado. *AGASA – Açúcar Gaúcho S.A. Santo Antônio da Patrulha*: parecer de auditoria: exercício de 1989. Porto Alegre, 1990. p. 1.

¹⁵⁰³ MAIS um sonho desfeito. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, p. 10, 27 jul. 1989. (Grifo nosso).

[...] o grande elefante que ontem deu muitas alegrias ao dono do circo, hoje se encontra enfermo. É exatamente assim que se encontra a Açúcar Gaúcho S/A (AGASA), localizada no município de Santo Antônio da Patrulha. A falta de produção provocada pela total descapitalização do pequeno produtor de cana, aliada a problemas de solos indevidos, clima e falta de mecanização, fizeram com que o grande elefante amargasse no final de 1989 um patrimônio líquido negativo de NCR\$ 750 mil, e uma dívida de ICMS e Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) de NCR\$ 1,6, milhão, acumulada ao longo dos anos. **Para tentar voltar aos bons tempos, a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul aprovou, no mês de dezembro, um projeto de lei de desestatização da AGASA, que foi autorizada a funcionar como cooperativa por 180 dias. Esta é a última cartada para sair do vermelho.**¹⁵⁰⁴

Estava completando-se a volta. O projeto da AGASA – que nascera no seio de uma cooperativa, fruto da organização dos pequenos produtores de cana do Litoral Norte do Rio Grande do Sul; depois apropriado pelo PTB de Brizola, que alavancou a usina, dando início à sua construção – teve sua derrocada no Estado militar, que a inaugurou em 1965, traçou a sua conduta e direção, e não conseguiu mantê-la de pé. Ao contrário, além de não conseguir administrar os reveses e limites de sua infra-estrutura, sobretudo pautada pelo caráter a ela imprimido, não manteve os laços de pertencimento dos canavieiros à usina, por eles sonhada e arquitetada.

Aliás, eram eles os reais agentes sustentadores da indústria, que só funcionaria a partir do seu trabalho. Com suas canas, as moendas girariam. Sem elas, estariam caladas. Para ter-se uma idéia, a AGASA tinha uma capacidade operacional de 130 mil toneladas de cana, e, em 1989, recebeu apenas 300 toneladas, que se transformaram em 12.100 kg de açúcar. Isso indica a ociosidade de 97% da usina. De melaço, a produção chegou a 512.408 kg, operando com apenas 80 funcionários, quando em outros tempos os números eram muito superiores e a procura intensa.¹⁵⁰⁵

Nessas condições, haveria possibilidades de vingar a ressurreição da prática cooperativa?

¹⁵⁰⁴ CANA-DE-AÇÚCAR. AGASA vira cooperativa para vencer a crise. *O Interior*, Porto Alegre, p. 6, 18 a 24 jan. 1990. (Grifo nosso).

¹⁵⁰⁵ Idem. Ibidem. O rendoso comércio do melaço promovido pela AGASA articulava uma ampla rede de compradores antes da implantação da destilaria, o que não foi recuperado após sua desativação. É interessante averiguar o rol dos municípios que foram clientes do melaço produzido na AGASA, bem como conferir as publicações ao produto dirigidas, com o intento de difundir o seu uso, com vantagens, na alimentação animal. Ver: ANEXOS TTT, UUU, VVV e XXX.

5.2.1 Uma cooperativa para salvar a Açúcar Gaúcho S.A. e a onda de privatização

Já em 1975, o advogado Affonso Penna Kury, que batalhara para a criação da AGASA, através da atuação da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda., diante da crise que agudizava a situação da usina, propôs, em alta voz, na imprensa patrulhense, que a única saída para salvá-la seria através da organização de uma cooperativa, além de outras duas medidas:

[...] tirar da usina o seu caráter empresarial e fazer com que cumpra suas finalidades sociais e transformação da estrutura da Usina de S.A. em Cooperativa, porque assim ela poderá distribuir os lucros entre os associados, na exata proporção da cana que entregarem.

Outro fator negativo para uma safra maior de cana-de-açúcar: na zona de minifúndio os morros são geralmente pedregosos, impedindo a mecanização e conseqüentemente, diminuindo a produção. Em 1974, a produção de açúcar da AGASA, atingiu em números exatos 101 mil e oitocentos sacos com um lucro líquido de 500 mil cruzeiros. **Para que a usina siga sua orientação de S.A. precisaria produzir, no mínimo, 400 mil sacas por ano.**¹⁵⁰⁶

Para quem acompanhou *pari passu* a história da AGASA, desde a sua idealização, como o advogado Kury, a retomada do princípio norteador projetado para a agroindústria canavieira seria a chave da sua salvação. Ela somente manter-se-ia viva se cumprisse com a finalidade social. Essa convicção se firmava na proporção do distanciamento do projeto original, evidente na falas dos pioneiros da Cooperativa Canavieira. Essa compreensão é a tônica das suas posições diante do que viam acontecer na usina, ano após ano. Entretanto, o rumo empresarial foi o mantido até a agudização da crise. Diante dela, duas foram as intenções em cooperativar a usina, nesta altura em que ela se encontrava em estado terminal: uma vinda do Estado e a outra do INDECOOP (Instituto de Desenvolvimento do Cooperativismo), sediado em Nova Petrópolis entre 1982 e 2003.

Na proposta do Estado, seriam agregadas a AGASA e a CORLAC no Litoral Norte. Uma grande cooperativa reuniria, no primeiro momento, produtores de leite e de cana, que poderiam vir a assumir os negócios das duas estatais. A informação veiculada era de que a nova entidade não teria donos, e sim seria acessível a todos que quisessem produzir.¹⁵⁰⁷ A segunda veio de uma organização voltada ao cooperativismo, sediada em Nova Petrópolis,

¹⁵⁰⁶ KURY: para a AGASA progredir deve ser transformada a estrutura da usina, de S.A. em cooperativa. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 35, p. 3, 18 jun. 1975. (Grifo nosso).

¹⁵⁰⁷ Matéria de página inteira apresenta detalhes da constituição e funcionamento da Cooperativa com as duas estatais. Ver: CRIAÇÃO de Cooperativa para assumir a AGASA e a CORLAC no Litoral Norte. *Guarda Velha*, Santo Antônio da Patrulha, n. I, n. 46, p. 13, 08 out. 1988.

que segue a orientação e o exemplo do Pe. Amstad,¹⁵⁰⁸ considerado o pai do cooperativismo no Rio Grande do Sul, apoiando iniciativas de organização de cooperativas nos municípios gaúchos. Um dos seus militantes atuantes, Emiliano Limberger, informou com detalhes os trâmites da tentativa de salvar a AGASA, quando ela se encontrava na *encruzilhada*. Suas lembranças, cruzadas com as de Delmo Tedesco, funcionário por muitos anos da usina, possibilita entrever o processo de salvamento a que se dedicaram na liderança das reuniões que se sucederam nas dependências da AGASA. Evocando a origem da usina, lembra Limberger:

[...] em 58 surgiu o que então chamaram a Cooperativa Canavieira de Santo Antônio Limitada, e que foi a precursora da AGASA. Coisa estranha. Eu não consegui ainda buscar o dado por que ela não se transformou ou teve a oportunidade de ser a própria AGASA. Porque AGASA foi uma iniciativa estatal. E esse foi, eu acho, o equívoco cometido nessa pretensa solução do problema. Se tivesse talvez partido dessa cooperativa, talvez o resultado teria sido diferente. E depois, então, face à questão da própria AGASA fracassar como empresa estatal como tantas outras, a CORLAC, por exemplo, partimos para salvar essa indústria, organizando, então, a cooperativa mista de canavieiros. Ou seja, produtor de cana do setor primário com os trabalhadores da indústria. E esse foi o primeiro passo de novidade em organização de cooperativas entre nós. Parece que até do Brasil teria sido a primeira iniciativa de organização juntando os dois segmentos: produção primária e produção secundária industrial. Ela foi organizada. Eu tenho aqui o estatuto. Inclusive houve até Lei Estadual no tempo do governo Simon. Mas, posteriormente, interesses diversos, inclusive de políticas locais pela disputa entre Osório e Santo Antônio e interesses partidários, infelizmente invalidaram que esta organização pudesse realmente ter funcionado. A base da organização foi toda operacionalizada em três anos de trabalho, visando transformar a AGASA em Cooperativa Mista.¹⁵⁰⁹

Limberger concebe a cooperativa como uma organização do povo, de gente simples para a defesa da economia popular. E com essa perspectiva social focou a situação dos pequenos canavieiros do Litoral Norte: “[...] o produtor primário não tinha preço suficiente. Ele não participava do valor agregado. Ele não tinha participação nenhuma no resultado da AGASA.”¹⁵¹⁰ Diante da intenção de Limberger de formar uma cooperativa e de sua insistência nisso, relatou ele que foi destacado pelo prefeito de Santo Antônio da Patrulha, um funcionário da usina para auxiliá-lo.

[...] um rapaz para nos acompanhar, que tinha o departamento técnico. Foi o Delmo Tedesco. Então fomos escutando as queixas que eles tinham. Então era falta de transporte, estrada ruim, falta de tratores e uma série de coisas. Então, a partir disso,

¹⁵⁰⁸ Sobre sua biografia e sua atuação, examinar: LIMBERGER, Emiliano J. K. Amstad & o cooperativismo na região de Gramado. In: DAROS, Marília; BARROSO, Véra Lucia Maciel. (Org.). *Raízes de Gramado*. Porto Alegre: EST, 1995.

¹⁵⁰⁹ Depoimento de Emiliano J. K. Limberger concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2001.

¹⁵¹⁰ Idem. É consensual, nos depoimentos acerca desse momento final da usina, que o objetivo da AGASA não era visar ao lucro, era ajudar os agricultores da região. Um exemplo pontual é o depoimento de Izidoro Francisco Rancheski concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 21 maio 2005. (Grifo nosso).

nós começamos a colocar. “Mas escuta, quem sabe para melhorar isso aí, já que agora o Estado se conscientizou que não vai continuar a manter e bancar a AGASA, ela vai, ou ser privatizada, ou vai para uma companhia, uma empresa capitalista ou vai fechar pelo Estado... Será que nós não podemos tentar organizar tanto produtores quanto trabalhadores para tentar salvar...?” **É claro que para eles a idéia de salvar AGASA pegou bem, porque sobreviviam disto por gerações. Se não tivesse AGASA, fracassariam.** E então começaram, é claro, com muitas objeções. E aí uma dessas era juntar os dois times: produtores e funcionários. [...] Começou com uns 20. Depois uns 150, entre produtores canavieiros e funcionários.¹⁵¹¹

O rumo foi infrutífero. Afirmou o cooperólogo que é mais fácil desagregar o átomo do que mudar mentalidades. E, em se tratando de produtor primário, mais difícil ainda é o processo de ruptura. Entretanto, quando parecia avançar a cooperativa mista, depois de várias reuniões, conversas, visitas nas lavouras; de curso oferecido a canavieiros e funcionários em Nova Petrópolis, o que aconteceu? “A politicagem venceu”, arrematou Limberger. E Delmo Tedesco detalhou:

[...] o Emiliano não saía daqui, lá da AGASA. [...] **Eu acho que teve uns dois ou três cursos de cooperativismo. [...] Eles voltavam entusiasmadíssimos. Eles achavam o veículo cooperativismo a coisa melhor. Sabe, eles achavam que seriam donos também, aquela coisa toda. Iam se interessar mais em plantar porque era deles a cooperativa, seria deles também. Então é... E eles podiam mandar, inclusive. Mandar porque eles tinham força ativa dentro da cooperativa. Eles podiam chegar, reivindicar, falar e expor as suas idéias. E a AGASA ia ser de todos. Então eles achavam que a cooperativa era uma saída. [...] Eu tenho certeza de que um fornecedor ia pedir para o outro plantar. É uma coisa que eles iam ter todo o controle da empresa na mão deles. Mesmo porque, em assembléia, eles podiam usar de força. E eles não tinham a AGASA. Diziam assim: “Tem gente lá só para ganhar dinheiro.” [...] Nós fazíamos reunião dentro do ensacamento. [...] Nós já tínhamos diretoria tudo escolhida, eleita por nós. Um belo dia chegou um político e bateu com o pé no chão que queria participar da diretoria. [...] Aí o pessoal foi se retirando, não foram acreditando mais naquilo ali e terminou. [...] O Emiliano ainda insistiu até a última hora, mas cansou. Não veio mais.**¹⁵¹²

O presidente da Fundação dos Funcionários da AGASA,¹⁵¹³ Sílvio Martins da Rosa, ainda alimentado com a semente lançada pelo INDECOOP e não se dando por vencido, demonstrava esperança, mas também temores, face à desilusão dos canavieiros. Entrevistado naquela ocasião, disse: “Temos que atacar a raiz do problema que é a desilusão do plantador de cana, com os preços praticados no mercado.”

¹⁵¹¹ Depoimento de Emiliano J. K. Limberger concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2001. (Grifo nosso).

¹⁵¹² Depoimento de Delmo Tedesco concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 25 fev. 2000. (Grifo nosso).

¹⁵¹³ Fundada em 10 abr. 1979, com o objetivo social e recreativo. Sua primeira diretoria: Mário Andreoli Lemos (presidente); Paulo Dapper, Dilço José Gularte e Sílvio Martins da Rosa (diretores); Domingos Moreira Goes, Renato Mesquita Prestes e Alceu Krás Dimer (conselheiros fiscais); Manoel Coelho Bittencourt, Érico Jorge Gimenez Bonfim e Demerino dos Santos Nunes (suplentes). A AGASA doou uma área para sediar um campo de futebol. FUNDAÇÃO dos empregados da AGASA. *Correio do Litoral*, Osório, Santo Antônio e Tramandaí, a. II, n. 63, p. 6, 20 jul. 1979.

A seguir completou: “Hoje uma tonelada de cana custa 162 cruzados novos e um saco de adubo, no início do mês de janeiro, custava 120 cruzados.” E foi mais longe na sua análise: “O pequeno produtor gasta hoje 10 mil cruzados para implantar um hectare de cana, aonde vão cerca de 8 toneladas de mudas, com um rendimento de 70 por cento por hectare, que daria um valor de 11.340 cruzados, se comercializados a preços atuais.” Arrematou ele: “O produtor só vai ter lucro é no segundo corte, mas aí o que cai é o rendimento por hectare.”¹⁵¹⁴

No âmbito do Estado, em agosto de 1989, foram divulgados os resultados a que chegou a comissão da Assembléia Legislativa criada para estudar o destino da usina:

A melhor solução para a Açúcar Gaúcho S.A. (AGASA), estatal em vias de privatização pelo Estado, é a formação de uma Cooperativa integrada ao sistema já existente no Litoral Norte. Assim concluíram os deputados da Comissão de Serviço Público da Assembléia Legislativa, após reunião com prefeitos e vereadores de Osório e Santo Antônio da Patrulha, sindicatos, cooperativas, canavieiros e funcionários.¹⁵¹⁵

A privatização seria pelo método cooperativo, devendo concorrer à licitação apenas empresas ou grupos gaúchos, ao contrário do projeto do Executivo, que permitia a habilitação de interessados de fora.

O deputado Azevedo, representante da região canavieira, colocou-se contrário à privatização, indicando que a falta de operacionalidade da AGASA cabia única e exclusivamente à incompetência administrativa do PMDB. O então líder da bancada do PFL explicou que o consenso da região, conforme documento a ele entregue, era de que a estatal passasse por uma reestruturação, com o afastamento das ingerências políticas, que prejudicaram o funcionamento da usina.

Por conseqüência, no início de 1989, dos cerca de 2.000 fornecedores de cana cadastrados naquela altura, sobravam apenas 371, representando em torno de 20% do número que inicialmente projetou a indústria açucareira. Dada a crise, o Rio Grande do Sul estava importando um bilhão de litros de álcool e 100 mil litros de cachaça por ano.¹⁵¹⁶ Na imprensa, o deputado pefelista mobilizou interessados na solução cooperativada, em

¹⁵¹⁴ CANA-DE-AÇÚCAR: AGASA vira cooperativa para vencer a crise. *O Interior*, Porto Alegre, p. 7, 18 a 24 jan. 1990. (Grifo nosso).

¹⁵¹⁵ AGASA: deputados apelam a Simon. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 23 ago. 1989. O deputado Antonio Carlos Azevedo tinha sua base na região, e, como líder da Bancada do PFL, liderou a formação de uma comissão de representação para acompanhar ações relativas ao patrimônio da AGASA e ao destino de seus funcionários. Examinar: Ofício nº 236/89, do deputado Antonio Carlos Azevedo encaminhado a Marlene T. F. Goularte, presidente da ASFORCA em 17 jul. 1989. Ofício do deputado Antonio Carlos Azevedo, encaminhado ao deputado Gleno Scherer, presidente da Assembléia Legislativa, em 15 ago. 1989. SITUAÇÃO da AGASA preocupa deputado Antonio Carlos Azevedo. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, p. 7, 17 ago. 1989.

¹⁵¹⁶ AZEVEDO: privatização da AGASA não agrada canavieiros. *Guarda Velha*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 88, p. 9, 29 jul. 1989.

resistência ao encaminhamento do poder Executivo, que sustentava a privatização.¹⁵¹⁷ Contrapôs uma saída, junto com os prefeitos de Osório e de Santo Antônio da Patrulha, através de proposta de emenda ao projeto de privatização do Executivo, expressa na lei de nº 92/89. Para seu artigo 3º, Azevedo sugeriu nova redação, com o aditamento de quatro parágrafos:

Art. Terceiro – O Poder Executivo poderá transferir o patrimônio da AGASA à Sociedade Cooperativa de Segundo Grau desde que esta, no prazo máximo de 180 dias, contados da publicação desta lei, lhe encaminhe o respectivo projeto de viabilidade econômico-financeira e que o mesmo seja aprovado pelo Poder Legislativo.

§ Primeiro – A Cooperativa a que se refere este artigo deverá abranger toda a região através de uma Cooperativa de Segundo Grau, cujas cotas de capital serão integralizadas pelas Cooperativas singulares já existentes na região ou a serem criadas para esse fim.

§ Segundo – O Patrimônio da AGASA será transferido para a Cooperativa de Segundo Grau mediante valor simbólico, passando esta a dispor de todos os bens patrimoniais, livres de qualquer ônus, dívidas e encargos.

§ Terceiro – O Estabelecimento Industrial Cooperativo a ser constituído deverá operar num prazo máximo de 12 anos contados da data da transferência patrimonial e deverá manter-se em operação por um período mínimo de 10 anos. Caso contrário, retornará para o Estado o patrimônio que lhe tenha sido transferido.

§ Quarto – Compete ao Estado, antes da transferência, absorver e manejar os atuais funcionários, resguardando à Cooperativa o direito de obter a disposição destes, com ônus a ela.

§ Quinto – A partir da vigência desta Lei, o Estado fica autorizado a destinar recursos necessários para sanear e manter intacto o atual patrimônio da AGASA S/A, por ocasião da transferência do patrimônio.¹⁵¹⁸

Dias antes, em 21 de agosto de 1989, na Assembléia Legislativa, o deputado Azevedo presidira uma reunião da Comissão de Representação da AGASA. Composta, dentre outros, pelos prefeitos de Santo Antônio da Patrulha Sílvio Miguel Fofonka, e de Osório, Ciro Simoni, a Comissão ouviu os depoentes. Ivo Stoffel, presente foi categórico:

Estive vinculado à AGASA desde 1964. Vivi a parte áurea e a menos eufórica desta empresa. Sem emoções, temos que reconhecer que a AGASA, hoje, é inviável, tendo, porém durante vinte anos, cumprido todas as missões, inclusive a social. Todos que conhecem a realidade da empresa e da região sabem que ela é inviável. A aquisição de um terreno, quase um banhado, para a sobrevivência da empresa, foi um gesto de desespero. A substituição da mão-de-obra por máquinas também foi um gesto de desespero da empresa. Quem está ligado ao setor rural entenderá a minha comparação. Se fôssemos plantar arroz, tracionando o boi, fazendo taipa com pá, como era feito quando foi fundada a AGASA, ninguém mais plantaria arroz. A cana-de-açúcar também se modernizou em outros centros, mas foi impossível modernizá-la na nossa cultura minifundiária. Assim, somos obrigados a produzir açúcar pelo mesmo preço de São Paulo, que produz, mas mecanicamente. Só a colheita representa mais de 50% do custo do preço da cana. Temos que procurar alternativas para a AGASA. Nas mãos do Estado, é o último ano de funcionamento; no ano que

¹⁵¹⁷ AGASA: comissão de representação se reúne na 2ª feira: funcionamento da AGASA. *Guarda Velha*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 91, p. 7, 19 ago. 1989.

¹⁵¹⁸ AZEVEDO preocupado com a situação da AGASA. *Guarda Velha*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 95, p. 3, 15 set. 1989.

vem, não haverá matéria-prima. Assim, também nas mãos do particular não vai funcionar, porque ele terá problema da falta de matéria-prima. Se formos privatizar, sempre haverá gente que compre aquilo e faça uma sucata. Temos que privatizar a AGASA, mas torná-la rentável em outros projetos. O Estado dificilmente injetará dinheiro; o setor privado não terá recursos. Os recursos têm que sair do próprio passivo, isto é, da AGASA, para novos projetos. **Só quem poderá fazer isto são as próprias comunidades, desde Santo Antônio da Patrulha até Torres. [...] É preciso criatividade.** Não temos mais condições de fazer com que aquela comunidade produza cana-de-açúcar o suficiente para movimentar a capacidade da empresa.¹⁵¹⁹

Em direção ao encerramento das atividades da AGASA, a comunidade foi lembrada para impedir seu fim; quando, é bom lembrar, foi no seu seio que ela germinou. Fato é que a idéia de privatização alimentada pelo Estado, paralelamente, fora recebida com descrédito, perceptível por várias matérias a respeito veiculadas, como esta que apresenta o depoimento do próprio funcionário do departamento comercial da usina, Alberi Peixoto, que frisou:

[...] ao contrário do ano de 1989, nesse início de ano a usina não está prestando nenhum serviço significativo. Até 1989, a AGASA era avalista dos 198 fornecedores, no Banrisul. O sistema de avaliação citado por ele era semelhante ao sistema troca-troca, onde o produtor levava 3 sacos de adubo e se comprometia a devolver com X toneladas de cana. Neste ano de 1990, tudo mudou; a usina não mais assinou à esquerda, e foi obrigada a vender o adubo com preço à vista. Até houve gente que não plantou, pois não tinha dinheiro para adquirir o adubo. O único serviço que está sendo realizado pela Açúcar Gaúcho é o empréstimo de uma patrula para fazer a lavração. É o máximo que podemos fazer.¹⁵²⁰

Em julho de de 1989, a cachaça chegou a ser apontada como a solução da AGASA, a saída para a crise da região e, sobretudo, para “os males dos brasileiros”. É o que insinua o Editorial do Jornal Guarda Velha, em 7 de julho de 1989.

Mais uma vez a AGASA volta ser assunto na Região. E mais uma vez a tônica é a privatização da empresa pretendida pelo Governo do Estado. A AGASA, ano após ano vem dando prejuízo, principalmente ao seu acionista majoritário, o Governo Estadual.

A tese da privatização vai ganhando adeptos a cada dia que passa. Como se sabe que o governo administra mal, talvez seja esta a solução. O produtor de cana, ano a ano vai plantando menos, porque o preço do produto não compensa. O Estado vai pagando a conta da inoperância da estatal e por via de consequência o contribuinte é quem realmente desembolsa.

A idéia aventada nesta semana [...] de ser privatizada a AGASA, transformá-la numa grande produtora de cachaça pode finalmente levar aos consumidores de todo o país o tão propalado produto patruhense, mas que só é conseguido se um amigo leva de presente.

¹⁵¹⁹ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Depoimento de Ivo Stoffel na Reunião de Representação da AGASA sob a presidência do deputado Antônio Carlos Azevedo em 21/08/1989, p.20. (Diretoria de Taquigrafia). (Grifo nosso).

¹⁵²⁰ Papéis diversos. Documentos avulsos. Acervo da AGASA. Em agosto de 1989, o presidente da Fundação AGASA encaminhou um ofício de apelo aos deputados estaduais, com vistas à solução das dificuldades da empresa. Verificar ANEXO ZZZ.

A cachaça rende muito mais que o açúcar. Afinal, de alguma forma é preciso afogar as mágoas, as inflações, os planos econômicos. É na “Pura” que o pobre brasileiro que não pode comprar o pão e o leite e a carne busca coragem para enfrentar a vida, as filas, as notícias de escândalos impunes e tentar “reliquias” do nosso pequeno grande e surrado Brasil.¹⁵²¹

Em meio à situação que se agravava, sem avançar a ressurreição via outra cooperativa, o drama dos canavieiros do Litoral Norte resvalava no cenário das realidades nacional e regional, que, em 1989, se mostrava mais emblemático. As mudanças dirigidas pelo governo Collor de Mello, nesse ano eleito, foram, sem dúvida, impactantes nas regiões canavieiras.

Com a desregulamentação da produção e do mercado implementada então, acabou por desmontar o modelo vigente desde a década de 1930, que protegera a economia sucroalcooleira no Brasil, durante mais de meio século. Assim, a guinada neoliberal do Estado brasileiro acabou por promover a falência de usinas, não só no Nordeste. Em Minas Gerais, por exemplo, ocorreram movimentos sociais de resistência num processo de rearticulação do complexo açucareiro dirigido pela nova ordem, que resultou em mudança de seu perfil.¹⁵²²

No Extremo-Sul, o que se verá, no rumo da queda da sua única usina, é que açúcar não teria mais vez. Os sinais eram evidentes. Um deles é o número de fornecedores de cana no final de 1989, quando a última safra estava em finalização: só restavam 198. Onde estariam, então, os outros, cerca de 1.800 canavieiros filiados? Os mais velhos morreram. Dos jovens, a maioria descera o morro. E a tradição canavieira, como ficara? A Auto-estrada, construída na década de 1970, com seu ritmo veloz, sugara muitos, na promessa de trabalho menos penoso e salário certo ao final do mês. Os que haviam partido vinham buscar os que ficavam. Fábricas de calçados passaram a ser o chamariz, através da interiorização das suas matrizes à caça de mão-de-obra barata, sem desalojá-la de sua casa. A matéria-prima vai ao lar, ou o ônibus busca e entrega o operário, em domicílio. Aparentemente sem *stress*, as ofertas passaram a valer mais e a exigir menos.

Os números confirmam a reversão da geografia humana e econômica operada no município patrolhense.

¹⁵²¹ CACHAÇA. *Guarda Velha*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 85, 07 jul. 1989, p. 2. (Grifo nosso). Ver também: PRODUÇÃO de cachaça pode salvar a AGASA. *Guarda Velha*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 85, p. 5, 07 jul. 1989.

¹⁵²² Verificar estudo de GOMES, Nilcéa Moraleida. Usinas de açúcar na Mata Mineira: indústria rural e lutas operárias, de 1920 a 1990. *Locus: Revista de História, Juiz de Fora: Núcleo de História Regional/EDUFJF*, v. 4, n. 1, p. 118-132, 1998.

Tabela 44 – Censos da população municipal de Santo Antônio da Patrulha – 1950/1980

Local \ Ano	1950	1960	1970	1980
Na sede	2.108	9.234	12.286	12.939
Total	67.292	54.738	53.626	41.357

Fonte: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. *Os municípios do Rio Grande do Sul: informações históricas, socioeconômicas e políticas*. Porto Alegre: Comissão de Estudos Municipais, 1985. p. 192.

Vivia-se em compasso de contagem regressiva. Ao encerrar-se o ano de 1989, se ouviu pela última vez o apito da usina, indicador do trabalho dos operários e da transformação da cana em açúcar branco, produzida pelos pequenos produtores dos morros. Chegara a derradeira data do fim do sonho.¹⁵²³ Impressionante foi o depoimento do último e único funcionário que a AGASA mantém até o presente, para *guardar* o silencioso complexo em ruínas.

Para resistir ao peso do gigante pavilhão da indústria, num dos seus recantos, Cláudio Antônio Souza dos Santos, *o Claudinho*, improvisou uma sala de estar, com mesa, uma poltrona maior, acompanhada de duas menores, e uma cozinha com um fogão, onde recebe amigos para conversar e recordar. Aliás, é o que tem feito diariamente, desde que ouviu o último apito da fábrica. Muito emocionado, em choro incontido, disse:

[...] não só para os funcionários, mas para os moradores da vila foi triste, porque a gente sabia que não ia ter mais volta. Estava a cada ano diminuindo a cana e os empregos aqui. Então foi triste, bem ruim a gente saber que não ia mais fazer açúcar aqui. [...]

Foi triste porque o pessoal estava sabendo que era a última moída naquele dia, o último fogo na caldeira. Tanto é que a caldeira tem uma válvula de escape que é um apito. Aí, aquele apito, quando vai acabar, o vapor expõe fora por ela. Aí toca tipo um berrante. E na hora daquele apito foi bem triste. Seria o último fogo daquela caldeira. [...] Foi no fim do ano de 1989.¹⁵²⁴

¹⁵²³ Os depoimentos não são unânimes quanto à data do último apito da usina. Para Dilço Goularte, teria sido em novembro de 1989. A contar de janeiro de 1990, a pauta dos encaminhamentos foi definir sobre o destino dos últimos funcionários, e tomar providências sobre a manutenção do patrimônio.

¹⁵²⁴ Depoimento de Cláudio Antônio Souza dos Santos – *Claudinho* – concedido a Vera Lucia Maciel Barroso em 10 jan. 2005.

5.3. O FECHAMENTO DA USINA: RASTROS ESCRITOS

O Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul de 10 de janeiro de 1990 publicou a Lei nº 8.977, de 9 de janeiro de 1990¹⁵²⁵ que autoriza o Poder Executivo a proceder a transferência do patrimônio da empresa Açúcar Gaúcho S/A. – AGASA:

PEDRO SIMON, Governador do Estado do Rio Grande do Sul.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembléia Legislativa decretou, e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à transferência do patrimônio da empresa Açúcar Gaúcho S/A. – AGASA, respeitados os preceitos legais, especialmente os relativos à proteção dos direitos dos acionistas minoritários.

Art. 2º - A transferência do patrimônio da AGASA somente poderá ser efetivada para cidadãos brasileiros ou empresas sediadas no país, com capital sob controle nacional.

Art. 3º - O Poder Executivo poderá transferir o patrimônio da AGASA à sociedade cooperativa de canavieiros da região e de funcionários da empresa, desde que esta, no prazo máximo de 180 dias contados da publicação desta Lei, lhe encaminhe o respectivo projeto de viabilidade econômico-financeira.

Art. 4º - No caso de impossibilidade de cooperativar a empresa no prazo fixado pelo artigo anterior, fica facultado ao Poder Executivo implementar a sua privatização, mediante licitação.

Art. 5º - Na análise das propostas serão levados em consideração o prazo da permanência da indústria no local, o prazo em que a indústria continuará operando com os sub-produtos de cana-de-açúcar, a garantia de trabalho aos empregados e a proteção e estímulo que serão dados aos produtores de cana-de-açúcar.

Art. 6.º - Na extinção da empresa, a incorporação de seus bens públicos somente serão efetivados, após prévia e expressa convenção entre o Poder Executivo e a empresa sucedânea, assegurando aos atuais empegados, pelo prazo de 2 (dois) anos, garantia de emprego ou seu remanejamento e reaproveitamento, após treinamento, para outros órgãos da administração direta, indireta ou fundacional, sediados no Município de Santo Antônio da Patrulha, ou Municípios limítrofes deste, de livre escolha dos empregados, desde que existente a necessária vaga no órgão escolhido.

¹⁵²⁵ Em maio de 1988, Pedro Simon, em visita a Santo Antônio da Patrulha, afirmou ao prefeito Onildo Rafaelli que o “Governo não tinha competência para dirigir a AGASA”. SIMON afirma: Governo não tem competência para dirigir AGASA. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. IX, n. 239, p. 1, 12 maio 1988. A cópia da Lei transcrita encontra-se no acervo da AGASA (documentos avulsos). Junto, encontra-se também cópia do Decreto nº 33.421, de 19/01/1990, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, que “Estabelece normas para a implementação da privatização da Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA.” Uma comissão técnica designada teria a finalidade de proceder à avaliação do patrimônio da empresa e formular estudos e trabalhos para o processo de privatização. Iniciava-se, então, um outro capítulo da história da AGASA, que não é objeto deste estudo. De imediato, a OLQUISA Oleoquímica S. A. Ind. e Com. apresentou projeto para impedir o *sucateamento* do parque industrial, já fechado. A proposição não foi de privatização, mas a *desestatização*, com o Estado deixando de manter o controle acionário e mantendo a iniciativa privada, que investiria majoritariamente na empresa. PROPOSTA DA OLQUISA – Oleoquímica S.A. Ind. e Com. *AGASA – Açúcar Gaúcho S.A.*, 1990. Datilografado. Segundo a exposição dos motivos da OLQUISA, teria o governador Leonel Brizola idealizado a AGASA “[...] dentro de uma **visão socialista**, com o objetivo de gerar empregos na indústria e no campo, evitando assim o êxodo rural.” (Grifo nosso). A proposta da OLQUISA não avançou. Verificar no ANEXO AAAA, a identificação e o inventário do patrimônio da AGASA, quando do seu fechamento, em 1990.

Art. 7º - Na extinção da empresa, o Poder Executivo e a empresa sucedânea convencionarão a garantia de trabalho dos atuais safristas, nas duas próximas colheitas.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 9 de janeiro de 1990.

Pedro Simon
Governador do Estado

Bernardo Olavo Gomes de Souza
Secretário de Estado da Justiça

Gilberto Mosmann
Secretário de Estado da Indústria e Comércio

Registre-se e publique-se

Cesar Augusto Schirmer
Secretário de Estado Extraordinário para Assuntos da Casa Civil

Em 1990, no quadro geral dos acionistas da AGASA, do total de 4.738.634.816.400 ações, apenas 0,008 era o percentual dos atores que idealizaram a usina de açúcar branco no Rio Grande do Sul e se organizaram para edificá-la.¹⁵²⁶ A esses poucos restara apenas a memória. A partir dela, para tecer a história, ficou o futuro do passado, de cujas ruínas, no tempo presente, sobraram fragmentos que podem indicar o rumo das comunidades, a partir do conhecimento de si, como suporte e pilar do edifício social construído através das articulações da sociedade civil organizada. Por tudo que viveu, Ivo Stoffel, conhecedor de perto dos morros da cana, vislumbrava uma saída através de uma cooperativa diversificada, longe do monopólio da cana, sem a obrigação de dar continuidade à produção de açúcar e álcool. Para Alberi Peixoto, privatizando ou não, “[...] o melhor mesmo é não deixar que o portão principal se feche para *nunca mais abrir*.”¹⁵²⁷ Os temores diante do fim eram fortes, expressos e expressivos.

¹⁵²⁶ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria Geral do Estado. *Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA – Santo Antônio da Patrulha: parecer e relatório de auditoria n. 16-01/91*. Porto Alegre, 1990. p. 10. No ano do fechamento da AGASA, o saldo de prejuízos acumulados apresentado no balanço, em 31 dez. 1990, era de Cr\$ 359.649.574,67. Idem, *ibidem*, p. 16. O patrimônio da AGASA foi avaliado, em novembro de 1990, em Cr\$ 480 milhões. O seu patrimônio reunia então 1.500 ha de terras; um posto de gasolina, com 58m²; 28 casas de alvenaria, com 1.162m²; um supermercado (desativado), com 364m² e uma área industrial, com 8.443m². RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Comissão de Economia e Desenvolvimento. *Ciclo de avaliação das estatais gaúchas: 2ª etapa: CINTEA, DAER, DAE, CONAB, CEASA, CORLAC, AGASA, PROGRASA, FPA*. Porto Alegre: CORAG, 1991. p. 77. Nessa publicação, a Comissão de Economia e Desenvolvimento da Assembléia retoma o discurso dos anos 1960, o do empobrecimento da região Litoral Norte. E aponta o cooperativismo como o canal da redenção da AGASA. Idem. *ibidem*, p. 78.

¹⁵²⁷ AGASA vira cooperativa para vencer a crise. *O Interior*, Porto Alegre, p. 6. 18 a 24 jan. 1990. (Grifo do autor). Quatro meses depois de fechadas as portas da AGASA, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Santo Antônio da Patrulha ouviu os 80 funcionários sobre o seu destino. A maioria pediu transferência para órgãos públicos da região, e alguns não se pronunciaram; os dois engenheiros agrônomos já estavam cedidos a outros órgãos do Estado, sem ônus para a AGASA, conforme fichas de qualificação profissional com registros de habilitação e opção de destino, de 07 maio 1990. Documentos avulsos. Acervo da AGASA. Nesse ano, levantamento aponta que, em Santo Antônio da Patrulha, 77,4% da população economicamente ativa recebia até dois salários mínimos, correspondente a 84,6% das famílias. Examinar: SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. Secretaria Municipal da Educação. *Plano Decenal de Educação: (1994-2003)*, 1993.

Fato é que os portões foram fechados, e a indicação de retomada de uma cooperativa, nos moldes da que idealizou a usina, foi abortada; nem gestada foi. Afinal, a desilusão e as resistências dos fornecedores de cana aos reveses acabaram por vencer o sonho. Qual sonho? O de conduzir e praticar o seu projeto. Ainda que sabotado, após renderem-se aos dois projetos de Estado, diante do executado, como visto, dele se afastaram. Deixaram os canaviais e partiram para a cidade. Sem os produtores de cana, as moendas calaram-se. Outras também, as poucas herdadas dos seus pais, que já não lhes eram mais tão familiares, ficaram imobilizadas.

Assim, com a AGASA silenciada, se reconhecia também que ela determinara o fim da era dos engenhos, de onde se gerava a produção artesanal que caracterizava a região até a implantação da usina. Se o capital investido na AGASA tivesse sido aplicado nas manufaturas do Litoral Norte, qual seria o seu cenário hoje?¹⁵²⁸ É a pergunta que muitos fazem desde o fechamento da Açúcar Gaúcho S.A. A imprensa do estado, em seus jornais diários de janeiro de 1990, é profusa em notícias sobre o fim da AGASA, como esta: “Agasa deixa de beneficiar 100 mil t de cana por ano – Quando o País escuta perplexo as notícias no abastecimento de álcool, aflora-se o debate sobre a destilaria gaúcha.” Nessa matéria, enquanto o presidente da Associação das Câmaras de Vereadores do Litoral Norte (ASCALNORTE), Leonardo Ribeiro, revelava o temor de que a empresa fosse adquirida por algum grupo alheio ao estado: “algum paulista, interessado em simplesmente aumentar suas cotas de participação no comércio interior e exterior de álcool”, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Antônio da Patrulha, Almiro Jesus de Andrade, externava sua preocupação com os trabalhadores, dizendo: “[...] se a AGASA fechar, muita gente vai ficar desempregada, situação grave para os que não têm outra opção, porque só sabem trabalhar com a cana.”¹⁵²⁹

O real era que chegara mesmo ao fim a atividade da Açúcar Gaúcho S.A. Era o assunto na região. Para além das lamentações, a indagação de muitos era esta: Por que a AGASA fechou? Essa é a pergunta condutora do rumo da presente investigação. Pela documentação escrita compulsada e fartamente trazida à luz, um elenco de fatores evocados poderia ser tomado como norte explicativo do fechamento da usina. Mas alguns devem ser ora destacados, visto objetivamente voltarem-se para a explicação do silêncio das moendas. Agentes diretamente envolvidos no processo manifestaram-se a respeito, deixando seus registros. É o caso do engenheiro agrônomo Alceu Krás Dimer, que, já em 1974, percebera

¹⁵²⁸ É a indagação que fez Ivo Stoffel ao encerrar sua entrevista concedida em 14 maio de 1999.

¹⁵²⁹ AGASA deixa de beneficiar 100 mil t de cana por ano. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 42, 02 jan. 1990.

claramente os fatores do condicionamento da expansão e da própria manutenção da cultura canavieira em dimensão industrial dirigida à AGASA. Ele indicou os seguintes:

- a) diminuição da oferta de mão-de-obra, devido à migração de trabalhadores rurais para os centros urbanos, em particular nos municípios de grande densidade demográfica e próximos a Porto Alegre, como estava acontecendo com Santo Antônio da Patrulha, que, no censo de 1970, apresentou taxa de crescimento populacional negativa;
- b) atualização dos preços estabelecidos pelo IAA para a cana destinada às usinas a uma taxa inferior à da maioria dos outros produtos agrícolas, inclusive à da correção monetária, conforme ilustra o quadro a seguir:

Tabela 45 – Preço da cana estabelecido pelo IAA – 1970/1975

Ano	Preço da cana CR\$	% de aumento	Correção monetária % BNH
1970	23,00	-	-
1971	27,00	17,39	22,67
1972	31,00	14,80	15,30
1973	35,00	12,90	12,84
1974	64,13	83,20	33,31
1975	80,53	25,57	30,00 **

** Previsões

Fonte: AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da safra 1974/1975*. Santo Antônio da Patrulha, 1975. Não-paginado.

- c) existência de uma única usina, limitando a comercialização da cana praticamente aos municípios de Santo Antônio da Patrulha e de Osório;
- d) prática da cultura canavieira realizada por minifundiários, com emprego de técnicas culturais ultrapassadas, adubação insuficiente e/ou inadequada, mudas de má qualidade para o plantio, variedades de baixa produção, etc.;
- e) operação, na maior parte, feita manualmente, ocasionando custos de produção elevados;
- f) inexistência, no estado, de um centro de pesquisa destinado a obter ou selecionar variedades de cana para produção de volume industrial e com alto teor de sacarose;
- g) demora entre o corte e a entrega da cana para a moagem na usina, ocorrendo quebra de peso e inversão do açúcar (transformação da sacarose em açúcares redutores não-cristalizáveis, glicose e levulose);
- h) deficiência da rede viária secundária e do parque de transportes (fator principal do baixo rendimento industrial e do elevado preço do frete);

- i) falta de tradição canavieira por parte dos grandes proprietários de terras planas, tradicionais pecuaristas e/ou arroteiros, que não aderiram à causa da industrialização da cana.¹⁵³⁰

O engenheiro agrônomo Wilson de Oliveira Castro, assessor técnico da Comissão Especial para o Estudo da Agroindústria Açucareira do Rio Grande do Sul, em 1975, também escreveu:

Das dificuldades a vencer. Das descrenças e do tabu a transpor. Da mentalidade a modificar. A interveniência do Estado se justifica plenamente, pois é necessário nestas condições, que se deflagre o processo produtivo, numa autêntica reação em cadeia.

A AGASA, surgida com marcado intuito de promoção social, tem encontrado sérios entraves em seu funcionamento. **A inadequada tradição canavieira foi confundida como tradição açucareira. O produtor de cana sem embasamento econômico, sem uma imagem da característica de ação da usina, onde se imprimiu mercado enfoque coletivo, não sintonizou com a empresa.** As dificuldades de estradas, a falta de uma consentânea dinâmica creditícia, o preço insuficiente pago pela cana, foram grandes obstáculos a maximizar os problemas.¹⁵³¹

Na década seguinte, em 1989, o sonho desfeito foi claramente assim visibilizado pelo engenheiro Castro:

A televisão nos mostrou, há poucos dias, uma triste realidade – o abandono e o sucateamento das instalações da Açúcar Gacúho S/A – AGASA, inviabilizando tantos sonhos acalentados pelo Rio Grande do Sul, de se tornar auto-suficiente na produção de açúcar.

Quem como nós, que acompanhamos desde a década de 1950 as tentativas constantes para que o nosso Estado entrasse na área industrial açucareira, não pode deixar de sentir profunda frustração pelo rumo dos acontecimentos. [...]

Refrescando a memória [...]. As ruínas da Santa Marta ainda resistem, [...]. No último governo de Getúlio Vargas, uma concentradora de aguardente, para produzir álcool etanol. [...] Mais um elefante branco [...]. Iniciada a década de 1960, a Cooperativa Canavieira de Santo Antônio da Patrulha iniciava um movimento visando dotar a região de uma usina açucareira [...]. A luta foi memorável. [...] governo Brizola deu todo apoio [...]. Meneghetti determinou prosseguimento dos trabalhos de construção da AGASA, que hoje vemos lamentavelmente desativada, um atestado pouco confortador para os brios gaúchos. [...]

E agora, José?

O insucesso se repetiu. O desânimo chegou. A rotina, novamente, nos angustia, na previsão de legarmos às novas gerações mais um elefante branco, [...].¹⁵³²

¹⁵³⁰ NEVES, DIMER, 1974. p. 8-9.

¹⁵³¹ RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *Relatório da Comissão Especial para o Estudo da Agroindústria Açucareira*. Porto Alegre, out. 1975, p. 226. (Grifo nosso). Tecla sempre batida, a dos transportes, é um fator dos mais importantes no caso de agroindústria. E no caso de produto agropecuário *in natura* ou semi-elaborado, acaba por ser mais caro. SZMRECSÁNYI, Tamás. *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)*. São Paulo: Hucitec; Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1979. p. 29.

¹⁵³² CASTRO, Wilson de Oliveira. Mais um sonho desfeito. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, p. 4, 27 jul. 1989. (Grifo nosso).

Como protagonista da criação e da trajetória da AGASA, o mesmo engenheiro buscou identificar os erros cometidos, os quais apontou:

1. A nossa tradição canavieira sempre foi ligada ao minifúndio. Não tivemos condições de dar o salto para o estágio industrial/empresarial, com o decorrente barateamento da produção;
2. O Estado pretendeu, com a AGASA, quebrar uma mentalidade artesanal. Sabendo que sua função não era produzir açúcar, pretendia entregar a empresa, tão logo as condições o permitissem, à iniciativa privada, às lideranças regionais. Por uma série de razões isto não foi possível e o empreendimento foi se enfraquecendo ao longo da trajetória;
3. Pretendeu-se imprimir no funcionamento da AGASA uma administração marcadamente social, atendendo aos milhares de pequenos produtores, não adequadamente conscientizados para assumirem os seus papéis no empreendimento. Multiplicaram-se os problemas, sem colhermos dividendos práticos. Levamos para a usina a letargia mastidônica da administração pública, sem maiores responsabilidades com o futuro do empreendimento;
4. Inadequação topográfica. Descuidamos da necessidade de grandes volumes de cana, que precisaríamos para alimentar a boca faminta das moendas que não podem parar durante a safra, quer chova ou faça sol. Quando chovia, as estradas vicinais, que levavam ao morro, onde estava a grande produção de cana, tornavam-se problemáticas, diminuindo o fornecimento de cana;
5. Outro fator de dificuldade foi o violento êxodo, que tirou da zona rural a força do trabalho. Apesar de a lavoura canavieira exigir apenas dois momentos de grande demanda de trabalho – o plantio e a colheita – se não houver braços suficientes nestes momentos, a exploração se inviabiliza.¹⁵³³

Ivo Stoffel, engenheiro agrônomo que, como afirma, dedicou os melhores anos de sua vida à usina, sempre que abordado sobre sua atuação na AGASA, fez uma análise do sonho e da desilusão do projeto usineiro gaúcho, dizendo:

[...] a usina tinha como meta principal atender às necessidades sociais da região, ficando o aspecto técnico-econômico em segundo plano. **Ela tinha que engolir e transformar a produção local, dos 1.729 produtores, em açúcar e afeto***. Mas durante esse período a cultura já começava a perder a importância no Estado, ‘destinando-se a ela áreas marginais’.

O afeto era justamente o que a AGASA representou naquela época à população dos minifúndios dos morros da cana. Uma verdadeira cidade nasceu aos arredores da Usina. Era preciso que houvesse produção capaz de beneficiar as 130 mil toneladas de cana por dia que a AGASA era capaz de receber, e tornar a vida economicamente desorganizada em algo melhor. [...]

GOLPE DERRADEIRO

¹⁵³³ CASTRO, Wilson de Oliveira. Mais um sonho desfeito. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, p. 4, 27 jul. 1989 (Grifo nosso). Meses depois, evocando o debate *privatização x estatização*, escreveu: “[...] à administração pública não cabe assumir compromissos para os quais não possui qualificação e estrutura adequada. O Estado como poder, tem sido um consumado ‘Semeador de Ilusões’, gerando falsas expectativas que, positivas no primeiro momento, têm se revelado fonte de desencanto e desgaste, para o próprio governo, passada a euforia dos atos inaugurais. Veja-se o que aconteceu com a Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA, recebida pelo Litoral Norte como a redenção do minifundiário da região, que teria na cultura canavieira o sonhado suporte econômico.” CASTRO, Wilson de Oliveira. O semeador de ilusões. *Jornal do Comércio*. Porto Alegre, p. 4, 11 out. 1989. Várias matérias foram por ele publicadas nos jornais da imprensa gaúcha a respeito do tema.

* “Com açúcar, com afeto, meu açúcar predileto é o açúcar União.” Esse era o slogan de uma marca de açúcar produzido até hoje em São Paulo, com o qual o da AGASA concorria.

Aconteceu em 1970 com o surgimento do “Milagre Brasileiro”, que a grande massa de mão-de-obra que tocava as lavouras, abandona o campo e migra para as cidades em busca de atrativos salários. “Paralelamente a isso, iniciava também a crise do petróleo. O Estado do Rio Grande do Sul ficava de fora da primeira distribuição de incentivos governamentais para a produção de álcool carburante. O Proálcool contemplava com financiamentos subsidiados outros estados.” Este castigo, do não recebimento de uma só gota de dinheiro para instalação de usinas, era baseado nas “condições agroclimáticas desfavoráveis à cultura no Estado e à ausência de qualquer trabalho de pesquisa e de geração de tecnologia no setor.” Iniciava-se também o franco desenvolvimento da mecanização na agricultura, onde áreas não mecanizadas se tornavam marginalizadas para produção. Com isso dava-se o golpe de misericórdia na viabilização do funcionamento da usina.¹⁵³⁴

Importa destacar na fala de Stoffel a justificativa por ele indicada para a instalação da usina e indagar: Concretamente, como traduzir o afeto, que dava sentido, significado e sustentação ao projeto da AGASA, desde sua idealização e concretização?

Na fala dos fornecedores de cana, percebe-se, para os que ficaram,¹⁵³⁵ que o *afeto* recebido foi passageiro, restando, para muitos, o sentimento de abandono e exclusão, sobretudo para os que partiram.

Do conjunto de fatores apontados pelos técnicos para a crise canavieira que se descortinou desde a década de 1970, um precisa melhor ser avaliado. Trata-se da mentalidade reinante no Litoral Norte do Rio Grande do Sul de que a cultura orizícola é prática da produção do latifúndio e da classe abastada, enquanto que a cultura canavieira é a do minifúndio e dos mais pobres. É o que afirmou um dos fornecedores de cana para a AGASA: “A cana é uma planta do pobre.”¹⁵³⁶

Ronaldo Vainfas chama a atenção para a idéia limitante de se conceber uma “história das mentalidades” homogênea e unificada, seja quanto aos pressupostos teórico-metodológicos, seja quanto aos resultados das investigações, do que resulta para ele três variantes da história das mentalidades:

- a) uma, a herdada da tradição dos Annales, reconhecedora de que o estudo do mental tem sentido, se articulado às totalidades explicativas;
- b) outra, assumidamente marxista, que busca relacionar mentalidade com ideologia, além de valorizar as rupturas e a dialética entre o tempo longo e o acontecimento;

¹⁵³⁴ CANA-DE-AÇÚCAR: a história da usina começa com os portugueses. *O Interior*, Porto Alegre, p. 7, 18 a 24 jan. 1990. (Grifo nosso).

¹⁵³⁵ Sobre o êxodo, é interessante o depoimento do Seu José Fila, morador do Montenegro, que diz: “Tive alambique até hoje como forma de prender os filhos perto de mim, e não para dar lucro. Mas, assim mesmo, todos eles foram para a cidade.” CANA-DE-AÇÚCAR: a pinga azul tem muitos segredos. *O Interior*, Porto Alegre, p. 8, 18 a 24 jan. 1990.

¹⁵³⁶ Depoimento de Arcemimo Machado de Jesus concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 26 fev. 2000.

- c) a que se descompromissa em discutir teoricamente os objetos e é cética quanto à validade da explicação e da própria distinção entre narrativa literária e narrativa histórica.¹⁵³⁷

Aqui mentalidade é concebida na perspectiva de sua articulação à totalidade explicativa da realidade, postura de matriz estrutural, do que resulta o entendimento de que a mentalidade canavieira em Santo Antônio da Patrulha e no Litoral Norte está vinculada à classe social, sim. O perfil socioeconômico dos arroseiros e o dos canavieiros são oponentes; um é a antítese do outro. A mentalidade de cada um é dada a partir do lugar que ocupa no seio da sociedade. Ainda que, para a criação da AGASA, a elite arroseira tenha associado-se à causa canavieira, como parceira *oficial*, a adesão se deu em nome do progresso e desenvolvimento do município e dos resultados político-eleitorais resultantes, na medida do retorno à dinâmica da economia local. Nesse aspecto, a unanimidade foi possível. Entretanto, na produção, permaneceu cada um no *seu lugar*.

É interessante observar que nas “[...] casas dos ricos do século XVI era o açúcar igualmente apreciado, e valia como sinal de abastança, especialmente quando servido a estrangeiros e hóspedes.”¹⁵³⁸ Passados os séculos, a lógica da realidade se manteve. Para os pobres canavieiros, fornecedores da cana para a produção do açúcar gaúcho, longe deles estava a abastança.¹⁵³⁹

A realidade concreta de vida dos produtores da usina, em especial no aspecto econômico-financeiro, era palpável e tangível,¹⁵⁴⁰ evidente inclusive ao próprio diretor da usina, Cel. Felipe de Leoni, nos idos de 1970. Ele próprio informou à Assembléia Legislativa sobre o que via e acompanhava, chegando a dizer [é de pasmar] da razão que tinham os canavieiros, já poucos anos após a inauguração da AGASA, em não mais entregar cana à usina. Disse ele assim:

¹⁵³⁷ VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion. (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 143-144.

¹⁵³⁸ LIPPMANN, Edmund O. Von. *História do açúcar*. Tomo II, 1942. p. 60.

¹⁵³⁹ Como lembra Fernando de Azevedo, “[...] as transformações da paisagem açucareira foram e ainda continuam a ser muito lentas, permitindo, um estranho espetáculo [...]” AZEVEDO, Fernando de. *Canaviais e engenhos na vida política no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958. p. 170. Trata-se de constatação feita acerca do Nordeste açucareiro, o que para o cenário do Rio Grande do Sul canavieiro, resultou, mais que estranho, em espetáculo amargo, face à esperada redenção que a usina iria proporcionar com a mudança da paisagem social da região, o que acabou por não acontecer.

¹⁵⁴⁰ Na imprensa, matérias se sucedem, informando sobre a pobreza do Litoral e as dificuldades que o CODEL vinha enfrentando para reverter o processo de abandono da área. O dirigente do Conselho de Desenvolvimento do Litoral, professor Benito Izolan, reconhecia que as soluções para, ao menos, amenizar a pobreza eram difíceis e variáveis. Ou seja, passadas duas décadas, o cenário não mudara. Ver: UMA POPULAÇÃO muito pobre, como o Jeca Tatu: a outra face do Litoral Norte. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 34, 19 fev. 1989.

Em 1971, quando assumimos a responsabilidade da Empresa, a produção foi de 281.214 sacos, safra recorde até a presente data.

Em 1972, produziram-se somente 198.764 sacos. Nesse ano não houve possibilidade de financiamento e a continuação dos preços baixos, desestimulava qualquer atividade canavieira.

Em 1973, a produção foi de 131.634 sacos e em 1974 de somente 101.894. Em 1975, espera-se 190.000 sacos.

Por que essa queda? Há uma série de causas, mas a principal é que em 1968, pagou-se a cana CR\$ 14,20 a tonelada. Em 1969, pagou-se CR\$ 19,00, 33,1% (a mais). Já em 1970, a usina pagou CR\$ 23,00, pagando sempre mais que o preço fixado pelo IAA. Já baixou para CR\$ 21,00; CR\$ 17,39; CR\$ 14,08; CR\$ 12,09, quando a inflação era de CR\$ 30,35. Então o custo de produção da cana era superior aos preços pagos.

Nada conseguia fazer com que o pequeno produtor continuasse a produzir cana. Ele sentia imediatamente quando o custo da produção era superior ao preço pago. [...]

Foi principalmente o preço pago pela cana o que fez com que o nosso pequeno produtor não tivesse nenhum estímulo. Daí a queda na produção.¹⁵⁴¹

Então, estava evidente que o trabalhismo de 1940, 1950 e princípios de 1960, que impulsionou a arquitetura do novo tempo aos pequenos produtores, não foi concretizado. Transcorridos cinquenta anos da atuação getulista, com as leis trabalhistas que Vargas apresentou ao Brasil, a prática não mudou diante da fala por ele pregada no Dia do Trabalho de 1941, quando disse: - “É necessário à riqueza pública que o nível de prosperidade da população rural aumente, para absorver a crescente produção industrial; é imprescindível elevar a capacidade aquisitiva de todos os brasileiros, o que só pode ser feito aumentando-se o rendimento do trabalho agrícola.”¹⁵⁴² Aliás, antes, em 1933, em discurso feito no Recife relativo aos problemas do açúcar e da industrialização do álcool, ele já havia dito:

No tocante, propriamente, à lavoura de cana, as medidas a executar precisam ser generalizadas, compreendendo também, o amparo aos pequenos cultivadores, geralmente sacrificados às exigências do usineiro e do grande industrial. A maioria deles planta rudimentarmente, em terra emprestada, para vender pelo preço que lhes quiserem pagar. Não raras vezes, o produto da colheita mal recompensa o trabalho de transportá-la até ao engenho, quase sempre pertencente ao proprietário do solo, onde o lavrador vive a título precário. A proteção mais proveitosa seria a que lhes garantisse os meios necessários para se tornarem donos da terra cultivada. Facilitar-lhes o acesso à propriedade equivaleria a pôr ao seu alcance a riqueza, com o trabalho estável e organizado, e o bem estar, com a posse do tento, refúgio da família.¹⁵⁴³

A apropriação desse manifesto à realidade do projeto arquitetado pelos canavieiros de Santo Antônio da Patrulha, Osório e cercanias dá conta de permanências históricas, ainda que,

¹⁵⁴¹ RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *Relatório da Comissão Especial para o Estudo da Agroindústria Açucareira*. Porto Alegre, out. 1975. p. 36.

¹⁵⁴² LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Problemas econômicos e sociais da lavoura canavieira*; exposição de motivos e texto do Estatuto da Lavoura Canavieira. Rio de Janeiro: IAA; Pimenta de Mello, 1941, p. 4.

¹⁵⁴³ Idem. *Ibidem*, p. 4.

no Rio Grande do Sul, os canavieiros fossem os proprietários de suas terras; mas estavam sacrificados às exigências da usina, pelo baixo preço que lhes era imposto receber pela sua produção, e condicionados a uma produção determinada pelas necessidades industriais, em descompasso com a tradição canavieira que sobrevivia, para poucos, a “duras penas”.

O que se depreende é que a “[...] agroindústria do açúcar sobrevive [...] mais do que qualquer outra atividade, devido ao esforço heróico dos que a ela se entregam, suportando todas as vicissitudes, [...] como que inspirados num sagrado dever de guardar uma tradição [...]].”¹⁵⁴⁴ Trata-se de uma afirmação que “cabe como uma luva” para a realidade açucareira do Nordeste gaúcho. Mas, não é a ela que a matéria se dirigiu. Foi sim ao Nordeste brasileiro, a tradicional região açucareira nacional. Em ambas o desafio é de longa duração. Mas haverá entre elas diferença na resistência aos desagrvos e dificuldades estruturais?

O rumo que a região canavieira traçava – de desapontamento diante dos crescentes reveses que se sucediam, sobretudo nos anos finais da década de 1970, provocando a fragilidade da tradição, tão cara às famílias que herdaram dos antepassados os saberes da cana – indicava um futuro próximo de reversão de identidade. Ano a ano, o esmorecimento, o desânimo e a descrença sintetizavam o sentimento de perda e de abandono que ruminava no imaginário dos que resistiam em não partir do cenário dos morros, que fora império da cana.

Desiludidos, muitos dos canavieiros abandonaram, bem cedo, a *realidade* que restou do *sonho* dos idos de 1958. Afinal, o projeto popular concebido, depois assumido pelo Estado trabalhista, tomando configuração partidária, uma vez abortado pelo golpe militar de 1964, perdeu sua identidade, acabando por ser executada uma prática usineira que na sua forma e concepção traiu os produtores de cana. Ou seja, a trajetória da AGASA é a história do afastamento da usina de sua base de sustentação, dos reais interessados na causa, os pequenos agricultores canavieiros.

Aliás, quando da tentativa salvacionista da INDECOOP, com a usina moribunda na UTI, o *Projeto de Transformação da AGASA em Cooperativa Mista* espelhava essa compreensão. No seu entendimento, a distância da sociedade organizada da gestão da fábrica era a grande responsável pelo insucesso do empreendimento, que fora *sonho e ressurreição*, na década de 1960, e *desilusão*, nos finais de 1980. Assim, ele inicia:

Remontando à origem da AGASA vamos encontrar um dado bastante significativo: antes de se fundar a indústria sob a forma de sociedade anônima, surgiu entre os produtores de cana da região uma cooperativa.

¹⁵⁴⁴ FUNDAMENTAL ao Nordeste a lavoura canavieira. *Brasil Açucareiro*, Rio de Janeiro: IAA, a. XXVIII, v. LV, fev. 1960, n. 2, p. 109.

Na época, em vez de se partir desta entidade pré-existente de defesa dos interesses dos agricultores, como base para a cogitada indústria de açúcar, permitindo-lhes uma participação direta, preferiu-se optar pela estruturação de uma sociedade pública, eis que a presença do setor privado se fez quase insignificamente, em apenas 4% do que aquela nem sequer teve participação.

Parece que aí reside senão a principal falta, ao menos uma lacuna imperdoável, pois alijou de seu seio o grupo mais interessado no empreendimento. Isto certamente explica, em boa parte, a sorte a que a empresa foi relegada, eis que se constituiu como um corpo estranho aos circundantes produtores, aos quais pretendia intencionalmente ajudar.¹⁵⁴⁵

Diante do irreversível, não só as fontes escritas são testemunhas. Chegou o momento de reabrir o baú de vozes, qual relicário, para que elas sejam ouvidas e contracenadas com os apontamentos oficiais da empresa ou veiculados na imprensa escrita regional e do estado. Nesse corredor norte-litorâneo não mais se ouve o apito da fábrica e o esmagar das canas.¹⁵⁴⁶ Mas lembranças desse tempo foram escutadas, ainda que caladas as moendas. Da Açúcar Gaúcho S.A. restam ruínas e múltiplas recordações. Seus registros, mais que marcantes, explicam as contradições vividas pela sociedade regional. Eis que a sua explicitação deve revelar as razões que impuseram o silêncio à moendas.

5.4 MOENDAS CALADAS: VOZES DA DESILUSÃO

E as moendas calaram-se.

“**A AGASA desapareceu. A AGASA morreu, infelizmente.**”¹⁵⁴⁷

“**A diferença é grande. A senhora vai hoje lá... está mortinho.** Quando a AGASA estava funcionando, aquilo lá era gente toda vida, ainda mais em época de safra. Aquilo era um movimento de carro, de caminhão por todo o lado. **Acabou tudo.**”¹⁵⁴⁸

Para o ex-diretor da AGASA, Ary Ilmar Frank, “[...] ela foi utilizada como instrumento político e serviu como uma ilusão. Eles usaram a AGASA para vender uma grande ilusão”,

¹⁵⁴⁵ INDECOOP. *Projeto de Transformação da AGASA em Cooperativa Mista*. Documentação avulsa do Arquivo da INDECOOP e do Arquivo de Edegar da Silva. Osório/RS. (Grifo nosso). No ANEXO BBBB, encontra-se o Projeto de Transformação da AGASA em Cooperativa Mista, acompanhado do “rascunho” de seu estatuto, 1988.

¹⁵⁴⁶ É interessante observar os números da produção da AGASA, ao longo de sua história. Examinar, no ANEXO CCCC, os quadros com os dados relativos a açúcar, melaço e álcool da Açúcar Gaúcho S.A. entre 1966 e 1989.

¹⁵⁴⁷ Depoimento de Antônio Carlos Brito concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º nov. 2004. (Grifo nosso).

¹⁵⁴⁸ Depoimento de José Luiz Correa de Andrade – *Zé da Tamanca* – concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 26 fev. 2000. (Grifo nosso).

reforça o depoente.¹⁵⁴⁹ No entendimento do ex-secretário de Estado da Agricultura Marques da Rocha, “[...] o povo se ilude com determinadas propostas que não são sustentáveis. E aí as pessoas se envolvem nesse processo de lutar por uma coisa que realmente não é tão boa quanto parecia.”¹⁵⁵⁰

Todavia, da leitura de ufanistas matérias de imprensa, depreende-se que, apesar de o projeto ter sido executado por outro paradigma, a produção usineira *adoçara muitos lares* por vinte e cinco anos, não só da região litorânea como de outras comunidades do estado. Mas há que se reconhecer que o seu custo social foi muito caro. A propósito destacou Marques da Rocha: “[...] **o produtor é cartesiano**. Ele, tendo renda, ele responde. Não tendo, ele não produz”.¹⁵⁵¹ Foi justamente essa lógica dialética que desenhou o processo histórico do cenário canavieiro gaúcho. Por ela se explica por que a imponente construção, inaugurada em 1965, transformou-se em um espaço sucateado. A olhos vistos, na beira do asfalto, a usina entre a lagoa e o morro, *agonizou até morrer*. Aliás, para Djalma Oliveira, [...] **a AGASA já nasceu morta.**” E justifica:

O terreno era pouco, os canavieiros não eram muitos e não tinham dinheiro. A AGASA então terminou porque não tinha produto para trabalhar. As caninhas ali do morro, tu achas que íamos chegar para tocar a AGASA o ano inteiro? É um dos serviços mais violentos e pesados que existe. Esses velhos não podem fazer. E os novos estão tudo nas fábricas.¹⁵⁵²

Reconhece o ex-deputado Alberto Hoffmann: “[...] era uma coisa de heróis o que esses açorianos e os seus descendentes fizeram. Produzir cana lá em cima dos morros e transportar naquele ambiente físico era até uma coisa fantástica.”¹⁵⁵³ Como ex-proprietário da área onde a usina foi instalada, Nepomuceno da Silveira, que acompanhou *pari passu* sua atuação, pôde mais de perto capturar o papel da AGASA na organização dos canavieiros até o seu limite. Pressionados, os canavieiros se impuseram em combate aos reveses.¹⁵⁵⁴ Tanto é que a história da resistência canavieira apertou o passo, o que fez muitos correrem. A sorte não foi tentada em outros canaviais, mas nas cidades situadas no cinturão da capital. De fato, conforme Nepomuceno, “[...] essa costa em que antes só tinha cana, agora só se vê mato. É que não deu aquilo que pensavam que ia dar.”¹⁵⁵⁵

¹⁵⁴⁹ Depoimento de Ary Ilmar Frank concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 10 jan. 2001.

¹⁵⁵⁰ Depoimento de José Alfredo Marques da Rocha concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 10 jan. 2005.

¹⁵⁵¹ Idem. (Grifo nosso).

¹⁵⁵² Depoimento de Djalmo Martins de Oliveira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 02 nov. 2005. (Grifo nosso).

¹⁵⁵³ Depoimento de Alberto Hoffmann concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 22 set. 2004.

¹⁵⁵⁴ Depoimento de Nepomuceno Rodrigues Silveira concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º nov. 2000.

¹⁵⁵⁵ Idem.

E o canavieiro Arnecino Machado Santos, que ainda se mantém ligado à cana para produção de aguardente no Morro do Montenegro, confessou: “[...] parei de plantar cana para a AGASA porque sofri muito. É o povo que diz. A AGASA para o meu pensar, não tinha mais como funcionar. O povo desiluiu. [...] O povo perdeu a emoção com a cana. Como fazer voltar os que estão na cidade?”¹⁵⁵⁶ Em outras palavras, “[...] a AGASA fechou porque o povo mixou. Fechou porque não chegava para o povo. O açúcar não chegava para pagar o povo. Para piorar, nessa volta, todo mundo vendeu os engenhos.”¹⁵⁵⁷ “A administração devia ser do povo. Tinha que girar em torno do povo. Eu acho assim. É o que todo mundo pensa, porque senão nada vai para frente.”¹⁵⁵⁸

Na mesma direção, falou Valdomiro dos Santos, ex-canavieiro, morador em Ribeirão de Baixo/Santo Antônio da Patrulha:

O canavial era uma coisa muito bonita para se olhar. Mas era uma coisa que no fim não rendia para a colônia. [...] A AGASA quebrou o pessoal. Usaram a usina para passar a perna nos colonos. O povo se iludia, pedia empréstimo achando que ia dar lucro. [...] E botaram muita gente lá dentro a ganhar dinheiro e não pagavam o plantador.¹⁵⁵⁹

E José Fila, que muita cana transportou, disse:

[...] as pessoas sabidas só sabem no papel, mas não sabem fazer. Se eu sei plantar cana e tu estudas, por exemplo, como é que tu vais saber mais de cana do que eu? Aqueles que administraram a AGASA não entendiam de cana. E os canavieiros foram iludidos. A cana nunca deu dinheiro.¹⁵⁶⁰

Comentou Pasquoto:

[...] a AGASA, em determinados aspectos, foi criminosa, porque deu aos agricultores uma expectativa temporária, terminou com aquele sistema que o agricultor vinha fazendo, progredindo e desenvolvendo, no qual se manteve até aquela época. A AGASA seccionou, castrou essa atividade, e veio o desânimo, porque ele não teve como retornar, recuperar aquilo que vinha fazendo antes da AGASA. [...] E assistência social não fecha com estrutura lucrativa. Tinha que ter uma AGASA lucrativa para o rendimento aos grandes produtores mecanizados e outra para cumprir a função social. O objetivo do Estado era paternalista, atender socialmente esta área. O Estado foi que botou o seu dinheiro ali. Mas o Estado poderia ter se retirado com o tempo. O Estado não poderia bancar, como de fato não continuou.¹⁵⁶¹

¹⁵⁵⁶ Depoimento de Anercino Machado Santos concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 26 fev. 2000.

¹⁵⁵⁷ Depoimento de Luis Tedesco concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 18 mar. 2000.

¹⁵⁵⁸ Depoimento de Pedro Pacheco Fernandes concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 23 fev. 2000.

¹⁵⁵⁹ Depoimento de Valdomiro Francisco dos Santos concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 12 fev. 2000.

¹⁵⁶⁰ Depoimento de José de Souza Bernardes – *José Fila* – concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 18 dez. 2004.

¹⁵⁶¹ Depoimento de Juraci J. Pasquoto concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 29 jan. 2003. (Grifo nosso).

Luis Tedesco, ex-vereador, de tradição canavieira em Santo Antônio da Patrulha, reconheceu que o povo gostava de plantar cana. “Mas depois foram se largando. O açúcar não chegava para pagar o povo. Para carregar a cana não é brincado. [...] Só se for o povo, não do governo. Que seja da gente, assim uma cooperativa.”¹⁵⁶² Ao que completou Antônio Carlos Brito: **“Se os canavieiros tivessem participado da AGASA, ela não teria morrido.”**¹⁵⁶³

E o canavieiro Júlio Sobrinho acrescentou:

Foi falta de povo que entrasse para não deixar a usina terminar. Tinha que ter cabeça que encabeçasse isso. Vamos nos unir, vamos criar a cooperativa. Mas é lugar de colono fraco, colono sem recurso, sem dinheiro. Então não puderam se organizar para tocar a usina para frente. Ela está um monte de ferro. [...] O povo em si, ele é pequeno. Porque o povo não é proprietário de muitos bens. O único homem que poderia incentivar para entrar nessa, era o falecido Porfírio Gomes. [...] Os filhos diziam que não dava, e ele dizia: “Tem que dar.” [...] Era lambiqueiro. Parou de fazer cachaça para ficar só com a usina. E só ofereceu cana para lá, desde o começo, e plantava bastante. [...] Ele botava trabalhador, ele tinha os filhos que trabalhavam junto. Ele tinha um lote de filha mulher que enfrentava a capina.¹⁵⁶⁴

Disse mais:

Alguns diziam: “Aquilo ali é matador do povo.” O povo nunca arrumou nada. É um serviço muito forçado. [...] A senhora sabe que o esteio mestre da AGASA era o trabalhador, o plantador de cana. Se o plantador de cana não plantar, ela não tem o que produzir. Ela nem pode trabalhar. Onde o trabalhador não plantar cana, o esteio da AGASA cai também. E é bem certinho. [...] E na reunião da AGASA, eles bobeavam do povo, porque eles prometiam uma coisa, e muitas vezes o povo esperava. Ah, mas a gente sentia. Isso é coisa do governo, não com a gente. Houve até gerente da usina lá que chamou o povo de vagabundo. [...] O colono largou de plantar cana e a AGASA caiu. Onde é que foi parar a AGASA? A ferrugem está comendo, dona; terminou.¹⁵⁶⁵

Vindo do Alto da Grota, o canavieiro Antônio Peres Alós disse ter ficado muito desenhavido:

[...] porque eu estive uns tempos lá e andei por tudo lá. Um tal de Ary que era nosso instrutor, ele ia mostrar para a gente o que para nós era a coisa mais interessante que existia: aquela AGASA fazendo, moendo aqui e ali saindo a garapa. Lá adiante ia

¹⁵⁶² Depoimento de Luis Tedesco concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 18 mar. 2000.

¹⁵⁶³ Depoimento de Antônio Carlos Brito concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º nov. 2004. (Grifo nosso). Recordando, Brito participou, na década de 1960, da administração de Jorge Pedro Nehme em Santo Antônio da Patrulha. Há muito anos está ligado à causa canavieira no município.

¹⁵⁶⁴ Depoimento de Júlio Pereira Sobrinho concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 12 fev. 2000. (Grifo nosso).

¹⁵⁶⁵ Idem. (Grifo nosso).

sair o açúcar. Lá adiante saía melado e tudo aquilo. As barricas trabalhando, e a gente comia açúcar de tudo quanto era tipo também: branco, mais escurinho, morno, frio. De todo jeito a gente podia comer. Eles davam franqueza para a gente. E depois, de repente, eu fui lá de novo passear. Fomos lá olhar aquilo tudo parado. A casa, até caindo os telhados... A gente que lutou e plantou, a gente ficou até meio desapontado. Ficou tão ruim aquilo. Aquele movimento que tinha parou tudo. [...] tinha bicha de caminhão, como se diz, de até oitenta, cem caminhões numa fila [...]. Aquilo era um atrás do outro. Eram cinco, dez minutos cada caminhão para descarregar. [...] Muita cana nossa secou aqui porque tratavam de vir, e, com os atrasos lá, ia secando a cana.¹⁵⁶⁶

Completa o cenário a sombra do passado, que não dissipara os temores diante das frustradas experiências anteriores. “E a gente sempre debateu muito e sempre teve medo da AGASA se transformar como a antiga destilaria de Osório, que lá foi ficando, o mato tomou conta e acabou-se. E o medo era que o mesmo acontecesse com a AGASA. E foi o que aconteceu. Se via que ia acontecer.”¹⁵⁶⁷

Não foi difícil verificar que, em diferentes espaços e esparsos lugares, atores principais e coadjuvantes, no passado, de uma história viva; hoje, na platéia, não estão silenciosos. Na procura realizada, alguns foram reencontrados. Instigados a lembrar, eles pinçaram para esse trabalho recordações imorredouras, que o tempo não teve a força de apagar. Afinal, o sonho acarinhado no passado pela esperança, flechado pela desilusão amarga com o correr de anos de duro trabalho, imputou para o futuro a ruptura da tradição canavieira para centenas de famílias do Litoral Norte. E toda ruptura provava choques, desenlaces, mudanças – impossíveis de esquecer, estando do lado de cá ou do lado de lá. Ou seja, todos os envolvidos ficaram tocados. E foi para eles que se dirigiu o chamado, através da metodologia de História Oral. Com sua aplicação, foram produzidos documentos em cuja oralidade registrada apontam as razões do fechamento da usina, a partir do lugar de cada depoente, expresso pela colônia a que se agrupa.¹⁵⁶⁸

Para a aplicação do método, foram arquitetadas as seguintes colônias, expressão já definida na introdução do trabalho:

- a) Colônia A, dos canavieiros cooperativados de cana, de Santo Antônio da Patrulha e cercanias, idealizadores da usina;
- b) Colônia B, dos fornecedores de cana para a AGASA e/ou seus familiares;
- c) Colônia C, dos peões de cana que trabalhavam nas roças dos canavieiros;
- d) Colônia D, dos transportadores de cana para a usina;
- e) Colônia E, dos ex-funcionários da AGASA e/ou familiares;

¹⁵⁶⁶ Depoimento de Antônio Peres Alós concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 18 mar. 2000.

¹⁵⁶⁷ Depoimento de Antônio Oliveira Goularte concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 03 nov. 2005.

¹⁵⁶⁸ A relação dos depoentes encontra-se ao final, na indicação das fontes.

- f) Colônia F, dos ex-diretores da AGASA e/ou membros de diretoria/conselho consultivo/liquidante da usina;
- g) Colônia G, dos engenheiros agrônomos que atuaram direta ou indiretamente com os fornecedores de cana para a usina;
- h) Colônia H, dos ex-prefeitos de Santo Antônio da Patrulha e de Osório;
- i) Colônia I, dos ex-governadores, ex-deputados e ex-secretários de Estado;
- j) Colônia J, dos ex-vereadores e das lideranças políticas de/em Santo Antônio da Patrulha e de Osório;
- k) Colônia K, dos líderes/presidentes sindicais, de associações e/ou de cooperativas vigentes no período da AGASA.

Para eles foram oferecidas algumas variáveis/questionamentos, dentre outras, como despertadores da memória, com o intuito de, ao verificá-las, no cruzamento para a análise do demarcado tempo canavieiro, construir explicações da realidade histórica da região em estudo, notadamente as causas do insucesso da AGASA. Especialmente estas questões foram provocadoras:

- a) mapeamento das contradições da região canavieira, como lastro impulsor do projeto usineiro do Litoral Norte do Rio Grande do Sul;
- b) razões da criação da Cooperativa Canavieira, sua atuação e repercussões;
- c) identificação dos idealizadores e de seus objetivos com o projeto da usina;
- d) papel do PTB na região canavieira, seu alcance e atuação no projeto usineiro;
- e) demarcação dos perfis do projeto usineiro – distinção entre o projeto *sonhado* (concebido) dos canavieiros cooperativados, o projeto *instalado* dos trabalhistas e a prática *executada* pelo estado pós-1964 – esta que moveu as relações agricultura/indústria da cana até o fechamento da usina;
- f) relações de trabalho na produção agrícola e industrial da cana, seus conflitos, dificuldades e resistências;
- g) fatores da crise e do fim da usina. De todos esse era, invariavelmente, o questionamento suscitado.

Compostas as colônias, buscou-se construir a sua rede. Intencionalmente, a rede maior foi a da colônia dos fornecedores de cana, os que alimentavam as moendas. Houve um cuidado em identificar depoentes que estão em mais de uma colônia. Suas falas, por consequência, são multifacetárias, em virtude do trânsito que tiveram entre os papéis que desempenharam.

A colheita dos depoimentos, mais que um registro documental rico em informações provenientes de diferentes atores, com papéis diversos no processo histórico, permitiu potencializar algumas explicações da trajetória dos canavieiros de Santo Antônio da Patrulha e do Litoral Norte. Parte delas alimentou a escrita dessa história.

Em seguimento, a intenção é apontar os fatores que determinaram o fim da AGASA (o problema que suscitou o presente trabalho), segundo as falas documentadas, em resposta à pergunta: por que as moendas calaram? Ao questionamento posto, devendo apontar os três fatores mais relevantes, os depoentes, na verdade, indicaram um número superior de razões, tendo alguns apresentado dificuldades de sinalizar as mais expressivas e contundentes. Justifica-se assim o número expressivo de motivos indicados, a partir do lugar que o depoente ocupou no processo.

Das entrevistas, foram colhidas as razões sinalizadas para o silenciamento das moendas, do que resultou um inventário qualitativo e quantitativo por colônia. O resultado demonstrativo de sua rede pode ser analisado nas tabelas parciais, colônia a colônia.¹⁵⁶⁹

Feito um recorte das razões indicadas com o maior número de ocorrências em cada colônia, pode-se vislumbrar o seguinte resultado:

Tabela 46 – Causas apontadas com o maior número de ocorrências pelos entrevistados, em cada colônia, para o fechamento da AGASA, através da metodologia da História Oral

Colônia	Por que as moendas calaram?	Nº de ocorrências	Nº depoentes
A *	Desvio do projeto idealizado	4	6
A	Falta de estradas	4	6
B	Trabalho penoso no canavial	28	28
C	Falta de peão, por ganhar pouco	1	1
D *	Má administração da usina: política, e não técnica	2	2
D	Trabalho penoso	2	2
D	Empreguismo e direção político-partidária na usina	2	2
D	Com a chuva, cana perdida na lavoura por falta de transporte	2	2
D	Falta de caminhão para transporte; dificuldades e desgaste com o transporte	2	2
E *	Empreguismo/funcionários fantasmas e direção político-partidária	7	10
	Localização inadequada da usina	7	10
F	Minifúndio: pouca terra para cana industrial/falta de matéria-prima	8	9
G *	Desconfiança com experiências frustradas anteriores	3	3
	Fornecedores com tradição canavieira;	3	3

¹⁵⁶⁹ No ANEXO DDDD estão as tabelas parciais com os indicativos das causas do fechamento da AGASA, apontadas pelos depoentes de cada colônia nas entrevistas de História Oral.

	usineira não		
	Fornecedores minifundiários nas encostas dos morros e com difícil acesso	3	3
	Baixo rendimento industrial com condições climáticas desfavoráveis; variedades da cana e não renovação dos canaviais	3	3
H *	Má administração da usina; política, e não técnica/ desconhecia cana	5	5
	Localização inadequada da usina/falta de planejamento técnico: terreno acidentado e no morro	5	5
	Impossibilidade de mecanização e dificuldade de transporte	5	5
I	Má administração: política e não técnica/ desconhecia cana/ falta visão empresarial	6	9
J	Má administração: política, e não técnica, mas tecnocrata/ desconhecia cana; nomeação de políticos frustrados	11	11
K *	Má administração: política, e não técnica; desconhecia indústria da cana	3	3
	Falta de organização dos canavieiros; falta de mentalidade sindical; ditadura inibiu organização e resistência dos canavieiros	3	3

* Colônias com variáveis que receberam igual número de ocorrências na rede constituída.

Fonte: Depoimentos de História Oral concedidos a Véra Lucia Maciel Barroso.

Os dados expostos são evidentes e explícitos. Debruçar-se a cada uma das colônias, visibilizadas nas tabelas elaboradas, e revê-las no conjunto, em sua rede, com seus maiores índices é um exercício de releitura da trajetória da AGASA.

Sem dúvida, a oralidade documentada permitiu confirmar as hipóteses levantadas; o que a documentação em outros suportes já expusera. As fontes se mostraram cúlplices, ainda que produzidas em tempos diferentes. A memória dos canavieiros e a dos demais atores, agentes do processo, mais que preservada, aflorou lúcida e com definido realismo. Nessas condições, foi possível, com segurança, confirmar, pelas razões apontadas e pelos rasgos de depoimentos apresentados, que o fator *administração*, sinalizado na explicação para o fim da AGASA, tem peso significativo. A ruptura do projeto original, gestado pelos canavieiros – pelo povo –, possibilitou que a usina tomasse um rumo de distanciamento dos reais objetivos para os quais ela foi criada. Três dos seus idealizadores ressaltaram em seus depoimentos que o Estado, uma vez dadas as condições de alavancar a empresa para o cumprimento da sua função social, deveria ter dela se afastado, deixando a Cooperativa na sua gerência e condução da prática agroindustrial. Possuidores do saber canavieiro, respeitado seu *ethos*, diante dos desafios que a lógica usineira lhes impusesse, teriam os produtores de cana melhores condições de oferecer soluções próprias de preservação da fábrica de açúcar, se estivessem mantidos na organização cooperativa: isso seria naturalmente o esperado. Afinal, diante do desconhecido *mundo sonhado*, teriam respostas de sustentação na herança cultural da tradição manufatureira da

cana, perseguidas com originalidade, face ao desafio da imposição de uma outra lógica, a açucareira – assentada na indústria –, a qual desconheciam.

Esse processo dialético que impulsionaria a criação de um modelo original, com a cara local para a realidade canavieira gaúcha, diversa de todas as existentes nos demais estados brasileiros, foi barrado, visceralmente bloqueado. Ou seja, foi golpeado pela didatura militar deflagrada em 1964, reconhecida como estagnadora da proposta idealizada, não só pelos depoentes da colônia dos líderes sindicais, como também por outros segmentos investigados. Assim, a usina até para fins de orientação doutrinária do Estado autoritário serviu. Conseqüentemente, as decisões tomadas por esse Estado e o rumo dado a ela acabaram desnortando o projeto, não só do ponto de vista empresarial, mas também, e sobretudo, do daqueles que a alimentavam com a matéria-prima. Isso é comprovado pelas decisões tomadas e pela perspectiva que as orientou. São exemplos disso a localização da AGASA; as condições de sua estrutura produtiva; a orientação na relação usina/canavial, usina/artesanato; a política de inserção dos trabalhadores e dos seus dirigentes na empresa, além de outras demandas e necessidades para seu funcionamento, sem esquecer-se do total afastamento dos cooperativados da direção da usina. Para a consecução de um projeto de base popular, outra seria a condução. Aliás, reafirmando, a titularidade da idealização da usina pelos trabalhadores da cana não é clara no imaginário das comunidades canavieiras contemporâneas.

Assim posto, o projeto usineiro que deveria promover a ressurreição da área canavieira gaúcha, porque aplicado justamente em outra base, que não a tradicionalmente encabeçada nas demais usinas brasileiras, resultou em sua antítese. Forçados a trabalhar penosamente e sem condições estruturais condizentes com a desconhecida lógica usineira, os canavieiros fugiram para a cidade, em conjuntura amplamente favorável, em tempo do “milagre brasileiro”. E, paulatinamente, a usina ficou sem lastro, sem os seus trabalhadores, que, na sua grande maioria, se fixaram na área metropolitana da Capital, inchando seu cinturão populacional, multiplicado várias vezes. E lá estavam, não mais dependurados nos morros da cana, mas sim apinhados em muitos ônibus rumo ao trabalho que no urbano se impôs como sedutor. Nestas circunstâncias reais, concretas e impositivas na luta pela sobrevivência e vida digna, as moendas não mais receberam cana. Caladas, elas assistiram ao fim amargo da Açúcar Gaúcho S.A., depois de vinte e cinco anos de duro trabalho das famílias canavieiras do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

5.5 EPÍLOGO

Em 1990, meses após o fechamento da AGASA, o patrulhense Elói Guimarães, candidato a deputado estadual pelo PDT (partido seguidor do trabalhismo de Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola), em campanha na sua terra natal, afirmou, em matéria da imprensa local:

Eu particularmente pretendo ser deputado estadual pelo PDT. Com a vitória de Alceu Collares que já vislumbra no horizonte, é certo que Santo Antônio terá dentro do palácio uma voz forte na defesa de seus interesses, uma vez que devido a todo um passado de lutas e juntos com o nosso governador Collares e este candidato poderemos dialogar francamente e tenho a certeza de que Santo Antônio será atendido nas suas principais reivindicações. **Um exemplo disso é o caso da AGASA, criada no governo de Leonel Brizola e deteriorada através dos tempos, como um cabide de empregos, que levou a empresa a se desviar da função para a qual foi criada, ou seja, a redenção econômica dos municípios de Santo Antônio e Osório. Com a volta de um governo trabalhista ao Piratini, esta questão terá que ser tratada em regime de urgência.** É preciso reavaliar a AGASA, modernizar suas funções para que a empresa volte a ser um dos pilares da economia regional.¹⁵⁷⁰

Transcorridos dois anos do fechamento da AGASA, em 1992,¹⁵⁷¹ ao secretário de Estado do governo Collares, Dr. Cláudio Hyff Moreira, foi enviada essa correspondência pelo presidente da Cooperativa Canavieira e depois prefeito de Santo Antônio da Patrulha, Jorge Pedro Nehme. Sua leitura, na íntegra, permite uma síntese fulcral do princípio e do fim da AGASA.

Ilmo. Sr.
Dr. Cláudio Ryff Moreira
D.D.Secretário de Estado de Estado

Porto Alegre, 30 de janeiro de 1992.

Complementando conversa que mantivemos por telefone sobre a atual situação da AGASA, como fundador e diretor comercial durante sua implantação, permita-me tecer algumas considerações sobre aquele empreendimento, hoje desativado.

A fundação da AGASA teve como principal suporte a Cooperativa Canavieira Santo Antônio, que congregava em seu quadro social em torno de 2.600 associados, todos pequenos produtores de cana-de-açúcar.

A referida Cooperativa recebia e comercializava toda a produção dos associados, ou seja, açúcar mascavo, rapaduras, melado e cachaça, produção que era colocada nas principais praças consumidoras do estado, principalmente nas cidades da fronteira com Uruguai e Argentina.

Corria o ano de 1962 e o Dr. Brizola governava o Rio Grande do Sul e foi ele nosso principal interlocutor junto ao Presidente JANGO, para conseguirmos registro

¹⁵⁷⁰ ELÓI Guimarães quer Santo Antônio como pólo regional. *Guarda Velha*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 130, p. 3, 1º jun. 1990. (Grifo nosso). Mais uma vez a causa canavieira é transformada em bandeira eleitoral.

¹⁵⁷¹ Em 1991, a Olquisa – Oleoquímica S. A. Ind. e Com. realizou um estudo para a possível viabilização da retomada da AGASA. Apontou como solução a abertura do seu capital social. Ver: PROPOSTA DA OLQUIISA – Oleoquímica S.A. Ind. e Com. *Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA*. 1991. Datilografado.

junto ao Instituto do Açúcar e do Alcool, bem como a respectiva quota para fabricação inicial de 400 mil sacas de açúcar.

Quando da constituição da AGASA ficou estabelecido entre o Governo do Estado, representado pelo então Secretário da Economia, Dr. Milton Dutra e uma comissão de produtores, que assim que a AGASA entrasse em funcionamento a mesma seria entregue à Cooperativa, ficando apenas um representante do Governo do Estado junto à direção da indústria. Tendo em vista o acordo firmado, aproximadamente 2.000 produtores se associaram à AGASA, tomando o compromisso de entregarem sua produção. Aconteceu que, com a vitória do Eng. Ildo Meneghetti nas eleições para governador, mudou a direção da AGASA e os representantes do governo não honraram o acordo firmado.

A diretoria da Cooperativa não teve alternativa, reuniu os associados e pediu sua extinção, tendo posteriormente vendido seus bens e prestado contas aos associados.

A partir do início da era de produção, a AGASA, sob a orientação dos governos pós-64, transformou-se em cabides de empregos e refúgio de políticos fracassados.

Salvo raras exceções, os diretores partiam de indicações políticas, que pela sua incompetência levaram a AGASA à situação que temos conhecimento. Assim mesmo, aquela indústria resistiu por 27 anos, sendo finalmente sucateada no governo Simon-Guazelli, que se apoderaram até das terras que pertenciam à AGASA.

A comunidade Patrulhense, bem como os produtores de cana-de-açúcar do litoral norte já cumpriram com sua parte, no projeto de implantação e funcionamento da indústria.

Esperamos que agora, no governo trabalhista do Dr. Alceu Collares, seja feita justiça aos pequenos produtores de cana-de-açúcar que foram totalmente abandonados pelos governos impostos ao povo pela chamada revolução salvadora de 1º de abril de 1964.

Senhor Secretário, os produtores precisam de vosso apoio junto ao Governador Collares para que lhes seja concedido financiamento pelo Banrisul, para o plantio, bem como o fornecimento de mudas de novas variedades de cana, bem como a indispensável assistência técnica junto à lavoura canavieira. Os produtores esperam ainda, que o governo do estado, indique uma diretoria realmente identificada com os pequenos produtores e que venha a trabalhar no sentido da reabertura da Agasa e o reinício da produção do açúcar e álcool.

Finalizando, coloco-me à disposição de V. Sa. para contribuir no que estiver ao meu alcance, na viabilidade de projeto que realmente venha socorrer os produtores injustiçados e reerguer aquela indústria pioneira no estado.

Atenciosamente,

Jorge Pedro Nehme¹⁵⁷²

Como construir outro sonho diante da desilusão?

Os morros já não eram, então, mais da cana.

As moedas estavam caladas. Emudecidas... silentes, elas foram assistindo dia a dia o espetáculo da ruína em movimento, qual dançarina a evadir-se na busca de espaço e a demorar-se no tempo, deixando rastros do passado no presente, mas sem futuro. Futuro, qual? O do passado?

¹⁵⁷² Acervo de Jorge Pedro Nehme, sócio-fundador e primeiro presidente da Cooperativa Canavieira Patrulhense Ltda. e prefeito municipal de Santo Antônio da Patrulha (1964-1969). (Grifo nosso).

Qual o futuro do pretérito canavieiro do Litoral Norte do Rio Grande do Sul? A doce ilusão ou a amarga desilusão? Que as vozes do passado, ora ecoadas através do presente trabalho, sejam ouvidas. No ano de 1994, lê-se na coluna da Câmara de Vereadores constante em jornal de Santo Antônio da Patrulha:

Já vão longe os tempos em que, dos morros desciam caminhões carregados de cana-de-açúcar para abastecerem as moendas, dela sorver o seu precioso suco que, depois seria cristalizado em açúcar.

Já perde-se no tempo, aquele momento de corre-corre, na colméia humana, de homens e mulheres tirando da cana, trabalhando na roça sob o céu de vários climas, o açúcar cristalino, que depois ia para os centros de consumo e, de lá, chegavam até os lares para adoçar a vida já um tanto difícil, na época, dos gaúchos e brasileiros. Hoje, o tempo inclemente se encarregou de levar a ferrugem ao equipamento, sempre muito bem conservado, quando a AGASA era toda esplendor.

O teto desabou, em muitos pontos, transformando em montões de ruínas, o que antes era motivo de orgulho para todos.

As moendas estão caladas; todo o complexo está coberto pelo véu de silêncio. A gigantesca torre da Usina, aponta para o infinito, mas já não mais é símbolo de grandeza. Pelo contrário: aponta um local que, pela má administração, pela dilapidação do patrimônio público se transformou num ponto de tristeza para uma região que, até bem pouco antes, tinha na AGASA, um de seus motivos maiores de orgulho e de grandeza.¹⁵⁷³

Quase dez anos depois, na primeira página da Folha Patrulhense, edição nº 994, de 20 de março de 2003, lê-se esta manchete: *Maquinário da AGASA é entregue como pagamento de dívida trabalhista.*¹⁵⁷⁴



Fotografia 113 – Retirada do maquinário da AGASA a ser vendido para pagamento de dívida trabalhista – 2003

Fonte: MAQUINÁRIO da AGASA é entregue como pagamento de dívida trabalhista. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. 24, n. 994, p. 1, 20 mar. 2003.

¹⁵⁷³ AGASA: o fim de um ciclo dourado. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, n. 524, p. 6, 1º jun. 1994. (Grifo nosso).

¹⁵⁷⁴ FOLHA PATRULHENSE. Santo Antônio da Patrulha, n. 994, p. 1, 20 mar. 2003.



Fotografia 114 – Outro aspecto da retirada do maquinário da usina – 2003

Fonte: MAQUINÁRIO da AGASA é entregue como pagamento de dívida trabalhista. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. 24, n. 994, p. 1, 20 mar. 2003.



Fotografia 115 – Carregamento da tecnologia da usina de açúcar - 2003

Fonte: MAQUINÁRIO da AGASA é entregue como pagamento de dívida trabalhista. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. 24, n. 994, p. 1, 20 mar. 2003.

E na edição do Correio do Povo, também do dia 20 de março de 2003, está escrito:

PRESENTÃO – Em 1995, o governo do Estado presenteou a Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha com as instalações da Açúcar Gaúcho S.A. (AGASA). [...] Junto vieram dívidas de R\$ 2,5 milhões, incluindo ICMS e decisões da Justiça do Trabalho.¹⁵⁷⁵

¹⁵⁷⁵ CORREIO DO POVO. Porto Alegre, p. 4, 20 mar. 2003. Para Benito Izolan foi um legítimo Cavalinho de Tróia a doação da AGASA para Santo Antônio da Patrulha: “[...] teve mês que aquilo ali custava até dez mil reais por mês para o município manter aquela estrutura.” Depoimento de Benito Barbosa Izolan concedido a Vera Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2005.

“Nesse leilão entrou o maquinário da fábrica de açúcar, a destilaria de álcool, duas casas de alvenaria, o prédio do mercado, onde era o mercado da AGASA, e dezessete hectares de terra.”¹⁵⁷⁶ O sentido de perda demarca alguns depoimentos:

As moendas foram todas vendidas. Eu sei que a unidade geradora que ela tinha, num determinado momento podia abastecer Santo Antônio, inclusive. Ela gerava luz, energia. O consumo aqui era cinco megawatts. A unidade geradora que a usina funcionava a vapor correspondia a um quinto disso aí. Tinha a caldeira, a caldeira gerava o vapor. O vapor tocava a moenda. E tocava também essa unidade de energia. Era um grande gerador. Ele foi vendido para o Mato Grosso, se não me engano. [...] Foi um desperdício. Em Piracicaba eu falei com o engenheiro que construiu isso aqui. Eu perguntei: “O que vale uma planta daquelas hoje?” O cara me disse: “Seis milhões, de cinco a seis milhões de reais, uma planta nova.” “E uma planta usada que nem aquela, com esse tempo todo?” Ele disse: “Tranquilamente três milhões de reais.” Ela foi vendida, acho que por menos de quinhentos mil reais.¹⁵⁷⁷

“Foi a coisa mais braba de ver essa fábrica desmontada. Ela tinha muita visitação. O pessoal, as escolas que não conheciam usina de açúcar, vinha aqui. [...] Vai fazer falta para o pessoal. Muita escola já veio aqui depois que saiu o maquinário sem saber, para conhecer, e encontraram só os prédios vazios. Então não teve o que mostrar. Conversei um pouco. Tinha uns quadros aí. Mostrei os quadros e coisa e tal. Fica até difícil para a gente falar do funcionamento dela, como era. Sem ver, não tem nem como explicar. [...] Devia ser feito um museu, ser conservado para dar oportunidade... Muita gente só ouviu falar da AGASA e não conhecia. Seria uma oportunidade para esse pessoal ver como funcionava, como fazia açúcar, que é a única no Rio Grande do Sul, a única usina.”¹⁵⁷⁸

Devia se arrumar aquela usina, fazer tipo um museu. Aí o pessoal vinha aqui, de Porto Alegre para a praia. Fazia uma entrada ali e teria alguém ali para explicar como é que se produzia açúcar. Então se mostraria onde a cana entrava, como é que era moída, quando subia nos cristalizadores, aonde saía o açúcar branco, aonde era ensacado. Eu acho que seria um ponto turístico, [...] manter aquilo ali como um patrimônio histórico.¹⁵⁷⁹

A AGASA é um patrimônio, não é? [...]

O que era antes e o que é agora, sabe. O movimento que tinha antes e o que tem agora. Quer dizer... Agora está um deserto, sabe, comparando como era antes. Porque antes era movimentado, era limpinho, sabe, aquelas ruas limpinhas, as casas pintadinhas, tudo ajeitadinho, bonitinho. [...] Te digo mais: **se a empresa tivesse funcionando com aquela potência que ela tinha antigamente, quando ela funcionava, a todos os vapores ali, eu acredito que hoje a Lagoa dos Barros já tinha se emancipado de Santo Antônio.** [...] porque nós tínhamos ali frigorífico, nós tínhamos ali uma das maiores empresas do estado de açúcar, nós tínhamos pecuária. Tinha tudo ali para crescer, e não somos um município. [...] Tinha posto de saúde, tinha posto de combustível, tinha Brigada Militar. Telefone era Central Telefônica. Nós tínhamos tudo ali dentro. E com o fechamento da AGASA, as

¹⁵⁷⁶ Depoimento de Cláudio Antônio Souza dos Santos – *Claudinho* – concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 10 jan. 2005.

¹⁵⁷⁷ Depoimento de Antônio Carlos Brito concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 1º nov. 2004.

¹⁵⁷⁸ Depoimento de Cláudio Antônio Souza dos Santos – *Claudinho* – concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 10 jan. 2005.

¹⁵⁷⁹ Depoimento de Alceu Krás Dimer concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 15 mar. 2002.

esperanças acabaram. [...] **Hoje estão mais pobres porque a AGASA fechou.** [...] **Saíram para a cidade. Mudou do dia para a noite.**¹⁵⁸⁰

Não preservada, ao contrário, falida, sucateada e vazia, a usina transformou-se em cenário de solidão. Sem pertença, não há cuidado. Dos canavieiros, o abandono; dos mandatários, a indiferença. E o futuro? “Tapera, ferro enferrujado. Como fazer voltar todos aqueles que já estão com a experiência urbana?”¹⁵⁸¹ Antes postal solene na paisagem, ao pé do morro, diante da lendária lagoa, no presente, a usina se mostra desfalecida. Desmorona-se e esvai-se em ruínas diante dos passageiros que transitam nas duas estradas à sua margem.

A AGASA *morreu!* Viva, só na memória.

Que as lições da história da Açúcar Gaúcho S.A. possam balizar o rumo certo dos projetos futuros – na região, especialmente –, orientados pelo atendimento às necessidades coletivas das comunidades do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Para tanto, “[...] **que seja ouvida a voz do pequeno produtor.**”¹⁵⁸² **“O esteio da usina é o canavieiro. No momento em que o povo não estava, a AGASA não podia dar certo.**”¹⁵⁸³



Fotografia 116 – Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA em ruínas – setembro de 2006

Fonte: Acervo do Museu Juca Maciel. Foto de Ivan de Paula. Santo Antônio da Patrulha.

¹⁵⁸⁰ Depoimento de Delmo Tedesco concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 15 fev. 2000. (Grifo nosso). Em seu depoimento, Delmo chama a atenção para as mais de 10.000 pessoas que eram articuladas pela AGASA. Disse ele: “A vila da AGASA tinha vida. Mantinha cerca de dez mil pessoas. O pessoal recebia e vinha ali gastar.” Em matéria publicada em 2001, é frisado que, depois da fase áurea da cana, a sua produção, em Santo Antônio da Patrulha, não alcança 800 ha. YES, nós temos cachaça: a famosa cachaça volta a ser valorizada na cidade. *Informação*. Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 9, p. 5, 9 ago. 2001.

¹⁵⁸¹ É o questionamento feito por Emiliano J. K. Limberger, quando do depoimento concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 08 jan. 2001.

¹⁵⁸² Depoimento colhido de um instrumento aplicado a um grupo de canavieiros de Santo Antônio da Patrulha e Osório, quando a AGASA estava prester a encerrar suas atividades. Não está datado, mas se depreende, pelas perguntas e respostas, o ano provável: 1989. Papéis diversos. Documentos avulsos. Acervo da AGASA. (Grifo nosso).

¹⁵⁸³ Depoimento de Paulo Dapper concedido a Véra Lucia Maciel Barroso em 17 fev. 2000. (Grifo nosso). O ANEXO EEEE contém a relação completa dos depoentes, acompanhada de outras informações.



Fotografia 117 – Cenário de abandono da AGASA I – setembro de 2006

Fonte: Acervo do Museu Juca Maciel. Foto de Ivan de Paula. Santo Antônio da Patrulha.



Fotografia 118 – Usina vazia – setembro de 2006

Fonte: Acervo do Museu Juca Maciel. Foto de Ivan de Paula. Santo Antônio da Patrulha.



Fotografia 119 – A chaminé altiva frente à ruína – setembro de 2006

Fonte: Acervo do Museu Juca Maciel. Foto de Ivan de Paula. Santo Antônio da Patrulha.



Fotografia 120 – O verde abraço I – AGASA em setembro de 2006

Fonte: Acervo do Museu Juca Maciel. Foto de Ivan de Paula. Santo Antônio da Patrulha.



Fotografia 121 – O verde abraço II – AGASA em setembro de 2006

Fonte: Acervo do Museu Juca Maciel. Foto de Ivan de Paula. Santo Antônio da Patrulha.



Fotografia 122 – Cenário de abandono da AGASA II – setembro de 2006

Fonte: Acervo do Museu Juca Maciel. Foto de Ivan de Paula. Santo Antônio da Patrulha.



Fotografia 123 – Espetáculo da ruína I – setembro de 2006

Fonte: Acervo do Museu Juca Maciel. Foto de Ivan de Paula. Santo Antônio da Patrulha.



Fotografia 124 – Espetáculo da ruína II – setembro de 2006

Fonte: Acervo do Museu Juca Maciel. Foto de Ivan de Paula. Santo Antônio da Patrulha.



**Fotografia 125 – Espetáculo da ruína
III – setembro de 2006**

Fonte: Acervo do Museu Juca Maciel. Foto de Ivan de Paula. Santo Antônio da Patrulha.



**Fotografia 126 – Espetáculo da ruína
IV – setembro de 2006**

Fonte: Acervo do Museu Juca Maciel. Foto de Ivan de Paula. Santo Antônio da Patrulha.



Fotografia 127 – Restos do complexo industrial AGASA – setembro de 2006

Fonte: Acervo do Museu Juca Maciel. Foto de Ivan de Paula. Santo Antônio da Patrulha.



Fotografia 128 – A Vila da AGASA – setembro de 2006

Fonte: Acervo do Museu Juca Maciel. Foto de Ivan de Paula. Santo Antônio da Patrulha.



Fotografia 129 – Cenários que foram da cana-de-açúcar – setembro de 2006

Fonte: Acervo do Museu Juca Maciel. Foto de Ivan de Paula. Santo Antônio da Patrulha.



Fotografia 130 – O entorno da AGASA em setembro de 2006

Fonte: Acervo do Museu Juca Maciel. Foto de Ivan de Paula. Santo Antônio da Patrulha.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho teve início na década de 1960, quando eu residia em Santo Antônio da Patrulha. E é por conta de tamanha intimidade como o tema e o município que, nesta seção final, me permito manifestar-me em primeira pessoa, como fiz na *Introdução*.

Lembro-me muito nitidamente que nos anos de 1960, a euforia da identidade canavieira transpirava em todos os espaços e falas; na cidade e no meio rural. Vertia um *clima* que movimentava a idéia da ressurreição esperada para o município e a região, em virtude de uma crise que então sua população vivia. Entretanto, essa sensação coletiva foi efêmera e não explicitada, nem por seus atores e nem por seus expectadores, diante do curto tempo de atuação da usina açucareira na área implantada como a solução que se esperava para os tempos difíceis pelos quais a região atravessava. Tanto é que até o presente não está claro, no imaginário dos diferentes segmentos do social nas comunidades envolvidas, de quem é a titularidade do projeto da AGASA. O que ainda se escuta são idéias fragmentárias e contraditórias acerca da gênese da usina.

Passados dez anos do fechamento da empresa açucareira, após os seus reveses e conseqüente abandono, tomei a decisão de assumir um compromisso (mais que realizar um intento pessoal): o de decifrar o sonho e a desilusão do coletivo canavieiro frente ao frustrado projeto usineiro, sobretudo a partir da escuta dos que trabalharam nos canaviais de Santo Antônio da Patrulha. A idéia de oferecer, ao próprio coletivo e à sociedade civil organizada do município e do Litoral Norte, o desvendamento de sua história, como esteio e também alavanca dos projetos e iniciativas de desenvolvimento que no presente possam vir a empreender, foi animada pela farta documentação encontrada sobre o tema. Compulsar as fontes documentais relativas ao tema, foi um “sem-parar”. Constituiu-se em uma abissal tarefa que exigiu um esforço gigantesco para trançá-las, analisá-las, interpretá-las rumo à construção de uma tese, em cujo texto se pudesse responder às perguntas que moveram a execução dessa tarefa. Para tanto se impôs remexer os tempos: o do *passado*, através da leitura e do exame meticolosos das fontes documentais levantadas em diferentes espaços, com destaque as localizadas no cofre-arquivo da AGASA; e o do *presente*, por meio da metodologia da História Oral, na produção de relatos com sujeitos sociais que participaram direta ou indiretamente do processo. Muitos dos que ofereceram suas lembranças ao presente trabalho não vivem mais. Deles e de tantos outros entrevistados ficaram documentos orais de inestimável valor que irão compor o acervo do Museu Juca Maciel e do Centro de Pesquisa

em História Oral do PPG em História da PUCRS, como estímulo à produção de outros tantos trabalhos sobre o tema.

Passados cinco anos do início efetivo da pesquisa – ainda que já viesse recolhendo documentos sobre o tema há mais de vinte anos, somados à confecção de pastas de taxações (recortes de jornais) sobre tudo que fosse publicado na imprensa sobre a cana-de-açúcar –, tenho muito claro que essa tarefa está inconclusa e que não tem data para terminar. Há muito ainda por escutar, dizer e dialogar com papéis e vozes, e também analisar imagens vivas e clicadas da região estudada. O tema é monumental. De sua monumentalidade foi possível levantar apenas as colunas mestras. Tudo mais é tarefa para ser empreendida, o que será possível com a adesão de outros interessados no tema. Em parceria e coletivamente, poder-se-á ampliar e aprofundar o estudo ora apresentado. Afinal, a estrada já está pavimentada. Aberta, é mais fácil trilhá-la. E os que por ela enveredarem não vão querer parar ou permitir a queda. Trata-se de um caminho fascinante, mas que exige fôlego. Fruto dele se obteve o resultado aqui apresentado.

No encaminhamento das conclusões, se impõem apresentar algumas considerações pontuais reveladoras da importância do presente trabalho. A primeira é a de que a história da expansão canavieira no Rio Grande do Sul é relevante. Não é mais possível manter o seu silêncio na historiografia regional e também na nacional. Isso se deve não só por sua tradição bicentenária, como por suas tentativas agromanufatureiras levadas a cabo na primeira metade do século XX, sendo uma delas de âmbito federal; portanto, resultado de uma intervenção vinda de além-fronteiras do estado. E, posteriormente, com a implantação de uma usina açucareira no extremo meridional do Brasil e nas condições em que ela foi gestada e implantada, com os determinantes que impuseram uma ruptura na configuração usineira nacional, aí sim, o Rio Grande do Sul marcou posição.

Nessa direção, afirmo, sem sombra de dúvida, a partir da pesquisa realizada e do próprio reconhecimento de muitos depoentes, que foi feita uma “revolução” na região nortelitorânea do estado com a criação da AGASA. Com tranquilidade, se pode falar, no âmbito da superestrutura, que a criação de uma usina açucareira no Rio Grande do Sul assentada em área de produção minifundiária teve o caráter de uma revolução. Ou seja, foi quebrada a hegemonia açucareira do Nordeste, de onde ainda se impunham limites à expansão canavieira no Brasil, apesar do ousado avanço que o Sudeste realizou através de São Paulo, a partir da década de 1950, com maior força. O Rio Grande do Sul teve a coragem de querer plantar cana-de-açúcar, apesar do cerco imposto ao estado. Isso é significativo. Então, o ato de resistência a esse domínio do centro – diga-se, do Sudeste e do Nordeste do país – foi

proeminente. A luta pela obtenção da cota de açúcar junto ao Instituto do Açúcar e do Alcool, controlado pelas lideranças usineiras do Nordeste, indica pressão, mobilização, ação/reação frente ao domínio açucareiro de Pernambuco, sobretudo, e de outros estados produtores, localizados em regiões tradicionais do açúcar.

Da AGASA se pode dizer que ela cumpriu com a sua missão, no sentido de que agrupou os pequenos produtores e serviu para organizar a categoria. Fomentou a consciência da luta e a capacidade de ação em busca de desenvolvimento, mesmo que a iniciativa não tenha sido vitoriosa, ou seja, bem-sucedida, do ponto de vista dos que a idealizaram – os minifundiários da cana gaúcha. Aí se tem um outro ingrediente fundamental para esta análise conclusiva. O exemplo do Rio Grande do Sul, onde pequenos proprietários ousaram plantar cana para uma usina podia ser imitado em outros estados, e isso não interessava ao latifúndio açucareiro das áreas consagradas ao setor. Não se podia permitir a mudança de paradigma, centrado na lógica usineira, a partir do domínio de um reduzido número de grandes proprietários de terra, como o que historicamente acontecia, desde a formação do Brasil. Portanto, ainda que a implantação da AGASA possa ser considerada uma revolução frustrada por seus resultados, o seu nascedouro é fruto de um ato de ruptura. Por sua importância, essa constatação precisa ser propagada, por tratar-se, sobretudo, de pequenos proprietários de terra e de cana os agentes desse processo. Justamente foram eles os titulares da idealização da usina açucareira gaúcha. Agora mais que evidenciado, isso está aqui comprovado.

Importa então, por essa e outras conclusões deste estudo, demarcar um espaço para a história da cana-de-açúcar nas historiografias regional e nacional, e para além-fronteiras. Afinal, madeirense também é a “marca” da cana-de-açúcar introduzida no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, como foi a introduzida em São Vicente e Pernambuco, as capitânicas que inauguraram o Brasil açucareiro. Essa é outra contribuição que este trabalho oferece. Até o presente, o que se dizia é que os açorianos haviam introduzido a cana na Capitania de São Pedro. O seu papel foi sim o de difusores.

Por outro lado, a partir da pesquisa realizada, que permitiu trazer à luz os cenários da cana, desde o Oriente até o Brasil, e depois as experiências canavieiras do Rio Grande do Sul, foi possível reconhecer que a cana-de-açúcar foi a argamassa que cimentou centenas de homens e mulheres, trabalhadores da cana, que, de sol a sol, cortaram dias e noites de suas vidas para sonhar com tempos promissores para si e seus filhos. O projeto era permanecer na região norte-litorânea, sem precisar sair e buscar em outros horizontes o que acabaram depois não encontrando na região: condições dignas de sobrevivência. Em meio a adversidades,

muito trabalharam, se organizaram e resistiram. Mas a partida foi uma das facetas da resistência dos canavieiros, em resposta aos reveses que a usina lhes impunha.

A cana-de-açúcar é símbolo de um tempo de riqueza para a região. A contar do final da década de 1950, quando a Cooperativa Canavieira começou a articular a fábrica de açúcar branco, junto às forças políticas de Santo Antônio da Patrulha, Osório e Torres, estavam seus líderes convencidos de que tinham encontrado a alternativa econômica para fazerem ressurgir suas comunidades. A amarga experiência anterior, com a malograda Usina Santa Marta, em Osório, não foi suficiente para a região desistir desse intento. As dificuldades de transporte adicionadas à política então vigorante, com restrições ao fabrico e um forte contingenciamento de produção, contribuíram para estiolar irreversivelmente essa experiência pioneira, constituindo-se num velho tabu a ser quebrado, e que prevaleceu por muitos anos, de que o Rio Grande do Sul não poderia produzir açúcar. A Usina Livramento, instalada nas imediações da Santa Marta, anos depois, fruto de um planejamento inadequado para a produção de álcool, foi outra tentativa infrutífera que contribuiu para que a cultura canavieira no estado caísse na descrença, e recheada de questionamentos. Tal era o desgaste, que, na década de 1960, quando lançaram, na região do Litoral Norte, reivindicações para a instalação de uma usina açucareira, não foram pequenos os óbices a transpor, quer no meio rural, quer na esfera pública, em que a imagem de um empreendimento de tal monta estava totalmente desacreditada. Entretanto, a força da sociedade civil organizada da região canavieira forjou a idéia de criação de uma usina de açúcar branco como a sua ressurreição. Assimilada por Brizola, potencializando o trabalhismo na região, a usina açucareira foi alavancada. Mas o sonho que prometia a redenção dos canavieiros sofreu um grave revés, imposto pelo golpe de 1964, ao determinar uma fissura estrutural no projeto.

Teriam bastado tecnologia e bom gerenciamento para a AGASA ser bem sucedida? Sucesso da usina ou sucesso dos canavieiros? De quem é a usina? Em mãos de quem ela deveria ter ficado, para responder positivamente e promover a ressurreição da região, aquela tida como a mais pobre do estado nos idos de 1950/1960?

Qual foi o projeto que vingou? O primeiro, o impulsionado pelos canavieiros cooperativados? O segundo, encampado pelo Estado trabalhista? Ou o terceiro, direcionado pelo Estado pós-64 até o final da década de 1980?

A escrita da investigação realizada e ora apresentada foi pautada na direção de demonstrar *pari passu* os descaminhos do projeto original através da história da Açúcar Gaúcho S.A., empresa estatal por força de um golpe desfechado contra a Cooperativa Canavieira. Esta tivera inicialmente um braço na direção da usina, mas combinado ficara que,

depois de angariar condições de autonomia, a Cooperativa assumiria o rumo da sua atuação. O Estado não seria o sócio majoritário; era o previsto. Entretanto, com o golpe de 1964, especialmente na década de 1970, além de o Estado impor-se majoritariamente na empresa, definiu-se também como pólo difusor do ideário militar – e tomando medidas em descompasso com as necessidades dos populares dos canaviais. Encaminhamentos, não levando em conta a finalidade para a qual a usina fora gestada, impuseram um caráter autoritário na arquitetura da sociedade canavieira regional. Lembre-se aqui a compra de uma fazenda, onde trabalhadores “importados” de outros lugares, sem conhecimento da cana, para ali foram trazidos, ainda que temporariamente. Uma destilaria de álcool foi implantada junto à indústria de açúcar, sem os devidos estudos e verificação da sua viabilidade empresarial e da existência de canaviais suficientes para atender às duas produções. O que direcionou a decisão foi a euforia governamental no sentido de o Estado marcar presença no PROÁLCOOL. A inserção do Rio Grande do Sul no plano nacional, premido pela conjuntura externa durante a crise petrolífera, não levou em conta um estudo metuculoso das condições e possibilidades locais. Disso resultou para a estrutura canavieira do nordeste sul-rio-grandense um endividamento de vulto gigantesco, vindo a acelerar a agonia da usina, com repercussões irreversíveis no sentido, inclusive, da inversão do caráter econômico regional. Até um megaprojeto usineiro para Torres, em bases irreais, foi proposto. O que é fato é que a tradicional região canavieira gaúcha vivenciou, nesses anos todos, um processo de metamorfose identitária.

O estudo da gênese e do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro chama a atenção para a exploração camponesa, diante das dificuldades e dos limites a ela impostos. De um lado, está o latifúndio, pressionando com as terras mais bem situadas (veja-se o espaço da orizicultura da região), sobrando aos pequenos os espaços periféricos, de topografia acidentada e solo de custo alto para a obtenção de boa produtividade (veja-se o espaço dos canaviais da área em estudo). E, de outro, o que ocorre no relacionamento do capital industrial com os camponeses é que eles passam a produzir o que interessa à indústria em volume e quantidade esperados. É o capital que determina e limita. Ele provê financiamento e orientação técnica e dita o valor que vai pagar pela matéria-prima esperada. Essa relação impõe uma subordinação dos camponeses ao capital industrial, que os faz submissos e dependentes. Conseqüentemente, o camponês é obrigado a abrir mão da renda da terra e do excedente que equivaleria ao seu lucro, porque é obrigado a contentar-se com o que o capital industrial lhe paga.

É justamente isso que ocorreu com as centenas de famílias canavieiras de Santo Antônio da Patrulha e das comunidades do Litoral Norte do Rio Grande do Sul na sua relação com a Açúcar Gaúcho S.A., com maior pressão a contar do final da década de 1970 e da seguinte. Elas mantiveram uma relação que recriou formas de trabalho a domicílio nas próprias terras, dependentes da lógica da fábrica (ainda que estatal), que são características da fase mais inicial do capitalismo na Europa. Aliás, no caso de capitalismo de Estado, a propriedade estatal, ou estatal-privada, tem a mesma forma de capital como produto de mais-valia.

Quando os canavieiros se organizaram para projetar uma fábrica de açúcar branco, a fim de resolverem o problema grave que os afligia, não a dimensionaram com projeção de uma grande usina, e ainda estatal. Tanto é que reinavam a descrença e a resistência quando a gigantesca construção emergia em meio à virgem paisagem. Ela fazia recordar os elefantes brancos, os frustrados projetos regionais que anteriormente a região acompanhara.

Convencidos a abandonar a fabricação rotineira e primitiva, muitos fecharam o engenho para se transformarem em fornecedores de cana para a usina que acabara por ser instalada, em outras bases, que não a projetada pelos titulares. As relações entre a parte industrial, com a usina, e a parte agrícola, com os agricultores canavieiros, estiveram, na vigência da AGASA, muito mais em dissonância do que em harmonia. Queixas dos juros altos, da falta de estradas, do transporte caro, da orientação “moderna” do plantio da cana em meio a muitas pedras, do penoso trabalho forjado por muitas condições adversas e guiado pela lógica da indústria, alimentada por canaviais inviáveis de serem mecanizados, eram algumas dentre outras lamúrias ouvidas nos morros da cana e arredores. Afinal, mudar as práticas da tradição com o trato da cana, alterar a visão do mundo do trabalho e a lógica cultural das suas vidas levaria muitos anos – tempo insuficiente, dada a transitoriedade da usina açucareira gaúcha. Não houve tempo para rupturas no campo do social. Teria havido, sim, permanências? Aqui se deve evocar a mentalidade canavieira prevalente e preservada em detrimento da mentalidade açucareira que não aflorou.

Atravessando o tempo da atuação da AGASA, um olhar sobre as relações de produção do período permite entrever no Litoral Norte do Rio Grande do Sul a coexistência de diferentes técnicas de produção e de diversos tipos de açúcar e/ou outros derivados da cana: a da *usina*, com sua moderna fábrica de açúcar branco, movida a luz e com ágil engrenagem; a dos *engenhos* para a confecção de rapadura e açúcar mascavo, movida por gado vacuum ou cavalar; e a dos *alambiques* para fazer cachaça, a procurada *caninha*, produto de tradição familiar da região.

Entretanto, com a usina instalada, os canaviais patrulhenses e os dos municípios do seu entorno, que outrora alimentavam centenas de engenhos e alambiques rudimentares, movidos a força animal e que depois alimentaram as moendas da AGASA, foram desaparecendo, pelas repetidas crises da usina.

Famílias canavieiras, ano a ano, crescentemente, passaram a migrar. Encontram-se hoje nas cidades que abraçam a capital metropolitana, e nela, especialmente nos bairros da zona norte. Muitos foram para Gravataí, Cachoeirinha, Alvorada, Viamão, Canoas. Em Novo Hamburgo, também em grande número, e em outros municípios da indústria calçadista, patrulhenses se instalaram.

Os filhos partiram; ficaram poucos pais. Daqueles, alguns, raros voltaram. Reavivaram suas lembranças das práticas canavieiras da sabedoria familiar e retornaram ao engenho ou ao velho alambique, para a produção de cachaça ou de rapaduras e açúcar mascavo. Era o que sabiam fazer, a herança que receberam dos antepassados, da tradição. Era a saída depois do desencanto com a cidade e suas mazelas. Ainda que vivas, essas memórias estavam veladas desde o tempo em que ouviam os apelos da usina erguida ao pé da serra, lá embaixo, à beira da lagoa.

Justamente o objetivo central que percorreu este trabalho foi o de identificar as razões por que as moendas da AGASA foram caladas depois de vinte e cinco anos de resistência diante das contradições e conflitos intermitentes, não percebidos por todos, que a empresa viveu e enfrentou. Por que ela encerrou suas atividades? Qual a relação do seu fechamento com a atuação dos fornecedores de cana, aqueles que alimentavam suas moendas, fazendo ecoar o apito da usina nos altos dos morros e ao seu redor?

Sem dúvida, esta pesquisa evidencia que o fechamento da AGASA é resultado do processo de abortamento do projeto popular gestado pelos canavieiros e da sua substituição por outro, cuja orientação não era condizente nem com os propósitos daquele que vinha sendo implantado depois pelos trabalhistas em aliança com as lideranças do setor. Para esse desvio, o primeiro revés ocorreu a contar de 1963, com o governo de Ildo Meneghetti, quando os canavieiros ficaram marginalizados da sua diretoria, na qual tinham um assento, conforme combinação com as lideranças trabalhistas que passaram a conduzir interinamente a passagem, até que a Cooperativa tivesse condições de geri-la. Nem a força (por sua importância emblemática) de um abaixo-assinado dos canavieiros, com quase mil assinaturas, alterou a decisão tomada. O fosso mesmo ficou maior com a implantação da ditadura militar, cujo governo no Estado impôs diretrizes que desnortearam o rumo da usina, vindo a promover a exclusão dos canavieiros como sócios minoritários e sem cadeira no quorum das decisões.

Conseqüentemente, a crise, que já ficara evidente desde o início, impôs crescentemente a usina à condição deficitária e geradora da expulsão dos fornecedores de cana das terras que a eles pertenceram, pelas medidas que passo a passo ela viria a adotar. Em virtude dessa dissociação (canavieiros/usina), impuseram-se medidas e orientações de caráter infra-estrutural dissonantes do que seria de esperar-se para o efetivo funcionamento de uma empresa. Somam-se, no conjunto, os ditames da política econômica firmada na lógica do capitalismo em interiorização no campo, contracenado pelos seus próprios efeitos, em especial pelo êxodo rural, notadamente por ocasião do “milagre brasileiro” a que a década de 1970 assistiu. Assim, sem “máscaras”, o cenário constituído pelos canaviais se configurou nas seguintes condições:

- a) a região norte-litorânea, tradicionalmente, produziu cana em “microfúndios”, situados em morros, onde “as mãos se transformaram em enxada” em meio ao solo muito pedregoso. O forte declive da encosta da serra foi um limitante a uma agricultura racional. Não houve condições de passar da tradição artesanal para o estágio empresarial, viável em amplos terrenos planos, com aplicação de tecnologia/maquinaria, que baratearia o produto, obtido com rapidez e transporte ágil. Nessas condições, e dada a *minifundização da cana*, esta não havia em quantidade suficiente para alimentar as moendas, que exigiam grande volume, a curto prazo, para industrializar o açúcar, fizesse sol ou chovesse. E o custo financeiro dos insumos, com juros altos e condições inacessíveis a pequenos produtores, inviabilizaram a ampliação e preservação dos canaviais, cuja extensão diminuía ano a ano;
- b) a descida do morro com a cana até a AGASA confirmava, a cada safra, a *inadequação topográfica* da localização da usina. O transporte nos rudes caminhos foi um desafio hostil e penoso aos fornecedores e aos transportadores de cana. Não havia condições. Quando chovia, os caminhos ficavam intransitáveis, sobretudo para os pesados caminhões carregados de cana. As moendas, por conseqüência, ficavam famintas;
- c) a mentalidade artesanal, combatida pela orientação empresarial, constituiu-se em obstáculo não só à ampliação da usina, mas também à permanência dos canavieiros na terra – pois estes, diante da desilusão, da *tradição maculada*, o apelo à partida foi mais forte. A usina foi projetada para solucionar a crise canavieira então reinante e impedir o êxodo que, nas décadas de 1960/1970, vinha tirando imensos contingentes populacionais das áreas rurais do Rio Grande do Sul. Com a desilusão, ocorreu,

exatamente o contrário: o abandono – não só dos morros como da Vila da AGASA, que se formara no entorno da usina. Até o artesanato recrudescer:

- d) a função social projetada pela Cooperativa Canavieira, depois encaminhada pelo partido trabalhista, que lhe deu apoio na criação da usina, tendo seu curso desviado após 1964, não foi seguida. A administração que conduziu a AGASA, através das diversas diretorias, além de desconhecer a cana e seu processo produtivo, aliou práticas decorrentes do poder de Estado a uma lógica de dominação burocrática de alto custo e de repercussões danosas à sobrevivência da usina. Ainda que ações tenham sido empreendidas pela empresa estatal no interesse dos produtores e de suas famílias (iluminação, alguns quilômetros de estradas, etc.), efetivamente eles ficaram à margem. E não sendo o alvo de ações mais efetivas, partiram, fazendo calar as moendas.

A AGASA, portanto, acabou por ser uma estatal dissociada da sociedade civil, no seu conteúdo e concepção. O que se encaminhava para ser um modelo usineiro original e singular no Rio Grande do Sul foi malogrado.

Conseqüentemente, acerca da usina açucareira gaúcha se pode dizer que ela viveu conflitos intermitentes, que assim podem ser expressos:

- a) a usina, na sua atuação, não conseguiu conciliar *fim social* com *empresa lucrativa auto-sustentável*;
- b) a usina liquidou a atividade artesanal (o que os canavieiros sabiam fazer) diante da imposição da lógica industrial;
- c) a usina, ao motivar a produção de cana em quantidade industrial, não garantiu o recolhimento da matéria-prima nos canaviais e o seu transporte, resultando desânimo e frustração;
- d) a usina, ao impedir a participação popular na sua direção, ainda que sendo estatal, acabou por marginalizar o canavieiro, que, não constituindo laços de pertença com a empresa, a ela não se aliou;
- e) a usina serviu para defender o Estado militar, e não a sociedade civil organizada;
- f) a usina, ao animar a implantação da rede elétrica em áreas dos morros da cana, levou os canavieiros – diante do trabalho penoso que enfrentavam, vislumbrando pela televisão o outro lado da realidade, nas cidades – a motivarem-se a migrar, abandonando os canaviais;
- g) a usina, através da orientação agrônoma que prestou, acabou por articular discursos contraditórios, que, visibilizados, favoreceram, mais ainda, a expulsão dos

- canavieiros de suas terras; ditava ao minifúndio algumas regras que ela, em suas terras próprias, acabou por infringir (por ex.: a proibição de queimar a cana seca no minifúndio, como foi feito na Fazenda Maciel);
- h) a usina pagava o fornecedor de cana uma vez ao ano, enquanto o operário, na cidade, recebia todo final de mês (realidade crescentemente constatada e divulgada nos morros da cana);
 - i) a usina tinha seus fornecedores de cana trabalhando com enxada e arado nos morros de pedra, em minifúndios, enquanto os fornecedores do Nordeste e de São Paulo tinham suas lavouras mecanizadas (a TV não escondia essa diferença);
 - j) a usina gaúcha produzia açúcar com custo financeiro alto, em descompasso com as condições e os preços determinados pelo IAA para as lavouras do Nordeste, onde a produção era mecanizada, ao contrário da praticada no Rio Grande do Sul;
 - k) a usina viveu um conflito empresarial como produtora de açúcar, com escassa matéria-prima, tendo que dividi-la com a destilaria implantada para produzir álcool;
 - l) a usina trouxe trabalhadores “de fora” da região para atuarem na lavoura própria da empresa, em vez de articular estratégias de manutenção dos canavieiros, que, não ativados, acabaram por migrar, esvaziando os morros da cana e provocando um êxodo com números expressivos e significativos no conjunto das estatísticas do período para o estado;
 - m) a usina produziu projetos e implantou ações em direção inversa aos canavieiros, com alto custo e sem conexão com os interesses e as necessidades dos trabalhadores da cana;
 - n) a usina, já falida, comprou açúcar do Nordeste para prorrogar o fim da usina, quando os fornecedores já eram em número tão reduzido que não havia condição de sua sustentação;
 - o) a usina, enfim, de um lado estava nas mãos dos fornecedores de cana, que demonstravam sua força e poder ao oferecerem, ou não, a matéria-prima para que ela produzisse; e de outro lado situavam-se o mestre do açúcar e seus colaboradores, que detinham o controle da produção. Independente dos comandos das secretarias da Agricultura e da Indústria e Comércio, bem como do da direção da empresa, a AGASA funcionaria se eles (fornecedores de cana, mestre do açúcar e ajudantes) assim o definissem. Ao final dos seus dias, a AGASA, através da “direção” dos que efetivamente a comandaram, teve o seu fim selado. Aqueles que foram preteridos no processo da sua edificação acabaram por calar as moendas.

Se essa é uma faceta da realidade, a outra se refere ao fato de que o povo, os populares da cana, foram, sem dúvida, os grandes perdedores com a atuação da usina açucareira. Ela muito mais serviu para outros fins do que atuou em benefício da categoria de trabalhadores dos canaviais. Além de ter alterado o *ethos* daqueles que compunham o cenário central de trabalho da região, desconstruiu a tradição canavieira e expulsou a maioria das famílias que ali viviam, fazendo o que seus antepassados faziam: a produção do açúcar mascavo (atualmente revalorizado) e de outros derivados da cana.

Sem dúvida, esse resultado está também relacionado com a condição de lavoura canavieira secundária, a do Rio Grande do Sul no contexto nacional, face à dominação do Nordeste e depois do Sudeste, com São Paulo à frente, vindo a desbancar a região que tudo fez para bloquear o acesso gaúcho à produção açucareira e sua oferta no mercado brasileiro.

Diante do quadro exposto, a AGASA fechou. Silenciosa está desde 1990. Suas moendas estão silentes, porque, caladas, quedaram-se diante do rumo que a elas foi dado. Não mais pertencem ao parque industrial da usina. Como pagamento das causas trabalhistas, foram entregues a São Paulo, retornando ao estado de onde vieram.

Conseqüentemente, a monumental construção de pedra, cimento e ferro que as abrigava decompõe-se, melancolicamente, no corredor norte-litorâneo. Para o seu funeral, o morro se curva, sufocado, engasgado, e, na queda, silenciado, se abraça com a lagoa, inerte face à perda da inevitável ilusão que viveram com os atores do trabalho naquele espaço, onde a dança da penosa labuta não mais se movimenta. A AGASA “morreu”. Ela “acabou”, como disse laconicamente uma das lideranças da comunidade patrulhense. *Virou sucata...*

Ainda que considerada a campeã de emprego no Brasil, a lavoura de cana, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, diante da desilusão com a projetada usina de açúcar branco, que fixaria o homem à terra, não segurou os canavieiros; ao contrário. Expulsos, eles buscaram emprego na cidade, desgarrando-se da tradição canavieira.

Na luta para salvá-la, soerguê-la e não deixá-la em ruína, saídas foram projetadas. Algumas não saíram do papel. Outras chegaram a ser, inicialmente, encaminhadas, mas foram interrompidas no percurso. Mas os morros estavam vazios: de cana e de produtores. Esses produtores seguiram o rumo da estrada, deixando para trás ociosas as terras que foram dos canaviais, e a agitada vila que crescera, ficou abandonada, vazia, restando poucos, a imaginar os fantasmas que estariam habitando a usina, com a chaminé silenciada – muda.

As autoridades chegaram a pensar no que pôr no lugar da usina de açúcar, na estrutura ali abandonada. Planejaram uma outra agroindústria, um centro de turismo e outras saídas para o espaço, considerado belo, bucólico e até paradisíaco.

Pesquisadores, técnicos, lideranças rurais e autoridades não conseguiram implantar um modelo alternativo de economia que revitalizasse o espaço da tradição canavieira do estado.

O projeto a ser feito, dirigido à área rural patruhense e região, deve, necessariamente, contemplar programas de plantio, mas também de manufaturas que gerem emprego, renda e moradia no campo, através de uma política abrangente, encadeada por setores dinâmicos, como turismo, por exemplo, que possam ocupar, de forma sustentável, o vazio deixado pela cana, herança do antagonismo entre a economia e a sociedade, ali situados por mais de duzentos anos.

Democratizar a área abandonada pela sociedade canavieira poderá ser o alvo perseguido por aqueles que ficaram, acolhendo os que estão chegando ou voltando. Na definição do rumo, com as escolhas feitas, a retomada do espaço deve estar balizada pelas advertências e constatações de ordem estrutural que o trabalho ora apresenta, para que a desilusão não vença novamente a realidade do sonho, ainda que, na conjuntura presente, promessas alvissareiras possam produzir um encantamento com a cana.

O que ficou claro, com o trabalho empreendido, é que a usina, unidade de expansão da economia capitalista, acabou por criar novos problemas, para os canavieiros, não só no âmbito técnico, mas também nas esferas do social e do político. O canavieiro manejava, ele próprio, a enxada, morando em casebres humildes. A orientação dada a partir do novo tempo que passava a reinar era a de alterar o seu *ethos*, inclusive o que lhe conferia experiência, pela tradição. Ao lançar-se à produção industrial, respondendo ao chamamento da usina diante do seu fim, os engenhos de rapadura, melado e açúcar mascavo e os alambiques, em sua maioria, não existiam mais. Com esses equipamentos vendidos ou abandonados, sem condição de uso, não dispunham mais os canavieiros do meio que antes lhe proporcionava alguma renda. Este era o cenário, impondo novos desafios.

Enfim, após essas considerações, posso afirmar, com muita convicção, que a AGASA é um projeto popular que foi silenciado duplamente: de um lado, por terem sido os canavieiros alijados do processo de edificação, organização e condução da usina, que os levou, inclusive, a liquidar com sua cooperativa, a que arremessou a idéia salvacionista para a região em crise; e de outro, por ter sido construído um discurso oficial que foi introjetado e incorporado no imaginário social, de que a usina foi idealizada e concretizada pelo Estado em benefício dos canavieiros. Ou seja, de que o Estado constatou dificuldades e a elas se voltou. Entretanto, esta investigação comprova os silêncios que foram impostos aos populares dos canaviais, Aqui suas vozes, até então sem escuta, foram ouvidas, escutadas efetivamente, e contracenadas com as outras vozes, vindas “de cima”, cuja dialética trouxe à luz, nesse tempo

recente, anunciador da virada do século XX para o XXI, no entrecruzamento dos passes do jogo dessa história, as ações concretas da realidade objetiva do atores principais do cenário canavieiro do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Que o tempo em construção seja portador de concretização de sonhos para os que estão nos morros que foram dos canaviais.

Finalmente, espero que esta pesquisa, consumada depois de infindáveis horas, durante os últimos anos, possa cumprir uma importante finalidade para a qual ela foi acalentada: procurar ajudar os que vivem e trabalham na tradicional região canavieira do Rio Grande do Sul – especialmente nos municípios de Santo Antônio da Patrulha, Osório e Torres – a perceberem-se sujeitos da história no tempo presente e compromissados com o coletivo das suas comunidades. Essa finalidade se estende também aos que partiram dos morros e de seus arredores, hoje nos lugares de fixação onde se encontram, os quais tenho a certeza de que já puderam mostrar seus rasgos de resistência nos combates cotidianos que a luta pela sobrevivência lhes impuseram, face os desafios a que tiveram que responder em seus novos espaços de vida e de muito trabalho.

E que a escrita dessa pesquisa impulsione a reflexão, a consciência e a ação para o empreendimento da história presente, conforme orienta Walter Benjamin: *Quem não pode lembrar o passado, não pode sonhar o futuro e, portanto, não pode julgar o presente.*

REFERÊNCIAS

PERIÓDICOS

Revistas

BAPTISTA FILHO, Olavo. Aspectos da economia açucareira no século XVI. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo: Departamento de Cultura da Sociedade de Etnografia e Folclore e da Sociedade de Sociologia. a. V, v. LX, p. 159-174, ago. 1939.

BARROSO, Véra Lucia Maciel. Santo Antônio da Patrulha no cenário regional: olhares e fronteiras. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, n. 133, p. 173-185, 1998.

CARDOSO, Paulo Alves. Santo Antônio: antes e depois. *Província*, Porto Alegre: Depto. Cultural da Associação dos Funcionários do Banco da Província do Rio Grande do Sul, a. XXV, n. 69, p. 5, out./dez. 1969.

CERRI, Claudio & SOUZA, Ernesto de. Nordeste: o declínio do império. *Globo Rural*. Rio de Janeiro, out. 1996.

FERRAZ, Silvio. A agonia dos coronéis: a quebra das usinas de açúcar coloca na mira um esquema de poder que vem do século XVII. *Veja*. São Paulo, a. 28, n. 12, ed. 1384, p. 64-69, 22 mar. 1995.

MAGALHÃES, Manoel Antônio de. Almanaque da vila de Porto Alegre, com reflexões sobre o estado da Capitania do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1808. *Boletim Municipal*, Porto Alegre, n. 5, p. 261, maio/ago. 1940.

MÁQUINAS Agrícolas Santo Antônio Ltda, produzindo trilhadeiras, adubadeiras, grades, carretas agrícolas, carros-tanques para combustíveis e correlatos: fábrica de mosaicos e artefatos de cimento: Santo Antônio da Patrulha. *Magazine dos Municípios*: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. n. 32/33, p. 20, dez. 1966.

MORGANTI, Helio. A cana e o açúcar: sinopse histórica. *Revista Tamoio*, Araraquara, set. 1941. Separata, p. 12.

RIO GRANDE DO SUL EM REVISTA. Porto Alegre: Escritório dos Municípios, set./out. 1957.

SERÁ restaurada a cultura da cana no nordeste gaúcho. *Rio Grande do Sul em revista*, Porto Alegre: Escritório dos Municípios, n. 4, p. 29, set./out. 1957.

SÍNTESE dos principais serviços prestados à economia gaúcha pela CDE. *Rio Grande do Sul em revista*, Porto Alegre: Escritório dos Municípios, p. 4, set./out. 1957.

SPALDING, Walter. Municípios do RGS: Santo Antônio da Patrulha. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 872, p. 53, 09-22 maio 1964.

VINHOTO, a poluição que pode fertilizar. *Interior*: Revista do Ministério do Interior. Brasília, a. VII, n. 40, p. 12 set./out. 1981.

YES, nós temos cachaça: a famosa cachaça volta a ser valorizada na cidade. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 9, p. 5-6, ago. 2001.

Jornais

123 MILHÕES para as obras de ampliação das instalações da Escola Normal Rural em Osório. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 3, 13 jul. 1962.

A AGASA quer sair do vermelho. *Folha do Litoral*, Osório, a. IX, n. 601, 07 ago. 1986. Folha do Litoral Rural, p. 1.

A AGASA saúda os seus canavieiros. *O Mensageiro*, Santo Antônio da Patrulha. a. I, n. 2, p. 4, 09 maio 1974.

A CRISE econômica e seus reflexos em Santo Antônio. *Folha Patruhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 10, p. 10-11, 08 set. 1979.

A CULTURA da cana no Brasil. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 9, 11 set. 1962.

A EXPOSIÇÃO do Governador Brizola sobre o empobrecimento do Estado. *Jornal do Dia*. Porto Alegre, p. 3, 12 mar. 1961.

A LIBERAÇÃO da quota de açúcar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 04 out. 1962.

A MECANIZAÇÃO da lavoura impede retorno ao campo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16 maio 1980. Suplemento Correio Rural, p. X.

A PEDIDO Litoral Norte. Assinado pelo engenheiro agrônomo Jerônimo Fisch. *Folha Patruhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. VII, n. 178, p. 3, 30 jan. 1986.

A PEDIDO. Partido Trabalhista Brasileiro. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n.11, p. 4, 10 fev. 1958.

A PERDA da sigla PTB e a formação do partido do Trabalhismo Democrático. *Zero Hora*, Porto Alegre, 25 maio 1980. Zero Hora Especial, p. 4-7.

A PRODUÇÃO de rapadura não está sujeita a limitações. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 8, 31 mar. 1944.

A UM ano das eleições de governadores, economistas não têm consenso sobre modelo alternativo regional. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 26-28, 08 nov. 1981.

A VEZ do Litoral. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 35, p. 2, 18 jun. 1975.

A VISITA do Secretário da Indústria e Comércio. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 1, p. 8, 1º maio 1979.

ABASTECIMENTO de açúcar à capital. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 09 maio 1962.

ACESSO à auto-estrada não impulsionou velha cidade. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 25-26, 11 out. 1976.

AÇÚCAR em Santo Antônio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 29 set. 1962.

AÇÚCAR Gaúcho S. A: Edital de Concorrência. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. VI, n. 139, p. 8, 26 jul. 1984.

AÇÚCAR Gaúcho S.A.: inauguração. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 17 nov. 1965.

AÇÚCAR Gaúcho. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 22 maio 1962.

AÇÚCAR Gaúcho. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 4, 20 out. 1967.

AÇÚCAR Gaúcho. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 2, 30 out. 1967.

AÇÚCAR rio-grandense. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 12 jun. 1962.

AÇÚCAR sofrerá aumento no próximo mês de maio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 17, 23 abr. 1963.

AÇÚCAR, álcool e alimentos. *Folha do Litoral*, Osório, a. VI, n. 261, p. 7, 23 abr. 1983.

AÇÚCAR. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 13, 27 maio 1976.

AÇÚCAR: saiba como ele é fabricado pela AGASA. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 48, p. 5, 21 ago. 1976.

AÇUCAREIRA em Santo Antônio da Patrulha. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 19 mar. 1958.

AGASA administrada por patrulhenses. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. VIII, n. 207, p. 5, 26 mar. 1987.

AGASA anuncia benefícios aos transportadores de cana. *Folha do Litoral*, Osório, a. IX, n. 635, p. 3, 25 out. 1986.

AGASA chegou a comprar carne para acampamento escoteiro. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. X, n. 253, p. 1, 1º set. 1988.

AGASA começa a sair da crise. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. VI, n. 139, p. 1, 26 jul. 1984.

AGASA começa moagem dia 9. *Folha do Litoral*, Osório, a. III, n. 109, p. 7, 06 jun. 1980.

AGASA deixa de beneficiar 100 mil t de cana por ano. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 42, 02 jan. 1990.

AGASA dispensa ajuda do Estado porque 69 foi um ano muito bom. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 24 mar. 1970.

AGASA duplicará produção de álcool hidratado. *Folha do Litoral*, Osório, Tramandaí, Santo Antônio e Mostardas. a. IV, n. 170, p. 9, 27 ago. 1981.

AGASA é auto-suficiente: vamos produzir muito açúcar este ano. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 18, 13 fev. 1970.

AGASA e convocação de secretário. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 13, 13 ago. 1967.

AGASA e PROGASA. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 15 dez. 1967.

AGASA elegeu novo Conselho. *Correio do Litoral*, Osório, Santo Antônio e Tramandaí, a. II, n. 51, p. 2, 27 abr. 1979.

AGASA emerge de uma situação difícil. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. VI, n. 139, p. 5, 26 jul. 1984.

AGASA implantará 1ª usina de álcool do Estado. *Folha do Litoral*, Osório, a. III, n. 96, p. 10, 07 mar. 1980.

AGASA investirá quase 19 milhões em 4 anos para aumentar a produção, afirma o Dr. Ilmar Frank. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 36, p. 9, 10 jul. 1975.

AGASA poderá ter novo presidente em breve. *Folha do Litoral*, Osório, a. IX, n. 583, p. 3, 26 jun. 1986.

AGASA premiou vencedores do concurso de produtividade. *Correio do Litoral*, Osório, Tramandaí, Santo Antônio, a. II, n. 92, p. 7, 07 fev. 1980.

AGASA produzirá 1 milhão de litros de álcool ainda em 80. *Folha do Litoral*, Osório, a. III, n. 108, p. 8, 30 maio 1980.

AGASA propõe binômio cana – arroz. *Abertura*, Osório, n. 2, p. 1, 11 jun. 1977.

AGASA quer aumentar a produção de açúcar e fabricar álcool. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 9, 31 jan. 1971.

AGASA realizou Assembléia Geral. *Folha do Litoral*, Osório, a. X, n. 709, p. 2, 30 abr. 1987.

AGASA tem novos diretores. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 35, p. 1, 18 jun. 1975.

AGASA vai funcionar em setembro. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 22 jul. 1965.

AÇÚCAR Gaúcho. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 04 ago. 1965.

AGASA. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 6, 09 jul. 1970.

AGASA: a luta pela matéria-prima: um pouco de História. *A Gazeta do Litoral*, Santo Antônio, Osório, Tramandaí, 07 fev. 1977. Página do Agricultor, p. 2.

AGASA: comissão de representação se reúne na 2ª feira: funcionamento da AGASA. *Guarda Velha*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 91, p. 7, 19 ago. 1989.

AGASA: deputados apelam a Simon. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 23 ago. 1989.

AGASA: empossado Sinval Ribeiro. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 77, p. 11, 03 jun. 1982.

AGASA: o fim de um ciclo dourado. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, n. 524, p. 6, 1º jun. 1994.

AGASA: os benefícios da uma indústria I e II. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 26, p. 6, 25 set. 1974; n. 27, p. 27, 25 out. 1974.

AGASA vai produzir álcool em 70 dias. *Folha do Litoral*, Osório, a. III, n. 118, p. 3, 08 ago. 1980.

AGASA vira cooperativa para vencer a crise. *O Interior*, Porto Alegre, p. 6. 18 a 24 jan. 1990.

AGASA, uma empresa que orgulha o parque industrial de Santo Antônio da Patrulha: servir bem para servir sempre. *O Mensageiro*, Santo Antônio da Patrulha, a. 1, n. 1, p. 2, 10 mar. 1974.

AGRICULTOR pode produzir álcool para consumo próprio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 03 jul. 1981. Suplemento Rural, p. 8.

AGRICULTURA. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 19 nov. 1980. Suplemento Santo Antônio da Patrulha – Terra dos Canaviais, p. 9.

AGRICULTURA: AGASA propõe binômio cana-arroz. *Abertura*, Osório, n. 2, p. 10, 11 jun. 1977.

AGRICULTURA: seus problemas e a esperança de soluções. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 47, p. 8-9, 28 mar. 1981.

AGROINDÚSTRIAS: uma urgente opção. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 18, p. 10, 15 jan. 1980.

ÁGUA para Santo Antônio. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 19, p. 1, 30 maio 1958. Matéria reproduzida do *Correio do Povo* de 13 maio de 1958.

AINDA na ordem do dia a absurda proibição de funcionamento dos engenhos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 3, 03 jan. 1958.

AINDA o álcool em 1930. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12 jun. 1981. Suplemento Rural, p. 4.

ALBERTO PASQUALINI: o homem, o político, o teórico que influencia os novos trabalhistas. *Coojornal*, Porto Alegre, a. IV, n. 41, p. 23, maio 1979.

ALCEU Krás Dimer: é muito cedo para AGASA produzir álcool-combustível. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 2, p. 12, 19 maio 1979.

ÁLCOOL carburante. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 4, 24 mar. 1976.

ÁLCOOL combustível em Miraguaia. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 56, p. 8, 13 ago. 1981.

ÁLCOOL da mandioca. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 1, 05 out. 1976.

ÁLCOOL de beterraba açucareira. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 15 fev. 1980. Suplemento Rural, p. 12.

ÁLCOOL de cana alternativa para reduzir importações de petróleo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10 ago. 1977. Caderno de Agricultura, p. 15.

ÁLCOOL debatido em Santo Antônio. *Correio do Litoral*, Osório, Santo Antônio e Tramandaí. a. II, n. 58, p. 4, 16 jun. 1979.

ÁLCOOL em Goiás. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 12, 26 mar. 1976.

ÁLCOOL em Palmares. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 maio 1980. Suplemento Rural, p. 22.

ÁLCOOL na Amazônia. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 12, 08 jan. 1976.

ÁLCOOL no centro do Brasil. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 13, 06 jan. 1976.

ÁLCOOL no Paraná. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 13, 29 jan. 1976.

ÁLCOOL. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 13, 02 abr. 1976.

ÁLCOOL. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 13, 27 fev. 1976.

ÁLCOOL. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 2, 29 jan. 1976.

ÁLCOOL. *Guarda Velha*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 91, p. 16, 19 ago. 1989.

ÁLCOOL: atraso de construção das novas destilarias. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 13, 19 fev. 1976.

ÁLCOOL: Estado falha no apoio à empresa privada. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 17, 23 jan. 1983, p. 17.

ÁLCOOL: usina será testada em janeiro. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12 ago. 1983. Suplemento Rural, p. 7.

ÁLCOOL-MOTOR e sua história. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 25, 16 jan. 1977.

ALMEIDA, J. A. Pio de. Açúcar: da Madeira às colinas do Rio Grande. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 22, 12 set. 1971.

AMARAL de Souza na AGASA. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. IV, n. 101, p. 6, 10 mar. 1983.

AMARAL inaugura destilaria e catarinenses se interessam pelo projeto. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 36, p. 14-15, 15 out. 1980.

AMEAÇA à policultura gaúcha: 200 mil pequenos produtores rurais em completo abandono. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 6, 20 set. 1959.

AMPLO levantamento jornalístico da crise econômico-social do Rio Grande. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 09 out. 1960.

ANDREAZZA estudará ligação de Santo Antônio à Free-way. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 26, 10 jan. 1974.

ANTES da cana, melhor é plantar o capim pangola. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 28, 29 jun. 1980.

AO ELEITORADO de Santo Antônio. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 51, p. 4, 25 nov. 1959.

APEDIDO. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha. a. II, n. 26, p. 3, 1º ago. 1958.

APEDIDO: Governo Walter Perachi Barcellos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 8, 1º fev. 1968.

APEKÁ: em defesa da AGASA. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. VIII, n. 210, p. 2, 07 maio 1987.

APRODECANA promove Fórum Regional em Santo Antônio da Patrulha. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, n. 872, p. 1, 21 dez. 2000.

APROVADO convênio com o IAA para funcionamento da destilaria de Osório. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 1, 12 out. 1960.

APROVADO o Distrito Industrial. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 32, p. 1, 12 mar. 1975.

APROVADOS mais onze projetos do álcool. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 5, 17 ago. 1976.

ARCO IRIS. Santo Antônio da Patrulha. a. 1, n. 1, p. 3, 31 out. 1916. (Publicação mensal).

ÁREA litorânea do Estado pode ser colonizada e melhor aproveitada. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 19 out. 1960.

ARY FRANK: alambiques poluem a lagoa e AGASA serve de bode expiatório. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 56, p. 1, 21 mar. 1977.

AS LÁGRIMAS de Santo Antônio. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 54, 24 out. 2001.

AS PATRULHADAS. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 7, p. 2, 28 jul. 1979.

AS PATRULHADAS. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 18, p. 2, 15 jan. 1980.

AS PATRULHADAS. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 36, p. 2, 15 out. 1980.

AS PATRULHADAS. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n.53, p. 2, 02 jul. 1981.

AS ÚLTIMAS. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 17, p. 8, 31 jan. 1974.

ASFORCA: proteção do fornecedor de cana da AGASA. *Correio do Litoral*, Osório, Santo Antônio, Tramandaí, a. 1, n. 17, p. 4, 20 maio a 10 jun.1978.

ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 9, 30 out. 1956.

ASSEMBLÉIA Legislativa. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 4, 30 out. 1956.

ASSEMBLÉIA Legislativa: criticada nossa dependência de álcool e açúcar perante Estados da Federação. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 8, 28 jun. 1977.

ASSUMIU novo presidente da AGASA. *Folha do Litoral*, Osório, a. IX, n. 585, p. 3, 1º jul. 1986.

AUMENTA evasão de escolares no Litoral Norte. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 26, p. 11, 15 maio 1980.

AUMENTO no plantio manterá AGASA. *Folha do Litoral*, Osório, a. IX, n. 590, p. 4, 12 jul. 1986.

AZEVEDO preocupado com a situação da AGASA. *Guarda Velha*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 95, 15 set. 1989, p. 3.

AZEVEDO: privatização da AGASA não agrada canavieiros. *Guarda Velha*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 88, p. 9, 29 jul. 1989.

AZULZINHA, uma marca registrada de Santo Antônio: a cachaça vem do alambique, e a água vem do ribeirão. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. V, p. 1 e 16, 1º dez. 1983.

BANHADO do Chicolomã: um atoleiro de interesses. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 14, p. 8-9, 03 nov. 1979.

BARROSO, Véra Lucia Maciel. A tradicional cana. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, p. 5, 13 abr. 1995.

BEBIDAS Marumby S.A. *Jornal dos Municípios*, Porto Alegre: Escritório dos Municípios, a. I, n. 4, p. 7, 17 maio 1965.

BERTA vai apoiar Giugliani na AGASA: Berta na AGASA. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 8, p. 1 e 7, 11 ago. 1979.

BIODIGESTORES e microdestilarias alternativas econômicas na região. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 40, p. 4, 15 dez. 1980.

BOLZAN: povo não pode viver de promessa. *Correio do Litoral*, Osório, n. 2, p. 6, 15 out. 1977.

BOMBA a álcool em atividade na sede. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 49, p. 10, 07 maio 1981.

BORGES, Mário Krás. Sal e açúcar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 13 ago. 1965. *Correio do Leitor*.

BOSSLE, Vinicius; FEIJÓ, Alceu. Santo Antônio, que já não vai bem, ficará à margem quando vier a “free-way”. *Folha da Manhã*, Porto Alegre, p. 40-41, 3 dez. 1970.

BOSSLE, Vinicius; FEIJÓ, Antonio. Santo Antônio tem confiança na gente jovem. *Folha da Manhã*, Porto Alegre, p. 32-33, 29 dez. 1970.

BRASIL produzirá 58 milhões de sacas de açúcar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 24 abr. 1963.

BRIZOLA reúne jornalistas e fala sobre o Rio Grande. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 10, 18 maio 1960.

BRIZOLA, de Paris. *Coojournal*, Porto Alegre, a. III, n. 26, p. 3, mar. 1978.

BRIZOLA, prefeito, governador, deputado, exilado, anistiado. *Coojournal*, Porto Alegre, a. I, n. 18, 6 a 12 set. 1979. *O Rio Grande semanal*, p. 11-18.

BRIZOLA: Jango tinha razão. *Enfim*, Rio de Janeiro, a. 1, n. 1, p. 1-12, 12 set. 1979.

BRUNELLI defende trevo de S. Antônio. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 14, p. 3-4, 10 nov. 1973.

BRUNELLI sugere a instalação de uma usina em Torres. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 2, 26 fev. 1976.

BRUNELLI, um nome a ser lembrado (ligação continua em pauta). *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 15, p. 3, 25 nov. 1973.

BUNSE, Heinrich W. A cana-de-açúcar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12 mar. 1983. *Letras & Livros*, p. 5.

BUNSE, Heinrich A.W. Rapadura, açúcar e cachaça. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 21 maio 1983. *Letras & Livros*, p. 3.

CACHAÇA e rapadura no Festival dos Sonhos. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. IV, n. 145, p. 7, 18 out. 1984.

CACHAÇA. *Guarda Velha*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 85, 07 jul. 1989, p. 2.

CACHAÇA: bebida nacional. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 18, p. 4, 1º mar. 1974.

CAMINHÃO carregado com cana capota dentro da cidade. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 39, p. 10, 30 nov. 1980.

CAMPANHA do LC de Sto. Antônio da Patrulha em prol da cota para o fabrico de açúcar no Estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 3, 23 maio 1962.

CANA – ARROZ – BOI. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 26, p. 2, 11 out. 1974.

CANA amarga. *Última Hora*, Porto Alegre, p. 7, 13 fev. 1962.

CANA e beterraba. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 21 out. 1977. Suplemento Rural, p. 34.

CANA sobe 83,2%. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 29, p. 9, 25 dez. 1974.

CANA: plantações poderão atingir mil hectares (Cruz Alta). *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 24, 28 set. 1979.

CANA-DE-AÇÚCAR modifica panorama minifundiário de Osório e Santo Antônio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 25, 25 set. 1970.

CANA-DE-AÇÚCAR na várzea, a nova opção para o lavoureiro da região. *Correio do Litoral*, Osório, Santo Antônio e Tramandaí. n. 7, p. 8, 23 dez. 1977.

CANA-DE-AÇÚCAR seduz gaúcho. *JornalCana*, Ribeirão Preto, p. 3, ago. 1998.

CANA-DE-AÇÚCAR sendo testada em Livramento: DRNR comanda ensaio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 mar. 1982. Suplemento Rural, p. 6.

CANA-DE-AÇÚCAR. AGASA vira cooperativa para vencer a crise. *O Interior*, Porto Alegre, p. 6, 18 a 24 jan. 1990.

CANA-DE-AÇÚCAR: a história da usina começa com os portugueses. *O Interior*, Porto Alegre, p. 7, 18 a 24 jan. 1990.

CANA-DE-AÇÚCAR: a pinga azul tem muitos segredos. *O Interior*, Porto Alegre, p. 8, 18 a 24 jan. 1990.

CANA-DE-AÇÚCAR: AGASA vira cooperativa para vencer a crise. *O Interior*, Porto Alegre, p. 7, 18 a 24 jan. 1990.

CANA-DE-AÇÚCAR: AGASA: a luta pela matéria-prima: um pouco de história. *A Gazeta do Litoral*, Santo Antônio, Osório, Tramandaí, 07 fev. 1977. Página do Agricultor, p. 2.

CANA-DE-AÇÚCAR: troca de melação pelo álcool foi um erro político. *O Interior*. Porto Alegre, p. 8, 18 a 24 jan. 1990.

CANAVIAL de 1.800 hectares neste projeto da Agropecuária Capela S.A. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05 nov. 1982. Suplemento Rural, p. 12.

CANAVIEIROS boicotam entrega de cana. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 53, p. 1, 02 jul. 1981.

CANAVIEIROS formalizarão reivindicações. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 48, p. 3, 11 abr. 1981.

- CANAVIEIROS suspendem entrega de cana. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 53, p. 8, 02 jul. 1981.
- CANTA GALO: um bolsão de pobreza que assusta pela alta incidência de suicídios. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 32-33, 08 out. 1984.
- CANTAGALO: ao lado da beleza selvagem, a miséria e o abandono das terras. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 2, p. 6-7, 19 maio 1979.
- CARRO a álcool. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 3, 04 nov. 1976.
- CARROS a álcool estão com testes atrasados. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 3, 16 out. 1976.
- CASTILHOS, Raul. Estado precisa se mobilizar para produzir álcool de cana. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 24 ago. 1980.
- CASTRO, Wilson de Oliveira. O açúcar e o Rio Grande. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06 fev. 1964. Suplemento Rural, p. 7.
- CASTRO, Wilson de Oliveira. Mais um sonho desfeito. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, p. 4, 27 jul. 1989.
- CASTRO, Wilson de Oliveira. O semeador de ilusões. *Jornal do Comércio*. Porto Alegre, p. 4, 11 out. 1989.
- CASTRO, Wilson. O açúcar e o Rio Grande. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 06 fev. 1964. Suplemento Rural, p. 7.
- CERCA de 1 milhão e 400 mil cruzeiros acima do previsto arrecadou o município no último exercício. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 3, 20 jul. 1954.
- CIDADANIA Patrulhense para Leonel Brizola. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. V, n. 113, p. 3, 08 set. 1983.
- COFAP admite que açúcar atinja CR\$ 60,00 o quilo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 5, 07 jun. 1962.
- COFAP vai estudar novo preço do açúcar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 08 jun. 1962.
- COLONO diz que é explorado pela fábrica de açúcar. *Folha da Manhã*, Porto Alegre, p. 11, 07 mar. 1975.
- COLONOS de Osório mantêm tradição de fabricar bom vinho e aguardente. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 39, 05 mar. 1978.
- COMEÇA venda de álcool pela ALCOOLUX. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 66, p. 20, 29 dez. 1981.
- COMERCIALIZAÇÃO do açúcar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 08 abr. 1969.
- COMISSÃO de Desenvolvimento da Lavoura Canavieira esteve aqui: gostou. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 35, p. 3, 18 jun. 1975.

COMO nasceu o PTD de Brizola. *Zero Hora*, Porto Alegre, 25 maio 1980. Suplemento Zero Hora Especial, p. 5-7.

CONGREGAM-SE os plantadores de cana de Santo Antônio para a defesa de seus direitos. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 6, p. 4, 11 dez. 1957.

CONTENÇÃO ao êxodo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 26 jun. 1983.

CONTINUA a luta pelo acesso à Free-way. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 14, p. 1 e 5, 10 nov. 1973.

CONTRA a privatização ou fechamento da AGASA. *Folha do Litoral*, Osório, a. X, n. 694, p. 5, 19 mar. 1987.

CONVÊNIO com o DNERU. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 17, 11 ago. 1966.

COOPERATIVISMO: solução para comercialização da produção agrícola. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 69, p. 7, 11 fev. 1987.

COSTA, Renato. A evolução da economia açucareira nacional: o norte e o sul. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 11 nov. 1970.

CRÉDITO fundiário e êxodo rural. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13 jul. 1979. Suplemento Rural, p. 4.

CRIAÇÃO de Cooperativa para assumir a AGASA e a CORLAC no Litoral Norte. *Guarda Velha*, Santo Antônio da Patrulha, n. I, n. 46, p. 13, 08 out. 1988.

DEBATES da Assembléia, 24ª sessão ordinária, de 13 nov. 1855. *A Tribuna Rio-Grandense*, Porto Alegre, n. 35, p. 1, 5 dez. 1855.

DEBATIDA instalação da usina de açúcar no município de Torres. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 19, 12 jan. 1971.

DELFINO Neto: precisamos desesperadamente de uma grande safra. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 17, 14 out. 1979.

DEPOIS de 230 anos de colonização ainda luta pela sua sobrevivência. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 15, 29 nov. 1970.

DEPUTADO defende a administração da AGASA e a ampliação da empresa. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 16 mar. 1967.

DEPUTADOS querem ligar Santo Antônio à Free-way. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 14, p. 4, 10 nov. 1973.

DESTAQUE da Assembléia: será apresentado relatório sobre a situação da lavoura canavieira. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 30 jul. 1958.

DESTIL reinicia atividades em seguida. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 27, p. 12, 03 jun. 1980.

DESTIL: uma usina de aguardente em plena atividade. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 49, p. 5, 15 jun. 1976.

DESTILARIA da AGASA será ampliada. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 51, p. 12, 04 jun. 1981.

DESTILARIA da AGASA supre necessidades atuais. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 40, p. 15, 15 dez. 1980.

DESTILARIA de Álcool. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 20, p. 4, 15 fev. 1980.

DESTILARIA de Osório é elefante branco. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 7, 16 fev. 1962.

DESTILARIA de Osório e Entreposto de Pesca. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 10, 10 jun. 1961.

DESTILARIA de Osório entrará em atividade no início de 1961. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 6, 11 out. 1960.

DESTILARIA de Osório: comissão vai ao Rio. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 16, 09 fev. 1960.

DESTILARIA particular já produz álcool. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 20, 27 out. 1981.

DESTILARIA também beneficia resíduos da cana-de-açúcar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 14 mar. 1982. Suplemento A Força do Sul, p. 32.

DESTILARIA. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 13, 12 mar. 1976.

DIÁRIO da Assembléia. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 8, 11 dez. 1957.

DIMER, Alceu Krás. A produtividade da cana-de-açúcar. *Correio do Litoral*, Osório, Santo Antônio e Tramandaí, p. 4, 20 maio a 10 jun. 1978.

DIMER, Alceu Krás. Cana-de-açúcar: 258 toneladas por hectare. *Correio do Litoral*, Osório, a. II, n. 37, p. 6, 15 dez. 1978.

DIREÇÃO da AGASA. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 25 mar. 1971.

DISCURSO do Deputado Brunelli. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 35, p. 8, 18 jun. 1975.

DISCURSO do ex-governador: Brizola está satisfeito com o que pôde realizar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 14, 1º fev. 1963.

DORIVAL Oliveira fala sobre anistia, greves e o retorno de Brizola. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 10, p. 13, 08 set. 1979.

É ISSO aí (charge dedicada à Free-way). *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 14, p. 2, 10 nov. 1973.

- ECONOMIA entrou na campanha dos canavieiros. *Última Hora*, Porto Alegre, p. 16, 22 fev. 1962.
- EDITORIAL. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. V, n. 105, p. 4, 05 maio 1983.
- EDITORIAL. *Guarda Velha*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 22, p. 2, 20 abr. 1988.
- ELEIÇÕES de 3 de outubro em Santo Antônio. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 32, p. 1, 10 out. 1958.
- ELÓI Guimarães quer Santo Antônio como pólo regional. *Guarda Velha*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 130, p. 3, 1º jun. 1990.
- ELYGIO Meneghetti: AGASA faz concorrência ao canavieiro. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 3, p. 3, 02 jun. 1979.
- EM 24 HORAS, o Rio Grande pode ter mais de 20 mil litros de álcool. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 22, 1º out. 1980.
- EM DEFESA da aguardente do Estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 11, 04 set. 1958.
- EM GREVE os trabalhadores do açúcar na indústria do açúcar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 30 dez. 1958.
- EM REGIME de urgência: JK ao Congresso: mensagem pedindo construção de Siderúrgica no R.G.S. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 10, 30 out. 1960.
- EM VEZ de óleo, álcool vai gerar eletricidade. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 1, 20 out. 1976.
- EMPRESA mista vai centralizar o álcool gaúcho. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 33, 09 ago. 1979.
- ENERGIA e boas estradas para Santo Antônio atingir o alto. *Folha da Manhã*, Porto Alegre, p. 36-37, 04 dez. 1970.
- ENTREGA da Destilaria a uma Cooperativa é velho plano do Instituto: chegou a hora! *Última Hora*, Porto Alegre, p. 16, 22 fev. 1962.
- ENTREPOSTO de Pesca e Destilaria de Osório. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 4, 11 out. 1960.
- ENTREVISTA da Semana. *A Voz da Escola: Órgão dos Estudantes da Escola Normal Santa Teresinha*. Santo Antônio da Patrulha, a. XIV, n. 63, p. 10, jun. 1965.
- ENTREVISTA do mês: Ivo Stoffel. *A Voz da Escola: Órgão dos Estudantes da Escola Normal Santa Teresinha*. Santo Antônio da Patrulha, a. XIV, n. 63, p. 8, jun. 1965.
- ENTREVISTANDO... *A Voz da Escola: Órgão dos Estudantes da Escola Normal Santa Teresinha*, Santo Antônio da Patrulha, a. XIII, n. 62. p. 1-2. 2º sem. 1964.
- ESCASSEZ de açúcar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 15, 12 jun. 1962.

ESTADO começa a produzir álcool combustível. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 49, 05 out. 1980.

ESTADO detém alto índice de mecanização agrícola. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 20, 23 maio 1982.

ESTADO já produz álcool: frota oficial será abastecida. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 43, 7 out. 1980.

ESTADO vai encampar destilaria de Osório. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 4, 25 nov. 1960.

ESTIAGEM prejudicará safra da AGASA. *Correio do Litoral*, Osório, Santo Antônio e Tramandaí. a. 1, n. 17, 20 maio a 10 jun. 1978

ESTUDA-SE a instalação da indústria açucareira. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 3, 29 jun. 1962.

EXAGERADO o consumo de açúcar no sul do Brasil. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 mar. 1962. Suplemento Rural, p. 4.

EXCLUSIVA: Santo Antônio e região são áreas preferenciais para a produção de álcool. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 9, p. 10, 25 ago. 1979.

ÊXODO dos jovens ameaça o futuro. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. V, n. 115, p. 1, 22 set. 1983.

ÊXODO Rural. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 1º jan. 1981. Suplemento Rural, p. 18.

ÊXODO rural. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 3, 02 jun. 1979. Editorial, p. 2.

ÊXODO Rural. O fascínio das luzes. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 18, p. 8-9, 15 jan. 1980.

ÊXODO Rural é a preocupação de todos. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. VII, 19 dez. 1982.

ÊXODO Rural: um fantasma assustador. *Folha do Litoral*, Osório, a. VI, n. 246, p. 4, 02 maio 1983.

EXPERIÊNCIA: cana plantada com culturas alimentares. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio, a. III, n. 94, p. 1 e 8, 16 dez. 1982.

EXPOSIÇÃO do Sr. Leonel Brizola no Legislativo. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 4, 30 abr. 1960.

EXPOSIÇÃO do titular da Agricultura sobre a situação da AGASA (Luciano Machado). *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 18 abr. 1967.

FEIRA da cachaça e da rapadura: “Azulzinha” – famosa em todo Brasil. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. VI, n. 147, p. 7, 06 nov. 1984.

FERREIRA FILHO, Artur. Para uma história do açúcar no Rio Grande do Sul. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 14 ago. 1982. Letras & Livros, a. II, n. 50, p. 13.

- FERÚLIO concede sua primeira entrevista. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 53, p. 5, 22 dez. 1976.
- FERÚLIO deve assumir a AGASA. *Folha do Litoral*, Osório, a. X, n. 696, p. 6, 24 mar. 1987.
- FERÚLIO disposto a tornar AGASA viável. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. VIII, n. 208, p. 3, 09 abr. 1987.
- FESTA na AGASA. *Folha do Litoral*, Osório, a. VII, n. 309, p. 10, 08 out. 1983.
- FESTIVAL da rapadura e da cachaça. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. VI, n. 135, p. 8, 31 maio 1984.
- FESTIVAL dos Sonhos: a festa da fantasia transformada em realidade. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. 146, a. VI, p. 10, 02 nov. 1984.
- FESTIVAL vai reativar a “Rota dos Sonhos”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 13, 18 nov. 1983, p. 13.
- FINANCIAMENTO de 100 milhões. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 24, 31 jul. 1962.
- FINANCIAMENTO de 200 milhões para os pequenos agricultores gaúchos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 10, 1º set. 1960.
- FINANCIAMENTO do BRDE à Açúcar Gaúcho S.A. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 13 out. 1962.
- FINANCIAMENTO e entrega da usina: apelo da Assembléia dos agricultores de cana! *Última Hora*, Porto Alegre, p. 7, 12 fev. 1962.
- FIXAÇÃO do homem à terra. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 5, 06 set. 1960.
- FLECK, Roberto Antunes. Estado começa a produzir álcool combustível. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 49, 05 out. 1980.
- FOME no Litoral. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 03 ago. 1967.
- FRANCO, Sérgio da Costa. Vitória de Santo Antônio (reprodução do Correio do Povo). *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 27, p. 2, 25 out. 1974.
- FREE-WAY. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 24, p. 8, 24 ago. 1974.
- FREE-WAY: dias de angústia. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 25, p. 1, 25 set. 1974.
- FREE-WAY e o comércio. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 13, p. 2, 25 out. 1973.
- FREE-WAY inaugura este mês. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 10, p. 10, 10 set. 1973.
- FREITAS, Décio. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 31 mar. 1957. Suplemento Especial: O Rio Grande do Sul: o homem, a terra, p. 3.

FRONTEIRAS agrícolas: um dos entraves. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 33, 21 nov. 1982.

FUNCIONAMENTO da nova destilaria de Osório: apelo: Assembléia Legislativa. *A Hora*, Porto Alegre, p. 2, 30 out. 1956.

FUNDAÇÃO dos empregados da AGASA. *Correio do Litoral*, Osório, Santo Antônio e Tramandaí, a. II, n. 63, p. 6, 20 jul. 1979.

GANHA impulso o movimento visando a construção da Usina de Açúcar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 17, 23 dez. 1966.

GAÚCHOS pagam pelo PROÁCOOL mas ficam fora das vantagens. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 32-33, 18 maio 1980.

GAÚCHOS redescobrem a cana. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 12, 20 set. 1998.

GONÇALVES, Paulo Annes. O álcool-motor em 1930. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 29 maio 1981. Suplemento rural, p. 4.

GOVERNADOR Amaral de Souza visita Santo Antônio da Patrulha e Osório. *Folha do Litoral*, Osório, a. VI, n. 246, p. 8, 02 mar. 1983.

GOVERNADOR do Estado: Nada desejamos senão equidade na comunhão federativa do país. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 17 maio 1960.

GOVERNADOR em visita à AGASA. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n.32, p. 11, 15 ago. 1980.

GOVERNADOR fala sobre a situação do Rio Grande: parlamentares ouviram atentos à exposição de várias horas. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 10, 29 abr. 1960.

GOVERNADOR fez diagnóstico da vida econômica do Rio Grande. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, p. 16, 04 abr. 1960.

GOVERNADOR Magalhães Pinto no Fórum Econômico hoje: dilema grave de nosso estado: industrialização ou regressão. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 12, 18 maio 1961.

GOVERNO decide privatizar a estatal AGASA: entidades reúnem-se na SIC para operacionalizar a medida. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 21, 25 jul. 1989.

GOVERNO Federal reconheceu que o Rio Grande do Sul está se pauperizando. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 03 dez. 1960.

HASSE, Geraldo. Mamata, estilo 1980. *Coojornal*, Porto Alegre, a. I, n. 44, p. 22-24, ago. 1979.

HOLANDESES vão colonizar a faixa litorânea do Rio Grande do Sul. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 10 set. 1959.

HORTIFRUTICULTURA: Litoral Norte tem pouco apoio. *Correio do Litoral*, Osório, p. 4, 26 nov. 1977.

I SEMINÁRIO de Desenvolvimento em Santo Antônio da Patrulha. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 13, 05 nov. 1971.

IAA deve equiparar preços da cana com nordeste. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. IV, n. 100, p. 4, 24 fev. 1983.

IAA vende mais açúcar para os EUA. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 18, 27 abr. 1969.

IAA verá realidade canavieira gaúcha: técnicos do IAA virão a Santo Antônio. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 91, p. 1 e 9, 25 nov. 1982.

IDÉIAS e opiniões. *Coojournal*. Porto Alegre, a. VI, n. 63, p. 7, mar./abr. 1981.

IMPLANTAÇÃO da indústria açucareira no R. G. Sul. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 1º jul. 1962.

IMPLICAÇÕES da Produção de Álcool no Brasil. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 21 set. 1979. Suplemento Rural, p. 18.

INAUGURADA a Usina de Açúcar em Santo Antônio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 nov. 1965. Suplemento Rural, p. 1.

INAUGURADA Destilaria de Álcool da AGASA. *Folha do Litoral*, Osório, a. III, n. 127, p. 1 e 3, 10 out. 1980.

INAUGURADO ontem à noite o primeiro Fórum Agrícola do Rio Grande do Sul. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 14, 27 ago. 1960.

INCREMENTO da indústria açucareira nacional. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 11, 12 abr. 1963.

INCREMENTO da produção canavieira no R. Grande. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 1, 12 abr. 1960.

INDA esclarece à Assembléia sua ação no interior do Rio Grande. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 28, 11 out. 1967.

INDÚSTRIA açucareira exporta US\$ 120 milhões. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 04 abr. 1969.

INDÚSTRIA açucareira na região nordeste do RGS. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 52, 21 maio 1962.

INDÚSTRIA açucareira. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 20 dez. 1945.

INDÚSTRIA açucareira: IAA estabeleceu quota para o RGS. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 22 nov. 1962.

INDÚSTRIA do açúcar no Estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 6, 28 fev. 1965.

INDUSTRIALIZAÇÃO: meta prioritária para Santo Antônio. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 4, p. 1, 16 jun. 1979.

INDUSTRIALIZAÇÃO: soluções para crise. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 1, 28 abr. 1960.

INICIADOS estudos sócio-econômicos para recuperação do litoral gaúcho. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 12, 05 maio 1960.

INSTALADA a Cooperativa Canavieira Patrulhense. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 12, p. 1, 11 mar. 1958.

INSTALADA a Cooperativa Canavieira. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 3, 18 mar. 1958.

INSTALADO ontem Conselho para desenvolver o Litoral. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 11 nov. 1980.

INTERMEDIARISMO pernicioso “agrava a situação dos plantadores de cana.” *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 3, 20 dez. 1958.

J. PEDRO Nehme Cia Ltda. *O Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. V, n. 101, 24 dez. 1956.

J. PEDRO Nehme Cia. Ltda.: um exemplo de organização no ramo. *O Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. V, n. 101, p. 6, 23 dez. 1956.

JAIR anuncia equiparação dos preços da cana-de-açúcar. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, ano V, n. 119, p. 3, 03 nov. 1983.

JOÃO Jardim destaca função social da AGASA. *Folha do Litoral*, Osório, Torres, Tramandaí, Santo Antônio, Mostardas, Palmares do Sul e Capão da Canoa. a. V, n. 184, p. 4, 03 dez. 1981.

JORGE Pedro Nehme, candidato à governança de Santo Antônio. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 37, p. 6, 25 dez. 1958.

KENNEDY quer para América Latina a quota açucareira sul-africana. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 3, 22 jun. 1971.

KIRJNER, Salomão. Free-way para Santo Antônio. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 27, p. 8, 25 out. 1974.

KIRJNER, Salomão. Santo Antônio pede passagem. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 40, 23 dez. 1973.

KRÁS BORGES, Mário. Curiosidades de Torres. *Folha do Litoral*, Osório, a. III, n. 100, p. 4, 04 abr. 1980.

KURY, A. P. A AGASA e o canavieiro. *O Comercial*, Santo Antônio, n. 6, p. 2, 10 jul. 1973.

KURY, Affonso Penna. Assistência ao pequeno produtor. *O Patrulhense*, a. II, n. 92, p. 6, 10 out. 1956.

KURY: para a AGASA progredir deve ser transformada a estrutura da usina, de S.A. em cooperativa. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 35, p. 3, 18 jun. 1975.

LAGOA dos Barros, o veraneio econômico a caminho do mar. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 43, p. 8-9, 31 jan. 1981.

LÁGRIMAS de Santo Antônio. *Folha da Tarde*. Porto Alegre, p. 4. 23 jan. 1978

LAMBIQUEIROS: Ministério da Agricultura faz muitas exigências. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 35, p. 5, 18 jun. 1975.

LANÇADA a pedra fundamental da Açúcar Gaúcho S.A. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 5, 29 jan. 1963.

LATIFÚNDIO e minifúndio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 12, 26 jun. 1983.

LAVOURA canvieira: excepcional a produção de Santo Antônio da Patrulha. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 3, 10 mar. 1967.

LAVOURAS não poluem Lagoa dos Barros. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 28, p. 3, 17 jun. 1980.

LEAL denuncia manobras contra usina de açúcar em Torres. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 2, 28 fev. 1976.

LIGAÇÃO Free-way Santo Antônio, vai sair... mas a *Construa* já existe com os melhores preços da região. *O Mensageiro*, Santo Antônio da Patrulha. a. I, n. 2, p. 3, 28 mar. 1974.

LIGAÇÃO Free-way Santo Antônio vai sair... mas a CONSTRUA já existe com... *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 22, p. 8, 25 jun. 1974.

LITORAL Norte e o CODEL. *Guarda Velha*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 45, p. 9, 1º out. 1988.

LITORAL seria beneficiado com exploração do álcool de madeira. *Folha do Litoral*, Osório, Torres, Tramandaí, Santo Antônio. a. IV, n. 160, p. 9, 18 jun. 1981.

LUCIANO Machado diz que AGASA não está para ser negociada. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 12, 17 mar. 1967.

LUCIANO visita AGASA na inauguração das melhorias. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 9, 09 set. 1970.

LUTZEMBERGER e PROÁLCOOL. *Correio do Litoral*, Osório, Tramandaí, Santo Antônio, a. III, n. 88, p. 2, 10 jan. 1980.

MACEDO, Luiz Alberto. A cana-de-açúcar no Rio Grande do Sul. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27 set. 1968. Suplemento Rural, p. 24.

MACIEL JÚNIOR, José. Quem foi o Capitão-Mor Bemfica: Histórias da nossa história. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 33, p. 9, 19 abr. 1974.

MAESTRI: ligação de P. A. ao mar: dentro de dez meses a solução. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 8, 24 ago. 1961.

MAIS um sonho desfeito. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, p. 10, 27 jul. 1989.

- MANTIDOS os preços do açúcar na safra 1950-51. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 6, 1º ago. 1950.
- MAQUINÁRIO da AGASA é entregue como pagamento de dívida trabalhista. *Folha Patrulhense*. Santo Antônio da Patrulha, n. 994, p. 1, 20 mar. 2003.
- MARUMBY S.A. – Ind. Com. Agricultura saúda Santo Antônio da Patrulha. *Jornal dos Sinos*, Novo Hamburgo, 28 abr. 1969. Caderno Especial, Vale dos Sinos, n. 509, p. 3.
- MERCADO açucareiro. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 5, 14 ago. 1976.
- MINHA terra. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 52, p. 5, 23 dez. 1959.
- MINIDESTILARIA no interior. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 48, p. 5, 11 abr. 1981.
- MINIFÚNDIOS poderão ter novas opções. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 38, p. 4, 15 out. 1980.
- MINISTRO disse sim: trevo será aberto. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, p. 1, 11 out. 1974.
- MINI-USINAS de álcool: possível implantação em Santo Antônio e Litoral Norte. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 4, p. 16, 16 jun. 1979.
- MISSÃO Rural deveria em Santo Antônio atender aos problemas dos agricultores locais. *O Clarim*. Porto Alegre, p. 2, 13 jan. 1955.
- MOMENTO agrário é de grande tensão. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 21, 29 set. 1982.
- MOSSMANN na AGASA administrada por patrulhenses. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. VIII, n. 207, p. 5, 26 mar. 1987.
- MOSSMANN na AGASA: usina não fecha. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. VIII, n. 210, p. 1 e 12, 07 maio 1987.
- MULHERES rurais tiveram 1º Encontro em Santo Antônio. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. VIII, n. 204, p. 9, 12 fev. 1987.
- MUNICÍPIOS do nordeste de reunião em Osório para tratar dos seus problemas. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 6, 26 fev. 1958.
- MURI, Guido. A Usina Santa Marta: lembranças de Conceição do Arroio. *Folha do Litoral*, Osório, a. VIII, n. 490, p. 2, 30 jul. 1985.
- N. HAMBURGO sustou plano do Proálcool. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 25 set. 1981. *Folha Regional*, p. 7.
- NA CÂMARA e no Senado Destilaria de Osório será objeto de um inquérito parlamentar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 24 fev. 1962.
- NO OESTE existem problemas de terra. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 04 jul. 1982.

NORDESTE contrário às usinas de açúcar no Sul. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 1, 06 jan. 1965.

NOSSA rapadura e melado nos States. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. IV, n. 139, p. 6, 26 jul. 1984.

NOVA diretoria da AGASA avista-se com prefeito. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 6, p. 4, 14 jul. 1979.

NOVA reunião dos plantadores de cana e produtores de açúcar. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 7, p. 6, 24 dez. 1957.

NOVAS variedades de cana-de-açúcar na região. *Folha do Litoral*, Osório, 21 ago. 1986. Suplemento Folha do Litoral Rural, a. I, n. 5, p. 4.

NOVO golpe contra a economia gaúcha. IBC proibiu moagem de café com açúcar. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 8, 09 jul. 1960.

NUNES, Terezinha. Crianças cortam cana em Pernambuco. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 17, 22 set. 1991.

O AÇÚCAR e o Rio Grande. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 06 fev. 1964. Suplemento Rural, p. 7.

O AÇÚCAR em Santo Antônio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 09 out. 1962.

O ANO agropecuário e as perspectivas. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 31 dez. 1982. Suplemento Rural, p. 9-12.

O DEPUTADO Vasco Amaro manifesta-se a favor do trevo. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 14, p. 8, 10 nov. 1973.

O DESENVOLVIMENTO do Litoral do Norte. *Correio do Litoral*, Osório, Santo Antônio, Tramandaí, a. I, n. 17, 20 maio a 10 jun. 1975. Editorial, p. 8.

O DIFÍCIL controle da poluição das usinas de açúcar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 28, 1º ago. 1976.

O ESTATUTO da Terra. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16 out. 1970. Suplemento Rural, p. 4.

O IAA construirá uma destilaria em Osório. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 10, 25 fev. 1958.

O PROÁLCOOL não vai acabar. *JornalCana*, Ribeirão Preto, a. II, n. 16, fev. 1995. Entrevista, p. 14-15.

O PROTESTO dos homens da cana. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 26-27, 03 jul. 1981.

O QUE é PLANALSUCAR. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18 jul. 1980. Suplemento Rural, p. 10.

O QUE se pode tirar de uma tonelada de cana? *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 nov. 1965. Suplemento Rural, p. 12.

O REINO da Dinamarca. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 62, p. 2, 22 out. 1981.

O RIO GRANDE deve ocupar os espaços vazios. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 30-31, 12 nov. 1981.

O RIO GRANDE entra na corrida do álcool. Entra? *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 28-29, 29 jun. 1980.

O RIO Grande não é só coxilha e pecuária. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 1, 02 nov. 1952.

O RIO Grande possui um parque industrial com umas 25 mil fábricas. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 31 mar. 1957. Suplemento Especial: Rio Grande do Sul: o homem, a terra, p. 5.

O RS e o PROÁLCOOL III: cana e mandioca: as vantagens e desvantagens para obter o etanol. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 20, 28 set. 1979.

ODONE assume a AGASA e quer acabar com dívidas. *Guarda Velha*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 21, p. 3, 13 abr. 1988.

OLÍMPIO Tabajara vê nossas fontes alternativas de energia. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 30, p. 5, 16 jul. 1980.

OPERÁRIAS reclamam contra Fábrica de Calçados Cairu. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 22, p. 10, 15 mar. 1980.

OS CLAMORES da agroindústria. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 4, 28 jul. 1976.

OS IMIGRANTES. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 16, p. 11, 1º dez. 1979.

OS PROBLEMAS da economia açucareira no estado continuam a preocupar a Secretaria da Economia. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 16 jun. 1962.

OS PRODUTORES queixam-se com razão: uma visão atual de Santo Antônio. *Correio do Litoral*, Osório, Santo Antônio e Tramandaí. a. II, n. 31, p. 8-10, 07 out. 1978.

OSÓRIO e Torres: pobreza, entorpecimento da região. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 11 ago. 1969.

OSÓRIO também deseja possuir uma usina de açúcar: projeto em estudo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 15, 22 fev. 1967.

OUTRA destilaria em Santo Antônio. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. V, n. 108, p. 1, 16 jun. 1983.

PARADA, há mais de quatro anos: pretende o Estado obter financiamento para a Destilaria de Alcool de Osório. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 07 fev. 1960.

PARTIDO Trabalhista Brasileiro. Para prefeito Jorge Pedro Nehme. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 47, p. 4, 31 ago. 1959.

PARTIDO Trabalhista Brasileiro: Agradecimento. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 29, p. 4, 12 set. 1958.

PARTIDO Trabalhista Brasileiro: proclamação ao povo patrulhense. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 46, p. 1, 15 ago. 1959.

PEDIDA a permanência de Sinval na AGASA. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. IV, n. 101, p. 6, 10 mar. 1983.

PEDRA fundamental da Açúcar Gaúcho S.A. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 3, 03 fev. 1963.

PEQUENAS usinas garantem produção gaúcha de álcool. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 34, 12 out. 1981.

RS quer três usinas para extrair álcool da madeira. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 5, 26 set. 1982.

PERES, José Resende. Cana: novas técnicas de cultivo. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 28, 31 jan. 1982.

PERMANÊNCIA do PROÁLCOOL deve ser afirmada para eliminar incertezas. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 07 set. 1979.

PINGO no pingo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 17 fev. 1962.

PINHO, Wanderley. O luxo dissipador dos senhores de engenho. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 29 jan. 1981. *Letras & Livros*, p. 3.

PLANO de Desenvolvimento do Litoral: aproveitamento de todo um potencial econômico. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 14, 10 abr. 1960.

PLANO Integrado do Litoral Norte começa a tornar-se realidade. *Correio do Litoral*, Osório, n. 7, p. 12-13, 23 dez. 1977.

PLANTADORES de açúcar planejam apossar-se da Destilaria de Osório! *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 1, 11 fev. 1962.

PMDB lança Odone deputado em 90. *Guarda Velha*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 38, p. 11, 13 ago. 1988.

POBRE Estado rico. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 1, 04 jul. 1982.

POBRES e com dívidas, eles dizem que não podem sobreviver em outro lugar. *Folha da Manhã*, Porto Alegre, p. 3, 09 jul. 1974.

PODE haver colapso no setor de álcool e açúcar. *Vale do Sinos*, São Leopoldo, a. XVI, n. 2.465, p. 13, 21 jan. 1987.

POLÍTICA financeira da união está estrangulando o Rio Grande do Sul. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 23 jan. 1960.

POPULAÇÃO patrulhense entusiasmada com a produção de açúcar: AGASA. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 17, 11 ago. 1966.

POR um Rio Grande maior. Novas possibilidades para o Rio Grande na indústria açucareira. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 03 ago. 1963.

POSTOS de álcool. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 4, 30 abr. 1979.

PREÇO da cana: solução à vista. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 54, p.1, 16 jul. 1981.

PREFEITO de Sto. Antônio poderá ter seu mandato cassado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 1, 10 mar. 1966.

PREFEITO tem a solução: cobrar pedágio em Santo Antônio. *Folha da Manhã*, Porto Alegre, p. 42-43, 05 jun. 1972.

PREFEITOS da região presentes na posse de Maggi. *Folha do Litoral*, Osório, a. III, n. 132, p. 10, 14 nov. 1980.

PREFEITOS vão ao governador pedir para que a AGASA não seja privatizada. *Folha do Litoral*, Osório, a. IX, n. 540, p. 1 e 9, 28 jan. 1986.

PREOCUPADA a indústria carioca com a situação econômica do Rio Grande do Sul. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 14, 30 ago. 1960.

PRESENTÃO. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 20 de março de 2003.

PRESIDÊNCIA da AGASA: políticos patrulhenses descontentes. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 75, p. 7, 06 maio 1982.

PRESIDENTE da ASFORCA revela: IAA libera parcela para construir sede. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 34, p. 3, 10 maio 1975.

PRESSÃO econômica contra o Rio Grande. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 7, 20 jan. 1960.

PRIMEIROS carros a álcool são da Cardoso, Marques. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 42, 15 jan. 1981.

PRIORIDADE à Estrada do Caracol e ligação Santo Antônio à Free-way. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 6, 09 nov. 1971.

PRIVATIZAÇÃO da AGASA. *Folha do Litoral*, Osório, Torres, Tramandaí, Santo Antônio e Tramandaí, a. IV, n. 167, p. 4, 06 ago. 1981.

PRIVATIZAÇÃO da AGASA. *Folha do Litoral*, Osório, a. VI, n. 255, p. 5, 1º abr. 1983.

PRIVATIZAÇÃO da AGASA. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, p. 20, 24 maio 1988.

PROÁLCOOL: enfoque ambiental (II). *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18 set. 1981. Suplemento Rural, p. 6.

PROBLEMAS da cana de açúcar. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 2, 10 ago. 1932.

PROBLEMAS de açúcar – AGASA: Lauro Hagemann criticando a propaganda desmoralizadora da AGASA. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 23 mar. 1967.

PROBLEMAS fundiários do RS não serão resolvidos a curto prazo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 15, 15 set. 1982.

PRODUÇÃO de açúcar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 11 jun. 1963.

PRODUÇÃO de álcool é alternativa comercial. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 18, 30 set. 1976.

PRODUÇÃO de Álcool. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 10, 26 set. 1976.

PRODUÇÃO de cachaça pode salvar a AGASA. *Guarda Velha*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 85, 07 jul. 1989, p. 5.

PRODUTORES ameaçados. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 12, 05 dez. 1952.

PRODUTORES de cana de Osório querem a Usina funcionando. *Última Hora*, Porto Alegre, p. 6, 09 jan. 1962.

PRODUTORES de cana de Osório querem a Usina funcionando! *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 2, 09 fev. 1962.

PRODUTORES de cana-de-açúcar gaúchos vão reunir-se em Santo Antônio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 10 fev. 1962.

PROIBIÇÃO de açúcar no café: líder torrefador, contra aplicação da lei. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 4, 12 jul. 1960.

PROJETO AGASA. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 16, 15 set. 1976.

PROJETO AGASA: podemos duplicar nossa produção de açúcar e implantar destilaria de álcool no estado. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 5, 15 set. 1976.

PROJETO de implantação de indústria açucareira. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 25 abr. 1962.

PROJETO iniciou com plantio da cana em 1980: canavial de 1.800 ha neste projeto da Agropecuária Capela S.A. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05 nov. 1982. Suplemento Rural, p. 12-13.

PROJETOS incentivam Litoral Norte: agricultura, pecuária e hortigranjeiros. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 12, p. 14, 06 out. 1979.

PRONTO Socorro para combater a miséria e o crime. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 32, 29 mar. 1981.

QUARTA-FEIRA a decisão sobre a encampação da destilaria: Osório. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 10, 10 dez. 1960.

QUATRO anos de realizações em favor do Rio Grande do Sul. *Zero Hora*, Porto Alegre, 11 mar. 1983. Informativo Especial, p.7.

RACIONALIZAÇÃO permite multiplicar produtividade dos minifúndios. *Correio Riograndense*, Caxias do Sul, p. 6, 28 jun. 1989.

RANCHESKI ameaça renunciar. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. VII, n. 192, p. 6, 14 ago. 1986.

RANCHESKI assume presidência da AGASA. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. VIII, n. 189, p. 1 e 3, 03 jul. 1986.

RECUPERAÇÃO do Litoral: chegaram a P. Alegre ontem três técnicos holandeses. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 1º maio 1960.

REELEITA diretoria da AGASA. *Folha do Litoral*, Osório, a. VIII, n. 466, p. 6, 07 maio 1985.

REERGUIMENTO econômico do estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 23 jan. 1960.

REIVINDICAÇÕES de Santo Antônio da Patrulha vão ser levadas a Triches. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 27, 22 dez. 1974.

REPERCUSSÃO da decisão do IAA: medidas para iniciar no Rio Grande do Sul a fabricação do açúcar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 23 nov. 1962.

REPERCUSSÃO em plenário da exposição feita ontem pelo governador do Estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 30 abr. 1960.

RESULTADO final e oficial das eleições de 1958. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 34, p. 1, 03 nov. 1958.

RESULTADO oficial do pleito de 08 de novembro de 1959. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 51, p. 1, 25 nov. 1959.

REUNIÃO da Coordenadoria do PMDB: futuro da AGASA. *Folha do Litoral*, Osório, a. X, n. 694, p. 4, 19 mar. 1987.

REUNIÃO do CODESAP transferida para hoje: agroindústrias para reter mão-de-obra rural. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. V, n. 112, p. 5, 11 ago. 1983.

REUNIÃO dos produtores de cana e açúcar mascavo. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. 1, n. 4, p. 1, 21 dez. 1957.

REVOLUÇÃO Patrulhense. *A Voz da Escola: Órgão dos Estudantes da Escola Normal Santa Teresinha*, Santo Antônio da Patrulha, a. XIV, n. 63, p. 1 e 3 jun. 1965.

RIO Grande desunido: um marginal no processo de desenvolvimento que se registra no Brasil. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 8, 17 abr. 1960.

RIO Grande do Sul firmará um acordo com o Instituto do Açúcar e do Alcool. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 12 abr. 1960.

RIO Grande totalmente à margem das atenções do governo federal. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 30 abr. 1960.

ROCHA fala sobre o desmatamento. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 24, 02 out. 1982.

ROSA, Artur. Roda de chimarrão. *Jornal dos Municípios*, Porto Alegre: Escritório dos Municípios, a. 1, n. 4, p. 2, 17 maio 1965.

ROTEIRO do Programa de Governo do Engenheiro Leonel Brizola. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 13, 25 set. 1958.

RS quer três usinas para extrair álcool da madeira. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 14, 26 set. 1982.

RS tem potencial para produzir cana. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 14, 03 abr. 2005.

RS vai ingressar na produção de álcool a partir da mandioca. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, p. 22, 20 abr. 1979.

RUSCHEL, Ruy Ruben. O Porto de Torres. *O Litoral*, Osório. a. I, n. 22, p. 2, 05 set. 1954.

SAFRA de cana exige melhorias em estradas. *Folha do Litoral*, Osório, Torres, Tramandaí, Santo Antônio. a. IV, n. 158, p. 9, 04 jun. 1981.

SANCHOTENE, Maria do Carmo. Proálcool: enfoque ambiental: I. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 28 ago. 1981. Suplemento Rural, p. 9.

SANTO Antônio & Free-way (reprodução de matéria da coluna Hilário Honório da Folha da Tarde). *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 14, p. 5, 10 nov. 1973.

SANTO Antônio briga por um acesso à Free-way. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 1-3, 18 set. 1973.

SANTO Antônio da Patrulha envia uma mensagem de civismo e de democracia para as demais comunas rio-grandenses. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 10, 24 abr. 1949.

SANTO Antônio da Patrulha pede estradas para seus distritos. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 13, p. 1, 21 mar. 1958.

SANTO Antônio da Patrulha reingressa na fase do progresso. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 3, 12 nov. 1967.

SANTO Antônio da Patrulha vai produzir álcool para o Rio Grande do Sul. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 11, p. 20, 22 set. 1979.

SANTO Antônio da Patrulha vai realizar seminário para debater problemas. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 39, 17 out. 1971.

SANTO Antônio da Patrulha. *Jornal dos Municípios*, Porto Alegre: Escritório dos Municípios, a. 1, n. 4, p. 1, 17 maio 1965.

SANTO Antônio da Patrulha: município de progresso. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 08 mar. 1958. *Jornal do Dia dos Municípios*, p. 10.

SANTO Antônio da Patrulha: pontal do progresso rio-grandense. *Jornal dos Municípios*, Porto Alegre, a. 1, n. 4, p. 1, 17 maio 1965.

SANTO Antônio da Patrulha: prestação de contas do governo Gelso Marcelo Bier. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 24, 30 out. 1976.

SANTO Antônio da Patrulha: produção agro-pastoril cresce em ritmo de Brasil-grande. *NH: Vale do Sinos*, Nova Hamburgo, 28 jul. 1972. Caderno 1. Edição oficializada pela Associação dos Municípios do Vale do Rio do Sinos.

SANTO Antônio da Patrulha: seus problemas, suas reivindicações. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 8, 08 maio 1949.

SANTO Antônio da Patrulha: terra dos canaviais. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 19 nov. 1980. Suplemento, p. 8.

SANTO Antônio da Patrulha: um município em marcha. *Zero Hora*, Porto Alegre, 20 jun. 1973. Suplemento Especial, p. 9.

SANTO ANTÔNIO e Osório querem indicar novo presidente para a AGASA. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 3, p. 16, 02 jun. 1979.

SANTO Antônio em compasso de espera. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 32, 02 out. 1972.

SANTO Antônio em pauta: Ferúlio completa 1º ano de administração. *Correio do Litoral*, Osório, Santo Antônio e Tramandaí, a. I, n.12, p. 6, 11 mar. 1978.

SANTO Antônio já tem bomba a álcool. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 38, p. 3, 15 out. 1980.

SANTO Antônio precisou do Trevo, Brunelli conseguiu, agora ele precisa do nosso apoio. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 28, p. 6, 12 nov. 1974.

SANTO Antônio quer entrar para a região metropolitana. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 26, p. 10, 15 maio 1980.

SANTO Antônio realizou boa exposição. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10 nov. 1980. Suplemento Rural, p. 8.

SANTO Antônio venceu: trevo está aberto. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 32, p. 3, 12 mar. 1975.

SANTO Antônio. *O Patrulhense*. Santo Antônio da Patrulha. a. I, n. 7, p. 4, 16 mar. 1952.

SANTO Antônio: este é o Vale dos Sinos. *Guia do Vale do Sinos*. Novo Hamburgo, 25 jul. 1978. Suplemento Especial, p. 11.

SECRETARIA da Economia: levantamento total das possibilidades dos municípios gaúchos. *Jornal do Dia*, Porto Alegre, p. 4, 25 out. 1960.

SECRETARIA de Fomento Econômico desenvolvendo potências de Santo Antônio da Patrulha. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 77, p. 6, 03 jun. 1982.

SECRETÁRIO da Agricultura diz que AGASA está em má situação. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 18, 14 mar. 1967.

SEM INSTRUÇÃO geral e técnica para o rurícola jamais alcançaremos a tão desejada produtividade dos campos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 30 out. 1960.

SERÁ lançada hoje pedra fundamental da usina de açúcar em S. A. da Patrulha. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 27 jan. 1963.

SERÁ viável a lavoura canavieira em Uruguaiana? *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 jun. 1964. Suplemento Rural, p. 4.

SILAGEM com pontas de cana. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 53, p. 9, 02 jul 1981.

SILVA, Daiçom Maciel da. Cana-de-açúcar, uma excelente alternativa. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, n. 872, p. 14, 21 dez. 2000.

SILVA, Edegar. A AGASA é de casa? *Folha do Litoral*, Osório, a. VI, n. 267, p. 2, 14 maio 1983.

SILVEIRA, Hermógenes G. AGASA terá agora sua Cooperativa dos Canavieiros. *O Mensageiro*, Santo Antônio da Patrulha. a. 1, n. 1, p. 1, 10 mar. 1974.

SIMON afirma: Governo não tem competência para dirigir AGASA. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. IX, n. 239, p. 1, 12 maio 1988.

SIMPÓSIO sobre o desenvolvimento agropecuário do Litoral Norte. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 38, p. 14-15, 15 out. 1980.

SINVAL Ribeiro assumiu a presidência da AGASA. *Folha do Litoral*, Osório, a. V, n. 206, p. 8, 20 maio 1982.

SITUAÇÃO da AGASA preocupa deputado Antonio Carlos Azevedo. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, p. 7, 17 ago. 1989.

SITUAÇÃO de aperto para os gaúchos: do Governo ao homem comum, todos estão correndo atrás de dinheiro. *O Rio Grande Semanal*, Porto Alegre, a. I, n. 3, p. 16-17, 30 maio 1979.

SITUAÇÃO econômica do Estado debatida no Rio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 18 maio 1960.

SOUZA, Eli de Moraes. O álcool como fonte alternativa de energia. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27 fev. 1981. Suplemento Rural, p. 9.

SPITZER Jayme. Santo Antônio da Patrulha: ontem e hoje. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 3, 09 abr. 1968.

- STO. ANTÔNIO da Patrulha, seus problemas, suas reivindicações. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 11, 08 maio 1949.
- TÉCNICO faz pesquisa e aponta solução para salvar o minifundiário. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 04 jul. 1982.
- TÉCNICOS avaliam viabilidade da microdestilaria de S. Antônio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 20, 31 out. 1981.
- TEMORES. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 9, 17 ago. 1998.
- TERRA de progresso. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 6, 08 nov. 1967.
- TODAS as cooperativas contra a COPERSUCAR. *Coojornal*, Porto Alegre, a. IV, n. 37, p. 6, jan. 1979.
- TODO distrito a mesma meta: progresso. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 18 fev. 1979. Suplemento dos Municípios. Santo Antônio da Patrulha: natureza e progresso, a. VIII, n. 129. p. 19.
- TOMASINI, Roque G. A. et al. A produção de álcool. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 24 abr. 1981. Suplemento Rural, p. 11.
- TORRES quer ter usina de açúcar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 02 out. 1970.
- TORRES: canas para a AGASA. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 17, 31 ago 1967.
- TORRES: Cooperativa de Produtores Agrícolas. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 3, 12 abr. 1962.
- TORRES: usina de açúcar viria solucionar problemas na lavoura canavieira. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 25, 10 set. 1970.
- TRANSFERIDA I Festa da Cana: outubro. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 15, 25 out. 1965.
- TRATAMENTO injusto. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 14, p. 2, 10 nov. 1973.
- TRESSOLDI fala do PROÁLCOOL. *Correio do Litoral*, Osório, Tramandaí e Santo Antônio, a. III, n. 82, p. 10, 29 nov. 1979.
- TREVO: a vedete do ano. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 30, p. 4, 31 dez. 1974.
- TREVO: mais 45 dias de espera. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 27, p. 1, 25 out. 1974.
- TREVO: Prefeitura Municipal cede tombadeiras para aceleração das obras. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 28, p. 1, 12 nov. 1974.
- TREVO: são maiores as nossas chances. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 15, p. 1, 25 nov. 1973.

UÍSQUE falsificado era vendido em Santo Antônio. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. II, n. 40, p. 13, 15 dez. 1980.

UM CARTEL chamado COPERSUCAR. *Coojornal*, Porto Alegre, a. IV, n. 39, p. 20, mar. 1979.

UM ESPELHO da grave situação econômica do Rio Grande do Sul. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 16, 27 abr. 1960.

UM GOVERNO trabalha para o futuro de Santo Antônio. *Jornal do Litoral*, Tramandaí, p. 8-9, 23 jun. 1971.

UM OSORIENSE dirigirá a AGASA: Sinval Ribeiro convidado para presidir AGASA. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. III, n. 73, p. 4 e 6, 08 abr. 1982.

UM RAIOS da terra dos canaviais. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. V, n. 122, p. 8, 1º dez. 1983.

UM SUPLENTE eleito o “deputado da semana”. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, p. 7, 10 ago. 1957.

UMA esperança de Osório. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 24 fev. 1967.

USINA de açúcar em Osório. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 28 fev. 1967.

UMA ESTAÇÃO dedicada somente à cana-de-açúcar: Santa Catarina. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18 jul. 1980. Suplemento Rural, p. 10.

UMA INDÚSTRIA pioneira no Estado: Santo Antônio, cana-de-açúcar: uma de suas riquezas. *Zero Hora*, Porto Alegre. 20 jun. 1973. Suplemento ZH, p. centrais.

UMA nova Torres. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 25 out. 1970.

UMA POPULAÇÃO muito pobre, como o Jeca Tatu: a outra face do Litoral Norte. *Zero Hora*, Porto Alegre, 19 fev. 1989, p. 34.

UMA SAÍDA para Santo Antônio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 11 jun. 1972.

USINA de açúcar de Santo Antônio não dispõe de matéria-prima. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 28 fev. 1967.

USINA de açúcar em Osório. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 28 fev. 1967.

USINA de açúcar será montada em Santo Antônio. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 52, 27 out. 1963.

USINA de álcool em Lomba Grande deverá estar pronta em 18 meses. *NH*, Novo Hamburgo, p. 3, 04 fev. 1980.

USINA em Torres. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 17, 06 out. 1966.

USINAS de açúcar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 07 jan. 1965.

USINAS de álcool ganham incentivo. *Correio do Litoral*, Osório, Santo Antônio e Tramandaí, 00 a. II, n. 61, p. 8, 07 jul. 1979.

VALORIZAÇÃO regional. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 4, 07 mar. 1965.

VELHOS alambiques ainda existem no Litoral do Estado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 16, 28 fev. 1983.

VEREADOR Armindo enviou carta ao Governador. *Folha Patrulhense*, Santo Antônio da Patrulha, a. VII, n. 181, p. 9, 13 mar. 1986.

VEREADOR Ribeiro defende os canavieiros. *Folha do Litoral*, Osório, a. IX, n. 540, p.4, 28 jan. 1986.

VERMINOSE no interior do município. *Informação*, Santo Antônio da Patrulha, a. I, n. 14, p. 1, 31 mar. 1958.

VIERO, J. Memórias. *Jornal Revisão*, Osório, p. 3, 19 dez. 2002.

VINHOTO, a poluição que pode fertilizar. *Interior*: Revista do Ministério do Interior, Brasília, a. VII, n. 40, p. 12 set./out. 1981.

VISITA do Governador: discurso do governador Euclides Triches. *O Comercial*, Santo Antônio da Patrulha, n. 31, p. 9, 30 jan. 1975.

XAVIER, Paulo. Nossa lavoura de açúcar. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 15 set. 1972. Suplemento Rural, p. 6.

Jornais (periódicos pesquisados)

A GAZETA DO LITORAL. Santo Antônio da Patrulha e Osório. (quinzenal), 1974, 1977.

A VERDADE. Folha Republicana. Santo Antônio da Patrulha, 15/02/1918

A VOZ DA ESCOLA. Órgão dos Estudantes da Escola Normal Santa Teresinha. Santo Antônio, 1950 a 1967, 1986 (66 edições com periodicidade irregular.)

ARCO ÍRIS. Santo Antônio da Patrulha. n. 1, 31/10/1916. (única edição)

BOLETIM INFORMATIVO DE SANTO ANTÔNIO. Informativo Oficial. Prefeitura Municipal. Semanário. Santo Antônio, 1942, 1943, 1944, 1945.

CORREIO DO LITORAL. Osório, n. 1 a 92. de 30/09/1977 a 07/02/1980.

CORREIO DO POVO. Correio do Povo Rural, n. 999 a 1357, de 1977 a 1984.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 1950, 1958, 1962 a 2006.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre, 1947, 1957, 1958, 1962, 1965, 1976.

FOLHA DA TARDE. Porto Alegre, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1980, 1981.

FOLHA DO LITORAL. Osório, 1980 a 1987.

FOLHA PATRULHENSE, Santo Antônio da Patrulha, 1973 a 2006.

GUARDA VELHA. O elo de integração regional. Santo Antônio da Patrulha. 11 nov. 1987 a 02 nov. 1990 (150 edições)

INFORMAÇÃO. Santo Antônio da Patrulha. 20 out. 1957 a 18 mar. 1960.

JORNAL DO COMÉRCIO. Porto Alegre, 1976, 1988, 1989.

JORNAL DO DIA. Porto Alegre, 1957 a 1962.

JORNAL DO LITORAL. Tramandaí. 1971.

O AMANHECER DE UM POVO. Santo Antônio da Patrulha, n. 1, 1963.

O COMERCIAL. Órgão do Departamento de Imprensa da Associação Comercial e Industrial. Santo Antônio da Patrulha. 1973 a 1977 (59 edições)

O DESPERTADOR. Folha Republicana. Santo Antônio da Patrulha, 1916, 1917.

O LITORAL. Semanário Noticioso a serviço dos interesses da comuna. Osório. n. 1 a 32, 1954 e 1955.

O MENSAGEIRO. Santo Antônio da Patrulha. n. 1 a 4, 1974.

O PATRULHENSE. Santo Antônio da Patrulha (coleção completa)

ZERO HORA. Porto Alegre, 1965, 1981, 1983, 1989, 1990.

FONTES DOCUMENTAIS (DIFERENTES SUPORTES)

Fontes impressas oficiais ou institucionais do Rio Grande do Sul e do Brasil

ACCURSO, Cláudio F; CANDAL, Arthur; VERAS, Cláudio. Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. *Boletim da Comissão de Desenvolvimento Econômico*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, n. 16, 1965.

ANNAES DA ASSEMBLÉIA DOS REPRESENTANTES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: 1928. 10ª Legislatura, 37ª sessão ordinária. Porto Alegre: Oficinas gráficas d'A Federação, 1929.

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL. 1989. Porto Alegre: FEE, 1989.
- ASSIS BRASIL, João Antônio de; SILVA, Becklerc O. da. *A cana de açúcar*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1957,
- ATAS da Comissão da Agricultura, 1960 a 1962. Ata nº 1, de 23 maio 1962. Ata nº 2, de 24 maio 1962. Ata nº 8, de 13 jun. 1962.
- ATAS da Comissão de Desenvolvimento Econômico, 1957 a 1967.
- ATAS da Comissão Executiva do IAA: 11ª Sessão Ordinária de 15 out. 1959.
- ATAS da Comissão Permanente e Especial. Agricultura, Indústria e Comércio, 1951 a 1959.
- BAER, Werner. A industrialização brasileira e a nova política industrial. *Indicadores econômicos FEE: análise conjuntural*, Porto Alegre: FEE, v. 18, n.3, nov. 1990.
- BANDEIRA, Pedro S. E GRINDLING, Nilton A. *O crescimento da industrialização no RS na década de 70: um estudo comparativo*. Porto Alegre: FEE, 1988.
- BRASIL AÇUCAREIRO. Rio de Janeiro Instituto do Açúcar e do Alcool, a. XXVII, v. 54, 1959.
- BRASIL AÇUCAREIRO. Rio de Janeiro Instituto do Açúcar e do Alcool, a. XXVIII, v. 55, 1960.
- BRASIL AÇUCAREIRO. Rio de Janeiro Instituto do Açúcar e do Alcool, a. XXVIII, v. 56, 1960.
- BRASIL AÇUCAREIRO. Rio de Janeiro Instituto do Açúcar e do Alcool, a. XXIX, v. 57, 1961.
- BRASIL AÇUCAREIRO. Rio de Janeiro Instituto do Açúcar e do Alcool, a. XXIX, v. 58, 1961.
- BRASIL AÇUCAREIRO. Rio de Janeiro Instituto do Açúcar e do Alcool, a. XXX, v. 59, 1962.
- BRASIL AÇUCAREIRO. Rio de Janeiro Instituto do Açúcar e do Alcool, a. XXX, v. 60, 1962.
- BRASIL AÇUCAREIRO. Rio de Janeiro Instituto do Açúcar e do Alcool, a. XXXI, v. 61, 1963.
- BRASIL AÇUCAREIRO. Rio de Janeiro Instituto do Açúcar e do Alcool, a. XXXI, v. 62, 1963.
- BRASIL. 1943-1944. Recursos – Possibilidades. Rio de Janeiro:, 1944.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Comissão Executiva Nacional do Alcool. *PROÁLCOOL: informações básicas para empresários*. Comissão Executiva Nacional do Alcool. Rio de Janeiro: BNDE, 1980.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico do Rio Grande do Sul*: 1º de julho de 1950. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Equipe Técnica de Estatística Agropecuária. Sistema Brasileiro de Extensão Rural. *Informativo da produção agropecuária nacional*. Rio de Janeiro, dez. 1968.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.. *Levantamento e avaliação de recursos naturais, sócio-econômicos e institucionais do Rio Grande do Sul*. Brasília: INCRA, 1973. v. 3.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário. Delegacia Regional no Rio Grande do Sul. *Relatório anual*. Porto Alegre, 1968.

BRASIL. Ministério da Indústria e Comércio. Comissão Executiva Nacional do Álcool. *PROÁLCOOL*: Informações básicas para empresários. Rio de Janeiro: BNDE, 1980.

BRASIL. Ministério da Indústria e Comércio. Conselho Nacional do Álcool. Comissão Executiva Nacional do Álcool. *Roteiro para elaboração de projeto para implantação ou ampliação de lavoura*: matéria-prima: cana-de-açúcar. Brasília, 1979.

BRASIL. Ministério da Indústria e Comércio. IAA. *Brasil/Açúcar*. Rio de Janeiro, 1972.

BRASIL. Ministério da Indústria e do Comércio. Portaria nº 71, de 5 de março de 1974. *Diário Oficial da União*. Brasília, 08 mar. 1974.

BRASIL. Presidência a República. Secretaria de Planejamento. Diretrizes Gerais de Política Econômica. Notas para o I PND da Nova república. Brasília, maio de 1985. 28 p.

BRASIL. Presidência da República. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo comercial*. IX Recenseamento Geral do Brasil: 1980. Rio de Janeiro, 1984. v. 4, n.1.

BRASIL. Presidência da República. Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. *Estatuto da Terra*. Lei nº 4.504, de 30/12/1964. Brasília, 1967.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Planejamento. *Diretrizes gerais de política econômica*: notas para o I PND da Nova República. Brasília, SEPLAN, maio 1985.

BRASIL/AÇÚCAR. Rio de Janeiro: IAA; Divisão Administrativa; Serviço de Documentação do MIC, 1972.

BRASIL: 1943-1944. Recursos e possibilidades. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945.

BRUNELLI, Júlio. Discurso feito em 27 set. 1973 na Assembléia Legislativa. In: BRUNELLI, Júlio. *Santo Antônio da Patrulha e ligação com a Free-way*: uma campanha vitoriosa: justiça para um grande município. Porto Alegre, 1974.

BRUNELLI, Júlio. Pronunciamento do deputado. In: RIO GRANDE DO SUL. *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do RS*. 28ª sessão. Porto Alegre, 03 maio 1965. p. 8-11.

BRUNELLI, Julio. Pronunciamento na Assembléia Legislativa. RIO GRANDE DO SUL. *Anais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1964.

CENERGS. Comissão Estadual de Energia. *Proposta para a elaboração do Plano Energético do Estado do Rio Grande do Sul*: Minuta Preliminar para discussão. Porto Alegre, ago. 1981.

CNE. *Situação econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1960,

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. *Questões agrárias*: Estatuto da Terra. Rio de Janeiro, 1964. (Coleção CONTAG, documento 8).

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Serviço Nacional de Recenseamento. Censo Demográfico. Estado do Rio Grande do Sul. Seleção dos principais dados. Rio de Janeiro, IBGE, 1952. (VI Recenseamento Geral do Brasil)

CORRESPONDÊNCIA do Presidente da FEPLANA Amaro Gomes da Silva enviada à Associação dos Fornecedores de Cana do Nordeste em 28 jun. 1988.

COUTINHO, Nelson. Contingenciamento da produção açucareira. *Brasil Açucareiro*, Rio de Janeiro: IAA, a. XXIX, v. LVII, n. 5, p. 357, maio 1961.

COUTINHO, Nelson. *Economia açucareira nacional*: sua posição actual e perspectivas para os próximos anos. Rio de Janeiro: IAA: 1948.

DEBATES sobre a política canavieira. *Brasil Canavieiro*, Rio de Janeiro: IAA, a. XXX, v. LIX, n. 1 e 2, p. 22, jan./fev. 1962.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. Conselho Nacional de Estatística. *Anuário demográfico do Rio Grande do Sul*: 1956. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1956.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. Conselho Nacional de Estatística. Estado do Rio Grande do Sul. Finanças públicas. Receita e despesa da União, do Estado e dos municípios do Rio Grande do Sul, 1954.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. Conselho Nacional de Estatística. *Anuário demográfico do Rio Grande do Sul*: 1952. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Finanças públicas*: receita e despesa da União, do Estados e dos Municípios. Rio Grande do Sul. 1945 a 1948, 1950 a 1953.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário demográfico do Rio Grande do Sul*: 1943-1945. Porto Alegre: Globo, 1946.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário demográfico do Rio Grande do Sul*: 1951. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1952.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. Secretaria da Economia. *Rio Grande do Sul*. Tábuas Itinerárias. 1959-1960.

DESTILARIA de Osório vai funcionar! *Informação Mensal*, Porto Alegre: CDE; Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1957.

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. Porto Alegre, julho de 1977. p. 3.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, a. XXI, n. 11, 26/07/1962.

DIÁRIO OFICIAL FEDERAL. Seção I, p. 125005, 27 out. 1957.

DUARTE, Artur César. Cultura da cana-de-açúcar. *Brasil Açucareiro*, Rio de Janeiro: IAA, a. XXVIII, v. LV, n. 3, p. 175-178, mar. 1960.

ESTATUTO da Lavoura Canavieira. Decreto-Lei nº 3.855, de 21 de novembro de 1941.

ESTATUTO da Terra (Lei nº 4.504 de 30/11/1964).

ESTATUTO do trabalhador rural. (Lei nº 4.214 de 02/03/1963). Projeto Fernando Ferrari. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1963.

FARIA, Luiz Augusto E; WINCKLER, Carlos Roberto. O Estado Brasileiro. In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *O Estado do Rio Grande do Sul nos anos 80: subordinação e crise*. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento e da Administração, 1994.

FEPLANA. *Boletim Canavieiro*, Rio de Janeiro, a. VI, n. 67, p. 4, abr. 1989.

FEPLANA. *Relatório das Atividades*. Rio de Janeiro, 1988.

FERNANDES, Hamilton. *Açúcar e álcool: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: IAA, 1971. p. 71.

FONSECA, Pedro Dutra. *Da hegemonia à crise do desenvolvimento: a história do BRDE*. Porto Alegre: BRDE, 1988.

FREYRE, Gilberto. *A presença do açúcar na formação brasileira*. Rio de Janeiro: IAA, 1975.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. 25 anos da economia gaúcha. A agricultura do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1978. v. 3.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. 25 anos de economia gaúcha. Análise da indústria de transformação no Rio Grande do Sul. 2. ed. Porto Alegre, 1978. v.4.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira*. Porto Alegre, 1980. 3 v.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *A indústria gaúcha de bens de capital na dinâmica da economia brasileira: avanços e constrangimentos*. Porto Alegre: FEE; CODESUL, 1986.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Anuário estatístico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v. 22, 1989.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do RS: 1803-1950*. Porto Alegre, 1981. v. 1.

- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do RS: 1960-1980*. Porto Alegre, 1986. v. 2.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Desempenho da economia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1979.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Ensaio: a sociedade gaúcha*. Porto Alegre, 1980. Ed. comemorativa dos 20 anos da FEE.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas Econômicas de Santo Antônio da Patrulha*. In: TERUCHKIN, Sônia Unikowskin. (Coord.). *Municípios do Rio Grande do Sul: dados socioeconômicos (1985-1987)*. Porto Alegre: FEE, 1989.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Indicadores Econômicos*. Porto Alegre, v. 21, n. 4, 1994.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Indicadores Sociais RS. Migrações Internas RS*. Porto Alegre, nº especial, 1976.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Municípios do Rio Grande do Sul: dados socioeconômicos (1985-1987)*. Porto Alegre, 1989.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Plano Integrado de Desenvolvimento do Litoral Norte*. Porto Alegre, 1978.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Plano Integrado para o Desenvolvimento do Litoral Norte do Rio Grande do Sul*. Programa de Indústria Alimentar Cana-de-Açúcar. Porto Alegre, 1978.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Secretaria de Coordenação e Planejamento. *Dados econômicos RS. Duas décadas da produção e do produto da agropecuária rs: 1964-1984*. Porto Alegre, t. 3, n. 1, ago. 1986.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA: *Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul*. 1989. Porto Alegre: FEE, 1989.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Conjuntura econômica. 25 anos de economia brasileira*. Rio de Janeiro, v. 26, n. 11, nov. 1972.
- FUNDAMENTAL ao Nordeste a lavoura canavieira. *Brasil Açucareiro*, Rio de Janeiro: IAA, a. XXVIII, v. LV, fev. 1960, n. 2, p. 109.
- GARCIA, Álvaro Antonio. *Desenvolvimento e crise da agricultura gaúcha: 1970-90. Ensaio FEE: a sociedade gaúcha*. Porto Alegre, a. 14, n. 2, p. 530, 1993.
- GROS, Denise Barbosa. *Burguesia industrial gaúcha e o estado nacional (1964-1978)*. Porto Alegre: FEE, 1987.
- HEINRICH, Bunse. *A cana-de-açúcar no Rio Grande do Sul. Brasil Açucareiro*, Rio de Janeiro, ago 1968, p. 18-22.

III PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO/PND. Separata da Vox Legis. São Paulo: Sugestões literárias, v. 134, fev. 1980.

INDICADORES ECONÔMICOS. Porto Alegre: FEE, v. 21, n. 4, 1994.

INFORMAÇÃO MENSAL, Porto Alegre: CDE; Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, p. 61-62. 1959.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Considerações sobre o êxodo rural na Região Sul entre 1970 e 1980*: sinopse preliminar do Censo Demográfico do Brasil. Porto Alegre: SUDESUL, 1987.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL. *Conferência canavieira de 1941*. Rio de Janeiro, 1943.

JALFIM, Anete. Elementos para o estudo da agroindústria vinícola: uma abordagem da Cooperativa Vinícola Aurora. In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Ensaio FEE: a sociedade gaúcha*. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento e da Administração, 1980.

JONER, Nolly. Pronunciamento do deputado. *Diário da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, jul. 1977.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Problemas econômicos e sociais da lavoura canavieira*: exposição de motivos e texto do Estatuto da Lavoura Canavieira. Rio de Janeiro: IAA; Pimenta de Mello, 1941.

LIMA, Rubens Soares de et al. *A indústria gaúcha de bens de capital na dinâmica da economia brasileira*: avanços e constrangimentos. Porto Alegre: FEE, 1986.

LIPPMANN, Edmund O. Von. *História do açúcar*: desde a época mais remota até o começo da fabricação do açúcar de beterraba. Rio de Janeiro: IAA, 1942. t. II.

MANUAL DE CANA-DE-AÇÚCAR. Porto Alegre: FEPLAN, [s.d]

MANUAL PRÁTICO DE PRODUÇÃO DE AGUARDENTE. Porto Alegre: EMATER/RS, [s.d.].

MATTOS, Aníbal R. *Açúcar e álcool no Brasil*. Rio de Janeiro: IAA, 1942.

MONT'ALEGRE, Omer. *Açúcar e capital*. Rio de Janeiro: IAA, 1974, (Coleção Canavieira, 14).

O AÇÚCAR sob o governo Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: DNP, 1939.

PERFIL da cana-de-açúcar. Porto Alegre: Rio Grande do Sul/CEDIC/Secretaria de Indústria e Comércio, 1974.

PINTO, Aldo. Pronunciamento do deputado. *Diário da Assembléia Legislativa*, Porto Alegre, jul. 1977.

QUESTÕES agrárias: Estatuto da Terra. Rio de Janeiro: CONTAG, 1964.

RABELLO, Sylvio. *Cana de açúcar: aspectos socioculturais dos engenhos de rapadura nordestinos*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais/MEC, 1969.

REFORMULAÇÃO da legislação açucareira. 2. ed. Rio de Janeiro: IAA, 1973.

REIS, Carlos Nelson dos. Notas sobre a formação histórica do Rio Grande do Sul e a atuação do governo na economia estadual. In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Rio Grande do Sul de finanças públicas*. Porto Alegre, 1985.

RELATÓRIO da Comissão Especial para o estudo da agroindústria açucareira. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS, 1975. Trabalho elaborado pelo Eng. Agr. Wilson de Oliveira Castro.

RELATÓRIO de Atividades apresentado pelo Dep. Alberto Hoffmann, Secretário da Agricultura, ao Eng. Leonel Brizola, Governador do Estado do Rio Grande do Sul. Exercício 1959.

RELATÓRIO do Vice-Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Patrício Corrêa da Câmara, em 02.10.1851. Porto Alegre: Typographya do Mercantil, 1851. (Quadros das Colônias de Três Forquilhas e São Pedro de Alcântara).

RIO GRANDE DO SUL. *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, v. 41, p. 85, abr./maio, 1950.

RIO GRANDE DO SUL. *Anais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1964.

RIO GRANDE DO SUL. *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. 28ª sessão. Porto Alegre, 03 maio 1965.

RIO GRANDE DO SUL. *Anais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 6ª Legislatura, 5ª sessão legislativa, nov. 1965.

RIO GRANDE DO SUL. *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, sessão de 13 maio 1976.

RIO GRANDE DO SUL. *Anais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, sessão de 10 jul. 1977.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *A agricultura do novo Rio Grande: política agrícola, movimentos sociais no campo, alternativas de produção, reforma agrária, conservação do solo e agroindústria*. Porto Alegre, 1987.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Comissão de Desenvolvimento Econômico. Ata nº 1, de 23 maio 1962. Ata nº 2, de 24 maio 1962. Ata nº 8, de 13 jun. 1962. Ata nº 27, de 14 ago. 1962. Ata nº 38, de 31 out. 1962. Ata nº 39, de 06 nov. 1962. Ata nº 40, de 13 nov. 1962. Ata nº 41, de 14 nov. 1962. Ata nº 42, de 20 nov. 1962. Ata nº 44, de 22 nov. 1962. Ata nº 45, de 27 nov. 1962. Ata nº 48, de 04 dez. 1962.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Comissão de Desenvolvimento Econômico. *Ata nº 9*, de 14 jun. 1962.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Comissão de Economia e Desenvolvimento. *Ciclo de avaliação das estatais gaúchas: 2ª etapa: CINTEA, DAER, DAE, CONAB, CEASA, CORLAC, AGASA, PROGRASA, FPA*. Porto Alegre: CORAG, 1991.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Comissão de Estudos Municipais. *Os municípios do Rio Grande do Sul: informações históricas, socioeconômicas e políticas*. Porto Alegre, 1985.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Comissão Especial do Álcool. *Álcool: Alternativa Energética*. Porto Alegre, 1979.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Depoimento de Ivo Stoffel na Reunião de Representação da AGASA sob a presidência do Deputado Antônio Carlos Azevedo em 21/08/1989. Diretoria de Taquigrafia.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *Diário da Assembléia: 10ª Sessão, 46ª Legislatura*, Porto Alegre, 12 mar. 1986.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *Os municípios do Rio Grande do Sul: informações históricas, socioeconômicas e políticas*. Porto Alegre: Comissão de Estudos Municipais, 1985.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *Plano de investimento e serviços públicos: síntese (1964/1966): II Governo Eng. Ildo Meneghetti*. Porto Alegre, 1966.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *Relatório da Comissão Especial para Estudo da Agroindústria Açucareira*. Porto Alegre, out. 1975.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *Relatório da Comissão Especial para o Estudo Sócio-econômico do Litoral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, [jun./jul. 1973].

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *Relatório da Comissão Especial da Agroindústria no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1981.

RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. *Relatório da Comissão Especial para o Estudo da Produção de Álcool Anidro*. Porto Alegre, 26 nov. 1975.

RIO GRANDE DO SUL. Departamento Estadual de Estatística. *Finanças públicas: receita estadual arrecadada (1950-1954)*. Porto Alegre: DEE, 1954.

RIO GRANDE DO SUL. *Estratégia de ação governamental: 1975-1978*. [s.d.]

RIO GRANDE DO SUL. Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos. Centro de Preparação de Recursos Humanos para a Administração Pública. *Destilaria de Álcool Anidro*. Porto Alegre, 1981.

RIO GRANDE DO SUL. Fundação para o desenvolvimento de Recursos Humanos. *Destilaria Álcool Anidro*. Santa Rosa: Centro de Preparação de Recursos Humanos para a Administração Pública, julho de 1980.

RIO GRANDE DO SUL. Gabinete de Administração e Planejamento do Governo do Estado. Mensagem do Governador Ildo Meneghetti, relativa ao exercício de 1963 à Assembléia

Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul em 15/03/1964. Porto Alegre, 1964. Não-paginado.

RIO GRANDE DO SUL. *Leis, decretos e actos do Rio Grande do Sul: Poder Executivo*. Porto Alegre: A Federação, 1928.

RIO GRANDE DO SUL. *Leis, decretos e actos do Rio Grande do Sul: Poder Executivo*. Porto Alegre: A Federação, 1930.

RIO GRANDE DO SUL. Procuradoria Geral do Estado. *Parecer n. 7375*. Porto Alegre, 22 dez. 1988.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas*. Porto Alegre: A Federação, 28 jul. 1925.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatório do governo Amaral de Souza*. Porto Alegre, CORAG, 1983.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura. Diretoria de Terras e Colonização. *Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul*. Coletânea. 1961.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Indústria e Comércio *Rio Grande do Sul no Proálcool: estudo de localização de destilaria a partir da cana-de-açúcar*. Porto Alegre, 1980. v. 2.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Indústria e Comércio. *Aspectos sócio-econômicos dos municípios do Rio Grande do Sul: 1986/1987*.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Indústria e Comércio. *Cana-de-açúcar*. Porto Alegre: CEDIC, 1974.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Indústria e Comércio. Departamento Técnico. *Programa de Produção de Álcool do Rio Grande do Sul: PROÁLCOOL*. Porto Alegre, mar. 1984.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Indústria e Comércio. Departamento Técnico. *Programa de Produção de Álcool no Rio Grande do Sul: Inventário das microdestilarias de álcool instaladas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: mar. 1984.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Indústria e Comércio. Divisão de Estudos Sócio-Econômicos e Desenvolvimento Regional. *Aspectos sócio-econômicos dos municípios do Rio Grande do Sul: 1986/1987*. Porto Alegre: Central de Informações e Análises Econômicas, [1988].

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Indústria e Comércio. *Estudo referente à AGASA – Açúcar Gaúcho S.A.* Porto Alegre, 1983. Não-paginado.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Indústria e Comércio. *Perfil da cana-de-açúcar*. Porto Alegre: Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul, julho de 1974.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Indústria e Comércio. *Programa de Produção de Álcool do Rio Grande do Sul*: linhas de ação. Porto Alegre, mar. 1984.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Indústria e Comércio. *Rio Grande do Sul no Proálcool*: estudo de localização de destilaria a partir da cana-de-açúcar. Porto Alegre: 1980. v. 2, 448 p.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Indústria e Comércio. *Rio Grande do Sul no Proálcool*: zoneamento de matérias-primas para a obtenção de álcool no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1980, v. 1. 232 p. e anexos.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Indústria e Comércio. *Rio Grande do Sul no PROÁLCOOL*: zoneamento de matérias-primas para a obtenção de álcool no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, jun. 1979. v.1.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Cooperação e Planejamento/FEE. *Programa Agroindústria Rio Grande do Sul*: cana-de-açúcar: termos de referência. Porto Alegre, 1976.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento do IBGE – Rio Grande do Sul. *Finanças públicas*. Porto Alegre, 1970.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. *Diretrizes e ações do governo Jair Soares*. Porto Alegre: ago. 1983.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. Superintendência de Estatística e Informática. *Produção agrícola do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, v. 3, 1971.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. Superintendência de Planejamento Global. *Finanças Públicas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, v. 25, 1971.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Economia. *Projeto de implantação de uma usina de açúcar no litoral nordeste do Estado*. Porto Alegre, 1962. Datilografado.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Gabinete de Orçamento e Finanças. *Finanças do Estado*. Porto Alegre: Ocalop, 1965. v. XIV.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Indústria e Comércio. *Perfil da cana-de-açúcar*. Porto Alegre: CEDIC, 1974.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria Estadual de Planejamento Agrícola. *Agricultura em números*: 1988. Porto Alegre, jun. 1990.

SCHNEIDER, Nestor Fips. Dep. *Olarias e canaviais do Rio Grande do Sul*: história, processo de industrialização, dificuldades e esperanças, alternativas de solução. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, set. 1984.

SILVA, José Gomes de. *A agroindústria canavieira em países selecionados*: sistemas de produção de pequenos e médios agricultores. Campinas: IAA; PLANALSUCAR, 1979.

SIMON, Pedro. Pronunciamento do deputado. *Diário da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, jul. 1977.

SISTEMA Nacional de Cadastro Rural. Cadastro de Imóveis Rurais. In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Plano Integrado para o Desenvolvimento do Litoral Norte do Rio Grande do Sul*. Programa de Indústria Alimentar Cana-de-Açúcar. Porto Alegre, 1978.

SITUAÇÃO ECONÔMICA DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório do Conselho Nacional de Economia. Porto Alegre, 1960.

TRUDA, Leonardo. *A defesa da produção açucareira*. Rio de Janeiro: IAA, 1971. (Coleção Canavieira, 6).

WILLCOX, O. W. *A economia dirigida na indústria açucareira*. Rio de Janeiro: IAA, 1941.

Fontes manuscritas ou impressas, oficiais ou institucionais de Santo Antônio da Patrulha

BOLETIM INFORMATIVO de Santo Antônio. Informativo Oficial. Prefeitura Municipal. Santo Antônio. 1942-1945 (Mensário. Distribuição Gratuita).

BOLETIM MUNICIPAL. Santo Antônio da Patrulha: Prefeitura Municipal; Conselho Municipal. 1973. (7 n^{os}).

CORRESPONDÊNCIA Ativa da Câmara Municipal de Santo Antônio da Patrulha (1811-1889). Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

ESTATUTOS e REGIMENTO INTERNO. Conselho de Desenvolvimento de Santo Antônio da Patrulha/CODESAP. Santo Antônio da Patrulha, Lions Club, 1964.

SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. Câmara Municipal. *Livro de Atas das Sessões*, n. 1, 1^o/12/1947 a 30/11/1957.

SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. Câmara Municipal. *Livro de Atas das Sessões*, n. 2, 02/12/1957 a 20/11/1962.

SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. Câmara Municipal. *Livro de Atas das Sessões*, n. 3, 20/11/1962 a 28/12/1964.

SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. Câmara Municipal. *Livro de Atas das Sessões*, n. 4, 16/03/1965 a 27/12/1967.

SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. Câmara Municipal. *Livro de Atas das Sessões*, n. 5, 1^o/03/1968 a 13/08/1973.

SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. Câmara Municipal. *Livro de Atas das Sessões*, n. 6, 20/08/1973 a 11/07/1978.

SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. Câmara Municipal. *Livro de Atas das Sessões*, n. 7, 11/07/1978 a 02/01/1985.

SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. *Magazine dos municípios: Defesa dos interesses do extremo sul do país: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná*. n. 323-333, dez. 1966.

SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. Prefeitura Municipal. *Lei de orçamento para o exercício de 1967*. Santo Antônio da Patrulha: Hartmann, 23/12/1966.

SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. Prefeitura Municipal. *Lei de orçamento para o exercício de 1968*. Santo Antônio da Patrulha: Hartmann, 29/12/1967.

SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. Prefeitura Municipal. *Santo Antônio da Patrulha: 3 anos de governo: 1983-1986: administração Onildo Rafaelli de Souza*. Assessoria de Comunicação Social, 1986.

SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. Secretaria Municipal de Educação. *Plano Decenal de Educação: para todos. 1994-2003*. Santo Antônio da Patrulha, 1994.

Outras fontes manuscritas, datilografadas ou impressas

ALAMBIQUES de Osório. Anotações de pesquisa de Lilian Argentina Braga Marques. [1960].

ATAS da Câmara Municipal de Porto Alegre. Livros n. 11 (1832-1835); n. 12 (1835-1839); n. 13 (1839-1845); n. 14 (1846-1855); n. 15 (1855-1865); n. 16 (1866-1875). Acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

BARROSO, Véra Lucia Maciel. Relatório do levantamento das manifestações folclóricas de Santo Antônio da Patrulha. Santo Antônio da Patrulha, 20 jan. 1973. 51 p. datilografadas.

BASE de financiamento para a cultura de cana-de-açúcar no Litoral Nordeste do estado. 14 abr. 1962. Documentação da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda.

BRIZOLA, Leonel de Moura. O processo de marginalização do Rio Grande do Sul. Palestra proferida em 17 fev. 1961 no auditório da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da URGs. Datilografada.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS. Santo Antônio da Patrulha. *Escrituras e registros de compras de áreas*. 27/08/1962; 19/02/1963; 07/08/1967; 09/12/1970; 02/08/1972; 19/01/1973; 28/05/1973; 12/09/1973; 18/02/1974; 30/07/1975; 20/07/1977.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS. Santo Antônio da Patrulha. *Escrituras de financiamento com garantia hipotecária*. 26/02/1965.

CONGRESSO ESTADUAL DO PDT. 10 jun. 1983. Transcrição da gravação. Datilografado.

CORRESPONDÊNCIA Ativa da Câmara Municipal de Conceição do Arroio. 1858 a 1899. AHRS.

CORRESPONDÊNCIA Ativa da Câmara Municipal de Santo Antônio da Patrulha (1811-1889). AHRS.

CORRESPONDÊNCIA Passiva da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre, 1887-1889. Arquivo Histórico e Porto Alegre Moysés Vellinho.

DOSSIÊ José Bernardes Vieira. Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre.

JUNTA DA REAL FAZENDA. *Representações à Junta*, 1790 a 1831. AHRS.

NETTO, Joaquim de Araujo Pereira et al. *Contribuição ao estudo da recuperação de 20.000 hectares na região Litoral-Norte do Rio Grande do Sul*: municípios de Osório, Tramandaí e Torres, 1970. Datilografado.

O AÇÚCAR e o Rio Grande. Parecer do Engenheiro Wilson Castro de 09 abr. 1962.

OFÍCIO enviado pelo presidente da Cooperativa Canavieira, Jorge Pedro Nehme ao secretário de Estado da Economia, Milton Dutra. 07 de mar. 1962.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. *Proposta de opção dos empregados da empresa Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA com referência à privatização da mesma, projeto de lei nº 92/89*. Acompanhada de anexos.

TERMOS de Vereança. Livro n. 2 (1780-1788). Arquivo Histórico e Porto Alegre Moysés Vellinho.

TÍTULO Nominativo de Jorge Pedro Nehme. Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. Santo Antônio da Patrulha. RS-Brasil. 1958.

Folhetos e outros impressos

COLLARES, Alceu. *Plano de Governo*: 1983-1986. Porto Alegre: PDT Rio Grande do Sul, 1983.

FRENTE PROGRESSISTA GAÚCHA. *Collares, a força que vem do povo*. Projeto Povo Grande do Sul. [s.d.].

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. O trabalhismo e o município. *Boletim do Partido Democrático Trabalhista – PDT*. Comissão Provisória da Zona Sul. Porto Alegre, n. 1, [s.d.].

RESULTADO das Eleições de 3 de outubro de 1955 em Santo Antônio da Patrulha. Impressão oferecida aos amigos e correligionários de Carlos Fernando Bertoia. 08.10.1955.

RETROSPECTIVA, realizações e pensamento político-social de Leonel Brizola. *Brizola Presidente*, 1988, folheto impresso, [s.d.].

Fontes cartográficas

MAPA de excursão da zona adjacente de Porto Alegre: São Leopoldo, Taquara, Canela, São Francisco de Paula, Torres, Tramandaí, Cidreira e Quintão: organizado por W. Regius. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1926.

MAPAS do acervo da AGASA.

MAPAS do Rio Grande do Sul elaborados pelo geógrafo Paulo Jolar Galarça.

Fontes orais (depoimentos)

Acácio Maciel Gomes em 18/01/2000.

Alberto Hoffmann em 22/09/2004.

Alceu Krás Dimer em 15/03/2002.

Almeida Pedro dos Santos em 09/10/2004.

Alzemiro Dias de Vargas em 02/11/2005.

Anercino Machado Santos em 26/02/2000.

Angelino Boeira em 19/02/2000.

Angelino da Costa Neto em 01/02/2001.

Angelino Nunes da Silveira em 19/02/2000.

Antônio Carlos Alves de Azevedo em 18/12/2004.

Antônio Carlos Brito em 04/02/2003 e 1º/11/2004.

Antônio Machado Cardoso em 12/01/2003.

Antônio Nazir Ferreira em 1º/11/2004 e 02/02/2005.

Antônio Oliveira Goularte em 03/11/2005.

Antônio Peres Alós em 18/03/2000.

Antônio Schneider em 19/02/2000.

Arlindo da Rosa Barbosa em 19/02/2000.
Arminda Fraga de Andrade em 26/02/2000.
Ary Carlos do Amaral em 18/12/2004.
Ary Ilmar Frank em 10/01/2001.
Benito Barbosa Izolan em 08/01/2005.
Carlos Fernando Bertoia em 27/09/2004.
Cassílio Ourique Pereira em 05/01/2005.
Cláudio Antônio Souza dos Santos – *Claudininho* – em 10/01/2005.
Daura Oliveira em 02/11/2005.
Dejanira Kresch do Amaral em 18/12/2004.
Delmo Tedesco em 15/02/2000 e 1º/02/2001.
Dilço José Goularte em 03/11/2005.
Djalmo Martins de Oliveira em 02/11/2005.
Djalmo Tedesco em 12/02/2000.
Edegar da Silva em 08/01/2005.
Elzínia Segabinazzi Ferreira em 01/11/2004.
Emiliano J. K. Limberger em 08/01/2001.
Ferúlio Tedesco Neto em 18/12/2004.
Guido Muri em 08/01/2005.
Harry Sauer em 13/09/2004.
Hélio José Message em 19/02/2000.
Irma André Troian em 30/01/2001.
Isaac Emerim Marques em 20/05/2002.
Ivo Stoffel em 1º/05/1999.
Ivone da Rosa em 19/02/2000.
Izidoro Francisco Rancheski em 21/05/2005.
Jair de Oliveira Soares em 30/05/2005.

João Batista Nunes da Silva em 18/12/2004.

João Bitencourt em 30/10/2005.

João Machado dos Santos – *João sem terra* – em 06/01/2001.

Jorge Pedro Nehme em 11/02/1999.

José Alfredo Marques da Rocha em 10/01/2005.

José Antônio de Melo em 12/02/2000.

José Augusto Amaral de Souza em 15/03/2005.

José de Souza Bernardes – *Zé Fila* – em 18/12/2004.

José Luiz Correa de Andrade – *Zé da Tamanca* – em 26/02/2000.

José Maciel Gomes – *Zé Paulino* – em 02/02/2000.

José Peres Alós em 18/03/2000.

José Peres Alós Filho em 18/03/2000.

Jovelino Lopes Cardoso em 01/02/2000.

Jovelino Machado Flor em 30/10/2005.

Júlio Pereira Sobrinho em 12/02/2000.

Juraci J. Pasquoto em 29/01/2003.

Leonel Mantovani em 17/11/2001.

Leontina dos Santos Spitznagel Barbosa em 19/02/2000.

Lézia Maria Cardoso de Figueiredo em 04/05/2005.

Luciano Machado em 28/09/2004.

Luis Tedesco em 18/03/2000.

Luiz Carlos Ourique em 03/11/2005.

Marino Amaral em 18/12/2004.

Mário Maestri em 29/09/2004.

Milton Cardoso Ramos em 29/06/2005.

Nepomuceno Rodrigues Silveira em 01/02/2000.

Nilson Cardoso Ramos em 24/02/2000.

Olympio Tabajara em 22/09/2004.
Osny Antônio Bitello em 28/01/2005.
Paulino Pereira Almeida Brito em 12/02/2000.
Paulo Dapper em 17/02/2000.
Pedro Machado Flor em 22/01/2001.
Pedro Pacheco Fernandes em 23/02/2000.
Pedro Simon em 07/01/2005.
Raimundo de Carvalho Reis e Silva em 21/05/1999 e 28/09/2004.
Reginald Delmar Hintz Felker em 23/09/2004.
Renato José Lopes em 24/05/2004.
Renato Rolim Machado em 12/02/2000.
Ricardo Rolim Machado em 12/02/2000.
Romildo Bolzan em 09/01/2001.
Rosalina Tedesco em 18/03/2000.
Rose Mari Mohr Rocha em 13/03/2005.
Santino Alberto Tedesco em 12/02/2000.
Teresinha de Jesus Bemfica Bier em 22/05/2005.
Terezinha da Silva Goulart em 03/11/2005.
Valdir Cardoso Flor em 30/10/2005.
Valdomiro Francisco dos Santos em 12/02/2000.
Valmir Odone Pires em 21/05/2005.
Vitor Rolim Machado em 12/02/2000.
Wilson de Oliveira Castro em 24/01/2001.

FONTES DOCUMENTAIS REFERENTES À AGASA

ACERVO cartográfico e fotográfico. Diversos.

AÇÚCAR GAÚCHO S. A. – AGASA. *Relatório dos trabalhos executados pelo Departamento Agrícola da AGASA: de abril de 1981 a março de 1982. Safra 1981/1982.*

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório do exercício do Diretor-Presidente Vasco Amaro da Silveira Filho encerrado em 28 fevereiro.* Santo Antônio da Patrulha, 1986. p. 1.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. A Automotriz Picadeira de Cana. *Relatório Geral de 1981.* 24p. e 40 anexos.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria Geral do Estado. *Relatório e Parecer de Auditoria, Exercício 1983/84.*

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Anteprojeto de viabilidade para implantação e modernização de uma unidade produtora de álcool.* Santo Antônio da Patrulha, out. 1979. Datilografado.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Ata da fundação.* 06/07/1962.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. Atas das Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias. Vários anos.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Balancete.* 30/04/1983.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Boletim Interno*, Santo Antônio da Patrulha, n. 01/83, 28 out. 1983.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Boletim Interno*, Santo Antônio da Patrulha, n. 02/83, 04 nov. 1983.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Boletim Interno*, Santo Antônio da Patrulha, n. 03/83, 11 nov. 1983.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Boletim Interno*, Santo Antônio da Patrulha, n. 05/83, 25 nov. 1983.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Boletim Interno*, Santo Antônio da Patrulha, n. 06/83, 01 dez. 1983.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Boletim Interno*, Santo Antônio da Patrulha, n. 07/83, 02 dez. 1983.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Boletim Interno*, Santo Antônio da Patrulha, n. 04/84, 27 jan. 1984.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Boletim Interno*, Santo Antônio da Patrulha, n. 05/84, 06 fev. 1984.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Boletim Interno*, Santo Antônio da Patrulha, n. 08/84, 09 mar. 1984.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Boletim Interno*, Santo Antônio da Patrulha, n. 14/84, 06 maio 1984.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Boletim Interno*, Santo Antônio da Patrulha, n. 16/84, 26 maio 1984.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Correspondência entre a direção da AGASA e o IAA*. Santo Antônio da Patrulha. Vários anos.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Correspondência interna entre os diversos setores*. Santo Antônio da Patrulha. Vários anos.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Correspondência Recebida do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Santo Antônio da Patrulha*. 02 abr. 1993.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Documentos diversos do Diretor Presidente Vasco Amaro da Silveira Filho*.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Documentos diversos referentes à aquisição da Fazenda Maciel*.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Documentos diversos referentes à alienação da Fazenda Maciel*, 1984.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Documentos diversos referentes à Disprodal*. Diversos anos.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Estatutos Sociais* com alterações aprovadas nas assembleias de 25/02/1978, 01/08/1979, 29/05/1980, 28/05/1981, 15/05/1982, 28/04/1983, 22/09/1983, 26/06/1984, 03/05/1985, 30/05/1986, 16/07/1986, 29/04/1987, 28/04/1988, 28/03/1989, 30/03/1990, 19/07/1990, 28/02/1992 e 30/12/1992.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Estatutos Sociais*. 1972.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Estimativa de custo para plantio de cana-de-açúcar*. Vários anos.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Estimativas de safra por plantador*. 1982/1983.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Levantamento do potencial de produção para viabilização da Açúcar Gaúcho S.A.* Santo Antônio da Patrulha, maio de 1996.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Livro nº 1 de registro de duplicatas*. Santo Antônio da Patrulha, 15/06/1966 a 24/09/1970.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Livro nº 2 de registro de duplicatas*. Santo Antônio da Patrulha, 25/09/1970 a 14/07/1971.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Livro nº 3 de registro de duplicatas*. Santo Antônio da Patrulha, 14/07/1971 a 19/11/1971.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Livro nº 4 de registro de duplicatas*. Santo Antônio da Patrulha, 19/11/1971 a 23/08/1972.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Livro nº 5 de registro de duplicatas*. Santo Antônio da Patrulha,

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Mapas dos fornecedores de cana encaminhados ao Instituto do Açúcar e do Alcool/Ministério da Indústria e Comércio*. Santo Antônio da Patrulha, 1978 a 1986.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Melaço/uréia + palha = carne e leite: uma contribuição da AGASA à pecuária do Rio Grande do Sul*. Santo Antônio da Patrulha, [s.d.].

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Plano de classificação de cargos e salários*. Porto Alegre, nov, 1986,

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Programa de trabalho do Departamento Agrícola: safra 1983/1984*. Santo Antônio da Patrulha, 1984.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Programa de trabalho do Departamento Agrícola: safra 1984/1985*. Santo Antônio da Patrulha, 1985.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Programa de trabalho do Departamento Agrícola: safra 1985/1986*. Santo Antônio da Patrulha, 1986.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Projeto Parque da Ilha*. Santo Antônio da Patrulha. Justificativa de estudo preliminar. 03 mar. 1988. Responsáveis técnicos: arquiteta Ana Clara Bergamin e engenheiro civil Paulo Eduardo Coutelle.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da Diretoria e Balanço Geral do Exercício de 1963*.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da Diretoria e Balanço Geral do Exercício de 1969*. Santo Antônio da Patrulha, 1970.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da Diretoria e Balanço Geral do Exercício de 1970*. Santo Antônio da Patrulha, 1971.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da Diretoria e Balanço Geral do Exercício de 1970*.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da Diretoria e Balanço Geral do Exercício de 1971/1972*.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da Diretoria e Balanço Geral do Exercício de 1972/1973*.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da Diretoria e Balanço Geral do Exercício de 1973/1974*.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da safra 1974/1975*. Santo Antônio da Patrulha, 1975. Não-paginado.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório da última safra da usina e resultados da busca de alternativas para a AGASA*. Santo Antônio da Patrulha, 1990.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório das atividades da gestão de 15/04/1991 a 15/12/1991*. Santo Antônio da Patrulha, 18/12/1991.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório descritivo mensal: atividades realizadas*. Vários anos.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório do exercício do Diretor-Presidente Vasco Amaro da Silveira Filho encerrado em 28 fevereiro*. Santo Antônio da Patrulha, 1986.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório dos trabalhos executados pelo Departamento Agrícola da AGASA no período de abril de 1985 a março de 1986*. Safra 1985/1986. Santo Antônio da Patrulha, 1986.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório dos trabalhos executados pelo Departamento Agrícola da AGASA no período de abril de 1981 a março de 1982*. Santo Antônio da Patrulha, 1982.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório dos trabalhos executados pelo Departamento Agrícola da AGASA no período de abril de 1982 a março de 1983*. Santo Antônio da Patrulha, 1983.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório dos trabalhos executados pelo Departamento Agrícola da AGASA no período de abril de 1984 a março de 1985: safra 1984/1985*. Santo Antônio da Patrulha, 1985.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório dos trabalhos executados pelo Departamento Agrícola da AGASA*. Vários períodos.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório e conclusões sobre a viabilidade da empresa*. Santo Antônio da Patrulha, 21 maio 1987.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatórios de vendas*. Santo Antônio da Patrulha, 1980.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Setor agrônomo: Projeto agrícola*. Santo Antônio da Patrulha, 1980.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Uso do melaço no arraçamento animal*. Santo Antônio da Patrulha, 1968.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. *Dossiê fixação da Barra do Rio Mampituba: Santa Catarina e Rio Grande do Sul: 1969/1970*. Santo Antônio da Patrulha, 1971.

AÇÚCAR GAÚCHO S.A. *Relatório de safra, 1971/1972*. Santo Antônio da Patrulha, 1973.

ASSOCIAÇÃO DOS FORNECEDORES DE CANA DO NORDESTE DO RIO GRANDE DO SUL. *Relatório discriminativo da assistência prestada pela ASFORCA à AGASA*. Santo Antônio da Patrulha, 31 jan. 1988.

ASSOCIAÇÃO DOS FORNECEDORES DE CANA DO NORDESTE DO RIO GRANDE DO SUL/ASFORCA. *Livro de atas das assembléias gerais*. Santo Antônio da Patrulha, n. 1, 27/05/ 1972 a 30/10/1990.

ATA da Assembléia Geral Ordinária da AGASA em 25/04/1972. *Livro de Atas da AGASA*.

BILHETE manuscrito enviado pelo encarregado de vendas Silvano Luiz Jaeger Rocha à Direção da AGASA em 20 maio 1982. Documentos avulsos.

BITTENCORT, Benour C. *Destilaria de Osório*: dados para estudo do aproveitamento. 07 ago. 1970. Dossiê enviado ao Coordenador do Grupo de Trabalho para determinar o aproveitamento do melaço de cana do estado. Divisão da Indústria. Secretaria da Indústria e Comércio. 68 p. mais anexos. Acervo da AGASA.

COOPERATIVA CENTRAL DOS PRODUTORES DO LITORAL NORTE LTDA.; COOPERATIVA CENTRAL DOS PRODUTORES LAGOA DOS BARROS LTDA. *Esboço de Estatuto Social*. Santo Antônio da Patrulha, fev. 1962.

CORRESPONDÊNCIA da Divisão de Controle da Poluição do Departamento do Meio Ambiente da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente à Direção da AGASA em 21 ago. 1980. In: SACAROTÉCNICA – Consultoria, Estudos e Projetos Ltda. *Projeto de Tratamento de Águas Residuais da Usina AGASA- Açúcar Gaúcho S/A*. Santo Antônio da Patrulha/RS, 1980. Encaminhado à CCEE – Coordenadoria de Controle do Equilíbrio Ecológico, da Secretaria da Saúde do rio grande do sul. (Inserido no documento do projeto).

CORRESPONDÊNCIA do chefe do escritório, Mário Andreoli Lemos, ao diretor-presidente da AGASA. In: AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. *Relatório e conclusões sobre a viabilidade da empresa*. Santo Antônio da Patrulha, 21 maio 1987.

CORRESPONDÊNCIA do Departamento Agrícola enviada ao diretor-presidente da AGASA em 19 out. 1987.

CORRESPONDÊNCIA do diretor técnico Alceu Krás Dimer enviada ao diretor-presidente da AGASA em 26 out. 1987. Contém a relação dos instrutores e canavieiros que seriam por eles acompanhados.

CORRESPONDÊNCIA do diretor técnico da AGASA, Alceu Krás Dimer, enviada ao diretor-presidente, Vasco Amaro da Silveira Filho, em 09 jul. 1985. Documentos avulsos.

CORRESPONDÊNCIA do diretor-presidente da AGASA João Giugliani Filho ao coordenador de Unidades Regionais do IAA, Paulo Barroso Pinto, em 18 mar. 1980. Quadro Demonstrativo em anexo.

CORRESPONDÊNCIA do engenheiro agrônomo Alceu Krás Dimer, diretor técnico da AGASA, enviada ao diretor- presidente Vasco Amaro da Silveira Filho em 20 jun. 1984.

CORRESPONDÊNCIA do engenheiro agrônomo Alceu Krás Dimer, diretor técnico da AGASA, enviada ao diretor-presidente Vasco Amaro da Silveira Filho em 06 nov. 1984. Documentos avulsos.

CORRESPONDÊNCIA enviada à Assessora Comunitária do INAMPS, em 14 maio 1987, pelo presidente da Associação dos Fornecedores de Cana do Nordeste do Rio Grande do Sul, Waldemar Martiniano de Oliveira.

CORRESPONDÊNCIA enviada da SACAROTÉNICA S/P ao diretor-presidente da AGASA, João Giugliani Filho, em 15 jul. 1980. In: SACAROTÉCNICA. *Informações Suplementares ao Projeto de Tratamento de Águas Residuais: Usina AGASA – Açúcar Gaúcho S.A.* Santo Antônio da Patrulha, RS, 1980. 14 p. mais anexos.

CORRESPONDÊNCIA enviada pelo engenheiro agrônomo Wilson de Oliveira Castro ao deputado Rospide Neto em 14 jun. 1977.

CORRESPONDÊNCIA enviada pelo presidente da ASFORCA, José Luiz Correia de Andrade, ao sr. Nelson Proença, da Secretaria Especial de Ação Comunitária da Presidência da República em 17 ago. 1989.

DEDINI. Piracicaba. *Orçamento nº 1056/79*, de 26 dez. 1979. Objeto: Instalação para destilação na AGASA.

DOSSIÊ Fazenda Maciel. Documentos diversos. Vários anos.

GRANOL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO S/A. Departamento Agrícola. Tupã/SP. *Proposta encaminhada à ASFORCA para alternar o plantio de cana com grãos.* Tupã, Sp, 18 jun. 1984.

IAA. *Termo de convênio firmado entre o Instituto do Açúcar Gaúcho e o Estado do Rio Grande do Sul, tendo como interveniente a Açúcar Gaúcho S.A. 23/08/1965.* Acompanhado de anexos.

INDECOOP. *Projeto de Transformação da “AGASA” em Cooperativa Mista.* Documentação avulsa do Arquivo da INDECOOP e do Arquivo de Edegar da Silva. Osório/RS.

LIVROS de Registros de Duplicatas da AGASA. Santo Antônio Patrulha, n. 1, 2, 3, 4 e 5. 1966 a 1973.

M. DEDINI S.A. Metalúrgica. *Proposta para fornecimento, montagem e instalação de equipamento industrial e construção de prédios para ampliação da AGASA S/A.* Piracicaba, 11 jul. 1973.

MATZEMBACHER, Nelson. *A cultura da cana no Litoral Nordeste do Estado e a Destilaria de Osório.* Impresso. [s.d.].

MORGANTI, Hélio. *Métodos de análises para a fabricação de açúcar e álcool.* [s.L.]: Sacarotécnica, maio 1980.

NEVES, Carlos Alberto Lopes; DIMER, Alceu Krás. *Programa Estadual de Apoio à Cultura da Cana-de-Açúcar.* Santo Antônio da Patrulha: BANRISUL; AGASA, [1974].

OFÍCIO ao Ministério da Indústria e do Comércio pelo diretor da AGASA, João Giugliani Filho, em 21 jan. 1980.

OFÍCIO DIR 674/2 do diretor-presidente da AGASA, Cel. Tisiano Felipe de Leoni, enviado a Eduardo Ferrugem Maciel em 25 set. 1972.

OFÍCIO DIR 675/72 do diretor-presidente da AGASA, Tisiano Felipe de Leoni, dirigido ao Secretário de Estado da Fazenda José Hipólito Machado de Campos em 26 set. 1972.

OFÍCIO DIR 757/72, do diretor-presidente da AGASA, Cel. Tisiano Felipe de Leoni, enviado ao Secretário da Indústria e Comércio Substituto, Roberto Eduardo Xavier, em 06 nov. 1972.

OFÍCIO do economista Luiz Fernando Rodrigues, superintendente da CEMAPA, ao secretário de Estado da Agricultura em 12 nov. 1974. Processo 06651/74. Documentos Diversos. Acervo da Comissão de Terras Públicas. Secretaria de Estado da Agricultura do Rio Grande do Sul.

OFÍCIO DP 169/85 ao ministro Paulo Brossard, consultor-geral da República, foi também solicitado interceder na defesa da isenção da taxa recolhida ao IAA, conforme ofício do diretor-presidente da AGASA Vasco Amaro da Silveira Filho em 17 dez. 1985.

OFÍCIO DP. 073/85, do diretor-presidente da AGASA, Vasco Amaro da Silveira Filho, ao ministro da Agricultura, Pedro Simon, em 09 maio 1985.

OFÍCIO DP. 073/86, do diretor-presidente, Vasco Amaro da Silveira Filho; do diretor administrativo Harlay Bertolin; e do diretor técnico, engenheiro agrônomo Alceu Krás Dimer, da AGASA, ao senador Carlos Alberto Chiarelli em 11 jun. 1986.

OFÍCIO DP. 123/85, do diretor-presidente da AGASA Vasco Amaro da Silveira Filho enviado ao presidente da República José Sarney em 06 ago. 1985.

OFÍCIO DP. 125/83, do diretor-presidente Vasco Amaro da Silveira Filho e do diretor administrativo Paulo Dapper da Açúcar Gaúcho S.A. ao ministro chefe do Gabinete Civil da Presidência da República João Leitão de Abreu em 01 jun. 1983.

OFÍCIO DP. 169/85, do diretor-presidente da AGASA, Vasco Amaro da Silveira Filho, ao ministro da Agricultura, Pedro Simon, em 25 nov. 1985. O portador da correspondência foi o senador Alcides Saldanha.

OFÍCIO enviado pelo procurador da ASFORCA ao presidente da Federação dos Plantadores de Cana do Brasil em 22 out. 1987.

OFÍCIO GPet 019/76 do presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, Álvaro Tavares Carmo, enviado à Açúcar Gaúcho S.A. em 23 jan. 1976. Ministério da Indústria e do Comércio/Gabinete do Presidente do IAA.

OFÍCIO nº 236/89, do deputado Antonio Carlos Azevedo encaminhado a Marlene T. F. Goularte, presidente da ASFORCA em 17 jul. 1989.

OLQUISA – Oleoquímica S.A. Ind. e Com. *Proposta para aproveitamento da infra-estrutura da AGASA – Açúcar Gaúcho S.A.*, 1990. Datilografado.

OLQUIISA. Oleoquímica S.A. Ind. e Com. AGASA – Açúcar Gaúcho S.A.: um estudo. 1992.

PLANO de Assistência Social. ASFORCA. Safra 1988/1989.

PROJETO para fabricação de picadeira de cana encaminhado pela direção da AGASA ao Tribunal de Contas para solicitação de apoio à sua viabilização. Junho 1981.

PROPOSTA da Granol Indústria, Comércio e Exportação S/A. Departamento Agrícola. Tupã/SP, encaminhada à ASFORCA em 18 jun. 1984. Documentos avulsos. Acervo da AGASA.

PROPOSTA de Briano Gil de Medeiros para a recuperação da AGASA encaminhada à Câmara Municipal de Vereadores de Santo Antônio da Patrulha em 02 jun. 1987 e anexada ao ofício do presidente da Câmara, Pedro Pacheco Fernandes, enviado à ASFORCA em 29 jun. 1987.

QUADRO da produção de açúcar. AGASA S.A. Documentos avulsos.

RELATÓRIO DA ASFORCA expedido em 11 fev. 1988.

RELATÓRIO do engenheiro agrônomo Alceu Krás Dimer, diretor técnico da AGASA, dirigido ao diretor-presidente, Vasco Amaro da Silveira Filho em 20 jul. 1984.

RIO GRANDE DO SUL. Cartório de Registro de Imóveis. Santo Antônio da Patrulha. *Registro de Hipoteca*. Credor: Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A – BADESUL; devedora: Açúcar Gaúcho S/A – AGASA. 20/02/1980.

RIO GRANDE DO SUL. Cartório de Registro de Imóveis. Santo Antônio da Patrulha. *Cédula de Crédito Industrial*. Credor: Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A – BADESUL; devedora: Açúcar Gaúcho S/A – AGASA. 10/10/1980.

RIO GRANDE DO SUL. Comarca de Porto Alegre. 1º tabelionato. *Escritura de financiamento*: outorgante Açúcar Gaúcho S.A.; outorgado: Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A – BADESUL. 08/07/1980.

RIO GRANDE DO SUL. Gabinete de Administração e Planejamento. Mensagem do governador Leonel Brizola à Assembléia Legislativa. n. 1, 1962.

RIO GRANDE DO SUL. II Governo Engenheiro Ildo Meneghetti. Mensagem à Assembléia Legislativa. Programa Bienal de ação. 1965/1966. v. 1.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria Geral do Estado. *AGASA – Açúcar Gaúcho S.A. – Santo Antônio da Patrulha*: parecer e relatório de auditoria n. 09-01/87. Porto Alegre, 1987.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria Geral do Estado. *AGASA. Açúcar Gaúcho S.A. Santo Antônio da Patrulha*: parecer e relatório de auditoria nº 10-1/88. Porto Alegre, 1987.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria Geral do Estado. *Relatório e Parecer de Auditoria da AGASA*. Porto Alegre, 1984.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria Geral do Estado. *Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA* – Santo Antônio da Patrulha: parecer de auditoria: exercício de 1989. Porto Alegre, 1990.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria Geral do Estado. *Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA*: Santo Antônio da Patrulha: parecer e relatório de auditoria referente ao exercício 1983/1984. Porto Alegre, maio 1984.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria Geral do Estado. *Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA*: Santo Antônio da Patrulha: parecer e relatório de auditoria n. 03/85. Porto Alegre, abr. 1985.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria Geral do Estado. *Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA*: Santo Antônio da Patrulha: parecer e relatório de auditoria n. 04-02/85. Porto Alegre, abr. 1985.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria Geral do Estado. *Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA*: Santo Antônio da Patrulha: parecer e relatório de auditoria n. 05-03/85. Porto Alegre, ago. 1985.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria Geral do Estado. *Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA*: Santo Antônio da Patrulha: parecer e relatório de auditoria n. 06-04/85.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria Geral do Estado. *Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA*: Santo Antônio da Patrulha: parecer e relatório de auditoria n. 07-01/86. Porto Alegre, 1986.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria Geral do Estado. *Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA*: Santo Antônio da Patrulha: parecer e relatório de auditoria n. 08-02/86. Porto Alegre, 1986.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria Geral do Estado. *Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA*: Santo Antônio da Patrulha: parecer e relatório de auditoria n. 09-01/87. Porto Alegre, 1987

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria Geral do Estado. *Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA*: Santo Antônio da Patrulha: parecer e relatório de auditoria n. 10-1/88. Porto Alegre, 1988.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. Contadoria e Auditoria Geral do Estado. *Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA*: Santo Antônio da Patrulha: parecer e relatório de auditoria n. 16-01/91.

SACAROTÉCNICA – Consultoria, Estudos e Projetos Limitada. *Projeto Agasa*. Santo Antônio da Patrulha, RS, 1974. 4 v.

SACAROTÉCNICA – Consultoria, Estudos e Projetos Limitada; GERAPLAN – Projetos e Planejamentos Gerais. *Projeto AGASA*: Unidade Torres/RS: Implantação. Santo Antônio da Patrulha, 1975, v. 1.

SACAROTÉCNICA - Consultoria, Estudos e Projetos Ltda. *Projeto de Tratamento de Águas Residuais da Usina AGASA Açúcar Gaúcho S/A*. Santo Antônio da Patrulha, 1980. O projeto foi encaminhado à CCEE – Coordenadoria de Controle do Equilíbrio Ecológico da Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul.

SACAROTÉCNICA - Consultoria, Estudos e Projetos Ltda. *Proposta para implantação de uma destilaria anexa de álcool hidratado da Açúcar Gaúcho S/A – Usina AGASA no município de Santo Antônio da Patrulha, estado do Rio Grande do Sul*. Volume industrial, 1980.

SACAROTÉCNICA. - Consultoria, Estudos e Projetos Ltda. *AGASA: Métodos de análises para fabricação de açúcar e álcool*. Maio 1980. Elaborado por Hélio Morganti.

SACAROTÉCNICA. - Consultoria, Estudos e Projetos Ltda. *Informações Suplementares ao Projeto de Tratamento de Águas Residuais: Usina AGASA – Açúcar Gaúcho S.A.* Santo Antônio da Patrulha, RS, 1980. 14 p. mais anexos.

SACAROTÉCNICA. Consultoria, Estudos e Projetos Limitada. *Projeto AGASA*. Santo Antônio da Patrulha, RS. 1974.

SACAROTÉCNICA. Consultoria, Estudos e Projetos Ltda. *Projeto AGASA: Unidade Torres: RS/Implantação*. São Paulo: Porto Alegre: GERAPLAN. Projetos e Planejamentos Gerais. 1975. 2. v.

SACAROTÉCNICA. Consultoria, Estudos e Projetos Ltda. *Projeto AGASA: Santo Antônio da Patrulha/RS: Relações de contas*. Anexo do formulário 4, item 4, 02, ato 19/73 de 27 abr 1973 do IAA. 92 p.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA. *Proposta de opção dos empregados da empresa Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA com referência à privatização da mesma, projeto de lei nº 92/89*. Acompanhada de anexos.

SUPERSUCAR/DISPRODAL. *Relatório de vendas 01/81*. Porto Alegre, 16 mar. 1981.

ACERVOS DOCUMENTAIS

Acervo da Açúcar Gaúcho S. A. – AGASA

Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Acervo do Arquivo Histórico Municipal Moysés Vellinho

Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santo Antônio da Patrulha

Acervo de Benito Barbosa Izolan

Acervo da Câmara Municipal de Vereadores de Santo Antônio da Patrulha

Acervo de Carlos Fernando Bertoia

Acervo de Cassílio Ourique Pereira

Acervo do Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre

Acervo da Comissão de Terras da Secretaria de Agricultura do RS

Acervo da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda.

Acervo de Edegar da Silva

Acervo de Emiliano Limberger

Acervo da Fundação de Economia e Estatística

Acervo dos Fornecedores de Cana do Nordeste do RS – ASFORCA

Acervo do INDECOOP

Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Acervo de Jorge Pedro Nehme

Acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa

Acervo do Museu Juca Maciel

Acervo da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha

Acervo do Solar dos Câmara – Assembléia Legislativa do RS

Acervo de Wilson de Oliveira Castro

LIVROS OU PERIÓDICOS E TRABALHOS ACADÊMICOS

A PETROBRÁS E O ÁLCOOL. Rio de Janeiro: Petrobrás, [1984].

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2 ed. São Paulo: Hucitec; Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

ABREU, Marcelo de Paiva. (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana: 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

AFONSO, Carlos A.; SOUZA, Herbert de. *O Estado e o desenvolvimento capitalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ALBERTI, Verena et al. (Org.). *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; Casa de Osvaldo Cruz/CPDOC/FGV, 2000.

ALBERTI, Verena. Ensaio bibliográfico: obras coletivas de história oral. *Tempo: Revista do Departamento de História da UFF*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 206-219, jun. 1997.

_____. Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC*. São Paulo: FGV, 1991.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Pró-álcool: concentração fundiária e conflitos sociais no agreste paraibano. *História: Ensaio & Pesquisa*, Porto Alegre: Sulina/APHRGS, n.1, maio 1995.

ÁLCOOL & ALCOOLQUÍMICA. São Paulo: Toledom, 1984.

ALMEIDA, Jalcione. *A construção social de uma nova agricultura*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

ALMEIDA, Maria Herminia T. de. (Org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1990.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Aceleração e freios ao desenvolvimento brasileiro*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

_____. *Lutas camponesas no nordeste*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Ed. UNESP, 1994.

ANDRADE, Rogério Pereira de. A política econômica do governo Castello Branco e a experiência de estabilização monetária. *Questões de Economia Política*. Revista Semestral do CEDE. Porto Alegre: Mercado Aberto, a. 3, n. 4, p. 40-51, 1987.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976.

ARRUDA, José Jobson de A. A produção econômica. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Org.). *O império luso-brasileiro (1750-1822)*. Lisboa: Estampa, 1986.

ARRUDA, Roberto Cano, BAMPI, Gilberto; OLIVEIRA, Luiz Eduardo. Reforma agrária e industrialização. In: *INDUSTRIALIZAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL: semanas sociais do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ISCRE, 1968.

AVÉ-LALLEMANT, Roberto. *Viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858*. Trad. do INL da Edição de Leipzig. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1953.

AZAMBUJA, Raphael Veríssimo. Introdução. In: PASQUALINI, Alberto. *Bases e Sugestões para uma política social*. Rio de Janeiro: Livr. José, [s.d.].

AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

AZEVEDO, Fernando de. *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil*. 2. ed., São Paulo: Melhoramentos, 1958.

BACKES, Wunibaldo. *Santo Antônio da Patrulha nas Memórias do Padre Wunibaldo*. Porto Alegre: EST, 1992.

BARROSO, Véra Lucia Maciel. *Relatório do Levantamento das manifestações folclóricas de Santo Antônio da Patrulha*. Porto Alegre, 1973. Monografia datilografada.

_____ et al. (Org.). *Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional*. Porto Alegre: EST, 1995.

_____ et al. (Org.). *Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul*. Porto Alegre: EST, 2000.

_____ et al. (Org.). *Raízes de Capão da Canoa*. Porto Alegre: EST, 2004.

_____ et al. (Org.). *Raízes de Lagoa Vermelha*. Porto Alegre: EST, 1994.

_____ et al. (Org.). *Raízes de Osório*. Porto Alegre: EST, 2004.

_____ et al. (Org.). *Raízes de Sananduva*. Porto Alegre: EST, 2004.

_____ et al. (Org.). *Raízes de Santo Antônio da Patrulha e Caraá*. Porto Alegre: EST, 1999.

_____ et al. (Org.). *Raízes de São Marcos e Criúva*. Porto Alegre: EST, 2005.

_____ et al. (Org.). *Raízes de Torres*. Porto Alegre: EST, 1996.

_____ et al. (Org.). *Raízes de Vacaria*. Porto Alegre: EST, 1996.

_____ et al. (Org.). *Santo Antônio da Patrulha: re-conhecendo sua história*. Porto Alegre: EST, 1999.

_____. (Org.). *Raízes de Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula e Tramandaí*. Porto Alegre: EST, 1992.

_____. (Org.). *Santo Antônio da Patrulha nas memórias do Padre Wunibaldo*. Porto Alegre: EST, 1992.

_____. A colonização alemã em Santo Antônio da Patrulha: uma tentativa isolada (1826-187). *Veritas*, Porto Alegre: PUCRS, v. XXVI, n. 101, p. 114-138, 1981.

_____. A expansão da lavoura canavieira no sul do Brasil: Rio Grande do Sul (séc. XVIII-XX). In: VIEIRA, Alberto. (Coord.). *História do açúcar: rotas e mercados*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura; Centro de Estudos da História do Atlântico, 2002. p. 433-445

_____. A formação socioeconômica do Rio Grande do Sul e a caracterização do seu processo inicial de industrialização. In: *Veritas*. Revista da PUCRS, v. XXVIII, n. 111, p. 307-312, 1983.

_____. A teoria da modernização e a teoria da dependência. *Veritas*, Porto Alegre: EDIPUCRS, vol. XXXII, n. 127, p. 417-424, 1987.

BARROSO, Véra Lucia Maciel. AGASA: o trabalho patrulhense na produção do açúcar gaúcho. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.). *Santo Antônio da Patrulha: re-conhecendo sua história*. Porto Alegre: EST, 1999.

_____. Mulheres canavieiras. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.). *Santo Antônio da Patrulha: mulheres fazendo história*. Porto Alegre: EST, 2000.

_____. Povoamento e urbanização do Rio Grande do Sul. *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS; Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992. p. 35-55.

_____. Santo Antônio da Patrulha no cenário regional: olhares e fronteiras. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, n. 133, p. 173-185, 1998.

_____. *Santo Antônio da Patrulha: vínculo, expansão, isolamento (1803-1889)*. 1979. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____; DAROS, Marília. (Org.). *Raízes de Gramado*. Porto Alegre: EST, 1995.

_____; ELY, Nilza Huyer. (Org.). *Raízes de Terra de Areia*. Porto Alegre: EST, 1999.

_____; OLIVEIRA, Pedro. (Org.). *Raízes de Canela*. Porto Alegre: EST, 2003.

_____; SANTOS, Lucila Sgarbi. (Org.). *Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul*. Porto Alegre: EST, 2004.

BATISTA FILHO, Olavo. Aspectos da Economia Açucareira no Século XVI. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo; Departamento de Cultura, a. V, v. LX, p. 160-174, ago. 1939.

BEMFICA, Coralia Ramos. Destilaria Santo Antônio de Hans A. André. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.). *Santo Antônio da Patrulha: re-conhecendo sua história*. Porto Alegre: EST, 2000.

BEMFICA, Coralia Ramos. O poder local: da Proclamação da República (1889) à atualidade (1999). In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.). *Santo Antônio da Patrulha: re-conhecendo sua história*. Porto Alegre: EST, 1999.

BENEVIDES, Maria Victoria. *O PTB e o trabalhismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.

BOLETIM DO DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. São Paulo: DPH, v.5, ago. 1991.

BORGES FORTES, Amyr. *Panorama econômico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulina, 1959.

- BOSI, Ecléa. *Lembranças de velhos*. 2. ed. São Paulo: T.A. Queirós; USP, 1987.
- _____. *O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Ed., 2003.
- BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. (Org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Ed. FGV, 1998.
- BRANDÃO, Adelino. *Cana-de-açúcar: álcool e açúcar na história e no desenvolvimento social do Brasil*. Brasília: Horizonte; INL, 1985.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). *As faces da memória*. Campinas, SP: UNICAMP, [s.d.]
- BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Presença, 1990.
- BRIEGER, Franz. *Noções básicas e métodos analíticos para a indústria açucareira*. 3. ed. rev. São Paulo: Cooperativa dos Usineiros do Oeste de São Paulo, 1964.
- BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.
- _____. *Rio Grande do Sul: crise e perspectivas*. Ijuí: Unijuí, 1988.
- BRUNELLI, Júlio. Discurso feito a 27 set. 1973 na Assembléia Legislativa. In: BRUNELLI, Júlio. *Santo Antônio da Patrulha e ligação com a Free-Way: uma campanha vitoriosa: justiça para um grande município*. Porto Alegre, 1974.
- BUENO, Ricardo. *Pró-Álcool: rumo ao desastre*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.
- BUNSE, Heinrich A. W. A terminologia da cana-de-açúcar no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Filologia*, Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, v. 3, t. II, p. 183-192, dez. 1957.
- _____. *Mandioca e açúcar: contribuição ao estudo das respectivas culturas e do folclore étnico e lingüístico no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Comissão Gaúcha de Folclore & Faculdade Filosofia da UFRGS, n. 27, [s.d].
- _____. A terminologia da cana-de-açúcar no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Filologia*, Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, v. 3, t. II, p. 183-192, dez. 1957.
- BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. 2. ed., São Paulo: Ed. UNESP, 1992.
- _____. *História e teoria social*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.
- CABRAL, Eddy Flores. Num vale distante: Bocó, Linha Padre Viera (Caraá). In: BARROSO, Vera Lucia Maciel et al. (Org.). *Raízes de Osório*. Porto Alegre: EST, 2004.
- CAIRO, Nilo. *Guia prático do pequeno lavrador*. 5. ed. São Paulo: Teixeira. 1938.
- CALDAS, Aberto Lins. *Oralidade: texto e história para ler a História Oral*. São Paulo: Loyola, 1999.

CALDAS, Ney Ulrich. *A conjuntura nacional e os problemas do Rio Grande do Sul: necessidade de planejamento regional*. Porto Alegre: Sulina, 1963.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. Considerações acerca de A Lavoura Canavieira em São Paulo. *Notícia Bibliográfica e Histórica*, Campinas: PUC de Campinas, a. XXXI, n. 173, abr./jun. 1999.

CAMARGO, Ana Clara Maciel. Santo Antônio da Patrulha em 1969. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.). *Santo Antônio da Patrulha: re-conhecendo sua história*. Porto Alegre: EST, 1999.

CAMARGO, Aspásia Alcântara de. O ator, o pesquisador e a História: impasses metodológicos na implantação do CPDOC. In: NUNES, Edson de O. (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

CAMARGO, Aspásia Alcântara de. A questão agrária: a crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris. (Org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano III: Sociedade e Cultura (1930-1964)*. 2. ed., São Paulo: DIFEL, 1983.

CAMARGO, José Marangoni. Tecnificação da cana-de-açúcar em São Paulo e sazonalidade da mão-de-obra. *Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências: a questão agrária*, Marília: UNESP-Campus de Marília, 1991, n. 1, p. 25-53.

CAMPI, Daniel. Aproximación a la génesis de uma elite azucarera: las exportaciones tucumanas em carreta: 1863-1867. *Travesía*, Tucuman, Argentina, n. 5/6, p. 129-179, 2º sem. 2000-1º sem. 2001.

CAMPOS, Zóia Vila. *Doce amargo: produtores de açúcar no processo de mudança: Pernambuco (1874-1941)*. São Paulo: Annablume, 2001.

CANABRAVA, Alice Piffer: *O açúcar nas Antilhas (1697-1755)*. São Paulo: IPE, 1981.

CANDEIAS, Marly Maciel; GOMES, Alba Maria Baptista. *Características de uma propriedade canavieira em Santo Antônio*. Porto Alegre: UFRGS, 1977.

CANUTO FILHO, Otaviano. A extroversão financeira: 1964-1986. *Questões de Economia Política: Revista Semestral do CEDE*, Porto Alegre: Mercado Aberto, a. 3, n. 4, p. 58-69, 1987.

CAR, E. H. *Que é história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

CARBONARI, Maria Rosa. *Algumas considerações sobre o conceito de História Regional*. 1987. Monografia (Pós-Graduação em História do Brasil) - Departamento de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

_____; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Paulo Alves. Santo Antônio: antes e depois. *Província*, Porto Alegre: Depto. Cultural da Associação dos Funcionários do Banco da Província do Rio Grande do Sul, a. XXV, n. 69, p. 5, out./dez. 1969.

CARNEIRO, Dionísio Dias. Crise e esperança: 1974 -1980. In: ABREU, Marcelo de Paiva. (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CARRICONDE, Clodomyro Clydes. *Porto Alegre em Revista*. Porto Alegre: [s. n.], 1926.

CARRION JR., Francisco. A economia do Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius. (Org.). *RS: economia & sociedade*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

CARRION JR., Francisco. *Brizola: momentos de decisão*. 2. ed., Porto Alegre: L&PM, 1989.

_____. *O Rio Grande em busca de novos caminhos: por um projeto regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

_____. Por um projeto regional. In: RIBEIRO, Carlos Reinaldo Mendes. (Org.). *Autonomia ou submissão?* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

_____. *RS: política econômica & alternativas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

CARVALHO, Cícero Pércles de Oliveira. Novas estratégias competitivas para o novo ambiente institucional: o caso do setor sucroalcooleiro em Alagoas: 1990/2001. In: SHIKIDA, Pery Francisco Assis; MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de. (Org.). *Agroindústria canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios*. São Paulo: Atlas, 2002. p. 267.

CARVALHO, Haroldo L. *Elementos para o estudo da urbanização brasileira*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998. (Cadernos Temáticos da Cultura Histórica, 4)

CARVALHO, Mário Teixeira de. *Nobiliário sul-riograndense*. Porto Alegre: Globo, 1937.

CARVALHO, Murilo; SILVA, Silvestre P. *Cachaça: uma alegre história brasileira*. São Paulo: Caninha 51 Indústria e Comércio de bebidas, 1988.

CASANOVA, Julián: *La história social y los historiadores: cenicienta o princesa?* Barcelona: Crítica, 2003.

CASTRO, Antônio Barros de. *7 ensaios sobre a economia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975. v. II.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

CESAR, Adilson. *Notas para a lavoura canavieira em Sorocaba*. São Paulo: Pannartz; Sorocaba: Fundação Dom Aguirre, 1984.

- CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: ARTMED, 2001.
- CHAVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. Questões para a História do Presente. In: _____; _____. (Org.). *Questões para a História do Presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.
- CHIARELLO, Antonio. *O trabalhismo brasileiro: meio século de coerência*. [s.d.]. Datilografado.
- CNE. *Situação econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1960.
- COELHO, Catão. *A várzea de outr'ora*. Porto Alegre: J. de Maria Editor, 1935.
- COLBARI, Antonia L. *Ética do Trabalho*. São Paulo: Letras & Letras, 1995.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. História oral: conceito, evolução e perspectivas. *História: revista do Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas*, São Paulo, IBEP, a. 1, n. 3, p. 70-75, jul. 2001.
- _____. Narrativa e História Oral. *Humanas*, Porto Alegre: IFCH/UFRGS, v. 16, n. 1, p. 119, jan./jun. 1993.
- _____. *O italiano da esquina: imigrantes na sociedade porto-alegrense*. Porto alegre: EST, 1991.
- _____. Percursos de Hana na Polônia e no Brasil. *Estudos Leopoldenses: Série História*, São Leopoldo: UNISINOS/Programa de Pós-Graduação em História, v.4, n. 1, jan./jun. 2000.
- _____. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, v. XXVIII, n. 1, p. 183-194, jun. 2002.
- _____. Sobre a atualidade de Vico. *Histórica: Revista da Associação dos Pós-Graduandos em História-PUCRS*. Porto Alegre, n. 4, 2000.
- _____. Tempo de guerra e narrativa: italianos no Rio Grande do Sul. *História: debates e tendências*. Passo Fundo: UPF, v. 5, n. 1, p. 146-166, jul. 2004.
- CORRÊA, Carlos Humberto P. *História oral: teoria e técnica*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1978.
- COSTA FILHO, Miguel. *A cana-de-açúcar em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IAA, 1963.
- COSTA, Emília Viotti da. A dialética invertida: 1960-1990. *Revista Brasileira de História: Brasil 1954-1964*. São Paulo: Marco Zero; SCT; FAPESP; FINEP; ANPUH; CNPq, v. 14, n. 27, 1999.
- _____. Novos públicos, novas políticas, novas histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: em busca da dialética. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 10, p.7-23, dez. 1998.

COSTA, Iraci del Nero da; LIMA, José Luiz. *Estatísticas básicas do setor agrícola no Brasil*. São Paulo: IPE-USO, 1985.

COSTA, Luiz Edmundo Motta Marques da. *Cachaça, suor de alambique: sua história, sua técnica, seu folclore*. Alagoas: [s.n.], 1986.

COSTA, Rovílio. *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998.

CRISPIM, Jack Eliseu. *Manual da produção de aguardente de qualidade*. Guaíba: Agropecuária, 2000.

CRUSIUS, Yeda. A evolução da economia do Rio Grande do Sul face à economia brasileira. In: RIBEIRO, Carlos Reinaldo Mendes. (Org.). *Autonomia ou submissão?* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

D'ALESSIO, Marcia Mansor. Memória e historiografia: limites e possibilidades de uma aproximação. *História oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*. São Paulo, n. 4, p. 54-71, jun. 2001.

D'ARAUJO, Maria Celina. Como a História Oral chegou ao Brasil: entrevista com Aspásia Camargo. *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, São Paulo, n. 2, p. 173, jun. 1999.

DAMASCENO, Athos. *Colóquios com a minha cidade*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1974.

DE CARLI, Gileno. *Aspectos da economia canavieira*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1942.

_____. Gênese e evolução da indústria açucareira de São Paulo. Rio de Janeiro: Pongetti, 1943.

DIONI, Cleber. *O menino que se tornou Brizola*. Porto Alegre: Já Ed., 2004.

DOMINGOS, Cláudio Leal. Osório-Litoral Norte/RS: a economia canavieira. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel et al. (Org.). *Raízes de Osório*. Porto Alegre: EST, 2004.

EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ELY, Nilza Huyer. Dos primitivos caminhos à BR 101: Osório-Torres: a estrada da "Redenção". In: BARROSO, Vera Lucia Maciel; ELY, Nilza Huyer. (Org.). *Raízes de Terra de Areia*. Porto Alegre: EST, 1999.

_____. (Org.). *Torres tem história*. Porto Alegre: EST, 2004.

_____. (Org.). *Três Cachoeiras: marcas do tempo*. Porto Alegre: EST, 2004.

_____. A AGASA e a expectativa dos canavieiros do Vale do Três Forquilhas. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel. (Org.). *Raízes de Santo Antônio da Patrulha e Caraá*. Porto Alegre: EST, 2000.

ELY, Nilza Huyer. A saga do desenvolvimento econômico do Vale do Três Forquilhas. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel. (Org.). *Raízes de Torres*. Porto Alegre: EST, 1996.

_____. *Vale do Três Forquilhas: veredas, vidas e costumes*. Porto Alegre: EST, 1999.

_____; GROSS, Lucy Maria Huyer. Preparando o Natal. In: ELY, Nilza Huyer. (Org.). *Três Cachoeiras: marcas do tempo*. Porto Alegre: EST, 2004.

ENO, Ricardo. *PROÁLCOOL: rumo ao desastre*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

ERICKSON, Kenneth Paul. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

EW, Atelaine M. Normann (Coord.). *Nós e a Legalidade: depoimentos*. Porto Alegre: IEL/AGE, 1991.

FÉLIX, Loiva Lotero. *História & memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: EDUPF, 1998.

FELIZARDO, Joaquim, José; SCHMIDT, Mateus. *Partidos políticos e eleições no Brasil: da redemocratização aos nossos dias*. Porto Alegre: EST; Vozes, 1982.

FENELON, Déa Ribeiro et al. (Org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

_____. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo. *História & Perspectivas*, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, n. 6, p. 5-21, 1992.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. Açúcar e escravos no Brasil Colonial: as Capitanias do Sul (notas para uma discussão). In: VIEIRA, Alberto. (Coord.). *Escravos com e sem açúcar*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura; Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996. p. 285.

_____. Uma fábrica colonial: trabalho e técnica nos engenhos brasileiros. In: VIEIRA, Alberto. (Coord.). *História e tecnologia do açúcar*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura; Centro de Estudos de História do Atlântico, 2000.

_____. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FERNANDES BASTOS, Manoel E. Notas e apontamentos sobre a cultura da cana-de-açúcar em Conceição do Arroio (atualmente Osório): Pinguela: A usina Santa Marta. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: Globo, p. 142-149, III trim. 1938.

_____. Colonização alemã no Rio Grande do Sul: a Colônia de Três Forquilhas. *Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, a. 6, n. 8, p. 5-17, 1957.

_____. *Noite de Reis: narrativa histórica*. Porto Alegre: Globo, 1935.

FERNANDES, Domingos José Marques. Descrição Corográfica, Política, Civil e Militar da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul. In: *Pesquisas. História*. Porto Alegre: Instituto Anchieta de Pesquisas. 1961. Ano 5, nº 15.

FERNANDES, Hamilton. *Açúcar e álcool: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: IAA, 1971. p. 71.

FERNANDES, Teresinha Cardoso da Silveira; SILVEIRA, Anatólio Luis da. O sonho. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. *Santo Antônio da Patrulha: reconhecendo sua história*. Porto Alegre: EST, 2000.

FERRAZ, Francisco et al. *Perfil socioeconômico das populações urbanas de baixas rendas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IESPE/PUCRS; IFCH/UFRGS, 1975. v. 1.

FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). *Entrevistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FVG, 1994.

_____. (Org.). *História Oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Ed. FVG 1994.

_____. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, São Paulo, n. 1, jun., p. 19-30, 1998.

_____.; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena. *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/ Casa de Osvaldo Cruz/ CPDOC; Fundação Getúlio Vargas, 2000.

FIGUEIREDO, Lézia Cardoso de. O aroma do café se espalha pelo quadrante patrulhense. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel Barroso et al. (Org.). *Raízes de Canela*. Porto Alegre: EST, 2003.

_____. Tomaz Bento Cardoso: uma história de vida na construção da economia patrulhense. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.). *Santo Antônio da Patrulha: re-conhecendo sua história*. Porto Alegre: EST, 1999.

FOLGUERA, Pilar. *Cómo se hace Historia Oral*. Madrid: Eudema, 1994.

FONSECA, Pedro Dezar Dutra. Estado e industrialização consciente: 1930-1955. *Questões de Economia Política: Revista Semestral do CEDE*. Porto Alegre: Mercado Aberto, a. 3, n. 4, p. 21-32.1987.

FONTANA, Josep. *A História dos homens*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

_____. *História depois do fim da História*. Bauru, SP: EDUSC, 1995.

_____. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos: Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997.

FONTES, Virgínia M.; MENDONÇA, Sônia Regina de. *História do Brasil recente (1964-1980)*. São Paulo: Ática, 1988.

FORTES, Amyr Borges. *Aspectos fisiográficos, demográficos e econômicos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo; SESI, 1956.

_____. *Panorama econômico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulina, 1959.

FORTINI, Archymedes. *Porto Alegre: histórias da nossa História*. Porto Alegre: Grafipel, 1966.

FRAGOSO, João Luís R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRANCO, Álvaro; RAMOS, Senhorinha Maria. (Org.). *Panteão médico riograndense: síntese cultural e histórica*. São Paulo: Ramos, Franco Ed., 1943.

FREITAS, Décio (Org.). *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre: EST, 1980.

FREITAS, Sônia Maria de. *História Oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. (Org.). *Teoria e Educação no labirinto do capital*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O rastro e a cicatriz: metáforas da memória. *Pro-Posições*, São Paulo: PUC, vol. 13, n. 3, set./dez. 2002.

GARCIA JR. Afrânio. Libertos e sujeitos: sobre a transição para trabalhadores livres no nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: ANPOCS, n. 7, v. 3, jun. 1988.

_____. *O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Ed. UNB; MCT-CNPq, 1989.

GARCIA, Antonio Santamaria. *Sin azucar no hay pais: la industria azucareira y la economia cubana (1919-1939)*. Sevilla: Universidad de Sevilla; Escuela de Estudios Hispanoamericanos; CSIC; Diputacion de Sevilla, 2002.

GARRIDO, Joan del Alcàzar i. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 33-54, set.1992/ago. 1993.

GEORGE, Pierre. *Geografia econômica*. 4. ed., São Paulo: DIFEL, 1983.

GNACCARINI, José César. *Latifúndio e proletariado: formação da empresa e relações de trabalho no Brasil Rural*. São Paulo: Polis, 1980.

GODOI, Emília Pietrafesa de. *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

GOMES, Ângela de Castro; D'ARAUJO, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989.

- GOMES, Nilcéa Moraleida Gomes. Usinas de açúcar na Mata Mineira: indústria rural e lutas operárias, de 1920 a 1990. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora: Núcleo de História Regional/EDUFJF, v. 8, n.1, p. 119-132, 1998.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau et al. *Álcool no Triângulo Mineiro (1975-1980): análise de jornais de Uberlândia*, MG. Uberlândia: UFU, [s.d.]. Trabalho digitado.
- _____. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. Estado e planejamento: a agricultura nos planos de governo no Brasil (1960-1980). *História & Perspectiva*, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, n. 10, 1994.
- GONSALVES, Elisa Pereira. *Conversas sobre iniciação à pesquisa científica*. 3. ed. Campinas, SP: Alínea, 2003.
- GORENDER, Jacob. *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- GOUBERT, Pierre. História local. *História & Perspectivas*, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, n.º. 6, 1992.
- GOULART, João. *Desenvolvimento e independência*. Brasília, [s.n.], 1962.
- GUARAGNA, João Carlos. *Leonel Brizola: uma vida pelo povo brasileiro: pequena história do político e administrador*. Porto Alegre: Intermédio, 1988.
- HABERT, Nadine. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Ática, 1992.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARRES, Marluza Marques. *Conflito e conciliação no processo de Reforma Agrária do Banhado do Colégio: Camaquã, RS*. 2002. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- HEIDRICH, Álvaro Luiz. *Além do Latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.
- HENS, Renato; BASTOS, Raul. O ciclo expansivo (1968-1973) *Questões de Economia Política*: Revista Semestral do CEDE, Porto Alegre: Mercado Aberto, a. 3, n. 4, 1987.
- HEREDIA, Beatriz Alasia de. *Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. São Paulo: Marco Zero; Brasília,DF: MCT; CNPq, 1988.
- HOBBSAWM, Eric. A outra História: algumas reflexões. In: KRANTZ, Frederick (Org.). *A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- _____. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOLZMANN, Lorena. *Operários sem patrão: gestão cooperativa e dilemas da democracia*. São Carlos: EdUFSCar, 2001.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: Cortez, 2001.
- IANNI, Octavio. *Origens agrárias do estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ISABELLE, Arsene. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.
- JEDIOWSKI, Paolo. Memórias: temas e problemas da sociologia da memória no século XIX. *Pro-posições*. v. 14, n.1 (40), p. 217-234, jan./abr. 2003.
- JOLY, Aylthon Brandão. *Botânica: introdução à taxionomia vegetal*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1998.
- JORTARD, Philippe. *Esas voces que nos llegan del pasado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.
- JUNGMANN, Fernando. *O direito da agroindústria açucareira*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1971.
- KAUSTKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- KHOURY, Yara Maria Aun et al. *A pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 1989.
- KLIEMANN, Luíza H. S. *RS: terra & poder*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.
- KURY, Affonso Penna. *A lavoura canavieira: Santo Antônio da Patrulha: uma visão apressada*. Santo Antônio da Patrulha: Moenda da Canção Nativa, 1987.
- _____. *A saga da cana-de-açúcar*. Santo Antônio da Patrulha: Moenda Associação de Cultura e Arte Nativa, [1988].
- LAZZAROTTO, Valentim. *Pobres construtores de riqueza: a pobreza industrial da colonização italiana começa aqui*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1979.
- LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In: TÉTARD, A. Chauveau. (Org.). *Questões para a História do Presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- _____. *História e memória*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1990.
- _____; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. *A nova História*. Coimbra: Almedina, 1990.

- LEAL, Ermeto. A indústria da cana no Rio Grande do Sul. *Revista da Escola de Commercio de Porto Alegre*, Porto Alegre: Grêmio dos Estudantes da Escola de Comércio, a. 1, n. 1, p. 15-16, jul. 1915.
- LEITE, Manoel Marques. *Relações externas da economia do Rio Grande do Sul: 1949/1979*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1985.
- LEITE, Silvia Ibiraci de Souza. *A usina São Domingos: os canaviais, a fábrica e os trabalhadores (1952-1973)*. São Paulo: Annablume, 2003.
- LIMA, Heitor Ferreira. *História Político-Econômica e Industrial do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1970.
- LIMA, José Luiz; COSTA, Iraci Del Nero. *Estatísticas do setor agrícola no Brasil*. São Paulo: IPE; USP, 1985. v. 1.
- LIMBERGER, Emiliano J. K. Amstad & o cooperativismo na região de Gramado. In: DAROS, Marília; BARROSO, Véra Lucia Maciel. (Org.). *Raízes de Gramado*. Porto Alegre: EST, 1995.
- LINHARES, Maria Yedda L.; SILVA, Francisco Carlos T. da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LINHARES, Maria Yedda L.; SILVA, Francisco Carlos T. Região e história agrária. *Estudos Históricos: História e Região*, Rio de Janeiro. v. 8, n. 15, 1995.
- _____. História Agrária. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion. (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- LOBO, Eulália L. História empresarial. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- LOPES, Juarez R.B. *Desenvolvimento e mudança social*. Brasília: INL, 1976.
- LOPES, Luiz Roberto. *História do Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Depto. de História da PUC-SP*, São Paulo: EDUC, n.17, nov.1981.
- LUNA, Sergio Vasconcelos de. *Planejamento de pesquisa: uma introdução: elementos para uma análise metodológica*. São Paulo: EDUC, 1999.
- LUNCKES, Mariseti Cristina Soares. *Um velho projeto com novos rostos: uma colônia alemã para a Ponta das Torres*. 1998. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

- MACIEL JR. José. *Reminiscências da minha terra*. Santo Antônio da Patrulha. Porto Alegre: EST, 1987.
- MACIEL, Véra Lucia. *Santo Antônio da Patrulha e as regiões naturais do Rio Grande do Sul*. 1964. Monografia (Curso de Magistério) - Colégio Santa Teresinha, Santo Antônio da Patrulha.
- MAGALHÃES, Manoel Antônio de. Almanaque da vila de Porto Alegre, com reflexões sobre o estado da Capitania do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1808. *Boletim Municipal*, Porto Alegre, n. 5, p. 261, maio./ago. 1940.
- MALERBA, Jurandir. (Org). *A velha História: teoria, método e historiografia*. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- MARIGHELLA, Carlos et al. *A questão agrária no Brasil: textos dos anos sessenta*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.
- MARTINS, L. *Estado capitalista e democracia pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MATTOS, Aníbal R. *Açúcar e álcool no Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1942.
- MATZEMBACHER, Nelson. *A cultura da cana no Litoral Nordeste do Estado e a Destilaria de Osório*. [s.l.: s.n.], [s.d.]. Impresso.
- MEDEIROS, Laudelino T. *O processo de urbanização no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: URGs, 1959.
- MEIHY, José Carlos Sebe. *(Re)introduzindo a História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. *Manual de História Oral*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Loyola, 1996.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- MEMÓRIA, HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA: Dossiê Ensino de História. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, n. 25-26, 1992-1993.
- MENDES RIBEIRO, Carlos Reinaldo. (Org.) *Autonomia ou submissão?* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. Dez anos de economia brasileira: História e historiografia (1954-1964). *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Marco Zero; SCT; FAPESP; FINEP; ANPUH; CNPq, n. 27, v. 14, p. 16, 1999.
- MENEZES, Marilda Aparecida de. Experiência social e identidades: trabalhadores migrantes na *plantation* canavieira. In: *História oral*. Revista da Associação Brasileira de História Oral. São Paulo, n. 3, p. 49-68, jun. 2000.
- _____. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa, PB: EDUEPB, 2002.

MENICUCCI, Telma Maria G. Sociologia Histórica Comparativa: questões metodológicas. In: *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora: Núcleo de História Regional/EDUFJF, v. 4, n. 1, 1998.

MÖLLER, Ary Gilberto. *Indústria açucareira e implantação da primeira Destilaria de Alcool Hidratado do Estado/RS*. 1985. Monografia de Conclusão de Curso (Centro Tecnológico) – Universidade do Vale do Rio do Sinos, São Leopoldo.

MONTAÑO, Eugenia Allier. Sara y Simón o la reconstrucción del pasado: el problema de la verdad en la escritura de la historia del tiempo presente. *Cadernos do CEO*, Chapecó: Argos, n. 17, p. 79-120, 2003,

MONTEIRO, Gustavo. O açúcar no Litoral Norte. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel et al. (Org.). *Raízes de Terra de Areia*. Porto Alegre: EST, 1999.

MONTENEGRO, Antonio. A invenção do futuro. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, n. 16, fev. 1998.

_____.; FERNANDES, Tania Maria. (Org.) *História Oral: um espaço plural*. Recife: Universitária; UFPE, 2001.

MOORE, Kate. Forma, significado y mensaje: debates metodológicos de História Oral. *Historia, Antropologia Y Fuentes Orales*, Barcelona: Universidade de Barcelona, n. 2, 1997.

MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MORÉ, Jean Charles. *De la colonisation, dans la Province de St. Pierre de Rio Grande do Sul, Brésil*. Hambourg: Imprimerie de Langhoff, 1863

MOREIRA, Eduardo F. P. Expansão, concentração e concorrência na agroindústria canavieira em São Paulo: 1975 a 1987. 1989. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

MOREIRA, Igor; COSTA, Rogério H. da. *Espaço & sociedade no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

MOREIRA, Roberto José. *Agricultura familiar: processos sociais e competitividade*. Rio de Janeiro: Mauad; Seropédica; UFRJ, 1999.

MOREIRA, Ruy. *Formação do espaço agrário brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MÜLLER, Carlos Alves. *A história econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Grande Sul, 1998.

MÜLLER, Geraldo. A economia política gaúcha nos anos 30 a 60. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius. (Org.). *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

MÜLLER, Carlos Alves. *A História econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: BANRISUL, 1998.

- MURI, Guido. *Rememranças de Conceição do Arroio*. Porto Alegre: Jollo, 1992. v. 3.
- NEIS, Ruben. *Guarda Velha de Viamão: no Rio Grande miscigenado surge Santo Antônio da Patrulha*. Porto Alegre: EST; Sulina, 1975.
- NEVES, Delma Pessanha. *Lavradores e pequenos lavradores de cana: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- NUNES, Heliane Müller de Souza; XAUSA, Tiago. O desenvolvimentismo e o governo Kubitschek. *Questões de Economia Política: Revista Semestral do CEDE*. Porto Alegre: Mercado Aberto, a. 3, n. 4, p. 33-39, 1987.
- O DIREITO À MEMÓRIA. Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: DPH, 1992.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- _____. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, nordeste, planejamento e conflitos de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- OLIVEIRA, Franklin de. *Rio Grande do Sul: um novo nordeste: o desenvolvimento econômico e as disparidades regionais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.
- ORLANDI, Eni P. et al. *Vozes e contrastes : discurso na cidade e no campo*. São Paulo: Cortez, 1989.
- ORLANDO, Alcibiades Luiz. *Pequena propriedade e agroindústria: estudo da organização da produção minifundiária a partir da avicultura de corte*. Cascavel: Onioeste, 1994.
- ORNELLAS, Manoelito de. *Um bandeirante da Toscana: Pedro Morganti na lavoura e na indústria açucareira de São Paulo*. São Paulo: EDART, 1967.
- PACHECO, Cláudia Monteiro. *O Processo de esvaziamento populacional de Santo Antônio da Patrulha na década de 1970*. 2001. Monografia (Especialização em História Contemporânea) - Núcleo Integrado de Pós-Graduação, Faculdades Porto-Alegrenses, Porto Alegre.
- PADRÓS, Enrique Serra. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. *Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História/ UFRGS, IFCH*, Porto Alegre: PPGH, v. 11, n. 19/20, p. 199-223, jan./dez. 2004.
- PAES, Maria Helena Simões. *A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política*. 4. ed., São Paulo: Ática, 1997.
- PAIXÃO, Antônio Luiz; SANTOS, Maria Helena de Castro. O álcool combustível e a pecuária de corte: fragmentação e porosidade no Estado burocrático-autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: ANPOCS, n. 7, v. 3, jun. 1988.

PASQUALINI, Alberto. *Bases e Sugestões para uma política social*. Rio de Janeiro: Livr. José, [s.d.].

PASQUOTO, Juraci J. et al. Origem da Escola Normal Rural Ildefonso Simões Lopes de Osório: a escola rural de ontem aos dias de hoje. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel Barroso et al. (Org.). *Raízes de Osório*. Porto Alegre: EST, 2004.

PENNA, Rejane Silva. *Fontes orais e historiografia: avanços e perspectivas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

PEREIRA CORUJA, Antônio Alvarez. *Porto Alegre: crônicas da minha cidade*. Porto Alegre: Sulina, 1951.

PERRUCCI, Gadiel. *A república das usinas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 2. ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

_____. *Pecuária e indústria: formas de realização do capitalismo na sociedade gaúcha no século XIX*. Porto Alegre: Movimento, 1986.

_____. *RS: agropecuária colonial & industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

PESSANHA, Delma Neves. *Lavradores e pequenos produtores de cana: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

PETERSEN, Sílvia Regina F. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. *História & Perspectiva*, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, n. 6, 1992.

PETRONE, Maria Theresa Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1969.

PINA, Hélio. *A agroindústria açucareira e sua legislação*. Rio de Janeiro: APEC, 1971.

PINHO, Wanderley. *História de um engenho do Recôncavo*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL; Fundação Pró-Memória, 1983.

PINSKY, Carla. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos: Teoria e História*, Rio de Janeiro: APDOC, v.5, n. 10, 1992.

PONS, Miguel Angel. *História da agricultura*. Caxias do Sul: Maneco, 1998.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos, memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Depto. de História da PUC-SP*. São Paulo, 1981.

_____. O que faz a história oral diferente? *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUCSP*, São Paulo, n. 14, p. 24-39, fev. 1997.

PORTELII, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUCSP*. São Paulo, n. 15, p. 13-32, abr. 1997.

PORTO Alegre, Augusto. *A fundação de Porto Alegre*. Porto Alegre: Globo, 1906.

PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Porto Alegre: Selbach, 1954. v. III, t. 1.

PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PRADO, Áurea A. C. A Formação do Professor Primário. In: *RIO GRANDE DO SUL: terra e povo*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1969.

PRADO, Maria Lígia. *O populismo na América Latina*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Tudo é História, 4).

PROJETO HISTÓRIA. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUCSP: Cultura e trabalho, n. 16, fev. 1998.

PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUCSP: Trabalhos da Memória, n. 17, nov. 1998.

PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUCSP: História e Oralidade, n. 22, jun. 2001.

QUADROS, Terezinha Conceição de Borba. *Torres e seus governantes*. 1998. Monografia (Graduação em Turismo) - Departamento de Turismo, Universidade Luterana do Brasil, Torres.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

QUESTÕES DE ECONOMIA POLÍTICA: Revista Semestral do CEDES. Porto Alegre: Mercado Aberto, a. 3, n. 4, 1987.

RABELLO, Sylvio. *Cana-de-açúcar e região: aspectos socioculturais dos engenhos de rapadura nordestinos*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais; MEC, 1969.

RABELO, Maria Aurora de M. Materialismo Histórico de Thompson e a problemática dos movimentos sociais. *História & Perspectivas*: Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, n. 6, 1992.

RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. *O Partido Republicano Rio-grandense no Litoral Norte do Rio Grande do Sul (1882/1895)*. 1990. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

RAMOS, Fábio Pestana. *No tempo das especiarias: o império da pimenta e do açúcar*. São Paulo: Contexto, 2004.

RAMOS, José Hugo V.C. A urbanização sul-rio-grandense. *Desenvolvimento urbano do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: ISCRE, 1971.

RAMOS, Pedro. *Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____; SZMRECSANYI, Tamás. O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 10, p. 76, jan./jun. 1994.

RANGEL, Ignacio. *Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

REICHEL, Heloísa Jochims. A industrialização no Rio Grande do Sul na República Velha. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

REIS, Elisa P. Brasil: cem anos de questão agrária. (Trad. Lucia Hippolito). *Dados: Revista de Ciências Sociais: percursos da República*. Rio de Janeiro: IUPERJ, v. 32, n. 3, p. 282, 1989. Tradução de: Brazil: one hundred years of the agrarian question.

REIS, José Carlos. *Annales: a renovação da História*. Ouro Preto: Ed. UFOP, 1996.

_____. Marxismos e Annales: “programas históricos” complementares, antagônicos ou “diferenciados”? *VARIA História*, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, n. 1, p. 68-91, 1985.

RESENDE, André Lara. Estabilização e reforma (1964-1967). In: ABREU, Marcelo de Paiva. (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

REVISTA PESQUISAS: História. Porto Alegre: Instituto Anchieta de Pesquisas, n. 15, p. 82-83, 1961.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. A formação de sucessores no rural brasileiro: trajetória histórica. Pesquisas e perspectivas. *Saeculum: Revista de História*, João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba. p. 271-185, jan./dez, 1998-1999.

RIBEIRO, Joaquim. *Folclore do açúcar*. Rio de Janeiro: Campanha de Defesa do Folclore, 1977.

RIBEIRO, Pascoalino L. Engenhos de açúcar. In: _____. MONTEIRO, Ildo T.; MURI, Guido. *Histórias de Osório: histórias da nossa História*. Osório: [s.n.], 2004.

_____. MONTEIRO, Ildo T.; MURI, Guido. *Datas e fatos de Osório: histórias da nossa história*. Osório: [s.n.], 2003.

RICHTER, Henrique. Aspectos sócio-econômicos de uma região da encosta da serra do RGS. In: *Anais do II Seminário Sul-Rio-Grandense de Sociologia*. 14 a 17/10/1959. Porto Alegre: UFRGS, 1960.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, t. 1 e 2.

RODRIGUES, Jimmy. *Subsídios para a história da uva e do vinho*. Caxias do Sul: [s.n.], 1972.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicalismo e classe operária (1930-1964). In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil republicano III: sociedade e política (1930-1964)*. 2 ed. São Paulo: DIFEL, 1983.

ROQUETE PINTO, Edgard. *Relatório da excursão ao litoral e à região das lagoas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1962.

RÜCKERT, Aldomar A. *A trajetória da terra: ocupação e colonização dos centro-norte do Rio Grande do Sul (1827-1931)*. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

RUSCHEL, Ruy Ruben. A crise da cachaça em 1915. In: _____. *Torres tem História*. Porto Alegre: EST, 2004. Textos compilados por Nilza Huyer Ely.

_____. Getúlio Vargas em Torres. In: _____. *Torres tem história*. Porto Alegre: EST, 2004. p. 423-424. Textos compilados por Nilza Huyer Ely.

_____. Os assentamentos alemães em Torres, na correspondência de seu inspetor. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 132, p. 123-132, 1998.

_____. *Torres: origens*. Torres: Gazeta, 1995.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano: Itu, 1780-1830*. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTANA, Charles d'Almeida. Trabalhadores rurais do recôncavo baiano: memória e linguagens. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP: Cultura & Trabalho*, n. 16, fev. 1998.

SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA: um município em conflito. Estudo sócio-econômico-cultural elaborado sob os auspícios do convênio MUDES - Clube de Jovens da UNESCO, 1971.

SANTOS, Maria Licínia Fernandes dos. *Os madeirenses na colonização do Brasil*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura; Centro de Estudos de História do Atlântico, 1999.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *O espaço cidadão*. 4. ed., São Paulo: Nobel, 1998.

SCHERER, Vicente. *A questão agrária: a voz do pastor: coletânea dos pronunciamentos sobre a questão agrária feitos pelo cardeal D. Vicente Scherer, em seu programa radiofônico "A voz do Pastor" (1952-1969)*. [s.l.: s.n.], [s.d.].

SCHILLING, Paulo R. *Crise econômica no Rio Grande do Sul: a crise agro-pecuária*. Porto Alegre: Difusão de Cultura Técnica, 1961.

_____. Da estrutura agrária brasileira. In: MARIGUELA, Carlos et al. *A questão agrária: textos dos anos sessenta*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

SCHMITD, Carlos Borges. *Técnicas agrícolas primitivas e tradicionais*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura; Departamento de Assuntos Culturais, 1976.

SCHNEIDER, Nestor Fips. *Olarias e canaviais do Rio Grande do Sul: história, processo de industrialização, dificuldades e esperanças, alternativas de solução*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, set. 1984.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz; GOMES, Nilma L. *Antropologia e História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

SEBASTIÁN, Lorenzo E. Lopez; MORENO, Justo L. Del Rio. El azúcar em Canarias y La Española: sistemas de explotación y efectos en el comercio del siglo XVI. In: VIEIRA, Alberto. (Coord.). *História das Ilhas Atlânticas: arte, comércio, demografia, literatura*. Funchal: Governo Regional da Madeira, 1997, v. I.

SELAU, José Krás. *Colônia de São Pedro: um pouco da sua história*. Torres: [s.n.], 1995.

SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In: BURKE, Peter. *A escrita da História*. 2. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis; NEVES, Marcos Fava; REZENDE, Ricardo Albuquerque. Notas sobre dinâmica tecnológica e agroindústria canavieira no Brasil. In: SHIKIDA, Pery Francisco Assis; MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de. (Org.). *Agroindústria canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios*. São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA, Domingos de Araujo e. *Diccionario historico e geographico da Província de S. Pedro*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1865.

SILVA, Edegar da. A cana-de-açúcar no litoral gaúcho: da Usina Santa Martha à AGASA. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel et al. (Org.). *Raízes de Osório*. Porto Alegre: EST, 2004. p. 344-349.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion. (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SILVA, José Manuel Azevedo e. A importância dos espaços insulares na construção do mundo Atlântico. In: VIEIRA, Alberto. (Coord.). *História das ilhas atlânticas: arte, comércio, demografia, literatura*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura; Centro de Estudos de História do Atlântico, 1997, v. 1. p. 125-161.

- SILVA, Luiz Geraldo Santos da. Canoeiros do Recife: história, cultura e imaginário (1777-1850). In: MALERBA, Jurandir. (Org.). *A velha História: teoria, método e historiografia*. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- SILVA, Maria Julia de Oliveira e. As ilhas atlânticas e o comércio do Brasil nas primeiras décadas do século XVIII. In: VIEIRA, Alberto. (Coord.). *As ilhas e o Brasil*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura; Centro de Estudos de História do Atlântico, 2000.
- SILVA, Marina Raymundo da. *Navegação lacustre Osório-Torres*. Porto Alegre: D. Luzzatto, 1985.
- SILVEIRA, Norberto da. *Legalidade: 1961-1991*. Porto Alegre: Ns Assessoria em Comunicação, 1991.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Região e História: questão de método. In: SILVA, Marcos A. da Silva. (Org.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero; MCT; CNPq, 1990.
- SIMM, Edgar Irio. Perspectivas da agropecuária gaúcha. In: RIBEIRO, Carlos Reinaldo Mendes. (Org.). *Autonomia ou submissão?* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1962.
- SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von. (Org.). *Os desafios contemporâneos da História Oral*. Campinas: Área de Publicações CMU; Unicamp, 1997.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto alegre, Belo Horizonte e Recife*. 2. ed., São Paulo: Cia Editora Nacional, 1977.
- SINHORELLI, Renato Miguel. *Engenhos e alambiques de Santo Antônio da Patrulha*. 1982. Monografia de Conclusão de Curso (Folclore) - Faculdade de Música Palestrina, Porto Alegre.
- SIRINELLI, Jean-François. Ideologia, tempo e história. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe. (Org.). *Questões para a História do Presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SORGENTINI, Hernán. Reflexión sobre la memoria y autorreflexión de la historia. *Revista Brasileira de História: O ofício do historiador*. São Paulo: ANPUH, v. 23, n. 45, p. 103-128, 2003.
- SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- _____; WILKINSON, John. Processos sociais e formas de produção na agricultura brasileira. In: ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; SORJ, Bernardo. (Org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SOUZA, Carmen Zeli Vargas Gil; WERMANN, José Alfeu; RAMOS, Sônia Dalmar Braga. Santo Antônio da Patrulha: um perfil econômico e suas limitações. In: BARROSO, Véra

Lucia Maciel et al. (Org.). *Santo Antônio da Patrulha: re-conhecendo sua história*. Porto Alegre: EST, 1999.

SOUZA, Herbert José de. *Como se faz análise de conjuntura*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____; AFONSO, Carlos A. *O Estado e o desenvolvimento capitalista no Brasil: a crise fiscal*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SOUZA, Jonas Soares de. Engenho & técnica: a revolução dos engenhos centrais no Brasil (1875-1910). In: VIEIRA, Alberto. (Coord.), *História e tecnologia do açúcar*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura; Centro de Estudos de História do Atlântico, 2000.

SPALDING, Walter. Municípios do RGS: Santo Antônio da Patrulha. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 872, p. 50-53, 09-22 maio 1964.

STENZEL FILHO, Antônio. *A Vila da Serra (Conceição do Arroio): sua descrição física e histórica: usos e costumes até 1872*. 2. ed. Porto Alegre: IEL; Caxias do Sul: UCS, 1980.

STOFFEL, Ivo. Levantamento do potencial agroindustrial da região do litoral norte do estado do Rio Grande do Sul: município de Torres. *Perspectiva Econômica*, São Leopoldo: UNISINOS, a. XIII, v. 8, n. 19, p. 45-61, 1978.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Crescimento e crise da agroindústria açucareira do Brasil: 1914-1939. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, n. 7, v. 3, p. 42-68, jun. 1988.

SZMRECSÁNYI, Tamás. O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970). In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico III: economia e sociedade (1940-1964)*. São Paulo: DIFEL, 1984.

_____. *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil: 1930-1975*. São Paulo: Hucitec; Ed. UNICAMP, 1979.

_____. *Pequena história da agricultura no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998.

_____; OLIVER, Graciela de Souza. A Estação Experimental de Piracicaba e a modernização tecnológica da agroindústria canavieira (1920-1940). *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH; CNPq, n. 46, p. 37-60, jul.-dez. 2003.

_____; QUEDA, Oriovaldo. Introdução. (Org.). In: SZMRECSÁNYI, Tamas; QUEDA, Oriovaldo. *Usinas açucareiras de Piracicaba, Villa-Raffard, Porto Feliz, Lorena e Cupim: Missão de inspeção do Senhor J. Picard, Engenheiro, de 1º de março a 15 de julho de 1903*. São Paulo: Ed. UNICAMP; HUCITEC, 1996.

TAMBARA, Elomar. *RS: modernização & crise na agricultura*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.

TEDESCO, João Carlos et al. *Agroindústrias, frigoríficos e cooperativismo*. Porto Alegre: EST, 2005.

_____. (Org.). *Usos de memórias: política, educação e identidade*. Passo Fundo: EDUPF, 2002.

TEDESCO, João Carlos. *Memória e Cultura: o coletivo, o individual, a oralidade e fragmentos de memórias de nonos*. Porto Alegre: EST, 2001.

_____. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: EDUPF, 1999.

TEIXEIRA, Gilvan Andrade. *Pequeno ensaio sobre a resposta política de Brizola para a crise gaúcha na segunda metade da década de 1950*. 1991. Monografia (Graduação em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

TERUCHKIN, Sônia Unikowskin. (Coord.). *Municípios do Rio Grande do Sul: dados socioeconômicos (1985-1987)*. Porto Alegre: FEE, 1989.

TÉTART, Philippe. *Pequena história dos historiadores*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. *Por trás dos canaviais, os "nós" da cana: a relação capital X trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 1996.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOMAZINI, Roque G. Annes; ECHEVERRIA, Luiz Carlos R.; SILVEIRA, Custódio H. da. *A influência da AGASA no aumento do nível de vida dos fornecedores da sub-região de Içara no município de Santo Antônio da Patrulha: estudo exploratório*. 1969. Monografia de Conclusão de Curso (Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

TRINDADE, Héglio; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS; Sulina, 1991.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion. (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VALSECHI, Octavio. *Aguardente de cana-de-açúcar*. [s.l.: s.n.], [s.d.].

VELLOSO, Diderod M. *Aspectos da indústria no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IESPE/PUCRS, dez. 1971. p. 25-26. (Ensaio e Pesquisas, 4).

VIANA, Cibilis da Rocha. *Reformas de base e a política nacionalista de desenvolvimento: de Getúlio a Jango*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

VIDAL, Diana Gonçalves. De Heródoto ao gravador: Histórias da História Oral. In: *Resgate: Revista interdisciplinar de cultura do Centro de Memória UNICAMP*. Campinas: UNICAMP, v. 1, 1990.

VIEIRA, Alberto. A Madeira, a expansão e a história da tecnologia do açúcar. In: VIEIRA, Alberto. (Coord.). *História e tecnologia do açúcar*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura; Centro de Estudos de História do Atlântico, 2000.

_____. Da Madeira ao Brasil: um percurso de ida e volta. In: VIEIRA, Alberto. (Coord.). *A Madeira e o Brasil: coletânea de estudos*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura; Centro de Estudos de História do Atlântico, 2004.

_____. Escravos com e sem açúcar na Madeira. In: VIEIRA, Alberto. (Coord.). *Escravos com e sem açúcar*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo e Cultura; Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996.

VIEIRA, Evaldo. *A república brasileira: 1964-1984*. São Paulo: Moderna, 1985.

VILANOVA, Mercedes. La historia sin adjetivos con fuentes orales y la historia del presente. *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, São Paulo, n. 1, p. 31-42, jun. 1998.

_____. Las mayorías invisibles: exploración fabril, revolución y represión: 26 entrevistas. Barcelona: Icaria-Antrazyt, 1994.

VILAR, Pierre. Iniciación al vocabulario del análisis histórico. 4. ed. Barcelona: Critica; Grijalbo, 1982

VILAR, Pierre. La historia sin adjetivos con fuentes orales y la historia del presente. Conferência apresentada no IV Encontro Nacional de História Oral em Recife, nov. 1997. *História Oral*, 1998.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DÉAK, Csaba et al. *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999.

VILLAS-BÔAS, Pedro. *Notas de Bibliografia Sul-Rio-Grandense: autores*. Porto Alegre: A Nação; Instituto Estadual do Livro, 1974.

WAGNER, Carlos. *A saga do João sem terra*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

WAGNER, Leonel. *Estratégias à produção de álcool no Estado do Rio Grande do Sul (1972-1985)*. 1985. Monografia de Conclusão de Curso Centro de Ciências Econômicas – Universidade do Vale do Rio do Sinos, São Leopoldo.

WAGNER, Maria Neugesila Lins. *O amargo doce da cana: em torno do enfoque da sustentabilidade do desenvolvimento*. Maceió: Ed. UFAL, 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WESTPHALEN, Cecília et al. História nacional, história regional. *Estudos Brasileiros*, Curitiba: Centro de Estudos da Universidade Federal do Paraná, a. 2, v. 2, n. 3, 1977.

WITT, Marcos Antônio. *Política no Litoral Norte do Rio Grande do Sul: a participação de nacionais e de colonos alemães (1840-1889)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

WRAY, Leonardo. *O lavrador prático da cana-de-açúcar*. Salvador: Typ. de Camillo de Lellis Masson & C., 1858.

Fontes em meios eletrônicos

CEHA: Centro de Estudos de História do Atlântico. Disponível em <<http://www.ceha-madeira.net>>.

VIEIRA, Alberto. Engenhos em Portugal. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por macielvb@cpovo.net em 30 dez. 2003.

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Árvore genealógica dos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha.....	727
Anexo B – Mapa do Rio Grande do Sul com a divisão dos quatro primeiros municípios – 1809	729
Anexo C – Mapa do mundo com indicativo das áreas produtoras de açúcar de cana e de beterraba – 1941.....	731
Anexo D – Documento alusivo a quilombo situado no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Informa sobre a ação de escravos fugidos em ataque aos canaviais da região	733
Anexo E – Mapa do Rio Grande do Sul com indicação das áreas mais indicadas para o plantio de trigo, cevada e linho; arroz e cana – 1964.	735
Anexo F – Extratos de depoimentos de Antônio Machado Cardoso, Antônio Peres Alós e Angelino da Costa Neto sobre a produção de açúcar mascavo e cachaça	737
Anexo G – Certidão do contrato de locação do prédio para a sede da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda.	739
Anexo H – Estatutos da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda.	741
Anexo I – Relação dos associados da Cooperativa Canavieira de Santo Antônio Ltda. existentes em 1º de maio de 1960.....	746
Anexo J – Reprodução da matéria “Financiamento e entrega da usina: apelo da assembléia dos agricultores de cana!” do jornal <i>Última Hora</i>	756
Anexo L – Correspondência do presidente da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. enviada ao gerente da Agência do Banco Nacional de Crédito Cooperativo em 21 abr. 1962.	758
Anexo M – Certidões de contratos de empréstimos a pedido da Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda. para o Banco Nacional de Crédito Cooperativo datados de 16/05/1959; 27/05/1960; 07/06/1962; 17/12/1962.....	761
Anexo N – Relação do maquinário encontrado na Destilaria Livramento acompanhada de outras informações – 1957.....	776
Anexo O – Projeto de implantação de uma usina de açúcar no litoral nordeste do estado do Rio Grande do Sul – 1962.....	779
Anexo P – “Renasce uma riqueza esquecida. Açúcar para recuperar economicamente o nordeste gaúcho.” Matéria do Correio do Povo de 10/06/1962	842

Anexo Q – Relatório e termo da Comissão de Avaliação do terreno da usina de açúcar no município de Santo Antônio da Patrulha – 1962.....	846
Anexo R – Projeto de financiamento para a instalação da usina Açúcar Gaúcho S.A. – 1962	855
Anexo S – Mapa da área onde foi localizada a Açúcar Gaúcho S.A.	902
Anexo T – Requerimento e exposição encaminhada ao IAA pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul para a obtenção da cota de açúcar – 1962.....	904
Anexo U – Ata da Assembléia Geral de constituição da AGASA (datilografada) acompanhada do projeto dos estatutos e das relações manuscritas dos subscritores de capital relativas às ações ordinárias e preferenciais	940
Anexo V – Ata da Assembléia Geral de constituição da AGASA acompanhada do projeto dos estatutos e das relações dos subscritores de capital relativas às ações ordinárias e preferenciais. (publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul)	962
Anexo X – Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA: Estatutos Sociais (impresso)	967
Anexo Z – Açúcar Gaúcho S.A. – AGASA: Estatutos Sociais (datilografado) com indicação das datas das assembleias em que foram aprovadas alterações estatutárias	973
Anexo AA – Relação “controle” dos acionistas da Açúcar Gaúcho S.A. confeccionada pela Cooperativa Canavieira Santo Antônio Ltda.....	978
Anexo BB – Relação dos associados da Cooperativa Canavieira inscritos como fornecedores de cana da usina de Açúcar Gaúcho – 1962	983
Anexo CC – Ata do lançamento da pedra fundamental da AGASA.	989
Anexo DD – Registros das assinaturas dos acionistas da Açúcar Gaúcho S.A. – 1963 a 1977	992
Anexo EE – Transcrição da entrevista concedida por Gomes Maranhão a Wilson de Oliveira Castro, na Rádio Osório, por ocasião do lançamento da pedra fundamental da AGASA – 1963	1004
Anexo FF – Abaixo-assinado dos canavieiros com pedido de permanência de Jorge Pedro Nehme na diretoria da AGASA como representante da categoria dos produtores de cana.....	1008
Anexo GG – Exemplar de trabalho escolar aplicado a alunos de 3ª série, dando destaque à localização da AGASA em Santo Antônio da Patrulha – década de 1960	1025

Anexo HH – Mapa da região canavieira (litoral nordeste) do Rio Grande do Sul – década de 1960	1027
Anexo II – Relatório do Serviço de Assistência e Fomento da Cana-de-açúcar – 18/11/1968.....	1029
Anexo JJ – Escritura e registro de financiamento no Banco do Brasil, com garantia hipotecária, para aquisição do maquinário e outros bens da AGASA – 26/02/1965.....	1033
Anexo LL – Planta com a indicação da tecnologia e processo de produção do açúcar.....	1050
Anexo MM – Planta baixa do parque industrial e da vila residencial da AGASA	1052
Anexo NN – Extrato de depoimento de Dilço José Goularte em que descreve sobre a produção de açúcar da AGASA.....	1054
Anexo OO – Roteiro detalhado da fabricação do açúcar produzido na AGASA. Sem autoria.....	1057
Anexo PP – Açúcar Gaúcho S/A – AGASA. Processo de fabricação do açúcar	1060
Anexo QQ – Açúcar: saiba como ele é fabricado na AGASA. Matéria publica no jornal <i>O Comercial</i> de Santo Antônio da Patrulha – 22/08/1976.....	1062
Anexo RR – Organograma da AGASA.....	1064
Anexo SS – Formulário de inscrição da AGASA no Ministério da Fazenda. Cadastro Geral de Contribuintes. 16/08/1966	1066
Anexo TT – Relação parcial dos diretores da AGASA.....	1068
Anexo UU – Ofício do prefeito municipal de Santo Antônio da Patrulha Jorge Pedro Nehme dirigido ao diretor-presidente da AGASA – 16/01/1967	1072
Anexo VV – Relação dos fornecedores de cana referente aos anos de 1966 a 1974, com informações dos anos da última entrega e da entrega máxima feitas à AGASA no período.....	1074
Anexo XX – “Colono diz que é explorado pela fábrica de açúcar.” Matéria do jornal <i>Folha da Manhã</i> – 07/03/1975	1110
Anexo ZZ – Fragmentos do depoimento de Delmo Tedesco, ex-funcionário da AGASA (Departamento Agrícola). Simulação de diálogo entre uma canavieira (pesquisadora Véra Maciel Barroso) e um funcionário da AGASA (Delmo Tedesco), com o objetivo de convencê-la das vantagens de fornecer cana para a usina, a partir da experiência por ele vivida como encarregado do departamento por alguns anos.....	1112

Anexo AAA – Mapa com a localização da Fazenda Maciel, da AGASA e da região polarizada pela usina – 1975	1120
Anexo BBB – “Indústria canavieira, uma opção econômica.” Matéria do <i>Jornal do Comércio</i> reproduzida no jornal <i>O Comercial</i> , de Santo Antônio da Patrulha – 12/03/1975.....	1122
Anexo CCC – AGASA – Unidade Torres: a projetada implantação – 1975 (idéias básicas do projeto)	1124
Anexo DDD – Quadros parciais das vendas de açúcar da AGASA a municípios do Rio Grande do Sul no período entre os anos de 1966 e 1973.....	1128
Anexo EEE – Estatuto Social da FUNDAÇÃO AGASA – 24/03/1971	1130
Anexo FFF – Estatutos da Associação dos Fornecedores de Cana do Nordeste do Rio Grande do Sul (ASFORCA)	1134
Anexo GGG – Relação das diretorias da ASFORCA – 1972 a 1990.....	1139
Anexo HHH – AÇÚCAR GAÚCHO S.A. – AGASA. Anteprojeto de viabilidade para implantação e modernização de uma unidade produtora de álcool – 1979.....	1142
Anexo III – Descrição sumária do processo de fabricação de álcool na AGASA	1174
Anexo JJJ – Diagrama da produção de álcool – 1980.....	1176
Anexo LLL – “O protesto dos homens da cana.” Reportagem acerca da greve dos canavieiros de Osório e Santo Antônio da Patrulha – 03/08/1981	1178
Anexo MMM – Resumo da situação da AGASA e possíveis soluções para seu saneamento – [1983]	1180
Anexo NNN – Relação de impostos, taxas, contribuições e empréstimos a pagar pela AGASA em 31/08/1983	1183
Anexo OOO – Situação da AGASA projetada para setembro de 1983	1185
Anexo PPP – “Em defesa da AGASA” – escrita pelo articulista APEKÀ da Folha Patrulhense – 09/05/1987	1188
Anexo QQQ – “A lavoura canavieira” – texto da obra <i>Santo Antônio da Patrulha: uma visão apressada</i> , de Affonso Penna Kury – 1987	1190
Anexo RRR – Mapa com a localização do projetado <i>Parque da Ilha</i> e área que por ele poderia ser polarizada – 1988.....	1195
Anexo SSS – Ata nº 127 da CIPA da Açúcar Gaúcho S.A. – 03/08/1988.....	1197
Anexo TTT – Relação dos clientes de melaço da AGASA, indicando-se o município, a razão social e tipo de estabelecimento e finalidade	1199

Anexo UUU – Frontispício da publicação alusiva ao “Uso do melaço no arraçoamento animal” – Açúcar Gaúcho S.A. – s/d.....	1203
Anexo VVV – Frontispício da publicação intitulada “Melaço/uréia + palha = carne e leite: uma contribuição da AGASA à pecuária do Rio Grande do Sul” – s/ed	1205
Anexo XXX – Frontispício da publicação “Melaço com uréia na alimentação animal – Açúcar Gaúcho S.A.” – s/d.....	1207
Anexo ZZZ – Ofício do presidente da Fundação AGASA encaminhado aos deputados estaduais, fazendo um apelo para solução dos problemas enfrentados pela empresa – 21/08/1989.....	1209
Anexo AAAA – Identificação e inventário do patrimônio da AGASA – 1990.....	1212
Anexo BBBB – Projeto de transformação da AGASA em cooperativa mista, acompanhado de “rascunho” de seu estatuto – 1988.....	1214
Anexos CCCC – Quadros com a produção de açúcar, melaço e álcool realizada pela AGASA, da primeira à última safra – 1966 a 1989.....	1240
Anexo DDDD – Causas apontadas para o fechamento da AGASA, pelos entrevistados, através da Metodologia da História Oral, e reunidas por colônias em quadros parciais.	1243
Anexo EEEE – Relação dos depoentes que concederam entrevista de História Oral.....	1250

ANEXOS